XXIV ENCONTRO de PESQUISADORES

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ANAIS

ISBN

978-65-88771-58-7

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

GEDE GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

PÓS GRADUAÇÃO

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

XXIV ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

XXIV ENCONTRO DE PESQUISADORES

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ANAIS

Marinês Santana Justo Smith
Silvio Carvalho Neto
Melissa F. Cavalcanti Bandos
(Orgs.)

ISBN: 978-65-88771-58-7

FRANCA-SP

2023

XXIV ENCONTRO de PESQUISADORES
CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

© 2023 dos autores

Direitos de Publicação

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

www.unifacef.com.br

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

XXIV Encontro de Pesquisadores: Ciência, Inovação e Desenvolvimento. ANAIS / Marinês S. J. Smith; Silvio Carvalho Neto; Melissa F. Cavalcanti Bandos (Orgs.). – 692 p. Franca: Uni-FACEF, 2023.

E37ep.

ISBN: 978-65-88771-58-7

1.Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desenvolvimento Humano/Social. 4. Políticas Públicas. 5. Educação. 6. Tecnologia. 7. Pesquisa. 8. Resumos II.T.

CDD 050

Promoção:

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE - Grupo de Estudos de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Organizadora:

Profa Dra. Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)

Comissão Científica:

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Profa Dra. Carla Aparecida Arena Ventura (USP/RP)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Profa Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli (USP-FEA-RP)
Prof. Dr. Fernando Carvalho de Almeida (USP-SP)
Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa (Uni-FACEF)
Prof. Dr. João Baptista Comparini (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Lívia Maria Lopes Gazaffi (Uni-FACEF)
Profa Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP/Marília)
Profa Dra. Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Profa Dra. Mischel Carmen Neyra Belderrain (ITA)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profa Dra. Raquel Janissek Muniz (UFRGS)
Profa Dra. Regina Célia Belluzzo (UNESP/Marília e UNESP/Bauru)
Profa Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Veronica Angelica Freitas De Paula (UFU)

Organização Executiva:

Daniela Cristina Raiz Raymundo
Layla Beatriz Costa Capel de Figueiredo

Apoio:

SUMÁRIO

(Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

Abstinence, criminalization, and harm reduction proposal: two opposed views on dealing with addiction as a disease 9

Acesso à justiça e os fenômenos da judicialização e do ativismo judicial no sistema brasileiro 20

A Circularização como procedimento de auditoria para combater fraudes 33

A educação no contexto da agenda 2030 e os letramentos transmídia 48

A Fantástica Fábrica de Chocolate: análise das ilustrações 53

Agenda 2030: Uma revisão bibliográfica sobre o abuso nocivo de álcool por estudantes de Medicina 62

A gestão da inovação no ecossistema local e o desenvolvimento regional: desafios e estratégias nas empresas de Franca-SP 69

A importância do desenvolvimento de competências e habilidades para o ensino de geografia a partir de documentos oficiais para a educação do estado de São Paulo 75

A inclusão e os direitos da pessoa com deficiência sob a perspectiva do direito civil constitucional 84

Análise qualitativa e quantitativa da área urbanizada na área de proteção ambiental da Bacia do Rio Canoas, Franca–SP 97

A Participação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento das Cidades: uma discussão teórica 108

Aquecimento Global: Um Estudo de Políticas Públicas Relacionadas às Energias Renováveis 115

As contribuições sociais do componente curricular de História, a partir do material didático currículo em ação, para o sexto ano (6º), de 2022 127

A temática da educação fiscal para a ampliação da noção de gêneros discursivos 136

A transformação digital na prestação de serviços de saúde: o modelo público de incorporação e aplicação da tecnologia da comunicação e informação 151

Atuação fisioterapêutica em um grupo de mulheres diagnosticadas com incontinência urinária: relato de experiência sob à ótica da promoção e educação em saúde 162

Biblioterapia: Atuação profissional do bibliotecário(a) em bibliotecas 172

Centro-Dia: política pública contra o abandono de idosos 183

Cidade de 15 minutos e territórios amigos da pessoa idosa: espaços inclusivos na busca do envelhecimento ativo 190

Cidades saudáveis e sustentáveis: a construção social e jurídica do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 200

Construção de uma cartilha educativa sobre os benefícios de exercícios físicos em pessoas idosas com diagnóstico de doença renal crônica 208

Contribuições do Pensamento Decolonial: Políticas Públicas e Redução de Desigualdades 218

Crianças autistas e o ambiente escolar: subsídios para o desenvolvimento biopsicossocial 227

Desvelando as condições de trabalho e bem-estar na assistência social 237

Diálogo intertextual com outros textos literários nas epígrafes latinas de Inocência 249

Diário parisiense e outros escritos: intersecções entre a obra de Walter Benjamin e Paul Valéry 262

Direito Ambiental: Lei 11.977/2005 e a Realização de Políticas Públicas 272

Direito à saúde mental na terceira idade: uma análise das políticas públicas em nível nacional 289
Efeitos das Intervenções na Alimentação das Crianças da Educação Infantil: Revisão Integrativa 298
Efeitos de diferentes protocolos de treinamento físico em pessoas idosas com doença renal crônica: revisão integrativa da literatura 309
Explorando a interseção entre atenção à saúde e desenvolvimento regional: Uma revisão integrativa das dissertações do PPGDR/Uni-FACEF 319
Fatores de risco e proteção ao consumo de drogas na adolescência 340
Gênero, planejamento sucessório e gestão empresarial nos casos de holding 351
Impactos das áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente nos princípios ecológicos e socioeconômicos 359
Instrumentos de rastreio e avaliação de sintomas depressivos em pessoas idosas: revisão integrativa da literatura 374
Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: Revisão Integrativa da Literatura 387
Intervenções frente à violência sexual de adolescentes 395
Judicialização e o acesso isonômico à saúde 402
Mapa das Principais Associações Pedológicas da Bacia Hidrográfica dos Rios Sapucaí Mirim/Grande (UGRHI 08) 412
Materiais Educativos Como Estratégia Para Promoção Da Saúde E Valorização Da Pessoa Idosa 427
Memética e desenvolvimento sustentável: Análise retórica de memes ecológicos 439
Microdados do SARESP: Análise Empírica dos Resultados Pré e Pós Pandemia 453
O amparo jurídico aos direitos das crianças refugiadas: sob a ótica do direito internacional dos Direitos Humanos 460
O Controle Social nas Políticas Públicas de Educação para o Desenvolvimento Social 468
O currículo do ensino médio integrado: o Novotec e a formação de Técnico em Marketing como possibilidade de emancipação 477
O desenvolvimento econômico brasileiro em questão: mudanças recentes e retrocesso 493
O fenômeno da família multiespécie e seus efeitos no ordenamento jurídico brasileiro: um estudo acerca da guarda do animal doméstico 508
Online dispute resolution e o acesso ao sistema de justiça: novas alternativas para o direito do consumidor no Brasil 518
Os gêneros do discurso na BNCC: uma análise crítico-reflexiva 531
O trajeto histórico dos Programas de Transferência de Renda nacionais do Brasil: alívio da pobreza ou redução da desigualdade? 539
Políticas públicas geriátricas no Estado de São Paulo: Revisão de literatura sob a luz da promoção da saúde 553
Políticas Públicas relacionadas à inclusão das Pessoas com Deficiência ao mercado de trabalho à luz da Agenda Global 2030: uma Discussão Teórica 564
Prática do judô como estratégia para a promoção da saúde no ambiente escolar: Uma revisão de literatura 574
Processo avaliativo em metodologias ativas: revisão bibliográfica 584
Qualidade de vida da pessoa idosa institucionalizada: uma revisão integrativa da literatura 595
Qualidade de vida de universitários da área da educação: uma reflexão necessária 609
Racionalização do direito, instituições e justiça: a função dos especialistas na construção do mundo jurídico 617

Repensar o constitucionalismo, na era da globalização: bases do cosmopolitismo insurgente e do pluralismo abrangente 623

Saeb e Pandemia: Meios de Avaliação Antes e Pós-Pandemia 638

Smart Cities e ODS 11: análise das cidades líderes do ranking Connected Smart Cities no eixo mobilidade em 2023 645

Tecnologia e Direito de Família: apontamentos sobre a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital 658

Terapia do riso e arteterapia como estratégias para promoção da saúde de idosos atendidos em um centro-dia 668

Topofilia: Um resgate das memórias e elo afetivo dos moradores da antiga Rubinéia - SP 679

Urbanismo tático e inovação social: tecendo paralelos por meio de iniciativas urbanas transformadoras 691

LISTA DE AUTORES

ACOSTA, Leonardo Machado, 20, 402
ALMEIDA, Isadora Estevam de, 359, 412
ALVES, Stephanie Cristine, 638
ANDRADE, Érica Fernanda Pereira de, 679
BACHUR, Maria Fernanda Merlino Domenes, 477
BAIÃO, Lincoln Roberto Alves, 387
BARBOSA, Caroline Carvalho, 97, 359, 412
BARBOSA, Walisson Nunes, 227
BARCELLOS, Carolina Milhim, 609
BARROS, Carla Balan Rissato de, 439
BASSETTO, Camila Fernanda, 453
BERETTA, Regina Celia de Souza, 237
BERTELLI, Célio, 97, 272, 359, 412
BETTARELLO, Carlos Augusto Jorge, 115
BETTARELLO, Flávio Jorge, 115
BOLZAN, Victor Hugo Bernardes Ortiz, 97
BONINI, Tatiana Moscardini Mamede, 69
BORGES, Ana Paula Oliveira, 427, 668
BOTELHO, Thamires Lopes, 162
BRAGA FILHO, Hélio, 468, 493
BRAGA, Caroline Gonçalves Silva, 62
BRITO, Bruna Marques de, 162, 190, 227, 427, 668
BULGO, Danilo Cândido, 162, 190, 208, 227, 289, 427, 668
CALIL, Ana Paula Ferreira, 319
CÂMARA, Naiá Sadi, 48
CANAVEZ, Luciana Lopes, 20, 402, 518
CANELA, Kelly Cristina, 351, 508, 658
CARDOSO, Diego Alvim, 468
CARVALHO NETO, Silvio, 151
CARVALHO, Francisco José Pereira de, 33
CARVALHO, Ingrid Souza de, 227
CARVALHO, Nádia de Castro, 33
CAVALCANTE, Fabrício Vieira, 162, 427, 553, 668
CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini, 108, 564
CESARIO, Raquel Rangel, 319
CINTRA, Rafaela Costa, 97
COSMO, Rosimére de Paula, 374
COSTA, Larissa Santos da, 172
CRISTOVÃO, Assunção Aparecida Laia, 75, 127
DAVID, Daniele Caroline, 691
ESPÍRITO-SANTO, Manoel Jorge Nobre do, 9
FALEIROS, Tâmer de Oliveira, 97
FERNANDES, Ana Paula Vacari, 298
FERNANDES, Taisa Maria, 668
FERRAZ, Luana, 439
FRATTARI, Marina Bonissato, 183, 351
FREITAS, Lucas Morais de, 539
FREITAS, Sadao Ogava Ribeiro de, 564
FURTADO, Ricardo Andrade, 208, 309
GARCIA, Inis Morais, 227
GAZAFFI, Livia Maria Lopes, 319
GIROLDO, Julio Cesar, 553, 574
GOMES, Iris Alves Correia, 227
GONÇALVES, Cristian Ribeiro, 190, 208, 309, 427
GREEN, Haroldo, 319
GUERRA, José Alfredo de Pádua, 539
HANNOUCHE, Ana Carolina de Vilhena Abrão, 151
HILÁRIO, Marcela Coppola Chrispiniano, 638
JACINTHO, Pamela Borges de Faria, 359
KELLNER, Rita Gabriela Moreira Gomes, 298
LEAL, Murilo Cordero, 493
LEITE, Carolina Beatriz Honorato, 289, 595
LENTE, Tainá Fagundes, 508, 658
LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo, 136, 531
MACHADO NETO, Alfredo José, 115
MAIA, Ana Clara Trindade, 227
MARCELINO, Daniela, 289, 553, 574
MARINHEIRO, Tábata de Paula Facioli, 668
MAROSTICA, Paula Baraldi Artoni, 20, 402
MARQUES, Douglas, 20, 402
MARSON, Felipe Augusto Ragazzi, 298
MARTINS, Rúbia, 172
MEIRA, Leonardo Carloni Rodrigues, 645
MELO FILHO, Renato Luís, 20, 402
MENDES, Daniella Salvador Trigueiro, 518
MENDES, Márcia Regina Pinez, 162
MERCURI, Marcia Roberta, 584
MEZADRI, Brenda Cardoso Brentini, 319
MIZIARA, Ana Júlia Panicio, 227
MORAES, Gabriela Sampar Rocha, 531
NALIN, Ana Paula Rodrigues, 200, 617
NASCIMENTO, Ana Carolina de Castro Silva, 668
NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do, 208, 289, 298, 309, 374, 574, 595, 609
NUNES, Mariana Aparecida Pereira Dias, 395
OLIVEIRA, Adriana Rafacho da Cunha, 638
OLIVEIRA, Daniele, 162
OLIVEIRA, Iago Rodrigues, 190
OLIVEIRA, Jacqueline Izildinha de, 97, 412
OLIVEIRA, Letícia Natália de, 190, 289, 374, 427, 595
OLIVEIRA, Maria Cláudia Santana Lima de, 460
OLIVEIRA, Natália Mota de, 508, 658
OLIVEIRA, Paulo de Tarso, 115
OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 477, 584
OLIVEIRA, Tamires Mota de, 237

PAULA, Ana Cristina Alves de, 53, 249, 262
PIRES, Daniel Facciolo, 645
PIZANI, Leandro Gabriel, 309
POUSA, Jonatan, 493
RAIZ, Luciana Moreira Motta, 553
RIBEIRO, Daniela de Figueiredo, 218
RODRIGUES, Edwirges Elaine, 84
RODRIGUES, Renata Parreira, 218
SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães, 518
SANTOS, Laís Kellen Vital dos, 9
SANTOS, Rafael Araujo dos, 623
SATURI, Evandro Morales, 33
SEGALA, Franciane Simões Martins, 298
SILVA, Adriana Valadares da, 427
SILVA, Jorge Luiz da, 298, 340, 374, 387, 395
SILVA, Marcelo Henrique da, 75, 127
SILVA, Tania de Abreu, 272
SMITH, Marinês Santana Justo, 69
SOUSA, Bruna da Silva, 162
SOUZA, Carla Luchesi de, 62
SOUZA, Daniel Gonçalves de, 33
SOUZA, Geni Emilia de, 190, 427, 668
SPINIELI, André Luiz Pereira, 200, 617
THEODORO, Nathália Regina Argenau Branco, 136
THOMAZINI, Taysa Mara, 108, 468
TOZATI, Camila Aparecida Letro, 340
TRISTÃO, Laura Aparecida, 237
URBAN, Renan Lucas Dutra, 518
URBINATI, Estevão, 359, 412
URSINI, Driely Turi, 453, 638
VENTRESQUI, Isabella Pádua, 460
VIEIRA, Caroline Cristina Lourenço, 190

ABSTINENCE, CRIMINALIZATION, AND HARM REDUCTION PROPOSAL: TWO OPPOSED VIEWS ON DEALING WITH ADDICTIONS AS A DISEASE

PROPOSTA: ABSTINÊNCIA, CRIMINALIZAÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS: DUAS VISÕES OPOSTAS SOBRE COMO LIDAR COM OS VÍCIOS COMO DOENÇA.

Área temática: 3: Saúde e Bem Estar.

SANTOS, Laís Kellen Vital
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca
Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF
Graduada em Direito pela UNIFRAN - Advogada
Licenciada em Letras pela UNISEB
laisvitaladv@hotmail.com

NOBRE, Manoel Jorge
USP; UNI-FACEF
Doutor em psicobiologia pela USP,
Professor do mestrado, Professor-pesquisador
mjnobre@gmail.com

Abstract

Drug addiction refers to a person's propensity to use drugs despite the detrimental effects on all facets of their lives. Addiction is highly influenced by previous individual experience and the individual's inability to deal with environmental stressors. Considering common sense, addiction has been reputed to result from a certain moral fragility or self-destructive tendency. Since drugs act as medicines, the sicker society is, the more drugs are consumed. Thus, the way addiction has emerged highlights the emotional and psychological ills that the contemporary capitalist market economy perpetuates. This means that the means of production can help to determine the illness and psychic suffering of the subjects as socially generated diseases rather than being a part of nature or biology. That is the approach we used to represent drug addiction as environmentally produced, socially perceived, and politically and economically maintained. Since the harm reduction proposal understands that drug use is not the root cause of the issue per se but rather a significant mitigating component within a constellation of personal and institutional difficulties that have an adverse impact on the person, it seems like a healthier approach to dealing with addiction as a social disease.

Keyword: Addiction; Public Policies; Harm Reduction.

Resumo

A dependência de drogas refere-se à propensão de uma pessoa para usar drogas, apesar dos efeitos prejudiciais em todas as facetas de suas vidas. O vício é altamente influenciado pela experiência individual anterior e pela incapacidade do indivíduo de lidar com os estressores ambientais. Considerando o bom senso, o vício tem a reputação de resultar de certa fragilidade moral ou tendência autodestrutiva. Como as drogas funcionam como medicamentos, quanto mais doente

está a sociedade, mais drogas são consumidas. Assim, a forma como a dependência surgiu realça os males emocionais e psicológicos que a economia de mercado capitalista contemporânea perpetua. Isso significa que os meios de produção podem ajudar a determinar o adoecimento e o sofrimento psíquico dos sujeitos como doenças geradas socialmente e não como parte da natureza ou da biologia. Esta é a abordagem que utilizámos para representar a toxicodependência como produzida ambientalmente, socialmente percebida e mantida política e economicamente. Uma vez que a proposta de redução de danos entende que o consumo de drogas não é a causa raiz do problema em si, mas sim um componente mitigador significativo dentro de uma constelação de dificuldades pessoais e institucionais que têm um impacto adverso sobre a pessoa, parece ser uma abordagem mais saudável para lidar com o vício como uma doença social.

Palavras-chave: Vício; políticas públicas; Redução de danos.

1 INTRODUCTION

Drug addiction is a terrible reality that has an impact on society in many ways, including on social and economic development, public health, and safety. Communities across the globe struggle with the problems brought on by chemical dependency and look for solutions to deal with its repercussions. Brazilian drug abuse is similar to global trends, with 35 million people suffering from drug use disorders, as per the World Drug Report and the III National Survey on Brazilian drug use. From the sample used, almost 10% have informed us of the use of some illicit substance at least once (BASTOS et al., 2017). Nevertheless, given its vast geography, social disparities, and regional economic disparities, Brazil has difficulties in epidemiological investigations for a national database. The secular apathy of Brazilian legislators to these concerns makes this worse.

Drug addiction is a chronic condition that is characterized by severe neurobiological alterations brought on by long-term drug use and heavily impacted by genetic, psychological, and environmental variables (MENNIS; STAHLER; MASON, 2016; SINHA, 2008). Despite the negative impact that drug use has on every part of a person's life, this disease is distinguished by the emergence of a number of physiological, behavioral, and emotional manifestations. The onset of a withdrawal syndrome usually occurs after stopping a drug (ADINOFF, 2004; ALI et al., 2011; KOOB, 2000).

The society's beliefs and attitudes, which have been overwhelmingly unfavorable toward drug users and substance use disorders, have had a significant impact on drug addiction research. Even though the initial contact with drugs occurs voluntarily, one of the common misconceptions about this reality is that its abuse is also intentional. This is evident in the widespread stigmatization and prejudice held by civil society towards drug users. In fact, the language used to refer to this population, as well as the important connection between addiction and criminal activity, has a negative impact on them (ASHFORD; BROWN; CURTIS, 2018; LAMMERS et al., 2014). This is one of the reasons that makes it tough the comprehension of the drug addiction phenomena on its individual and social

aspects. Nonetheless, understanding the risk and vulnerability factors related to the use of psychoactive substances and narcotics, such as alcohol and illicit drugs, becomes essential to develop effective prevention and intervention strategies.

The world has changed, and societies should adjust themselves to these new times. As an example, the macroeconomic environment favors the growth and development of global legitimate businesses. On the other hand, it also provided the opportunity for drug producers and dealers to produce, distribute, and sell worldwide. Those profits frequently end up in financial centers (FABRE, 2002). Drugs act as medicines and, as such, play a role in society. The sicker society is, the more drugs are consumed. However, when it comes to ethyl alcohol, there is a clear incompatibility between the socioeconomic need for alcohol consumption and the high expectations of care and attention in modern society (ROOM, 2011). In fact, the way addiction has emerged in contemporary American society is remarkably unique, both in terms of how it materializes and in terms of how it highlights the emotional and psychological ills that the contemporary capitalist market economy perpetuates. Thus, applying Marx/Durkheim's theoretical framework offers viewpoints and a foundation for these conceptual investigations (MCINTYRE, 2021).

Life itself becomes a means of production that is primarily focused on increasing profits rather than actually helping people when labor serves as the embodiment of human life (MARX, 1975). So, we might conclude that addiction, as it appears in contemporary society, is specific to those types of production. The call to action is clear: "Buy more, consume more, and enjoy more" (BJERG, 2008). In addition, there is another characteristic of capitalism to be taken into consideration when talking about addiction: Its detrimental influence on mental health is mainly due to the production of inequality, and inequality is not an accident but an intrinsic feature of capitalism (PIKETTY, 2015). Astonishingly, free-market economists have argued that stable inequality is good for the economy (HASANOV; IZRAELI, 2011). Thus, the prevailing view is that capitalist policy-making creates inequality, and inequality works as an environmental stressor to increase mental suffering and drug use in a population (EISENBERG-GUYOT; PRINS, 2022). In this context we can then consider addiction as a disease, perhaps a social disease. The analysis of existing public policies is crucial in this context, and it's important to assess the measures taken by the government to combat drug use, abuse, and addiction while also looking into their efficacy and identifying any inadequacies. It will only be possible to show areas for improvement and assure greater control over this problem that directly impacts local society by a thorough review of these regulations. In this sense, the main purpose of this study is to establish a broad overall analysis regarding the two main approaches on drug addiction intervention, abstinence, and criminalization versus harm reduction paradigm.

2 THEORETICAL APPROACH

The term "drug addiction behaviors" refers to a person's propensity to use drugs despite the detrimental effects on all facets of their familiar, social, emotional, and personal lives (ADINOFF, 2004; AHMED; KOOB, 2005; MENNIS; STAHLER; MASON, 2016). This behavior is highly influenced by previous individual experience and the individual's inability to deal with environmental stressors (SINHA, 2008). Actually, considering common sense, addiction has been reputed to result from a certain moral fragility or self-destructive tendency. This kind of thinking about addiction phenomena only serves to promote the widespread discriminatory attitudes that exist in many aspects of society and offer significant barriers to the acceptance and care of both drug users and patients with other illnesses (NYBLADE et al., 2019; VAN BOEKEL et al., 2013). It is possible to comprehend this phenomenon of stigmatization of addicts through its various manifestations at the self, social, and structural levels. As an example, according to WEISS, RAMAKRISHNA, and SOMMA (2006), the phenomenon of marginalization of addicts reflects a sociocultural process where some social groups are devalued, rejected, and excluded based on a socially discredited health condition (CORRIGAN; KERR; KNUDSEN, 2005). Although this way of thinking about addiction is anchored in several roots (ADAMS; VOLKOW, 2020; BARENIE et al., 2023; BARRY et al., 2014; BUCHMAN; REINER, 2009; VAN BOEKEL et al., 2013), no one can dispute that the segregation of addicts has grown in the context of class hierarchy, in its relationship with bourgeois ideology, and, consequently, has been instrumentalized on its foundation within capitalism (BJERG, 2008; MCINTYRE, 2021). Understanding a social phenomenon like the health-disease process requires taking into account the transversalities related to its historicity, construction, and contradictions, which are expressed in processes of social violence such as moral, emotional, and physical harm as well as the denial of access for the sick populations to their constitutional rights. For this reason, historical materialism's theoretical-political approach is essential. Follow such a foundational pole of social relations with the means of production can help to determine illness and psychic suffering of the subjects as socially generated diseases rather than being a part of nature or biology (WHITE, 2020). This approach will enable us to represent how drug addiction is environmentally produced, socially perceived, and politically and economically maintained.

3 METHODS

To address the questions above, a bibliographic survey was performed, carried out in the PubMed, Medline, and Scielo databases, using the following search descriptors: drug addiction, abstinence, criminalization, and harm reduction. To comprehend the fundamental mechanisms linking an event (environmental stressors) to a result (addiction as a disorder) in a particular setting, we undertook a comprehensive realist literature study (drug public policy and health promotion). This study is exploratory in nature, gathering non-statistically measurable, accurate data. It sought to clarify the main distinctions between abstinence and criminalization as a public policy to deal with addiction

as a choice and the harm reduction proposal as a healthy approach to dealing with addiction as a social disease.

4 DISCUSSION

First, addiction has a significant influence on people's health and well-being, leading to negative physical, psychological, and social consequences. Discerning the scope of this dilemma is crucial to recognizing the specific needs of the addicted population and directing efforts towards effective prevention, treatment, and rehabilitation. Moreover, drug addiction and social marginalization are intrinsically connected. Stigmatization and discrimination are barriers to the admission to treatment and social integration of drug addicts. Public policies addressed towards stigma and the promotion of gender equality and human rights are key to reducing inequalities and ensuring social inclusion. Public policies on alcohol and drugs should take into account the differences between men and women in relation to patterns of use and associated vulnerabilities. Access to health and justice services for chemically dependent women must be guaranteed, considering the specificities and challenges they face.

Brazil is having a difficult time enacting sensible set of governmental actions to assure social rights that enable governments to put their plans into practice. Public drug policies involve both legal and public safety, as well as health and social care sectors. The "War on Drugs," or prohibitionism, which strives to stop trafficking and penalize users and sellers, and the antiprohibitionism platform, which seeks to decriminalize and legalize drugs, are the two paradigms that stand out in Brazil's legal and public security systems.

Two paradigms are also emerging in the health and social care fields: the well-known compulsory reclusion, which isolates the drug addict from his family and friends and uses hospitalization as a model; and the new psychosocial view, which emphasizes the autonomy of addicts while promoting inclusion and social reintegration and uses the harm reduction risks and damage proposal as a model (TEIXEIRA et al., 2017).

Considering the structure of the Brazilian state and the prude and alien vision of civil society on addiction, it is not a surprise that, until the 1980s, public drug policies in Brazil were prohibitionist. On such an influence, criminalization of drug use and trafficking set the tone (SANTOS; OLIVEIRA, 2013), which showed improvement after the year of 1980, where repression of drug consumption, trafficking, and production were still maintained, but attention to drug-addiction was also emphasized through the creation of reference centers, research on prevention, the emergence of therapeutic communities, and programs related to harm reduction programs toward HIV/AIDS prevention among injecting drug users (SANTOS; OLIVEIRA, 2013). However, through the deep influence of German physician Claude Olievenstein, the 90’s decades ran with abstinence as the core of addiction treatment.

In 1989, the first Brazilian program of syringe exchanges between injecting drug users started in the city of Santos, São Paulo (FONSECA et al., 2006), and was quickly aborted by local authorities, showing the resistance of Brazilian society to any kind of approach other than the criminalization of drug users, even to the detriment of the addict's well-being.

Given that the initial experience with drugs is typically the consequence of an individual's spontaneous action, the discussion regarding drug users' responsibilities in terms of drug seeking and consumption is one of the primary subjects in addiction studies. However, the first encounter, which typically takes place during adolescence, is greatly influenced by both environmental influences and personal traits. For example, it has been reported that child abuse has been related to the increased risk of psychoactive drug use by adolescents (SINGH; THORNTON; TONMYR, 2011; WALL; KOHL, 2007). In the same way, being a victim of physical or sexual assault has been consistently related to the use of nicotine, marijuana, and alcohol (KILPATRICK et al., 2000; MORAN; VUCHINICH; HALL, 2004; SINGH; THORNTON; TONMYR, 2011), and increases the risk of a teenager getting involved with drug use two to four times (KILPATRICK et al., 2000; SIMANTOV; SCHOEN; KLEIN, 2000; SINGH; THORNTON; TONMYR, 2011). Women with documented histories of child abuse and/or neglect are more likely to drink excessively in adulthood (WIDOM et al., 2007). In addition, compared with the general population, comorbidity between psychiatric disorders and drug abuse is high in patients with schizophrenia, bipolar disorder, unipolar depression, obsessive-compulsive disorder, panic (GOLDSMITH; GARLAPATI, 2004) and anxiety disorders (SMITH; BOOK, 2008). These findings show that, while initial contact with drugs follows the pattern of an instrumental response and is therefore voluntary, the reasons for choosing a drug depend upon other issues, such as drug intake as a factor inducing pleasure or relaxation (a positive reinforcer) or as a stress-reducing stimulus (a negative reinforcer). Therefore, withdrawal symptoms evoked following the interruption of a long-term intake where drug use negatively reinforces emotional and pain alleviation are hardly under conscious control, with drug use acquiring the characteristics of a disease or disorder but not a criminal option. Thus, there is no scientific explanation to deal with addiction on the criminal sphere when it is clear that it is a public pandemic health problem.

In the 1990's, a set of projects oriented toward the use of injectable drugs were established in Brazil, including syringe exchanges (SURRATT & TELLES, 2000). With the implementation of a set of actions toward the control of HIV and other parenteral transmission infections among drug users this program prospers, as revealed both by the very multiplication of damage reduction programs between 1995 and 2003 (more than 200 were opened), many of them including syringe exchange. At the same time, the Brazilian Association of Harm Reducers (ABORDA) emerges, as well as other state associations (ANDRADE, T. M., 1998). Through CONAD (National Anti-Drug Council), linked to the Office of Institutional Security of the Presidency of the Republic, the National Anti-Drug Policy was formulated and established by the 4345/2002 decree, despite being prohibitionist in nature and preaching a society free of illicit drugs. Nonetheless, the law 10.409, promulgated in the same year,

institutes multi-professional treatment for drug addicts. That is the moment when the first mention of harm reduction in Brazilian legislation occurs.

Currently, following the setback after the 2016 elections, Brazil once again faces significant challenges in combating drug addiction and implementing effective public policies. However, some successful and promising initiatives emerge. For instance, the Open Arms Program in São Paulo City is an intersectoral action aimed at assisting drug addicts who are concentrated in the Luz region. The action encompasses health, work, shelter, and food and has shown improvements in the quality-of-life indicators of the participants. The REDES Project, that works as partnership between the National Secretariat for Drug Policy (SENAD), the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) and the Ministries of Health and Social Development. The project aims to promote the integration between health, prevention, safety, protection, and social inclusion policies, developing methodologies for integration among the public policies of the municipalities.

The execution of public policies on alcohol and drugs has several difficulties when taking into account the female population, such as the difficulty in getting justice for female addicts. This is concerning given the rise in the number of female inmates and the prevalence of drug-related offenses (GIACOMELLO; YOUNGERS, 2020). It is essential to make sure that laws and practices encourage gender equality and provide disadvantaged women with access to the judicial system. Actions to eliminate stigma and advance human rights should also be included in the promotion of public policies aimed at eliminating inequities and promoting equity. Drug addicts face stigma and discrimination that prevent them from receiving medical care and integrating into society. Furthermore, to guarantee the efficacy of public policies on alcohol and drugs, evidence-based preventive and treatment strategies are crucial.

Drug usage has a severe influence on society and the economy, leading to social marginalization, a loss of human capital, and other negative effects. Chemical dependency prevents people from developing personally and professionally, resulting in the loss of human capital and impeding the growth of communities. The stigma and discrimination experienced by drug users, on the other hand, make social marginalization a risk factor for problematic drug use and a role in the process of social exclusion. It is crucial to take into account strategies that can lower the frequency of crimes associated with substance misuse while examining local public policies on alcohol and drugs. This entails putting in place preventive and educational initiatives that address the dangers of substance abuse, as well as using successful rehabilitation and treatment strategies for those in vulnerable positions. Besides, it's critical to encourage integration between the criminal justice system, social assistance, and health care services. Collaboration between these areas may ensure a more comprehensive and coordinated response, involving the early identification of at-risk individuals, appropriate referral for treatment, and social reintegration initiatives intended to lower the likelihood of criminal recurrence. As a result, the harm reduction approach is currently the only suggestion that includes a healthier attitude in dealing with drug addiction.

According to neoliberal theory, the state must eliminate institutional and political frameworks that lead to the restriction of market freedoms and entrepreneurship while necessarily creating and preserving an institutional structure appropriate to such actions. Among other things, this implies that sectors such as education and health, historically not subject to market forces but that impact them significantly, must necessarily be aligned with these logics (LILACH; RUITENBERG, 2018) and with these discourses and attitudes. That is why (HARVEY, 2007) will say that neoliberalism results not only in institutional reform, but also in the adjustment of the speech that underlies it. Therefore, the appropriation of this discourse will result in a new way of seeing and thinking about its object. This may be an explanation of why health professionals lack the perception of weaknesses and idiosyncrasies that involve drug use disorders in the sense of diversity, to the extent that they themselves are molded to the neoliberal logic of standardization. This form of subjectification, which is part of the dominant neoliberal strategy, has engulfed health professionals to the point where some of them appear to be acting in ways that sustain and support such an ideology. In this context, the criminalization of drug use is part of a more intricate process. For instance, there is a clear incompatibility between the economical necessity of alcohol consumption and the rising expectations of care and attention in modern communities. This cultural conundrum has been resolved by making the individual responsible for managing the disagreement (and accountable for failing). The moderate drinker, who partakes of alcohol on a regular basis but never becomes intoxicated, is thus a hero of the economic system, painstakingly balancing underconsumption and overconsumption (ROOM, 2011).

Harm reduction, defined by the International Harm Reduction Association (IHRA), concerns a set of directions, rules, and practices sought to reduce associated drug abuse damage to psychoactive substances in subjects who, for several reasons, have difficulty or cannot stop drug intake. As the word itself indicates, this reduction focuses on preventing drug-related harm and difficulties more than preventing its use. What is crucial to comprehend at this point is that, from the standpoint of harm reduction, drug use is not the root cause of the issue per se but rather a significant mitigating component within a constellation of personal and institutional difficulties that have an adverse impact on the person (MARLATT; LARIMER; WITKIEWITZ, 2011). Overall, what is really addressed by Harm reduction approach is the social context, including social connections, social institutions, and value systems, in which the individual acts rather than necessarily some internal urge.

Therefore, the objectives of harm reduction policies and programs are not to fully eradicate drug use (despite abstinence being desired) or to stigmatize and label drug users as criminals and treat them accordingly, but rather to concentrate on specific problems that arise from drug use and reduce those harms. In reality, proponents of harm reduction emphasize a praxis-based approach in which users actively take charge of their lives as opposed to pushing away users from their own treatment. The main objective is to restore users' autonomy and treat them like real people rather than mindless machines that automatically obey chemically encoded directives over which they have no

control. Through this form of empowerment, people may begin to alter the contextual significance of their environment, including the values, objectives, and institutional factors that may underlie their addictive behavior (PEREZ; ESPOSITO, 2010).

REFERENCES

ADAMS, V. J. M.; VOLKOW, N. D. Ethical Imperatives to Overcome Stigma Against People With Substance Use Disorders. **AMA Journal of Ethics**, v. 22, n. 8, p. 702–708, 1 ago. 2020.

ADINOFF, B. Neurobiologic processes in drug reward and addiction. **Harvard Review of Psychiatry**, v. 12, n. 6, p. 305–320, dez. 2004.

AHMED, S. H.; KOOB, G. F. Transition to drug addiction: a negative reinforcement model based on an allostatic decrease in reward function. **Psychopharmacology (Berl)**, v. 180, n. 3, p. 473–90, jul. 2005.

ALI, S. F. et al. Understanding the Global Problem of Drug Addiction is a Challenge for IDARS Scientists. **Curr Neuropharmacol**, v. 9, n. 1, p. 2–7, mar. 2011.

ANDRADE, T. M. Princípios e Perspectivas da Redução de Danos entre Usuários de Drogas no Brasil. **Álcool e Drogas, Revista da ABEAD**, v. 1, n. 1–2, p. 51–58, 1998.

ASHFORD, R. D.; BROWN, A. M.; CURTIS, B. Substance use, recovery, and linguistics: The impact of word choice on explicit and implicit bias. **Drug and alcohol dependence**, v. 189, p. 131–138, 1 ago. 2018.

BARENIE, R. E. et al. Faculty, staff, and student perceptions of substance use disorder stigma in health profession training programs: a quantitative study. **Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy**, v. 18, n. 1, p. 2, 6 jan. 2023.

BARRY, C. L. et al. Stigma, discrimination, treatment effectiveness, and policy: public views about drug addiction and mental illness. **Psychiatric Services (Washington, D.C.)**, v. 65, n. 10, p. 1269–1272, out. 2014.

BASTOS, F. et al. **3rd National Survey on Drug Use by the Brazilian Population**. [s.l: s.n.].

BJERG, O. Drug Addiction and Capitalism: Too Close to the Body. **Body & Society**, v. 14, n. 2, p. 1–22, 1 jun. 2008.

BUCHMAN, D. Z.; REINER, P. Stigma and Addiction: Being and Becoming. **The American journal of bioethics : AJOB**, v. 9, n. 9, p. 18–19, set. 2009.

CORRIGAN, P. W.; KERR, A.; KNUDSEN, L. The stigma of mental illness: Explanatory models and methods for change. **Applied and Preventive Psychology**, v. 11, n. 3, p. 179–190, 1 set. 2005.

EISENBERG-GUYOT, J.; PRINS, S. J. The impact of capitalism on mental health: An epidemiological perspective. Em: BHUGRA, D. et al. (Eds.). **Oxford Textbook of Social Psychiatry**. [s.l.] Oxford University Press, 2022. p. 0.

FABRE, G. **Criminal Prosperity: Drug Trafficking, Money Laundering and Financial Crisis after the Cold War**. London: Routledge, 2002.

FONSECA, E. M. DA et al. Syringe exchange programs in Brazil: preliminary assessment of 45 programs. 2006.

GIACOMELLO, C.; YOUNGERS, C. A. Women Incarcerated for Drug-related Offences: A Latin American Perspective. Em: BUXTON, J.; MARGO, G.; BURGER, L. (Eds.). **The Impact of Global Drug Policy on Women: Shifting the Needle**. [s.l.] Emerald Publishing Limited, 2020. p. 103–111.

GOLDSMITH, R. J.; GARLAPATI, V. Behavioral interventions for dual-diagnosis patients. **The Psychiatric Clinics of North America**, v. 27, n. 4, p. 709–725, dez. 2004.

HARVEY, D. Neoliberalism as Creative Destruction. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 610, n. 1, p. 21–44, 1 mar. 2007.

HASANOV, F.; IZRAELI, O. Income Inequality, Economic Growth, and the Distribution of Income Gains: Evidence from the U.s. States*. **Journal of Regional Science**, v. 51, n. 3, p. 518–539, 2011.

KILPATRICK, D. G. et al. Risk factors for adolescent substance abuse and dependence: data from a national sample. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 68, n. 1, p. 19–30, fev. 2000.

KOOB, G. F. Neurobiology of addiction. Toward the development of new therapies. **Ann N Y Acad Sci**, v. 909, p. 170–85, 2000.

LAMMERS, S. M. M. et al. [Substance use and criminality: a review]. **Tijdschrift Voor Psychiatrie**, v. 56, n. 1, p. 32–39, 2014.

LILACH, M.; RUITENBERG, C. W. Professionalism discourses and neoliberalism in teacher education. **Alberta Journal of Educational Research**, v. 64, p. 364–377, nov. 2018.

MARLATT, G. A.; LARIMER, M. E.; WITKIEWITZ, K. **Harm Reduction, Second Edition: Pragmatic Strategies for Managing High-Risk Behaviors**. [s.l.] Guilford Press, 2011.

MCINTYRE, S. The (Capitalist) making of an addict: A Marxian and Durkheimian perspective on modern manifestations of addiction. **International Journal of Sociology and Anthropology**, v. 13, n. 4, p. 135–141, 19 nov. 2021.

MENNIS, J.; STAHLER, G. J.; MASON, M. J. Risky Substance Use Environments and Addiction: A New Frontier for Environmental Justice Research. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 13, n. 6, p. E607, 18 jun. 2016.

MORAN, P. B.; VUCHINICH, S.; HALL, N. K. Associations between types of maltreatment and substance use during adolescence. **Child Abuse & Neglect**, v. 28, n. 5, p. 565–574, maio 2004.

NYBLADE, L. et al. Stigma in health facilities: why it matters and how we can change it. **BMC Medicine**, v. 17, n. 1, p. 25, 15 fev. 2019.

PEREZ, F.; ESPOSITO, L. The Global Addiction and Human Rights: Insatiable Consumerism, Neoliberalism, and Harm Reduction. **Perspectives on Global Development and Technology**, v. 9, p. 84–100, 1 mar. 2010.

PIKETTY, T. Réflexions sur le capital au xxi e siècle 1. **Cités**, v. 64, n. 4, p. 125–144, 2015.

ROOM, R. Addiction and personal responsibility as solutions to the contradictions of neoliberal consumerism. **Critical Public Health**, v. 21, n. 2, p. 141–151, 1 jun. 2011.

SANTOS, J. A. T.; OLIVEIRA, M. L. F. DE. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico [Public policies on alcohol and other drugs: a brief historical rescue]. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, v. 4, n. 1, p. 82–89, 15 fev. 2013.

SIMANTOV, E.; SCHOEN, C.; KLEIN, J. D. Health-Compromising Behaviors: Why Do Adolescents Smoke or Drink?: Identifying Underlying Risk and Protective Factors. **Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine**, v. 154, n. 10, p. 1025–1033, 1 out. 2000.

SINGH, V.-A. S.; THORNTON, T.; TONMYR, L. Determinants of Substance Abuse in a Population of Children and Adolescents Involved with the Child Welfare System. **International Journal of Mental Health and Addiction**, v. 9, n. 4, p. 382–397, 1 ago. 2011.

SINHA, R. Chronic stress, drug use, and vulnerability to addiction. **Ann N Y Acad Sci**, v. 1141, p. 105–30, out. 2008.

SMITH, J. P.; BOOK, S. W. Anxiety and Substance Use Disorders: A Review. **The Psychiatric Times**, v. 25, n. 10, p. 19–23, out. 2008.

SURRATT, H; TELLES, P. The harm reduction movement in brazil: issues and experiences. Em: **Harm reduction: National and international perspectives**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc.: Inciardi, J. A.; Harrison, L. D., 2000. p. 137–154.

TEIXEIRA, M. B. et al. Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1455–1466, maio 2017.

VAN BOEKEL, L. C. et al. Stigma among health professionals towards patients with substance use disorders and its consequences for healthcare delivery: systematic review. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 131, n. 1–2, p. 23–35, 1 jul. 2013.

WALL, A. E.; KOHL, P. L. Substance use in maltreated youth: findings from the national survey of child and adolescent well-being. **Child Maltreatment**, v. 12, n. 1, p. 20–30, fev. 2007.

WEISS, M. G.; RAMAKRISHNA, J.; SOMMA, D. Health-related stigma: rethinking concepts and interventions. **Psychology, Health & Medicine**, v. 11, n. 3, p. 277–287, ago. 2006.

WHITE, F. Application of Disease Etiology and Natural History to Prevention in Primary Health Care: A Discourse. **Medical Principles and Practice**, v. 29, n. 6, p. 501–513, dez. 2020.

WIDOM, C. S. et al. Long-term effects of child abuse and neglect on alcohol use and excessive drinking in middle adulthood. **Journal of Studies on Alcohol and Drugs**, v. 68, n. 3, p. 317–326, maio 2007.

ACESSO À JUSTIÇA E OS FENÔMENOS DA JUDICIALIZAÇÃO E DO ATIVISMO JUDICIAL NO SISTEMA BRASILEIRO

ACCESS TO JUSTICE AND THE PHENOMENA OF JUDICIALIZATION AND JUDICIAL ACTIVISM IN THE BRAZILIAN SYSTEM

Área temática 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

MELO FILHO, Renato Luís
Doutorando, Mestre e Graduado em Direito pela UNESP/Franca, Professor Substituto de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Franca/SP e membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
r.melo@unesp.br

ACOSTA, Leonardo Machado.
Mestrando em Direito pela UNESP/Franca e Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca e membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
leonardo.acosta@unesp.br

CANAVEZ, Luciana Lopes
Doutora em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo, Mestre em Direito pela Universidade de Franca, Docente e Coordenadora do projeto "Caminhos da Justiça", ambos vinculados ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
luciana.canavez@unesp.br

MAROSTICA, Paula Baraldi Artoni
Doutoranda, Mestre e Graduada em Direito pela UNESP/Franca, membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
paula.artoni@unesp.br

MARQUES, Douglas.
Mestrando e Graduado em Direito pela UNESP/Franca, membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP, bolsista CAPES.
douglas.marques@unesp.br

Resumo

A vida em sociedade torna necessária a existência de um conjunto de normas reguladoras do comportamento humano, cabendo ao Poder Judiciário aplicar, ao caso concreto, o ordenamento jurídico vigente, balizado por interesses públicos e privados, na tentativa de alcançar a pacificação dos conflitos sociais. O amplo acesso à justiça, garantido pela Emenda Constitucional n° 45/2004, que permite o ajuizamento dos mais diversos conflitos de interesses, de grande repercussão política-econômica-social, faz crescer consideravelmente o número de novas demandas, causando o fenômeno entendido como judicialização. Além disso, a prática do ativismo judicial, outro importante fenômeno, traz novas interpretações à Constituição Federal e causa rebuliço no cenário forense, com estudiosos favoráveis e contrários. Todavia, por vezes e por diferentes fatores, processos ficam represados e isso causa insegurança jurídica, diante do efeito nefasto causado pela morosidade judiciária. Este artigo científico, utilizando-se dos métodos indutivo e dedutivo, sob uma perspectiva crítico-analítica, busca analisar o acesso à justiça e os impactos dos fenômenos da judicialização e do ativismo no sistema de justiça brasileiro, justificando-se o estudo diante do contexto atual em que se busca instituições cada vez mais eficazes.

Palavras-chave: Acesso à justiça, judicialização, ativismo judicial.

Abstract

Life in society requires the existence of a set of norms that regulate human behavior, with the Judiciary being responsible for applying, to the specif case, the current legal system, guided by public and private interests, in attempt to achieve the pacification of social conflicts. The broad access to justice, guaranteed by Constitucional Amendment n° 45/2004, which allows the filing of the most diverse conflicts of interest, with great political-economic-social repercussions, increases considerably the number of new demands, causing the phenomenon understood as judicialization. Furthermore, the practice of judicial activism, another important phenomenon, brings new interpretations to the Federal Constitution and causes a stir in the forensic scenario, with scholars in favor and against. However, sometimes and due to diferente factors, processes become blocked and this causes legal uncertainty, given the harmful effect caused by judicial slowness. This scientific article, using inductive and deductive methods, from a critical-analytical pespective, seeks to analyse access to justice and the impacts of the phenomens of judicialization and activism in the brazilian justice system, justifying the study in light of the context current situation in which increasingly more effective institutions are sought.

Keywords: Access to justice, judicialization, judicial activism.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, pode-se dizer que, num primeiro momento, não havia nenhum poder dominante, transmitindo-se a falaciosa ideia de o poder supostamente ter aflorado de acordo com o desenvolvimento do sistema de apropriação e de imposição dos próprios indivíduos. No entanto, as relações interpessoais sempre se mostraram conturbadas, pois cada indivíduo tinha uma visão diferente ou nem sempre comum aos demais à sua volta.

A partir de então é que se verifica o surgimento da figura do Estado, eis que se demonstrava necessária a existência de um ente abstrato capaz de organizar e até mesmo controlar este novo poder dos indivíduos. Isto porque, como se tem conhecimento, os interesses coletivos da sociedade são superiores aos interesses individuais, necessitando, portanto, de regulação para que possa haver uma coexistência harmônica entre ambos.

Além da regulação do comportamento social, ao Estado cabe também assegurar a existência de medidas que proporcionem um patamar mínimo de dignidade aos seus cidadãos. E nos textos constitucionais positivados mundialmente estão previstas a maioria das medidas norteadoras, denominadas garantias ou direitos fundamentais.

Na Constituição Federal de 1988, norma interna de hierarquia superior no Brasil, podem ser citados, a título de exemplificação, as previsões relativas à saúde, à educação, à moradia, à previdência social, à liberdade de crença, dentre tantas outras. Ocorre que, quando o Estado não provê as garantias ou os direitos assegurados pela própria Constituição, o cidadão (ou jurisdicionado) deve se socorrer dos meios cabíveis para que não se encontre totalmente desprotegido.

Esses casos refletem a busca dos cidadãos por aquilo que se entende como justiça social, não alcançada eventualmente no âmbito administrativo. O problema é que, diante de outras garantias como a facilitação do acesso à justiça – sem que aqui se realize qualquer juízo de valor a este respeito, pois não se trata deste o objeto de estudo –, o Judiciário se depara com um crescimento das novas demandas, tanto particulares quanto também coletivas, conforme se estudará no item a seguir.

Ao Judiciário cabe intervir sempre que houver lesão ou simples ameaça a direitos previstos no ordenamento jurídico. Trata-se da função jurisdicional, garantida no bojo da Constituição da República de 1988. Porém, com o passar do tempo, especialmente após o advento da Reforma do Judiciário, com a Emenda Constitucional n°45/2004, a facilitação do acesso à justiça, somada a constante violação de direitos pelos demais poderes da República, fizeram (e ainda fazem) surgir interesse subjetivos relacionados à obtenção das necessidades até então ignoradas ou violadas.

Todavia, sem adentrar ao mérito da questão culturalmente arraigada sobre o constante estímulo por litígios, algo que se busca mudar, sobretudo, nas últimas décadas, diante da deficiência de estrutura e até mesmo pela carência de investimentos em material humano, o Poder Judiciário passa a ser assoberbado por um incremento de novas demandas que, infelizmente, é humanamente

impossível de ser escoado com a mesma velocidade e presteza garantidos pelo ordenamento jurídico.

Este trabalho tem por finalidade analisar o acesso à justiça e os impactos dos fenômenos da judicialização e do ativismo no sistema de justiça brasileiro, justificando-se o estudo diante do contexto atual em que se busca instituições cada vez mais eficazes, o que se fará de maneira crítica e sistemática, sem a intenção de esgotar a temática. Assim, o trabalho inicialmente tratará dos fenômenos isoladamente, para depois tecer considerações finais relacionadas aos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea no que se refere à atividade judicante e seus desafios.

2. O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS

De fato, o fenômeno relativo ao aumento exacerbado do número de demandas judiciais, conhecido na doutrina atual – e cuja nomenclatura se adota neste estudo – como judicialização[1] dos conflitos, trata-se de uma realidade contemporânea, na qual questões de larga repercussão social, política e/ou até mesmo econômica são postas à análise do Poder Judiciário.

Nos dizeres do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, "[...] a judicialização envolve uma transferência de poderes para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade."[2] No mundo, ensina o Ministro que:

> Todos esses casos ilustram a fluidez da fronteira entre política e justiça no mundo contemporâneo. Ainda assim, o caso brasileiro é especial, pela extensão e pelo volume. Circunstâncias diversas, associadas à Constituição, à realidade política e à competência dos Poderes alçaram o Supremo Tribunal Federal, nos últimos tempos, às manchetes dos jornais. Não exatamente em uma seção sobre juízes e tribunais – que a maioria dos jornais não tem, embora seja uma boa ideia –, mas nas seções de economia, política, ciências, polícia. Bastante na de polícia. [3]

Adiante, complementa:

> Acrescente-se a tudo isso a transmissão direta dos julgamentos do Plenário da Corte pela TV Justiça. Em vez de audiências reservadas e deliberações a portas fechadas, como nos tribunais de quase todo o mundo, aqui se julga sob o olhar implacável das câmeras de televisão. Há quem não goste e, de fato, é possível apontar inconveniências. Mas o ganho é maior do que a perda. Em um país com o histórico do nosso, a possibilidade de assistir onze pessoas bem preparadas e bem intencionadas decidindo questões nacionais é uma boa imagem. A visibilidade pública contribui para a transparência, para o controle social e, em última análise, para a democracia.[4]

Todavia, para que se entenda o fenômeno apresentado, necessário elencar os principais fatores que contribuíram para que tudo chegasse ao atual estágio, que são a redemocratização do país, o processo de constitucionalização abrangente e, por fim, o próprio sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Passemos à análise de cada uma das causas.

A primeira grande causa da judicialização foi o chamado período de redemocratização nacional, que teve como ponto culminante a promulgação da Constituição de 1988. Nas últimas décadas, pode-se dizer que o Judiciário se transformou em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis, inclusive confrontando com outros poderes, se necessário. Neste ambiente democrático foram reafirmados valores como a própria cidadania, conferindo maior nível de

---

[1] Em complemento "(...) algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo." BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Suffragium**: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.11-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 12.

[2] Ibid.

[3] Ibid., p. 13.

[4] Ibid.

informação e até mesmo de consciência de direitos à toda a população, inclusive classes menos favorecidas, que passaram a buscar a proteção de seus interesses perante juízes e tribunais. "Nesse mesmo contexto, deu-se a expansão institucional do Ministério Público, com aumento da relevância de sua atuação fora da área estritamente penal, bem como a presença crescente da Defensoria Pública em diferentes partes do Brasil."[5] Pode-se dizer, assim, que o processo de redemocratização brasileiro, ocorrido após o advento da CF/88, trouxe forças e até mesmo propiciou a expansão do Poder Judiciário, fato que instigou o aumento da demanda por justiça na sociedade nacional.

No que se refere à segunda causa que influiu ativamente para o atual fenômeno da judicialização, isto é, o processo de constitucionalização, verificado de maneira mais abrangente, também nos explica Barroso:

> A segunda causa foi a constitucionalização abrangente, que trouxe para a Constituição inúmeras matérias que antes eram deixadas para o processo político majoritário e para a legislação ordinária. Essa foi, igualmente, uma tendência mundial, iniciadas com a Constituições de Portugal (1976) e Espanha (1978), que foi potencializada entre nós com a Constituição de 1988. A Carta brasileira é analítica, ambiciosa, desconfiada do legislador. Como intuitivo, constitucionalizar uma matéria significa transformar Política em Direito. Na medida em que uma questão – seja um direito individual, uma prestação estatal ou um fim público – é disciplinada em uma norma constitucional, ela se transforma, potencialmente, em uma pretensão jurídica, que pode ser formulada sob a forma de ação judicial. Por exemplo: se a Constituição assegura o direito de acesso ao ensino fundamental ou ao meio-ambiente equilibrado, é possível judicializar a exigência desses dois direitos, levando ao Judiciário o debate sobre ações concretas ou políticas públicas praticadas nessas duas áreas.[6]

Significa dizer, portanto, que o movimento que imprimiu à Constituição Federal sua faceta política de caráter deontológico – seguindo-se uma tendência verificada mundialmente –, ao trazer em seu bojo inúmeras garantias fundamentais e outros tantos direitos correlatos, o que ocorreu de forma inevitável foi imprimir a esses mesmos direitos e garantias o *status* de pretensão jurídica que, quando resistida, faz nascer o interesse de agir do jurisdicionado para levar ao Terceiro Poder – e, assim, judicializar – o problema, na forma de uma demanda individual ou coletiva, o que também fez crescer o número de processos em trâmite nos tribunais do país.

Por fim, a última causa, ligada à judicialização dos conflitos, relaciona-se ao próprio sistema de controle de constitucionalidade vigente, pois, como bem assevera o jurista:

> A terceira e última causa da judicialização, a ser examinada aqui, é o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, um dos mais abrangentes do mundo. Referido como híbrido ou eclético, ele combina aspectos de dois sistemas diversos: o americano e o europeu. Assim, desde o início da República, adota-se entre nós a fórmula americana de controle incidental e difuso, pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode deixar de aplicar uma lei, em um caso concreto que lhe tenha sido submetido, caso a considere inconstitucional. Por outro lado, trouxemos do modelo europeu o controle por ação direta, que permite que determinadas matérias sejam levadas em tese e imediatamente ao Supremo Tribunal Federal. A tudo isso se soma o direito de propositura amplo, previsto no art. 103, pelo qual inúmeros órgãos, bem como entidades públicas e privadas – as sociedades de classe de âmbito nacional e as confederações sindicais – podem ajuizar ações diretas. Nesse cenário, quase qualquer questão política ou moralmente relevante pode ser alçada ao STF. De fato, somente no ano de 2008, foram decididas pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito de ações diretas – que compreendem a ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), a

5 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p. p.11-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 12.

6 Ibid. p. 13.

> ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) – questões como: a) o pedido de declaração de inconstitucionalidade, pelo Procurador-Geral da República, do art. 5º da Lei de Biossegurança, que permitiu e disciplinou as pesquisas com células-tronco embrionárias (ADIn 3.150); b) o pedido de declaração da constitucionalidade da Resolução n. 7, de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, que vedou o nepotismo no Poder Judiciário (ADC 12); c) o pedido de suspensão dos dispositivos da Lei de Imprensa incompatíveis com a Constituição de 1988 (ADPF 130). No âmbito das ações individuais, a Corte manifestou sobre temas como quebra de sigilo judicial por CPI, demarcação de terras indígenas na região conhecida como Raposa/Serra do Sol e uso de algemas, dentre milhares de outros.[7]

O sistema misto de controle de constitucionalidade adotado pelo Brasil, somado ao amplo direito de propositura das respectivas ações de controle de constitucionalidade, propiciou o aumento das discussões de praticamente todas as questões políticas ou que se entenda moralmente relevantes, cuja propositura se dá diretamente na Corte Superior do país.

3. O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL

Próximo ao fenômeno da judicialização encontra-se a (atualmente) famigerada prática do ativismo judicial. Muito embora próximas, ambas não possuem as mesmas origens, ainda que seus reflexos sejam verificados no mesmo âmbito, o forense.

Como visto anteriormente, a judicialização, no contexto brasileiro, é um fato, uma circunstância que decorre do modelo constitucional adotado, e não propriamente um exercício deliberado de vontade política. Ou seja, o Poder Judiciário atua porque se trata de seu encargo constitucional, cabendo aos magistrados exercer a jurisdição. Luís Roberto Barroso acrescenta:

> Já o ativismo judicial é uma atitude, a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance. Normalmente ele se instala em situações de retração do Poder Legislativo, de um certo descolamento entre a classe política e a sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva.[8]

Seu surgimento foi verificado na Suprema Corte estadunidense[9], diante de problemas relacionados a questões de segregação racial e invalidação das leis sociais do país. A partir da década de 50, a Corte passou a produzir decisões de natureza progressista e extensiva em matéria de direitos fundamentais, especialmente no que tocava aos cidadãos negros, acusados em processos criminais, mulheres, dentre outros.

Em sistemas voltados ao *common law* a prática do ativismo é bem mais acentuada, e abarca desde o uso da interpretação teleológica, de sentido evolutivo, ou a integração de lacunas, em que o Poder Judiciário atua de forma juridicamente irrepreensível, até as situações em que os limites impostos pelo legislador são claramente ultrapassados, configurando-se desvio de função por parte do órgão jurisdicional.[10] O importante a ser destacado é que o ativismo não revela necessariamente uma prática ruim. Ou seja, quando não for verificado nenhum excesso ou desvio de função, poderá ser até estimulado, respeitando-se a essência das normas previstas e a uniformização jurisprudencial almejada nos dias atuais.

No Brasil, a prática mais comum era contrária ao ativismo, conhecida como autocontenção. Nos dizeres de Barroso:

---

7 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.1-177. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 13.

8 Ibid. p. 14.

9 ABBOUD, Georges; LUNELLI, Guilherme. Ativismo judicial e instrumentalidade do processo: diálogos entre discricionariedade e democracia. Revista de Processo (RePro), São Paulo, v. 40, n. 242, p. 19-45, abr. 2015. Disponível em: <http://www.bvr.com.br/abdpro/wp-content/uploads/2016/03/Ativismo-e-Instrumentalidade-do-Processo-v.-digital.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

10 RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 110.

> Até o advento da Constituição de 1988, essa era a inequívoca atuação do Judiciário no Brasil. A principal diferença metodológica entre as duas posições está em que, em princípio, o ativismo judicial procura extrair o máximo de potencialidades do texto constitucional, sem contudo invadir o campo da criação livre do Direito. A autocontenção, por sua vez, restringe o espaço da incidência da Constituição em favor das instâncias tipicamente políticas.[11]

Atualmente, no entanto, o Poder Judiciário brasileiro tem adotado uma postura diferente, voltada ao ativismo.[12] Em exemplo pertinente, o constitucionalista trata das questões voltadas à saúde:

> [...] na categoria de ativismo mediante imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público, notadamente em matéria de políticas públicas, o exemplo mais notório provavelmente é o da distribuição de medicamentos e determinação de terapias mediante decisão judicial. A matéria ainda não foi apreciada a fundo pelo Supremo Tribunal Federal, exceto em pedidos de suspensão de segurança. Todavia, nas justiças estadual e federal em todo o país, multiplicam-se as decisões que condenam a União, o Estado ou o Município – por vezes, os três solidariamente – a custear medicamentos e terapias que não constam das listas e protocolos do Ministério da Saúde ou das Secretarias Estaduais e municipais. Em alguns casos, os tratamentos exigidos são experimentais ou devem ser realizados no exterior.[13]

O dualismo entre ativismo-autocontenção judicial está presente na maior parte dos países que adotam o modelo de tribunais constitucionais ou supremas cortes e que possuam competência para exercer o controle de constitucionalidade das leis e dos próprios atos emanados do Poder Público. E as duas posições se revelam na forma pendular, de acordo com a importância conferida pelos outros dois poderes de cada nação:

> No Brasil dos últimos anos, apesar de muitos vendavais, o Poder Executivo, titularizado pelo Presidente da República, desfruta inegável popularidade. Salvo por questões ligadas ao uso excessivo de medidas provisórias e algumas poucas outras, é limitada a superposição entre Executivo e Judiciário. Não assim, porém, no que toca ao Congresso Nacional. Nos últimos anos, numa persistente crise de representatividade, legitimidade e funcionalidade no âmbito do Legislativo tem alimentado a expansão do Judiciário nessa direção, em nome da Constituição, com a prolação de decisões que suprem omissões e, por vezes, inovam na ordem jurídica, com caráter normativo geral.[14]

No excerto acima, percebe-se que o Judiciário brasileiro tem ganhado forças atendendo as demandas sociais que não são asseguradas pelo parlamento, o que revela um aspecto positivo da prática ativista, com a ultrapassagem das linhas demarcatórias da função jurisdicional, em detrimento

---

11 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.1-177. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 13.

12 Ibid., p. 15: "Não é difícil ilustrar a tese. Veja-se, em primeiro lugar, um caso de aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário: o da fidelidade partidária. O STF, em nome do princípio democrático, declarou que a vaga no Congresso pertence ao partido político. Criou, assim, uma nova hipótese de perda de mandato parlamentar, além das que se encontram expressamente previstas no texto constitucional. Por igual, a extensão da vedação do nepotismo aos Poderes Legislativo e Executivo, com a expedição de súmula vinculante, após o julgamento de um único caso, também assumiu a conotação quase-normativa. O que a Corte fez foi, em nome dos princípios da moralidade e da impessoalidade, extrair uma vedação que não estava explicitada em qualquer regra constitucional ou infraconstitucional expressa."

13 Ibid.

14 Ibid.

principalmente da função legislativa.[15] Em contrapartida, revela negativamente, também, os problemas enfrentados pela esfera legiferante.

O que se percebe, então, é que o ativismo pode assumir um caráter até mesmo prejudicial, visto que decisões de cunho ativista devem ser editadas apenas em momentos históricos determinados, isto é, eventualmente, jamais como regra, de forma a evitar a banalização da prática. Além disso, o excesso pode representar riscos para a legitimidade democrática, ligados à politização indevida da justiça e aos limites da capacidade institucional do Judiciário.[16]

Acerca do risco ligado à legitimidade democrática, de se considerar que muito embora juízes, desembargadores e ministros exerçam um poder político – que pode até invalidar determinados atos dos outros dois poderes –, na verdade não se tratam de agentes públicos eleitos (pelo povo, em sufrágio universal). "Onde estaria, então, sua legitimidade para invalidar decisões daqueles que exercem mandato popular, que foram escolhidos pelo povo? Há duas justificativas: uma de natureza normativa e outra filosófica."[17] Discorre Barroso quanto a elas:

> O fundamento normativo decorre, singelamente, do fato de que a Constituição brasileira atribui expressamente esse poder ao Judiciário e, especialmente, ao Supremo Tribunal Federal. A maior parte dos Estados democráticos reserva uma parcela de poder político para ser exercida por agentes públicos que não são recrutados pela via eleitoral, e cuja atuação é de natureza predominantemente técnica e imparcial. De acordo com o conhecimento tradicional, magistrados não têm vontade política própria. Ao aplicarem a Constituição e as leis, estão concretizando decisões que foram tomadas pelo constituinte ou pelo legislador, isto é, pelos representantes do povo. Essa afirmação, que reverencia a lógica da separação de Poderes, deve ser aceita com temperamentos, tendo em vista que juízes e tribunais não desempenham uma atividade puramente mecânica. Na medida em que lhes cabe atribuir sentido a expressões vagas, fluidas e indeterminadas, como dignidade da pessoa humana, direito de privacidade e boa-fé objetiva, tornam-se, em muitas situações, co-participantes do processo de criação do Direito. A justificação filosófica para a jurisdição constitucional e para a atuação do Judiciário na vida institucional é um pouco mais sofisticada, mas ainda assim fácil de compreender. O Estado constitucional democrático, como o nome sugere, é produto de duas ideias que se acoplaram, mas não se confundem. Constitucionalismo significa poder limitado e respeito aos direitos fundamentais. O Estado de direito como expressão da razão. Já democracia significa soberania popular, governo do povo. O poder fundado na vontade da maioria. Entre democracia e constitucionalismo, entre vontade e razão, entre direitos fundamentais e governo da maioria, podem surgir situações de tensão e de conflitos aparentes.[18]

A par disso, sabe-se que a Constituição Federal deve exercer dois diferentes papeis. O primeiro estabelecendo as regras e limites do processo democrático assegurando a participação política ampla, o governo da maioria e a alternância do poder. Ao mesmo tempo, deve proteger os direitos e as garantias fundamentais (segundo papel), mesmo que isso represente ir contra a vontade circunstancial daquele que detém mais votos. Assim, a jurisdição constitucional bem exercida se revela mais como uma garantia do que como um risco. No entanto, isso não pode significar a supressão, pelo Judiciário, do papel do Legislativo.[19]

---

15 RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 116.

16 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.1-177. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 16.

17 Ibid.

18 Ibid. p. 16-17.

19 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.11-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 17: "Com exceção do que seja essencial para preservar a

Quanto ao mais, em relação ao risco de politização da justiça, de início, cabe destacar que direito não se confunde com política, ou seja, não se deve submeter o que é correto e justo à vontade de quem detém o poder.[20] Ainda assim, nos ensinamentos do professor Barroso:

> Direito é política no sentido de que (i) sua criação é produto da vontade da maioria, que se manifesta na Constituição e nas leis; (ii) sua aplicação não é dissociada da realidade política, dos efeitos que produz no meio social e dos sentimentos e expectativas dos cidadãos; (iii) os juízes não são seres sem memória e sem desejos, libertos do próprio inconsciente e de qualquer ideologia e, consequentemente, sua subjetividade há de interferir com os juízos de valor que formula. A Constituição faz a interface entre o universo político e o jurídico, em um esforço para submeter o poder às categorias que mobilizam o Direito, como a justiça, a segurança e o bem-estar social. Sua interpretação, portanto, sempre terá uma dimensão política, ainda que balizada pelas possibilidades e limites oferecidos pelo ordenamento vigente.[21]

Da mesma forma, direito não é política no sentido de admitir a possibilidade de escolhas livres, tendenciosas ou de cunho partidário. Assim, não se pode admitir que a judicialização da política se transforme em politização da justiça.[22]

> Nessa linha, cabe reavivar que o juiz: (i) só deve agir em nome da Constituição e das leis, e não por vontade política própria; (ii) deve ser deferente para com as decisões razoáveis tomadas pelo legislador, respeitando a presunção de validade das leis; (iii) não deve perder de vista que, embora não eleito, o poder que exerce é representativo (i.e, emana do povo e em seu nome deve ser exercido), razão pela qual sua atuação deve estar em sintonia com o sentimento social, na medida do possível. Aqui, porém, há uma sutileza: juízes não podem ser populistas e, em certos casos, terão de atuar de modo contramajoritário. A conservação e a promoção dos direitos fundamentais, mesmo contra a vontade das maiorias políticas, é uma condição de funcionamento do constitucionalismo democrático. Logo, a intervenção do Judiciário, nesses casos, sanando uma omissão legislativa ou invalidando uma lei inconstitucional, dá-se a favor e não contra a democracia.[23]

Por fim, antes de adentrar às limitações da capacidade institucional do Poder Judiciário, necessário se faz explicar qual o sentido que possui a expressão "capacidade institucional":

> Capacidade institucional envolve a determinação de qual poder está mais habilitado a produzir a melhor decisão em determinada matéria. Temas envolvendo aspectos técnicos ou científicos de grande complexidade podem não ter no juiz de direito o árbitro mais qualificado, por falta de informação ou conhecimento específico. Formalmente, os membros do Poder Judiciário sempre conservarão a sua competência para o pronunciamento definitivo. Mas em situações como as descritas,

---

democracia e os direitos fundamentais, em relação a tudo mais os protagonistas da vida política devem ser os que têm votos. Juízes e tribunais não podem presumir demais de si próprios – como ninguém deve, aliás, nessa vida – impondo suas escolhas, suas preferências, sua vontade. Só atuam, legitimamente, quando sejam capazes de fundamentar racionalmente suas decisões, com base na Constituição."

20 Ibid. p. 18: "Em uma cultura pós-positivista, o Direito se aproxima da Ética, tornando-se instrumento da legitimidade, da justiça e da realização da dignidade da pessoa humana. Poucas críticas são mais desqualificantes para uma decisão judicial do que a acusação de que é política e não jurídica. Não é possível ignorar, porém, que a linha divisória entre Direito e Política, que existe inegavelmente, nem sempre é nítida e certamente não é fixa."

21 Ibid. p. 18

22 Ibid.: "Quando se debateu a criação do primeiro tribunal constitucional na Europa, Hans Kelsen e Carl Schmitt travaram um célebre e acirrado debate teórico acerca de quem deveria ser o guardião da Constituição. Contrário à existência da jurisdição constitucional, Schmitt afirmou que a pretensão de judicialização da política iria se inverter em politização da justiça."

23 Ibid. p. 19.

> normalmente deverão eles prestigiar as manifestações do Legislativo e do Executivo, cedendo passo para juízos discricionários dotados de razoabilidade. Em questões como demarcação de terras indígenas ou transposições de rios, em que tenha havido estudos técnicos e científicos adequados, a questão da capacidade institucional deve ser sopesada de maneira criteriosa.[24]

O que se pode inferir, levando-se em conta o conceito acima indicado, é que o Judiciário possui uma capacidade institucional limitada, notadamente por não compreender, dentre suas funções, a realização de estudos técnicos adequados, ao longo do tempo, para que os seus magistrados possam proferir decisões que influam em larga escala no quotidiano dos cidadãos, ou que interfiram de maneira considerável nas atividades do Legislativo e do Executivo. O Judiciário pode interferir em quase todas as matérias, sem que, no entanto, seja conveniente fazê-lo (em âmbito prático). É preciso que se faça uma avaliação criteriosa da capacidade institucional e não que se queira interferir em todas as questões políticas, indistintamente. É que, segundo o constitucionalista:

> A maior parte dos Estados democráticos do mundo se organizam em um modelo de separação de Poderes. As funções estatais de legislar (criar o direito positivo), administrar (concretizar o Direito e prestar serviços públicos) e julgar (aplicar o Direito nas hipóteses de conflito) são atribuídas a órgãos distintos, especializados e independentes. Nada obstante, Legislativo, Executivo e Judiciário exercem um controle recíproco sobre as atividades de cada um, de modo a impedir o surgimento de instâncias hegemônicas, capazes de oferecer riscos para a democracia e para os direitos fundamentais. Note-se que os três poderes interpretam a Constituição, e sua atuação deve respeitar os valores e promover os fins nela previstos. No arranjo institucional em vigor, em caso de divergência na interpretação das normas constitucionais ou legais, a palavra final é do Judiciário. Essa primazia não significa, porém, que toda e qualquer matéria deva ser decidida em um tribunal. Nem muito menos legitima a arrogância no judicial.[25]

Em síntese, diante de tudo quanto foi exposto neste item, depreende-se que a judicialização pode ser compreendida como fruto/resultado do próprio sistema constituinte brasileiro, que permite que discussões de larga escala social, política ou econômica sejam levadas ao conhecimento do Poder Judiciário.

Por seu turno, o ativismo exprime a vontade do aplicador da norma ao caso concreto, de forma que a Constituição seja interpretada de maneira proativa e expansiva, quando os demais poderes se afigurarem inertes. É o "[...] exercício da função jurisdicional para além dos limites impostos pelo próprio ordenamento que incumbe, institucionalmente, ao Poder Judiciário fazer atuar, resolvendo litígios de feições subjetivas (conflitos de interesse) e controvérsias jurídicas de natureza objetiva (conflitos normativos)."[26]

Os riscos inerentes a ambos os fenômenos (ou condutas) se revela na possível politização da justiça, envolvendo questões importantes como a da legitimidade democrática e até mesmo excesso de discricionariedade/ingerência do Poder Judiciário sobre as outras esferas.

---

24 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.1-177. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 19-20: "Também o risco de efeitos sistêmicos imprevisíveis e indesejados pode recomendar, em certos casos, uma posição de cautela e deferência por parte do Judiciário. O juiz, por vocação e treinamento, normalmente está preparado para realizar a justiça do caso concreto, a microjustiça. Ele nem sempre dispõe das informações, do tempo e mesmo do conhecimento para avaliar o impacto de determinadas decisões, proferidas em processos individuais, sobre a realidade de um segmento econômico ou sobre a prestação de um serviço público. Tampouco é passível de responsabilização política por escolhas desastradas."

25 Ibid. p. 20.

26 RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 129.

Ainda assim, o Judiciário "[...] é o guardião da Constituição e deve fazê-la valer, em nome dos direitos fundamentais e dos valores e procedimentos democráticos, inclusive em face de outros Poderes."[27]

No cenário prático, o jurisdicionado recorre a um dos pilares do Estado Democrático de Direito para efetivar direitos ligados à dignidade da pessoa humana, eis que o próprio Estado lhe nega a consecução de tais direitos na seara administrativa (ou extrajudicial). O mesmo ente (Estado) assegura os direitos, mas não os entrega aos seus cidadãos. Ainda assim, cria mecanismos que propiciam aos lesados a oportunidade de recorrer a um dos pilares (poder jurisdicional), para que, estabelecida a obrigação ao âmbito executivo, esses cidadãos obtenham aquilo que foi previsto anteriormente pela esfera legiferante.

Diante da problemática apresentada, bem como da pesquisa realizada até o presente momento, depreende-se que, ao menos por ora, o fenômeno da judicialização dos conflitos não tende a se atenuar, notadamente em razão de que a facilitação do acesso à justiça acaba por contribuir com este aumento no número de novos conflitos.

Lado outro, a cultura nacional que envolve a (incessante) instauração de litígios, fomentada pela ausência de políticas públicas eficazes na garantia dos direitos fundamentais, contribuem de forma igualmente negativa para o problema apresentado, de forma a assolar os tribunais com processos até mesmo idênticos, envolvendo os direitos e as garantias fundamentais previstos na Carta Maior.

Ademais, no que toca ao direito à saúde ou à educação – a exemplo, dentre inúmeros outros frequentemente colocados em pauta –, em meio à carência de estrutura que se verifica no atual sistema da Administração Pública, também não há que se reconhecer a imediata possibilidade de reduzir o número de demandas instauradas, o que só poderá ser concretizado caso os recursos financeiros existentes sejam direcionados às reais necessidades da população brasileira, a fim de trazer resultados concretos aos cidadãos brasileiros, enquanto que aos próprios cidadãos e aos órgãos fiscalizadores cabe coibir as tantas ocorrências de corrupção e desvio de verbas públicas.

Diversas circunstâncias contribuem para o fenômeno da judicialização.[28] Dentre elas, destacam-se a cultura do jurisdicionado, a realidade político-social-econômica e, ainda, a carência de implementação de políticas públicas eficazes à garantia dos direitos fundamentais. Isso porque não basta a mera positivação dos direitos, mas sim que tais sejam introduzidos no ordenamento vigente e, a partir dali, (re)afirmados de forma constante, não apenas perante o Judiciário, mas também e, principalmente, na esfera extrajudicial (ou administrativa), como forma de diminuir o número de demandas e, assim, ainda que a médio ou a longo prazo, possa revelar verdadeiras contribuições aos cidadãos detentores dos direitos inseridos no bojo da Constituição da República.

Da mesma forma, o ativismo judicial, embora atacado por alguns, traz decisões que acabam por reforçar questões ligadas à democracia. O jurista Lenio Luiz Streck pontua:

> Ativismo e judicialização são temas que frequentam as grandes discussões da teoria jurídica brasileira. O acentuado protagonismo do Poder Judiciário vem despertando, não só no Brasil, um conjunto de pesquisas que buscam a explicação desse fenômeno. Nesse sentido, a formação de uma "juristocracia" (ou judiciariocracia) – chamemos assim a esse fenômeno – não pode ser analisada como uma consequência exclusiva da vontade de poder [...] manifestada pelos juízes, mas, ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração a intrincada relação interinstitucional entre os três poderes. Em síntese, todas essas questões apontam para um acentuado protagonismo do Poder Judiciário no contexto político atual. [29]

---

27 BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.11-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023. p. 19.

28 Ibid. p. 12. "O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modo institucional brasileiro."

29 STRECK, Lenio Luiz. O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns? Consultor Jurídico, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>. Acesso em: 01 out. 2023.

O que não se pode permitir, contudo, é que juízes e tribunais assumam um papel distinto ao seu, e que as decisões se sobreponham às demais esferas do Estado, num excesso de judicialização da política[30].

Em matéria constitucional, a singularidade do ativismo judicial está ligada às especificidades da atividade de interpretação da Lei Maior, que, dentre outras, compreendem especialmente a supremacia hierárquica das normas constitucionais sobre as demais normas do ordenamento (revogando-as ou invalidando-as em caso de conflito), e a fluidez e a decorrente imprecisão semântica da linguagem constitucional (vagueza e ambiguidade) ligada a conceitos indeterminados de cunho axiológico.[31]

No Brasil, o protagonismo revelado pela prática ativista está estreitamente ligado ao Supremo Tribunal Federal e até mesmo em tribunais inferiores (há inclusive decisões monocráticas que ganham grande repercussão pela forma de se interpretar proativamente a CF). Por conseguinte, como não poderia deixar de ser, parcela da doutrina defende a prática do ativismo, no sentido de que o Poder Judiciário tem legitimidade para invalidar decisões emanadas das outras esferas, mesmo diante do fato de que seus agentes exercem mandato popular.[32]

Em quaisquer das instâncias, para que a prestação jurisdicional se realize de forma eficaz, os julgadores devem observar, dentre outros aspectos, a celeridade processual. A exemplo, no caso específico do direito à saúde, previsto no artigo 196 da CF/88, a demora na prestação da tutela pelo Estado pode gerar danos irreparáveis ao cidadão. Neste passo, o número crescente de demandas judiciais, verificado após o advento do texto constitucional vigente, transforma o Judiciário em verdadeiro poder político de proteção às garantias fundamentais e realizador de políticas públicas[33].

Ocorre que a instauração desenfreada de conflitos implica, ainda, na perda da qualidade decisória, fato que será examinado especialmente no item final desta pesquisa. Assim, a efetivação dos direitos fundamentais, dentre tantos outros problemas do Estado nacional, deve ser objeto de atenção. Faz-se necessário implantar políticas públicas voltadas ao pronto atendimento, como forma de reafirmar as garantias constitucionais e, pois, tratar de forma digna a sociedade brasileira. E, trazendo resultados positivos face ao fenômeno da judicialização, o resultado será a mudança do cenário contemporâneo em que o Poder Judiciário é tido por único caminho para a efetivação de direitos:

> [...] ao colocar a Constituição como centro do debate jurídico, reforçando o papel do Direito Constitucional, o neoconstitucionalismo trouxe importantes contributos para repensar o constitucionalismo, proporcionando significativos e inegáveis avanços. Contudo, ao lado disso e em contraposição, preponderantemente foi destinada ao Judiciário a tarefa de realização desse projeto constitucional, trazendo como uma das principais características deste novo constitucionalismo a discricionariedade judicial. Ou seja, a "revolução do novo constitucionalismo se daria via Poder Judicial".[34]

Outrossim, o que se estará fazendo, de forma concomitante, é combater a própria morosidade judiciária, já que a infinidade de demandas não diminui na mesma velocidade com que outras novas

---

30 "De fato, o direito constitucional brasileiro contemporâneo traz como uma de suas principais características a relevância atribuída ao Poder Judiciário. Cada vez mais, questões que anteriormente eram demandas políticas transformam-se em contendas judiciais, consolidando o fenômeno que ficou conhecido como judicialização da política. Na medida em que aumenta a interferência judicial, maior deveria também ser o comprometimento dos juízes e tribunais em respeitar a tradição jurídica (legislação, Constituições e entendimentos jurisprudenciais anteriores) que, ao longo dos anos, possibilitou conquistas importantes". TASSINARI, Clarissa. A atuação do judiciário em tempos de constitucionalismo contemporâneo: uma crítica ao ativismo judicial. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 28, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.fdsm.edu.br/site/posgraduacao/volume282/02.pdf> Acesso em: 18 jan. 2015.

31 RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 140.

32 ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; KRUGER, Rennan Faria. Processo constitucional. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014. p. 190.

33 Ibid., p. 193.

34 TASSINARI, Clarissa. A atuação do judiciário em tempos de constitucionalismo contemporâneo: uma crítica ao ativismo judicial. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, v. 28, n. 2, p. 31-46. jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.fdsm.edu.br/site/posgraduacao/volume282/02.pdf> Acesso em: 03 out. 2023.

são distribuídas diariamente. É que, se o acesso à justiça se encontra facilitado, e a própria população nacional cresce de décadas em décadas, não é de se estranhar que mais processos surjam do que se consiga colocar fim, já que a estrutura forense revela problemas não apenas estruturais, como também relativos ao número insuficiente de profissionais para atender a todos os anseios de forma pronta e célere.

3. CONCLUSÃO

Conforme se verificou no presente estudo, os fenômenos da judicialização e do ativismo judicial estão estreitamente relacionados à real situação em que se encontra o Poder Judiciário. O primeiro porque causa congestionamento de processos, implicando em problemas sérios relacionados à efetividade da prestação jurisdicional, desenvolvida pelo Poder Judiciário brasileiro, dada a morosidade no julgamento em várias instâncias e tribunais, causando um sentimento cada vez mais constante de descrença na população, especialmente nas mais vulneráveis, que não podem sofrer tantas outras violações de suas garantias.

O segundo, como tema também bastante sensível e cada vez mais difundido pelo Judiciário, diante das mais diversas críticas contrárias e favoráveis, enfrenta dilemas outros, relacionados, num primeiro momento, à questão da legitimidade democrática, que na realidade se trata de dilema aparente, solucionado pela simples leitura da Constituição Federal, haja vista a atribuição expressa conferida ao Poder Judiciário para lidar com omissões e violações de direitos nas searas individual e coletiva; e, num segundo momento, relacionado aos excessos que são praticados por alguns julgadores, de modo que a interpretação proativa da Constituição Federal não pode ser vista como problema, até que isso implique em eventual substituição da vontade do legislador pela própria ou supressão de garantias e direitos fundamentais, cabendo às próprias entidades fiscalizar seus operadores para coibir esse tipo reprovável de prática antijurídica.

Neste panorama de erros e acertos, além das carências e dificuldades enfrentadas quotidianamente pelos três poderes da República, certamente uma das maiores, verificada no período consagrado como o da redemocratização nacional, é tentar alcançar instituições cada vez mais eficazes e ao mesmo tempo independentes, que possam atuar conforme as normas programáticas constitucionais, algo que o Judiciário brasileiro, necessariamente, também precisa manter observância constante.

Evidente que o alcance de instituições eficazes, que possam atender anseios sociais em suas mais diversas áreas, depende de uma consciência crítica da própria população, para estimular o desenvolvimento da cidadania de forma satisfatória, garantindo ainda condições de vida que possam superar a ideia de serem minimamente dignas, passando a patamares cada vez mais satisfatórios, que tragam o sentimento verdadeiro de felicidade social.

Um sistema normativo coeso, um judiciário forte e independente, e governantes verdadeiramente imbuídos em suas carreiras públicas podem, conjuntamente, estimular práticas cada vez mais ricas em seu aspecto qualitativo, respeitando-se as diversidades existentes e o princípio da isonomia, que prevê tratamentos desiguais aos que necessitam serem alçados a níveis aceitáveis de igualdade e de oportunidade.

O acesso à justiça, portanto, deve ser garantido, desde que combatido o efeito adverso da judicialização, que não pode permitir o represamento de demandas nas cortes judiciárias do país. A prática do ativismo deve ser estimulada, desde que respeitadas as garantias constitucionais basilares e os demais pilares consagradores do Estado Democrático de Direito. Assim, as instituições poderão finalmente ser consideradas eficazes, pois o trabalho conjunto e sistêmico trará reflexos imediatos nas vidas dos cidadãos detentores de direitos.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; LUNELLI, Guilherme. Ativismo judicial e instrumentalidade do processo: diálogos entre discricionariedade e democracia. **Revista de Processo (RePro)**, São Paulo, v. 40, n. 242, p. 19-45, abr. 2015. Disponível em: <http://www.bvr.com.br/abdpro/wp-content/uploads/2016/03/ Ativismo-e-Instrumentalidade-do- Processo-v.-digital.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; KRUGER, Rennan Faria. **Processo constitucional.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

_____. GRANADO, Daniel Willian; KRUGER, Rennan Faria. **Processo constitucional.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Suffragium**: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza/CE, v.5. n.8 p.11-22. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5498/2009_barroso_judicializacao_ativismo_judicial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao-/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 out. 2023.

_____. Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2004. p. 9. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/-Constituicao-/Emendas/ >. Acesso em: 1 out. 2023.

_____. Lei nº 13.015, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar 2015. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/-CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 1 out. 2023.

CAPPELLETTI, Mauro; CARTH, Bryant. **Acesso à justiça.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

MELO FILHO, Renato Luís. **Constitucionalização do processo:** a busca pela celeridade e seus reflexos na garantia dos direitos fundamentais. 129 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/797a9f42-638d-483f-8b96-b050f4e21e9c> Acesso em: 2 out. 2023.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 25. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, Gustavo Henrique Schneider. **Tempo do processo civil e direitos fundamentais.** São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. **Processo e Constituição.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo judicial:** parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010.

STRECK, Lenio Luiz. O ativismo judicial existe ou é imaginação de alguns? **Consultor Jurídico,** São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jun-13/senso-incomum-ativismo-existe-ou-imaginacao-alguns>. Acesso em: 01 out. 2023.

TASSINARI, Clarissa. A atuação do judiciário em tempos de constitucionalismo contemporâneo: uma crítica ao ativismo judicial. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 28, n. 2, p. 31-46. Disponível em: <http://www.fdsm.edu.br/site/posgraduacao/volume282/02.pdf> Acesso em: 03 out. 2023.

A CIRCULARIZAÇÃO COMO PROCEDIMENTO DE AUDITORIA PARA COMBATER FRAUDES

CIRCULARIZATION AS AN AUDIT PROCEDURE TO COMBAT FRAUD

Área temática: 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

CARVALHO, Francisco José Pereira de
IMESB – Inst. Munic. de Ens. Superior de Bebedouro.
Mestre em Contabilidade e Finanças pela PUC/SP
francisco.carvalho7@fatec.sp.gov.br

CARVALHO, Nádia de Castro
UNIFACEF – Centro Universitário de Franca
Mestre em Administração pela FUMEC/MG
nadiacarvalho@facef.br

SATURI, Evandro Morales
FATEC Franca
Mestre em Administração pela UNIFACEF
emsaturi@gmail.com

SOUZA, Daniel Gonçalves de
IMESB – Inst. Munic. de Ens. Superior de Bebedouro
Consultoria Júnior IMESB
souza.dg99@yahoo.com.br

Resumo

A Circularização chamada também de Confirmação Externa é um procedimento de Auditoria utilizado para se confirmar junto a uma fonte externa os saldos e transações registrados na contabilidade de uma organização, isto é, com fornecedores, clientes, instituições financeiras, ativos em conserto, transações, contratos, registros cartorários etc. Portanto, a Circularização visa garantir a fidelidade integral, parcial ou a ausência dela diante das informações declaradas por uma organização, trazendo mais confiança aos *stackholders* ou usuários da contabilidade, como por exemplo, acionistas, bancos, fornecedores, clientes e os próprios órgãos governamentais, isto é, para todo o mercado. O uso inadequado desse procedimento pode não colaborar para os bons trabalhos de uma auditoria independente ou mesmo de uma auditoria interna. Assim, o presente artigo visa demonstrar que algumas das "inconsistências contábeis" apresentadas nos últimos anos, poderiam ter sido identificadas com antecedência pelas empresas de auditoria independente que chegaram a apresentar pareceres favoráveis mesmo diante dos problemas contábeis que vieram a ser revelados posteriormente e com enormes repercussões como nos casos brasileiros da Gol, Lojas Americanas e Banco Panamericano, entre outras companhias. Portanto, o procedimento de auditoria conhecido como Circulação ou ainda Conferência Externa necessita ser utilizado com maior rigor para, verdadeiramente, atender as finalidades dele esperadas.

Palavras-chave: Auditoria, Confirmação Externa, Fraudes Contábeis.

Abstract

Circularization, also called External Confirmation, is an Audit procedure used to confirm with an external source the balances and transactions recorded in an organization's accounting, that is, with suppliers, customers, financial institutions, assets under repair, transactions, contracts , notary records, etc. Therefore, Circularization aims to guarantee full, partial or no fidelity to the information declared by an organization, bringing more confidence to stackholders or accounting users, such as

shareholders, banks, suppliers, customers and government agencies themselves, that is, for the entire market. The inappropriate use of this procedure may not contribute to the good work of an independent audit or even an internal audit. Thus, this article aims to demonstrate that some of the "accounting inconsistencies" presented in recent years could have been identified in advance by independent auditing companies that came to present favorable opinions even in the face of accounting problems that came to be revealed later and with enormous repercussions such as in the Brazilian cases of Gol, Lojas Americanas and Banco Panamericano, among other companies. Therefore, the audit procedure known as Circulation or External Conference needs to be used with greater rigor to truly meet the expected purposes of it.

Keywords: Audit, External Confirmation, Accounting Fraud.

1 INTRODUÇÃO

A Circularização também denominada de Confirmação Externa é um procedimento de auditoria que tem o objetivo de se obter uma declaração formal e imparcial de pessoas físicas e principalmente jurídicas externas à empresa que está sob exame de auditoria (auditorias interna e externa), de maneira independente. O mencionado procedimento quando utilizado por uma auditoria independente (externa) está previsto na NBC-TA 505 que é uma Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica de Auditoria e que foi publicada pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade por meio da R*esolução CFC nº 1.219/2009.* Após o envio das cartas ou solicitações de confirmação aos bancos, cartórios, fornecedores, clientes etc., as mesmas poderão ser retornadas formalmente das seguintes maneiras:

a. Confirmação Positiva – ocorre quando o respondente confirma diretamente ao auditor concordando com as informações solicitadas.
b. Confirmação Negativa – ocorre quando a parte que confirma respondendo diretamente ao auditor discordando das informações fornecidas na solicitação.
c. Resposta não recebida – ocorre quando a parte que deveria confirmar não responde ou não responde de maneira completa, a uma solicitação de confirmação positiva, ou a devolução de uma solicitação de confirmação não entregue (devolução pelo correio, por exemplo, para um destinatário não localizado).
d. Exceção (confirmação parcial) é a resposta que indica uma diferença entre as informações para as quais se solicitou confirmação ou diferença entre os registros da entidade e as informações fornecidas pela parte que confirma, isto é, o respondente.

Portanto, são 4 os resultados que poderão ser obtidos após um processo de Circularização ou Confirmação Externa em que uma Confirmação Positiva traz conforto à Equipe de Auditoria, demonstrando que as informações contábeis da empresa auditada são fidedignas. Por outro lado, as demais respostas trazem preocupações para quem está realizando os trabalhos de auditoria e que devem demandar exames adicionais e complementares pois indicam a ocorrência de possíveis anormalidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os principais aspectos que podem ser incluídos em um arcabouço teórico constam na sequência abaixo.

2.1. Auditoria

Auditoria pode ser entendida como um conjunto de ferramentas, técnicas e processos de verificações, exames e análises das atividades desenvolvidas por uma organização dentro de seus ciclos operacional, financeiro e administrativo; bem como em seu relacionamento com fornecedores, clientes, empregados, instituições financeiras, governos e com o mercado de uma maneira geral comparando tais trabalhos com os níveis de aderência exigidos pela legislação vigente.

De acordo com Attie (2011, p. 43), “auditoria consiste no levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”. Já de acordo com Maffei (2015, p. 2): “O termo auditoria vem do latim audire (ouvir), o que já denota em sua origem os profissionais que buscavam chegar a conclusões inquirindo e reunindo informações”. As definições convergem para os aspectos da auditoria com a finalidade de buscar a acuraria das demonstrações contábeis.

A Auditoria pode ser dividida em Auditoria Independente ou Externa quando for realizada por auditores e empresas externas ou independentes, cujo objetivo principal é o de avaliar os controles internos e as demonstrações financeiras elaboradas pela entidade auditada, emitindo ao final dos trabalhos, um parecer público destinado principalmente aos acionistas e ao mercado de uma maneira geral. A Auditoria Interna é formada habitualmente por empregados e que tem como base a realização de trabalhos destinados internamente para uma determinada organização, verificando a adequabilidade e observância das normas internas, à legislação vigente e os processos de gestão.

2.2. Exemplo de uma Carta de Circularização

Um exemplo de Circularização a um cliente consta do Quadro 1 – Solicitação de Confirmação do Laboratório Tricolor a um de seus clientes, conforme a seguir.

Quadro 1 – Solicitação de Confirmação do Laboratório Tricolor a um de seus clientes

São Paulo, 30 de junho de 2.019

Á
Farmácia Tiãozinho Ltda
Av. da Estação, S/N
CL-01/010

Ref. Confirmação de Saldo

Para fins de auditoria de nossas demonstrações financeiras, solicitamos a V. Sas. a gentileza de confirmar diretamente aos nossos auditores,

CHICO & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES
Av. Industrial, 3000 – Santo André
CEP 09090-900

A posição dos títulos a receber de V. Sas, na data de 30 de junho de 2.019, conforme instruções a seguir.

Queiram por gentileza utilizar a parte destacável desta solicitação para fins de confirmação e eventuais observações que se façam necessárias.

Agradecemos antecipadamente pela colaboração de V. Sas.,

Atenciosamente,

Laboratório Tricolor Ltda.

Fonte: Elaborado pelos Autores

O quadro acima demonstra que as respostas devem ser dadas diretamente aos auditores de maneira a se eliminar eventuais manipulações por parte da empresa auditada.

2.3. Planejamento de um Trabalho de Circularização

Ao se realizar os exames de auditoria com o procedimento de Circularização é necessário estabelecer uma base de seleção (amostra) em razão das dificuldades de se realizar verificações de 100% dos clientes ou fornecedores, especialmente para as organizações de grande porte. Desta forma, é necessário selecionar os mais representativos dentro de uma Curva ABC, por exemplo.

No Quadro 2 – Escolha dos Clientes, consta exemplo de como poderá ser elaborada uma seleção de clientes para o processo de Circularização.

Quadro 2 – Escolha dos Clientes

CIRCULARIZAÇÃO DA CONTA CLIENTES

Laboratório Tricolor Ltda.

Data-Base

Conforme o Memorando de Planejamento, a data-base para a circularização da conta Clientes é 31/12/2019.

Base de Seleção

Através da relação analítica mensal dos clientes, selecionamos para circularizar 10 clientes, mediante critérios descritos abaixo.

Critério de Seleção

De acordo com a orientação descrita no Memorando de Planejamento, adotamos os seguintes critérios de seleção:

Qtde.	Critério
6	Maiores Saldos
2	Saldos relevantes e vencidos há mais de 90 dias.
2	Clientes circularizados na auditoria anterior e que não responderam.

Fonte: Elaborado pelos Autores

O Quadro 2 – Escolha dos Clientes demonstra que os saldos da Conta Clientes (contas a receber) que deverão ser confirmados ou não pelos clientes do laboratório conforme suas respectivas demonstrações financeiras cujos saldos constam em suas contas de Fornecedores no Passivo Circulante desses clientes selecionados.

2.4. Resultados Estatísticos de um Procedimento de Circularização

Após o envio e retorno dos pedidos de confirmação, cabe aos auditores a elaboração de um quadro estatístico para que avaliem os resultados obtidos. Na Tabela 1 - Resultado da Circularização da Conta Clientes a seguir, exemplifica como esse trabalho poderá ser realizado por uma empresa de auditoria independente ou ainda uma auditoria interna.

Tabela 1 - Resultado da Circularização da Conta Clientes

Laboratório Tricolor Ltda.

Clientes - Resultado da Circularização
PT = Papel de Trabalho

PT	Fregueses	Saldos em 31/12/2019		Confirmados Integralmente	Confirmados Parcialmente	Contestados	Não Respondidos	Não localizados	Total
1/10	Farmácia Timãozinho Ltda	1.285.715,28		1.285.715,28	-	-	-	-	1.285.715,28
2/10	Drogaria Socaseira Ltda	1.187.510,20		-	475.004,08	712.506,12	-	-	1.187.510,20
3/10	Droga Verdebranca Ltda	1.089.526,87		1.089.526,87	-	-	-	-	1.089.526,87
4/10	Droga da Baleia Ltda	901.981,12		-	721.584,90	180.396,22	-	-	901.981,12
5/10	Drogaria Nuncaseramundial Ltda	878.932,19		-	615.252,53	263.679,66	-	-	878.932,19
6/10	Farmácia 171 Ltda	865.098,99		-	-	-	865.098,99	-	865.098,99
7/10	Droga Doze Ltda	569.965,69		569.965,69	-	-	-	-	569.965,69
8/10	Drogarião Ltda	486.867,66		486.867,66	-	-	-	-	486.867,66
9/10	Droga do Penquito Ltda	290.890,12		-	-	-	-	290.890,12	290.890,12
10/10	Farmácia dos Fregueses Ltda	101.102,03						101.102,03	101.102,03
	Total Circularizado	7.657.590,15	73%	3.432.075,50	1.811.841,51	1.156.582,00	865.098,99	391.992,15	7.657.590,15
	Total Não Circularizado	2.816.892,25	27%						
	Saldo da conta Clientes	10.474.482,40	100%						

Fonte: Elaborada pelos Autores

A Tabela 1 - Resultado da Circularização da Conta Clientes apresentada acima facilita o diagnóstico do resultado de um trabalho de Circularização e resume a evidenciação do mesmo trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico existente sobre o tema, incluindo livros, artigos, *sites* da *internet,* revistas publicações acadêmicas, que tratam de Contabilidade, Auditoria, e Fraudes Contábeis no Brasil; bem como ele poderá ser considerado como uma pesquisa explicativa enquanto tenta conectar ideais na tentativa de explicar um determinado fenômeno, isto é, o que leva a ocorrência de inconsistências contábeis mesmo após a realização dos exames por parte de empresas independentes de auditoria mediante o uso de procedimentos e entre eles o de Circularização ou Conferência Externa.

Por outro lado, ainda poderá ser visto como exploratório no sentido em que examina as ocorrências de problemas contábeis em determinadas companhias, a exemplo de um estudo de caso, reunindo hipóteses e especulações que possam servir para o presente estudo e ainda para trabalhos futuros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa de situações envolvendo problemas contábeis e deficiências das empresas de auditoria independente no Brasil nos últimos anos e que repercutiram negativamente no mercado interno, surgiram diversas companhias, todavia, para o desenvolvimento do presente trabalho foram selecionadas as empresa Gol Linhas Aéreas, Banco Panamericano e Lojas Americanas, pois há indícios de que se o procedimento de auditoria conhecido como Circularização ou ainda Confirmação Externa fosse melhor aplicado, as respectivas empresas de auditoria não teriam emitido o "Parecer Sem Ressalvas", indicando que as demonstrações financeiras dessas quatro empresas estavam em concordância com as normas contábeis aplicáveis e que apresentavam uma visão justa e adequada da situação financeira e patrimonial para cada uma delas, conforme apresenta a Tabela 2 – Resumo dos Casos Pesquisados.

Tabela 2 – Resumo dos Casos Pesquisados

Empresa Pesquisada	**Auditoria Independente**	**Ano do início dos problemas ou das divulgações**
Gol Linhas Aéreas Inteligentes SA	Deloitte Brasil	2010
Banco Panamericano S.A. (atual BancoPan)	Deloitte Brasil	2006
Americanas SA	PwC	2023

Fonte: Elaborada pelos Autores

A seguir são apresentados cada um dos casos, ainda que de forma resumida, com a descrição de como o procedimento de auditoria denominado de Circularização poderia ter contribuído preventivamente para evitar as inconsistências contábeis.

4.1. O Caso Gol Linhas Aéreas

Em 2010, a empresa de auditoria independente e uma das quatro maiores do mundo nessa atividade a Deloitte Brasil auditou a companhia aérea Gol Linhas Aéreas Inteligentes e foi verificado, inclusive por autoridades internacionais que seus exames foram deficientes e um dos aspectos negativos foi a falha na auditoria dos depósitos de manutenção e ainda assim, emitiu parecer sem ressalvas e mesmo, aparentemente, sem ter toda a segurança em relação às respectivas informações de que necessitava para obter uma posição de conforto.

Os depósitos de manutenção estão incluídos no DAF – Depos**ito** Afiançado, que são contemplados por um Regime Especial Aduaneiro que permite a estocagem**,** com suspensão dos tributos federais, de materiais importados sem a necessidade de uma cobertura cambial e que são destinados à manutenção e consertos de embarcações e aeronaves de propriedade de empresas com autorização para operarem no transporte comercial internacional e empregadas nessa atividade. A base legal do DAF é composta pelos artigos 488 a 492 do Regime Aduaneiro e ainda pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal número 409/2004.

A Deloitte pagou em 2016 a a importância de US$ 8 milhões para a "Public Company Accounting Oversight Board", entidade reguladora do setor de auditorias nos EUA. Em razão da acusação de ter emitido relatórios falsos de auditoria e ter tentado acobertar o problema. Doze entre sócios e colaboradores da Deloitte Brasil também foram penalizados com sanções de impedimento de auditarem empresas norte-americanas e multas.

As penalizações para a Deloitte e seus doze colaboradores poderiam ter sido evitadas caso o processo de Circularização tivesse sido adequadamente realizado mediante os pedidos de confirmação junto aos fornecedores das peças e os caminhos foram vários, conforme segue:

a) O DAF em si é onde fica armazenada a mercadoria admitida no regime aduaneiro de Depósito Afiançado. No caso, além do Pedido de Confirmação junto aos locais de

armazenagem, a Delloite poderia ainda ter adicionado outro procedimento de auditoria que é o Exame Físico através de um inventário ou contagem física de itens armazenados, ainda que por amostragem mediante a elaboração de uma base de seleção.

b) Entre os beneficiários de DAF, é permitido o empréstimo, com suspensão de tributos aduaneiros, de equipamentos de aeronaves e peças sobressalentes, de segurança e sobressalentes, quando forem utilizadas no estabelecimento ou manutenção de serviços aéreos internacionais regulares, desde que cumpram os requisitos legais. No caso, os itens eventualmente em poder de terceiros poderiam ser confirmados através do procedimento de Circularização junto aos próprios terceiros.

c) A movimentação entre DAFs localizados em diferentes aeroportos internacionais é realizada através da Declaração de Trânsito de Transferência (DTT). No caso, além da auditagem por meio de Exame Físico desses documentos, poderia ter sido realizada a Circularização junto aos órgãos de controle existentes nesses aeroportos.

Portanto, a Circularização ou Conferência Externa poderia ser reforçada por outro procedimento de auditoria, conhecido como Exame Físico (conferência física).

4.2. O Caso Banco Panamericano

A descoberta dos problemas contábeis do Banco Panamericano foi identificada pelo Banco Central do Brasil em 2010 e, de acordo com o próprio BACEN, vinham ocorrendo desde 2006 e totalizaram cerca de R$ 4,3 bilhões sendo R$ 1,6 bilhão proveniente de inconsistências da carteira de crédito; R$ 1,7 bilhão decorrente de passivos que não foram registrados de operações que já haviam sido liquidadas; R$ 500 milhões advindos de irregularidades na constituição de provisões para perdas com operações de crédito; R$ 300 milhões de ajustes referentes a marcação a mercado e R$ 200 milhões advindos de outros ajustes.

De acordo com o Banco Central, o Banco Panamericano mantinha em suas demonstrações financeiras os registros de operações de créditos que já haviam sido vendidas para outras instituições financeiras. Isto é, o Panamericano vendia os créditos e não efetuava as respectivas baixas, apresentando saldos maiores dos que os reais ainda quando era administrado pelo Grupo Silvio Santos, gerando a duplicação dos valores de carteiras vendidas. O rombo identificado pelos novos administradores que assumiram o Banco após a crise foi de cerca de R$ 1,5 bilhão maior do que se havia estimado anteriormente. O Banco BTG Pactual comprou o Banco Panamericano em 31/01/2011.

No caso da Deloitte e do Banco Panamericano, o procedimento de Confirmação Externa ou Circularização também poderia facilitar a identificação das divergências nos saldos contábeis. No caso, bastaria circularizar os maiores clientes, dentro de uma base de seleção adequada, solicitando a confirmação ou não dos saldos registrados pelo Banco Panamericano.

As falhas não foram apontadas pela Auditoria Interna do Banco e nem pela Auditoria Independente (externa) Deloitte que é uma das 4 maiores do mundo. A Delloite vinha emitindo Pareceres sem Ressalvas, transmitindo um equivocado conforto ao mercado.

O Banco Central do Brasil identificou os problemas ao utilizar a Circularização entre os bancos integrantes do sistema financeiro e percebeu, ao cruzar as informações, a inconsistência entre os dados existentes entre o Banco Panamericano e outras instituições em que ocorreram as transações de venda das carteiras e que foram omitidas pelo mencionado Banco. Novamente se mostrou ineficiente ou inexistente tal procedimento de Auditoria por parte da Delloite.

4.3. O Caso Lojas Americanas

A empresa varejista foi fundada em 1929 e no início dos anos 80 foi adquirida pelos empresários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, também proprietários de diversas outras empresas e com destaque para o Banco Garantia, Brahma (AB Inbev) e criadores do 3G Capital, fundo que adquiriu a Burger King, Tim Hortons, Popeyes e Kraft-Heinz.

O prejuízo informado pela própria empresa em junho de 2023 foi superior a R$ 25 bilhões e com outros apontamentos que indicam fraudes superiores a R$ 40 bilhões indicadas por distorções nas demonstrações financeiras publicadas nos últimos anos, apesar de comentários darem que as “inconsistências já ocorrem faz dez anos, ainda não foi possível se estabelecer um horizonte de

tempo. O valor do Patrimônio Líquido divulgado pela Companhia em 31/12/2021 foi de apenas R$ 15,9 bilhões e a Receita de Vendas de R$ 21,8 bilhões no ano de 2021, indicando que, mesmo que o rombo permaneça nos R$ 25 bilhões informados inicialmente, as dificuldades de superação serão gigantescas. As ações das Lojas Americanas se desvalorizaram em mais de 90% desde o início das divulgações do rombo. Apesar das dúvidas que ainda pairam sobre o caso, se tem como as duas principais causas (1) a forma de contabilização em que as Lojas Americanas faziam para comprar parte de seu estoque junto aos seus fornecedores utilizando-se de uma sistemática conhecida como Operação de Risco Sacado e (2) Contratos de Propaganda Cooperada também conhecidas por VPC – Verba de Propaganda Cooperada.

4.3.1. Operações de Risco Sacado

As operações de rico sacado, também denominadas de "forfait", ou seja, a Companhia que gozava de prestigio no mercado precisava comprar mercadorias de revenda junto aos seus fornecedores, os quais, nem sempre tinham condições financeiras para a concessão de prazos para pagamentos, sendo necessária a intermediação por parte de uma instituição financeira que faz o pagamentos à vista junto aos fornecedores e se torna credora da Companhia e no caso, as Lojas Americanas. Diferentemente de uma operação convencional de desconto de duplicatas, em que caso a empresa compradora não realize o pagamento, a empresa fornecedora é quem terá de fazê-lo. Na operação de risco sacado a responsabilidade pelo pagamento é integral por parte da empresa compradora, também chamada de empresa ancora e no presente estudo são as Lojas Americanas.

Em uma operação de crédito convencional, onde a empresa compradora adquire, por exemplo, R$ 1.000,00 em mercadorias para revenda e captando recursos junto a um banco para viabilizar o negócio pagando R$ 1.300,00 após 3 meses e, portanto, sem a necessidade de AVP = Ajuste a Valor Presente. A contabilização ficaria da maneira a seguir.

Na compra:
C - Empréstimos e financiamentos = R$ 1.000,00.
D - Caixa e equivalente de caixa = R$ 1.000,00.
C - Caixa e equivalente de caixa = R$ 1.000,00.
D – Estoque mercantil = R$ 1.000,00.
Durante os 3 meses:
C - Empréstimos e financiamentos = R$ 300,00.
D - Despesas financeiras (juros) = R$ 300,00.
Realização do pagamento ao final dos 3 meses:
D - Empréstimos e financiamentos = R$ 1.300,00.
C - Caixa e equivalente de caixa = R$ 1.300,00.

Caso a compra fosse feita com o fornecedor realizando o financiamento diretamente, isto é, concedendo um prazo de 3 meses e acrescentando R$ 300,00 de juros ao preço de R$ 1.000,00 que poderia ser considerado como o valor à vista, a contabilização ficará da maneira exposta a seguir.

Na compra:
C – Fornecedores = R$ 1.300,00.
D – Estoque mercantil = R$ 1.300,00.
No pagamento da duplicata no vencimento de 3 meses:
C - Caixa e equivalente de caixa = R$ 1. 300,00.
D - Fornecedores = R$ 1.300,00.

No exemplo acima é possível notar que não há o registro de nenhuma despesa financeira, haja vista o acréscimo já estar embutido no preço de venda do fornecedor e que será pago no vencimento da duplicata. Portanto, o acréscimo financeiro seria lançado dentro do CMV – Custo da Mercadoria Vendida e não dentro de Despesa Financeira, afetando diretamente a Margem Bruta (Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida).

Em uma terceira situação, na qual as Lojas Americanas informou estar inserida, parte-se do pressuposto que a Companhia adquiriu mercadorias R$ 1.300,00 para revenda junto a um determinado fornecedor no valor de R$ 1.000,00 (valor à vista) e que necessitou da intermediação de um agente financeiro para pagar após 3 meses o total de R$$ 1.300,00, isto é, com R$ 300,00 de

acréscimo financeiro. O mencionado agente financeiro pagará à vista o valor de R$ 1.000,00 para o fornecedor e cobrará da Companhia R$ 1.300,00 ao final de 3 meses. Portanto, a contabilização deveria ficar da maneira a seguir.

Na compra considerando que os R$ 300,00 representam despesas financeiras:
C - Fornecedores = R$ 1.000,00.
D – Estoque mercantil = R$ 1.000,00.
C - Empréstimos e financiamentos = R$ 1.000,00.
D - Fornecedores = R$ 1.000,00.
Durante os 3 meses:
C - Empréstimos e financiamentos = R$ 300,00.
D - Despesas financeiras (juros) = R$ 300,00.
No pagamento ao agente financeiro no vencimento de 3 meses:
C - Caixa e equivalente de caixa = R$ 1. 300,00.
D – Empréstimos e financiamentos = R$ 1.300,00.

4.3.1.1. Efeitos Contábeis Aparentes das Operações de Risco Sacado

No Quadro 3 – Trecho do Balanço Patrimonial da Americanas S.A. fica evidente que ao, aparentemente, não reconhecer os empréstimos e financiamentos reduziu em 2021, o saldo da conta Empréstimos e Financiamentos para 10,23% do total do Passivo Circulante, enquanto a conta Fornecedores Nacionais ficou com 68,61%. Do ponto de vista do endividamento, as instituições financeiras poderiam se sentir mais propensas a oferecer crédito para a Americanas, haja vista que a maior parte do passivo circulante apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021, se mostra como operacional e não como financeiro.

Quadro 3 – Trecho do Balanço Patrimonial da Americanas S.A.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2021 - AMERICANAS S.A. Versão: 1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	41.459.949	22.231.786
2.01	Passivo Circulante	12.744.566	5.243.270
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	185.661	45.681
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	185.661	45.681
2.01.01.02.01	Salários, encargos e contribuições	185.661	45.681
2.01.02	Fornecedores	8.743.844	3.930.758
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.743.844	3.930.758
2.01.03	Obrigações Fiscais	163.704	84.918
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37.570	20.791
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.154
2.01.03.01.02	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	16.670	0
2.01.03.01.04	Imposto de Renda Retido na Fonte	3.085	2.290
2.01.03.01.05	PIS e Cofins	10.153	14.176
2.01.03.01.06	Outros	7.662	1.171
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	108.912	58.255
2.01.03.02.01	Impostos sobre circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	108.912	58.255
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17.222	5.872
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviço - ISS	17.222	5.872
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.480.008	430.055
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.305.995	415.097
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.304.191	411.085
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.804	4.012

Fonte: Adaptado de Americanas S.A.

No Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício da Americanas S.A., o não reconhecimento como um passivo financeiro e consequentemente como um custo embutido dentro do Estoque Mercantil, proporciona, quando das realização da venda um CMV- Custo das Mercadorias Vendidas maior e consequentemente uma Margem Bruta (Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida) menor do que a real e serve para ocultar o real volume das despesas financeiras.

Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício da Americanas S.A.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2021 - AMERICANAS S.A. Versão : 1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Margem Bruta de 31,6%

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Ultimo Exercicio 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercicio 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.777.785	9.788.605
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.896.622	-6.770.110
3.03	Resultado Bruto	6.881.163	3.018.495
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.050.213	-2.848.301
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.010.112	-1.976.721
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.655.012	-724.038
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-144.606	-67.890
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-240.483	79.652
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	830.950	170.194
3.06	Resultado Financeiro	-764.903	-418.159
3.06.01	Receitas Financeiras	515.918	341.203
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.280.821	-759.362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.047	-247.965
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	477.748	37.207
3.08.01	Corrente	112.838	-3.154
3.08.02	Diferido	364.910	40.361
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	543.795	-210.758
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	543.795	-210.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,7256	0,3923
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,7201	0

Fonte: Adaptado de Americanas S.A.

Tanto a Demonstração de Resultado como o Balanço Patrimonial publicados no encerramento de 31/12/2021 pela Americanas S.A. apresentaram, uma baixa necessidade de capital de giro, mostrando que o caixa operacional era saudável, isto é, demonstravam erroneamente aos "stakeholders" e em especial aos bancos que operações eram sustentáveis e o risco de empréstimos era baixo, facilitando a captação de dinheiro por parte da Companhia e com taxas de juros menores pelo suposto risco baixo.

Adicionalmente, a manobra contábil de se lançar a dívida com bancos referentes às compras de mercadorias para revenda na conta Fornecedores e não como um passivo financeiro, também afeta o Custo Médio Ponderado de Capital denominado em inglês por WACC - "Weighted Average Cost of Capital" e consequentemente a valorização na avaliação da Companhia ("valuation") que afetou indevidamente na valorização das ações antes da descoberta do rombo. .

4.3.2. Contratos de Propaganda Cooperada

Conhecida como VPC – Verba de Propaganda Cooperada é um conhecido mecanismo de negociação entre fornecedores e revendas, destacadamente entre a indústria e o varejo. Consiste, por exemplo, quando a Americanas anuncia uma determinada mercadoria e seu respectivo fornecedor entre com uma verba para contribuir em parte ou até em 100% das despesas de publicidade. Também é uma praxe do varejo, notadamente realizado por grandes empresas do comércio, negociar a VPC já nos contratos de fornecimento e acordos comerciais. Portanto, os

contratos de propaganda cooperada se referem as verbas cedidas pelos fornecedores por meio de dinheiro ou em mercadorias livres de débito (bonificadas) para incentivar as vendas de seus produtos por parte do comércio.

A Americanas divulgou em 13/06/2023 que a sua diretoria anterior utilizou, entre outras irregularidades, de contratos fictícios de VPC para tentar maquiar seus números. Segundo foi apurado, a Americanas se utilizava desses valores para reduzir a conta Fornecedores e consequentemente reduzir o CMV – Custo das Mercadorias Vendidas, aumentando as margens de lucro e o seu resultado final, chegando a vários bilhões em lucros fictícios durante vários anos e não souberam, precisar por quanto tempo essa pratica perdurou e nem o seu valor, somente que poderia elevar o prejuízo total para mais de R$ 40 bilhões, uma vez que acionistas foram beneficiados de forma irregular pelo pagamento de dividendos gerados por lucros inexistentes. O Quadro 5 – DRE da Americanas encerrada em 31/12/2021, apresenta uma margem bruta de 31,51% que foi suficiente para cobrir as despesas e tributos diretos (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e proporcionar um lucro líquido de R$ 543,8 milhões.

O Quadro 5 – DRE da Americanas encerrada em 31/12/2021

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2021 - AMERICANAS S.A. Versão 1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.777.785	9.788.605
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.896.622	-6.770.110
3.03	Resultado Bruto	6.881.163	3.018.495
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.050.213	-2.848.301
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.010.112	-1.976.721
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.655.012	724.038
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-144.606	-67.890
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-240.483	-79.652
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	830.950	170.194
3.06	Resultado Financeiro	-764.903	418.159
3.06.01	Receitas Financeiras	515.918	341.203
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.280.821	-759.362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.047	-247.965
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	477.748	37.207
3.08.01	Corrente	112.838	-3.154
3.08.02	Diferido	364.910	40.361
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	543.795	-210.758
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	543.795	-210.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,7256	-0,3923
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,7201	0

Margem Brua = Lucro Bruto/Receita Líquida. MB em 2021 = 6.861.622/21.777.785 = 0,3151 ou 31,51%

Fonte: Adaptado de Americanas S.A.

O Quadro – DRE da Americanas encerrada em 31/12/2021, mostra que a margem bruta auferida no ano de 2021, foi superior a 31,5% que para o modelo de negócios dessa companhia foi muito bom. Por exemplo, no mesmo ano a Magazine Luiza S.A, obteve uma margem bruta de apenas 24% conforme mostra o Quadro 9 – Margem Bruta do Magazine Luiza S.A. a seguir.

Quadro 9 – Margem Bruta do Magazine Luiza S.A.

Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2022

Magazine Luiza S.A.

MGLU
B3 LISTED NM

MB em 2021 = 7.486.805/35.276;150 = 0,2404 ou 24,04%

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	25	29.872.131	31.128.479	37.299.002	35.278.150
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	26	(22.098.829)	(24.299.083)	(26.860.106)	(26.791.345)
Lucro bruto		7.773.302	6.829.396	10.438.896	8.486.805

Fonte: Adaptado de Magazine Luiza S.A.

No ano de 2021, o lucro líquido da Americanas S. A. foi de R$ 543,8 milhões e o da Magazine Luiza S.A. registrou R$ 590,62 milhões.

Em relação as verbas de propaganda cooperada, elas devem ser consideradas no resultado, na medida em que as vendas das respectivas mercadorias são realizadas. No caso da Americanas suspeita-se que além dos contratos de VPC eventualmente fictícios, os lançamentos na conta de CMV – Custo das Mercadorias Vendidas eram lançados integralmente e antes das vendas das respectivas mercadorias e que contribuíram para melhorar artificialmente os resultados da Companhia. Vale destacar que para a elaboração do presente trabalho não foram utilizadas as demonstrações financeiras da Americanas para o exercício findo em 31/12/2022, em razão de ainda não terem sido publicadas até o presente momento.

4.3.3. O Papel da Auditoria Independente no Caso Americanas

O caso Americanas deixe evidente a falha da empresa de auditoria independente PWC-PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda durante a realização do procedimento de auditoria chamado de Circularização ou Conferência Externa junto aos fornecedores e bancos por meio de cartas de circularização que em cujas respostas deveriam constar as gritantes, longevas e grosseiras divergências. O parecer emitido pela PWC consta das páginas 135 a 137 do relatório produzido pela Americanas S.A. contendo as suas respectivas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021.

No Quadro 6 – Trecho com o Início do Parecer Emitido pela PWC sobre a Americanas, indica que a mencionada empresa de auditoria independente emitiu um parecer limpo, isto é, sem ressalvas, transmitido um irreal conforto ao mercado sobre os números produzidos pela Americanas.

Quadro 6 – Trecho com o Início do Parecer Emitido pela PWC sobre a Americanas

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2021 - AMERICANAS S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente **Sem Ressalva**

Fonte: Adaptado de Americanas S.A.

A PWC após a implantação do sistema de rodízio entre as auditorias independentes, voltou a realizar serviços de auditoria para a Americanas em 15/10/2019 e em 2021 recebeu R$ 2.447.575,77

e mais R$ 682;215,74 por trabalhos de reestruturação societária, conforme indica o Quadro 7 – Formulário de Referência 2021 da Americanas a seguir.

Quadro 7 – Formulário de Referência 2021 da Americanas

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data início	15/10/2019
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria das demonstrações contábeis individuais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas n consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), elaboradas pela Administraç português e em reais (R$), correspondente aos exercícios findos em 31/12/2019, 2020, 2021 e a findar-se em 202 a Revisão das Informações Trimestrais (ITR's) dos períodos findos em 30 de setembro de 2019, 2020, 2021, 31 de 30 de junho de 2020, 2021 e dos períodos a findarem em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022; e (de relatório de procedimentos pré-acordados em conexão à emissão de títulos representativos de dívida (bonds) e
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O valor dos honorários de 2021, relativos a serviços de auditoria externa, foi de R$ 2.447.576,77, e serviços extrac relacionados à reestruturação societária, combinação de negócios e outros, no valor de R$ 682.215,74.
Justificativa da substituição	Não aplicável

Fonte: Adaptado de B3 S.A. Brasil Bolsa, Balcão

Em 2002, de acordo com o Quadro 8 – Formulário de Referência 2023 da Americanas, a remuneração pelos serviços de auditoria que incluiu as revisões das demonstrações financeiras de 2019 quando a PWC reiniciou os trabalhos na Companhia até o exercício de 2022.

Quadro 8 – Formulário de Referência 2023 da Americanas

Formulário de Referência - 2023 - AMERICANAS S.A. - em Recuperação Judicial — Versão : 1

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	15/10/2019
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria das demonstrações contábeis individuais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), elaboradas pela Administração em português e em reais (R$), correspondente aos exercícios findos em 31/12/2019, 2020, 2021 e 2022, incluindo a Revisão das Informações Trimestrais (ITR's) dos períodos findos em 30 de setembro de 2019, 2020, 2021 e 2022, 31 de março e 30 de junho de 2020, 2021 e 2022; (ii) Emissão de relatório de procedimentos pré-acordados em conexão à emissão de títulos representativos de dívida (bonds) em 2020; (iii) Serviços extraordinários relacionados à reestruturação societária e combinação de negócios em 2021; e (iv) Emissão de carta conforto para Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) em 2022.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O valor dos honorários de 2022 relativos a serviços de auditoria externa foi de R$ 3.500.614,09, e relativo a serviço extraordinário relacionado a emissão da carta conforto para Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), foi de R$ 293.877,55.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço

Fonte: Adaptado de B3 S.A. Brasil Bolsa, Balcão

De acordo com os Formulários de Referência apresentados nos quadros 6 e 7, as remunerrações dos trabalhos de auditoria independente não significativos, todavia, os riscos de possiveis penalizações, ações civeis e os danos na imagem da empresa de auditoria junto ao mercado podem ser bem mais significativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se estendeu mais no caso Americanas S.A. por ser complexo, além de ainda estar presente no cenário econômico brasileiro e longe de uma solução. A totalidade de seus desdobramentos ainda é desconhecida. Por outro lado, quando somada aos casos do Banco Panamericano e da Companhia Aérea Gol; bem como de outros casos que ainda poderão ser explorados em trabalhos futuros, deixam claras as falhas promovidas por grandes empresas de auditoria independente, especialmente no que se refere ao procedimento de auditoria conhecido por Circularização, também chamado de Confirmação Externa que é realizado através de cartas de circularização para a obtenção de confirmações de saldos junto aos clientes, fornecedores, bancos, cartórios de imóveis etc.. A realização de exames corretos por parte dessas empresas de auditoria e com as emissões de pareceres e opiniões corretas e bem fundamentadas contribuem para retirar a insegurança de investidores, acionistas, fornecedores, clientes, colaboradores, fisco e demais usuários das informações contábeis produzidas pelas companhias.

As eventuais dificuldades nos retornos por parte dos respondentes das cartas devem fazer com que as auditorias aprofundem seus exames. Por outro lado, o mercado como um todo deve incentivar o envio de respostas confirmando, confirmando parcialmente ou não confirmando as informações solicitadas pelos auditores.

Assim, fica claro que se o procedimento de Circularização fosse aplicado corretamente e com a extensão e profundidade necessárias, os erros, as inconsistências contábeis ou até mesmo as fraudes, poderiam ter sido identificadas mais rapidamente e com menores transtornos ao mercado.

Em relação necessidade de maior transparência e conforto para o mercado, algumas medidas poderiam ser adotadas como, por exemplo, a redução do atual prazo de 5 anos para 2 anos para o rodízio entre as empresas de auditoria, com o retorno para a mesma companhia somente após 4 ou 6 anos. Tal medida poderá trazer maior independência, inclusive financeira entre auditores e auditados.

Por outro lado, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e a Justiça em suas diferentes instancias poderão dar maior publicidade ao mercado de quais medidas estão adotando para disciplinar e inibir ocorrências similares as três apresentadas no presente trabalho e consequentemente trazer maior segurança e transparência ao público em geral.

REFERÊNCIAS

AMERICANAS S.A. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/347dba24-05d2-479e-a775-2ea8677c50f2/4b151413-2727-224f-9170-89683a6bbec4?origin=1. Acesso em: 10. set. 2023.

ATTIE, Willian. Auditoria conceitos e aplicações. 6. ed. 4. Reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

B3 S.A. BRASIL, BOLSA. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5fd7b7d8-54a1-472d-8426-eb896ad8a3c4/faebdab6-ba32-1f7c-f9b4-f02b01ebfa61?origin=1. Acesso em: 10. set. 2023.

CONJUR - Consultor Jurídico. Disponível em https://www.conjur.com.br/2023-jun-16/controversias-juridicas-fraude-contabil-lojas-americanas-possiveis-implicacoes-penais. Acesso em: 09. set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/. Acesso em: 10. set. 2023.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011

MAFFEI, José Luiz. Curso de Auditoria: Introdução à auditoria de acordo com as normas internacionais e melhores práticas. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAGAZINE LUIZA S.A. Disponível em
https://ri.magazineluiza.com.br/default.aspx?utm_source=google&utm_medium=pla&utm_campaign=

&partner_id=69995&gclid=CjwKCAjw3oqoBhAjEiwA_UaLtpmS7wXaqgVLCzaDn6D5ZZtCiyacEIE_xKV9PLVMjmUPd9m-6sjKNBoC_hIQAvD_BwE&gclsrc=aw.ds. Acesso em 14.set.2023.

PODER 360. Disponível em https://static.poder360.com.br/2023/01/Relatorio-anual-2021-americanas.pdf. Acesso em: 10.set.2023.

VALOR. Disponível em link https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/13/analise-como-a-americanas-criava-contratos-falsos-de-verba-e-por-que-isso-melhorava-o-lucro.ghtml. Acesso em: 14.set.2023

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AGENDA 2030 E OS LETRAMENTOS TRANSMÍDIA

EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE 2030 AGENDA AND TRANSMEDIA LITERACIES

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

CÂMARA, Naiá Sadi
UNI-FACEF
Pós-doutora em Comunicação e Artes
naiasadi@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre os impactos que os avanços tecnológicos digitais e a pandemia de Covid-19 causaram na educação superior brasileira e como essas mudanças interferem nos objetivos da Agenda 2030. A migração das práticas sociais para o universo digital da internet, já vinha ocorrendo em diversos setores, inclusive na educação, com o ensino a distância (EAD). Com o isolamento social imposto pela pandemia em 2020, essa migração foi intensificada. Esse contexto do ensino remoto emergencial impactou de modo muito marcado t as práticas de ensino e aprendizagem: novas práticas pedagógicas, novos objetos de aprendizagens, novas éticas e estéticas tiveram que ser criadas e ou ressignificadas, alterando as formas de vida dos docentes e dos estudantes de todos os níveis desde a educação básica até a superior.Com base na proposta teórico-metodológica de análise dos Letramentos transmídia (Câmara, 2017), foram realizadas pesquisas com alunos e docentes de cursos superiores de Franca e Ribeirão Preto, cujos resultados nos permitiram traçar um panorama do perfil do aluno e do docente inseridos na modalidade do ensino remoto emergencial,e portanto, no ambiente digital. Assim, identificamos as principais plataformas utilizadas, bem como as fragilidades e potencialidades dessa modalidade no corpus pesquisado. Esses dados embasaram algumas propostas que serão apresentadas neste trabalho, as quais acreditamos possam auxiliar as instituições de ensino superior a adequarem melhorar suas práticas pedagógicas no contexto da era digital e da plataformaização da cultura e da educação, e desse modo, contribuir para que as metas das ODS 2023/UNU possam ser cumpridas.

Palavras-chave: letramentos transmídia, ODS, plataformização da educação

Abstract

This article presents a reflection on the impacts that digital technological advances and the Covid-19 pandemic have had on Brazilian higher education and how these changes interfere with the objectives of the 2030 Agenda. The migration of social practices to the digital universe of the internet was already underway occurring in several sectors, including education, with distance learning (EAD). With the social isolation imposed by the pandemic in 2020, this migration was intensified. This context of emergency remote teaching had a very marked impact on teaching and learning practices: new pedagogical practices, new learning objects, new ethics and aesthetics had to be created and/or given new meanings, changing the ways of life of teachers and students. at all levels from basic to higher education. Based on the theoretical-methodological proposal for analyzing transmedia Literacies, research was carried out with students and teachers from higher education courses in Franca and Ribeirão Preto, the results of which allowed us to to draw an overview of the profile of the student and teacher inserted in the emergency remote teaching modality, and therefore, in the digital environment. Thus, we identified the main platforms used, as well as the weaknesses and potential of this modality in the researched corpus. These data supported some proposals that will be presented in this work, which we believe can help higher education institutions adapt to improve their pedagogical practices in the context of the digital era and the platformization of culture and education, and thus contribute to the goals SDG 2023/UNU can be met.

Keywords: transmedia literacies, ODS, platformization of education

1. INTRODUÇÃO

Todos sabemos que a pandemia da covid 19 impactou as sociedades, provocando mudanças sociais, econômicas, ambientais que interferiram diretamente nas formas de vida de todo o planeta.

Na educação, o lockdown de 2020 fez surgir uma nova modalidade de educação, denominada de ensino remoto emergencial, instituído pelo Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC)[1], a fim de possibilitar às Instituições de Ensino Superior migrarem as práticas educativas presenciais para práticas educativas mediadas pela Internet. (Gusso, et al 2020). Seja no ensino público ou no privado, escolas precisaram embarcar tecnologias, capacitar professores e alunos para as novas práticas educativas plataformizadas.

Esse contexto criou, de algum modo, um paradoxo para a educação. Se, de um lado, o ensino plataformizado escancarou as desigualdades sociais, já que uma quantidade significativa dos estudantes não tinham acesso à internet e ou a equipamentos adequados; por outro lado, a plataformização da educação quebrou fronteiras, aumentando o alcance das práticas educativas, permitindo o acesso e integração de alunos de vários lugares, cidades, ate mesmo de outros países.

A plataformização da educação, fruto do processo de plataformização da cultura (Nieborg; Poell, 2018), acelerada pelo Covid-19, hoje, pós pandemia, é uma realidade, visto que muitas escolas adotaram as plataformas nas suas práticas educativas, muitas delas, inclusive, oferecendo um ensino híbrido, ou seja, misto entre presencial físico e presencial mediado pela internet.

Diante dessa nova realidade, o objetivo deste artigo é apresentar resultados das pesquisas que realizamos desde 2020, com alunos de cursos superiores, cujo objetivo foi identificar as potencialidades e fragilidades dessa nova modalidade, a fim de poder contribuir para a elaboração de práticas educativas mais assertivas do ponto das formas de vida dos alunos da era digital e da plataformização da educação, e consequentemente mais adequadas aos ODS/ONU 2023.

A questão que nos guiou foi: como as práticas comunicativas ubíquas e pervasivas afetam o processo de ensino e aprendizagem e as formas de produção, transmissão e aquisição do saber?

2. Das reflexões teóricas

Partimos do pressuposto de que a capacidade de comunicação dos sujeitos determina como eles se relacionam com o conhecimento e com o mundo, ou seja, estamos afirmando que o tipo e grau de seus letramentos determinam os regimes de interação e engajamento aos textos, sejam eles textos do cotidiano, acadêmicos e profissionais. (Câmara, 2017, 2018, 2019)

Por letramentos, compreendemos como a capacidade de leitura, interpretação, produção e circulação de textos produzidos por diferentes linguagens, gêneros e veiculados por diferentes mídias. Considerando com Jenkins (2009), que vivemos inseridos em um universo da convergência cultural e midiática e fundamentado por uma lógica transmídia, que permite modos de produção e circulação de textos cada vez mais complexos, híbridos e acelerados. Dessa perspectiva, defendemos que o perfil do leitor e do produtor de texto deve ser composto por letramentos transmídia, ou seja.

> [...] um conceito-chave integrador dos multiletramentos (ROJO, 2009; 2012) que as diferentes práticas sociais de linguagens contemporâneas exigem, como uma competência e uma prática comunicativa de produção, interpretação e circulação de textos de diferentes gêneros, formatos e linguagens veiculados no universo da lógica transmídia (Câmara, 2018, 2019, 2020)

Conforme apontamos, a lógica transmídia permite que diferentes modalidades de ensino e aprendizagens se complementem, como por exemplo o ensino a distância (EAD) e o ensino on-line.(Câmara, 2020). Desse ponto de vista, a plataformização de educação organiza-se por complementariedades e hibridismos entre práticas educativas que exigem novos regimes de interação com o conhecimento. As plataformas educativas são concebidas em nossas pesquisas como espaços comunicativos de vulgarização didático- pedagógica. As práticas educativas, como

[1] https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3830/portaria-do-mec-regulamenta-praticas-de-laboratorio-e-estagio-profissional-durante-a-pandemia-da-covid-19

textos, são analisadas pelas estratégias enunciativas determinantes das articulações tradutórias regentes que operam a tradução entre os gêneros científicos e os didático-pedagógicos.

3. Resultados

Analisamos as práticas comunicativas produzidas e colocadas em circulação pelos alunos nos espaços digitais formais de aprendizagens, observando 9 dimensões de análise: produção, prevenção de risco, performance, gestão de conteúdo individual e social, mídia e tecnologia, ideologia e ética, narrativa e estética.

Os dados foram obtidos por meio de:

a) Aplicação de questionário[2] com o objetivo de conhecer o contexto sociocultural e demográfico dos alunos, bem como o contexto de usos e percepções sobre/nas mídias. Obtivemos 105 respostas a 65 perguntas (fechadas e abertas).
b) Workshops participativos para exploração, num contexto imersivo, das práticas de letramentos transmídia

Com relação à produção, prevenção de risco e performance, os textos produzidos nas plataformas *Classroom* e *Zoom* revelaram os mesmos problemas de redação já identificados antes da pandemia pelos vários exames oficiais de avaliação tais como Enem e Enade. Classificamos essas dificuldades em 3 níveis (Câmara, 2014):

- Linguagens: dificuldade/desconhecimento da norma culta: gramatica, vocabulário, coesão, mescla entre modalidades oral, escrita, digital.
- Discursivo: Organização de parágrafos, pontuação, coesão e coerência, reconhecimento dos gêneros e tipos textuais, textos mais curtos.
- Cultural: repertório fraco, dificuldade de identificação axiológica e temática, não reconhecimento de intertextualidades, repetição do imaginário cultural mídia de massa.

Considerando a relação entre mídia e tecnologia, os questionários revelam que os alunos não têm problemas em relação ao letramento digital, no que tange a sua relação com as ferramentas das plataformas utilizadas. Demonstraram também letramentos de produção audiovisual para captação e edição. Dominam a diversidade das práticas sociais nos ambientes **acadêmicos formais**, no que tange as atividades que exigem os letramentos cotidianos que eles já interiorizaram tais como lives, vídeos curtos. Já sobre as práticas acadêmico-científicas, os alunos referiram como principais dificuldades das práticas educativas plataformizadas: dificuldade de concentração por estarem no ambiente domésticos; falta de dispositivos e internet adequados por conta de questões financeiras, dificuldade de exposição frente às câmeras.

Ainda em relação ao letramento acadêmico, eles têm dificuldade para interagirem com os gêneros teórico-científicos

Com relação às pesquisas com docentes, observamos que a plataformização das práticas educativas permitiu uma renovação no material didático e nas aulas, sobretudo por causa dos recursos que tanto as ferramentas disponibilizadas pelas plataformas educativas, vale ressaltar a qualidade do Google Education; quanto pelo fato de os alunos estarem on-line, conectados ao universo da Internet, fato que permitiu uma abertura de pesquisas, dados e informações complementares às aulas.

Betarello e Câmara (2021) pesquisaram como os professores de Arquitetura e Urbanismo se relacionaram com o ensino remoto emergencial e além das mesmas questões acima, eles relataram terem dificuldades com relação às aulas de ateliê de projeto arquitetônico e urbanístico, uma vez que as assessorias e as relações interpessoais ficaram comprometidas nas aulas online. Noções de escala, níveis e desníveis, representações, abordagens e vivencias práticas também ficaram comprometidas. De modo geral, os docentes tiveram dificuldade em relação ao letramento digital.

[2] Etapa realizada junto ao projeto de iniciação científica. Questionário com dados quantitativos e qualitativos disponibilizado para todos os alunos via *Google Forms*.

4. Considerações finais

Segundo o objetivo número 4 dos 17 objetivos da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)- a Agenda 2030 determina os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (doravante ODS)[3], "assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover a aprendizagem ao longo da vida para todos",[4] deve ser um objetivo fundador e determinante para o desenvolvimento sustentável das sociedades, e portanto para a garantia e o cumprimento satisfatório de toda a agenda 2030 (Câmara, 2019).

Esses objetivos, embora tenham sido propostos antes da pandemia do corona vírus 2020, ainda trazem o que de mais urgente precisa ser feito por todos os países, para que possamos socorrer as demandas ambientais, sociais, econômicas, políticas e humanitárias que assolam cada dia mais nosso planeta.

A migração da vida social, cultural e educativa para o universo digital da internet, com certeza impacta todas as formas de vida e, portanto toda a dinâmica das sociedades. Os resultados das pesquisas que estamos realizando com relação aos letramentos transmídia revelam que no ambiente digital de ensino e aprendizagens, os alunos mantém os problemas de competência comunicativas que, como já afirmamos, já apresentavam antes do ensino remoto emergencial.

De todos os dados, consideramos esse o mais relevante, no sentido dos impactos negativos para a formação profissional em nível superior- graduação, pois, primeiro, como formar médicos, professores, engenheiros, enfim, profissionais que não conseguem interagir com a ciência, com a complexidade narrativa? Fazemos essa pergunta já há alguns anos em outros trabalhos que identificam essas questões (Câmara, 2014, 2019, 2021).

Com certeza, a plataformização da educação é um fato já sem volta. O que vemos progredir, até o momento, são propostas de educação híbridas, que , podemos considerar um avanço do EAD, visto que neste, as plataformas tais como o AVA, tornam-se muitas vezes, apenas espaços de publicação de materiais e tarefas, enquanto que no ensino híbrido presencial mediado pelas tecnologias, a interação on-line torna-se o diferencial importante para o aprendizado dos alunos.

De todo modo, considerando nossa experiência como docente nesse processo, acreditamos que, em nível de graduação, o ensino presencial físico ainda é mais adequado, sobretudo considerando as dificuldades que relatamos acima.

Assim, defendemos que mobilizar novas tecnologias deve ser meta das escolas, desde que sempre a serviço da equidade de todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTARELLO, L.F.D. e CÂMARA, N.S. A plataformização do ensino de arquitetura como prática educativa emergencial em meio a pandemia de coronavírus. IV Jornada Internacional GEMInIS. Universidade Federal de São Carlos UFSCar. São Carlos, SP, 2021.

CÂMARA, Naiá Sadi. Transmedia literacy in professional training practices: a case study. 2021. Participação em evento Link2021 Symposium Abstracts. Sala A1N. Practice and Audiovisual Communication Platforms. Wednesday, December 1. ISSN 2744-4015. Disponível em: https://whova.com/embedded/speaker/auotn_202211/19647127/ Acessado em 14 dezembro 2021.

CÂMARA, Naiá Sadi. Letramentos transmídia: um conceito e uma Metodologia. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/37444194/LETRAMENTOS_TRANSM%C3%8DDIA_UM_CONCEITO_E_UMA_METODOLOGIA>. Acesso em 12 out. 2021.

CÂMARA, Naiá Sadi. Letramentos transmídia na era da plataformização da educação. Projeto apresentado à aprovação Comitê de ética. Ribeirão Preto, SP. 2021.

CÂMARA, Naiá Sadi. EDUCAÇÃO 360: uma proposta de intervenção nas práticas educativas brasileiras. Capítulo do livro DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: implicações regionais das

[3] https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/
[4] [4] https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/

demandas dos ODS/ONU. Organizadores Paulo de Tarso Oliveira e Marinês Santana Justo Smith. Franca (SP): Uni-FACEF, 2019.

CÂMARA, Naiá Sadi. Redes criativas e os impactos no desenvolvimento regional: resultados de pesquisas. Trabalho apresentado no XX Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional. Uni-FACEF: Centro Universitário Municipal de Franca. Franca-SP, 13 e 14 de novembro de 2019.

CÂMARA, Naiá Sadi; PADOVANI, Gustavo. Práticas educativas multiplataformas: Mecflix. Trabalho apresentado no Congresso Internacional Comunicação e Consumo. COMUNICON. São Paulo, SP. 2018.

CÂMARA, Naiá Sadi. Os impactos das práticas de comunicação das redes criativas nos processos de desenvolvimento regional. Trabalho apresentado no XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Belo Horizonte-MG, 2018.

_____. O perfil do professor de linguagens, códigos e tecnologias: uma análise das formas de vida configuradas nos gêneros. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 43, p. 853-867, 2014.

GUSSO; Et Al. Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária. Educação & Sociedade: Revista de Ciências de Educação. v. 41, e238957, Campinas, 2020.

HODGES, Charles et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. EDUCAUSE Review. 27 mar. 2020. Disponível em: https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning, 2020. Acesso em: 11 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. Organização das Nações Unidas (ODS). 01 outubro 2016. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/

POELL, Thomas; NIEBORG, David B. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. 2018. New Media & Society, 20(11), 4275–4292. doi:10.1177/1461444818769694

A FANTÁSTICA FÁBRICA DE CHOCOLATE: ANÁLISE DAS ILUSTRAÇÕES

THE FANTASTIC CHOCOLATE FACTORY: ANALYSIS OF THE ILLUSTRATIONS

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

BARRETO, Ana Cristina Alves de Paula
Universidade Estadual Paulista ―Júlio de Mesquita Filho" (campus de São José do Rio Preto/SP)
Mestranda em Letras vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Unesp/Ibilce, sob orientação da Profa. Dra. Norma Wimmer.
E-mail: ana.c.paula@unesp.br

Resumo

Neste artigo, vamos analisar as ilustrações e o trabalho do ilustrador Quentin Blake na obra *A Fantástica Fábrica de Chocolate*, sob a perspectiva da experiência da semiótica, vez que o observador é também agente, participando do processo de construção dos significados. Foram abordadas as funções da literatura infanto-juvenil no desenvolvimento cognitivo e no incentivo ao desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento de mundo da criança, e, também, como as obras se caracterizam, primordialmente, para este público, com suas características estéticas próprias e tão vívidas. A análise das ilustrações permitiu a verificação de seu notável valor artístico-estético, o qual, no processo de leitura, amplia as possibilidades de construção de sentido, além de dar cor e forma ao verbal.

Palavras-chave: Roald Dahl, Quentin Blake, Ilustrações.

Abstract

In this article, we will analyze the illustrations and work of illustrator Quentin Blake in the work Charlie and the Chocolate Factory, from the perspective of the semiotic experience, since the observer is also an agent, participating in the process of constructing meanings. The functions of children's literature in cognitive development and in encouraging the development of children's learning and knowledge of the world were addressed, and also how the works are characterized, primarily, for this audience, with their own aesthetic characteristics and so vivid. The analysis of the illustrations allowed the verification of their notable artistic-aesthetic value, which, in the reading process, expands the possibilities of constructing meaning, in addition to giving color and shape to the verbal.

Keywords: Roald Dahl, Quentin Blake, Illustrations.

1 INTRODUÇÃO

As obras literárias destinadas ao público infantil são mais do que um simples jogo de palavras ou imagens que intercalam as páginas e entreterem o público juvenil. Estas obras possuem uma profunda alusão ao progresso do conhecimento da criança, bem como a forma como ela mesma se vê no seu mundo interior e exterior. Os valores estéticos das obras são mergulhados em rimas que trazem sonoridade, musicalidade; em imagens, que trazem a riqueza da beleza visual que, por muitas das vezes, falam por si só, devido à repleta carga semântica existente em cada ilustração, despertando um olhar não só curioso, mas que, se bem trabalhado, pode levar a criança a um mundo repleto de novos horizontes e aprendizados.

Roald Dahl (Llandaff, 13 de Setembro de 1916 — Oxford, 23 de Novembro de 1990) foi um escritor britânico nascido no País de Gales, filho de noruegueses. Atingiu notoriedade na década de 1940 por suas obras para adultos e crianças e tornou-se um dos escritores mais aclamados do mundo. É conhecido principalmente por seus livros infantis, entre os quais figuram *A Fantástica Fábrica de Chocolate, Matilda, As Bruxas, O Bom Gigante Amigo* e *James e o Pêssego Gigante*, obras adaptadas para o cinema.

Durante seus anos em Repton Repton School, em Derbyshire, a fábrica de chocolates *Cadbury* enviava ocasionalmente caixas dos seus novos produtos à escola para que fossem

provados pelos alunos, o que serviu como inspiração para escrever *A Fantástica Fábrica de Chocolate*. Ele ficou fascinado ao imaginar que deveria haver nas fábricas de chocolates salas onde inventores reais testavam e experimentavam suas criações.

Dahl era de longe mais conhecido por sua abordagem muito particular e única à literatura infantil. Certos elementos em seus livros são facilmente atribuídos às suas experiências feias no internato durante sua juventude: adultos vilões e aterrorizantes em posições de poder que odeiam crianças, crianças precoces e observadoras como protagonistas e narradores, ambientes escolares e muita imaginação. Apesar de ser famoso por escrever para crianças, o senso de estilo de Dahl é notoriamente um híbrido único do caprichoso e do macabro. É uma abordagem distintamente centrada na criança, mas com um tom subversivo ao seu óbvio calor.

Os detalhes da vilania de seus antagonistas são frequentemente descritos em detalhes infantis, mas de pesadelo, e os tópicos cômicos em histórias como *Matilda* e *A Fantástica Fábrica de Chocolate* são entrelaçados a momentos sombrios ou até violentos. A gula é um alvo particular para a retribuição violenta de Dahl, com vários personagens notavelmente gordos em seu cânone recebendo finais perturbadores ou violentos.

O livro de literatura infantil pode ser caracterizado pela presença da ilustração associada à palavra. *A Fantástica Fábrica de Chocolate* é um livro infantil escrito em 1964 e publicado pela primeira vez nos Estados Unidos pela Alfred A. Knopf, Inc. em 1964 e no Reino Unido por George Allen & Unwin, onze meses depois, ilustrado pelo britânico Quentin Blake.

Neste artigo vamos analisar as ilustrações e o trabalho do ilustrador da mencionada obra, que possuem um valor artístico-estético que, no processo de leitura, amplia as possibilidades de construção de sentido, além de dar cor e forma ao verbal. A partir dessa análise, analisam-se as ilustrações sob a perspectiva da experiência da semiótica, vez que o observador é também agente, participando do processo de construção dos significados.

2 O ILUSTRADOR E AS ILUSTRAÇÕES

Quentin Blake é um dos maiores ilustradores do mundo, com livros publicados nos mais diferentes países. Ele já criou desenhos para mais de trezentos livros e foi o ilustrador favorito de Roald Dahl.

O estilo das ilustrações de Quentin Blake é inconfundível. Ele deve seu sucesso ao seu senso de humor e à leveza de seu traço. Em cada projeto, sua abordagem é moldada de acordo com o tom do livro e a natureza de seus personagens.

Em seu *site,* o autor fala sobre sua técnica. Ele afirma que, apesar de seus desenhos terem um estilo livre e sem regras, parecendo que foram feitos no ímpeto do momento, cada desenho, por mais simples que pareça, requer planejamento e preparação. Ele afirma, na maioria das vezes, fazer um esboço onde ele estuda a postura dos personagens, que tipo de expressão eles terão e a composição de todos os elementos na página. Para uma sequência de desenhos dentro do contexto do livro, é necessário mais planejamento, e o ilustrador deve se perguntar:

– O método e a técnica desses desenhos são adequados para a atmosfera do livro?

– O que será ilustrado em cada página? Há continuidade entre as ações de uma página a outra?

– Os personagens parecem os mesmos em cada página?

Para combinar planejamento e espontaneidade, ele experimentou várias técnicas, mas a que foi a mais bem sucedida, e a que vem usando pelos últimos 30 anos, é o uso da mesa de luz.

A técnica da mesa de luz pode ser descrita da seguinte forma: sobre a mesa de luz, ele coloca o rascunho que lhe servirá de base e, sobre ele, uma folha de papel para aquarela, geralmente *Canson* ou *Arches*. À mão deve estar um frasco de nanquim preto à prova d'água e bicos de pena de diferentes tipos, dos finos e flexíveis aos mais largos e rígidos, além de pincéis ou o que mais parecer adequado para o trabalho.

O importante sobre essa técnica não é repetir o que está desenhado no esboço. Na verdade, é importante que não se possa ver claramente o que está desenhado sob o papel, assim o traço fica mais espontâneo, como se estivesse desenhando pela primeira vez, mas com a vantagem de saber todos os elementos que devem aparecer e onde devem estar posicionados. Normalmente ele começa com a parte mais difícil do desenho, porque, se algo sair errado, não é preciso redesenhar tudo novamente. Mas ainda assim, considera normal fazer até duas ou três versões do desenho finalizado para então decidir qual parece ser o melhor ou mais consistente em relação ao livro todo.

A partir das ilustrações selecionadas, pode-se apreciar um leque de diferentes técnicas e materiais utilizados, incluindo aquarelas e pastéis, para criar suas inconfundíveis ilustrações.

As próprias passagens que ele escolhe ilustrar enfatizam as suas decisões e a existência de critérios seletivos, seja na caracterização de uma cena jamais retratada por outro artista que tenha ilustrado a mesma obra, ou na continuação de uma tradição representativa: o ilustrador é um intérprete do texto (SCHWARCZ, 1982, p. 104).

Além disso, a ilustração reflete as tendências do momento cultural em que é realizada.

Charlie Bucket (p. 13) e Charlie e seus avós (p. 41)

Apesar de se tratar de uma história lúdica, a narrativa de Dahl ensina algumas lições em relação à educação infantil, apresentando considerações sobre a importância da postura e conduta dos genitores e as consequências que determinados comportamentos podem provocar na vida do menor.

A narrativa tem início no ano de 1970 com a história de Charlie Bucket, um garoto pobre que vivia em uma pequena cidade e morava em uma casa velha junto com seus pais, avôs e avós maternos e paternos, todos idosos de saúde frágil. Naquele momento, a família Bucket passava por uma grande dificuldade financeira e privação alimentar.

As ilustrações mostram as características físicas do protagonista e sua família, extremamente abatidos, frágeis e vulneráveis. Ainda, esta ilustração desempenha uma função expressiva, na qual, conforme Camargo ~~a~~ ilustração pode comunicar um sentimento, uma emoção. Estes podem ser expressos principalmente através de movimentos e expressões faciais de personagens, e pelos recursos gráficos que passam a transmitir certos sentimentos" (CAMARGO, 1998, p. 36).

Augusto Glupe (p. 34) e Veroca Sal (p. 36)

O primeiro cupom dourado foi encontrado por Augusto Glupe, de acordo ao autor, um garoto gordo como um balão inflado, tinha o corpo cheio de dobras de banha e seu rosto era uma bola de massa com dois olhinhos espremidos, que olhavam para tudo, cheios de gula.

O segundo cupom tinha sido encontrado pela menininha chamada Veroca Sal, uma garota mimada que tinha pais riquíssimos e morava em uma cidade grande, muito longe da fábrica.

O autor, em seu livro, não trata apenas na formação do caráter, mas aborda também o cuidado com a saúde infantil, como a obesidade, com o recorte da obesidade infantil – retratada no personagem Augusto Glupe, o menino guloso que nos mostra o quão ruim pode ser ir com tanta sede ao pote; e os problemas comportamentais de Veroca Sal, a menina que tinha tudo que queria e é claro, nunca aprendeu a estar satisfeita por isso, apresentando severas dificuldades em compreender e respeitar limites, o que lhes acarreta diversas consequências físicas e psicológicas.

Nas imagens acima, a ilustração tem um papel fundamental, criando novas perspectivas e dizendo aquilo que não foi dito pelo texto verbal. Ela desempenha uma função descritiva, pois a descrição presente nesta função pode ser feita fielmente aos caracteres extraídos do texto, ou, podem caracterizar as personagens a partir de perspectivas imaginativas do ilustrador.

Nestas imagens, o ilustrador teve o cuidado de descrever ludicamente os traços das crianças ganhadoras dos cupons dourados. A imagem não surge ao caso na folha de papel, ela existirá com uma finalidade. Neste sentido, o trabalho com as ilustrações requer domínio do código visual e dos recursos formais para construção de imagem, pois cada detalhe inserido no texto servirá para aguçar a imaginação do leitor.

Só ficou Charlie (p. 161)

Conduzidos pelo mau comportamento, cada uma das crianças foram se perdendo durante o tour, Charlie foi o único que restou, tornando-se então o ganhador dos doces e chocolates Wonka para o resto da vida.

Mas não foi só isso. Ao ver em Charlie o mesmo encanto que sentia por aquele mundo doce particular, Sr. Wonka decide lhe dar a fábrica. Ou seja, quando tivesse idade suficiente, seria o dono da maior e mais fantástica fábrica de chocolate do mundo.

Quentin Blake faz bons usos das paletas, principalmente dos contrastes das cores quentes e frias, para definir um estado emocional das personagens em questão.

Aqui, a ilustração não se limita a dar forma a uma personagem, mas o faz pela perspectiva lúdica e polissêmica. Por isso, a ilustração é um modo do ilustrador revelar, em consonância com o texto do autor, sua visão de mundo, mas nessa construção há sempre lugar para a interação do leitor, que integra ao livro a sua própria visão de mundo – Charlie Bucket, a única criança que vive uma vida simples e humilde, ensina que não precisamos de muito para sermos felizes.

Mesmo destinada ao público infantil, *A Fantástica Fábrica de Chocolate* é uma obra que seduz e diverte todos os públicos pela grandiosidade imaginária e as lições sociais, valorizando a família, o caráter, a união e a humildade como prêmios mais valiosos que uma criança pode ter.

Como John Harthan (1981, apud PEREIRA, 2008) conclui,

> [b]ook illustration is like a hand-mirror in which one can see reflected great historical events, social changes and the movement of ideas down the centuries. How an artist illustrates his text tells us something about the manner in which he and his contemporaries regarded themselves. And the choice of texts for illustration in different periods is itself significant, indicating changes in the climate of thought.[1]

No livro infantil, muitas vezes as ilustrações são consideradas meros elementos decorativos, servindo apenas de auxílio às palavras. Com isso, a participação dessas imagens na construção das histórias é reduzida, quando não completamente ignorada.

Primeiramente é importante esclarecermos a definição de ilustração. Para o a Associação de Designers Gráficos esta pode ser uma imagem cujo objetivo é "corroborar ou exemplificar o conteúdo de um texto de livro, jornal, revista ou qualquer outro tipo de publicação" (ADG, 2000, p. 59). Já no Dicionário Aurélio (2007, p. 01) encontra-se: "ilustração: imagem ou figura de qualquer natureza com que se orna ou elucida o texto de livros, folhetos e periódicos". Porém, suas atribuições podem ir muito além, podendo ser também considerada uma imagem que amplia um texto verbal, que adiciona a ele informações, que o questiona, que o substitui (como nos livros de imagens), ou mesmo o seu ponto de partida.

Segundo Camargo (2006, p. 13),

[1] Tradução livre: A ilustração do livro é como um espelho de mão no qual se podem ver refletidos grandes eventos históricos, mudanças sociais e o movimento de ideias ao longo dos séculos. A maneira como um artista ilustra seu texto nos diz algo sobre a maneira como ele e seus contemporâneos se consideravam. E a própria escolha de textos para ilustração em diferentes épocas é significativa, indicando mudanças no clima de pensamento.

> as ilustrações não explicam nem ornamentam o texto; também não traduzem o texto, não buscam equivalências entre o verbal e o visual. Mais do que coerência ou convergências de significados, parece que se trata de colaboração dos diversos discursos verbal e visual, constituindo um discurso duplo, um diálogo.

Na história da ilustração não existe uma data que marca oficialmente seu início. Supostamente, tanto a ilustração como a escrita apareceram na pré-história, através das pinturas rupestres. As ilustrações documentais e os primeiros pergaminhos ilustrados surgiram no Egito. Mais tarde, a ilustração adquire função descritiva e objetiva, sendo utilizada pelas civilizações grega e romana nas áreas científicas, principalmente, na topografia, na medicina e na arquitetura. Atualmente, a ilustração adquiriu também uma função estética, principalmente, junto à literatura infantil, onde atribui-lhe um caráter lúdico, real, irreal, de sonhos e fantasias, mostrando que o livro literário ilustrado permite à criança um encontro com aquilo que só ela compreende.

Nos livros infantis, a ilustração teve sua ascensão e reconhecimento a partir dos contos de fadas de Perrault, publicados em 1697. Esses contos de fadas foram ilustrados em preto e branco, por Gustave Doré. Tinham como principal característica a riqueza de detalhes. Impulsionados por Perrault, na Inglaterra, no século XIX, os Irmãos Grimm, publicam German Popular Stories com ilustrações de George Cruikshank, carregadas de humor e ritmo. Ainda no século XIX, surgem as primeiras publicações de obras com ilustrações feitas através de efeitos especiais (pop-up). O maior ilustrador desta categoria foi Lothar Meggendorfer.

No século XX, merecem destaques as ilustrações das reedições dos clássicos dos Irmãos Grimm, feitas por Arthur Rendak, Edmund Dulac e Key Nielsen, pois representam grande apelo à fantasia e ao imaginário infantil. O final do século é marcado por um grande número de novos ilustradores. Entre eles, há inúmeros estilos diferentes, mostrando como a ampliação e a inovação dos recursos gráficos proporcionou aos profissionais novas possibilidades de criação.

Ângela Lago (2006, p. 01) lembra que "a linguagem verbal não é traduzível para o visual. São duas formas de pensar diferentes", ou seja, nem tudo o que é expresso por palavras pode ser traduzido em imagens, sendo que o oposto também é verdadeiro. Camargo, compartilhando da mesma opinião, diz que "assim como o texto verbal, o texto visual também exige uma espécie de alfabetização - ou [...] letramento visual" (CAMARGO, 2006, p. 13, grifo nosso). Assim sendo, a ilustrações possuem um "vocabulário" próprio, que também necessita de um aprendizado para poder ser "lido" e "compreendido".

Pode-se afirmar que ilustradores da literatura infantil e juvenil são levados pela expressão do desenho que se ramifica em diferentes vertentes, estruturando-se como linguagem em suas gradações mais utilitárias ou mais artísticas. Essa linguagem, quando se manifesta nos livros ilustrados, traz uma visualidade que tem origens diversas, mas podemos estabelecer dois marcos principais: primeiramente, o imaginário das fábulas e contos de fadas e, posteriormente, o humor e a poesia nonsense que se apresenta na literatura para crianças.

A ilustração é uma espécie do que Vilém Flusser chama de ―pensamento imagético" e dependem de pontos de vista predeterminados, baseados em convenções técnicas e mercadológicas. Por essas características, as imagens dos livros tendem a resignificar imagens do mundo para as crianças, ressaltando um aspecto narrativo da imagem, uma inversão da sua natureza tradicionalmente descritiva.

Perry Nodelman em W*ords about Pictures: The Narrative Art of Children's Picture Books*, aponta para dois tipos de ironia da relação entre palavras e imagens no livro ilustrado devido às diferenças inerentes entre a narração verbal e a representação pictórica: ―A primeira é a distância entre a objetividade relativa das imagens e a subjetividade relativa das palavras; a segunda é a distância entre o movimento temporal das histórias e a eternidade fixada geralmente nas imagens".

Essa ironia, referida por Nodelman se estabelece pelo jogo entre narração e descrição onde imagens e textos se relacionam cambiando suas características tradicionais para ampliar as possibilidades poéticas do objeto livro. Assim, a característica da linguagem visual do livro ilustrado para crianças se estabelece a partir do conjunto de imagens que vêm da memória articulada pelo sujeito ilustrador em relação ao texto. A arte de ilustrar se diferencia da linguagem da pintura, uma vez que as imagens se inclinam mais facilmente às verbalizações mentais constituídas pela tendência humana para dar significado àquilo que vemos por meio de uma sequência de imagens.

Consoante abordado durante a disciplina ―Literatura e Outros Sistemas Semióticos", os livros de histórias infantis são mais comumente encontrados em medidas maiores e mais finas.

As formas arredondadas ou encurvadas, por exemplo, causam a sensação de suavidade e fofura (NODELMAN, 1988, p. 72), como é o caso das ilustrações de Quentin Blake. São desenhos predominantemente comunicativos que nos proporcionam um entendimento imediato, traçados com clareza de formas e com intensidades semelhantes de linhas e cor.

Ao longo da obra, o não preenchimento de áreas fechadas na figura, por exemplo, enfatiza a linha sobre a forma e cria a sensação de movimento (o sorriso de Charlie) – daí a ideia de vigor e sua eficácia na ilustração da ação (NODELMAN, 1988, p. 69-70). Aqui, Nodelman (1988, p. 53) também considera a questão dos espaços em branco: para ele, quando ao redor do desenho, esses espaços atuam como molduras, isolando as figuras e chamando atenção para elas – no caso, os avós de Charlie.

Por sua vez, as cores têm conotações emocionais (NODELMAN, 1988, p. 59-67); e, por estarem arraigadas culturalmente — uma vez que são percebidas de modo distinto em diferentes culturas (SEGALL, CAMPBELL, HERSKOVITS, 1966, p. 37-38) —, são capazes de multiplicar os ‑estados de espírito” com que a obra é recebida.

As cores primárias, que são encontradas de forma pura e não através da mistura de nenhuma outra. As cores secundárias, que são obtidas através da mistura de duas cores primárias. E as cores terciárias, que são a mistura de uma cor primária com uma cor secundária.

Também podemos classificar as cores quentes e cores frias. A primeira agrupa o espectro que vai do amarelo ao rosa, e a segunda do verde ao roxo. Logo, a paleta utilizada deve ser pensada com precisão.

Diferentes cores são capazes de transmitir diferentes sensações para o espectador e, assim, conseguem acentuar uma sensação ou emoção que pretende ser transmitida. Também é capaz de apontar o clima de uma cena e até o estado emocional de uma personagem.

Todas as cores têm seus dois lados da moeda: nem sempre uma cor transmite só sensações positivas ou só negativas. Elas dependem do contexto escolhido e são muito apoiadas por outras cores na paleta da cena.

Quentin Blake utiliza as cores quentes para gerar agitação, por isso, elas ressaltam emoções intensas como paixão, alegria, sensualidade, violência, loucura e até vingança. Além disso, elas não recebem essa classificação à toa, essas cores transmitem também a ideia de calor.

Já as cores frias, por outro lado, quando utilizadas por Quentin Blake, apontam sentimentos mais introspectivos, como tristeza, solidão, depressão, calma e passividade. E, como oposto das cores quentes, são capazes de esfriar a cena.

Assim como a linguagem verbal, que pode assumir mais de uma função dentro do texto, as ilustrações também podem ser encontradas em diferentes funções, no texto visual. No entanto, na grande maioria das obras, haverá uma função que exercerá maior domínio, apesar de todas serem capazes de ativar a imaginação do leitor para um aspecto em especial, suscitando questionamentos, curiosidades e imaginações. Na obra em questão, observamos a existência de mais de uma função ilustrativa, com as quais trabalharemos a partir das próprias imagens. Conforme Faria:

> Quando o texto dos livros para crianças é formado apenas por algumas frases, a ilustração adquire um papel relevante na estruturação da narrativa. Deve portanto ser cuidadosamente analisada em suas sequências e cenas, na representação das personagens e suas expressões (pessoais, de ação, etc.). nos detalhes do espaço e do tempo a fim de que as crianças acompanhem e a dominem plenamente a história e as formas que estão narradas. (FARIA, 2008, p. 82)

3 AS FUNÇÕES DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: A ESTÉTICA E A PEDAGÓGICA

Ao discorrer pela obra ‑A literatura e a formação do homem”, de Antonio Candido (2002), tem-se, como pressuposto, que a literatura se configura como uma modalidade que funciona, mais especificamente, como um retrato da necessidade universal de ficção e de fantasia, coextensiva ao homem, uma vez que ela aparece invariavelmente em sua vida, seja o homem pertencente a um grupo ou se caracterizando como ser individual, a literatura estará lado a lado das satisfações mais inerentes e elementares ao seu espectro. É a partir dessa necessidade universal, cujas formas mais humildes e espontâneas de satisfação se configuram, até mesmo, em trocadilhos e advinhas, que surgem, em nível complexo, as narrativas populares, os contos folclóricos, as lendas, os mitos. Antonio Candido enfatiza, ainda, que tudo isso – salientando as necessidades universais no ciclo da civilização – culminou, de certo modo, para a divulgação dos poemas, romances, e mais

propriamente os contos, nas formas impressas, divulgadas em folhetos, livros, jornais e revistas.

Correlacionando estas necessidades universais, o autor evoca a ideia de que as camadas mais profundas da nossa personalidade, de certa forma, podem sofrer um bombardeio poderoso de criações ficcionais que lemos e que atuam, não só de modo consciente e inconsciente quanto à forma que a percebemos, mas também de uma maneira não avaliativa. Antonio Candido descreve que, talvez, os contos populares, as histórias ilustradas, os romances policiais, etc., atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente. E é a partir dessas afirmações que o próprio autor indaga se a literatura tem uma função formativa de tipo pedagógica.

Consoante o escritor, a literatura pode formar, mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la, ideologicamente, como uma forma de vincular o que se tem como o Verdadeiro, o Belo e o Bom, justamente definidos conforme os interesses dos grupos populares predominantes, para o reforço de suas concepções de vida. Antonio Candido ostenta que a literatura age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela. Ela tem uma função integradora e transformadora no laço existente entre imaginação literária e concretude do mundo, e é a partir disso que atitudes ambivalentes suscitam os moralistas e os educadores, fascinados pela força humanizadora literária e, ao mesmo tempo, temerosos de sua indiscriminada riqueza. É ainda na obra que o autor explana o sentido pedagógico e estilístico da função literária. Para ele, um grande número de mitos, lendas e contos são etiológicos, isto é, um modo figurado ou fictício de explicar o aparecimento e a razão de ser do mundo físico e da sociedade. Por isso, segundo Antonio Candido, há sempre uma relação curiosa entre a imaginação explicativa, baseada na ciência, e a explicação fantástica, baseada na perspectiva do escritor. Dessa forma, baseando-se ainda na obra ~~"~~A literatura e a formação do homem", a literatura enquanto oportunidade de enriquecimento e experiência é primordial na formação do indivíduo e do cidadão, bem como no seu desenvolvimento cognitivo. Antonio Candido destaca que se por um lado a leitura de uma obra literária pode ser um instrumento de dominação, por outro lado é um instrumento de cidadania, permitindo ao homem sua própria construção dentro da sociedade. Partindo deste plano, focalizando mais especificamente na literatura infanto-juvenil, a criança, que desde muito cedo entra em contato com obras literárias, terá uma compreensão maior de si e do outro, até mesmo vinculada ao seu inerente potencial criativo e de amplitude dos horizontes da cultura e do conhecimento. O poder da fantasia está colado ao imaginário humano, principalmente infantil, sendo a partir deste que o poder da estética se forma e reluz. Levando em consideração a abordagem de TURCHI (2004), na obra ~~"~~O estético e o ético na literatura infantil", as obras que alicerçam a literatura infantil precisaram receber características muito constantes em suas exibições: a figura desenhada, as cores, a ilustração, a imagem. E foi a partir destas características que o diálogo existente entre o texto verbal e o padrão estético se tornou uma constante.

Na obra *Literatura Infantil – Voz de criança*, de Maria José Palo e Maria Rosa D. Oliveira (2006) tem-se que a literatura infantil nos redireciona a uma concepção acerca do termo ~~"~~ser infantil", utilizando este como qualificativo especificador de determinada espécie dentro de uma categoria mais ampla e geral do fenômeno literário. As autoras, no decorrer do texto, especificam que o ato de falar à criança é, de fato, buscar não a uma classe, mas a uma minoria que, como outras, não tem direito a voz, não dita seus valores, mas, ao contrário, deve ser conduzida pelos valores daqueles que têm autoridade para tal: os adultos, sendo esses, segundo as compositoras da obra, que detém a essência do conhecimento e experiência suficientes para que a sociedade lhes outorgue a função de condutores daqueles seres que nada sabem e, por isso, devem ser-lhes passivos, e assim assumir tal posição: as crianças.

As autoras elucidam que de forma inquestionável e natural é estabelecido um vínculo entre dominador e dominado. Tem-se, segundo elas (juntamente com as abordagens utilizadas em sala de aula como explanações), como relação dominante (adulto) *versus* dominado (criança), respectivamente: aquele que sabe *versus* aquele que não sabe; aquele que tem o direito à voz *versus* aquele que não tem o direito à voz. Percebe-se que há um nível hierárquico nesta relação estabelecida, sendo comum a ideia de que o adulto pense que as crianças são unicamente seres humanos intelectualmente inferiores a eles, sendo subestimadas, muitas vezes.

O livro *A Fantástica Fábrica de Chocolate,* de Roald Dahl remete à ideia estética e pedagógica da obra ilustrada, merecendo destaque o fato de que a voz infantil, nesta obra, como exemplo, integra sonoridade, visualidade e sentido, baseada no jogo trocadilhesco existente para instigar a inteligência e a sensibilidade criativa da criança, confrontando, mais uma vez, a ideia do pensamento abstrato versus o pensamento concreto, nos níveis de dominador versus dominado, adulto (aquele que unicamente visto como transmissor de conhecimento) versus criança (unicamente

passiva de aprendizagem). Para as escritoras referenciadas, não há descrição mais fiel do modo como opera o pensamento infantil que dá lugar à voz da criança na literatura infantil: o mais distante possível de hábitos associativos convencionais e mais próximos de um pensamento que dá voz à concretude, inclusiva e motivada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada supera a magia de encontrar e conhecer a verdadeira história da *Fantástica Fábrica de Chocolate*, idealizada por Roald Dahl, com todas as peculiaridades de sua escrita. O planejamento gráfico do livro infantil é um recurso muito importante para que o leitor compreenda a obra literária. Focalizamos, neste artigo, o objetivo de apontar de que maneira as ilustrações contribuem para a formação de novas perspectivas ou de reiteração do texto escrito por Dahl. As ilustrações de Blake ganham importância no livro e deixam de ser consideradas simples elementos decorativos.

Na *Fantástica Fábrica de Chocolate,* a exploração gráfica e visual consiste basicamente na construção das ilustrações, cheia de significados, com exploração de formas e de cores, que permitem ao leitor, a partir das percepções visuais, um encontro com a imaginação, o sonho, a fantasia e a vida real, mostrando que é possível aliar em uma obra literária ficção e realidade. Os recursos gráficos utilizados na obra contribuem para o encantamento infantil, além de atribuírem-lhe valor estético e literário.

Por isso, na análise de ilustrações nenhum detalhe da construção imagética pode ser ignorado, e todos os elementos precisam ser relacionados: cores e formas, distribuição de figuras na página, projeto gráfico e sua relação com o conteúdo da narrativa. Em obras mistas (texto + imagem), é fundamental verificar que relações a imagem estabelece com a palavra. A obra analisada apresenta oportunidades significativas de estudo. Por trás de cada uma das ilustrações existem verdadeiros emaranhados de sentidos, sendo essencial a adoção de um olhar mais crítico para perceber o mundo mágico que se passa através delas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DESIGNERS GRÁFICOS. *ABC da ADG.* Glossário de termos e verbetes utilizados em Design Gráfico. São Paulo: ADG, 2000.

CAMARGO, Luis. *Ilustração do livro infantil.* 2 ed. Belo Horizonte: Lê, 1998.

CAMARGO, Luis. A imagem. *Material didático entregue no minicurso "O livro para crianças: onde o visual e o verbal se mesclam", parte do evento paralelo ao 5º Traçando Histórias.* Porto Alegre, 2006.

FARIA, Maria Alice. *Como usar a literatura infantil na sala de aula.* 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LAGO, Angela. Anotações descosturadas sobre ilustrações e livros de imagens. In: *Revista Releitura.* nº 0. Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte, 1991. 65 p. p. 13 -17.

HARTHAN, John. *The History of the Illustrated Book: the Western Tradition*. New York: Thames and Hudson, 1981.

NODELMAN, Perry. *Words About Pictures: The Narrative Art of Children's Picture Books*. Athens/London: The University of Georgia Press, 1988.

OLIVEIRA, Sandra Ramalho e. *Imagem também se lê.* São Paulo: Rosari, 2005.

_____. *Moda também é texto.* São Paulo: Rosari, 2007.

OLIVEIRA, Sandra Ramalho e. e ZIMMERMANN, Anelise. Ilustrações de livros infantis no ensino de arte. In: *Anais do I Congresso Educação, Arte e Cultura.* Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

PEREIRA, Nilce Maria. *Traduzindo com imagens:* a imagem como reescritura, a ilustração como tradução. Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. 2008.

SCHWARCZ, Joseph. *Ways of the Illustrator: Visual Communication in Children'sLiterature*. Chicago: American Library Association, 1982.

SEGALL, Marshall; CAMPBELL, Donald T.; HERSKOVITS, Melville J. *The Influence of Culture on Visual Perception: An Advanced Study in Psychology andAnthropology*. Indianapolis/New York/Kansas City: The Bobbs-Merrill Company, Inc., 1966.

AGENDA 2030: Uma revisão bibliográfica sobre o abuso nocivo de álcool por estudantes de Medicina

AGENDA 2030: A literature review on harmful alcohol abuse by Medical students

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

BRAGA, Caroline Gonçalves Silva
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca
Liga Acadêmica de Psiquiatria
carol.aps.lg@hotmail.com

LUCHESI, Carla de Souza
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca
Liga Acadêmica de Psiquiatria
carla.luchesi.souza.0312@gmail.com

Resumo

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um conjunto de diretrizes estratégicas para promover o desenvolvimento sustentável. No contexto da Agenda 2030, a saúde desempenha um papel central nos ODS, buscamos com esse trabalho destacar a meta 3.5 que se refere a reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool com foco nos estudantes universitários do curso de medicina, no período referente 2013 a 2023. Para a elaboração desse artigo, buscou-se a partir de uma revisão bibliográfica conhecer o que está sendo pesquisado sobre o uso abusivo de álcool pelos estudantes de medicina. Inicialmente realizou-se uma pesquisa nas bases de dados eletrônicos: PubMed e LILACS- Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde, assim como buscas nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os descritores que orientaram a busca foram: Universitários; Medicina; Álcool. Observou-se que há avanço no interesse pela temática, embora ainda haja lacunas em relação ao tema sobre a real consequência do uso abusivo de álcool pelos estudantes de medicina. Faz-se necessária mais pesquisa.

Palavras-chave: Universitários; Medicina; Álcool.

Abstract

The Sustainable Development Goals (SDGs) represent a set of strategic guidelines to promote sustainable development. In the context of the 2030 Agenda, health plays a central role in the SDGs. With this work, we seek to highlight target 3.5, which refers to strengthening the prevention and treatment of substance abuse, including the abuse of narcotic drugs and harmful use of alcohol with focus on university medical students, in the period from 2013 to 2023. To prepare this article, we sought to understand what is being researched about the abusive use of alcohol by medical students through a literature review. Initially, a search was carried out in the electronic databases: PubMed and LILACS - Latin American and Caribbean Literature in Health Science, as well as searches in the thesis and dissertation databases of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). The descriptors that guided the search were: University students; Medicine; Alcohol. It was observed that there is progress in interest in the topic, although there are still gaps in relation to the topic on the real consequences of alcohol abuse by medical students. More research is needed.

Keywords: College students; Medicine; Alcohol.

1 INTRODUÇÃO

O consumo moderado de álcool é geralmente considerado socialmente aceitável na maioria dos países, embora o abuso de álcool seja menos tolerado. No Brasil, o álcool é uma das substâncias mais amplamente consumidas, sendo utilizado por quase 70% da população em geral. No entanto, é importante notar que o álcool também desempenha um papel central em acidentes graves e mortes violentas, sendo a principal causa desses eventos de maior gravidade (BARBOSA,2013).

A questão do uso de drogas e suas consequências negativas é um assunto de grande preocupação global devido ao grande número de pessoas que fazem uso dessas substâncias e ao impacto que isso tem tanto nos indivíduos quanto na sociedade como um todo. Os estudantes universitários, em particular, representam uma parte significativa desse cenário, pois têm um padrão de consumo de drogas mais intenso e frequente em comparação com outros grupos da população em geral (BRASIL,2010).

O ingresso em uma instituição de Ensino Superior é frequentemente considerado um dos momentos mais significativos na vida de uma pessoa. De acordo com Rosendo et. al (2022) esse período é descrito como desafiador, pois envolve a aquisição de novos conhecimentos, o estabelecimento de novas relações afetivas e profissionais, além da pressão dos estudantes para atender aos requisitos acadêmicos e satisfazer as expectativas de independência e preparação para a carreira profissional impostas por suas famílias.

Para Oliveira (2009) o uso de substâncias por estudantes de medicina é particularmente intrigante, uma vez que suas atitudes, crenças e comportamentos frequentemente não condizem com seu acesso privilegiado a informações científicas, especialmente quando comparados a outras pessoas da mesma faixa etária. Surpreendentemente, os estudantes de medicina mostram uma notável propensão a se envolver em comportamentos prejudiciais à saúde, o que cria uma situação paradoxal que tem suscitado preocupação tanto no cenário global quanto no contexto brasileiro.

Recentemente, houve um aumento na investigação da relação entre a experiência acadêmica e o bem-estar mental dos estudantes universitários. Os resultados dessas pesquisas têm revelado uma alta incidência de sintomas emocionais entre os estudantes, os quais têm um impacto negativo tanto no desempenho acadêmico quanto na satisfação com o curso. Além disso, esses estudos indicam que a promoção do desenvolvimento de habilidades sociais, estratégias eficazes de enfrentamento e resiliência pode ser uma intervenção crucial para reduzir o sofrimento dos universitários e facilitar sua adaptação ao ambiente acadêmico (ROSENDO ET. AL, 2022).

Em setembro de 2015, os 193 Estados que fazem parte das Nações Unidas se reuniram na sede da organização em Nova Iorque e concordaram em tomar medidas significativas para direcionar o mundo rumo a um futuro sustentável. Eles adotaram uma nova visão global, conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem como foco principal o comprometimento com o bem-estar das pessoas, a preservação do planeta, a promoção da paz, a prosperidade e a criação de parcerias colaborativas (BRASIL,2018).

Esta Agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que por sua vez detalham 169 metas, todas voltadas para a criação de uma visão unificada, integrada e transformadora em busca de um mundo melhor. Os ODS foram desenvolvidos de forma colaborativa, com base na bem-sucedida experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que desempenharam um papel crucial no avanço do desenvolvimento humano entre 2000 e 2015 (BRASIL,2018).

Dentre os ODS a meta 3.5 que reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool, apresenta grande relevância uma vez que o consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas é uma realidade global que foi além da classificação como um simples "problema de saúde.

De acordo com o documento do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 (Brasil, 2020) o álcool é a droga mais consumida no Brasil, ao lado dos medicamentos psicoativos, com preços baixos e publicidade autorizada. O índice de uso prejudicial de substâncias entre pessoas com mais de 15 anos apresentou uma pequena diminuição, chegando a 17,9% em 2018. Isso representa uma queda em relação aos 19,1% registrados em 2016 e 2017, revertendo uma tendência histórica de aumento. No entanto, ainda não é possível afirmar com certeza que essa mudança de direção será duradoura. Por essa razão, a meta 3.5 foi considerada estagnada, indicando a necessidade de monitoramento contínuo.

Diante do exposto, o presente estudo usa como base a meta 3.5 “Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool” presentes nos Objetivos Desenvolvimento Sustentável, para justifica a pesquisa bibliográfica sobre abuso nocivo de álcool por estudantes de medicina. Apresenta como objetivos principal o levantamento de dados e informações sobre a temática abordada, para nortear ações que possam impactar no alcance dessa meta.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, o problema do uso abusivo e da dependência de álcool e outras substâncias tem sido abordado principalmente do ponto de vista médico e psiquiátrico. No entanto, as implicações desse problema são multidimensionais e incluem aspectos sociais, psicológicos, econômicos e políticos que devem ser considerados em uma compreensão completa da questão (BRASIL, 2003).

O uso de substâncias que têm o poder de alterar a mente e a consciência é uma prática ancestral, remontando a épocas muito antes de Jesus Cristo. Essa prática não se limita ao álcool; substâncias alucinógenas eram empregadas em rituais religiosos por diversas culturas ao longo da história. (SILVA, TOCCI, 2002).

A Organização Pan-Americana da Saúde (2020) refere que o álcool, é uma substância psicoativa com potencial para causar dependência, tendo sido amplamente utilizado em diversas culturas ao longo dos séculos. No entanto, seu uso prejudicial exerce um grande impacto na carga de doenças e gera ônus social e econômico para as sociedades. Os efeitos do álcool variam dependendo da quantidade consumida, dos padrões de consumo e, ocasionalmente, da qualidade da bebida.

O abuso e a dependência de substâncias químicas, como o álcool, representam uma ameaça aos valores políticos, econômicos e sociais, sendo um indicador negativo de desenvolvimento. Além de gradualmente aumentar os gastos com tratamento e internação hospitalar, esses problemas contribuem para o aumento de acidentes de trânsito, níveis de violência urbana, anos de vida potencialmente perdidos e mortes prematuras (PELICIOLI, 2017).

Conforme relatado pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001, aproximadamente 10% da população dos centros urbanos em todo o mundo faz uso abusivo de substâncias psicoativas, independentemente de idade, sexo, nível de educação ou poder aquisitivo. Entre todas as substâncias psicoativas, tanto ilícitas quanto legais, o álcool e o tabaco têm a maior prevalência global de uso indevido e também são responsáveis pelas consequências mais graves para a saúde pública em escala global.

De acordo com Barbosa (2013) o elevado consumo de álcool entre estudantes de Medicina é uma preocupação substancial, não apenas devido aos danos pessoais que pode causar, mas também pelos efeitos prejudiciais no desenvolvimento e na construção de habilidades cognitivas, comportamentais e emocionais. Isso resulta em impactos negativos em sua futura prática médica, já que os médicos desempenham um papel significativo na influência direta e indireta sobre a saúde pública, através do diagnóstico precoce, tratamento e ao servirem como modelos para a sociedade.

Pelicioli (2017) explana sobre o termo "binge drinking" ou "beber pesado episódico" (BPE) é utilizado para descrever o comportamento dos jovens em relação ao consumo de álcool. Isso se refere ao consumo excessivo de álcool em um único episódio, no qual são consumidas cinco ou mais doses de bebidas alcoólicas em um curto período de tempo, independentemente da frequência desse consumo. Portanto, o consumo de álcool e a prática do BPE são considerados um sério problema de saúde pública e estão entre os principais fatores de risco para doenças não transmissíveis na sociedade contemporânea. O termo "doenças não transmissíveis" refere-se a condições de saúde que geralmente têm múltiplas causas, uma evolução prolongada ao longo do tempo ou eventos pontuais, como acidentes, violência e derrames, que podem resultar em morte ou recuperação com sequelas. Essas doenças e agravos não transmissíveis estão intimamente relacionados à forma como a sociedade está estruturada e ao estilo de vida da população.

O abuso de álcool entre estudantes de Medicina muitas vezes se deve ao estresse associado à sua formação médica e ao fato de que a universidade frequentemente marca sua primeira experiência de independência, sem a supervisão dos pais. Esses fatores os tornam mais suscetíveis a se envolverem em comportamentos proibidos ou ilícitos que nunca haviam experimentado antes. Embora a maioria consiga se adaptar a essa nova fase, para aqueles que não

conseguem, esse conflito pode levar a problemas como depressão, ansiedade, dificuldades acadêmicas, conflitos familiares e abuso de substâncias, incluindo o álcool. Uma das razões para o desenvolvimento do alcoolismo entre futuros médicos é a falta de abordagem durante a formação acadêmica para que eles possam compreender e lidar com seus próprios problemas, bem como os de seus futuros pacientes (BARBOSA, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar as produções científicas sobre o abuso nocivo de álcool por estudantes de medicina, foi realizado um levantamento das publicações sobre o assunto para conhecer os estudos já realizados, com intenção de responder a questão norteadora: "Quais são as produções científicas sobre a temática do uso abusivo de álcool pelos estudantes de medicina?", com isso poder analisar estratégias para o avanço em busca de atingir a meta 3.5 dos ODS que trata sobre a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Realizou-se o levantamento bibliográfico durante o primeiro semestre do ano de 2023, pelos participantes da Liga de Psiquiatria do curso de medicina do Centro Universitário de Franca –SP.

Para a identificação dos artigos, foram utilizados as bases de dados PubMed e LILACS-Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde, inicialmente aplicamos a combinação dos descritores I – Universitários II - Medicina III – Álcool. Foram encontrados 100 artigos. Após a aplicação dos filtros (ano de publicação 2013 a 2023, textos completos e gratuitos) permaneceram 23 artigos. Prosseguimos com a exclusão dos artigos em duplicidade e fora do tema. Desses 16 artigos estavam relacionados com a questão norteadora da pesquisa. Segue abaixo tabela das etapas realizadas para o levantamento dos artigos analisados.

Tabela 01: Levantamento bibliográfico sobre as produções científicas referente ao uso abusivo de álcool pelos estudantes de medicina.

DESCRITORES I – Universitários II - Medicina III – Álcool			
Bases de Dados	**Quantidade de Artigos**	**Filtros:** **- Ano 2013 a 2023** **-Textos Completos** **- Textos Gratuitos**	**Relacionados com a Questão Norteadora**
PubMed	48 artigos	**23 Artigos** **Assuntos principais:** • 9 Estudantes de Medicina • 7 Consumo de bebidas alcoólicas • 5 Transtornos relacionados ao uso de substancia • 2 Consumo de álcool na faculdade	16 artigos (Leitura dinâmica)
LILACS-Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde	52 artigos		6 artigos (Análise na integra)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Inicialmente foram lidos todos os títulos encontrados que tivessem relação com os descritores escolhidos. A partir de então, alguns artigos já foram sendo excluídos, por não se tratarem do objeto da pesquisa. Em seguida foram lidos todos os artigos restantes, sendo feita a exclusão de mais alguns artigos, por não se tratarem efetivamente do abuso nocivo de álcool por estudantes de medicina.

Outras leituras, tais como livros, entrevistas na internet, sites do governo e revistas, subsidiaram a pesquisa.

Os artigos escolhidos foram publicados entre os anos de 2013 e 2023. Devido o assunto ser pouco estudado e os trabalhos serem escassos, se o tempo de publicação fosse diminuído muitos trabalhos seriam perdidos. Foram acrescentados ao referencial bibliográfico todos os artigos citados pelos estudos consultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi encontrado um total de dezesseis artigos pertinentes à temática. Após avaliação criteriosa do conteúdo e sua relação com o tema em estudo, foram excluídos dez artigos, por não responderam à questão de investigação do trabalho. Logo a amostra foi constituída por seis artigos que tratavam diretamente sobre o tema e podem ser encontrados durante a leitura deste trabalho.

Ao analisarem-se os resultados, observou-se que a maioria das publicações aponta que o uso de álcool é comum na população universitária estudada. De acordo Sawyers et al. (2015) além disso, os alunos apresentam padrões de consumo caracterizados por: 1) beber menos de uma vez por mês, 2) começar a consumir álcool frequentemente aos 18 anos ou ainda mais jovens, 3) beber principalmente em ocasiões especiais e 4) a cerveja é a bebida mais comumente consumida, sem diferenças significativas entre os sexos.

Segundo o estudo abrangente de prevalência e fatores associados ao uso de álcool e tabaco em universitários realizado em mais de 100 cidades brasileiras com populações superiores a 200 mil habitantes destacou a relevância do consumo de álcool na faixa etária de 18 a 24 anos, revelando que 15,5% dessa população se considera dependente do álcool. Quando se concentra nos estudantes de Medicina, a variação desse percentual varia de 25% a 98%, dependendo da amostra e das metodologias de coleta de dados utilizadas. Por exemplo, estudantes de Juiz de Fora demonstraram uma prevalência de 25% de consumo excessivo. É notável que a juventude brasileira está adotando o hábito de se embriagar. Os estudos epidemiológicos no Brasil indicam que o consumo de álcool é mais significativo entre universitários em comparação com estudantes do ensino médio. Além disso, observamos em nosso estudo que a maioria dos estudantes iniciou o consumo de álcool e/ou tabaco antes de entrar na universidade, muitas vezes devido à influência de amigos e familiares (MONTEIRO et al 2018).

De acordo com Candido et al. (2018) existe um consumo significativo de substâncias psicoativas entre os estudantes de medicina, apesar de todo entendimento dos efeitos prejudiciais associados. O estresse, frequentemente associado às demandas do curso de medicina, é um dos principais fatores que podem contribuir para essa tendência. No entanto, a falta de estudos de longo prazo na literatura torna desafiador compreender as causas subjacentes a essa realidade.

Para Sawyers et al (2015) os estudantes de medicina possuem plena consciência dos riscos associados ao consumo de álcool, bem como das consequências negativas que isso pode acarretar. A pesquisa revelou que 93% dos alunos reconhecem que o consumo de álcool é perigoso ou mesmo muito perigoso, e impressionantes 99% estão cientes de que o consumo excessivo de álcool traz consigo diversas implicações prejudiciais.

Dado o grande número de escolas de medicina no Brasil, torna-se evidente a necessidade de realizar mais estudos em diversas regiões do país, com atenção especial às regiões Norte e Centro-Oeste. Além disso, recomendamos a condução de estudos comparativos que acompanhem os alunos ao longo do tempo. Isso permitiria o desenvolvimento de medidas preventivas e a oferta de tratamentos específicos para ajudar a lidar com essa questão (CANDIDO ET AL. 2018).

Sawyers et al (2015) concluir que o início do consumo de álcool ocorre antes de entrar na universidade e que o consumo de álcool é uma extensão da experiência no ensino médio e uma parte da vida universitária. Isso segue o padrão comum do ciclo de jovens, onde a influência dos amigos e a aceitação social desempenham um papel importante na promoção e na manutenção desse comportamento.

Esses resultados indicam que ter conhecimento dos riscos e das consequências negativas do álcool não atua como um fator de proteção eficaz que evite o consumo dessa substância ou influencie as decisões em relação a seu uso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados deste estudo, podemos inferir que há uma alta taxa de consumo de álcool entre os estudantes de medicina. Esses resultados indicam que medidas de intervenção e conscientização são necessárias no ambiente acadêmico para abordar essa questão.

Para finalizar, embora o tema não se esgote aqui, pretende-se com este trabalho trazer alguns dados sobre o que está sendo publicado atualmente sobre a temática, e chamar atenção para a necessidade de ampliar os debates sobre as o uso abusivo de álcool pelos estudantes de medicina numa perspectiva coletiva, na qual participem das discussões as diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F.L. et al. Uso de álcool entre estudantes de medicina da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Rev Bras Educ Med, vol. 37, n. 1, p. 89-95, 2013. . Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-55022013000100013. Acesso: 02 de out. de 2023.

BRASIL. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. IV Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Síntese. Brasil, **2020**. Disponível em: < https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/07/por_rl_2020_vs_4_mari_singlepage.pdf>. Acesso em 08 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 60 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_atencao_alcool_drogas.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. AGENDA 2030 ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Proposta de adequação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA **2018**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf> Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; GREA/IPQ-HC/FMUSP; organizadores Arthur Guerra de Andrade, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Lúcio Garcia de Oliveira. – Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/publicacoes/Livros/I%20Levantamento%20Nacional%20Universit%C3%A1rios%20-%202010.pdf. Acesso: 02 de out. de 2023.

CANDIDO F. J, SOUZA R, STUMPF MA, FERNANDES LG, VEIGA R, SANTIN M, et al.. O uso de medicamentos e estudantes de medicina: uma revisão de literatura. Rev Assoc Med Bras [Internet]. 2018maio;64(5):462–8. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9282.64.05.462

GOMES, L. S. et al. Consumo de álcool entre estudantes de medicina do Sul Fluminense – RJ. Revista de Medicina, São Paulo, v. 97, n. 3, p. 260-266, jul. 2018. ISSN: 1679-9836. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v97i3p260-266. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/143559/141863>. Acesso em: 09 out. 2023.

LEMOS, K. M. et al. Uso de substâncias psicoativas entre estudantes de Medicina de Salvador (BA). 2007. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), 34(3), 118–124. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000300003. Acesso em: 09 out. 2023.

MACHADO, C. S.; MOURA, T. M. & ALMEIDA, R. Estudantes de Medicina e as Drogas: Evidências de um Grave Problema. 2015. Revista Brasileira De Educação Médica, 39(1), 159–167. https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e01322014. Acesso em: 09 out. 2023.

MONTEIRO L. Z; VARELA A. R; ALVES L. R; SANTOS M. R. S; LOPES G. R; CAETANO JÚNIOR M. A et al. Prevalência e fatores associados ao uso de álcool e tabaco em universitários do curso de enfermagem. Rev. Eletr. Enf. 2018 Disponível em: https://doi.org/10.5216/ree.v20.45296. Acesso em: 10 out. 2023

OLIVEIRA, LG., et al (2009). Consumo de medicamentos entre estudantes de medicina de São Paulo, Brasil: influências do gênero e do ano letivo. Revista Brasileira de Psiquiatria , 31 (3), 227–239. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-44462009000300008. Acesso: 02 de out. de 2023.

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde. Álcool. 2020. Disponível em : https://www.paho.org/pt/topicos/alcool. Acesso em: 09 out. 2023.

Organização Mundial da Saúde. Relatório sobre a Saúde no Mundo 2001 – Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança. OMS, Genebra, 2001. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0205.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

PELICIOLI, M.; BARELLI, C.; GONÇALVES, C. B. C.; HAHN, S. R., & SCHERER, J. I. (2017). Perfil do consumo de álcool e prática do beber pesado episódico entre universitários brasileiros da área da saúde. Jornal Brasileiro De Psiquiatria, 66(3), 150–156. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000164. Acesso em: 09 out. 2023.

ROSENDO, L. dos S., et al. Relação entre Perfil, Hábitos, Vivências Acadêmicas e Resiliência de Universitários. Psicologia: Ciência E Profissão, 42, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003242788. Acesso: 02 de out. de 2023.

SAWYERS K. R. et al. Consumo de álcool em estudantes de Licenciatura de Medicina UNIBE Costa Rica. Fevereiro-Marzo, 2015. **Rev. saúde pública** , San José, v. 2, pág. 128-140, dezembro de 2019. Disponível em <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-14292019000200128&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

SILVA TP, TOCCI HA. **EFEITOS obstétricos, fetais e neonatais relacionados ao uso de drogas, álcool e tabaco durante a gestação.** Rev Enferm UNISA 2002; 3: 50-6. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167349. Acesso em: 09 out. 2023.

A GESTÃO DA INOVAÇÃO NO ECOSSISTEMA LOCAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NAS EMPRESAS DE FRANCA-SP

INNOVATION MANAGEMENT IN THE LOCAL ECOSYSTEM AND REGIONAL DEVELOPMENT: CHALLENGES AND STRATEGIES IN FRANCA-SP COMPANIES

Área temática: 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

BONINI, Tatiana Moscardini Mamede
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Especialização em Psicopedagogia
Graduação em Administração
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-Facef)
Docente em Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Humano (SENAC)
tatimmbonini@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marilia-SP
Docente no PPG em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
marjustosmith@gmail.com

Resumo

Um ecossistema de inovação é uma rede de inovação de organizações interconectadas que incorporam tanto produtores e usuários, onde se destacam elementos como: cultura, liderança, empreendimentos e clientes, que se combinam de maneiras complexas. Verificou-se na literatura que tais elementos juntos turbinam a criação e o crescimento de um sistema integrado. Encorajada pelos recentes estudos sobre gestão da inovação em desenvolvimento, apresenta-se o problema de pesquisa: Quais são os desafios existentes e as estratégias adotadas para a execução do ecossistema de inovação de Franca S.P.? Para discussão do questionamento, este estudo tem como objetivo abordar o ambiente empreendedor e conhecer as experiências dos vários Ecossistemas de Inovação que vêm se destacando em diversas regiões do mundo e em várias áreas do conhecimento pelo uso intensivo das tecnologias de informação, comunicação e potencial de desenvolvimento regional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas e questionário estruturado, para obter a compreensão aprofundada do mapeamento da atual situação da gestão da inovação para uma visão sobre cultura, estratégia, geração de ideias, inteligência tecnológica e incentivos. Trata-se de uma pesquisa em andamento, neste estágio da pesquisa será apresentada a discussão bibliográfica em torno do tema Ecossistema de Inovação.

Palavras-chave: Ecossistema, Inovação, Gestão.

Abstract

An innovation ecosystem is an innovation network of interconnected organizations that incorporates both producers and users, where elements such as culture, leadership, enterprises and customers stand out, which combine in complex ways. It was found in the literature that these elements together drove the creation and growth of an integrated system. Encouraged by recent studies on innovation management in development, the research problem is presented: What are the existing challenges and the strategies adopted for the execution of the Franca-SP innovation ecosystem? To discuss the question, this study aims to address the entrepreneurial environment and learn about the experiences of the various Innovation Ecosystems that stand out in different regions of the world and in various areas of knowledge due to the intensive use of information and communication technologies and development potential. regional. This is a qualitative research, using interviews and a structured questionnaire, to obtain an in-depth understanding of the mapping of the current situation of innovation management for a vision on culture, strategy, idea generation, technology and incentives. As this is ongoing research, at this stage of the research a bibliographical discussion will be presented around the theme Innovation Ecosystem.

Keywords: ecosystem, innovation, management.

1. Introdução

Tendo em vista as inovações e mudanças ocasionados e aceleradas pela pandemia do COVID – 19, a Inovação é um relevante tema e que provoca grandes mudanças, impulsionando assim demandas na sociedade e nos sistemas atuais de gestão e organizações sociais face as teorias do desenvolvimento.

Atualmente a mobilidade e capacidade de inovação são fundamentais para a sobrevivência de praticamente todas as organizações, neste estudo tem destaque a preocupação com o desenvolvimento da cidade de Franca-SP. Assim, pesquisar e debater tais situações são importantes formas de consolidar e ampliar as relações entre os atores de inovação envolvidos.

Neste contexto destaca-se a relevância do ecossistema de inovação como uma rede de inovação de organizações interconectadas que incorporam tanto produtores e usuários, onde se destacam elementos como: cultura, liderança, empreendimentos e clientes, que se combinam de maneiras complexas. Verificou-se na literatura que tais elementos juntos turbinam a criação e o crescimento de um sistema integrado.

Encorajada pelos recentes estudos sobre gestão da inovação em desenvolvimento, apresenta-se o problema de pesquisa: Quais são os desafios existentes e as estratégias adotadas para a execução do ecossistema de inovação local de Franca-SP? Para discussão do questionamento, este estudo tem como objetivo abordar o ambiente empreendedor e conhecer as experiências dos vários Ecossistemas de Inovação que vêm se destacando em diversas regiões do mundo e em várias áreas do conhecimento pelo uso intensivo das tecnologias de informação, comunicação e potencial de desenvolvimento regional.

Assim, estudar e descobrir possíveis impeditivos, barreiras, dificuldades que comprimem o desenvolvimento desta modelagem no âmbito do Desenvolvimento Regional, precisam ser encontradas e desmistificadas nos seus diversos níveis.

A pesquisa se configurará como qualitativa, na qual a pesquisa de campo junto aos atores de inovação de Franca será por meio de entrevistas com questionário estruturado que se baseará na compreensão aprofundada do mapeamento da atual situação da gestão da inovação para uma visão – a saber: cultura, estratégia, geração de ideias, execução da inovação, inteligência tecnológica e incentivos legais para a inovação. Todavia, o presente estudo trata-se de uma pesquisa em andamento, que se encontra no estágio da construção da discussão bibliográfica em torno dos temas Ecossistema e Inovação.

2. Inovação

A origem da palavra "inovação" do latim innovatio, significa "mudança", "renovação" que remete a uma novidade. No âmbito corporativo, é comum atribuir à inovação uma conotação positiva, qualificada de empresa inovadora como organização virtuosa (Bernardes, Borini, Rossetto, & Pereira, 2018).

Os mesmos autores, comentam que Joseph Alois Schumpeter, um economista austríaco, em 1911 elaborou uma teoria acerca da inovação. Conforme sua abordagem original, é o empresário empreendedor, tido como um líder visionário com espírito empreendedor (animal spirit), que por meio de acesso ao crédito, realiza inovações quando identifica uma oportunidade de mercado e implementa um novo produto ou processo no mercado por meio de tecnologia. O líder quando lança a inovação, rompe o equilíbrio econômico, impulsionando a economia e uma nova rota de crescimento e de progresso tecnológico-empresarial. (Tavares, Bernardes, & Francini, 2018).

A inovação impactou a forma de organização da sociedade e consequentemente, dos novos modelos de negócios, e a ampliação do conceito de "colaboração" entre os atores envolvidos.

Para a compreensão da abordagem do ecossistema de inovação será analisada a dinâmica dos atores envolvidos, os benefícios obtidos e a conexão dos clusters tecnológicos. Essa perspectiva trará o escopo em função das economias de escala e a forma de organização em um mesmo ambiente competitivo.

Serão analisadas as etapas: nascimento, expansão, liderança, renovação ou morte. Por isso serão necessários trabalhos interdisciplinares, para a articulação de pontos dos mais variados aspectos do ecossistema de inovação da cidade de Franca S.P.

Os negócios já não são como antes – "Uma revolução não acontece quando uma sociedade adota novas ferramentas. A revolução acontece quando a sociedade adota novos comportamentos." (SHIRKY, 2012) apud (Serrão, 2012).

O economista inglês Christopher Freeman, na década de 1980, resgatou e ficou responsável pela renovação das teorias sobre inovação através de uma abordagem, que ficou conhecida como pensamento neoschumpeteriano, pois ampliou o conceito de inovação com a incorporação de rotinas empresariais pioneiras na capacitação e gestão de recursos, incluindo novos modelos de negócios, estratégias de marketing e os produtos de alta tecnologia, que resultam na comercialização de novos produtos ou serviços implementados na empresa que chegam no mercado (Bernardes, Borini, Rossetto, & Pereira, 2018)

Uma nova abordagem determinante para o conceito de inovação contemporâneo, como metodologia proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE; Eurostat, 2018) compreende que:

> [...] a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. As atividades de inovação são etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam conduzir, à implementação de inovações. Algumas atividades novas, mas não necessárias para a implementação de inovações. As atividades de inovação também inserem a P&D que não está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma inovação específica (OCDE; Eurostat, 2018)

Organizações governamentais e não governamentais, instituições de ensino e de pesquisa, instituições financeiras, empresas de serviços, consultorias, comércios e indústrias - independentemente do setor, parece haver um consenso, de que a inovação pode gerar valor de diversas formas, principalmente por meio da criação de mais conhecimento e de novos produtos e

serviços, úteis não somente aos consumidores e clientes, mas a todos os cidadãos e as suas comunidades em geral. (Bernardes, Borini, Rossetto, & Pereira, 2018)

Quando se investe em iniciativas de desenvolvimento no nível local, no município, as decisões ficam mais próximas do cidadão, que tem mais chances de participar. No município, o ambiente físico é mais percebido pelos habitantes que conhecem de onde vêm os recursos da economia local, valorizam as paisagens e as tradições locais, e todas as ações que ali ocorrem afetam a qualidade de vida do município como um todo. (Serrão, 2012).

Para (Sachs, 2012), "Promover o desenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme postulados de justiça social e prudência ecológica."

Sachs (2012) delineou seis aspectos fundamentais para o que o desenvolvimento ocorra:

- Satisfação das necessidades básicas;
- A solidariedade com as gerações futuras;
- A participação da população envolvida;
- A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
- A elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- Programas de educação.

Diante dos aspectos apresentados por (Sachs, 2012), o desafio da inovação e seu ecossistema é possibilitar um desenvolvimento sustentável e planejamento com vistas na sustentabilidade, social, ambiental e econômica, a partir da resolução de problemas locais e globais.

Todavia, é sabido que a gestão da inovação e seu ecossistema é um modelo dinâmico com possibilidades de gerar inovações e contribuir para o Desenvolvimento Regional, agregando inúmeros benefícios à sociedade local e regional, aglutinando práticas de inovações tecnológicas, novos negócios e estratégias vencedores para o empreendedorismo.

3. Ecossistema de Inovação

Um ecossistema de inovação é formado por uma cadeia de arranjos colaborativos, que formam um processo de aprendizagem. Sendo assim, colaboração é uma forma de dar potência e gerar conhecimento por aprendizagem social, através da interação de diversos atores, que integram as ideias dos diferentes sistemas e assim difundem conhecimento e as melhores práticas entre eles (BODIN, 2017).

Diversas bibliografias e autores como Innes e Booher (1999), Adner (2006), Guerra, Tondolo e Camargo (2016) e Bodin (2017) indicam que a governança colaborativa é essencial para um ecossistema de inovação.

Apesar das particularidades positivas, da criatividade e do espírito empreendedor, muitas empresas ainda relutam em profissionalizar suas operações e inserir a gestão da inovação em seu planejamento a longo prazo – fator que muitas vezes tem se mostrado como um dos desafios para longevidade dos negócios (Tavares, Bernardes, & Francini, 2018).

Na publicação do Relatório Brundtland (cuja versão em português foi intitulada O Nosso Futuro Comum), que estabelece pela primeira vez no âmbito da ONU, a terminologia "desenvolvimento sustentável", que se refere a desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

O conceito de desenvolvimento sustentável procura integrar e harmonizar as ideias e conceitos relacionados ao crescimento econômico, à justiça social, à conservação ambiental e à utilização racional dos recursos naturais. (Irving e Oliveira, 2012).

Conforme publicações da Revista Fundace (IKENAMI, GARNICA, RINGER, 2016) o construto de "ecossistema" e por se tratar de um termo relativamente novo no ambiente

empreendedor, este objeto de pesquisa visa primeiramente esclarecer o conceito, mapear e a partir dos resultados e utilizando dos conceitos existentes. Serão apontados o papel de liderança no ecossistema e como as interconexões entre os atores podem ajudar ou prejudicar a atividade inovadora (Adner & Kapoor, 2010)

As interações universidade-indústria-governo, que formam uma "hélice tríplice" de inovação e empreendedorismo, são a chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento. Indo além da coevolução das instituições mediante interações mútuas. (Etzkowitz & Zhou, 2017).

No Brasil, poucos estudos abordam a análise e pesquisa deste relevante tema sobre a tripla hélice. Neste sentido, dentro das bases pesquisadas até esta etapa do mestrado, não se encontram pesquisas que avaliam os impactos da gestão e suas estratégias através do ecossistema da inovação de à luz das teorias do desenvolvimento regional dentro de empresas locais de Franca - S.P. e seus stakeholders.

A dificuldade de mapeamento e de publicações acerca do tema representa a necessidade da pesquisa.

O projeto de pesquisa tem relevância no mapeamento e investigação para a compreensão da dinâmica do ecossistema local da cidade de Franca, S.P, formado por Empresas Privadas, Startups, SEBRAE, SENAC, SENAI, Uni-Facef, Unifran, FATEC, ACIF, comitês de e-comerce, Impera (Incubadora), Setor Público com vistas para a colaboração da Inovação e Desenvolvimento Regional.

De acordo com a necessidade local citada anteriormente os dados de publicações representam importância do tema e maiores publicações.

Identificados artigos como publicado na Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace. (IKENAMI, GARNICA, & RINGER, 2016), como a carência de informação e necessidade de aprofundamento do tema Ecossistema de inovação.

Os países com maior ocorrência de autores são: Estados Unidos da América, com 36 pesquisadores; China e Japão, com 9 pesquisadores; Espanha, com 7 pesquisadores; Canadá, França e Reino Unido, com 6 pesquisadores; Finlândia e Russia, com 5 pesquisadores; Os demais países contam com quatro ou menos autores. (IKENAMI, GARNICA, & RINGER, 2016)

Em função do exposto, esta pesquisa buscará avançar na temática da Gestão de Inovação e seus Ecossistemas sob a ótica das teorias do Desenvolvimento Regional com o seguinte problema de pesquisa: Quais são os desafios encontrados e as estratégias adotadas para a execução do ecossistema de inovação local de Franca-S.P.?

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Países como o Brasil, considerado economia emergente, estão sendo transformados por desafios competitivos e demandas internas que ensejam na necessidade por estratégias de inovação para possibilitar aprendizado, apropriação de oportunidades de mercado, para sobrevivência das organizações – sociais e econômicas. (Bernardes, Borini, Rossetto, & Pereira, 2018)

Para os autores citados anteriormente é necessário, portanto, a reflexão sobre a necessidade da construção da agenda de pesquisa sobre Ecossistema de Inovação no Brasil e de formação de novos pesquisadores para liderarem o tema de inovação em economias emergentes, para produzir soluções inovadoras, que muitas vezes inauguram uma janela de oportunidade e conquistam o mercado global.

Entende-se que avançar com a pesquisa nesta temática é fundamental para delimitar o escopo e o tipo de ecossistema de inovação que se está analisando. E a aplicação desta temática para a cidade de Franca-SP, importante polo de Desenvolvimento Regional poderá trazer avanços não somente para a cidade, mas para todo seu entorno. O presente trabalho está em andamento no projeto de pesquisa, e visa contribuir com subsídios para atores do Ecossistema de Inovação com

referenciais e boas práticas como framework para a políticas públicas que favoreçam um ambiente próspero e inovador como formas de evidenciar prioridades nas ações governamentais para roadmap de oportunidade de melhorias para inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADNER, Ron; KAPOOR, Rahul. Value creation in innovation ecosystems: How the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. **Strategic management journal**, v. 31, n. 3, p. 306-333, 2010.

BERNARDES, Roberto et al. (Ed.). **Inovação em mercados emergentes**. Editora Senac São Paulo, 2020.

BODIN, Örjan; SANDSTRÖM, Annica; CRONA, Beatrice. Collaborative networks for effective ecosystem-based management: A set of working hypotheses. **Policy Studies Journal**, v. 45, n. 2, p. 289-314, 2017.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Rio de Janeiro: FGV**, 1991.

DE ALMEIDA GUERRA, Rodrigo Marques; TONDOLO, Vilmar Antonio Goncalves; CAMARGO, Maria Emília. O que (ainda) podemos aprender sobre capacidades dinâmicas. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 15, n. 1, p. 44-64, 2016.

DE OSLO, Manual. Manual de Oslo. **Recuperado de http://gestiona. com. br/wpcontent/uploads/2013/06/Manual-de-OSLO-2005. pdf**, 1997.

IKENAMI, Rodrigo Kazuo; GARNICA, Leonardo Augusto; RINGER, Naya Jayme. Ecossistemas de inovação: abordagem analítica da perspectiva empresarial para formulação de estratégias de interação. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, 2016.

INNES, Judith E.; BOOHER, David E. Consensus building and complex adaptive systems: A framework for evaluating collaborative planning. **Journal of the American planning association**, v. 65, n. 4, p. 412-423, 1999.

DE AZEVEDO IRVING, Marta; OLIVEIRA, Elizabeth. REINTERPRETANDO A NOÇÃO DE CIDADE: LOCUS POSSÍVEL DE ENCONTRO E INTERCULTURALIDADE?. **Fronteiras e diversidades culturais no século XXI: desafios para o reconhecimento no estado global**, 2012.

SERRÃO, Mônica *et al*. **Sustentabilidade**: Uma Questão de Todos Nós. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

SHIRKY, C. L. A. Y. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Erica Costa. O Desenvolvimento Sustentável como proposta para a formação de uma Ética da Responsabilidade.

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DE DOCUMENTOS OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

THE IMPORTANCE OF DEVELOPING SKILLS AND ABILITIES FOR TEACHING GEOGRAPHY FROM OFFICIAL DOCUMENTES FOR EDUCATION IN THE STATE OF SÃO PAULO

Sessão temática: Educação e Desenvolvimento

SILVA, Marcelo Henrique
Bolsista CAPES
Doutorando em Linguística UNIFRAN
Mestre em Linguística UNIFRAN
Especialista e graduado em Letras Uni-FACEF
marcelo.3b200917@hotmail.com

Assunção Cristovão
Docente Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Linguística UNIFRAN
assuncao.cristovao@gmail.com.br

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1304-1106

Resumo: Esta pesquisa objetiva investigar e analisar as competências e as habilidades de que se tem expectativa de construção e sua importância para o desenvolvimento dos estudantes do ensino público regular (fundamental e médio), de acordo com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022), e como estas (competências e habilidades) contribuem para o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão e sujeito. Deste modo, o trabalho divide-se em introdução, capítulo teórico, análise e conclusão. A pesquisa apresenta caráter bibliográfico, baseada em alguns autores e suas reflexões sobre *competências* e *habilidades*, como Perrenoud (2000), Kleiman; Moraes (1999), e a própria Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022), dentre outros.

Palavras-chave: Competências e habilidades; leitura e escrita; Geografia;

Abstract: This research aims to investigate and analyze the competencies and skills that are expected to be built and their importance to the students' development in regular public education (elementary and secondary), in accordance with the Curricular Proposal of the State of São Paulo (2022), and how these (skills and abilities) contribute to the development of the student as a citizen and subject. In this way, the work is divided into introduction, theoric caption, analysis and conclusion. The research is bibliographic in nature, based on some authors and their reflections on skills and abilities, such as Perrenoud (2000), Kleiman; Moraes (1999), and the Curricular Proposal of the State of São Paulo (2022), among others.

Keywords: Competences and abilities; reading and writing; Geography;

INTRODUÇÃO

A educação, assim como a escola brasileira, ao longo dos anos passou por inúmeras transformações e adequações, desde sua estruturação, como inclusão e/ou substituição de disciplinas curriculares, ou ainda com a ampliação do acesso para um número crescente de alunos. É unânime e de consenso geral que a escola pública brasileira apresenta inúmeras defasagens, e com isso requer com urgência modificações e reflexões para ser de fato qualitativa e inclusiva para todos. Entretanto, esta pesquisa, embora reconheça e compreenda tais necessidades e defasagens, dedica-se na tentativa de compreender e explicar como o ensino se organiza pautando-se no desenvolvimento de competências e habilidades, a partir da disciplina de Geografia.

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022) organiza o ensino-aprendizagem a partir de competências e habilidades, consideradas conhecimentos, saberes e atitudes essenciais e necessários para serem adquiridos pelos alunos. No que diz respeito ao ensino de Geografia, tão importante e fundamental quanto conhecer rios, capitais, pontos cardeais, por exemplo, é compreender conscientemente e de forma crítica o papel do homem enquanto sujeito transformador do tempo-espaço.

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo sustenta a educação paulista - um dos documentos e pilares oficiais -, assim como alguns autores basilares que discorrem sobre a importância das competências e habilidades, apontam que a linguagem, assim como o texto, são meios pelos quais os alunos interagem, compreendem e transformam a si, o outro e o meio que os rodeiam.

Deste modo, a linguagem apresenta-se como o espaço de encontro e interação para os sujeitos, e o meio, pelo qual o componente curricular de Geografia, através de suas competências e habilidades, permite ao aluno desenvolver pensamento crítico e atitude consciente para (inter-) agir e intervir no meio.

Este trabalho, não busca esgotar o assunto, mas se apresenta como uma reflexão importante e necessária, que permita reforçar a relevância do ensino de Geografia na escola.

Uma pesquisa bibliográfica foi realizada, consultando autores que discorrem sobre o desenvolvimento de competências e habilidades no ensino regular, bem como a própria Proposta Curricular do Estado de São Paulo.

Na sequência, o trabalho apresenta-se, composto por um capítulo teórico que aborda o que são as competências e habilidades e como corroboram para a efetividade do ensino de Geografia. Antes da conclusão, uma breve análise de trechos da Proposta Curricular Paulista para sustentar a importância de se adotar competências e habilidades dentro do ensino escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Ao longo dos anos que compõem todo o ensino regular público (fundamental I, II e ensino médio), é esperado que os alunos adquiram, desenvolvam e amadureçam competências e habilidades referentes às séries anteriores, e que são necessárias para o ciclo escolar seguinte, assim como para a vida em sociedade, uma vez que “A preparação das crianças e jovens para a participação ativa na vida social é o objetivo mais imediato da escola pública” (LIBÂNEO, 2008, p. 33). Perrenoud (2000) discorre sobre a importância do ensino em ciclos, especialmente quando afirma que há “uma orientação na maior parte dos sistemas educativos, na escola de ensino fundamental e mesmo depois dela, para os ciclos de aprendizagem.” (p.52)

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo, assim como as Leis de Diretrizes e Bases (lei 9394 de 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) dialogam sobre o conceito dado ao termo competências, em que,

> O conceito de competências também é fundamental na LDB e nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação. O currículo referenciado em competência é uma concepção que requer que a escola e o plano do professor indiquem o que o aluno vai aprender. (2022, p.15)

As competências são, portanto, caracterizadas como um "modo de ser, raciocinar e interagir que podem ser depreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, tarefas ou atividades". (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p. 14).

Ao longo dos anos escolares, o desenvolvimento de competências como "[...] ler, escrever, refletir, argumentar, avaliar-se, expressar-se pelo desenho ou pela música, cooperar, formar projetos [...]" são almejadas, de acordo Perrenoud (p. 46, 2000). Ainda, de acordo com o autor, as competências são enfatizadas dentro do currículo educacional:

> Em vários países, tende-se igualmente a orientar o currículo para a construção de competências desde a escola fundamental. A noção de competência designará aqui uma *capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações.* [...] As competências não são elas mesmas saberes, *savoir-faire* ou atitudes, mas mobilizam, e orquestram tais *recursos*. [...] O exercício da competência passa por operações mentais complexas, subentendidas por *esquemas de pensamento*, que permitem determinar (mais ou menos consciente e rapidamente) realizar (de modo mais ou menos eficaz) uma cão relativamente adaptada à situação. [...] (p. 15)

Luckesi (2005) também dialoga com autores que consideram a importância das competências para o ensino, acrescentando ao já citado anteriormente às competências voltadas para "analisar, compreender, sintetizar, extrapolar, comparar, julgar, escolher, decidir, etc." (p. 126)

Outro autor, Libâneo (2008) também ressalta a importância de se desenvolver competências e habilidades durante a vida escolar, destacando o papel importante da escola neste processo de aquisição e desenvolvimento, ao afirmar que é dever desta

> Assegurar o desenvolvimento das capacidades e habilidades intelectuais, sobre a base dos conhecimentos científicos, que formem o pensamento crítico e independente, permitam o desenvolvimento de métodos e técnicas de trabalho intelectual, bem como a aplicação prática dos conhecimentos na vida escolar e na prática social. (p. 45)

O autor - Libâneo (2008) - ainda destaca a relação existente entre o desenvolvimento de competências e habilidades, e enfatiza a cooperação existente entre ambas, uma vez que,

> [...] na medida em que são assimilados conhecimentos, habilidades e hábitos, são desenvolvidas as capacidades cognitivas (observação, compreensão, análise e síntese, generalização, fazer relações entre fatos e ideias, etc.) [...] (p. 81)

Dentro da Proposta Curricular, as competências são vistas como um direito que "todos têm [...] de construir, ao longo de sua escolaridade, um conjunto básico de competências definido por lei" (2022, p. 15). Sendo assim, a Proposta Curricular parte de um percurso histórico da palavra na evolução humana, vendo esta como seu traço distintivo, pois,

> O ser humano constitui-se assim um ser de linguagem e disso decorre todo o restante, tudo o que transformou a humanidade naquilo que é. [...]

> Representar, comunicar e expressar são atividades de construção de significado relacionadas a vivências que se incorporam ao repertório de saberes de cada individuo. (2022, p. 16)

Ainda, de acordo com o documento paulista - Proposta Curricular de São Paulo -, a escola apresenta-se como o espaço de "transmissão" de todas as linguagens acumuladas ao longo do percurso histórico, seja artística, literária, científica, social, etc., em que, cada uma destas "esferas da atividade humana" (BAKHTIN, 1997, p. 279) apresenta uma linguagem, constituída de características próprias.

Sendo assim, dentro da sociedade, de acordo com a Proposta Curricular, as "linguagens se multiplicam", ressaltando que, para este documento, por linguagens entende-se que sejam,

> **sistemas simbólicos**, com os quais recortamos e representamos o que está em nosso exterior, em nosso interior e na relação entre esses âmbitos; é com eles também que nos comunicamos com nossos iguais e expressamos nossa articulação com o mundo (2022, p. 16).

É, pois, no estudo, compreensão e interação crítica com a realidade, com o mundo, com o próximo e com o meio que se encontra alguns dos principais interesses da Geografia, enquanto componente curricular da educação básica, como é possível ver na Proposta Curricular do Estado de São Paulo (*apud* CALLAI, 2022) ao afirmar que esta pode ser

> [...] entendida como uma ciência social, que estuda o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma "visão espacial", é por excelência uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que exerça de fato a sua cidadania. [...] Um cidadão que reconheça o mundo em que vive, que se compreenda como indivíduo social capaz de construir a sua história, a sua sociedade, o seu espaço, e que consiga ter os mecanismos e os instrumentos para tanto (p.134).

A linguagem apresenta-se como sendo central na Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, cujo foco está no desenvolvimento de competências de leitura e escrita, como salientado pela mesma,

> É, portanto, em virtude da centralidade da linguagem no desenvolvimento da criança e do adolescente que esta *Proposta Curricular* prioriza a competência leitora e escritora. [...] Portanto, mais que os conteúdos isolados, as competências são guias eficazes para educar para a vida. As competências são mais gerais e constantes,e os conteúdos são mais gerais e constantes, e os conteúdos mais específicos e variáveis. É exatamente a possibilidade de variar os conteúdos no tempo e no espaço que legitima a iniciativa dos diferentes sistemas públicos de ensino para selecionar, organizar e ordenar os saberes disciplinares que servirão como base para a constituição de competências [...] Continuar aprendendo é a mais vital das competências que a educação deste século precisa desenvolver . (2022, p. 18 e 19)

O ensino paulista tem como direcionamento não apenas o desenvolvimento de competências, mas ainda que os alunos desenvolvam habilidades condizentes com estas competências, com foco na formação pessoal dos alunos, a se saber que,

> O desenvolvimento pessoal é um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar, atuar sobre o mundo e lidar com a influência

> do mundo sobre cada um, bem como atribuir significados e ser significado pelos outros, apreender a diversidade e ser compreendido por ela, situar-se e pertencer. A educação precisa estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. (2022, p.11)

Dentro da proposta de ensino para a Geografia, é pontuado que esta

> [...] mobiliza competências e habilidades por meio de diferentes linguagens, de princípios e dos conceitos estruturantes espaço geográfico, paisagem, lugar, território e região e outras categorias que contemplam a natureza, a sociedade, o tempo, a cultura, o trabalho e as redes, entre outros, considerando as suas diversas escalas (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p. 410).

Perrenoud (2000), ao abordar o desenvolvimento de habilidades, observa que estas são adquiridas e desenvolvidas apenas quando fazem sentido para o aluno, pois, "Só se pode desejar saber ler, calcular de cabeça, falar alemão ou compreender o ciclo da água, quando se concebem esses conhecimentos e seus usos." (p. 71). Libâneo (2008) também aborda as habilidades e sua importância ao afirmar que estas são "qualidades intelectuais necessárias para atividade mental no processo de assimilação de conhecimentos." (p. 131)

Ainda, sobre o desenvolvimento das habilidades, Luckesi (2005) destaca que estas

> são modos adequados de realizar atos, modos de agir e modos de fazer, que demonstram que cada educando tornou efetivamente seu os conhecimentos transmitidos, possibilitando autonomia e independência. (p. 127)

Durante o ensino regular é esperado que os alunos sejam capazes de constituir-se, constituir o outro e ao meio no qual estão inseridos através das competências de leitura e escrita, assim como do uso de diferentes linguagens, e por conseguinte da língua, através de "enunciados (orais e escritos), concretos e únicos" (BAKHTIN, 1997 p.279), pois, ainda como afirma Perrenoud (*apud* BENTOLILA, 1996) "são a observação e a antecipação dos usos sociais da língua que dão sentido à sua aprendizagem" (p.71). O sucesso do processo ensino-aprendizagem, e principalmente o papel central que a palavra verbalizada representou e ainda representa na vida e sociedade humana, está presente ao longo de todo o ensino regular paulista, de que crianças e jovens adquiram, desenvolvam e aprimorem as competências e habilidades relacionadas às práticas de leitura e escrita, pois, de acordo com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022), ambas – leitura e escrita-, apresentam "caráter essencial [...] para a aprendizagem dos conteúdos curriculares de todas as áreas e disciplinas [...]" (p. 18), uma vez que, apenas tendo o "domínio das linguagens" (p.18), (sejam elas expressas pela oralidade, audição, e, principalmente para este trabalho, leitura e escrita) o aluno, entendido e concebido como ser social pode conquistar sua autonomia, comunicar-se, acessar informações, expressar-se (sentimentos, ideias e valores), necessários para conferir sentidos à sua aprendizagem de modo contínua e para melhoraria e facilitação de seu convívio social, evidente dentro da proposta paulista

> A constituição da competência de leitura e escrita é também o domínio das normas e dos códigos que tornam as linguagens instrumentos eficientes de registro e expressão, que podem ser compartilhados. Ler e escreve, hoje,

> são competências fundamentais a qualquer disciplina ou profissão. Ler, entre outras coisas, é interpretar (atribuir sentido ou significado), e escrever, igualmente, é assumir uma autoria individual ou coletiva (tornar-se responsável por uma ação e suas consequências) (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p. 19).

Para o desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e escrita, Kleiman e Morais (1999) afirmam que estas competências e habilidades estão presentes no processo comunicativo, principalmente no que diz respeito ao convívio social, afirmando ainda ser importante,

> [...] usar uma larga variedade de fontes da comunicação oral e escrita, observação direta, experimentação, utilizando múltiplos sistemas simbólicos – língua, matemática, música, e arte – como instrumentos para aprender e mostrar conhecimento. O uso de múltiplas e diversas fontes valoriza distintos estilos de aprendizagem, interesses e habilidades; integra os alunos numa ampla gama de situações comunicativas que, ao exigir o uso e a produção de diversos textos confere maior especificidade às atividades escolares; ensina a importância da verificação para promover a precisão e distinguir tendências; e desenvolve a habilidade de alunos para escolher as fontes mais apropriadas e produtivas ao investigar perguntas ou problemas específicos. (p. 29)

A língua, enquanto fenômeno vivo e social e suas materializações por meio de diferentes linguagens, torna evidente a construção de competências e habilidades essenciais, tanto para o ensino-aprendizagem de geografia, como para todo o ensino regular, e como esta - a língua e seus diferentes usos - permite ao aluno passar pela escola, tornar-se cidadão para o mundo, sendo capaz de pensar, ser, fazer, agir, seja em seu meio imediato, seja no mundo, seja na Geografia.

ANÁLISE (DA IMPORTÂNCIA) DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NO ENSINO (DE GEOGRAFIA)

Logo em sua abertura, o capítulo destinado ao ensino de Geografia, dentro da Proposta Curricular do Estado de São Paulo faz referência para a importância de se romper com a dicotomia “sociedade-natureza”, para que se supere a visão cartesiana e absoluta de espaço e sociedade. Para que isso ocorra, ainda de acordo com o documento, já nos anos 1990 o Ministério da Educação (MEC) ao publicar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) traçou orientações para um ensino que superasse a tendência conteudista, propondo, portanto, um ensino pautado em competências, entendidas como àquelas que possam “ser desenvolvidas se houver um ensino que privilegie a aprendizagem de conteúdos mediados por contextos significativos, ou por situações-problema, representadas em diferentes escalas geográficas e no cotidiano do aluno” (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p.75) e habilidades.

Deste modo, o próprio documento prossegue enfatizando que é preciso desenvolver dentro da sala de aula, por conseguinte nas aulas de Geografia situações que permitam aos alunos colocar o saber adquirido em uso, pois, caso contrário “os conhecimentos adquiridos durante a vida escolar transformam-se em saberes inertes, pois se não forem utilizados culturalmente – como considerou Lévi-Strauss, ao criar a expressão utensílios do pensamento – não serão transformados em competências” (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p.74).

A Globalização apresenta-se como fenômeno dinâmico e inerente a todas as atividades humanas, e em Geografia apresenta-se com um ponto fundamental de discussão e reflexão.

> Nesse contexto, compete ao professor de Geografia ensinar os alunos a se posicionar de forma autônoma frente a essas diferenças. Fundamentos para o ensino de Geografia. Essa nova concepção de Geografia deve, com urgência, priorizar a discussão dos desafios impostos pelas transformações do meio técnico-científico-informacional – inserido em sala de aula e fora dela –, em especial a partir do advento da comunicação online, responsável por influir e modificar o local, o regional e o global simultaneamente (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p. 75).

Uma nova era nasce com o advento das tecnologias, cada vez mais presentes na vida humana, e indispensável em diferentes contextos e práticas linguísticas, profissionais, educacionais, por exemplo. O mundo está de fato ligado e conectado, e possuir habilidades e competências capazes de lidar com estes conhecimentos e desafios são fundamentais para a vida social e ao ensino de Geografia. Ler e escrever, por meio de diferentes meios e ferramentas é fundamental para a inserção social do sujeito.

> Na era planetária, tal situação não se manifesta somente entre países e nações, mas influencia de forma decisiva cada indivíduo, que recebe e consome informações e substâncias oriundas de todo o planeta, sendo, portanto, influenciado por elas. O encurtamento das distâncias, associado à expansão das redes de comunicação e transporte, tanto de mercadorias quanto de pessoas e informações, assim como as alterações promovidas no mundo do trabalho pelo advento cada vez mais acelerado de novas tecnologias, permitem, a todo momento, vislumbrar um leque de interações capazes de romper com as barreiras culturais, aproximando lugares e mundos diferentes (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022, p. 76).

À sala de aula, e ao professor de geografia compete abordar diferentes temas pertinentes ao desenvolvimento de competências e habilidades necessários para a inserção dos jovens no mundo, no mercado de trabalho e mesmo para intervenções no seu meio imediato, como sala de aula, escola, moradia e bairro, por exemplo, que estão em constante modificação, exigindo competências e habilidades - leitoras e de escrita - diversas destes novos sujeitos que saem do ensino regular.

> Essa alteração de enfoque implica propostas educacionais que considerem a interação entre os conteúdos específicos da Geografia e os de outras ciências, possibilitando ao estudante, por intermédio da mediação realizada pelo professor, ampliar sua visão de mundo, por meio de um conhecimento autônomo, abrangente e responsável. Torna-se fundamental desenvolver uma atitude de respeito aos saberes que o estudante traz à escola, adquiridos em seu meio cultural, pois é certo que envolve uma variada gama de discussões com temas da atualidade, como a urgência ambiental, os diferentes níveis de bem-estar das populações, as questões de saúde pública, as políticas assistenciais, greves, desemprego, relações internacionais, conflitos de diferentes ordens e crises econômicas, entre outros (PROPOSTA CURRICULAR DE SÃO PAULO, p. 76, 2022).

Ao componente curricular de Geografia compete, portanto, desenvolver linguagens e atitudes nos alunos que os permitam ler e compreender o espaço geográfico através de inúmeras linguagens que o compõem e o permitem ser representado. Sendo assim, competências e habilidades de leitura, compreensão, interação, exploração, explanação, escrita dentre outras, são necessárias e

fundamentais para serem desenvolvidas pelo docente deste componente curricular, para que o ensino regular permita ao jovem adquirir e desenvolver conhecimentos e recursos necessários para interagir com o meio, com o próximo e o mundo, atuando conscientemente, sempre que necessário.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos, a escola passou por inúmeras modificações e transformações, e o mesmo aconteceu com as disciplinas curriculares e o modo como estas são ensinadas e aprendidas, por professores e alunos, respectivamente.

Dentro dos documentos oficiais que orientam e sustentam à educação nacional, e por conseguinte à educação paulista, como a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022) há a proposta e a abordagem de um ensino-aprendizagem que se paute na aquisição, desenvolvimento e aprimoramento de competências e habilidades, que permitam e guarneçam os alunos de conhecimentos, saberes e recursos necessários que os permitam tornarem-se cidadãos completos, conscientes e autônomos, para poderem, portanto, participar plenamente da vida social.

Sendo assim, espera-se que o ensino de Geografia forme alunos que sejam capazes de compreender seu lugar no tempo-espaço, como (e inter-) agir com o meio, tornando-o, portanto, um ambiente saudável e melhor para si e gerações futuras. Além deste ponto, verifica-se grande ênfase no poder e participação da linguagem como meio de interatividade social e mediação de ações e intervenções humanas sobre diferentes locais e espaços.

Sendo o homem um ser histórico-social, este exercita sua cidadania e capacidade de ser homem na e pela linguagem, logo, no trabalho e convivência social. Em síntese, o desenvolvimento de competências e habilidades ligadas à Geografia torna-se essencial, tanto para desenvolvimento cognitivo, intelectual, social e cultural do aluno, como para garantir-lhes seus direitos previstos nos próprios documentos oficiais a uma educação completa e de qualidade, que permita, por sua vez, aos discentes ter acesso a esta (educação plena, completa e de qualidade), para que possam exercer seus direitos e deveres como sujeitos e cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTN, M. Problemática e definição. In: _____.*Estética da criação verbal*. São Paulo: Contexto, 1997.

LIBÂNEO, Luís Carlos. Prática educativa, Pedagogia e Didática. In:_____. *Didática*. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In:_____. BRAIT, Beth (Orgs.). *Bakhtin Outros Conceitos-Chave .* São Paulo: Contexto, 2005.

PERRENOUD. Philippe. Introdução. In:_____. *Dez Novas Competências para Ensinar*. São Paulo: Artmed, 2000.

_____. Organizar e dirigir situações de aprendizagem. In:_____. *Dez Novas Competências para Ensinar*. São Paulo: Artmed, 2000.

_____. Administrar a progressão das aprendizagens. In:_____. *Dez Novas Competências para Ensinar*. São Paulo: Artmed, 2000.

_____. Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho. In:_____. *Dez Novas Competências para Ensinar*. São Paulo: Artmed, 2000.

_____. Utilizar novas tecnologias. In:_____. *Dez Novas Competências para Ensinar*. São Paulo: Artmed, 2000.

PROPOSTA Curricular do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretária da Educação do Estado de São Paulo, 2022.

A INCLUSÃO E OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

INCLUSION AND THE RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES FROM THE PERSPECTIVE OF CONSTITUCIONAL CIVIL LAW

Área temática: ODS 10. Redução das desigualdades.

RODRIGUES, Edwirges Elaine
Centro Universitário Claretiano
Doutora em Direito Civil, FDUSP. Mestra em Direito, UNESP. Membra do Grupo de Estudos em Direito, Justiça e Desenvolvimento (GEDED) do Claretiano – Centro Universitário. Docente do Claretiano – Centro Universitário e do Instituto Damásio de Direito.
edwirges_elaine@yahoo.com.br

Resumo

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Convenção de Nova York e ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, pressupõe a plena capacidade das pessoas com deficiência e enfatiza a importância da inclusão e da participação ativa na sociedade, em igualdade de condições com os demais cidadãos. Com o objetivo de alinhar a legislação brasileira com os princípios e diretrizes estabelecidos na referida Convenção, foi publicada a Lei nº. 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão. Tal legislação tem sido objeto de intenso debate entre os juristas e recebeu críticas significativas, principalmente devido às mudanças que introduziu no sistema de incapacidades e na figura da curatela, sem considerar a implementação do mecanismo de tomada de decisão apoiada. Assim, o presente trabalho busca, através do método dedutivo, realizar uma revisão da bibliografia especializada relativa aos direitos das pessoas com deficiência no âmbito do Direito Civil Constitucional e da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Palavras-chave: inclusão social, direitos da pessoa com deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Abstract

The International Convention on the Rights of Persons with Disabilities, also known as the New York Convention and ratified by Brazil as a constitutional amendment, presupposes the full capacity of individuals with disabilities and emphasizes the importance of inclusion and active participation in society on an equal footing with other citizens. In order to align Brazilian legislation with the principles and guidelines established in the aforementioned Convention, Law No. 13,146/2015, also known as the Statute of Persons with Disabilities or the Brazilian Inclusion Law, was published. This legislation has been the subject of intense debate among legal scholars and has received significant criticism, especially due to the changes it introduced to the incapacity system and the institution of guardianship, without considering the implementation of the supported decision-making mechanism. Given this, the present work seeks, through the deductive method, to review the specialized bibliography on the rights of persons with disabilities under Constitutional Civil Law and the United Nations International Convention on the Rights of Persons with Disabilities.

Keywords: social inclusion, rights of persons with disabilities, Statute on Person with Disability.

1 INTRODUÇÃO

Diante do novo conceito de pessoa com deficiência previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº. 13.146/2015 (Brasil, 2015), resultado da aprovação da Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, em 13 de dezembro de 2006, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, busca-se com este trabalho abordar as consequências desses novos paradigmas na teoria das incapacidades.

Toda a análise feita em relação ao Estatuto teve por base o postulado da dignidade da pessoa humana, pois, se o Direito busca regular a vida em sociedade e, ainda, estabelecer normas justas para esse convívio, o princípio da dignidade da pessoa humana deve ser o norte, a bússola. Partindo desse pressuposto, o que se anseia é que a pessoa com deficiência não fique à margem da sociedade, mas, sim, incluída, devendo ser assegurada a ela a possibilidade de exercício de seus direitos.

Desse modo, o Estatuto, almejando enaltecer o princípio da igualdade e garantir a concretização da dignidade das pessoas com deficiência, alterou os artigos 3º e 4º do Código Civil (2002), provocando mudanças na teoria das incapacidades, normas que se referem às pessoas absoluta e relativamente incapazes, respectivamente.

Com as alterações provocadas pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas, em regra, plenamente capazes para os atos da vida civil, visando a sua total inclusão social. De tal modo, substitui-se o binômio dignidade-vulnerabilidade pelo binômio dignidade-liberdade da pessoa com deficiência.

Assim, perante a relevante inversão da carga probatória, a incapacidade relativa ocorrerá de modo excepcional e amplamente fundamentado. Logo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) abranda, mas não extingue, a teoria das incapacidades da legislação civilista.

As pessoas com deficiência, que sofrem limitações na autodeterminação, mas se mostram aptas a se fazer compreender, mesmo que de modo precário, são consideradas plenamente capazes. Diante disso, não serão submetidas à curatela, mas poderão se beneficiar da aplicação da Tomada de Decisão Apoiada, instituto criado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), em cumprimento às diretrizes da Convenção de Nova York.

Diante disso, busca-se, através do método de pesquisa dedutivo, realizar uma revisão da bibliografia especializada relativa aos direitos das pessoas com deficiência no âmbito do Direito Civil Constitucional e da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (e seu Protocolo Facultativo) (2006).

2 A CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Impossível discorrer sobre os direitos das pessoas com deficiência sem falar em direitos humanos. Esses, são a busca incessante de superar limitações. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) mostra-se instituto indispensável para a proteção aos direitos humanos, através da elaboração de Convenções Internacionais, voltadas à defesa de grupos vulneráveis.

Entre as Convenções Internacionais existentes, pode-se mencionar a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965), a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979), a Convenção sobre os direitos da criança (1989), a Convenção sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias (1990), dentre inúmeras outras (Sales; Sarlet, 2020).

As alterações trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência têm por base a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, também chamada de Convenção de Nova York, posto que assinada em 30 de março de 2007, na cidade de Nova York nos Estados Unidos.

A referida Convenção e seu Protocolo Facultativo foram ratificados pelo Congresso Nacional Brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal (CF), ou seja, essa Convenção possui força normativa equivalente à Emenda Constitucional (EC); e promulgada pelo Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno (Rosenvald, 2015).

A Convenção de Nova York foi elaborada ao longo de quatro anos e contou com a participação de 192 países membros da Organização das Nações Unidas e de centenas de

representantes da sociedade civil, sendo que, em 13 de dezembro de 2006, foi aprovado o texto final desse tratado internacional.

O propósito da Convenção, conforme seu artigo 1º, é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Ainda traz no bojo de seu artigo 3º os seus princípios gerais, sendo eles: a) o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) a não-discriminação; c) a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) a igualdade de oportunidades; f) a acessibilidade; g) a igualdade entre o homem e a mulher; h) o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (Brasil, 2009).

Além disso, a Convenção determina que todas as pessoas são iguais sem qualquer espécie de discriminação. Afirma também que os países signatários deverão proibir quaisquer formas de discriminação baseadas na deficiência, devendo-se adotar medidas de proteção legal e garantir a inclusão social delas no âmbito da sociedade, sempre com igualdade de oportunidades, identificando e eliminando obstáculos e barreiras à acessibilidade (Brasil, 2009).

Investido dessas determinações, em julho de 2015, foi promulgada a Lei nº. 13.146, denominada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, objetivando a concretização das ideias de igualdade, de dignidade, de tolerância, de cidadania e de liberdade, de modo a tornar efetiva a inclusão das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida nacional (Sales; Sarlet, 2020).

3 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: LEI Nº. 13.146/2015

Mesmo com a ratificação pelo Congresso Nacional brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008, e promulgação pelo Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009, apenas no ano de 2015 (no dia 6 de julho) foi publicada a Lei nº. 13.146, instituindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Estatuto, conforme dispõe o seu artigo 127, entrou em vigor apenas no dia 2 de janeiro de 2016, em decorrência da *vacatio legis* de 180 dias (Rodrigues, 2019).

A referida lei sistematizou, em um único instrumento legal, temas que estavam presentes em outras legislações, decretos e portarias. Além disso, também alterou algumas leis existentes, buscando harmonizá-las às diretrizes e aos princípios da Convenção de Nova York. No mais, o Estatuto trouxe inovações e reflexos na legislação civilista, procurando, ao longo de mais de cem artigos, assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a sua cidadania, conforme texto do seu primeiro artigo:

> Art. 1º. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015, [n.p.]).

A inclusão passa pela proteção de direitos fundamentais como o direito à vida; à habilitação e reabilitação; à saúde; à moradia; ao trabalho (tanto no âmbito da habilitação profissional, como da sua inclusão no mercado de trabalho); direito à assistência social; à previdência social; direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; direito ao transporte e à mobilidade; e, ainda, direito à informação e à participação na vida pública e política, dentre outros.

Contudo, a inclusão não é apenas no âmbito dos direitos fundamentais, posto que a Lei nº. 13.146 (Brasil, 2015) estabelece normas relativas ao acesso à justiça, ao reconhecimento igual perante a lei e, ainda, estipula e define crimes e infrações administrativas.

Tendo por base a Convenção de Nova York, o Estatuto da Pessoa com Deficiência busca, por meio das inovações, a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, e tido como fundamento da República Federativa do Brasil para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (Tepedino; Oliva, 2020).

Diante disso, o indivíduo, elemento subjetivo primordial e neutro do Direito Civil codificado, cedeu lugar, no cenário das relações de Direito Privado, à pessoa humana, para cuja promoção se volta a ordem jurídica como um todo (Tepedino, 2008).

4 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A dignidade da pessoa humana é considerada fundamento central da personalização do Direito Civil, que elevou a valorização do ser humano em prol do patrimônio; assegurando autonomia à pessoa, passando a ser um agente capaz de tomar decisões sobre a sua vida.

Nesse aspecto, o Direito Civil Constitucional assume a posição de destaque no âmbito normativo, aproximando relações particulares às disposições constitucionais, buscando-se um novo modo de elaborar e interpretar as normas privadas aos preceitos normativos fundamentais da Constituição Federal.

Luiz Edson Fachin (2014) demonstra os grandes desafios do Direito Privado contemporâneo e, em constante interação com a Constituição Federal, expõe que são tendências atuais do Direito Civil brasileiro:

> [...] a incidência da Constituição nos diversos âmbitos das relações entre particulares, mormente nos contratos, nas propriedades e nas famílias, à luz de comandos inafastáveis de proteção à pessoa; há, nada obstante, criativas tensões entre a aplicação de regras (e princípios) constitucionais e o ordenamento privado codificado; como há, sob o sistema constitucional, concepções filosóficas, o Estado liberal patrocinou o agasalho privilegiado da racionalidade codificadora das relações interprivadas; a ordem pública pode limitar a autonomia ou o autorregulamento dos interesses privados, sob a vigilância das garantias fundamentais; os Códigos Civis são reinterpretados pelas Constituições do Estado Social de Direito (Fachin, 2014, p. 10-11).

A perspectiva pela qual era entendida a deficiência da pessoa e, ainda, as causas de sua existência, influenciam diretamente a sua aceitação e participação no âmbito da sociedade.

Nesse sentido, Flávia Piovesan (2010) delimita quatro estágios na construção dos direitos humanos da pessoa com deficiência. Assim, passa-se de um estágio de total intolerância em que tais pessoas eram consideradas impuras como castigo dos deuses (eliminação das crianças deficientes em Esparta); a um segundo estágio de invisibilidade, separadas da sociedade (os relatos bíblicos dando conta dos leprosos vivendo às escondidas). Já um terceiro estágio foi o do assistencialismo, com os avanços médicos e as várias tentativas de cura das limitações. E o estágio atual, tendo como parâmetro a proteção dos direitos humanos e a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Aqui, busca-se a mudança da mentalidade da sociedade para poder lidar com as diferenças, reflexo do princípio da dignidade da pessoa humana, na busca da igualdade material entre as pessoas.

Dessa feita, não é possível distanciar a pessoa com deficiência do princípio da dignidade da pessoa humana. Quando se fala em dignidade humana e, sobretudo, buscando a superação das desigualdades deve-se atentar que a expressão “todos são iguais”, prevista no *caput*, do artigo 5º da Constituição Federal, não passa de retórica, posto que são nítidas as diferenças entre as pessoas. Mas é sabido que é da natureza da lei tratar de situações diferentes, conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Melo (2000, p. 12-13), ao tratar do princípio jurídico da igualdade:

> O princípio da igualdade interdita tratamento desuniforme às pessoas. Sem embargo, consoante se observou, o próprio da lei, sua função precípua, reside exata e precisamente em dispensar tratamentos desiguais. Isto é, as normas legais nada mais fazem que discriminar situações, à moda que as pessoas compreendidas em umas ou em outras vêm a ser colhidas por regimes diferentes. Donde, a algumas são deferidos determinados direitos e obrigações que não assistem a outras, por abrigadas em diversa categoria, regulada por diferente plexo de obrigações e direitos.

Isso ocorre porque a mera igualdade formal de limites negativos, ao abster-se de discriminar, não produz efeitos concretos na sociedade. Foi necessário avançar para atingir a materialidade do princípio da igualdade. A igualdade real exige normas com caráter transformador que visem a realização da dignidade humana.

Ingo Sarlet (2008) ensina que a dignidade humana possui caráter positivo e negativo. Se pelo prisma negativo existe a obrigação de não se violar a dignidade da pessoa, em seu prisma positivo ou prestacional incumbe ao Estado promover a efetivação de existência digna para todos.

É neste contexto que o Estatuto da Pessoa com Deficiência procura assegurar a igualdade e dignidade da pessoa com deficiência. Mas quem é a pessoa com deficiência abordada pela Lei Brasileira de Inclusão?

De acordo com o art. 2º da referida legislação:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, [n.p.]).

Desse modo, o Estatuto, de forma clara, não trata apenas da pessoa com deficiência mental, mas abarca, ainda, aquelas que tem impedimento relacionado ao aspecto físico, intelectual e sensorial. O impedimento que a pessoa com deficiência possui, porém, deve ter longo prazo de duração.

Por sua vez, o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, Caldas Aulete (Aulete, 2019, não paginado), define “longo” como: “[...] que dura ou demora muito; duradouro, demorado.”. Assim, impedimentos passageiros não caracterizam a deficiência.

Além disso, o Estatuto afirma que a deficiência só estará caracterizada se o impedimento, em contato com alguma barreira, puder obstruir a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade. Entretanto, a qual barreira a legislação se refere?

O significado de "barreira" foi elencado pelo artigo 3º, inciso IV, do mesmo dispositivo legal:

> Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
> **a)** barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
> **b)** barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
> **c)** barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
> **d)** barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
> **e)** barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
> **f)** barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2015, [n.p.]).

Ainda de acordo com o artigo 2º, do Estatuto, a deficiência e a barreira devem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições da pessoa com deficiência com os demais membros da sociedade, ou seja, a deficiência precisa ocasionar uma desigualdade, elemento essencial a aplicação do princípio da igualdade.

Assim, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), em seu artigo 4º, assegura a toda pessoa com deficiência o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas, além de vetar qualquer espécie de discriminação.

No mais, a pessoa, independentemente da sua deficiência, é reconhecida e deve ser protegida em razão da sua capacidade de autodeterminação, em maior ou menor grau (Sales; Sarlet, 2020).

5 A TEORIA DAS INCAPACIDADES E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), almejando assegurar o princípio da igualdade e garantir a concretização da dignidade da pessoa humana, conforme disposição do artigo 114, provocou a alteração dos artigos 3º e 4º do Código Civil, trazendo mudanças na teoria das incapacidades, normas que se referem às pessoas absolutamente incapazes e relativamente incapazes, respectivamente.

Partindo do entendimento de que a personalidade jurídica é a aptidão para se assumir direitos e contrair deveres na ordem jurídica, a capacidade vem a ser a medida da personalidade (Azevedo; Nicolau, 2007). Sendo assim, o artigo 1º do Código Civil (Brasil, 2002) estabelece que: "Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil", fazendo menção, dessa forma, à chamada capacidade de direito.

Vale ressaltar que, adquirida a personalidade jurídica, todo ser humano é detentor da capacidade de direito ou de gozo; mas nem todas as pessoas possuem a capacidade de fato ou de exercício, ou seja, nem todos podem exercer pessoalmente os seus direitos.

Nesse contexto, a incapacidade jurídica é a falta de aptidão para os atos da vida civil. Refere-se, portanto, à incapacidade de fato ou de exercício, abordada pelos artigos 3º e 4º do Código Civil (Brasil, 2002).

Com a alteração provocada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) nos dispositivos referidos, pode-se afirmar que, no sistema jurídico privado pátrio, não existe pessoa, com dezesseis anos ou mais, que seja considerada absolutamente incapaz.

A partir de então, para a aferição da incapacidade absoluta utiliza-se apenas o critério etário. Todas as outras situações que antes eram consideradas incapacidades civis absolutas foram excluídas, mantendo-se apenas como absolutamente incapazes os menores impúberes, ou seja, com menos de dezesseis anos de idade.[1] Dessa feita, não se reputam incapazes aqueles que por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil como anteriormente previa o inciso II, do artigo 3º.

A manutenção dos menores impúberes na condição de incapacidade jurídica absoluta justifica-se pelo fato de que o ser humano precisa, durante a sua fase inicial de desenvolvimento, de quem o proteja, defenda e administre seus bens, pois ainda não atingiu o discernimento para distinguir o que pode ou não pode fazer no âmbito privado. Assim, os menores de dezesseis anos devem ser representados por seus pais, considerados os tutores naturais, ou, na falta deles, por tutores nomeados – através da tutela testamentária, legítima ou dativa (Fujita, 2003) – que passam a ocupar lugar jurídico deixado pelo vazio da autoridade parental; conforme redação do artigo 1.728, do Código Civil (Brasil, 2002), que afirma que os filhos menores são postos em tutela. Consequentemente, a eventual prática de atos por absolutamente incapazes, sem a devida representação, pode acarretar a nulidade absoluta do negócio jurídico celebrado, conforme artigo 166, inciso I, do Código Civil (Brasil, 2002).

Com as alterações trazidas pela Lei Brasileira de Inclusão, as pessoas com deficiência são consideradas, em regra, plenamente capazes para os atos da vida civil, buscando a sua total inclusão social. Assim, substitui-se o binômio dignidade-vulnerabilidade pelo binômio dignidade-liberdade da pessoa com deficiência (Tartuce, 2015).

No mais, diante da relevante inversão da carga probatória, a incapacidade ocorrerá de modo excepcional e amplamente justificado. Logo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência abranda, mas não extingue, a teoria das incapacidades da legislação civilista.

Portanto, se a deficiência se caracteriza pelo fato de a pessoa não conseguir se autodeterminar, o ordenamento lhe atribuirá proteção maior do que aquela concedida a uma pessoa com deficiência, mas considerada capaz (Rosenvald, 2015). Assim, serão tidas como relativamente incapazes diante de alguma barreira que os impeça de participar plena e efetivamente da sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

[1] O art. 3º, do Código Civil (antes da alteração pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelecia que eram absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I – os menores de dezesseis anos; II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; e III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Com as profundas alterações provocadas pela Lei nº. 13.146 (Brasil, 2015), o artigo 4º, do Código Civil, recebeu a seguinte redação:

> Art. 4º. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:
> I-os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
> II- os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
> III- aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
> IV -os pródigos (Brasil, 2002).

Verifica-se a supressão do rol dos relativamente incapazes, as pessoas com deficiência mental e discernimento reduzido, além dos excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, constantes dos incisos II e III[2] da redação original, revogados pelo Estatuto.

De modo correto, o legislador elencou a incapacidade no conjunto de circunstâncias que demonstrem a impossibilidade real e duradoura da pessoa querer e entender, sem que o ser humano, em toda sua grandeza, seja restringido ao âmbito clínico de um impedimento psíquico ou intelectual (Rosenvald, 2015).

A capacidade não mais reside nas características da pessoa, mas sim, nas circunstâncias em que ela está envolvida, e por algum motivo a impeça de confirmar ou expressar sua vontade. Já, a impossibilidade não deve ser vista como qualquer dificuldade ou complexidade, mas como um impedimento de caráter absoluto. Por fim, o impedimento em exprimir a vontade, importa em situação de ausência de consciência do que se passa ao redor, sendo necessária a indicação de um curador para exercer a assistência.

5.1 Interdição *versus* curatela

Antes das alterações provocadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que fosse declarada a incapacidade absoluta das pessoas que constavam do inciso II, artigo 3º, do Código Civil (redação original) – ou seja, aqueles que tivessem enfermidade ou deficiência mental, de caráter duradouro e permanente, e que não estivessem em condições de administrar seus bens e praticar atos jurídicos de qualquer natureza – era necessário o processo de interdição de natureza constitutiva (Azevedo, 2003) e cuja sentença deveria ser registrada no Registro Civil da Comarca, atualmente, com previsão entre os artigos 747 a 758, do Código de Processo Civil de 2015.

Com a entrada em vigor do Estatuto não há mais possibilidade dessa interdição absoluta, posto que as pessoas mencionadas no revogado inciso, hoje, são plenamente capazes (Abreu, 2020). Se presente eventual incapacidade (barreira que obstrua a plena e efetiva participação em igualdade de condições na sociedade) estarão sujeitas à curatela parcial.

Além disso, conforme a Lei Brasileira de Inclusão, não se pode mais falar em interdição, mas, sim, em um processo que institui a curatela. Porém, o Novo Código de Processo Civil, em decorrência do atropelamento legislativo ocasionado, além de tratar do processo de interdição, revogou alguns dispositivos do Estatuto (Rodrigues, 2019).

Mas, independentemente desse conflito temporal de normas, vale lembrar que a proteção somente será aplicada à pessoa com deficiência quando estritamente necessária e, ainda, não deverá ser um impedimento para que a pessoa aja por conta própria, em situações que assim permitirem, e se, eventualmente, incidir em equívocos, deverá ser responsabilizada, conforme caso a caso (Rosenvald, 2015).

Assim, a impossibilidade de autogoverno poderá acarretar a incapacidade relativa, após intenso ônus argumentativo por parte de quem requer a curatela. Ao final do processo será designado um curador que deverá assistir a pessoa com deficiência de forma a garantir os seus interesses de ordem patrimonial.

Nesse sentido, a curatela, em regra, se restringirá à prática dos atos patrimoniais, devendo-se preservar, na medida do possível, o autogoverno para a condução das situações existenciais,

[2] O art. 4º, do Código Civil (antes da alteração pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência) previa que são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I- os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos; II- os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; III- os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; IV- os pródigos.

conforme dispõe o artigo 85, do Estatuto da Pessoa com Deficiência: "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial" (Brasil, 2015).

Dessa forma, a curatela não alcança os atos relacionados ao direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto; posto que relacionados ao aspecto existencial da pessoa com deficiência, conforme dispõem os artigos 6º e 85, §1º do Estatuto (Brasil, 2015).

Ressalta-se que, a decisão do legislador em manter o instituto da "interdição", hoje apropriadamente denominado de "curatela", mostrou-se adequada. Assim, será mantida a proteção àqueles que se encontrarem impossibilitados de exprimir sua vontade, bem como a preservação do princípio da proteção jurídica. Desse modo, a pessoa curatelada não consumará isoladamente atos puramente econômicos, pois a realização de negócios jurídicos exigirá a atuação substitutiva ou integrativa do curador, sob risco de tornar as negociações anuláveis, conforme art. 171, I, CC (Xavier, 2020).

No mais, por uma questão ética, a Lei Brasileira de Inclusão agrupou todos aqueles que não podem se autogovernar para a categoria da incapacidade relativa em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, que não se mostra compatível com uma abstrata homogeneização de seres humanos em um grupo despersonalizado de absolutamente incapazes.

Contudo, a modificação legislativa não alterará o cenário fático vivenciado por inúmeras pessoas que se encontram alheias à realidade, e são, inevitavelmente, substituídas pelo curador na atuação cotidiana. Assim sendo, não é correto afirmar que não existirá a representação dessas pessoas relativamente incapazes, a contrário disso, a representação desses prossegue intacta, apenas deslocando-se da incapacidade absoluta para a relativa (Rosenvald, 2015).

De acordo com os ensinamentos de Nelson Rosenvald (2015, p. 749),

> [...] conforme a concretude do caso, o projeto terapêutico individual se desdobrará em três possibilidades: a) o curador será um representante para todos os atos; b) o curador será um representante para alguns atos e assistente para outros; c) o curador será sempre um assistente.

Os poderes conferidos ao curador, se de substituição ou integração, serão definidos pela sentença de interdição, que não mais poderá se basear em fórmulas genéricas, mas sim justificada por uma forte carga argumentativa e comprobatória, através de avaliação interdisciplinar realizada por profissionais psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e terapeutas ocupacionais.

Ademais, buscando a concretização dos direitos à família e à convivência familiar assegurados à pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão inseriu, na legislação civilista, o instituto da curatela compartilhada. Assim, de acordo com o artigo 1.775-A do Código Civil (Brasil, 2002): “Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa”.

Dessa feita, a curatela conjunta permitirá que o momento de decretação da supressão da capacidade não represente um rompimento na relação entre o curatelado e um dos seus genitores ou outra pessoa da família, fato que, infelizmente, ocorre quando o dever de cuidado é conferido a apenas uma pessoa, seja cônjuge, genitor ou outro familiar. De tal modo, a curatela conjunta somente poderá ser rejeitada por razões justificáveis (Rosenvald, 2015).

6 TOMADA DE DECISÃO APOIADA

No tocante às pessoas com deficiência que sofrem limitações na autodeterminação, mas mostram-se aptas a se fazer compreender, mesmo que de modo precário, o caminho não será o binômio incapacidade relativa/curatela. Para tais situações, pode-se buscar a aplicação da Tomada de Decisão Apoiada (TDA) prevista no artigo 1.783-A e seus 11 parágrafos. Com a alteração, o Título IV do Código Civil (Do Direito de Família) passa a ter na sua redação três institutos: “Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada” (Brasil, 2002).

Esse último se trata do instituto pelo qual a pessoa com deficiência tem o apoio de duas pessoas idôneas; pessoas que tenham vínculos e confiança, para que possam lhe auxiliar nas decisões da vida, tudo para que exerça sua capacidade em plenitude.

Consiste na aplicação do artigo 12.3 da Convenção de Nova York: “[...] os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitam no exercício de sua capacidade legal” (Brasil, 2009).

O termo de decisão apoiada necessita de homologação judicial, que acontecerá após as oitivas do Ministério Público, dos apoiadores e da pessoa que receberá o apoio, a fim de se verificar se o termo reflete as suas necessidades e interesses. A equipe multidisciplinar deverá subsidiar as autoridades na averiguação dos aspectos técnicos. O termo de apoio também deverá constar prazo de vigência, assunção de compromisso dos apoiadores e os limites desses. Além disso, a pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término do acordo (Almeida; Silva; Oliveira Filho, 2016).

Assim, o legislador impediu a constituição da Tomada de Decisão Apoiada de forma extrajudicial, situação contrária às diretrizes da Convenção de Nova York, que procura exaltar e promover a autonomia da pessoa com deficiência. Isso porque, ao condicionar a TDA a um procedimento judicial, a lei impede que os titulares dos interesses ali mencionados possam livremente negociá-los, sem a atividade integrativa do juiz (Menezes, 2020).

Frisa-se, ainda, que a Tomada de Decisão Apoiada por escritura pública não deixaria a pessoa a ser apoiada desprovida de atenção, haja vista que os atos celebrados na presença de notário ou tabelião são bem observados quanto à manifestação da vontade e a documentação apresentada, conforme artigo 215, §1º, II e IV, do Código Civil. Dessa feita, o notário não lavrará a escritura, deixando de formalizar o negócio jurídico, quando identificar que a manifestação volitiva não figura presente (Menezes, 2020).

Destaca-se que a decisão sobre a adoção do instituto da Tomada de Decisão Apoiada, conforme artigo 84, § 2º,[3] do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma faculdade, e se coloca de forma intermediária entre os extremos das pessoas sem qualquer tipo de deficiência e aquelas pessoas com deficiência e impossibilitadas de expressão, que serão consideradas relativamente incapazes e ficarão sob curatela (Menezes, 2020).

Assim, a diferença entre a Tomada de Decisão Apoiada e a Curatela encontra-se na autonomia dada à pessoa no primeiro caso, resguardando a liberdade e dignidade da pessoa com deficiência, pois será o apoiado quem de fato participará e deliberará sobre a sua vida, mesmo que coadjuvado pelos apoiadores. Tanto que a legitimidade para os institutos é diversa.

Pela redação do artigo 747, do Código de Processo Civil (Brasil, 2002):

> A interdição pode ser promovida: pelo cônjuge ou companheiro; pelos parentes ou tutores; pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando; e pelo Ministério Público.

De outro lado, a Tomada de Decisão Apoiada é, segundo o artigo 1.783-A, § 2º, Código Civil (Brasil, 2002), requerida pela "[...] pessoa a ser apoiada". Há mudança clara de paradigma e de autonomia, posto a legitimidade ativa passar para a pessoa com deficiência de forma exclusiva. Percebe-se que os apoiadores não lhe são impostos pelo magistrado, mas são escolhidos de livre e espontânea vontade, pelo apoiado (Ehrhardt Júnior; Batista, 2020).

Desse modo, o instituto da Tomada de Decisão Apoiada é de fato bem mais elástico do que a curatela, haja vista que incentiva a capacidade de agir e a autodeterminação da pessoa com deficiência que se beneficia do apoio, sem que enfrente o estigma social da curatela, considerada medida extremamente invasiva, pois restringe indiscriminadamente os desejos e anseios vitais do curatelado.

Por fim, o § 11, artigo 1.783-A, do Código Civil, estabelece que se aplique à Tomada de Decisão Apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela.

7 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 757/2015

Antes mesmo da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aconteceu no dia 2 de janeiro de 2016, foi proposto, pelos senadores Antônio Carlos Valadares e Paulo Paim, o Projeto de Lei (PL) nº. 757 de dezembro 2015, com o objetivo de alterar, sensivelmente, a Lei Brasileira de Inclusão e o Código Civil, inclusive com a retomada da incapacidade absoluta de pessoas maiores de idade.

[3] Art. 84, EPD: A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. [...] § 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

No tocante à classificação das incapacidades, os senadores propuseram novos textos para os artigos 3º e 4º do Código Civil (Brasil, 2002), que poderiam receber a seguinte redação:

> Art. 3º, CC: [...] II- os que, por qualquer motivo, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
>
> Art. 4º, CC: [...] II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por qualquer causa, tenham o discernimento severamente reduzido; III - (revogado); [...].

Assim, o texto original do presente projeto de lei atendeu às críticas mais conservadoras e representou uma ameaça de retrocesso nas conquistas dos direitos das pessoas com deficiência (Menezes, 2018).

Entretanto, ao passar pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto foi considerado, pela relatora senadora Lídice da Mata, como contrário à Convenção de Nova York, que estatui que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.

No mais, a senadora asseverou que as alterações promovidas pelo Estatuto não decorreram de mera opção legislativa, mas da imprescindibilidade do estrito cumprimento do disposto na Convenção de Nova York, em face do seu caráter de norma constitucional (Brasil, 2018).

Diante disso, foi proposto novo texto substitutivo, já aprovado, que reformulou totalmente o PL nº. 757 (Brasil, 2015). Conforme essa nova proposta, a teoria das incapacidades permanece com as devidas alterações provocadas pela Lei Brasileira de Inclusão.

Além disso, buscando pôr um fim nas discussões acerca da inapropriada assistência da pessoa que não exprime a sua vontade (artigo 4º, III), o Código Civil (Brasil, 2002) outorgará poderes de representação ao curador do relativamente incapaz do referido dispositivo, o qual terá a sua potencial vontade levada em consideração:

> Art. 4º, § 3º, CC: A curatela das pessoas referidas no inciso III do *caput* deste artigo outorga ao curador o poder de representação e os atos por ele praticados, nessa qualidade, devem ter como parâmetro a potencial vontade da pessoa representada.

No tocante à Tomada de Decisão Apoiada, o novo texto do PL também propõe mudanças significativas no instituto, começando pela obrigatoriedade do registro público do termo de apoio homologado judicialmente, assim como ocorre com a curatela:

> Art. 9º, CC **-** Serão registrados em registro público: [...]
> III **–** a curatela e a tomada de decisão apoiada, bem como seus respectivos limites; (Brasil, 2002).

Além disso, também haverá a obrigatoriedade da contra-assinatura dos dois apoiadores escolhidos pela pessoa a ser apoiada, ao passo que o negócio jurídico celebrado com a inobservância dos termos da tomada de decisão apoiada será passível de anulabilidade:

> Art. 1.783-A, §5º, CC **-** Nos atos abrangidos no termo de tomada de decisão apoiada é obrigatória a contra-assinatura dos apoiadores, a qual é hábil para demonstrar o fornecimento de elementos e informações necessários ao exercício da capacidade pela pessoa com deficiência.
>
> Art. 171, CC **–** É anulável o negócio jurídico: [...]
> III **–** por inobservância dos termos da tomada de decisão apoiada, homologada judicialmente e averbada em cartório (Brasil, 2002).

Embora essa versão substitutiva seja melhor que a anterior, persiste inapropriada aos propósitos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, principalmente quanto às alterações que propõe para a Tomada de Decisão Apoiada, retirando a autonomia da pessoa com deficiência plenamente capaz (Menezes, 2018).

Dando continuidade à tramitação no Congresso Nacional, o PL foi encaminhado à Câmara dos Deputados, recebeu uma nova numeração (PL nº. 11.091/2018) e, ao passar pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC), o então relator, deputado Luiz Flávio Gomes, também propôs uma emenda que consiste em uma nova alteração da teoria das incapacidades:

> Art. 3º, CC: São absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil: I [...];
> II – os que não tenham qualquer discernimento para a prática desses atos, conforme decisão judicial que leve em conta a avaliação biopsicossocial;
> III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade (Brasil, 2002).

Além disso, foi requerida a revogação do inciso III do artigo 4º do Código Civil (Brasil, 2002), ou seja, conforme a proposta, teremos pessoas com deficiência consideradas plenamente capazes (regra) e absolutamente incapazes, e não mais relativamente incapazes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as observações sobre as mudanças impostas pela Convenção de Nova York e trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência na teoria das incapacidades, o que se observa é o enaltecimento da dignidade-liberdade da pessoa com deficiência, abandonando a dignidade-vulnerabilidade.

Assim, é indiscutível o avanço normativo que a nova legislação significa para a nação brasileira. São normas inclusivas e garantidoras de tratamento isonômico às pessoas com deficiência, mas, ao mesmo tempo, também são libertadoras, pois rompem a barreira da incapacidade, muitas vezes imposta a quem tem condições de manifestar a sua vontade e ser o protagonista da sua existência.

Nesse diapasão, como advento do Estatuto, as pessoas com deficiência são consideradas, em regra, plenamente capazes, ao passo que a incapacidade será apenas relativa e em situações excepcionais. Portanto, se presente eventual incapacidade (barreira que obstrua a plena e efetiva participação em igualdade de condições na sociedade), estarão sujeitas à curatela parcial, restrita à prática dos atos patrimoniais, devendo-se preservar, na medida do possível, o autogoverno para a condução das situações existenciais.

Além disso, a inclusão da pessoa com deficiência não exclui a sua proteção, pois também foi criada uma verdadeira rede de apoio a essa pessoa capaz com deficiência, garantindo a efetivação de sua dignidade por meio de sua autonomia.

Destarte, a Tomada de Decisão Apoiada representa importante instrumento para o exercício da autonomia da pessoa com deficiência, sem que essa tenha sua vontade substituída por um terceiro nomeado contra sua vontade. Ao contrário disso, o instituto preserva o direito de escolha da pessoa não só no que diz respeito à nomeação dos apoiadores, que são pessoas de confiança do apoiado, como também das próprias decisões a serem tomadas.

Dessa feita, a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão representa grandes avanços nas conquistas dos direitos das pessoas com deficiência, em especial, no tocante à chamada teoria das incapacidades, que se mostra em consonância com as diretrizes e com os princípios defendidos pela Convenção Internacional de Nova York, ratificada pelo Brasil, com *status* de emenda constitucional.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. B. A curatela sob medida: notas interdisciplinares sobre o estatuto da pessoa com deficiência e o novo CPC. *In*: MENEZES, J. B. (org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas:* Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2020. p. 611-634

ALMEIDA, J. L. G.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA FILHO, R. A. Estatuto das pessoas com deficiência e a nova teoria das incapacidades: a operabilidade em risco. *In*: FIUZA, C. (org.); SILVA, M. R.;

OLIVEIRA FILHO, R. A. (coord.). *Temas relevantes sobre o estatuto da pessoa com deficiência:* reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Salvador: JusPodivm, 2018. p. 33-82.

AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa.* Disponível em: http://www.aulete.com.br/longo. Acesso em: 7 out. 2023.

AZEVEDO, A. V; AZEVEDO, A. J. (coord). *Comentários ao código civil:* parte especial: direito de família: artigos 1.711 a 1.783. v. 19. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 3 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o novo Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 3 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o novo Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 18 set. 2023.

EHRHARDT JÚNIOR, M.; BATISTA, B. O. P. Cláusula geral de negociação processual e a tomada de decisão apoiada: notas sobre sua compatibilidade. *In*: MENEZES, J. B. (org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2020. p. 781-808.

FACHIN, L. E. *Direito civil, sentidos, transformações e fim.* Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

FIUZA, C. Tomada de decisão apoiada. *In*: PEREIRA, F. Q.; MOARIS, L. C. C.; LARA, M. A. (org.). *A teoria das incapacidades e o estatuto da pessoa com deficiência.* Belo Horizonte: D´Plácido, 2016. p. 125-134.

FUJITA, J. S. *Curso de direito civil*: direito de família. 2. ed. atual. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

LARA, M. A. *A teoria das incapacidades no direito brasileiro*: por uma reformulação. 2017. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MELLO, C. A. B. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3. ed. São Paulo, Malheiros, 2000.

MENEZES, J. B. O direito de família entre o código civil e a lei brasileira de inclusão ou estatuto da pessoa com deficiência. *In*: PEREIRA, R. C.; DIAS, M. B. (coord.). *Famílias e sucessões*: polêmicas, tendências e inovações. Belo Horizonte: IBDFAM, 2018. p. 579-618.

MENEZES, J. B. O novo instituto da tomada de decisão apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pelo estatuto da pessoa com deficiência – lei brasileira de inclusão (lei nº 13.146/2016). *In*: MENEZES, J. B. (org.). *Direito das pessoas com*

deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2020. p. 669-702.

NICOLAU, G. R; AZEVEDO, A. V. (coord.). *Código civil comentado:* das pessoas e dos bens: artigos 1º a 103. v. 1. São Paulo: Atlas, 2007.

PIOVESAN, F. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional.* São Paulo: Saraiva, 2010.

REQUIÃO, M. Conheça a tomada de decisão apoiada, novo regime alternativo à curatela. *Revista Consultor Jurídico,* set. 2015. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2015-set-14/direito-civil-atual-conheca-tomada-decisao-apoiada-regime-alternativo-curatela. Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES, E. E. Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência: artigos 114 a 127. *In*: MACHADO, A. C. C. (coord.); ALVARENGA, M. A. F. P.; RIBEIRO, L. E. Z. (org.). *Estatuto da pessoa com deficiência*: comentado artigo por artigo. Barueri: Novo Século, 2019. p. 277-306.

ROSENVALD, N. Curatela. *In*: PEREIRA, R. C. (org.). *Tratado de direito das famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015. p. 731-804.

ROSENVALD, N. Curatela compartilhada para pessoas com deficiência é aprovada pela câmara. *Notícias IBDFAM,* 2015. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/noticias/5698/Curatela+compartilhada+para+pessoas+com+defici%C3%AAncia+%C3%A9+aprovada+pela+C%C3%A2mara. Acesso em: 21 set. 2023.

ROSENVALD, N. Curatela. A tomada de decisão apoiada. *In*: PEREIRA, R. C.; DIAS, M. B. (coord.). *Famílias e sucessões*: polêmicas, tendências e inovações. Belo Horizonte: IBDFAM, 2018. p. 519-540.

SALES, G. B.; SARLET, I. W. A igualdade na Constituição Federal de 1988: um ensaio acerca do sistema normativo brasileiro face à Convenção Internacional e à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). *In*: MENEZES, J. B. (org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2020. p. 197-224.

SARLET, I. W. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.* 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

TARTUCE, F. *Alterações do código civil pela lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*: repercussões para o direito de família e confrontações com o novo cpc. parte II. 2015. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI225871,51045-Alteracoes+do+Codigo+Civil+pela+lei+131462015+Estatuto+da+Pessoa+com. Acesso em: 7 out. 2023.

TEPEDINO, G.; OLIVA, M. D. Personalidade e capacidade na legalidade constitucional. *In*: MENEZES, J. B. (org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2020. p. 291-314.

TEPEDINO, G. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. *In*: TEPEDINO, G. *Temas de direito civil.* 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 25-45.

XAVIER, L. P. O *trust* como instrumento de proteção das pessoas com deficiência. *In*: MENEZES, J. B. (org.). *Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas*: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Processo, 2020. p. 757-780.

ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA ÁREA URBANIZADA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO CANOAS, FRANCA–SP

QUALITATIVE AND QUANTITATIVE ANALYSIS OF THE URBANIZED AREA IN THE ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA OF THE CANOAS RIVER BASIN, FRANCA–SP

Área temática: 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis.

BERTELLI, Célio
UNESP Franca
Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela UNESP de Rio Claro
celio.bertelli@unesp.br

FALEIROS, Tâmer de O.
FAFRAM Ituverava
Mestre em Zoologia pela UNESP de Botucatu
tamer_faleiros@hotmail.com

BARBOSA, Caroline Carvalho
UNESP Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
caroline.c.barbosa@unesp.br

BOLZAN, Victor Hugo Bernardes Ortiz
FAFRAM Ituverava
Graduado em Engenharia Civil pela Uni-FACEF

OLIVEIRA, Jacqueline Izildinha
Uni-FACEF
Graduanda em Engenharia Civil
jacquelinee.oliveira14@gmail.com

CINTRA, Rafaela Costa
UNESP Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas

Resumo

Este trabalho teve como objetivo realizar análise qualitativa e quantitativa das áreas urbanizadas dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas em Franca – SP. A metodologia aplicada é qualitativa com levantamento bibliográfico, estudos da área e legislações, e quantitativa nas mensurações da ocupação urbanística deste território. A Bacia do Rio Canoas representa grande importância para Franca e região, considerando que o rio Canoas é o principal manancial de abastecimento público da cidade. A urbanização acelerada ocasionou uma dinâmica intensa de ocupação de Franca. O relatório do Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP (2023), observou o crescimento dos loteamentos horizontais enquanto expressão contínua da cidade, demonstrando padrões de ocupação tipicamente urbano, com lotes pequenos, adensados e pouca presença de espaços livres, vegetados ou não. Considerando não apenas as irregularidades legais desses processos de urbanização, este trabalho considerou as problemáticas ambientais, resultando em um mapa temático que quantificou as áreas urbanísticas localizadas em áreas passíveis de ocupação sustentável e não passíveis, sendo 503,84 ha encontrados em áreas não passíveis de urbanização e 1.950,66 ha em áreas passíveis de urbanização. Portanto, são necessárias políticas públicas que considerem as necessidades sociais, econômicas e ambientais para uma possível ocupação urbana seguindo os princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: cidades sustentáveis, recursos hídricos, ocupação urbana.

Abstract

This work aimed to perform a qualitative and quantitative analysis of urbanized areas within the Environmental Protection Area (EPA) of the Canoas River Basin in Franca – SP. The methodology employed was qualitative, involving literature research, area studies, and legal analysis, along with quantitative measurements of urban development in this territory. The Canoas River Basin holds significant importance for Franca and the surrounding region, considering that the Canoas River serves as the primary source of public water supply for the city. The accelerated urbanization has led to an intense dynamic of urban expansion in Franca. The report from the Integrated Management Program of the Canoas River Basin in Franca – SP (2023) observed the growth of horizontal subdivisions as a continuous expression of the city, demonstrating typical urban occupation patterns with small, densely populated lots and limited presence of open spaces, whether vegetated or not. Taking into account not only the legal irregularities of these urbanization processes but also environmental concerns, this work resulted in a thematic map that quantified the urban areas located in areas suitable for sustainable development and those not suitable, with 503.84 ha found in areas not suitable for urbanization and 1,950.66 ha in areas suitable for urbanization. Therefore, it is imperative to implement public policies that consider social, economic, and environmental needs for potential urban development while adhering to sustainability principles.

Keywords: sustainable cities, water resources, urban occupation.

1 INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio Canoas possui uma área de 66.295 hectares, distribuídos nos municípios de São Paulo e Minas Gerais, sendo eles: Ibiraci (4.381 hectares) e Claraval (16.916 hectares) do lado mineiro. Cristais Paulista (24.179 hectares), Pedregulho (1.936 hectares) e Franca (18.883 hectares) do lado paulista, (BERTELLI, et al., 2014).

No caso de Franca, de acordo com BERTELLI, et al., 2021) a Bacia possui o uso e ocupação como: Vegetação Nativa (4.724,22 ha), ocupa 25,02%, enquanto o restante da área é ocupada por atividades da agropecuária, agricultura e urbanística sendo: café (2.725,30 ha) com 14,43%; cana (1.010,68 ha) com 5,35%; Eucalipto (212,17 ha) com 1,12%; Laranja (1,65 ha) com 0,01%; Milho (20,15 ha) com 0,11%; Pasto (8.788,61 ha) com 46,54%; Estradas (34,06 ha) com 0,18% e Área Urbanizada (1.366,15 ha) com 7,24%. Ou seja, 14.159,00 ha são destinados a essas atividades antrópicas, sendo, portanto, 18.883,00 ha a área total da Bacia. A seguir figura (Figura 1) com a localização da Bacia do Município de Franca – SP.

A urbanização acelerada ocasionou uma dinâmica intensa de ocupação de Franca, ainda que se trate de um município com amplitude espacial, isto é, com extensão territorial grande se comparada com a densidade demográfica de outros municípios da região. No entanto, as taxas de ocupação e crescimento horizontal de Franca, ocasionaram em um aceleramento na ação antrópica e na modificação da paisagem (LOPES, et al., 2019).

Em artigo apresentado no IV Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social de 2020, nomeado “Políticas Públicas no Vetor de Expansão Urbana na Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, no Município de Franca, São Paulo, Brasil” (BERTELLI; BACHUR, 2020), foram levantadas áreas passíveis de urbanização sustentável e aquelas não passíveis. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma caracterização das áreas urbanizadas atualmente existentes com levantamento qualitativo e quantitativo no que tange as limitações ambientais e legais na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio Canoas.

Figura 1. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas em Franca – SP. **Fonte:** Bertelli, et al., 2014; IBGE, 2021, adaptado pelos autores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Trabalhos como os de Favero (1996), Lima (1998), Gaspar (2000), Leonelli (2003), dentre outros, que analisam as cidades paulistas de São Carlos, Araraquara, Limeira e São Carlos apontam que o processo de expansão urbana é um dos problemas mais sérios enfrentados pelos municípios, comprometendo os padrões de mobilidade urbana, a qualidade de vida nas cidades e os recursos ambientais. Todos eles concluem que a falta de planejamento é a principal causa dos impactos ambientais e dos problemas urbanos.

Em 1969, foi realizado um Diagnóstico do Plano Diretor, o desenvolvimento do Plano ocorreu a partir de uma empresa particular, o Grupo de Planejamento Integrado (GPI), o qual realizou o diagnóstico, apontando que o processo de expansão urbana de Franca era injustificado e danoso. Desta maneira, três problemas fundamentais foram apontados na estrutura físico-territorial de Franca naquele momento: as baixas densidades de ocupação e a produção de lotes acima da demanda existente; a expansão periférica desenfreada e precária destes loteamentos; e os aumentos dos riscos erosivos do solo.

A partir disso foi realizada uma proposta pela empresa quanto ao controle da expansão urbana que instruía as seguintes ações: aproveitar a estrutura urbana existente promovendo o adensamento da cidade através da proibição da aprovação de novos loteamentos e fixando o perímetro urbano nos atuais limites da área urbanizada (CHIQUITO, 2006).

Após a aprovação do Plano Diretor, entre os anos de 1972 e 1975, Franca teve uma expansão urbana reduzida, comparada aos anos anteriores e até mesmo à expansão ocorrida até o final da década de 70, sendo aprovados apenas dois loteamentos. Foi analisado por Molinari (2006) que a taxa de crescimento de Franca entre a década de 60 e 70 manteve-se elevada, concluindo que o Plano de 72 teve um impacto na redução de aprovação dos novos parcelamentos. Porém, em 1976 este cenário se altera e o número de aprovações volta a crescer. A partir deste ano, até 1979, são aprovados 22 loteamentos (CHIQUITO, 2006).

A área urbana de Franca que em 1972 correspondia a 1.754,00 ha passou para 6.450,00 ha em 2004, significando um aumento de 370%. Na década de 90 foram aprovados 47 novos empreendimentos e entre os anos de 2000 e 2004, cerca de 71 loteamentos (CHIQUITO, 2006).

Um artigo nomeado “Grandezas Estimadas de Áreas Verdes, Áreas De Preservação Permanente, Áreas Institucionais, Patrimoniais e Edificadas do Perímetro Urbano de Franca – SP” (BERTELLI, URBINATI, FALEIROS, BACHUR, 2022) publicado nos anais do Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (SIPPEDES) promovido pela

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" campus de Franca (FCHS), em 2022, afirmou que a área total do perímetro urbano de Franca em 2022 era de 8.602,17 ha sendo 858,67 ha de áreas não construídas.

A principal problemática ambiental referente ao crescimento urbano de Franca foi o surgimento de voçorocas. O diagnóstico deste fator foi realizado pelo geógrafo Aziz Ab'Saber. Segundo o pesquisador, em relação à estrutura geológica, o altiplano de Franca corresponde a arenitos supra-basálticos e arenito Botucatu e logo acima por uma porção basal do arenito Bauru. De acordo com o parecer do relatório, este fator determinou um caráter friável e desagregável nas áreas das vertentes dos altos chapadões do município, sendo a remoção generalizada das matas o fator determinante para o desenvolvimento das voçorocas (CHIQUITO, 2006).

Entretanto, as medidas de contenção dos processos erosivos, de restrição do uso do solo e conservação da vegetação natural do interior das voçorocas não foram adotadas pela administração. No decorrer de 35 anos, os problemas ambientais se intensificam, em 1969, quando foi realizado o diagnóstico do Plano Diretor, haviam sido registradas 21 voçorocas, já na década de 80 e 90, com a expansão da área urbana do município, chegam a ser identificadas 51 voçorocas.

Um levantamento mais recente realizado em 2019 pela Secretaria de Serviços e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Franca (SESMAM) identificaram 14 voçorocas cadastradas (VM ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, 2019 *apud.* UFSCar; Prefeitura Municipal de Franca, 2023). Segundo esse levantamento, 11 delas já haviam sido alvos de ações mitigatórias de controle e recuperação e as outras três erosões estavam no planejamento para ações futuras. A maioria dessas erosões está localizada na bacia do ribeirão dos Bagres, no entanto, há também ocorrências na bacia do Rio Canoas. De acordo com o relatório do Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP (2023), foram identificadas 7 voçorocas situadas dentro dos limites da bacia do rio Canoas.

Entre as principais leis que regem a proteção das áreas de mananciais de Franca podem ser citadas:

- Lei n° 4.240, de 11 de dezembro de 1992: Considera-se de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto, para efeito de proteção dos mananciais hídricos e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 4420/1994)
- Lei nº 4.420, de 07 de abril de 1994: Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei nº 4.240, de 11 de dezembro de 1992 e dá outras providências.
- Lei nº 5.048, de 17 de julho de 1998: Dispõe sobre a criação do Jardim Zoobotânico.
- Lei complementar nº 100, de 26 de abril de 2006: dispõe sobre alterações de dispositivos das leis n.ºs 4.240, de 07 de abril de 1994 e nº 5.048, de 17 de julho de 1998 e da lei complementar nº 050, de 17 de janeiro de 2003 e dá outras providências.

Com o surgimento do Código do Meio Ambiente de Franca (Lei n°09/96) foi determinada a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Canoas em seu artigo 55 onde afirma que:

> **Art. 55.** Fica criada, no Município de Franca, a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Canoas, tendo em vista a sua importância para o abastecimento de água potável para a população francana.
>
> § 1º A Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Canoas é a drenada pelo Rio Canoas e seus afluentes no Município de Franca, sendo seus limites os determinados no parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 4.420, de 07/04/94.
> § 2º O Poder Executivo estabelecerá por decreto, dentro de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei, a regulamentação desta Área de Proteção Ambiental, ouvido o COMDEMA.
> § 3º Ao longo dos reservatórios destinados ao abastecimento urbano, fica criada uma Área de Proteção Especial (APE), com dois mil metros de largura mínima, na qual os terrenos deverão ter o modulo mínimo de dois e meio hectares.
> § 4º A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e de Projetos Especiais providenciará o repovoamento e manejo sustentado da ictiofauna do reservatório da bacia voltada para a pesca esportiva e amadora nos moldes do artigo 58, inciso II.

Além dessa, outra lei (Lei Complementar nº 50, de 17 de janeiro de 2003), sendo o novo Plano Diretor do Município de Franca, instituiu uma restrição a respeito da ocupação das áreas, dessa vez se atentando ao que o Plano Diretor de 1972, apontou maior detalhamento sobre o

loteamento desenfreado em áreas com alta suscetibilidade de erosões, o qual afirma a respeito das macrozonas de ocupação restrita sendo constituídas por:

> I - áreas com condições geomorfológicas e ambientais propícias para urbanização não dotadas de infra-estrutura;
>
> II - áreas com condições físicas adversas, abrangendo áreas erodidas, em processo de erosão ou suscetíveis a erosão;
>
> III - áreas impróprias para urbanização, constituídas por: planícies aluvionares (várzeas); margens de rios, córregos, lagoas, reservatórios artificiais e nascentes; áreas recobertas com vegetação natural remanescente; demais áreas de preservação permanente que ocorram no Município, de acordo com o Código Florestal e com o Código do Meio Ambiente do Município de Franca (Lei Complementar nº 09/96).
>
> IV - áreas sujeitas à preservação ambiental, constituídas pelas áreas abaixo e pelas situações definidas no Código do Meio Ambiente do Município de Franca:
>
> a) faixas de terreno com, no mínimo, 100 metros ao longo das margens do Rio Canoas e seus afluentes;
> b) faixas de terreno com, no mínimo, 30 (trinta) metros das margens dos córregos e cursos d`água que atravessam a área urbana do município, e,
> c) as áreas de terreno com vegetação nativa existentes no território municipal localizadas no Mapa 4, que integra esta Lei Complementar.
>
> Parágrafo Único - Os requerimentos de parcelamento de solo, desde o seu primeiro protocolo e os demais, com pedidos de diretrizes posteriores, serão preservados com base nas metragens e condições anteriores à publicação desta Lei Complementar.

Além disso, antes de o Plano Diretor instituir a bacia do Rio Canoas como área inapta para expansão urbana, a Lei nº 4.240 promulgada em 11 de dezembro de 1992, já havia declarado que as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e do Córrego Pouso Alto são locais de interesse especial para efeito de proteção dos mananciais hídricos. As áreas delimitadas pela lei de proteção dos mananciais, e pelas demais que a alteram, incluem o território que abrange desde as nascentes dos cursos d'água e seus afluentes até a captação de água da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (UFSCar; PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2023).

O mapa a seguir foi retirado do relatório do Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP, de 2023, realizado pela Universidade Federal de São Caros (UFSCar) em parceria com a Prefeitura Municipal de Franca, mostra as redes de coleta de esgotos da cidade de Franca e apresenta a área urbanizada com destaque na APA do Rio Canoas (figura 2):

Figura 2. Mapa de Macrozoneamento urbano de Franca. **Fonte:** Relatório do Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP (2023) UFSCar / Prefeitura de Franca.

De acordo com o relatório do Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP (2023), foi observado o crescimento dos loteamentos horizontais enquanto expressão contínua da cidade, demonstrando padrões de ocupação tipicamente urbano, com lotes pequenos, adensados e pouca presença de espaços livres, vegetados ou não. Localizados nas cabeceiras do Canoas, tais loteamentos já são consolidados e configuram a zona de ocupação restrita da bacia: Samuel Park, os Residenciais Rodrigo Salloum, Parque dos Pássaros, Nova Franca, Parque Dom Pedro I, Miramontes, Jardim São Luiz I e II, Jardim São Francisco, Jd. Paulistano, Jd. Panorama, Jd. Palma, Jd. Palestina, Jd. Marambaia, Jd. Ipanema, Jd. do Éden, Jd. Brasilândia, Jd. Antônio Petraglia e City Petrópolis. O Jd. Santa Mônica, o qual está incluído o Jd. Samello, também é considerado zona de ocupação restrita e mantém um desenho de caráter urbano, mesmo tendo sido implantado deslocado da malha urbana, na área rural da bacia. Entretanto, o Recanto Campo Belo, mesmo sendo considerado zona de ocupação restrita, apresenta padrões urbanísticos e ambientais, de caráter urbano e rural, que remetem aos núcleos residenciais de recreio.

Este mesmo relatório afirmou que foram identificados 24 loteamentos regulares, irregulares ou clandestinos, localizados na área rural e ramificados a partir da Rodovia Tancredo Neves, que liga Franca - SP a cidade de Claraval - MG e da Rodovia João Traficante, que se estende até a cidade de Ibiraci - MG. Nas glebas parceladas adjacentes à Rodovia Tancredo Neves, sete já constam regularizados. Ainda na estrada que liga Franca a Claraval, também buscam a regularização outros quatro condomínios. Por outro lado, até 2017, nove loteamentos ainda não haviam aberto processo de regularização estabelecidos neste percurso, bem como outros quatro loteamentos numericamente ordenados como "não identificados" no cadastro. Deste modo, ainda constam como irregulares 13 núcleos de chácaras na Rodovia Tancredo Neves. Já dentre os oito loteamentos localizados ao longo da Rodovia João Traficante, apenas um consta como loteamento totalmente regularizado na área rural.

Nesse contexto, também afeta a fauna e flora locais, além de arriscar a construção de moradias em regiões precárias com baixa infraestrutura, por exemplo as áreas suscetíveis a erosões e/ou alagamentos. Isso remete a ideia de Juan Martinez Alier em “O Ecologismo dos Pobres” (1992) ao afirmar que as classes sociais vulneráveis são as mais afetadas pelas consequências do uso desenfreado dos recursos naturais em prol do crescimento econômico, e, embora façam parte da degradação ambiental no local, foram levadas a isso.

A Bacia do Rio Canoas possui como característica a vegetação de Cerrado, em suas várias fisionomias, e de Floresta Estacional Semidecidual. Cerrado significa “fechado” na língua portuguesa, mas corresponde a uma importante formação ecológica brasileira. Originalmente, o cerrado ocupava cerca de 25% do território brasileiro, o que corresponde a aproximadamente 1,8 milhão de km², e perde apenas para a Amazonia, que ocupa cerca de 40% do território em sua extensão original. O Cerrado é muito rico em diversidade vegetal, com cerca de 10.000 espécies. Além disso, possui várias características morfológicas e fisiológicas, tendo como formações campestres: Campo Limpo, Campo Sujo e Campo Rupestre. Como formações savânicas: Cerrado Stricto Sensu, Cerrado Ralo, Cerrado típico e Parque do Cerrado. Como formação florestal o Cerrado possui o chamado Cerradão. Também são encontradas as formações de Floresta de Galeria, Mata Ciliar e Veredas (FRANCO; UZUNIAN, 2010).

A figura a seguir apresenta de maneira ilustrativa as diferentes fisionomias do Cerrado (Figura 3):

Figura 3. Formações do Cerrado brasileiro. Fonte: **Fonte:** modificado de Coutinho (1978).

O Cerrado é protegido no estado de São Paulo a partir da Lei n°13.550 de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado. Em seu artigo 4° veda a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado quando este abrigar animais da flora e da fauna silvestre ameaçadas de extinção incluídas nas categorias: Regionalmente extinta; criticamente em perigo; em perigo; vulnerável. Também veda a supressão no caso de exercer a função de proteção de mananciais e recarga de aquíferos, formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração; se for localizada em zona envoltória de unidade de conservação de proteção integral e apresentar função protetora da biota da área protegida conforme definido no plano de manejo; possuir excepcional valor paisagístico reconhecido pelo Poder Público; e, por fim, estiver situada em áreas prioritárias para conservação, preservação e criação de unidades de conservação determinadas por estudos científicos oficiais ou atos do poder público em regulamentos específicos.

No caso da Bacia do Rio Canoas, a fisionomia que necessita de maior atenção é a Mata Ciliar, justamente porque o Rio Canoas é o principal manancial de abastecimento público e, portanto, necessita de proteção para a manter sua integridade. De acordo com Aziz Ab'Saber (2000) a expressão "florestas ciliares" envolve todos os tipos de vegetação arbórea encontrada nas beiras de rios. Além disso, são ótimos corredores ecológicos que auxiliam no fluxo gênico das espécies nativas.

O trabalho apresentado por Bertelli e Bachur em 2020 analisou a paisagem da APA do Rio Canoas, como o Uso e Ocupação do Solo, Declividade, Pedologia e Geologia para realizar a confecção de um mapa que apresentou o total de 188,83 km² divididos em as áreas passíveis (98,46 km²) e não passíveis (90,37 km²) de ocupação urbanística, conforme apresentado a seguir (figura 4):

Figura 4. Mapa retirado do trabalho de Bertelli e Bachur (2020). **Fonte:** Bertelli e Bachur (2020).

O trabalho de Bertelli (et al., 2021) apresentou um quadro preocupante quanto as nascentes degradadas do Rio Canoas localizadas na APA de Franca, sendo que das 158 nascentes contabilizadas, 59 se encontravam degradadas, os autores então abordam a respeito das ações do poder público em conjunto com a sociedade civil e demais instituições para promover a restauração, proteção e conservação das matas ciliares encontradas nas Áreas de Preservação Permanentes, determinadas pela Lei 12.651 de 2012 (Novo Código Florestal). Entre essas ações, os autores afirmam: "A proposta de Políticas Públicas, dentro do princípio da precaução, sendo mais restritivas no Uso e Ocupação do Solo, no meio rural e urbano, deve ser eminente." (BERTELLI, et al., 2021, p.421)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada neste trabalho é quantitativa e qualitativa. Quantitativa pois será realizada uma quantificação da área urbanizada da Bacia do Rio Canoas em Franca, utilizando como fonte o Diagnóstico da Bacia realizado pela UFSCar juntamente da Prefeitura Municipal de Franca (2023), cruzando as atualizações com o Mapa de Vetor de Ocupação Urbanística Sustentável da Bacia, de autoria de Bachur e Bertelli (2020), processando as informações coletadas na plataforma de AutoCAD. Assim, serão processadas e quantificadas as áreas urbanizadas que ocupam as regiões de ocupação sustentável ou não.

Qualitativa no levantamento de materiais bibliográfico que tratam do assunto. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já existente, como livros e artigos científicos. O autor ainda afirma que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir que o investigador tenha cobertura de uma diversidade de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2002).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que as legislações apresentadas tragam um conjunto de dispositivos reguladores, passaram por diversas modificações que, de certa forma, permitiram alguns dos processos de urbanização de ocorrem dentro da área da bacia, com restrições. Entretanto, devido a uma fiscalização negligente, diversos loteamentos foram implantados ao longo do tempo de maneira irregular ou clandestina.

Como apresentado anteriormente, o relatório do Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP, de 2023, levantou 21 loteamentos que já são consolidados e configuram a zona de ocupação restrita da bacia. Também levantou 24 loteamentos classificados como regulares, irregulares ou clandestinos, localizados na APA da Bacia. Sendo que 7 loteamentos foram classificados entre clandestinos e irregulares (um irregular, seis clandestinos).

O mapa apresentado no presente trabalho não apresenta a irregularidade legal dos loteamentos, mas sim ambiental, considerando o mapa apresentado em 2020 por Bertelli et al. onde apresenta as áreas que podem ser ocupadas de maneira sustentável, e áreas que são ambientalmente impróprias para essa ocupação. A seguir mapa (figura 5) apresentando as áreas de ocupação urbanística na APA da Bacia do Rio Canoas classificadas entre “passíveis de ocupação sustentável” e “não passíveis de ocupação sustentável” seguindo os parâmetros ambientais, considerando também os loteamentos já consolidados de ocupação restrita.

Figura 5. Mapa de identificação e mensuração da ocupação urbanística na área de proteção ambiental do Rio das Canoas, no município de Franca – SP. **Fonte:** Bertelli, C., Barbosa, C.C. (2023); Bertelli. C., Bachur, P. K. (2020); UFSCar, Prefeitura Municipal de Franca (2023). Modificado pelos autores.

Com isso, foi possível perceber que a ocupação urbanística dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Canoas em Franca precisa ser planejada de maneira sustentável, considerando não apenas as necessidades sociais do crescimento urbano. De acordo com os resultados apresentados, 503,84 ha de ocupação urbanística se encontram em áreas não passíveis de ocupação sustentável, representando 2,66% da área da Bacia, correndo o risco de prejudicar o meio ambiente assim como a qualidade de vida dos habitantes desses locais, o restante, 1.950,66 ha, da ocupação urbanística se encontra em áreas de ocupação sustentável, representando 10,33%, onde pode ser prevista sua regularização de maneira que possibilite o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental, totalizando em 2.454,50 ha com ocupação urbanística dentro da APA do Rio Canoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há necessidade da realização da comunicação social para todos os proprietários rurais chacareiros e empreendimentos imobiliários, tendo como referência a Lei Municipal n° 4.240, de 11 de dezembro de 1992, que considera de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto, para efeito de proteção dos mananciais hídricos e dá outras providências. A Prefeitura municipal de Franca, está elaborando um plano de manejo da Bacia do Canoas para traçar diretrizes do uso e ocupação sustentável do solo.

Deve-se sempre considerar que a matriz de abastecimento público de Franca são Rio Canoas e seus tributários. O poder público Municipal e Estadual necessita de fiscalização sistemática para verificar as ocupações irregulares e empreendimentos potencialmente poluidores, podendo assim realizar a proteção e conservação do manancial de abastecimento público.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz, N. O Suporte Geoecológico das Florestas Beiradeiras (Ciliares). In: Matas Ciliares: Conservação e Recuperação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, p. 15-31, 2000.

AB'SABER, Aziz, N. As boçorocas de Franca. In: DIAGNÓSTICO para plano diretor de desenvolvimento integrado. Franca: PMF, 1969.

ALIER, J.M. El ecologismo de los pobres. In: Revista WANI, n.125 (pg. 2-42 a 50). Publicação mensal da Universidade Centroamericana (UCA) de Manágua, Nicarágua, 1992.

BERTELLI, C. et al. Mapa de Uso e Ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, 2014.

BERTELLI, C. BACHUR, P.K. Políticas Públicas no Vetor de Expansão Urbana na Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, no Município de Franca, São Paulo, Brasil. In: IV Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, 2020.

BERTELLI, C.; FONSECA, G. A.; FALEIROS, T. de O.; BARBOSA, C. C.; CINTRA, R. C. MELO, G. T. Estratégia de Restauração Ecológica, Proteção e Conservação Das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, Franca – SP. In: Anais Periódicos XXII Encontro de Pesquisadores: Interdisciplinaridade para o Desenvolvimento Regional. Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca. p. 410-423, 2021.

BERTELLI, C; URBINATI, E.; FALEIROS, T. de O.; BACHUR, P. K. Grandezas Estimadas de Áreas Verdes, Áreas De Preservação Permanente, Áreas Institucionais, Patrimoniais e Edificadas do Perímetro Urbano de Franca – SP. In: SIPPEDES – Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, 2022.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. O (des)controle da expansão urbana e a questão ambiental: a proliferação das voçorocas de Franca-SP. 2004. Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Paper

apresentado no grupo de trabalho 14 – Meio Ambiente Construído. II Encontro da ANPPAS, Indaiatuba-SP, 2004.

COUTINHO, L.M, Biomas brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

COUTINHO, L.M. O conceito de cerrado. Revista Brasileira de Botânica 1: 17-23, 1978.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

FAVERO, Edison. Função do parcelamento do solo na organização urbana nas cidades medias paulistas: a experiencia de Limeira - SP. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FRANCA, São Paulo. Lei Complementar n° 50, de 17 de janeiro de 2003. Institui o Plano Diretor do município de Franca e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-franca-sp> Acesso em: 13 de setembro de 2023.

FRANCA, São Paulo. Lei Complementar n°9, de 26 de novembro de 1996. Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Franca, SP. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-municipal-do-meio-ambiente-franca-sp>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

FRANCA, São Paulo. Lei Complementar n° 100, de 26 de abril de 2006. Dispõe sobre alterações de dispositivos das leis n.ºs 4.240, de 07 de abril de 1994 e nº 5.048, de 17 de julho de 1998 e da lei complementar nº 050, de 17 de janeiro de 2003 e dá outras providências. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-complementar/2006/10/100/lei-complementar-n-100-2006-dispoe-sobre-alteracoes-de-dispositivos-das-leis-ns-4240-de-07-de-abril-de-1994-e-n-5048-de-17-de-julho-de-1998-e-da-lei-complementar-n-050-de-17-de-janeiro-de-2003-e-da-outras-providencias> Acesso em: 14 de setembro de 2023.

FRANCA, São Paulo. Lei n° 5.048, de 17 de julho de 1998. Dispõe sobre a criação do Jardim Zoobotânico. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-ordinaria/1998/504/5048/lei-ordinaria-n-5048-1998-dispoe-sobre-a-criacao-do-jardim-zoobotanico> Acesso em: 14 de setembro de 2023.

FRANCA, São Paulo. Lei nº 4.420, de 07 de abril de 1994. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei nº 4.240, de 11 de dezembro de 1992 e dá outras providências. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-ordinaria/1994/442/4420/lei-ordinaria-n-4420-1994-dispoe-sobre-a-alteracao-de-dispositivos-da-lei-n-4240-de-11-de-dezembro-de-1992-e-da-outras-providencias> Acesso em 14 de setembro de 2023.

FRANCA, São Paulo. Lei n° 4.240, de 11 de dezembro de 1992. Considera-se de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto, para efeito de proteção dos mananciais hídricos e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 4420/1994). Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-ordinaria/1992/424/4240/lei-ordinaria-n-4240-1992-considera-de-interesse-especial-as-areas-das-bacias-de-drenagem-do-rio-canoas-e-corrego-pouso-alegre-para-efeito-de-protecao-dos-mananciais-hidricos-e-da-outras-providencias> Acesso em: 14 de setembro de 2023.

FRANCO, J.M, UZUNIAN, A. Cerrado brasileiro – 2. ed. São Paulo: Editora HARBRA, 2010. (Coleção biomas do Brasil)

GASPAR, W. J.Análise do processo erosivo do loteamento social Antenor Garcia: Proposta para Expansão do bairro. Dissertação (mestrado). São Carlos: Ufscar, 2000.

KUHLMANN, M. **Frutos e sementes do Cerrado: espécies atrativas para a fauna**: volume 1 / Marcelo Kuhlmann. – 2. Ed. – Brasília: M.K. Peres, 2018. 464 p.

LEONELLI, G. C. Poder político, estrutura fundiária e expansão urbana: o caso de Jaú. Dissertação (mestrado). Campinas: PUC, 2003.

LIMA, R. S. Expansão urbana e acessibilidade: o caso das cidades médias brasileiras. Dissertação (mestrado). São Carlos: EESC/USP, 1998.

LOPES, M.F.; BERTELLI, C.; BERTELLI, P.H. "Evolução, Impactos e a Mitigação da Drenagem Urbana de Franca – SP". Anais do III Seminário de Recursos Hídricos da Bacia do Sapucaí-Mirim e Grande. p.2 – 20. 2019.

MOLINARI, Natalia Manfrin. Expansão urbana de Franca-1970 a 2004: conflitos e atores. 2006.
ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Agenda 2030. Assembleia Geral da ONU, 2015.

PEREIRA, A. M. S.; RIBEIRO, J. F. O cerrado: reserva genética ameaçada. Capítulo I - Recursos Genéticos e Conservação de Plantas Medicinais do Cerrado / Ana Maria Soares Pereira. Ribeirão Preto, 2007.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma cerrado. Disponível em:<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/554094/fitofisionomias-do-bioma-cerrado> Acesso em: 12 de jul. de 2023.

SOUZA, V.C, FLORES, T.B, COLLETTA, G.D, COELHO R.L.G. Guia de plantas do cerrado, produção gráfica Karley Augusto de Moura. Piracicaba, SP: Taxon Brasil Editora e Livraria, 2018.

UFSCar, PREFEITURA DE FRANCA. Programa de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas em Franca – SP – Diagnóstico da Bacia do Rio Canoas no Município de Franca (SP), 2023.

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: uma discussão teórica

THE PARTICIPATION OF CIVIL SOCIETY IN THE DEVELOPMENT OF CITIES: the theoretical discussion

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

THOMAZINI, Taysa Mara
Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA
Especialista em Direito Constitucional
Especialista em Direito Administrativo
Mestranda em Desenvolvimento Regional
cmf.taysa@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Doutora e Mestre em Administração pela FEA-USP
Docente do PPGDR – Uni-FACEF
melissa@facef.br

Resumo

O verdadeiro exercício da cidadania é reforçado com a participação da sociedade civil nos problemas públicos por meio da atuação ativa na formação das políticas públicas. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o papel da sociedade civil organizada por meio de associações sem fins lucrativos na formação de políticas públicas. Por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória exclusivamente baseada em dados secundários, realizou-se uma revisão de literatura usando os seguintes termos: “Políticas Públicas e Sociedade Civil”, “Sociedade Civil e Cidadania”; “Democracia e Políticas”. Após a análise, verificou-se, de modo geral, que a participação ativa dos cidadãos na vida política local resulta no desenvolvimento das cidades e reflete no desenvolvimento regional e nacional.

Palavras-chave: Políticas. Desenvolvimento. Sociedade Civil. Cidadania. Democracia.

Abstract

The true exercise of citizenship is reinforced with the participation of civil society in public problems through active participation in the formation of public policies. Thus, the general objective of this work is to present the role of civil society organized through non-profit associations in the formation of public policies. Through qualitative and exploratory research exclusively based on secondary data, a literature review was carried out using the following terms: “Public Policies and Civil Society”, “Civil Society and Citizenship”; “Democracy and Policies”. After the analysis, it was generally verified that the active participation of citizens in local political life results in the development of cities and reflects on regional and national development.

Keywords: Policies. Development. Civil society. Citizenship. Democracy.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo abordará a participação da sociedade civil no desenvolvimento das cidades, já que, normalmente, os atores sociais se envolvem e participam no âmbito local, onde residem ou exercem suas atividades laborais, diretamente nas suas cidades. Todavia, há de se ressaltar que suas ações se refletem nas outras esferas, tomando corpo e força nas localidades regionais e em âmbito nacional.

Quando a sociedade civil se importa e se envolve com os problemas públicos, demonstrando interesse em participar das políticas públicas na busca de soluções, a cidadania ganha força por meio da gestão realmente democrática, já que, a democracia não pode se limitar apenas ao voto no período de eleição, mas sim, deve englobar a participação ativa dos cidadãos na vida política local, regional e nacional.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o papel da sociedade civil organizada por meio de associações sem fins lucrativos como ator nas políticas públicas para o desenvolvimento social das cidades.

O assunto está ligado com a linha de pesquisa de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, pois aborda mecanismos que contribuem para o desenvolvimento social de uma cidade, com a efetiva redução da desigualdade social e a promoção da cidadania, e ligado ao projeto de mestrado conduzido pela autora na pós-graduação stricto sensu em Desenvolvimento Regional.

O artigo encontra-se dividido por esta introdução, seguido por referencial teórico com considerações sobre a atuação da sociedade civil como atores das políticas públicas, apontando e analisando a sua importância para o desenvolvimento social das cidades. A seguir, são detalhados os procedimentos metodológicos. Posteriormente, apresentam-se os resultados e as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para tratar da participação da sociedade civil para o desenvolvimento das cidades faz-se importante abordar conceitos sobre as Políticas Públicas e sobre a influência da sociedade civil nas políticas públicas. Neste sentido, verifica-se que as políticas públicas tem sua origem na primeira metade do século XX nos Estados Unidos, conforme esclarece Agum, Riscado e Menezes (2015).

O termo „política pública" para fins deste artigo será definido assim como orienta Secchi (2021) diretrizes para solução de problemas públicos. O autor esclarece melhor fazendo uma analogia com a doença:

> "O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de política pública)"(SECCHI, 2021, p. 5).

A partir desta abordagem, defina como multicêntrica ou policêntrica (SECCHI, COELHO PIRES, 2022) a palavra pública está relacionada ao problema que é público e não ao ente que a emanou. Assim, podem ser protagonistas: as organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com atores estatais. Contudo, é importante mencionar que há autores que abordam as políticas públicas a partir de uma abordagem chamada estatista ou estadocêntrica. Para esta abordagem somente atores estatais podem ser protagonistas das políticas públicas.

O autor Fonte (2013) esclarece que os agentes eleitos são, por dever de ofício, os responsáveis por perceber e incluir na discussão política determinado assunto relevante para a coletividade, mas isso não exclui a participação da sociedade civil, que pode ocorrer de associações privadas, meios de comunicação de massa, sindicatos, grupos de lobby, e mesmo indivíduos autônomos com grande capacidade de mobilização pública (FONTE, 2013).

Para Paula (2013), é importante que a sociedade civil se organize para ocupar seus lugares na arena política para a efetivação de políticas públicas e a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

No mesmo sentido, Sen (2010) defende que não se pode deixar apenas a cargo do Estado resolver as injustiças, sendo necessário um empenho conjunto de organizações sociais, bases comunitárias, instituições não governamentais, meios de comunicação e instituições.

Quando há ausência de participação popular e debate público não existe democracia. Pode-se até nomeá-la como democracia, mas em essência, ela não é. Para Sen "a democracia tem de ser julgada [...] por diferentes vozes, de diversas partes da população, na medida em que de fato possam ser ouvidas" (SEN, 2011), ou seja, a democracia precisa ser pluralista: deve aceitar e incentivar a participação dos mais diversos setores da sociedade.

Não é preciso ser político para participar da política e, por consequência, das políticas públicas. E essa participação ativa é ingrediente fundamental da cidadania, princípio crucial da política em sociedades democráticas. Na clássica definição de Hannah Arendt, trata-se do direito a ter direitos. (PRIOLI, 2021).

Neste panorama, quando se fala em desenvolvimento social, não se pode reduzir a discussão apenas aos dispositivos constitucionais que dispõe efetivamente sobre os direitos fundamentais. Tão importante quanto esses dispositivos, são aqueles que tratam das políticas públicas, e estas, para se efetivarem, é primordial que haja o acompanhamento, controle, fiscalização e a cobrança popular.

A própria CF/88, ao prever dispositivos veiculares de políticas públicas estabelece diretrizes para a efetivação dessas políticas públicas, destacando-se o controle social por intermédio de instrumentos normativos e da criação de espaços institucionais que garantem a participação da sociedade civil no papel de fiscalização direta.

A CF/88 prevê vários dispositivos que veiculam instrumentos para a participação popular, por meio do acompanhamento, controle e fiscalização dos direitos sociais por intermédio de políticas públicas. Pode-se citar, por exemplo, os conselhos de políticas públicas, o mandado de segurança, a ação popular, o mandado de injunção, a denúncia direta aos tribunais de contas dos Estados e da União de irregularidades, a ação de inconstitucionalidade, dentre outros. Neste contexto, as políticas públicas envolvem vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada em grande parte por meio dos governos, e assim, não necessariamente se restringe a participantes formais (ANDRADE, 2019).

Gomes (2015), identifica dois objetivos principais dos conselhos gestores de políticas públicas: a identificação, captação e ponderação constante das preferências da sociedade, para a formulação de políticas públicas e o controle social sobre estas. Este controle guarda pertinência a maior eficiência econômica e social na gestão dos recursos públicos (GOMES, 2015).

O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais da participação de pessoas como cidadãos ativos e profissionais informados sobre a realidade onde vivem e trabalham. Cidadãos que conhecem a origem ou as tradições culturais que constituíram a cidade onde moram, os seus potenciais econômicos, os desafios ambientais, o acerto ou irracionalidade da sua organização territorial, os seus desequilíbrios sociais. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento (DOWBOR, 2006).

As cidades têm sido consideradas um dos principais espaços para a promoção de mudanças nos padrões de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos. Assim, são locais onde se tornam cruciais a pesquisa empírica sobre como as instituições, os discursos, as constelações de atores e suas práticas evitam ou abraçam, em escala local, seus problemas públicos e seus desafios em termos de sustentabilidade. Localizar o debate global, com as experiências de enfrentamento e governança dos problemas urbanos podem gerar condições, recursos e oportunidades para a mudança, bem como para a promoção de novos estilos de desenvolvimento (ANDION, ALPERSTEDT, 2020).

Ao se tratar do termo desenvolvimento, é comum abordá-lo conjuntamente com a conotação exclusiva de desenvolvimento econômico, contudo Sen (2011) apresenta um conceito extremamente evoluído do que é desenvolvimento. De acordo com Sen (2011) o desenvolvimento promove a liberdade, de forma que os fins para atingir essa liberdade é que são importantes.

Ainda de acordo com Sen (2011), somente há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Para o autor, existem quatro capacidades humanas consideradas elementares: ter uma vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos

necessários a um nível de vida digno e; ser capaz de participar da vida em comunidade. Na ausência dessas quatro capacidades, todas as outras estão indisponíveis, tornando inacessíveis muitas oportunidades na vida das pessoas. Tais capacidades podem também ser ampliadas pelas políticas públicas, ao mesmo tempo em que as políticas públicas podem ser influenciadas pela capacidade de participação do povo.

Quando se fala em desenvolvimento social de uma região, há de se pensar em novas formas democráticas de convívio e sociabilidade. Sobre a questão, aponta Ribeiro (2011, p. 14):

> Na perspectiva proposta, os cidadãos seriam convidados a passarem de simples objetos de estudo a investigadores de sua própria realidade, uma vez que as questões sociais e humanas afligem uma determinada população que só podem ser apreendidas pelos próprios atores sociais que as vivenciam no cotidiano.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deve ser concebido como um processo de transformação social, onde o papel de „agentes" dos indivíduos, assim compreendido como a participação popular ativa, é condição essencial para o fortalecimento da cidadania, da democracia e da efetivação das políticas públicas que fomentam o desenvolvimento de uma região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração do artigo foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa, baseada exclusivamente em dados secundários extraídos de livros e artigos científicos.

Foi realizada uma revisão de literatura sistemática sobre os temas “Políticas Públicas e sociedade civil”, “sociedade civil e cidadania”; “Democracia e Políticas Públicas”.

A busca dos artigos científicos foi realizada no Google Acadêmico e na plataforma Scielo Brasil, utilizando os termos: “Políticas Públicas e Sociedade Civil”, “Sociedade Civil e Cidadania”; “Democracia e Políticas Públicas”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da pesquisa realizada, pode-se constatar que são inúmeros os exemplos de modelos inovadores e de sucesso resultantes da participação da sociedade civil em políticas públicas de várias localidades, que tratam da defesa efetiva dos direitos humanos, da promoção da equidade de gênero e etnias, do acesso a serviços de saúde e educação, do manejo sustentável de recursos naturais ou da ampliação da participação cidadã em decisões que afetam a vida de cada um, que refletiram no desenvolvimento das cidades.

São inúmeros os exemplos de modelos inovadores e de sucesso que tratam da defesa efetiva dos direitos humanos, da promoção da equidade de gênero e etnias, do acesso a serviços de saúde e educação, do manejo sustentável de recursos naturais ou da ampliação da participação cidadã em decisões que afetam a vida de cada um.

Veja-se o caso da região de São Joaquim, Estado de Santa Catarina. Era pobre, com os indicadores de desenvolvimento humano mais baixo do Estado. Há alguns anos, vários residentes da região decidiram que não iriam mais esperar que o desenvolvimento „chegasse" de fora, sob forma do investimento de uma grande empresa, ou de um projeto do governo, e optaram por uma outra visão de solução dos seus problemas. Identificaram características diferenciadas do clima local, e constataram que era excepcionalmente favorável à fruticultura. Organizaram-se, e com os meios de que dispunham fizeram parcerias com instituições de pesquisa, formaram cooperativas, abriram canais conjuntos de comercialização para não depender de atravessadores, e hoje constituem uma das regiões que mais rapidamente se desenvolve no país (DOWBOR, 2006).

Outro caso, é a Associação HTLVida, Grupo de Apoio ao Portador do Vírus HTLV, fundado em setembro de 2010, com o objetivo de lutar pelos direitos de pessoas infectadas pelo vírus na cidade de Salvador - Bahia. O HTLV é um retrovírus que afeta os linfócitos, identificado como o primeiro retrovírus associado ao câncer em humanos. O Brasil é considerado o país com o maior número absoluto de casos e Bahia é um dos estados com maior prevalência da infecção.

Para alcançar os objetivos de divulgar a infecção e oferecer assistência aos cidadãos que vivem com HTLV na Bahia, a Associação HTLVida busca parcerias com faculdades públicas e

particulares, empresas, órgãos municipais e estaduais para alertar sobre o vírus, suas formas de transmissão e controle, além de distribuir materiais informativos e preservativos cedidos pelas coordenações de IST do município e do estado. Com essa atuação, o movimento social organizado tem se efetivado como ator imprescindível para conquista de direitos e reivindicação de políticas públicas para pessoas infectadas por HTLV, colaborando para o fomento da discussão sobre o tema em fóruns decisórios na Bahia e, consequentemente, aprovação e implementação de importantes conquistas setoriais (GARCIA, HENNINGTON, 2022).

A importância da sociedade civil nas políticas públicas também é contada, como experiência própria, e com vários exemplos reais, por Oded Grajew, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos.

> [...] O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente foi adotado como política pública não porque os deputados deram a ideia, mas porque nós nos mobilizamos como sociedade civil para que o Estatuto adquirisse relevância social.
> Outro exemplo é a atuação da Fundação Abrinq pelo fim do trabalho infantil. Fizemos uma pesquisa para saber quem é beneficiado pelo trabalho infantil. Viajamos por diversas regiões para verificar quem está por trás disso no Brasil. Descobrimos fazendas utilizando mão-de-obra infantil em larga escala; no entanto, não visitávamos estes lugares para "apontar o dedo" e encontrar culpados.
> Atuamos na cadeia de quatro setores – carvão, sapatos, suco de laranja e açúcar e álcool – com o intuito de fazer com que o "topo", ou seja, as grandes indústrias, assumissem o compromisso de eliminar o trabalho infantil em todas as etapas e fases do processo produtivo.
> Nós queríamos propor alternativas, estabelecendo parcerias com universidades e outras instituições para retirar as crianças do trabalho infantil e encaminhá-las à escola. Um exemplo que sempre lembro é o das usinas e plantações de cana-de-açúcar. Na década de 80, quando realizamos o levantamento do setor, o governo era o único comprador de álcool. Propus aos governantes de então que só adquirissem o produto de fabricantes que não utilizassem mão-de-obra infantil. Todos consideravam a ideia excelente, mas ela nunca se tronava realidade. Então, com o apoio da Andi–Agência Nacional Pelos Direitos da Criança, e de diversos empresários, organizamos uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto par amostrar a vergonha que era o governo subsidiar o trabalho infantil. A partir daí, não foi mais possível protelar a decisão e foi introduzida uma cláusula contra o trabalho infantil nos processos de licitação. Relato este caso quando quero demonstrar a importância da legitimidade de uma causa perante a sociedade e, também, da necessidade de se fazer pressão em alguns momentos, par ase chegar ao resultado desejado.
> [...]
> Em resumo, penso que para influenciar políticas públicas é necessário ter força política. Mas ninguém nasce com ela. Precisamos conquista-la por meio da coerência das nossas ideias e atitudes, da nossa ética, da nossa coragem e até da nossa ousadia, pois não podemos ter medo do ridículo. Precisamos acreditar nas nossas causas. [...]
> De todas essas experiências que relatei até aqui, pude tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, precisamos entender que política pública não é uma ação individual e voluntária. Trata-se de uma ação universal, que distribui direitos. Assim, é necessário congregar e organizar as pessoas em torno das ideias para lhes dar força e legitimidade. Em seguida, temos de convencer as pessoas a respeito da importância da causa. Para tanto, existem as pressões (ou lobbies), que devem ser feitas de maneira articulada. As empresas e outros setores, quando utilizam o lobby, fazem-no organizadamente, pois já conhecem os caminhos por onde passar para atingirem seu objetivo. É preciso agir utilizando os mecanismos jurídicos, pressionar por meio da formulação de estratégias e de manifestações públicas, para que os governos não se omitam da sua responsabilidade. Por isso, penso que não se deve ter medo de fazer uso de métodos um pouco incomuns, mas com grande eficiência em termos de pressão democrática e pacífica. Aliás, a pressão só será legítima se for coerente com a causa. Uma causa ética deve ser alcançada por métodos éticos, democráticos e pacíficos.
> Atuar em causas sociais, como vocês podem perceber, não é fácil e nem sempre romântico. Exige disciplina, perseverança, ousadia e humildade. Mas, principalmente, exige clareza de propósitos e fidelidade. Eu acredito, no entanto, que, mesmo diante dos infortúnios e traições, quem mantém a fidelidade com a

> causa, não com partidos políticos ou instituições, não perde o rumo e está sempre preparado para construir parcerias, pressionar e obter resultados. (GRAJEW, 2007, p. 38-41).

As cidades têm sido consideradas um dos principais espaços para a promoção de mudanças nos padrões de desenvolvimento e na construção de soluções que possam fazer face à complexidade dos problemas públicos contemporâneos.

Isto porque, normalmente, os atores sociais se envolvem e participam no âmbito local, onde residem ou exercem suas atividades laborais, diretamente nas suas cidades. Todavia, há de se ressaltar que suas ações se refletem nas outras esferas, tomando corpo e força nas localidades regionais e em âmbito nacional.

Verificou-se ainda, que os agentes eleitos são, por dever de ofício, os responsáveis por perceber e incluir na discussão política determinado assunto relevante para a coletividade, mas isso não exclui a participação da sociedade civil. O cenário é explicado pela teoria multicêntrica ou pluralista, que permitem a abertura no sistema político para a participação ampla de diversos grupos. (FONTE, 2013).

Desde o início do século XX, o Brasil vem passando por um complexo cenário de transformação no direito e na política, que demandam cada vez mais a participação ativa da sociedade civil para a efetivação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais previstos na CF/88, e, por consequência, o desenvolvimento social.

Há instrumentos que legitimam o controle social na legislação brasileira. O cidadão pode e deve se valer dos institutos previstos na CF/88 para acompanhar, controlar e fiscalizar a efetivação dos direitos sociais vinculados por intermédio de políticas públicas. Dentre esses institutos estão, por exemplo, os conselhos de políticas públicas, o mandado de segurança, a ação popular, o mandado de injunção, a denúncia direta aos tribunais de contas dos Estados e da União de irregularidades, a ação de inconstitucionalidade, dentre outros.

Quando a sociedade civil se importa e se envolve com os problemas públicos, demonstrando interesse em participar das políticas públicas na busca de soluções, a cidadania ganha força por meio da gestão realmente democrática, já que, a democracia não pode se limitar apenas ao voto no período de eleição, mas sim, deve englobar a participação ativa dos cidadãos na vida política local, que resulta no desenvolvimento das cidades e reflete no desenvolvimento regional e nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se na pesquisa que o desenvolvimento social, para a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, depende da participação de pessoas informadas e interessadas em contribuir na solução dos problemas públicos diagnosticados. Pessoas desinformadas e desinteressadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento.

Não se pode deixar apenas a cargo do Estado resolver as injustiças sociais. A sociedade civil precisa participar, com consciência crítica, conhecimento, informação e ação no processo das políticas públicas.

Quando a sociedade civil se importa e se envolve com os problemas públicos, demonstrando interesse em participar das políticas públicas na busca de soluções, a cidadania ganha força por meio da gestão realmente democrática, já que, a democracia não pode se limitar apenas ao voto no período de eleição, mas sim, deve englobar a participação ativa dos cidadãos na vida política local, regional e nacional.

O cidadão pode e deve se valer dos institutos previstos na CF/88 para acompanhar, controlar e fiscalizar a efetivação dos direitos sociais vinculados por intermédio de políticas públicas.

Os municípios estão mais diretamente ligados a população, em relação aos demais entes federativos, de forma que os atores sociais se envolvem e participam no âmbito local, onde residem ou exercem suas atividades laborais, diretamente nas suas cidades. Todavia, há de se ressaltar que suas ações se refletem nas outras esferas, tomando corpo e força nas localidades regionais e em âmbito nacional.

Assim, pode-se concluir que o desenvolvimento social das cidades são diretamente impactados pela participação ativa da sociedade civil nas agendas políticas, seja participando dos conselhos de políticas públicas, ou atuando no controle social da gestão pública, ou ainda, mediante

o uso de instrumentos judiciais e denúncias às autoridades competentes para a aplicação legítima da lei, considerando que o melhor fiscal do desenvolvimento são os cidadãos que utilizam os serviços públicos.

REFERÊNCIAS

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67. Acesso em: 7 jul. 2023.

ANDION, Carolina. ALPERSTEDT, Graziela Dias. GRAEFF, Júlia Furlanetto. **Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 54(1):181-200, jan. - fev. 2020.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local. La Piragua** – Revista Latino Americana de Educación y Política, 2006. Disponível em: ///D:/HP%20v165w/P%C3%B3s/LA-PIRAGUA 24.pdf_Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20desenvolvimento.pdf. Acesso em 18 Jul. 2023.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e de direitos fundamentais: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARCIA, Ionara Ferreira da Silva. HENNINGTON, Élida Azevedo. **Movimentos sociais e políticas públicas - atuação da ONG HTLVida"**, doi 10.1590/S0104-12902022211004pt, publicado no volume 31, nº4 de 2022 da revista Saúde e Sociedade. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ypQTzRwVSPtTLhK5949TXPf/?lang=pt. Acesso em: 12/09/2023.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente.** Scielo Brasil. Rio de Janeiro. 2015. Acesso em: 18/09/2023.

GRAJEW, Oded. **Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: experiências a partir da sociedade civil brasileira**. Como Influenciar Políticas Públicas – São Paulo: Ashoka: Avina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

PRIOLI, Gabriela. **Política é para todos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Desenvolvimento Social e Humano**. Perspectivas Contemporâneas. 3º Seminário de Pesquisa. 2011.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: **Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. São Paulo: Cengage Learning, 2022.

_____. **Análise de Políticas Públicas** – Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Tradução: Nuno Castello-Branco Bastos. Coimbra: Almedina, 2010.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

AQUECIMENTO GLOBAL: UM ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS

GLOBAL WARMING: A STUDY OF PUBLIC POLICIES RELATED TO RENEWABLE ENERGIES

Área Temática: Ação contra a mudança global do clima e Energia Limpa e Acessível

BETTARELLO, Flávio Jorge
Mestrando em desenvolvimento regional - UniFACEF
E-mail: flaviobettarello@gmail.com

BETTARELLO, Carlos Augusto Jorge
Mestrando em desenvolvimento regional - UniFACEF
E-mail: cbettarello@yahoo.com.br

MACHADO NETO, Alfredo José Machado
Professor Doutor - UniFACEF
E-mail: alfredo.unifacef@gmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Professor Doutor - UniFACEF
E-mail: ptarsoliveira@gmail.com

Resumo

É possível afirmar, que na atualidade, uma das maiores preocupações mundiais é o aquecimento global e, consequentemente, o futuro da humanidade. O desenvolvimento sustentável é fortemente destacado desde a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e principalmente, em sua continuidade, pela agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODSs). Um dos elementos que mais contribuem para o aquecimento global é a geração de energia elétrica, mediante a utilização de combustíveis fosseis. Logo, a utilização de fontes de energia renováveis se faz necessária. O objetivo deste artigo é identificar e analisar os principais incentivos para produção de energia renovável no Brasil. Através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, o artigo apresentará um embasamento teórico paralelamente à análise de leis, certificados e incentivos vigentes que tratam sobre o tema, bem como propor alternativas para escalonar a utilização de energias renováveis. Por fim, conclui-se que, embora o aquecimento global seja há décadas um dos problemas de maior preocupação mundial, o incentivo nacional é escasso e novas políticas públicas são necessárias para sua proliferação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Geração de Energia Renovável. Aquecimento Global.

Abstract

It is possible to say that, nowadays, one of the biggest concerns in the world is global warming and, consequently, the future of humanity. Sustainable development has been strongly highlighted since the implementation of the Millennium Development Goals (MDGs) and mainly, in its continuity, by the 2030 agenda of the Sustainable Development Goals (SDGs). One of the most contributing elements to global warming is the generation of electricity through fossil fuels. To counteract this source of energy, the use of renewable energy sources is necessary. Therefore, the objective of this article is to analyze and study the main incentives for the production of renewable energy in Brazil. Through a bibliographical and exploratory research, the article will present a theoretical basis for the analysis of the main laws, certificates and incentives in force and propose alternatives to scale the use of renewable energies. Finally, it is concluded that even as a world highlight, the national incentive is still scarce and new public policies are necessary for its proliferation.

Keywords: Public policy. Renewable Energy Generation. Global warming.

1. Introdução

O mundo está vivenciando uma revolução pautada no desenvolvimento sustentável. Em muitos dos destaques de noticiários informativos os conceitos de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente são citados, o que demonstra a relevância do assunto em nosso cotidiano.
No mês de novembro de 2022 ocorreu, no Egito, a 27ª Conferência do Clima da ONU, a COP27, marcando o 30º aniversário da adoção da Convenção-Quatro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Neste período de trinta anos a população mundial sofre com as mudanças climáticas e suas consequências em nosso planeta. Com a preocupação de trinta anos no combate ao aquecimento global, conseguimos, atualmente, compreender melhor a ciência por trás das mudanças climáticas, identificar e avaliar seus impactos e desenvolver ferramentas para lidar com suas causas e consequências (EL-SISI, 2022).
Segundo Fouad (2022), a crise causada pelas mudanças climáticas que já estamos enfrentando, é a mais complexa e desafiadora do nosso século. Poderemos, nos surpreender negativamente com a mudança que nossa vida tomará nos próximos anos, pois estas mudanças climáticas ameaçam todo equilíbrio que, hoje, ainda existe em no nosso planeta. Já vivemos com temperaturas mais altas, grades tempestades, secas mais severas, crescimento do nível dos oceanos e inundações que resultam em catástrofes locais. Catástrofes que podem causar extinção de algumas espécies de flora e da fauna, insegurança alimentar em razão da dificuldade na produção de alimentos, escassez de água potável e crescimento do risco à saúde. Em uma breve prospecção de tempo é possível visualizar neste contexto que nosso futuro será árduo.
É necessário que a humanidade reflita e inicie de forma mais acentuada o combate a estas mudanças climáticas, pois esta mesma humanidade já sofreu e sobreviveu a doenças severas, guerras e desastres naturais ao longo da história e sempre, munida de conhecimento, superou estas adversidades (FOUAD, 2022).
Não basta uma humanidade repleta de conhecimento e de avanço tecnológico, é necessária a atuação intensa dos atores governamentais para aplicação de políticas públicas que fortaleçam e tentem amenizar a degradação ambiental, a fim de proporcionar um meio ambiente sustentável e preservado.
Desta forma, o objetivo de muitas nações passou a focar na tentativa de diminuição do efeito estufa, reduzindo o uso de combustíveis fósseis. Vários países, nos últimos anos, desenvolveram planos e políticas públicas contra o problema do aquecimento global, a fim de reduzir, até o ano de 2060, as emissões de poluentes e buscar, desta forma, a neutralidade do carbono e de outros gases que propiciam o efeito estufa. Esta questão de fomentar o combate ao aquecimento global possui aspectos técnicos e políticos que devem ser constantemente debatidos (CHAVES, 2021).
No Brasil a perspectiva não pode ser diferente, é necessário manter o foco no desenvolvimento sustentável direcionando forças e recursos para fomentar as inúmeras formas de combate ao aquecimento global. Seguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 é o primeiro passo, focando na ODS7 com Energia Limpa e Acessível e na ODS13 com a Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODSBRASIL, 2022).
Portanto, o objetivo deste artigo é analisar e estudar as principais políticas públicas existentes para produção de energia renovável no Brasil, propondo alguns incentivos que possam agregar no combate ao aquecimento global.
Como metodologia, o artigo buscará através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória apresentar dados secundários e fundamentos teóricos para análise das principais ações públicas vigentes.
A pesquisa foi dividida em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção traz um breve histórico sobre o consumo de energia da humanidade, aprofundando sobre os principais tipos de energias renováveis atualmente existentes. A terceira seção apresentará a metodologia do estudo com a pesquisa sobre as principais políticas públicas atualmente existentes para o incentivo da utilização de energias alternativas renováveis em nosso país. A quarta e última seção será a conclusão final, em que é apresentada a necessidade de aumentar o foco de políticas públicas no Brasil, concluindo que é preciso rapidamente focar e direcionar esforços para o combate ao aquecimento global.

2. A Geração de Energia e seus Problemas Públicos

2.1. Histórico da Geração de Energia

É praticamente impossível falar e descrever a história da humanidade sem ao menos citar a energia em sentido amplo. A energia foi uma das grandes descobertas realizada pela humanidade que alavancou o desenvolvimento dos povos humanos. A utilização da energia pelo ser humano se alterou profundamente com o passar dos anos. É imperioso destacarmos a sua origem. Muitos imaginam que a primeira energia utilizada pela humanidade foi o fogo, entretanto, sob uma perspectiva genérica podemos concluir que o alimento é indiscutivelmente a primeira fonte de energia da humanidade, uma vez que além de essencial à sobrevivência, possui um papel relevante no desenvolvimento dos povos. A descoberta do fogo teve um papel relevante no conforto, qualidade de vida e redução de infecções. Na antiguidade o fogo era visto como sinônimo de poder. Outra energia em destaque no passado que no presente está escassa é a tração animal que permitiu o crescimento da capacidade produtiva da sociedade em geral, iniciando o desenvolvimento de atividades como o artesanato, a engenharia e a escrita, além de permitir deslocamentos mais longos. Porém, foi a partir do desenvolvimento de barcos a vela, que egípcios, fenícios, romanos e outros povos conseguiram se deslocar entre mares e rios percorrendo longas distâncias em menos tempo (CANGUSSÚ e COSTA, 2020).

Ainda segundo Cangussú e Costa (2020), talvez os dois grandes impactos da energia na sociedade foram o desenvolvimento da máquina à vapor, revolucionando toda humanidade e, em 1879, a descoberta da energia elétrica, revolucionando os meios de comunicação a distância, iluminação entre outros aspectos.

Combustíveis, tais como o carvão, que foi largamente utilizado por dois séculos, e adiante o petróleo e o gás natural, como fornecedores de energia para o crescimento industrial, todas estas fontes energéticas são combustíveis fósseis baratos e ainda abundantes, porém sua combustão emite gases de efeito estufa, acentuando o aquecimento global (CHAVES, 2021).

Segundo Chaves (2021) a fissura nuclear do urânio, por exemplo, é uma fonte de energia de grande capacidade, porém, esta descoberta do século passado, gera enormes temores pelo risco imensurável de um acidente nuclear, além do lixo radioativo provocado por esta geração. Nestas condições, a emissão de carbono se destacou na humanidade moderna como, ainda, a principal fonte de energia utilizada.

Diferentemente do contexto global, a matriz energética brasileira é bastante diversificada e a presença, nesta matriz, das fontes energéticas renováveis vem sendo cada vez maior. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a matriz atual é formada por 48,4% de fontes renováveis e 51,6% não renováveis, divididas na seguinte proporção: biomassa de cana (19,1%), hidráulica (12,6%), lenha e carvão vegetal (8,9%) e outras fontes renováveis (7,7%). Já as fontes não renováveis são petróleo e derivados (33,1%), gás natural (11,8%), carvão mineral (4,9%), urânio (1,3%) e outras (0,6%) (MME-EPE, 2021).

Ainda segundo o Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional do Ministério de Minas e Energia, MME-EPE (2021), da EPE, a matriz elétrica brasileira é bem mais limpa, com 82,9% da energia elétrica oriunda de fontes renováveis. Com uma grande participação da geração hidrelétrica com 65,2%, seguida pela biomassa (9,1%), eólica (8,8%) e solar (1,7%).

A presença histórica e massiva de hidrelétricas no território brasileiro se deve, principalmente, à abundância de recursos hídricos disponíveis. Portando, quando analisado em termos de impactos ambientais, as grandes hidrelétricas, mesmo com seus reservatórios e, consequentemente, extensas áreas alagadas, apresentam impactos mínimos, quando comparadas às termoelétricas a carvão, fonte de energia base em países como China e Índia (RODRIGUES; WODIHY; GONÇALVES, 2017).

Um fator ambiental negativo das usinas hidrelétricas é o alagamento de áreas produtivas e a geração de metano e outros gases por meio da decomposição da matéria orgânica, porém são impactos ambientais desprezados, em razão do tamanho mínimo de sua influência ambiental (BORGES NETO e CARVALHO, 2012).

Por todo contexto apresentado é possível considerarmos o Brasil à frente do mundo com relação a fontes renováveis de energia, principalmente, quando comparado aos países asiáticos. Porém é necessário destacar a necessidade constante de investimentos em fontes renováveis de energia e em eficiência energética, pois a tendência mundial e nacional é de aumentar a demanda por energia elétrica, um exemplo claro disso, é a tendência de transformação da frota automobilística de máquinas a combustão por máquinas elétricas.

2.2. O Problema Público

Um problema público, quando existente e identificado, requer intensão de resolução, desta forma que nascem as políticas públicas que nada mais são que os meios, metodologia empregada na tentativa de solucionar ou minimizar aquele problema existente (SECCHI, 2016).
Não é possível combater o aquecimento global sem que os governos lancem políticas públicas, com ações estratégicas que visam reduzir os efeitos estufa em larga escala (LAMEIRA, 2017).
Apesar de ser um país com larga utilização de fontes renováveis de energia, o Brasil ainda está longe de muitos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e membros da União Europeia, na formulação de políticas públicas de eficiência energética e na utilização de energia oriunda de fontes renováveis. Desta forma, poderia ser utilizada a base destas legislações estrangeiras para nortear a formação das legislações brasileiras futuras (ALTOÉ et. al, 2017).
Culturalmente, até a década de 90, a visão mundial para resoluções de problemas púbicos era focada no estado, uma visão estadocêntrica, positivista, que coloca o estado como único responsável e até mesmo capacitado para solucionar problemas públicos. É neste período que surge a visão multicêntrica e argumentativa, que apresenta outros atores para debater problemas públicos e até mesmo fomentar agendas públicas (SECCHI, 2016). Os problemas públicos existentes em nosso país são vastos e de naturezas completamente distintas. Não é uma tarefa fácil para um órgão público lidar com situações tão distintas, que requerem profissionais capacitados em diversas áreas profissionais, com especialidades extremamente especificas e focadas. Ampliar o número de profissionais para atender 100% das necessidades públicas é inviável para o equilíbrio de contas públicas. Para tanto, surge a Visão Multicêntrica, defendida por Secchi (2016), que traz outros agentes como uma alternativa a esta extensa necessidade de conhecimentos diversos que os problemas públicos requererem.
Segundo Capela (2020), é possível uma agenda informal ser destacada e transformada em uma agenda institucional através de iniciação externa, ou seja, grupos sociais ou a população em geral interferem na formação da agenda.
Esta visão multicêntrica é focada no enfrentamento do aquecimento global, que pode ser considerado como um dos maiores problemas públicos da humanidade e se faz necessário o auxílio de todos, uma interação entre poder público, instituições privadas, universidades e centros de educação, sociedade e órgãos não governamentais.

3. Metodologia – Combate ao aquecimento global com políticas públicas de incentivos a geração de energia renováveis.

Através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, de natureza aplicada, esta secção apresentará os principais tipos de geração de energia renovável, além de abordar as principais legislações, os incentivos e os benefícios já implementados, para fomentar a geração de energia elétrica oriunda de fontes renováveis.

3.1. Principais tipos de geração de energia renováveis

Existem muitos meios para a geração de energia elétrica através de fontes renováveis, tais como a hidráulica, biocombustíveis, eólica e solar.
Responsável por mais de 50% da matriz energética brasileira, as usinas hidroelétricas são vitais para a geração nacional. É importante destacar que elas são as grandes responsáveis pelo altíssimo índice brasileiro de geração de energia através de fontes renováveis (MME-EPE, 2021). Porém as grandes usinas hidrelétricas geram problemas ambientais e sociais, principalmente derivados de seus reservatórios e suas consequentes áreas de inundação. Para tanto, o que poucas pessoas sabem, é que, para uma geração de energia hidráulica de pequeno porte, não se faz necessário um projeto com represamento, é possível em pequenos e micros aproveitamentos gerar energia “à fio d’agua”, ou seja, através de uma captação instantânea do afluente sem necessitar do reservatório (JANNUZZI et. al, 2012).
Cada uma destas fontes de energia renováveis possui singularidades, o que nos remete a pensar que não existe uma classificação que apresenta os melhores e piores tipos de fontes, pode-se dizer que elas se complementam e todas possuem vantagens e desvantagens, inclusive ambientais. Como exemplo, a energia solar, em destaque na atualidade, é uma fonte de energia que, apesar de não

emitir poluentes, as usinas solares são responsáveis por uma grande mortalidade de pássaros que são atraídos pelo espelhamento dos módulos solares e se queimam em função do calor gerado no local de produção. Como a energia solar, a energia eólica também possui certo efeito negativo, alterando a mudança nas paisagens e com seus gigantescos aerogeradores também causam mortes de pássaros e alteração no fluxo migratório de aves da região (SOUZA, 2022).

3.2. Lei de geração distribuída

A pressão por descarbonização das cidades e países serão imensas nos próximos anos, criando uma certa urgência das instituições públicas para a promoção de políticas públicas que combatam o problema de escassez de energia sustentável. Desta forma, cada vez mais importante, a possibilidade de gerar sua própria energia deve ser considerada como um forte instrumento de combate, necessitando de uma intervenção pública que garanta socializar e equalizar esta geração dentre toda população brasileira. (PAVANELLI et al, 2022).

O marco de regularização normativa sobre a geração distribuída no Brasil teve início no ano de 2012, com a Resolução Normativa n.º 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a qual foi revogada, neste ano, pela Resolução Normativa n.º 1.059, de 7 de fevereiro de 2023. O novo texto legal busca promover o aprimoramento das regras para a conexão e o faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica, bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

Em toda história brasileira, a geração de energia elétrica sempre foi centralizada em grandes usinas distribuindo energia para o país. Com a regularização da Geração Distribuída (GD), o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica, a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e fornecer o excedente de energia gerada para a rede de distribuição. São Micro e Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica, trazendo inovações para o mercado, aliando a sustentabilidade econômica e a socioambiental (ANEEL, 2022).

A característica principal da geração distribuída é a geração de energia através de geradores de pequeno porte e por fontes renováveis (ECOM ENERGIA, 2022).

O intuito desta política pública é estimular o investimento para geração de energia através de fontes renováveis, trazendo muitos benefícios ao setor, tais como, adiamento de investimentos em expansão dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia sem carregar excessivamente a rede elétrica, minimizando perdas e diversificando a matriz energética brasileira, além, é claro, de aumentar a fornecimento de energia com baixo impacto ambiental (ANEEL, 2022).

É importante destacar que a Geração Distribuída, a princípio, aparenta ser um modelo simplista, porém a realidade não é muito mais complexa que o imaginado.

A Figura 1, abaixo, apresenta o impacto da geração distribuída no cenário de transmissão de energia. A Geração Centralizada possui um fluxo unidirecional e simples de controle, já a Geração Distribuída necessita de fluxo bidirecional de extrema complexibilidade. Desta forma, se faz necessário um planejamento eficaz para o crescimento deste modelo (MME-EPE, 2018).

Apesar de complexo o modelo de Geração Distribuída se moldou através da Resolução Normativa nº 687/2015, que é uma revisão da Resolução Normativa nº 482/2012, para objetivar, segundo à ANEEL (2022), a redução de custos e o tempo de conexão elétrica, compatibilizando o sistema de compensação com as condições gerais de fornecimento de energia de 2021.

Basicamente, o modelo GD é dividido em micro geração, potencias até 75kW e mini gerações que são potencias de 75kW à 5.000kW, conectadas as redes de distribuição elétrica, em que, a energia gerada é abatida da energia consumida. Quando a energia produzida é maior que a energia consumida, o excedente pode ficar em crédito futuro de 60 meses de prazo, ou até mesmo, pode ser abatido em outras contas de energia, de mesma titularidade. Além disto, este modelo permite a geração compartilhada em empreendimentos de múltiplas unidades consumidoras, tais como, condôminos e prédios, repartindo, a livre escolha, esta produção (crédito) entre os condôminos (ANEEL, 2022).

No dia 07 de janeiro de 2022, foi publicada a lei n.º 14.300, referente ao marco legal do micro e minigeração distribuída enraizando o modelo em nosso sistema de geração elétrica. O sucesso desta política pública é muito expressivo, de 2019 até o fim de 2021, o crescimento deste modelo foi de 316%, chegando a uma potência instalada de 8.550 MW, ou seja, 5% da matriz energética brasileira, com destaque à energia solar com 97,7% de toda geração distribuída (ECOM ENERGIA, 2022). Neste contexto, é possível analisar que, além do ganho de diversificação da matriz energética

brasileira e da redução do uso combustíveis fósseis, a geração distribuída é um marco divisório para o setor solar, contribuindo e muito para o crescimento econômico deste setor.
Não há dúvida alguma que esta política pública atendeu e atende o princípio da sustentabilidade ambiental na geração de energia, mas o mesmo pode se dizer no âmbito social? Será que a geração distribuída é inclusiva?

Figura 1 - Configurações Elétricas - Presente e Futuro na Visão do MME-EPE

Fonte: EPE - MME, 2018, p. 3.

A geração distribuída é compreendida como uma forma para fomentar e crescer a participação dos consumidores finais de energia elétrica nas decisões de geração, porém é possível afirmar que o crescimento da geração distribuída é oriundo do investimento de clientes da alta classe residencial (PAVANELLI et al, 2022).
Em sua vasta maioria, a geração residencial é obtida através da geração solar, que cresce de forma acelerada com o passar dos anos como é possível ser analisado no gráfico 1 abaixo (ECOA, 2021).
O sistema distribuído de energia permite que as famílias possam usufruir da autonomia sobre sua gestão energética, permitindo liberdade no conceito energético (PAVANELLI et al, 2022). Desta forma, seria importante oportunizar a toda a população este desenvolvimento social e econômico da liberdade e autonomia energética. (SEN, 2010).
Para garantir energia limpa e acessível para todos, os níveis institucionais deveriam ser atingidos, desde o nível regulatório, garantindo os incentivos necessários para expansão até o nível político, ampliando a oferta deste modelo de geração. Porém, é importante levantar e destacar que qualquer revisão na lei de geração distribuída deve ser analisada de forma sistêmica e bem estruturada para não ocorrer impactos negativos. É fundamental considerar os diversos interesses de agentes locais na formulação de incentivos, considerando, principalmente, o cenário socioeconômico para que ocorra um sistema energético justo (PAVANELLI et al, 2022).
É visível que, a cada ano, os custos dos equipamentos solares estão mais competitivos e acessíveis financeiramente, com estimativa de atingir uma redução de até 55% no custo de implantação de uma planta solar até 2030 (CASARIN, 2022). Porém, ainda se fará necessário um capital de investimento que apenas uma parcela restrita da população é capaz de investir. Na atualidade, 75% da população brasileira tem uma conta de energia entre R$200,00 e R$600,00 e dificilmente terão recursos próprios para este investimento sem o auxílio governamental. (PORTAL SOLAR, 2021).
A Geração Distribuída é a principal forma de descentralizar a governança, porém, esta lei não é capaz, sozinha, de democratizar o acesso às decisões sobre geração e uso de eletricidade. (PAVANELLI et al, 2022).

Gráfico 1 – Crescimento da energia solar

Fonte: ANEEL / ABSOLAR / ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, 2021

Desta forma, é fundamental o fortalecimento do setor público para garantir não apenas o fornecimento de energia elétrica, mas sim para fornecer estabilidade e liberdade energética para a população, através de inclusões e da combinação entre o planejamento e a geração centralizados e da geração descentralizada (Geração Distribuída). Ambos os modelos são fundamentais para a geração de energia brasileira através de fontes renováveis, sendo que um não substitui o outro, porém se complementam. O foco mundial de geração de energia deve focar na utilização de fontes renováveis de energia para reduzir ao máximo a emissão de poluentes e, consequentemente, frear o efeito estufa e o aquecimento global. O foco deve ser a sustentabilidade combinada à autossuficiência energética (PAVANELLI et al, 2022).

3.3. Benefício Reidi - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

Em muitas vezes, os benefícios são utilizados com o objetivo de um agente promover uma ação positiva, em troca de algo que seja interessante para sua instituição. O Reidi - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura objetiva a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura. Pessoa jurídicas que possuam projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação, podem ser beneficiárias do Reidi (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021).
Ainda segundo o Ministério de Desenvolvimento Regional (2021), o incentivo fiscal do Reidi permite a suspensão da incidência das contribuições para PIS (1,65%) e COFINS (7,6%), sobre as receitas decorrentes de vendas ou locação de máquinas, materiais de construção e prestação de serviço proveniente de empresas certificadas para este benefício.
Uma das antigas ineficiências deste benefício, relacionada a projetos de infraestrutura energética, é que, anteriormente, o Reidi não poderia ser utilizado para projetos destinados a geração distribuída, o que deixava este benefício fora do sistema mais crescente em geração de energia do Brasil. Porém, desde o dia 5 de agosto de 2022, os projetos de mini geração distribuída são considerados projetos de infraestrutura de geração de energia elétrica e se enquadram no Regime Especial de Incentivos

para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), além de também serem considerados como prioritários (MME, 2022).
Está política pública de incentivo, voltada ao crescimento do mercado de infraestrutura, isentando do pagamento de impostos federais, é especificada pela Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, com as alterações das Leis nºs. 11.727/2008 e 13.043/2014, que agora, mais de 15 anos depois, passa a ser de grande valia para o mercado de geração de energia (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021).

3.4. Projeto de Lei nº 5.118/20

Algumas das leis de incentivos que tramitam em nosso órgão legislativo, são leis que, caso sejam sancionadas, tendem a tornar o produto destinado a geração de energia através de fontes renováveis mais acessível com relação ao seu custo, além de deixar o setor mais atrativo para investimentos. Um destes projetos é o Projeto de Lei n° 5.118/20, do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que isenta de impostos, taxas ou qualquer outro tributo, os itens usados na fabricação de equipamentos para geração de energia renovável (ARAUJO, 2020).
Em contramão à agilidade que o meio ambiente necessita, o Projeto de Lei n° 5.118/20 foi apensado, em dezembro de 2020, pela mesa diretora, ao Projeto de Lei n° 5.793/2016, do deputado Rocha (PSDB/AC), que trata praticamente do mesmo conteúdo. Ocorre que o mesmo projeto de lei está apensado ao Projeto de Lei n° 2.117/2011, do deputado Penna (PV/SP), que traz uma questão mais ampla, com uma emenda que dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa. Este projeto tramita na Câmara dos Deputados desde agosto de 2011 e consta com 158 projetos apensados até o momento. (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2022).
Após esta pesquisa, é impossível não colocar em questão o fato de um projeto de lei, com mais de dez anos, não foi possível se desenrolar? Será que é interessante o processo de apensamento de projetos de leis, retirando, possivelmente, da proposta sua essência? Muitas dúvidas e questionamentos são gerados sobre o processo legislativo brasileiro, porém, o questionamento mais relevante a ser feito é se o meio ambiente suportará esta burocracia legislativa.

3.5. IPTU Verde

Talvez uma alternativa interessante à burocratização legislativa federal é uma atuação municipal que vise a sustentabilidade. Em alguns municípios, um incentivo à utilização de energia renovável é o programa “IPTU Verde”, que busca incentivar imóveis autossustentáveis com descontos sobre o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). A base do programa ampara-se no princípio da extrafiscalidade do direito tributário, visando incentivar o cidadão a ter condutas de impacto positivo para a sociedade (BLUESOL ENERGIA SOLAR, 2019).
O IPTU é uma fonte de arrecadação financeira para os municípios de enorme significância e uma renúncia fiscal pode ser catastrófica para a receita de um Município. Porém, os Estados apresentam mecanismos que estimulam projetos de desenvolvimento sustentável como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico. Citamos como exemplo o Estado do Rio de Janeiro que, em 2007, instituiu por meio da Lei Estadual nº 5.100, o ICMS Ecológico, garantindo um repasse maior deste imposto para os municípios que apresentem investimentos e incentivos para administração correta de resíduos sólidos, tratamento de esgoto, áreas de conservação ambiental e remediação de vazadouros (SILVA e BOMFIM, 2020).
Para imóveis com características sustentáveis para geração de energia, além da economia na energia elétrica devido ao sistema utilizado, o consumidor é premiado por sua iniciativa sustentável com desconto gradativo e acumulativo para cada medida sustentável utilizada. O percentual de desconto no IPTU é estabelecido com base na relevância da ação para seu Município e no investimento realizado pelo contribuinte. Soluções como captação e utilização de água pluvial e arborização são algumas destas possíveis ações, além, é claro, da utilização de energia solar fotovoltaica, que talvez seja a mais utilizada pelos imóveis sustentáveis atuais (BLUESOL ENERGIA SOLAR, 2019).
Algumas cidades, como o caso de Tietê/SP, concedem até 100% de desconto no tributo ou Campos do Jordão/SP, uma cidade turística e elogiada por sua natureza, que concede até 90% de desconto sobre o IPTU para imóveis com área verde preservada. Capitais como Salvador/BA e Goiânia/GO também atuam com descontos provenientes do programa IPTU Verde. Já algumas cidades focam

apenas na sustentabilidade energética, ou seja, concedem descontos no IPTU através da utilização de placas solares para geração de energia, como é o caso do município de Seropédica no Rio de Janeiro, que concede até 4% de desconto nesta ação. (BLUESOL ENERGIA SOLAR, 2019).
Um caso emblemático, trazido por Silva e Bomfim (2020) é o do município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, em que, apesar de ter empresas e companhias siderúrgicas com histórico não positivo para meio ambiente, consegue ter incentivos através do ICMS ecológico, que permite ao município premiar seus contribuintes com o IPTU Verde.

3.6. Selo Verde

Uma forma usual e de grande valia para incentivar a produção energética renovável é a utilização de certificados que beneficiam uma instituição de alguma forma. Um dos certificados mais conhecidos e valorizados mundialmente é o Selo Verde, que ressalta a responsabilidade ambiental de uma empresa, na execução de suas atividades com menor impacto ambiental, demonstrando ao mundo que determinada instituição se utiliza de processos que preservam o meio ambiente. Este Selo fortalece e valoriza a imagem da empresa, atraindo investidores e consumidores engajados no contexto sócio ambiental (SOLDERA, 2022).
Segundo VIEIRA e VIEIRA (2012), o Selo Verde é um certificado ambiental que apresenta as empresas que trabalham socialmente, economicamente e ambientalmente de forma eficiente e responsável. Um produto com Selo Verde é caracterizado como sustentável em sua concepção, informando ao consumidor a preocupação da empresa com o desenvolvimento sustentável.
É fundamental para análise deste certificado, conhecer sua normativa, ou seja, a ISO 14.020 que trata das normas dos rótulos e declarações ambientais. Dentro desta normativa são considerados três tipos diferentes de Selo Verde. O Selo Tipo I são certificados concedidos por entidades terceiras, com base em análise de múltiplos critérios, como, por exemplo, o Selo Procel. O segundo tipo são os certificados autodeclarados pela própria empresa, através de alguns métodos avaliativos. O exemplo deste tipo é o “Selo Produto Natural”, destacado por muitos fabricantes alimentícios. O terceiro e último tipo, são os certificados que apresentam informações de dados que classificam o produto de acordo com uma avaliação de seu ciclo de vida, este tipo envolve terceiros para certificação. Como exemplo mais comum são os selos de eficiência energética em eletrodomésticos. (WINDMÖLLER,2021).
Além do Selo Verde, existem outros tipos de certificações, tais como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, que certifica equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, destacando aqueles que apresentam os melhores níveis de eficiência energética. (SOLDERA, 2022).
De acordo com Windmöller (2021), o Selo Verde traz uma série de vantagens para empresas, tais como: a redução de custos com a redução do consumo de água e energia; ganho na competitividade em razão do maior interesse de investidores em empresas sustentáveis; credibilidade no mercado com uma melhor imagem e melhor relacionamento interno com funcionários que “vestem a camisa”, devido à percepção de mudanças na empresa.

4. Considerações Finais

Não é uma tarefa simples combater o aquecimento global, principalmente em nível mundial. A economia mundial, ainda, é muito dependente do consumo de combustíveis fósseis. A matriz energética brasileira apresenta um equilíbrio entre as fontes de energia renováveis e não renováveis. Este cenário, divergente do cenário mundial, só ocorre devido à matriz de geração de energia elétrica que traz, em grande percentual, a energia limpa e renovável. Pensar que é suficiente estarmos à frente do mundo nesta questão é um erro gravíssimo, pois no Brasil se utiliza em excesso de combustíveis fósseis, em indústrias e no meio rural, além é claro, na frota veicular em que uma grande parte da emissão de carbono é derivada de veículos de combustão interna. Uma solução, teoricamente já existente, para combater este problema ambiental, poderia ser a substituição da frota de veículos de fonte de energia derivada de combustíveis fósseis por eletricidade, criando políticas públicas de incentivo à substituição do veículo de combustão interna, isenção de impostos na fabricação para redução significativa do preço, dentre outras hipóteses. Porém, a situação é mais ampla e necessita de outras soluções, pois desta forma surge um novo problema público que é garantir que a matriz energética brasileira seja capaz de suprir esta demanda (MME-EPE, 2021).
Neste contexto, não basta o Brasil ter um alto percentual de sua matriz de geração de energia elétrica voltado a fontes renováveis, é fundamental para o país se manter neste patamar, aumentar

investimentos, incentivos e benefícios no setor de energias renováveis, ou seja, desenvolver novas políticas públicas e aprimorar as políticas públicas existentes, garantindo energia limpa e melhorando as condições de vida da população (GOLDEMBERG e MOREIRA, 2008).

Segundo Brito (2022), o desequilíbrio climático está cada vez mais catastrófico, gerando eventos extremos como grandes estiagens, temperaturas altíssimas e suas consequentes tempestades, alterando significantemente o regime hidrológico, colocando em risco nossa maior fonte de produção de energia elétrica, que são as grandes hidrelétricas. Desta forma, adotar medidas de incentivo focadas na diversificação de fontes de geração de energia elétrica é uma política pública urgente, não apenas para o combate ao efeito estufa, mas também para garantir o fornecimento à população, evitando um futuro problema público.

Como proposta complementar desta pesquisa, a visão multicêntrica, trazida por Leonardo Secchi (2016) seria de grande valia para o enfrentamento deste problema público, ou seja, gerar parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, para o desenvolvimento de políticas públicas que gerem estímulos para a economia e acelerem o investimento em geração de energias renováveis de pequeno e micro porte. Além desta parceria, seria essencial o incentivo às universidades no desenvolvimento e aprimoramento da tecnologia nacional para fabricação de painéis solares, diminuindo-se a dependência deste setor do mercado chinês.

Portanto, imprescindível ressaltar que existem ideias para solucionar ou ao menos minimizar o efeito do aquecimento global, basta planejamento e a concretização de políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente, correlacionadas com o desenvolvimento sustentável.

Referências

ALTOÉ, Leandra; COSTA, José Márcio; OLIVEIRA FILHO, Delly; MARTINEZ, Francisco Javier Rey; FERRAREZ, Adriano Henrique; VIANA, Lucas de Arruda. **Políticas públicas de incentivo à eficiência energética**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.31, São Paulo, 2017.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Geração Distribuída: Saiba mais sobre micro e minigeração distribuída.** Disponível em: https://www.gov.br/aneel/pt/assuntos/geracaodistribuida#:~:text=Desde%2017%20de%20abril%20de, de%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20sua%20localidade. Acesso em 24 de nov. de 2022. Brasília, 2022.

ARAUJO, Najara. **Proposta prevê isenção fiscal de equipamentos para geração de energia renovável**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/711647-proposta-preve-isencao-fiscal-de-equipamentos-para-geracao-de-energia-renovavel/. Acesso em 21 de nov. de 2022. Fonte: Agência Câmara de Notícias. 2020.

BLUESOL ENERGIA SOLAR. **Conheça o IPTU Verde e Quais as Vantagens para Quem Tem Energia Solar**. Disponível em: https://blog.bluesol.com.br/iptu-verde-e-energia-solar/?fb_comment_id=4654497967911029. Acesso em 21 de nov. de 2022. Fonte: Blue Sol. 2019.

BRITO, Kalyne. BALMAS, Matheus. CHANTRE, Caroline. ROSENTAL, Rubens. **Impactos das mudanças climáticas no setor elétrico:** O papel da geração distribuída e do armazenamento de energia. Gesel, Grupo de Estudo do Setor Elétrico URFJ. Rio de Janeiro, 2022.

BORGES NETO, M. R.; CARVALHO, P. C. M. D. **Geração de energia elétrica**: fundamentos. São Paulo: Érica, 2012.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Fichas de Tramitações**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao. Acesso em 27 de nov. de 2022.

CANGUSSÚ, Carla Rocha. COSTA, Eduardo Martins. **Energia Ao Longo Do Tempo**. Disponível em: https://www.matrizenergia.com/post/energia-ao-longo-do-tempo. Acesso em 18 de nov. de 2022. Fonte: Matriz Engenharia de Energia, 2020.

CAPELLA, A.C.N. **Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil**. Revista de Administração Pública [online]. 2020, v54, n. 6, pp. 1498-1512.

CASARIN, Ricardo. **Custo de geração solar podem cair em até 55% até 2030.** Disponível em: https://www.portalsolar.com.br/noticias/tecnologia/equipamentos-fv/custos-de-geracao-solar-podem-cair-em-ate-55-ate-2030-diz-bp. Acesso em 28 de nov. de 2022. Fonte: Portal Solar, 2022.

CHAVES, Alaor S. **Tecnologias de eletricidade limpa podem resolver a crise climática**, Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 43, 2021.

ECOA. **Energia solar fotovoltaica 2021: expectativa e projeções. Ecoa – Energias Renováveis, 2021**. Disponível em: https://ecoaenergias.com.br/energia-fotovoltaica-crescimento-2021/. Acesso em 16 de out. 2022.

ECOM ENERGIA. **Sancionada a lei que institui o marco legal da microgeração e Minigeração distribuída**. Disponível em: https://www.ecomenergia.com.br/blog/marco-legal-da-microgeracao-e-minigeracao-distribuida/. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

EL-SISI, Abdel Fattah. **Welcome mensage: From President Abdel Fattah El-Sisi**. Disponível em: https://cop27.eg/#/speeches/president-speech. Acesso em 19 de nov. de 2022. Fonte: COP27, 2022.

FOUAD, Yasmine. **Welcome mensage: From Minister of Environment.** Disponível em: https://cop27.eg/#/speeches/environment-minister-speech. Acesso em 19 de nov. de 2022. Fonte: COP27, 2022.

GOLDEMBERG, José.; MOREIRA, José Roberto. **Política energética no Brasil**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. SANT'ANA, Paulo Henrique de Mello. GOMES, Rodolfo Dourado Maia. RAPOSO, Eduardo Pereira. SHIBUYA, Rafael. **Além de Grande Hidrelétricas: Políticas para fontes renováveis de energia elétrica no Brasil**. Editora WWF. Brasília/DF. 2012.

LAMEIRA, Vinicius. **Mudanças Climáticas: Estratégias de Litigância e o Papel do Judiciário no Combate às Causas e Efeitos do Aquecimento Global no Contexto Brasileiro**. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 64. Rio de Janeiro, 2017.

MME-EPE. Ministerio De Minas e Energia. **Distributed Energy Resources: Impacts on Energy Planning Studies**. Discussion Paper EPE-DEA-NT-016/2018-r0. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/sites-en/sala-de-imprensa/noticias/Documents/Discussion Paper - Distributed Energy Resources.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2022.

MME-EPE. Ministério De Minas e Energia. **BEM Relatório Síntese 2021 Ano Base 2020**. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-601/topico 588/BEN_S%C3%ADntese_2021_PT.pdf. 2021. Acesso em: 25 de nov. 2022.

MME. Ministério De Minas e Energia. **Projetos de Geração Distribuída poderão ser enquadrados no Reidi e serem aprovados como prioritários**. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/projetos-de-geracao-distribuidas-poderao-ser-enquadrados-no-reidi-e-serem-aprovados-como-prioritarios#:~:text=aprovados%20como%20priorit%C3%A1rios-,Projetos%20de%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20Distribu%C3%ADda%20poder%C3%A3o%20ser%20enquadrados%20no%20Reidi%20e,de%20emiss%C3%A3o%20de%20deb%C3%AAntures%20incentivadas. Fonte: Governo Federal. 2022. Acesso em: 25 de nov. de 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Fundos Regionais e Incentivos Fiscais. Reidi**. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/reidi. Acesso em: 27 de nov. de 2022. Fonte: Governo Federal. 2021.

ODSBRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/ Acesso em 29 de set. de 2022.

PAVANELLI, João M.M. SOARES, Raiana S. SIQUEIRA, Arthur M. Q. COLLAÇO, Flávia M. A. LAZARO, Lira L. B. BERMANN, Célio. **Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista Face à Variabilidade Climática** – Cap. 20 O contexto da geração distribuída e sua evolução na Macrometrópole Paulista. Editora Fapesp. São Paulo, 2022.

PORTAL SOLAR. **Dados do Mercado de Energia Solar no Brasil**. Disponível em: https://www.portalsolar.com.br/mercado-de-energia-solar-no-brasil.html. Acesso em 28 de nov. de 2022. Fonte: Portal Solar, 2021.

RODIGUES, Fabricio; WODIHY, Juliano; GONÇALVES, Alexandro. **Energias Renováveis: Buscando por uma Matriz Energética Sustentável**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 13. São Paulo, 2017.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas – **Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras , 2000.

SILVA, Pedro Paulo Souza. BONFIM, Mariana Pereira. O Iptu Verde: **Uma Estratégia De Desenvolvimento Sustentável Para A Cidade De Volta Redonda**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental. Florianópolis, SC. 2020.

SOLDERA, Bruna. **Oque é um Selo Verde?** Disponível em: https://www.aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/154-o-que-e-o-selo-verde. Acesso em 23 de nov. de 2022. Fonte: Instituto Água Sustentável. 2022

SOUZA, Rafael. **Fontes Renováveis de Energia. Mundo da Educação**. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/fontes-renovaveis-energia.htm. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

VIEIRA, Patrícia Elias; VIEIRA, Charles Bittencourt. **O selo verde na construção civil e a sustentabilidade**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensuem Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em 21 de nov. de 2022.

WINDMÖLLER, Natália Carvalhinho. **Selo Verde: tudo que você precisa saber!** Disponível em: https://eescjr.com.br/blog/selo-verde/. Acesso em 27 de nov. de 2022. Fonte: Núcleo de Engenharia Ambiental da EESC jr. – Empresa júnior de Engenharia e Arquitetura da USP. São Carlos/SP. 2021.

.

AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO COMPONENTE CURRICULAR DE HISTÓRIA, A PARTIR DO MATERIAL DIDÁTICO CURRÍCULO EM AÇÃO, PARA O SEXTO ANO (6º), DE 2022

THE SOCIAL CONTRIBUTIONS OF THE HISTORY CURRICULAR COMPONENT, FROM THE TEACHING MATERIAL CURRICULUM IN ACTION, FOR THE SIXTH GRADE (6th), 2022

Sessão temática: Educação e Desenvolvimento

SILVA, Marcelo Henrique
Bolsista CAPES
Doutorando em Linguística UNIFRAN
Mestre em Linguística UNIFRAN
Especialista e graduado em Letras Uni-FACEF
marcelo.3b200917@hotmail.com

Assunção Cristovão
Docente Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Linguística UNIFRAN
assuncao.cristovao@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1304-1106

Resumo: Esta pesquisa tem como principal objetivo investigar e analisar as contribuições sociais do componente curricular de História, para a formação completa e ampla do aluno no ensino regular público, enquanto sujeito em construção, através da análise do material intitulado *Currículo em Ação*, do 6º ano do ensino fundamental II, e distribuído pela secretaria paulista da educação em 2022. Para este fim, a pesquisa divide-se em introdução, capítulo teórico, análise e desenvolvimento - a partir de uma *situação de aprendizagem* presente dentro do material didático *Currículo em Ação,* afim de ser verificar como o componente curricular em questão pode contribuir para a formação social e cidadã aluno - e conclusão. A pesquisa apresenta caráter bibliográfico, e está sustentada nas leituras e reflexões de Marchezan (2005), da Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022), do *Currículo em Ação* do 6º ano (2022) de História, de Luckesi (2005), Libâneo (2008), Kleiman e Moraes (1999), dentre outros autores.

Palavras-chave: Currículo em Ação; História; texto;

Abstract: This research has as main objective to investigate and analyze the social contributions of the History curricular component, for the complete and broad training of the student in regular public education, as a subject under construction, through the analysis of the material entitled Curriculum in Action, from the 6th grade of elementary education II, and distributed by the São Paulo Department of Education in 2022. To this purpose, the research is divided into an introduction, theoretical chapter, analysis and development - based on a learning situation present within the Curriculum in Action teaching material, in order to verify how the curricular component in question can contribute to the student"s social and citizenship formation - and the conclusion. The research has a bibliographical character and is supported by the reading and reflections of Marchezan (2005), the Curricular Proposal of the State of São Paulo (2022), the 6th grade Curriculum in Action (2022) of History, Luckesi (2005), Libâneo (2008), Kleiman and Moraes, among others authors.

Keywords: Curriculum in Action; History; text;

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as contribuições educacionais, humanas e sociais do componente curricular de História dentro da sala de aula do ensino regular, a partir de um recorte pontual realizado com o 6º ano do ensino fundamental II, a partir do material didático *Currículo em Ação*, distribuído gratuitamente pela Secretária da Educação do Estado de São Paulo, para alunos do ensino fundamental I, fundamental II e ensino médio no início de cada bimestre ou semestre letivo, conforme decisão anual do órgão citado e sua cobertura e atendimento.

O 6º ano do ensino fundamental II representa uma etapa importante na vida escolar do aluno, tendo em vista que um novo ciclo se inicia, em um novo prédio, novos colegas de sala, alunos mais velhos na escola, um número maior de professores e componentes curriculares, por exemplo. A estas mudanças somam-se os novos desafios e exigências, que passam da vida acadêmica e social às mudanças biológicas, emocionais, psicológicas que o esperam a partir da (pré- e) adolescência e da nova série iniciada.

Todos os anos, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo distribui materiais didáticos para os alunos matriculados na rede estadual de ensino (fundamental I, nas unidades que são de responsabilidade do estado, fundamental II e ensino médio), dentre eles, o intitulado *Currículo em Ação*, que engloba todas as matérias escolares, sendo que, para o 6º ano do ensino fundamental II são ofertados os *Currículos em Ação* de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Artes, Educação Física, Ciências Biológicas, Língua Inglesa e de História, que é analisado neste trabalho afim de se verificar como esta disciplina em questão contribui socialmente para o desenvolvimento do aluno, como sujeito e cidadão em construção.

O conhecimento da História é fundamental e necessário para que o sujeito compreenda o presente, como posicionar-se, como agir e questionar (-se), por exemplo, a partir de fatos transcorridos, passados. Por este motivo, o componente curricular de História apresenta-se como ferramenta auxiliadora para esta compreensão do passado e do presente, ao debruçar-se criticamente sobre toda a historicidade existente.

Esta pesquisa, ao partir do material didático *Currículo em Ação* de História busca identificar e analisar os recursos cognitivos, atitudinais e processuais, e os meios como este - o componente curricular de História - contribui com a formação social, crítica e cidadã do aluno durante o ensino regular, através de um recorte realizado, com ênfase no 6º ano do ensino fundamental II.

Esta perspectiva de investigação torna a pesquisa relevante, pois, busca verificar como a escola, e mais propriamente o componente curricular de História contribuem para a construção e (trans-) formação dos discentes em sujeitos e cidadãos, e quais os meios e recursos presentes na disciplina de História colaboram para isso. A reflexão sobre o papel social da escola e da educação são muito amplos e requerem um trabalho mais aprofundado, além das reflexões almejadas por este trabalho, o que justifica a adoção da disciplina curricular de História e algumas de suas contribuições sociais, educacionais e formativas, por exemplo na formação crítica, completa e consciente dos alunos matriculados no 6º ano do ensino fundamental II.

A pesquisa é sustentada por uma investigação bibliográfica, que inclui a análise do material didático *Currículo em Ação* do 6º ano, do ensino fundamental II, de História.

Este estudo não possui pretensão de esgotar ou finalizar reflexões sobre a temática, nem desmerecer ou desacreditar as contribuições dos demais componentes curriculares na formação cidadã e plena dos estudantes, ou ainda outros aspectos que possam ser relevantes dentro do ensino de História durante as aulas.

No item seguinte, alguns conceitos são resgatados e contextualizados, como a importância da escola e da educação, para que seja possível investigar e compreender a relevância do ensino de História no ensino regular, assim como as suas contribuições sociais, enquanto componente curricular na educação, e ainda, como contribui para a formação dos jovens estudantes, através do trabalho com o texto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A escola precisa ser valorizada e estar no cerne de qualquer reflexão sobre a educação. Desta maneira, é possível investigar e atribuir valoração aos componentes curriculares que compõem o rol de matérias escolares e seus papeis dentro da instituição escolar. Autores como Kleiman e Moraes (1999) refletem sobre a importância da escola no desenvolvimento e formação dos jovens, e por conseguinte da sociedade, devendo ser função da escola saber "[...] posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente." (p. 22)

Libâneo (2008) também contribui para as reflexões que abordam a importância da escola na vida social, cultural, histórica, por exemplo de crianças e jovens, defendendo que a escola é o local onde se pode "prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos para atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade" (p.17).

Para Luckesi (2005) o desenvolvimento de uma sociedade deve ocorrer simultaneamente à valorização e progressão da educação, pois,

> A educação é o meio pelo qual a sociedade se reproduz e se renova culturalmente e espiritualmente, com consequências materiais. A sociedade necessita reproduzir-se para manter o estágio de desenvolvimento a que chegou, mas necessita também renovar-se para atender às necessidades e aos desafios emergentes. A educação, nas suas diversas possibilidades, serve à reprodução mas também à renovação da sociedade (p. 126).

Ainda nesta direção, Kleiman e Moraes (1999) salientam que a formação discente dentro do espaço escolar dever permitir o desenvolvimento social dos alunos, indo ao encontro do que é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao afirmarem que,

> [...] a fim de transformar os PCN num didática crítica sistemática, educar para a sociedade atual vai além da transmissão de conhecimentos, por mais relevantes que sejam as temáticas: a escola deve ensinar o indivíduo a aprender para ele poder selecionar e organizar informações em redes pessoais de conhecimentos. [...] relevantes para a vida social [...] devem visar, também o desenvolvimento do aluno através de sua inserção no mundo de hoje, profundamente transformado pelo papel que a palavra

> escrita assumiu nas relações sociais. Somente essa inserção assegurará a contínua participação cidadã face aos novos problemas, que se sucedem cada vez mais rapidamente. (p. 26)

As autoras citadas - Kleiman e Moraes (1999) - defendem que o sucesso do ambiente escolar, por conseguinte, do ensino-aprendizagem é importante para que os alunos estejam familiarizados com os discursos, conhecimentos e linguagens ali construídos e mobilizados, para que

> [...] desenvolvam familiaridade com o conhecimento, hipóteses e métodos de investigação usados nas várias áreas disciplinares para poder selecionar aqueles mais apropriados à determinada situação e organizá-los em função dos seus planos e objetivos [...] (p. 28)

Por outro lado, as autoras também enfatizam que a escola pode ser um ambiente contraditório, ao relatarem os sentimentos e desafios vivenciados e vividos pelos alunos em sua trajetória escolar, que perpassam mudanças de prédio, aumento do número de professores, novas regras, novos componentes curriculares, aumento das responsabilidades, convívio com uma quantidade maior de pessoas e alunos de diferentes idades, por exemplo, cujo sofrimento, muitas vezes é desconsiderado e/ou passa despercebido pela comunidade escolar.

> O aluno sofre diretamente a contradição da escola, que, em seu discurso, afirma educar para a cidadania, mas que, na prática, conduz à passividade e ao conformismo ao enfatizar a ordem (a "disciplina") e o não-questionamento (os alunos que protestam são rotulados de rebeldes e punidos por sua suposta rebeldia). [...] Na escala hierárquica da escola, o aluno é o último a ser ouvido."(KLEIMAN, MORAES, 1999, p. 35)

A definição apresentada para o termo disciplina escolar, muitas vezes, como citado anteriormente, alude para disciplina enquanto restrição, regras. No entanto, se esta mesma linha for adotada para designar os componentes curriculares ou disciplinas escolares, estes - os componentes curriculares ou disciplinares escolares - apenas teriam papel restritivo, corretivo e punitivo, fechados em si e com reduzidas contribuições cognitivas, emocionais, ou mesmo sociais para os alunos. Tais disciplinas estariam acabadas e prontas para serem apenas transmitidas, eliminando e reduzindo todo o espaço de construção social e aprendizagem que a sala de aula e cada um dos componentes curriculares podem e devem oferecer aos alunos.

Neste momento, recorrer à Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022) torna-se importante, para que se verifique o que se espera da disciplina curricular de História, e se há aproximação ou distanciamento com a noção de disciplina com o sentido de "restrição".

> A aprendizagem de História é um exercício importante de humanização e socialização, pois nos coloca em contato com o outro por meio do conhecimento de outras experiências humanas, em lugares e épocas distintas (p. 454).

Neste sentido, o componente curricular ou disciplina de História apresenta-se como espaço de acesso, socialização e reflexão de saberes e experiências humanas desenvolvidas e registradas ao longo do tempo, e não como algo fechado a ser transmitido.

Os anos 1970 marcam um novo olhar para o ensino brasileiro, ao ver o ensino como "objeto e como meio para o conhecimento" (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022,

p. 42), especialmente a partir da incorporação das reflexões e contribuições dos estudos linguísticos no Brasil às didáticas e pedagogias em desenvolvimento.

O documento - Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2022) - sintetiza os objetivos para o ensino-aprendizagem de História, cujos objetivo que englobam estimular "a autonomia de pensamento por intermédio do reconhecimento de diferentes sujeitos, histórias, condutas, modos de ser, agir e pensar sobre o mundo" (p. 454). Sendo assim, o próprio documento pontua que, o ensino de História deve ser acolhedor para receber diferentes sujeitos, com diferentes pensares,conhecimentos, ideologias e crenças, por exemplo, vindos de diferentes esferas sociais, e para que assim, dentro das aulas, todos possam aprender a conviver, respeitar e socializar suas historicidades na investigação e construção de conhecimentos, neste caso, orientados pela disciplina curricular de História.

Ao longo do material - Proposta Curricular Paulista (2022) - é atribuído papel fundamental e central para a linguagem enquanto atividade inerente, necessária e distintiva para o homem e seu desenvolvimento histórico. No ensino de História, além da importância atribuída à linguagem, ao texto também é atribuído valor singular, pois, através dele, competências e habilidades podem ser desenvolvidas, conhecimentos e fatos podem ser acessados e (re-) visitados.

Após esta breve contextualização histórica e conceitual sobre a importância de um ensino acolhedor, reflexivo e social, assim como sobre o papel social e acolhedor do pensamento e sujeito pensante dentro do componente curricular de História, no capítulo seguinte é realizada a análise de partes do material didático *Currículo em Ação* para o 6º ano do ensino fundamental II para que se comprovar como esta - disciplina curricular de História - contribui para o desenvolvimento pleno (inclui-se o social) dos alunos durante sua jornada escolar. É por esta razão que o ponto de partida para elucidar algumas das contribuições sociais do componente curricular de História é o texto.

O *CURRÍCULO EM AÇÃO* DE HISTÓRIA E O TEXTO

No capítulo anterior foi abordado a importância da linguagem como traço constitutivo e distintivo do homem, o que está reiterado ao longo de toda a Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a Educação (2022), ao afirmar que o texto apresenta função central e importante para o acesso e interação dos alunos a conteúdos, saberes, contextos e conhecimentos, especialmente no que diz respeito ao contato com fontes históricas, contexto de vida social de sociedades e civilizações passadas, a se saber

> Um dos desafios que se coloca no Ensino Fundamental é a necessidade de estudantes e professores assumirem uma "atitude historiadora", dando destaque ao uso das fontes históricas em suas diferentes linguagens , realizando progressivas operações cognitivas com as fontes para descrevê-las, analisá-las, compará-las, questioná-las, produzir um discurso sobre o passado e compará-lo com outros discursos já produzidos (p. 454-455, 2021).

O texto, não apenas no ensino-aprendizagem de História, mas em todas as matérias escolares, apresenta papel importante, um verdadeiro ponto de partida e interação entre alunos,

alunos e conhecimento, alunos e momentos históricos, alunos e diferentes interlocutores, por exemplo. Estas reflexões vão ao encontro do que defende Marchezan (2005) sobre o caráter dialógico do texto, quando observa que

> O ponto de vista dialógico não cria o objeto ideal, de sujeito ausente, a ser tratado a distância; orienta, antes, o estudioso a participar do jogo, a considerar o enunciado, o texto, como vozes a compreender, com as quais dialogar. O texto não se dirige, ele também, a um outro ausente, reificado. O esforço do diálogo do estudioso com o texto é, então, de se aproximar, compreender as forças vivas de que surge e em que atua, de vivenciá-las, para, depois [...] examinar o texto de fora, com a visão de um todo. (p. 128-129)

A Proposta Curricular Paulista aborda e entende ser importante o trabalho com o texto dentro das aulas, independente do componente curricular, tendo em vista sua mobilização de diferentes linguagens, inerentes e necessárias à vida humana, sendo esta, a linguagem uma

> capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p. 37)

O texto apresenta-se como um espaço dialógico, em que diferentes vozes, diferentes contextos e sujeitos interagem, apresentando-se, por conseguinte como capacidade diferencial para o ser humano, tanto no uso consciente das diferentes linguagens, quanto na construção de textos. Esta capacidade de mobilização da linguagem é aprimorada por meio de competências e habilidades de leitura e escrita, que, assim como outros usos da linguagem (ou linguagens) produzem atos e práticas comunicativas dotadas de sentido, e que, ainda permitem aos alunos adentrarem nas esferas sociais mais complexas e atuarem ativa e conscientemente, uma vez que “Somente na comunicação, na interação do homem com homem revela-se o „homem no homem", para outros ou para si.” (MARCHEZAN, 2005, p. 122). Ainda, de acordo com a autora, alcança-se a concepção de homem, por conseguinte, do corpo discente como “"sujeito do apelo", da consciência dialogizada, constituída com a voz do outro e assim, marcadamente social.” (p.122) Fica evidente que, por meio da apropriação significativa da linguagem, em suas diferentes formas (verbal, visual, verbo-visual etc.) o sujeito torna-se capaz de interagir e agir em diferentes meios, contextos, conversas, debates, produções, e deste modo, a escola passa a ter espaço central neste processo de descoberta, aquisição e desenvolvimento de uso crítico da linguagem, especialmente no uso, produção e interação com diferentes textos. A escola é o espaço de exposição, acesso e incentivo do aluno à busca, reflexão, produção, e interação crítica com diferentes textos e conhecimentos desenvolvidos ao longo da história humana, materializados por meios de diferentes textos que mobilizam diferentes linguagens.

O material didático *Currículo em Ação,* de História para o 6º ano do ensino fundamental II, na situação de aprendizagem 1, sob o título **A importância das fontes históricas para os seres humanos**, ilustra a importância do texto para o registro, construção e transmissão de informações e conhecimentos, seja ele (o texto) histórico ou não, escrito ou oralizado, enfatizando a importância da

prática de escrita como recurso para registro, perpetuação e compartilhamento de conhecimentos, atividades culturais, descobertas etc.

> Nesta *Situação de Aprendizagem* estudaremos sobre os diversos tipos de fontes históricas. Espera-se que você, estudante, possa identificar diferentes formas de registros em épocas e sociedades distintas, bem como entender a importância da análise crítica destas fontes para a produção do saber histórico e para o trabalho do historiador (2021, p. 238)

O aluno, assim como todo ser humano, é um ser histórico-social, por conseguinte, logo na abertura das considerações iniciais da Proposta Curricular do Estado de São Paulo é convidado a ser um historiador, pesquisador e curioso na investigação e análise de diferentes textos, dentre eles, o texto histórico. É neste momento que, as habilidades de leitura e escrita tão difundidas dentro da Proposta Curricular Paulista são reiteradas, assim como o que se espera ser desenvolvido pelos discentes ao final de cada ano/série e ciclo. Ainda, dentro da disciplina curricular de História, para o trabalho com o texto (histórico)

> "É necessário saber lidar com os textos nas diversas situações de interação social. É essa habilidade de interagir linguisticamente por meio de textos, nas situações de produção e recepção em que circulam socialmente, que permite a construção de sentidos desenvolvendo a competência discursiva e promovendo o **letramento**. O nível de letramento é determinado pela variedade de gêneros textuais que a criança ou adulto reconhecem. Assim, o centro da aula [...] é o texto. (PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008, p.43).

Fica evidente que, no ensino-aprendizagem desenvolvido dentro do componente curricular de História, o trabalho com o texto é fundamental por representar fonte direta que liga os alunos aos fatos, contextos, diferentes perspectivas sobre fatos, ideologias vigentes em cada época, linguagens, hábitos culturais, por exemplo. É por meio do texto que estes fatos citados estão materializados e podem ser acessados e transmitidos, daí a importância para se desenvolver e aprimorar constantemente às habilidades e competências ligadas à leitura e à escrita. Ler e escrever, não apenas para estudar dentro da sala de aula, mas acima de tudo, para que os alunos possam participar ativamente de todas as esferas e atividades humanas.

Vale destacar que o trabalho com diferentes linguagens, visando sua aprendizagem, aquisição, apropriação crítica e uso, em especial na construção de diferentes textos, orais e escritos, não está restrito ao que se ensina dentro do componente curricular de História, mas a todos os componentes curriculares, uma vez que mobilizam as diferentes linguagens para construir diferentes textos almejando as necessidades de cada componente curricular.

CONCLUSÃO

O texto apresenta-se como espaço de materialização por excelência, local em que o homem permite-se ser lembrado, registrado, conhecido, assim como fonte rica de acesso e ilustração de diferentes perspectivas do passado, diferentes costumes, o contexto de surgimento de leis, paisagens e suas transformações ao longo do tempo, embates ideológicos, nascimentos e quedas de impérios e civilizações, por exemplo.

Pensar o ensino, independente de qual seja a disciplina curricular, exige dos envolvidos, docentes e discentes, um trabalho constante de diálogo e interação com diferentes textos e linguagens, uma vez que estes - o texto e as linguagens - apresentam-se como fontes de consulta, registros e transmissões dos saberes acumulados, comprovados ou não, científicos ou populares. Deste modo, é possível afirmar que o texto apresenta-se como a manifestação material do homem, de seus pensamentos, valores, ideologias, costumes, hábitos, inquietações e tradições, devendo estes - textos e linguagens - serem mobilizados conscientemente dentro de todos os componentes curriculares, sem exceção, pois é através da linguagem que o homem constitui-se como sujeito, constitui o outro, é por este constituído e constitui o meio que o cerca. Além disso, por meio das linguagens e dos textos que as materializam, aos seus valores, ideias, ideologias, contextos, saberes podem ser compartilhados, revisitados, revistos, acessados e transmitidos.

E este acesso a todo o conhecimento histórico acumulado, como foi observado ao longo desta pesquisa, é possível através de uma educação e escola acolhedoras, além do trabalho dos componentes curriculares, e em especial da disciplina curricular de História, pautado na descoberta, apropriação crítica e mobilização de diferentes linguagens e fontes textuais, que permitam o desenvolvimento pleno e complexo dos alunos, visando sua inserção qualitativa nas atividades sociais e humanas que compõem suas vidas enquanto sujeitos, e sendo, portanto, uma das contribuições sociais deste componente curricular com a educação e com os jovens que pela escola passam.

Esta pesquisa não objetiva ser palavra final na abordagem do texto e sua colaboração na contribuição social da disciplina curricular de História para o desenvolvimento e aprimoramento do aluno diante de diferentes fontes e conhecimentos históricos no trabalho de desenvolvimento e formação do aluno em sujeito ativo.

O componente curricular de História é fundamental na formação do aluno dentro de sua jornada escolar, pois, permite que este tenha acesso ao passado, diferentes culturas, diferentes mentalidades e hábitos, bem como a diferentes ideologias e crenças, por exemplo, possível apenas por meio do texto, seja ele escrito, transcrição da oralidade ou ainda visual ou verbo-visual. Portanto, conclui-se que, a disciplina curricular de História visa permitir ao homem em diferentes momentos do curso histórico através do texto escrito, estudar, conhecer, apropriar-se criticamente do passado, e, por conseguinte, tecer reflexões sobre sua importância e possíveis e consequentes impactos no presente, seja tomando o passado e o texto como referência, ou mesmo como exemplo do que pode / deve ser feito e/ou evitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTN, M. Problemática e definição. In: _____.*Estética da criação verbal*. São Paulo: Contexto, 1997.

Currículo em Ação, São Paulo: Secretária da Educação do Estado de São Paulo, 2021.

KLEIMAN, A. MORAES, Silvia E. Fragmentação e alienação no currículo da escola. In:_____. *Leitura e interdisciplinaridade*. São Paulo: Mercado das Letras, 1999.

LIBÂNEO, Luís Carlos. Prática educativa, Pedagogia e Didática. In:_____. *Didática*. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A aula como forma de organização do ensino. In:_____. *Didática.* 28. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In:_____. BRAIT, Beth (Orgs.). *Bakhtin Outros Conceitos-Chave.* São Paulo: Contexto, 2005.

PROPOSTA Curricular do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretária da Educação do Estado de São Paulo, 2008.

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO FISCAL PARA A AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO DE GÊNEROS DISCURSIVOS

THE THEMATIC OF TAX EDUCATION TO EXPAND THE NOTION OF SPEECH GENRES

ODS 04 - Educação de qualidade

THEODORO, Nathália Regina Argenau Branco
Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade de Franca/SP. Mestra em Letras pelo Programa Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Ituverava/SP, em 2015 e, em Letras, pelo Centro Universitário UNIFAFIBE, de Bebedouro/SP, em 2005.
E-mail: nathaliarabt@gmail.com

LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo
Possui graduação em Letras-Habilitação em Português e Inglês pela Universidade de Franca, é Mestre em Linguística pela Universidade de Franca e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela FCLAR - Unesp (Araraquara). Realizou estágio de pós-doutorado no Departamento de Educação, Informação e Comunicação, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (USP).
Email: camilaludovice@gmail.com

RESUMO

Trabalhar língua à luz da perspectiva bahkitiniana constitui um dos maiores desafios aos professores de língua portuguesa. Isso acontece porque ainda há uma indefinição sobre como deve ser o trabalho com gêneros discursivos em sala de aula. Nem os documentos oficiais e materiais didáticos fundamentam, de fato, suas orientações e atividades em uma perspectiva dialógica de linguagem. Nesse sentido, o tema desta pesquisa é verificar o quanto a teoria de Bahkitin pode ser positiva para trabalhar a língua. Para tanto, elaboramos uma proposta de atividade que une gêneros discursivos que dialogam entre si através da temática da educação fiscal e que circulam amplamente em situações reais de comunicação. Exploraremos, em um primeiro momento, o gênero discursivo Cupom Fiscal, por estar tão presente na vida dos cidadãos e pouco abordados nos materiais didáticos. Em um segundo momento, trabalharemos outros gêneros discursivos que pertencem a vários tipos textuais (narrativo, expositivo e argumentativo) e que circulam nas esferas da atividade humana. A ideia é fazer com que os alunos desenvolvam conhecimentos práticos para atuarem como cidadãos participativos e conscientes por meio da translinguística (Bahktin, 1992) e que a escola seja espaço de construção da formação crítica do aluno através da linguagem. Almejamos instigar a capacidade de refletir, identificar vozes discursivas, promover o desenvolvimento da cidadania e da consciência crítica, além da explorar a composição dos gêneros discursivos. Nosso estudo será pautado nos pressupostos teóricos de Bahktin (1992;1995) e Fiorin (2010).

Palavras-chave: Bakhtin, Gêneros Discursivos, Educação Fiscal.

SUMMARY

Working on language in light of the Bahkitinian perspective constitutes one of the biggest challenges for Portuguese language teachers. This happens because there is still uncertainty about how to work with discursive genres in the classroom. Not even official documents and teaching materials base their guidelines and activities on a dialogic language perspective. In this sense, the theme of this research is to verify how positive Bahkitin's theory can be for working with the language. To this end, we developed an activity proposal that unites discursive genres that dialogue with each other through the theme of tax education and that circulate widely in society in real communication situations. We will first explore the discursive genre Tax Coupon, as it is so present in the lives of citizens and is rarely covered in teaching materials. In a second moment, we will work on other discursive genres that

belong to various textual types (narrative, expository and argumentative) and that circulate in the spheres of human activity. The idea is for students to develop practical knowledge to act as participatory and conscious citizens through the perspective of translinguistics (Bahktin, 1992) and for the school to be a space for constructing the student's critical formation through language. We aim to instigate the ability to reflect, identify discursive voices, promote the development of citizenship and critical consciousness, in addition to exploring the composition of discursive genres. Our study will be based on the theoretical assumptions of Bahktin (175; 1992) and Fiorin (2010).

Keywords: Bakhtin, Discursive Genres, Tax education.

Agência de fomento: CAPES

INTRODUÇÃO

Trabalhar língua na escola com base na visão bakhtiniana, a partir dos gêneros discursivos, tem-se revelado um desafio complexo. Esse desafio justifica-se porque, em primeiro lugar, os documentos oficiais, que organizam o currículo nas escolas, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), utilizam, muitas vezes, apenas as nomenclaturas das contribuições teóricas do círculo de Bakhtin, ora como gêneros discursivos, ora como gêneros textuais. Nem sempre há uma definição e um uso apropriados.

Em segundo lugar, nos materiais didáticos, também existe uma simplificação de métodos e esquemas de identificação, com atividades que focam apenas o estilo de linguagem, ou, até mesmo, as classificações dos gêneros. Esse tipo de atividade desconsidera a linguagem em seu real funcionamento, pois está fora de um contexto de produção de sentido, o que pouco favorece o ensino de língua.

No sentido de proporcionar uma discussão mais elaborada acerca desse assunto, propomos, por meio da pesquisa bibliográfica e com base nos pressupostos teóricos sobre dialogismo e gêneros do discurso em Bakhtin, analisar uma proposta de ensino que contemple diferentes gêneros discursivos, que são dialógicos entre si, por meio do mesmo conteúdo temático: a educação fiscal.

O principal gênero a ser trabalhado é o cupom fiscal, por ser tão presente na vida dos cidadãos. Exploraremos, também, as relações dialógicas entre outros enunciados por meio das tipologias expositiva, narrativa e argumentativa.

Pretendemos evidenciar o quanto pode ser positivo o trabalho dos gêneros discursivos através da perspectiva dialógica de linguagem. Não é, portanto, o nosso objetivo deter-nos às classificações. Buscamos considerar a concepção de gêneros discursivos, a temática que os une, propor caminhos de análise de discursos de forma colaborativa. Cabe ressaltar que, em nossa análise, não pretendemos esgotar todas as possibilidades de verificação dos textos, mas apontar possíveis caminhos de aplicação da teoria de Bakhtin.

Nesse sentido, buscamos unir a temática para que o entendimento do ser e fazer do homem no mundo seja materializado. A investigação conjunta dos gêneros discursivos tem respaldo teórico na consideração de que: i. os sentidos que os homens dão a seus mundos se materializam através de enunciados; ii: a língua viva acontece em processos enunciativos reais de comunicação.

Sendo assim, organizamos este artigo em três seções, seguidas das considerações finais. A primeira refere-se às noções teóricas consideradas relevantes para a análise aqui proposta, ou seja, a teoria dialógica de Bakhtin, os gêneros do discurso e o gênero cupom fiscal. Na segunda seção, apresentaremos a proposta didática e os gêneros discursivos contemplados. Na terceira seção, apresentaremos uma breve análise da proposta didática com a finalidade de cumprir os objetivos propostos e mostrar o diálogo existente. Por último, nas considerações finais, apresentaremos os resultados obtidos.

1 DIALOGISMO E GÊNEROS DISCURSIVOS, SEGUNDO A CONCEPÇÃO BAKHTINIANA

A maneira como ensinamos a língua demonstra a concepção que temos dela. Durante anos, a concepção da linguística tradicional fundamentou o ensino de língua na estrutura e classificação dos textos. Embora os estudos de Bakhtin e seu círculo não tivessem como objetivo o ensino, suas

discussões têm fundamentado vários documentos oficiais e práticas de ensino de língua no Brasil e no mundo.

A BNCC traz apontamentos sobre como deve ser a abordagem dos gêneros na escola. Encontramos, nela, ora as expressões "gêneros do discurso" ora "gêneros textuais", conforme a 5ª competência específica de língua portuguesa para o ensino fundamental, "Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual." (BNCC, 2018, p. 89).

O que percebemos é que a BNCC utiliza os dois termos como se fossem equivalentes. Bakhtin utiliza a denominação "gênero discursivo". Ela parece muito mais fiel ao pensamento bakhtiniano do que gêneros textuais. Mas, afinal, qual é a diferença entre as duas denominações?

A Linguística Textual, no geral, parte da materialidade do texto para, quando é o caso, chegar ao contexto de produção. De maneira bastante diversa, no pensamento bakhtiniano, devemos partir das condições em que determinado enunciado é concretizado para, então, chegar à sua materialidade.

Assim, na perspectiva bahktiniana, seriam questões primeiras: Quem são os interlocutores? Que papeis sociais ocupam? Em que momento do tempo e do espaço aqueles sujeitos enunciam? Após essas reflexões, podemos entender um enunciado para chegar ao estudo da sua materialidade. Desse modo, enquanto a Linguística Textual parte do texto ao contexto, na perspectiva bakhtiniana parte-se de questões mais amplas do contexto social para se chegar ao texto.

É importante ressaltar que não existe apenas uma definição correta, não se trata de dispensar um conceito ou outro. Trata-se apenas de observar que as duas expressões não são equivalentes.

Por conseguinte, Fiorin (2010), estudioso de Bakhtin, afirma que há categorias de análise em Bahktin e que é preciso, ainda, distinguir a linguística da translinguística. A primeira refere-se às unidades de uma língua, que são as palavras e orações e podem ser repetíveis. Já a segunda refere-se aos enunciados, que são unidades reais de comunicação e sempre são acontecimentos únicos.

Sendo assim, segundo Bakhtin (1992), qualquer procedimento que limite a língua a classificações são inadequados, uma vez que a enunciação é um diálogo social, portanto ideológica. Além disso, o enunciado só existe em um contexto social, com um locutor potencial, que pensa, exprime, repensa, aceita, ignora, responde.

Segundo a teoria de Bakhtin, a língua é um sistema vivo e carrega as características dialógicas que lhe deram vida e pode ressurgir, outra, modificada, em contextos dialógicos diferentes. Para Bakhtin (1995, p. 123),

> A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Assim, a interação é um fenômeno constitutivo da língua, por meio da qual a interação ocorre. O diálogo (na amplitude do termo) é uma suprema verdade na interação verbal, não apenas o que ocorre em voz alta, ou face a face, mas toda e qualquer comunicação verbal.

Bakhtin (1995, p. 112) afirma que "toda e qualquer palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui o produto da interação verbal do locutor e do ouvinte.". A interação verbal, portanto, é um processo constitutivo entre dois (ou mais) sujeitos e consigo mesmo, em um diálogo determinados por discursos para criar sentidos.

Na visão de Bakhtin, a linguagem, concretizada na interação verbal, possui uma natureza social e histórica, pois a função da língua está em seu uso, na significação que adquire em um dado contexto ideológico, na enunciação "como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados". (BAKHTIN, 1995, p. 112). Portanto, a linguagem é dialógica por excelência.

Por ser sempre acontecimentos únicos, o discurso, para Bakhtin, não se constrói sobre a realidade, mas sim a partir de outros discursos, ora mais distantes, ora mais imediatos. Na análise translinguística, o funcionamento real da linguagem é sempre evidenciado, o que significa levar em conta da historicidade do discurso, as vozes que o permeiam.

Quando o filósofo russo fala em dialogismo, não se refere ao diálogo face a face, mas em uma propriedade central dos enunciados: um discurso só existe a partir de outro. Sendo assim, todo

discurso é ocupado, atravessado, habitado pelo discurso do outro e, por isso, é constitutivamente heterogêneo.

E esses discursos, em nossas interações sociais, se materializam por meio de gêneros discursivos, definidos por Bakhtin (1975, p. 279) como "[...] tipos relativamente estáveis de enunciados". São relativamente estáveis pois, embora possuam traços que os caracterizem e os diferenciem dos demais gêneros, eles sofrem alterações sócio-históricas e podem se alterar segundo as escolhas estilísticas de cada enunciador. Dessa forma, assim como o homem é um ser social, complexo e em constante mudança, os gêneros discursivos também se ampliam e se diferenciam.

Segundo Bakhtin, cada campo da atividade humana elabora seus gêneros discursivos; por isso, os enunciados que os compõe

> [...] reflete condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (BAKHTIN, 1975. P. 279)

Neste artigo, trabalharemos com sete gêneros discursivos. Eles terão um elemento em comum (o conteúdo temático) e dois diferentes (o estilo e construção composicional). Dessa forma, haverá um diálogo entre eles. Além disso, são marcados pela especificidade de várias esferas de comunicação.

Conforme a tabela a seguir, os gêneros trabalhados serão:

CONTEÚDO TEMÁTICO	Educação Fiscal
GÊNEROS DISCURSIVOS CONTEMPLADOS	Vídeo para motivação inicial: https://www.youtube.com/watch?v=INBWFbfljtI Cupom fiscal Reportagem: Os tributos na história da humanidade Crônica: Eu também pago para estudar Infográfico: Arrecadação X Gasto público (http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/09/31613-da-onde-vem-e-para-onde-vai-o-dinheiro-publico.shtml) Charge: O velho Brasil
PRODUÇÃO TEXTUAL	Artigo de opinião

Pertencente à esfera comercial, o gênero discursivo cupom fiscal possui a finalidade de formalizar uma operação de compra e venda entre uma empresa e o consumidor final. Possui a especificidade de comprovar os valores e produtos de uma transação, tanto por parte da empresa quanto do cliente. Circulam em todo território nacional e constitui uma importante ferramenta para garantir que a cidadania seja colocada em prática por meio do recolhimento dos impostos.

As tipologias expositiva, argumentativa e narrativa, por meio dos gêneros discursivos reportagem, crônica, infográfico, charge, artigo de opinião complementarão a temática da educação fiscal.

2. A PROPOSTA DIDÁTICA

A ação do professor é de suma importância para que os alunos desenvolvam conhecimentos práticos para atuar na sociedade e agir como cidadãos participativos, conscientes de seus deveres, direitos e responsabilidades sociais.

Devemos levar em conta, portanto, que os alunos estão em processo de desenvolvimento e que, muitas vezes, equivocadamente, pensamos que não é necessário explorar temas que estão constantemente presentes em nosso dia-a-dia. Contudo, esses temas devem estar presentes em nossa prática escolar, uma vez que serão responsáveis por despertar a consciência do aluno para que se tornem sujeitos agentes na sociedade.

A BNCC (2018, p. 89), sobre as competências específicas a serem desenvolvidas em língua portuguesa no Ensino Fundamental, destaca que:

> Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

Assim, um dos caminhos que podemos traçar é discutir temas como ética e cidadania, ligados à chamada educação fiscal, buscando despertar no aluno o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, tendo em vista o benefício de toda a população.

Seja para pagar a conta na cantina da escola ou para comprar um novo game, é importante que os alunos criem a noção do valor das coisas e da importância de poupar e economizar. São assuntos do interesse de todos, fazem parte do nosso dia a dia, ficando impossível viver sem esse aprendizado de forma independente.

Nesse sentido, a BNCC (2018, p. 89) também destaca que:

> Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.

Aliado a essa discussão, exploraremos a importância de o aluno se enxergar como cidadão integrante do processo de arrecadação de impostos e de sua consequente utilização para redução das desigualdades sociais, dada através da exigência do cupom ou nota fiscal.

Segundo Bakhtin (1975, p. 279), ~~a~~ utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana". Dessa forma, é possível ensinar a escrever textos e exprimir-se oralmente em situações públicas e extraescolares, criando contextos de produção precisos, efetuando atividades ou exercícios múltiplos e variados, permitindo que o aluno desenvolva sua habilidade de escrita em situações de comunicação diversas.

Por isso, pensamos na temática da educação fiscal, por meio de organização sistemática em torno de gêneros discursivos, pois serão capazes de ampliar o repertório dos alunos através da heterogeneidade de gêneros do discurso, marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (BAKHTIN, 1992)

Com as noções sobre dinheiro e processo de arrecadação de impostos, pretendemos despertar nos alunos uma atitude crítica quanto à aplicação e fiscalização do dinheiro público, ampliando para uma reflexão sobre os efeitos contraditórios da sonegação de impostos, gestão financeira fraudulenta do governo, enriquecimento ilícito e como a sociedade fica estagnada e é afetada, em vários aspectos, como saúde, educação e moradia, quando isso acontece.

Logo, esta atividade didática se justifica pelo fato de a escola ser um espaço de construção da formação crítica do aluno, para agirem no meio em que vivem. Tem como finalidade principal permitir o desenvolvimento da cidadania e a consciência crítica, por meio da exploração do gênero cupom fiscal, levando em conta a sua composição, descrição dos impostos, funcionalidade e tamanha importância para a garantia dos direitos sociais, manutenção do espaço público e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Nosso intuito, além de explorar a consciência crítica em relação à aplicação do dinheiro arrecadado dos impostos, é propiciar reflexões matemáticas sobre a equivalência entre quantias e valores e sobre a porcentagem, em reais, dos impostos incididos sobre as mercadorias, além do desenvolvimento da habilidade escrita e leitora, compreensão textual e ampliação do vocabulário.

Nosso público-alvo são alunos de sexto ano do Ensino Fundamental II, visto que são saberes que quanto mais cedo adquiridos, mais oportunidades proporcionarão para desenvolver a criticidade e cidadania. Para a efetivação das atividades, serão necessárias aproximadamente dez aulas de 50 minutos cada.

Os materiais necessários no decorrer das atividades serão: retroprojetor, computador, lousa, papel, folhas impressas e cupons fiscais variados.

2.1 Etapas da Proposta didática

A proposta se iniciará com um levantamento de dados sobre os conhecimentos dos alunos acerca dos cupons fiscais, depois assistiremos a um vídeo e faremos a leitura e interpretação de um texto motivador sobre o tema. Na sequência, exploraremos a composição do cupom fiscal, além de preenchermos uma nota.

Por fim, após a interpretação de uma charge sobre o imposto de renda, levaremos os alunos a produzirem um artigo de opinião com o tema: **"O imposto pago pelos brasileiros é bem empregado ou não?"**.

Etapas e procedimentos

ETAPA 1: Diagnóstico Inicial – Vídeo: "Que nem gente grande (Ziraldo)"

Assistiremos a um vídeo intitulado "Que nem gente grande", de Ziraldo, em que pretendemos verificar, junto aos alunos, se seus pais pedem o cupom fiscal no ato da compra.

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=INBWFbfljtI

Oralmente, faremos uma reflexão sobre a importância da exigência do cupom fiscal, afinal, ele é um meio de arrecadação de impostos, que garante a manutenção dos direitos básicos do cidadão.

1-) Por que é importante pedir o cupom fiscal? 2-) Você sabe quanto paga de imposto em cada produto que compra? 3-) O dinheiro do imposto vai para onde? 4-) Você sabe identificar no cupom fiscal o valor pago por cada imposto?

Apresentaremos também um cupom fiscal e exploraremos sua composição.

LOJAS RIACHUELO S.A.
AV. DR ANTONIO MARIA LAÉT, 566, LJ 1 2272 P2
PARADA INGLESA - SAO PAULO - SP
CNPJ:33.200 056/0049-93 IE:148.027.097 112
03/05/2013 18:04:41 CCF:000253 COO:000756
CUPOM FISCAL
ITEM CODIGO DESCRIÇÃO QTD UN.VL_UNIT(R$) ST VL_ITEM(R$)
001 7892949065324 TOALHA ROSTO I
(7687222)
(00076872220044)
1,000 PC X 9,90 01T18,00% 9,90
002 7891497693324 TOALHA ROSTO B
(7590857)
(00075908570025)
1,000 PC X 9,90 01T18,00% 9,90
003 7422466 JOGO CAMA SOLT
(00074224660016)
1,000 PC X 32,90 01T18,00% 32,90
TOTAL R$ 52,70
TEF
PDVR 2.0.3 [illegible]a35FF00abd83[illegible]979037c5a825b785
Tributos T R$ 16.92 (32.11%) Fonte: IBPT
R$52.70 DEB VISTA NSU/DOC:[illegible]5174 CART:[illegible]916
QTDE ITENS:3 TEF:[illegible]2344599
GMZS4MRQGAXUANJWF4YDANBZFU4TGIBAAAAAF5BOUMEQKUA
IBM 4610-SJ6
ECF-IF VERSAO: 01.00.05 ECF: 005 LJ: 0101
DDDDDDDDDDDARCCIKD 03/05/2013 18:05:24
FAB: IB041000000009625365

ETAPA 2: "Os Tributos na História da Humanidade"

Faremos a leitura compartilhada de um texto retirado do site Leãozinho, da Receita Federal, em que exploraremos a presença dos impostos ao longo da história, além da consciência sobre sua real importância para a manutenção do espaço público, investimentos em educação e saúde.

Os Tributos na História da Humanidade

No início, os homens viviam em tribos, moravam em cavernas e lutavam contra o frio, a fome e os grandes predadores. Viviam se mudando de um lugar para outro em busca dos meios para sua sobrevivência. Eram nômades. Este período é chamado de pré-história.

Com o tempo os homens foram acumulando conhecimentos. Esses conhecimentos possibilitaram ao homem fabricar suas roupas e objetos para guardar alimentos, cozinhar e caçar. Os homens aprenderam a domesticar os animais, a plantar e a construir suas casas. Assim, deixaram de ser nômades e descobriram as vantagens de manter para si um pedaço de terra.

Dessa forma, a terra passa a ser um bem de muito valor para o homem e objeto constante de cobiça e disputa, motivando o surgimento de guerras pela conquista de mais e mais terras. Nessa época era comum os homens homenagearem seus Deuses e líderes com presentes a que davam o nome de tributos.

A conquista de terras favoreceu o surgimento das grandes civilizações como a egípcia, grega e romana. Este período é chamado de antiguidade e vai da invenção da escrita, ocorrida, aproximadamente em 5000 a.C. até 476 d.C., ano que marcou o fim do império romano.

Foram séculos de conflitos e guerras entre os povos da terra em busca de mais territórios e poder. Nessa fase da história, os reis passaram a exigir tributo para sustentar seus exércitos, foi então que o tributo deixou de ser presente e passou a ser obrigação.

Os povos vencedores tinham direito a tudo e os derrotados eram escravizados. Os escravos não possuíam direito algum, nem mesmo à vida. Eram tratados como se não fossem gente.

Em meio a tantas guerras a Grécia se destacou como uma civilização superior, resistindo fortemente à dominação por outros povos, graças à força de sua cultura.

Os romanos conseguiram conquistar os Gregos, mas não foram capazes de impor aos Gregos sua cultura. Assim, descobriram que poderiam dominar outros povos sem impor a eles suas crenças e costumes. Dessa forma, os romanos conseguiram sustentar e alargar seu império respeitando a liberdade e cultura dos conquistados, mas utilizando a cobrança de tributos como meio de fortalecer seus exércitos e conquistar mais terras.

Nessa época, a maioria das pessoas vivia nos campos. Os camponeses, então chamados de servos, eram obrigados a pagar tributos aos senhores feudais. Como não havia Estado, a circulação de moedas era escassa. Desse modo, os servos geralmente pagavam os tributos devidos ao senhor entregando-lhes a melhor parte de suas colheitas.

O que restava era suficiente apenas para a sobrevivência do camponês e de sua família. A vida nos campos era difícil e trabalhosa, o servo estava preso à terra do senhor, sua liberdade era muito restrita. Nesse período os senhores de terra possuíam ainda direito de vida e de morte sobre os seus vassalos. Quem não pagasse o tributo devido podia ser preso ou morto. A vida das pessoas estava voltada para atender às vontades e às necessidades dos senhores feudais. O povo vivia miseravelmente.

A religião católica era muito forte e os senhores feudais, convencidos pela igreja, começaram a participar das cruzadas, as chamadas guerras santas, que tinham por objetivo reconquistar a palestina, lugar sagrado para os cristãos, porque lá nasceu e viveu Jesus Cristo. Para recuperar os territórios da terra santa, gastavam cada vez mais e cobravam cada vez mais tributos. O povo já estava cansado, pois nada era feito em favor dele.

Na Inglaterra, um rei chamado Ricardo Coração De Leão, deixou seu povo sendo governado por um parente chamado João Sem Terra, para comandar seus exércitos nas cruzadas.

Enquanto Ricardo viajava em guerra, João Sem Terra aproveitou para formar seu próprio exército e com isso cobrava duas vezes mais tributos. Uma parte do dinheiro ia para sustentar as cruzadas e outra para sustentar o novo exército de João Sem Terra, que pretendia não devolver o trono a RICARDO. Para o povo nada.

O povo se revoltou contra tanto abuso e surgiu a lenda de Hobin Hood, um herói que roubava dos ricos para dar aos pobres, distribuindo o dinheiro que a nobreza acumulava em seus cofres.

Quando Ricardo Coração de Leão voltou das cruzadas lutou contra João Sem Terra para recuperar seu trono. O povo já tão cansado de ser explorado exigiu que o novo rei assinasse um documento que o protegesse contra tanto abuso: a MAGNA CARTA. Esse documento tem uma grande importância histórica, por ser a primeira limitação legal ao poder dos reis de cobrar tributos.

O fim das cruzadas marcou também o enfraquecimento crescente do poder dos senhores feudais. Exércitos inteiros foram destruídos e muitos dos senhores de terra morreram nas guerras santas. Os camponeses, então, foram se libertando aos poucos do poder feudal. Cansados da vida de exploração e penúria, grande número de camponeses migrou para as cidades.

No final da idade média, as cidades estavam reflorescendo em toda a Europa. O contato com a cultura oriental trouxe para os europeus novos hábitos de consumo. Os produtos orientais – as especiarias – eram muito valiosos. Surgiu uma nova classe social: a dos comerciantes, industriais e banqueiros – chamada de burguesia – palavra derivada de burgo, que significa cidade. O comércio cresceu e se diversificou. Esse movimento atraiu cada vez mais pessoas para as cidades. Mas não era fácil adquirir especiarias, porque a rota do oriente era dominada pelos árabes, inimigos mortais dos europeus desde a época das cruzadas.

As cidades Italianas foram as que mais se beneficiaram do comércio das especiarias, principalmente Gênova e Veneza por causa de sua localização geográfica privilegiada. Os hábeis comerciantes italianos conseguiram manter acordos comerciais com os árabes, que lhes permitiram praticamente monopolizar o comércio com o oriente. Isso gerou um grande progresso material para toda a região, criando condições para o surgimento de uma nova era da história da humanidade: o renascimento. O renascimento marca o ocaso da idade média.

O período seguinte é chamado de Idade Moderna e vai do ano 1453 (tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos) a 1789 (Revolução Francesa). Neste período os feudos foram transformados em reinados. Os pequenos reinados foram crescendo e se unindo dando origem aos Estados Nacionais.

O monopólio árabe-italiano sobre o comércio com o oriente, fazia com que o preço das especiarias permanecesse muito elevado. Para o restante da Europa, era necessário conseguir uma nova rota comercial com o oriente, que possibilitasse baratear o custo daqueles produtos tão cobiçados. Para isso, não havia outro caminho senão navegar pelo tenebroso e desconhecido oceano atlântico. Navegação tão perigosa, exigia a construção de verdadeiras esquadras de caravelas, o que era muito caro. Só o rei, já então fortalecido pela criação dos Estados Nacionais que lhe possibilitava cobrar tributos de seus súditos, podia reunir tamanha fortuna em moedas de ouro e prata que permitisse financiar as grandes viagens. Assim, nessa época se generalizou a cobrança de tributos em moeda e não mais em mercadorias como ocorrera ao longo de toda a idade média.

Devido à sua posição geográfica privilegiada e ao notável desenvolvimento da navegação, Portugal e Espanha foram os primeiros reinos a lançar grandes expedições marítimas. Descobriram as rotas para a África e Ásia e chegaram às Américas, então densamente habitadas por povos de culturas completamente diferentes da europeia. Este fato histórico é tão importante para o destino da humanidade que hoje é conhecido como o ~~-e~~ncontro de dois mundos".

A descoberta de metais preciosos nas Américas mudou totalmente a face da Europa, financiou a revolução industrial e proporcionou a ascensão da burguesia como classe social rica e influente. Enquanto isso, as colônias, como o Brasil, eram exploradas e tinham suas riquezas extraídas e mandadas para a Europa sem gerar qualquer benefício para os habitantes das próprias colônias.

Mas a insatisfação não tomava conta apenas dos habitantes das colônias. Na França, por exemplo, os burgueses, camponeses e artesãos se revoltaram contra o rei, por acharem injusto que só os comerciantes, industriais e trabalhadores tivessem a obrigação de pagar pesados impostos, enquanto a nobreza e o clero nada pagavam e viviam como marajás.

Nesse período, precisamente em 1789 eclode a Revolução Francesa, marco inicial da Idade Contemporânea. A Revolução teve como objetivo instaurar a república. Seu lema é Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Neste ano foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que é um marco na história do ser humano, porque foi o primeiro documento que definiu claramente os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. Em 1791 foi aprovada a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.

Ainda nessa época, os Estados Unidos se tornaram independentes da Inglaterra. Um das principais causas da guerra de independência americana foram os pesados impostos que a coroa britânica cobrava de suas colônias na América.

Esses movimentos de libertação inspiraram várias revoltas importantes ocorridas no Brasil nos fins do século XVIII e início do século XIX. Tais movimentos tinham por objetivo declarar nossa independência de Portugal e criar a República. Dentre essas revoltas, a principal foi a Conjuração

Mineira, mais conhecida como Inconfidência Mineira. Uma das principais causas da conjuração mineira foi exatamente a cobrança do chamado quinto do ouro, ou seja, a quinta parte de todo o ouro extraído nos garimpos, que deveria ser pago à coroa portuguesa como tributo.

No final do século XVIII as minas de ouro começaram a se exaurir e a produção caiu muito. Mas o governo português, endividado, não admitia receber menos. Desconfiava que a produção do ouro que chegava às casas de fundição estava caindo porque havia muita sonegação. Por isso, a rainha de Portugal, conhecida como D. Maria, a Louca, determinou que se a produção anual de ouro que cabia à coroa não fosse atingida, a diferença seria cobrada de um vez por meio da derrama. A proximidade do dia da derrama aterrorizava o povo de Vila Rica. Tiradentes e os demais inconfidentes perceberam que esse seria o dia certo para anunciarem o movimento, pois contavam com o apoio e a participação da população de Vila Rica, revoltada com a derrama. No entanto, antes que isso acontecesse, foram delatados por Joaquim Silvério dos Reis. A derrama foi suspensa. Apesar de derrotado, o movimento mineiro inspirou, anos mais tarde, a independência do Brasil.

Hoje em dia, nossa Constituição, como a de todos os países democráticos, garante os direitos dos contribuintes, impondo limites ao poder do Estado de tributar.

Por outro lado, o tributo tem hoje um grande significado social, por ser o maior responsável pelo financiamento dos programas e ações do governo nas áreas da saúde, previdência, educação, moradia, saneamento, meio ambiente, energia e transporte, dentre outras. No entanto, é preciso zelar sempre para que os princípios constitucionais sejam observados e que os recursos arrecadados possam ser aplicados em obras e serviços que atendam às necessidades da população, principalmente a parcela mais pobre.

Fonte: http://leaozinho.receita.fazenda.gov.br/biblioteca/Estudantes/Textos/HistoriaTributos.htm

1-) Os impostos sempre estiveram presentes na nossa sociedade?
2-) Por que eles surgiram?
3-) Hoje em dia, a finalidade de se cobrar impostos mudou?
4-) Você acredita que o dinheiro que pagamos impostos é bem aproveitado? Por quê?

ETAPA 3: "Eu também pago para estudar"

Na sequência, os alunos serão levados a refletir sobre o uso do dinheiro público, através da leitura de um texto narrativo que aborda a temática de que, embora a escola pública seja gratuita, os recursos que a mantém, são provenientes dos impostos pagos pela população.

Eu também pago para estudar

No caminho da escola para casa, João encontrou seu amigo Beto, que estuda em uma escola ali perto. Como eles moram na mesma rua, foram caminhando juntos.

— Olá, Beto. Como vai?

—Tudo bem, João.

E, enquanto caminhavam, João, vendo um papel na mão de Beto, logo perguntou:

— O que é isso, Beto? É um convite? Oba!!! Se vai ter uma festa na sua escola eu também quero ir.

— Ah, João, não é nada disso. Isso aqui é um boleto.

— Boleto? O que é isso?

— Ah!!! É um papel que a escola manda uma vez por mês, para a minha mãe pagar a mensalidade.

— Ué... A minha escola não manda nenhum boleto. Vou perguntar para a minha mãe.

Quando estavam perto de casa, despediram-se:

— Tchau, João. Tenho que ir, se não minha mãe vai ficar preocupada.

— Tchau! Depois eu vou na sua casa para a gente brincar.

Chegando em casa, João foi logo perguntar a sua mãe:

— Mãe, porque na escola do Beto os pais têm que pagar uma mensalidade para os filhos estudarem lá e na minha não?

— Não é bem assim, meu filho. Para você estudar, nós também pagamos, só que de uma forma diferente.

— Como assim, mãe?

— É que na escola particular, assim como em outros serviços particulares, existe uma pessoa ou grupo de pessoas que é dono e precisa desse dinheiro para pagar os funcionários e comprar tudo o que precisa para oferecer esses serviços.

— Na minha escola não precisa de dinheiro para tudo isso?

— É claro que precisa. E nós pagamos, só que por meio dos impostos.

— Impostos???

— Isso mesmo. E existem vários tipos de impostos. O mais conhecido é o ICMS, que é uma parte do valor tirado, praticamente, de tudo que nós compramos. Mas esse dinheiro só tem chance de chegar na escola se nós sempre pedirmos a nota fiscal.

— Acho que já entendi, mãe. Quando nós compramos alguma coisa e pedimos a nota fiscal, uma parte do dinheiro que nós pagamos fica com o vendedor e a outra é usada para o serviço público. Entendi certo?

— Isso mesmo, meu filho... Agora que está tudo entendido, vai para a mamãe lá na venda do seu Juca comprar algumas coisas. Toma, tá aqui a lista e o dinheiro. Chegando na venda...

— Oi, João, o que faz por aqui?

— Vim comprar essas coisas dessa lista. Tem?

— Tem sim, João. Tá tudo aqui.

— E a nota fiscal?

— Nota fiscal? Para que um menino da sua idade vai querer uma nota fiscal?

— Ah, seu Juca, isso é uma longa história...

Fonte: GRUPO DE EDUCACAO FISCAL. **Educação Fiscal:** A conscientização construindo um futuro mais solidário. Litoral Norte-SP: 2005.

1-) Qual é a diferença entre as escolas de João e Beto?
2-) O que é uma escola particular?
3-) Quem paga pela escola pública?
4-) Qual é a relação do pagamento dos impostos e a escola pública?
5-) A mãe de João cita o ICMS. De que maneira ele é recolhido?
6-) A leitura desse texto nos alerta sobre:
(A) A importância de exigir sempre a nota fiscal.
(B) A importância de pagar impostos para a manutenção de bens públicos.
(C) A importância de haver escolas particulares.
(D) Não pagar impostos, pois eles são mal aplicados.

ETAPA 4: Para onde deveria ir o dinheiro dos impostos?

Faremos a leitura de um texto em que discutiremos sobre o destino do dinheiro pago aos impostos, através da leitura multimodal.

Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/09/31613-da-onde-vem-e-para-onde-vai-o-dinheiro-publico.shtml

Após a leitura, faremos uma análise oral dos dados, destacando:

- Formas de arrecadação de impostos e de gastos públicos;
- Participação por esfera de governo;
- O que é PIB.

ETAPA 5: Produção Escrita

Para finalizar a atividade didática e ampliar a habilidade escrita e argumentativa dos alunos, faremos análise de charge e, posteriormente, a produção de um artigo de opinião, cujo tema será: **"O imposto pago pelos brasileiros é bem empregado ou não?"**

Fonte: https://infelicidadetributaria.blogspot.com.br/2012/01/

1-) O que você entendeu da charge?
2-) Qual é a relação entre o título e o conteúdo da charge?
3-) Você acredita que essa é uma realidade do Brasil? Explique.

PRODUÇÃO TEXTUAL: Artigo de opinião

O artigo de opinião é publicado em jornais, revistas e sites e costumam vir assinados (isto é, levam o nome de quem escreveu), para que o leitor saiba que a opinião defendida é daquele autor.

A intenção desses textos é **defender uma opinião** acerca de alguma questão de relevância social que produz diferentes pontos de vista, isto é, uma questão cuja discussão na sociedade é importante. Para tanto, estes textos usam **argumentos**.

Mesmo que um artigo de opinião não chegue a convencer o leitor, ele o faz refletir, repensar seus pontos de vista sobre o assunto.

Para facilitar, complete o esquema a seguir referente à organização do texto:

Opinião do autor: ( ) O dinheiro dos impostos é bem empregado?

( ) O dinheiro não é bem empregado?

Argumento 1	Argumento 2	Argumento 3	Conclusão

Pensando no que vimos sobre o cupom fiscal, a descrição dos impostos nele contidos e sua aplicabilidade social, reflita sobre a crítica presente na charge e escreva um artigo de opinião com o seguinte tema: **"O imposto pago pelos brasileiros é bem empregado ou não?"**.

3 – O DIALOGISMO NA PROPOSTA DIDÁTICA

Bakhtin (1992) postula que todo discurso é constituído pelo discurso alheio. Nossa intenção neste trabalho é evidenciar o diálogo que se estabelece entre os gêneros discursivos escolhidos por meio da temática da educação fiscal.

Além disso, por meio dos enunciados concretos, percebemos que a língua penetra em nossa vida e estão a todo momento dialogando entre si através dos gêneros discursivos.

Nesse viés, a temática da proposta didática justifica-se, uma vez que a educação fiscal é importante para desenvolver não só a criticidade nos alunos, mas levá-los a contemplar informações importantes sobre a arrecadação de impostos, a empregabilidade desse dinheiro, a importância dos tributos para a garantia dos serviços públicos.

O dialogismo presente nos gêneros escolhidos é sempre carregado de outros discursos. Fiorin (2010) chama de dialogismo constitutivo, já que esse diálogo é uma condição intrínseca a qualquer discurso. Nessa proposta didática, interessa-nos a análise translinguística e o objeto de análise é o exame das relações dialógicas entre os enunciados, seu modo de constituição e compreensão.

Percebemos as vozes discursivas presentes em enunciados numa dada época e numa determinada formação social. Assim, por ser dialógico, é que os discursos são históricos. Essa historicidade não está relacionada à História, mas no movimento linguístico de sua constituição, em uma análise dialógica de constituição de sentido. Por isso, Fiorin (2010) afirma que é na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa do discurso.

Fazer uma análise, segundo os princípios bakhtinianos, é analisar a historicidade inerente ao texto. Para Bahktin (1995, p. 98) "toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala.".

Sendo assim, os gêneros selecionados, nessa proposta didática, estão construídos levando-se em conta a sua historicidade. Os impostos, desde os tempos remotos, são cobrados na sociedade. Se bem utilizados ou não, esses recursos são importantes para garantir os direitos básicos dos cidadãos.

Sendo o professor o fio condutor do processo de aprendizagem, acreditamos ser positivo levar os alunos a construir saberes conjuntamente, formular suas próprias ideias e conceitos por meio de relações dialógicas de gêneros discursivos, sempre partindo de sua realidade. Além disso, em uma perspectiva bahktiniana de linguagem, partir de questões mais amplas para chegar, em último momento, à materialidade textual.

No primeiro gênero abordado, o "Que nem gente grande", de Ziraldo, tem por objetivo introduzir o conteúdo temático, educação fiscal, e verificar juntamente aos alunos se eles sabem a importância de pedir o cupom fiscal nas compras e se observam se os pais pedem. Na esfera de atividade humana escola e casa, os alunos deveriam relatar o que observam em seus lares juntamente com seus pais.

Em seguida, apresentamos o gênero discursivo Cupom Fiscal, que circula na esfera empresarial. Sua composição é padronizada e possui especificidades, como siglas (CNPJ), razão social, nome fantasia, inscrição estadual e municipal, bem como dados importantes como, por exemplo, o quanto se arrecada em tributos em cada compra realizada. O intuito, nesse momento, e chamar a atenção dos alunos para o quanto é cobrado de impostos para que eles possam refletir se esse dinheiro é bem empregado, se há retorno através das políticas públicas, temas que serão posteriormente abordados nos outros gêneros discursivos.

Na etapa 3, apresentamos a reportagem "Os tributos na história da humanidade", que circula na esfera governamental. Nesse momento, os alunos serão levados a refletir sobre a cobrança de impostos desde a pré-história até os tempos atuais e o quanto esse dinheiro é importante para a sociedade, principalmente para os mais pobres. Por ter sido retirado do site do governo, não há qualquer crítica ao recolhimento dos impostos, apenas a exposição da temática de modo objetivo.

Na etapa 4, apresentaremos a eles a crônica "Eu também pago para estudar". Esse gênero circula na esfera educacional e os alunos serão levados a refletir que, embora eles pensem que a escola pública é "de graça", os recursos que a mantém são provenientes dos recursos arrecadados da população. A todo momento, a temática une e retoma os gêneros discursivos anteriormente trabalhados. Não há qualquer preocupação em classificar os gêneros através de sua composição.

Na etapa 5, a leitura e análise do Infográfico Arrecadação X Gasto Público visa a mostrar, de maneira bem didática, o quanto é arrecadado em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) e onde os tributos são empregados em cada esfera governamental. Os textos multissemióticos são extremamente importantes para desenvolver a compreensão textual e os alunos apresentam grandes dificuldades para interpretá-los.

A última etapa, será a análise de uma charge sobre a mesma temática e a produção de um artigo de opinião cujo tema será: **"O imposto pago pelos brasileiros é bem empregado ou não?".** Nesse momento, os alunos serão orientados a desenvolverem argumentos para sustentar o seu ponto de vista através de três argumentos e a conclusão. Ou seja, a estrutura composicional, estilo e o conteúdo temático serão bem analisados para que os alunos tenham o que dizer e como dizer, segundo afirma Geraldi (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse artigo foi analisar os aspectos dialógicos da linguagem e suas relações com enunciados que possuem a temática da educação fiscal, visando mostrar que os conceitos da teoria dialógica de Bakhtin aplicam-se em uma proposta didática que não se detém à classificação de

gêneros, mas sim ao seu conteúdo, o que significa dizer que a produção de sentidos na escola pode nos fazer repensar o ensino de língua.

Pela análise aqui realizada, acreditamos que a proposta bakhtiniana pode contribuir para superar a visão ingênua de aprendizagem que desconsidera a linguagem em seu real funcionamento e foca apenas em classificações de gêneros fora de um contexto de produção de sentido.

Acreditamos que a proposta leve em consideração a interação entre os participantes do processo ensino-aprendizagem, além de desenvolver a criticidade e a autenticidade com o intuito de formar cidadãos participativos que conheçam seus deveres e direitos para viver socialmente.

Para tanto, o professor de língua desempenha um papel fundamental nessa proposta, uma vez que ele quem conduz o fio do processo ensino-aprendizagem. Numa concepção dialógica, a compreensão do texto deve ser construída de forma colaborativa por meio de reflexões, explanações, debates, conversas e não por classificações das partes de um texto ou checagens superficiais apenas.

No processo de compreensão de gêneros discursivos em sala de aula, o professor e o aluno interagem com as ideias do autor, negociando e determinando discursos conjuntamente. Isso significa que o professor deve instigá-los a pensar, ter voz, assumir um papel ativo na sociedade.

Isso pode ser possível através do trabalho com diferentes gêneros discursivos, orais ou escritos, que versem acerca do mesmo conteúdo temático. Esse tipo de proposta didática também contribui para que os alunos formulem suas próprias ideias e conceitos, a partir da comparação e do contraste entre os discursos. Pela comparação e pelo contraste, o professor pode ir explicando as relações dialógicas entre os enunciados de gêneros discursivos diferentes.

Concluímos que a teoria bakhtiniana, aliada a uma abordagem de questionamento, pode permitir aos professores de línguas ultrapassar as simples questões de classificações de gêneros, palavras ou orações e explorar convicções, promover diálogos entre enunciados para um ensino mais significativo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Estética e criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Marxismo e filosofia da linguagem. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FIORIN, J. L. Categorias de análise em Bakhtin. In: PAULA, L. STAFUZZA, G. (organizadoras). **Círculo de Bakhtin: Diálogos in possíveis**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

GERALDI, W. J. Portos de passagem. 5.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

A transformação digital na prestação de serviços de saúde: o modelo público de incorporação e aplicação da tecnologia da comunicação e informação.

Digital transformation in the provision of health services: the public model for incorporating and applying of communication and information technology.

Área temática: 03 – Saúde e Bem Estar.

HANNOUCHE, Ana Carolina de Vilhena Abrão
Bacharel em Direito – PUC/SP
Pós-graduada lato sensu em Administração – FGV/SP
Mestranda em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF
carolinavah@gmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Doutor em Ciências no Programa de Administração – USP
Pós-Doutorado em Tecnologia na Educação – Stanford (EUA)
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação,
Coordenador de Pós-Graduação Lato Sensu e
Professor Titular – Uni-FACEF
silvio@facef.br

Resumo

Diante da imensa quantidade de pessoas que dependem do SUS para receber uma prestação de saúde adequada, a eficiência do sistema e as tecnologias utilizadas devem ser constantemente avaliadas. Desta forma, a utilização das tecnologias de comunicação e informação, pode proporcionar a prestação de serviços mais seguros e de alta qualidade aos pacientes. Diante da relevância e importância da prestação de um serviço de saúde adequado e satisfatório à população como forma de promoção do desenvolvimento regional, surgiu o interesse pelo estudo da utilização da transformação digital como meio de promover o atendimento de saúde. Assim, o objetivo deste artigo é o de apresentar meu estudo em andamento na Pós-Graduação *Strito Sensu* em Desenvolvimento Regional com abordagem interdisciplinar, que por sua vez, tem como objetivo identificar as tecnologias em comunicação e informação incorporadas ao SUS e utilizadas atualmente no Município de Franca, Estado de São Paulo, e averiguar junto aos usuários, as potencialidades e fragilidades trazidas por estas tecnologias e, ao final, propor soluções para as fragilidades identificadas. Esta pesquisa, quanto à abordagem, se trata de pesquisa quantitativa com a coleta e análise dos dados coletados junto aos usuários dos serviços de saúde na cidade de Franca/SP. Espera-se concluir se as tecnologias incorporadas permitem aos usuários perceberem uma melhora na atenção de saúde.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Saúde. Tecnologia.

Abstract

Given the large number of people who depend on the SUS to receive adequate healthcare, the efficiency of the system and the technologies used must be constantly evaluated. In this way, the use of communication and information technologies can provide safer and high-quality services to patients. Given the relevance and importance of providing an adequate and satisfactory health service to the population as a way of promoting regional development, interest arose in studying the use of digital transformation as a means of promoting health care. Thus, the objective of this article is to present my ongoing study in the Strito Sensu Postgraduate Course in Regional Development with an

interdisciplinary approach, which in turn aims to identify the communication and information technologies incorporated into the SUS and currently used in Franca, State of São Paulo, and investigate with users the potentialities and weaknesses brought by these technologies and, in the end, propose solutions for the identified weaknesses. This research, in terms of approach, is quantitative research with the collection and analysis of data collected from users of health services in the city of Franca/SP. It is expected to conclude whether the incorporated technologies allow users to perceive an improvement in healthcare.

Keywords: Development. Health. Technology

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira prevê, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve garantir, por meio de políticas públicas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Este diploma legal procurou realçar de sobremaneira a ordem social, sendo que, ela forma juntamente com o título dos direitos fundamentais o núcleo substancial do regime democrático instituído (SILVA, 2001).

Justamente por ser um direito constitucional fundamental, universal e indisponível, previsto no título destinado à ordem social e, portanto, com foco no bem-estar e justiça social, é que o Estado deve, diante de seu papel estabelecido na Carta Magna, promover seu acesso a todos, indistintamente.

Em números oficiais, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas, com 80% delas dependendo exclusivamente do programa para qualquer tipo de atendimento. O seu financiamento é feito com os impostos do cidadão e partilhada pelos governos federal, estadual e municipal, e cabe à União, as políticas nacionais, mas a implementação dessas políticas é feita pelos gestores de estados e municípios, que são responsáveis por diferentes níveis de assistência. (HOSPITALAR, 2019)

Um sistema de saúde tão complexo deve, cada vez mais, se valer das inovações tecnológicas para alcançar a melhoria da prestação do serviço de saúde, seja para o paciente, seja para o agente de saúde, de forma que sem a ajuda da tecnologia da comunicação e informação não seria possível enfrentar os desafios para a gestão dos serviços de saúde. Assim, promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia é o propósito da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (GAVA; FERREIRA; *et al.*, 2016)

Diante da imensa quantidade de pessoas que dependem do SUS para receber uma prestação de saúde adequada, e a descentralização e federalização do serviço, a eficiência do sistema e as tecnologias utilizadas devem ser constantemente avaliadas.

Ademais, considera-se ainda, na realidade exposta anteriormente que o envelhecimento da população, o aumento da carga de doenças crônicas e a escalada dos gastos em saúde são um estímulo importante e inegável ao aumento da utilização das Tecnologias de Comunicação e da Informação e na Transformação Digital, em geral, para alcançar ganhos de efetividade e eficiência na prestação de serviços (PINTO; SANTANA; CHIORO, 2022)

Assim, a utilização das tecnologias digitais na prestação de serviços de saúde, em especial as tecnologias de comunicação e informação, pode proporcionar a prestação de serviços mais seguros e de alta qualidade aos pacientes, bem como tornar o negócio mais eficiente (GONÇALVES; MATTOS; JUNIOR, 2019).

Diante da relevância e importância da prestação de um serviço de saúde adequado e satisfatório à população surgiu o interesse pelo tema da utilização da transformação digital como meio de promover o atendimento de saúde.

Considerando então, que faço parte de um Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Desenvolvimento Regional com abordagem interdisciplinar, entendi que poderia contribuir com meu trabalho para entender e avaliar o atendimento médico a partir da utilização das tecnologias de comunicação e informação, na percepção da população da cidade de Franca a respeito da qualidade do atendimento de saúde. Por isso a opção pela elaboração do presente artigo a fim de nortear meu estudo durante o mestrado.

Tendo em vista a problematização, penso ser interessante inserir aqui o objetivo deste artigo que é o de apresentar meu estudo em andamento no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Desenvolvimento Regional com abordagem interdisciplinar.

Assim, o objetivo desta pesquisa ainda em progresso, é identificar as tecnologias em comunicação e informação incorporadas ao SUS e utilizadas atualmente no Município de Franca, Estado de São Paulo, e averiguar junto aos usuários, as potencialidades e fragilidades trazidas por estas tecnologias e, ao final, propor soluções para as fragilidades identificadas.

Para se alcançar o objetivo geral, destaca-se, a seguir, os objetivos específicos:

- Estabelecer as concepções teórico-acadêmicas sobre desenvolvimento e desenvolvimento por meio de tecnologias, por meio de uma abordagem interdisciplinar;
- Estabelecer quais são as principais tecnologias de comunicação e informação aplicadas em saúde;
- Identificar quais tecnologias de comunicação e informação são utilizadas no Município de Franca/SP;
- Averiguar junto aos usuários as potencialidades e fragilidades trazidas pelas tecnologias identificadas;
- Sugerir soluções para as fragilidades identificadas a fim de contribuir para a promoção do desenvolvimento regional, atendendo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) em saúde e bem estar.

Tendo como parâmetro o estudo objeto deste artigo, passa-se a discorrer sobre a própria estrutura deste artigo, que será dividido em seções que conterão, em síntese, o quanto mencionado nos parágrafos seguintes.

Esta é a primeira seção compõe a apresentação do estudo, por meio da Introdução, momento em que brevemente descreve-se o interesse em apresentar neste artigo meu objeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Desenvolvimento Regional e estabelecer o contexto em que se está inserido. É aqui que se expõe o problema de pesquisa, seu objetivo geral e demais objetivos específicos.

As seções seguintes são compostas por elementos teóricos sobre os conceitos de desenvolvimento, suas concepções e qual a relação do desenvolvimento com a prestação de serviços de saúde pelo SUS. A seguir, serão apresentados os conceitos de inovação e transformação digital ou tecnológica e como a transformação digital tem relevância na prestação de serviços de saúde de qualidade e eficientes.

Apresenta-se então, a metodologia a ser aplicada no estudo em progresso descrito neste artigo. Em seguida propõe-se a apresentação dos possíveis resultados que serão verificados ao final do estudo e, finalmente serão apresentadas as considerações finais e possíveis contribuições sociais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

"Desenvolvimento não se resume, jamais, à questão econômica, até porque esta é instrumental, mas passa inevitavelmente por ela". (DEMO, 1992, p. 16)

"A noção de „desenvolvimento" como sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso intensivo de tecnologia foi, durante muito tempo, concebida como único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da humanidade" (SILVA; MEDEIROS; SILVA, 2018, p. 45)

Essa ideia é concebida a partir da Teoria do Liberalismo Clássico de Adam Smith e se aprofundou no século XIX pelas teorias de David Ricardo e Karl Marx. Este primeiro reiterava a importância do acúmulo de capital, de riqueza, sob intervenção mínima do Estado (a intervenção deste causaria um desequilíbrio capaz de empobrecer ricos e pobres), enquanto que Karl Marx, apesar de se contrapor às ideias de Ricardo pois ressaltava os antagonismos gerados pelo progresso social (riqueza à disposição do capital versus aumento da miséria operária) também ratificava a conotação desenvolvimentista como medida de crescimento econômico pelo acúmulo de capital. (SILVA; MEDEIROS; SILVA, 2018)

O desenvolvimento passou a ter um caráter evolutivo, alicerçado na ideia de progresso, no sentido de que a sociedade poderia passar de estágios de desenvolvimento inferior para estágios superiores caso traçasse determinado caminho linear de crescimento.

Assim, até a década de 1960 a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico (fortemente ligado à industrialização) era natural e obvia já que, como bem ressaltou Rostow, as nações chamadas desenvolvidas eram as que haviam se tornado ricas por meio de alto grau de industrialização, enquanto, que, as nações cujo processo de industrialização ainda estava incipiente ou estagnado permaneciam subdesenvolvidas. (ROSTOW, 1961)

O conceito desenvolvimentista sob o aspecto unidimensional de crescimento econômico passou a ser questionado de forma mais veemente a partir da metade do século XX com contribuições importantíssimas de Schumpeter que defendia o processo social como um todo indivisível e que o estado econômico de um povo não poderia ser medido apenas pelas condições econômicas, mas sim por meio da análise da totalidade dos aspectos vivenciados na sociedade. (SCHUMPETER, 1985)

Isso porque, se percebeu que em nações subdesenvolvidas que apresentaram uma evolução e progresso industrial, seguido de intenso crescimento econômico, não apresentaram tal evolução no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida da população.

Nas palavras de FURTADO (FURTADO *apud* PEREIRA; REGO, 2001): "Assim, pode-se entender o subdesenvolvimento como um subproduto do desenvolvimento com base nos valores ocidentais (europeu), sendo, portanto, um processo autônomo e não uma etapa do desenvolvimento. Essa característica é identificada, sobretudo, em decorrência da estrutura interna subdesenvolvida, cuja articulação, seja doméstica ou internacional, não resulta na distribuição adequada das riquezas geradas, ou seja, a relação centro-periferia se dá de forma que, naturalmente, não haverá desenvolvimento periférico."

Tal constatação fez surgir um debate mundial muito intenso sobre o sentido atribuído e o verdadeiro significado de desenvolvimento para uma nação. Se o crescimento econômico experimentado não proporcionou melhor qualidade de vida e ainda provocou um aumento da degradação ambiental, um desgaste de fontes não renováveis de energia e uma alta concentração de renda com intensa desigualdade social, seria esse modelo de desenvolvimento o ideal?

Neste cenário de esgotamento e desgaste do conceito de desenvolvimento como mero crescimento econômico emerge uma nova concepção, qual seja, a do desenvolvimento sustentável, que compreende que os recursos naturais são finitos e que o modelo desenvolvimentista clássico se mostrou inviável.

O desenvolvimento sustentável, a partir da lapidação deste conceito por SACHS (2001) , apresentou premissas baseadas em três pilares: eficiência econômica; justiça social; e prudência ecológica, somadas a elas, posteriormente, a gestão participativa, a ética e a cultura.

Assim, "desenvolvimento sustentável é aquele que atende à necessidade do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades" (ONU, 1987).

"O debate atual não ignora que a concretização do desenvolvimento passa pelo crescimento de recursos, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), e pela tecnologia, os quais devem ser incluídos como elementos integrantes no planejamento das políticas de desenvolvimento. O crescimento dos recursos (incluindo o PIB, a tecnologia e as instituições), porém, deve ser planejado e instituído como parte do programa de políticas sociais, devendo ser visto simultaneamente como um objetivo e um meio. É um objetivo, pois resulta em maior consumo per capita e padrões de vida; é instrumento, na medida em que permite a realização de outros objetivos de desenvolvimento e direitos humanos" (SILVA; MEDEIROS; SILVA, 2018, p. 58).

A busca pelo desenvolvimento, então, permeia a humanidade, e durante séculos foi-se construindo um conceito, ou melhor, vários conceitos, de desenvolvimento. Um termo de significado polissêmico mas que, em suma, possui proposições que se empenham em colocar a sociedade como sua razão primordial.

Neste sentido, a contribuição de Amartya Sen (2000) foi fundamental para introduzir a noção de desenvolvimento como liberdade, que parte da constatação do alto grau de opulência do mundo contemporâneo ao passo que ainda se depara com problemas como: a persistência da pobreza (desigualdade social); a violação de liberdades políticas; a fome etc. De forma que só se pode reconhecer que há desenvolvimento a medida em que os benefícios do crescimento econômico sirvam à ampliação das capacidades humanas, de fazer escolhas e exercerem sua condição de cidadãos.

O desenvolvimento como liberdade está relacionado sobretudo à melhora de vida e às liberdades desfrutadas pelo cidadão.

Amartya Sen (2000) foi um dos pioneiros a propor um indexador envolvendo indicadores que aferissem o fenômeno da pobreza para muito além de critérios puramente econômicos, ainda nos anos de 1970.

Finalmente, nos anos de 1990 a ONU, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicou o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – calculado a partir de 3 aspectos principais da população, quais sejam, a renda, a educação e a saúde.

A partir da difusão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este passou a orientar as autoridades para a elaboração de políticas públicas que visem não apenas promover o crescimento econômico pelo aumento da riqueza, mas também para promover o próprio desenvolvimento em sentido amplo por meio de melhoria nos níveis de saúde, educação, condições de trabalho, direitos e liberdades etc.

Na esteira da evolução do conceito de desenvolvimento é que em 2015, em um esforço global, a ONU lançou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que nada mais são do que um apelo global à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e do clima e a garantia de que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. (ONU, 2023)

Assim, verifica-se a importância de orientar as ações e políticas públicas para se atingir o quanto proposto nas ODSs, e, mais especificamente, com relação a este artigo, a ODS 3, objetivos que dizem respeito à saúde e bem estar.

No tocante às políticas públicas, a formação de uma agenda é de fundamental importância pois é através dela que se transforma questões e problemas, em prioridades governamentais, sendo ela elemento central do processo político e parte de um debate mais amplo sobre democracia. (CAPELLA, 2020)

Desta forma, é justamente por entender o desenvolvimento como fenômeno muito além do crescimento econômico, considera-se a promoção da cidadania como consequência imediata das possibilidades de o Estado implementar políticas públicas que assegurem ao povo o exercício dos seus direitos. (NAVES, 2013)

A política de saúde focada na Atenção Primária, respaldada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e todas as suas diretrizes culminou com programas, projetos e estratégias que têm como objetivo promover um conceito ampliado de saúde, promovendo ações sociais que fortalecem a cidadania, o que dialoga perfeitamente com o modelo de desenvolvimento criado pelo economista Amartya Sen no sentido de que é impossível pensar em desenvolvimento aos indivíduos privados de liberdades essenciais. (FISCHBORN, 2015)

Neste contexto, observa-se que é evidente que os avanços da internet e das tecnologias de informação e comunicação transformaram, nos últimos 20 anos, e continuam transformando com rapidez, a forma como a sociedade se comunica, busca, gera e compartilha informação e conhecimento, de forma que, no que se refere à prestação de serviços de saúde, esta precisou, e ainda precisa, se adaptar a esta nova realidade, reconfigurando seus processos e inovando por meio da transformação digital, que apesar de discutida desde os anos 90, ainda possui diversos conceitos e definições (GENEZINI, 2022).

Entende-se, aqui, que se pode conceituar a transformação digital (TD) como um processo de melhoria disruptiva que introduz mudanças nas tecnologias de gerenciamento de informações, computação, comunicação e conectividade que afetam as operações organizacionais, estrutura e estratégia de negócios (ROSALIA, WAHBA e MILEVSKA-KOSTOVA, 2021)

A transformação digital, portanto, requer habilidades específicas para extração, troca, análise e conversão de dados em informação que auxilie na tomada de decisão (GENEZINI, 2022).

A transformação digital está revolucionando a saúde eis que a mudança disruptiva causada não é meramente tecnológica, pois apresenta uma nova estrutura muito mais ampla de transformação do negócio e envolve a melhoria da governança clínica, podendo e devendo aumentar a qualidade do atendimento e a satisfação do paciente, aprimorando a comunicação de dados clínicos e o envolvimento do paciente. (ROSALIA; WAHBA; MILEVSKA-KOSTOVA, 2021)

A pandemia da COVID-19 permitiu e acelerou evoluções importantes em prol de uma saúde digitalizada, mas que, no entanto, já entraram em descompasso com o futuro esperado pós pandemia, tornando necessário, superar muitos desafios para atingirmos uma realidade de saúde digital (MAGNUS, 2023).

As tecnologias em saúde podem ser identificadas em áreas como medicamentos, procedimentos, produtos e protocolos utilizados no atendimento ao paciente. De forma que, os processos de transformação digital na saúde, tanto no setor público, quanto no privado são focados em: informatização dos serviços de saúde; integração de informações; atendimento remoto; e uso de inteligência artificial. (FILHO; PEREIRA, 2021)

Muitas organizações de saúde, portanto, entendem que a tecnologia da informação e a aplicação das demais tecnologias em saúde são fundamentais para melhorar a gestão de saúde (GONÇALVES; MATTOS; JUNIOR, 2019), mas, no entanto, são poucos os trabalhos que analisam os fatores de adoção e impacto de sistemas de informação em termos econômicos e de qualidade dos cuidados aos pacientes.

É importante avaliar a capacidade de absorção e aderência que o setor público possui e quantas dessas inovações podem ser efetivamente implementadas para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos (NETO; ALBUQUERQUE; *et al.*, 2017).

Assim, busca-se, sob a ótica do desenvolvimento, com uma abordagem interdisciplinar, entender a efetivação do direito constitucional à saúde universal por meio da identificação, implementação e avaliação da transformação digital na saúde, mais especificamente das tecnologias de comunicação e informação incorporadas ao SUS para a real promoção da adequada prestação dos serviços de saúde.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No estudo em realização no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Desenvolvimento Regional, pensou-se, inicialmente, a realização de pesquisas bibliográfica e documental sobre o tema para que se possa conhecer e descrever a realidade e os conceitos de desenvolvimento, de transformação digital (tecnologias de comunicação e informação) e sua aplicação na prestação de serviços de saúde.

Esta pesquisa, quanto à abordagem, se trata de pesquisa quantitativa pois empregar-se-á a quantificação tanto na coleta quanto no tratamento e análise (por meio de técnicas estatísticas que serão abordadas em momento oportuno) dos dados coletados junto aos usuários dos serviços de saúde na cidade de Franca/SP sobre sua percepção da utilização da tecnologia para melhoria na prestação dos serviços. Esta abordagem é ideal para o presente estudo pois aqui se quer descrever a realidade e fazer inferências a partir de amostras de uma população (RICHARDSON, 1999). O Método Estatístico permite obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar as relações entre essas verificações simplificadas, justamente por reduzir os fenômenos em termos quantitativos, comprovando suas relações, de forma a ser possível generalizar sobre sua natureza. (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Quanto à natureza, é aplicada, uma vez que com este estudo se pretende que seus resultados sejam efetivamente aplicados e utilizados por gestores de saúde na solução de problemas a respeito da eficaz aplicação das tecnologias de comunicação e informação em saúde. (KOERICH; BACKES; *et al.*, 2009)

Será feito um estudo exploratório e descritivo, referentes à incorporação de tecnologias de comunicação e informação utilizadas pelo SUS, justamente porque este estudo tem como objetivo conhecer o tema, aprofundar-se no problema para, assim, aprimorar ideias e descobrir intuições, ao passo que também procura descrever as características do fenômeno da transformação digital na saúde no Brasil e finalmente identificar os fatores que determinam junto aos usuários, as potencialidades e fragilidades trazidas pelas tecnologias. (GIL, 2017)

A pesquisa de campo se dará principalmente por meio da coleta de dados por meio de formulário ou questionário a ser preenchido pelos usuários dos serviços de saúde, ressaltando-se que ela não se limita à simples coleta de dados, sendo apenas uma fase dela. De forma que, a partir da coleta de dados, serão realizados procedimentos preestabelecidos descritos em momento oportuno. (MARCONI; LAKATOS, 1996)

A partir do projeto de pesquisa do referido estudo, estima-se sua execução em até 24 meses, a partir de março de 2023, conforme as etapas apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Cronograma de realização do estudo:

2023

Mar	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**
Realização de créditos	Realização de créditos Levantamento bibliográfico	Realização de créditos Levantamento bibliográfico	Realização de créditos	Leituras e fichamentos Levantamento bibliográfico

Ago	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Realização de créditos	Realização de créditos Levantamento bibliográfico	Realização de créditos Levantamento bibliográfico	Realização de créditos Leituras e fichamentos	Realização de créditos Elaboração do Referencial Teórico

2024

Jan	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**
Elaboração e Teste do Instrumento de Coleta de Dados Elaboração do Referencial Teórico	Elaboração e Teste do Instrumento de Coleta de Dados	Submissão ao Comitê de Ética	Coleta de Dados	Coleta de Dados	Análise dos dados coletados

Jul	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Análise e discussão dos resultados	Análise e discussão dos resultados	Análise e discussão dos resultados Exame Geral de Qualificação	Readequação da Pesquisa e Elaboração das conclusões	Redação final	Redação final

2025

Jan	**Fev**	**Mar**
Submissão à banca examinadora		**DEFESA**

Tabela 1. Elaborada pelos autores.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com o estudo em andamento no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Desenvolvimento Regional que se identifique e avalie, pela percepção dos usuários, se as tecnologias de comunicação e informação existentes e incorporadas pelo SUS no Município de Franca/SP contribuem para a adequada prestação dos serviços de saúde.

Espera-se concluir se as tecnologias incorporadas permitiram aos usuários perceberem uma melhora na atenção de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quanto exposto acima, neste artigo pretende-se apresentar o projeto de pesquisa para estudo a ser realizado no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Desenvolvimento Regional para submete-lo a avaliação para que possa ser elaborado estudo que efetivamente contribua e aponte reflexões e alternativas para se promover a efetiva aplicação da transformação digital na saúde pública para sua melhora e promoção a fim de atender aos objetivos do desenvolvimento sustentável em saúde e bem estar.

REFERÊNCIAS

CAPELLA, Ana C. N. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. nov-dez 2020, p. 1498-1512, novembro 2020.

DEMO, Pedro. Expectativas e limtes da análise. In: DEMO, pedro **Cidadania Menor - Algumas indicações quatitativas de nossa pobreza política**. [S.l.]: Vozes, 1992. Cap. II, p. 11-24.

FILHO, Francisco J. R.; PEREIRA, Michelly C. O perfil das tecnologias em saúde, incorporadas no SUS de 2012 a 2019: quem são os principais demandantes? **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, jul-set 2021. 707-719.

FISCHBORN, Aline F. SAÚDE E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DE AMARTYA SEN. **Desenvolvimento Regional em Debate**, jan-jun 2015.

GAVA, Marília *et al.* Incorporação da tecnologia da informação na Atenção Básica:expectativas e experiências. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2016.

GENEZINI, Bianca D. S. Tecnologias, desafios e barreiras para a transformação digital na saúde: uma revisão de literatura. **Revista Valore**, Volta Redonda, 2022. 23-38.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Marina J.; MATTOS, Cláudia A. D.; JUNIOR, João C. Fatores Críticos de Adoção da Tecnologia da Informação em Saúde e seu Impacto na Gestão: um estudo exploratório. **Gepros**, Bauru, 22 maio 2019. 209-221.

HOSPITALAR, Pró-Saúde A. B. D. A. S. E. A importância das instituições filantrópicas para o SUS. **Portal Hospitais Brasil**, 2019. Disponível em: https://portalhospitaisbrasil.com.br/a-importancia-das-instituicoes-filantropicas-para-o-sus/. Acesso em: 21 jun 2023.

KOERICH, Magda S. *et al.* Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. **Rev. Eletr. Enf.**, 2009. 717-723. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

MAGNUS, Paulo. Juris Health. **Site a Juris Health**, 2023. Disponível em: http://jurishealth.com.br/artigos/os-desafios-para-uma-saúde-digital-verdadeiramente-conectada. Acesso em: 30 maio 2023.

MARCONI, Marina D. A.; LAKATOS, Eca M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, Marina D. A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

NAVES, Rubens. Terceiro Setor, novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **História da Cidadania**. [S.l.]: Contexto, 2013. p. 562-588.

NETO, Onício B. L. *et al.* Inovações disruptivas e as transformações da saúde pública na era digital. **Cadernos de Saúde Pública**, 2017.

ONU. Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 08 outubro 2023.

ONU, Organização D. N. U. **Relatório Brundtland**. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. [S.l.]. 1987.

PEREIRA, Luis C. B.; REGO, José M. **A grande esperança em Celso Furtado:** ensaios em homenagem aos seus 80 anos. 1ª. ed. [S.l.]: Editora 34, 2001.

PEREIRA, Luiz C. B. Gestão do Setor Público: Estratégia e Estrutura para um Novo Estado. In: PEREIRA, Luiz C. B.; SPINK, Peter **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 21-38.

PINTO, Hêider A.; SANTANA, José D. S. S.; CHIORO, Arthur. Por uma transformação digital que assegure o direito à saúde e à proteção de dados pessoais. **Saúde em Redes**, 2022. 361-371.

RICHARDSON, J.R. **Pesquis Social:** Métodos e Técnicas. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSALIA, Rodney A.; WAHBA, Khaled; MILEVSKA-KOSTOVA, Neda. Como a transformação digital pode ajudar a alcançar cuidados de saúde baseados em valor: os Balcãs como um exemplo. **ScienceDirect**, maio 2021.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico:** um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Gramond, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico. In: SCHUMPETER, Joseph **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Dalvanir A.; MEDEIROS, Aline V.; SILVA, Maria A. R. Do Desenvolvimento Como Crescimento Ecoômico ao Desenvolvimento como Liberdade: a evolução de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 42, n. janeiro a março , p. 42-71, abril 2018.

SILVA, José A. D. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 20ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM UM GRUPO DE MULHERES DIAGNOSTICADAS COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOB À ÓTICA DA PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

PHYSIOTHERAPEUTIC PERFORMANCE IN A GROUP OF WOMEN DIAGNOSED WITH URINARY INCONTINENCE: EXPERIENCE REPORT FROM THE PERSPECTIVE OF HEALTH PROMOTION AND EDUCATION

Área temática: Saúde e Bem-estar

OLIVEIRA, Daniele
Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ - DF
Fisioterapeuta Especialista em Atenção Primária/FIOCRUZ
E-mail: danny.oli.physio@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutor e Mestre em Promoção de Saúde.
Fisioterapeuta, Profissional de Educação Física e Pedagogo.
Pós-doutorando em Educação Física e Saúde.
Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

SOUSA, Bruna da Silva
Universidade de Brasília - UnB
Doutoranda em Ciências e Tecnologias em Saúde - Universidade de Brasília
Fisioterapeuta especialista em cardiorrespiratória
E-mail: sousabrunadasilva@gmail.com

BOTELHO, Thamires Lopes
Centro Universitário do Distrito Federal/UDF
Mestranda em Ciências da Saúde Aplicada ao Esporte e à Atividade Física/UNIFESP.
Fisioterapeuta Especialista em Ginecologia/UNIFESP
E-mail: tbotelho@udf.edu.br

BRITO, Bruna Marques
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia.
E-mail: brunamarques569@gmail.com

MENDES, Márcia Regina Pinez
Universidade Cruzeiro do Sul Virtual
Mestre em Educação e Desenvolvimento Humano
Graduada em Fisioterapia
E-mail: pinezmarcia54@gmail.com

CAVALCANTE, Fabrício Vieira
Universidade de Brasília (UnB)
Doutorando e mestre em Saúde Coletiva
Graduado em Saúde Coletiva e Fisioterapia
E-mail: fabricioocavalcante@gmail.com

Resumo

Introdução: Uma das responsabilidades do fisioterapeuta na atenção primária à saúde é abordar medidas preventivas e desenvolver programas de orientação e promoção da saúde. A fisioterapia é utilizada para prevenir e tratar a incontinência urinária, promovendo aumento da consciência corporal e perineal, propriocepção perineal, reeducação dos músculos da bexiga e do assoalho pélvico e melhora do tônus muscular perineal. Este relato descreve a abordagem fisioterapêutica em um grupo denominado Saúde Pélvica. O grupo tem como foco melhorar a qualidade de vida de mulheres com incontinência urinária por meio de uma abordagem biopsicossocial com terapia por exercícios e educação em saúde. **Objetivo:** Relatar uma experiência de abordagem multiprofissional na Atenção Primária com mulheres com diagnóstico de incontinência urinária sobre um olhar da promoção e educação em saúde. **Método:** Ações coletivas de promoção da saúde pélvica, com orientações em relação a incontinência urinária, saúde sexual, anatomia pélvica, hábitos alimentares incorretos e os impactos na saúde mental. As ações foram realizadas entre os meses de agosto e dezembro de 2022, com mulheres de 35 à 70 anos, que apresentavam alguma disfunção do assoalho pélvico em uma das Unidades Básicas de Saúde do Distrito Federal. **Resultados:** Observou-se uma melhora da perda urinária nas mulheres participantes da oficina, assim como, um maior engajamento das mesmas pela procura em conhecer mais sobre o seu corpo e mudanças comportamentais. **Conclusão:** É sabido que a educação em saúde é uma importante ferramenta modificadora de hábitos prejudiciais à saúde e que potencializa a melhoria dos determinantes sociais da saúde e dentro do que tange o espectro da fisioterapia na saúde da mulher não seria diferente, notou-se que a oficina atingiu seus objetivos educativos se tornando um canal de difusão do conhecimento em saúde, por meio, de atividades coletivas, orientações de exercícios para continuidade no domicílio e cuidados íntimos.

Palavras-chave: Educação em saúde. Promoção da Saúde. Saúde da mulher. Incontinência Urinária.

Abstract

Introduction: One of the responsibilities of the physiotherapist in primary health care is to address preventive measures and develop guidance and health promotion programs. Physiotherapy is used to prevent and treat urinary incontinence, promoting increased body and perineal awareness, perineal proprioception, re-education of the bladder and pelvic floor muscles and improvement in perineal muscle tone. This report describes the physiotherapeutic approach in a group called Pelvic Health. The group focuses on improving the quality of life of women with urinary incontinence through a biopsychosocial approach with exercise therapy and health education. **Objective:** To report an experience of approaching pelvic physiotherapy in Primary Care with women with urinary incontinence on a perspective of health promotion and health education. **Method:** Collective actions to promote pelvic health, such as guidance regarding urinary incontinence, sexual health, pelvic anatomy and incorrect eating habits. The actions were carried out between the months of August and December 2022, with women aged 35 to 70 years, who had some pelvic floor dysfunction, in the Basic Health Units of the Federal District. **Results:** An improvement in urinary loss was observed in women participating in the workshop, as well as greater engagement among them in seeking to know more about their bodies and behavioral changes. **Conclusion:** It is known that health education is an important tool for modifying habits that are harmful to health and that it enhances the improvement of social determinants of health and within the spectrum of physiotherapy in women's health it would be no different, it was noted that the workshop achieved its educational objectives by becoming a channel for disseminating health knowledge, through collective activities, exercise guidance for continuity at home and intimate care.

Keywords: Women's Health, Primary Health Care,Urinary Incontinence.

1 INTRODUÇÃO

A educação e promoção da saúde na atenção básica visam empoderar e capacitar as pessoas a serem agentes ativos no que concerne a autogestão da saúde e uma maior participação na comunidade, com foco na minimização das desigualdades e pela busca constante da equidade. A atenção primária em saúde (APS) é o primeiro nível de atenção e se caracteriza por uma vasta gama de intervenções no que concerne a individualidade e coletividade, incluindo promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças, redução de danos e manutenção e educação em saúde. Trata-se de desenvolver um modelo multidimensional que impacte de maneira positiva a população (MARTINS *et al.,* 2019).

Nessa contextualização deve ser executada o mais próximo da vida das pessoas por meio das Estratégias de Saúde da Família (ESF), que é considerado como porta principal de entrada na rede de atenção à saúde (FIGUEIREDO *et al.,* 2020).

É importante destacar que quando se trata de comunidade/população, existe uma pluralidade que abarca idade, gênero, etnia, classe social, religião, orientação sexual, interesses comuns, entre outros, e desse modo, se faz necessário atuar na abordagem biopsicossocial e centrada na pessoa baseada subsidiando trocas de afetividade e relações onde humanizar refere-se à cumplicidade, universalidade e solidariedade que o ser humano possui com os que o envolvem, sendo de tal modo, a humanização na saúde um elo importante ao profissional, aos pacientes, a sociedade, aos familiares e à cooperação na busca pela dignidade humana (SILVA *et al.,* 2021).

Grupos específicos de apoio são uma ferramenta de trabalho na APS. Pretendem chegar a parcelas da população que necessitam de intervenções que incluam não só uma mudança de hábitos, mas também educação e aprendizagem sobre como lidar com a doença e a situação atual. (BRASIL,2014). Eles possuem uma característica muito importante, que é compartilhar experiências e múltiplas nuances, e se torna um espaço onde as pessoas podem falar sobre suas vivências como: condições de vida, enfrentamento de situações socioambientais, anseios, expectativas, dentre outras maneiras de partilhar e superar determinados problemas que possam surgir nas suas vidas (SAUE *et al.,* 2018).

Assim, diversos profissionais atuam na APS, destacando o fisioterapeuta que possui em sua essência laboral a prestação de apoio integral à comunidade e família por meio do desenvolvimento de atividades e métodos que visem à promoção e educação em saúde, prevenção aos agravos, busca por subsídios que promovam a autonomia, funcionalidade, bem-estar e princípios da qualidade de vida (QV). Enquanto profissional de saúde realiza atividades de cunho preventiva, curativa e restauradoras, levando em consideração a singularidade do sujeito e o ambiente em que se encontra (ELIEZER, *et al.,* 2021).

Ademais, atua nos diferentes ciclos de vida humana e é de grande importância para mulheres, incluindo aquelas que estão na fase da menopausa e do climatério. Estudos mostram que esta atuação inclui não só a educação em saúde para prevenir doenças como o câncer da mama, o câncer do colo do útero e a síndrome metabólica, mas também a prevenção e o tratamento da incontinência urinária (IU), das doenças intestinais, dos distúrbios sexuais e posturais (COSTA *et al.,* 2019).

O Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) têm o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços, assim como a resolutividade, a abrangência e o alvo das ações, visando maximizar as medidas desenvolvidas no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. Foi fundada em 2008 com o objetivo de ampliar as soluções e o alcance das intervenções na atenção primária. É composto por uma equipe multidisciplinar e desenvolve atividades conjuntas com a equipe da atenção básica, seguindo a lógica do apoio matricial e de medidas técnico-pedagógicas ou clínico-assistenciais, dispondo ao cuidado integral e multidimensional (BROCARDO *et al.,* 2018).

Pensando nas mulheres, a IU é atualmente um problema de saúde pública por ser uma doença multifatorial que causa prejuízos físicos, psicológicos, sociais, ocupacionais, sexuais e econômicos, corroborando de maneira negativa a saúde biopsicossocial das incontinentes (OLIVEIRA *et al.,* 2019).

É classificada pela Sociedade Internacional de Continência como qualquer perda involuntária de urina e é considerada como uma doença na Classificação Internacional de Doenças (CID 10/OMS). Além disso, a IU afeta mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo, com maior prevalência na população feminina, aumentando a prevalência com a idade. Aproximadamente 20 a 50% das mulheres adultas sofrem de IU em algum momento das suas vidas, e para cada homem há

duas mulheres que sofrem de incontinência (OLIVEIRA *et al.,* 2020).

A IU pode ser classificada de acordo com sua etiologia e sintomas. As formas mais comuns são: incontinência urinária de esforço (IUE) caracterizada como a perda de urina devido ao esforço, que causa o aumento da pressão intra-abdominal, como tosse, espirro e atividade física; a incontinência urinária de urgência (IUU) que é a perda de urina associada à forte sensação de urgência para urinar; e a incontinência urinária mista (IUM), quando ocorre a perda de urina relacionada à urgência e aos esforços (WOLLMANN *et al.,* 2022).

Apesar de possuir uma origem multifatorial a IU feminina apresenta alguns fatores de riscos específicos como: gravidez, tipo de parto, menopausa, histerectomia, episiotomia vaginal e índice de massa corporal (WOLLMANN *et al.,* 2022).

A fisioterapia auxilia na promoção e educação em saúde, prevenção e tratamento dessa patologia, perpassando a consciência corporal e propriocepção perineal, reeducação dos músculos da bexiga e do assoalho pélvico e melhora do tônus muscular dessa região (WOLLMANN *et al.,* 2022). As práticas de cuidados primários devem incorporar uma variedade de tecnologias, dependendo das necessidades médicas. São medidas e serviços de saúde necessários para que os pacientes obtenham melhores condições de vida sem sacrificar cuidados que exigem habilidades materiais.

Pensando na saúde da mulher, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) especificamente no ODS 3 visa em seu contexto "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades". A promoção da saúde da mulher com IU, é fundamental para alcançar o ODS 3 e garantir que as mulheres possam viver vidas saudáveis e plenas. Além disso, a conscientização e a educação desempenham um papel importante na redução do estigma associado a esse problema de saúde, incentivando as mulheres a buscarem ajuda e suporte quando necessário. conscientização e educação, acesso a cuidados de saúde, promoção de estilos de vida saudáveis, pesquisa e desenvolvimento, criação de legislação e políticas públicas específicas para IU.

Consoante ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a promoção e educação em saúde em um grupo de mulheres com diagnóstico de IU atendidas em uma Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal (DF) sob a ótica do ODS 3.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado a luz de ações educativas e promotoras da saúde desenvolvidas com um grupo de mulheres atendidas em uma UBS localizada em um município de médio porte do DF. As atividades foram desenvolvidas no mês de agosto a dezembro de 2022, seguindo as demandas e protocolos de biossegurança institucional.

Para iniciar as ações propostas, seguiu-se as seguintes etapas:

I) reconhecimento do território e perfil sociodemográfico do público-alvo;

II) reunião com a equipe gestora e multiprofissional local;

III) fortalecimento de vínculo e por fim;

IV) buscas por bases teóricas e possíveis estratégias fisioterapêuticas baseadas em evidência científica que poderiam ser utilizadas com os referidos participantes, sendo adotadas: conceituação multidimensional sobre a IU e as possibilidades de atuação profissional.

A ideia do estudo teve originem logo após o convite de dois enfermeiros da UBS para que a residente em fisioterapia do “Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Fiocruz Brasília, integrasse o grupo de saúde pélvica que se teve sua fundação em agosto de 2022. A equipe intitulada "Grupo de Saúde Pélvica" (GSP) leva esse nome, devido ao foco de atuação no assoalho pélvico e suas disfunções em mulheres, além de desenvolver estratégias de promoção e educação em saúde da população feminina de uma comunidade do DF.

O GSP foi formado a partir de indicações de pacientes que passaram pela equipe de saúde da sua respectiva UBS e de pessoas que entraram em contato com o NASF a partir do material

educativo sobre IU, que foi distribuído em campanha feita com a comunidade local anteriormente. O objetivo do GSP foi educar as participantes sobre como realizar o autocuidado para prevenir ou amenizar efeitos da IU, prescrever e realizar exercícios de fortalecimento da musculatura pélvica, a fim de auxiliar na reabilitação pélvica. Por ser uma equipe multiprofissional, conta com uma fisioterapeuta, dois enfermeiros, um médico, uma nutricionista, um farmacêutico e um psicólogo.

Para o estudo, a amostra de participantes foi composta com os seguintes critérios: idade das mulheres na faixa etária de 35 e 70 anos com IU ainda no início, com ou sem prolapso, com alguma disfunção pélvica e que haviam sido encaminhadas para uroginecologista ou ginecologista e estavam sendo acompanhadas na APS, onde passaram por uma investigação com perguntas-chave adaptadas do estudo "Prevalência e impacto da incontinência urinária na qualidade de vida da mulher". Essa faixa etária foi selecionada por ser a faixa de idade da maioria das pacientes que apresentavam perda urinária na referida UBS. Devido a limitação da estrutura física da UBS, para obter o maior número possível de participantes foi definido que as atividades do GSP seriam organizadas em cinco ciclos de quatro encontros, no total depois de 05 meses foram 42 mulheres, com duração de 60 minutos cada.

Todas as atividades foram estruturadas sob o olhar dos ODS e por se tratar de um relato de experiência, o estudo dispensou apreciação de comitê de ética, regulado pela Resolução 466/12, e frente ao rigor ético dos dados levantados, serão preservadas identificação pessoal da população envolvida (BRASIL, 2012).

Imagem 1: ODS 3,4 e 10
Fonte: (ONU, 2015)

3 RESULTADOS

Conforme disposto no quadro a seguir, onde foram selecionados pacientes encaminhados para o GSP, cada encontro foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa os profissionais do NASF cuja área de atuação se relaciona ao tema do encontro, conversavam sobre a temática abordada transmitindo informações relevantes e orientações (Quadro 1). Na segunda etapa, as participantes eram submetidas a exercícios de treinamento da Musculatura do Assoalho Pélvico (MAP), com foco no combate à IU.

Em função da idade da maioria das participantes ser superior a 40 anos, foram selecionados exercícios da MAP de baixo impacto. Na seleção também foi levado em consideração a praticidade para a realização do exercício em casa, sem a necessidade do uso de equipamentos e/ou acessórios, já que era desejável que as participantes mantivessem uma rotina de realização dos exercícios entres os encontros do grupo.

Em julho de 2022 foi realizada uma reunião com a equipe multiprofissional que integrava o grupo de saúde pélvica, e foram definidos os temas que seriam abordados, como seria feita a triagem e a data de início do grupo. Também foi criado um grupo no aplicativo *Whatsapp*® para que as mulheres pudessem interagir entre si, e os profissionais da saúde que integravam o grupo de saúde pélvica passassem ou relembrassem informações importantes para essas pacientes, culminando os conceitos da atenção primária, promoção da saúde e prevenção aos agravos.

Quadro 1 – Temas abordados por encontros do Grupo de Saúde Pélvica (GSP) e seus respectivos responsáveis do Núcleo Ampliado de Saúde da Família pela condução da dinâmica na UBS, DF - 2022.

Encontros	Temas	Profissionais do NASF e eSFs
1º	Conhecendo o seu assoalho pélvico.	Fisioterapeuta
2º	Alimentos prejudiciais para IU	Nutricionista e Fisioterapeuta
3º	O mau hábito do absorvente diário e a infecção urinária recorrente.	Farmacêutico; Enfermeira e Fisioterapeuta
4º	O impacto da IU na saúde Mental.	Psicóloga e Fisioterapeuta
5º	Feedback dos participantes	Fisioterapeuta

Fonte: Autoria própria (2022).

Ainda em julho de 2022 foi entregue a cada equipe de saúde um folder para divulgação do grupo entre as pacientes. No dia 08 de agosto, quarta-feira, às 16 horas, o grupo de saúde pélvica se iniciou com somente 5 mulheres dispostas a aprender e entender mais sobre o que estava acontecendo com elas. Com o passar dos meses, o projeto foi crescendo e ficando mais conhecido na região da referida UBS e assim novas mulheres foram sendo integradas ao grupo de suporte à IU.

Entre agosto e dezembro de 2022, participaram do grupo de "Saúde Pélvica", 42 mulheres todas com queixa de IU, fomentando desse modo o empoderamento do autocuidado em saúde.

Quadro 2 – Distribuição dos participantes de acordo com os ciclos em meses do Grupo de Saúde Pélvica nas Unidades Básicas de Saúde, DF, 2022

CICLO EM MESES	N° INICIAL DE PARTICIPANTES	Nª FINAL DE PARTICIPANTES
1º	5	6
2º	7	9
3º	10	10
4º	10	10
5º	7	7

Fonte: Autoria própria (2023)

No 1° encontro, com a participação da fisioterapeuta, nos 30 minutos iniciais se deu a parte de educação em saúde onde as pacientes aprenderam a identificar a anatomia, a função e disfunções do assoalho pélvico, por meio de ilustrações e o autoconhecimento. Corroborando com isso, educação em saúde é compreendida como uma intervenção de prevenção dos agravos à saúde visto que ela visa a melhoria da qualidade de vida não só de um indivíduo em particular, mas também de uma comunidade (GASPARETTO *et al.,* 2022).

Nos outros 30 minutos foram realizados os exercícios da rotina 1 de treinamento da musculatura pélvica. As participantes foram orientadas a realizar as rotinas de 30 minutos de exercícios ao menos 05 vezes na semana.

No segundo encontro, a nutricionista residente esteve presente para falar sobre alimentação saudável e logo após os exercícios da rotina 2 com a fisioterapeuta residente. A educação em saúde no que tange às orientações sobre alimentação saudável no âmbito da APS é de suma importância no combate à IU. Pessoas com tal diagnóstico devem evitar a ingestão de bebidas alcoólicas, sucos e frutas cítricas, bem como bebidas do tipo chá preto e refrigerantes à base de cola, pois estes exercem efeito irritativo sobre o músculo detrusor da bexiga, podendo interferir na perda urinária (GASPARETTO *et al.,* 2022).

No terceiro encontro, o farmacêutico e a enfermeira explicaram sobre medicamentos diuréticos e seus impactos na IU, o uso indevido do sabonete e perfume íntimo, corrimento vaginal, infecção urinária recorrente e sexualidade. Depois foi retomado os exercícios da rotina 03 com a fisioterapeuta.

Segundo algumas pesquisas, a hipertensão arterial (HA) está vinculada frequentemente com a IU. E ainda, o uso de diuréticos no controle da hipertensão pode provocar efeitos colaterais como poliúria, frequência e urgência, podendo consequentemente provocar o aparecimento ou agravamento da IU. Em um estudo recente, foi constatado que pacientes com HA apresentaram duas vezes mais chances de ter o quadro de incontinência, comparados ao grupo sem esta alteração (GASPARETTO *et al.,* 2022).

Já no quarto encontro teve a presença da psicóloga falando sobre o impacto da IU na saúde mental e a residente de fisioterapia reforçou com as pacientes os conhecimentos adquiridos nos encontros anteriores. Nos 30 minutos finais, foram realizados os exercícios da rotina 04.

Depois que concluíram o ciclo de 04 encontros, as mulheres foram orientadas a retornar após 30 dias no grupo, para o acompanhamento de como estavam se sentindo e relatarem suas experiências diante do que foi apresentado. O limite do grupo foi de 10 mulheres por mês, a fim de permitir um acompanhamento mais minucioso, cauteloso e viável das participantes. De agosto até dezembro passaram no grupo de saúde pélvica um total de 42 mulheres.

Nos encontros foram discutidos todos os temas previstos na metodologia, relacionados a IU com uma linguagem simples, acessível e dinâmica e à luz dos ODS e da atenção primária. Esse tipo de abordagem foi utilizado com base em estudos que apontaram a utilização de uma linguagem clara, inteligível e por um curto período de tempo como primordial para melhor compreensão dos conteúdos pelos participantes (PRIGOL *et al.,* 2019).

O grupo contou com uma equipe multiprofissional atingindo o objetivo de levar a visão de profissionais, de diferentes áreas de atuação, sobre um tema tão importante na sociedade atual. Cada profissional apresentou o tema no contexto da educação em saúde utilizando dinâmicas diversificadas. Infelizmente, por questões de agenda, nem todos os profissionais estiveram presentes a todos os encontros, porém a informação necessária foi transmitida. Algumas das pacientes até comentaram positivamente sobre o fato de ter uma equipe multiprofissional cuidados dos aspectos biopsicossociais.

Observou-se que o envolvimento das participantes aumentou gradativamente no decorrer dos encontros, pois a informação pode se justificar como uma metodologia bola de neve, onde por meio da disseminação de informação inicial, outros indivíduos vão divulgando aos outros, e desse modo mais pessoas ficam sabendo do que inicialmente fora proposto.

No primeiro e segundo encontro, o envolvimento ativo nas dinâmicas em grupo foi menor quando comparados aos encontros finais. Inicialmente as integrantes do grupo se mostraram pouco participativas, muitas pareciam envergonhadas ou desmotivadas. Tal comportamento vai de encontro com o que está disponível na literatura científica, visto que mulheres com diagnóstico de IU não procuram informações sobre a doença e quase metade não busca auxílio de saúde para tratá-la, justamente porque a condição ainda é um tabu que gera vergonha, constrangimento e impactos na QV das pessoas (DANTAS *et al.,* 2020).

Com o passar dos encontros as participantes do grupo se integraram melhor com a equipe, questionando os profissionais por meio de discussões, troca de saberes e vivências por meio de autorrelatos, o que foi interpretado pela equipe como uma aparente diminuição do desconforto sobre a temática e confiança nos profissionais participantes do grupo de saúde pélvica. Elas demonstraram assimilar os conceitos apresentados, assim como, a importância de cuidar e fortalecer o MAP, mudar hábitos alimentares e evitar os fatores de risco que tenham impacto na IU.

As participantes expressaram que o grupo do aplicativo *Whatsapp*® fez a diferença na aderência as ações propostas, já que com a participação dessas mulheres, hábitos do cotidiano foram sendo reorganizados e a autoajuda entre elas auxiliou na realização das atividades propostas.

Nos últimos encontros durante as interações com as pacientes houve relatos de que a percepção delas sobre saúde e autoconhecimento foi ampliada, e que a quantidade de urina que elas perdiam no começo do grupo, já não era a mesma. Elas se demonstraram mais atentas aos seus hábitos intestinais, urinários e alimentares e afirmaram que estavam repassando as orientações recebidas para outras pessoas e que assim elas possam se prevenir.

Por meio das falas e das visões multiprofissionais, foi possível assistir à evolução de cada uma, por meio dos autorrelatos, das expressões, da animação e da vontade de cada uma em continuar no grupo previamente criado e perceber a importância de trazer a educação em saúde para as pessoas, as próprias pacientes disseram que se elas soubessem de todas as informações que elas sabem agora, elas teriam se prevenido melhor.

A promoção da saúde das mulheres com participantes foi fundamental para melhorar sua QV, reduzir o estigma associado à condição, prevenir complicações, minimizar os custos de saúde e empoderar essa população para que possam gerenciar melhor sua própria saúde. Isso envolve uma abordagem holística que inclui educação, prevenção, tratamento e apoio contínuo.

Imagem 2: Ações promotoras em saúde
Fonte: Autoria Própria (2023)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca da experiência vivenciada, as ações vieram para reforçar a importância e reverberação das ações de educação em saúde na Atenção Primária a Saúde principalmente na área da fisioterapia, pois em um curto período com um tratamento por meio de orientações e proposições de rotinas de exercícios da reabilitação pélvica foi possível observar uma melhora na qualidade de

vida das participantes do programa, ganho de força muscular e melhor disposição para a realização das atividades de vida diária.

O trabalho em grupo se mostrou eficiente em auxiliar na melhor aceitação entre as pacientes das informações passadas, sendo um canal de autoajuda onde uma pode ajudar a outra caso tenham dúvidas, além de ter auxiliado a incentivar a prática e a inserção na rotina diária os exercícios terapêuticos propostos pelo grupo. Ademais, vivências positivas do processo coletivo de aprendizado em saúde o conhecimento global das participantes sobre a função do assoalho pélvico, noções sobre a anatomia do órgão feminino, quais são as causas das disfunções pélvicas, como realizar a devida higienização e como uma alimentação inadequada traz consequências não só para o condicionamento físico, mas também para a saúde da mulher.

É notório que a educação em saúde é um recurso essencial para a vida humana, porém ainda não é vista na sua multidimensionalidade por partes dos profissionais atuantes no campo da saúde, como sendo uma ferramenta transformadora do cuidado. Ademais, ainda se enfatiza muito a formação acadêmica na atenção terciária, hipervalorizando tal nível de atenção, assim se faz necessário a disseminação da importância da promoção da saúde como estratégia para o empoderamento e consciência sobre sua saúde.

No entanto, esse relato de experiência mostrou a potencialidade e a importância da mesma para a melhoria da QV das mulheres atendidas por esses serviços de saúde, deixando assim, possíveis caminhos de identificação para estudos analíticos para a verificação da associação entre a educação em saúde e os efeitos no cotidiano de mulheres com IU.

REFERÊNCIAS

MARTINS, I. et al. IV Jornadas em Estudos da Criança: construindo pontes entre o conhecimento científico e as políticas e práticas efetivas para a infância-Livro de Resumos. 2019.

FIGUEIREDO, A. et al. A importância do processo de educação em saúde entre estudantes da área da saúde: um relato de experiência. Revista Eletrônica Acervo Científico, 11, e3003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília:Ministério da Saúde.(Cadernos de Atenção Básica, n. 39). 2014.

SAUE, A. et al. Trabalho com Grupos na Atenção Básica à Saúde. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Pactos pela Saúde, v. 4. 2006.

ELIEZER, I . et al. Atribuições do fisioterapeuta na atenção primária à saúde. Revista Científica

Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 12, pp. 105-127. 2021.

COSTA, S. et al. Relato de experiência de Fisioterapeutas na atenção básica com mulheres no período de menopausa e climatério. Revista Eletrônica Acervo Saúde.2019.

BROCARDO., D. et al. Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf): panorama nacional a partir de dados do PMAQ. ARTIGO ORIGINAL • Saúde debate 42 (spe1). 2018.

OLIVEIRA, M. et al. Avalição urodinâmica em mulheres com incontinência urinária por multiparidade vaginal: um relato de experiência. Congresso Paulista De Estomaterapia.2021.

OLIVEIRA, L. et al. Impacto da incontinência urinária na qualidade de vida de mulheres: revisão integrativa da literatura.Rev. enferm. UERJ.2020.

WOLLMANN, R. et al. Incontinência urinária em mulheres praticantes de exercícios de alto impacto: uma revisão integrativa. RUNA – Repositório Universitário da Ânima. 2022.

PITANGUI, A. et al. Prevalência e impacto da incontinência urinária na qualidade de vida de idosas institucionalizadas. Rev. bras. geriatr. gerontol. 2012.

GASPARETTO, A. et al. Efeitos da fisioterapia com abordagem em grupo sobre a incontinência urinária feminina na atenção primária de saúde em Santa Maria. Ciencias e Saude. 2019.

PRIGOL, L. et al. Teoria Fundamentada: metodologia aplicada na pesquisa em educação. Educ. Real. 44 (3). 2019.

SOARES, A. et al.Terapia Cognitivo Comportamental: o que pensam os estudantes de Psicologia?. Rev. bras.ter. cogn.vol.16, n.2, pp. 99-106.2020.

DANTAS, M. et al. Frequência da incontinência urinária em mulheres na idade produtiva. Rev Enferm Atenção Saúde, v. 9, n. 2. 2020.

ALVES, C. et al. “Prevalência e impacto da incontinência urinária na qualidade de vida da mulher. edição especial: saúde da mulher. Artigo Original.2012.

TOZZI,L. et al. Incontinência urinária: revisão de literatura/ Urinary incontinence: literature review. Brazilian Journal of Development, 7(12),111373–111378. 2021.

BIBLIOTERAPIA: ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO(A) EM BIBLIOTECAS

BIBLIOTHERAPY: PROFESSIONAL PERFORMANCE OF THE LIBRARIAN IN LIBRARIES

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

COSTA, Larissa Santos da
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Discente do Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia
larissa.s.costa@unesp.br

MARTINS, Rúbia
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências
Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI)
rubia.martins@unesp.br

Resumo

A biblioterapia trata-se de um recurso terapêutico que se utiliza de textos e livros com fundamentos metafóricos para o cuidado do ser, considerando que é dividida em duas categorias, biblioterapia de desenvolvimento e biblioterapia clínica, são aplicadas em lugares amplamente diversos, para diferente públicos e faixas etárias, seja para o tratamento de problemas físicos, psicológicos ou para aqueles que tenham interesse na prática. Assim, a biblioterapia é um campo de atuação profissional do bibliotecário, que pode ser o mediador de atividades de biblioterapia de desenvolvimento, em específico no contexto das bibliotecas. Visto que, o objetivo da pesquisa é a discussão sobre as funções da biblioterapia e atuação do bibliotecário(a) enquanto mediador em bibliotecas. A pesquisa justifica-se a partir da relevância em apontar discussões acerca da biblioterapia para contribuir com a exploração científica da temática como um recurso terapêutico e um campo de atuação para o bibliotecário. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica pautada na abordagem qualitativa, utilizando-se as bases de dados: Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e Google Acadêmico, com as palavras-chaves “Biblioterapia”, “Leitura terapêutica”, “Biblioterapia AND Bibliotecas” e “Biblioterapia AND Bibliotecário”. Por fim, conclui-se nesse sentido que as bibliotecas consolidam as discussões acerca da biblioterapia e o fazer profissional do bibliotecário, com intuito de proporcionar saúde e bem-estar à comunidade a qual a unidade de informação está inserida.

Palavras-chave: Biblioterapia, atuação do bibliotecário, biblioteca.

Abstract

Bibliotherapy is a therapeutic resource that uses texts and books with metaphorical foundations for the care of the being, considering that it is divided into two categories, developmental bibliotherapy and clinical bibliotherapy, applied in widely diverse places and for different age groups, whether for the treatment of physical or psychological problems or for those who have an interest in the practice. Therefore, bibliotherapy is a professional field of the librarian, that may be the mediators of developmental bibliotherapy activities. Specifically in the context of libraries. The aim of this research is to discuss the functions of bibliotherapy and the role of librarians as mediators in libraries. The research is justified by the relevance of pointing out discussions about bibliotherapy in order to contribute to the scientific exploration of the theme as a therapeutic resource and a field of activity for librarians. To this end, the methodology used was bibliographical research based on a qualitative approach, using the following databases: Information Science Database (Brapci) and Google Scholar, with the keywords "Bibliotherapy", "Therapeutic reading", "Bibliotherapy AND Libraries", "Bibliotherapy AND Librarian". Finally, it can be concluded that libraries are consolidating discussions about bibliotherapy and the professional work of librarians, aiming to provide health and well-being to the community to which the information unit is inserted.

Keywords: Bibliotherapy, professional librarian, library.

1 INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o termo biblioterapia tem origem em dois elementos gregos, sendo biblion que significa livro, e therapeia que se refere a terapia. Posto isso, a biblioterapia é definida como o "Emprego de leituras selecionadas como adjuvantes terapêuticos no tratamento de distúrbios nervosos". (BIBLIOTERAPIA, 2015). A biblioterapia é utilizada como uma prática que usa livros ou temas específicos que auxiliam as pessoas a lidarem com seus problemas, através de discussões orientadas e leitura dirigida, é o acompanhamento pelo grupo da leitura de um texto. (ROSA, 2006).

Acredita-se que a integração da biblioterapia no ramo da biblioteconomia tenha ocorrido em meados do século XX em bibliotecas hospitalares, menciona-se o papel essencial e social da aplicação da biblioterapia para pessoas que desenvolvem algum tipo de distúrbio ou problema emocional. À vista disso, ressalta-se a possibilidade de promoção de atividades da temática em bibliotecas, de tipos distintos. Assim, as funções terapêuticas da leitura são usadas como uma ferramenta e aliado do bibliotecário(a) no intermédio dessas ações. (ALMEIDA *et al*, 2013). Diante disso, o objetivo do presente estudo é discutir as funções da biblioterapia e atuação do bibliotecário(a) enquanto mediador para bibliotecas.

A pesquisa justifica-se em apontar discussões acerca da biblioterapia, de forma a contribuir para a exploração científica da temática como um recurso terapêutico e um campo de atuação para o bibliotecário. A partir das afirmações de Targino (2020, p. 6), "[...] há a chance de trabalhos significativos de mediação em diferentes espaços de construção do conhecimento. De início, cita-se o exercício da biblioterapia". Portanto, considerando ainda a ideia que, "As bibliotecas são invariavelmente instituições sociais, a que compete preservar e difundir valores que integrem a cultura de nações e povos". (TARGINO, 2020, p. 4), por isso, a relevância de bibliotecas como um espaço de promoção de biblioterapia.

Para tanto, considera-se a aplicabilidade da biblioterapia em biblioteca como uma estratégia de promoção da saúde e bem estar. Visto que, está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 3 que visa a "Saúde e Bem-Estar" que objetiva "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades" (NAÇÕES UNIDAS – BRASIL, c2023), em virtude dos benefícios propiciados pela biblioterapia, que trata do cuidado emocional.

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo proposto foi a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa Gil (2010, p. 29) afirma que,

> A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Lakatos e Marconi (2003, p. 44), definem a pesquisa bibliográfica em oito fases: " a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação".

Sendo assim, o método visa a delinear uma revisão da literatura acerca das temáticas: biblioterapia e atuação do bibliotecário no contexto de bibliotecas. Para tal propósito foram utilizadas as bases de dados: Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e Google Acadêmico, com as palavras-chaves "Biblioterapia", "Leitura terapêutica", "Biblioterapia AND Bibliotecas" e "Biblioterapia AND Bibliotecário". Além disso, foram contemplados materiais impressos, sendo, livros e revistas científicas especializadas nas temáticas, com o intuito de contribuir para a redação do trabalho.

2 BIBLIOTERAPIA: CONCEITOS E PRÁTICAS

A biblioterapia é genericamente caracterizada como terapia através dos livros. No entanto, segundo Ouaknin (1996, p. 200),

> A biblioterapia, fundada em uma filosofia hermenêutico-existencial – isto é, uma filosofia que considera que o devir do homem é um corolário do devir dos textos e dos símbolos da cultura por meio da mediação da interpretação subjetiva e criadora –, propõe uma prática da leitura que conduz à alteração-alteridade, a um ser-diferente. O mundo da leitura (e, antes da leitura, o da escrita) é um verdadeiro laboratório no qual tentamos novas configurações possíveis do pensamento e da ação, para sentir a sua consistência e plausibilidade.

A biblioterapia é tida como um recurso transformador do ser e é pautada em fundamentos filosóficos, visto que, "O fundamento filosófico essencial da biblioterapia é a „identidade em movimento" ou a „identidade dinâmica"". (CALDIN, 2001, p. 37). A Tabela 1, a seguir visa a expor comparativamente os conceitos e objetivos da biblioterapia, apresenta definições de teóricos estrangeiros e brasileiros:

Tabela 1 – Conceitos e objetivos da biblioterapia

	Conceito de Biblioterapia	Objetivos de Biblioterapia
Alice Bryan	É a prescrição de materiais de leitura que auxiliem a desenvolver maturidade e nutram e mantenham a saúde mental.	Permitir ao leitor verificar que há mais de uma solução para seu problema; auxiliar o leitor a verificar suas emoções em paralelo às emoções dos outros; ajudar o leitor a pensar na experiência vicária em termos humanos e não materiais; proporcionar informações necessárias para a solução dos problemas, e, encorajar o leitor a encarar sua situação de forma realista de forma a conduzir à ação.
L. H. Tewffort	É um método subsidiário da psicoterapia; um auxílio no tratamento que, através da leitura, busca a aquisição de um conhecimento melhor de si mesmo e das reações dos outros, resultando em um melhor ajustamento à vida.	Fazer a introspecção para o crescimento emocional; melhorar o entendimento das emoções; verbalizar e exteriorizar os problemas; ver objetivamente os problemas, afastar a sensação de isolamento; verificar falhas alheias semelhantes às suas; aferir valores; realizar movimentos criativos e estimular novos interesses.
Kenneth Appel	É o uso de livros, artigos e panfletos como coadjuvantes no tratamento psiquiátrico.	Adquirir informação sobre a psicologia e a fisiologia do comportamento humano; capacitar o indivíduo a se conhecer melhor; criar interesse em algo exterior ao indivíduo; proporcionar a familiarização com a realidade externa; provocar a liberação dos processos inconscientes; oferecer a oportunidade de identificação e compensação; clarificar as dificuldades individuais; realizar as experiências do outro para obter a cura e auxiliar o indivíduo a viver mais efetivamente.
Louise Rosenblatt	É uma ajuda para o ajustamento social e pessoal; a literatura imaginativa é útil para ajustar o indivíduo tanto em relação aos seus conflitos íntimos como em conflitos	Divide os objetivos em de cura e de prevenção. Objetivos de cura: aumentar a sensibilidade social; ajudar o indivíduo a se libertar dos medos e das obsessões de culpa: proporcionar a sublimação por meio da catarse, e, levar o ser humano a um entendimento de suas reações emocionais. Objetivos de prevenção: prevenir o crescimento de

	com outros. Como o pensamento e sentimento estão interligados, o processo de pensamento reflexivo estimulado pela leitura é um prelúdio para a ação.	tendências neuróticas e, conduzir a uma melhor administração dos conflitos.
Orsini	É uma técnica que pode ser utilizada para fins de diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e de problemas pessoais.	Classifica os objetivos como sendo de: nível intelectual, nível social, nível emocional e nível comportamental. Assim, a biblioterapia tem como objetivos: auxiliar o auto-conhecimento pela reflexão, reforçar padrões sociais desejáveis, proporcionar desenvolvimento emocional pelas experiências vicárias e auxiliar na mudança de comportamento.
Matthews e Lonsdale	Constitui-se em uma terapia de leitura imaginativa, que compreende a identificação com uma personagem, a projeção, a introspecção e a catarse.	Distinguiram três tipos a terapia de leitura: a de crescimento, a factual e a imaginativa. Assim, os objetivos são: divertir e educar (crescimento), informar e preparar o paciente para o tratamento hospitalar (factual) explorar os sentimentos e tratar os problemas emocionais (imaginativa).
Caldin	É a leitura dirigida e discussão em grupo, que favorece a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem seus sentimentos: os receios, as angústias e os anseios.	Proporcionar uma forma de as crianças comunicarem-se, de perderem a timidez, de exporem seus problemas emocionais e quiçá físicos; oferecer moderação das emoções às crianças.

Fonte: Rosa (2006, p. 17-19)

Ante o exposto na tabela sobre os conceitos e objetivos da leitura terapêutica, Alice Bryan aponta a biblioterapia como o ato de receitar materiais de leitura que visa a favorecer o desenvolvimento de maturidade para o cuidado da saúde mental. Tendo como objetivos possibilitar ao leitor visualizar uma possibilidade diferente para solucionar seu(s) problema(as); contribuir para que o leitor veja suas próprias emoções além das emoções dos outros e, encorajar o leitor a encarar sua situação de forma realista de forma a conduzir à ação.

L. H. Tewffort, fala que é um método subsidiário da psicoterapia é um auxílio no tratamento que, através da leitura promove o estímulo do autoconhecimento. Sobre o objetivo de fazer a introspecção para o crescimento emocional e melhorar o entendimento das emoções, como verbalizar e exteriorizar os problemas para o estímulo de novos interesses.

Enquanto, Kenneth Appel refere-se que é o emprego de livros, artigos e panfletos como instrumentos no tratamento psiquiátrico, porém, para fins de obter informações sobre psicologia e fisiologia do comportamento humano para capacitar o indivíduo a se conhecer melhor e possibilitar a habituar-se com a realidade externa.

Louise Rosenblatt explica que funciona como um auxílio para ajustamento social e pessoal, a leitura imaginativa é contribuir para ajustar o indivíduo em relação aos seus conflitos e separa os objetivos em cura e prevenção.

Orsini trata como uma técnica usada para diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e de problemas pessoais e define os objetivos para auxiliar o autoconhecimento pela reflexão, proporcionar desenvolvimento emocional pelas experiências vicárias e auxiliar na mudança de comportamento.

Matthews e Lonsdale, estabelecem como terapia leitura imaginativa que compreende a identificação com uma personagem, a projeção, a introspecção e a catarse.Portanto, afirmam que os

objetivos são divertir e educar (crescimento), informar e preparar o paciente para o tratamento hospitalar (factual) explorar os sentimentos e tratar os problemas emocionais (imaginativa).

Por fim, Caldin define como uma leitura dirigida e discussão em grupo, que favorece a interação entre as pessoas para favorecer a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem seus sentimentos: os receios, as angústias e os anseios.

A partir, dos conceitos descritos evidencia-se a semelhança na imposição da leitura como estratégia principal das mediações de biblioterapia, focado no desenvolvimento emocional humano. Sendo assim, Carla Sousa (2021, p. 75), afirma que,

> [...] a Biblioterapia é muito mais arte do que ciência, especialmente quando falamos da Biblioterapia de Desenvolvimento, aquele tipo praticado por qualquer profissional sensível em diferentes contextos com grupos de pessoas. É a arte de olhar de forma sensível e afetuosa com grupos de pessoas. É a arte de olhar de forma sensível e afetuosa para o outro por meio da literatura. A arte de cuidar por meio das palavras.

No entanto, o termo “Biblioterapia” foi formalmente definido somente no ano de 1941, pelo Dicionário Médico “Dorland"s Illustrated Medical Dictionary”, como, “o emprego de livros e de sua leitura no tratamento de doenças mentais” (ALVES, 1982, p. 55). No entanto, a palavra já havia sido empregada em 1916 por Samuel McChord, um ministro e ensaísta unitarista, o termo foi usado para descrever a literatura utilizada no aconselhamento de pessoas que sofriam de doenças mentais. (MCCULLIS, 2012, p. 23, tradução nossa).

O ramo da ciência, no Brasil, somente em 1949 surge o primeiro Ph.D. em Biblioterapia, com a tese da Caroline Shrodes “Biblioterapia: um estudo teórico e clínico-experimental” (FERREIRA, 2003), para obtenção do título de Doutorado em Filosofia. Enquanto isso, na área da Ciência da Informação o material mais antigo foi recuperado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), o texto intitulado Biblioterapia, foi produzido pela bibliotecária Angela Maria Lima Ratton e publicado em 1975.

Os objetivos de aplicação da Biblioterapia “[...] dependem da necessidade do(s) indivíduo(s) que se busca orientar” (GUEDES; BAPTISTA, 2013, p. 235). A prática da biblioterapia é marcada,

> [...] por meio das histórias, da literatura, conferindo equilíbrio para o ser humano e, portanto, um estado de saúde, mesmo que temporário. Além de ser um recurso de promoção de saúde e bem-estar, a literatura tem o poder de humanizar o próprio homem (SOUSA, 2021, p. 70)

Não se configura somente como uma leitura (narração ou dramatização), contempla os comentários provenientes dessa leitura a partir das vivências do ouvinte mescladas com a interpretação das palavras do autor (CALDIN, 2001). O texto é tido como,

> [...] objeto intermediário do diálogo biblioterapêutico, pois abre espaço para os comentários e interpretações, onde cada palavra, cada ação que surge por meio do texto utilizado, torna-se fundamentalmente importantes, podendo acrescentar valores, ideias e sentimentos nos envolvidos, propondo uma escolha de pensamento e de comportamento. Sendo assim, as várias interpretações permitem a presença da alteridade e a criação de novos sentidos. Não apenas a leitura, mas toda a interação entre as pessoas ocorrida nos encontros é também terapêutica, mostrando que não estão sozinhas – o texto une o grupo (VALENCIA; MAGALHÃES, 2015, p. 13).

A biblioterapia é dividida em dois tipos: “biblioterapia de desenvolvimento e biblioterapia clínica, sendo a primeira desenvolvida por bibliotecários e a segunda, por psicólogos clínicos” (CALDIN, 2001, p. 10). “Os elementos presentes na biblioterapia são comparáveis aos da psicoterapia: universalização, identificação, catharsis e “insight” (ALVES, 1982, p. 56).

Segundo Caldin (2001, p. 37), “O método biblioterapêutico consiste em uma dinamização e ativação existencial e ativação da linguagem. As palavras não são neutras. A linguagem metafórica

conduz o homem para além de si mesmo". Dessa forma, antecedendo a aplicação das atividades de biblioterapia,

> [...] existe a preocupação e o cuidado em apresentar ao público-alvo textos literários que proporcionem prazer, alegria, descontração, elementos necessários ao bem-estar do ser humano. Busca-se, na produção literária, histórias, contos e poesias com possibilidades terapêuticas, que expressem conteúdos da ficção gostosos de se ler, textos com lacunas a serem preenchidas pela imaginação e emoções dos leitores, ouvintes ou espectadores, ou, em outras palavras, aqueles textos de fruição que proporcionem a passagem da fala falada à fala falante, provocadores, catárticos (CALDIN, 2009, p. 149).

Ao profissional mediador cabe ter zelo durante o processo de escolha e separação do material que será utilizado. Sendo necessário, que este saiba o conteúdo integral do material que será aproveitado, a fim de evitar surpresas e infortúnios, pois irá trabalhar com o bem-estar de outra(s) pessoa(s). Ainda, é primordial adequar a sessão ao público-alvo, visto que é utilizada em asilos, prisões, empresas, escolas, bibliotecas e outros para o tratamento de problemas psicológicos.

Diante disso, destacam-se os formatos da prática biblioterapêutica, os quais podem ser reuniões em grupos ou individuais, de maneira presencial e/ou virtual, por meio de videochamadas online. Acontecem a partir da leitura de uma material literário que pode ser escolhido pelo mediador ou pelo(s) participante(s). No entanto, o material deve ser selecionado previamente pelo mediador, considera-se o cuidado com o assunto e conteúdo do material. Em sequência, o biblioterapeuta pode ler o material em voz alta ou o grupo/pessoa pode ler em voz alta.

Entretanto, o momento principal da sessão ou encontro de biblioterapia, é o debate que se sucede à leitura. O debate é disposto de diferentes formatos de acordo com a escolha do mediador, a preferência do público e os objetivos que se pretende alcançar. Sendo assim, pode ser somente uma conversa ou uma troca de experiências entre o(s) sujeito(s) e mediador ou uma reflexão sobre a temática.

Sousa (2021, p. 77) aponta alguns pré-requisitos fundamentais para quem trabalha ou deseja trabalhar com a mediação de biblioterapia, quais sejam:

> [...] 1. gostar do aspecto humano e social da profissão; 2. nutrir o desejo de ajudar as pessoas no seu desenvolvimento enquanto seres humanos; 3. gostar de ler literatura; 4. estar disposto a mexer com suas próprias emoções para que possa atingir o outro naquilo que traz de mais humano: os afetos.

Carece ao profissional buscar desenvolver competências para interagir e se comunicar com sujeito, tendo ainda, empatia e sentimento acolhedor. Esses profissionais, podem estar ligados a diversas áreas, visto que, a área não exige formação específica e não há regulamentação da profissão, embora existam cursos de especialização e pós-graduação. Consequentemente, é comum ver Psicólogos, Pedagogos, Enfermeiros, Médicos, Professores, Bibliotecários(as), etc. atuando em ações de biblioterapia.

3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO(A) NA BIBLIOTERAPIA

A atuação do bibliotecário(a) na aplicabilidade da biblioterapia se destaca e apresenta um papel fundamental em selecionar e separar os materiais informacionais, considerando os seus conhecimentos específicos. Do ponto de vista histórico, "[...] o trabalho do bibliotecário nasceu paralelamente à criação das primeiras bibliotecas do mundo [...]. Esses bibliotecários atuavam como conselheiros e também auxiliavam seus usuários na recuperação da informação" (BENTES PINTO, 2005, p. 35). No ano de "[...] 1914, a biblioterapia passa a ser considerada como um ramo da biblioteconomia, quando uma certa bibliotecária, assumindo a direção de uma biblioteca hospitalar, em Massachusetts, resolve fazer suas próprias experiências" (ALVES, 1982, p. 55).

No campo da biblioterapia o bibliotecário(a) atua como,

> [...] mediador auxiliando na interpretação dos conteúdos e oferecendo ao paciente a oportunidade de se distanciar da realidade e criar espaços, rever conceitos, redesenhar imagens, redescobrir emoções, tomar decisões, escolher caminhos, colocar em atividade o pensamento, a memória e a imaginação, ou seja, unir a percepção subjetiva à vida prática, construindo uma sensação libertadora para o ser envolvido nesse processo terapêutico (VALENCIA; MAGALHÃES, 2015, p. 7).

A biblioterapia que é amplamente multidisciplinar desenvolve trabalhos em conjunto com outros profissionais e exige que o bibliotecário(a) atuante na área tenha um perfil social para atender as necessidades do público, com suas práticas e conhecimentos literários (ALMEIDA *et al*, 2013). Na biblioterapia,

> [...] a mediação da literatura anda de mãos dadas com os afetos. Quando falo em afeto não me refiro só a sentimentos bons. Para mim, afeto é tudo aquilo que entra em nós e nos mobiliza de alguma forma, seja uma lembrança, uma emoção boa ou ruim. Afeto é tudo aquilo que nos move (SOUSA, 2021, p. 75).

Ao mencionar afeto Alves (2002), apresenta uma definição que conceitua o afeto,

> Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência efetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim "affetare", quer dizer "ir atrás". É o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado

À face do exposto, o bibliotecário(a) tem um papel social que,

> [...] é pautado na transmissão correta das informações, no incentivo à leitura através de diferentes estratégias, do conhecimento das diversas áreas, do hábito de ler e de satisfazer seus usuários, nas inúmeras maneiras de interação e socialização do conhecimento; baseia-se principalmente na construção de ideias e na formação de cidadãos conscientes e humanizados (GARCIA; FERREIRA, 2018, p. 108).

A responsabilidade social que o bibliotecário(a) empenha refere-se ao compromisso de "[...] um conjunto de ações com comportamento ético, baseado em leis, viabilizando um cumprimento legal" (GARCIA; FERREIRA, 2018, p. 112). Para este profissional é preciso desenvolver competências para interagir e se comunicar com os sujeitos, como ter empatia, sentimento acolhedor e compreendê-los (ASSIS; SANTOS; JESUS, 2019).

No entanto, destaca-se a relação do fazer da biblioterapia com a mediação da leitura que, "São práticas de promoção da leitura e da escrita direcionadas ao avanço de uma sociedade equânime e justa, que favorecem a criticidade e o letramento, indo além da alfabetização". (TARGINO, 2020, p. 7). Uma vez que, a biblioterapia representa uma forma de mediação, que é o ato de servir de intervenção para algo, dessa maneira, a leitura terapêutica é uma forma de proporcionar apoio a aspectos de saúde mental.

A realização da ética no ato da mediação é um determinante, como, "[...] proporcionar ao leitor o contato com textos integrais, não compactuando com iniciativas em que são utilizados apenas resumos e resenhas que empobrecem a obra literária" (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 185).

Barros (2006, p. 17), define as responsabilidades do bibliotecário(a) enquanto mediador de leitura na biblioteca:

> [...] é importante que, como mediadores, tenhamos conhecimentos teóricos sobre Leitura e Literatura, que nos dêem competência; conheçamos os fundamentos de Psicologia, de Teoria do Conhecimento e outros mais, que

> nos dêem a habilidade; dominemos o acervo disponível e o que é lançado pelo parque editorial, que nos dêem a segurança, que conheçamos a crítica da mídia, tanto quanto façamos a nossa própria análise, que nos dêem a diretriz para a oferta, para o aconselhamento, para o processo de mediação da leitura, enfim, tanto em nível particular quanto em nível coletivo.

Além disso, o autor destaca que devem ser considerados os fatores extrínsecos e intrínsecos relativos ao objeto, ao sujeito e ao agente da leitura: o texto, o leitor e o mediador (BARROS, 2006, p. 17-18). Tais conceitos se relacionam diretamente com o cuidado que o profissional que promove atividades de biblioterapia deve ter, os cuidados referem-se a aspectos emocionais de empatia, ser flexível, atenção aos assuntos abordados na reunião e textos escolhidos. A atuação profissional do bibliotecário está diretamente ligada aos atributos elencados anteriormente, visto que a formação deste profissional contempla conhecimentos de registro, classificação, catalogação de recursos informacionais, gerenciamento de conteúdos de fontes de informação que contribuem para a sua prática da biblioterapia, principalmente em bibliotecas.

3.1 BIBLIOTERAPIA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS

"A história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem". (MILANESI, 1983, p. 16). As bibliotecas são definidas no sentido figurado como um lugar onde são guardadas coleções de livros. No entanto, são mais abrangentes no sentido do seu papel social permeado pela disposição e acesso da informação a sua comunidade. Vale ressaltar que existem tipos de bibliotecas, sendo eles: Nacionais, Públicas, Universitárias, Escolares, Especializadas, Comunitárias e Ambulantes. Tendem a ser um local que fornece um espaço para as comunidades se reunirem e crescerem.

Um aspecto comum aos tipos de bibliotecas é a sua função de suporte à educação e à transmissão de conhecimentos. "Ainda, é importante que a biblioteca seja acessível também às comunidades no seu entorno, visando atender ao público em geral e não somente à comunidade interna a qual está inserida" (AZEVEDO, 2019, p. 69). Podem contribuir para a promoção de eventos, projetos e ações com foco na expressão da cultura humana, que qualifica a biblioteca como instrumento de ação cultural e provoque em seu público atendido o diálogo, a conscientização, a formação, a informação, a produção e o conhecimento (OLIVEIRA, 2021). Por exemplo, a realização de ações de biblioterapia que visa contribuir com a disseminação da leitura como estratégia terapêutica aos usuários da biblioteca.

No que concerne à biblioterapia em bibliotecas, Ratton (1975, p. 198) afirma que, "No século XIX, antes mesmo do aparecimento do termo „"biblioterapia", começaram a surgir trabalhos relacionando a biblioteca e a ação terapêutica. A influência da leitura sobre o doente mental já era então considerada, é ressaltada a necessidade de seleção de material adequado". Assim, a biblioterapia pode ser vista como um mecanismo de integração e desenvolvimento social através da biblioteca:

> A informação disseminada graças à biblioterapia consiste em prática cidadã, haja vista que favorece ao excluído a ampliação de seu repertório cognitivo, a chance de produção de conteúdos próprios e inovadores, delineamento de sua identidade cultural e, portanto, organização de ideias que vão trazer profundas mudanças em sua forma de pensar, estudar, trabalhar e se comunicar (TARGINO; TORRES; ALVES, 2012, p. 38).

Vale ressaltar que os bibliotecários(as) têm competências para realizarem "sozinhos" as atividades de biblioterapia. Tais atividades podem ser um recurso para o tratamento, discussão e divulgação dos cuidados ao sofrimento psicológico. No que se refere à prática, "Os leitores inseridos na terapia buscariam, por assim dizer, identificação com personagens e com as histórias lidas, suas características e semelhanças, podendo então extrair formas para a resolução de problemas internos e externos que afetam a rotina do dia a dia. Dessa forma, o resultado desse processo biblioterapêutico tende a ser positivo e recompensador para o leitor" (SANTOS; RAMOS; SOUSA, 2017, p. 4).

Além disso, a biblioterapia é dividida em duas categorias: biblioterapia de desenvolvimento e biblioterapia clínica. Sendo que, a biblioterapia de desenvolvimento é praticada por bibliotecários e

envolve o uso de textos literários. Em consequência, "A Biblioterapia para desenvolvimento Pessoal ou Biblioterapia de Desenvolvimento Pessoal é aplicada principalmente em escolas, bibliotecas públicas e centros comunitários ou religiosos. O Bibliotecário desempenha principalmente o papel do educador". (FERREIRA, 2003, p. 40). Sendo assim, esse tipo de Biblioterapia é utilizada para complementar a educação formal, através de discussões orientadas e leitura dirigida, que trata-se do acompanhamento do grupo da leitura de um texto. (FERREIRA, 2003, p. 40). Desse modo, compreende a leitura de textos e permite a compreensão e interpretação do que foi lido e na escuta, os participantes podem identificar aquilo que está sentindo com o que foi lido e permite um contato maior e mais próximo com as emoções, características que visam a colaborar com a comunidade da biblioteca.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aborda o panorama da prática da biblioterapia, que se utiliza de narrativas literárias para fins terapêuticos e o texto literário ficcional é o suporte de apoio principal. A pesquisa parte da revisão da literatura acerca das temáticas: biblioterapia, atuação do bibliotecário na biblioterapia em bibliotecas. A biblioterapia aborda além da ciência, trata-se da arte de cuidar através das palavras da literatura, necessita que o profissional mediador tenha um olhar sensível, empático e afetuoso com os participantes. Além disso, considera-se que os participantes sejam previamente leitores, pelo menos em potencial, pois, a prática da biblioterapia pautada em textos que instigam a reflexão.

Portanto, verifica-se que as bibliotecas são locais potenciais para a prática da biblioterapia, visto que, o seu espaço com um acervo amplo de livros e materiais escritos facilitam para os aspectos necessários de disseminação e mediação da leitura terapêutica. A biblioterapia engloba objetivos de prevenção e cura, que são, respectivamente, objetivo de prevenção do crescimentos de tendências neuróticas e objetivo de cura que visa a aumentar a sensibilidade social e que favorece a interação entre as pessoas, de modo que expressem seus sentimentos: os receios, as angústias e os anseios.

Além do mais, menciona-se as responsabilidades do bibliotecário enquanto profissional que promove atividades de biblioterapia. Este deve estar atento e ter cuidado aos materiais escolhidos, pois é o encarregado de todo o processo de seleção e disseminação da informação. Além do zelo, empatia e sentimento acolhedor com os participantes, visto que em geral são temáticas que remoem aspectos emocionais profundos do outro. Por isso, o bibliotecário(a) tem uma responsabilidade social que envolve um conjunto de ações baseado em ética e cumprimentos legais em sua prática da biblioterapia para cuidado com o emocional.

Conclui-se nesse sentido que as bibliotecas consolidam as discussões acerca da biblioterapia e o fazer profissional do bibliotecário, com intuito de proporcionar saúde e bem-estar à comunidade a qual está inserida. Isto significa, as bibliotecas que são espaços sociais e de disseminação da informação, conhecimento e cultura são locais da prática da biblioterapia que podem colaborar com o cuidado, cura e prevenção de problemas emocionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. M.; GOMES, M. N.; SILVA, D. M. S.; SILVA, M. L. Biblioterapia: o bibliotecário como agente integrador e socializador da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81223. Acesso em: 29 set. 2021.

ALVES, M. H. H. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 15, n. 1/2, p. 54-61, 1982. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_09e78c51e2_0018372.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

ALVES, R. A arte de produzir fome. **FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo: Grupo Folha, 2002. Diário. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/4375/mod_folder/content/0/Rubem%20Alves%20-%20A%20arte%20de%20produzir%20fome%20-%20C%C3%B3pia.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 06 out. 2023.

ASSIS, P. O.; SANTOS, R. I. R.; JESUS, I. P. de. Biblioterapia como um campo de atuação para o bibliotecário: perspectivas dos discentes de Biblioteconomia da UFBA. **Biblionline**, v. 15, n. 1, p. 41-53, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2019v15n1.44808 Acesso em: 29 set. 2021.

AZEVEDO, A. L. de. Bibliotecas: função esperada e retrato real. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, [*S. l.*], v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1427. Acesso em: 2 out. 2023.

BARROS, M. H. T. C. A mediação da leitura na biblioteca. *In*: BARROS, M. H. T. C.; SILVA, R, J.; BORTOLIN, S.; **Leitura**: mediação e mediador. São Paulo: Ed. FA, 2006. pág. 17-24.

BENTES PINTO, V. A biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário. **Transinformação**, v. 17, n. 1, p. 31-43, 2005. DOI: 10.1590/S0103-37862005000100003. Acesso em: 29 set. 2021

BIBLIOTERAPIA. *In*: **MICHAELIS, Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2015. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=biblioterapia. Acesso em: 24 maio de 2023.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Oralidade e a ética na mediação da literatura. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 171-190, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p171 Acesso em: 19 set. 2023.

CALDIN, C. F. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 32–44, 2001. DOI: 10.5007/1518-2924.2001v6n12p32. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n12p32. Acesso em: 29 set. 2021.

CALDIN, C. F. **Leitura e terapia**. 2009. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92575. Acesso em: 13 mar. 2022.

FERREIRA, D. T. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **ETD - Educação Temática Digital**, [*S. l.*], v. 4, n. 2, p. 35-47, 2003. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/620. Acesso em: 15 maio 2023.

GARCIA, J. C. R.; FERREIRA, F. B.. Interfaces entre a biblioterapia e a responsabilidade social do bibliotecário. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2 n. 3, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/110190. Acesso em: 30 maio 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEDES, M. G.; BAPTISTA, S. G. Biblioterapia na Ciência da Informação. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [*S. l.*], v. 18, n. 36, p. 231-253, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p231. Acesso em: 29 maio 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MCCULLIS, D. Bibliotherapy: Historical and research perspectives. **Journal of Poetry Therapy**, [*S. l.*], v. 25, n. 1, p. 23-38, 2012. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08893675.2012.654944. Acesso em: 10 maio 2023.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NAÇÕES UNIDAS – BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. NAÇÕES UNIDAS – Brasil. c2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 31 maio 2023.

OLIVEIRA, J. N. N. **Ações Culturais em Bibliotecas Universitárias**. Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres: CCA - Centro de Ciências Agrárias 2021. Disponível em: http://www.cca.ufpb.br/bscca/contents/noticias. Acesso em: 30 maio 2023.

OUAKNIN, M. A. **Biblioterapia**. São Paulo: Loyola, 1996.

RATTON, A. M. L. Biblioterapia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, 1975. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36171. Acesso em: 22 maio 2023.

ROSA, A. L. R. **As Cartas de Ana Cristina César**: uma contribuição para a Biblioterapia. 2006. 83 p. Dissertação. (Mestrado em Letras) - Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Três Corações, 2006. Disponível em: https://www.unincor.br/dissertacoes-mestrado-mestrado-em-letras/2015-anos-anteriores. Acesso em: 14 maio 2023.

SANTOS, A. P.; RAMOS, R. B. T.; SOUSA, T. C. S. Biblioterapia: estudo comparativo das práticas biblioterápicas brasileiras e norte- americanas. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em: 29 maio 2023.

SOUSA, C. **Biblioterapia e mediação afetuosa da literatura**. Florianópolis: Ed. Da Autora, 2021.

TARGINO, M. G. Mediação cultural e da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** São Paulo, v. 16, p. 1-17, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141204. Acesso em: 19 set. 2023.

TARGINO, M. G.; TORRES, N. H.; ALVES, C. A. Informação e cidadania: relação construída via biblioterapia no âmbito da biblioteca pública. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 33-40, dez. 2012. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10106. Acesso em: 19 set. 2023.

VALENCIA, M. C. P.; MAGALHÃES, M. C. Biblioterapia: síntese das modalidades terapêuticas utilizadas pelo profissional. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23197. Acesso em: 29 maio 2023.

CENTRO-DIA: POLÍTICA PÚBLICA CONTRA O ABANDONO DE IDOSOS

DAY CENTER: PUBLIC POLICY AGAINST ABANDONMENT OF THE ELDERLY

Área temática: Redução das Desigualdades

FRATTARI, Marina Bonissato
Universidade Estadual Paulista – FCHS – Unesp Franca
Doutoranda no programa de pós-graduação da FCHS - UNESP Franca. Mestre em Direito pela FCHS - UNESP Franca. Especialista em Direito Processual Civil Empresarial pela Faculdade de Direito de Franca. Bolsista CAPES.
marina.b.frattari@unesp.br.

Resumo

É objetivo do presente trabalho analisar a colocação do idoso em unidades públicas destinadas ao atendimento especializado a pessoas idosas que tenham algum grau de dependência de cuidados, são os chamados “centro-dia”. Para isso, explicitar-se-á o abandono do idoso pela família através de um olhar jurídico, conectando este assunto à necessidade de criação de políticas públicas reparadoras ao abandono e, por fim, trazer a criação dos denominados “centro-dia” como política pública capaz de atenuar o abandono. Tem-se, para confecção do estudo o método dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica e documental, a partir de uma abordagem qualitativa e natureza aplicada. Ao final nota-se que os centros-dia são, como uma política pública, uma alternativa de apoio aos idosos, evitando seu abandono e, consequentemente, maior vulnerabilização. O centro-dia se apresenta como alternativa aos cuidados pessoais formais e pública, complementando os cuidados ofertados pelas famílias aos idosos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade, Abandono de idoso, Políticas públicas.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the placement of the elderly in public facilities designed to provide specialized care for elderly people who have some degree of dependence on care, known as "day centers". To this end, it will explain the abandonment of the elderly by the family through a legal lens, connecting this issue to the need to create public policies to repair abandonment and, finally, bring the creation of the so-called "day centers" as a public policy capable of mitigating abandonment. The study uses the deductive method, with a bibliographical and documentary research technique, based on a qualitative approach and an applied nature. In the end, it was noted that day centers are, as a public policy, an alternative way of supporting the elderly, avoiding abandonment and, consequently, greater vulnerability. The day center presents itself as an alternative to formal and public personal care, complementing the care offered by families to the elderly.

Keywords: Vulnerability, Elder abandonment, Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso - EI) determine que o idoso é aquele com 60 anos ou mais (critério cronológico), mas há diferentes etapas no envelhecimento[1], bem como fatores como classe social, cor, gênero e regionalidade que podem acentuar a sua vulnerabilidade. Nesta

[1] Há três classes de idosos: (i) idosos jovens, que compreendem aqueles com 65 a 74 anos; (ii) idosos velhos, que compreendem aqueles de 75 a 84 anos; e (iii) idosos mais velhos, que são aqueles com mais de 85 anos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586).

premissa, é imprescindível que os idosos sejam alvo de políticas públicas voltadas às suas necessidades.

Todavia, ao analisar as políticas públicas voltadas à população idosa no país, vê-se grande deficiência por parte dos atores políticos, especialmente quando se adentra em seu ciclo. Há dificuldades teóricas e práticas dos mais diversos anseios que impedem que uma política pública possa atingir suas finalidades, inclusive a universalidade.

Como presta a Constituição, por seu turno, cabe ao Estado, sociedade e família a atenção ao idoso. Contudo, a problemática torna-se sensível quando a família, cuja responsabilidade com o idoso é ainda mais eminente, esquiva-se de tal obrigação. Fala-se aqui em abandono ao sujeito idoso, portanto. No que cabe ao Estado, para reparar esse abandono e diminuir a vulnerabilização das pessoas idosas, nota-se a necessidade de se pensar em ações que voltem atenção e zelo para os idosos.

Contra isso existe como uma das alternativas a colocação do idoso em unidades públicas destinadas ao atendimento especializado a pessoas idosas que tenham algum grau de dependência de cuidados, são os chamados “centro-dia”.

É objetivo do presente trabalho, portanto, explicitar o abandono do idoso pela família através de um olhar jurídico, conectando este assunto à necessidade de criação de políticas públicas reparadoras ao abandono e, por fim, trazer a criação dos denominados “centro-dia” como política pública capaz de atenuar o abandono.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotará, como métodos de procedimento, o levantamento através da técnica de pesquisa bibliográfica e documental. O método é o dedutivo, com abordagem qualitativa e natureza aplicada.

A escolha pelas técnicas de levantamento se justifica por analisar os caminhos alternativos que podem levar à um resultado satisfatório quando se busca explicitar as dúvidas que pairam sobre o abandono de idosos, considerando a priori à ineficiência do Estado no que diz respeito às políticas públicas até a omissão da família quanto aos cuidados que deveriam dispor, com base em dados já publicados.

Para tanto, partir-se-á da análise dedutiva, pois espera-se proceder a pesquisa de forma horizontal, cujos estudos partirão do geral para o particular, ou seja, analisar-se-á, primeiramente, as questões que envolvem o contexto do idoso no país para, posteriormente, discutir a sua colocação no chamado “centro-dia” como possibilidade eficaz de política pública.

Após o exposto, justifica-se o enfoque qualitativo, vez que não é alvo de investigação os aspectos numéricos. Ou seja, espera-se compreender as políticas públicas, elencando o abandono de idoso pela família e, posteriormente, o centro dia como política pública como alternativa ao não abandono desse idoso, considerando aspectos subjetivos, com a análise de dados já publicados. Tem natureza aplicada, pois espera-se, com os resultados do presente exposto, elencar a importância social do cuidado com o idoso e, não obstante, gerar conhecimentos para aplicações práticas.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IDOSOS

As políticas públicas, que são programas de ações, representam a realização concreta de decisões, os meios utilizados por um determinado ator - o Estado - na sua vontade de modificar comportamentos, alterando as regras do jogo até então em vigor (DEUBEL, 2009, p. 19).

A partir de tal conceituação, é possível considerar quatro elementos centrais (DEUBEL, 2009, p. 27) que permitem identificar a existência de uma política pública. São eles: o envolvimento do governo, a percepção dos problemas, a definições de objetivos e o processo[2].

[2] Importante trazer uma outra perspectiva sobre a composição das políticas públicas a título de soma. Bucci (2006) afirma que tais são constituídas por quatro elementos essenciais, que são a ação, coordenação, processo e programa. A ação corresponde à incitação do Estado em agir. A coordenação refere-se à articulação dos programas governamentais entre si, ou seja, à participação

Com isso, é possível dizer que existe uma política desde que as instituições estatais assumam a tarefa, seja total ou parcialmente, de atingir objetivos tidos como desejáveis ou necessários, através de um processo que visa alterar uma situação percebida como problemática (DEUBEL, 2009, p. 27).[3]

Nessa perspectiva, nota-se que política pública é uma atividade por parte do Estado, com o objetivo de atingir a coletividade naquilo que é uma necessidade social.

Por coletividade, vale dizer, parte-se de um conceito universalista, ou seja, a concepção do todo social, ou a todos que fazem parte de um determinado grupo vulnerável desta sociedade (DUARTE, 2013, p. 20), como os idosos, que integram segmento social cuja vulnerabilidade deve ser considerada.

Importante ressaltar que as pessoas idosas compõem um grupo especialmente exposto à vulnerabilidade[4] em razão de ações das variáveis fisiológicas, psicológicas e socioculturais que "permeiam as mudanças próprias do processo de envelhecimento". Ainda, os "subgrupos que possuem maior risco são aqueles com baixos rendimentos, educação limitada, mulheres, viúvos ou solteiros e que possuem reduzido apoio social" (BARBOSA, 2019, p. 26).

O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), traz em seu art. 9º que "é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

Para acentuar tal vulnerabilidade, ainda, quando se analisa as políticas públicas voltadas à população idosa no país, é possível perceber a deficiência por parte dos atores políticos. Tal afirmação se faz verídica quando observado que apenas em 1994 houve a instituição de uma política nacional para os idosos. Lado avesso, existiam apenas medidas públicas fundidas em programas como o Saúde do Idoso e o Programa de Assistência ao Idoso, cujo público alvo era idosos hipossuficientes.

Um importante marco à proteção dos direitos dos idosos, vale lembrar, foi a Política Nacional do Idoso (PNI). Dentro das bases constitucionais (art. 230 da CF/88), determinou ao Estado, a sociedade e a família (art. 3, I da PNI) o dever de zelo ao público idoso.

Também, outras políticas relevantes foram: a Política Nacional de Saúde do Idoso (1999), o próprio Estatuto do Idoso (2003), a Política Nacional de Assistência Social (2004), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006), além dos direitos firmados pela Constituição de 1988 (premissas para todas as políticas e leis infraconstitucionais).

As mencionadas ações confirmaram à sociedade que o envelhecimento diz respeito a todos e não apenas às pessoas que já estão na velhice, que as pessoas idosas têm direito ao desenvolvimento de ações políticas setoriais, bem como que o idoso deve ser destinatário das transformações na estrutura social (RAUTH; PY, 2016, p. 55).

Contudo, entre a formulação e a avalição de uma política há um vasto caminho a ser percorrido. Quando se adentra no ciclo das políticas públicas, nota-se que, embora uma política pública tenha sido implementada, não necessariamente haverá o resultado esperado.

Para Jones (1970 *apud* DEUBEL, 2009, p. 49), distingue-se em cinco fases o desenvolvimento de uma política pública: identificação de um problema; formulação de soluções; tomada de decisão; implementação; e avaliação[5]. Esta divisão apresenta a política pública como uma

---

dos três Poderes, dos entes da União e demais órgãos que compõe o governo. No que se refere ao processo, este diz respeito ao processo de implementação de uma política pública, que é complexo, já que envolve todos os participantes que compõe o Estado Democrático. Quanto ao programa, por fim, relaciona-se com o conteúdo da ação governamental, ou seja, define-se o destinatário, os objetivos, os métodos de concretização, recursos orçamentários, entre outras questões.

[3] Para Deubel (2009, p. 27), em muitos casos, a resposta às coisas consideradas problemáticas pelo sistema político pode ser uma consequência de uma outra política ou de uma política anterior.

[4] Vale mencionar que a vulnerabilidade do sujeito idoso é tema contraditório na literatura multidisciplinar, por se tratar da complexidade e a multidimensionalidade dessa vulnerabilidade (BARBOSA, 2019, 26). No direito, especificamente, o Estatuto do Idoso, lei que tutela os direitos dos idosos, não traz especificamente a condição de vulnerável ao idoso, contudo, traz a ressalva dos vários direitos inerentes à essa classe em decorrência de sua idade.

[5] Laisner e Mario (2014, p. 621), mesmo não seguindo exatamente a ordem colocada por Jones, mas ainda em concordância com o ciclo das políticas públicas, trazem que "o processo de formulação de políticas públicas tem sido apresentado, em geral, pelo ciclo de etapas sucessivas (*Policy Cycle*),

sucessão de atos. Além disso, o modelo é suficiente para permitir a sua utilização para o objeto de análise. Devido a estas características, o ciclo político é comumente utilizado pelos próprios atores políticos como um modelo normativo de ação.

No entanto, não se trata de um modelo linear. Conforme Jones (1970 *apud* DEUBEI, 2009, p. 51), o processo de política pública pode muito bem começar em qualquer uma destas fases, saltar uma ou outra fase, ou intervir entre as fases. Além disso, cada fase está enquadrada num sistema de feedback que afeta as outras fases.

Nesse contexto, faz-se necessário avaliar, conforme JANNUZZI et. al., (2009, p109 *apud* LAISNER, MARIO, 2014, p. 621) se é "perigoso realizar mudanças nos programas implementados para garantir sua efetividade; descontinuá-los, se o problema deixou de compor a agenda; ou então adaptá-los a uma nova realidade, reiniciando o ciclo".

No mais, sendo as políticas públicas obrigações prestacionais por parte do Estado, há dificuldades teóricas e práticas dos mais diversos anseios que impedem que uma dada política pública possa atingir seus fins, inclusive a universalidade. Não diferente ocorre com as políticas públicas que envolvem o público idoso.

4 "CENTRO-DIA" COMO POLÍTICA PÚBLICA CONTRA O ABANDONO DAS PESSOAS IDOSAS

A velhice é o resultado do processo de envelhecimento (ARGIMON; STEIN, 2005, p. 71), ela não é linear e para seu processo, deve-se considerar fatores como classe social, regionalidade, etnia, cor e gênero. Estas características contribuem para que o alcance de uma política pública possa não ser o esperado, com a sua efetivação restando prejudicada.

O Estatuto do Idoso (art. 3º), em conformidade com a Constituição Federal (art. 230) traz que é dever da tríade "Estado, sociedade e família" assegurar à pessoa idosa a efetivação de seus direitos fundamentais. Mas em caso de omissão do Estado, cabe à família, vínculo mais estreito do idoso, o dever de zelo e busca para resolução das suas necessidades.

Isso, pois "o papel da família é ainda mais relevante entre esses três agentes" (Estado, sociedade e família, os quais detém, segundo art. 230 da CF/1988, o dever de cuidado do idoso). Portanto, combater o "não fazer" dessa família é buscar alternativas que gerem incentivo ao desenvolvimento de "redes protetivas" (PEREIRA; MARCHIORO, 2022, p. 288) com o fito de realizar o princípio do melhor interesse do idoso que visa à sua proteção integral "em razão da sua situação de vulnerabilidade potencializada pelas contingências existenciais, especializando a cláusula geral de tutela da pessoa humana" (BARBOZA, 2008, p. 71).

A omissão familiar pode levar: a terceirização da responsabilidade de cuidar, como com a contratação de cuidador/zelador, a sua colocação em casa de repouso, ou mesmo ao abandono (MARTOS; FRATTARI; MENDONÇA, 2021).

Como alternativa contra o abandono e ausência de recursos financeiro, o §1º do art. 37 do Estatuto do Idoso traz a possibilidade de assistência integral de longa permanência para o idoso sem grupo familiar, bem como a Política Nacional do Idoso traz o chamado "atendimento asilar". Também, é possível a colocação do idoso em família que não seja a sua primária, denomina-se isto de "colocação em família substituta[6]".

---

como ilustrado no Diagrama 1. Neste modelo a primeira etapa – Definição da Agenda Política (*Agenda-Setting*) corresponde aos caminhos e processos que levam ao reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução. A etapa seguinte – Formulação de Políticas e Programas (*Policy Formulation*) – refere-se à construção de possíveis soluções, encaminhamentos e programas para lidar com a questão apontada. Na sequência – na tomada de Decisão Técnico-Política (*Decision Making*) – é escolhida a direção de ação a seguir, decidindo-se por uma ou algumas das alternativas formuladas. A quarta etapa – Implementação de Políticas e Programas (*Policy Implementation*) – vincula-se à implementação da ação governamental, a partir das escolhas feitas anteriormente. Por último, é que aparece a etapa de analisar se os esforços empreendidos estão atuando no sentido esperado de solucionar o problema original – etapa de Avaliação das Políticas e Programas (*Policy Evaluation*)".

[6] No entanto, o Estatuto do Idoso não descreve o que vem a ser essa "família substituta", cabendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente defini-la. Com isso, família substituta fica sendo aquela formada mediante guarda, tutela ou adoção (art. 28 do ECA).

Outra possibilidade para evitar o abandono e negligência familiar, ainda, é a colocação dos idosos em unidades públicas especializadas, denominados “centro-dia” (ou vulgarmente conhecida como “creche para idosos”), destinadas ao atendimento das pessoas idosas, lugar em que são desenvolvidas atividades recreativas, esportivas e de lazer durante certo período do dia, evitando o isolamento social e o abandono e fomentando o acolhimento.

Trata-se de serviço de proteção social especial destinado à idosos, pessoas com deficiência e suas famílias, ofertado em centro-dia, implementado no âmbito do SUAS desde o ano 2012. Considera que, de acordo com a “tipificação nacional dos serviços socioassistenciais do SUAS”, este serviço de proteção social especial é de média complexidade, de base municipal e do Distrito Federal, destinando-se às pessoas idosas ou com deficiência em situação de dependência e suas famílias (BRASIL, s.a, p. 3).

É foco da política do centro-dia a realização de um conjunto variado de atividades, por uma equipe multidisciplinar, sob distintas metodologias de escuta e expressão das relações, como reuniões, leituras, vídeos, música, atenção individualizada, oficinas visando música, atividades com água, dentre outras, seja nos espaços físicos da unidade, seja no âmbito do domicílio, bairro, comunidade, clubes, cinemas, praças, entre outros (BRASIL, s.a, p. 22).

Os cuidados cotidianos com os usuários durante o atendimento incluem acompanhamento e assessoramento em todas as atividades da vida diária, o apoio na administração de medicamentos indicados por via oral e de uso externo, a ingestão assistida de alimentos, a higiene e cuidados pessoais, ações preventivas de acidentes, atividades recreativas e ocupacionais de acordo com as possibilidades, como também a colaboração nas práticas indicadas por profissionais diversos (fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeutas ocupacionais, dentre outros), a difusão de ações de promoção de saúde e inclusão social, acompanhamento nos deslocamentos e locomoção do seu cotidiano, orientação às famílias sobre cuidados, dentre outras atividades (BRASIL, s.a, p. 22).

Oferece, ainda, uma atenção integral à pessoa idosa quando em situação de dependência durante o dia, servindo como apoio às famílias e aos cuidadores familiares por colaborar com os cuidados do idoso.

Neste contexto, “contribui para o fortalecimento de vínculos e do papel protetivo da família; para o favorecimento da autonomia dos cuidadores familiares na conciliação dos papeis sociais de cuidados” (BRASIL, s.a, p. 23). O centro-dia se configura, portanto, como uma alternativa de cuidados pessoais formais e pública, complementando os cuidados ofertados pelas famílias.

Com a possibilidade de inserção da pessoa idosa nessas unidades de apoio, espera-se que lhe seja fornecida o melhor para sanar suas demandas, vislumbrando-se melhoria em sua qualidade de vida, especialmente por ter efetivada a sua dignidade. O “fazer” fortalecendo o cumprimento do dever de cuidado a essas pessoas idosas é imprescindível.

Para que os idosos não sejam marginalizados e excluídos da sociedade, então, deve-se pensar em políticas públicas eficazes que atendam às necessidades para cultivar a dignidade das pessoas idosas, já que a família nem sempre cumpre com suas prestações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da expectativa de vida reconfigurou a sociedade, levando a um olhar mais cauteloso sobre o envelhecimento e a velhice. Assim, cabe ao Estado, à sociedade e à família o dever de proteção desse público.

Com o presente trabalho, restou claro que as políticas públicas são elementos essenciais para concretizar direitos fundamentais a todos. Dentre seu público alvo estão os idosos. Esta categoria merece especial atenção, pois o processo de envelhecimento provoca alterações de ordem emocional, física, cultural e social que acentuam a vulnerabilidade do sujeito idoso.

Quando há, contudo, a esquiva da família em seus deveres com os idosos, inicia-se o abandono (material, imaterial ou inverso), ou seja, a negligência da família com o idoso, levando ao Estado o dever e reparação por meio de políticas públicas de amparo para que não haja ainda mais o agravamento da condição de vulnerabilidade.

Contra o abandono, a legislação pátria traz opções como o atendimento asilar e a colocação do idoso em família substitua. Mas ainda há, como forma de política pública, a alternativa de colocação do idoso no denominado “centro-dia”, uma unidade pública de apoio aos idosos que evita seu abandono e, consequentemente, maior vulnerabilização.

O centro-dia se apresenta como alternativa aos cuidados pessoais formais e pública, complementando os cuidados ofertados pelas famílias aos idosos. Com a possibilidade de inserção da pessoa idosa nessas unidades de apoio, espera-se que lhe seja fornecida o melhor para sanar suas demandas, vislumbrando-se ter efetivada a sua dignidade.

REFERÊNCIAS

ARGIMON, Irani de Lima.; STEIN, Lilian Milnitsky. Habilidades cognitivas em indivíduos muito idosos: um estudo longitudinal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 64-72. 2005, p. 71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n1/08.pdf>. Acesso em: 17.Jul.2023.

BARBOSA, Keylla Talitha Fernandes. VULNERABILIDADE DA PESSOA IDOSA: desenvolvimento do conceito. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutora em Enfermagem. João Pessoa, 2019. Disponível em < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19000/1/KeyllaTalithaFernandesBarbosa_Tese.pdf> Acesso em: 15. Jul.2023.

BARBOZA, Heloisa Helena. O princípio do melhor interesse do idoso. In: OLIVEIRA, Guilherme de; PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). O cuidado como valor jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centro-dia de referência: serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/CENTRO-DIA_Per_Resp.pdf> Acesso em: 15. Jul.2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em Direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **P** reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

DEUBEL, André-Noel Roth. Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2009.

DUARTE, Clarice Seixas. O ciclo das políticas públicas In: SMANIO, ianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins (Org.). **D** . São Paulo: Atlas, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas dos programas públicos são. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Org.). Cadernos Reflexões para a Ibero-américa: avaliação de programas sociais. 1. ed. Brasília, DF, 2009. v. 1, p. 101-138 In: LAISNER, Regina Claudia; MARIO, Camila Gonçalves de. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico e de controle social. **Revista Políticas Púbicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez. 2014.

MARTOS, Frederico T. Araújo; FRATTARI, Marina Bonissato; MENDONÇA, Cláudia Gil. ADOÇÃO DE IDOSOS: REALIDADE OU EXPECTATIVA? p. 23-39, In: GARCIA, Denise S. S.; CARDIN, Valéria Silva Galdino (Coord.). **Direito de família e das sucessões.** Florianópolis: CONPEDI, 2021.

PEREIRA, Jacqueline Lopes; MARCHIORO, Mariana Demetruk. Vulnerabilidade da pessoa idosa e o descumprimento do dever de cuidado por abandono afetivo inverso. **Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 283-299, out./dez. 2022. Disponível em <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/659/574> Acesso em: 09.Jun.2023.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014.
RAYTH, Jussara; PY, Ligia. A história por trás da lei: a histórica, as articulações de movimentos sociais e científicos, e as lideranças políticas envolvidas no processo de constituição da política nacional do idoso In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso:** velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Geriatria e Gerontologia. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013> Acesso em: 16.Jul.2023.

CIDADE DE 15 MINUTOS E TERRITÓRIOS AMIGOS DA PESSOA IDOSA: ESPAÇOS INCLUSIVOS NA BUSCA DO ENVELHECIMENTO ATIVO

15-MINUTE CITY AND AGE-FRIENDLY TERRITORIES: INCLUSIVE SPACES FOR ACTIVE AGING

Área temática: ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

OLIVEIRA, Iago Rodrigues
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduando em Arquitetura e Urbanismo
E-mail: iagorodriguesoliveira10@gmail.com

VIEIRA, Caroline Cristina Lourenço
Universidade de Franca
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
E-mail: carolineclvieira@gmail.com

BRITO, Bruna Marques
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia.
E-mail: brunamarques569@gmail.com

DE SOUZA, Geni Emília
Universidade Cruzeiro do Sul
Mestra em História Econômica, Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e em Informática na Educação. Bacharela em Serviço Social.
E-mail: gesouza@cruzeirodosul.edu.br

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Educação Física
E-mail: prof.cristianribeiro@gmail.com

OLIVEIRA, Leticia Natália
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda e mestra em Promoção de Saúde.
Pós-graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Psicomotora e MBA Gestão Estratégica de Pessoas. Bacharela em Psicologia.
E-mail: nataliaoliveiraleticia@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Pós-doutorando em Educação Física e Saúde. Doutor e mestre em Promoção de Saúde. Pós-graduado em Geriatria e Gerontologia, Deficiências Múltiplas, Saúde Coletiva, Cuidados Paliativos, Fisioterapia Pediátrica e Oncologia Multiprofissional. Fisioterapeuta, Profissional de Educação Física e Pedagogo. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

Resumo

Objetivo: identificar por meio de uma análise documental crítica as perspectivas e contextualizações que envolvem o conceito da cidade de 15 minutos e territórios amigos da pessoa idosa. **Procedimentos Metodológicos:** estudo do tipo descritivo, exploratório e apoiado em pesquisa bibliográfica/documental acerca de estratégias territoriais sobre as cidades de 15 minutos, bem como um levantamento documental no que tange ações e fomentos positivos que viabilizam o envelhecimento humano na territorialidade. O estudo não precisou passar por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde por se tratar de pesquisa bibliográfica de acesso a fontes públicas e não envolver diretamente a participação de seres humanos. **Resultados e discussão:** no cenário moderno, é necessário pensar na territorialidade e nas possibilidades de criar espaços saudáveis e inclusivos para as pessoas 60+, assim, cidades pautadas no conceito de urbanização rápida/15minutos pode ampliar a visão acerca das relações em suas dimensões multidimensionais, tanto no aspecto de saúde, econômico, político, cultural, ambiental, protetivo, recreacional e de assistência social que permitam satisfazer as necessidades produzidas em um ambiente acessível para pessoa que envelhece. **Considerações finais:** Além dos resultados positivos encontrados, faz-se importante admitir que este estudo, por se tratar de uma investigação documental de origem secundária, tem limitações intrínsecas que demandam a realização de estudos primários para aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos serviços ofertados, indicadores de oferta e demanda, perfil de utilização, entre outros, que, junto aos atuais resultados, atenderão à necessidade constante das pessoas 60+.

Palavras-chave: Cidades Saudáveis. Espaços Inclusivos. Pessoa Idosa.

Abstract

Objective: to identify, through a critical documentary analysis, the perspectives and contextualizations that involve the concept of the 15-minute city and elderly-friendly territories. **Methodological Procedures**: descriptive, exploratory study supported by bibliographic/documentary research on territorial strategies regarding 15-minute cities, as well as a documentary survey regarding positive actions and promotions that enable human aging in territoriality. The study did not need to go through an Ethics Committee for Research with Human Beings in accordance with Resolution 466/12 of the National Health Council because it was a bibliographical research with access to public sources and did not directly involve the participation of human beings. **Results and discussion**: in the modern scenario, it is necessary to think about territoriality and the possibilities of creating healthy and inclusive spaces for people 60+, thus, cities based on the concept of rapid urbanization/15 minutes can broaden the vision about relationships in their multidimensional dimensions , both in terms of health, economic, political, cultural, environmental, protective, recreational and social assistance that allow meeting the needs produced in an accessible environment for aging people. **Final considerations**: In addition to the positive results found, it is important to admit that this study, as it is a documentary investigation of secondary origin, has intrinsic limitations that require the carrying out of primary studies to deepen knowledge about the quality of the services offered, supply and demand indicators, usage profile, among others, which, together with current results, will meet the constant needs of people 60+.

Keywords: Healthy Cities. Inclusive Spaces. Elderly.

1 INTRODUÇÃO

Com as transformações sociais advindas da transição demográfica, o grupo populacional geriátrico cresce de maneira exponencial, trazendo consigo novos desafios e ações que demandam atitudes intersetoriais e multidimensionais para corroborar de modo significativo a vida desses indivíduos. No Brasil, é definida como sendo uma pessoa idosa a partir do critério cronológico estabelecido no Estatuto da Pessoa Idosa (2003), em que seu início se dá a partir dos 60 anos, independente do gênero (BRASIL, 2003).

Viabilizando tal perspectiva, no Brasil é estimado que no ano de 2025, ocupará a sexta posição de país com maior número de idosos, alcançando média de 32 milhões de pessoas com 60

anos ou mais. Projeções para 2050, o público infantojuvenil na faixa etária de 0 a 14 anos, representarão apenas 13,15% dos indivíduos, ao passo que a população idosa alcançará média percentual de 22,71% da população total (IBGE, 2018).

Envelhecer nesse sentido é considerado um ciclo complexo, caracterizado como sendo uma ação espontânea, inerente e irreversível aos seres humanos, onde esse processo se destaca pela influência de aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais (GANDRA, 2012).

Assim, pensar na pessoa 60+ requer uma visão ampliada para compreender o indivíduo na sua dimensão global, nessa visão Minayo e Coimbra (2011, p. 14) destacam que "o envelhecimento não é um processo homogêneo, ou seja, cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma maneira, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas".

Desse modo, tais modificações têm ocorrido de maneira acelerada, exigindo respostas adequadas em prol de subsídios, ferramentas, estratégias e políticas públicas que corroborem para o envelhecimento ativo no cenário contemporâneo.

No cenário atual, o pensamento sobre os aspectos que envolvem o campo da gerontologia, visam buscar cada vez mais a equidade por estratégias que aumentem significativamente a qualidade de vida (QV) e oportunize o envelhecimento positivo, portanto, essas temáticas estão constantemente discutidas no que concerne à vida humana, uma vez que envelhecer de modo saudável se estrutura em um compromisso contínuo à luz do bem-estar indissociável das condições do modo de viver, sendo intimamente relacionado aos aspectos de saúde, moradia, educação, lazer, transporte, liberdade, trabalho, autoestima, cidades sustentáveis e amigas do idoso, políticas públicas eficientes, urbanização e territórios inclusivos e amigos de quem envelhece (SANTOS; ANDRADE; BUENO, 2014).

Logo, uma cidade que prioriza o envelhecimento ativo em todas esferas do sistema urbano, pode elevar significativamente a sensação de pertencimento dos sujeitos em que nela reside, incluindo a população idosa. Atualmente, com o maior índice da população residindo em cenários urbanos, se faz necessário maximizar e repensar as múltiplas necessidades de atender melhor à coletividade. Portanto, a pessoa idosa necessita estar inserida em um território que viabilize fomentos para uma vida digna e por esta razão a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) destacam a relevância da territorialidade estruturada e pensada nos aspectos biopsicossociais de subsidiar uma estrutura e oportunidades para que os cidadãos se mantenham em pleno desenvolvimento global e pertencente ao meio social (PEDRO *et al.,* 2013).

Conceituando tal aspecto, surge o conceito de cidade amiga do idoso, que se destaca por estimular o envelhecimento ativo ao oportunizar de modo otimizado possibilidades de acesso gerais como: saúde, participação social e segurança, para aumentar de modo significativo a QV à medida que as pessoas envelhecem (OMS, 2008).

Um território amigo das pessoas idosas é um espaço que articula as mais variadas vivências e que adapta seus serviços e estruturas físicas para ser um espaço com maior percepção inclusiva e receptivo às necessidades deste grupo populacional, com o objetivo de corroborar significativamente para a QV à medida que se envelhece (OPAS, 2019).

Ainda, segundo a organização, os territórios, enquanto referência na construção identitária das pessoas idosas, podem e devem contribuir para o bem-estar de todos que pertencem a ele, pois "é benéfico não apenas para esse grupo populacional, mas para todos" (OPAS, 2021, p. 3).

Ainda nesse sentido, ambientes geriátricos saudáveis devem ser pautados na transformação urbana que visem remover barreiras, estabelecer e regulamentar normas de acessibilidade e garantir meios de ir e vir em estruturas físicas, no transporte e nos espaços sociais comuns. Além disso, deve-se considerar o planejamento urbano e as decisões de utilização da terra, e seu impacto sobre a segurança e a mobilidade do público idoso (OLIVEIRA; MARTINS, 2019).

Vale destacar que a percepção de envelhecer no contexto atual é fazer com que o indivíduo seja o mais ativo possível, onde segundo a ótica da OMS (2008, p.10):

> "O envelhecimento ativo é o processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, para melhorar a QV das pessoas à medida que envelhecem. Em uma cidade amiga da pessoa idosa, políticas, serviços, ambientes e estruturas dão apoio e capacitam as pessoas a envelhecer ativamente ao: reconhecer a ampla gama de capacidades e recursos entre os idosos; prever e responder, de maneira flexível, às necessidades e preferências relacionadas ao envelhecimento; respeitar as decisões dos

> idosos e o estilo de vida que escolheram; proteger aqueles que são mais vulneráveis; e promover a sua inclusão e contribuição a todas as áreas da vida comunitária".

Pensando nessa abordagem de cidade amiga do idoso, é necessário o fomento de políticas públicas, participação popular e mecanismos gerais que corroborem com a mobilização dos municípios para que promovam, de modo amplo e seguro, estratégias para que indivíduos com sessenta anos ou mais continuem sendo ativos, participativos e protagonistas nos mais variados pilares sociais, incluindo mobilização geral no que concerne a adaptação arquitetônica e de serviços, com o intuito de preconizar acessibilidade e inclusão (MARTINS, 2015).

Diante disso, surge a necessidade de pensar em soluções práticas e viáveis para o envelhecimento humano, haja visto que com as transformações sociais, o grupo populacional geriátrico cresce de maneira acelerada, trazendo consigo novos desafios e ações que demandam atitudes intersetoriais e territoriais de cunho multidimensionais para corroborar de modo significativo a vida desses indivíduos, e nesse escopo. Pensando nos espaços 60+ saudáveis, devem-se pautar na transformação urbana que vise remover barreiras arquitetônicas e ambientais, estabelecer e regulamentar normas de acessibilidade e garantir meios que culminem no ato de ir e vir em estruturas físicas, no transporte e nos espaços sociais comuns. Além disso, deve-se considerar o planejamento urbano e as decisões de utilização da terra, e seu impacto sobre a segurança e a mobilidade do público idoso (OLIVEIRA, 2019).

Frente a necessidade de explorar espaços saudáveis e acessíveis, surge o conceito de "Cidades de 15 minutos", que em sua essência é definida como uma geografia ideal e que propõe a execução de que todas as seis funções sociais urbanas possam ser realizadas em um período de uma curta distância entre o trajeto, seja a pé ou por meio de transportes alternativos, onde o indivíduo pode morar, trabalhar, estudar, cuidar da sua saúde, realizar suas variadas compras, além de pensar em momentos de recreação e diversão, suprindo suas necessidades e permeando uma distância de viagem média que gira em torno de 15 minutos, desencadeando de tal modo, o referido significado (ALMEIDA *et al.,* 2022).

Ademais, pautados em quatro componentes fundamentais (proximidade, densidade, diversidade e ubiquidade), a Cidade de 15 minutos, concerne na transformação estrutural positiva e enfatiza o planejamento da acessibilidade do bairro quanto às funções urbanas, corroborando no acesso fácil com a proximidade e oferta de diversos serviços nos espaços habitados pela população, buscando integrar na prática uma solução viável que vem sendo apresentada com potencialidade para melhorar a QV e bem-estar dos cidadãos, incluindo a população 60+ (POZOUKIDOU; CHATZIYIANNAKI, 2021).

Nessa essência, tal modelo de acessibilidade urbana, vai de encontro com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde a minimização das iniquidades é prioridade para um mundo mais justo, abarcando assim o conceito de que a saúde da pessoa idosa deve ser vista como um conceito positivo, que demanda assistência frente as necessidades sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Nesse sentido, estimular municípios em atuar em prol do envelhecimento ativo, otimizando oportunidades que atendam as demandas biopsicossociais de quem envelhece é uma das finalidades desse modelo de cidade.

Consoante ao exposto o presente trabalho tem a premissa de identificar por meio de uma análise documental crítica as perspectivas e contextualizações que envolvem o conceito da Cidade de 15 minutos e territórios amigos da pessoa idosa.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa se baseia em um estudo do tipo descritivo, exploratório, qualitativo, apoiado em pesquisa bibliográfica e documental acerca de estratégias e políticas públicas territoriais sobre as Cidades de 15 minutos, bem como um levantamento documental no que tange ações e fomentos que viabilizam o envelhecimento humano na territorialidade em consonância com os ODS.

Para Gil (2019), a intenção do método de pesquisa exploratório e investigativo visa conhecer as mais variadas nuances, a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois busca explicar a razão e as relações de causa.

A análise dos dados foi realizada embasada em critérios sistematizados da seguinte maneira (JÚNIOR *et al.,* 2021):

I. Busca prévia dos documentos disponíveis de maneira gratuita em sites oficiais, viabilizando um panorama global destes;

II. Leitura específica e seletiva, em que se buscou identificar as informações pertinentes ao objetivo do estudo, sendo enfatizada as políticas e fomentos geriátricos existentes no município;

III. Categorização das informações, sendo agrupados e classificados por semelhança, a partir da leitura específica e seletiva;

IV. Análise descritiva e reflexiva dos dados.

Nesse sentido, este estudo visa estruturar uma busca conceitual sobre território, e explora, a partir de então, a relevância das propostas de políticas e ações públicas formuladas e implementadas territorialmente sobre um conceito geográfico dinâmico, holístico e arquitetônico contemporâneo. Assim, pensar na territorialidade, de modo geral, pode ampliar a visão acerca das relações em suas dimensões multidimensionais, tanto no aspecto de saúde, econômico, político, cultural, ambiental, protetivo, recreacional e de assistência social que permitam satisfazer as necessidades produzidas em um ambiente acessível para pessoa que envelhece.

O estudo não precisou passar por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde por se tratar de pesquisa bibliográfica de acesso a fontes públicas e não envolver diretamente a participação de seres humanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Territórios amigos da pessoa 60+

Apesar dos avanços advindos da tecnologia digital, da urbanização e das práticas promotoras da saúde, a população idosa ainda pertence à um grupo vulnerável, onde existem dificuldades para a realização de meios para sua mobilidade, pois se deparam com calçadas irregulares, com buracos, degraus desnivelados, bloqueios físicos, falta de calçamentos, transporte coletivo inadequados e sem acessibilidade, falta de sinalização e travessias adequadas, dentre outros fatores que exigem necessidade de planejamento urbano adequado nos territórios (FERNANDES, 2000).

A OMS (2012) define que o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, imerge um manejo de otimizar as oportunidades de saúde, participação na sociedade e de segurança, a fim de melhorar a QV à medida que as pessoas vão avançando em sua faixa etária. O grande progresso da ciência permitiu uma evolução ampla nos pilares sociais, exigindo que esta fosse se ajustando frente às evoluções advindas da essência da promoção da saúde e prevenção aos agravos desta. Pensando nisso, a própria organização designou em 2008 a estratégia denominada “Cidade Amiga do Idoso” que visa em sua essência, estimular municípios em atuar em prol do envelhecimento ativo, otimizando oportunidades que atendam as demandas biopsicossociais de quem envelhece, com o objetivo de aumentar a QV no processo de envelhecimento, levando em conta as diferentes necessidades e capacidades da pessoa idosa (PORTO *et al.,* 2018).

Tais estratégias auxiliam na minimização das barreiras sociais, bem como, auxiliam no envelhecimento ativo ao promover um ambiente urbano mais acessível e inclusivo para pessoas idosas, permitindo participação ativa nos espaços urbanos. Os ambientes onde o idoso reside e convive, portanto, devem ser adaptados às suas necessidades, no intuito de garantir que tenham uma vida saudável e independente (PORTO; REZENDE, 2016).

Pensando em ações e fomentos de políticas públicas, o “Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana”, traz em sua estruturação os benefícios do aperfeiçoamento da mobilidade urbana nos territórios brasileiros. A regularidade das calçadas, portanto, é de notável valor para a população urbana, influindo diretamente na QV de todos. Com destaque àqueles que possuem mobilidade reduzida. Um idoso com dificuldades de locomoção ou um cadeirante, por exemplo,

estarão suscetíveis a maiores vicissitudes, como sofrer quedas e até mesmo não conseguir transitar em calçadas irregulares.

Imagem 1: Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana
Fonte: Brasil (2018).

3.2 Cidade de 15 minutos como estratégia para promoção do envelhecimento ativo

Sob o olhar contemporâneo da vida moderna e dos espaços urbanos rápidos, sustentáveis e proximais, as cidades de 15 minutos, tiveram seu princípio estrutural em meados de 2016 na cidade de Paris, amparados aos ODS, visando proporcionar acesso fácil e confortável a todas as atividades essenciais da vida moderna. Zelar, aprender e desfrutar são princípios de grande relevância neste conceito de urbanidade, o que evidencia o seu alinhamento genérico com o fenômeno do envelhecimento populacional (MORENO, 2021).

Outro ponto indispensável de se discutir é o contexto pandêmico vivenciado a partir de 2019, sendo intensificado no início do ano de 2020, onde a pandemia deletéria do COVID-19, desencadeou um impacto significativo nas dinâmicas sociais e urbanas em todo o mundo. A população, cidades e o planejamento urbano. tiveram que se adaptar rapidamente às novas realidades advindas do contágio pelo coronavírus SARS-CoV-2. Conjeturando nesse anseio, foi urgente permear reflexões de como equilibrar a necessidade de distanciamento físico com a vitalidade social que caracteriza os ambientes urbanos, visto que nesse pensamento, surgiram uma gama de desafios relacionados com a necessidade de promover a continuação das atividades urbanas e econômicas, a partir de rígidos protocolos de saúde e distanciamento social (WENG *et al.,* 2019).

Frente esse cenário pandêmico e de calamidade mundial, foi urgente e necessário replanejar as políticas urbanas, principalmente as políticas de mobilidade e transportes, com a premissa de proximidade aos serviços, corroborando assim para que o conceito de Cidade dos 15 minutos, ganhasse maior destaque entre as discussões de urbanismo contemporâneo (MORENO, 2021).

Em uma gama de países, vem-se ampliando as discussões e pesquisas sobre o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o bem-estar de pessoas idosas e o território em relação aos seus aspetos físico, educacional, recreacional, cognitivo, psicológico e socioambiental, principalmente pós período crítico advindo da pandemia do Covid-19.

Deste modo, para que se consiga atingir meios essenciais de mobilidade espaço temporal rápido é necessário construir paisagens urbanas mais saudáveis, promovendo a interação e participação dos indivíduos que fortalecem os laços sociais e de confiança. A partir desta abordagem holística, o conceito de Cidade de 15 minutos aborda dimensões necessárias para uma cidade de curtas distâncias, que podem ser impulsionadores para a implantação de medidas para redesenhar

as cidades. Tais cidades abordam várias questões discutidas dentro do planejamento das cidades como compacidade urbana, policentralidade, caminhabilidade e outros.

Imagem 2: Modelo de Cidade de 15 minutos
Fonte: Indigo Micael / Estadão (2020)

Ainda segundo Moreno e colaboradores (2021), o grande quantitativo financeiro e de tempo gasto nos deslocamentos significa tempo útil de vida perdido, de tal forma que, a QV é inversamente proporcional ao tempo investido em deslocamentos não necessários, e pensando na população idosa, essas demandas podem ser ainda mais intensificadas e desnecessárias.

Baseando nos dizeres supracitados, um espaço com agilidade na mobilidade urbana visa melhorar a multidimensionalidade do arcabouço que envolve a QV nos cenários urbanos permeados por quatro objetivos basais e fundamentais, sendo eles:

I. Promoção da inclusão social para uma melhor conexão social;

II. Reestrutura urbana para adaptar às transformações do estilo de vida contemporâneo;

III. Promoção de edifícios digitais;

IV. Pensar nas questões urbano-ambientais, incluindo os desafios das mudanças climáticas (MORENO, 2021).

Imagem 3: Modelo de uma rua antes do plano de Paris
Fonte: Alberto (2020)

Assim, esse modelo de cidade integra em sua essência meios urbanos com o menor tempo investido em transporte e deslocações. A utilização e ocupação integra o uso eficiente das instalações com base nas necessidades reais e corriqueiras da população, tendo como premissa o foco para a inclusão, a segurança e a saúde, gerando uma métrica que essa maneira de organizar os serviços, possibilita a menor necessidade de deslocamentos (POZOUKIDOU, CHATZIYIANNAKI, 2021).

Imagem 4: ODS e a pessoa idosa
Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU - 2015)

Assim, na contemporaneidade, corroborando com as ações territoriais, em consonância com os princípios de cidades saudáveis, a Organização das Nações Unidades (ONU) em 2015, lançou o documento denominado de “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) e 169 metas que compõe a Agenda Universal, visando a estimulação de ações para os próximos 15 anos em áreas de grande relevância para a humanidade e para o planeta. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros para todos, incluindo a população idosa (BRASIL, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do cenário moderno, é fundamental pensar que as estratégias para o envelhecimento ativo devem ser pautadas e estruturadas em uma pluralidade de sentidos, incluindo a multidimensionalidade do desenvolvimento de cidades amigas das pessoas idosas, pois o número de indivíduos com 60+, eleva seu quantitativo de modo ligeiro, corroborando desse modo, para espaços que viabilizem de modo mais justo e equitativo a busca por territórios saudáveis nessa etapa do ciclo vital. Ademais, subsídios gerontológicos podem corroborar de modo significativo para os aspectos que envolvem o ser biopsicossocial.

Uma cidade estruturada seja ela de 15 minutos ou pensada para as múltiplas necessidades que podem surgir na vida das pessoas idosas tem ambientes comunitários de cunho integrador e acessível que otimizam as oportunidades aos aspectos importantes para o indivíduo, como o acesso à saúde, participação e segurança, fazendo com que a promoção da saúde humana ganhe destaque e empodere o cidadão frente aos aspectos referentes à dignidade, bem-estar, autonomia e dignidade, de modo a garantir um nível de reconhecimento e trocas intergeracionais, incentivando interações harmoniosas entre gerações que ocupam e dividem o mesmo território.

Além dos resultados positivos encontrados, faz-se importante admitir que este estudo, por se tratar de uma investigação bibliográfica de origem secundária, com análise documental, tem

limitações intrínsecas que demandam a realização de estudos primários para aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos serviços ofertados, indicadores de oferta e demanda, perfil de utilização, entre outros, que, junto aos atuais resultados, atenderão à necessidade constante de disseminar e criar meios que promovam e disseminem o conceito de saúde das pessoas idosas residentes nos municípios de modo maximizado e seguro, consolidando a cidade como espaço de convivência pautado no modelo de crescente percepção de bem-estar em sua territorialidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. P. et al. ADAPTAÇÃO DE METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE PLANOS URBANOS SOB A ÓTICA DO CONCEITO CIDADE DE 15 MINUTOS. **Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, n. 13, p. 201-217, 2022.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v. 3, 2003.

BRASIL. Organização das Nações Unidas: Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015). Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Ag enda2030.pdf Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br Acesso em: 15 set de 2023.

DE OLIVEIRA, W. A; MARTINS, I. C. Envelhecimento, saúde e direito à cidade: a percepção de idosos quanto a acessibilidade e mobilidade no espaço urbano: uma revisão. Revista Longeviver, 2022.

FERNANDES, J. C. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. Revista Caminhos de Geografia, v. 1, n. 2, p. 31-49, 2000.

GANDRA, T. K. Inclusão digital na terceira idade: um estudo de usuários sob a perspectiva fenomenológica. 2012.

Gil, A. C. (2019). Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

JUNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, 2021.

MARTINS, A. R. S. A intersetorialidade das políticas de saúde e de assistência social no sistema de atenção domiciliar em Franca/SP. 2015.

MINAYO, M. C. D. S.; COIMBRA, C. E. A. J. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011

MORENO, C. et al. Introducing the “15-Minute City”: Sustainability, Resilience and Place Identity in Future Post-Pandemic Cities. Smart Cities, Paris, v. 4, n. 1, p. 93-111, jan./2021. Disponível em: https://doi.org/10.3390/smartcities4010006 . Acesso em: 29 ago. 20223.

OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 15, n. 32, p. 69-79, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Envelhecimento Saudável - OPAS/OMS/2019 Paho.org. Disponível em: https://www.paho.org/pt/envelhecimentosaudavel Acesso em: 04 out. 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia Global: Cidade Amiga do Idoso. 2008. Disponível em: https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf Acesso em 16 de setembro de 2023.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Caídas: nota descriptiva [Internet]. Geneva: OMS; 2016. [citado 2019 Jan19]. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs344/es/ Acesso em: 14 set. 2023

PEDRO, W. J. A. Reflexões sobre a promoção do Envelhecimento Ativo. Revista Kairós-Gerontologia, v. 16, n. 3, p. 9-32, 2013.

PORTO, C. F.; REZENDE, E. J. C. O guia global da cidade amiga do idoso: sustentabilidade e contribuições do design. CHAPON CADERNOS DE DESIGN/CENTRO DE ARTES/UFPEL, v. 1, n. 1, 2018.

POZOUKIDOU, G; CHATZIYIANNAKI, Z. 15-Minute City: decomposing the new urban planning eutopia. Sustainability, [S.I.], v. 928, n. 13, p. 1-25, jan. 2021.

SANTOS, F. H.; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A. Envelhecimento: um processo multifatorial. Psicologia em Estudo. Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2014.

WENG, Z. et al. ANDC: an early warning score to predict mortality risk for patients with Coronavirus Disease 2019. **Journal of translational medicine**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2020.

CIDADES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL E JURÍDICA DO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 11

HEALTHY AND SUSTAINABLE CITIES: THE SOCIAL AND LEGAL CONSTRUCTION OF THE OBJECTIVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT 11

Indicação da área temática: ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

André Luiz Pereira Spinieli
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutorando em Direito
andre.spinieli@unesp.br

Ana Paula Rodrigues Nalin
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Direito
ap.nalin@unesp.br

Resumo

Os conceitos de cidades saudáveis e sustentáveis permanecem demarcados por debates ainda difusos, que não identificam e enfrentam as suas bases sociais e jurídicas. Na década de 1980, a partir das transformações epistemológicas que deram margem à construção do "direito à cidade", os centros urbanos passaram a ser vistos como espaços voltados à realização dos anseios e necessidades da população, e não apenas como mercadorias. Além de ser crítica a um posicionamento específico do processo capitalista de acumulação, responsável por fazer das cidades um instrumento de valor monetário, essas visões também contribuíram para a formação de "cidades para pessoas" e, consequentemente, de novos debates sobre as suas funções. Procuramos discutir e reconstruir as bases sociais e jurídicas que permitiram a formatação dos conceitos de "cidades saudáveis" e "cidades sustentáveis" na contemporaneidade, tendo como referência principal as influências tanto dos teóricos do direito à cidade quanto da própria Agenda 2030 na consolidação de parâmetros que demarcam essas ideias. Utilizamos pesquisas nacionais e internacionais que discutem e formulam críticas ao modelo de "cidade saudável e sustentável" adotado pela Agenda 2030. Percebemos que a construção material e conceitual dessas categorias depende diretamente da transformação dos próprios sentidos das cidades, na medida em que deixam de figurar como instrumentos do capitalismo para assumir a posição de projetos voltados à valorização da saúde humana, do meio ambiente e do desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Cidades saudáveis, Cidades sustentáveis, Agenda 2030.

Abstract

The concepts of healthy and sustainable cities remain demarcated by still diffuse debates, which do not identify and address their social and legal bases. In the 1980s, following the epistemological transformations that gave rise to the construction of the "right to the city", urban centers began to be seen as spaces aimed at fulfilling the population's desires and needs, and not just as commodities. In addition to being critical of a specific positioning of the capitalist process of accumulation, responsible for making cities an instrument of monetary value, these views also contributed to the formation of "cities for people" and, consequently, new debates about their functions. We seek to discuss and reconstruct the social and legal bases that allowed the formatting of the concepts of "healthy cities" and "sustainable cities" in contemporary times, having as main reference the influences of both theorists of the right to the city and the 2030 Agenda itself in consolidating parameters that demarcate these ideas. We use national and international research that discusses and criticizes the "healthy and sustainable city" model adopted by the 2030 Agenda. We realize that the material and conceptual construction of these categories directly depends on the transformation of the cities' own meanings, to the extent that they no longer appear as instruments of capitalism to assume the position of projects aimed at valuing human health, the environment and socioeconomic development.

Keywords: Healthy cities, Sustainables cities, 2030 Agenda.

No contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a emergência dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável sintetiza a necessidade de novas estratégias globais voltadas à promoção de comunidades pautadas em princípios de igualdade, respeito às diferenças, redução das taxas de marginalidade e desenvolvimento socioambiental responsável. Ao apresentar temáticas e medidas que objetivam estruturar cenários de transformação doméstica e internacional, esse programa direcionou suas metas não apenas à efetivação dos direitos humanos a partir de ações estatais, mas também procurou observar como os cidadãos, por meio da ocupação legítima da esfera pública, podem contribuir diretamente para a consolidação de espaços sustentáveis (ANDRADE *et al.*, 2017). O comprometimento internacional com o futuro das pessoas, do planeta e da afirmação da prosperidade, que desaguou na introdução de uma nova agenda global preocupada com questões afeitas aos direitos humanos e à construção de uma cidadania plena, tem como um de seus principais desafios os processos interacionais entre o homem e a natureza (KNIESS, 2019).

Entre a reivindicação de direitos e o surgimento de um capitalismo parasitário, marcado pela incoerência lógica e incompletude valorativa (BAUMAN, 2010), o êxodo rural da contemporaneidade demarca diferentes movimentos pelos quais sujeitos migram do campo para as cidades em busca de recursos, oportunidades e melhor qualidade de vida (ANDRADE; FRANCESCHINI, 2017). As metamorfoses identificadas no âmbito das agendas de pesquisa e discussão sobre as cidades nas últimas décadas provocaram a inclusão, na Agenda 2030, de um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável específico para rememorar a necessidade de produzir espaços urbanos saudáveis e sustentáveis (WESTPHAL, 2000). Essas demandas internacionais têm como foco a promoção de cidades que levem em consideração as necessidades dos diferentes grupos que estão inseridos nesses contextos. Aspectos pertinentes à *sustentabilidade* das cidades não estão estanques à dimensão ambiental, seja natural ou artificial, mas também se estendem às relações sociais que são construídas nas cidades e comunidades urbanas (MITCHELL, 2015). Na década de 1960, a revitalização das discussões a respeito do "direito à cidade" serviram de fundamento para assentar a necessidade de se repensar os papéis dos centros urbanos na vida contemporânea, sobretudo em relação à maneira como são capazes de influenciar direta ou indiretamente a condição existencial e as experiências de grupos que estão inseridos à margem das sociedades (LEFEBVRE, 2011).

Embora seja correto afirmar que as abordagens mais recentes do direito à cidade tenham como princípio comum a crítica sociológica formulada ao capitalismo e aos processos de padronização da vida nas cidades – o que não atende, em níveis mínimos de igualdade, as reivindicações de quem ocupa cidadanias de segunda classe (SOUZA, 2003) –, é preciso compreender os impactos que a infiltração do capitalismo nas lógicas construtiva e constitutiva dos espaços urbanos causou. Mais que uma simples crítica vazia a respeito das cidades, essas tendências teóricas contribuíram (e têm contribuído) enormemente à constatação de que as cidades não são apenas conglomerados de edificações, mas também devem ser entendidas como arenas que sintetizam diferentes possibilidades de atuação para grupos e movimentos sociais (FERNANDES, 1998; ROLNIK, 2009). Além de outras rotas, as críticas formuladas pelos teóricos adeptos do "direito à cidade" procuram denunciar questões inerentes ao urbanismo contemporâneo e aos processos de exclusão urbanística – que, além de estarem relacionados aos índices relevantes de ocupação ilegal do solo, também dizem respeito à formação de cidades insustentáveis e despreocupadas com a promoção de critérios aceitáveis de saudabilidade (MARICATO, 2012).

Os olhares jurídicos acerca dos espaços urbanos traduzem uma ideia fundamental para a investigação crítica sobre a formação das cidades saudáveis e sustentáveis: elas foram produzidas em meio a problemas de caráter econômico, social e jurídico. Ao mesmo em que a emergência das cidades foi marcada pela dificuldade de distribuir equitativamente o espaço, motivada especialmente pela presença de um capitalismo hiperconcentrado em determinadas regiões de especulação imobiliária, sob o ponto de vista social é possível afirmar que elas foram consolidadas por meio de hierarquias e distanciamentos sociais entre sujeitos hegemônicos e subalternizados. Nessa perspectiva, além das cidades contemporâneas terem sido formadas a partir das contraposições entre cidadãos que têm acesso aos serviços fundamentais urbanos e outros que não conseguem exercer essas prerrogativas em condições de igualdade, também estavam demarcadas segundo um padrão jurídico cujo direito à propriedade urbana não era capaz de superar as desigualdades de acesso aos espaços urbanos (FERNANDES, 2006).

Em meio à modificação dos paradigmas urbanísticos, que têm deixado aos poucos as matrizes capitalistas para se afiliar às dimensões das "cidades para pessoas" (GEHL, 2011), a eclosão dos centros urbanos saudáveis e sustentáveis obedece à ideia de que as cidades são

sistemas complexos e vivos, cujo desenvolvimento depende da assimilação de métodos e estratégias válidos tanto à interação com novas tecnologias quanto à compreensão de desenhos inclusivos da infraestrutura urbana (BENCKE; PEREZ, 2018; SARAIVA, 2019).

O distanciamento das cidades em relação ao paradigma da sustentabilidade e saudabilidade, exigido no âmbito do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11, não constitui uma decorrência exclusiva dos problemas de ocupação informal do espaço urbano, exclusão social sistemática, ausência de políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida e despreocupação com o metabolismo urbano (SOUZA; ALBINO, 2018), uma vez que também é fruto dos processos de produção capitalista do espaço. Assim, significa afirmar que as dificuldades para a promoção de cidades saudáveis e sustentáveis não representa problemas atuais, mas que se arrastam desde a formação dos centros urbanos, sobretudo europeus, nos últimos dois séculos. Motivado pela industrialização crescente e pelo capitalismo como forma de vida, naquele período, o êxodo rural contribuiu diretamente para a formação de uma visão social sobre as cidades que as considerava como meros espaços preferenciais para trocas comerciais, políticas e sociais – o que provocou demandas não apenas em nível administrativo, mas também à realização da justiça social, inclusive em relação às políticas habitacionais. A transformação das posturas epistemológicas relacionadas ao "direito à cidade" promove uma alteração fundamental em suas teses: os centros urbanos não devem ser concebidos apenas sob o ponto de vista das críticas formuladas contra o capitalismo, mas também deve se adequar a uma posição que percebe essa garantia fundamental como núcleo para o enquadramento de outros direitos humanos (HARVEY, 2014).

No contexto formativo das "cidades saudáveis e sustentáveis", as possibilidades de usufruir de um direito igualitário à cidade, que não se encerre em propostas utópicas, deve ter como parâmetros a desconstrução da proposta capitalista-industrial de propriedade urbana e a reafirmação da propriedade privada como elemento associado às funções sociais das cidades (RODRIGUES, 2004). Além do desenvolvimento de novas tecnologias aliadas à resolução dos principais desafios socioambientais e econômicos que afetam a vida nas cidades (KNIESS, 2019), estruturado a partir da reinvenção da ideia de inclusão social e do emprego de tecnologias verdes (KOBAYASHI, 2017), atores que contribuem para a construção das cidades consideradas saudáveis e sustentáveis são necessariamente preocupados com as externalidades ambientais negativas, que englobam as diferentes formas de poluição e a dificuldade de formular uma esfera pública na qual as pessoas tenham suas pretensões materializadas. Diferente da ideia de "direito à cidade" que compreende um complexo de direitos humanos que decorrem da própria introdução do sujeito nos cenários urbanos, abrangendo o "direito à moradia, o respeito à população de rua, o direito ao transporte público de qualidade e à mobilidade, a defesa de espaços públicos, e o direito à liberdade de manifestação" (CAFRUNE, 2016), a noção de "cidade saudável e sustentável" ainda constitui um desafio tanto para o preenchimento de seu conteúdo social, urbanístico e normativo quanto para a identificação de suas potencialidades.

Esses desafios estão associados ao fato de que, embora haja uma crescente compreensão social acerca das categorias pertinentes ao desenvolvimento sustentável urbanístico, ainda não é possível afirmar com certeza a existência de indicadores eficazes que estabeleçam parâmetros materiais para centros urbanos saudáveis e sustentáveis (LI, Feng *et al.*, 2009; MARSAL-LLACUNA, COLOMER-LLINÀS; MELÉNDEZ-FRIGOLA, 2015). Lessons in urban monitoring taken from sustainable and livable cities to better address the smart cities initiative. Technological Forecasting and Social Change, v. 90, n. 1, p. 611-622, 2015. a não ser aqueles estabelecidos por organizações governamentais e da sociedade civil (AHVENNIEMI, 2017) – como a ISO 37120, que trabalha com indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida. A falta de objetividade conceitual não apenas impede um entendimento específico a respeito dos paradigmas que constroem a ideia de "cidades saudáveis e sustentáveis", como também dificulta o planejamento de políticas públicas que tenham alcance transformador na vida urbana (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014). No mesmo sentido, é preciso reconhecer que houve a complexificação dos desafios atinentes à sustentabilidade e saudabilidade urbanas, de modo que não se tratam mais de uma questão puramente ecológica, já que se voltam à necessária satisfação das reivindicações humanas e à promoção de metas globais que enfrentem adequadamente os desafios nacionais e internacionais. Enquanto a instituição do Relatório Brundtland, que inaugurou debates sobre a ideia de sustentabilidade a partir de vieses ambientais, políticos e socioeconômicos, representou a atribuição de legitimidade a um padrão científico democrático e discursivo, a retomada das questões pertinentes às cidades na contemporaneidade foi responsável por indicar falhas e insuficiências sistemáticas nesse modelo teórico (SNEDDON; HOWARTH; NORGAARD, 2006).

Em meio ao surgimento de novos discursos relacionados às cidades, que as reconhecem enquanto sustentáveis, verdes, inteligentes ou informacionais, a racionalidade global introduzida pela Agenda 2030 em relação às cidades saudáveis e sustentáveis parece indicar uma associação desse conceito ao desenvolvimento e reestruturação dos cenários urbanos a partir do equilíbrio entre as instâncias sociais, econômicas e ambientais (JONG *et al*., 2015). Assim, a literatura contemporânea tem concebido as cidades saudáveis e sustentáveis como espaços nos quais, além do uso coordenado das tecnologias em prol da apresentação de um design que atenda satisfatoriamente às necessidades de diferentes grupos sociais, também são marcados pela resiliência (BIBRI; KROGSTIE, 2017). O aumento da resiliência das cidades é uma característica de espaços que se preocupam com a redução das desigualdades sociais e, consequentemente, com a preparação do espaço urbano para o amortecimento dos impactos climáticos e para o estabelecimento de uma esfera pública que conte com a participação efetiva dos cidadãos (FERREIRA *et al*., 2015). Em outros termos, poderíamos afirmar que as cidades saudáveis e sustentáveis devem ser visualizadas enquanto um modelo específico de organização e gestão dos espaços urbanos, que dependem tanto da efetiva destinação de recursos materiais e econômicos por parte das instituições estatais quanto da instituição de uma referência de governança inclusiva e participativa (WEISS; BERNARDES; CONSONI, 2015).

Entre o antagonismo da vida real nas cidades e as perspectivas teóricas que enfocam os centros urbanos saudáveis e sustentáveis como uma tendência a ser efetivada em larga escala neste século, a instituição desse modelo representa uma contraposição ao paradigma tradicional de cidade, vinculado à formação de contextos e paisagens urbanísticas menos legíveis, com formas urbanas centralizadas e distritos comerciais como impeditivos da sustentabilidade (CARMONA, 2003). Portanto, é dizer que a constituição das cidades saudáveis e sustentáveis representa uma alternativa viável ao projeto capitalista de urbanismo – que, conforme afirmamos anteriormente, é articulado não apenas por meio da disputa econômica pelo acesso ao solo urbano, mas principalmente pela ineficácia de estatutos jurídicos seletivos e destinados a apenas parcela dos cidadãos, com a produção de uma cidade posta à margem de uma ordem urbanística justa, por ser ditada pela lógica da necessidade dos mercados (SOTTO, 2016). Assim, a consolidação das cidades saudáveis e sustentáveis como uma espécie de projeto inerente às demandas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 faz com que emerja uma nova forma de urbanização, responsável por alterar significativamente as perspectivas das últimas décadas em estudos sobre o urbano, principalmente pela inserção do caráter sociopolítico das cidades.

Figura 01 – Processo de formação das cidades sustentáveis

Fonte: elaborado pelo autor.[1]

[1] A referência foi apresentada pela Prof.ª Dr.ª Maria José Galeno de Souza Oliveira, no âmbito do II Curso do Projeto de Extensão Cidades Saudáveis e Sustentáveis: políticas urbanas em prol da saúde e do meio ambiente, realizado em 2019.

A inauguração de um modelo de urbanismo associado às propostas das cidades saudáveis e sustentáveis obedece às necessidades individuais e coletivas de sujeitos introduzidos nos espaços urbanos, além de objetivar a ressignificação das interações entre as pessoas. O novo paradigma de cidade adota como preocupação central a instituição de um planejamento urbanístico que tenha como primazia a valorização da dimensão humana, de tal maneira que as limitações espaciais, a presença de obstáculos e a manutenção das inacessibilidades deem abertura à revitalização da função social das cidades (JACOBS, 1961). Apesar disso, uma tendência comum nas abordagens teóricas sobre as cidades saudáveis e sustentáveis está firmada na volta recorrente a determinadas questões (PRESTES; POZZETTI, 2018). O que faz com que uma cidade seja considerada sustentável e saudável? Diante da dificuldade de quesitos objetivos para determinar os níveis de sustentabilidade e saudabilidade das cidades, como seria possível medi-los? A realização das métricas de desenvolvimento sustentável de uma cidade não é uma tarefa fácil, pois depende da observação conjunta de um complexo de fatores que se interseccionam. A multiplicidade (e, concomitantemente, indefinição) conceitual contribui negativamente para a constituição de um ranking de sustentabilidade entre as cidades – instrumento que, em nossa visão, auxiliaria na verificação do cumprimento ou não das metas traçadas no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11.

Não há como estabelecer seguramente os parâmetros de sustentabilidade e saudabilidade das cidades sem que sejam observados indicadores de diferentes áreas. Se uma cidade saudável e sustentável depende da efetivação material de um conjunto de direitos humanos a partir da instituição de novos paradigmas urbanísticos que valorizem a dimensão antropológica em detrimento da lógica econômico-capitalista, então ela apenas pode ser estruturada por meio da visualização de critérios que abranjam as categorias da educação, da energia limpa, da participação das instituições no desenvolvimento socioeconômico, da qualidade dos serviços públicos de saúde e segurança e do próprio planejamento urbano. Embora a consolidação das cidades saudáveis e sustentáveis represente um desafio contemporâneo que, se partirmos da chave de leitura apresentada pelos teóricos do "direito à cidade", funciona como alternativa ao modelo capitalista de cidade, é importante levar em consideração a ideia de que a confecção de uma listagem que classifique os centros urbanos em mais ou menos sustentáveis e saudáveis pode contribuir também para a atração de investidores, além da abertura de novos mercados que também tenham a capacidade de dar continuidade ao padrão que transforma a unidade habitacional em mercadorias destinada a atores específicos do jogo social (YIGITCANLAR; KAMRUZZAMAN, 2018).

A leitura crítica do conteúdo previsto no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11, presente na Agenda 2030, permite visualizar que uma governança bem estruturada e alinhada às demandas comunitárias constitui um preceito fundamental para a consolidação das cidades saudáveis e sustentáveis. Desde que aliada aos demais elementos que podem compor esse conceito, a forte vontade política pode contribuir diretamente para a promoção da sustentabilidade em suas diferentes facetas (CASH, 2016), para além dos impactos causados por uma postura social baseada em critérios desenvolvimentistas e próprios do capitalismo parasitário. Espaços adequados às experiências urbanísticas dos atores sociais também representa um elemento pertinente à constituição das cidades saudáveis e sustentáveis, uma vez que forjar áreas verdes, pautadas no bem-estar coletivo e distanciadas de elementos de arquitetura hostil também podem influenciar positivamente os tomadores de decisão a estabelecerem medidas dessa natureza em suas agendas política (CHIESURA, 2004). No mesmo sentido, o reconhecimento das cidades saudáveis e sustentáveis depende da transformação dos espaços urbanos construídos nos últimos séculos e que, embora considerados produtivos sob o ponto de vista do capitalismo industrial, não foram projetadas para valorizar a saúde humana, o meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico. Assim, a desconstituição dos urbanismos rígidos, que dificultam ou impedem a realização de modificações estruturais, também compreende um fundamento das cidades saudáveis e sustentáveis.

Referências

AHVENNIEMI, Hannele; HUOVILA, Aapo; PINTO-SEPPÄ, Isabel. AIRAKSINEN, Miimu. What are the differences between sustainable and smart cities? **Cities**, v. 1, n. 60, p. 234-245, 2017.

ANDRADE, Elisabete Agrela de; FRANCESCHINI, Maria Cristina Trousdell. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3849-3858, dez. 2017.

ANDRADE, Luís Fernando Silva; PAIVA, André Luiz; MAFRA, Flávia Luciana Naves; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza; GARCIA, André Spuri. Direito à cidade: um grito e uma demanda para as políticas micro e macroterritorial. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1002-1021, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BENCKE, Luciana Regina; PEREZ, Anderson Luiz Fernandes. Análise dos principais modelos de indicadores para cidades sustentáveis e inteligentes. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 37, p. 68-85, 2018.

BIBRI, Simon Elias; KROGSTIE, John. Smart sustainable cities of the future: an extensive interdisciplinary literature review. **Sustainable Cities and Society**, v. 31, n. 1, p. 183-212, 2017.

CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun. 2016.

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. **Public places, urban spaces**: the dimensions of urban design. Oxford: Architectural Press, 2003.

CARVALHO, Cláudio Oliveira de; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. Em que cidade você se encaixa: direito à cidade em *BaianaSystem*. *In*: CARVALHO, Cláudio Oliveira de; GRASSI, Karine; GRAZIANO SOBRINHO, Sérgio Francisco Carlos (Orgs.). **Vidas urbanas e a vida nas cidades**: regramentos urbanos, ambientais, seletividade e violências, 2019.

CASH, Corrine. Good governance and strong political will: are they enough for transformation? **Land Use Policy**, v. 50, n. 1, p. 301-311, 2016.

CHIESURA, Anna. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 68, n. 1, p. 129-138, 2004.

CHILDERS, Daniel L.; PICKETT, Steward, T. A.; GROVE, J. Morgan; OGDEN, Laura; WHITMER, Alison. Advancing urban sustainability theory and action: challenges and opportunities. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 125, n. 1, p. 320-238, 2014.

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

FERNANDES, Edésio. Direito do urbanismo: entre a cidade legal e a cidade ilegal. *In*: FERNANDES, Edésio (Org.). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. FERNANDES, Edésio. Direito do urbanismo: entre a cidade legal e a cidade ilegal. *In*: FERNANDES, Edésio (Org.). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FERNANDES, Edésio. Direito e urbanização no Brasil. *In*: FERNANDES, Edésio; ALFONSÍN, Betânia (Orgs.). **Direito urbanístico**: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

FERREIRA, Maurício Lamano; AGUIAR, Alexandre de Oliveira e; CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; KNIESS, Cláudia. Cidades inteligentes e sustentáveis: problemas e desafios. *In*: BENINI, Sandra Medina; ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy (Orgs.). **Estudos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar da cidade contemporânea. Tupã: ANAP, 2015.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington: Island Press, 2010. No mesmo sentido, consultar GEHL, Jan. **Life between buildings**: using public space. Trad. Jo Koch. Washington: Island Press, 2011.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLDEN, Erling; LINNERUD, Kristin; BANISTER, David. Sustainable development: Our Common Future revisited. **Global Environmental Change**, v. 26, n. 1, p. 130-139, 2014.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. New York: Vintage Books, 1961.

JONG, Martin de; JOSS, Simon; SCHRAVEN, Daan; ZHAN, Changjie; WEIJNEN, Margot. Sustainable-Smart-Resilient-Low Carbon-Eco-Knowledge Cities: making sense of a multitude of concepts promoting sustainable urbanization. **Journal of Cleaner Production**, v. 109, n. 1, p. 25-38, 2015.

KNIESS, Cláudia Terezinha; AGUIAR, Alexandre de Oliveira e; CONTI, Diego de Melo; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Inovação urbana e recursos humanos para gestão de cidades sustentáveis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 119-135, 2019.

KOBAYASHI, Andrea Regina Kaneko; KNIESS, Cláudia Terezinha; SERRA, Fernando Antônio Ribeiro; FERRAZ, Renato Ribeiro Nogueira; RUIZ, Mauro Silva. Smart sustainable cities: bibliometric study and patent information. **International Journal of Innovation**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 77-96, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LI, Feng; LIU, Xusheng; HU, Dan; WANG, Rusong; YANG, Wenrui; LI, Dong, ZHAO, Dan. Measurement indicators and an evaluation approach for assessing urban sustainable development: a case study for China's Jining city. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 90, n. 3-4, p. 134-142, apr. 2009.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MARSAL-LLACUNA, Maria-Lluïsa; COLOMER-LLINÀS, Joan; MELÉNDEZ-FRIGOLA, Joaquim. Lessons in urban monitoring taken from sustainable and livable cities to better address the smart cities initiative. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 90, n. 1, p. 611-622, 2015.

MITCHELL, Don. **The right to the city**: social justice and the fight for public space. New York: The Guilford Press, 2003. No mesmo viés, sobre relações sociais nas cidades, ver GRASSI, Karine; SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni da. O direito à cidade e a emergência dos movimentos sociais: uma análise sob a ótica da emancipação humana. **Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 52-73, 2015.

PRESTES, Fernando Figueiredo; POZZETTI, Valmir César. A primeira norma técnica para Cidades sustentáveis: uma reflexão sobre a problemática urbana. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Porto Alegre, v. 4, n .2, p. 117-134, jul./dez. 2018.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrópole**, v. 1, n. 12, p. 9-25, 2004.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 31-50, nov. 2009.

SARAIVA, Paola Pol *et al*. O uso de tecnologias como estratégia na construção de cidades mais inteligentes e sustentáveis. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 105, p. 184-199, 2019.

SNEDDON, Chris; HOWARTH, Richard B.; NORGAARD, Richard B. Sustainable development in a post-Brundtland world. **Ecological Economics**, v. 57, n. 2, p. 253-268, 2006.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ALBINO, Priscilla Linhares. Cidades sustentáveis: limites e possibilidades conceituais e regulatórios. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 95-109, jan./jun. 2018.

WEISS, Marcos César; BERNARDES, Roberto Carlos; CONSONI, Flávia Luciane. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanos: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 310-324, 2015.

WESTPHAL, Márcia Faria. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 35-51, 2000.

YIGITCANLAR, Tan; KAMRUZZAMAN, Md. Does smart city policy lead to sustainability of cities? **Land Use Policy**, v. 73, n. 1, p. 49-58, 2018.

CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA SOBRE OS BENEFÍCIOS DE EXERCÍCIOS FÍSICOS EM PESSOAS IDOSAS COM DIAGNOSTICO DE DOENÇA RENAL CRÔNICA

CONSTRUCTION OF AN EDUCATIONAL BOOKLET ON THE EFFECTS OF PHYSICAL EXERCISE IN ELDERLY PEOPLE WITH CHRONIC KIDNEY DISEASE

Área temática: 04 – Educação de qualidade.

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Educação Física
E-mail: prof.cristianribeiro@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca
Doutor e Mestre em Promoção de Saúde.
Bacharel em Educação Física e Fisioterapia
E-mail: danilobulgo@gmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde e Mestra em Educação Física,
Bacharel em Fisioterapia
E-mail: lilian.nascimento@unifran.edu.br

FURTADO, Ricardo Andrade
Universidade de Franca
Pós-doutor e Doutor em Ciências, Bacharel em Ciências Biológicas
ricardo.furtado@unifran.edu.br

Resumo
Objetivo: elaborar uma cartilha educativa para orientação sobre a importância da prática de exercícios físicos em pessoas idosas diagnosticadas com doença renal crônica (DRC). **Metodologia:** Trata-se de estudo metodológico, desenvolvido no período de agosto e setembro de 2023, mediante construção de uma cartilha educativa que visa em sua essência a orientação sobre a importância da prática de exercícios físicos em pessoas idosas com diagnóstico de DRC. Para estruturação do material foi estabelecido o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atenção primária e promoção da saúde. **Resultados:** A cartilha intitulada "Exercício físico e doença renal crônica: subsídios para a promoção da saúde e qualidade de vida" é constituída por 16 páginas e versa sobre os seguintes temas: "Entendendo sobre o processo de envelhecimento", "Doença Renal Crônica", "Benefícios físicos e emocionais de permanecer ativo enquanto em diálise", "Conceituação sobre promoção da saúde", "Que tipo de exercício posso fazer?", "Ingestão de líquidos e exercícios" e "Considerações especiais". **Considerações finais:** Materiais educativos se tornam uma importante ferramenta no que tange aos cuidados à pessoa idosa com alterações renais crônicas, pois podem auxiliar a conscientizar, educar e capacitar essa população na tomada de decisões. O produto deletério do presente trabalho pode ser um meio prático e objetivo para discutir de maneira positiva assuntos abordados diante de uma linguagem visual de forma lúdica e didática que culminam na disseminação dos benefícios da prática regular de exercícios físicos, tendo relevância na vida de idosos, com ênfase na prevenção, promoção da saúde e bem-estar..

Palavras-chave: Educação em saúde, Pessoa Idosa, Promoção da saúde.

Abstract

Objective: to develop an educational booklet to provide guidance on the importance of physical exercise for elderly people diagnosed with chronic kidney disease (CKD). **Methodology:** This is a methodological study, developed between August and September 2023, through the construction of an educational booklet that essentially aims to provide guidance on the importance of practicing physical exercises in elderly people diagnosed with CKD. To structure the material, the Sustainable Development Goals (SDGs), primary care and health promotion were established. **Results:** The booklet entitled "Physical exercise and chronic kidney disease: subsidies for promoting health and quality of life" consists of 16 pages and covers the following topics: "Understanding the aging process", "Chronic Kidney Disease", "Physical and emotional benefits of staying active while on dialysis", "Conceptualization of health promotion", "What type of exercise can I do?", "Fluid intake and exercise" and "Special considerations". **Final considerations:** Educational materials become an important tool when it comes to caring for elderly people with chronic kidney disease, as they can help raise awareness, educate and empower this population in decision-making. The deleterious product of the present work can be a practical and objective means to positively discuss issues addressed in a visual language in a playful and didactic way that culminate in disseminating the benefits of regular physical exercise, having relevance in the lives of the elderly, with an emphasis on prevention, health promotion and well-being.

Keywords: Health education, Elderly, Health promotion.

1 INTRODUÇÃO

A melhoria nas condições de saúde, evolução da medicina, avanço da tecnologia, políticas e práticas em promoção de saúde proporcionaram um aumento da expectativa de vida em todo o planeta, sendo que nos países desenvolvidos praticamente dobrou em comparação ao século passado (GURAU et al., 2018).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil em 2050, serão mais de 66 milhões de pessoas idosas na população, ou seja, com aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de fecundidade, o Brasil passará a ter um número expressivo de pessoas idosas dentro da sociedade (BRASIL, 2018).

A expectativa do desenvolvimento humano se origina de diversos fatores que associados, formam pilares que constituem as relações sociais. As relações sociais formam a base da estrutura social, o que expressa como o sujeito irá se portar e estar presente contribuindo ativamente para a sociedade e para o seu processo de envelhecimento, podendo este se apresentar como um envelhecimento saudável (senescência) ou um envelhecimento com patologias (senilidade) (SANTOS; SILVA; LIMA, 2018).

Conforme o Estudo Longitudinal da Saúde dos idosos Brasileiros quase 40% da população idosa apresenta algum tipo de Doença Crônica Não-Transmissível (DCNT) e 29,8% possuem duas ou mais DCNT's, como o *diabetes mellitus* ou a hipertensão arterial sistêmica. Sendo assim, o acometimento de doenças crônicas nessa população apresenta-se como um problema de saúde pública (BRASIL, 2018).

De acordo com Aguiar (2020), a doença renal crônica (DRC) está implantada no grupo de DCNT's e refere-se a um diagnóstico sindrômico de perda progressiva e irreversível da função renal. Tem por característica a deterioração das funções bioquímicas e fisiológicas de todos os sistemas do organismo, secundária ao acúmulo de catabólitos (toxinas urêmicas), alterações do equilíbrio hidroeletrolítico e ácido-básico, hipervolemia, hipercalemia, hiperfosfatemia, anemia, hiperparatireoidismo, dentre outros. A DRC pode ser conceituada como dano renal e perda progressiva e irreversível da função renal por três meses ou mais, incluindo aspectos glomerulares, tubulares e endócrinos (CAETANO *et al.* 2022).

Aponta-se que a população acima de 60 anos de idade é a mais acometida por DRC, pois com o avançar da idade, fisiologicamente ocorre uma redução da função dos rins, além do acúmulo de diagnósticos de *diabetes mellitus* e hipertensão, doenças crônicas consideradas como fatores de risco e de maiores complicações no quadro de DRC (GLASSOCK; RULE, 2016).

A progressão no quadro da DRC está diretamente ligada à diminuição da capacidade física e qualidade de vida, e perda da independência funcional. Estudos apontam que indivíduos portadores de DRC apresentam uma diminuição entre 40 e 50% da capacidade física quando comparados a indivíduos não portadores, e que tamanho comprometimento se apresenta como um dos principais fatores de risco para mortalidade por doenças cardíacas (DIPP *et al.,* 2019; FIGUEIREDO *et al.,* 2017).

A DRC é uma doença de afeta a qualidade de vida, provocando desnutrição, problemas cognitivos, fraca qualidade do sono e têm uma elevada taxa de pacientes com depressão, além do são mais, são indivíduos com pouca atividade física, devido às limitações decorrentes do tratamento (AFSAR *et al*., 2018). Alguns dados ainda indicam que indivíduos com DRC apresentam menor controle postural e equilíbrio, se comparados com indivíduos saudáveis (CARLETTI et al., 2017).

Dessa forma, surge a necessidade da criação de práticas positivas estruturadas visando atender e empoderar esse público de forma integral. Sendo assim, a educação e promoção da saúde podem ser grandes instrumentos nesse âmbito, salientando o significado global de saúde que é "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade" (OMS, 1978, s.p).

Sendo assim, a promoção da saúde visa:

> "ser um conceito dado a capacitação comunitária para agir na melhora de sua qualidade de vida e saúde, abarcando uma maior participação no controle deste processo. Para se atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, as pessoas e grupos devem saber identificar, satisfazer necessidades e transformar de modo favorável o meio ambiente. A saúde deve ser vista como uma estratégia para a vida, e não como objetivo de viver. Assim, a saúde é um conceito positivo, que ressalta os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Frente essa conceituação, a promoção da saúde não é responsabilidade específica do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global" (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Diante desse cenário, dentre as intervenções que apontam à promoção da saúde deste grupo 60+, tem-se a educação em saúde como estratégias cuja intenção é a melhora da qualidade de vida (PIMENTEL, 2019).

A educação em saúde é uma prática necessária às pessoas diagnosticas com DRC, visto que essa patologia altera o estilo de vida, podendo acarretar em sintomas angustiantes, onde desse modo a conscientização se torna uma aliada no processo de autocuidado e prevenindo assim, um agravo no quadro clínico ou acometimento de outras DCNT's (PEIPERT *et al.,* 2018).

A intervenção educativa em saúde é uma das alternativas mais importantes para assegurar à autonomia e a independência do indivíduo, visto que o objetivo é o empoderamento e a capacitação pessoal, buscando dessa forma a melhoria da qualidade de vida (FIGUEIRA et al., 2017).

Durante o processo de educação em saúde podem ser utilizados cartazes, folders, cartilhas ou qualquer outro material educativo, impresso ou digital, que partindo do alinhamento das informações e da presença de ilustrações, facilitam a compreensão das orientações do mesmo. Dentre os materiais educativos impressos, destaca-se a cartilha como ferramenta útil para a explanação em assuntos voltados para a área da saúde e como material viável, visto seu baixo custo e fácil aplicação (GRUDNIEWICZ *et al.,* 2015).

Tais ações citadas acima vêm de encontro com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente no que tange o ODS 4 – Educação de Qualidade, que tem por meta principal "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (PIMENTEL, 2019).

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é evidenciar a elaboração de uma cartilha educativa para orientação sobre a importância da prática de exercícios físicos em pessoas idosas diagnosticadas com DRC, tanto em seu tratamento quanto no acometimento de complicações futuras derivadas dessa DCNT.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de estudo metodológico, desenvolvido no período de agosto e setembro de 2023, mediante construção de cartilha educativa para orientação sobre a importância da prática de exercícios físicos em pessoas 60+ com diagnóstico de DRC.

A pesquisa metodológica tende a envolver métodos mistos (qualitativo e quantitativo), que se caracteriza-se pela elaboração, desenvolvimento, validação e avaliação de ferramentas e métodos de pesquisa (LEÃO, 2019).

Para construção da cartilha foram estabelecidas as seguintes etapas: a) revisão integrativa sobre a temática; b) seleção e escolha dos artigos; c) elaboração textual; d) desenvolvimento da cartilha educacional.

A busca bibliográfica foi conduzida entre os meses de março e setembro de 2023 em renomadas bases de dados científicas, a saber: Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (*LILACS*) e *National Library of Medicine (PubMed)* e *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*. Foi utilizado como limitação temporal o período de 2018 e 2023. Os descritores selecionados nas bases de dados foram: "indivíduos idosos" E "treinamento físico" E "doença renal crônica". Além dos artigos científicos, buscaram-se outras fontes para enriquecer este estudo, sendo: livros e relatórios do Ministério da Saúde.

A pergunta norteadora que direcionou a busca bibliográfica foi formulada seguindo a estratégia PICO (*Patient or Problem, Intervention, Control or Comparison, Outcomes*) (SANTOS; PIMENTA; NOBRE, 2007). Os critérios de inclusão foram: artigos disponibilizados na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol e publicados a partir de 2018. Foram excluídos editoriais, estudos reflexivos, manuscritos repetidos e que não abordavam a temática do estudo.

Na etapa de desenvolvimento do trabalho buscou-se definir quais seriam os temas abordados sobre a parte teórica da cartilha. Os temas da parte teórica foram: envelhecimento, doença renal crônica x qualidade de vida, importância da prática de exercícios físicos para melhoras no tratamento renal e educação em saúde, com seleção informativa sobre cuidados e controles que o paciente deve ter ao iniciar uma sessão de exercícios físicos visando possíveis ajustes para reduzir os riscos durante o treinamento.

Após a seleção do conteúdo pertinente para a cartilha, foi criado um roteiro com informações, textos, ilustrações e cenários que deveriam compor o material educativo. Posteriormente foi realizada uma adequação da linguagem científica, tornando mais apropriada ao público, independente do grau de escolaridade. As ilustrações e cores utilizadas para a confecção da cartilha educacional foram selecionadas visando uma maior adesão, bem como facilidade na compreensão e leitura do conteúdo pelo público alvo.

O *layout* e *design* da cartilha foram desenvolvidos no programa *Canva*, que é uma plataforma de design gráfico, de criação dos autores do estudo, no tamanho de uma folha A4, de onde também foram retiradas outras ilustrações para compor o material.

Segundo Fleuri *et al.* (2013) em se tratando da pessoa idosa, a utilização de informações lúdicas se destaca por serem estratégias importante para promover a conscientização, participação socioambiental e mudança no estilo de vida. Devemos também elucidar que informações rápidas e permeadas por cartilhas educativas também estão relacionadas intimamente com a viabilidade de permitir que exista momentos de bem-estar físico, mental e de interação interpessoal, propiciando melhora significativa na qualidade de vida, além do fortalecimento de vínculo, autonomia, autoestima, descontração, reflexão e melhor compreensão do tema em discussão.

O estudo não precisou passar por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde por se tratar de pesquisa bibliográfica de acesso a fontes públicas e não envolver diretamente a participação de seres humanos.

3 RESULTADOS

A confecção da cartilha educativa foi voltada para a simplificação da escrita e entendimento da leitura para a conscientização quanto à importância da prática de exercícios físicos para a população idosa diagnosticada com DRC.

De acordo com Moreira, Nóbrega e Silva (2003) para a produção de material educativo impresso, três aspectos devem ser considerados, sendo eles: linguagem, *layout* e ilustração. É

preciso destacar a importância da ilustração (desenhos, imagens, fotografias, símbolos) para a clareza na compreensão de um texto. Seu papel é o de atrair o leitor, despertar o interesse, complementar e reiterar a informação. Faz-se necessário que o público alvo se identifique com as ilustrações. O *layout* e o *design* tornam o material mais fácil, agradável de ler e mais atraente para o leitor.

Ainda segundo os autores, quanto à parte escrita, deve claramente comunicar a ideia para o público, assegurar o entendimento e evitar equívocos e mal-entendidos que possam gerar ações ou conceitos inapropriados. O vocabulário deve ser coerente com o público a quem se destina o material educativo, deve ser convidativo, de fácil leitura e entendimento.

O material educativo fruto desse estudo intitulado “Exercício físico e doença renal crônica: subsídios para a promoção da saúde e qualidade de vida” contou com uma organização de literatura da cartilha em seis eixos, sendo eles “Entendendo sobre o processo de envelhecimento”, “Doença Renal Crônica”, “Benefícios físicos e emocionais de permanecer ativo enquanto em diálise”, “Que tipo de exercício posso fazer?”, “Ingestão de líquidos e exercícios” e “Considerações especiais” realocados em 16 páginas, conforme a figura 1.

Figura 1. Diagramação do material educativo e distribuição de elementos textuais e temas por páginas

A construção da capa consistiu em cores vibrantes e ilustrações que chamassem atenção dos idosos para a leitura. Além disso, se obteve uma breve apresentação dos autores para melhor identificação e aproximação ao público. De acordo com a figura 2.

Figura 2. Capa e apresentação dos autores

Foi proposta uma breve descrição dos temas relacionados com o próprio grupo-alvo, para o entendimento do processo de envelhecimento e a importância da prática hábitos saudáveis para um envelhecer com qualidade de vida. Conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3. Introdução sobre o processo de envelhecimento

As ilustrações trazidas na cartilha foram pensadas na realidade da população alvo uma vez que, chamam a atenção dos leitores, familiarizam o leitor com a temática abordada, trazem uma leveza ao falar sobre o tema, visualmente mais atrativo. De acordo com a figura 4.

Figura 4. Quais tipos de exercícios posso fazer

4 DISCUSSÃO

A estratégia da educação em saúde permite um vínculo de saberes científico e do senso comum sobre a realidade em que os idosos vivem, construindo ideias de entendimento para a prática de realização de atividades físicas, visando ampliar promoção e qualidade de vida da população.

A criação de manuais vem ocorrendo para facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar na orientação de pacientes e familiares no processo de tratamento, recuperação e autocuidado. Dispor de um material educativo e instrutivo facilita e uniformiza as orientações a serem realizadas, com vistas ao cuidado em saúde. Por outro lado, é também uma forma de ajudar os indivíduos no sentido de melhor entender o processo de saúde-doença e trilhar os caminhos do melhor tratamento possível (FLEURI *et al*., 2013).

Mallmann *et al.* (2015) cita que os programas educacionais são meios para promoção da qualidade de vida, tanto em curto ou longo prazo e que a participação nesse tipo de intervenção educativa pode fortalecer o relacionamento dos idosos com os profissionais de saúde. Ainda segundo os autores, os resultados encontrados também sugerem que os programas educacionais podem melhorar a percepção de saúde e a vitalidade dos idosos.

Para Lima (2020), as cartilhas educativas podem ser entendidas como um recurso dedicado a informar a população sobre direitos, deveres, riscos para a ocorrência do evento, dentre outros, sendo o conteúdo abordado por meio da divulgação de conceitos e mensagens, bem como de perguntas. O uso de tecnologias educativas impressas, como manuais, folhetos, folders, livretos, álbum seriado e cartilhas, são opções viáveis para informação e sensibilização da população podendo facilitar o caminho para a promoção da saúde por meio da participação da população. Quando se faz a construção compartilhada de conhecimentos, além de permitir ao público alvo e à sua família uma leitura posterior, que reforça orientações verbais, serve como guia em casos de dúvidas auxiliando as tomadas de decisões cotidianas.

De acordo com Patrocínio e Pereira (2013) um estudo realizado na cidade de Campinas/SP, que objetivou implantar e analisar um programa de educação popular em saúde para idosos, encontrou como resultados, que os idosos, como agentes educativos de seu processo, apresentaram mudanças atitudinais nos hábitos de vida e na saúde. Além disso, os autores afirmam que houve mudanças na imagem da velhice, com mais opiniões positivas, além de uma interação capaz de proporcionar um sentimento de companheirismo maior.

Ximenes *et al*. (2019) cita que os materiais educativos, uma vez compreensíveis e atrativos, caracterizam-se como alternativa de sensibilização do paciente de forma que este possa ser ativo no seu autocuidado.

No Reino Unido, estudo sobre utilização de livreto para prevenção de quedas com idosos na comunidade também demonstrou boa aceitabilidade pelos pacientes e aplicabilidade prática do material (COCKAYNE et al., 2017). Assim, é importante que estudos que envolvem novas tecnologias educacionais avaliem sua aplicabilidade no contexto em que serão utilizadas (GALINDO NETO et al., 2017).

No material educativo proposto neste estudo foram orientadas formas de melhoria na qualidade de vida e do tratamento de doença renal crônica em pessoas idosas, por meio da prática de exercícios físicos regulares e com acompanhamento profissional adequado. O material supracitado visou atingir os ODS e o desenvolvimento inclusivo para essa população idosa, além do fortalecimento de vínculos territoriais e frente esse contexto surge à necessidade de reduzir as desigualdades sociais, sendo necessário que se garanta os princípios de igualdade e oportunidades por meio de medidas que eliminem a discriminação, aumente a capacitação e promova a inclusão em diversos âmbitos: social, econômico e político, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, status econômico ou outro. Os ODS surgem nessas atividades como fomentos integrados e indivisíveis e estão pautados para a garantia dos direitos humanos, dignidade e igualdade, em um ambiente saudável, preconizado pela OMS por meio da equalização, entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo consistiu-se na realização de uma cartilha educativa na melhora da qualidade de vida de idosos, com o intuito de ser introduzido na rotina do público-alvo, trazendo um melhor desempenho e sob orientações quanto ao tratamento de doença renal crônica. A educação

em saúde permite um acesso de saberes e críticas quanto à realidade de vida dos usuários, permitiu ampliação de conhecimentos sobre os assuntos envelhecimento, qualidade de vida, doença renal crônica e exercícios físicos facilitando o desenvolvimento do conteúdo da cartilha.

O produto do presente trabalho demonstra que os assuntos abordados diante de uma linguagem visual de forma lúdica e simples esclarecem sobre os benefícios da prática regular de exercícios físicos, tendo relevância na vida de idosos, prevenindo e promovendo saúde e bem-estar e melhorando a qualidade de vida destes. Visto que a importância de se exercitar oferece benefícios biológicos, físicos, sociais, emocionais dando a eles uma qualidade de vida melhor no seu processo de envelhecimento. Ademais, informações rápidas, direcionadas e voltadas para o empoderamento geriátrico, se destacam por serem grandes auxiliadores da disseminação de práticas promotoras do bem-estar e promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

AFSAR, B. et al. The impact of exercise on physical function, cardiovascular outcomes and quality of life in chronic kidney disease patients: a systematic review. **International urology and nephrology**, v. 50, n. 5, p. 885-904, 2018.

AGUIAR, L. K. et al. Fatores associados à doença renal crônica: inquérito epidemiológico da Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 23, 2020.

BRASIL. IBGE – INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais, 2018**. Disponível em: <http:// biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30 de setembro de 2023.

CAETANO, A. F. P. et al. Estágios da doença renal crônica e suas associações com o nível de atividade física, qualidade de vida e perfil nutricional. **Rev Bras Ativ Fís Saúde**, 2022. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14745/11227>. Acesso em 30 de setembro de 2023.

CARLETTI, C. O. et al. Intradialytic exercise and postural control in patients with chronic kidney disease undergoing hemodialysis. **Fisioterapia em Movimento**, v. 30, p. 247-254, 2017.

CARTA, DE OTTAWA. **Carta de Ottawa sobre promoção de Saúde**, 1986.

COCKAYNE, S. et al. Clinical effectiveness and cost-effectiveness of a multifaceted podiatry intervention for falls prevention in older people: a multicentre cohort randomised controlled trial (the REducing Falls with ORthoses and a Multifaceted podiatry intervention trial). **Health technology assessment**, 2017.

DIPP, T. et al. Short period of high-intensity inspiratory muscle training improves inspiratory muscle strength in patients with chronic kidney disease on hemodialysis: a randomized controlled trial. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 24, n. 3, p. 280-286, 2020.

FIGUEIRA, A. L. G. et al. Educational interventions for knowledge on the disease, treatment adherence and control of diabetes mellitus. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 25, p. e2863, 2017.

FIGUEIREDO, P. H. S. et al. The role of the inspiratory muscle weakness in functional capacity in hemodialysis patients. **PLoS ONE,** v. 12, n. 3, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0173159>. Acesso em: 2 out. 2023.

FLEURÍ, A. C. P. et al. Atividades lúdicas com idosos institucionalizados. **Enfermagem Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 50-57, 2013. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/5288/5243 Acesso em: 06 out. 2023.

GALINDO, N. M. et al. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, p. 87-93, 2017.

GLASSOCK, R. J.; RULE, A. D. Aging and the kidneys: anatomy, physiology and consequences for defining chronic kidney disease. **Nephron**, v. 134, n. 1, p. 25-29, 2016.

GRUDNIEWICZ, A. et al. Redesigning printed educational materials for primary care physicians: design improvements increase usability. **Implementation Science**, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2015.

GURĂU, F. et al. Anti-senescence compounds: a potential nutraceutical approach to healthy aging. **Ageing research reviews**, v. 46, p. 14-31, 2018.

LEÃO, L. M. **Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores**. Editora Vozes, 2019.

LIMA, M.B.D. **Elaboração e validação de cartilha educativa com exercícios físicos específicos para prevenção de quedas em idosos da comunidade**. (2020).

MALLMANN, D. G. et al. Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1763-1772, 2015.

MOREIRA, M. D. F.; NÓBREGA, M. M. L. D.; SILVA, M. I. T. D. Comunicação escrita: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. **Revista brasileira de enfermagem,** v. 56, p. 184-188, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Brasília, 2015. Disponível em: https://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf. Acesso em 04 out. de 2023

PEIPERT, J. D. et al. Psychometric properties of the kidney disease quality of life 36-item short-form survey (KDQOL-36) in the United States. **American Journal of Kidney Diseases**, v. 71, n. 4, p. 461-468, 2018.

PIMENTEL, G. S. R. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, M. A. C.; NOBRE, C. R. M. A Estratégia PICO para a Construção da pergunta de pesquisa e busca de evidência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 508-511, 2007.

SANTOS, L. M. L.; SILVA, M. J.; LIMA, C. M. D. Memórias da comunidade: da construção cultural ao desenvolvimento territorial. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 3, n. 3, p. 877-888, 2018.

XIMENES, M. A. M. et al. Construção e validação de conteúdo de cartilha educativa para prevenção de quedas no hospital. **Acta paulista de enfermagem**, v. 32, p. 433-441, 2019.

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DECOLONIAL:

POLÍTICAS PÚBLICAS E REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

Área temática: 10- Redução de Desigualdades

ANDRADE, Renata Parreira Rodrigues
Mestranda em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
Psicóloga (Uni-FACEF, Psicodramatista (Casa do Encontro- Franca/SP)
re.parreira.rodrigues@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Doutora em Psicologia (USP)
daniribeiro@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o pensamento decolonial como alternativa ao desenvolvimento, com o objetivo de introduzir as contribuições dessa perspectiva para as temáticas de Políticas Públicas e Redução de Desigualdades. Inicialmente, propõe-se uma crítica à logica desenvolvimentista, onde se encontra a criação e início das implementações das Políticas Públicas. A crítica é apresentada por meio de uma contextualização histórico-política e suas reverberações sociais, discursivas e práticas, sugerindo uma aproximação ao pensamento decolonial, que se desenvolve na América Latina a partir da década de 90, onde são retomadas ideias silenciadas pela lógica dominante incluindo temas como redução das desigualdades, que são encaradas também como produto do processo colonizatório europeu. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e as discussões foram ancoradas na conceituação dos tópicos já citados com o intuito de contribuir para as reflexões e produções teórico-prática das Políticas Públicas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial para Redução das Desigualdades. Dessa forma, estudos críticos à ideias já propostas fazem parte do processo de transformação social e de produção do conhecimento, onde se encontra a grande área do Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: pensamento decolonial, políticas públicas, redução de desigualdade.

Abstract

This article presents a reflection on decolonial thinking as an alternative to development, with the aim of introducing the contributions of this perspective to the themes of Public Policies and Inequalities Reducing. Initially, it proposes a critique of the developmentalist logic, which is where the creation and implementation of Public Policies begin. The critique is presented through a historical-political contextualization and its social, discursive and practical reverberations, suggesting an approach to decolonial thinking, which has been developing in Latin America since the 1990s, where ideas that have been silenced by the dominant logic are taken up again, including themes such as reducing inequalities, which are also seen as a product of the European colonization process. A bibliographical survey was carried out, and the discussions were anchored in the conceptualization of the topics already mentioned with the aim of contributing to the reflections and theoretical-practical productions of Public Policies and the Sustainable Development Goals (SDGs), especially for Reducing Inequalities. In this way, critical studies of the ideas already proposed are part of the process of social transformation and the production of knowledge, which is where the large area of Regional Development comes in.

Keywords: decolonial thinking, public policies, inequalities reducing.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a relevância e prevalência da temática em Políticas Públicas quando se trata de um instrumento de garantia dos direitos fundamentais e sociais (SOUZA, 2006), o presente artigo pretende por meio do pensamento decolonial, discutir a trajetória histórica das políticas públicas no Brasil, em especial as que pretendem a redução de desigualdade, e refletir sobre as estruturas nas quais elas são amparadas. Nesse sentido, o objetivo principal é o de promover questionamentos que promovam maior compreensão sobre o emprego das Políticas Públicas voltadas para a redução de desigualdades no cenário brasileiro quando consideramos o nosso território como fruto de uma colonização ainda em voga.

Várias questões e perspectivas se inserem na temática em Políticas públicas, como por exemplo, problemáticas que se preocupam com a desigualdade social e regional e na redução dessas desigualdades. Essas preocupações são muito recentes do ponto de vista histórico, passando a aparecer em meados da década de 40 e 50, principalmente após a segunda guerra mundial. Isso se dá justamente pela missão dada para os países do sul (geográfico e metafórico), categorizados como subdesenvolvidos e amparados no discurso do então presidente do Estados Unidos, Truman, que orientava esses países a se preocuparem com sua prosperidade e desenvolvimento da mesma forma que os países do norte, de forma economicista (ARAÚJO ET AL 2021).

A temática em desigualdade acompanha a história das ciências sociais e se apresenta de formas variadas de acordo com os propósitos analíticos e políticos de quem a define. Ao final do século XX, por meio de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas e o World Bank, as desigualdades se referiam às diferenças nas chances individuais tanto de posses de bens de valor social quanto de acesso à eles, dessa forma, o que passou a ser abordado e estudado nessa época foram as diferenças individuais de renda e não o olhar coletivo sobre a temática (COSTA, 2019).

A preocupação com as políticas públicas no Brasil, do ponto de vista histórico-temporal sublinhado pelo discurso do então presidente dos Estados Unidos, Truman, coincide com diversas reflexões e constatações feitas por estudiosos do pensamento decolonial, que contextualizam os massacres socioculturais como prática delegada ao sistema colonial (AMARO, 2003).

É importante enfatizar que o pensamento decolonial é um campo vasto e complexo, com várias correntes de pensamento, dessa forma, se tratando de uma correlação entre políticas públicas e pensamento decolonial em contexto brasileiro, algumas figuras latino-americanas são proeminentes, como Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Walter Mignolo e Luciana Ballestrin, além de Boaventura de Souza Santos, sociólogo português, entre outros.

As políticas públicas frequentemente refletem as mentalidades coloniais, já que se inserem justamente no contexto histórico em que se discute a colonialidade, perpetuando hierarquias e marginalizando certos grupos. Isso ocorre através da imposição de modelos e estruturas eurocentradas em contextos outros, ignorando os conhecimentos locais e as realidades culturais específicas desses territórios (QUIJANO, 2005).

Dessa forma, as políticas públicas podem ser vistas como um veículo através do qual a colonização e a opressão persistem, mesmo após as nações colonizadas terem sua independência formal anunciada. Esse diálogo, entre as políticas públicas, em especial no cenário brasileiro, com olhares pós desenvolvimentistas tal qual o pensamento decolonial, abrem a possibilidade tanto de repensar as origens nas quais essas políticas se amparam, como coloca Quijano (2005) quanto podem articular e propor novos caminhos para a formulação delas, de formas mais inclusivas, reconhecendo a diversidade e pluralidade tanto do território quanto dos que os habitam, vivos e não vivos.

Enfatiza-se a diversidade de visões a serem consideradas e a importância de serem discutidas as diversas culturas e conhecimentos locais. Como prática seria necessário para esse movimento uma decolonização do conhecimento e o reconhecimento da diversidade epistêmica, bem como a construção de ações que se desloquem para o local na qual se intende transformar. Esse deslocamento é ponto central no que se entende como uma ação amparada no pensamento decolonial, uma vez que na contramão da lógica dominante, sugere-se sentipensar com o território, ou seja, surge outra lógica de ação. (ESCOBAR, 2014; SANTOS, 2016; SANTOS, 2021)

O pensamento decolonial se localiza no ponto crítico que nos localizamos enquanto sociedade e que nos encontramos como produtores e reprodutores de realidades e discursos, é justamente nessa encruzilhada que é proposta a articulação entre políticas públicas e redução das

desigualdades, no intento de promover reflexões outras a despeito do que já se encontra sendo praticado como tentativa de promoção de ação e transformação.

São diversas as formas de se encarar tanto a conceituação em políticas públicas, quanto a visão sobre desigualdade. Da mesma forma, essas temáticas se encontram em crescente presença dentro de discussões sociais e pesquisas, por isso, não se pretende esgotar ou restringir a forma de se entender como as políticas públicas para redução de desigualdade podem se articular com o pensamento decolonial. Na verdade, propõe-se por meio de uma breve contextualização, a ampliação nos modos de se relacionar com esses conceitos e práticas, para talvez, abrir espaço para discussões que atinjam níveis mais estruturais de mudança e ação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E A PERSPECTIVA DO PÓS DESENVOLVIMENTO

Para se compreender o desenvolvimento enquanto discurso e prática, produtor de ações e significados, é necessária a contextualização histórica, política e social em que se foi construído e perpetuado.

Escobar (2014) propõe uma genealogia do desenvolvimento, entre os anos 1951 e 2000, categorizando-o em quatro fases, que correspondem à abordagem tomada pelas ciências sociais e o contraste das orientações teóricas em diferentes momentos ao longo desse período.

A primeira fase, entre as décadas de 50 e 60, inaugura-se a teoria da modernização, pautada no desenvolvimento econômico, e que para muitos teóricos e elites mundiais se colocava por meio da ideia dos efeitos benéficos do capital, da ciência e da tecnologia, como uma certeza. Nessa ótica, aqueles países e povos que seguissem as orientações advindas de grandes instituições e nações já desenvolvidas, inevitavelmente seria alcançado o mesmo desenvolvimento. A categoria modernização referiu-se principalmente à transformação de sociedades tradicionais em modernas, afinal aliadas da ciência, do capital e da tecnologia, acreditava-se que ao fim desse processo, todos envolvidos estariam, ricos, racionais e “felizes” (ESCOBAR, 2014).

Já ao fim da década de 60 e durante a década de 70, surge a teoria da dependência. Segunda fase das orientações teóricas sobre o desenvolvimento, e que afirmava as raízes do subdesenvolvimento pela conexão de dependência econômica externa e pela exploração social interna. Ou seja, não se contestava somente o desenvolvimento, mas o próprio sistema vigente, o capitalismo. Dessa forma, a premissa era que modernização e desenvolvimento seriam alcançados na transformação de uma sociedade capitalista em socialista (ESCOBAR, 2014)

Nas décadas de 80 e 90, o crescente questionamento sobre desenvolvimento por parte de críticos culturais em diversas partes do globo, passaram a entender o desenvolvimento como discurso ou categoria do momento. Essa categoria, de origem ocidental tem um funcionamento complexo e um poderoso mecanismo de produção cultural, social, econômica e de subjetividades (ESCOBAR, 2014).

Fica claro por meio da diferenciação em fases proposta por Arturo Escobar que cada um desses três momentos pode ser classificado segundo seus paradigmas originais: teorias liberais, teorias marxistas e teorias pós estruturalistas, respectivamente. Se para as teorias liberais a questão se baseava na aliança entre capital e tecnologia e para a segunda na tentativa de separação do desenvolvimento e do capitalismo, originando ao menos um desenvolvimento social-democrata, a questão central que se difere está na terceira fase ou teoria. O pós-estruturalistas partiam de uma pergunta central: como a África, Ásia e América Latina foram categorizados como subdesenvolvidos? E de que maneira o desenvolvimento enquanto discurso foi justificado para moldar a realidade desses países. (ESCOBAR, 2014)

Como discurso, o conceito de desenvolvimento surge com validação cientifica e reconhecimento político a partir da Segunda Guerra Mundial. Dentre as várias razões, a justificativa mais conhecida além do contexto de independência da maioria das colônias europeias na época, veio por meio do discurso do então presidente dos EUA, Truman, que orientava “jovens nações’ no mesmo sentido de seus antigos colonizadores, tidos como desenvolvidos. (AMARO, 2003; AMARO, 2017)

Segundo Amaro (2017) “o desenvolvimento tornou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, um conceito de referência, um objetivo a atingir, um caminho a prosseguir, um sonho para muitos povos”, para o autor, esse posicionamento protagonizado pelos EUA acabou não somente associando exclusivamente os países do sul, ou aqueles que não sejam da Europa, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia à essa busca como ignorou críticas aos supostos benefícios do desenvolvimento de caráter majoritariamente economicista e seu sistema dominante.

É essencial a compreensão das interpretações dadas aos conceitos de mudança, progresso, riqueza, bem-estar e do próprio desenvolvimento, já que essas conceituações se inserem em uma realidade: a consideração dos países europeus como modelo de referência, já que esses países, mesmo que não os únicos considerados desenvolvidos, foram os colonizadores. Esse entendimento esclarece, ainda que de forma dura, o porquê grande parte dos trabalhos sobre desenvolvimento tenham sido por muito tempo, e ainda predominantes, amparados no crescimento econômico. (AMARO, 2017)

Para Amaro (2017), a complexidade e destruição alcançada pela Segunda Guerra mundial amparou o desenvolvimento em diversos modos de existir. Como conceito, mobilizou teóricos tanto a favor quanto críticos, como objetivo produziu mobilizações políticas e sociais e como caminho encontrou justificativa para as estratégias e planos, inclusive de interesse ideológico.

Inserido no olhar crítico, em 1992, a corrente do pós desenvolvimento se afirma como uma proposta de "fim à era do desenvolvimento", já que o termo carrega implicitamente o caráter economicista (AMARO, 2017)

O marco de discussões sobre o pós desenvolvimento na América Latina se deu principalmente pela criação do grupo Modernidade Colonialidade, onde intelectuais latino americanos, inspirados em grupos asiáticos que já promoviam discussões sobre os resultados da colonialidade Inglesa, se uniram principalmente liderados por Walter Mignolo num movimento de ruptura contra autores eurocêntricos, denunciando o imperialismo ainda existente, porém de forma sutil e silenciosa em especial nos países da América do Sul e Central. (BALLESTRIN, 2012)

O resgate de cosmovisões de povos não ocidentalizados e afrodescendentes, pertencentes ao Sul metafórico em que diversos autores se dedicam a estudar e frequentemente o tratam como o único caminho possível, encontra sentido contrário à logica racional moderna. Essas visões não são dicotomizadas, e constroem seus saberes sem descartar o território, transformando-se em um arranjo entre todos os atores. (ESCOBAR, 1995; ESCOBAR, 2014)

A partir desse marco de discussões, onde os estudos se deslocaram de produções eurocêntricas e passaram a focar produções e saberes locais, o pensamento decolonial como alternativa ao desenvolvimento mais uma vez se mostra forte como resistência e caminho como possibilidade.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Souza (2006), enaltece a importância de se compreender a origem e ontologia de uma área do conhecimento, contextualizando as perspectivas, trajetórias e desdobramentos. Segundo a autora, as Políticas Públicas enquanto área do conhecimento surgem de formas distintas em diferentes regiões do globo. Nos Estados Unidos (EUA), a temática passa a ser explorada como área do conhecimento e disciplina acadêmica antes do desenvolvimento de estudos e pesquisa na área, indo na contramão do que se praticava no continente Europeu, onde os estudos se concentravam mais em análises sobre o Estado e suas instituições e menos na produção de governos, como ocorreu nos EUA.

Dessa forma, no continente europeu as políticas públicas aparecem como um desdobramento dos estudos e análises sobre o papel do Estado e sua principal instituição, o governo, enquanto nos EUA a área aparece no mundo acadêmico, mas sem incluir a relação das bases teóricas do papel do Estado se deslocando para a ênfase em estudos que direcionem a ação dos governos. (SOUZA, 2006)

Já quanto à conceituação, pode-se considerar que não exista uma única definição para as Políticas Públicas. Para Souza (2006, p.26) "uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia". Ou seja, a autora esclarece que ao se tratar de políticas públicas, tanto no campo de produção do conhecimento quanto na ação prática, mesmo com diferentes definições e abordagens, no geral, opta-se por uma visão holística sobre o tema, resumindo política pública como um campo de conhecimento em que ao mesmo tempo em que analisa as ações governamentais, propõe mudanças em seu curso, sendo que a formulação dessas Políticas são a tradução dos propósitos dos governos democráticos em programas e ações que podem então, produzir resultados.

> No entanto definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que

> indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p.26)

No Brasil, especialmente amparado pelo adjetivo "subdesenvolvido", o surgimento dos estudos e discussões em políticas públicas esteve frequentemente associado as desigualdades. Dessa forma, contextualizar a conceituação e olhar para a redução das desigualdades é tarefa essencial para a compreensão dos resultados dos conjuntos de ações tomados para tal, como também para maior aprofundamento e olhar crítico sobre essas construções (ARAÚJO ET AL 2021; COSTA, 2019).

A restrição na definição de desigualdade apresenta vantagens práticas (COSTA, 2019), principalmente quando inseridas na reprodução de ideias pautadas no desenvolvimento clássico, economicista, já que oferece bases mensuráveis para comparação. Ou seja, é pautada em um desenvolvimento que produz realidades, tanto para o entendimento das desigualdades quanto para o que se faz valorizável enquanto análise, pautado no olhar dicotomizado predominante (SANTOS, 2016; SANTOS, 2021).

Existem, evidentemente, objeções quanto a esse olhar sobre as desigualdades. E no cenário brasileiro, embora a tendência de ações para a diminuição dessas desigualdades seja ainda baseada em políticas de transferência de renda, por meio delas, em um prazo de dez anos foi possível reduzir pela metade as taxas de pobreza (COSTA, 2019). Esses dados associados ao que se entende por desigualdade, principalmente no início das discussões sobre o tema, revelam a problemática sendo encarada por meio de dificuldades ou restrições individuais de acesso à renda, e remetem a outra importante crítica.

Em especial na américa latina, onde o processo colonizatório se mostrou o mais sutil e impregnado até hoje, o olhar meritocrático amparado em ideologias liberais acabam por afirmar as desigualdades como posição de oportunidade, ou falta dela. No sentido crítico-prático, as pesquisas vêm crescentemente se dirigindo na contramão deste olhar, abordando a temática como uma questão de posição (social-racial-estrutural) ou de resultado dessas relações. (COSTA, 2019; QUIJANO; 2005)

Em um livro produzido por um compilado de artigos na Universidade Estadual da Paraíba em 2010 com foco em políticas públicas e desenvolvimento regional, diversos autores discorrem sobre essa correlação, tanto em aspectos que defendam as políticas públicas como ação eficaz no desenvolvimento regional quanto na construção crítica acerca do tema.

> A internacionalização da economia foi uma sobre determinação do componente-meio para um componente-fim, rompendo com a configuração e a soberania do Estado-Nação (MARTINS, 1996; CARVALHO, 1997). Rompe-se também com a ideia de sociedade e, em extensão, com a ideia de sujeito (como ator social), na medida em que a internacionalização da economia transformou a razão ou a racionalidade que sustentava os vínculos entre os atores sociais (TOURAINE, 2006). É na raiz dessa transformação que emerge a concepção de exclusão social, "[...] que vem a ser, portanto, um traço constitutivo da classificação na qual se baseia o conceito estrutural de identidade social" (ZALUAR, 1997, p. 2). E aqui importa perceber que esse traço afeta a concepção de desigualdade, como afirma Carvalho (1997, p. 16): "A pobreza assume na contemporaneidade um significado excludente. É nessa condição que a desigualdade social é também ressignificada, sinalizando novos processos de discriminação e apartação social [...]". (LOPES, p. 30, 2010)

Até mesmo se tratando da associação específica das temáticas Políticas Pública e Desenvolvimento Regional, é possível observar quanto dos sistema-verdade vigentes produzem disparidades e problemáticas a serem repensadas, tanto nesses campos do conhecimento quanto em uma variedade enorme de outros.

2.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

Diversos adjetivos foram adicionados ao termo desenvolvimento ao longo dos anos, essa tentativa se coloca na mesma direção na qual o termo teve sua construção, o olhar economicista. Dessa forma, pensar "desenvolvimentos", ainda que associado a adjetivos que em teoria são mais inclusivos e integradores, segue a mesma direção em que se encontram as problemáticas atuais na humanidade (AMARO, 2003; AMARO; 2017)

A agenda na qual se insere os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi elaborada em 2012 no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas, mas que teve seu início

em 2000 com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas os 193 Estados-membro das Nações Unidas adotaram oficialmente a Agenda das ODS para 2030, que inclui 17 objetivos:

> 1.Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. Saúde de Qualidade: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6. Água Limpa e Saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7. Energia Acessível e Limpa: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; 10. Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Consumo e Produção Sustentáveis: Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis; 13. Ação contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14. Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Vida Terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação do solo e deter a perda de biodiversidade; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17. Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, p.18, 2015)

Enquanto objetivos se colocam ideais, enquanto resultados esperados, se mostram distantes. Esse olhar, não é tomado pelo pessimismo ou crítica vazia, basta retomar brevemente o contexto e entende-se o fracasso das ODM estabelecidas no ano 2000 e a releitura mais elaborada delas em 2012.

A articulação da ODS com olhares pós desenvolvimentistas se mostra um entrave de olhares e perspectivas, uma vez que adicionando-se ao termo desenvolvimento quaisquer adjetivos pautados no pretexto de crescimento econômico (ainda que não exclusivamente) é manter em voga uma dança desequilibrada de pares que não seguem o mesmo ritmo.

O objetivo 10, que fala sobre a redução das desigualdades, de forma mais específica:

> 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade 10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas 10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da

> implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas 10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC 10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais 10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5% (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, p.30, 2015)

É facilmente notável a associação da pretensão de redução das desigualdades ainda por meio de um sistema dominante que escala o capital como centro. O pensamento decolonial tem seu olhar crítico voltado para as estruturas e bases que constroem esse modo de vida (ESCOBAR, 2014; QUIJANO, 2005), e não se atem a propor soluções prontas construídas externamente a quem se dialoga sobre.

Por isso, estratégias como as ODS, embora grandiosas e otimistas, reafirmam a lógica na qual essa mesma sociedade adoeceu, além perpetuarem movimentos que não se preocupam em ouvir as vozes subalternizadas, propondo (distante delas) soluções acabadas, metas definidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo foi produzido por meio da pesquisa bibliográfica construída ao longo do primeiro semestre no mestrado em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF), através de leituras, discussões fomentadas pelas disciplinas cursadas e estudos críticos do desenvolvimento, pós desenvolvimento e pensamento decolonial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se trata da conceituação e estudo em Políticas Públicas é necessária a compreensão de que a definição pode partir de olhares múltiplos, tanto do ponto de vista daqueles que defendem e se dedicam a aprimorá-las quanto do olhar crítico a respeito da realidade em que são inseridas, onde se encontra o pensamento Decolonial.

Portanto, sem o objetivo de deslegitimar os esforços daqueles que se dedicaram ao aprofundamento na área de Políticas Públicas e redução das desigualdades, propomos e questionamos: Será a implementação de ações verticalizadas uma proposta realista na luta contra as desigualdades?

Diversos autores pós desenvolvimentistas, mais especificamente do pensamento decolonial, discorrem que não (ESCOBAR, 2014, QUIJANO, 2005, SANTOS, 2016; SANTOS, 2021). Como já citado, a própria associação ao termo desenvolvimento é clara em seu propósito.

No entanto, outros movimentos se mostram solo fértil para propostas mais realistas. Como o Bem Viver, que se propõe como uma alternativa ao desenvolvimento, não de forma impositiva ou único caminho a ser seguido. Mas principalmente como uma tarefa de reconstrução, que passa primeiramente por desmantelar o desenvolvimento enquanto única direção possível, desarmando metas universais de progresso (ACOSTA, 2016)

O caso do Bem Viver é citação esperançosa, uma vez que se constrói pela cosmovisão indígena, diferente da ocidental. Propõe rupturas com logicas antropocêntricas capitalísticas e com socialismos reais e apresentam a postura sociobiocêntrica, mas salientam que a mudança não acontece somente por meio da nomeação, mas através de uma mudança civilizatória, que não implica à um retorno aos modos de vidas ancestral ou negação da tecnologia, mas da criação de espaços para apreciação da criatividade oprimida pelo olhar dominante que já categoriza o que deve ser seguido. Ou seja, propõe espaços de valorização do que foi destruído pelo processo colonizatório e para a possibilidade de novas criações (ACOSTA, 2016)

Talvez, o que se possa ser encarado como discussão até aqui é que não existam ainda resultados prontos de fato eficazes ou que se mostrem alternativas justas num processo de mudança extenso como o proposto pelas ODS, muito menos quando pensamos em encarar a redução das desigualdades as enfrentando da mesma maneira em que foram produzidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de construção das Políticas Públicas e o objetivo de Redução das Desigualdades ao se encontrar com a crítica proposta pelo Pensamento Decolonial atinge os mesmos fins do processo colonizatório vivido na América Latina, continente em que nos localizamos enquanto território. Assim, ao propor reflexões críticas não se pretende mais um movimento separatório, mas a criação de campos para diálogos relacionais e intervencionistas, onde se encara a paisagem de forma real e não idealizada. A necessária transição civilizatória ganha marco de esperança quando partimos para um movimento menos projetado de futuro, valorizando o que há de possível no hoje, ainda que por meio de ações menos pretensiosas e mais baseadas no vínculo a ser construído entre quem produz o conhecimento formal e quem é afetado por ele enquanto discurso.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos, Desenvolvimento e Saúde em África, n. 4, 2003, p. 35-70.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. Caderno de Estudos Africanos [online], n. 34, 2017, p. 75-111. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ARAÚJO, A. B. A. DE et al. Políticas públicas de desenvolvimento. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18757>. Acesso em: 21 set. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. O giro decolonial e a América Latina. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindoia, Anais eletrônico [...] São Paulo, 2012, p. 1-31. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/mr-3/mr19>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ONU, Organização das Nações Unidas, 2015. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 set.2023.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo, ALVES, Cecília Pescatore, (orgs.). *Políticas públicas & desenvolvimento regional*. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p.

PIRES, Roberto Rocha C. (org.*). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 730 p.

QUIJANO, Anibal**.** Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologies of the South and the future. From the European South, n. 1, 2016, p. 17-29. Disponível em: <https://www.fesjournal.eu /numeri/archivi-del-futuro-il-postcoloniale-litalia-e-il-tempo-a-venire/epistemologies-of-the-south-and-the-future/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias,* Porto Alegre, v.8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2023.

CRIANÇAS AUTISTAS E O AMBIENTE ESCOLAR: SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO BIOPSICOSSOCIAL

AUTISTIC CHILDREN AND THE SCHOOL ENVIRONMENT: SUBSIDIES FOR BIOPSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT

Área temática: saúde e bem-estar (ODS 3)

BARBOSA, Walisson Nunes
Universidade Atenas - Passos/UniAtenas
Discente Faculdade Medicina Atenas Passos
E-mail: walissonnunesbarbosa2@gmail.com

CARVALHO, Ingrid Souza
Universidade Atenas - Passos/UniAtenas
Discente Faculdade Medicina Atenas Passos
E-mail: souzaingridpessoal@hotmail.com

GOMES, Iris Alves Correia
Universidade Atenas - Passos/UniAtenas
Discente Faculdade Medicina Atenas Passos
E-mail: iris_gomes@me.com

GARCIA, Inis Morais
Universidade Atenas - Passos/ Uniatenas
Discente Faculdade Medicina Atenas Passos
E-mail: inismorais@gmail.com

BRITO, Bruna Marques
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia.
E-mail: brunamarques569@gmail.com

MIZIARA, Ana Júlia Panicio
Faculdade Atenas - Passos/ UniAtenas
Discente do curso de Medicina
E-mail: anajuliamiziara@gmail.com

MAIA, Ana Clara Trindade
Faculdade Atenas-Passos/ Uniatenas
Discente do curso de Medicina
E-mail: anaclaratrindademaia@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutor e mestre em Promoção de Saúde.
Fisioterapeuta, Profissional de Educação Física e Pedagogo.
Pós-doutorando em Educação Física e saúde (USP)
Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

RESUMO

Objetivo: identificar por meio de uma análise descritiva a relevância da escola na vida de crianças e adolescentes autistas à luz da promoção da saúde. **Metodologia:** trata-se de um estudo do tipo descritivo, exploratório e apoiado em pesquisa bibliográfica para estruturar meios de conhecimento sobre os pilares escolares e sua relação com os aspectos biopsicossociais da criança autista. Para tal hipótese, foi embasada pela pergunta norteadora: "Qual a relevância dos espaços escolares, participação familiar e educação especializada na vida de crianças e adolescentes com diagnóstico de autismo?". Foram utilizados documentos advindos de órgãos oficiais como fomento estrutural do referido trabalho. **Resultados**: A literatura científica aponta uma gama de estratégias, leis, projetos e políticas públicas acerca de meios educacionais e o autismo, porém lacunas e escassez de cumprimento e incentivo à capacitação docente, espaços apropriados para receber esse grupo populacional, preparo da família e atendimento especializado. **Considerações finais:** é fundamental o cuidado multidimensional de crianças e adolescentes com TEA, ademais o apoio familiar, assistencial e um sistema educacional de qualidade são fatores críticos e urgentes que podem culminar de maneira positiva o pleno desenvolvimento multidimensional e biopsicossocial desses indivíduos.

Palavras-chaves: Autismo. Educação Escolar. Promoção da saúde.

ABSTRACT

Objective: to identify, through a descriptive analysis, the relevance of school in the lives of autistic children and adolescents in the light of health promotion. **Methodology**: this is a descriptive, exploratory study supported by bibliographical research to structure means of knowledge about school pillars and their relationship with the biopsychosocial aspects of autistic children. To this end, it was based on the guiding question: "What is the relevance of school spaces, family participation and specialized education in the lives of children and adolescents diagnosed with autism?" Advisory documents from official bodies were used as structural support for this work. **Results**: The scientific literature points to a range of strategies, laws, projects and public policies on educational resources and autism, but there are gaps and deficiencies in implementation and encouragement of teacher training, adequate spaces to receive this population group, family preparation and specialized care . **Final considerations:** multidimensional care for children and adolescents with ASD is essential, in addition to family support, assistance and a quality educational system are critical and urgent factors that can positively culminate the full multidimensional and biopsychosocial development of these individuals.

Keywords: Autism. Schooling. Health promotion.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autista (TEA) se destaca por ser uma condição neuropsiquiátrica complexa do neurodesenvolvimento caracterizada pela redução da interação e comunicação social, interesses restritos, padrões estereotipados e repetitivos de comportamento e desenvolvimento intelectual irregular (MANSOOR *et al.,* 2018).

Pensando na etiologia do TEA, a literatura científica evidencia que não existe uma causa específica, sendo o mais provável ser cunho multifatorial, associada a fatores genéticos e neurobiológicos. Com base no DSM-5, sabe-se que o diagnóstico é clínico, feito a partir da observação da criança, relato dos cuidadores e aplicação de instrumentos específicos. Os principais sinais surgem ainda na primeiríssima infância, principalmente quando o bebê evita contatos visuais, apresentando sinais de alerta antes dos três anos, com maior prevalência no sexo masculino do que no feminino. Por outro lado, as mulheres são mais propensas ao comprometimento cognitivo grave (DA SILVA *et al.,* 2019).

Tais alterações e comprometimentos oriundos do TEA culminam em impactos ao autista, sua família e seus pares sociais, que devem se adequar às novas demandas da condição da criança, e desse modo, esse processo de adaptação familiar pode corroborar em aspectos estressores

negativos, com prejuízo às atividades sociais, cujo demanda cuidados específicos e permeado por diversos tipos de terapias, requer adequação dessas famílias, onde pode surgir sentimentos de desânimo, desesperança e cansaço, que podem prejudicar o núcleo familiar, que se destaca por ser fundamental para o progresso da criança autista (DO NASCIMENTO GIVIGI *et al.,* 2015).

Acerca da multidimensionalidade de ações e vivências infantojuvenis que permeiam a vida de crianças com diagnóstico de TEA, o ambiente escolar desempenha um papel central no desenvolvimento biopsicossocial desses indivíduos. Conforme a prevalência do transtorno continua a aumentar, compreender como os contextos educacionais podem otimizar o desenvolvimento desse perfil populacional é de extrema e urgente importância. No entanto, reconhecer que o ambiente escolar pode ser um agente significativo de apoio e desenvolvimento para crianças autistas é um passo crucial na promoção de suas capacidades e potencialidades (OLIVEIRA, 2020).

A inclusão dessas crianças nas cadeiras escolares tem se tornado uma prioridade na educação contemporânea, mas essa tarefa não é isenta de desafios. A falta de conhecimentos técnicos e instrumentos específicos para apoiar os educadores e as instituições de ensino se tornam uma das principais dificuldades enfrentadas nesse processo.

Em 1994 a Declaração de Salamanca, elaborada em Salamanca na Espanha em consonância com outros países e órgãos internacionais como a UNESCO, vem para reforçar a importância do direito à educação para todos e que esta seja de qualidade considerando as características, os interesses e as especificidades de cada aluno, evitando-se assim, discriminações, a exclusão escolar e segregação desses sujeitos. Nesse sentido, propõe que as escolas se organizem e se capacitem para atender a todos. Em seu artigo ela iguala os direitos dos indivíduos, enfatizando a igualdade de oportunidades nos dizendo o seguinte:

> As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

O aumento significativo do quantitativo de matrículas de alunos com TEA nas escolas brasileiras nos últimos anos, impulsionado por regulamentações e legislações como a Lei nº 7.853 de 1989 e o Decreto nº 3.298 de 1999, onde estabeleceu a matrícula compulsória de pessoas com deficiência em escolas regulares, enquanto a Lei nº 12.764 de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo que promovem a inclusão, torna imperativa a busca por estratégias educacionais eficazes para atender a essa população (SANTOS & ELIAS, 2018).

Nesse contexto, é fundamental que os profissionais de educação, em especial os professores e a equipe gestora, estejam preparados para lidar com a inclusão escolar de crianças autistas nos pilares educacionais. A formação adequada, a supervisão e a orientação são cruciais para que esses profissionais compreendam a complexidade desse processo e saibam como agir de maneira eficaz nas rotinas escolares (RAMOS, 2023).

Ao se analisar as peculiaridades do TEA, Vieira e colaboradores (2020), é primordial considerar as limitações específicas do transtorno e a necessidade de realizar a promoção de ações de cunhos inclusivos que têm como finalidade maximizar as potencialidades da criança/adolescente autista, em diversos cenários sociais, incluindo a escola. Assim, Matos e Freitas (2018) indagam que no processo de ensino e aprendizagem existe uma pluralidade de fatores que são desenvolvidos no que concerne o desenvolvimento humano, enfatizando os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e psicomotores da criança e que no caso do TEA tais fatores também estão presentes.

Frente essa contextualização, no cenário moderno, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se mostram como uma série de metas globais estabelecidas pelas Nações Unidas para abordar desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030 e a inclusão de pessoas com autismo está relacionada a várias metas dos ODS, especialmente aquelas que buscam a igualdade, a inclusão e a garantia de direitos humanos para todos.

Consoante ao exposto, o objetivo do presente trabalho é identificar por meio de uma análise descritiva a relevância da escola na vida de crianças e adolescentes autistas à luz da promoção da saúde.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, foi pensado em um estudo do tipo descritivo, exploratório e apoiado em pesquisa bibliográfica, metodologia cada vez mais utilizada pelos profissionais de saúde para identificar no meio científico os resultados dos mais diversos estudos no âmbito dos cuidados de saúde humana, conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5):

> "[...] análise documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos". Dessa forma, tal metodologia pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc.

A busca por documentos oficiais sobre a educação especial e TEA se deu nos meses agosto e setembro do ano de 2023, onde os autores avaliaram de modo abrangente a qualidade de estudos e documentação em órgãos oficiais, bem como sua relevância técnico científica para sua estruturação. Para tal hipótese, foi embasada a pergunta norteadora: "Quais são as repercussões da escola no que tange os aspectos biopsicossociais de crianças e adolescentes autistas?".

Além disso, para serem incluídos nesta obra, foi estabelecido que toda parte documentacional estivessem gratuitamente disponíveis, publicados em língua portuguesa, trazendo em sua essência a relação da escola e TEA, ademais, por ser uma temática contemporânea, existe uma certa escassez documental, assim obras e informações disponibilizados nos sítios eletrônicos foram necessárias para levantar e concretizar a hipótese para que fossem mapeadas e identificadas a realidade estudada, preconizando os apoios para a implementação da educação inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Deletério da preocupação e interesses levantados durante a pesquisa a respeito da referida temática, manifestou-se a necessidade de aprofundar estudos relacionados aos procedimentos da análise documental, visto que o ambiente escolar surge como um campo indispensável para o desenvolvimento multidimensional do público infantojuvenil com TEA.

Os autores em conjunto realizaram a busca inicial, sendo adequado posteriormente cada etapa da metodologia estabelecida por meios da inserção dos critérios de inclusão e exclusão. Por se tratar de uma investigação bibliográfica de origem secundária, utilizando dados disponíveis abertamente na internet e sem o envolvimento de seres humanos, o estudo dispensou apreciação de comitê de ética, regulado pela Resolução 466/12 (BRASIL, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos documentos investigados foram analisados para avaliar a adequação quanto aos critérios de elegibilidade referente a proposta da temática à luz do conceito de promoção da saúde (PS), visto que essa ciência visa:

> "à capacitação comunitária para agir na melhora de sua QV e saúde, abarcando uma maior participação no controle deste processo. Para se atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, as pessoas e grupos devem saber identificar, satisfazer necessidades e transformar de modo favorável o meio ambiente. A saúde deve ser vista como uma estratégia para a vida, e não como objetivo de viver. Nessa perspectiva, a saúde é um conceito positivo, que ressalta os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a PS não é responsabilidade específica do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global" (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Os documentos que apresentaram os aspectos literários predeterminados passaram pelo crivo crítico dos autores, sendo qualquer adversidade resolvida por consenso. Além disso, pensando nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o referido trabalho possui estruturação pautada:

Imagem 1: ODS 3,4 e 10
Fonte: (ONU, 2015)

LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIANÇA COM TEA NAS ESCOLAS E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NO CENÁRIO NACIONAL

Na contemporaneidade, o TEA é chamado assim devido a variedade de sinais clínicos comuns do transtorno como déficit na manutenção do contato visual, identificação de expressões faciais reduzida, dificuldade de expressar as próprias emoções e fazer amigos, ademais, existe uma dificuldade na comunicação e interação social, dentre outros. No que concerne à escola estudos vem evidenciando cada vez mais a atenção popular e de órgãos de saúde fomentando a busca pela qualidade do ensino, escola, educadores, colegas e pais com de crianças autistas enquanto sujeitos educandos em séries escolares.

A inclusão de alunos com autismo nas escolas é uma questão de extrema importância tanto do ponto de vista educacional quanto social. A presença de crianças e adolescentes com TEA nas salas de aula não apenas promove uma educação mais diversificada e rica em experiências, mas também contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

É importante ressaltar que, apesar da existência dessas leis e políticas, a efetiva implementação da inclusão de alunos com autismo nas escolas ainda enfrenta desafios. Muitas vezes, é necessário um esforço adicional para garantir que as escolas estejam adequadamente preparadas para receber esses alunos e que os professores tenham a formação necessária para atender às suas necessidades específicas.

Além disso, as políticas públicas podem evoluir ao longo do tempo, portanto, é importante manter-se atualizado sobre as últimas mudanças e iniciativas relacionadas à inclusão de pessoas com autismo na educação no Brasil. As leis e políticas públicas relacionadas ao autismo e à educação no Brasil têm evoluído ao longo dos anos para promover a inclusão e o acesso à educação de qualidade para pessoas com diagnóstico do autismo.

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):** Essa política estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (incluindo o autismo) e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino. Ela busca promover a formação de professores e a adequação das escolas para receber esses alunos.

- **Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014):** O PNE estabelece metas e estratégias para a educação brasileira em diversos aspectos. Uma das metas é promover a educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência e o aprendizado de estudantes com deficiência, incluindo aqueles com autismo.

- **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade:** Este programa do Ministério da Educação (MEC) busca promover a educação inclusiva no país, fornecendo recursos e apoio

técnico às escolas e professores para atenderem às necessidades de alunos com deficiência, incluindo autismo.

- **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015):** Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa lei estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo autismo, em diversos aspectos da vida, incluindo a educação. Ela garante o direito à educação inclusiva em escolas regulares e estabelece que as instituições de ensino devem adotar medidas para promover a acessibilidade e a adaptação curricular. Oferta de profissionais de apoio escolar; dever do Estado e outras esferas da sociedade assegurar educação de qualidade às PCDs; Sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida

- **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** O PDE inclui ações específicas para promover a educação inclusiva e garantir o acesso de estudantes com deficiência, incluindo autismo, a uma educação de qualidade.

- **Lei Berenice Piana – Lei Federal nº 12.764:** é uma das principais legislações que instituem os direitos dos autistas e suas famílias em diversas esferas sociais. Foi por meio dela que as pessoas no espectro passaram a ser consideradas PCDs para todos os efeitos legais, e também na criação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento a pessoas com TEA, pais e responsáveis; Acesso à educação e ensino profissionalizante; em casos comprovados, direito de pessoas com TEA nas classes comuns de ensino regular com direito a acompanhante especializado.

- **Lei Romeo Mion – Lei Federal n° 13.977:** estabelece a emissão de uma Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA), ou seja, garante a todos aqueles com o diagnóstico de autismo um documento que possa ser apresentado para informar a condição do indivíduo.

É importante ressaltar que, apesar da existência dessas leis e políticas, a efetiva implementação da inclusão de alunos com autismo nos espaços escolares ainda enfrenta desafios. Muitas vezes, é necessário um esforço adicional para garantir que as escolas estejam adequadamente preparadas para receber esses alunos e que os professores tenham a formação necessária para atender às suas necessidades específicas. Ademais, as políticas públicas podem evoluir ao longo do tempo, portanto, é importante manter-se atualizado sobre as últimas mudanças e iniciativas relacionadas à inclusão de pessoas com TEA na educação brasileira.

Falta de informação e capacitação dos profissionais

Ao se pesquisar na documentação disponível, fica evidente na visão dos educadores que existe um déficit no material didático, na prática profissional, no incentivo à pesquisa, na capacitação e nos fomentos que envolvem docentes e discentes. Nesse sentido, A falta de informação, preparo e capacitação de professores para atuar com alunos autistas é um problema significativo que pode afetar negativamente a experiência educacional das crianças autistas.

- Identificação precoce: Muitos professores não têm o conhecimento necessário para identificar sinais precoces de autismo em alunos, o que pode resultar em diagnósticos tardios e atrasos na intervenção.

- Adaptação do currículo: Professores podem não estar preparados para adaptar o currículo escolar às necessidades individuais dos alunos autistas. Isso pode levar a uma falta de acesso a uma educação de qualidade e ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais.

- Compreensão das diferenças de comunicação: Alunos autistas frequentemente têm desafios na comunicação, seja na expressão verbal ou não verbal. Professores precisam ser treinados para compreender e facilitar a comunicação desses alunos.

- Gestão de comportamento: Professores podem encontrar desafios na gestão de comportamentos que podem ocorrer em alunos com TEA. A falta de treinamento em estratégias de manejo de comportamento pode resultar em ambientes de sala de aula menos produtivos.

- Inclusão social: A falta de conhecimento sobre como criar um ambiente inclusivo pode levar ao isolamento social desses alunos, sendo assim, professores capacitados são pontes para o processo amplo de inclusão.

Para abordar esses problemas, é fundamental investir em treinamento e capacitação de professores. Isso pode incluir programas de desenvolvimento profissional que abordem especificamente a educação de alunos autistas. Além disso, é importante promover a conscientização sobre o autismo nas escolas e incentivar práticas inclusivas que beneficiem todos os alunos.

Outra abordagem importante é a colaboração entre professores, pais e profissionais de saúde especializados, como psicólogos, fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogos, médicos, psicomotricistas, profissionais de educação física, nutricionista, assistente social, dentre outros, para podem desenvolver planos de educação e saúde de modo individualizados que atendam às necessidades específicas de cada aluno autista. A educação inclusiva, quando feita com o devido apoio e treinamento, pode ser benéfica tanto para os alunos autistas quanto para seus colegas de classe, promovendo uma sociedade mais inclusiva e diversa.

A importância da família no desenvolvimento do TEA nas escolas

A família desempenha um papel crucial na educação de alunos TEA. Sua participação ativa e colaborativa é fundamental para o sucesso acadêmico, social e emocional, dentre outros aspectos que se tornam fundamentais para o desenvolvimento humano.

- Compreensão individualizada: Ninguém conhece melhor a criança autista do que sua própria família e esse núcleo pode fornecer informações valiosas sobre as necessidades específicas, interesses e desafios do aluno, o que ajuda os educadores a adaptar o currículo e as estratégias de ensino de acordo.

- Consistência: esse elo entre a escola e o ambiente doméstico é essencial para crianças com TEA, que muitas vezes dependem de rotinas e estruturas previsíveis. A família pode colaborar com a escola para manter consistência nas abordagens e expectativas.

- Colaboração com profissionais: Trabalhar em estreita colaboração com professores, terapeutas e outros profissionais da escola auxilia a garantir que o aluno receba os serviços e o apoio adequados. A comunicação aberta é essencial para compartilhar informações sobre o progresso e ajustar as estratégias conforme necessário.

- Apoio emocional: Famílias de crianças com TEA muitas vezes enfrentam desafios emocionais e práticos significativos. A escola pode oferecer recursos e orientação, enquanto a família pode oferecer apoio emocional à criança durante transições escolares e momentos de estresse.

- Advocacia: As famílias são frequentemente os maiores defensores de seus filhos com TEA. Eles desempenham um papel importante na defesa por serviços adequados, recursos e inclusão, garantindo que seus filhos tenham igualdade de oportunidades educacionais.

- Promoção da inclusão social: A família pode ajudar a promover a inclusão social do aluno com TEA, incentivando interações sociais, amizades e atividades extracurriculares. Isso ajuda a desenvolver habilidades sociais essenciais.

- Apoio em casa: os familiares podem continuar o aprendizado em casa, reforçando conceitos ensinados na escola e oferecendo suporte em tarefas de casa. Isso pode ser especialmente importante para alunos com TEA, que podem se beneficiar de uma abordagem de aprendizado contínuo.

A importância do brincar para a criança com TEA

Quando se fala no brincar, este se destaca por ser uma ação que está intrinsicamente relacionada ao período da infância. Válido saber que as múltiplas maneiras de brincar traz em sua essência o despertar para uma gama importante de possibilidades como: sensação de liberdade, funcionalidade, autonomia, extravasamento de emoção e sensações, proximidade de outras pessoas aumentando o laço social, eleva a imaginação e o "faz de conta", aprendem regras sociais, promoção do bem-estar e aprendizagens diversas.

Cipriano e Almeida (2016, p. 79) destacam que "o brincar á a principal forma utilizada pela criança para comunicar-se, expressar-se, relacionar-se e aprender". Nessa perspectiva, o brincar é uma atividade que vem despertando na ciência pilares importantes no que tange as suas contribuições pedagógicas, sem perder sua naturalidade e cunho cultural.

Neste aspecto, percebe-se que o brincar por ser aprendido culturalmente por meio de nuances sociais e por isto pertencente à coletividade de um determinado grupo/comunidade, pode ser uma atividade que contribui em todas diversas dimensões para a efetivação da inclusão de alunos/alunas que necessitam de um atendimento especializado.

Ademais, o brincar pode trazer fomentos importantes como:

- Desenvolvimento Social e Comunicação: O brincar proporciona oportunidades para as crianças autistas praticarem habilidades sociais e de comunicação. Elas aprendem a compartilhar brinquedos, a interagir com outras pessoas da sua faixa etária e a expressar suas emoções, o que pode ser um desafio para muitas crianças com TEA. O brincar também auxilia na melhora da compreensão das pistas sociais e a prática de habilidades de interação.

- Desenvolvimento Sensorial: Muitas crianças autistas têm hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial. O brincar permite que elas experimentem diferentes texturas, sons, odores e sabores, o que pode ajudar a regular as respostas sensoriais e promover o conforto e a familiaridade com estímulos sensoriais variados.

- Desenvolvimento Cognitivo: Brincar estimula o desenvolvimento cognitivo, pois as crianças autistas podem explorar objetos, desenvolver habilidades de resolução de problemas, aprimorar a concentração e a atenção, e praticar o pensamento criativo.

- Autorregularão: é uma oportunidade para as crianças com TEA aprenderem a autorregularão emocional. Eles podem usar o brincar como uma forma de lidar com o estresse e a ansiedade, o que é importante para o seu bem-estar emocional. Além disso, brincar em grupo proporciona uma oportunidade para as crianças autistas desenvolverem amizades e relacionamentos com seus pares. Isso pode ser benéfico tanto para o desenvolvimento integral.

- Desenvolvimento da Imaginação e Compreensão do Mundo: o processo imaginativo, como jogar de faz de conta, ajuda as crianças a explorarem e compreender o mundo ao seu redor. Isso é importante para desenvolver a empatia e a compreensão de diferentes situações e papéis sociais.

- Melhoria da Linguagem: por meio das brincadeiras podem despertar oportunidades para a prática da linguagem e da comunicação. Crianças com TEA podem usar o brincar como um contexto para expandir seu vocabulário e melhorar suas habilidades de comunicação verbal e não verbal.

É importante notar que as preferências de brincadeira podem variar de uma criança autista para outra. Algumas crianças podem preferir brincadeiras sensoriais, enquanto outras podem se interessar mais por brincadeiras estruturadas ou jogos específicos. Portanto, é fundamental adaptar as atividades de brincadeira de acordo com os interesses individuais da criança e criar um ambiente de brincadeira que seja confortável e estimulante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação desempenha um papel fundamental na vida de crianças e adolescentes com TEA. O ambiente escolar se destaca por ser um espaço para o pleno desenvolvimento acadêmico, social, moral, afetivo/emocional desses alunos. É importante observar que, embora a escola seja de extrema importância, a abordagem educacional deve ser individualizada para atender às necessidades específicas de cada indivíduo, sendo fundamental o olhar humanizado, específico e biopsicossocial. Isso pode envolver a implementação de planos de educação individualizados que adaptam o currículo e os métodos de ensino de acordo com as necessidades da criança, além de se pensar em materiais, aulas, rotinas e todo envolvimento educacional pautado na especificidade infantojuvenil. Além disso, a colaboração eficaz entre pais, professores, terapeutas e profissionais de saúde é essencial para garantir que a criança autista receba o suporte necessário para alcançar seu máximo potencial acadêmico e desenvolvimento pessoal.

Novos estudos são sugeridos para que se amplie a visão científica sobre a temática e o ambiente escolar com o propósito de fomentar de modo significativo paradigmas que envolvam esse perfil populacional, minimizando as mazelas e iniquidades sociais que possam surgir em suas vidas.

REFERÊNCIAS

Brasília, 1988. _____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

CARTA, DE OTTAWA. Carta de Ottawa sobre promoção de Saúde, 1986. 2016.

CIPRIANO, M. S; ALMEIDA, M. T. D. O brincar como intervenção no transtorno do espectro do autismo. 2016.

DA SILVA, M. J. L et al. Pacientes com transtorno do espectro autista: conduta clínica na odontologia. Rev. Uningá., Maringá, v.59, n.S5, p.122-129, jul/set. 2019.

DO NASCIMENTO GIVIGI, R. C et al. Implicações de um diagnóstico: o que sentem as famílias dos sujeitos com deficiência? **Distúrbios da Comunicação**, v. 27, n. 3, 2015.

MANSOOR, D. et al. Oral health challenges facing Dubai children with Autism Spectrum Disorder at home and in accessing oral health care. Eur J Paediatr Dent., Dubai v.19, n.2, p.127-133, fev. 2018.

MATOS, J. M. F.; FREITAS, M. C. M. A. Métodos e estratégias de ensinoaprendizagem para crianças com transtornos de espectro autista. 2018. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/1458 Acesso em: 11 set. 2023.

OLIVEIRA, F. L de. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, n. 34, p. 8, 2020.

RAMOS, R. Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva. Summus Editorial, 2023.

SANTOS, V; ELIAS, N. C. Caracterização das matrículas dos alunos com transtorno do espectro do autismo por regiões brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, p. 465-482, 2018.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

VIEIRA, D. A.; COSTA, L. S.; MONTEIRO-SANTOS, R. A contribuição do jogo no desenvolvimento motor da criança com Transtorno do Espectro Autista. Praxia - Revista on-line de Educação Física da UEG, v. 2, p. e2020010, 30 out. 2020.

DESVELANDO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E BEM-ESTAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNVEILING WORKING CONDITIONS AND WELLBEINGIN SOCIAL ASSISTANCE

Área temática: Trabalho decente e crescimento econômico

BERETTA, Regina Celia de Souza
Universidade de Franca, assistente social, docente,
Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde
Email: regina.beretta@unifran.edu.br

TRISTÃO, Laura Aparecida
Universidade de Franca, psicóloga, bolsista CAPES, doutoranda
Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde
Email: lauratristao1@outlook.com

OLIVEIRA, Tamires Mota de
Universidade de Franca, estudante administração, bolsista Fapesp
Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde
Email: tamiresmdoliveira@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva desvelar condições de trabalho e bem-estar na Assistência Social. Para tanto, utilizou-se de fragmentos de uma pesquisa financiada pela Fapesp sobre as condições de saúde e trabalho no SUAS, no momento da pandemia. A pesquisa é de natureza quantiqualitativa, com questionário *online*, aplicado junto à 142 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de 20 municípios paulistas, analisados à luz da dialética marxiana. O trabalho dá sentido e valorização à vida, ocupando um lugar importante na constituição do ser social e da sociedade. Os trabalhadores do SUAS se configuram na classe que vive do trabalho, materializando a Assistência Social pela via dos direitos e serviços aos usuários. Vivem cotidianamente condições de trabalho precárias com escassez de recursos humanos e materiais, impostas pelo ultraneoliberalismo. A pesquisa revelou particularidades e desafios do cotidiano dos trabalhadores, que se mostrou ainda mais grave, com a pandemia de Covid-19, impondo novas demandas e novas rotinas, sem o cuidado e a proteção. No decorrer da análise dos dados foram tratados o perfil dos trabalhadores, as condições de trabalho, os salários, a jornada de trabalho, plano de carreira e os aspectos do enfrentamento da Covid-19. Foi possível verificar como o desrespeito às de normativas da NOB/ RH e a Política de saúde do Trabalhador tem comprometido o bem-estar dos trabalhadores. É preciso repensar o modelo econômico que impõe cada dia mais sacrifícios à classe trabalhadora, em nome de maiores lucros e desenvolvimento econômico, postergando o desenvolvimento humano e o bem-estar da população.

Palavras chaves: trabalhadores do SUAS, precarização trabalho, pandemia

Abstract

This article aims to reveal working conditions and well-being in Social Assistance. To this end, fragments of research financed by Fapesp were used on health and working conditions at SUAS, at the time of the pandemic. The research is quantitative and qualitative in nature, with an online questionnaire, applied to 142 workers from the Unified Social Assistance System in 20 municipalities in São Paulo, analyzed in the light of Marxian dialectics. Work gives meaning and value to life, occupying an important place in the constitution of social being and society. SUAS workers are part of the class that lives from work, materializing Social Assistance through rights and services to users. They experience precarious working conditions on a daily basis with a shortage of human and material resources, imposed by ultra-neoliberalism. The research revealed particularities and challenges of workers' daily lives, which proved to be even more serious, with the Covid-19 pandemic, imposing new demands and new routines, without care and protection. During data analysis, the workers' profile, working conditions, salaries, working hours, career plan and aspects of combating Covid-19 were treated. It was possible to verify how disrespect for NOB/HR regulations and the Workers' Health Policy has compromised the well-being of workers. It is necessary to rethink the economic model that imposes more sacrifices on the working class every day, in the name of greater profits and economic development, postponing human development and the well-being of the population

Keywords: SUAS workers, precarious work, pandemic

INTRODUÇÃO

No sentido ontológico, o trabalho é inerente a todos os seres humanos, sempre permeou as relações das pessoas e a vida em sociedade, porém ele não visa apenas à produção de bens materiais ou de serviço, mas possibilita a transformação do sujeito (COSTA; BRASIL; GANEM, 2017).

O trabalho dá sentido e valorização à vida das pessoas, ocupando um lugar importante na constituição do ser social e da sociedade. A partir do trabalho, o homem se realiza e supre as suas necessidades socio-históricas, pois é o trabalho que representa todas as condições, objetivas ou subjetivas, para a sobrevivência do ser humano (CAMPOS, 2017). Por meio do trabalho, os homens têm a possibilidade de se realizar, de praticar e de desenvolver suas habilidades e competências e de exercer seu livre-arbítrio. (ANDRADE, BERETTA, 2022)

Lacaz et al. (2020) explica que, na sociedade capitalista, o processo de trabalho está voltado para atender o objetivo da acumulação (processo de valorização) e seu meio (processo laboral) com um modo específico de trabalho- desgaste e de enfrentamento de classe que, por sua vez, determinam um padrão particular de reprodução.

Para Ferreira (2011) o *'trabalho'* é um dos temas mais difíceis e resistentes à análise, pela sua importância na vida individual e social. Segundo a autora, é pelo trabalho que se define uma sociedade (capitalista ou não) e as relações econômicas e sociais entre seus membros. Conclui que o trabalho pode tornar as pessoas melhores ou piores do que são, colabora para a vida ou para a morte.

A despeito da importância que o trabalho tem na vida dos homens, as novas transformações no mundo do trabalho e suas novas formas de organização têm promovido o desaparecimento de empregos permanentes, mediante novas tecnologias e formas inovadoras de organização do trabalho, impactando várias dimensões da vida humana.

De um lado as contradições do mundo do trabalho descortinam a lógica capitalista ultraneoliberal, que vem provocando a desregulamentação e simplificação das regras e direitos trabalhistas, prevalecendo o combinado sobre o legislado, o lucro acumulativo do setor privado sobre as oportunidades e garantias (ANDRADE, BERETTA, 2022).

De outro a luta e as resistências das classes trabalhadoras estão cada dia mais enfraquecidas por mudanças na legislação, como o fim do imposto sindical e da obrigatoriedade de homologação das rescisões de contrato pelo sindicato da categoria e desacreditado pelos próprios trabalhadores (RELATÓRIO LUZ, 2021). Os sindicatos, por mais que lutem em prol das categorias, esbarram em mudanças na legislação trabalhista, nem sempre favoráveis à classe trabalhadora. A exemplo disto, reporta-se à reforma trabalhista (2017), à reforma previdenciária (2019), bem como à Emenda Constitucional/95 (2019), que instituiu um novo regime fiscal, congelando o teto de gastos por 20 anos e investimento em políticas públicas, avançando na destruição dos direitos tão duramente conquistados.

Com o advento da Pandemia de Covid-19 (Corona vírus) em 2020/2021, a situação se agravou ainda mais, “testou-se” novas formas de trabalho. Terceirizam, flexibilizam, trazem a informalidade, a intermitência, o teletrabalho, o *home office*, etc. Conforme Antunes (2020), à serviço da autocracia do capital, a cada dia mais, os algoritmos comandam as atividades humanas.

A luta por saúde no trabalho representa uma busca pela melhoria da qualidade de vida (renda, educação, transporte, lazer, habitação e outros) e deve estar presente entre as principais estratégias de promoção à saúde, desafio presente nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e na Agenda 2030.

OS TRABALHADORES DO SUAS

A Política de Assistência Social é uma política pública de direito do cidadão e dever do Estado, cuja institucionalização se deu pela Constituição de 1988. Porém, ganhou materialidade, somente com da aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e da instituição do Sistema Único de Assistência Social, em 2005.

O SUAS é um novo modelo de gestão, com comando único, com um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. Busca garantir a proteção social, como direito de cidadania aos indivíduos e famílias que vivem situações de risco social e vulnerabilidades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. (NOB SUAS/ BRASIL, 2005).

Atualmente o SUAS é constituído por assistentes sociais, psicólogos/as, sociólogos/as, pedagogos/as, musicoterapeutas, advogados entre outras categorias profissionais, nível técnico e médio, previstos na Norma Operacional Básica SUAS/Recursos Humanos/ 2012.

É preocupante a situação de trabalho dos profissionais da Assistência Social que materializam o SUAS, pois convivem cotidianamente, em condições de trabalho precárias, decorrentes de escassez de recursos humanos e materiais, com trabalho precarizado e carga de

trabalho intensa. As condições de trabalho ambiental e organizacional afetam a capacidade para o trabalho entre os profissionais (CORDEIRO, ARAÚJO, 2016; GODINHO et.al. 2017). Para os pesquisadores a garantia de condições seguras para o exercício profissional, é uma condição *sine qua non*, para a atividade de trabalho, que não pode ser flexibilizada ou precarizada.

No decorrer da Pandemia, o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS registrou o falecimento dos trabalhadores sociais e promoveu uma série de discussões, em decorrência da especificidade do exercício profissional e condições de trabalho, no contexto de pandemia. Entretanto, de acordo com Heliotério et al (2020) a falta de dados contribui para a invisibilidade do problema, impedindo a elaboração de políticas públicas específicas para esta população.

São os trabalhadores da Assistência Social que se encontram na linha de frente nos territórios, que conhecem as famílias e conhecem os limites institucionais. Eles articulam as redes intersetoriais de apoio e cuidado, realizam encaminhamentos, incluem os usuários em serviços e benefícios, entre outros. São fundamentais para a proteção social, promoção da saúde, prevenção de doenças, mediação do adoecimento, do isolamento e na reorganização da vida social e mental.

MÉTODO

Esta pesquisa é de natureza quantiqualitativa e aborda as condições de saúde e trabalho juntos aos trabalhadores do SUAS, financiada pela FAPESP. Objetivou investigar as condições de trabalho e como os trabalhadores enfrentaram o momento pandêmico. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa, CAAE n. 59780221.8.0000.5495 em 2022.

A pesquisa de campo se realizou em 20 municípios do Estado de São Paulo, com maior prevalência de Covid-19 (SEADE, 2021). Como instrumental foi aplicado um questionário estruturado *online* (validado e adaptado), elaborado na plataforma do Google Forms. Aderiram ao questionário 142 trabalhadores do SUAS. Para análise do material coletado foi utilizada a perspectiva dialética marxiana.

Conforme se apresenta no Quadro 1, os locais com maior participação e números de entrevistados fora: Mogi das Cruzes, São Paulo, Diadema e Ribeirão Preto (totalizando 36%). Houveram cidades que, apesar do número elevado de profissionais ou habitantes, representaram apenas 01% ou 02% da amostra, como Carapicuíba, Santo André e São Caetano do Sul.

Quadro 1. Municípios participantes

Município	**%**	**Município**	**%**	**Município**	**%**
Campinas	6	Limeira	6	Santo André	1
Carapicuíba	1	Mauá	5	Santos	6
Diadema	7	Mogi das C.	14	S. Ber. Camp	4
Franca	5	Osasco	3	São Caet. Sul	2
Guarulhos	5	Praia Grande	3	São J. R. P.	4
Jundiaí	5	Ribeirão P.	7	São Paulo	8
				São Vicen.	2
				Taboão da S.	8

Fonte: elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste artigo serão apresentados dados parciais dos elementos coletados, evidenciando fragmentos da difícil realidade enfrentada pelos trabalhadores do SUAS. Entre as categorias encontradas serão apresentados o perfil dos trabalhadores, condições de trabalho, salário e carreira, condições de enfrentamento ao Covid-19.

Perfil sociodemográfico

Com relação ao perfil sociodemográfico, notou-se que 83% dos entrevistados ainda são do sexo feminino, 17% são do sexo masculino, observando-se um pequeno aumento de trabalhadores homens no SUAS[1].

Quando investigado o quesito cor/raça/etnia, constatou-se que 63% dos participantes se autodeclararam brancos, 20% pardos e 13% pretos, amarelos 3% e indígenas 1%. A maioria dos trabalhadores ainda são brancos, porém se observa a presença de outras etnias, o que representa um grande avanço em termos na representatividade da população, como trabalhadores da Assistência Social. Atribui-se esta participação à política de cotas nas Universidades, garantida pela Lei nº 12.711/2012, que reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico, para estudantes de escolas públicas, com preenchimento de candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Os dados corroboram também com a pesquisa realizada pelo CFESS/2022, que aponta 92% dos assistentes sociais inseridos nas políticas públicas, majoritariamente do gênero feminino, mas com aumento progressivo do gênero masculino e visibilidade de outras expressões de gênero, por muito tempo invisibilizadas pela sociedade heteropatriarcal.

Foi identificado o perfil das trabalhadoras do SUAS, mulher multitarefa que concilia trabalhos domésticos, filhos e vida profissional, demasiadamente acirrados na pandemia. (SERAFIM *et al.,* 2021). O Fórum de Segurança Pública publicou o Relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (2021):

> Mulheres reportaram níveis mais altos de estresse em casa em função da pandemia (50,9%) do que homens (37,2%), resultado provavelmente vinculado aos papéis de gênero tradicionalmente desempenhados em nossa sociedade. Historicamente cabe às mulheres o cuidado com o lar e os filhos, enquanto se espera que homens sejam provedores, fortes, sem demonstrar fragilidades. Mulheres permaneceram mais tempo em casa (56,7%) do que os homens (48%) e reportaram níveis mais elevados de medo de perder emprego e renda (32,6%) do que os valores encontrados entre homens (27,1%), assim como de diminuição da renda familiar (FBSP, 2021b, p. 17-18).

[1] Foi perguntado na pesquisa sobrea identidade de gênero, com as seguintes alternativa a serem assinaladas: feminino, masculino, prefiro não dizer e outros. Nenhuma participante respondeu prefiro não dizer e outros, o que pode sinalizar a dificuldade das pessoas ainda declararem seu gênero.

Em relação à idade dos participantes da pesquisa, verificou-se a prevalência de 66% na faixa etária entre 40 e 51 anos ou mais, com tempo no exercício da função, que variou de meses a anos, sobressaindo-se a porcentagem de 34% com 10 anos na função ou mais. Os dados revelam o protagonismo e o acúmulo destes trabalhadores não somente no âmbito pessoal e profissional, mas considerando o tempo que estão na luta pela construção da Política de Assistência Social.

Lajus (2017) argumenta que existe um desafio da Assistência Social e de seus trabalhadores, no sentido de romper com a cultura do assistencialismo, do clientelismo com base nas relações de favor; consolidando a assistência social como política de proteção social. Ao mesmo tempo, a Assistência Social precisa sobreviver às reformas do Estado, que se desresponsabiliza de suas funções, privilegiando o terceiro setor, para prestação de serviços sócio assistenciais, colocando em risco a garantia de direitos da população e dos trabalhadores desta política.

Condições de Trabalho, Jornadas, Salários e Plano de carreira

A saúde do trabalhador é um tema de extrema importância na saúde pública, pois sua precarização, repercute no campo dos direitos sociais. No Brasil a Política Nacional da Saúde do Trabalhador, foi aprovada apenas em 2004 e objetiva à redução dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante a execução de ações de promoção, reabilitação e vigilância na área de saúde. A precariedade das condições de segurança e de saúde no SUAS, refletem neste momento vulnerabilidades internas.

Neste trabalho, não foram aprofundados os riscos que estes trabalhadores sofrem ou podem sofrer em relação as condições ergonômicas, ambientais ou de acidentes de trabalho em função das condições vividas. Porém, a grande insatisfação registrada nos resultados, revela a falta de condições de segurança no trabalho e o desrespeito as normativas legais da saúde do trabalhador.

Considerando as condições físicas do ambiente de trabalho, destacaram-se a *estrutura física e equipamentos*. Quase metade dos trabalhadores, cerca de 45%, está pouco satisfeito ou muito insatisfeito com os recursos materiais que dispõe. A maioria, composta por 52% está insatisfeito ou pouco satisfeito com a estrutura física de seu ambiente de trabalho.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, n. 269 em 2006, representa um avanço em termos normativos para a melhoria das condições de trabalho. Neste sentido a NOB aponta os requisitos para a gestão de qualidade, propõe novos desenhos organizacionais, melhores condições de trabalho, educação permanente, desprecarização do trabalho, avaliação de desempenho, adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS, processos de negociação do trabalho, sistemas de informação e planos de carreira, cargos e salários, entre outros aspectos. Entretanto, as evidencias encontradas apontam para uma grande fragilidade na efetividade da NOB/RH no cotidiano do SUAS.

Em relação as *jornadas de trabalho* por exemplo, de modo geral, os profissionais que trabalham na gestão do SUAS e na coordenação dos serviços cerca de 83%, trabalham jornadas de 40 a 44 hs semanais. Ao olhar para as particularidades destas funções verifica-se que o fluxo de trabalho é intenso, e demandam dedicação integral.

Participaram da pesquisa 35% de trabalhadores que estão na gestão e na coordenação de serviços do SUAS, porém 37% são assistentes sociais, 12% de são psicólogos e 1% são terapeutas ocupacionais e 15% de outros trabalhadores que trabalham no setor administrativo e oficinas. Não se observou a presença de outros técnicos previstos na NOB, como participantes da pesquisa.

Entre os assistentes sociais 10% cumprem jornada de 20 a 25h semanais, enquanto 67% cumprem 30hs, 23% cumprem 40 a 44hs semanais. Vale lembrar que embora os assistentes sociais possuam uma regulamentação estabelecida pela Lei 12. 317/2012 para jornadas de 30h, sem redução salarial, os dados revelaram que há desrespeito da legislação, demonstrado no próprio SUAS, no âmbito do órgão gestor municipal. Observa-se que estes profissionais assistentes sociais, vêm enfrentando dificuldades para implementação da legislação de 30hs.

Já os profissionais que exercem a função de psicólogos 71%, relataram cumprir jornadas de 40 a 44h semanais, enquanto apenas 29% cumprem 30hs. Outros profissionais que participaram da pesquisa foram os Terapeutas Ocupacionais, que relataram uma jornada de trabalho correspondente 20 a 25h semanais, uma vez que atuam junto aos Serviços de Fortalecimento de Vínculos com pessoas idosas, pessoas com deficiência, adolescentes ou crianças.[2]

Verifica-se que ainda não há um alinhamento quanto ao horário de trabalho no SUAS, dado a amplitude das funções e ausência de debate desta questão. As funções de gestão e coordenação ficam à disposição dos serviços, resultando em grande intensificação do trabalho, cumprimento de prazos, preenchimento de relatórios, entre outros. Enquanto os trabalhadores nível técnico como assistente social, psicólogo e terapeuta e outros previstos na NOB/RH, tem carga horária variada, mas trabalham sob pressão pelo aumento da produtividade, no seu fazer profissional, respondendo a imedicialidade das necessidades da população. Esta conjuntura compromete a qualidade do trabalho e afeta a saúde mental dos trabalhadores.

Pesquisas realizadas por Paz (2015) já apontavam as dificuldades do trabalho no SUAS, os baixos salários, a falta de condições materiais e instalações físicas adequadas, recursos humanos insuficientes, ausência da realização de capacitação continuada, insegurança no ambiente, exigência de produtividade, cobrança quanto à produtividade, tornando as ações cada vez mais mecânicas e burocráticas.

Também foi investigado sobre o *Plano de Cargos, Carreiras e Salários* (PCCS) nos municípios. Entre os participantes 53%, desconhecem ou acreditam não existir planos de carreira, enquanto apenas uma pequena parcela, composta por 11%, tem conhecimento sobre o assunto e diz ser específico. Ao avaliar a existência de *desvios de função,* 41% dos participantes afirmaram que reconhecem que isto ocorre no SUAS em função da falta de profissionais, enquanto 13% apontaram

[2] Serviço de Fortalecimento de Vínculos. É um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, junto as crianças e adolescentes, pessoas com deficiencia e idosas.

para a ausência de concursos, ou atribuíram o desvio de função, às situações de emergência 9% e 9% às ordens superiores.

Quanto à salários notou-se que, a 40% dos entrevistados recebem até 3 salários mínimos e 32% recebem entre 4 e 5 salários mínimos por suas atividades. As condições salariais e de trabalho no exercício profissional no SUAS, levam ao sofrimento cotidiano com a precarização dos serviços públicos, a banalização da vida social e a deterioração das condições e relações de trabalho (CFESS, 2022, p 9). Nas palavras de Raichelis verifica-se como as mudanças no mundo do trabalho, reverberam na vida pessoal e profissional:

> Essa dinâmica de flexibilização/ precarização/ desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais. Gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento da produtividade, insegurança do emprego, ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento da produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada. (RAICHELIS, 2011, p. 41)

No mundo contemporâneo, segundo Morin et al. (2001) enquanto milhares de pessoas sofrem pela falta de emprego, especialmente pós momento pandêmico, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar excessivamente. Sobretudo em tempos de reestruturação produtiva, da flexibilização das relações de trabalho, agravados pela perda do emprego formal na pandemia. A pandemia exigiu o isolamento social de todos, agravando ainda mais as desigualdades e a insegurança de muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, que sobrevivam do trabalho informal ou de formas precarizadas e/ou desemprego.

Assim, considerando que os trabalhadores tendem a passar boa parte de suas vidas no ambiente de trabalho, um ambiente que não proporcione condições adequadas de trabalho, pode favorecer o desenvolvimento de problemas de saúde, insatisfação e desmotivação (ANDRADE, BERETTA, 2022).

Enfrentamento do Covid-19

Em 2020 o surto do vírus COVID-19, se configurou em um dos quadros mais graves em saúde pública (OPAS,2020). No Brasil a pandemia fez emergir a negligência na gestão das políticas públicas; o subfinanciamento do sistema público de saúde, da ciência e a desvalorização dos trabalhadores. Para enfrentar as situações de calamidades seria preciso, também pensar nos trabalhadores, que tem direitos a serem respeitados como o direito à vida e a execução do trabalho em condições seguras.

De acordo com Alves (2021, p. 13) a Organização Internacional do Trabalho, diferencia três efeitos do impacto da Covid-19 nos trabalhadores e trabalhadoras do planeta: aumento do desemprego e subemprego com redução das horas de trabalho; queda dos salários e deterioração do

acesso à proteção social; aumento do número de grupos de trabalhadores vulneráveis “às mudanças do mercado de trabalho” (trabalhadores precários, jovens, mulheres e migrantes).

Uma das estratégias de contenção da infecção pelo novo Corona vírus apontadas pela OMS, foi sobretudo a testagem de todos os trabalhadores, independente da presença de sintomas. Nesta pesquisa a maioria dos trabalhadores, 46% tiveram acesso a testes de COVID-19, enquanto que 54% não tiveram acesso. Testaram positivo para o vírus 59% dos participantes. Dentre os infectados, 26% passaram por complicações ou sequelas da contaminação.

Com relação a *capacitação para atuar na pandemia de Covid-19*, apenas 34% realizaram a capacitação presencial, à distância ou de forma híbrida. Entre os trabalhadores 70% realizaram suas atividades presencialmente, enquanto apenas 19% puderam alternar o trabalho presencial, com o *home office*. Para 40% dos entrevistados, a pandemia ampliou o volume de trabalho e 36% apontaram impactos para a saúde. Embora a maioria composta de 62%, tenha relatado ter obtido apoio ou suporte em caso de Covid-19, 38% não tiveram esta atenção.

Durante a pandemia faltaram planos, procedimentos e práticas de segurança e saúde do trabalho. Muitos gestores adotaram atitudes negacionistas, resultando em altos índices de contaminação e mortes por Covid-19 em seus territórios (CAPONI, 2020).

A pandemia de Covid-19 já referida e vivenciada mundialmente entre os anos de 2020 e 2021 se configurou como doença ocupacional. Porém, a definição desse agravo, como relacionado ao trabalho ainda não foi definida. Para enfrentar pandemias e situações de calamidade é preciso pensar nos trabalhadores, que tem direitos a serem respeitados como o direito à vida e a execução do trabalho em condições seguras, garantindo e protegendo a vida dos trabalhadores (HELIOTERIO ET AL, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou particularidades sobre os trabalhadores do SUAS, como a classe que vive do trabalho. Estas particularidades são marcadas pelos determinantes dados pelo capitalismo contemporâneo, como a precarização e as condições inadequadas de trabalho com exploração, jornadas e atribuições exaustivas, baixos salários, entre outros problemas.

Por outro lado, estes trabalhadores são essenciais no SUAS, pois garantem os direitos e a vida de populações inteiras, colocando em risco sua própria saúde e bem-estar. Verificou-se que a situação se agravou ainda mais, com a pandemia de Covid-19, que escancarou a realidade laboral no SUAS, impondo novas demandas e novas rotinas, sem o cuidado e a proteção necessários.

Os trabalhadores do SUAS enfrentaram um cotidiano pleno de desafios que reverberaram no seu bem-estar físico e mental. Segundo a OPAS (2016) diversos fatores podem colocar em risco a saúde mental dos indivíduos; entre eles, rápidas mudanças sociais, condições de trabalho estressantes, discriminação de gênero, exclusão social, estilo de vida não saudável, violência e violação dos direitos humanos. A saúde mental e bem-estar são fundamentais para nossa

capacidade coletiva e individual, como seres humanos, para pensar, se emocionar, interagir uns com os outros e viver plenamente.

Neste recorte da pesquisa da Fapesp, foi possível verificar como as condições de trabalho implicam na saúde do trabalhador, o que requer mais atenção das políticas públicas, pois vem sofrendo retrocessos e postergações governamentais, mais preocupados com as reformas da previdência, reforma trabalhista e minimização do Estado. Nesta dimensão de análise, a realização de pesquisas de campo para a escuta desses trabalhadores se torna imprescindível, a fim de redimensionar o cotidiano e as dificuldades destes profissionais, no atendimento da população.

Porém, é preciso repensar o modelo econômico ultraneoliberal que impõe cada dia mais sacrifícios à classe trabalhadora, em nome de maiores lucros e desenvolvimento econômico, postergando o desenvolvimento humano e o bem-estar da população. Exemplo disto foi a morte de mais de 700 mil pessoas no Brasil durante a pandemia do Corona vírus, quando o Estado negligenciou a vida, os atendimentos e as vacinas, desacreditando na ciência, priorizando a economia e o mercado.

A Organização das Nações Unidas vem recomendando desde 2015, um esforço dos países signatários, no sentido de caminhar para um Desenvolvimento mais sustentável, que possibilite maior equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Entre as 17 metas propostas, destaca- se a meta oitava, que objetiva o trabalho decente e crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

Os ODS e a agenda 2030, propostos pela ONU é uma utopia? É preciso considerar o capitalismo como um sistema "*autofágico e destrutivo*", que explora os trabalhadores e se apropriação da riqueza produzida. Antunes (2022) alerta que o empobrecimento da classe trabalhadora, a intensificação das desigualdades e a devastação ambiental, formaram o solo fértil para a eclosão de pandemias e calamidades. O pesquisador mostra a urgência de inventar um novo modo de vida "ou mudamos o mundo ou o mundo vai acabar com a humanidade".

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: BoiTempo, 2022.

BRASIL. Portaria 1.823 de 23 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov. br/ bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de gestão do suas
Coordenação-geral de implementação e acompanhamento da política de rh do suas. **Nob-rh/suas: Anotada e comentada**. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em 03 out, 2023.

BRASIL**. Lei 12.435 de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. Pandemia pela covid-19. **Estud. Av.** Vol.34 no.99 São Paulo May/Aug. 2020. Epub July 10, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) **Memorial.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial. Acesso em 15 de fev, 2023.

CORDEIRO, T. M. S.; ARAÚJO, T. M. Capacidade para o trabalho e fatores associados em profissionais de saúde no Brasil. **Revista Brasileira Medicina do Trabalho,** São Paulo, v.14, n. 3, p. 262-274, 2016.

COSTA, Jéssica Emanoeli Moreira da; BRASIL, Katia Tarouquella; GANEM, Valérie. O desafio do trabalho com adolescentes em conflito com a lei: intervenção em psicodinâmica do trabalho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 165-173, abr./jun. 2017. Disponível em: https://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/ psicol. estud/article/view/31869/pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PUBLICA. **A vitimização da mulher no Brasil**. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf. Acesso em 04 out, 2023.

HELIOTERIO, M. C. et al. COVID-19: por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é prioritária no combate à pandemia?. **Revista SciElo Preprints**, 2020. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/664.Acesso em: 2 fev. 2021.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro et al. O campo Saúde do Trabalhador nos 25 anos da Revista Ciência & Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4843-4852, 2020. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/ 1f6acfd4-7255-41bd-8e3e 19565ea5fdf5/trap%c3%89,%20c%20a% 20doc%202e.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

LAJÚS, M. L. de S. A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – **SUAS Cadernos do CEOM** – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, 2017.

MORIN, Stelle M. Os sentidos do trabalho**. RAE – Revista de Administração de empresas.** São Paulo. v. 41. n. 3. p. 8-19. jul/set. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/w9w7NvLzpqcXcjFkCZ3XVMj/?format=pdf&lang=ptAcesso em: 28 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. (ONU) **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em ago. 2023.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social**. VII Jornada Internacional de Politicas Públicas, 2015. Para além da crise global, experiencias e antecipações concretas. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precarizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf. Acesso em 04 out, 2023.

SERAFIM, Antonio P. et al. Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. **PloS one**, v. 16, n. 2, p. e0245868, 2021.

RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030**. Grupo de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030**. 2020. Disponível em:

https://brasilna agenda2030. files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo _vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

SILVA, Rangel de Andrade; BERETTA, Regina Celia de Souza. Dissertação mestrado. Universidade **Trabalhadores da Fundação CASA: como estão suas condições de saúde e trabalho, "senhores" e "senhoras"?**de Franca. Programa de Pos graduação em promoção da saúde, 2023.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DOS DADOS (SEADE). **São Paulo contra o novo corona Vírus.** Boletim completo. Situação epidemiológica. Disponível em https://www.seade.gov.br/coronavirus/. Acesso wm 20 de fev, 2021.

DIÁLOGO INTERTEXTUAL COM OUTROS TEXTOS LITERÁRIOS NAS EPÍGRAFES LATINAS DE INOCÊNCIA

INTERTEXTUAL DIALOGUE WITH OTHER LITERARY TEXTS IN THE LATIN EPIGRAPHS OF INNOCENCE

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

BARRETO, Ana Cristina Alves de Paula
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (campus de São José do Rio Preto/SP)
Mestranda em Letras vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Unesp/Ibilce, sob orientação da Profa. Dra. Norma Wimmer.
E-mail: ana.c.paula@unesp.br

Resumo

Uma vez que o rico universo literário de Taunay permite uma série de diálogos intertextuais, este estudo se propõe a analisar como o autor, nas epígrafes do romance mencionado, dialoga com obras que datam da Antiguidade Clássica, bem como a relação entre as epígrafes e o enredo da obra. Para a realização desta pesquisa, serão considerados os seguintes objetivos: reflexões acerca da biografia (vida e obra) de Alfredo D'Escragnolle Taunay, pois a objetividade na representação dos fatos da realidade por adquirido pelo autor a partir de sua participação militar nas campanhas da guerra contra o Paraguai (1864-1870); uma análise da romance Inocência, cujo narrador é onisciente e se comporta como um guia, empregando termos científicos reveladores de uma visão especializada da natureza, em uma linguagem refinada, com atenção ao ritmo e à escolha cuidadosa das palavras, sem deixar de dar vazão à expansividade própria do olhar romântico; e, finalmente, a análise das epígrafes latinas de Inocência, que, além de apontarem para a erudição de Taunay, estabelecem um amplo diálogo entre o Romantismo brasileiro e a tradição literária da Grécia à contemporaneidade, sendo que a maioria delas pode ser considerada verdadeiros prenúncios do enredo, fundamentais à estratégia narrativa do romance. Ademais, o trabalho de fazer uma correspondência de Inocência com a literatura ocidental nas epígrafes conferiu um tom enigmático à obra, além de revelar a erudição de Taunay.

Palavras-chave: Inocência, epígrafes latinas, literatura romana.

Abstract

Since Taunay's rich literary universe allows for a series of intertextual dialogues, this study proposes to analyze how the author, in the epigraphs of the aforementioned novel, dialogues with works dating from Classical Antiquity, as well as the relationship between the epigraphs and the plot of the work. In order to carry out this research, the following objectives will be considered: reflections on the biography (life and work) of Alfredo D'Escragnolle Taunay, since the objectivity in the representation of the facts of reality acquired by the author from his military participation in the campaigns of the war against Paraguay (1864-1870); an analysis of the novel Inocência, whose narrator is omniscient and behaves as a guide, using scientific terms revealing a specialized view of nature, in a refined language, with attention to the rhythm and careful choice of words, without failing to give vent to the expansiveness characteristic of the romantic gaze; and, finally, the analysis of the latin epigraphs of Inocência, which, in addition to pointing to the erudition of Taunay, establish a broad dialogue between Brazilian Romanticism and the literary tradition from Greece to contemporary times, most of which can be considered true harbingers of the plot, fundamental to the narrative strategy of the novel. The work of matching Innocence with Western literature in the epigraphs gave the work an enigmatic tone, in addition to revealing Taunay's erudition.

Keywords: Innocence, Latin epigraphs, Roman literature.

1 INTRODUÇÃO

O ato de contar histórias é tão antigo quanto a própria humanidade. A tradição de capturar os acontecimentos e as crenças das comunidades vem da época em que os humanos se sentaram pela primeira vez ao redor de uma fogueira para contar casos. A história foi preservada na forma de lendas e mitologias passadas de uma geração para a outra, e ofereceu respostas sobre os mistérios do universo e sua criação.

Narrativas escritas apareceram na mesma época que as antigas civilizações, mas, em um primeiro momento, a invenção da escrita serviu a funções simples e prosaicas – por exemplo, para registrar transações entre comerciantes ou quantidades de bens. Os milhares de tabletes cuneiformes descobertos em Ugarit, na Síria, revelam a natureza já complexa da forma escrita em 1500 a.C. A escrita logo evoluiu de uma maneira de fornecer informações comerciais para preservar as histórias orais que eram intrínsecas de cada cultura e seus costumes, ideias, morais e estruturas sociais. Isso levou aos primeiros exemplos de literatura escrita, encontrados nas narrativas épicas da Mesopotâmia, da Índia e da Grécia antiga, e nos textos mais filosóficos da China na Antiguidade. Como John Steinbeck declarou tão sucintamente em seu discurso de agradecimento ao Prêmio Nobel de 1962: “A literatura é tão antiga quanto a fala. Ela surgiu a partir da necessidade humana, e não mudou, a não ser por ter se tornado mais necessária”.

Apesar das distrações quase ilimitadas que os leitores encaram hoje, a literatura continua satisfazendo uma necessidade espiritual ou psicológica, e abrindo a mente dos leitores para o mundo e sua extraordinária variedade. Há trabalhos escritos há centenas de anos que continuam a encantar e a entreter até hoje; textos pós-modernos complexos que podem ser extremamente desafiadores e, mesmo assim, ainda prendem a nossa atenção; e novos romances que soam tão modernos que suas palavras parecem ter acabado de ser inventadas.

Apesar de a simples definição de literatura ser “qualquer coisa escrita”, a palavra tem sido associada principalmente a trabalhos de ficção, teatro e poesia, e foi atribuída como uma distinção de mérito e superioridade impossível de medir. Esses valores são intrínsecos ao cânone da literatura e à base para o estudo e a apreciação acadêmica que vem evoluindo desde a segunda metade do século XIX. O termo “cânone” foi empresado dos cânones eclesiásticos dos textos religiosos autorizados. O cânone literário – uma coleção de trabalhos cuja qualidade foi considerada, de comum acordo, excepcional – era formado quase que inteiramente por trabalhos familiares da literatura europeia ocidental.

Desde a metade do século XX, teóricos culturais e literários vêm fazendo muito para desestabilizar o cânone ao criticar a autoridade dessas lisas de trabalhos de “europeus brancos e mortos”. A ideia de um cânone notável de “grandes trabalhos” ainda é considerada uma estrutura útil, mas, em vez de o termo ser usado para definir o mesmo conjunto de títulos, ele hoje evolui a cada nova geração, que examina novamente a ideologia e as estruturas de poder que sustentam as seleções das gerações anteriores, e questiona por que certos trabalhos foram excluídos. Pode-se argumentar que estudar como a literatura é criada e testar seu lugar no cânone pode ajudar a nos tornar melhores leitores. Com a mesma premissa, este livro traz muitos títulos geralmente considerados “grandes obras”, mas explora seu lugar em uma história mais ampla da literatura, e dentro de uma mistura mais variada de escritos do mundo todo. Eles se encontram ao lado de textos mais novos que conferem poder a algumas das vozes silenciadas ao longo dos séculos por construções sociais, como o colonialismo e o patriarcalismo, e pelo domínio da literatura pela Europa.

Este artigo embarca em uma jornada cronológica pela literatura, usando exemplos de um estilo ou técnica literária em particular ou representam um grupo ou movimento que partiu em uma nova direção então adotada por gerações seguintes.

A prosa de ficção brasileira conheceu um notável desenvolvimento a partir do Romantismo. O romance, principalmente, nasceu e consolidou-se graças à existência de um público consumidor e de alguns autores que souberam produzir textos que satisfaziam as aspirações desse público, constituído principalmente pela crescente burguesia urbana. Tematicamente diversificada, a produção de romances no século XIX manteve uma constante preocupação com a criação de uma arte nacional. Desenvolveram-se, dessa forma, algumas tendências principais: o romance de costumes, o romance regionalista, o romance histórico e o romance indianista, sempre dedicados a investigar e interpretar as origens e características da chamada “nacionalidade brasileira”.

Inocência (1872) é o retrato do mundo sertanejo. Ali aparece a beleza do cenário natural e as personagens são apresentadas em sua pureza primitiva, de que Inocência, é o símbolo pelo nome e pela vida. O romance focaliza a história do roceiro João Pereira, que vive com sua filha Inocência

numa fazenda no sul do Mato Grosso. A moça é prometida ao vaqueiro Manecão, mas se apaixona pelo curandeiro Cirino, recém-chegado ao lugar. Como é recíproca a paixão, o caso entre os dois acaba causando um drama. Manecão, profundamente enciumado, assassina Cirino. A jovem Inocência, transtornada com a morte de Cirino, acaba por falecer.

Uma vez que o rico universo literário de Taunay permite uma série de diálogos intertextuais, este estudo se propõe a analisar como o autor, nas epígrafes do romance mencionado, dialoga com obras que datam da Antiguidade Clássica ao Romantismo Europeu, bem como a relação entre as epígrafes e o enredo da obra. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo – uma constante na literatura. Os trinta capítulos que compõem o romance são precedidos por epígrafes, estreitamente vinculadas aos principais temas abordados em cada capítulo e, a um leitor atento, elas podem antecipar não só os temas, como a evolução da história e o desenlace trágico da obra. O trabalho de fazer uma correspondência de Inocência com a literatura ocidental nas epígrafes conferiu um tom enigmático à obra, além de revelar a erudição de Taunay.

Esta recorrência à tradição literária ocidental pode, a priori, estabelecer um pacto entre Taunay e os leitores mais eruditos: os poucos no Brasil imperial que tinham tal erudição. Ao público menos erudito, formado, especialmente, por leitores dos recentes folhetins, a correlação entre os capítulos e as epígrafes deve ter passado despercebida, no entanto, deve ter conferido um tom enigmático à obra, além de desvelar a erudição de Taunay. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo – uma constante na literatura.

Neste capítulo, será realizada a análise das epígrafes latinas apresentadas em *Inocência*, que, além de apontarem para a erudição de Taunay, estabelecem um amplo diálogo entre o escritor e os precursores do movimento literário do Romantismo, as quais podem ser consideradas verdadeiros prenúncios do enredo, fundamentais à estratégia narrativa do romance.

O viés adotado foi uma articulação entre a teoria da Intertextualidade e a Literatura Comparada, buscando observar novos contornos entre obras tão semelhantes e tão distintas entre si, seja de ordem estilística, narrativa e quiçá, poética, que serviram como fonte de matéria-prima para reelaboração e produção literária de muitos autores que usufruíram de sua escrita, como Visconde de Taunay.

2 LITERATURA ROMANA

Há mais ou menos 4 mil anos, as primeiras histórias escritas vieram na forma de poemas, como *A epopeia de Gilgamesh,* na Mesopotâmia, ou *O mahabharata,* na Índia, baseados em tradições orais. Rimas, ritmo e métrica eram auxiliares essenciais para a memória em músicas e histórias orais, então não é de surpreender que os primeiros textos tenham usado mecanismos poéticos familiares. Muitos dos primeiros textos escritos eram religiosos, e textos sagrados, como a Bíblia e o Alcorão, contam histórias antigas e vêm influenciando a escrita há séculos. A forma de literatura que se transformou no teatro grego usava uma narrativa semlehante à de uma balada, e introduziu vozes, refrões de comentário e as categorias distintas de comédia e tragédia que continuam sendo usadas hoje.

Entende-se por literatura latina a literatura da antiga Roma e dos países que lhe formavam o império; por extensão, também as literaturas de língua latina da Idade Médi e da Idade Moderna. O adjetivo latino designava primeiro o povo do Lácio, submetido pelo de Roma na época dos sete reis (753-509 a.C.); depois da fusão dos dois povos, aplicou-se à língua de ambos. Esta pertence à família linguística indo-europeia, e dentro dela, ao ramo itálico, que compreendia também os idiomas osco e umbro, eliminados pela expansão do latim.

Idioma sintético, o latim, embora sem possuir a maleabilidade do grego, seu parente, tem alta expressividade devido ao seu sistema de flexões e à liberdade em variar a ordem das palavras. Pobre em termos abstratos e compostos, avesso aos neologismos, nao é um veículo ideal para a especulação filosófica; mas ampliam-lhe o léxico as muitas associações que seus vocábulos carregam e a força sugestiva que possuem. Substancialmente lacônico, o latim presta-se à concisão lapidar das inscrições, ao enunciado exato das leis.

Seus primeiros documentos – fórmulas sagradas, inscrições, fragmentos de leis – remontam ao séc. VI a.C., mas sua atuação como língua literária coincide com a penetração do Helenismo, no séc. III a.C. Durante muito tempo os romanos, rudes e práticos, desprezaram as artes e as letras e consideraram com desconfiança a cultura grega, à qual, no entanto, deviam em parte seu alfabeto, e muitas de suas leis e mitos. A influência helênica tornou-se mais profunda quando, durante as

guerras contra o Epiro e Cartago, eles firmaram seu poder no Sul da Itálica e na Sicília, semeadas de colônias gregas de elevado nível cultural. “A Grécia conquistada conquistou a seu feroz vencedor e introduziu as artes no agreste Lácio” (Horácio).

Há notícias vagas sobre a existência de gêneros anteriores à influência grega – o canto fescenino, a farsa atelana, a *satura* – sem conhecer-lhes as características. Mas o primeiro escritor latino é um grego: Andronico, feito prisioneiro quando da ocupação de Tarento (272 a.C.). Vendido ao patrício romano Lívio, foi encarregado da educação de seus filhos; depois, Lívio emancipou-o, dando-lhe o nome. Lívio Andronico é autor de uma tradução latina da *Odisséia* em versos satúrnios (metro baseado na acentuação, com aliterações e assonâncias; o único de origem itálica e não grega) e de várias tragédias de assunto grego, a primeira das quais representada em 240.

Meridional também é Névio, autor de uma epopeia em versos satúrnios sobre *A Guerra Púnica,* da qual participara. O poema principiava por um resumo da antiga história de Roma, inclusive das lendárias origens troianas, da viagem de Enéias e de sua permanência em Cartago, na corte de Dido. Escreveu também mais de 30 comédias, com alusões satíricas à atualidade, e tragédias, umas de assunto grego, outras de assunto nacional.

Vinha também do Sul helenizado o poeta Ênio, que falava três idiomas – latim, grego, osco – e portanto “tinha três corações”. Nos *Anais,* epopeia escrita em verso hexâmetro sob forte influência homérica, sintetiza toda a história de Roma. Com 20 tragédias e algumas comédiasa, imitadas do grego, e várias traduções, foi o principal representante do Helenismo em Roma.

Desses três autores só nos ficaram fragmentos (sob forma de citações em outras obras); mas temos peças completas da autoria de Plauto e Terêncio (20 e 6, respectivamente). São todas elas comédias de assunto grego (*fabulae palliatae,* por oposição às *fabulae togatae,* isto é, comédias de assunto romano, de outros autores, todas perdidas), adaptadas de moedlos gregos do séc. III a.C. Representadas em teatros improvisados, sem bastidores nem quaisuqer recursos técnicos, levavam à cena poucas personagens típicas, facilmente identificáveis.

A tragédia grega, além de Andronico, Névio e Ênio, teve entre seus imitadores mais famosos Pacúvio e Áccio. Nenhum espécime do gênero foi conservado, mas conclui-se pelos títulos que a maioria versava sobre episódios da mitologia grega, havendo alguns consagrados a certos acontecimentos da história romana (*fabulae praetextatae*).

A oratória tomou alento nos cursos que retores gregos estabeleceram em Roma; suas tendências são conhecidas pelo *Bruto* de Dícero, história sucinta da eloquência latina, e pela anônima *Retórica a Herênio,* tratado da arte oratória. Entretanto, o maior orador da época, Catão, procurou contrabalançar a influência helênica; convencido da inutilidade de seus esforços, no fim da longa vida, pôs-se a estudar grego. Polígrafo, tratou também de assuntos de Ética, História, ciência prática; de seus numerosos livros conservou-se apenas o tosco *Da agricultura,* primeiro monumento da prosa latina que chegou até nós.

Na mesma época desabrocha um gênero puramente romano, a sátira, poema curto escrito geralmente em hexâmetros, que trata assuntos sérios em tom de conversa, às vezes de troça. Fragmentos da grande produção de seu inventor, Lucílo, dão a impressão de um polemista mordaz, ou de um crítico severo dos costumes.

O período de 78 a 29 a.C. (época de Cícero), de graves dissensões políticas, que vezes seguidas culminaram em guerras civis, é espiritualmente dominado por Cícero, nao somente o maior artista da palavra latina, mas o homem da Antiguidade a quem melhor conhecemos, graças a uma obra tão extensa quanto variada, inseparavelmente ligada à biografia do autor. Profundo conhecedor da cultura grega, Cícero acolhe-lhe a herança, adaptando-a ao gênio de Roma e garantindo-lhe assim a sobrevivência por muitos séeculos. Igualmente atento à expressão perfeita das ideias e à harmonia musical dessa expressão, impôs, com seu estilo, ummolde ao pensamento ocidental. Diversamente julgado em sua atividade de estadista, apreciado em filosofia como selecionador e divulgador do pensamento grego, é considerado o representante mais completo da arte oratória. Seus tratados de retórica traçaram as diretrizes de toda formação humanística; suas centenas de cartas formam um auto-retrato minucioso e, ao mesmo tempo, um diário de inestimável valor documental.

A influência de seu adversário político César sobre o decurso da história universal não foi menor que a sua sobre o desenvolvimento da civilização. Perderam-se as cartas e os discursos desse general e administrador genial; mas temos seus *Comentários sobre a guerra da Gália* e sobre a *Guerra Civil,* monumentos únicos da Historiografia de todos os tempos. De aparência impassível, mas de intuito apologético, prendem pela abundância de informações, pela clareza da exposição, pela expressividade de um estilo despojado e preciso.

Seu partidário Salústio, de quem se convervaram *A Conspiração de Catilina* e *A Guerra contra Jugurta,* é iniciador da Historiografia de pretensões filosóficas e psicológicas; notável pela sua série de retratos breves e pelos discursos fictícios, mas caracterizadores, que atribui às personagens da história, escreve num estilo artístico, arcaizante e rebuscado.

Ao lado dos dois, Cornélio Nepos, autor de uma obra enorme (e em grande parte perdida) faz figura de modesto compilador nas biografias louvaminheiras e moralizadoras dos *Varões Ilustres.*

Na mesma época, o grande poema didático *Da natureza,* de Lucrécio, alarga as virtualidades da língua, fazendo-a veículo de uma exposição da doutrina epicurista e do ateísmo. Seu pessimismo não é apenas a conclusão lógica de um sistema filosófico: reflete o ambiente perturbado do momento e o conflito íntimo de uma personalidade mórbida.

Enquanto isso, Catulo dá esmerada expressão latina à erudita poesia mitológica da escola alexandrina e, noutra parte da obra, inaugura o lirismo espontâneo e pessoal.

Os gêneros dramáticos estão em decadência definitiva. Os aspectos secundários da representação (jogos, bailado, espetáculos de toda ordem) passaram para o primeiro plano: o público vai ao teatro para ver, não para ouvir. Exceção: os mimos de Labieno, de Publílio Siro, farsas com alusões à atualidade. Conservou-se apenas uma coleção de sentenças extraídas dos trabalhos deste último.

Do autor mais fecundo da época (e de toda a literatura latina), Varrão, foram apenas conservadas uma obra inteira, *A Agricultura* em 03 livros dialogados – e a quinta parte dos 25 livros de *A língua latina* (observações descosidas sobre etimologia, analogia e anomalias). Das demais que se perderam (mais de 70!), citam-se frequentemente as *Antiguidades* (cronologia, história civil e religiosa) e as *Disciplinas*, enciclopédia dos conhecimentos da época; lamenta-se especialmente a perda das *Sárias menipéias,* miscelânea em prosa e verso, de reflexões e reminiscências, paródias e sátiras propriamente ditas.

O período de 29 a.C. a 14 d.C. (época de Augusto) é o período de plena valorizaçã da literatura. Aristocratas cultos – Asínio Polião, Messala e, sobretudo, Mecenas, empenham-se em assegurar o bem-estar dos escritores. O prórpio Augusto reconhece-lhes a importância e convida-os a colaborarem na divulgação dos seus objetivos políticos. De acordo com o programa imperial, os poetas formulam a tese da vocação civilizadora universal de Roma e definem o tipo de homem ideal chamado a executá-la. O prestígio crescente dos escritores cria o hábito das leituras públicas de obras novas.

Reverenciado como poeta nacional, Virgílio, nas *Bucólicas*, idílios entremeados de alusões autobiográficas, e nas *Geórgicas*, poema didático amenizado por episódios de funda poesia, exalta a paz, o amor do trabalho, a volta aos campos, a simplicidade e a religiosidade antigas; na *Eneida,* compõe a epopeia da nacionalidade, ligando à gloriosa tradição troiana as origens da dinastia e do povo, encarnando na pessoa de Enéias as virtudes basilares de Roma e enunciando a missão eterna da *Urbs* em termos sublimes. A influência de modelos gregos veio fecundar nele talento em nada inferior àqueles. Graças à sua arate a paisagem itálica integra-se na tradição clássica, o hexâmetro latino adquire suave flexibilidade.

Seu amigo Horácio adapta o lirismo grego à sensibilidade latina. Em suas *Odes,* de ritmos variados e perfeitos, os lugares-comuns da poesia lírica alcançam expressão definitiva: grandes poemas patrióticos de alto vôo escritos em apoio às reformas de Augusto alternam com confidências pessoais, instantâneos pitorescos, princípios de moral epicurista e elogios da áurea mediocridade. Nas *Sátiras* e nas *Epístolas* revela-se crítico literário inteligente, moralista bem humorado, pintor e caricaturista de personagens e costumes.

Ja nos poetas da segunda geração augustana nota-se um estreitamento de horizontes, uma concepção bem mais frívola da arte. Habituados à vida da sociedae elegante, Propércio e Ovídio contribuem sem entusiasmo para a literautra oficial com as *Elegias Romanas* e os *Fastos,* enquanto Tibulo ignora os objetivos do imperador. O talento dos três desabrocha na poesia amorosa, lasciva e erudita da *Arte de Amar* de Ovídio, apaixonada e pessoal, e das *Elegias* dos outros dois. O que afinal consegue arrancar acentos sinceros a Ovídio é a desgraça do exílio (*Tristes*).

Chegada ao apogeu com Cícero nos últimos decênios da República, a arte oratória havia de murchar sob o regime de um só, ficando reduzida a exercícios artificiais sobre causas inventadas (registrados, por exemplo, nas *Suasórias* e nas *Controvérsias* de Sêneca o Retor). A história, porém, encontra um cultor eminente na pessoa de Tito Lívio, que em *A partir da fundação da cidade* narra os acontecimentos que fizeram a grandeza de Roma. Nessa obra extensa de intuito moralizador (conservada em parte) o escritor ergue um monumento patriótico cujas linhas mestras se enquadram perfeitamente na política de Augusto. Sem aplicar ainda a necessária crítica das fontes, mas

empenhando em ser verídico e imparcial, Lívio é historiador e beletrista em partes iguais: descrições dramáticas, lendas e tradições pitorescas, uma galeria de retratos e centenas d ediscursos reconstruídos empolgam o leitor, apesar da cansativa sucessão de acontecimentos de alcance diverso, registrados mecanicamente ano por ano.

Fora do campo literário, deve ser lembrado o tratado *Da arquitetura,* de Vitrúvio.

Graças ao prestígio que as Letras obtiveram sob Augusto, inúmeros literatos afluem a Roma, vindos de todas as províncias do Império. Os grandes poetas da idade áurea, consagrados como clássicos, são admirados, recitados e imitados. Só conseguem escapar à sua influência e criar obras de real valor dois escritores que se empenham em gêneros não cultivados por eles. O primeiro, o trácio Fedro, escrao liberto, discípulo de Esopo, ensina moral em suas *Fábulas,* historietas espirituosas em poucos versos, cujas personagens são geralmente animais. O segundo, o hispânico Marcial, naturalia o epigrama, conferindo extrema variedade a essa composição lacônica manejada com naturalidade e graça ao longo de seus 15 livros, espelho fiel da vida cotidiana. É esta que deveria fornecer matéria aos satíricos – mas os versos livrescos e requintados de Pérsio nem sempre parecem refletir experiência própria e sentimentos autênticos. Em compensação as sátiras de Juvenal, violentas com todo o seu retoricismo, tiram seu vigor da indignação.

Entre os épicos, só o cordovês Lucano, uma das vpitimas de Nero, mostra personalidade própria. Na *Farsália,* conta a guerra civil entre César e Pompeu, glorificando os republicanos, especialmente Catão, defensor intrépido de uma causa perdida. O que afasta sua obra da tradição épica e a aproxima da historiografia não são apenas as dissertações científicas e morais e os dicscursos sem conta postos na boca das personagens, mas também a ausência total de aparelho mitológico (mais que justificada pela proximidade dos acontecimentos narrados).

Já Sílio Itálico, evocando a segunda guerra contra Cartago nas *Púnicas,* a epopeia latina mais extensa, faz intervir amiúde deuses e deusas, enquanto decalca fielmente os episódios e as digressões da *Eneida.* Estácio, na *Tebaida* e na inacabada *Aquileida,* cansa pela sucessão de conhecidos episódios mitológicos, cuja monotonia o abuso do horrível e do pitoresco não consegue quebrar. Nas *Silvas*, poesias de circunstância frequentemente bajulatórias, encontra às vezes a naturalidade. Valério Flaco refaz em latim as *Argonáuticas* de Apolônio, melhorando-as, mas não a ponto de realmente interessar o leitor.

A época perturbada dos césares pouco favorecia a atividade de historiadores independentes. Veleio Patérculo e Valério Máximo sentem-se obrigados a bajular Tibério, o primeiro numa *História romana,* cuja metade é consagrada a este e a seu padrato Augusto, o segundo em *Ditor e fatos memoráveis,* exemplário ordenado por assuntos para oradores. Quinto Cúrcio, contemporâneo de Cláudio, preferiu tratar da *Vida de Alexandre o Grande,* colhendo fatos e anedotas emfontes gregas. O maior historiador do tempo (e talvez de todos os tempos), Tácito, aguardou o fim da tirania de Domiciano para publicar o *Diálogo dos oradores* (análise dos caracteres da oratória e dos motivos de sua decadência) e escrever suas demais obras. Na *Vida de Agrícola* dá a biografia modelar de seu sogro, ex-governador da Grã-Bretanha; na *Germânia,* um estudo de valor inestimável sobre um país inimigo, cujos costumes bárbaros repeliam e atraíam a um tempo a curiosidade dos romanos. Suas obra-prima é constituída pelas *Histórias* (relativas aos anos 68 a 96) e *Anais* (anos 14 a 68), estes escritos depois daquelas. Pessimista de moral austera, com muitas ideias estóicas, observador agudo e imparcial, é juiz lúcido de sua época e simultaneamente um extraordinário psicólogo. Escritor dos mais poderosos, com notável senso do dramático, artista da composiçã, dispõe de um estilo pessoal, conciso, plástico, à procura de surpresa por meio de construões assimétricas, elipses ousadas, termos poéticos e arcaicos.

De Suetônio, polígrafo, cuja longa vida se estende além do período, foram conservadas as *Vidas de doze Césares,* que se caracterizam por grande esforço de documentaçção e verificação, assim como pela ausência de interpretação pessoal e de intuito artístico. O cordovês Sêneca o Filósofo, filho de Sêneca o letor, preceptor e vítima de Nero, compôs uma série de *Diálogos* e as *Cartas a Lucílio* para expor a posição estóica em face da vida, da morte, da injustiça, do vício, etc.; e nove tragédias excessivamente oratórias, destinadas à leitura (mas que exerceriam forte influência sobre o drama clássico francês do séc. XVIII). Como vemos, a eloquêncio, excluída da vida política, invade todos os gêneros. Entre os mestres de retórica destaca-se Quintiliano (também originário da Espanha), que na *Instituição oratória* codificou as regras até hoje válidas da arte de escrevere dizer, derivadas sobretudo da obra de Cícero.

Seu discípulo Plínio o Moço deixou-nos quase 400 cartas, escritas para diversos destinatários (entre eles o imperador Trajano) mas sobretudo para o público. Mesmo assim abundam em informações valiosas. Lembrem-se a carta em que relata a morte do tio Plínio o Velho (autor de

extensa *História natural*), quando da erupção do Vesúvio, e outra na qual pede instruções a Trajano sobre como perseguir os cristãos.

Caso o Petrônio morto por ordem de Nero e de quem fala Tácito, seja realmente idêntico ao Petrônio autor do *Satíricon,* o romance moderno remontaria ao séc. I (outros assinam-lhe data bem mais tardia). Desta sequência incompleta de aventuras licenciosas, contadas com realismo e amoralismo iguais, conservou-se inteiro um episódio: a ceia do *parvenu* Trimaçcião, retrato de uma sociedade em pelna decadência.

De 117 a 476 (queda do império romano), acompanhando a "orientalização" do império e a decadência progressiva da capital, acentua-se o esgotamento das letras latinas. Com a instabilidade do regime, não há mais corte para atrair o escritores; alguns a´te passam a escrever em grego, língua que volta a veicular uma literatura nascente.

Nada mais oposto aos modelos clássicos do que o escritor mais importante do período, o africano Apuleio (séc. II), conferencista viajante, retor, filósofo, acumulador de antíteses, trocadilhos, rimas e aliteratções. Sobrevive graças às *Metamorfoses,* romance da transformação de um jovem em asno.

Os demais prosadores – quando não são especialistas de alguma ciência – entregam-se à condensação e à compilação. Seu protótipo, Aulo Gélio (séc. II), não é escritor, mas oferece um tesouro de informações em suas anotações de leitura (*Noites áticas*). Entre compendiadores, recapituladores e panegiristas, o único historiador verdadeiro é Amiano Marcelino, de quem temos a história dos anos 353 a 378 escrita com imparcialidade e senso críico, mas num estilo afetado.

Os poetas de valor são todos adeptdos do Cristianismo, oficialmente admitido desde 313. Mas apesar de uma adesão formal, muitos deles – até altos dignatários da Igreja, como Sidônio e Enódio – continuam enraizados na tradição mitológica. Assim o gaulês Ausônio, epígono elegante dos clássicos; assim Claudiano (comoeço do séc. V), de talento mais autêntico, épico do *Rapto de Prosérpina.* Digno de nota é o caso de Boécio, autor de vários tratados de telogia cristã, mas que, preso por Teodorico como conspirador e à espera da pena capital, em sua *Consolação da filosofia* procura conforto nos argumentos clássicos da sabedoria pagã.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O teatro e a poseia continuaram evoluindo enquanto a importância do romance aumentava inexoravelmente, e, ao final do século XVIII, havia se tornada uma das forma principais de expressão literária.

Assim como o trabalho dos artistas é descrito de acordo com os movimentos, como Barroco e Rococó, a história literária também é definida por autores unidos por um estilo, técnica ou localização em particular. O romantismo, caracterizado por histórias desencadeadas pelasemoções de heróis idiossincráticos, em vez de por um enredo e uma ação, teve suas raízes no movimento alemão *Sturm und Drang* (Tempestade e ímpeto), em português. Enquanto isso, na Inglaterra, os poetas românticos testificavam o poder da natureza para curar a alma humana, e temas similares foram adotados pelo transcendentalistas da Nova Inglaterra.

A palavra "gênero" passou a ser cada vez mais aplicada a subconjuntos de ficção – por exemplo, os romances do gênero gótico. No século XIX, o romantismo foi suplantado por uma nova forma de realismo social, interpretado nas salas de estar das classes média e alta de Jane Austen e nas cidades francesas provincianas de Gustave Flaubert, mas usado de modo crescente para retratar a vida difícil dos pobres. Fiódor Dostoiévski descreveu seu romance *Crime e castigo* como "realismo fantástico" , e os monólogos interiores e sombris do assassino Raskólnikov contêm os elementos de um *thriller* psicológico. Ao longo dos anos, a ficção se diversificou em vários gêneris e subgêneros, que hoje incluem de tudo – de romances distópicos a autobiografias ficcionais e escritas sobre o Holocausto.

De acordo Ferreira (1986), a definição de "epígrafe" no Novo Dicionário da Língua Portuguesa significa "sentença ou divisa posta no frontispício de livro, capítulo, princípio de discurso, conto, composição poética, etc.: Cada capítulo do romance Inocência, do Visconde de Taunay, vem antecedido de pelo menos uma epígrafe" (FERREIRA, 1986, p. 672, grifos do autor). Ao que parece, os exemplos encontrados com essa definição se remetem aos gêneros textuais, que podem ser definidos como unidades formadoras de sentido, com determinado propósitos ou intencionalidades discursivas. O autor do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, no entanto, parece sugerir por meio da expressão latina "etc." que as epígrafes também podem existir em outras situações, como em cartas de jogo, embora não seja possível confirmar isso.

O Dicionário Houaiss Eletrônico 3.0 da Língua Portuguesa assim define epígrafe:

> Substantivo feminino. 1. Inscrição („palavra ou frase que se grava") 2. Título ou frase que, colocado no início de um livro, um capítulo, um poema etc., serve de tema ao assunto ou para resumir o sentido ou situar a motivação da obra; mote 3. Fragmento de texto, citação curta, máxima etc, colocada em frontispício de livro, no início de uma narrativa, um capítulo, uma composição poética etc.

Todas as acepções se adequam ao sentido da epígrafe nas edições de Inocência: é uma inscrição gravada, constituída por duas frases diferentes em cada edição, colocadas no início do livro e que servem como pistas de leitura para o leitor, que antes de adentrar o primeiro capítulo, se dedicar atenção a essas curtas citações, poderá antecipar-lhe o sentido.

Segundo Samoyault (2008, p. 9-10), "a retomada de um texto existente pode ser aleatória ou consentida, vaga lembrança, homenagem explícita ou ainda submissão a um modelo, subversão do cânon ou inspiração voluntária".

De acordo com Samoyault (2008),

> Também pode ser conhecido como "Próximo Oriente". Se cada texto constrói sua própria origem (sua originalidade), inscreve-se ao mesmo tempo numa genealogia que ele pode mais ou menos explicitar. Esta compõe uma árvore com galhos numerosos, com um rizoma mais do que com uma raiz única, onde as filiações se dispersam e cujas evoluções são tanto horizontais quanto verticais. É impossível assim pintar um quadro analítico das relações que os textos estabelecem entre si: da mesma natureza, nascem uns dos outros; influenciam uns aos outros, segundo o princípio de uma geração não espontânea; ao mesmo tempo não há nunca reprodução pura e simples ou adoção plena (SAMOYAULT, 2008, p. 9, grifos do autor).

De acordo com Samoyault (2008, p. 11), "a heterogeneidade do intertexto funda-se na originalidade do texto".

No caso de *Inocência*, Visconde de Taunay traduziu intertextualmente a rede dramática de textos que datam da Antiguidade Clássica até o Romantismo europeu, por meio de fragmentos correspondentes a obras provenientes dessas temporalidades, como as epígrafes.

As epígrafes "estão estreitamente vinculadas aos principais temas abordados em cada capítulo e, a um leitor atento, elas podem antecipar não só os temas, como a evolução da história, o desenlace trágico da obra e a romântica perenização do nome da protagonista para além da morte"(FORTES, 2005, p. 217).

A citação de Fortes (2005) pontua que o fato de Taunay estar usufruindo da literatura ocidental corrobora com o fato de que, no contexto em que o literato se encontrava, havia uma presença nítida de leitores eruditos, ou seja, uma parcela das instâncias sociais que seriam capazes de encontrar vestígios dessa literatura, ao passo que a classe menos privilegiada, se deleitava com os folhetins.

Segundo Fortes (2005), o trabalho de fazer uma correspondência de Inocência com a literatura ocidental nos capítulos e epígrafe "deve ter conferido um certo tom enigmático à obra, além de desvelar a erudição de Taunay. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo –uma constante na literatura" (FORTES, 2005, p. 218).

Das quarenta e sete epígrafes divididas entre os trinta capítulos que compõem o romance, quatorze são de autores franceses e as demais são de autores ingleses, alemães ou clássicos, como Menandro, Eurípides, Ovídio, Catulo, Plauto e Horácio, passando também pela Bíblia.

Pretende-se aqui analisar a correspondência de *Inocência* com a literatura romana nas epígrafes do primeiro capítulo, para corroborar o fato de que, no contexto em que o literato se encontrava, havia uma presença nítida de leitores eruditos, ou seja, uma parcela das instâncias sociais que seria capaz de encontrar vestígios dessa literatura, ao passo que, para o público menos erudito, formado, especialmente, por leitores dos recentes folhetins, a correlação entre os capítulos e as epígrafes deve ter passado despercebida, mas também deve ter conferido um tom enigmático à obra, além de desvelar a erudição de Taunay. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo – uma constante na literatura.

No III capítulo, há alusão a Ovídio – poeta latino (Sulmona, Abruzos, 20-III-43 a.C. – Tomi, atual Constança, Romênia, c. 17 d.C.) – e a Pope, poeta inglês do século VIII, que se inspirou em Ovídio – e a Molière – autor francês, cujo olhar arguto desvelou o ridículo da condição humana.

Membro de abastada família equestre, Ovídio renunciou à carreira jurídica para dedicar-se às letras. Amigo de Tíbulo, Propércio, Horácio, tornou-se o poeta preferido da sociedade elegantede Roma. No ano 9 d.C., por motivos desconhecidos, foi exilado por Augusto para as margens do mar Negro e nunca mais voltou à Itália. Discípulo da escola alexandrina, versejador exímio, de imaginação fértil e estilo brilhante, por vezes superficial e frívolo, para ele a poesia é um alto jogo; mesmo exprimindo sentimentos sinceros, ostenta sua formação retórica.

Obras principais: *Amores* (três livros de poesias em parte eróticas); *Heróides* (cartas imaginárias das heroínas da fábula a seus amantes); *A Arte de amar* (didática licenciosa, em três livros) e *Os Remédios do amor,* espécie de palinódia; *Metamorfoses* (em 15 livros, num total de 12.000 versos hexâmetros; todas as demais obras são escritas em dísticos elegíacos), inventário da mitologia exposta numa ordem cronológica imaginária; *Os Fastos* (inacabado, em seis livros), coleção de efemérides da história romana e das tradições religiosas; *Os Tristes* e *Epístolas do Ponto* (cinco e quatro livros), elegias da saudade escritas no exílio para conseguir revogação do degredo, nas quais inveja a tranquilidade dos humildes; deplora a inconstância dos amigos e lamenta a solidão do exílio (*Barbarus hic ego sum, quia non intelligor ulli* – "Eu é que sou bárbaro aqui, porque ninguém me endente"). *Medéia,* drama em versos, perdeu-se.

A citação de Ovídio refere-se à capacidade humana de semear promessas, mesmo que estas sejam vãs, visto que "a esperança, quando nela creem faz ganhar muito tempo" (OVÍDIO, apud TAUNAY, p. 22). Há, ainda, no capítulo IX, outra citação de Ovídio, que tem estreita relação com a forte impressão que Inocência provoca em Cirino, visto que, após vê-la, este sente-se estonteado pela beleza e pela faceirice da moça, o que perturba seu sono e altera em definitivo os rumos da sua vida. Um leitor atento pode antever nesta epígrafe os rumos da relação entre o curandeiro e sua paciente:

> Quem me poderá dizer por que me parece tão duro o leito? ... Por que passei esta noite que se me figurou tão longa, sem gozar um momento de sossego?... Surge a verdade: em meu seio penetraram as agudas setas do amor (OVÍDIO, apud TAUNAY, p. 43)

No V capítulo, as epígrafes de Menandro – poeta cômico grego do século III a.C – a respeito dos filhos são idênticas à visão de Pereira a respeito de sua filha Inocência.

Menandro foi o principal autor da Comédia Nova, última fase da evolução dramática ateniense, que exerceu profunda influência sobre os romanos Plauto e, sobretudo, Terêncio. Segundo Apolodoro, Menandro escreveu 105 peças, das quais oito ganharam prêmios. Foi um dos escritores mais populares da antiguidade, sua obra foi perdida durante a Idade Média e é conhecida na modernidade de forma altamente fragmentária. Apenas uma peça, Dyskolos, sobreviveu quase inteiramente.

Menandro era filho de pais abastados; seu pai Diopeithes é identificado por alguns como general ateniense. Ele era amigo, associado e talvez aluno de Teofrasto, e mantinha relações íntimas com o ditador ateniense Demétrio de Falero. Menandro também teve o patrocínio de Ptolomeu Soter, filho de Lagus, que o convidou para sua corte, mas, preferindo a independência de sua villa no Pireu, e a companhia de sua amante Glycera, recusou.

Menandro desfrutava de grande valor e até o século V d.C. era lido e comentado em todo o mundo antigo, do Egito aos confins ocidentais do Império Romano, tanto por pagãos como por cristãos. É do famoso gramático Aristófanes de Bizâncio o epigrama: "Menandro e vida! Qual de vós imita o outro?" Admirador e imitador de Eurípedes, Menandro se assemelha a ele em sua observação perspicaz da vida prática, sua análise das emoções e seu gosto por máximas morais, muitas das quais se tornaram proverbiais.

As condições políticas vigentes em Atenas na época de Menandro não mais permitiam a sátira às instituições e homens públicos, característica da Comédia Antiga. Assim, os temas principais da comédia de Menandro são viagens, disputas familiares e amores clandestinos. Os personagens são inspirados em pessoas comuns: cozinheiros, escravos, médicos, filósofos, aspaninhos e militares.

A primeira epígrafe postula que: "onde há mulheres, aí se congregam todos os males a um tempo" (MENANDRO, apud TAUNAY, p. 29). Pereira afirma, a respeito da filha, "com gente de saia não há que fiar... Cruz! Botam famílias inteiras a perder, enquanto o demo esfrega um olho". (p. 31).

Se, por um lado, as mulheres e, consequentemente as filhas, são a eterna fonte de preocupação e desgraça latente para a família, por outro, o amor aos filhos, bem como às filhas, cantado por Menandro, "Filhos, sois para os homens o encanto da alma" (MENANDRO, apud TAUNAY, p. 19) é similar ao de Pereira por Inocência. "Pobrezinha... Tão boa, tão carinhosa ! E feiticeira!!! Não posso com ela... Só de pensar em que tenho de entregá-la nas mãos de um homem bole comigo todo" (p. 31). Portanto, há uma relação ambígua de Pereira em relação à filha. Enquanto representante do gênero feminino, como Eva e, principalmente, como Lilith, para o pai, Inocência representa aquela que "utiliza sua sedução (bela mulher de cabelos compridos) e sua sensualidade para fins destrutivos" (COUCHAUX, apud BRUNEL, 1997, p. 583). No entanto, quando ele se desarma de sua desconfiança em relação às mulheres em geral, e em relação à filha, em especial, seu amor aflora, apesar deste amor estar condicionado à obediência incondicional.

Menandro é, ainda, citado no capítulo XV, e, apesar de dois mil e cem anos separarem o poeta da personagem Pereira, a opinião de ambos a respeito das mulheres é idêntica, o que faz com que a citação fale pela personagem, enquanto arquétipo da mentalidade sertaneja ainda em vigor na época em que se situa o romance, 1860- 1862. "Grande felicidade é ter um filho prudente e instruído: mas, quanto a filhas, é para todo o pai carga bem pesada" (MENANDRO, apud TAUNAY, p. 66). Em contraposição ao peso de ter uma filha, o prazer de ter filho um também reiterado no romance.

A desconfiança em relação às mulheres será, sempre, uma constante na sociedade patriarcal e tem um amplo lastro na literatura, como atesta, por exemplo, a visão do narrador do conto Desenredo, de Guimarães Rosa, quando diz: "Com elas quem pode, porém? Foi Adão dormir e Eva nascer" (ROSA, 1976, p. 38). Ou seja, em mulher não se pode confiar nunca.

A terceira epígrafe, é retirada da tragédia Medéia, cuja personagem protagonista, graças à sua independência de espírito e desejo de vingança, motivado pelo ciúme, destrói o marido Jasão, ao matar seus filhos e sua nova esposa. Portanto, desenvolver demais o espírito seria um mal e não um bem.

No capítulo XI, a referência a Plauto – poeta cômico latino latino (Sarsina, Úmbria, c. 254 a.C. – Roma, 184 a.C.) – é um culto à alegria. "Comam e bebam; nada de cerimônias comigo. Minha casa é franca: eu também. Façam provisão de alegria e de mim disponham sem constrangimento" (PLAUTO, apud TAUNAY, p. 52). O capítulo que sucede a esta epígrafe é de congraçamento entre Meyer – como se ele fosse o próprio irmão de Pereira, de quem fora emissário de uma carta de recomendação – e Pereira. Graças a esta carta, e às notícias, a refeição acontece em uma atmosfera festiva.

Nada se sabe sobre a vida deste comediógrafo latino. Atribuem-se-lhe 130 peças, das quais 21 – precisamente as consideradas autênticas – foram conservadas. São adaptações de comédias de Menandro, Dífilo, Fil}emon e Demófilo, a quem Plauto tomou de empréstimo assuntos, enredos – "tipos", anciãos avarentos, jovens devassos, escravos astutos, parasitas, prostitutas, alcoviteiros – e nomes das personagens (todos gregos); só alguns costumes e hábitos são reveladores da sociedade romana.

Na falta quase total dos originais é impossível delimitar as proporções da imitação. Dono de estilo natural, vivo, cheio de expressões arcaicas e vulgares, de divertidas invenções verbais, é mestre da arte de fazer rir.

De suas comédias – notáveis pela variedade dos versos – as mais famosas são: *Anfitrião* (uma embrulhada de sósias), *Aululária* (ou *Comédia da panela,* imitada por Molière em *O Avarento*), *Os Menecmos* (sobre dois gêmeos muito parecidos, imitada por Shakespeare na *Comédia dos erros*), *O Soldado fanfarrão* (cujo herói serão Capitano da *commedia dell'arte,* o Cyrano de Bergerac, de Rostand, e o Sergius de Bernard Sha (*Arms and the man*), *O Gorgulho* (apelido de um parasita) e *Os Prosioneiros* (em que um pai reencontra seus dois filhos, perdidos anos antes).

O capítulo XXII, que trata da partida de Meyer e de seus planos de retornar para a Alemanha, é precedido de uma citação de Catulo (Verona, c. 84 a.C. – Roma, 54 a.C.) – poeta latino de, aproximadamente, 50 a. C – perfeitamente sintonizada ao tema do retorno. "Adeus, pois amigos: bela companhia! Aos lares distantes cada qual de nós, por caminhos diversos deve um dia chegar" (CATULO, apud TAUNAY, p. 92). A despedida de Meyer tem este mesmo tom de alegria por voltar à pátria, mas também a certeza de que os tempos passados na casa de Pereira foram muito felizes, ainda mais que foi ali que ele encontrou a borboleta que lhe daria fama. Ele, sempre tão canhestro com as palavras, se despede com efusão e até uma certa dose de pieguice:

> Sr. Pereira, meu amigo, adeus!... nunca mais nos havemos de ver... mas hei de lembrar-me do senhor toda a vida... Quando eu estiver na minha pátria,

> daqui a milhares e milhares de léguas. Pelo pensamento recordarei os dias felizes... que aqui passei. (.) De todo o Brasil fica em mim a lembrança... mas desta sua casa. Essa lembrança é mais viva e mais forte (p. 94).

A obra de Catulo hoje conhecida consta de 116 poemas, os quais aparecem nas edições modernas, sem qualquer ordenação sistemática. São poemas curtos, sobre temas variados, em forma lírica, satírica ou erótica, ao lado de peças mais longas, hinos nupciais, elegias, etc.

Entre eles, contam-se alguns poemas dirigidos a "Lésbia", que era Clódia, irmã de Clódio, o inimigo de Cícero, e esposa de Quinto Metelo Celer. Embora apolítico foi pessoalmente contra César. Apesar de denotar a influência dos líricos helênicos e alexandrinos, como Píndaro, Safo, Arquíloco, a poesia de Catulo possui marca altamente individual, resultado de seu gênio e sua experiencia e observação pessoais, o que o coloca entre os maiores líricos de todos os tempos. Ternura, profundidade de sentimento e emoção eis suas características principais. Karl Orff musicou alguns dos poemas eróticos que imortalizaram Catulo e Lésbia.

O capítulo XXVI, no qual é narrada a chegada de Manecão à casa de Pereira, com os documentos prontos a oficializar o casamento com Inocência, é precedido de uma citação de Horácio – poeta latino do final da Idade Antiga que, em suas odes, cantava a vida rústica como pré-requisito para a felicidade – na qual o poeta canta um momento jubiloso: "Assinalemos este dia entre os mais felizes; não se poupem ânforas; e, como Sálios, descanso não demos aos nossos pés". (HORÁCIO, apud TAUNAY, p. 107). A epígrafe jubilosa prenuncia o estado de encantamento de Manecão ao rever sua prometida, principalmente, por ter chegado a data do casamento.

> Batia de impaciência o coração do capataz, e a lembrança da formosa noiva que o esperava, enchia-o de desconhecido alvoroço. Também, por vezes, fugia-lhe do rosto o toque habitual de severidade e tênue sorriso afastando a custo os densos bigodes, lhe pairava nos lábios (p. 107).

Como indica a epígrafe, é grande a emoção de Manecão, a despeito da severidade e da excessiva macheza, o que acentua ainda mais sua frustração e desejo de vingança, em virtude da forma obstinada com que a noiva o recusa. Estes sentimentos violentos ainda são mais exasperados por Pereira, que implora ao pretendente de sua filha que vingue sua honra, enxovalhada por Cirino, em quem ele tanto confiara. "- Então, implorou Pereira, vá quanto antes limpar o meu paiol daquela gente...vá..." Limpar o paiol significa atribuir a Cirino a condição de rato que, como praga, usualmente ataca os paióis.

Finalmente, no epílogo, também iniciado por uma citação de Horácio sobre o júbilo "possui-te de justo orgulho e coroem os louros de Apolo tua cabeça" (HORÁCIO, apud TAUNAY, p. 127), o alemão Meyer, dois anos mais tarde, em Magdesburgo, na Alemanha, recebe o reconhecimento público da Sociedade Geral Entomológica, pela descoberta do *Papilo Innocentia*. Enquanto a beleza da personagem Inocência é eternizada nesta homenagem, seu corpo jaz sobe o solo, de acordo com a lúgubre nota que encerra o romance: "Exatamente nesse dia fazia dois anos que o seu gentil corpo fora entregue à terra, no imenso sertão de Sant"Ana do Paranaíba, para aí dormir o sono da eternidade"(p. 128).

Portanto, o júbilo prenunciado por Horácio não se refere às personagens, vitimadas pelas intransigências da moral patriarcal, mas a Meyer e à ciência. À Inocência resta o encantamento, tão ao gosto romântico, de ter morrido de amor. Também o corpo de Cirino jaz em uma cova, "sobre a qual se erguia uma cruz tosca feita de dois grossos paus amarrados com cipós" (p.126), emoldurada pela grandeza da natureza sertaneja.

O poeta latino Horácio (Venusia, Itália, dez. 65 a.C. – Roma, 27-IX-8 a.C.)) era filho de um liberto, que adotou a profissão de arrecadador de impostos a fim de educá-lo em Roma e Atenas. Estabeleceu-se em Roma, como escriba dos questores, começando a escrever em meio aos lazeres de uma vida amena, na cidade ou no campo. Amigo de Virgílio, protegido de Mecenas, ao morrer teve honras fúnebres ordenadas por Augusto. De trato cordial, caráter independente, grande sensibilidade, privou da alta roda de políticos e homens de letras, e, depois da morte de Virgílio, em 19 a.C., foi o poeta laureado.

Sua obra compreende quatro livros de odes (*carmina*), um de epodos, dois de sátiras ou *sermones,* dois de epístolas, o *Carmen saeculare,* e a carta aos Pisões denominada *Arte Poética.* Os epodos formam uma coleção de 17 poemas, compostos entre 41 e 31 a.C., e publicados em 30 a.C. As sátiras compreendem dois livros, em hexâmetros, versando assuntos variados, de moral ou

literatura, descrições de viagens, autobiografia, observações sobre seus contemporâneos, inclusive crítica literária. As *Odes* são quatro livros de poemas líricos. Os três primeiros foram publicados em 23 a.C., e o quarto em 13 a.C. O próprio autor considerava a produção dos três primeiros como a sua obra-prima, dentro do seu desejo de situar-se entre os grandes bardos líricos. Os assuntos variam entre saudações a Augusto e Mecenas, poemas sobre o amor, o vinho, a primavera, o inverno, convites a gozar a vida, odes patrióticas e exaltações às virtudes antigas e à grandeza de Roma.

As *Odes* são dotadas de uma graça incomparável, constituindo-se numa seleção de material lírico e de temas mitológicos de encanto universalmente reconhecido. O *Carmen saeculare* é um hino sáfico em honra de Apolo e Diana, composto em 17 a.C. para ser cantado nos jogos solenes por um coro de jovens. As epístolas constituem dois livros em hexâmetros. O primeiro contém 20 cartas familiares, publicadas em 20 a.C., e são meras continuações das sátiras, embora menos picantes. Algumas são pessoais e de amizade, porém a maioria guarda um tom filosófico, de discussões literárias e morais, procurando estabelecer regras de conduta e conselhos para a vida feliz, numa linha epicurista e estóica. Diante da vida, coloca-se em atitude de simpatia e moderação. No livro segundo, aparecem duas longas cartas de crítica literária, uma dirigida a Augusto, outra a Florus, estatuindo os princípios da poesia augusta, a função do poeta, as regras da tragédia e Roma, as qualidades e defeitos do estilo. *Arte poética,* escrita em hexâmetros, é uma longa carta dirigida aos filhos de Pisão que desejavam fazer poesia. Horácio dá-lhes conselhos, mostra as dificuldades da arte, em tom coloquial. Seus principais tópicos tratam da unidade artística, estilo e vocabulário, metro e gêneros, originalidade e imitação, finalidade da poesia, gênio e arte, necessidade de esforço, combate à mediocridade.

Como crítica literária, a *Arte poética* teve grande influencia, do Renascimento ao sec. XVIII. Horácio é um lírico admirável, sobretudo nas odes, de requintada perfeição e delicadeza, de um singular sentimento da natureza e da vida bucólica. Vazadas em estilo preciso, típico, sobretudo, pela nitidez e brevidade das imagens e pela combinação nova das palavras. Sua obra irradiou-se por todo o Ocidente, obtendo larga e profunda popularidade.

A epígrafe, segundo Wimmer, é um tipo especial de citação que encerra função estética, de ornamento "para a qual, mais do que a exatidão do trecho citado, têm importância as associações e o clima mental por elas evocado" (WIMMER, 1992, p. 62). Elas também funcionam como demonstradores de erudição, ampliando ou refutando a visão do texto em que são inseridas, atuam como fontes de informações de leituras.

Em síntese, as epígrafes latinas do romance Inocência, além de apontarem para a erudição de Taunay, estabelecem um amplo diálogo entre o Romantismo brasileiro e a tradição literária de Roma, sendo que a maioria delas podem ser consideradas verdadeiros prenúncios do enredo, fundamentais à estratégia narrativa do romance.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inocência (1872), romance de Alfredo d'Escragnolle Taunay "é, talvez, o produto mais equilibrado da nossa última ficção romântica" (REIS, apud TAUNAY, 1991, p. 5). Este equilíbrio resulta – a despeito da intensidade da paixão entre Inocência e Cirino, os protagonistas da história, que, bem ao gosto romântico, morrem por amor – de uma leitura cuidadosa dos costumes regionalistas, descritos com objetividade e uma verossimilhança que se aproxima da prosa realista, a qual passaria a predominar na Literatura Brasileira a partir do último quartel do século XIX.

Os trinta capítulos que compõem o romance são precedidos por epígrafes, nas quais o autor dialoga com a tradição literária ocidental de Roma. Essas epígrafes estão estreitamente vinculadas aos principais temas abordados em cada capítulo e, a um leitor atento, elas podem antecipar não só os temas, como a evolução da história, o desenlace trágico da obra e a romântica perenização do nome da protagonista para além da morte.

O presente trabalho teve como propósito fazer um enlace entre os autores latinos mencionados e Taunay, cujas obras primordiais os colocaram no pedestal da literatura ocidental e nacional. O viés adotado foi de cunho intertextual, em que a leitura desses intelectuais europeus se faz presente em sua escrita, e pelo veio comparatista, onde Taunay soube reatualizar e representar a realidade de sua época por meio das epígrafes.

Devido à limitação de espaço, o trabalho tentou cumprir com seu objetivo de inserir esses autores como objeto de pesquisa em Literatura Comparada, pelo redimensionamento do caráter romântico que permeia essas obras, em que vemos novos contornos entre essas obras tão semelhantes e tão distintas entre si, seja de ordem estilística, narrativa e quiçá, poética.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos.** 2. ed. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada. 4**. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Ática, 2006.

CAVALCANTI, Ariane da Mota.Dom **Casmurro em movimento**: suas traduções-reescrituras em São Bernardo e O amor de Capitu. 227f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas. 10 ed. Tradução de Giovanni Cutolo. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

EVEN-ZOHAR, Itamar.Polysystem Theory. In: EVEN-ZOHAR, Itamar(ed). Polysystem Studies. **A special issue of Poetics Today.** Durham: Duke University Press, 1990, p. 9-26.

FORTES, Rita Félix. Um diálogo com a tradição nas epígrafes de Inocência. **Revista Trama,** Cascavel, vol. 1, núm. 2, p. 217-231, 2005.

FREITAS, Luana Ferreira. Intertextualidade e tradução. **Fragmentos,** Florianópolis, núm.35, p. 11-20,jul -dez/ 2008.

GREGÓRIO, Paulo Henrique da Silva. **Do teatro elisabetano ao sertão do século XIX:** a presença de Shakespeare em Inocência. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,Natal. 2012.

HUTCHINSON, Ben. **Comparative Literature:** A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. 2 ed. Tradução de Lucia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LUIZ, Tiago Marques. **Apontamentos na produção do riso na adaptação de Romeu e Julietapela Turma da Mônica**. 2019. 243f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MORINI, Massimiliano. Intertextuality and Early Modern Translation Theory. **Renæssance forum**, vol. 14, 2018, p. 79-96.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro. Literatura e as outras artes hoje: o texto traduzido. **Letras**, Santa Maria, n. 34, p. 189-205, jul. 2007.

ROBERTO, Hélio. **Inocência e o casamento como contrato**. 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/inocencia-e-o-casamento-como-contrato/> Acesso em: 05 nov. 2019.

STEINER, George. **Real Presences**. London: Boston, Faber & Faber, 1989

VISCONDE DE TAUNAY. **Inocência**. 19. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ZHANG, Huanyao; MA, Huijuan.Intertextuality in retranslation. **Perspectives:** Studies in Translation Theory and Practice,London, vol. 26, núm, 4, p. 1-17, 2018.

ZHAO, Honghui. An Intertextual Approach to Translation at the Micro-Level. **Open Journal of Social Sciences**, China, vol, 5, p. 119-127, 2017.

WIMMER, Norma. **Marcas Francesas na Obra do Visconde de Taunay**. 1992. 187 f. Tese. (Doutorado em Curso da Língua e Literatura Francesa). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. SP.

"DIÁRIO PARISIENSE E OUTROS ESCRITOS": INTERSECÇÕES ENTRE A OBRA DE WALTER BENJAMIN E PAUL VALÉRY

"PARISIAN DIARY AND OTHER WRITINGS": INTERSECTIONS BETWEEN THE WORK OF WALTER BENJAMIN AND PAUL VALÉRY

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

ALVES DE PAULA, Ana Cristina
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (campus de São José do Rio Preto/SP)
Mestranda em Letras vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Unesp/Ibilce, bolsista CNPq PPG Letras, sob orientação da Profa. Dra. Norma Wimmer.
E-mail: ana.c.paula@unesp.br

Resumo

Este artigo se trata de um estudo da abordagem teórica não-imanentista de Walter Benjamin a partir de alguns de seus textos sobre linguagem, crítica de literatura e de arte, destacando a obra "Diário Parisiense e outros escritos", a qual reúne textos seletos do filósofo e ensaísta alemão, voltados ao leitor interessado em refletir sobre ou a partir da obra produzida pelo pensador e o complexo processo de constituição da sociedade moderna. Marco célebre na obra de Benjamin é o ensaio sobre o escritor Paul Valéry, vértice do chamado "triângulo equilátero da nova literatura francesa" e autor de poemas que estão entre os mais significativos que o século XX produziu. Walter Benjamin chama a atenção para a tensão entre realidade, imaginação e discurso que percorre toda a obra poética e crítica de Paul Valéry, apreciando o quão fecundo é este diálogo poético com um dos principais poetas franceses de expressão universal.

Palavras-chave: Walter Benjamin; Paul Valéry; Diário Parisiense e outros escritos.

Abstract

This article is a study of Walter Benjamin's non-immanentist theoretical approach based on some of his texts on language, literature and art criticism, highlighting the work "Parisian Diary and Other Writings", which brings together selected texts from German philosopher and essayist, aimed at readers interested in reflecting on or based on the work produced by the thinker and the complex process of constitution of modern society. A famous landmark in Benjamin's work is the essay on the writer Paul Valéry, apex of the so-called "equilateral triangle of new French literature" and author of poems that are among the most significant that the 20th century produced. Walter Benjamin draws attention to the tension between reality, imagination and discourse that runs throughout Paul Valéry's poetic and critical work, appreciating how fruitful this poetic dialogue is with one of the main French poets of universal expression.

Keywords: Walter Benjamin; Paul Valery; Parisian Diary and other writings.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a encontrar algumas interseções entre a ensaística de Walter Benjamin e Paul Valéry, privilegiando, por meio de leituras críticas, uma reflexão acerca de questões de teoria e crítica da literatura e de suas interfaces com outros sistemas semióticos, com base nas ideias desenvolvidas por Walter Benjamin ao longo de sua obra.

Ambroise-Paul-Toussaint-Jules Valéry foi um filósofo, crítico de arte, escritor e poeta francês da escola simbolista, cujos escritos incluem interesses em matemática, filosofia e música. Inseriu-se na linhagem de escritores transgressivos que tinham como expoentes Edgar Allan Poe e Stéphane Mallarmé. Sua obra poética é considerada como uma das mais importantes da poesia francesa do século 20. Ele fez da poesia um microcosmo que lhe permitiu entrecruzar os mais diversos campos do saber (poética, linguística, psicologia, política, física, biologia) e os mais variados meios de escrita

(poemas, ensaios, traduções, peças, diálogos). Rigoroso, Valéry se empenhou na busca de um método destinado a fazer da criação poética uma obra de precisão.

Walter Benedix Schönflies Benjamin nasceu no dia 15 de julho de 1892, em Berlim, na Alemanha. Considerado um dos maiores pensadores do século XX, contribuiu para a teoria estética, além de ser o responsável por uma concepção dialética e não evolucionista da história. Também foi ensaísta, tradutor e crítico literário, associado à Escola de Frankfurt, grupo de teóricos sociais neomarxistas que exploraram a importância da cultura de massa e da comunicação.

Durante a sua adolescência, Benjamin, influenciado pelos ideais socialistas, participou do Movimento da Juventude Livre Alemã. Seus primeiros textos e poemas, inspirados pelo romantismo alemão, abrangiam o papel da crítica na literatura, nas artes e na sociedade. Foi muito bem acolhidos pela Escola de Frankfurt, sendo o filósofo Theodor Adorno um de seus grandes amigos e parceiros intelectuais. No final da década de 1920, interessa-se pelo marxismo e aproxima-se da filosofia de Georg Lukács.

Entre 1915 e 1925, Benjamin escreveu um ciclo de 73 sonetos. Os poemas são dedicados ao seu amigo Friedrich C. Heinle, um poeta de 19 anos, e à companheira, Rika Seligson, que tinha se suicidado em 1914, pouco depois de começar a Primeira Guerra Mundial. Os textos foram descobertos na Biblioteca Nacional de Paris, em 1981, com outros manuscritos que Benjamin confiara a George Bataille, em 1940. Os poemas abordam, em grande parte, uma grande rejeição à violência, cercados de apelos melancólicos e existencialistas.

Com a ascensão de Hitler, na década de 30, a situação para os judeus na Alemanha tornou-se insustentável. Por isso, Benjamin refugia-se em Paris, terra de seu maior ídolo, o poeta Charles Baudelaire. Com a pretensão de se tornar o principal crítico da literatura européia, inicia a sua mais ambiciosa obra, ~~o~~ Trabalho das Passagens", que seria finalizada muitas décadas depois da sua morte. Em seus tempos na França, traduziu livros de Marcel Proust para o alemão.

Envolta de mistérios, a sua morte teria ocorrido durante uma tentativa de fuga, quando foi parado, junto do seu grupo de refugiados, pela polícia espanhola, em Port Bou. Vendo-se ameaçado de cair nas mãos dos nazistas e ser entregue à Gestapo, teria cometido suicídio com overdose de morfina.

Walter Benjamin faleceu em Port Bou, na fronteira franco-espanhola, no dia 26 de setembro de 1940. Em 1999, o escritor e tradutor português, Vasco Graça Moura, publicou o livro de sonetos escritos pelo poeta durante a juventude.

A transgressão das fronteiras tradicionais, embora nunca bem demarcadas, entre literatura e filosofia caracteriza toda a obra dele. Contra a lógica argumentativa do sistema, Benjamin reivindicou o uso de recursos poéticos no interior do discurso teórico, explorando passagens entre formulações conceituais e metafóricas. Mas, se por um lado seus ensaios tendem a apagar demarcações rígidas entre filosofia e literatura, por outro a produção literária de sua maturidade mantém-se nos limiares do pensamento teórico-especulativo, explicitando a abertura da construção poética ao pensamento. Nesse sentido, a densidade intraduzível do texto literário não é uma fronteira que se fecha, mas um lugar de passagem: a própria traduzibilidade que, segundo ele, certas obras possuem como uma virtualidade nelas contida, mesmo que não tenham sido nem possam ser adequadamente traduzidas.

"Diário parisiense e outros escritos" reúne quinze textos de Walter Benjamin dos anos de 1926 a 1936, dentre eles um diário redigido em Paris entre 1929 e 1930, que intitula o livro e é inédito em português. A seleta de textos remete fundamentalmente ao trânsito, entre Alemanha e França, realizado por Benjamin em vários sentidos: literário-crítico, filosófico, artístico, político e biográfico. Nesse trânsito, observamos o "lugar" de Benjamin como um crítico literário exemplar, judeu-alemão e refugiado político, inserido no debate literário francês do período entre guerras.

O volume apresenta as suas análises acerca de Marcel Proust, André Gide e Paul Valéry, vértices do assim chamado "triângulo equilátero da nova literatura francesa". O caráter legítimo ou autêntico de Benjamin como crítico literário, pouco ou nada ortodoxo, tornava os escritores não apenas objeto de sua crítica literária, mas também coautores de um sentido inusitado de crítica.

Benjamin encontra em Valéry uma figura elegante, cuja voz ~~p~~para ser ouvida, exige adivinhação, como um texto para ser compreendido", o olhar ~~é~~ aguçado como o de um caçador". Por isso, trabalharemos com o também ensaístico *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov,* de Walter Benjamin. Procuraremos pontos de convergência entre o modelo de escrita de Benjamin e Valéry para tecer observações sobre procedimentos que se encontram no limiar entre a teoria literária e a reflexão estético-filosófica.

2 O NARRADOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA DE NIKOLAI LESKOV

No ensaio, publicado em 1936, O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, Benjamin analisa o desaparecimento da figura do narrador; em suas palavras desoladoras: [...]algo distante, e que se distancia ainda mais". Para explicar a natureza da arte narrativa e o porquê de sua extinção, o filósofo se vale do escritor russo Nikolai Leskov, que apresenta os traços grandes e simples que caracterizam o narrador". O autor ressalta, no entanto, que o fato de conhecer Leskov não nos aproxima dele, mas nos distancia ainda mais. A existência de algo raro, no caso, a faculdade de intercambiar experiências dada pela narrativa, aumenta o peso de sua importância e de sua ausência entre nós.

A vivência em um tempo de devastação e desesperança permitiu a Benjamin entender que a morte da narrativa estava intimamente ligada ao silêncio dos soldados que voltavam da guerra, assim, mais pobres em experiência comunicável. O otimismo de uma geração havia se dissipado nas trincheiras. A aceleração desenfreada do homem para dominar a natureza o havia levado ao abismo em vez do progresso, o transformado em escravo de suas próprias invenções, submetido à técnica. As transformações ocorridas no século XIX e nos primeiros anos do século XX resultaram na disseminação de uma cultura voltada à efemeridade da informação impressa, em que os conceitos artificiais se sobrepõem às experiências naturais.

O desdém pelas tradições artesanais de comunicação oral traz consigo a perda de sensibilidade pelas experiências coletivas e pela dimensão utilitária que engendra a sabedoria em dar conselhos do narrador.

Benjamin parte do trabalho do escritor Nikolai Leskov para defender a tese de que a arte de narrar histórias está em extinção. Para o autor, a guerra fez com que os combatentes ficassem mais pobres em experiência comunicável.

Em seu ensaio, Walter Benjamin afirma que o narrador é uma figura cada vez mais distante de nossa cultura. O texto traz uma reflexão sobre o desaparecimento do narrador na história da civilização. O autor discorre sobre a importância da narrativa e traz algumas observações bastante pertinentes sobre sabedoria, informação e experiência.

O autor afirma que as melhores narrativas escritas são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos". (p. 198). Esses narradores se dividem em dois tipos: o narrador que vem de longe (figura do marinheiro comerciante) e o narrador que vive sem sair de seu país, e conhece bem a tradição (figura do camponês sedentário). No entanto, Benjamin lembra que a extensão real do reino narrativo só pode ser compreendida se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos.

Um dos pontos levantados por Benjamin que chama a atenção no texto é a relação entre a narrativa e o trabalho manual. Para Benjamin, a narrativa é ela própria uma forma artesanal de comunicação, onde o narrador deixa sua marca" na narrativa contada.

O autor trata da alteração da percepção da morte no século XIX, quando a burguesia produziu, com as instituições higiênicas e sociais, privadas e públicas, um efeito colateral que inconscientemente talvez tivesse sido seu objetivo principal: permitir aos homens evitarem o espetáculo da morte." (p. 207). Essa alteração também vai interferir na extinção da narrativa, uma vez que a autoridade daquele que vai morrer e se recorda da vida, está na origem da narrativa. O autor termina o texto retomando a importância da figura do narrador: o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida. (...) Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida".

Ao falar sobre o narrador, seu ofício, sua ligação com o trabalho manual, o autor lembra a importância da sabedoria, e principalmente, o quanto esse conceito está desaparecendo: A arte de narra está definhando porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção." (p. 201).

Benjamin destaca dois indícios da evolução que culminarão na morte da narrativa: o romance e a informação. O romance, diferente da narrativa, está ligado ao livro. Ele não procede da tradição oral nem a alimente. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não recebe conselhos nem sabe dá-los. A informação, para o autor, é mais ameaçadora e provoca uma crise no próprio romance. Diferentemente da narrativa, cujo saber vinha de longe, a informação pede uma verificação imediata. Só tem valor no momento em que é nova.

O ensaio apresenta a natureza narrativa como um elo que une o gesto coletivo no intercambiar de experiências", a partir de dois narradores exemplares: o camponês (regional, raízes,

tradição) e o marinheiro (universal, viagem, deslocamento). A força produtora da narração está na continuidade sugerida pelo conselho: ―Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada" (BENJAMIN, 1996, p. 200). Na verdade o ensaio tem como alvo uma crítica às novas formas de narratividade que se desenvolvem na modernidade. O romance retrata o indivíduo isolado, dono de uma experiência limitante em relação às narrativas tradicionais. Em correlação, o advento da informação corta o potencial imaginário pela explicação, pelo sentido determinador:

> (...) somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação (BENJAMIN, 1996, p. 203).

Daí, outra figura emerge: o moribundo que possui a autoridade da morte e permite a eternidade da narrativa, pois sua palavra é a herança a ser explorada pelas gerações seguintes. Mas também, apresenta o corte entre dois mundos e neste espaço explora uma lacuna central. Neste sentido, tal visão permite uma aproximação entre escrita e alegoria: uma natureza de significantes vazios de significado, o que a torna uma presença lacunar. A alegoria traz como pressuposto central de seu movimento construtivo a quebra da continuidade discursiva e do encadeamento lógico produtor de sentido, o que a aproxima da natureza da escrita.

O ensaio de Benjamin oferece pistas de uma aproximação entre narrativa e linguagem: o caráter profano da palavra que toca o sagrado como (sub)versão da palavra original:

> O cronista é o narrador da história (...) Na base de sua historiografia está o plano da salvação, de origem divina, indevassável em seus desígnios, e com isso desde o início se libertaram do ônus da explicação verificável (...) No narrador, o cronista conservou-se, transformado e por assim dizer secularizado (...) Tanto o cronista, vinculado à história sagrada, como o narrador, vinculado à história profana (BENJAMIN, 1996, p. 209).

Mais do que lamentar a perda da experiência narrativa, ou tentar reaproximá-la de sua época, a pretensão de Benjamim era de entender os motivos desse distanciamento. Ele sabia que para compreender a situação do narrador não bastava fazer a apologia deste artista cada vez mais raro: a defesa da narrativa deveria levar em consideração os elementos sociais e culturais que proporcionaram o declínio do narrador. Seja como for, a ―experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção" (BENJAMIN, 1996, p. 197) é uma expressão que ainda perturba. Não obstante, é preciso lembrar que isso foi dito em um texto de 1936, de forma que hoje poderíamos objetar que sua previsão talvez não tenha se confirmado, dadas as recentes e contínuas publicações do gênero narrativo. Assim, antes de qualquer especulação acerca do fi m da arte de narrar, é prudente analisar as condições que, segundo Benjamin, contribuíram para seu declínio.

Benjamim trabalha ainda a figura da experiência: ―A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos" (BENJAMIN, 1996, p. 198). São dois os principais tipos de oradores que, segundo Benjamin, contribuíram para que a narrativa se firmasse como uma experiência transmissível: o primeiro tipo é o camponês sedentário, aquele que conhece de longo tempo o lugar onde mora, o outro é o marinheiro comerciante que acumula histórias de lugares distantes, suas histórias vêm de longe e resultam de sua experiência de vida. Mas também as histórias que o camponês preserva vêm de longe, de uma distância temporal, no caso e são frutos de experiências muitas vezes transmitidas, contadas e recontadas.

É importante observar, no entanto, que a narrativa não depende apenas da coexistência destes dois modelos de narradores, mas, sobretudo de sua interpenetração, ou seja, da troca de experiências entre o narrador do tipo sedentário e o estrangeiro. Isolados, cada um deles possui um campo de abrangência muito limitado. Benjamin observa que, na idade média, ―O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina e cada mestre tinha sido aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro" (BENJAMIN, 1996, p. 199). Essa imagem remete a um processo de trabalho extinto com o advento da era industrial. O trabalho do artesão, responsável por todo o processo de criação e fabricação de um produto é compatível com a tarefa do narrador, também responsável por todo o processo da narrativa. Tanto a troca de saberes práticos relativos ao ofício do artesão quanto à troca de histórias estão na base da experiência que

fomenta a existência do Narrador. Assim, a autoridade do narrador é compatível com a soma de experiências relacionadas simultaneamente à esfera do trabalho e da imaginação.

Para ilustrar melhor a imagem do artífice que é o narrador, Benjamin lança mão de algumas passagens de ensaios do poeta e crítico francês Paul Valéry.

> Talvez ninguém tenha descrito melhor que Paul Valéry a imagem espiritual desse mundo de artífices, do qual provém o narrador. Falando das coisas perfeitas que se encontram na natureza, pérolas imaculadas, vinhos encorpados e maduros, criaturas realmente completas, ele as descreve como "o produto precioso de uma longa cadeia de causas semelhantes entre si". O acúmulo dessas causas só teria limites temporais quando fosse atingida a perfeição. "Antigamente o homem imitava essa paciência", prossegue Valéry. "Iluminuras, marfins profundamente entalhados; pedras duras, perfeitamente polidas e claramente gravadas; lacas e pinturas obtidas pela superposição de uma quantidade de camadas finas e translúcidas... - todas essas produções de uma indústria tenaz e virtuosística cessaram, e já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado." Com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa. Assistimos em nossos dias ao nascimento da short story, que se emancipou da tradição oral e não mais permite essa lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia, como coroamento das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas.

Segundo Valéry, o trabalho artesanal imita a natureza ao produzir, pacientemente, seus mais elaborados artefatos: ―Iluminuras, marfins profundamente entalhado; pedras duras, perfeitamente polidas e claramente gravadas; lacas e pinturas obtidas pela superposição de uma quantidade de camadas finas e translúcida [...] - todas essas produções da indústria tenaz e virtuosística cessaram, e já passou o tempo em que o tempo não contava" (VALÉRY, apud, BENJAMIN, 1996, p. 206).

> Valéry conclui suas reflexões com as seguintes palavras: "dir-se-ia que o enfraquecimento nos espíritos da ideia de eternidade coincide com uma aversão cada vez maior ao trabalho prolongado". A ideia da eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica. Se essa ideia está se atrofiando, temos que concluir que o rosto da morte deve ter assumido outro aspecto. Essa transformação é a mesma que reduziu a comunicabilidade da experiência à medida que a arte de narrar se extinguia.

Nos ensaios de Walter Benjamim a imaginação é tão fundamental quanto a experiência o é para a narrativa. O acúmulo de observações e análises que concorrem para suas interpretações sempre originais e profundas deriva de uma cuidadosa combinação entre as imagens resultantes de inúmeras leituras e releituras atentas. Para este ofício laborioso, a imaginação é algo imprescindível. É ela quem promove o enlace entre o conhecido e o desconhecido e, assim procedendo, põe o pensamento em movimento, faz avançar nossa capacidade de compreender o mundo. ―Na acepção kantiana, a imaginação é a faculdade intermediária, que liga as intuições da Sensibilidade aos conceitos do Entendimento" (NUNES, 2002, p. 51).

Mas, para Kant, é o entendimento, nossa capacidade de conceituar, que determina o alcance do conhecimento, ou seja, tanto a imaginação quanto a sensibilidade precisam estar subordinadas aos conceitos. Benjamin, por sua vez, extrapola os limites propostos pela concepção kantiana do conhecimento: em suas teses a imaginação atua no mesmo nível do entendimento, pode-se dizer que de maneira coordenada com as faculdades de sentir de conceituar. Disso deriva uma escrita ensaística muito mais próxima de seus objetos, das narrativas, no caso, do que as modernas teorias do conhecimento.

A escrita ensaística deve muito à figura do narrador: ao contrário do artigo cientifico, por exemplo, o ensaio é um gênero que privilegia o momento expositivo e reflexivo em vez da aplicação de conceitos e da exatidão dos resultados dessa operação. Para Benjamin, uma das duas principais origens do narrador é o viajante. A figura do ensaísta corresponde ao já extinto literato, espécie de teórico, a qual pertencia Walter Benjamin e seu ensaio sobre o narrador possui várias caraterísticas semelhantes à experiência narrativa: tal como o artífice ele elabora seu texto sobrepondo

observações a respeito dos principais tipos de narradores; as atividades profissionais e as afinidades literárias de Nicolai Leskov; as nuances do contexto histórico e social do narrador; o declínio da narrativa e a ascensão da informação, para depois tornar a falar sobre Leskov, a relação entre o trabalho (e o contexto social) do artífice e a experiência. Assim, um feixe de temas que envolvem a narrativa são constantemente revisitados, como o artesão que, pacientemente aplica várias e finas camadas de verniz, para este lentamente penetre no objeto e resulte num acabamento perfeito e duradouro.

Conceitos como experiência e narrativas são constantemente retrabalhados no ~~"~~Narrador", e a cada vez revelam diferentes nuances de sentido, como as palavras aprendidas sem dicionário pelo estrangeiro da metáfora empregada por Adorno, o modo de proceder do ensaio valoriza mais a experiência do conhecimento da arte de narrar, presente nas várias famílias de narradores, do que a definição exata do que seja a narrativa. Assim, ao afirmar que a experiência da narrativa está em vias de extinção, Benjamin talvez não quisesse dizer que a narrativa está liquidada, mas que a existência de narradores oriundos da tradição oral não é mais possível porque o modelo de experiência que os alimentava já não é mais possível.

Walter Benjamin pergunta se "a relação entre o narrador e sua matéria - a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal". Apoiado em Paul Valéry, o filósofo-ensaísta argumenta que alma, olho e mão do artista, do pensador, do criador, se inscrevem no mesmo campo. É Valéry que escreve, sobre a transfiguração do trabalho do artista:

> Para esclarecer o significado dessa importante narrativa, não há melhor comentário que o trecho seguinte de Valéry, escrito num contexto completamente diferente. "A observação do artista pode atingir uma profundidade quase mística. Os objetos iluminados perdem os seus nomes: sombras e claridades formam sistemas e problemas particulares que não dependem de nenhuma ciência, que não aludem a nenhuma prática, mas que recebem toda sua existência e todo o seu valor de certas afinidades singulares entre a alma, o olho e a mão de uma pessoa nascida para surpreender tais afinidades em si mesmo, e para as produzir". A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração está agora vazio. (Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da [fim da p. 220] voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito). A antiga coordenação da alma, do olhar e da mão, que transparece nas palavras de Valéry, é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada. Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria - a vida humana - não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único? Talvez se tenha uma noção mais clara desse processo através do provérbio, concebido como uma espécie de ideograma de uma narrativa. Podemos dizer que os provérbios são ruínas de antigas narrativas, nas quais a moral da história abraça um acontecimento, como a hera abraça um muro.

O grande narrador tem suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais, descreve outra característica apontada pelo autor, que cita Gorki para exemplificá-la: ~~"~~Leskov é o escritor…mais profundamente enraizado no povo e o mais inteiramente livre de influências estrangeiras". Benjamin comenta que, para Leskov, o mundo das criaturas se exprime menos através da voz humana que por meio do que ele chama de ~~"~~a voz da natureza". Assim, alerta através do seu personagem central, Filip Filipovich, um pequeno funcionário que, para hospedar em sua casa um marechal de campo que passa pela cidade, se vale de todos os meios. Em tal narrativa, ~~"~~a voz da natureza" é a voz experiencial da narração, onde o fato acontecido no passado é lembrado de forma natural.

Para Benjamin, à medida que Leskov desce na hierarquia das criaturas, mais ~~"~~a voz da natureza" adquire o aspecto próprio do narrador, isto é, sua noção das coisas se associa ao

misticismo. O filósofo lamenta o fato de não haver muitas obras na narrativa recente, nas quais a voz do narrador anônimo, anterior a qualquer escrita, reflita de forma tão audível como na história de Leskov, A Alexandrita.

O dom do narrador é o dom de se relacionar com a vida, pois ele é capaz de moldar a matéria-prima da experiência, tanto a sua própria quanto a experiência dos outros, de uma forma sólida e útil. Por isso, é lamentável, para Benjamin, que a arte da narrativa, ou seja, a capacidade de trocar experiências tenha sido lentamente tirada de nós.

Finalmente, o autor conclui o ensaio apresentando a atmosfera que circunda o narrador em Leskov. Benjamin afirma que o narrador figura entre os mestres e sábios, é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida e, além disso, é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.

3 WALTER BENJAMIN E O DIÁRIO PARISIENSE

Muitos já se aventuraram com a poesia de Paul Valéry, uma das maiores referências literárias do séc. XX, deparando-se com textos híbridos, contraditórios, atuais e provocadores, para conhecer um Valéry imprevisto, que tenta deliberadamente testar os limites entre a ficção e a realidade.

"Diário parisiense e outros escritos" reúne quinze textos de Walter Benjamin dos anos de 1926 a 1936.

Paul Valéry foi um dos mais importantes poetas franceses modernos. Pode-se considerá-lo como uma ponte compacta entre a herança simbolista, que na França já é modernidade pura, e a poesia propriamente moderna de autores como Apollinaire, Éluard ou Ponge. Assim, embora sua poesia possua uma feição clássica admirável, ela consegue operar numa fenda poemática que é uma das bases da poesia moderna. Algo na esteira da ideia da dissonância que, segundo Hugo Friedrich em seu livro clássico a respeito da lírica moderna, faz com que o espaço do poema consiga incutir uma espécie de abismo semântico.

Ou seja: tomando como base a definição de Valéry de poesia como a máxima hesitação entre som e sentido, é como se o poeta realçasse essa hesitação a um nível em que a linguagem passa a adejar e quem sabe mesmo operar às raias do indizível. É uma maneira de explicar os paradoxos e contrastes que a poesia moderna ostenta com uma intensidade maior e muito mais aberta que a da poesia, no geral, até então. O poeta, com base num instrumento por natureza limitado (a linguagem), tenta fazer com que ela chegue a dizer o que não pode ser dito, valendo-se, para tal, em casos extremos, da própria dissolução e questionamento da linguagem, como no caso do lance de dados de Mallarmé.

Num texto intitulado *Variations sur las Bucolicques*, de 1944, ele explica que o trabalho da tradução é como uma espécie de seguir as pegadas do autor rumo àquele momento originário de sua formação, a fase em que os instrumentos de uma orquestra começam a tecer a harmonia conjunta de seus sons. Na verdade, a ideia de Valéry vai até um pouco além, pois, para ele, a tradução é uma maneira correspondente à de se criar uma poesia pura. Isto é: a poesia pura seria a poesia que pudesse até versar sobre nada, ou seja, o poeta estaria diante da pureza de seus instrumentos, o que é algo muito próximo do que acontece com o tradutor de poesia, que não precisa criar um poema, preocupando-se, antes, com o que o texto já disse e manejando apenas seus instrumentos.

A poética de Valéry não deixa de ser herdeira e crítica de uma variada corrente de poetas e artistas, aquela que irá determinar, em muito, o destino da Modernidade literária do século XX: o Simbolismo. As intensas leituras de poetas como Poe e Baudelaire, Verlaine e Rimbaud; e, posteriormente, quando já morando Paris, o hábito de frequentar – tal como W. B. Yeats, Rainer Maria Rilke, Stefan George, Oscar Wilde e André Gide —, na Rue Rome, às terças-feiras, as soirées no salão de seu mais querido e enigmático mestre, Mallarmé, que promovia discussões intermináveis acerca do trabalho e do destino do mundo artístico e filosófico: eis o que lhe desperta a reflexão sobre a poesia e sobre o fazer poético – isto é, a poética, como aqui então se compreende –, que se transforma ou se expande em um discurso sobre a linguagem (não por acaso que muito da crítica à filosofia tecida pelo poeta também neles se encontram e com ela se confundem), revelando assim toda a concepção estética valéryana, que preza mais ~~a~~ ação que faz do que a coisa feita" (VALÉRY, 1997, p. 1343.), o fazer do que o resultado do fazer, a feitura do poema do que o poema. Concepção que também pode ser sintetizada pela seguinte máxima, inúmeras vezes atualizada: ~~É~~ a execução de um poema que é um poema." (VALÉRY, 1997, p. 1350.) Porque é na execução das coisas que, para o poeta, o valor das coisas adquire legitimidade.

Para Benjamin,

> [...]
> Em Valéry espreita sempre um materialismo inescrupuloso, como os enciclopedistas o dão a conhecer. Uma avaliação fundamental de Valéry exige que a inteligência do escritor, em particular do poeta, seja perseguida com fúria inquisitiva; exige que ela rompa com a crença generalizada de que a inteligência, no caso dos escritores, é obvia. Valéry possui uma inteligência que não é óbvia; a outra é uma variante da falta de inteligência.
> Existe uma conexão entre a sobriedade concisa e metódica do pensador e escritor Valéry e a crueldade com que o poeta faz do nada o atributo da perfeição.
> [...]
> Em Valéry, [...] a intenção metódica em sua aplicação à poesia levou apenas à ideia de uma *poésie purê;* mesmo que ele tenha reconhecido claramente os vínculos precisos entre a poesia e ciência, parece que ele não foi capaz de realizar uma continuidade igualmente rigorosa: a da poesia e da literatura, portanto, de sua própria práxis nas mesmas (BENJAMIN, 2020).

Ele recusava a metafísica e os sistemas filosóficos. –Eu aspiro uma arte toda fundada sobre a inteligência", escreve ele, — isto é, não excluindo os inconscientes (o que não faria sentido), mas os evocando [...] segundo a ocasião; e sobretudo os provocando, assinalando-lhes os problemas." (VALÉRY, 1973, p. 336.) Ele concilia a poesia e o pensamento abstrato (VALÉRY, 1997, p. 1314-1339): a razão de Teste e a imaginação de Leonardo. Essa conciliação está sob o signo do conceito ou do ideário estético daquilo que comumente se designa com a polêmica expressão poesia pura (*poésie pure*). E esta pode ser interpretada, aqui, através de dois ideais, que, no fundo, são indissociáveis: o que postula aquilo que o poema deve se tornar e o que postula aquilo que o fazer o poema deve se tornar.

A célebre e, por vezes, didática, divisão entre forma e conteúdo tenderia assim a desaparecer no poema (ou na obra de arte), quando este aspira a ser poesia pura (ou na obra de arte pura).

Este distanciamento é responsável por certo hermetismo das narrativas às quais se refere Benjamim, e a sabedoria que se retira delas possui uma relação bastante indireta com a realidade. A contar com as referências a Valéry feitas por Benjamim tanto no ensaio sobre o narrador quanto em seus escritos sobre Baudelaire, é pertinente apontar não só para a semelhança entre procedimentos, mas à influência da escrita do primeiro na obra do segundo.

Utilizando-se do personagem Monsieur Teste, o escritor Paul Valéry desenvolve neste livro um pensamento livre e original sobre tópicos da arte moderna. Para Benjamin, a ideia de inatividade da personagem é a crítica mais afiada do mundo de Valéry a si mesmo.

Walter Benjamin, com base em Paul Valéry, escreve que "todos os esforços para estetizar a Guerra convergem para um ponto. Este ponto é a Guerra. A Guerra e somente a Guerra permite dar um objetivo aos grandes movimentos de massa, preservando as relações de produção existentes". Adorno vai além disso. Ele sugere que a guerra é uma desculpa para não mexer com o sagrado direito à propriedade. Ser de esquerda não significa seguir Marx como se fosse o Messias, mas simplesmente profanar o sagrado regime capitalista. (Filósofo Jeverton Soares Dos Santos)

Na primeira linha de seu ensaio sobre Valéry (1931, em homenagem ao seu sexagésimo aniversário), Walter Benjamin afirma que o poeta "outrora desejava ser um comandante naval", um marinheiro. "Elementos desse sonho juvenil ainda podem ser rastreados em sua poesia", escreve Benjamin. Não é curioso que esse poeta que desejava ser marinheiro pegue nas mãos o crânio de Descartes depois de devolvido pelas águas? Não é curioso que no mesmo livro em que Sebald fala do crânio de Thomas Browne e da presença deste e de Descartes no quadro de Rembrandt, ou seja, em Anéis de Saturno, também aí Sebald comente a vida de Joseph Conrad e seu juvenil desejo de também ele se tornar marinheiro? (não esquecer do encontro de Conrad com Valéry em 1922).

Para Benjamin, o marinheiro-Valéry permanece no poeta-Valéry não apenas pelas razões mais óbvias de temas e nomeações (O cemitério marinho), mas pela verticalidade do mergulho, pela pressão, pela condensação, pelo rigor. E ainda para Benjamin o monsieur Teste é o exemplo perfeito para essa visão de Valéry: o puro pensamento, a pura cabeça, o puro raciocínio, a depuração da linguagem em um sistema de equivalências rigorosas (mas que, curiosamente, só ganham vida na associação livre da digressão).

> A poesia de Valéry – um jogo muito preciso de referencia recíproca entre voz e inteligência, as ideias de seus poemas emergem como ilhas do mar da voz. Isso é o que distingue essa lírica reflexiva de tudo o que em alemão denominamos assim: em nenhum lugar nela a ideia se encontra com a "vida" ou com a realidade. O pensamento não tem a ver com mais ninguém do que com a voz: isso e nada mais é a quintessência da *poésie purê.* Em outras palavras: se a determinação da lírica é a *poésie purê,* então esta tem a ver, por sua vez, exclusivamente, com a *inteliggence purê.*
> A produção de Valéry é caracterizada pela tarefa – cada vez mais difícil de assumir e por fim irresolúvel – de harmonizar certos conhecimentos com o uso de privilégios específicos (BENJAMIN, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, o autor conclui o ensaio apresentando a atmosfera que circunda o narrador em Leskov. Benjamin afirma que o narrador figura entre os mestres e sábios, é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida e, além disso, é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.

Paul Valéry influenciou várias gerações de artistas, poetas e filósofos, como Rainer Maria Rilke, T. S. Eliot e James Joyce. Suas reflexões sobre o mundo contemporâneo marcaram vários pensadores contemporâneos como Jacques Derrida e seus escritos sobre a relação entre arte e pensamento foram decisivos para as reflexões de Maurice Merleau-Ponty.

Associado à Escola de Frankfurt, o alemão Walter Benjamin é considerado por alguns estudiosos como o filósofo da melancolia. Filho de pais judeus, nascido em 1892, Benjamin teve uma curta carreira. Alinhou-se ao pensamento marxista anos antes do partido nazista assumir o poder na Alemanha, em 1933, quando decidiu exilar-se em Paris. O filósofo via na cidade luz uma grande fonte de inspiração para escrever seus ensaios e artigos para revistas literárias. Com a ocupação da França pelas tropas de Hitler, Benjamin empreendeu fuga sem sucesso, acabando por cometer suicídio, no ano de 1940, para não se entregar aos nazistas. Morreu aos 48 anos, mas viveu sonhando com a volta da paisagem de uma Europa que, então, encontrava-se em ruínas. Nesse sentido, o caráter melancólico do filósofo revela o anseio nostálgico representado pela relevância concedida ao ato de recordar.

Benjamin não disponibiliza um estudo específico sobre a natureza da literatura. O que se vê, na maior parte de seus escritos, são traçados moventes entre as partes constituintes dos objetos artísticos e filosóficos, que em sua maioria apontam para uma constelação, uma atmosfera que habita determinado tempo e espaço. Segundo Michael Lowy, o pensamento benjaminiano "(...) visa nada menos que uma nova compreensão da história humana. Os escritos sobre arte ou literatura só podem ser compreendidos em relação a essa visão de conjunto a iluminá-los de seu interior" (LOWY, 2002, p.14). Tal proposição adensa uma busca em que os materiais da história e da arte mutuamente se iluminam em movimento de choque, para que daí sobreviva os fragmentos e resíduos que são as imagens que o autor arranca de seu contexto por "explosão", como parte deste possível traçado constelacional.

Alguns de seus escritos e ensaios sugerem a reconstrução de uma língua mágica e integradora, cuja essência está fragmentada na linguagem humana. Tal situação é perceptível na própria natureza da forma literária: uma linguagem que não supõe o comunicável ou o utilitarismo, mas a expressão de si mesma, a modulação oscilante de sua materialidade. Não por acaso, o autor busca na literatura a fonte metodológica para o desvelamento das mentalidades que perpassam os tempos, especialmente os séculos XIX e XX. De outra forma, a essência das coisas e dos seres está no traçado possível de sua constelação, cujos fragmentos são ditos pela linguagem humana. A literatura surge como revelação do instante, aquilo que reveste a linguagem enquanto memória e inconsciente de uma unidade e transparência efetuadas por imagens.

Segundo o filósofo, no texto "O narrador", a narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão, é, ela própria, uma forma artesanal de comunicação. E ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele, imprimindo-se na narrativa a marca do narrador. Aspectos do narrador se apegam à narrativa; esta é a razão pela qual muitos deles começam com as circunstâncias em que tenham tido acesso partindo para a história que estão prestes a contar. O próprio Leskov considerava essa arte artesanal – a narrativa – como um ofício manual: "a literatura não é para mim uma arte, mas um trabalho manual", afirmou ele.

Para Benjamin, a *short-story* aparece como comprovação da sua denúncia em relação à efemeridade do mundo atual. Ela pode ser definida como uma abreviatura da narrativa, um encurtamento necessário mediante a dinâmica do mundo moderno. Ele cita Paul Valéry: (...) já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado".

Para Benjamin, [...] conhece-se esse poeta e filósofo como o mais significativo entre os oponentes da corrente surrealista, da psicologia profunda, da corrente psicanalítica, dos cultos do inconsciente e da inspiração" (BENJAMIN, 2020).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Aula.** São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. O artista como representante. In: **Notas de literatura.** Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: editora 34, 2003, p. 151-164.

BENJAMIN. W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política.** Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987

_____. **Baudelaire e a Modernidade**. Tradução: João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Diário parisiense e outros escritos**. São Paulo: Hedra, 2020.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin:** aviso do incêndio. São Paulo: Boitempo, 2002.

NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte.** São Paulo: Ática, 2002.

VALÉRY, Paul. **Degas, dança e desenho**. Trad. Celia Euvaldo e Christina Murachco. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

VALERY, Paul. **Œuvres I**. Paris: Gallimard, 1997.

VALERY, Paul. **Œuvres II**. Paris: Gallimard, 1993.

VALERY, Paul. Caheirs I. **Choix de textes.** Org. Judith Robinson-Valéry. Paris: Gallimard, 1973.

VALERY, Paul. Caheirs II. **Choix de textes.** Org. Judith Robinson-Valéry. Paris: Gallimard, 1974.

DIREITO AMBIENTAL: LEI 11.977/2005 E A REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ENVIRONMENTAL LAW: LAW 11,977/2005 AND THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES

Área temática: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

BERTELLI, Célio
UNESP FRANCA
Doutor em Geociências e Meio Ambiente (UNESP Rio Claro)
celio.bertelli@unesp.br

SILVA, Tânia, de A.
Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (FDF)
taniadeabreusilva@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo debater a respeito do microssistema protetivo de direito ambiental, tendo como parâmetros, em esfera federal: a Lei 9.605/1988, de Crimes Ambientais, e a Lei 9.638/191, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, e a usurpação da competência legislativa municipal, de acordo com o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1998, com a promulgação da Lei 11.977/05, que Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo. A metodologia desse estudo é qualitativa, a partir de um exame geral sobre esses temas, que são muito importantes e úteis para a proteção do meio ambiente, fazendo-se uma análise acerca do microssistema protetivo de direito ambiental, para depois detalhar especificamente, a sua importância no direito brasileiro, o seu reflexo no âmbito municipal e especialmente a sua aplicação pelos principais tribunais do país nos casos concretos que lhes cabem julgar. Não obstante haver um longo caminho a percorrer, chegou-se à conclusão de que a proteção ambiental existente no ordenamento jurídico é suficiente para a proteção ambiental almejada, no âmbito Municipal, Estadual e Federal, o que não retira o dever de eficiência que deve nortear a administração pública, na sua função típica de administrar.

Palavras-chave: fauna silvestre, Competência Municipal, Políticas Públicas Ambientais.

Abstract

This work aims to discuss the protective microsystem of environmental law, having as parameters, at the federal level: Law 9,605/1988, on Environmental Crimes, and Law 9,638/191, which established the National Environmental Policy, and the usurpation of municipal legislative competence, in accordance with article 30, item I, of the 1998 Federal Constitution, with the promulgation of Law 11.977/05, which Establishes the Animal Protection Code of the State of São Paulo. The methodology of this study is qualitative, based on a general examination of these themes, which are very important and useful for the protection of the environment, carrying out an analysis of the protective microsystem of environmental law, and then specifically detailing its importance in Brazilian law, its reflection at the municipal level and especially its application by the country's main courts in the specific cases that they are responsible for judging. Despite there being a long way to go, it was concluded that the existing environmental protection in the legal system is sufficient for the desired environmental protection, at the Municipal, State and Federal levels, which does not remove the duty of efficiency that should guide public administration, in its typical function of administering.

Keywords: Wildlife, Municipal Competence, Public Environmental Policies.

1 INTRODUÇÃO

Diversos aspectos e consequências surgem diante da convivência entre proteção do meio ambiente e normas programáticas em matéria ambiental, sendo esse um tema pensado à luz do microssistema protetivo de direito ambiental, vigente no ordenamento jurídico brasileiro e da jurisprudência dos tribunais superiores. A criação de um regulamento coercitivo tornou-se essencial para um desenvolvimento econômico sustentável, com vistas a resguardar e preservar o meio ambiente para presentes e futuras gerações. Através desta sistemática, torna-se fundamental discutir a edição da Lei 11.977/05, que Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo. A inclusão de temas como: insuficiência de recursos, características regionais, e competência escalonada, entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no debate, é uma das formas de se possibilitar a efetiva aplicação do Direito Ambiental. A meta deste estudo é, portanto, analisar o direito ambiental, notadamente, quanto aos impactos na administração pública municipal e na jurisprudência, e bem assim na produção legislativa. Analisando-se a Constituição Federal, diplomas legislativos federais, estaduais, decisões das Cortes Superiores, pretendeu-se definir, relacionando à lei em que foi contemplado e bem assim trazendo-se julgados que consolidam sua aplicação pelo Poder Judiciário.

O artigo debate o microssistema protetivo de direito ambiental, tendo como parâmetros, em esfera federal: a Lei 9.605/1988, de Crimes Ambientais, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas, derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e a Lei 9.638/191, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, e a usurpação da competência legislativa municipal, de acordo com o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1998, com a promulgação da Lei 11.977/05, que Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo. O objetivo principal da pesquisa é criticar e refletir sobre a interpretação hermenêutica da lei e seus reflexos na administração pública municipal e a jurisprudência correlata. Por meio de metodologia exploratória de abordagem qualitativa utilizou de pesquisa bibliográfica e documental ao consultar livros, artigos científicos, decisões judiciais, jurisprudência e materiais relacionados ao objeto de estudo. As hipóteses do estudo são o direito e a ingerência no poder executivo municipal por meio de suas leis e decisões judiciais. Como conclusões apresenta-se a interpretação do Código de Proteção dos Animais, seu caráter programático, no que tange a ao artigo 6 °, §2, da lei 11.977/05 e sua desconformidade com as características da municipalidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Microssistema Protetivo de Direto Ambiental

A Constituição Cidadã de 1988, atenta à tendência mundial de estabelecer mecanismos aptos a coibir a neocriminalidade e as violações aos direitos pertencentes à coletividade, conferiu caráter constitucional a preservação ambiental, atribuindo a todos o direito ao meio ambiente equilibrado e o dever de preservá-lo.

É no artigo (art.) 225 que se encontra o núcleo principal da proteção do meio ambiente na Constituição de 1988. Não podemos esquecer, como já referido, que o art. 225 é apenas o porto de chegada ou ponto mais saliente de uma série de outros dispositivos que, direta ou indiretamente, instituem uma verdadeira malha regulatória, que compõe a ordem pública ambiental, baseada nos princípios da primariedade do meio ambiente e da explorabilidade limitada da propriedade, ambos de caráter geral e implícito.

É importante destacar que a história da legislação ambiental no Brasil foi influenciada pela Conferência de Estocolmo-Suécia no ano 1972, que levou a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) pela Lei n. 73.030 de 30 de outubro de 1973, que visava a "[...] conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Por ser alvo de controvérsias em campo doutrinário, o conceito legal é importantíssimo, pois, além de dar contornos mais precisos à expressão, também caracteriza o objeto do direito ambiental. Segundo Luís Paulo Sirvinskas (2002. p. 24):

> Em outras palavras, meio ambiente é o lugar onde habitam os seres vivos. É o habitat dos seres vivos. Esse habitat (meio físico) interage com os seres

> vivos (meio biótico), formando um conjunto harmonioso de condições essenciais para a existência da vida como um todo.

Entendimento de Miralé (2011. p.143.):

> Em linguagem técnica, meio ambiente é a combinação de todas as coisas e fatores externos ao indivíduo ou população de indivíduos em questão. Mais exatamente, é constituído por seres bióticos e abióticos e suas relações e interações.

A partir dos apontamentos realizados anteriormente, o que se pode observar considerando a realidade brasileira, é que a política ambiental foi formulada a partir dos conceitos de meio ambiente, ecologia e desenvolvimento sustentável. Isso porque foram nestes conceitos, lapidados nas conferências ambientais nacionais e internacionais que se estabeleceram as bases para a criação das definições existentes de meio ambiente nas legislações brasileiras.

A PNMA vem disciplinada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. É a referência mais importante na proteção ambiental. Ela dá efetividade ao artigo Constitucional 225. O Direito que está preceituado neste artigo é referente ao meio ambiente equilibrado simultaneamente ao dever de responsabilidade, quando uma atividade gerar dano ambiental. Portanto, esse dispositivo Constitucional, regulador do meio ambiente, determina o não uso indiscriminado de determinado bem, quando sua utilização colocar em risco o equilíbrio ambiental.

Princípios da PNMA - art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A ação governamental objetiva a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo certo que o meio ambiente é um patrimônio público de uso coletivo e deve ser necessariamente protegido. Por isso é que a preservação, a recuperação e a revitalização do meio ambiente haverão de constituir uma preocupação do Poder Público e, consequentemente, do Direito, porque ele forma a ambiência na qual se move, desenvolve, atua e expande a vida humana. O objetivo da PNMA é de regulamentar as várias atividades que envolvam o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, tornando favorável a vida, assegurando à população condições propícias para seu desenvolvimento social e econômico. Esses objetivos para serem atingidos, devem ser orientados por princípios, fundamentais na busca da proteção ambiental. Os Instrumentos da PNMA, estão elencados no artigo 9º da Lei n.º 6.938/81. São mecanismos utilizados pela Administração Pública para que os objetivos da política nacional sejam alcançados. Foram estabelecidos por meio de Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Desta forma, a PNMA em seu artigo sexto estabeleceu que o SISNAMA (regulamentado pelo Decreto n. 99.274/1990) era o responsável por integrar "[...] os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental" (BRASIL, 1981), estabelecendo assim sua estrutura. De modo geral, a organização por meio do SISNAMA foi um importante passo para o avanço da política ambiental no Brasil, pois segundo Farias (2008, p. 1), ele se constitui em "[...] um sistema administrativo de coordenação de políticas públicas de meio ambiente envolvendo os três níveis da federação que tem como objetivo dar concretude à Política Nacional do Meio Ambiente". Sendo assim, é a partir do SISNAMA que essa estrutura político administrativa promovida pela PNMA vai se materializar no território brasileiro, de forma

sistematizada, respeitando os limites constitucionais de cada ente federado. Com o advento da Lei nº 9.605, chamada de Lei de Crimes Ambientais, tornou-possível a efetivação da responsabilização criminal dos entes coletivos por ações cometidas em detrimento do meio ambiente, uma vez que, além de estabelecer novos tipos penais incriminadores, a novel legislação previu expressamente os requisitos para a imputação (artigo 3º.) bem como sanções penais peculiares à natureza jurídica das empresas (artigos 21 a 23), superando os obstáculos até então existentes a tal respeito e que impediam o cumprimento da vontade constitucional.

Todavia, a criação da lei não garante sua implantação na prática e, nesse sentido, foram necessários criar instrumentos legais de articulação, visando uma gestão ambiental que fosse eficiente, descentralizada e que respeitasse os princípios democráticos, o que ocorreu por meio da Lei Complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011, que estabeleceu normas para: [...] cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 2011).

A Lei 9.605/1998, embora denominada Lei dos Crimes Ambientais, preocupou-se também com infrações administrativas e com aspectos da cooperação internacional para a preservação31 do ambiente. As legislações penais relativas ao meio ambiente existentes antes da Lei 9.605/98 eram muito confusas e de difícil aplicação.

A lei nº 9.605/98 dedica espaços específicos aos crimes contra a fauna, contra a flora, contra a poluição, contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural e contra a administração ambiental.

Porém, o progresso por ela ensejado foi mais político do que técnico jurídico, continuando os juristas pátrios com o débito de escrever para a nossa sociedade um direito ambiental à altura do grande patrimônio que precisa ser protegido para as futuras gerações.

A Lei 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento Básico estabelece diretrizes que se referem ao abastecimento de água; coleta, tratamento e disposição final de esgotos e drenagem pluvial. Aborda, também, sobre coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e efluentes líquidos industriais. Esses últimos, de interesse das empresas tratadoras.

Já Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – nº 12.305 de 02/08/2010 estabelece instrumentos e diretrizes para os setores públicos e as empresas lidarem com os resíduos gerados. Através da PNRS é exigido que as organizações sejam transparente com o gerenciamento de seus resíduos.

A PNRS é um marco para prevenir os danos ambientais provocados pelo descarte incorreto de resíduos.

Há também leis específicas sobre recursos hídricos e agrotóxicos, quais sejam:

Lei de Recursos Hídricos – nº 9.433 de 08/01/1997 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. A lei define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos – consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos e recursos hídricos;

Lei dos Agrotóxicos – nº 7.802 de 11 de julho de 1989 foi instituída para: I – legislar sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico dos agrotóxicos; II – controlar e fiscalizar os estabelecimentos de produção, importação e exportação, bem como controlar a sua produção, importação e exportação; III – analisar os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins; IV – legislar sobre os requisitos para as embalagens dos agrotóxicos e rotulagens; V – legislar sobre o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial e o destino final dos resíduos e embalagens.

Já o Novo Código Florestal de 2012 é norma geral voltada à proteção e ao uso sustentável das florestas e das demais formas de vegetação nativa e, como tal, padroniza conceitos, princípios e procedimentos que devem ser observados e especificados pelos demais entes federativos no exercício de suas competências ambientais.

Princípios do Código Florestal - O art. 1º, parágrafo único, da lei determina que esta tem como objetivo o Desenvolvimento Sustentável, bem como que atenderá aos seguintes princípios:

> I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;

> II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia;
> III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação;
> IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suasfunções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;
> V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa;
> VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Por outro lado, o Código Florestal impõe limitações ao exercício do direito de propriedade por meio da previsão da instituição de Áreas de Preservação Permanente (APP) ou de Áreas de Reserva Legal, que deverão ser protegidas em razão da relevância ambiental da vegetação nelas situada. Tais limitações estão fundamentadas no princípio constitucional da função socioambiental da propriedade.

Em síntese, a legislação ambiental brasileira tem a intenção de proteger o meio ambiente e reduzir ao mínimo as consequências de ações humanas devastadoras sobre ela. Ela é a mais completa mundo, porém há incongruências significativas entre o idealizado e o exequível, dentro da capacidade orçamentária de cada ente federativo.

2 .2 Da Competência Municipal em Matéria Ambiental

Segundo o disposto no artigo 23 da Constituição Federal, a preservação do meio ambiente é competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
> VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
> VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
> Visando regulamentar a forma que cada ente irá desempenhar tal atribuição constitucional, foi editada a lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que no artigo 6° de forma expressa prevê a competência de cada ente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente, in verbis:
> Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim
> estruturado:
> I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;
> II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre

> normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;
> III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
> IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
> V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

Atenta ao federalismo cooperativo, e nos termos do parágrafo único do art. 23 foi editada a Lei Complementar n° 140/11, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Esse diploma legal, por exemplo, prevê mecanismos como a atuação supletiva (ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas na lei complementar) e a atuação subsidiária (ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas na lei complementar) além de consórcios públicos, convênios, acordos de cooperação técnica, delegação de atribuições ou de execução de ações administrativas.

Não obstante, aos Municípios assiste competência normativa para disciplina do meio ambiente a título concorrente em nível complementar ou supletivo na medida da predominância do interesse local para atuação de sua competência material comum, assim como a título privativo em assunto de preponderante interesse local. A compreensão do que constitua preponderante (ou predominante) interesse local empenha a aferição da dimensão de seu grau à vista da maior ou menor capilaridade da matéria no tecido federativo. Efetivamente, assuntos que não se resumem peculiarmente à esfera local e despertam interesse nacional são da alçada da União enquanto os de repercussão regional aos Estados. Assim, ao se considerar o interesse local, cabe destacar a importância dos municípios nas questões ambientais, uma vez que, os municípios, estão os mais próximos dos problemas.

De tal maneira, destaca Antunes (2005, p. 77-78):

> Está claro que o meio ambiente está incluído no conjunto de atribuições legislativas e administrativas municipais e, em realidade, os Municípios formam um elo fundamental na complexa cadeia de proteção ambiental. A importância dos Municípios é evidente por si mesma, pois as populações a as autoridades locais reúnem amplas condições de bem conhecer os problemas e mazelas ambientais de cada localidade, sendo certo que são as primeiras a localizar e identificar o problema. É através dos Municípios que se pode implementar o princípio ecológico de agir localmente, pensar globalmente.

Nesse sentido, essa política contribuiu para se pensar sobre a complexidade do meio ambiente no espaço urbano brasileiro. Isto se deve ao fato de que um dos principais instrumentos do Estatuto das Cidades é o Plano Diretor Municipal, que além de garantir o tratamento de todas as questões pertinentes as áreas urbanas (econômico, social, físico), reforça ações para o cumprimento de responsabilidades ambientais municipais de tal forma que estas não sejam negligenciadas.

O Município é pessoa jurídica de direito público interno com a natureza de “entidade político-administrativa, dotada de autonomia política, administrativa e financeira” (SILVA, 2009, p. 07).

Pelo fato de o Município estar mais próximo da população dos locais onde ocorrem os problemas, é que se torna mais fácil para ele fiscalizar e aplicar as normas.

Exibidas estas premissas, cumpre pesquisar o tratamento do assunto pelas Cortes judiciárias superiores – o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

2.3 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça apreciou questões relacionadas aos agrotóxicos. Acerca da competência executiva ou material, considerou que "em se cuidando de discussão acerca de medida emergencial que visa controlar a contaminação causada por embalagens de agrotóxicos, o artigo 23 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, Estados e Municípios" (STJ, REsp 541.771-RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, 17-04-2008, v.u., DJe 09-05-2008).

No tocante à competência normativa, assinalando que a União, os Estados e o Distrito Federal, nos termos do art. 10 da Lei 7.802/89, detêm competência concorrente para legislar sobre agrotóxicos e proteção ao meio ambiente, cabendo à União fixar normas gerais e aos Estados suplementar a legislação federal no que couber.

Sublinhou que "não há óbice constitucional ou legal a que os Estados Membros exijam o registro prévio de agrotóxicos no órgão ambiental ou de agricultura estadual, ainda que haja registro prévio no Ministério da Agricultura" (24 STJ, AgRg-MC 12.968-PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, 25-09-2007, v.u., DJ 05-10-2007.). Na mesma linha afirma que:

> a competência para legislar sobre o uso, produção, consumo e comércio de agrotóxicos é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal", concluiu que "a exigência do Estado do Paraná de que o laudo para comercialização dos agrotóxicos seja elaborado por laboratório ou instituição oficial não fere a Lei Federal 7.827/81, tampouco a C.F., como já declarado pelo Pretório Excelso ao apreciar Representação de Inconstitucionalidade nº 1.246-6, por isso que se insere na competência estadual supletiva ou complementa (RSTJ 133/175).

Importante decisão equacionou a competência normativa suplementar do Município. Partindo do pressuposto da competência material comum em matéria ambiental, reconheceu a possibilidade de legislação municipal supletiva na esfera do interesse local.

No caso, a conclusão do acórdão estampou que o Município não poderia vedar o uso e o armazenamento de agrotóxicos em seu território se a União autorizou sua produção. No tocante à competência material (executiva), assentando a irrenunciabilidade da competência comum resumiu que.

> a inclusão de determinada função administrativa no âmbito da competência comum não impõe que cada tarefa compreendida no seu domínio, por menos expressiva que seja, haja de ser objeto de ações simultâneas das três entidades federativas: donde, a previsão, no parágrafo único do art. 23 CF, de lei complementar que fixe normas de cooperação (v. sobre monumentos arqueológicos e préhistóricos, a L. 3.924/61), cuja edição, porém, é da competência da União e, de qualquer modo, não abrange o poder de demitirem-se a União ou os Estados dos encargos constitucionais de proteção dos bens de valor arqueológico para descarregá-los ilimitadamente sobre os Municípios. (STF, ADI 2.544-RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 28-06-2006, m.v., DJ 17-11-2006, p. 47)

2.4 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal se orienta, em linhas gerais, pela inconstitucionalidade de norma estadual que regule fora das peculiaridades locais e de sua competência suplementar, em sentido contrário à legislação federal que regula normas gerais sobre o tema, substituindo os critérios mínimos estabelecidos nesta (STF, ADI 5.163-GO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, 08-04-2015, v.u., DJe 18-05-2015).

Assim, julgou inconstitucional lei estadual que vedou o cultivo, a manipulação, a industrialização e a comercialização de organismos geneticamente modificados por ofensa às normas constitucionais relativas às matérias de competência legislativa concorrente e norma estadual

proibitiva de importação, extração, beneficiamento, comercialização, fabricação e instalação de produtos contendo qualquer tipo de amianto em razão de existência de lei federal e extravasamento da competência supletiva (STF, ADI 3.035-PR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, 06-04-2005, v.u., DJ 14-10-2005, p. 07).

Apreciando em sede de recurso extraordinário casos envolvendo a competência legislativa municipal em meio ambiente, o Supremo Tribunal Federal manteve decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que julgou improcedente ação direta de inconstitucionalidade movida em face de lei municipal (STF, AgR-RE (segundo) 527.008-SC, 2ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, 17-09-2013, v.u., DJe 17-10-2013).

O tribunal estadual louvou o entendimento de que sempre se entendeu que ao Município sobravam poderes implícitos para editar normas edilícias de salubridade e segurança urbanas e para tomar medidas executivas de contenção das atividades prejudiciais à saúde e bem-estar da população local e degradadoras do meio ambiente de seu território, uma vez que, como entidade estatal, achava-se investido de suficiente poder de polícia administrativa para a proteção da coletividade administrativa. No tocante à proteção ambiental a ação do Município limita-se espacialmente ao seu território, mas materialmente estende-se a tudo quando possa afetar seus habitantes e particularmente a população urbana. Para tanto, sua atuação nesse campo deve promover a proteção ambiental nos seus três aspectos fundamentais: controle da poluição, preservação dos recursos naturais e restauração dos elementos destruídos (STF, AgR-RE (segundo) 474.922-SC, 2ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, 27-11-2012, v.u., DJe 20-02-2013)

A 2ª Turma do Pretório Excelso, invocando literatura especializada, considerou que "além de a Constituição conferir a competência material aos Estados e Municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas"(art. 23, VI), ela, Constituição Federal, também na matéria, confere a competência de ordem legislativa, expressamente, art. 24, inciso VI".

De qualquer maneira, a legislação federal e estadual se apresenta como limite à competência normativa do Município em matéria ambiental como decidiu a 2ª Turma da Suprema Corte ao resumir que a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial urbano não afasta a incidência das normas estaduais expedidas com base na competência concorrente para legislar sobre direito urbanístico, meio ambiente e patrimônio turístico e paisagístico" porque a legislação local não pode "derrogar normas federais e estaduais editadas em consonância com a repartição de competência prevista no art. 24, §§ 1º e 2º, da CF 33".

Esse também foi o fio condutor da decisão prolatada a respeito de leis municipais proibitivas da queima da palha da cana-de-açúcar, tomada em nível de repercussão geral. O Supremo Tribunal Federal reafirmou que "o Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, I e II da CRFB)", e enunciou a inconstitucionalidade da lei municipal discrepante da solução dada pela legislação estadual. STF, RE 586.224-SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, 05-03-2015, m.v., DJe 08-05-2015),

No debate de medidas antipoluição visual (como as da Lei Cidade Limpa do Município de São Paulo), o Pretório Excelso reconheceu a competência normativa municipal porque "trata de assuntos de interesse local, entre os quais, a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, com vistas a evitar a poluição visual e bem cuidar do meio ambiente e do patrimônio da cidade"35. A decisão encontrou a competência nos incisos I, II e VIII do art. 30 da Carta Magna de 1988, embora o caso reflita competência privativa municipal lastreada no inciso I desse art. 30.

A partir de 2017, o Supremo Tribunal Federal registrou os primeiros sinais de mudança nas decisões do STF em matéria de legislação concorrente, até então muito centralizadora na União. Ao explicar o federalismo cooperativo sob a perspectiva alemã, destaque-se que o Ministro Edson Fachin, em seus votos sobre distribuição de competências, vinha encorajando a exploração de todas as inovações previstas na Constituição de 88, inclusive o federalismo cooperativo, ao defender que „que a legislação federal abstenha-se de intervir desproporcionalmente nas competências locais, como também que, no exercício das competências concorrentes, a interferência das legislações locais na regulamentação federal não desnature a restrição claramente imposta por ela (ADI 5356, Rel. Min. Edson Fachin, Red. p/acórdão Min. Marco Aurélio, julg. em 3.8.2016.)".

No julgamento do Tema 970 (RE 732.686, 2015) da sistemática da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reforçou a competência dos municípios para legislar em matéria de proteção ambiental, ao declarar a constitucionalidade de leis municipais que proíbem o uso de sacolas plásticas pelo comércio local. A Corte fixou a tese segundo a qual :"É constitucional, formal e

materialmente, lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis" RE 730721 SP, DJe-201 07/10/2015.

O recente julgado é mais um exemplo do fortalecimento das competências estaduais e locais pela jurisprudência da Suprema Corte.

2.5 Exegese da Lei 11.977/05 e a Usurpação da Competência em Matéria Ambiental

Em âmbito Estadual, a Constituição Paulista disciplina e reafirma o texto expresso na Carta Magna, incumbindo ao Estado de São Paulo, no art. 193, inciso X, a obrigatoriedade de criação de um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos.

Apesar do novel legislativo ser mais protetivo, pecou quando criou obrigações, no âmbito municipal, no que tange a fixação de obrigações aos municípios referentes a proteção da fauna e flora.

Senão, vejamos:

> Artigo 6º- Fica instituído o Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado.
> § 1º - Todos os Municípios do Estado, por meio de projetos específicos, deverão:
> 1. atender às exigências legais de proteção à fauna silvestre
> 2. promover a integração dos serviços de normatização, fiscalização e de manejo da fauna silvestre do Estado;
> 3. promover o inventário da fauna local;
> 4. promover parcerias e convênios com universidades, ONGs e iniciativa privada;
> 5. elaborar planos de manejo de fauna, principalmente para as espécies ameaçadas de extinção;
> 6. colaborar no combate ao tráfico de animais silvestres;
> 7. colaborar na rede mundial de conservação.
>
> § 2º - Todos os Municípios do Estado poderão viabilizar a implantação de Centros
> de Manejo de Animais Silvestres, para:
>
> 1. atender, prioritariamente, os animais silvestres vitimados da região;
> 2. prestar atendimento médico-veterinário e acompanhamento biológico aos animais silvestres;
> 3. dar apoio aos órgãos de fiscalização no combate ao comércio ilegal e demais
> infrações cometidas contra os animais silvestres;
> 4. promover estudos e pesquisas relativos à fauna silvestre e meio ambiente;
> 5. promover ações educativas e de conscientização ambiental.

Infere-se dos dispositivos supracitados que o Código de Proteção Animal criou despesas para a municipalidade, sem trazer a fonte de custeio, para as novas obrigações orçamentárias impostas. Além disso, a instituição de programas ou projetos municipais de proteção à fauna e de controle de zoonoses, por se tratar de assuntos de interesse local, é matéria de competência legislativa municipal (artigo 30, inciso I, da Constituição).Assim, ao se considerar o interesse

local, cabe destacar a importância dos municípios nas questões ambientais, uma vez que, os municípios, estão os mais próximos dos problemas.

De tal maneira, destaca Antunes (2005, p. 77-78):

> "Está claro que o meio ambiente está incluído no conjunto de atribuições legislativas e administrativas municipais e, em realidade, os Municípios formam um elo fundamental na complexa cadeia de proteção ambiental. A importância dos Municípios é evidente por si mesma, pois as populações a as autoridades locais reúnem amplas condições de bem conhecer os problemas e mazelas ambientais de cada localidade, sendo certo que são as primeiras a localizar e identificar o problema. É através dos Municípios que se pode implementar o princípio ecológico de agir localmente, pensar globalmente."

Nessas normas, como ensina Alexandre de Moraes (1997, p. 37) "o juízo de oportunidade e a avaliação da extensão do programa incumbem ao Poder Legislativo, no exercício de sua função legiferante", sendo que "sua eficácia social depende da própria evolução das situações de fato; daí resulta uma aplicabilidade dependente" (FERRAZ JR, 1990, p. 19).

Abaixo, há uma compilação de normas e propostas existentes sobre o assunto:

Constituição Federal Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...) VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Lei Complementar (LC) nº 140/2011 em seu Artigo 8º considera que:

> São ações administrativas dos Estados:
> VIII - controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica, ressalvado o disposto no inciso XX do art. 7º

Acordo de Cooperação Técnica para Gestão de Recursos Faunísticos Celebrado entre IBAMA e Secretaria do Meio Ambiente, no ano de 2008, para o repasse da gestão do manejo de fauna silvestre in situ e ex situ.

Nota-se que a gestão do manejo de fauna silvestre in situ é de competência da União, conforme estabelecido pela LC nº 140/2011 (ver grifo acima), nada obstante exista o precitado Acordo de Cooperação Técnica.

Constituição do Estado de São Paulo (1989):

> Artigo 193. O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:
> (...) X - proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou 1 Art. 7º. São ações administrativas da União:
> (...) XX - controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

De acordo com o Decreto Estadual nº 57.933/2012:

> Artigo 43.O Departamento de Fauna tem as seguintes atribuições:
> VI - por meio do Centro de Manejo de Fauna Silvestre:

> a) executar e/ou acompanhar projetos de manejo da fauna silvestre "in situ", nativa e exótica;
> b) avaliar projetos, elaborar pareceres, expedir autorizações e acompanhar as condicionantes destas, para:
> 1. manejo da fauna silvestre "in situ", nativa e exótica;
> 2. levantamento, monitoramento, resgate, translocação e transporte de fauna silvestre no âmbito do licenciamento ambiental do Estado;
> c) realizar estudos e análises sobre conservação da fauna silvestre nativa;

Assim, por se tratarem de políticas públicas a serem implementadas pela administração pública municipal, esta poderá observar a conveniência e oportunidade, pilares do direito administrativo pátrio.

Ademais, a Lei 11.977/05, deve ser interpretada de maneira ponderada, de acordo com "o tempo e os meios em que vêm a ser revestidas de plena eficácia" essas normas. É nesse contexto que residem as normas chamadas "programáticas", que consistem em verdadeiros programas a serem cumpridos pelo Estado, na medida do possível e do razoável.

A Lei Estadual traz, em seu artigo 6º, §1º e §2º, conceitos de caráter programático, ou seja, são princípios a serem adotados em programa de proteção à fauna silvestre.

Em abono, registre-se o entendimento da 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente deste Tribunal de Justiça:

> AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Criação de Centro de Triagem de Animais Silvestres e Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. A Lei Estadual nº 11.977/205 traz conceitos de caráter programático, cabendo ao Executivo providenciar o cumprimento por meio de políticas públicas. O direito à proteção à fauna por meio judicial deve ser analisado com parcimônia, submetendo-se à razoabilidade e ao princípio da reserva do possível, à semelhança do que ocorre com os direitos fundamentais. Apesar da omissão municipal, a intervenção do Judiciário só se justifica quando essa omissão expõe a risco os animais silvestres, do que não há notícias nestes autos. As peculiaridades do caso indicam ser prudente aguardar a Municipalidade implementar o programa nos moldes propostos em ofício. NEGA-SE PROVIMENTO AO APELO. (TJSP; Apelação1003251-90.2016.8.26.0408; Relator (a): Ruy Alberto Leme Cavalheiro; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Foro de Ourinhos - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento:05/04/2018; Data de Registro: 09/04/2018).

Nesse sentido o legislador usa os verbos "promover", "colaborar", "atender", "elaborar", "viabilizar", entre outros. Uma vez que a norma tem conteúdo programático, cabe ao Executivo providenciar o cumprimento por meio de políticas públicas, dentro dos limites de sua dotação orçamentária.

Somando-se a isso, ao se realizar a interpretação do preceito legal, infere-se que não é revestido de natureza cogente, não sendo outra a exegese a ser dada ao vocábulo "poderão", claramente indicativo de mera faculdade concedida ao gestor municipal.

Existem, atualmente no Estado de São Paulo, 16 CETRAS/CRAS, vinculados a secretaria do meio ambiente, localizados nos municípios de: Araras, Assis, Barueri, Botucatu, Cubatão, Franca, Guarujá, Jundiaí, Lorena, Praia Grande, São José dos Campos, São Paulo (3 centros), São Sebastião, Ubatuba, para atender 645 municípios que compõem o Estado.

Os animais silvestres são considerados propriedade do Estado, e, por isso, gozam de amparo específico na Legislação Ambiental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata de uma pesquisa acadêmica teórica, executada na forma de revisão bibliográfica, de maneira a ser fundamentada na leitura de livros e artigos científicos publicados. Assim, para o aprofundamento e o enriquecimento do estudo do tema, proceder-se-á, também, ao exame da doutrina e da jurisprudência afeita ao objeto de estudo, na busca da obtenção de respostas para os questionamentos aventados.

Nos trabalhos de elaboração do presente estudo, foram utilizados dados e informações colhidas na leitura de livros e artigos científicos. Em adição a esses levantamentos, recorreu-se à doutrina e jurisprudência, além de pesquisa a bancos de dados, hospedados em plataformas digitais, como o Google Acadêmico, o site do Tribunal de Justiça de São Paulo, site do Supremo Tribunal Federal, site do Superior Tribunal de Justiça, site da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, obtidos a partir das seguintes palavras chave: Lei 11.977/2005 ; competência em matéria ambiental; animais; separação dos poderes; direito ambiental.

Como critério para a seleção do material que deu base para o trabalho, com o objetivo de se refinar a pesquisa, optou-se pela consulta a artigos cujo tema esteja relacionado ao direito ambiental, e, de modo reflexo, trabalhos que abordassem usurpação da competência em matéria ambiental e competência municipal em matéria ambiental. Esta pesquisa de revisão de literatura e jurisprudência teve o tempo de realização de dois meses organizado do seguinte modo: no primeiro mês, realizou-se o levantamento do referencial teórico e a revisão da literatura e no segundo mês, a elaboração dos elementos pré-textuais e pós textuais que compõem todo o trabalho.

A presente pesquisa é qualitativa, havendo o seu resultado se originado na revisão de literatura, na avaliação e no tratamento do conteúdo das informações colhidas nos trabalhos selecionados e na jurisprudência pertinente. Desta forma, na elaboração do texto do presente estudo, os dados e as informações da bibliografia consultada, cujo aspecto foi considerado relevante para a pesquisa, foram organizados de modo a dar sustentação teórica às argumentações do presente trabalho.

A pesquisa qualitativa aborda as informações colhidas a partir da leitura de artigos acadêmicos, como também de artigos científicos e jurisprudenciais. Considerando os aspectos de mais relevo enumerados pelos autores selecionados, os trabalhos de revisão bibliográfica se apoiam nos dados e nas informações obtidas para o procedimento deste estudo. Assim, conquanto um artigo fruto de revisão de literatura se origine de livros com pesquisas qualitativas, em razão de não se tratar de uma prova metodológica primária, tampouco de coleta de dados, esse será classificado como uma pesquisa qualitativa (GONÇALVES, 2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito regional, a aplicabilidade da lei se mostra em dissonância com a realidade fática dos vários municípios que compõem o estado de São Paulo. Os serviços e atividades estatais estão sujeitos a necessidade de sua implementação e a existência de recursos previstos para a sua realização, entre as várias necessidades que devem ser atendidas pelos entes estatais. Assim, a primeira questão que se põe é aferir se os serviços estipulados na Lei, são, efetivamente, necessários, pois se os serviços não são necessários, haveria violação do artigo 37 da Constituição Federal, por ineficiência caracterizada pelo desperdício de recursos públicos.

Desta forma, é preciso cotejar os dados de apreensão (demanda), para avaliar a real necessidade e eficiência das obrigações previstas (relação de custo/benefício).

Especificamente, na região Município de Rifaina, a obrigatoriedade de criação de CRAS/CETAS/CETRAS, se mostra desnecessária. Conforme se verifica por dados fornecidos pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, a apreensão de animais silvestres em Rifaina no período de 2017 a 2021 foi de apenas três animais, em contraste com a apreensão em todo o Estado de São Paulo, que atingiu o número de 168.749 animais apreendidos ou entregues.

Nos outros municípios da região, as apreensões, segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente, foram de:

1) Município de Franca/SP, a apreensão de animais foi de apenas 1.223 animais, média anual de 305 animais por ano; 2) No município de Cristais Paulista, as apreensões, no interregno de 2017 a 2021, foram de 17 animais, o que totaliza uma média anual de 3 animais por ano. 3) No município de Pedregulho, as apreensões, no intervalo de 2017 a 2021, foi de somente 22 animais, média anual de 4 animais por ano; 4) Em Ribeirão Corrente, no mesmo período, de 2017 a 2021, média anual de 3 apreensões. 5) Município de Brodowski, o total de animais apreendidos foi de 89, média anual de 18 animais; 6) Município de Sertãozinho, as apreensões totalizaram, no período de 2017 a 2021, 695 apreensões, uma média anual de 139 capturas;7) Município de Jardinópolis, no período de 2017 a 2021, as apreensões foram de 712, uma média anual de 142 animais; 8) Município de Restinga, no interstício de 2017 a 2021, as apreensões totalizaram 14 animais, média

anual de 3 animais; 9) Município de Ribeirão Preto, as apreensões, no período de 2017 a 2021, houve um total de 2.118, média anual de 424 resgates.

Ocorre que, os custos de manutenção de serviços de CRAS/CETAS/CETRAS são elevados, apenas considerando-se os profissionais envolvidos (médicos veterinários, auxiliares, tratadores) e insumos (medicamentos, material cirúrgico e alimentação), isto para não falar do custo do local (compra, desapropriação ou locação), despesas correntes (luz, água, limpeza, etc) e sua infraestrutura física e tecnológica, além de custos de destinação dos animais (pois grande parte dos animais apreendidos não pertence aos biomas paulistas, tendo origem nas regiões Norte e Nordeste do país, exigindo custos com remessa por via aérea).

Para efeitos comparativos, em razão de estudos realizados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, para celebração de convênios com universidades, o custo estimado por mês para operação de um CRAS/CETRAS (ou seja, pessoal, insumos) é de R$ 220.000,00 (2023), para atendimento de aproximadamente 800 animais por mês. Assim, o custo anual alcança R$ 2.640.000,0. No caso dos municípios acima elencados, que tem a taxa de apreensão de animais baixa, por mês, a instalação e manutenção de um centro de atendimento desta envergadura, se mostra totalmente desnecessária, dispendiosa e ineficaz.

Como se sabe, os recursos públicos são finitos, ao passo que as necessidades humanas são crescentes, o que impõe à Administração Pública a eleição de prioridades entre os diversos problemas que devem ser resolvidos no âmbito da sociedade.

A edição da Lei 11.977/05, trouxe vários dispositivos, modificando as políticas públicas estaduais e municipais, no que tange a proteção a fauna. Uma das mudanças significativas, ocorreu no artigo 6°, 1§, quando instituiu o programa de proteção à fauna silvestre, para os municípios do Estado de São Paulo. Dentre as várias disposições previstas na lei, convém destacar: a obrigatoriedade de promover o inventário da fauna local, elaborar planos de manejo de fauna, promover integração dos serviços de normatização, fiscalização e de manejo da fauna silvestre do Estado. Primeiramente, a implementação de tais programas se mostra irreal, pois, há a necessidade de contratação de especialistas, em diversos ramos do conhecimento humano e uso de técnicas de observação especiais e registro dos animais, o que demanda tempo e muitos recursos financeiros.

Não se sega que o inventário de fauna seja um instrumento importante para a elaboração de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente. Porém, sua elaboração deve ser conduzida dentro das margens da razoabilidade: recursos disponíveis e que possam ser alocadas para tal finalidade, sem comprometer outras necessidades. A questão que se coloca é a possibilidade e a necessidade de se planejar, elaborar e executar, tais imposições normativas. Os serviços e atividades estatais estão sujeitas a necessidade de sua implementação e a existência de recursos previstos para a sua realização, entre as diversas necessidades que devem ser atendidas pelos entes estatais.

O parágrafo 2°, do artigo 6°, da Lei, traz em seu bojo, que os municípios poderão viabilizar a implantação de Centros de Manejo de Animais Silvestres.

Ocorre que, tais dispositivos, vem sendo objeto de várias Ações Civis Públicas, ajuizadas em face da municipalidade e do Estado, na região Nordeste do Estado de São Paulo. Estas ações, tem como causa de pedir, as previsões descritas na Lei. De acordo com dados do site oficial do Tribunal de Justiça, de São Paulo, existem os seguintes processos em andamento (tabela 1):

Tabela 1. Processos em andamento no nordeste do estado de São Paulo. Fonte: Tribunal de Justiça, 2022 e 2023.

PROCESSO	MUNICÍPIO/COMARCA	VALOR DA CAUSA
100104009.2023.8.26.0094	BRODOWSKI	R$ 500.000,00
1000895-97.2023.8.26.0434	RIFAINA	R$ 500.000,00
1005747-63.2023.8.26.0597	SERTÃOZINHO	R$ 500.000,00
1000870-84.2023.8.26.0434	PEDREGULHO	R$ 500.000,00
1001079-67.2023.8.26.0300	JARDINÓPOLIS	R$ 500.000,00
1017816-69.2023.8.26.0196	RIBEIRÃO CORRENTE	R$ 100.000,00
1014772-42.2023.8.26.0196	FRANCA	R$ 500.000,00
1018371-86.2023.8.26.0196	RESTINGA	R$ 100.000,00
1018570-11.2023.8.26.0196	CRISTAIS PAULISTAS	R$ 100.000,00
1032038-82.2023.8.26.0506	RIBEIRÃO PRETO	R$ 500.000,00

O parágrafo 2°, em seu texto, traz o verbo, “poderão “, e, não, “deverão”, para fins de implementação de Centros de Manejo de Animais Silvestres, pelos municípios. Sem dúvidas, estas ações irão impactar de sobremaneira, os entes políticos, se forem julgadas procedentes. Além disso,

referida Lei, está sendo objeto de discussão de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Por tais motivos, as demandas propostas, estão em dissonância com a interpretação literal da Lei e com a ordem jurídica vigente.

A edição da Lei 11.977/2005, usurpou a competência municipal, em matéria ambiental, trazendo obrigações desnecessárias e desarrazoadas, para a municipalidade. A aplicação e adequação de políticas ambientais, previstas na Lei 11.977/2005, as características das mais variadas regiões do Estado de São Paulo, depende da realidade de cada localidade em análise. Posto este cenário, é importante ressaltar que embora esse processo de criação, revisão e implantação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente, pareça ocorrer de uma demanda natural, estas estão frequentemente cercadas de contextos que englobam questões mais amplas.

O Brasil se orgulha por ter uma das legislações mais abrangentes, severas e inovadoras a disciplinar a matéria, entretanto a efetiva aplicação destas normas não se tem observado proporcionalmente contundente ou eficaz.

Assim, em uma análise mais profunda, isto significa um avanço ou um atraso, já que o direito acompanha a evolução histórica da sociedade?

Conclui-se que a quantidade de Centros de Triagens e Centros de Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS e CETAS) é proporcional a quantidade de apreensões e variedades de espécies, que os órgãos fiscalizadores costumam encontrar na região. Contudo, no Estado de São Paulo, como supracitado, existem somente 16 (CETRAS e CETAS), para atender 645 municípios.

Assim, refletindo a respeito da quantidade de CETRAS e CETAS em operação, podem ser necessárias mais unidades ou entidades que apoiem essas poucas existentes. Pelo número de animais resgatados, seria recomendável que cada sede administrativa, do Estado de São Paulo, tivesse a estrutura prevista no artigo 2°, da Lei 11.977/2005.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município, que além de ser o lugar onde o Governo mais se aproxima da sociedade, também é o lugar onde tudo se materializa no território, no entanto, as dificuldades para se tratar do meio ambiente não são menores que as dos estados e da União. Existem dificuldades orçamentárias graves, o que impossibilita a implementação de várias políticas públicas, pois, o gestor municipal, tem que priorizar as necessidades dos munícipes, como um todo, garantindo-se acesso a saúde, educação, saneamento básico. Aristotelicamante, a virtude, reside no meio termo, não pode se ter uma proteção excessiva, ou a ausência de proteção.

Por último, conclui-se que as políticas públicas, só se efetivam, na medida em que tocam o chão da realidade regional. O Brasil possui, em seu vasto território, grandes países, pois cada região é um novo país. Por isso, os municípios gozam de autonomia municipal, assegurada pela constituição, que consiste em auto-organizar-se politicamente, através de lei própria, de autogovernar-se, sobre assuntos de interesse local e de autoadministrar-se, gerindo os seus próprios negócios, respeitados os limites que a própria constituição lhes impõe. Todavia, em nível municipal da federação, não há repasse de verbas púbicas, para atender todas as prescrições legislativas.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. Elementos do Direito Ambiental: parte geral. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. Direito Ambiental Esquematizado. 7. ed. São Paulo: Método, 2016.

AMBIENTAL. Sistema Integrado de Gestão Ambiental. Disponível em :< https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam > Acesso em: 20/08/2023.

ANTUNES, Luis Filipe Colaço. O procedimento administrativo de avaliação de impacto ambiental. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

ARAUJO, L. A. de. Perícia Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; TEIXEIRA, Antônio José (Orgs.). A Questão Ambiental: diferentes Abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 107 - 117.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro DE 2011. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm >. Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm >. Acesso em: 21/08/2023.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm >.Acesso em:29/08/2023.

BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>.Acesso em: 29/08/2023.

BRASIL. Lei nº 6. 938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938c>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>.Acesso em: 29/082023.

BRASIL. Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm >. Acesso em: 29/08/2023.

BRASIL. LEI Nº 9.433, de 8 e janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 .Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>.Acesso em: 21/08/2023.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. Revista dos Tribunais. (RSTJ 133/175). BRASIL. Revista dos Tribunais. (RSTJ 133/175). Disponível em: <https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-eletronica-2000_133_capIndiceSistematico.pdf>.Acesso em: 22/08/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF - ADI: 5163 GO, Relator: LUIZ FUX, Data de Julgamento: 08/04/2015, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 18/05/2015) Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/863957157 >/ Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (STF - ADI: 2544 RS, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 28/06/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 17/11/2006). Disponível em: <jusbrasil.com.br/jurisprudência /stf /760143>.Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (STF - RE: 730721 SP - SÃO PAULO, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 02/10/2015, Data de Publicação: DJe-201 07/10/2015). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf /883961689>. Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF - ED ARE: 780070 RS - RIO GRANDE DO SUL, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 01/03/2016, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-082 28-04-2016). Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/862860739/inteiro-teor-862860759 >. Acesso em: 25/09/2023.
BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF - RE: 586224 SP, Relator: LUIZ FUX, Data de Julgamento: 05/03/2015, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 08/05/2015). Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/863952288/inteiro-teor-863952316>. Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF, ADI 2.544-RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 28-06-2006, m.v., DJ 17-11-2006, p. 47. Disponível em: < https://portal.stf.jus.br/ Acesso em: 05/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF, ADI 3.035-PR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, 06-04-2005, v.u., DJ 14-10-2005, p. 07. 31.ADI 437 -QO, rel. Min. Celso de Mello, DJ 19.02.93 e ADI 173 -MC, rel. Min. Moreira Alves, DJ 27.04.90.Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ADI+3.035>.Acesso em: 25/09/2023.

BRASIL: Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis n°s 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020).Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>.Acesso em: 21/08/2023.

BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição, Leme: J. H. Mizuno, 7ª ed, 2010.

FERRAZ ,TÉRCIO SAMPAIO JR; in “Interpretação e Estudos da Constituição de 1988”; Atlas; 1990.
MILARÉ, EDIS. Direito do Ambiente: A gestão ambiental em foco. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MORAES, ALEXANDRE DE. Direito Constitucional, Ed. Atlas; 1997.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Constituição do Estado de São Paulo de 05 de outubro de 1989. Disponível em: < .https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html >.Acesso em 15/09/2023.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto Lei nº 57.933, de 02 de abril de 2004. Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente e dá providências correlatas. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/norma/166634>. Acesso em: 05/09/2023.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. LEI Nº 11.977, DE 25 DE AGOSTO DE 2005. Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências Disponível em :< https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-11977-25.08.2005.html> Acesso em 15/08/2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ação Civil Pública; 1003251-90.2016.8.26.0408Página 1123 da Judicial - 2ª Instância do Diário de Justiça do Estado de São Paulo (DJSP) de 1 de Dezembro de 2017.Ação Civil Pública. 1003251-90.2016.8.26.0408. Disponível em < https://esaj.tjsp.jus.br>. Acesso em: 05/09/2023.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental - 20ª edição 2022.

DIREITO À SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM NÍVEL NACIONAL

THE RIGHT TO MENTAL HEALTH IN OLD AGE: AN ASSESSMENT OF PUBLIC POLICIES AT THE NATIONAL LEVEL

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

OLIVEIRA, Letícia Natália
Universidade de Franca
Doutoranda e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Psicologia
nataliaoliveiraleticia@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutor e mestre em Promoção de Saúde,
Bacharel em Fisioterapeuta, Licenciado em Educação Física e Pedagogia. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
danilobulgo@gmail.com

LEITE, Carolina Beatriz Honorato
Universidade de Franca
Mestranda em Promoção de Saúde, Bacharel em Fisioterapia
carolinabhonorato@gmail.com

MARCELINO, Daniela
Universidade de Franca
Doutoranda e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Fisioterapia
danielamarcelino_fisio@hotmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Docente na Universidade de Franca, Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde,
Mestre em Educação Física e Bacharel em Fisioterapia. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo
O envelhecimento populacional é uma realidade global que demanda a reconfiguração das políticas públicas e estratégias para promover a saúde e o bem-estar da população idosa. Assim, este estudo tem como objetivo realizar um levantamento das principais políticas públicas e legislações direcionadas à população idosa no Brasil, destacando o foco e a relação dessas políticas com a saúde mental da pessoa idosa (SMPI). A pesquisa é de natureza documental com abordagem qualitativa. Foram coletados documentos escritos acessíveis ao público em sites governamentais brasileiros. A pesquisa revelou 14 políticas específicas voltadas para a população idosa no Brasil, implementadas ao longo de várias décadas. Embora muitas políticas tenham um foco na saúde biopsicossocial da pessoa idosa, poucas delas abordam explicitamente a saúde mental. Além disso, foi identificado que algumas políticas não mencionam a SMPI, criando uma lacuna na abordagem desse aspecto. Assim, o estudo destaca a importância de uma abordagem mais explícita e abrangente da SMPI nas políticas públicas brasileiras, à medida que a população idosa continua a crescer. É crucial que o Estado e a sociedade reconheçam a importância da SMPI e implementem medidas específicas para promover o bem-estar psicológico dessa população vulnerável, garantindo assim um envelhecimento digno e saudável.
Palavras-chave: Políticas públicas, idoso, saúde mental, envelhecimento.

Abstract
Population aging is a global reality that demands the reconfiguration of public policies and strategies to promote the health and well-being of the elderly population. Thus, this study aims to carry out a survey of the main public policies and legislation aimed at the elderly population in Brazil, highlighting the focus and relationship of these policies with the mental health of elderly people. The research is documentary in nature with a qualitative approach. Written documents accessible to the public were collected on Brazilian government websites. The research revealed 14 specific policies aimed at the elderly population in Brazil, implemented over several decades. Although many policies focus on the biopsychosocial health of older people, few of them explicitly address mental health. Furthermore, it was identified that some policies do not mention mental health of elderly people, creating a gap in addressing this aspect. Thus, the study highlights the importance of a more explicit and comprehensive approach to SMPI in Brazilian public policies, as the elderly population continues to grow. It is crucial that the State and society recognize the importance of mental health of elderly people and implement specific measures to promote the psychological well-being of this vulnerable population, thus ensuring dignified and healthy aging.
Keywords: Public policies, elderly, mental health, aging.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno de alcance global que impõe às sociedades a demanda de reconfigurar suas políticas e estratégias voltadas para o cuidado e a promoção da saúde na população idosa, principalmente pelo fato do aumento progressivo desse grupo etário. Consoante às projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2060, aproximadamente um quarto da população brasileira, ou seja, 25,5%, deverá ultrapassar a marca dos 65 anos (BRASIL, 2018). Destaca-se, assim, a premente necessidade de que as cidades e estados do país estejam devidamente preparados para a significativa transição demográfica, tanto em suas infraestruturas físicas quanto em suas políticas públicas, a fim de garantir um processo de envelhecimento saudável aos seus habitantes.

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, a integralidade da saúde constitui um direito fundamental que deve ser garantido a todos os indivíduos, independentemente da idade (BRASIL, 1988). Entretanto, ao se considerar a população idosa, deparam-se com obstáculos específicos relacionados à saúde mental, principalmente no que se refere aos abusos que os afligem e aos transtornos mentais de maior prevalência, os quais frequentemente desencadeiam em incapacidades, como a depressão e a demência (WHO, 2022).

O Boletim Fatos e Números, elaborado em colaboração entre o IBGE e o Ministério da Saúde, em 2019, expressa que a faixa etária compreendida entre 60 e 64 anos emerge como a mais afetada pelo transtorno depressivo, abarcando cerca de 13,2% da população diagnosticada com essa condição (BRASIL, 2022). No que tange as violações de direitos, que também representam um problema emergente, a revisão mundial sobre saúde mental, coordenada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), evidencia que “um em cada seis idosos sofre abusos, muitas vezes por parte dos seus próprios cuidadores, com graves consequências para a saúde mental” (WHO, 2022, p. 14). Tais informações ressaltam a importância de reconhecer que o sofrimento psicológico das pessoas 60+ não pode mais ser negligenciado pelo Estado e pela sociedade.

Nessa perspectiva, a criação e divulgação de dados estatísticos e indicadores desempenham um papel fundamental. Essas informações permitem que todos os atores sociais tenham um maior entendimento da realidade do país, capacitando-os a reivindicar melhorias, seja por meio de *advocacy* ou outras abordagens (MINAYO *et al.,* 2018).

Além disso, esses dados fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas e legislações que possam eficazmente atender às necessidades específicas da parcela da população que mais carece de atenção (D'CRUZ; BANERJEE, 2020).

A justificativa para essa pesquisa reside na importância de compreender como as políticas públicas impactam a saúde mental de pessoas idosas, a fim de melhorar a qualidade de vida e promover um envelhecimento digno, ativo e saudável para essa crescente parcela da população brasileira.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo apresentar um levantamento das principais políticas públicas e legislações direcionadas à população idosa, destacando o principal propósito de

cada uma. Além disso, busca-se analisar a relação direta entre essas políticas e a saúde mental da pessoa idosa (SMPI).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, onde os documentos escritos analisados foram obtidos por meio de fontes secundárias, acessíveis ao público em geral, especificamente em sites governamentais brasileiros. Conforme observado por Lima Junior *et al*. (2021, p. 45), os documentos escritos abrangem uma variedade de tipos, "[...] como documentos parlamentares, jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas, documentos particulares, entre outros". Por se tratar de uma pesquisa documental, não foi necessário submeter a pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa, conforme Resolução nº 510/2016 - CNS (Conselho Nacional de Saúde).

Esta pesquisa foi norteada pela seguinte indagação: "Como a legislação nacional e as políticas públicas abordam a saúde mental das pessoas idosas?". O levantamento dos dados foi realizado nos meses de setembro e outubro de 2023. Os resultados obtidos foram descritos de maneira cronológica, com o propósito de facilitar a compreensão da evolução e do aprimoramento das políticas públicas ao longo do tempo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou um conjunto de 14 políticas específicas voltadas para a população idosa, as quais foram organizadas em uma representação visual no Quadro 1. Essas políticas foram dispostas de acordo com a ordem cronológica de sua implementação, e cada uma delas foi minuciosamente analisada quanto ao seu objetivo principal. Além disso, foi investigado se essas políticas estabelecem uma relação direta com a promoção da saúde mental da pessoa idosa (SMPI).ç

Quadro 1 – Caracterização das políticas públicas voltadas para a população idosa

Ano	Nomenclatura	Principais Objetivos	Relação com a SMPI
1994	Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994)	Assegurar os direitos sociais do idoso (pessoas maiores de 60 anos de idade), criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.	Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso: Inciso VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.
1999	Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999	Anunciar a Política Nacional de Saúde do Idoso. Determinar que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde, cujas ações se relacionem com o tema objeto da Política ora aprovada, promovam a elaboração ou a readequação de seus planos, programas, projetos e atividades na conformidade das diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas.	Reconhece a necessidade de uma abordagem integral à saúde do idoso, que inclui tanto a saúde física quanto a mental.
2003	Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, Madrid, 2002)	Garantir a qualidade de vida e os direitos das pessoas idosas; Fornecer diretrizes práticas para formuladores de políticas em três áreas-chave: integração dos idosos no desenvolvimento, promoção da saúde ao longo da vida e criação de ambientes favoráveis ao envelhecimento saudável.	Ressalta a necessidade do desenvolvimento de amplos serviços de assistência à saúde mental, abarcando desde a prevenção de uma intervenção oportuna à prestação de serviços para o tratamento e gestão dos problemas de saúde mental de idosos.
2003/ 2022	Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003; Lei	Regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.	Art. 4º Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou

	nº 14.423, de 22 de julho de 2022 reformulando a nomenclatura para Estatuto da Pessoa Idosa		opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. Inciso 1º: É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa.
2005	Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa (Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005)	Promover ações que levem ao cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003), que tratem do enfrentamento da exclusão social e de todas as formas de violência contra esse grupo social.	Estabelece estratégias para a prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Aborda questões relacionadas sua segurança, integridade, direitos e saúde biopsicossocial dessa população.
2006	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria MS/GM n° 2528, de 20 de outubro de 2006)	Direcionar medidas coletivas e individuais de saúde para população idosa em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).	Reafirma que a saúde da pessoa idosa é a interação entre a saúde física, a saúde mental, a independência financeira, a capacidade funcional e o suporte social. Evidencia a importância de se promover ações grupais integradoras com inserção de avaliação, diagnóstico e tratamento da saúde mental da pessoa idosa e dá outras providências.
2006	Dia Nacional do Idoso (Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006)	Promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso na sociedade	Aspectos globais da pessoa 60+
2006	Pacto pela Saúde 2006 (Portaria MS/GM nº 399, de 23 de fevereiro de 2006)	Promover a integração e articulação entre os gestores do SUS nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal); Aprimorar a gestão, fortalecer a atenção básica, garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, melhorar a qualidade do atendimento e descentralizar as ações de saúde; Implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, buscando a atenção integral.	Aborda a melhoria da qualidade do atendimento e fortalecimento da rede psicossocial, que inclui serviços de saúde mental. Propõe a transferência de recursos federais para estados e municípios, a fim de ampliar e implementar serviços de saúde, incluindo os voltados para a saúde mental de toda a população.
2007	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007)	Assegurar uma renda mensal, no valor de um salário mínimo mensal, às pessoas com deficiência e aos idosos com 65 anos ou mais que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não têm meios de prover o próprio sustento nem de tê-lo provido por suas famílias.	Estado biopsicossocial da pessoa que envelhece dentro de um mapeamento multidimensional
2009	Plano de Ação sobre a Saúde das Pessoas Idosas, incluindo o Envelhecimento Ativo e Saudável (OPAS, Washington, 2009)	Fornecer orientações e estratégias para os países membros da OPAS e organismos de cooperação internacional no desenvolvimento de políticas e programas que atendam às necessidades específicas da população idosa.	Aborda a saúde das pessoas idosas, incluindo o conceito de envelhecimento ativo e saudável, que engloba a saúde mental. O plano propõe estratégias acerca do bem-estar psicossocial e integração da saúde mental na atenção primária.
2010	Fundo Nacional do Idoso (Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010)	Viabilizar e direcionar recursos financeiros para projetos, programas e ações que atendam às necessidades específicas da população idosa, abrangendo áreas como assistência social, saúde,	Abordagem geriátrica pluralizada.

		educação, cultura, esporte e lazer.	
2011	Dia Mundial de Conscientização sobre o Abuso de Idosos (Resolução Internacional nº A/RES/66/127, adotada em 15 de junho de 2011)	Ampliar a conscientização e a compreensão pública sobre o abuso, a negligência e a violência contra pessoas idosas em todo o mundo. A data visa promover a necessidade de prevenir e combater essas formas de abuso, bem como destacar a importância de proteger os direitos e a dignidade das pessoas idosas, em todas as nações.	Incentiva os Estados-Membros a adoptarem políticas sociais que promovam o desenvolvimento de serviços comunitários para as pessoas idosas, tendo em conta os aspectos psicológicos e físicos do envelhecimento e as necessidades especiais das mulheres idosas.
2015	Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (15 de junho de 2015)	Promover, proteger e assegurar o reconhecimento e o pleno gozo e exercício, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais da pessoa idosa, a fim de contribuir para sua plena inclusão, integração e participação na sociedade.	Reafirma que o envelhecimento ativo e saudável se refere ao processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem-estar físico, mental e social à pessoa idosa. Reafirma o papel dos Estados Partes ao adotarem medidas para desenvolver um sistema integral de cuidados que leve especialmente em conta a perspectiva de gênero e o respeito à dignidade e integridade física e mental do idoso.
2019	Década do Envelhecimento Saudável nas Américas 2021–2030 – OMS	Promover o envelhecimento ativo e saudável da população em todo o mundo; Abordar os desafios associados ao envelhecimento da população, como o aumento das doenças crônicas, a necessidade de cuidados de saúde de qualidade e o combate à discriminação etária.	A Década do Envelhecimento Saudável adotará uma abordagem baseada nos direitos humanos, reconhecendo que esses direitos são universais e incluem o direito ao mais elevado nível possível de saúde mental e física, sem discriminação.

Fonte: Autoria Própria (2023).

Ao aprofundarmos a referida análise, adentrando o campo das políticas públicas, deparamo-nos com concepções multifacetadas. Estudiosos como Thomas Dye (1984) descrevem o termo "política pública" como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, ressaltando que a abstenção governamental perante questões sociais pode acarretar impactos significativos sobre determinados grupos populacionais. O pesquisador B. Guy Peters (2021), por sua vez, conceitua o termo como a transferência de autoridade governamental para a execução de ações que beneficiam o cotidiano da população.

Na ótica de Lima (2021), políticas públicas podem ser caracterizadas como “[...] instrumentos sociais importantes para o enfrentamento dos problemas públicos e para a promoção do desenvolvimento”. Elas são delineadas por metas, prioridades, aportes orçamentários e metodologias de implementação, com vistas a cumprir obrigações constitucionais por meio de arranjos institucionais específicos (NUNES, 2020). Essa diversidade de entendimentos revela que o conceito de políticas públicas é permeado por múltiplas compreensões, influenciadas pela área de conhecimento na qual são abordadas.

Na condução da coleta de dados, foi observado convergências nas definições entre políticas públicas, leis e diretrizes. Diante disso, ao conhecer as suas similaridades, torna-se necessário destacar as suas distinções, a fim de favorecer os saberes sobre a temática explorada nesta pesquisa. Logo, as políticas públicas consistem em planos de ações governamentais destinados a solucionar questões sociais, ao passo que as leis representam normas juridicamente vinculativas que estabelecem direitos e obrigações dos cidadãos (LIMA *et al*., 2021). Por outro lado, as diretrizes constituem orientações não compulsórias que fornecem recomendações para práticas específicas em variadas áreas. Cada um desses mecanismos desempenha uma função única no contexto de governança e regulamentação de uma sociedade, com as políticas públicas influenciando a agenda governamental, as leis instituindo padrões legais vinculativos e as diretrizes orientando a tomada de decisões e práticas em domínios específicos (OLIVEIRA; COUTO, 2019).

Referente aos dados analisados, observa-se que houve um aumento significativo na implementação de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa ao longo dos anos, com destaque para as décadas de 2000 e 2010. Isso pode ser atribuído a vários fatores, incluindo o aumento da proporção de idosos no Brasil, o contexto social, histórico e político presente no país e a crescente conscientização sobre as necessidades dessa parcela da população (TORRES *et al.,* 2020).

As políticas públicas abordaram uma variedade de aspectos, desde direitos sociais e previdência até saúde e bem-estar. Esse aumento nas políticas é uma resposta positiva às mudanças demográficas e às demandas crescentes das pessoas idosas no cenário nacional. No entanto, como reflete Damasceno e Sousa (2016, s/p) "apenas a produção de instrumentos legais não é suficiente para uma assistência integral e garantia dos direitos legais da pessoa 60+ no país".

O foco na saúde biopsicossocial e não especificamente na saúde mental do idoso foi um fator presente nos resultados. A maioria das políticas públicas tem um foco abrangente na saúde biopsicossocial da pessoa idosa, o que é crucial, pois reconhece que o envelhecimento envolve uma interação complexa de fatores físicos, psicológicos e sociais. Como defende Bezerra, Santo e Batista Filho (2005), o idoso precisa ser visto de forma integram, e as políticas precisam acompanhar essa ótica:

> Dedo ponto de vista conceitual, o envelhecimento bem-sucedido é a ausência de enfermidades e manutenção das condições de autonomia e funcionalidade. Nessa ótica, a determinação cronológica deve ser associada ao contexto biopsicossocial e cultural. (BEZERRA; SANTO; BATISTA FILHO. 2005, p. 812).

Embora a saúde mental seja implicitamente abordada em muitas dessas políticas, poucas especificamente mencionam a saúde mental da pessoa idosa. Isso pode refletir a falta de ênfase dada à saúde mental em políticas de saúde em geral no Brasil e ressalta a necessidade de uma abordagem mais explícita e proativa em relação à saúde mental de quem envelhece.

Informações referentes a mental da pessoa idosa são de extrema importância, considerando o envelhecimento populacional global e os desafios associados a ele. Questões como depressão, ansiedade, isolamento social e demência tornam-se mais prevalentes à medida que as pessoas envelhecem. Além disso, a saúde mental influencia diretamente a qualidade de vida, a capacidade funcional e a independência dos idosos. Portanto, é crucial que as políticas públicas abordem de forma mais explícita e abrangente a saúde mental da pessoa idosa, garantindo serviços de prevenção, tratamento e apoio psicossocial adequados.

O número de políticas que não abordaram a SMPI também se tornou um ponto relevante. É preocupante observar que várias políticas públicas não mencionam explicitamente a saúde mental do indivíduo idoso. Isso pode indicar uma lacuna na conscientização sobre a importância da saúde mental nessa fase da vida ou uma falta de ênfase nas políticas de saúde em geral " [...] uma vez que são importantes preditores de comportamentos de risco à população" (CASEMIRO; FERREIRA, 2020, p. 86).

Diante do que já foi abordado na pesquisa, é notório que o impacto da qualidade de vida na saúde mental do idoso é de extrema relevância. Para melhorar tais aspectos acerca do bem-estar dessa população, é fundamental que as políticas públicas considerem a saúde mental como um componente integral e inseparável da saúde biopsicossocial (SILVA; DOS SANTOS; PUCCI, 2021). Isso implica em criar estratégias específicas para identificar, prevenir e tratar problemas de saúde mental entre os idosos, bem como em promover a educação e a conscientização sobre questões relacionadas à saúde mental.

Face ao exposto, as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa no Brasil têm evoluído ao longo dos anos, mas ainda há um caminho a percorrer, especialmente no que diz respeito à saúde mental. É fundamental que o Estado e a sociedade reconheçam a importância de promover os aspectos biopsicossociais e espirituais geriátricos, implementando medidas específicas e direcionadas para abordar as questões psicológicas e emocionais que afetam essa população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo destacam a importância da promoção da SMPI no contexto das políticas públicas no Brasil. Os resultados da análise das políticas e diretrizes voltadas para a população idosa fornecem *insights* valiosos sobre a necessidade de abordar de forma mais explícita e abrangente a saúde mental dessa parcela da sociedade.

O envelhecimento populacional é um fenômeno incontestável que exige uma resposta eficaz por parte das autoridades governamentais e da sociedade em geral. O aumento progressivo da população idosa no Brasil, conforme projetado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), requer uma reconfiguração das políticas públicas e estratégias de cuidado e promoção da saúde para garantir um envelhecimento saudável e digno.

Apesar do quantitativo de pesquisas, o estudo destacou que, embora muitas políticas públicas tenham como foco a saúde biopsicossocial da pessoa idosa, poucas delas abordam explicitamente a saúde mental. Isso reflete uma lacuna significativa, uma vez que transtornos mentais, como a depressão e a demência, são prevalentes nessa população e podem ter um impacto substancial na qualidade de vida e na independência dos idosos.

A pesquisa também trouxe à tona a questão dos abusos contra idosos, muitas vezes perpetrados por seus próprios cuidadores. Esse problema representa uma grave violação dos direitos da pessoa idosa e tem sérias consequências para sua saúde mental. Portanto, é fundamental que as políticas públicas incluam estratégias específicas para prevenir e combater a violência contra os idosos, garantindo assim sua integridade e bem-estar psicológico.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a integralidade da saúde é um direito fundamental para todas as idades. Portanto, a saúde mental da pessoa idosa, desde os primórdios é um direito que deve ser garantido. No entanto, isso exige um esforço conjunto do Estado e da sociedade para criar políticas públicas que reconheçam e abordem as necessidades específicas da saúde mental dos idosos.

Além disso, a análise das políticas públicas ressaltou a importância dos dados estatísticos e indicadores na formulação de políticas eficazes. Essas informações são essenciais para identificar áreas de necessidade e monitorar o progresso na promoção da SMPI. Portanto, é crucial continuar a coleta de dados e a pesquisa nessa área.

Posto isso, a presente pesquisa enfatiza a necessidade de uma abordagem mais proativa e explícita em relação à saúde mental da pessoa idosa nas políticas públicas brasileiras. Com o envelhecimento da população, é fundamental que o Estado e a sociedade reconheçam a importância da SMPI e implementem medidas específicas para abordar questões psicológicas e emocionais que afetam pessoas 60+. Isso não apenas promoverá um envelhecimento digno e saudável, mas também demonstrará o compromisso do país em proteger os direitos e o bem-estar dessa população vulnerável.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin; ESPÍRITO SANTO, Antônio Carlos Gomes do; BATISTA FILHO, Malaquias. Concepções e práticas do agente comunitário na atenção à saúde do idoso. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 809-815, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 9.921, de [data de publicação].** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Estatuto do Idoso: **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; alterada pela Lei nº 14.236, de 10 de março de 2022**.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Projeções da população:** Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Acesso em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047#:~:text=Em%202060%2C%20um%20quarto%20da,(15%20a%2064%20anos). Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006**. Institui o Dia Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010**. Cria o Fundo Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jan. 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação Nº 2, de [data de publicação]**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n° 1.498, de 19 de julho de 2013**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2528, de 20 de outubro de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 399, de 23 de fevereiro de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 fev. 2006.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional da Família. Observatório Nacional da Família. **Fatos e Números:** Saúde Mental. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/5.SADEMENTALLTIMAVERSO10.10.22.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Subsecretaria de Direitos Humanos. **Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa**. 2005.

CASEMIRO, Níldila Villa; FERREIRA, Heloísa Gonçalves. Indicadores de saúde mental em idosos frequentadores de grupos de convivência. **Revista da SPAGESP**, v. 21, n. 2, p. 83-96, 2020.

DAMASCENO, Carolinne Kilcia Carvalho Sena; DE SOUSA, Cristina Maria Miranda. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 3, p. 185-190, 2016.

D'CRUZ, Migita; BANERJEE, Debanjan. „An invisible human rights crisis": The marginalization of older adults during the COVID-19 pandemic–An advocacy review. **Psychiatry research**, v. 292, p. 113369, 2020.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

LIMA, Luciana Leite et al. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 2021.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza et al. Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2007-2016, 2018.

NUNES, Andréia R. Schneider. Políticas públicas. In: **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**. Tomo Direitos Difusos e Coletivos, Edição 1, Julho de 2020. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/376/edicao-1/politicas-publicas. Acesso em: 28 set. 2023.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; COUTO, Claudio Gonçalves. **Diretrizes prioritárias e fases da implementação:** como mudam as políticas públicas. In: LOTTA, G. (Ed.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. p. 67-97.

Organização das Nações Unidas - ONU. **Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento**. Madrid, 2002.

Organização das Nações Unidas - ONU. **Resolução Internacional nº A/RES/66/127, de 15 de junho de 2011**. Declara o Dia Mundial de Conscientização sobre o Abuso de Idosos.

Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**. 15 de junho de 2015.

Organização Mundial da Saúde - OMS. **Década do Envelhecimento Saudável 2020–2030 – OMS**. 2019.

Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS. **Plano de Ação sobre a Saúde das Pessoas Idosas, incluindo o Envelhecimento Ativo e Saudável**. Washington, 2009.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy: Promise and Performance**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 2021.

SILVA, Geisiane Oliveira et al. Repercussões do adoecimento crônico na saúde mental de pessoas idosas. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 2923-2932, 2018.

SILVA, Eliédina; DOS SANTOS, Elenice; PUCCI, Silvia Helena Modenesi. O Impacto da qualidade de vida na saúde mental do idoso. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 481-511, 2021.

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira et al. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 30, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report:** transforming mental health for all. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338. Acesso em: 28 set. 2023.

EFEITOS DAS INTERVENÇÕES NA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA

EFFECTS OF INTERVENTIONS ON THE FEEDING OF CHILDREN IN EARLY EDUCATION: INTEGRATIVE REVIEW

Educação de Qualidade: até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.

FERNANDES, Ana Paula Vacari
Universidade de Franca – UNIFRAN
Graduada em Enfermagem
Mestranda em Promoção da Saúde
anapaula_vacari@hotmail.com

SEGALA, Franciane Simões Martins
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduada em Biologia
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica- IFSP
Doutoranda em promoção da Saúde
francianesm@yahoo.com.br

MARSON, Felipe Augusto Ragazzi
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduado em Fisioterapia
Mestrando em promoção da Saúde
ragazzi_marson@hotmail.com

GOMES, Rita Gabriela Moreira
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduada em Psicologia
Doutoranda em promoção da Saúde
Moreira_rita@hotmail.com

SILVA, Jorge Luiz da
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduado em Psicologia
Mestre em Psicologia - USP
Doutor. Enfermagem em saúde pública- USP
. Docente do programa de pós graduação Stricto Senso
- Promoção da saúde- UNIFRAN
jorge.silva@unifran.edu.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do
Universidade de Franca- UNIFRAN
Graduada em Fisioterapia
Mestre em Educação Física - UFTM
Doutora em Promoção da saúde- UNIFRAN
Docente do programa de pós graduação Stricto Senso
- Promoção da saúde- UNIFRAN
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

A modernidade trouxe consigo, um aumento dos produtos de fácil ingestão e altamente calóricos e a diminuição das atividades físicas, esses alimentos e bebidas que não auxiliam na alimentação saudável, possuem consumo fácil e rápido e muitas vezes de menor valor econômico, modificando os hábitos alimentares, este consumo tem causado problemas na saúde das pessoas. A primeira infância é uma época propicia para a inserção e estabelecimento de novos hábitos, assim esta faixa etária foi escolhida para apreciação. A revisão atual tem como objetivo identificar e analisar os efeitos de intervenções escolares na alimentação de crianças da educação infantil. A pesquisa da literatura foi realizada em duas bases de dados PUBMED e BVS, tendo como critérios de elegibilidade a inclusão de intervenções na alimentação de crianças do ensino infantil no ambiente escolar, publicados nos últimos cinco anos, nos idiomas português, espanhol e inglês e exclusão alunos com transtornos alimentares, doenças crônicas, alimentação por sonda. Foram analisados dez artigos, com diferentes métodos de intervenções e distintos agentes participantes junto às crianças, os resultados sugerem que a inclusão de rede familiar e escolar possuem características positivas no comportamento alimentar das crianças e intervenções que abarcam diferentes variáveis, como alimentação, exercícios físicos e ingestão de bebidas saudáveis, conseguem resultados melhores e são mais significativos no estabelecimento da alimentação saudável. Os resultados podem contribuir para informar e auxiliar em futuras intervenções, pesquisas sobre o tema e desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que visem a mudança de hábitos alimentares para a promoção da saúde.
Palavras-chave: Educação Infantil; Alimentação; Intervenção.

Abstract

Modernity has brought with it an increase in easily ingested and high-calorie products and a decrease in physical activities, these foods and drinks that do not help with healthy eating, are easy and quick to consume and often have less economic value, changing eating habits. , this consumption has caused problems with people's health. Early childhood is a favorable time for the insertion and establishment of new habits, so this age group was chosen for consideration. The current review aims to identify and analyze the effects of school interventions on the nutrition of early childhood education children. The literature search was carried out in two databases PUBMED and BVS, with the eligibility criteria being the inclusion of interventions in the feeding of early childhood children in the school environment, published in the last five years, in Portuguese, Spanish and English and exclusion students with eating disorders, chronic illnesses, tube feeding. Ten articles were analyzed, with different intervention methods and different participating agents with children, the results suggest that the inclusion of family and school networks have positive characteristics in children's eating behavior and interventions that cover different variables, such as nutrition, physical exercise and intake of healthy drinks, achieve better results and are more significant in establishing a healthy diet. The results can contribute to informing and assisting in future interventions, research on the topic and development of strategies and public policies aimed at changing eating habits to promote health.
Keywords: Child education; Food; Intervention.

1 INTRODUÇÃO

É durante a primeira infância, fase até os seis anos de idade, que a criança irá desenvolver hábitos relacionados à uma dieta saudável que serão duradouros para a vida, essa fase é reconhecida como a mais importante, por estar vinculada com as experiências que terão um impacto imenso em toda a trajetória do desenvolvimento do indivíduo, por ser quando a arquitetura do cérebro começa a se formar. A alimentação adequada tem um papel essencial para todos, visando a parte nutricional e todo o crescimento saudável, em especial para as crianças, visto que em casos de desnutrição e excesso de peso o risco de adoecer, de mortalidade e morbidade aumenta (BRASIL, 2022).

Práticas alimentares não saudáveis em crianças é um fator inquietante devido a resultados de estudos apresentarem que, as consequências na saúde física e psicossocial são enormes. É visto na literatura que, transtornos alimentares, obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis podem ser contidas quando proposta uma alimentação limpa e saudável durante a primeira infância (STABOULI et al., 2021).

Em casos de desnutrição infantil ou obesidade infantil o risco de uma qualidade de vida ruim é aumentado, impossibilitando essas crianças de conseguirem ter o desenvolvimento pleno nos aspectos, cognitivos, habilidades motoras, psicossociais e aprendizagem. É através da alimentação que a criança terá acesso a nutrientes essenciais para a saúde humana, especificamente, nutrientes que irão atuar diretamente na prevenção de uma vida com deficiências em vários âmbitos e doenças como, cânceres, doenças crônicas, diabetes e doenças respiratórias (SCAGLIONI et al., 2018).

Um dado relevante produzido e apresentado pelo Ministério da Saúde, mostra que o consumo de açúcar em crianças menores de 2 anos de idade está associado com a formação de hábitos alimentares não saudáveis e o desenvolvimento de obesidade e outras doenças durante a vida, por isso, o recomendado é a não consumação de açúcar. Acesso a alimentação saudável enquanto criança, apresenta-se mais chances de se tornar um adulto consciente para melhor escolha alimentar (BRASIL, 2021).

No estudo realizado por Scaglioni et al. (2018), é apresentado que são vários fatores que influenciam os hábitos e comportamentos alimentares, por isso, o assunto da alimentação na primeira infância surge com uma importância social considerável, no qual, expõem a necessidade de programas educacionais que precisam ser oferecidos com o intuito de promover melhores comportamentos alimentares e atividade física.

A Educação Infantil, ou como é conhecido em outros lugares, as pré-escolas, são apresentadas como um ambiente importante para a realização de intervenções de prevenção de sobrepeso e obesidade. Segundo o que é apresentado na literatura, os professores da Educação Infantil são atores-chaves na promoção da alimentação saudável (TOUSSAINT et al., 2019).

As repercussões de ações e políticas públicas no início da vida do indivíduo apresentam resultados positivos com relação a minimização do impacto de vivências e eventos desfavoráveis da infância. Fatores de cuidados, educação e apoio à família resultam em melhorias e qualidade de vida que excedem os gastos para tratamento de doenças (LIKHAR et al., 2022).

As crianças, em específico quando estão na primeira infância, devido a alta dependência dos cuidadores, são influenciadas pela sociedade, mídia, e principalmente a família. Quando se trata de ofertas de alimentos, nesta faixa etária os pais ou responsáveis irão fornecer ambientes alimentares e vivências com a comida que irão servir de base para toda uma vida. Sendo assim, a família é apontada como um fator fundamental na promoção de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil, por ocupar um papel de modulador de comportamento, estilo e escolha de vida (SCAGLIONI et al., 2018).

No Brasil, existe o Programa Primeira Infância na Escola que foi criado pela Portaria MEC n° 357/2022, que tem como intuito melhorar a qualidade da educação infantil para que a criança tenha acesso ao desenvolvimento integral e pleno. Dentro da portaria do programa, uma das metas é que a criança tenha acesso através da Educação Infantil, a material didático, transporte, assistência à saúde e a alimentação. Por isso, ressalta-se a importância de trabalhar a alimentação desde a Educação Infantil (BRASIL, 2021).

A alimentação saudável e adequada é considerada como direito humano básico no Brasil, apresentado através do Guia Alimentar para a População Brasileira como obrigatoriedade a garantia e acesso permanente e assíduo a aplicação alimentar adequada em relação a necessidades sociais e biológicas. Ressalta-se que, é um direito garantido pela Constituição Brasileira, sendo assim, obrigação do Estado (BRASIL, 2014).

Outro documento produzido pelo Ministério da Saúde, o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos, apresenta que a alimentação saudável contribui para uma saúde plena infantil. Neste mesmo documento, é ressaltado a importância da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança - PNAISC, que visa ampliar o olhar sobre a saúde dos indivíduos que passam pela fase da infância, com o intuito de disponibilizar a promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2021).

Relacionando a alimentação saudável com a Educação Infantil, a legislação brasileira apresenta a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que usa de várias abordagens educacionais com o intuito de contribuir para o conhecimento e realização do direito humano ao acesso à alimentação saudável (BRASIL, 2021).

No total, a situação da obesidade de acordo com o OPAS (2022) e OMS (2022), apresenta-se que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo são obesas, sendo 39 milhões crianças, é estimado pela Organização Mundial de Saúde que até 2025 167 milhões de pessoas estarão menos saudáveis devido a obesidade ou por estarem acima do peso. Por isso, ressalta-se como objetivo a importância de identificar e analisar os efeitos de intervenções escolares na alimentação de crianças da educação

infantil. O objetivo do trabalho é identificar e analisar os efeitos de intervenções escolares na alimentação de crianças da Educação Infantil.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este trabalho, optou-se pelo método de revisão integrativa, uma vez que tal revisão responde aos objetivos propostos. A revisão integrativa é um método de pesquisa utilizado na prática baseada em evidências (PBE). A prática baseada em evidências envolve a definição de um problema sobre um tópico de interesse, a investigação acerca de estudos sobre o tema, a avaliação crítica das evidências disponíveis e a avaliação dos resultados obtidos por meio dos artigos selecionados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Desta forma, os passos para a construção da revisão integrativa, foram os seguintes: 1) definição do tema e elaboração da pergunta norteadora; 2) busca na literatura; 3) coleta de dados dos estudos; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados e 6) apresentação da revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Inicialmente, realizou-se a definição do tema "intervenções acerca da alimentação da criança na educação infantil". Na sequência, foi elaborada a questão norteadora da busca bibliográfica: "Quais os efeitos das intervenções na alimentação das crianças na Educação Infantil?". Para a elaboração da questão norteadora, utilizou-se a estratégia PICO (P: População ou problema, I: Intervenção, C: Comparação ou controle, e O: Resultado (*outcomes*) (JBI, 2014).

A busca pelos artigos ocorreu no mês de abril de 2023, nas bases de dados eletrônica PubMed e BVS na qual foram utilizados para a localização dos artigos os descritores "*Early Childhood Education*", "*Food*" e "*Intervention*" do DeCS/MESH (Descritores em Ciência de Saúde), o cruzamento utilizado no momento da busca foi "*Early Childhood Education*" AND "*Food*" AND "*Intervention*". Foram selecionados artigos publicados nos últimos 5 anos nos idiomas português, inglês e espanhol e que possuíam texto completo disponível.

O refinamento dos resultados ocorreu mediante a leitura dos títulos e resumos dos artigos levando-se em consideração os critérios de inclusão, cujos participantes são crianças da educação infantil, com foco na alimentação e trabalhos de intervenção. Foram excluídos alunos com transtornos alimentares, doenças crônicas, alimentação por sonda e estudos que o público alvo eram somente os familiares. O processo de refinamento foi realizado por F.S.M.S e R.G.M.G separadamente, em seguida, foi realizada a comparação dos trabalhos selecionados para a escolha dos artigos para revisão.

Após todo o processo de refinamento, para a realização das análises, os artigos foram lidos e transcritos em um quadro, com as informações extraídas dos estudos sobre o objetivo do projeto de intervenção, o método que foi realizado e os resultados obtidos em todas as intervenções.

3 RESULTADOS

O levantamento das publicações acerca do tema nas duas bases de dados selecionadas, localizou no total 1.051 artigos, sendo (n = 726) da PubMed e (n = 325) da BVS. Dentre os artigos, após as exclusões por características de publicações duplicadas, por idioma, data de publicação e tipo de pesquisa, restaram (n = 33) da PubMed e (n = 50) da BVS posteriormente a leitura na íntegra dos estudos, foram excluídos (n = 26) da PubMed e (n = 43) da BVS por não acontecer no ambiente escolar, por estarem relacionados somente a aspectos parentais e por terem relações com suplementação de nutrientes. Desta forma, foram avaliados (n = 8) da PubMed e (n = 7) da BVS, artigos completos, nessa etapa cinco estudos foram excluídos por não apresentarem resultados das intervenções. Sendo assim, no total, dez artigos compuseram a síntese qualitativa (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos.

Tabela 1 Características das publicações utilizadas para a revisão integrativa.

Autoria (ano)	País	Amostra	Idade dos sujeitos	Método
Pearson et al. (2022)	Austrália	400	De 3 a 6 anos	Estudo randomizado controlado por cluster
Taniguchi et al. (2022)	Estados Unidos	327	Crianças de 3 a 6 anos e adultos acima de 18 anos	Ensaio controlado randomizado
Vepsäläinen et al. (2022)	Finlândia e Polônia	221	De 3 a 6 anos	Estudo randomizado por cluster
Toussaint et al. (2021)	Holanda	357	De 2,5 a 3,5 anos	Estudo randomizado controlado por cluster
Horowitz et al. (2019)	Estados Unidos	316	De 3 a 8 anos	Estudo quase experimental, grupo de intervenção e grupo controle.
Melnick et al. (2019)	Estados Unidos	308	De 3 a 5 anos	Processo de amostragem aleatória estratificada
Gray et al. (2018)	Estados Unidos	351	De 3 a 5 anos	Estudo randomizado
Grummon et	Estados	154	De 2 a 5 anos	Estudo piloto exploratório

al. (2019)	Unidos			
Kim et al. (2019)	Coreia do Sul	534	De 4 a 5 anos	Estudo randomizado
Yeh et al. (2018)	Estados Unidos	164	De 3 a 5 anos	Estudo piloto exploratório

Como apresentado na Tabela 1, as intervenções a respeito da alimentação na Educação Infantil para as crianças, independentemente dos efeitos dos resultados, é um interesse recente visto que todos os artigos foram publicados nos últimos cinco anos (2018 – 2022). O tamanho da amostra variou entre 154 a 400 participantes. Nos Estados Unidos houve o maior número de intervenções (n = 6), Holanda (n = 1), Austrália (n = 1), Finlândia (n = 1) e Coreia do Sul (n = 1). A idade dos participantes foi de 2 a 8 anos.

Tabela 2

Autor	Objetivo	Resultados
Pearson et al. (2022)	Experimentar a efetividade de uma intervenção de saúde móvel em serviços de EAPI para reduzir a embalagem dos pais de alimentos discricionários (alimentos ricos em gordura saturada, açúcar e sódio) nas lancheiras das crianças.	Dados sobre os alimentos na lancheira foram arrecadados para 88,8% das crianças que concordaram com o início do estudo e 84,3% das crianças após a intervenção. Cerca de 61,8% dos pais baixaram o aplicativo e a taxa média de visualização do serviço foi de 26%. O uso do aplicativo serviu para mostrar informações sobre uma alimentação mais saudável na lancheira, porém a intervenção falhou em se tratando da diminuição dos alimentos discricionários nas lancheiras das crianças.
Taniguchi et al. (2022)	Avaliar os resultados da intervenção de nutrição e jardinagem para a escola e famílias, visando melhorar a alimentação das crianças da educação infantil e dos pais. Aumentando também a ingestão de vegetais.	A ingestão de vegetais aumentou significativamente nas crianças da intervenção em comparação com o grupo controle. Com relação à insegurança alimentar, antes da intervenção a alta segurança alimentar estava (49,5% vs. 46,8%) e após a intervenção foi para (58,1% vs. 62,3%).
Vepsäläinen et al. (2022)	Analisar a eficácia do aplicativo Mole's Veggie Adventure no aumento da aceitação de frutas e verduras.	De resultado, o grupo de intervenção apresentou escores mais altos de aceitação de frutas e verduras, com dados de 95% de aceitação e o grupo controle de 48% de aceitação de frutas e verduras.
Toussaint et al. (2021)	Analisar e intervir nos conhecimentos dos professores, bem como nas práticas alimentares e atividades relacionadas, também no nível de confiança na promoção de alimentação saudável e como as atividades físicas refletem em mudanças nas crianças em contato com eles.	A intervenção teve efeito positivo sobre os conhecimentos dos professores em relação às diretrizes de alimentação; efeitos positivos globais em declarações de atitude; efeito geral positivo na escala de prática de modelagem relacionada à atividade; para a escala de prática ensino- atividade/ autonomia-suporte, foi encontrado um efeito positivo para essas crianças.
Horowitz et al. (2019)	Perceber qual o efeito mediador da educação nutricional em pré-escolares diretamente e dos pais sobre os carotenóides da pele (contagem) durante dois anos em crianças de ascendência mexicana.	As crianças dos grupos de intervenção melhoraram a contagem de carotenóides da pele, durante os anos de intervenção e análise em comparação com o grupo controle. Sendo um resultado positivo pois os mesmos têm relação com a ingestão de frutas e vegetais que aumentou durante a intervenção.

Melnick et al. (2019)	Avaliar o impacto de um programa em educação nutricional, composto por 12 aulas práticas de educação nutricional durante o ano letivo sobre a disposição de crianças em consumir frutas e vegetais.	Os resultados mostraram que a mudança nas chances do consumo dos três vegetais variou significativamente, entre as crianças do grupo de intervenção em comparação com o grupo controle. O resultado foi positivo para o aumento no consumo de vegetais.
Gray et al. (2018)	Avaliar o impacto da maior frequência de ingestão de vegetais, frutas e alimentos integrais após a intervenção.	Os resultados foram positivos. Após o acompanhamento, o IMC diminuiu de 56 percentil para 52 percentil. Aumento de 14% na prevalência de crianças que comem vegetais (SE=5, p=0,0063).
Grummon et al. (2019)	Avaliar se a intervenção que promove o aumento do consumo de bebidas mais saudáveis teve um impacto positivo, melhorando o consumo de bebidas entre crianças.	Essas crianças participantes da intervenção reduziram o consumo de bebidas menos saudáveis em 5,9 (95%). E a probabilidade de elas terem excesso de peso diminuiu 3 pontos. Apresentaram aumentos maiores de consumo de bebidas mais saudáveis em comparação ao grupo controle.
Kim et al. (2019)	Aperfeiçoar os comportamentos alimentares e nutricionais de crianças em idade pré-escolares através de um programa Mission X estabelecido pela NASA.	Foram relacionadas diferenças nas condutas alimentares entre os grupos de estudo através de testes promovendo relevâncias estatísticas nas variáveis antropométricas e escore NQ. 679 crianças participaram do programa MX, somente 534 completaram a intervenção. Não foram consideradas diferenças importantes nas particularidades entre o nascimento e a dieta. As variáveis antropométricas apresentaram mudanças significativas em ambos os grupos.
Yeh et al. (2017)	Investigar a efetividade da educação nutricional na saúde dos Afro-americanos em ambientes pré-escolares.	Não foram vistas mudanças consideráveis nos percentuais de IMC, apenas uma redução no grupo B e no grupo controle nos confirmados com sobrepeso e obesidade. Houveram níveis de lipídios no sangue aceitáveis nos três grupos, e no comportamento e conhecimento nutricional não existiu mudanças pós intervenção.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, a conscientização e modelagem de comportamentos ligados a alimentação saudável, podem ocorrer e ser satisfatório com intervenções variadas, sendo eles: Intervenção de Saúde móvel (Pearson et al., 2022), intervenção de nutrição e jardinagem para a escola e famílias (Taniguchi et al., 2022), aplicativo Mole's Veggie (Vepsäläinen et al., 2022), intervir nos conhecimentos dos professores (Toussaint et al.,2021), educação nutricional variadas e com diferentes enfoques (Horowitz et al.,2019; Melnick et al., 2019; Gray et al., 2018; Yeh et al., 2018), intervenções que promovem o aumento de consumo de bebidas mais saudáveis (Grummon et al., 2019), enfoque nas mudanças comportamentais alimentares e nutricionais Mission X (Kim et al., 2019). A maioria das intervenções obtiveram resultados positivos na alimentação, em maior ou menor grau, sendo hábeis na mudança de comportamento nutricional.

4 DISCUSSÃO

Identificando os efeitos de intervenções escolares na alimentação de crianças na Educação Infantil, um ponto de convergência entre todos os artigos analisados, é a importância de se estabelecer hábitos saudáveis durante a primeira infância, com o objetivo secundário de contribuir para o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, evitando assim possíveis doenças crônicas e obesidade na fase adulta.

A educação infantil é apresentada em todos os estudos como um ambiente propício para promover novos costumes na alimentação e também, hábitos relacionados às atividades físicas, mesmo não sendo um aspecto de interesse do presente artigo, ele aparece juntamente com as intervenções relacionadas às características alimentares. Segundo a nova Pirâmide da Alimentação Saudável apresentada pela Universidade de Harvard, os exercícios físicos oferecem vários benefícios à saúde, por isso, na atualização da Pirâmide Alimentar é abordado o estilo de vida como essencial para a qualidade de vida, e os exercícios físicos se encontram na base da pirâmide (HARVARD, 2023).

Toussaint et al. (2021) relatam que os professores são potenciais atores-chaves em intervenções precoces, especialmente para prevenir o sobrepeso e a obesidade, o estudo contribui para o desenvolvimento profissional e foca em minimizar as desigualdades de saúde em crianças, segundo os pesquisadores um exemplo saudável dos professores podem promover comportamentos saudáveis nos alunos. Horowitz et al. (2020) corroboram que a educação nutricional na primeira infância aumenta as possibilidades de uma vida adulta mais saudável e que a participação dos pais, incita as chances de a intervenção ser bem-sucedida, pois assim como os professores, atuam na modelagem de hábitos.

Roberts-Gray et al. (2019) asseguram que a maioria das pessoas nos EUA, incluindo as crianças, consomem quantidades inferiores ao indicado de frutas, vegetais e grãos integrais, destacando as influências dos pais nas escolhas alimentares dos filhos, principalmente quando estes são os responsáveis por disponibilizar os alimentos (preparação das lancheiras). Na intervenção realizada houve o aumento no consumo de frutas e vegetais e o enfraquecimento no consumo de doces, além de incentivar o apoio das crianças na alimentação preparada pelos pais, indicando que a contribuição única do estudo é que crianças consomem e conservam a mesma quantidade de alimento (66% consomem e 33% conservam) independentemente do tipo de alimentos, sendo eles frutas e vegetais ou salgadinhos e doces.

Para Pearson et al. (2022), a intervenção não foi suficiente devido às baixas taxas de downloads do app e somente 26% dos que baixaram, visualizaram o serviço, que servia de recurso para educação nutricional voltada para pais e professores, da mesma forma, Yea et al. (2019), a intervenção não foi satisfatória pois não houve o envolvimento dos adultos, responsáveis por fornecer opções mais saudáveis e nem auxílio dos professores que não participaram das atividades de modelagem alimentar.

Nos estudos analisados, foi evidenciado que os pais contribuem para alimentação dos filhos e são significativos para o desenvolvimento dos sentidos e aceitação de novos alimentos, desta forma, é importante que pais e educadores possuam disposição para participar ativamente das atividades da intervenção e que esta não seja apenas pontual, sendo necessário um tempo maior para a mudança de hábitos alimentares (BRASIL, 2008).

Melnick et al. (2020), expõe em sua pesquisa que programas eficazes de educação nutricional, na educação infantil são necessários para aumentar a disposição das crianças em experimentar frutas e vegetais, sugerindo que a exposição a novos alimentos afeta as preferências das crianças, confirmando os dados da intervenção. Kim et al. (2019) e Taniguchi et al. (2022), concluíram que as intervenções tiveram aspectos positivos nos comportamentos alimentares e na ingestão de vegetais, respectivamente.

A dinâmica da vida moderna e as diversas atividades cotidianas, tem atribulado a vida das pessoas e consecutivamente dos pais, que muitas vezes não possuem tempo hábil para o preparo de alimentação, assim sendo, as facilidades da alimentação pouco saudável, pré-preparada acabam sendo inseridas como alimentação elegida, causando transtornos alimentares e doenças não transmissíveis e evitáveis. Todos os tipos de alimentos, incluindo as bebidas, são fatores de intervenção, o consumo de bebidas mais saudáveis desencoraja o consumo de bebidas menos saudáveis, fortalecendo uma nutrição mais sadia e menos prejudicial (GRUMON et al., 2019).

Dentre as intervenções analisadas, uma provocou ânimo entre os participantes da pesquisa, por estar incluída na cultura digital, tão presente no cotidiano das crianças. O jogo online tinha o intuito de promover uma alimentação saudável, ele contou com a participação do grupo-alvo na criação do jogo, sendo inovadora, promovendo o potencial de aumentar a aceitação de frutas e verduras e auxiliar as crianças na autorregulação, levando em conta que a alimentação é um processo interno, que necessita ser regulado (VEPSÄLÄINEN et al., 2022).

A última edição de 2022 do relatório de Situação da Segurança Alimentar e Nutricional (SOFI), apresentado pelas Nações Unidas (2022), mostra que além da fome subir milhões em 2021, 2,3 bilhões de pessoas no mundo estavam em insegurança alimentar moderada ou grave e 3,1

bilhões de pessoas não conseguiam pagar por uma alimentação saudável. Levando isso em consideração e analisando os países em que foram realizadas as intervenções encontradas nas duas bases de dados, Austrália, Estados Unidos, Finlândia e Coreia do Sul, todos países desenvolvidos, ressalta-se a importância de realizar intervenções em países subdesenvolvidos, visto que para alcançar o objetivo da agenda 2030 de acabar com a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição o trabalho tem que ser mundial.

Da mesma forma, os estudos revisados ressaltaram a importância de políticas públicas em ação, de acordo com Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), com o foco em alcançar a melhoria da nutrição promovendo agricultura sustentável e garantir a educação inclusiva de qualidade, proporcionando oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, especialmente o Objetivo 2 – Fome zero e agricultura sustentável e Objetivo 4 – Educação de qualidade.

Para encerrar, os estudos sobre as intervenções apresentaram aspectos significativos e subsídios para futuras intervenções a serem realizadas no ambiente escolar em diferentes países. Futuras intervenções podem focar em mais tempo de trabalho, visto que, como citado em todos os artigos, o período foi muito curto para avaliar mudanças mais a longo prazo, como valores de IMC. Vincular a prática de atividade física e exercício físico também se apresenta como um fator importante de sugestão, uma vez que, é um aspecto presente na base da Pirâmide Alimentar, e todas as intervenções que a atividade física estava presente, os resultados foram mais significativos. Além disso, sugere-se que as novas intervenções possam ser consideradas a serem realizadas em países subdesenvolvidos para compreensão dos efeitos de intervenções nessas populações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos efeitos das intervenções na alimentação das crianças na educação infantil, forneceu dados formidáveis sobre a importância de se estabelecer hábitos saudáveis na primeira infância e quão necessário são a participação de professores, pais e cuidadores nessas intervenções, para alavancar aspectos positivos de aprendizagem e modelagem de comportamentos. Ficou evidente que abordagens de múltiplos fatores como alimentação, exercícios físicos e ingestão de bebidas saudáveis tem chances de ser mais expressivas e alcançar melhores resultados. O estudo contribui ao elencar aspectos significativos e subsídios para futuras intervenções a serem realizadas no ambiente escolar e a necessidade de intervenções mais extensas temporalmente para mudanças de hábitos. No entanto, mais estudos são necessários para confirmação destes dados, além disso, sugere-se intervenções em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos para compreensão dos efeitos nessas populações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Por que é tão importante uma alimentação adequada e saudável no início da vida?** Saúde Brasil, Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentar-melhor/noticias/2022/por-que-e-tao-importante-uma-alimentacao-adequada-e-saudavel-no-inicio-da-vida. Acesso em: 19 mai 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Primeira Infância.** Saúde da Criança, Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a–a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia#:~:text=A%20primeira%20infância%20é20o%20período%20que%20vai,do%20bebê%20até%20os%206%20anos%20de%20idade. Acesso em: 10 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Obesidade Infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil.** Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos versão resumida [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Decreto n.º 357, de 17 de maio de 2022. **Institui o Programa Primeira Infância na Escola. Diário Oficial da União do Brasil.** Ministério da Educação. Brasília, DF, v. 93, n. 1, p. 150. Seção 1, pt. 1.

Grummon AH, Cabana MD, Hecht AA, Alkon A, McCulloch CE, Brindis CD, Patel AI. **Effects of a multipronged beverage intervention on young children's beverage intake and weight: a cluster-randomized pilot study.** Public Health Nutr. 2019 Oct;22(15):2856-2867. doi: 10.1017/S1368980019001629. Epub 2019 Jul 15. PMID: 31303190; PMCID: PMC6750979.

HARVARD. **School of Public Health,** 2023. Departamento de Nutrição da Harvard T.H. Disponível em: https://www.hsph.harvard.edu/nutritionsource/healthy-eating-pyramid/. Acesso em: 29, abr 2023.

Horowitz, M., Kaiser, L., Manzo, R., Aguilera, A., Diaz Rios, L., & Macias, K. (2020). **Influence of pre-schooler and parent nutrition education on carotenoid levels of Mexican-heritage children.** Public Health Nutrition, 23(13), 2336-2344. doi:10.1017/S1368980019004579.

JOANNA BRIGGS INSTITUTE – JBI. **Joana Briggs Institute Reviewers.** Manual: 2014 edition. Adelaide: The Joanna Briggs Institute, 2014.

Kim J, Kim G, Park J, Wang Y, Lim H. **Effectiveness of Teacher-Led Nutritional Lessons in Altering Dietary Habits and Nutritional Status in Preschool Children: Adoption of a NASA Mission X-Based Program.** Nutrients. 2019 Jul 13;11(7):1590. doi: 10.3390/nu11071590. PMID: 31337047; PMCID: PMC6682966.

Likhar A, Baghel P, Patil M. **Early Childhood Development and Social Determinants. Cureus.** 2022 Sep 23;14(9):e29500. doi: 10.7759/cureus.29500. PMID: 36312682; PMCID: PMC9596089.

Melnick, E., Thomas, K., Farewell, C., Quinlan, J., LaFlamme, D., Brogden, D., . . . Puma, J. (2020). **Impact of a nutrition education programme on preschool children's willingness to consume fruits and vegetables.** Public Health Nutrition, 23(10), 1846-1853. doi:10.1017/S1368980019005032.

Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, C. M. (2019). **USE OF THE BIBLIOGRAPHIC REFERENCE MANAGER IN THE SELECTION OF PRIMARY STUDIES IN INTEGRATIVE REVIEWS.** Texto & Contexto - Enfermagem, 28(Texto contexto - enferm., 2019 28), e20170204. https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204.

Ministério da Saúde: **Guia Alimentar para a População Brasileira promovendo a alimentação saudável.** Normas e manuais técnicos: Brasília, 2014. 5) BRASIL. Lei 11.3.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS). **Dia Mundial da Obesidade 2022: acelerar a ação para acabar com a obesidade.** Brasília: OPAS; 2022.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 abr 2023.

Pearson N, Finch M, Sutherland R, Kingsland M, Wolfenden L, Wedesweiler T, Herrmann V, Yoong SL. **An mHealth Intervention to Reduce the Packing of Discretionary Foods in Children's Lunch Boxes in Early Childhood Education and Care Services: Cluster Randomized Controlled Trial.** J Med Internet Res. 2022 Mar 17;24(3):e27760. doi: 10.2196/27760. PMID: 35297768; PMCID: PMC8972115.

Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-

globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021#:~:text=A%20edi%C3%A7%C3%A3o%20de%202022%20do%20relat%C3%B3rio%20The%20State>. Acessado: 24/04/2023.

Roberts-Gray C, Ranjit N, Sweitzer SJ, Byrd-Williams CE, Romo-Palafox MJ, Briley ME, Hoelscher DM. **Parent packs, child eats: Surprising results of Lunch is in the Bag's efficacy trial.** Appetite. 2018 Feb 1;121:249-262. doi: 10.1016/j.appet.2017.10.033. Epub 2017 Oct 25. PMID: 29079478; PMCID: PMC5868976.

Scaglioni, S.; De Cosmi, V.; Ciapolino, V.; Parazzini, F.; Brambilla, P.; Agostoni, C. **Fatores que influenciam os comportamentos alimentares das crianças.** Nutrientes 2018 , 10 , 706. https://doi.org/10.3390/nu10060706

Stabouli S, Erdine S, Suurorg L, Jankauskienė A, Lurbe E. **Obesity and Eating Disorders in Children and Adolescents: The Bidirectional Link. Nutrients.** 2021 Nov 29;13(12):4321. doi: 10.3390/nu13124321. PMID: 34959873; PMCID: PMC8705700.

Taniguchi T, Haslam A, Sun W, Sisk M, Hayman J, Jernigan VBB. **Impact of a Farm-to-School Nutrition and Gardening Intervention for Native American Families from the FRESH Study: A Randomized Wait-List Controlled Trial.** Nutrients. 2022 Jun 23;14(13):2601. doi: 10.3390/nu14132601. PMID: 35807781; PMCID: PMC9268191.

Toussaint N, Streppel MT, Mul S, Balledux M, Drongelen KV, Janssen M, Fukkink RG, Weijs PJM. **The effects of a preschool-based intervention for Early Childhood Education and Care teachers in promoting healthy eating and physical activity in young children: A cluster randomised controlled trial.** PLoS One. 2021 Jul 23;16(7):e0255023. doi: 10.1371/journal.pone.0255023. PMID: 34298547; PMCID: PMC8302250.

Vepsäläinen H, Skaffari E, Wojtkowska K, Barlińska J, Kinnunen S, Makkonen R, Heikkilä M, Lehtovirta M, Ray C, Suhonen E, Nevalainen J, Sajaniemi N, Erkkola M. **A Mobile App to Increase Fruit and Vegetable Acceptance Among Finnish and Polish Preschoolers: Randomized Trial.** JMIR Mhealth Uhealth. 2022 Jan 4;10(1):e30352. doi: 10.2196/30352. PMID: 34982718; PMCID: PMC8767468.

Yeh, Y., Hartlieb, K.B., Danford, C. et al. **Effectiveness of Nutrition Intervention in a Selected Group of Overweight and Obese African-American Preschoolers.** J. Racial and Ethnic Health Disparities 5, 553–561 (2018). https://doi.org/10.1007/s40615-017-0399-0.

EFEITOS DE DIFERENTES PROTOCOLOS DE TREINAMENTO FÍSICO EM PESSOAS IDOSAS COM DOENÇA RENAL CRÔNICA: revisão integrativa da literatura

EFFECTS OF DIFFERENT PHYSICAL TRAINING PROTOCOLS IN ELDERLY INDIVIDUALS WITH CHRONIC KIDNEY DISEASE: An Integrative Literature Review

Área temática: 03 – Saúde e Bem-estar.

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Educação Física
prof.cristianribeiro@gmail.com

PIZANI, Leandro Gabriel
Universidade de Franca
Graduando em Fisioterapia
leandropizani@outlook.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde, Mestre em Educação Física, Bacharel em Fisioterapia
lilian.nascimento@unifran.edu.br

FURTADO, Ricardo Andrade
Universidade de Franca
Pós-doutor e Doutor em Ciências, Bacharel em Ciências Biológicas
ricardo.furtado@unifran.edu.br

Resumo
O artigo em questão investigou os efeitos de diferentes protocolos de treinamento físico em pessoas idosas com doença renal crônica (DRC) por meio de uma revisão integrativa da literatura. Com o objetivo de analisar como protocolos de exercícios intradialíticos, exercícios mistos (resistidos e aeróbicos) e exercícios aeróbicos impactam na qualidade de vida, na força muscular e na função renal de pacientes idosos submetidos à hemodiálise. A justificativa para essa pesquisa reside na importância de entender como o exercício físico pode beneficiar uma população vulnerável, como os idosos com DRC, e como essa intervenção pode ser incorporada às estratégias de saúde pública. A revisão integrativa abordou vários estudos, evidenciando que diferentes protocolos de treinamento tiveram impactos variados nos resultados dos participantes. Protocolos de exercícios resistidos e combinados resultaram em melhorias significativas na força muscular e na capacidade funcional, enquanto um estilo de vida fisicamente ativo foi associado a um menor risco de desenvolvimento da DRC. No entanto, a revisão também destacou a diversidade de critérios de inclusão e tamanhos de amostra variados entre os estudos analisados, o que pode limitar a generalização dos resultados. Em conclusão, os achados deste estudo enfatizam a importância do exercício físico como uma ferramenta promissora na gestão da DRC em idosos submetidos à hemodiálise. No entanto, pesquisas adicionais são necessárias para estabelecer diretrizes específicas e personalizadas para a prescrição de exercícios nessa população, destacando o potencial da promoção da atividade física contínua e supervisionada para melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: Idoso, Insuficiência Renal Crônica, Exercício Físico.

Abstract
The article in question investigated the effects of different physical training protocols on elderly individuals with chronic kidney disease (CKD) through an integrative literature review. The aim was to analyze how intradialytic exercise protocols, mixed exercises (resistance and aerobic), and aerobic exercises impact the quality of life, muscular strength, and renal function of elderly patients undergoing hemodialysis. The justification for this research lies in the importance of understanding how physical exercise can benefit a vulnerable population, such as the elderly with CKD, and how this intervention can be incorporated into public health strategies. The integrative review covered several studies, highlighting that different training protocols had varied impacts on participants' outcomes. Resistance and combined exercise protocols resulted in significant improvements in muscular strength and functional capacity, while a physically active lifestyle was associated with a lower risk of CKD development. However, the review also emphasized the diversity of inclusion criteria and varied sample sizes among the analyzed studies, which may limit the generalization of results. In conclusion, the findings of this study emphasize the importance of physical exercise as a promising tool in managing CKD in elderly individuals undergoing hemodialysis. However, further research is needed to establish specific and personalized guidelines for exercise prescription in this population, emphasizing the potential of continuous and supervised physical activity promotion to enhance the quality of life of these patients.

Keywords: Elderly, Chronic Kidney Insufficiency, Physical Exercise.

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento humano constitui um dos eventos de destaque na contemporaneidade, intrinsecamente relacionado à redução das taxas de mortalidade e fecundidade, bem como à notável melhoria na qualidade de vida da população. Projeções estimam que até o ano de 2050, aproximadamente 1,5 bilhão de indivíduos em todo o mundo adentrarão a fase da terceira idade, representando cerca de 16% do total populacional global. É saliente observar que esse fenômeno de envelhecimento é mais proeminente nos países desenvolvidos; no entanto, evidencia-se uma crescente longevidade também nas nações de renda moderada e baixa, com o Brasil merecendo particular destaque nesse contexto (OLIVEIRA et al., 2022).

Segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o cenário brasileiro em 2050 contemplará uma população idosa que superará a marca dos 66 milhões de indivíduos. Tal perspectiva está intrinsecamente vinculada ao aumento da expectativa de vida e à queda das taxas de natalidade, o que conduzirá o Brasil a uma significativa representação da população idosa na sociedade (BRASIL, 2018).

O fenômeno do envelhecimento é uma trajetória dinâmica e irreversível, multifacetada e influenciada por fatores de ordem biológica, social, psicológica e ambiental. Este processo acarreta implicações significativas, notadamente o declínio da força dos músculos esqueléticos e o desenvolvimento de sarcopenia, culminando em uma redução da capacidade funcional dos indivíduos (BORGES et al., 2015). Ademais, é crucial realçar que este processo pode estar interligado às Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), que, por sua vez, propiciam o surgimento de incapacidades motoras, psicológicas e sociais, restringindo as atividades cotidianas dos idosos e sendo responsáveis por cerca de 70% dos óbitos registrados no Brasil (BARRETO; CARREIRA; MARCON, 2015; MENDES et al., 2018).

Dentro desse contexto, destaca-se a relevância da Doença Renal Crônica (DRC), uma condição que se configura como um desafio de saúde pública e cujo número de casos tem experimentado um crescimento contínuo a cada ano. Notavelmente, em 1990, a DRC ocupava a décima-sétima posição na lista das causas de mortalidade no Brasil, contudo, em 2010, já havia ascendido ao décimo lugar. Além disso, esta patologia tem acarretado um aumento expressivo nas taxas de mortalidade prematura, especialmente entre as mulheres (MARINHO; PASSOS; FRANÇA, 2016).

De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia, as principais causas de DRC em estágio terminal no Brasil são a hipertensão arterial sistêmica (HAS), correspondendo a 32% dos casos, e a diabetes mellitus (DM), presentes em 31% dos casos (BRASIL, 2018). Tanto a HAS quanto a DM figuram entre as causas da DRC que propiciam a insuficiência renal, demandando a necessidade de terapia renal substitutiva (TRS). Dentre as modalidades de TRS, a hemodiálise

sobressai como a alternativa preponderante, sendo empregada em 91% dos casos (SESSO et al., 2016).

Não obstante os benefícios da hemodiálise na extensão da expectativa de vida dos indivíduos com DRC, esta abordagem terapêutica não está isenta de repercussões negativas, uma vez que instaura uma série de prejuízos tanto na saúde física quanto na mental. Tais desafios abrangem áreas como a convivialidade social, a independência funcional e a incidência de sedentarismo (GOMES et al., 2018).

Um dos fatores de risco passíveis de modificação associados à terapia de hemodiálise é o sedentarismo, uma condição amplamente presente entre os pacientes com DRC, seja devido à rotina peculiar desses indivíduos, seja devido a aspectos inerentes à própria patologia e ao seu tratamento. Sob esse prisma, a prática regular de exercícios físicos emerge como um elemento crucial, demonstrando uma relação inversamente proporcional com o sedentarismo e uma melhoria substancial na funcionalidade após o engajamento em atividades de resistência física (PITANGA et al., 2018; KRILOW et al., 2019).

Estudos científicos têm convergido na demonstração da eficácia de programas de exercícios físicos na alteração dos índices de morbidade e mortalidade dessa população, promovendo melhorias nos aspectos metabólicos, fisiológicos e psicológicos (CARLETTI et al., 2017). A prática sistemática de exercícios físicos desempenha um papel vital no tratamento e na mitigação de fatores que possam prejudicar o bem-estar dos indivíduos com DRC, contribuindo para o controle da pressão arterial, aprimoramento da função cardíaca, aumento da variabilidade da frequência cardíaca e redução das arritmias, bem como o fortalecimento da resistência e da massa muscular, culminando na melhoria global da qualidade de vida (REBOREDO et al., 2007).

Diante do exposto, o propósito deste estudo reside na identificação, na literatura latino-americana, dos efeitos decorrentes da implementação de diferentes protocolos de exercícios resistidos em indivíduos idosos acometidos pela Doença Renal Crônica em tratamento de hemodiálise. Tal investigação almeja fornecer contribuições relevantes para o entendimento dos benefícios da prática de exercícios físicos nesta população vulnerável, delineando caminhos para uma abordagem mais eficaz e abrangente no cuidado de pacientes com DRC.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de alcançar a meta delineada para o presente estudo, procederemos à condução de uma revisão integrativa de literatura. Este método se caracteriza pela análise crítica de pesquisas previamente finalizadas e publicadas, cujos resultados visam fornecer subsídios para a tomada de decisão, contribuindo, dentre outros aspectos, para o aprimoramento das práticas clínicas. A formulação de uma revisão integrativa viabiliza a produção de conhecimento focalizado em uma área específica da saúde, o que pode resultar em recomendações embasadas em resultados de estudos para a prática clínica, além de identificar lacunas no conhecimento, incentivando pesquisas futuras (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Este processo de revisão integrativa é composto por etapas bem definidas, que têm como finalidade orientar a condução da pesquisa. Essas etapas compreendem: a) formulação da pergunta norteadora para a busca bibliográfica; b) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos estudos; c) coleta de dados dos estudos selecionados; d) análise crítica dos trabalhos; e) discussão dos resultados; f) apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A busca bibliográfica foi conduzida no mês de setembro de 2023 em renomadas bases de dados científicas, a saber: Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine (PubMed). Durante esta fase, utilizou-se uma estratégia meticulosa, envolvendo descritores e cruzamentos entre eles, notadamente: "indivíduos idosos" E "treinamento físico" E "doença renal crônica". A pergunta norteadora que direcionou a busca bibliográfica foi formulada seguindo a estratégia PICO (Patient or Problem, Intervention, Control or Comparison, Outcomes) (SANTOS; PIMENTA; NOBRE, 2007).

Como estabelecimento dos critérios de inclusão, foi determinado um recorte temporal que abrangesse os últimos cinco anos, isto é, de 2018 a 2023. Tal decisão foi tomada com o propósito de garantir a análise dos estudos mais recentes relacionados ao tema em questão. Quanto ao tipo de publicação, optou-se pela inclusão exclusiva de artigos científicos, excluindo, portanto, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, em virtude de seu rigor avaliativo. Adicionalmente, apenas artigos publicados nas línguas inglesa, portuguesa e espanhola, e diretamente relacionados à temática da pesquisa, foram considerados elegíveis.

As etapas de busca e seleção dos artigos foram realizadas de forma independente pelos autores, e quaisquer discordâncias foram submetidas à discussão até que um consenso fosse alcançado. Após a busca inicial, procedeu-se à análise dos títulos e resumos dos artigos selecionados, excluindo aqueles que não se alinhavam com a pergunta de pesquisa ou com o período temporal especificado. Além disso, artigos duplicados em diferentes idiomas foram descartados. Os artigos que cumpriram todos os critérios estabelecidos foram então submetidos à leitura na íntegra. O fluxograma que ilustra esse processo de inclusão e exclusão encontra-se apresentado na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos

Esta metodologia rigorosa de revisão integrativa permite a construção de um corpo de evidências sólidas e atualizadas sobre os efeitos de diferentes protocolos de treinamento resistido em indivíduos idosos com doença renal crônica em tratamento hemodialítico, contribuindo, assim, para a disseminação do conhecimento científico e orientando a prática clínica baseada em evidências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de otimizar a análise dos dados contidos nos artigos, elaborou-se uma planilha utilizando o software Excel, a qual apresenta de forma sistematizada as seguintes informações: título do artigo, autores, ano de publicação, local da pesquisa, objetivo do estudo, composição da amostra, delineamento da pesquisa e resultados obtidos.

O quadro 1, a seguir, exemplifica a análise das informações previamente mencionadas.

Quadro 1. Caracterização dos artigos selecionados

Autores	Local	Objetivo	Amostra	Resultados
YABE et al. (2021)	Japão	Identificar os efeitos do exercício intradialítico em pacientes com idade avançada em tratamento hemodialítico.	84 pacientes foram incluídos na análise, sendo 44 do grupo onde houve a intervenção e 40 do grupo controle.	Após 6 meses, o grupo de exercício apresentou melhora significativa na pontuação do teste *Short Physical Performance Battery* (SPPB) (10 [7.0–11.3] pontos para 12 [8.6–12] pontos, $p < 0.05$), enquanto o grupo controle permaneceu inalterado. Quando ajustado para idade e tempo de hemodiálise, o grupo de exercício demonstrou aumento significativo na pontuação da escala SPPB (0.7 ± 2.1) em comparação com o grupo controle (-0.4 ± 2.0).
UCHIYAMA et al. (2021)	Japão	Identificar os benefícios do exercício físico em pacientes com grau severo de doença renal crônica (estágio 4).	46 pacientes (23 no grupo de exercício e 23 no grupo controle)	Antes da intervenção, não foram observadas diferenças significativas entre os grupos nas subescalas de qualidade de vida. Após a intervenção, o grupo de exercício demonstrou melhorias significativas nas escalas do teste *Kidney Disease Quality of Life Instrument* (KDQOL), status de trabalho, qualidade de interação social e doença renal, com tendências positivas em sintomas/problemas e sono. Não houve diferenças significativas em força de quadríceps, força de preensão, parâmetros metabólicos, bioquímicos e dados antropométricos. A redução de AC/FC foi significativamente maior no grupo de exercício em comparação com o grupo controle.
LEE et al. (2020)	Estados Unidos	Avaliar a associação da atividade física e tempo sedentário com a presença de doença renal crônica entre idosos.		Maior frequência de atividade física total foi diretamente associada a menor probabilidade de doença renal crônica, enquanto mais tempo sedentário foi associado a maior probabilidade de DRC. Realocar 5% do tempo de atividade física leve para tempo sedentário previu maior diferença na taxa de filtração glomerular estimada (-1.06 ml/min/1.73m²). Realocar 1% do tempo de atividade física moderada-vigorosa para tempo sedentário previu maior diferença na relação urina-albumina para creatina (UACR) (14.37 µg/mg).

MORIYAMA et al. (2019)	Japão	Avaliar a associação entre uma intervenção de 6 meses com protocolos de exercício resistido durante o tratamento intradialítico e alterações na força muscular e no desempenho físico.	306 pacientes em hemodiálise	Após 6 meses de intervenção, houve melhora significativa no índice pKEMP-dBW* (de 42.3 ± 14.9% para 45.7 ± 14.9%) e no teste *Short Physical Performance Battery* (de 10.0 ± 2.6 para 10.4 ± 2.5). Observaram-se aumentos significativos na força dos extensores do joelho. Não foram observadas mudanças no teste de caminhada de 6 minutos.
BEETHAM et al. (2018)	Austrália	Avaliar a relação entre estimativas de taxa de filtração glomerular estimada em cistatina-C e creatina após uma intervenção composta por exercícios aeróbios.	142 pacientes com doença renal crônica de grau 3 ou 4	Não foram observadas diferenças significativas entre os grupos antes da intervenção. Após a intervenção de 12 meses, houve melhora significativa na capacidade física do grupo de intervenção. Não foram observadas diferenças significativas na massa magra entre os grupos durante o período.
WATSON et al. (2018)	Inglaterra	Investigar o efeito da combinação de protocolos de exercícios aeróbios e resistidos em pacientes com doença renal crônica e comparar com pacientes que realizam apenas o protocolo aeróbio.	41 participantes idosos com DRC (20 no grupo de exercício combinado e 21 no grupo de exercício aeróbio)	O peso total levantado pelo grupo de exercício combinado aumentou significativamente (de 895 ± 408 para 1,510 ± 658 kg). A força dos extensores do joelho também aumentou nos grupos de exercício aeróbio e combinado. Dessa forma, o grupo que realizou o protocolo de exercícios combinados obteve maiores ganhos se comparado aos demais grupos.

*pKEMP-dBW: porcentagem da potência muscular de extensão do joelho em relação ao peso corporal.
Fonte: dados da pesquisa.

Essa abordagem sistemática, por meio da construção de uma planilha de dados, proporciona uma organização mais eficiente das informações coletadas nos artigos selecionados, facilitando a análise crítica e a síntese dos principais achados científicos. Dessa forma, contribui para uma compreensão mais abrangente do panorama atual de pesquisas sobre os efeitos dos protocolos de treinamento resistido em idosos com doença renal crônica em tratamento hemodialítico, auxiliando na identificação de tendências e lacunas na literatura científica.

A abordagem sistemática da influência dos exercícios físicos na saúde de idosos com doença renal crônica em tratamento hemodialítico é uma temática que tem sido investigada em diferentes regiões do mundo. Conforme indicado na Tabela 1, os estudos selecionados apresentam uma

distribuição geográfica abrangente, com pesquisas conduzidas no Japão, Estados Unidos, Austrália e Inglaterra. Além disso, esses estudos empregaram uma variedade de protocolos de exercícios, incluindo exercícios resistidos, mistos (que combinam exercícios resistidos e aeróbicos) e exercícios aeróbicos, demonstrando a diversidade de abordagens disponíveis para a intervenção nesse contexto.

A análise dos resultados obtidos em cada estudo proporciona insights importantes sobre os efeitos dessas intervenções na saúde e qualidade de vida dos participantes. Os estudos conduzidos por Yabe et al. (2021) e Uchiyama et al. (2021), por exemplo, enfatizam a melhoria da qualidade de vida e do desempenho físico em grupos submetidos a protocolos de exercícios, destacando a relevância dessas abordagens terapêuticas.

Outra constatação significativa é a associação entre a prática de atividade física e o risco de desenvolvimento de doença renal crônica, como evidenciado por Lee et al. (2020). Essa relação direta entre o nível de atividade física e a incidência de DRC é um aspecto relevante a ser considerado na prevenção e gestão dessa condição clínica. Por sua vez, o estudo de Moriyama et al. (2019) destaca a importância do treinamento resistido na melhoria da força muscular, um fator crucial para a funcionalidade e a autonomia dos pacientes. Entretanto, vale ressaltar que não foram observadas melhorias no teste de caminhada de 6 minutos, evidenciando a complexidade da resposta ao treinamento.

Beetham et al. (2018) contribuem com a discussão ao apresentar um estudo que combina exercícios aeróbicos e resistidos, demonstrando a eficácia dessa abordagem na melhora da capacidade física. Essa pesquisa também enfatiza a importância da continuidade do programa de exercícios ao longo do tempo. Watson et al. (2018), por sua vez, oferecem uma comparação interessante entre um protocolo misto (resistido e aeróbico) e um protocolo exclusivamente aeróbico, ressaltando os benefícios adicionais do treinamento resistido na melhora da força muscular e da capacidade funcional.

Para fortalecer ainda mais o embasamento científico, é válido mencionar a contribuição de trabalhos anteriores, como os realizados por Cheema et al. (2007), Nilwik et al. (2013), McGinley et al. (2015) e Manfredini et al. (2017), que corroboram os achados desses estudos recentes ao evidenciar os impactos positivos dos exercícios físicos na força muscular e na qualidade de vida de idosos com doença renal crônica. Em adição, a pesquisa conduzida por Greenwood et al. (2019) ressalta a importância de testes aeróbicos na avaliação de morbidade e mortalidade em pacientes com DRC, ampliando ainda mais a compreensão dos indicadores de saúde relevantes nesse contexto clínico.

Em conjunto, esses estudos contribuem significativamente para a construção de um corpo de evidências robustas que sustentam a importância dos exercícios físicos adaptados na gestão da doença renal crônica em idosos. Esse entendimento é essencial para orientar práticas clínicas baseadas em evidências e promover a melhoria da qualidade de vida e saúde desses pacientes, contribuindo para um melhor gerenciamento dessa complexa condição clínica.

Além disso, esses estudos fornecem insights valiosos sobre as especificidades dos protocolos de exercícios utilizados, permitindo a avaliação de qual abordagem pode ser mais adequada para atender às necessidades individuais dos pacientes. A variedade de resultados e abordagens demonstra a complexidade dessa área de pesquisa, destacando a importância de considerar as características individuais dos pacientes ao prescrever programas de exercícios.

Os resultados positivos relacionados à melhora da força muscular, qualidade de vida e capacidade física, conforme evidenciados por esses estudos, sugerem que os exercícios físicos adaptados podem desempenhar um papel fundamental no gerenciamento da doença renal crônica em idosos. No entanto, é crucial que essas intervenções sejam personalizadas e supervisionadas por profissionais de saúde qualificados (WATSON et al., 2018), levando em consideração as limitações e necessidades de cada paciente.

Ademais, as descobertas também levantam questões relevantes para pesquisas futuras. A necessidade de entender melhor os mecanismos subjacentes aos benefícios dos exercícios físicos, bem como a identificação de quais subgrupos de pacientes podem se beneficiar mais dessas intervenções, são áreas que merecem investigação adicional.

Considerando a crescente prevalência de doença renal crônica em idosos (MALTA et al., 2019) e seus impactos significativos na saúde pública, a pesquisa contínua nesse campo é fundamental. O aprofundamento do conhecimento sobre a eficácia e os efeitos a longo prazo dos exercícios físicos adaptados pode contribuir para aprimorar a qualidade de vida e a expectativa de vida dessa população vulnerável.

Em última análise, os estudos discutidos neste artigo científico destacam a importância de abordagens multidisciplinares e baseadas em evidências para o manejo da doença renal crônica em idosos. Essas abordagens não apenas oferecem benefícios físicos tangíveis, como também podem ter um impacto positivo na saúde mental e na independência dos pacientes, promovendo uma abordagem holística e integrada ao cuidado dessa população. À medida que a pesquisa continua avançando nesse campo, é esperado que novos insights e descobertas conduzam a intervenções cada vez mais eficazes e personalizadas, melhorando assim a qualidade de vida de pacientes com doença renal crônica em todo o mundo.

Os achados apresentados neste artigo de revisão integrativa da literatura têm implicações significativas para as aplicações clínicas no manejo de idosos com doença renal crônica em tratamento hemodialítico. Os resultados destacam a importância de considerar a inclusão de protocolos de exercícios físicos adaptados como parte integrante das estratégias terapêuticas para essa população. Os profissionais de saúde que atendem a pacientes com doença renal crônica podem considerar a prescrição de programas de exercícios personalizados, levando em conta as preferências e as limitações individuais dos pacientes.

Todavia, ressalta-se que essas intervenções podem ser particularmente benéficas na melhoria da força muscular, qualidade de vida e capacidade física desses pacientes. Além disso, a prática regular de exercícios físicos pode desempenhar um papel importante na prevenção da progressão da doença renal crônica e na redução do risco de desenvolvimento dessa condição em idosos. No entanto, é fundamental que essas intervenções sejam supervisionadas e adaptadas por profissionais de saúde qualificados, levando em consideração as especificidades clínicas de cada paciente. Portanto, as aplicações clínicas desses achados envolvem a integração de programas de exercícios físicos adaptados como parte integral do cuidado multidisciplinar desses pacientes, visando a melhorar sua qualidade de vida, funcionalidade e saúde geral.

No entanto, vale ressaltar que o presente artigo de revisão integrativa da literatura não está isento de limitações. Uma das principais limitações é a heterogeneidade dos estudos incluídos, que envolveram diferentes populações, protocolos de exercícios e medidas de resultado. Essa heterogeneidade pode dificultar a generalização dos resultados para uma população mais ampla de idosos com doença renal crônica em tratamento hemodialítico. Além disso, a maioria dos estudos revisados foi conduzida em países de alta renda, o que pode limitar a aplicabilidade das conclusões a contextos de recursos limitados. Outra limitação é a falta de padronização na mensuração de resultados, o que torna desafiador realizar comparações diretas entre os estudos. Além disso, a maioria dos estudos revisados teve um período de acompanhamento relativamente curto, o que impede a avaliação dos efeitos a longo prazo dos exercícios físicos. Portanto, essas limitações devem ser consideradas ao interpretar os resultados deste artigo e destacam a necessidade de pesquisas futuras mais rigorosas e uniformes nesse campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos estudos contidos nesta revisão integrativa da literatura, emerge uma série de considerações finais que desempenham um papel crucial na ampliação do entendimento da relação intrínseca entre a prática do exercício físico e a doença renal crônica em indivíduos idosos submetidos a tratamento de hemodiálise. Os protocolos de intervenção mediante o exercício, englobando as modalidades de exercícios intradialíticos, exercícios híbridos (que mesclam componentes resistidos e aeróbios) e exercícios aeróbios, demonstraram variados impactos nos domínios da qualidade de vida, da força muscular e da função renal dos participantes, tornando imperativa a consideração meticulosa na escolha do protocolo, sempre pautada pelas particularidades e condições individuais de cada paciente.

Os achadados destas investigações revelam inequivocamente que, quando o exercício é aplicado com adequação e sob supervisão competente, pode ocasionar melhorias substanciais tanto na qualidade de vida quanto na capacidade funcional dos idosos portadores de doença renal crônica submetidos à hemodiálise. É de relevância destacada que protocolos que integram exercícios resistidos e aeróbios têm se mostrado particularmente eficazes, conferindo ganhos notáveis na força muscular e na funcionalidade física, proporcionando benefícios significativos a esta população vulnerável.

Assim, a presente revisão integrou, ainda, a abordagem da atividade física como uma medida preventiva relevante, associando-a inversamente ao risco de desenvolvimento da doença renal crônica. Esse achado ressalta a importância de promover a atividade física como parte das políticas de saúde pública, visando mitigar a incidência dessa enfermidade, bem como suas comorbidades

associadas. Contudo, impera a necessidade premente de reconhecer as limitações inerentes aos estudos objeto desta análise, tais como a diversidade de critérios de inclusão, as disparidades nos tamanhos das amostras e a ausência de consenso na definição do protocolo de exercícios ótimo. Tais limitações, reconhecidas, instam à cautela na generalização dos resultados.

Em síntese, os desdobramentos desta revisão integrativa endossam de forma enfática a relevância do exercício físico como uma ferramenta promissora na gestão da doença renal crônica em pacientes idosos submetidos à hemodiálise. Contudo, é inegável a necessidade de futuras pesquisas e estudos mais abrangentes que visem à construção de diretrizes específicas e personalizadas para a prescrição de exercícios nesta coletividade. A promoção de práticas de atividade física continuadas e monitoradas emerge como uma intervenção de potencial significativo para aprimorar a qualidade de vida e o bem-estar geral desses pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEETHAM, K. S. et al. Agreement between cystatin-C and creatinine based eGFR estimates after a 12-month exercise intervention in patients with chronic kidney disease. **BMC nephrology**, v. 19, n. 1, p. 1-11, 2018.

BARRETO, M. S.; CARREIRA, L.; MARCON, S. S. Envelhecimento populacional e doenças crônicas: Reflexões sobre os desafios para o Sistema de Saúde Pública. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 18, n. 1, p. 325-339, 2015.

BORGES, N. D. S. et al. Envelhecimento e força muscular respiratória de idosos independentes residentes de uma instituição de longa permanência em regime aberto. **Jornal de Ciências Biomédicas e Saúde**, v. 1, n. 2, p. 61-67, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica – DRC no Sistema Único de Saúde**. Brasília-DF, 2018.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**, 2018. Disponível em: <http:// biblioteca.ibge.gov.br>

CARLETTI, C. O. et al. Exercício intradialítico e controle postural em pacientes renais crônicos em hemodiálise**. Fisioterapia em Movimento**, v. 30, p. 247-254, 2017.

CHEEMA, B. et al. Progressive exercise for anabolism in kidney disease (PEAK): a randomized, controlled trial of resistance training during hemodialysis. **J Am Soc Nephrol**, v. 18, p. 1594–601, 2007.

GOMES, N. D. B. et al. Qualidade de vida em homens e mulheres em hemodiálise. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018.

GREENWOOD, S. A. et al. Mortalidade e morbidade após reabilitação renal baseada em exercícios em pacientes com doença renal crônica: o efeito da conclusão do programa e da mudança na capacidade de exercício. **Transplante de Diálise em Nefrologia**, v. 34, n. 4, p. 618-625, 2019.

KRILOW, C. et al. Avaliação da mobilidade física e da capacidade funcional em hemodialíticos que realizaram exercício físico de resistência durante a hemodiálise. In: CARDOSO, N. A.; ROCHA, R. R. [orgs.]. **Ciências da Saúde 3**. 1 ed. Ponta Grossa/PR: Editora Atena, 2019.

LEE, J. et al. Associations of accelerometer-measured physical activity and sedentary time with chronic kidney disease: The Framingham Heart Study. **PLoS One**, v. 15, n. 6, p. e0234825, 2020.

MALTA, D. C. et al. Avaliação da função renal na população adulta brasileira, segundo critérios laboratoriais da Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. E190010. SUPL. 2, 2019.

MANFREDINI, F. et al. Exercise in patients on dialysis: a multicenter, randomized clinical trial. **J Am Soc Nephrol.**, v. 28, p. 1259–1968, 2017.

MARINHO, F.; PASSOS, V. M. A.; FRANÇA, E. B. Novo século, novos desafios: mudança no perfil da carga de doença no Brasil de 1990 a 2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, n. 4, p. 713-724, 2016.

MCGINLEY, S. K. et al. Effects of exercise training using resistance bands on glycaemic control and strength in type 2 diabetes mellitus: a meta-analysis of randomised controlled trials. **Acta Diabetol.**, v. 52, p. 221–230, 2015.

MENDES, J. L. V. et al. O aumento da população idosa no Brasil e o envelhecimento nas últimas décadas: uma revisão da literatura. **Remas – Revista Educação, Meio Ambiente e Saúde**, v. 8, n. 1, p. 13-26, 2018.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto&Contexto Enfermagem**, v. 28: p. e20170204, 2019.

MORIYAMA, Y. et al. The association between six month intra-dialytic resistance training and muscle strength or physical performance in patients with maintenance hemodialysis: a multicenter retrospective observational study. **BMC nephrology**, v. 20, n. 1, p. 1-7, 2019.

NILWIK, R. et al. The decline in skeletal muscle mass with aging is mainly attributed to a reduction in type II muscle fiber size. **Exp Gerontol.**, v. 48, p. 492–498, 2013.

OLIVEIRA, E. M. B. et al. Desempenho Fisioterapêutico na reabilitação da saúde do idoso. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 11, pág. e171111132670-e171111132670, 2022.

PITANGA, F. J. G. et al. Atividade Física no Tempo Livre, porém não Atividade Física no Deslocamento, está Associada com Risco Cardiovascular em Participantes do ELSA-Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 110. n 1. 2018.

REBOREDO, M. D. M. et al. Exercício físico em pacientes dialisados. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 13, p. 427-430, 2007.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, M. A. C.; NOBRE, C. R. M. A Estratégia PICO para a Construção da pergunta de pesquisa e busca de evidência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 508-511, 2007.

SESSO, R. C. et al. Brazilian chronic dialysis census 2014. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, v. 38, n. 1, p. 54-61, 2016.

SOUZA, T. M.; SILVA, D. M.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

UCHIYAMA, K. et al. Home-based aerobic exercise and resistance training for severe chronic kidney disease: a randomized controlled trial. **Journal of Cachexia, Sarcopenia and Muscle**, v. 12, n. 6, p. 1789-1802, 2021.

WATSON, E. L. et al. Twelve-week combined resistance and aerobic training confers greater benefits than aerobic training alone in nondialysis CKD. **American Journal of Physiology-Renal Physiology**, v. 314, n. 6, p. F1188-F1196, 2018.

YABE, H. et al. Effects of intradialytic exercise for advanced-age patients undergoing hemodialysis: a randomized controlled trial. **PLoS One**, v. 16, n. 10, p. e0257918, 2021.

EXPLORANDO A INTERSEÇÃO ENTRE ATENÇÃO À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS DISSERTAÇÕES DO PPGDR/UNI-FACEF

EXPLORING THE INTERSECTION BETWEEN HEALTH CARE AND REGIONAL DEVELOPMENT: AN INTEGRATIVE REVIEW OF PPGDR/UNI-FACEF DISSERTATIONS

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

GREEN, Haroldo
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Graduado em Medicina, especialista em cirurgia geral e mestrando no Uni-FACEF
greenharoldo2@gmail.com

BRENTINI, Brenda
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Graduada em Medicina, especialista em Pediatria e mestranda no Uni-FACEF
bebrentini@hotmail.com

FERREIRA, Ana Paula
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Graduada em Medicina, especialista em Dermatologia e mestranda no Uni-FACEF
ferreira.apf72@gmail.com

GAZAFFI, Livia Maria Lopes
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Doutora em Ciências do Programa de Saúde Pública, Docente
liviamalopes@gmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Doutora em Promoção da Saúde, Docente
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo
Introdução: A interseção entre Políticas Públicas de Saúde e Desenvolvimento Regional é importante para que estratégias de superação de problemas públicos sejam eficazes e visem a melhoria das condições de vida da população de determinada região. O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF (PPgDR/Uni-FACEF) é um mestrado acadêmico interdisciplinar que, desde 2008, vem subsidiando estudos que interseccionam Atenção à Saúde e Desenvolvimento Regional, em ambas Linhas de Pesquisa que o compõem.
Objetivo: O objetivo principal deste artigo é explorar as interseções entre Atenção à Saúde e Desenvolvimento Regional que vem se dando no PPgDR/Uni-FACEF nos últimos cinco anos.
Método: Foi realizada uma revisão integrativa nas dissertações defendidas no PPgDR/Uni-FACEF entre 2018 e 2022 a partir da pergunta norteadora: quais enfoques, referenciais teóricos e interseções com Desenvolvimento foram dados nas dissertações já defendidas no PPgDR/Uni-FACEF nos últimos cinco anos, por Linha de Pesquisa, para o âmbito das Políticas de Saúde? Estudos que tratavam de Educação para a Saúde foram excluídos da amostra.
Resultado: Após a análise das dissertações, observou-se que o interesse por parte dos mestrandos pela área de saúde, desde atenção básica a atendimento especializado aumentou nos dois últimos anos. Observa-se que todas as dissertações foram norteadas com foco em desenvolvimento regional e interdisciplinaridade, com foco em atenção básica de saúde e políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas, Atenção Básica de Saúde.

Abstract
Introduction: The intersection between Public Health Policies and Regional Development is important so that strategies for overcoming public problems are effective and aim to improve the living conditions of the population in a given region. The Uni-FACEF Postgraduate Program in Regional Development (PPgDR/Uni-FACEF) is an interdisciplinary academic master's degree that, since 2008, has been subsidizing studies that intersect Health Care and Regional Development, in both Lines of Research that comprise it .
Objective: The main objective of this article is to explore the intersections between Health Care and Regional Development that have been taking place at PPgDR/Uni-FACEF over the last five years.
Method: An integrative review was carried out on the dissertations defended at PPgDR/Uni-FACEF between 2018 and 2022 based on the guiding question: which approaches, theoretical references and intersections with Development were given in the dissertations already defended at PPgDR/Uni-FACEF in the last five years, by Line of Research, for the scope of Health Policies? Studies that dealt with Health Education were excluded from the sample.
Result: After analyzing the dissertations, it was observed that the interest of master's students in the health area, from basic care to specialized care, has increased in the last 2 years. It is observed that all dissertations were guided by a focus on regional development and interdisciplinarity, with a focus on basic health care and public policies.

Keywords: Regional Development, Public Policies, Primary Health Care.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre Saúde e Desenvolvimento Regional tem se revelado como fonte constante de questionamentos, e sua busca se revelou como um dos desafios cruciais enfrentados pelas sociedades contemporâneas (FIOCRUZ, 2022). No contexto acadêmico, essa preocupação tem sido amplamente explorada, e os estudos produzidos em nível de mestrado se destacam como uma fonte rica de análise e compreensão dessa relação complexa. Por isso, este artigo propõe uma revisão integrativa das dissertações produzidas nos últimos cinco anos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPgDR) do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF), cujo foco tenha sido direcionado para a temática da Saúde.

O PPgDR do Uni-FACEF está composto por um Mestrado Acadêmico Interdisciplinar, que teve sua primeira turma em 2008, tendo produzido, ao longo de 13 turmas, 132 dissertações e outras produções várias, como livros e artigos. O curso tem Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, com intuito de reunir pessoas interessadas no estudo interdisciplinar do Desenvolvimento, com enfoque nos múltiplos aspectos das áreas de Ciências Sociais e Humanidades, tanto no universo público quanto privado. Para tanto, os corpos docente e discente se organizam em duas Linhas de Pesquisa: 1) Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, que “enfoca o estudo das ações de agentes públicos e privados com o objetivo de promover o bem-estar social em suas múltiplas dimensões, e de modo especial investiga o papel desempenhado pelas políticas públicas na construção de mecanismos que contribuam para a efetiva redução da desigualdade social e promoção da cidadania”; e 2) Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional, que congrega estudos com interesse especial em abordar “a composição das estruturas produtivas e de gestão, a inter relação das diversas esferas, o papel da governança, os impactos da globalização, da inovação e da reestruturação produtiva, os aspectos culturais modeladores de identidades regionais, as questões de saúde, educação e socioambientais, a contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação, das redes de cooperação, das micro e pequenas empresas, dos novos modelos de negócios e das novas formas organizacionais na área de serviços, comércio e indústria. Enfoca o estudo das articulações e intermediações das dinâmicas locais e territoriais que promovem interações com o contexto econômico e social para promoção das mudanças socioeconômicas sustentáveis e espaciais” (Uni-FACEF, 2023).

Do exposto acima, depreende-se que a área da Saúde faz parte do escopo do Programa, em suas duas Linhas de Pesquisa.

Este estudo se baseia na premissa de que as dissertações que abordaram a temática da Saúde apresentam uma diversidade de abordagens e perspectivas teóricas que refletem a complexidade das interações entre Atenção à Saúde e Desenvolvimento Regional. Ademais,

hipotetiza-se que tais trabalhos possam revelar a relevância da Saúde como um fator influente no Desenvolvimento Regional, bem como a possibilidade de identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento na relação entre esses dois domínios.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo principal explorar as interseções entre Atenção à Saúde e Desenvolvimento Regional que vem se dando no PPgDR/Uni-FACEF nos últimos cinco anos. Além disso, busca-se identificar quais os principais enfoques e referenciais teóricos foram utilizados para abordar essa temática, bem como apontar direcionamentos para futuras pesquisas e ações. Espera-se fornecer uma visão abrangente e atualizada das pesquisas realizadas no âmbito do PPgDR/Uni-FACEF, permitindo uma análise crítica das abordagens adotadas e uma compreensão mais robusta das conexões entre Saúde e Desenvolvimento Regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O crescente enfoque na promoção da saúde e profilaxia de doenças tem como objetivo aprimorar a qualidade de vida da população, assegurando um crescimento social equitativo e contínuo. Segundo as reflexões do teórico Sen (2010), é fundamental buscar aprimoramentos nas condições de vida da sociedade como um todo para impulsionar o desenvolvimento econômico e regional. Na sua teoria, Sen enfatiza que a avaliação da qualidade de vida não deve depender exclusivamente da prosperidade econômica das nações. Em vez disso, ele ressalta a importância de considerar as liberdades individuais como um indicador crucial. Isso não subestima a relevância de fatores econômicos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas destaca que direcionar a atenção para elementos sociais essenciais, como saúde e educação, é imprescindível para estimular o desenvolvimento. Assim, a dedicação do governo a tais dimensões sociais desempenha um papel fundamental no avanço geral da sociedade (PANSIERI, 2016).

A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre saúde é a de "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS, 1946). Este direito social, inerente à cidadania, deve ser garantido sem discriminação de raça, religião, ideologia política ou condição socioeconômica. Portanto, a saúde é apresentada como um valor coletivo, um bem compartilhado. Essa perspectiva é solidamente respaldada por meio de ações governamentais que são manifestas em políticas públicas. As políticas públicas consistem em iniciativas sociais que refletem os princípios de um Estado de Bem-Estar Social, com o intuito de promover direitos essenciais e garantir as liberdades individuais (KAMPHORST, 2017). Através da eficácia dessas políticas, busca-se facilitar um progresso sustentável, saudável e completo para os cidadãos do país.

No cenário brasileiro, a Constituição de 1988 estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Para assegurar esse direito, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que representou uma conquista democrática notável e respeitada por muitos países do mundo (AGUIAR, 2011). Mesmo enfrentando desafios financeiros, políticos e administrativos, o SUS continua a ser acessível a todos, e possibilitou a criação de inúmeras políticas públicas que assegurem direitos à saúde em várias esferas da vida das pessoas.

O "Tratado de Saúde Coletiva" (CAMPOS, 2022) é uma obra que explora as dimensões interdisciplinares e complexas da saúde pública e coletiva. Os autores examinam as diversas facetas da saúde sob uma perspectiva que vai além do enfoque puramente médico, considerando fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam a saúde das populações. Com isso, considera-se uma análise abrangente das políticas de saúde, sistemas de saúde, determinantes sociais da saúde e práticas de cuidados, destacando a importância da abordagem preventiva e da promoção da saúde.

Nessa mesma linha, o livro "Saúde é Desenvolvimento" (FIOCRUZ, 2022) elaborado pela Fiocruz, aborda a estreita relação entre os conceitos de saúde e desenvolvimento. Ele enfatiza que a saúde não deve ser vista apenas como ausência de doença, mas como um componente essencial do desenvolvimento humano e socioeconômico. A abordagem da Fiocruz destaca como a promoção da saúde não só melhora a qualidade de vida das pessoas, mas também contribui para a criação de sociedades mais produtivas e equitativas.

No contexto do desenvolvimento, investir em saúde é uma estratégia fundamental para impulsionar o progresso socioeconômico de uma nação. Uma população saudável é mais capaz de participar ativamente na economia, na educação e em outras esferas da sociedade. Além disso, a prevenção de doenças e a promoção da saúde reduzem os custos associados ao tratamento médico

e aumentam a expectativa de vida, fatores que podem ter um impacto positivo na produtividade e na estabilidade econômica (FIOCRUZ, 2022).

Deve-se destacar também a importância da equidade na saúde como parte integrante do desenvolvimento, pois o acesso igualitário aos serviços de saúde é crucial para evitar disparidades sociais e econômicas. A promoção da saúde entre grupos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade não apenas é um imperativo ético, mas também contribui para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (FIOCRUZ, 2022).

Assim, infere-se que é clara a relação entre saúde e desenvolvimento. Investir em promoção da saúde não só melhora o bem-estar das pessoas, mas também tem um impacto positivo na produtividade econômica e na igualdade social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo descritivo com coleta de dados em fonte secundária, por meio de levantamento bibliográfico, assim denominada revisão integrativa.

A revisão integrativa é um método de pesquisa que busca reunir, analisar e sintetizar estudos já existentes sobre um tema e envolve a busca sistemática e a avaliação crítica de diversos tipos de estudos para gerar uma visão abrangente do conhecimento disponível sobre o assunto e isto ajuda a identificar padrões e tendências na literatura científica. É uma técnica que demanda passar por seis fases em seu processo de elaboração: 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem na literatura; 3) coleta de dados; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados; e 6) apresentação (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Neste estudo, a pergunta norteadora é: quais enfoques, referenciais teóricos e interseções com Desenvolvimento foram dados nas dissertações já defendidas no PPgDR/Uni-FACEF nos últimos cinco anos, por Linha de Pesquisa, para o âmbito das Políticas de Saúde?

Para amostragem, o critério de inclusão foram as dissertações defendidas no PPgDR/Uni-FACEF nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 que tivessem correlação com o tema Saúde. O local de busca, representando a base de dados, foi o sítio institucional de internet (https://pos.unifacef.com.br/dissertações/), com dissertações incluídas até a data de 01/09/2023. O processo de formação da amostra percorreu os passos a seguir:

1. leitura dos títulos de todas as dissertações defendidas no período 2018 a 2022 e seleção dos títulos que remetem ao setor saúde, com exclusão dos demais;
2. leitura de índice, resumo e palavras-chave das dissertações selecionadas, com consequente inclusão das dissertações que contém "Rede de Atenção à Saúde" ou "Atenção Básica à Saúde" ou “Política Pública de Saúde”, com exclusão das demais; ter relação com Saúde pela via da Educação para a Saúde foi critério de exclusão;
3. Leitura na íntegra das dissertações selecionadas, com fichamento e extração de informações conforme matriz de coleta de dados.

Para a coleta de dados, construiu-se uma matriz em planilha do software Excel, para extração de: título da Dissertação, autor, orientador, ano da defesa, palavras-chave, referencial teórico em políticas públicas, referencial teórico em desenvolvimento, referencial teórico em atenção à saúde, tipo de estudo, local de estudo, público de estudo, método de coleta de dados e resultados principais encontrados.

A análise crítica dos estudos e discussão dos resultados partiu da busca por resposta à pergunta norteadora e raciocínio crítico à luz do referencial teórico escolhido, obtido pelos autores nas disciplinas cursadas no programa de Mestrado.

4 RESULTADOS

Dentre as 89 dissertações defendidas no período, selecionou-se 27 dissertações relacionadas ao tema Saúde, a partir da leitura do título (Tabela 1). No passo seguinte, 11 dissertações foram excluídas, por não se encaixarem nos critérios de inclusão, restando 16 dissertações, incluídas para conformação da amostra, leitura na íntegra e análise qualitativa (Figura 1).

Tabela 1 – Número de dissertações defendidas no PPgDR/Uni-FACEF, por turma e ano, de 2018 a 2022 e evolução cronológica do percentual sugestivamente relacionado ao setor Saúde, inferido à partir do título da dissertação. Franca/SP, 2023.

Turma	Ano de ingresso	Ano de defesa	Total de dissertações	Total de dissertações com possível relação com o setor saúde de acordo com o título	% das dissertações defendidas nessa turma com título sugestivo de ligação com o setor saúde
9	2016	2018	14	01	7,0
10	2017	2019	16	04	25,0
11	2018	2020	13	05	38,5
12	2019	2021	13	04	31,0
13	2020	2022	33	13	39,0
		Total	89	27	

Figura 1 – Fluxograma de seleção das dissertações incluídas no estudo.

Das 16 dissertações incluídas no estudo, foram extraídos os dados apresentados nos Quadros 1 e 2, subdivididos em A e B, para cada Linha de Pesquisa.

Quadro 1A: Sistematização das dissertações selecionadas para a revisão integrativa, na Linha de Pesquisa Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

REF.	ANO DA DEFESA	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	NOME DO AUTOR	NOME DO ORIENTADOR	PROBLEMA DA PESQUISA
1DSPP	2018	URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM SAÚDE DA MULHER SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	FIGUEIREDO, M. P. S. L.	CESARIO, R. R.	Qual o perfil sociodemográfico e de adoecimento das mulheres que buscam atendimento de urgência e emergência no hospital materno infantil e sua relação com o desenvolvimento regional?
2DSPP	2019	SÍFILIS COMO INDICADOR DE FALTA DE DESENVOLVIMENTO: fatores associados à sífilis congênita no período perinatal em Franca/SP, Brasil	SOUZA, A. C. J.	CESARIO, R. R.	Por que as políticas públicas desenvolvidas para controle da Sífilis Congênita não conseguiram solucionar o problema?
3DSPP	2020	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: análise na implementação da meta 3.8 da Agenda 2030 no município de Franca- SP	BRAGA, C. G. S.	GAZAFFI, L. M. L	Qual o modo que a gestão municipal de Franca implementou a meta 3.8 da Agenda 2030, referente aos anos de 2016 a 2018?
4DSPP	2021	IMPLICAÇÕES DO CONHECIMENTO DOS GESTORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	BORGES, D. M.	CESARIO, R. R.	Quais os reais conhecimentos dos gestores municipais de saúde acerca da prática da gestão pública de saúde?
5DSPP	2022	A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E O FÓRUM FRANCA 2040: um estudo sobre políticas públicas	CUNHA, A. J. D. da	BANDOS, M. F. C.	Qual a efetividade da participação social no processo de elaboração e implantação de políticas públicas?
6DSPP	2022	PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO: implicações para a elaboração das políticas públicas e desenvolvimento regional	RODRIGUES, A. L. C.	GAZAFFI, L. M. L	De que forma a DO tem contribuído para a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional?
7DSPP	2022	COBERTURA VACINAL NA INFÂNCIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID -19: implicações no Desenvolvimento Social	MACHADO, T. F. S.	GAZAFFI, L. M. L	Qual o impacto da pandemia no calendário vacinal das crianças no município de Franca?
8DSPP	2022	EFETIVIDADE DO	PIMENTA, T. L.	CESARIO, R. R.	O fornecimento de insumos para

		AUTOMONITORAMENTO DO PACIENTE COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 INSULINO DEPENDENTE	L.		automonitoramento glicêmico (PAMGC) é efetivo no controle metabólico dos pacientes com DM2 insulinodependentes?
9DSPP	2022	PESSOAS COM DIABETES E OCORRÊNCIA DE RETINOPATIA:Contribuições para as políticas públicas	GAZAFFI, F. J.	CESARIO, R. R.	Como analisar o impacto das complicações do diabetes e quais políticas públicas são efetivas?
10DSPP	2022	A PANDEMIA DE COVID-19 E AS REPERCUSSÕES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: influência no desenvolvimento social	COMPARINI, C. T. C.	GAZAFFI, L. M. L	Qual o impacto da pandemia no funcionamento da atenção básica?

Quadro 1B: Sistematização das dissertações selecionadas para a revisão integrativa, na Linha de Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional.

REF	ANO DA DEFESA	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	NOME DO AUTOR	NOME DO ORIENTADOR	PROBLEMA DA PESQUISA
1DTDR	2019	IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO NÃO CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: um estudo em Franca, SP	CUNHA-JUNIOR, W.	PIRES, D. F.	Quais os impactos socioeconômicos do não controle da hipertensão arterial sistêmica?
2DTDR	2020	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA: impactos no desenvolvimento	SANTOS, P. S.	PIRES, D. F.	Qual o impacto da DRC nos pacientes em hemodiálise e nos seus familiares?
3DTDR	2021	A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE PÚBLICA: reflexões para o desenvolvimento regional	ALMEIDA, E. U. de	SMITH, M.S. J.	Como o sistema de informação integral impacta nas atenção à saúde e desenvolvimento regional?
4DTDR	2022	OS IMPACTOS DA TELEMEDICINA NO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO	PIMENTA, A. F.	CARVALHO-NETO, S.	A telemedicina realmente apresenta uma ferramenta eficaz frente aos atendimentos dos

		SISTEMA DE SAÚDE SUPLEMENTAR COMO MODELO PARA IMPLANTAÇÃO NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE			pacientes, principalmente durante a pandemia?
5DTDR	2022	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: competência e mediação da informação para desenvolvimento local	LOPES, A. P. G.	SMITH, M.S. J.	Como a Competência em Informação tem contribuído para os Agentes Comunitários de Saúde no reconhecimento e êxito de suas atribuições como mediadores da informação no seu exercício profissional junto à população adscrita e equipe de saúde, sob a perspectiva do desenvolvimento local/regional?
6DTDR	2022	Cenários Prospectivos aplicados ao desenvolvimento da Saúde: Perspectivas para o setor de clínicas populares na cidade de Franca/SP, no período de 2022 a 2026	SILVEIRA, R. M.	MACHADO-NETO, A. J.	Quais os possíveis cenários para as clínicas populares de saúde em Franca, para 2022-2026?

Quadro 2A: Enfoques, Referenciais Teóricos e interseções com Desenvolvimento nas dissertações selecionadas para a revisão integrativa, na Linha de Pesquisa Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

REF.	OBJETIVO	ENFOQUE	REFERENCIAIS TEÓRICOS
1DSPP	Explorar as relações de um serviço de urg ncia e emerg nc ia em ginecologia e obstetrícia com o desenvolvimento regional e políticas públicas	Nível especializado, Urgência e Emergência, Saúde da Mulher, Desenvolvimento como Liberdade	SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Mota. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. AKERMAN, Marco. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2005. 151 p. SEN, A; KLIKSBERG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad. Bernardo Ajzemberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

			PACHECO, Marcos Antônio Barbosa (Org.).Redes de atenção à saúde: rede de urgência e emergência – RUE. São Luís: UNA-SUS/UFMA, 2015. PAIM, J. S. O que é SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 149p.
2DSPP	Elucidar a tra et ria da sífilis na gestante e nos rec m -nascidos expostos sífilis no município de Franca e Região e quais os determinantes sociais que na atualidade ainda comprometem o controle adequado dos casos de sífilis cong nita neste município	Determinantes Sociais de Saúde, Rede de Atenção à Saúde, Sífilis.	SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. GADELHA, C.A.G.; MACHADO, C.V.; LIMA, L.D.; BAPTISTA, T.W.F. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento, 2011 FURTADO, C. Dialética do desenvolvimento. Rio de JANEIRO: FUNDO DE CULTURA; 1964. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política.
3DSPP	Analisar as políticas públicas de saúde na implementação da meta 3.8 que se refere à proposição: atingir a cobertura universal de saúde, o acesso a medicamentos e vacinas essenciais e a proteção do risco financeiro, no município de Franca – São Paulo, no período referente a 2016 a 2018	Gestão em Saúde, ODS. 3	FURTADO, C. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. GIOVANELLA, L. Atenção básica ou atenção primária à saúde? Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública 2018. SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

4DSPP	Refletir como o conhecimento dos gestores municipais de saúde acerca da prática da gestão pública de saúde influencia a efetivação das políticas públicas, em âmbito regional.	Gestão em saúde e atenção primária.	MENDES, E. As redes de atenção à saúde. Brasília: OPAS, 2011. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013.
5DSPP	Verificar a realidade atual das políticas públicas relacionadas à Estratégia Saúde da Família (ESF) e suas perspectivas na cidade de Franca, tendo como escopo as diretrizes do Fórum Franca 2040.	Políticas Públicas em Saúde, Participação Social, Desenvolvimento Social, Estratégia Saúde da Família.	SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. MENDES, A. e MARQUES, R.M. O financiamento da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família no Sistema Único de Saúde. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v.38, n. 103, p. 900-916, OUT-DEZ2014. AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2014.
6DSPP	Analisar o preenchimento das Declarações de Óbito Materno e Infantil e implicações para a elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento regional.	Atestado de óbito. Sistemas de informação em saúde. Políticas públicas de saúde. Mortalidade materna. Mortalidade infantil	SECCHI, L. Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage, 2013. SEN, A. Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento local:

			princípios, conceitos, práticas e cooperação. São Paulo: Hucitec, 4ª edição, 2014.
7DSPP	Discutir a cobertura vacinal infantil durante a pandemia do Covid-19 em crianças nascidas em 2016, residentes de Franca e as possíveis repercussões no desenvolvimento regional,	Cobertura vacinal, imunização de Covid-19.	MENDES, E. A construção social da atenção primária, 2019. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GADELHA, C. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 46, suppl. 1, p. 5-8, 2012. PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018.
8DSPP	Discutir a efetividade das políticas públicas de saúde no fornecimento de insumos para automonitoramento glicêmico no controle metabólico dos pacientes com diabetes mellitus insulinodependentes e avaliar o controle metabólico desses pacientes	Diabetes mellitus, qualidade de vida, Políticas públicas de saúde.	AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2005. AKERMAN, M.; RIGHI, L. B.; PASCHE, D. F et al. Saúde e desenvolvimento: que conexões? In. CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012 (Saúde em debate ; v. 170). SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
9DSPP	Analisar o perfil social e de utilização dos serviços de saúde pelas pessoas com retinopatia diabética e sua relação com o desenvolvimento social	Políticas públicas, Integralidade em saúde, diabetes mellitus	SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. GADELHA, C; COSTA, L. A saúde na política nacional de desenvolvimento: um novo olhar sobre os desafios da

			saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/IPEA/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. v. 1. p. 103-132. GIOVANELLA, L. De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-6, 2019. MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. 2. ed. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
10DSPP	Analisar as repercussões trazidas pela pandemia de Covid-19 na Atenção Primária à Saúde (APS) e a possível influência no desenvolvimento social de uma microrregião de saúde do Estado de Minas Gerais.	Atenção Primária à Saúde, COVID-19, Políticas Públicas.	SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. S. Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. Rev Saúde Pública, v. 46, dez. 2012. Supl. 1. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Quadro 2B: Enfoques, Referenciais Teóricos e interseções com Desenvolvimento nas dissertações selecionadas para a revisão integrativa, na Linha de Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional.

REF	OBJETIVO	ENFOQUE	REFERENCIAIS TEÓRICOS
1DTDR	Identificar e discutir os impactos sociais e econômicos do não controle da Hipertensão Arterial	Desenvolvimento social. Controle da hipertensão arterial sistêmica.	GADELHA, C. A. G. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política. Rev. Saúde Pública. 2012; 46 (supl.): p. 5-8. GADELHA, C. A. G. Desenvolvimento e saúde. Valor econômico; 2012. p. 1-5. BAZZANELA, S. L. Saúde, desenvolvimento humano e regional. Saúde Meio Ambiente v.3, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 2014.
2DTDR	Avaliar a Qualidade de Vida de pacientes submetidos a Terapia Renal Substitutiva com foco principal do paciente como cidadão, seu impacto na saúde dessa população e seus familiares e sua possível participação como agente na promoção do desenvolvimento	Qualidade de vida, Doença renal, Hemodiálise.	FURTADO, C. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora:Fundo de Cultura, 1964. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. GADELHA, Carlos Augusto Grabois, COSTA, Lais Silveira. Desenvolvimento e Saúde: em busca de uma nova utopia. Revista de Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.19, n.71, 2007.
3DTDR	Averiguar os valores e a competência em informação, em relação à gestão dos sistemas de informação, como fatores que facilitam ou dificultam o uso das TICs para a integração das informações na Rede de Atenção à Saúde Pública do município de Franca.	Rede de Atenção à Saúde, Integração de Sistemas de Informação.	MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. 2 ed. Brasília, 2011.
4DTDR	Descrever as dificuldades na implantação do atendimento de telemedicina e verificar a sua taxa de efetividade em uma operadora de saúde suplementar.	Telemedicina, Sistema Público de Saúde., Desenvolvimento Regional	HARZHEIM, E.; MARTINS, C.; WOLLMANN, L.; et al. Ações federais para apoio e fortalecimento local no combate ao COVID-19: a Atenção Primária à Saúde (APS) no assento do condutor. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 6, p. 2493-2497,

			2020.
5DTDR	Descrever a inter-relação e transversalidade entre atribuições específicas dos ACS, com os parâmetros e indicadores da Competência em Informação, estabelecidos por Belluzzo (2007)	Agente Comunitário de Saúde. Competência em Informação. Mediação da informação. Desenvolvimento Regional.	SEN, A.; KLIKBERG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2010. p. 76. GADELHA, C. A. G. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política. Rev. Saúde Pública, v. 46, p. 5-8, 2012. BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (COINFO) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. Perspectiva em Gestão & Conhecimento, João Pessoa-PB, v. 4, número especial, p.48-63, out. 2014.
6DTDR	Construir três possíveis cenários para as clínicas populares nos próximos cinco anos (2022-2026).	Área da Saúde; Prospecção de Cenários; Clínicas Populares.	AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. Hucitec Editora, São Paulo, 4ª ed. 2014. FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974. MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER Social: Estado, Democracia e Saúde, Brasília, v. 22, n. 46, jan./jun. 2020.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando avaliados os anos de defesa das dissertações e o número de dissertações na área da saúde, com abordagem em APS, políticas públicas e desenvolvimento, percebe-se que no ano de 2018 houve 1(uma) dissertação contemplada, 2019 foi (uma) dissertação, 2020 1(um) dissertação, 2021 1(uma) dissertação e 2022 6(seis) dissertações com os temas acima. A partir desses resultados é possível aferir que houve um aumento significativo de dissertações na área de saúde entre 2021 e 2022, que pode ter como agente causal o aumento de docentes nas áreas de graduação em saúde, a demanda para melhoria curricular desses profissionais da educação, a abertura da graduação em medicina em 2015 no Centro Universitário da Uni-FACEF, e apesar de ser necessários maiores estudos para comprovação, fica a hipótese de que durante a pandemia e o isolamento social, pode ter havido uma procura maior por pós graduações, e o aproveitamento desse tempo para aperfeiçoamento profissional. Dessas dissertações 10 dissertações abordam a Linha de Pesquisa Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, e 6 dissertações abordaram Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional. A maioria das dissertações observaram os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente com doenças crônicas e suas complicações, assim como o impacto dessas doenças no desenvolvimento regional, e na criação de políticas públicas que poderiam colaborar para a melhoria da qualidade de vida. A maioria das pesquisas foi baseada na cidade de Franca- SP.

Alguns autores se destacam, por serem citados em diversas dissertações, como Amartya Sen (Índia) é Professor de Economia e Filosofia e catedrático da Universidade Harvard com ênfase ao desenvolvimento. Ele é cocriador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e autor da teoria Desenvolvimento como Liberdade; Eugênio Vilaça Mendes (Brasil) , Odontólogo e Especialista em Planejamento de ações em saúde com ênfase em Redes de Atenção à Saúde e Atenção Básica; Celso Furtado (Brasil), economista e especialista em desenvolvimento econômico; Sonia Fleury (Brasil), Doutora em Ciência Política e Pesquisadora Sênior do Centro de Estudo Estratégico da Fundação Oswaldo Cruz, aparece em duas dissertações; Marco Akerman (Brasil), Professor Titular do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública (USP); Carlos Gadelha (Brasil) é doutor em economia, secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde do Ministério da Saúde (SECTICS/MS) desde 2023, líder do Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento, Complexo Econômico-Industrial e Inovação em Saúde na Fiocruz e formulador desse conceito,Giovanela (Brasil)Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz ,Pesquisador titular da Fiocruz, Paulo Ernani Gadelha Vieira (Brasil) é graduado em Medicina, pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), fez residência em Psiquiatria no Hospital Universitário Pedro Ernesto e especialização em Medicina do Trabalho também na UERJ. É mestre em Medicina Social, pela UERJ, e doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp).Leonardo Sechi (Brasil) é doutor em Estudos Políticos pela Universidade de Milão (Itália), com pós-doutorado em Políticas Públicas pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA). Já foi professor de Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó) e, atualmente, é professor titular de Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/ESAG) e pesquisador do Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Lisboa (CAPP/ISCSP/ULisboa). Suas linhas de pesquisa são: análise e avaliação de políticas públicas, modelos de gestão e reformas administrativas na América Latina. Já foi pesquisador visitante na Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha) e na Harvard University (EUA), professor visitante na Universidade de São Paulo (USP), Universidad del Valle (Colômbia) e no Instituto Serzedelo Corrêa (ISC/TCU). Entre 2016 e 2018 foi Pró-Reitor de Planejamento da UDESC e, entre 2020 e 2022, presidente Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) Além desses renomados teóricos, foram utilizados também sites de órgãos governamentais como Ministério da Saúde, HumanizaSUS, Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS).

A coleta de dados de 10 dissertações foi através de entrevistas e questionários, feitos de forma presencial e online pela plataforma google forms. As demais dissertações (seis) foram pesquisas bibliográficas e análise de dados de um determinado grupo especial de pessoas a serem analisadas.

Após a análise das dissertações, os resultados apresentados pelos mestrandos foi que houve uma melhora no atendimento público de saúde, mas muito ainda há para ser feito, como melhoria das

instalações das unidades básicas precisam ser ampliadas, que a integração entre agentes de saúde e a população pode melhorar muito a qualidade de vida e o desenvolvimento da população, assim como o conhecimento de políticas públicas pelos gestores seria de grande valia para o desenvolvimento do setor e aplicação correta de verbas. Além desses temas, a relação de melhoria no atendimento e agilidade no processo de contato entre atenção básica e população foi o uso de redes criativas e telemedicina.

Referente ao tipo de estudo, observou-se que 50% das dissertações eram estudos qualitativos e quantitativos ao mesmo tempo; 31% estudos qualitativos e 18,8% estudos quantitativos. Do total, 25% eram estudos transversais. No quesito palavras-chave utilizamos o Programa Pro Word Cloud e cujo resultado encontra-se abaixo (Figura 2). No tocante ao público de estudo destaca-se que 38% eram compostos de profissionais da saúde, 25% eram compostos por pacientes e 37% outros públicos. Não observamos alguma prevalência no público de pesquisa. Na metodologia de análise obtivemos o maior número de análise descritiva e eventualmente análise inferencial.

Referente ao público de estudo devido a facilidade de transitar com estes, os profissionais da saúde prevaleceram.

As palavras-chave das 16 dissertações selecionadas no estudo aparecem na Figura 2, em forma de nuvem de palavras, em que quanto maior a frequência, maior o tamanho da letra. Assim, temos que a palavra-chave que mais se repetiu foi Políticas Públicas (n=6), seguida de Desenvolvimento Regional (n=4), Políticas Públicas de Saúde (n=4) e Desenvolvimento Social (n=3).

Figura 2: representação gráfica das palavras-chave utilizadas nas dissertações selecionadas.
Fonte: Free Word Cloud Generator, elaboração própria.

No dicionário Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), da Biblioteca Virtual em Saúde, "Política Pública" é um descritor em Português cuja nota de escopo traz "Curso ou método de ação escolhido geralmente por um governo entre várias alternativas para guiar ou determinar decisões presentes e futuras". Tem como sinônimos: Ação Afirmativa, Ações Afirmativas, Discriminação Positiva, Igualdade de Oportunidade, Igualdade de Oportunidades, Política Demográfica, Política Migratória, Política Populacional, Política Social, Política de Controle da População, Política de Imigração, Políticas Públicas, Proteção Social. É um descritor estabelecido em 1978 e revisado em 2019. Coerentemente, esse foi o descritor mais utilizado nas dissertações da Linha de Pesquisa Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. Na sequência, aparece "Políticas Públicas de Saúde", que hierarquicamente enquadra-se dentro de “Política Pública” Estabelecida em 1980 e revisada em 2020, o descritor preferencial "política de saúde”, cu o escopo "Decisões geralmente desenvolvidas por formuladores de políticas do governo, para definição de objetivos imediatos e

futuros do sistema de saúde". Seus termos alternativos são: Diretrizes das Políticas, Organização Governamental e Políticas, Organização e Políticas Governamentais, PPS Políticas Públicas em Saúde, Plano Nacional de Saúde, Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem, Política Nacional de Promoção da Saúde, Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Saúde do Homem, Política Nacional de Saúde do Idoso, Política Pública de Saúde, Política Sanitária, Política de Assistência à Saúde, Política de Atenção à Saúde, Política de Saúde Pública, Política em Saúde Pública, Políticas Públicas Saudáveis, Políticas Públicas de Saúde, Políticas Públicas em Saúde, Políticas Sanitárias, Políticas de Cuidados de Saúde, Políticas de Cuidados em Saúde, Políticas de Saúde, Políticas de Saúde Pública, Políticas em Saúde Pública (BVS, 2023).

O segundo termo mais citado dentre as dissertações analisadas é Desenvolvimento Regional, repetido em quatro dissertações, todas elas da Linha de Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional. O PPG-DR é um mestrado interdisciplinar, e o DeCS é um dicionário da área da saúde. Talvez por isso, no DeCS o descritor Desenvolvimento Regional apareça em estrutura hierárquica abaixo de Saúde Pública. Seu escopo é "Orientação das políticas do Estado, no sentido de propiciar que as orientações do desenvolvimento nacional sejam decididas e executadas no âmbito regional, considerando elementos da atividade produtiva, padrões culturais e contemplando a participação dos atores, segundo um conceito de descentralização dos recursos e das decisões". Não consta data de inclusão do descritor (BVS, 2023).

Desenvolvimento Social, por sua vez, foi citado quatro vezes, sendo duas na Linha de Pesquisa de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. No DeCS, "Desenvolvimento Social" é um dos termos alternativos ao descritor preferido "Mudança Social". Outros termos alternativos são: Desenvolvimento Social e Lazer, Impacto Social, Modernização, Mudança Cultural. A nota de escopo, por sua vez, traz: "Deslocamento, alteração, modificação ou evolução do comportamento e da cultura humanas que, ao longo do tempo, resulta em consequências mensuráveis nos valores e normas da sociedade." Esse descritor foi estabelecido em 1988, entrou no DeCS somente em 1999 e foi revisado em 2016 (BVS, 2023).

Observa-se, portanto, uma diversificação de descritores utilizados, já que dos 46 termos encontrados, além dos quatro já descritos acima, nove se repetem duas vezes e 33 aparecem uma única vez, indicando a diversidade das produções do programa de mestrado.

Finalmente, a Figura 3 apresenta uma representação gráfica com os títulos das 16 dissertações. Observa-se uma concordância com as palavras-chave, o que pode ser melhor discutido se é estratégico, já que o título e as palavras-chave são os maiores atrativos para se localizar e escolher um estudo como fonte de informações.

Figura 3: representação gráfica dos títulos das dissertações selecionadas.
Fonte: Free Word Cloud Generator, elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou a interseção crucial entre atenção básica e desenvolvimento regional, um tema de grande relevância para a saúde pública. Através da análise criteriosa das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Uni-FACEF, foi possível observar a diversidade de enfoques e referenciais teóricos empregados para explorar o tema. Esta pluralidade de perspectivas é, certamente, um ativo valioso para o avanço da pesquisa e do conhecimento nesse campo tão dinâmico.

Uma conclusão clara que emerge das dissertações analisadas é que as políticas públicas direcionadas à atenção básica devem ser fortemente embasadas nas demandas e particularidades das populações locais. Este imperativo não apenas assegura a promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, mas também serve como um catalisador essencial para o desenvolvimento regional sustentável. A atenção básica não é somente um alicerce do sistema de saúde, mas também um motor para impulsionar o progresso econômico e social em todas as regiões.

As questões divergentes representadas nas dissertações refletem a complexidade inerente a essa temática. As abordagens variadas enriquecem a compreensão das interações multifacetadas entre saúde e desenvolvimento, proporcionando uma base sólida para futuras investigações. Como evidenciado, há uma grande necessidade de maior investimento na atenção básica, uma medida que, além de fortalecer os serviços de saúde, demonstrou ser uma estratégia eficaz para melhorar o bem-estar da população.

Assim, conclui-se que as políticas públicas destinadas à atenção básica devem ser cuidadosamente delineadas e adaptadas às particularidades regionais. Este estudo enfatiza a importância de uma abordagem holística que priorize não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção da saúde e a prevenção de enfermidades. A equidade no acesso aos serviços de saúde, sem distinção de localização geográfica ou condição socioeconômica, deve permanecer no cerne das estratégias governamentais.

Em última análise, o diálogo contínuo entre pesquisa, políticas públicas e prática clínica é crucial para traduzir os insights obtidos em ações tangíveis. A interseção entre atenção básica e desenvolvimento regional é uma esfera fértil para a colaboração interdisciplinar e para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Z. Sistema Único de Saúde e as Leis Orgânicas. In: SUS: Sistema Único de Saúde: antecedentes, percursos e desafios. São Paulo: Martinari, 192p, 2011.

AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2014.

ALMEIDA, Eliel Uehara. A integração dos sistemas de informações da rede de atenção à saúde pública: reflexões para o desenvolvimento regional. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni-Facef, 2021, 115f.

BARBOSA, IE. Rede especializada de atenção à pessoa com DM na cidade de Franca. TCC 2021
BAZZANELA, S. L. Saúde, desenvolvimento humano e regional. Saúde Meio Ambiente v.3, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 2014

BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (COINFO) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. Perspectiva em Gestão & Conhecimento, João Pessoa-PB, v. 4, número especial, p.48-63, out. 2014. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2021.

BERTOLOZZI, Maria Rita; GRECCO, R. M. As políticas de saúde no Brasil 1996.

BORGES, Daniel Martins. Implicações do conhecimento dos gestores do sistema único de saúde (SUS) sobre a implementação de políticas públicas. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni- FACEF, 2021. 93f.

BRAGA, Caroline Gonçalves Silva. Políticas públicas de saúde: análise na implementação da meta 3.8 da agenda 2030 no município de Franca-SP. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-Facef, 2020. 189p.

BVS. BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Descritores em Ciências da Saúde. Plataforma na Internet. Disponível em https://decs.bvsalud.org/. Acesso em 21/09/2023.

CAMPOS, G; AKERMAN, M. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, [2006].

CASTRO, A. L. B.; MACHADO, C. V. A política de atenção primária à saúde no Brasil: notas sobre a regulação e o financiamento federal. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 693-705, abr. 2010. Disponível em: https://scielosp.org/article/csp/2010.v26n4/693-705/#ModalArticles. Acesso em:10 jul. 2021.

COMPARINI, Camila Trevisan Carvalho. A pandemia de covid-19 e as repercussões na atenção primária à saúde: influência no desenvolvimento social. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): UniFACEF, 2022. 201f.

CORREA JÚNIOR, Carlos Barbosa. As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CUNHA, Adriel Junior Domingues. A estratégia saúde da família e o fórum de Franca 2040: um estudo sobre políticas públicas. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni- FACEF, 2022. 88f.

CUNHA-JUNIOR, Wilson. Impactos sociais e econômicos da hipertensão arterial sistêmica: um estudo em Franca-SP. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-Facef, 2019. 83p.

FIGUEIREDO, Maria Paula Simões Lima. Urgência e emergência em saúde da mulher sob a ótica do desenvolvimento regional e das políticas públicas. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-Facef, 2017 116p

FIOCRUZ. Saúde é desenvolvimento. [S.l.: s.n.], [2022].

FURTADO, C. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora: Fundo de Cultura, 1964.

GADELHA, C. A. G. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política. Rev. Saúde Pública. 2012; 46 (supl.): p. 5-8.

GADELHA, C. A. G.; MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento

GADELHA, Carlos Augusto Grabois, COSTA, Lais Silveira. Desenvolvimento e Saúde: em busca de uma nova utopia. Revista de Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.19, n.71, 2007.

GAZAFFI, Fabio José. Pessoas com diabetes e a ocorrência de retinopatia: contribuições para as políticas públicas. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni- FACEF, 2023. 70f.

GiOVANELLA, L. Atenção básica ou atenção primária à saúde? Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública 2018.

GIOVANELLA, L. De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-6, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00012219. Acesso em: 16 out. 2021.

GIOVANELLA, L.; MENDONÇA, M.H.C.; BUSS, P.M.; FLEURY, S.; GADELHA, C.A.G.; GALVÃO, L.A.C.; SANTOS, R.F. De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. Cad. de Saúde Pública, v. 35, n. 3, e00012219, 2019a.

GIOVANELLA, L; ESCOREL, S; LOBATO, L V C; NORONHA, J C; CARVALHO, A I (ORG's) Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro - R. J. Fiocruz, 2008. p. 23 – 64.

HARZHEIM, E.; MARTINS, C.; WOLLMANN, L.; et al. Ações federais para apoio e fortalecimento local no combate ao COVID-19: a Atenção Primária à Saúde (APS) no assento do condutor. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 6, p. 2493-2497, 2020.

KAMPHORST, M. A.; ZAMBAM, N. J. Amartya Sen e as capacidades. In: ZAMBAM, N. ; KUJAWA, H A (orgs) Estudos sobre Amart a Sen, Volume 1: Políticas Públicas, Capabilities e Desenvolvimento Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

LOPES, Ana Paula Ghedini. Agentes comunitários de saúde: competência e mediação da informação para o desenvolvimento local. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni-FACEF, 2022.

MACHADO, Tatiane Ferreira Souza. Cobertura vacinal na infância durante a pandemia COVID-19: implicações no desenvolvimento social. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni-FACEF, 2022. 113 p.

MENDES, A. e MARQUES, R.M. O financiamento da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família no Sistema Único de Saúde. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v.38, n. 103, p. 900-916, OUT-DEZ 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/j4f5QkGnpbCw5BRBDYzjSLn/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02 out. 2021

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER Social: Estado, Democracia e Saúde, Brasília, v. 22, n. 46, jan./jun. 2020
MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. 2 ed. Brasília, 2011.

MENDES, Eugenio Vilaça. A construção social da atenção primária, 2019.

MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. 2. ed. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Redes_Atencao_Saude_Eugenio_2ed.PDF. Acesso em: 7 jun. 2017.

OMS. Constituição da Organização Mundial da Saúde. Nova York, 1946.

PACHECO, Marcos Antônio Barbosa (Org.).Redes de atenção à saúde: rede de urgência e emergência – RUE. São Luís: UNA-SUS/UFMA, 2015.

PAIM, J. S. O que é SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 149p.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/csc/a/Qg7SJFjWPjvdQjvnRzxS6Mg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 jan. 2022

PANSIERI, F. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sem: constituição, economia e desenvolvimento. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, v. 8, n. 15, p. 453-479, 2016.

PEREZ, M. A. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006. pp.163-176.

PIMENTA, Adriano Faleiros. Os impactos da telemedicina no atendimento de pacientes no sistema de saúde suplementar como modelo para implantação no sistema público de saúde. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-FACEF, 2022. 86 f.

PIMENTA, Thalita Leal Leite. Efetividade do automonitoramento do paciente com diabetes mellitus tipo 2, insulinodependente. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni- FACEF, 2022. 72f.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Gestão do Território e Desenvolvimento: Um Convite à Reflexão e ao Exercício do Diálogo entre Saberes FURTADO, Celso. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora: Fundo de Cultura, 1964.

RODRIGUES, Ana Lúcia de Castro. Preenchimento da declaração de óbito: implicações para a elaboração das políticas públicas e desenvolvimento regional. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni- FACEF, 2022. 118f.

SANTOS, Paulo Silva. Avaliação da qualidade de vida em pacientes em terapia renal substitutiva: impactos no desenvolvimento. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-Facef, 2020. 150p.

SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA, Rafael de Melo. Cenários prospectivos aplicadoS ao desenvolvimento da saúde: perspectivas para o setor de clínicas populares na cidade de Franca-SP no período de 2022-2026. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca (SP): Uni-FACEF, 2022. 95f.;122f.

SOUZA, Andréa Cristina Junqueira. Sífilis como indicador de falta de desenvolvimento: fatores associados à sífilis congênita no período perinatal em Franca/SP, Brasil. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Franca: Uni-FACEF, 2019. 137p.l.

Uni-FACEF. Linhas de Pesquisa. [Site]. Disponível em https://pos.unifacef.com.br/linhas-de-pesquisa/. Acesso em 07 de setembro de 2023.

WHITTERMORE R.; KNAFLI K. The integrative review: updated methodology. J Adv Nurs. 2005 Dec; 52(5):546-53).

FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO AO CONSUMO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA

RISK FACTORS AND PROTECTION FOR DRUG USE IN ADOLESCENCE

Área temática: Saúde e Bem-estar

TOZATI, Camila Aparecida Letro
Universidade de Franca - UNIFRAN
Bacharel em Direito e em Psicologia. Doutoranda em Promoção de Saúde na Universidade de Franca
E-mail: camilatozati37@gmail.com

DA SILVA, Jorge Luiz
Universidade de Franca - UNIFRAN
Psicólogo. Mestre em Psicologia. Doutor em Enfermagem em Saúde Pública
E-mail: jorge.silva@unifran.edu.br

Resumo

A adolescência é o período do desenvolvimento que vai dos 10 aos 19 anos de idade, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Permeado por transformações e fragilidades, esse período pode contribuir para exposição dos adolescentes a fatores de risco para o uso ou abuso de drogas lícitas ou ilícitas. O consumo de drogas na adolescência tem ocorrido de forma cada vez mais precoce, sendo considerado problema mundial de saúde pública. As transformações vivenciadas nessa fase se dão de forma singular, alterando-se também de acordo com o meio sociocultural. Trata-se de uma investigação baseada na revisão narrativa de estudos acerca dos fatores de risco e proteção para o consumo de drogas na adolescência. A ausência de fatores de proteção e a existência de fatores de risco, viabilizam o abuso de drogas pelos adolescentes. Os principais fatores de risco e de proteção relacionados ao uso de drogas apresentados no estudo foram: fatores de risco sociais: familiares; baixo vínculo materno; negligência; familiares usuários de substâncias; violência sexual; tabagismo materno pré-natal; pares que abusam de drogas; fatores de risco individuais: impulsividade; rebeldia; tempo de tela; exposição anterior a cigarro eletrônico; risco de baixa percepção; fatores de proteção: comunitários: escola; religiosidade, individuais: crenças contra o abuso de substâncias e o desejo de manter a saúde; traços individuais de otimismo. O desenvolvimento de habilidades interpessoais, especialmente aquelas relacionadas à resistência à pressão dos pares e de defesa de seus direitos frente a situações coercitivas ao consumo de drogas é imprescindível.

Palavras-chave: Adolescente, fatores de risco, fatores de proteção.

Abstract

Adolescence is the period of development that goes from 10 to 19 years of age, according to the World Health Organization. Permeated by transformations and weaknesses, this period can contribute to the exposure of adolescents to risk factors for the use or abuse of legal or illicit drugs. Drug use in adolescence has occurred at an increasingly earlier age, being considered a global public health problem. The transformations experienced in this phase occur in a unique way, also changing according to the sociocultural environment. This is an investigation based on a narrative review of studies on risk and protective factors for drug use in adolescence. The absence of protective factors and the existence of risk factors make drug abuse possible among adolescents. In conclusion, it is highlighted that the main risk and protective factors related to drug use presented in the study were: social risk factors: family; low maternal bonding; negligence; family members who use substances; sexual violence; prenatal maternal smoking; peers who abuse drugs; individual risk factors: impulsivity; rebellion; screen time; previous exposure to electronic cigarettes; risk of low perception; protective factors: community: school; religiosity, individual: beliefs against substance abuse and the desire to maintain health; individual traits of optimism. The development of interpersonal skills,

especially those related to resisting peer pressure and defending one's rights in the face of coercive drug use situations, is essential.
Keywords: Adolescent, risk factors, protective factors.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a adolescência é o período do desenvolvimento que vai dos 10 aos 19 anos, marcado por importante processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial (OMS, 2009). Por envolver muitas mudanças, os adolescentes ficam expostos a fatores que podem constituir risco para o uso de drogas lícitas ou ilícitas (OLIVEIRA, 2017; GIACOMOZZI, 2012). Os fatores associados ao uso e abuso de substâncias pelos adolescentes são multifatoriais, englobando os locais que o jovem transita, relação e ambiente familiar, escola e fatores econômicos (NEVES et al., 2021; PARK et al., 2022).

Ainda no que se refere à multifatoriedade das situações que levam os adolescentes ao consumo de drogas, ressaltam-se, fatores temperamentais, impulsividade, predisposição genética e hereditária ao alcoolismo, conflitos familiares, associação com usuários de drogas, dentre outros (PAPALIA, 2013). Frente aos fatores de proteção, os resultados do estudo de Cardoso et al (2023) abordam a autoestima elevada; as atividades comunitárias como estudo, acesso a cursos, esportes, o envolvimento em atividades de lazer e sociais como fatores protetivos que propiciam uma menor probabilidade para o uso de drogas. A família por sua vez foi citada como fator protetivo e de risco a depender da estrutura, das relações e dos vínculos estabelecidos.

Por serem bastante habituais na adolescência, consideram-se os comportamentos de risco, para este público, um problema de saúde pública (BRASIL, 2017). Visto que se trata de um tema atual e de grande significância, o presente estudo tem como objetivo elucidar os fatores de risco e fatores de proteção associados ao consumo de drogas na adolescência.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa que possui por definição uma coleta de informações sobre um determinado assunto, assunto esse levantado como hipótese do estudo, tornando assim possível o entendimento de determinado fenômeno (PAIVA, 2008). As buscas foram realizadas nas bases de dados SCIELO, BVS e PubMed. O estudo possuiu como pergunta norteadora: Quais são os fatores de risco e fatores de proteção no uso de substâncias ilícitas e lícitas pelos adolescentes? Incluir os locais de busca.

Para a busca bibliográfica foram utilizadas as palavras-chave: "adolescente", "fatores de risco" e "fatores de proteção". Como critérios de inclusão foram utilizados estudos publicados nos idiomas: inglês, espanhol e português. Após leitura prévia dos artigos, foram incluídos neste trabalho aqueles que respondiam a perguntam e se relacionavam diretamente com o tema proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo buscou contemplar os fatores de risco e proteção associados ao consumo de drogas na adolescência, segundo a bibliografia pesquisada.

Os fatores de risco são variáveis contextuais e ambientais, que elevam as chances de eventos, que de algum modo, causam efeitos negativos e indesejáveis na vida e no corpo do adolescente (SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005). Já o comportamento de risco é toda ação que de alguma forma possa acarretar prejuízos à saúde física, psicológica, intelectual, social e socioeconômico do indivíduo (SASAKI et al., 2014; GONÇALVES et al., 2015). Por ser bastante habitual na adolescência, considera-se os comportamentos de risco, para este público, um problema de saúde pública (BRASIL, 2017).

Os fatores de risco e os comportamentos de risco variam de acordo com os contextos familiar, social, cultural e econômico (SASAKI et al., 2014; GONÇALVES et al., 2015; SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005). São multifatoriais os fatores associados ao uso e abuso de substâncias pelos adolescentes, englobando os locais que o jovem transita, relação e ambiente familiar, escola e fatores econômicos (NEVES et al., 2021; PARK et al., 2022).

Nesse período do desenvolvimento ocorre também uma busca pela independência, por sua real identidade e também pela aceitação nos grupos sociais, o que justifica a prática de comportamentos de riscos por parte dos adolescentes (FARIAS et al., 2010).

O consumo de tabaco, álcool e outras drogas, comportamentos sexuais desprotegidos acometidos de gravidez não planejada e infecções sexualmente transmissíveis, práticas alimentares não saudáveis, inatividade física, condutas que culminam em acidentes e lesões, também são considerados comportamentos de risco, por estarem significativamente correlacionados às principais causas de morte, e problemas sociais no público adolescentes (BRENER et al., 2004; GUEDES; LOPES, 2010).

Para melhor compreensão, os fatores de risco e de proteção foram categorizados em domínios fundamentais, fatores de risco sociais: familiares; baixo vínculo materno; negligência; familiares usuários de substâncias; violência sexual; tabagismo materno pré-natal; pares que abusam de drogas, e fatores de risco individuais: impulsividade; rebeldia; tempo de tela; exposição anterior a cigarro eletrônico; risco de baixa percepção. Fatores de proteção comunitários: escola; religiosidade, individuais: crenças contra o abuso de substâncias e o desejo de manter a saúde; traços individuais de otimismo.

A família desempenha um papel crucial na proteção e desenvolvimento dos seus membros e também na cessão de determinada cultura e socialização (SALADOR, 2007). Para Souza et al. (2012), a família é uma entidade indispensável na construção da cidadania dos seus integrantes, é responsável pela educação, cuidados, amparo e afeto aos adolescentes e crianças que nela encontram-se inseridos. É fonte de proteção e segurança, atua no combate às adversidades, viabilizando o desenvolvimento de relações afetuosas entre os seus membros e a construção de redes sociais primordiais para a sobrevivência (IBGE, 2012).

A família, ao apresentar atitudes negligentes, autoritarismo, violência, consumo de drogas, pode se tornar uma ferramenta propulsora para o uso de substâncias psicoativas, por conseguinte, é considerada fator de risco (VALIM; SIMIONATO; GASCON, 2017).

A falta de imposição de limites pelos pais, bem como a ausência, falha na administração familiar, são fatores que favorecem o uso de substâncias pelos adolescentes (ANTUNES et al., 2015; HABIB et al., 2010; PARADA, 2013). A impunidade do comportamento infrator também contribui para o uso de drogas (TARGINO; HAYASIDA, 2018).

O baixo vínculo materno associa-se o vínculo frágil mãe e filho ao desenvolvimento de dependência e ao transtorno por uso de substâncias (BROOK et al., 2009). Da mesma maneira, adolescentes que apresentam uma relação enfraquecida com a família, apresentam maiores chances de consumir drogas (MOURA; SANCHEZ; NOTO, 2010).

A fragilidade de vínculos afetivos pressupõe traços de personalidade no filho que contribuem para o uso de drogas (BROOK et al., 2009). O vínculo frágil, favorece o desenvolvimento de alguns traços de personalidade, considerados fatores de risco para o uso dessas substâncias e o afeto materno só é classificado como um fator de risco (CERUTTI; RAMOS; ARGIMON, 2015).

Nesse sentido, estudos mostram que quando há baixa afetividade entre mãe-filho, o mesmo possui uma propensão maior ao uso do tabaco, já quando a relação é baseada em um baixo vínculo, prediz nos adolescentes traços da personalidade que podem o levar ao uso de outras drogas (CERUTTI; RAMOS; ARGIMON, 2015).

Dados apresentados pelo Relatório do Disque Direitos Humanos (2019), apontam a negligência familiar como uma das principais formas de violação de direitos de crianças e adolescentes. Outros estudos relacionam a negligência familiar ao uso de álcool e outras drogas, assim como outros fatores sociais (MASTROIANNI et al., 2018; GOMES et al., 2005; REINALDO; PILLON, 2008; MATA; SILVEIRA; DESLANDES, 2017).

A ausência de capacidade dos pais em tratar assuntos relacionados ao uso de drogas ou a falta de senso de responsabilidade para cuidar do assunto perante os filhos, orientando-os e comunicando valores favoráveis à sua saúde, representam aspectos de não impedimento e viabilizam consumo tanto de álcool como de tabaco (NURCO et al 1998).

Importante ressaltar que contextos familiares negligentes, com episódios de violência e situações de abandono tornam-se favoráveis para que ocorra o uso e o abuso de substâncias (CAMPELO et al., 2018).

A convivência familiar com usuários e a predisposição genética representam fatores de risco para o uso de drogas (SARMIENTO et al., 2018). A família influencia na formação da personalidade do adolescente por meio da convivência e dos padrões de valores e comportamentos compartilhados (RAMOS, 2019). Assim, no contexto familiar, pode haver uma maior naturalidade com que o assunto

é abordado. Além disso, os transtornos induzidos por substâncias nos pais tornam as habilidades sociais educativas parentais deficientes (OBADEJI et al., 2020; CAVALHEIRO, 2017).

Além das influências da família ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas pelos adolescentes, quando eles fazem o uso de substâncias pode ocorrer a fragilização das relações familiares e a queda do rendimento escolar (SANTOS, 2018). Agressões constantes, violência doméstica, discussões, são apenas alguns dos problemas familiares decorrentes do uso de drogas (BUCHOLS et al., 2017; BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015; ELICKER *et al*., 2015; STEINER; SCHORI; GMEL, 2014; TAYLOR, 2011; WAGNER *et al.,* 2010; PARADA, 2013).

O abuso sexual produz efeitos negativos na saúde das vítimas. Além das consequências danosas à saúde física e psicológica, é considerado um importante fator de risco para o uso de substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas, principalmente o tabaco, maconha e sedativos ou hipnóticos. Possivelmente isso ocorre para reduzir as manifestações depressivos ou ansiosas (MASON; LODRICK, 2013; OMS, 2013). A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é capaz de afetar negativamente o desenvolvimento sexual e psíquico do indivíduo em formação (LOWENKRON, 2010; OMS, 2010).

Neste sentido, entende-se que crianças vítimas de violência sexual estão propensas a desenvolverem comportamentos de risco, baixa autoestima, delinquência, início adiantado da atividade sexual, comportamentos autodestrutivos e também ao consumo precoce de álcool, tabaco e abuso de drogas (Massaro et al., 2019; OMS, 2017; COLLIN-VÉZINA, et al., 2015; HILLIS et al., 2016).

Indivíduos que foram vítimas de abuso físico ou sexual, ao chegarem no período da adolescência estão propensos a desenvolverem transtornos mentais e iniciar o consumo de drogas lícitas e ilícitas (KIM; KIM; KONG, 2017). Nessa direção, outros estudos demonstram que adolescentes que sofreram mais de um tipo de abuso e negligência estão suscetíveis ao consumo de álcool, tabaco e maconha antes dos 14 anos de idade (DUBOWITZ; ROESCH; LEWIS, 2021).

Ricci (2015) aponta que a exposição intraútero do neonato às drogas aumenta as chances dele se tornar dependente químico e após o nascimento sofrer de Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN), trazendo consequências negativas para seu desenvolvimento. O período neonatal, pode ser considerado uma importante janela de vulnerabilidade biológica, ou seja, o uso de substâncias nesse período pode desencadear uma alteração desenvolvimental após o nascimento, pode haver uma alteração nas redes neurais, onde no período da adolescência o indivíduo permaneça com o comportamento de busca e dependência da droga, estudos esses que necessitam de maiores investigações para comprovações (CECIL et al., 2016).

O adolescente busca por independência e autoafirmação, sente uma crescente necessidade de aprovação social. Assim, pode se tornar suscetível a influências que o predispõe ao consumo precoce de álcool e tabaco, o que, por sua vez, pode constituir “porta de entrada” ao consumo de outras substâncias (PAGLIACE et al., 2019).

O fator de risco de maior presença na vida dos jovens é a influência dos pares, o desejo de estar inserido em um grupo, de ser aceito faz com o que os adolescentes passem a utilizar tais substâncias, como exemplifica El Kazdouh et al., (2018).

> *Quando você se encontra em um grupo de amigos fumantes. Quando tentei fumar pela primeira vez foi só na frente dos meus amigos, queria dizer a eles que compartilho as mesmas atividades com você*. Esse fator dominante de influência dos pares foi mencionado nas narrativas de todos os participantes (El KAZDOUH et al., p. 8).

A impulsividade é a propensão ao agir e reagir, de forma rápida, sem ter em consideração as consequências dos seus atos (MERZ et al., 2018). Estudos apontam que adolescentes que apresentam elevado nível de impulsividade estão mais propensos ao uso e abuso de substâncias, particularmente considera-se o traço de impulsividade particularmente um fator de risco (CHUANG et al., 2017).

A impulsividade no período da adolescência entra em um ciclo vicioso quando associado ao uso de substâncias lícitas ou ilícitas. Ou seja, o adolescente já possui uma impulsividade fisiológica instaurada, porém quando faz o uso do álcool, por exemplo, ele contribui para que o período da impulsividade seja maior, isso faz com o que o indivíduo viva mais nesse intervalo onde a ação rápida e retorno imediato tenham uma maior importância, independentemente das consequências advindas de seus atos e ações (CRUM; HULVERSHORN, 2021).

Define-se rebeldia como o ato de oposição, de insurgir-se. Uma ligação entre rebeldia e adolescência ocorre, dentre outros aspectos, devido às mudanças hormonais na puberdade. Embora ela também possa ocorrer como uma forma de busca ou afirmação de identidade, na qual o adolescente assume a posição de confrontador diante de toda as crenças, valores, tradições e também as leis já estabelecidas e definidas (BERTOL; SOUZA, 2010).

A rebeldia considerada normal é vista como algo necessário e útil já que por meio dela o adolescente terá a possibilidade de se transformar em um adulto com os seus próprios princípios. Contudo, o adolescente pode apresentar a chamada rebeldia anormal, que ocorre com alta intensidade e frequência, tornando-o um ser suscetível a comportamentos de risco (CARRIJO; GARCIA; SILVA, 2014).

Guttmannova et al. (2019) associam os traços rebeldes ao abuso de maconha. Consideram a rebeldia apresentada na adolescência indício para o envolvimento com comportamentos de risco. Outra característica importante, levantada por Wilson et al. (2017) em seu estudo, é que jovens em tratamento por abuso de opioides que apresentaram desregulação emocional, tornaram-se dependentes de opioides precocemente.

O aumento de usuários adolescentes da internet e o longo tempo exposto à tela, representam um fator de risco que pode gerar comportamentos de risco. Além disso, entre as complicações podem ocorrer: dificuldade de aprendizagem, comparação exacerbada, distúrbios alimentares, distúrbios do sono, início de episódios depressivos e dificuldade em relacionamentos e socialização (PEREIRA et al., 2022).

As ações realizadas na internet pelos adolescentes são maiores na diversidade do que da população de 18 anos ou mais. Entre as atividades mais acessadas estão filmes (64%), programas de TV (33%) e vídeos aleatórios (74%). Chama a atenção a porcentagem de adolescentes que utilizam a internet para assistirem vídeos de influenciadores digitais (55%) (CGI.BR, 2020).

Todos esses fatores podem contribuir para que o adolescente use ou abuse de substâncias lícitas e ilícitas. Por exemplo, existem indicações de que adolescentes expostos a mais tempo no uso de telas, videogame, internet, mensagens, filmes, estão predispostos ao uso frequente de maconha (DOGGETT et al., 2019).

O uso de cigarro eletrônico é considerado porta de entrada para o uso e abuso de álcool e outras drogas, além de deixar o usuário suscetível ao consumo do cigarro tradicional (BERTONI; SZKLO, 2021). Desde o seu lançamento na Europa e nos Estados Unidos da América, entre 2006 e 2007, sua disseminação é crescente juntamente com novos produtos, aumentando assim o consumo entre os adolescentes (SCHOLZ; ABE, 2019).

A percepção de baixo risco, ou percepção de risco, na adolescência corrobora para o início precoce desses jovens do uso de drogas (SAIZ et al., 2019). Ele é um dos fatores determinantes para definir se o adolescente se envolverá ou não com substâncias ilícitas e lícitas, principalmente quando abordado sobre o uso da *cannabis* (SARVET et al., 2018).

Os estudos mostram que aqueles que não são usuários de *cannabis* possuem uma maior percepção sobre os riscos da substância no corpo em comparação com os usuários, já em relação ao sexo, as mulheres são mais propensas a perceberem o risco do uso regular da *cannabis* (PACEK; MAURO; MARTINS, 2015).

Outro fato importante a ser relatado foi sobre a idade, o grupo mais jovem, ou seja, aqueles que possuem a idade entre 12 e 17 anos não percebem o risco da *cannabis* como o grupo mais velho, aqueles cuja a idade é entre 18 e 25 anos (PACEK; MAURO; MARTINS, 2015). Com isso, podemos perceber que os grupos mais jovens estão mais vulneráveis a esse fator de risco.

Em contrapartida, também há inúmeros fatores de proteção que contribuem para com que os adolescentes não façam o uso de drogas lícitas e ilícitas. Fatores de proteção são aspectos pessoais ou coletivos que agem de forma a anular ou neutralizar o impacto do risco (EISENSTEIN et al., 2013. No que se refere ao consumo de álcool e outras drogas, os fatores de proteção representam a soma das circunstâncias que inviabilizam o consumo de substâncias e promovam desenvolvimento saudável do indivíduo (SCHENKER; MINAYO, 2003).

A escola é um ambiente propício para a construção de aprendizagens e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Por isso, é importante desenvolver métodos de prevenção ao consumo de drogas, com o intuito de impactar os alunos quanto aos riscos (DIAS; GOI, 2021). As interações pessoais com a escola, mídia e também familiares foram pontos positivos na prevenção, ao notarem as consequências sofridas por terceiros, os adolescentes desenvolvem crenças internas do quão prejudicais essas substâncias são ao corpo e à mente das pessoas (EL KAZDOUH *et al.,* 2018).

A religiosidade também constitui um fator de proteção. As crenças religiosas, a frequência a uma religião, a identificação de propósitos de vida, colaboram para que os adolescentes sejam menos afetados pelo seu entorno, por eles se encontram inseridos em grupos religiosos com crenças compartilhadas, se sentem acolhidos e com isso são reduzidas as chances de consumirem substâncias (NAWI et al., 2021).

No cenário da pesquisa, tanto a religiosidade quanto a espiritualidade, são tidas como favoráveis na tomada de decisão para o não consumo de sustâncias e também para a adesão ao tratamento. Ainda determinam maior superação frente às situações perturbadoras, apoio pessoal, estilo de vida mais esperançoso, autodesenvolvimento e o distanciamento das drogas (BETTARELLO et al., 2016).

Os adolescentes que se pautam por preceitos religiosos se distanciam de comportamentos de risco para o consumo de álcool e outras drogas, bem como de outros comportamentos incoerentes aos padrões religiosos (FELIPE; CARVALHO; ANDRADE, 2015). Por exemplo, "*Orar ajuda as pessoas a relaxar. Afasta qualquer pensamento negativo. Mesmo que alguém pense em usar drogas, orar o protegerá contra as drogas (Masculino, 14 anos)"* (ALHYAS et al., 2015).

Assim, a religião atua como uma fonte de apoio para os adolescentes, atuando nas questões morais e comportamentais, viabilizando um desenvolvimento saudável e afastamento de comportamentos de risco (WAGENER et al., 2003).

Como observado em tópicos anteriores, as influências sociais representam risco ao consumo de substâncias. Entretanto, há jovens que possuem uma autoconsciência bem desenvolvida, por isso, esses adolescentes utilizam o exemplo recebido dentro de casa, especificamente os danos causados, como uma forte crença contra o abuso de substâncias (EL KAZDOUH et al., 2018).

Esses jovens são capazes de identificar os inúmeros danos à saúde que o uso das substâncias lícitas e ilícitas podem causar. Eles também compreendem que o uso de substâncias não resolve as adversidades vividas pelas pessoas, e que elas contribuem para a piora do ambiente, causando a deterioração da saúde daqueles que à usam (EL KAZDOUH et al., 2018). Por exemplo, *"Fumar pode causar câncer de pulmão e garganta, sangramento da gengiva e alguns podem ir para o hospital por causa do [tabagismo] (Masculino, 16 anos)"* (ALHYAS et al., 2015). Quando o adolescente possui uma consciência sobre os efeitos das drogas, as chances dele se tornar um usuário diminuem.

A capacidade de enxergar o mundo e de interpretá-lo se diferencia de pessoa para pessoa. Isso faz com que algumas consigam enxergá-lo de forma positiva, com o pensamento no futuro, acreditando que ele será um futuro com bons resultados, o que caracteriza o otimismo (SCHEIER; CARVER; BRIDGES, 1994).

O otimismo envolve a expectativa de realização de um futuro promissor, seja por meio das próprias ações, ações da sociedade, sorte, ou outros determinantes (ALARCON; BOWLING; KHAZON; 2013). Segundo Bastianello et al. (2014), o otimismo contribui de forma protetiva e positiva para que as pessoas possam ter mais sucesso e serem mais saudáveis em suas vidas.

Trata-se, portanto, de um aspecto que pode proteger os adolescentes do consumo de drogas. MARIN et al. (2019) identificaram que jovens com traços otimistas eram menos propensos a se tornarem dependentes do consumo de substâncias, pois o otimismo se apresentou inversamente associado ao consumo de tabaco, drogas ilícitas e narguilé.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que cada vez mais precoce os adolescentes vêm fazendo uso de substancias psicoativas. Por ser uma fase permeada por transformações e vulnerabilidades os adolescentes se expõem a comportamentos de risco. A ausência de fatores de proteção e a existência de fatores de risco, viabilizam o abuso de drogas pelos adolescentes. Dessa forma, se faz necessário a implementação de intervenções preventivas direcionadas a diferentes contextos e públicos, por se tratar de uma problemática vinculada a aspectos familiares, sociais e comunitários. Além disso, podem também ser envidados esforços para potencialização de fatores de proteção, como por exemplo, o desenvolvimento de habilidades interpessoais, especialmente aquelas relacionadas à resistência à pressão dos pares e de defesa de seus direitos frente a situações coercitivas ao consumo de drogas.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Gene M.; BOWLING, Nathan A.; KHAZON, Steven. Great expectations: A meta-analytic examination of optimism and hope. **Personality and individual differences**, v. 54, n. 7, p. 821-827, 2013.

ALHYAS, Layla et al. Adolescents' perception of substance use and factors influencing its use: a qualitative study in Abu Dhabi. **JRSM Open**, v. 6, n. 2, p. 2054270414567167, 2015.

ANTUNES, Hellen de Araújo et al. Familiar factors and illicit drug use among Brazilian adolescents: an analysis of the Brazilian National Survey of School Health (PeNSE, 2015). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.

BASTIANELLO, Micheline Roat; PACICO, Juliana Cerentini; HUTZ, Claudio Simon. Optimism, self-esteem and personality: Adaptation and validation of the Brazilian version of the Revised Life Orientation Test (LOT-R). **Psico-USF**, v. 19, p. 523-531, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde na Escola**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes**: Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS; 2017.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; SOUZA, Mériti de. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 824-839, 2010.

BERTONI, Neilane; SZKLO, André Salém. Electronic Nicotine Delivery Systems In Brazilian State Capitals: Prevalence, Profile Of Use, And Implications For The National Tobacco Control Policy. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

BETTARELLO, Viviana Colbacho et al. Qualidade De Vida, Espiritualidade, Religião e Crenças Pessoais de Dependentes Químicos em Tratamento. **Revista Eletrônica de Enfermagem,** v. 18, 2016.

BRENER Nancy D, KANN Laura, KINCHEN Steve, GRUNBAUM JA, WHALEN L, Eaton D, Hawkins J, Ross JG. Methodology of the youth risk behavior surveillance system. MMWR Recomm Rep. 2004 Sep 24;53(RR-12):1-13. PMID: 15385915.

BITTENCOURT, Ana Luiza Portela; FRANÇA, Lucas Garcia; GOLDIM, José Roberto. Adolescência vulnerable: factores biopsicosociales relacionados al uso de drogas. **Revista Bioética**, v. 23, p. 311-319, 2015.

BROOK, Judith S. et al. Pathways from adolescent parent-child conflict to substance use disorders in the fourth decade of life**. American Journal on Addictions**, v. 18, n. 3, p. 235-242, 2009.

BUCHOLZ, Kathleen K. et al. Comparison of parent, peer, psychiatric, and cannabis use influences across stages of offspring alcohol involvement: evidence from the COGA prospective study. **Alcoholism: clinical and experimental research,** v. 41, n. 2, p. 359-368, 2017.

CAMPELO, Lany Leide de Castro Rocha et al. Effects of parental drug use on child development and mental health: integrative review. SMAD, **Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas,** v. 14, n. 4, p. 245-256, 2018.

CARDOSO, Lorena Silveira et al. Fatores de risco e proteção para o consumo de drogas: conhecimento de estudantes de uma escola pública. Saúde em Debate, v. 37, p. 147-157, 2023.

CARRIJO, Aline Franciele; GARCIA, Suzany Kemp; SILVA, Gislaine Cristina Guerra. A adolescência e o convívio familiar: autonomia, desapego e rebeldia. **Psicologia FAEF-Garça**. 2014.

CAVALHEIRO, Herondina de Freitas. Indicadores psicossociais associados ao consumo de álcool e outras drogas por adolescentes [**dissertação**]. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2017 [cited in 02 Jan 2020]. 50p.

CECIL, Charlotte A. M. et al. DNA methylation and substance-use risk: a prospective, genome-wide study spanning gestation to adolescence. **Translational Psychiatry,** v. 6, n. 12, p. e976-e976, 2016.

CERUTTI, Fernanda; DE PAULA RAMOS, Sérgio; DE LIMA ARGIMON, Irani Iracema. Influence of parental attitudes on substance consumption in adolescence. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 18, n. 2, p. 173, 2015.

COLLIN-VÉZINA, Delphine et al. A Preliminary Mapping of Individual, Relational, and Social Factors That Impede Disclosure of Childhood Sexual Abuse. **Child Abuse & Neglect**, v. 43, p. 123-134, 2015.

CHUANG, Cheng-Wei I. et, al. Impulsivity And History of Behavioral Addictions are Associated With Drug Use in Adolescents. **Addictive Behaviors,** v. 74, p. 41-47, 2017.

CRUM, Kathleen I.; HULVERSHORN, Leslie. Heavy Adolescent Alcohol Use: An Accelerant of Impulsivity?. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 60, n.5, p. 575-576, 2021.

DUBOWITZ, Howard; ROESCH, Scott; LEWIS, Terri. Child Maltreatment, Early Adult Substance use, and Mediation by Adolescent Behavior Problems. **Child Maltreatment,** v. 26, n. 2, p. 238-248, 2021.

El KAZDOUH, Hicham et al. Adolescents, parents and teachers' perceptions of risk and protective factors of substance use in Moroccan adolescents: a qualitative study. **Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy**, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2018.

EISENSTEIN, Evelyn; SOUZA, Ronald Pagnoncelli de. **Situações de risco à saúde: de crianças e adolescentes**. In: Situações de risco à saúde: de crianças e adolescentes. 1993. p. 145-145.

FARIAS JÚNIOR José Cazuza, NAHAS Markus Vinicius, BARROS Mauro Virgílio, LOCH Mathias Roberto, OLIVEIRA Elusa Santina A. de, DE BEM Maria Fermínia Luchtemberg, LOPES Adair da Silva. Comportamentos de risco à saúde em adolescentes no Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 25, n. 4, p.344–352, 2009.

FELIPE, Adriana Olimpia Barbosa; CARVALHO, Ana Maria Pimenta; ANDRADE, Claudia Umbelina Baptista. Espiritualidad y religión como protección contra el uso de drogas entre adolescentes. SMAD. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas,** v. 11, n. 1, p. 49-58, 2015.

GIACOMOZZI, Andréia Isabel et al. Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 612-622, 2012.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; FONSECA, Adriana Dora da. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 14, p. 32-37, 2005.

GUTTMANNOVA, Katarina et al. The Interplay Between Marijuana-Specific Risk Factors and Marijuana use Over the Course of Adolescence. **Prevention Science**, v. 20, p. 235-245, 2019.

HABIB, Cherine et al. The importance of family management, closeness with father and family structure in early adolescent alcohol use. **Addiction**, v. 105, n. 10, p. 1750-1758, 2010.

HILLIS, Susan et al. Global prevalence of past-year violence against children: a systematic review and minimum estimates. **Pediatrics,** v. 137, n. 3, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro** de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 62

KIM, Heejung; KIM, Sun Ah; KONG, Seongsook. Resilience mediates impact of some childhood maltreatment on post-traumatic stress symptoms in conscripted marines in the Republic of Korea. **Research in Nursing & Health**, v. 40, n. 1, p. 51-62, 2017.

LOWENKRON, Laura. Abuso Sexual Infantil, Exploração Sexual De Crianças, Pedofilia: Diferentes Nomes, Diferentes Problemas?. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 5, p. 9-29, 2010.

MARIN, Soudabeh et al. Associations between optimism, tobacco smoking and substance abuse among Iranian high school students. **Health Promotion Perspectives**, v. 9, n. 4, p. 279, 2019.

MASON, Fiona; LODRICK, Zoe. Psychological Consequences of Sexual Assault. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology,** v. 27, n. 1, p. 27-37, 2013.

MASSARO, Luciana Teixeira dos Santos et al. Rape in Brazil and Relationships With Alcohol Consumption: Estimates Based on Confidential Self-Reports. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

MASTROIANNI, Fábio de Carvalho et al. (Des) acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 30, p. 223-233, 2018.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2881-2888, 2017.

MOURA, Yone Goncalves de; SANCHEZ, Zila Van Der Meer; NOTO, Ana Regina. Diversity of contexts in drug use among street adolescents. **Qualitative Health Research,** v. 20, n. 9, p. 1241-1253, 2010.

NAWI, Azmawati Mohammed et al. Risk and protective factors of drug abuse among adolescents: a systematic review. **BMC Public Health**, v. 21, n. 1, p. 1-15, 2021.

NEVES, João Victor Viana da Silva et al. Uso de álcool, conflitos familiares e supervisão parental entre estudantes do ensino médio. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4761-4768, 2021.

NURCO, David N. et al. Differential contributions of family and peer factors to the etiology of narcotic addiction. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 51, n. 3, p. 229-237, 1998.

OBADEJI, Adetunji et al. Substance use among adolescent high school students in Nigeria and its relationship with psychosocial factors. **Journal of Research in Health Sciences**, v. 20, n. 2, p. e00480, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estimativas globais e regionais de violência contra as mulheres**: Prevalência e efeitos na saúde da violência praticada pelo parceiro íntimo e violência sexual não praticada pelo parceiro. Genebra: OMS; 2013 [citado em 23 de março de 2019]. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85239/9789241564625_eng.pdf ;jsessionid=40FF84D9ABDBE293938BE3A90054 F581sequence=1

PACEK, Lauren R.; MAURO, Pia M.; MARTINS, Silvia S. Perceived risk of regular cannabis use in the United States from 2002 to 2012: differences by sex, age, and race/ethnicity. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 149, p. 232-244, 2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, p. 261-266, 2008.

PAGLIACE, Â. G. S. et al. Evaluation of care for children and adolescents users of psychoactive substances: potentiality and fragilities. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 28, p. 1-14, 2019.

PARADA, Juliana Joni. Aspectos psicossociais relacionados ao uso de drogas na adolescência. **Percurso Acadêmico**, v. 3, n. 5, p. 10-21, 2013.

PARK, Eun-A.; JUNG, Ae-Ri; CHOI, Sungyong. Analysis of Related Factors for Adolescents' Intention to use Alcohol in Korea. **PLoS One**, v. 17, n. 10, p. e0275957, 2022.

PEREIRA, Dirlene Rozária et al. O significado do uso de telas entre adolescentes: causas e consequências/The signification of the use of screens among adolescents: causes and consequences. **Ciência, Cuidado e Saúde,** v. 21, 2022.

REINALDO, Amanda Márcia dos Santos; PILLON, Sandra Cristina. Repercussiones del alcoholismo en las relaciones familiares: estudio de caso acerca del tema. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 16, p. 529-534, 2008.

RICCI, Susan Scott. **Maternal-Neonatal Nursing and Women's Health**. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2015.

SAIZ, MJ Simón et al. Perfil de consumo de drogas en adolescentes. Factores protectores. **Medicina de Familia. SEMERGEN**, v. 46, n. 1, p. 33-40, 2020.

SALVADOR, Minuchin. Calidoscopio Familiar, Imágenes de violencia y curación. Ed. Paidós. Barcelona, p. 220, 2007.

SANTOS Raiane Moreira, GOMES Nadirlene Pereira, MOTA Rosana Santos, GOMES Nildete Pereira, COUTO Telmara Menezes, ARAÚJO Gleide Santos. Reprovação escolar e aspectos sociais e de saúde: estudo transversal com adolescentes. Rev baiana enferm 2017;32:e21827.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 209-216, 2005.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 299-306, 2003.

STEINER, Simon; SCHORI, Dominik; GMEL, Gerhard. Excessive alcohol consumption in young men: is there an association with their earlier family situation?. **Swiss Medical Weekly**, v. 144, n. 3536, p. w14007-w14007, 2014.

SARVET, Aaron L. et al. Recent rapid decrease in adolescents' perception that marijuana is harmful, but no concurrent increase in use. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 186, p. 68-74, 2018.

SASAKI, Reinaldo Satoru Azevedo et al. Comportamento sexual de adolescentes escolares da cidade de Goiânia, Goiás. **Revista Brasileira de Epidemiologia,** v. 17, p. 172-182, 2014.

SARMIENTO, Yoliver Esmeralda Salcedo et al. Dependência química e gênero: um olhar sobre as mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, v. 31, n. 2, 2018.

SOUZA, Alinne Bianca Lima; BELEZA, Mirna Carla Moreira; DE ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho. Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP,** v. 5, n. 5, p. 105-119, 2012.

SCHEIER, Michael F.; CARVER, Charles S.; BRIDGES, Michael W. Distinguishing optimism from neuroticism (and trait anxiety, self-mastery, and self-esteem): a reevaluation of the Life Orientation

Test. **Journal of Personality and Social Psychology,** v. 67, n. 6, p. 1063, 1994.

SCHOLZ, Jaqueline Ribeiro; ABE, Tania Ogawa. Cigarro Eletrônico e doenças cardiovasculares. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 65, n. 3, 2019.

TARGINO, Raquel; HAYASIDA, Nazaré. Risco e proteção no uso de drogas: revisão da literatura. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 19, n. 3, p. 724-742, 2018.

TAYLOR, Ozietta D. Adolescent Depression as a Contributing Factor to the Development of Substance Use Disorders. **Journal of Human Behavior in the Social Environment**, v. 21, n. 6, p. 696-710, 2011.

VALIM, Gisely Giacometti; SIMIONATO, Priscila; GASCON, Maria Rita Polo. Alcohol consumption in adolescence: a literary review. **Adolescência e Saúde**, v. 14, n. 4, p. 184-194, 2017.

WAGENER, L. M. et al., Envolvimento religioso e recursos de desenvolvimento na juventude. **Revisão da Pesquisa Religiosa**, v. 44, n. 3, 271-284, 2003.

WILSON, J. Deanna et al. Trait mindfulness and progression to injection use in youth with opioid addiction. **Substance Use & Misuse**, v. 52, n. 11, p. 1486-1493, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. World health statistics 2017: monitoring health for the SDGs. **Sustainable Development Goals**, v. 7, 2017.

GÊNERO, PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E GESTÃO EMPRESARIAL NOS CASOS DE HOLDING

GENDER, SUCCESSION PLANNING AND BUSINESS MANAGEMENT IN HOLDING COMPANIES

Área temática: Igualdade de Gênero

FRATTARI, Marina Bonissato
Universidade Estadual Paulista – FCHS – Unesp Franca
Doutoranda no programa de pós-graduação da FCHS - UNESP Franca. Mestre em Direito pela FCHS - UNESP Franca. Especialista em Direito Processual Civil Empresarial pela Faculdade de Direito de Franca. Bolsista CAPES.
marina.b.frattari@unesp.br.
CANELA, Kelly Cristina
Doutora em Direito. Professora no curso de Direito da FCHS – UNESP Franca.
kellyccnalea@gmail.com.

Resumo

O planejamento sucessório almeja dar destino aos bens quando o seu titular falecer. Dentre os instrumentos aptos ao planejamento sucessório está a holding, instrumento do Direito Empresarial, capaz reunir todo o patrimônio do autor da herança em uma sociedade, que pode ser uma controladora ou não. Isso permite que o detentor do patrimônio disponha de seus bens como lhe convier, efetivando a autonomia de sua vontade. Uma das vantagens da holding como instrumento serviente ao planejamento sucessório é a escolha do gestor desse patrimônio, que pode ser imobiliário e/ou empresarial. Entretanto, é preciso refletir que a autonomia do autor da herança pode aumentar ainda mais o cenário de desigualdade de gênero entre os herdeiros no processo de sucessão, devido os reflexos do patriarcalismo. Neste viés, é objetivo do presente trabalho problematizar o processo sucessório de uma holding patrimonial familiar sob a luz da interferência de gênero. Para isso, parte-se de uma metodologia dedutiva, com enfoque qualitativo e técnica de investigação bibliográfica, além de natureza aplicada. Como resultado, contatou-se que comumente o escolhido para liderança do patrimônio geralmente é o herdeiro homem, o que reflete as características da sociedade patriarcal. Às mulheres não são, ao longo do seu processo socializador, estimuladas à liderança, chefia ou posição de destaque nos negócios familiares, ao contrário, são condicionadas às funções que envolvem cuidado e atenção, não cabendo a elas atender aos anseios de governança dos bens familiares.

Palavras-chave: Gestão empresarial; Patriarcado; Planejamento sucessório.

Abstract

Succession planning aims to determine the destination of assets when their owner passes away. Among the instruments suitable for succession planning is the holding company, a business law instrument capable of bringing together all of the estate's assets in one company, which may or may not be a parent company. This allows the holder of the estate to dispose of their assets as they see fit, giving effect to the autonomy of their will. One of the advantages of the holding company as an instrument for succession planning is the choice of the manager of the assets, which can be real estate and/or business. However, it should be noted that the autonomy of the author of the inheritance can further increase the scenario of gender inequality among the heirs in the succession process, due to the reflexes of patriarchy. The aim of this paper is to understand gender as a social construction. This work therefore aims to problematize the gender issue, highlighting its level of interference in the succession process of a family holding company. To this end, it uses a deductive methodology, with a qualitative approach and a bibliographical research technique, as well as an applied nature. As a result, it was found that the person chosen to lead the estate is usually the male heir, which reflects the characteristics of patriarchal society. Throughout their socialization process, women are not encouraged to take on leadership roles or positions of prominence in the family business; on the

contrary, they are conditioned to roles that involve care and attention, and it is not up to them to meet the demands for governance of the family assets.

Keywords: Business management; Patriarchy; Succession planning.

1 INTRODUÇÃO

Como função primordial, o planejamento sucessório e patrimonial almeja, de forma preventiva, adotar procedimentos previstos em lei, ainda em vida do titular da herança, que possam dar destino aos bens quando o referido titular se for. Ou seja, é um procedimento realizado em vida, mas com efeitos *post mortem.*

Tal planejamento pode ser realizado com a conjuntura de vários instrumentos jurídicos, a depender da realidade patrimonial e familiar do detentor dos bens. Pode ser instrumento a partilha em vida, a doação, ata notorial, declaração antecipada de vontade, fideicomisso e até mesmo a constituição de pessoais jurídica, como as holdings.

A holding, por sua vez, instrumento advindo do Direito Empresarial, com origem nos Estados Unidos, tem se mostrado como alternativa à organização patrimonial, sendo possível, com ela, evitar deterioração patrimonial, podendo também abranger todo o espólio.

A holding familiar objetiva reunir todo o patrimônio do autor da herança em uma sociedade, que pode ser uma controladora ou não. Isso permite que o detentor do patrimônio disponha de seus bens como lhe convier, efetivando a autonomia de sua vontade.

É possível, com a holding, contornar a imposição da legítima sucessória, mediante a divisão de quotas da empresa criada, que não necessariamente representará o valor venal dos bens dispostos para integrar o capital social. Também, com a holding familiar, pode ocorrer a escolha pela direção dos negócios da família, o que permite a continuidade dos negócios e investimentos familiares.

Entretanto, é preciso refletir que a autonomia do autor da herança pode aumentar ainda mais o cenário de desigualdade de gênero entre os membros da família no processo de sucessão, devido os reflexos do patriarcalismo.

Neste viés, partindo da compreensão de gênero como uma construção social, o presente trabalho almeja problematizar a questão de gênero, evidenciando seu nível de interferência no processo sucessório de uma holding patrimonial familiar.

Isso, pois as construções sociais, como o caso a construção de gênero[1], moldam os papeis sociais, que são neutralizados pelos indivíduos que convivem no seio das empresas familiares. No caso das holdings familiares, muitas escolhas e decisões se basearão em construções sociais que discriminam o papel da mulher a outros universos distintos à gestão e governança empresarial.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é dedutiva, pois parte-se de ideias gerais para se chegar a um raciocínio sobre um assunto específico, com técnica bibliográfica, em que foram analisadas obras já publicadas, artigos científicos e demais trabalhos acadêmicos, como dissertações de mestrado e teses de doutoramento, cujos temas analisados referem-se ao planejamento sucessório, à constituição de holding patrimoniais familiares e às questões que envolvem gênero e patriarcado. O enfoque é qualitativo, pois não há preocupação com levantamento numéricos e análise objetiva de dados, com natureza aplicada.

[1] Vale destacar, para melhor compreensão deste trabalho, o conceito de gênero, que na visão de Joan Scott resume-se como: “o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as „construções sociais‟ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

3 PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

"*Mors omnia solvit*" é uma expressão romana que diz que a morte coloca fim a tudo. Não obstante, o direito brasileiro, além de incorporar tal máxima, segue o Princípio da *Saisine*, de expressão francesa, que se traduz na transmissão de bens com o evento morto. Logo, a sucessão hereditária, que pode ser legal ou testamentária, transmite-se com a morte do sujeito (art. 1.784 do CC, de acordo com o art. 5º, inciso XXX da CF).

Com o falecimento de uma pessoa, quando há mais de um herdeiro (em caso de apenas um, denomina-se "universal" , surge a problemática de quem fica com o que. Neste caso "será preciso definir como os bens serão partilhados e isso é um desafio" (EDE; E. C. E DE, 2015, p. 2 [2].

Para melhor definição de "quem fica com o que" (E DE; E. C EDE, 2015, p. 7 , há estratégias jurídicas que otimiza o processo sucessório, trazendo vantagens ao patrimônio e à família, caso do planejamento sucessório.

Este pode ser entendido, conforme Frattari (2023, p. 17 como "um processo que identifica sucessores para ocuparem funções dentro da sucessão". Consonante, esse processo ainda integra a "elaboração de um plano estratégico para organização patrimonial, avaliando a força de trabalho atual, a previsão de tendencias futuras e o desenvolvimento de funcionários em um plano estruturado para substituir os líderes que saem ou se aposentam em uma organização societária".

Imeja evitar disputas entre os herdeiros, desenhar uma sucessão que atenda aos projetos e vocações individuais, deixando para cada um aquilo que lhe será mais útil, bem como afastar a fragmentação das participações societárias (MEMEDE; E. C. MAMEDE, 2015, p. 7). É um planejamento focado na família. Sobre isso, Laconte (2018, online) escreve:

> [...] *una strategia di pianificazione focalizzata sulla protezione della ricchezza della famiglia consisterà nel definire le finalità, gli strumenti e le azioni idonee a difendere il patrimonio da eventi negativi e da possibili decrementi di valore del patrimonio stesso mantendolo integro, unitol e finalizzato alla conservazione del benessere morale e materiale della famiglia*[3].

Vislumbra-se que o planejamento sucessório é estratégia jurídica feita no presente, mas que poderá ter efeitos futuros. Também, possibilita a preservação do patrimônio para sua futura transmissão, sendo mais eficaz e eficiente a transferência patrimonial.

Trata-se de uma arquitetura "preventiva e supostamente eficaz para continuidade do patrimônio familiar. Isso, pois é um conjunto de atos que busca operar a transferência e a manutenção organizada e estável do patrimônio do titular dos bens em favor de seus sucessores" (FRATTARI, 2023, p. 19).

Pode ser instrumento do planejamento sucessório não só a elaboração de testamento, legado ou a doação, mas fala-se também na partilha em vida, declaração antecipada de vontade, fideicomisso, a ata notarial, a constituição de pessoas jurídicas, caso das holdings, como também a conta corrente e o depósito bancário, seguro de vida, previdência privada, o negócio fiduciário, entre outros (TOIGO, 2016, p. 69-90; SILVA, 2019, p. 182).

De um modo geral, o planejamento sucessório apresenta vantagens que refletem na seara sucessória, tributária e empresarial, já que proporciona uma maior preservação do patrimônio; menor burocracia e custos para transmissão do patrimônio, já que este poderá ser feito em vida do autor da

---

[2] Eduarda Cotta amede e Gladston a mede (2015, p. 2 acrescentam que "por medo ou egoísmo, muitos não se interessam pelo tema da pr pria morte. Não é um problema para eles, mas para os filhos e, havendo, para outros herdeiros. Eles que resolvam, quando a hora chegar. Não há d vida que, na grande maioria dos casos, é o melhor a fazer: patrim n ios pequenos, com poucos bens, famílias simples, com poucos herdeiros, podem não preocupar. as há sempre um risco e é tolo achar que tudo se resolverá bem no fim das contas, ainda que se estranhem um pouco com isso ou aquilo. O problema é que a sucessão pode se tornar o fato negativo na vida de uma família, no ponto em que as coisas desandam e nunca mais voltam a ser como antes".

[3] Em livre tradução: "uma estratégia de planejamento focada na proteção do patrimônio da família consistirá em definir os propósitos, os instrumentos e as ações adequadas para defender o patrimônio de eventos negativos e possíveis reduções em seu valor, mantendo-o intacto, unificado e destinado a preservar o bem-estar moral e material da família".

herança; a redução de impostos no que diz respeito à transmissão do patrimônio pessoal ou empresarial; e a continuidade empresarial, vez que há uma maior proteção contra terceiros nas atividades empresariais; contenção de conflitos familiares; e a possibilidade de destinar determinadas atividades para certos herdeiros, levando em conta suas aptidões e vontades, o que favorece a atividade empresarial.

Ressalva-se, contudo, que o planejamento sucessório tem efeitos para muito além da família, atingindo à atividade empresarial, como visto. No âmbito da empresa, a estruturação de um plano sucessório define e executa uma estratégia apta a garantir a melhor maneira de transmitir o patrimônio de uma empresa familiar para os seus sucessores (SAMPAIO, online).

Em relação à atividade empresarial, expor-se-á no tópico seguinte as vantagens do planejamento sucessório, mais especificamente aquele realizado por meio das holdings, às empresas familiares.

4 HOLDINGS, GOVERNANÇA E CONTINUIDADE DA EMPRESA FAMILIAR

O planejamento sucessório tem efeitos para muito além da família. Quando se pensa em planejar a destinação patrimonial, deve-se pensar também em exercer a função social da propriedade, seja ela pessoal ou empresarial. Também, permite prever diretrizes que assegurarão a transmissão patrimonial mais segura e harmônica, como também disciplina questões envolvendo a administração e o gerenciamento do patrimônio (OTERO, 20223, p. 10).

No âmbito da empresa, a estruturação de um plano sucessório define e executa uma estratégia apta a garantir a melhor maneira de transmitir o patrimônio de uma empresa familiar para os seus sucessores (SAMPAIO, online). É possível pensar em governança familiar com o planejamento sucess rio , a qual "refere-se às estruturas, processos e práticas estabelecidas para gerenciar as interações entre a família e os negócios, visando a continuidade, o crescimento sustentável e a preservação do patrim n io" (B RROS, 2023, p. 17/0.

Dentre as vantagens do planejamento sucessório àquelas famílias que detém patrimônio empresarial, apresenta-se prioristicamente a continuidade empresarial, mas também:

> A administração contínua do negócio dentro da família; a elaboração de instrumentos que possibilitam estabelecer regras para o convívio entre os sócios, evitando prejuízos com questões familiares; a capacidade de conhecer a fundo o sucessor por ser predeterminado, possibilitando uma fase de teste; a supervisão inicial para o possível sucessor; a proximidade afetiva; instrumentos que estabelecem regras para a participação de terceiros na sociedade (FRATTARI, 2023, p. 158.).

Isso porque a empresa familiar[4] deve ser administrada a partir de um tripé que envolve as dimensões de poder, sendo composto por propriedade, empresa e família (SCHOELER, 2019, p. 256 s.s).

No âmbito da propriedade há a definição de objetivos, valores, velocidade, amplitude, retorno de capital, distribuição de resultados e avaliação de riscos, bem como do alcance das metas. Em relação à empresa, que subordina a propriedade, lida-se com a gestão, os desafios de estratégia, performance, resolução de problemas, ganho da concorrência, inovação, entre outras questões (SCHOELES, 2019, p. 256-257).

Já no âmbito da família, o nível de maior complexidade em relação às outras duas bases, pois envolve questões mais subjetivas, como lidar com o afeto e o acolhimento que são, inevitavelmente, levados para dentro dos assuntos profissionais.

Os três fóruns devem ser tratados individualmente a fim de garantir maior harmonia aos assuntos e à continuidade empresarial. Nas palavras de Telmo Schoeler (2019, p. 258 "trata família como família, a empresa como empresa e a propriedade como uma sociedade".

[4] O que define uma empresa familiar, na visão de Machado (2005, p. 320), é que foi iniciada por um membro da família, ou membros da família participam da propriedade ou direção, ou ainda quando há valores institucionais ligados à família e a sucessão está vinculada à família. Além do mais, a "propriedade, a gestão e a sucessão ou a intenção de passar o bastão definem uma empresa como familiar".

Aos níveis que mais interessam a este trabalho, a empresa e a família têm uma correlação notável. No que diz respeito à empresa, especificamente, sua continuidade está ligada à correlação dos "valores e princípios, capital e gestão, cada um possuindo desafios e procedimentos pr pr ios" (SCHOELER, 2019, p. 258)[5]. Para continuidade do negócio, valores e princípios devem ser sólidos e imutáveis, mas capital e gestão flexíveis, dinâmicos, mutáveis, requerendo tecnicidade, preparo e ciência dos envolvidos.

Essa dinâmica "pode funcionar através da holding patrimonial familiar, se considerado que essa empresa poderá ser criada com o fito de transpassar valores e princípios aos sucessores, bem como de organizar a gestão e o capital da empresa a ser herdada" (FR TT RI, 2023, p. 160 .

Já à família, esta que é a dimensão mais difícil de lidar, pois trata-se de relações sensíveis, é ligada muitas vezes à esfera emocional. É um desafio mesclar "individualidade – pelo respeito – e coletividade – pelo objetivo maior de sucesso patrimonial e financeiro – bem como de lidar com os perfis e expectativas distintas" (SCHOELER, 2019, p. 266 .

A família é uma instituição em que todos são parte, ao contrário da empresa e sua gestão executiva, a qual nem todos farão parte diretamente, por questões como idade, geração, interesse, aptidão ou, no que se pretende discutir a seguir, gênero, já que as funções sociais elencadas à família refletem, involuntariamente, na gestão empresarial.

A holding patrimonial familiar, contudo, que é entendida como uma empresa que é administradora de um patrimônio familiar[6], pode ser uma alternativa à organização e continuidade do patrimônio empresário. Para isso o planejador deve, primeiramente, ter o titular do patrimônio e os herdeiros capazes de serem sócios ou acionistas e terem interesse em dividirem esse patrimônio.

Após, no que se refere a sua constituição, escolhe-se o tipo societário que mais trata vantagens aos intuitos daquela família, considerando a vontade do titular do patrimônio, as características do patrimônio e os herdeiros.

Dentre as opções estão a sociedade limitada, sociedade por ações ou a antiga EIRELI. Em continuação, transfere-se os bens do titular do patrimônio, patriarca ou matriarca comumente, aqui titular da empresa a ser repassada. Esses bens a serem transferidos virarão propriedade subscrita e integralizada no capital social, sendo atribuído um valor às cotas ou ações e, posteriormente, realizada a distribuição e transferência dessas cotas ou ações aos herdeiros.

É possível estabelecer, ainda, com a criação da holding patrimonial familiar, acordos entre os herdeiros, agora acionistas ou cotistas, como regras de governança corporativa familiar junto ao planejamento sucessório. Mas com a transmissão das cotas ou ações da holding, a qual faz a gestão do patrimônio familiar, quem ficará responsável por gestar a/as empresa/s que será/ão repassadas?

5 A HERDEIRA COMO GESTORA

Não é de se negar que as mulheres enfrentam obstáculos para conquistar espaço nas organizações familiares. Corriqueiramente elas se deparam com atitudes que demonstram a

---

[5] Em relação aos valores e princípios, os sócios e colaboradores devem agir com consciência ao cumprirem as imposições, apresentarem coerência para lidarem com os conflitos de posicionamentos, terem prática para apresentarem recomendações para treinamento e certificação e, por fim, planejarem a sucessão, ou seja, esses valores e princípios devem ser repassados às pessoas envolvidas na propriedade e gestão da empresa de forma sólida e imutável (SCHOELER, 2019, p. 258-259). Quanto ao capital, a sua necessidade por mudanças advindos de fatores internos e externos à organização, tendo nova exigências por parte de seus supridores e novas imposições de melhora da governança corporativa.
Já no que se refere à sucessão, esta é a máxima nessa relação, pois a "propriedade da empresa, direta ou indiretamente, é de pessoas físicas, inexoravelmente, falecerão ao longo do tempo" (SCHOELER, 2019, p. 259). Os obstáculos a serem superados referentes à gestão também impõem mudanças que decorrem de fatores m l tiplos, como por exemplo, da "evolução tecnol g ica, hábitos, demandas, mercados, aspectos geopolíticos, etc., significando ajustes em capacitação e perfil das pessoas, estrutura organizacional e governança corporativa" (SCHOELES, 2019, p. 259 .

[6] Ressalva-se que, de um modo geral, esse patrimônio pode ser empresarial ou imobiliário. O primeiro diz respeito às empresas familiares, já o segundo àquele patrimônio composto por bens imobiliários ou mobiliários, como casas, apartamentos, carros, fazendas, entre outros.

resistências dos demais membros da família, que colocam em xeque sua competência e habilidade (JIMENEZ, 2009) para assumir o patrimônio deixado, especialmente quando envolve a gestão empresarial.

Tal comportamento se dá, pois na dinâmica do sistema patriarcal[7], a função desempenhada pelos diferentes agentes relaciona-se ao gênero. Adriana Piscitteli (2009, p. 130) aponta que a socialização das mulheres é comumente realizada no sentido de que assumam funções entendidas como pertencentes ao universo feminino[8].

Ao gênero feminino, então, fora atribuída a função de zelo e cuidado, seja pela prole, pela casa ou pelos vulneráveis em um ambiente familiar (PISCITTELI, 2009, p. 123), distanciando a figura feminina das relações de poder.

Em consonância, Jimenez (2009) alude que existem diferentes estereótipos de gênero presentes na sociedade e as mulheres enfrentam práticas discriminatórias que, muitas vezes, as impedem de assumir posições de responsabilidade ou ao menos tornam seu progresso mais lento.

Isso, pois a sociedade e a família estimulam o homem a desenvolver seu *animus*, desencorajando-o a desenvolver sua *anima*[9], procedendo de maneira inversa com a mulher. Disto decorre homens mais agressivos e mulheres mais sensíveis e frágeis para enfrentar a vida competitiva (SAFFIOTI, 2011, p. 36).

Sendo o poder o núcleo central de *animus,* tem-se homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não treinadas para exercê-lo (SAFFIOTI, 2011, p. 37). O que se reflete na governança empresarial nos casos das holdings patrimoniais familiares, em que comumente os cargos de direção são destinados aos filhos – homens - em detrimento das mulheres, sejam elas descendentes, companheiras ou c n juges: "o *patria potestas* cedeu espaço, não à mulher, mas aos filhos" (SAFFIOTI, 2011, p. 56). É a divisão sexual do trabalho se perfazendo nas relações sucessórias.

Tudo isso pode acarretar "uma divisão desigual do patrim n io entre as herdeiras mulheres e os herdeiros homens, tanto por meio da disposição testamentária quanto pela concessão do controle acionário da holding familiar em função de seu gênero" (TOS; HÜ E LGEN, 2019, p. 69).

As mulheres, portanto, são colocadas em uma situação de desvantagem, pois a elas são destinados menos recursos financeiros e menor poder de negociação em relação aos seus parentes masculinos, bem como não é destinado a elas educação e preparo para desenvolver atividades empresariais, p.e., por ligar à mulher a função doméstica, como dito alhures.

Assim, muitas vezes, na sistematização da holding patrimonial familiar a sua atuação fica restrita a determinados funções que exigem uma postura menos competitiva, pois suas habilidades em gerenciar os negócios familiares são desprezadas em função da expectativa de que a mulher seja destinada ao cuidado familiar. O que reflete o fato de que costumeiramente as filhas e esposas são socializadas para acreditarem que simplesmente não são adequadas para o papel de gestoras (JIMENEZ, 2009).

Como consequência, pode-se notar que as mulheres são preteridas, em relação aos herdeiros masculinos, na herança ao tempo da divisão dos bens, bem como são prejudicadas na sucessão de empresas familiares. O que remete a confirmação do que Alda Facio e Lorena Fries (2005, p. 259) aludem: *"[...] en todas partes y en la mayoría abrumadora de las culturas conocidas, las mujeres somos consideradas de alguna manera o en algún grado, inferiores a los hombres*"[10].

Neste ínterim, quando observada a constituição de uma sociedade tipo holding com o objetivo de planejamento sucessório, portanto, nota-se a fragilidade das relações familiares, em que geralmente a governança dos negócios familiares é destinada ao homem. Ocorre, pois no sistema patriarcal, as funções atribuídas aos gêneros são diferentes, impostas de acordo com o sexo. À

---

[7] Para Heleieth Saffioti (2015, p. 75) o patriarcado pode ser conceituado como uma "tradição cultural [posta], pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais".

[8] Para a autora, "entre n s , desde que um bebê nasce ele é tratado de forma diversa se for menino ou menina, e aprende a se comportar de determinadas maneiras". Isso se dá "por meio da „socialização", ou seja, pela incorporação das normas sociais relativas ao papel feminino e ao masculino" (PISCITELLI, 2009, p. 130 .

[9] A autora refere-se aos estudos do psic logo Carl Jung, em que "tanto homens quanto mulheres são dotados de *animus* e *anima*, sendo o primeiro o princípio masculino e a segunda, o princípio feminino" (JUNG Apud SAFFIOTI, 2011, p. 36).

[10] Em livre tradução: "em todos os lugares e na grande maioria das culturas conhecidas, as mulheres são consideradas, de alguma forma ou em algum grau, inferiores aos homens".

mulher cabe o cuidado e o zelo e ao homem, pelo contrário, cabe a administração dos bens e o acúmulo de patrimônio.

Como consequência, tem-se uma relação familiar desigual, com a mulher sendo preterida da administração e do ganho decorrente do patrimônio deixado pelo de cujus, permeando uma nítida relação de opressão e exploração, no sentido de que não cabe à figura feminina o ganho ou acúmulo de capital, mas o cuidado com o cotidiano familiar e a gestão da prole. E à figura masculina, cabe a manutenção do poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o planejamento sucessório traga vantagens ao detentor do patrimônio, por efetivar a autonomia de sua vontade, é preciso problematizar as nuances que pairam sua elaboração. No que diz respeito à constituição de uma sociedade holding com característica familiar, em que todo o patrimônio do autor da herança pode ser alocado, pode haver discriminação ou exclusão dos demais herdeiros, com a preferência de um em detrimento de outro, por mais que isso fira o premeditado pela lei vigente.

Especialmente, pode ocorrer também a escolha pela direção dos negócios da família, o que, em tese, permite a continuidade dos negócios e investimentos familiares. Contudo, comumente o escolhido para liderança geralmente é o herdeiro homem, o que reflete as características da sociedade atual, que carrega o patriarcalismo em sua formação.

Isso, pois as mulheres não são, ao longo do seu processo socializador, estimuladas à liderança, chefia ou posição de destaque nos negócios familiares. São, na verdade, condicionadas às funções que envolvem cuidado e atenção. São, portanto, socializadas para zelar pelo cotidiano do lar e da família e não para atender aos anseios de governança dos bens familiares.

Fruto do sistema patriarcal, as funções que condicionam os gêneros excluem as mulheres de se aproximarem do universo dos negócios que envolvem a administração dos bens familiares, o que relata a sua opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

ALBUQUER, Ana Luiza; PEREIRA, Rafael Diogo; OLIVEIRA, Janete Lara de. Sucessoras invisíveis: o impacto das questões de gênero nos processos de sucessão de empresas familiares. **Revista Gestão e Planejamento**, Universidade de Salvador, v. 15, nº. 2, p. 310, maio/ago. 2014.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista,** n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acesso em: 27. Maio.2023.

BARROS, Dijan. Tutela jurídica e gestão. Família e Agronegócio**. Revista IBDFam**, n. 69, p. 15-18, jun./jul. 2023.

FACIO, Alda; FREIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. Academia, **Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires**, año 3, numero 6, primavera 2005.

FRATTARI, Marina Bonissato. **Limites e vantagens da holding patrimonial familiar como alternativa ao planejamento sucessório e patrimonial.** Dissertação submetida à banca de defesa como parte das exigências para obtenção do título em Mestrado em Direito na Universidade Estadual Paulista – FCHS – UNESP Franca, sob orientação de Kelly Cristina Canela, 2023.

JIMENEZ, R. M.z. Research on Women in Family Firms: Current Status and Future Directions. **Family Business Review,** v. 22, n.1, p. 53-64, mar. 2009.

JUNG, Carl Gustav. *Aspects of the feminine.* Londres: Ark Paperbacks, 1982 In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

LOCONTE, Stefano. ***Strumenti di pianificazione e protezione patrimoniale***. Milão: IPSOA, 2018. Disponível em < https://play.google.com/books/reader?id=JVR0DwAAQBAJ&pg=GBS.PT2&hl=pt> Acesso em: 21. Set.2023.

MACHADO, Hilka Vier. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 317-323, mai./ago. 2005.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Planejamento Sucessório:** Introdução à Arquitetura Estratégica - Patrimonial e Empresarial - com Vistas à Sucessão Causa Mortis. São Paulo: GEN, 2015.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; HÜMMELGEN, Isabela. Notas sobre as relações de gênero no planejamento sucessório. In **Arquitetura do planejamento sucessório.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

OTERO, Marcelo Truzzi. De olho no futuro: além da transmissão de bens. Família e Agronegócio. **Revista IBDFam**, n. 69, p. 8-12, jun./jul. 2023.

PISCITELLI, driana. "Gênero: a hist r ia de um conceito". In: BU RQUE DE L EID , H.; SZWAKO, J. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, pp. 116-148, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SAMPAIO, Luciano**. Empresas familiares e plano de sucessão.** PwC, s/a. Disponível em <https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/artigos/empresas-familiares-e-plano-de-sucessao.html#:~:text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,75%25%20dos%20trabalhadores%20no%20pa%C3%ADs.> Acesso em: 21. Set.2023.

SCHOELER, Temo. Longevidade da empresa de controle familiar: princípios, pesquisa e constatações In: PRADO, Roberta Nioac. **Empresas familiares e famílias empresárias:** governança e planejamento jurídico e sucessório. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

SILVA, Rafael Cândido da. **Pactos sucessórios e contratos de herança.** Salvador: JusPodivm, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.

TOIGO, Daiile Costa. **Planejamento sucessório empresarial:** proteção patrimonial nacional e internacional. São Paulo: AGWN, 2016.

IMPACTOS DAS ÁREAS CONSOLIDADAS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS PRINCÍPIOS ECOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS.

IMPACTS OF AREAS CONSOLIDATED INTO PERMANENT PRESERVATION AREAS ON ECOLOGICAL AND SOCIOECONOMIC PRINCIPLES.

Área temática: Fome Zero e Agricultura Sustentável.

BERTELLI, Célio
UNESP Franca
Doutorado em Geociências e Meio Ambiente (UNESP Rio Claro)
celio.bertelli@unesp.br

URBINATI, Estevão
FAFRAM Ituverava
Doutorado em Microbiologia Agropecuária (UNESP Jaboticabal).
estevao.urbinati@sp.gov.br

BARBOSA, Caroline Carvalho
UNESP Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
caroline.c.barbosa@unesp.br

ALMEIDA, Isadora Estevam de.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Graduada em Engenharia Agronômica (UEMG)
isadoraestevam2015@gmail.com

JACINTHO, Pâmela Borges de Faria
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Engenharia Agronômica (Universidade de Franca, UNIFRAN)
pamelaborgesagro@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo levantar os impactos das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) nos princípios ecológicos e socioeconômicos. A metodologia aplicada é qualitativa com levantamento de material referencial que trata do assunto. A Lei 12.651/2012 introduziu importantes mudanças no cenário legal ambiental brasileiro, especialmente para áreas rurais dedicadas à produção de alimentos, fibras, ecoturismo e turismo rural. Gerou também debates e controvérsias sendo um dos principais pontos a flexibilização das regras de proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs), que permitiu o chamado “Uso Consolidado”. Isso possibilitou, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural que existiam antes de 22 de julho de 2008 em APPs. Críticos argumentam que essa flexibilização coloca em risco ecossistemas frágeis, como margens de rios e encostas de morros, e aumenta a vulnerabilidade a desastres naturais. Por outro lado, o “Uso Consolidado” beneficiou pequenos proprietários e agricultores familiares que historicamente produzem alimentos próximos às fontes de água, permitindo a plena função social da terra, proposta no Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964). No entanto, a sua implementação enfrenta desafios ecológicos significativos, incluindo a dificuldade em equilibrar esses interesses socioeconômicos com as necessidades ambientais. Este artigo resultou em um debate a respeito dos conflitos em relação ao “Uso Consolidado” em APP, fornecendo base para discussões futuras e tomadas de decisões de Políticas Públicas sustentáveis para o uso e ocupação do solo.

Palavras-chave: agricultura familiar, ocupação consolidada, sustentabilidade.

Abstract

The aim of this work is to assess the impacts of Consolidated Areas in Permanent Preservation Areas (PPAs) on ecological and socio-economic principles. The methodology applied is qualitative, with a survey of reference material on the subject. The Law 12,651/2012 introduced important changes to the Brazilian environmental legal scenario, especially for rural areas dedicated to food production, fibers, ecotourism and rural tourism. It also generated debate and controversy, one of the main points being the relaxation of the rules for protecting Permanent Preservation Areas (PPA), which allowed for so-called "Consolidated Use". This allowed the continuation of agroforestry, ecotourism and rural tourism activities that existed before July 22, 2008 in PPAs. Critics argue that this flexibility puts fragile ecosystems at risk, such as riverbanks and hillsides, and increases vulnerability to natural disasters. On the other hand, "Consolidated Use" has benefited small landowners and family farmers who have historically produced food close to water sources, allowing for the full social function of the land, as proposed in the Land Statute (Law 4.504/1964). However, its implementation faces significant ecological challenges, including the difficulty of balancing these socio-economic interests with environmental needs. This article resulted in a debate on the conflicts regarding "Consolidated Use" in PPA, providing a basis for future discussions and decision-making on sustainable public policies for occupation and land use.

Keywords: family farming, consolidated occupation, sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 12.651/2012, também referida como Novo Código Florestal Brasileiro (NCFB ou CFB), trouxe inúmeras novidades para o arcabouço legal ambiental do país, sobretudo no que se refere às áreas rurais dedicadas à produção de alimentos, ecoturismo e turismo rural. A legislação muitas vezes coloca em conflito interesses econômicos, como a expansão da agricultura e a conservação ambiental, o que leva a debates intensos sobre como equilibrar o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente.

Do ponto de vista da proteção ambiental, um dos principais motivos de controvérsia suscitados pelos críticos da lei 12.651/2012 foi a flexibilização das regras de proteção e ocupação sustentável nas Áreas de Preservação Permanentes (APP), principalmente ao instituir o chamado “Uso consolidado”, que, na prática, permite a continuidade das ocupações que eram consideradas ilegais pelo antigo Código Florestal (Lei n° 4.771/1965) como agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural existentes antes de 22 de julho de 2008, em parte das APP, colocando em risco, segundo os críticos, ecossistemas frágeis, como margens de rios e encostas de morros, e aumentando a vulnerabilidade a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra.

Por outro lado, a instituição do “Uso Consolidado” beneficiou em grande parte pequenos proprietários e agricultores familiares que historicamente se encontravam produzindo alimentos nas proximidades das fontes de água, rios e lagos. Assim, entra em sintonia com os princípios da função social da terra propostos pelo Estatuto da Terra (Lei n°4.504/1964), que assegura o bem-estar dos proprietários rurais, a produtividade, a conservação dos recursos naturais e justas relações de trabalho.

Portanto, o objetivo deste artigo foi debater a respeito dos conceitos até então estabelecidos e discutidos em literatura quanto ao tema do uso consolidado em Áreas de Preservação Permanente, sob dois pontos de vista conflitantes, visando a partir daí construir uma base sólida para discussões futuras e tomadas de decisões acerca do tema, para aplicação de políticas públicas e soluções sustentáveis aos conflitos supervenientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Regulamentado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e previsto na Constituição Federal de 1988, conhecida como “Lei da Reforma Agrária”, o Estatuto da Terra é uma legislação brasileira que trata das normas e diretrizes relativas à reforma agrária, regulamentação das relações

de trabalho rural, desenvolvimento rural sustentável e à regularização fundiária no campo. A parte positiva do Estatuto da Terra inclui uma série de disposições que visam promover a justiça social, o desenvolvimento rural sustentável e a regularização fundiária no país. Alguns dos principais aspectos positivos do Estatuto da Terra incluem:

> Art. 2° É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.
> § 1° A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
> a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
> b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
> c) assegura a conservação dos recursos naturais;
> d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Foram três anos de debates para a reformulação do Código Florestal com dezenas de especialistas, cujo presidente Humberto de Allencar Castelo Branco sancionou a Lei Federal 4.771/1965. O novo Código Florestal Brasileiro aperfeiçoou alguns dos antigos instrumentos do antigo Decreto, com alguns de seus objetivos de evitar a ocupação de área frágeis, com obrigatoriedade de conservação da flora nativa garantindo um mínimo de equilíbrio ecossistêmico, estimulando a plantação e uso racional das florestas (BRASIL, 1965; SOS FLORESTAS, 2011). O Código Florestal Brasileiro foi reformulado em 1965, pela Lei n° 4.771/1965 com função de preservar as florestas e outras questão de regularização e exploração dessas (VALLE, 2011).

O Código Florestal Brasileiro de 1965 é oriundo da necessidade de reformulação do Código Florestal de 1934, essa reformulação foi necessária devido a mecanização agrícola da pecuária extensiva e das monoculturas estarem avançando, ocasionando em uma alteração no quadro de proteção dos ecossistemas, onde chegou aos limites estabelecidos por tal Código, sendo necessário sua revisão pois poderiam vir a causar danos irreparáveis ao meio ambiente e à produção agrícola (FIGUEIREDO; LEUZINGER, 2011). A alteração do Código Florestal foi em relação as premissas que a lei florestal gerava, causando travamento na produção e prejudicando os pequenos produtores rurais em prol do meio ambiente (RORIZ; FEARNSIDE, 2015). Isso porque estabeleceu as Áreas de Preservação Permanentes considerando apenas a largura do rio e não o tamanho da propriedade, ou seja, propriedades pequenas, mas com rios de largura considerável, tinham que manter uma Área de Preservação Permanente maior do que grandes propriedades com rios mais estreitos. Conforme pode ser observado no artigo 2° do Código de 1965:

> Art. 2° Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
> a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:
> 1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura:
> 2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distancia entre as margens;
> 3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.
> 1. de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)
> 2. de 50 (cinqüenta) metros para os cursos d"água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinqüenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)
> 3. de 100 (cem) metros para os cursos d"água que meçam entre 50 (cinqüenta) e 100 (cem) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.511, de 1986)
> 4. de 150 (cento e cinqüenta) metros para os cursos d"água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura; igual à distância entre as margens para os cursos d"água com largura superior a 200 (duzentos) metros;
> (...)
> a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
> 1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
> 2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
> 3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

> 4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; (Redação dada pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)
> 5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; (Incluído pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)

A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que sucedeu do Código Florestal de 1965, gerou mudanças significativas no regime jurídico de seus principais institutos em relação ao uso da terra e proteção florestal, como nas alterações das métricas das APPs e Reservas Legais, assim como dispõe sobre mecanismo de estímulos à regularização de passivos ambientais, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Com possibilidade de aproveitamento de instrumentos econômicos de política ambiental, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Cotas de Reserva Ambiental (CRA) (LAZZARINI, 2017).

O Código Florestal de 2012, em seu 2° art., deixa claro que:

> Art. 2º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Devido a necessidade de conservar a vegetação nativa nas propriedades privadas, a legislação compôs duas tipologias a serem implantadas e respeitadas pelos agricultores: a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente, ambas ratificadas pelo Código Florestal de 2012 (FARIA, 2015).O Código Florestal de 2012 possui normas sobre a Proteção da Vegetação Nativa, que engloba Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito, controle da origem dos produtos florestais, prevenção dos incêndios florestais e exploração florestal (RODRIGUES; MATAVELLI, 2020).

De acordo com a Lei 12.651/2012, Art. 3°, inciso III, a Reserva Legal é:

> III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

No caso das RLs, estas possuem a função ecológica de forma a complementar a função econômica. Em 2012, os legisladores dispensaram as pequenas propriedades dessa obrigação, e atualmente o agricultor precisa apenas declarar o remanescente de mata, nas áreas consolidadas, desonerando-se da responsabilidade de constituir a RL, que permanece para as médias e grandes propriedades, com 20% ou mais das áreas. São para esses casos, principalmente, que se impõe a reflexão sobre o direito a indenização (FARIA, 2015).

Entre os serviços ecossistêmicos desempenhados pelas florestas destacam-se a melhoria da qualidade do ar (por meio da neutralização de gases causadores do aquecimento global), a preservação dos recursos hídricos, do solo, a preservação da biodiversidade e a regulação do clima. Descritos pela Lei 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, Art. 2°, inciso II, os serviços ecossistêmicos podem ser divididos em:

> II - serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades:
> a) serviços de provisão: os que fornecem bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, alimentos, madeira, fibras e extratos, entre outros;
> b) serviços de suporte: os que mantêm a perenidade da vida na Terra, tais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético;
> c) serviços de regulação: os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas

d) serviços culturais: os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros;

Essas áreas também servem como corredores ecológicos e, portanto, auxiliam no fluxo gênico, quando menor é o corredor ecológico, menor a sua biodiversidade, isso se dá devido os recursos ambientais que cada espécie requer. Isso porque existem escalas de tamanho dos corredores ecológicos, divididos em: megacorredores, médios corredores, pequenos corredores e microcorredores.

Os megacorredores são definidos por dimensionamento espacial, conforme Bertelli (2014): grandeza compreendida entre milhares a milhões de quilômetros quadrados (Km²), atendendo as necessidades de populações migratórias, espécies especializadas, grandes mamíferos, dispersão, propagação de plantas entre biomas ou com os mesmos. A seguir figura demonstrando as localizações dos megacorredores no Brasil (Figura 1):

Figura 1. Megacorredores no Brasil. Fonte: Ayres, et al., 2005

Os médios corredores são faixas de vegetação que permitem que seres vivos, isolados devido o desmatamento, possam mover-se de um lado fragmento verde para outro, compreendida em centenas a milhares de quilômetros quadrados (Km²). Essa movimentação permite a dispersão de espécies e a recolonização de áreas desmatadas, ligando conservação da biodiversidade e o reflorestamento ambiental na região (BERTELLI; OLIVEIRA, 2015). A seguir imagem (imagem 1) demonstrando a Mata Ciliar funcionando como médio corredor em Guará – SP:

Imagem 1. Médios corredores. **Fonte:** Ecoplans, 2021.

Os pequenos corredores são fragmentos de cobertura de vegetação nativa ou exótica, pequenos fragmentos que abrigam pequenos mamíferos como pássaros, insetos, moluscos, répteis e anfíbios, geralmente com domínio de animais generalistas, correspondendo entre dezenas a centenas de metros quadrados (m²) (BERTELLI; OLIVEIRA, 2015). A seguir imagem representando um pequeno corredor (imagem 2):

Imagem 2. Pequeno corredor. **Fonte:** Folder Ibiraci – MG, 2011.

Os microcorredores são fragmentos individualizados de pequeno grupo de vegetação ou árvore(s), como também um tronco de árvore ou um arranjo de pedras com cobertura vegetal herbáceo ou arbustivo que tem a possibilidade de nicho interagindo a fauna e a flora em um pequeno espaço, correspondendo até dezenas de metros quadrados (BERTELLI; OLIVEIRA, 2015). A seguir imagem demonstrando um microcorredor sendo um tronco de árvore (imagem 3):

Imagem 3. Pequeno corredor. **Fonte:** Folder Ibiraci – MG, 2011.

O uso do conceito de corredor ecológico está associado às espécies de fauna, com a premissa de sua mobilidade o que lhes possibilita selecionar as áreas de tráfego. A possibilidade da mobilidade garante o atendimento das necessidades de alimentação, reprodução e abrigo, proporcionando o alcance dos recursos e a permutação para a diversidade genética, portanto, o tamanho do corredor ecológico interfere na diversidade de espécies e indivíduos (BERTELLI; OLIVEIRA, 2015). A seguir tabela demonstrando a escala territorial de vida de várias espécies de fauna encontradas no Brasil (figura 1):

Figura 1. Escala territorial de vida (alimentação e reprodução). Fonte: BERTELLI; FRANCESCHI, 2023.

Os processos de desmatamento no Brasil são ocasionados pela pressão por abertura de novas áreas para a agricultura e pecuária (TOLLEFSON, 2010; ARVOR et al., 2011). Em resumo, a preocupação com análises e monitoramento ambiental é uma resposta à falta de cumprimento das leis de proteção ambiental, gerando preocupação referente as métricas pois os produtores rurais trataram com descaso a Lei n° 4771/1965 e suas regras (MARQUES et al., 2016).

Segundo Valente (2012) e Diniz e Filho (2015), a Lei 12.651/2012 destaca-se contra as APPs e RL, fragilizando áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e desconsiderando a

diversidade e o conjunto dos ecossistemas em nosso país. A discussão ganhou importância devido às áreas de ambas constituírem importantes mecanismos de proteção ambiental, porém, limitam a expansão da atividade agropecuária com prejuízos aos produtores que, estando eventualmente fora das exigências legais, seriam obrigados a reduzir a área cultivada para atendê-las.

O novo Código Florestal diminuiu desproporcionalmente a proteção da natureza e dos recursos naturais existentes, onde os prejuízos são muitos para a biodiversidade, aos cursos d"água e para o solo, comprometendo o futuro das próximas gerações. Porém, beneficiou os proprietários das terras, anistiando desmatamentos, absolvendo multas e liberando a recuperação de áreas de florestas nativas (NASCIMENTO; VALE, 2015). Foi gerada uma anistia de passivo ambiental em relação ao termo Área Rural Consolidada, legitimando assim desmatamentos ilegais e degradações ambientais causadas até julho de 2008, afrontando às APPs e às RL (SAUER; FRANÇA, 2012). A anistia para quem desmatou ilegalmente e a redução excessiva de áreas protegidas em propriedades rurais mencionada na Lei no 12.651/2012 deverá levar a uma consolidação da degradação, mostrando uma postura do país que vai na contramão do conhecimento produzido até então (ABES, 2012).

O que mais se preocupa no que se refere à desobrigação de recuperação de áreas de riscos e de florestas nativas é com a piora no aquecimento global e outros problemas ambientais, mesmo sendo obrigatório a alguns proprietários fazerem a reposição ou reestruturação dos recursos extraídos, já havia muitos desastres, agora cabe apenas ao Estado essa responsabilidade, existindo, portanto, uma grande preocupação quanto ao futuro da natureza e da vida, seja ela vegetal ou animal (FERNANDES, 2012; NASCIMENTO; VALE 2015).

As preocupações ambientais têm o poder de influenciar positivamente na direção do desenvolvimento das próximas gerações. Em outro modo, os métodos empregados no Brasil para atingir essas metas ambientais podem acarretar desafios significativos que afetam diretamente a subsistência dos agricultores familiares (NEWMAN e LOCH, 2002).

Atualmente, tanto a agricultura como a produção alimentar vem sendo cada vez mais influenciadas por um conjunto de pressões que difundem de seu relacionamento com o meio ambiente. Em países mais desenvolvidos há um movimento social em ascensão que ataca em três frentes: combate a degradação dos agroecossistemas provocada pelo processo modernizador do século XX; exige novas regras disciplinares para o sistema agroalimentar; e promove práticas mais adequadas à preservação dos recursos naturais e ao fornecimento de alimentos mais sadios. Essa é a tripla missão das campanhas pela agricultura sustentável (VEIGA, 1996).

Segundo ensina Araújo (1999), em doutrina jurídico-agrária, a função social da propriedade consiste na utilização econômica da terra correta e na sua justa distribuição, de modo a atender ao bem-estar da coletividade, mediante o aumento da produtividade e da promoção da justiça social, assim como a conservação dos recursos naturais. O Estatuto da Terra, instituído pela Lei 4.504 de 1964, assegura a função social da terra, de maneira que promova o bem-estar social dos proprietários e dos trabalhadores e ainda assegura a conservação dos recursos naturais.

Aos pequenos produtores poderá manter cultivos e outras atividades de baixo impacto ambiental em APPs e RL, desde que o imóvel esteja inscrito no CAR e as atividades estejam declaradas ao órgão ambiental (RODRIGUES; MATAVELLI, 2020). O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a objetivo de reunir as informações ambientais das propriedades e posses rurais, constituindo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (FONSECA; SILVA, 2015).

O conceito de "agricultura familiar" começou a se popularizar no Brasil durante os anos 90 a partir da tradução do termo norte-americano "family farms". Posteriormente, esse termo passou a ser utilizado por movimentos sociais e sindicais, sendo depois incorporado ao meio acadêmico e governamental. Isso aconteceu como maneira de enfatizar o processo político de resistência e luta, com o objetivo de estabelecer distinção clara entre a agricultura patronal (agribusiness) e os pequenos agricultores ou camponeses. A legitimidade desse conceito, no entanto, foi formalizada com o surgimento do PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar (SAUER, 2008).

Na história brasileira, a agricultura de base familiar quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi exilado pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária. Esta última foi considerada, ao longo do tempo, como a única capaz de garantir divisas para o país através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Nas regiões estratégicas para a exploração de produtos de

exportação, coube à exploração familiar funções consideradas secundárias, tais como: a produção de alimentos para o mercado interno e servir como reserva de força de trabalho acessória nos momentos em que as grandes explorações necessitassem (PICOLOTTO, 2015).

De acordo com o censo agropecuário feito pelo IBGE (2017), existem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupando uma área de 351,289 milhões de hectares, equivalente a 41% do território. Desses, o censo indica que 3.897.408 são classificados como agricultura familiar, representando 77% dos estabelecimentos agropecuários. O censo apresentou que houve maior percentual de áreas dedicadas à agricultura em menor número de proprietários de terras. Este resultado pode ser explicado pela consequência da redução das áreas ocupadas pela agricultura familiar e menor número de postos de trabalho nas pequenas propriedades.

O censo mostrou também que a agricultura familiar tem grande importância na produção de alimentos, representando 48% do valor da produção de café e banana nas culturas permanentes. Já nas culturas temporárias, com intervalos de produção variando de uma à outra, a agricultura familiar é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

A agricultura familiar também corresponde a 67% do pessoal ocupado em agropecuárias no país, estimado em 10,1 milhões de pessoas. Quanto ao valor de produção, equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira, com R$107 bilhões.

A condição socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho: "Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril" (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 9-10). Da mesma forma, "ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros, os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc." (MOTTA e ZARTH, 2008, p. 9-10).

Atualmente, uma grande problemática que vem sendo observada é a do êxodo rural, sendo descrito como processo de migração de pessoas do meio rural para o urbano, conhecido também como migração rural-urbana, podendo ocorrer à mudança de poucas pessoas, grupos ou até povos, devido várias motivações, podendo ser de natureza voluntária ou não (SANTOS et al., 2009). A concentração progressiva e acentuada de pessoas nas áreas urbanas, principalmente nas grandes cidades se dá principalmente devido as pessoas que se encontram sem opções de vida no campo pela carência de investimentos no setor agrário e acabam migrando para a cidade para garantirem a sobrevivência de sua família (HERMES; VALENTE, 2006).

Para garantir a subsistência desses agricultores e promover seu avanço nos aspectos econômicos, sociais e culturais, torna-se fundamental estabelecer políticas públicas abrangentes que não só promovam a conscientização ambiental, mas também ofereçam suporte à adoção de práticas agrícolas sustentáveis (FEISTAUER et al. 2014). Assim como o alcance da função social da terra, proposta pelo Estatuto da Terra.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se enquadra como qualitativa, partindo da legislação ambiental vigente, e da busca ativa pelo conhecimento já existente acerca do tema de „uso consolidado em Áreas de Preservação Permanente (APP)", bem como impactos políticos e negativos socioeconômicos e ambientais causados. A base inicial foram as leis nº 4.771/1965 (Antigo Código Florestal), 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e a Lei n°4.504/1964 (Estatuto da Terra). Segundo Gil (2002), a metodologia qualitativa estimula a continuidade da pesquisa científica no tema, que incentiva e aprofunda as discussões acerca do assunto principal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por tudo o que foi apresentado, verifica-se que, do ponto de vista ecológico, as matas ciliares desempenham papel vital na proteção dos cursos d"água, evitando assoreamento, ajudando a prevenir enchentes e garantir a perenidade, quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Também propiciam a formação de corredores ecológicos, os quais funcionam como vias naturais que possibilitam a conectividade entre diferentes áreas de vegetação nativa, formando passagens para que as espécies se desloquem de um lugar para outro, encontrando parceiros para reprodução, recursos alimentares e abrigo. Esses corredores ecológicos evitam o isolamento de populações de animais e plantas, impedindo a endogamia e consequente perda de diversidade genética.

Considerando a Bacia Hidrográfica como unidade territorial básica, e levando em conta o que diz no artigo 61-A da Lei 12.651/2012, grande parte do impacto ambiental causado pela instituição do uso consolidado em APP, irá depender caso-a-caso da estrutura fundiária predominante em cada bacia, vez que as faixas de preservação, e os corredores ecológicos formados serão tão mais delgados quanto maior o predomínio de imóveis rurais abaixo de 4 módulos fiscais existentes às margens dos corpos d"água.

As modificações no Novo Código Florestal influenciam no meio ambiente na sociedade e leva em consideração as futuras gerações, que por um lado põem em risco, por não priorizar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, pois uma vez reduzida APPs e RL não poderão cumprir sua função (RODRIGUES; MATAVELLI, 2020). A diminuição das áreas de RL e de APPs, pode ocasionar na diminuição de serviços ecossistêmicos (controle pragas, polinização, proteção de recursos hídricos e propagação de doenças), assim como a extinção de espécies de animais e plantas, intensificando também o assoreamento de rios, portos e reservatórios (SILVA et al, 2011).

Segundo Rodrigues; Matavelli (2020) a anistia para quem desmatou ilegalmente e a redução nas APP"s que a nova lei preserva, firma a degradação caracterizando uma postura do país que vai na contramão do conhecimento produzido. Degradar as áreas de vegetação natural afeta diretamente a sociedade retirando delas serviços fundamentais prestados pela natureza, como a mitigação dos efeitos da emissão de gases na atmosfera e dos fenômenos climáticos violentos, a decomposição do lixo, fertilização dos solos, controle da erosão e a conservação da biodiversidade. Uma vez degradadas, não é possível recuperação total, apenas parcial e ainda assim demanda tempo e alto custo financeiro.

Entretanto, o "Uso Consolidado" em APPs, beneficia as pequenas propriedades e agricultura familiar. Isso significa que essas famílias podem continuar a realizar atividades econômicas, como a produção de alimentos, mesmo em áreas originalmente designadas para a preservação ambiental. Isso contribuiu para a permanência dessas famílias no campo e para a conservação do mercado consumidor de alimentos produzidos localmente.

Em que pesem os retrocessos ambientais elencados por esta pesquisa devido à instituição por lei do „Uso consolidado" em APP, há que se avançar quantitativamente no estudo para mensuração dos impactos causados, o que será possível com a evolução do CAR em todo o país, que fornecerá a real situação em termos de cobertura do solo, possibilitando o cálculo dos impactos em termos de áreas de Vegetação Nativa que deixarão de ser implantadas em razão da continuidade de atividades agrossilvopastoris, de turismo rural e ecoturismo quando aplicado o regime de „Uso consolidado".

Para a agricultura familiar, a Lei 12.651/2012 apresentou aspectos que podem ser considerados tanto benéficos quanto desafiadores, sendo que a avaliação dos benefícios da lei para a Agricultura Familiar depende de diversos fatores e perspectivas. A possibilidade de Regularização de áreas consolidadas é algo que pode beneficiar agricultores familiares que historicamente ocupam e utilizam Áreas de Preservação Permanente. Isso proporciona maior segurança jurídica para esses agricultores. Quando da necessidade de recomposição, a legislação oferece incentivos financeiros e técnicos para a recuperação de áreas degradadas ou desmatadas, o que pode ser relevante para agricultores familiares que buscam adotar práticas mais sustentáveis em suas propriedades.

Esse benefício apresentado pela legislação condiz com o que o Estatuto da Terra propõe ao estabelecer a função social da terra, em seu Art. 2°, parágrafo 1. A necessidade do cumprimento da função social pela propriedade rural demonstra sua relevância enquanto meio de produção dos bens necessários à manutenção da humanidade e ao desenvolvimento socioeconômico nacional. Assim, a produção deve ser consciente e adequada, conciliando a conservação do meio ambiente e promovendo o progresso dos trabalhadores (MELO, 2019). O autor ainda afirma que a função social

da terra é o princípio que conduz a atividade agrária, sendo impossível separar do direito à propriedade privada, por sua extrema importância no uso adequado e racional dos bens naturais, na proteção ao meio ambiente e salvaguarda dos direitos trabalhistas.

Do ponto de vista da produção de alimentos, sobretudo aqueles que dependem de irrigação massivas tais como as hortaliças, cujo cultivo historicamente se dá predominantemente em pequenos imóveis à beira dos cursos d"água, em áreas por vezes localizadas no interior das APPs, a instituição do Uso Consolidado trouxe inegáveis benefícios, permitindo a continuidade das atividades, respeitadas as boas práticas agrícolas, trazendo segurança jurídica aos produtores, sobretudo aos que exploram junto de suas famílias, contribuindo para a permanência dos filhos no campo, impactando positivamente tanto em âmbito social como econômico, cabendo futuramente o avanço desta pesquisa no sentido de viabilizar a mensuração, seja dos benefícios socioeconômicos, seja dos possíveis malefícios ambientais advindos desta novidade trazida pelo novo Código Florestal Brasileiro, o Uso Consolidado, o que será possível ao longo do tempo com o avanço na homologação das declarações feitas pelos proprietários no CAR.

Acredita-se que uma população mundial de dez ou onze bilhões de habitantes em meados do século XXI só conseguirá se manter se a engenharia genética engrenar um novo salto de produtividade nas zonas nobres da agricultura moderna. Afirmam que o uso mais intensivo das melhores terras disponíveis com tecnologias já consolidadas é quem minimizaria os custos econômicos e ambientais, pois desenvolveria a biodiversidade nas terras menos aptas, que deixariam de ser cultivadas por força da globalização. Por isso, as preocupações ambientais só agravariam a insegurança alimentar do globo. O melhor seria que os países periféricos cedessem definitivamente da autossuficiência e importassem cada vez mais alimentos das nações que podem facilmente aumentar a oferta (VEIGA, 1996).

Um dilema que provoca tanta indecisão entre as elites dirigentes em relação ao futuro da agricultura. Em comparação, no Norte existe a crescente exigência social pela salubridade dos alimentos e pela proteção dos recursos naturais necessários à agricultura, mas também são muito influenciadas pelo “lobby” os que pretendem tirar vantagem do aumento do consumo de grãos na periferia. As elites do Sul, por sua vez, debatem-se entre pressões domésticas pela segurança alimentar e pressões ambientais mais externas do que internas (VEIGA, 1996).

Nesse contexto, o desenvolvimento de políticas públicas de Pagamento por Serviços Ambientais torna-se fundamental para que o Código Florestal produza os efeitos desejados, uma vez que as Reservas Legais e as Áreas de Preservação Permanentes ainda são vistas pelos proprietários rurais como barreiras à expansão de suas atividades. No Código Florestal de 2012, vale mencionar que o poder público reconheceu a importância do Pagamento por Serviços Ambientais como política de Estado (art. 58), e existe a crescente expectativa de promoção de iniciativas de apoio técnico e incentivos financeiros para os imóveis que respeitem a legislação (FARIA, 2015).

Também há a ameaça eminente do êxodo rural, com a falta de estímulo na agricultura, os agricultores migram para os centros urbanos, resultando em no aumento do desemprego e, sendo assim, pessoas que muitas vezes aceitam trabalhos mal remunerados (FONSECA et al., 2015). Como consequência, o abandono das áreas rurais em busca de oportunidades nas cidades contribui para um vazio no campo e aumenta os problemas de pobreza nas áreas urbanas (MARQUES, 2014). No Brasil, os movimentos migratórios afetam principalmente pessoas de baixa renda, que perdem oportunidades de trabalho em suas comunidades de origem e lutam para sobreviver migrando para locais desconhecidos (SOBRINHO, 1982).

De acordo com Hermes e Valente (2006), as migrações têm várias consequências tanto nas áreas de destino quanto nas áreas de partida. Nas áreas urbanas, provocam o crescimento das cidades, aumentando assim a taxa de urbanização. Além disso, há o povoamento de novas regiões e a exploração de terras inexploradas, frequentemente acompanhadas por desafios na adaptação ao novo ambiente. Por outro lado, nas áreas de origem, ocorre a redução da população ativa, a perda dos indivíduos mais produtivos, além do despovoamento rural, caracterizado pelo êxodo (FONSECA, et al., 2015).

Com a ameaça de um êxodo rural devido a dificuldade de manter as propriedades pequenas com áreas grandes de Preservação Permanente, a Lei 12.651/2012, ao determinar as Áreas Consolidadas e o tamanho das APPs considerando a quantidade de módulos fiscais da propriedade, conseguiu evitar uma crise social e econômica, embora tenha deixado para trás a grande relevância dessas áreas para a manutenção dos ecossistemas, também evitou uma crise ambiental, pois a migração do homem do campo para a cidade ocasiona em ocupações desordenadas em áreas que

podem estar ocupadas por vegetação nativa que protegem o solo e realizam serviços ecossistêmicos, protegendo o balanço hídrico local, ocasionando também na proteção das ocupações de encostas e fundo de vales e das Áreas de Preservação Permanentes vegetadas.

Sabe-se também que o papel da agricultura familiar é extremamente importante, principalmente devido à capacidade de produção de alimentos diversos. Essa afirmação se baseia a partir dos resultados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, apresentado anteriormente, assim, é possível perceber que essa modalidade de agricultura continua garantindo mais saúde e alimentos para a população brasileira. Um êxodo rural representaria a migração de 10,1 milhões de pessoas que compõe a agricultura familiar brasileira, para centros urbanos que não possuem estrutura de suporte o suficiente para atender todos os grupos, correndo o risco de maior degradação ambiental e menor qualidade de vida, contrário aos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A determinação das Áreas Consolidadas Rurais dentro das Áreas de Preservação Permanentes trouxe à tona uma grande discussão a respeito da sustentabilidade, considerando os três pilares que constituem o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), pode-se questionar o posicionamento em que essa ação se encontra, visto que *a priori* parece favorecer o crescimento econômico e social, deixando de lado o ambiental. Entretanto, olhando mais a fundo as problemáticas envolvidas, como o êxodo rural, e suas consequências não apenas socioeconômicas mas ambientais, prova que é possível que a mudança no Código Florestal tenha sido mais benéfica que maléfica de todo o modo.

Com o Estatuto da Terra, a função social da terra condiz com a atual legislação, pois garante o direito do proprietário rural cuja propriedade cumpra sua função, sendo uma via de mão dupla referente aos direitos e deveres do cidadão, o qual possui direito da propriedade privada e dever com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país, princípios da sustentabilidade.

Claramente, ainda existem modificações que podem melhorar a legislação no que rege a proteção das Matas Ciliares, fornecedoras de serviços ecossistêmicos incluindo a manutenção da fauna e flora regional, servindo como corredores ecológicos. Entretanto, se faz necessário um planejamento mais aprofundado quanto as possíveis respostas para os problemas ambientais que essa modificação no código trouxe.

Portanto, este trabalho serve como base para novas pesquisas a respeito da legislação que determina as APPs e Reservas Legais, possibilitando a criação de Políticas Públicas de restauração, proteção e conservação da vegetação nativa, considerando a fauna e a flora, seguindo os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/Seção São Paulo. Impactos das alterações no código florestal. São Paulo, maio de 2012.

ARAÚJO, Telga. A propriedade e sua função social. In: LARANJEIRA, Raymundo (Coord). **Direito agrário brasileiro**. São Paulo: Ltr, 1999.

BERTELLI, C., OLIVEIRA, S.F.P e. Dimensionamento Espacial dos Corredores Ecológicos para fins Didáticos na Educação Ambiental, 2015.

BERTELLI, Célio. Slides sobre: Análise da paisagem; corredores ecológicos; proteção e conservação da biodiversidade. Franca, 2014

BERTELLI, C.; FRANCESCHI, T. C.; LIMONTI Jr., J. Folder da Semana do Meio Ambiente, Corredores Ecológicos. PROBRIG, Ibiraci, 2011.

BRASIL. Lei Federal n. 4.771 de 15 de Setembro de 1965. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm >. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL, Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal Brasileiro. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83>. Acesso em: 05 de out. 2023.

BRASIL, Lei Federal n.14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional do Pagamento por Serviços Ambientais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm> Acesso em 05 de out. 2023.

BRASIL, Lei Federal n.4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acesso em 05 de out. de 2023.

CHIAVARI, Joana; LOPES, Cristina Leme. Os caminhos para a regularização ambiental: decifrando o novo código florestal. 2016.

DA FONSECA, Luciana Costa; SILVA, Danielle Fonseca. A proteção ambiental rural como direito à informação e o sigilo de dados. Revista Jurídica, v. 4, n. 41, p. 461-478, 2015.

DE AZEVEDO, R. E. S. O novo Código Florestal e a flexibilização das intervenções excepcionais em Áreas de Preservação Permanente. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 3, n. 1, 2013.

DINIZ, T., FILHO, J. B. F. Impactos Econômicos do Código Florestal Brasileiro: uma discussão à luz de um modelo computável de equilíbrio geral, 2015.

EMBRAPA, Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural. 2016. Retirado em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal.

FARIA, A. B. C; Valoração de serviços ambientais pela legislação agrária e florestal. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 6, n. 1, p. 155-168, jan/abr 2015

FEISTAUER, D.; LOVATO, P. E.; SIMINSKI, A.; RESENDE, S. A. Impactos do novo código florestal na regularização ambiental de propriedades rurais familiares. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 24, n. 3, p. 749-757, ju-set., 2014.

FERNANDES, P. L. P. Novo Código Florestal Federal - MPGO. Goiânia, 2012.

FIGUEIREDO, G. J. P. de; LEUZINGER, M. D. Anotações acerca do Processo Legislativo de Reforma do Código Florestal. 2011. Disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/anota%C3%A7%C3%B5es-acerca-do-processo-legislativo-de-reforma-doc%C3%B3digo-florestal.

FONSECA, W., FONSECA, W.J.L., OLIVEIRA, A.M de., VOGADO, G.M.S, SOUSA, T. de O., SOUSA JÚNIOR, S.C.de., LUZ, C.S.M. Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro. Nucleus, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.

GLIESSMAN, S. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. 654 p.

HERMES, C. L. W.; VALENTE, V. Análise do crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2006.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html> Acesso em: 05 de out. de 2023.

LAURINDO, V. H.; GAIO, D. As Áreas de Preservação Permanente do Novo Código Florestal e o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental, 2014.

LAZZARINI, L. G. S. Cinco anos de vigência do “Novo Código Florestal”. São Paulo. 2017. Disponível em: http://sites.usp.br/oficinadedireitoambiental/cinco-anosde-vigencia-novo-codigo-florestal/.

MARQUES, Zênio Schuquel. Os intelectuais" contemporâneos" e o debate atual sobre o êxodo rural no Brasil: uma abordagem sociológica. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Erechim, RS 2014.

MELO, T. da S. Latifúndio e Descumprimento da Função Social da Terra no Brasil. In: Caminhos de Geografia. Uberlândia – MG. V.20, n.71, p. 137- 151, 2019.

MOTTA, M. e ZARTH, P. Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

NASCIMENTO, J. M. de S.; VALE, F. O Impacto do Novo Código Florestal Brasileiro no Meio Ambiente e na Biodiversidade: Uma Análise Ética, 2015.

NEWMANN, P. S.; LOCH, C. Legislação Ambiental. Desenvolvimento rural e práticas agrícolas. Ciência Rural, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 243-249, 2002.

NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, M. A. A.; ARRUDA, F. S. T. Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empirismo? In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa, 2000. v. 17, n. 2, p. 81 – 115.

PEARCE, D. W.; PEARCE, C. G. T. The value of forest ecosystems: a report to the Secretariat. Montreal, Canadá: Convention on Biological Diversity. 2001. 59p

PENHA. B. A. O efeito das alterações do novo Código Florestal na preservação ambiental. Curitiba, 2015.

PICOLOTTO, E.L. Os Atores da Construção daCategoria Agricultura Familiar no Brasil. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

RODRIGUES, A. R., MATAVELLI, C. J. As principais alterações do Código Florestal Brasileiro. Revista Brasileira Criminalística. v. 9, n. 1, p. 28-35, 2020.

RORIZ, P. A. C.; FEARNSIDE, P. M.. A construção do Código Florestal Brasileiro eas diferentes perspectivas para a proteção das florestas. Novos Cadernos NAEA, v.18, n. 2, 2015. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1866>.

SAIS, A. C.; DE OLIVEIRA, R. E. Distribuição de Sistemas Agroflorestais no Estado De São Paulo: apontamentos para restauração florestal e produção sustentável. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 23, n. 1, p. 111- 132, 2018.

SANTOS, M. J. D.; SILVA, B. B. D.; OLIVEIRA, E. M. D. Analogia entre desmatamento e êxodo rural no nordeste do Brasil. Revista Eletrônica, v.8, n. 1, 2009.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, Função Socioambiental da Terra e Soberania Alimentar. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 285-307, Maio/Ago. 2012.

SILVA, A. P. M da.; H. R., MARQUES; R. H. R., SAMBUICHI. Mudanças no código florestal brasileiro: Desafios para a implementação da nova lei. Intituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, 2016.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das secas (Século XX). Coleção Mossoroense. Mossoró, 1982.
SOSFLORESTAS, Cartilha: O Código Florestal em perigo. Código Florestal: Entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação florestal. 2011.

VALENTE, I. Novo Código Florestal Brasileiro: Meio ambiente e biodiversidade brasileira desprotegidos. Brasília, 2012.

VALLE, R. T. do. O perigo de se anular o código florestal. Editora Paulinas. São Paulo, 2011.
VEIGA, J. E. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

INSTRUMENTOS DE RASTREIO E AVALIAÇÃO DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM PESSOAS IDOSAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

SCREENING AND ASSESSMENT INSTRUMENTS FOR DEPRESSIVE SYMPTOMS IN ELDERLY PEOPLE: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar.

OLIVEIRA, Letícia Natália
Universidade de Franca
Doutoranda e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Psicologia
nataliaoliveiraleticia@gmail.com

COSMO, Rosimere de Paula
Universidade de Franca
Discente do curso de Fisioterapia
rose1307paula@gmail.com

SILVA, Jorge Luiz
Universidade de Franca
Docente na Universidade de Franca, Doutor em Enfermagem em Saúde Pública,
Mestre em Psicologia e Bacharel em Psicologia
jorge.silva@unifran.edu.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Docente na Universidade de Franca, Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde,
Mestre em Educação Física e Bacharel em Fisioterapia
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo

A depressão é um transtorno mental que afeta uma parcela significativa da população idosa, tanto no Brasil quanto no mundo. No entanto, essa condição muitas vezes é subdiagnosticada e subtratada, o que pode impactar negativamente a qualidade de vida dos idosos. Diante dessa problemática, esta pesquisa teve como objetivo identificar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, os principais instrumentos utilizados no rastreio e avaliação de sinais e sintomas depressivos em pessoas idosas. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e na Biblioteca Nacional de Medicina (NLM®) dos EUA (PubMed), durante os meses de março, abril e setembro de 2023. Após o processo de identificação, foram selecionados 23 artigos para leitura completa. Os estudos foram realizados em diferentes países, representando amostras distintas. A maioria dos pesquisadores optou por utilizar a GDS (Geriatric Depression Scale) ou GDS-15 (versão adaptada da GDS), seguido por Escala de Solidão da UCLA versão 3 (UCLA Loneliness Scale version 3), Escala de Depressão de Hamilton (Hamilton Depression Rating Scale - HAM-D), Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (Center for Epidemiologic Studies – Depression - CES-D), Inventário de Depressão de Beck-II (Beck Depression Inventory II - BDI-II), Avaliação interRAI - Home Care (Interrai – Home Care Assessment Form – Interrai-HC), Escala EURO-D de 12 itens (The EURO-D 12-item scale) e Instrumento EQ-5D Conclui-se, portanto, que esses instrumentos podem auxiliar na identificação precoce da depressão, possibilitando intervenções adequadas e melhorias na qualidade de vida dos idosos afetados.

Palavras-chave: Avaliação geriátrica, depressão, idoso.

Abstract

Depression is a mental disorder that affects a significant portion of the elderly population, both in Brazil and around the world. However, this condition is often underdiagnosed and undertreated, which can negatively impact the quality of life of older people. Faced with this problem, this research aimed to identify, through an integrative literature review, the main instruments used in screening and evaluating depressive signs and symptoms in elderly people. The search was carried out in the Virtual Health Library (VHL) and the US National Library of Medicine (NLM®) (PubMed), during the months of March, April and September 2023. After the identification process, 23 articles were selected for complete reading. The studies were carried out in different countries, representing different samples. Most researchers chose to use the GDS (Geriatric Depression Scale) or GDS-15 (adapted version of the GDS), followed by the UCLA Loneliness Scale version 3 (UCLA Loneliness Scale version 3), Hamilton Depression Scale Rating Scale - HAM-D), Center for Epidemiologic Studies Depression Scale (CES-D), Beck Depression Inventory II (BDI-II), interRAI Assessment - Home Care (Interrai – Home Care Assessment Form – Interrai-HC), 12-item EURO-D Scale (The EURO-D 12-item scale) and EQ-5D Instrument It is concluded, therefore, that these instruments can help in identifying early onset of depression, enabling appropriate interventions and improvements in the quality of life of affected elderly people.

Keywords: Geriatric assessment, depression, elderly.

1 INTRODUÇÃO

Com a desconstrução do paradigma biomédico, no qual a saúde era compreendida exclusivamente como a ausência de enfermidades, tanto as instituições de saúde quanto os indivíduos passaram a perceber, com maior frequência, que a saúde engloba o estado de bem-estar físico, mental, social e espiritual. No entanto, com a influência prolongada do modelo centrado na ausência de enfermidades, muitas pessoas ainda priorizam o bem-estar físico (fisiológico), colocando o bem-estar psíquico (saúde mental) a um segundo plano.

Com o processo de envelhecimento demográfico em curso e o consequente aumento da longevidade, observa-se uma incidência crescente de diversos transtornos mentais, tais como a depressão (GREGOLETI; SCORTEGAGNA, 2015). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que mais de 15% dos idosos em todo o mundo apresentem sintomas depressivos (OMS, 2021). Logo, essa taxa pode variar de acordo com fatores socioeconômicos, culturais e de saúde em diferentes países e regiões.

No ano de 2020, quando a pandemia de COVID-19 abrangia todo o globo, a saúde mental da população também foi posta à prova. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), as medidas de segurança e restrições impostas pelos órgãos internacionais de saúde, aliadas à solidão, ao medo de contrair o vírus, ao sofrimento e à perda de entes queridos, bem como às preocupações financeiras, foram identificados como fatores estressantes que contribuíram para o surgimento de quadros de ansiedade e depressão em jovens e idosos (OPAS, 2022).

Os sintomas depressivos em pessoas idosas são comumente correlacionados à diminuição da capacidade funcional, à solidão e ao declínio cognitivo (MENDRANO et al., 2022; GIL et al., 2018). A fim de evitar o subdiagnóstico e subtratamento da depressão, torna-se imprescindível o aumento do conhecimento sobre esse transtorno e o investimento em ferramentas de rastreamento dos sintomas depressivos. Nesse sentido, os profissionais de saúde desempenham um papel crucial na detecção de sinais e sintomas de depressão em pessoas idosas. Eles devem estar capacitados para avaliar a saúde mental dos idosos em suas práticas clínicas, incluindo a realização de entrevistas adequadas, questionários de triagem e avaliação cuidadosa dos fatores de risco e das comorbidades associadas à depressão.

A falta de reconhecimento dos sintomas da depressão pode levar a um aumento do sofrimento emocional e funcional dos idosos, além de contribuir para um maior risco de suicídio (BRASIL, 2020). Portanto, a detecção precoce da depressão em idosos é essencial para garantir que eles recebam o apoio necessário e tenham uma melhor qualidade de vida. Ao serem empregados em conjunto com outros testes e escalas que avaliam outras facetas, torna-se viável a realização de uma avaliação multidimensional da saúde do idoso em diversos contextos.

Um fator que limita a identificação e o tratamento adequado de casos de depressão entre a população idosa é a dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública, o que torna esse grupo populacional ainda mais vulnerável. Estudos têm demonstrado que os idosos enfrentam barreiras como falta de informação sobre os serviços disponíveis, longas filas de espera, escassez de profissionais especializados em saúde mental e estigma social associado a transtornos mentais (MARCELINO et al., 2021; NOGUEIRA et al., 2014). Esses fatores podem contribuir para a subestimação da prevalência e a falta de diagnóstico adequado da depressão nessa população.

O Estatuto da Pessoa Idosa (2022) e a Política Nacional da Pessoa Idosa (2006), abordam as medidas preventivas como o princípio fundamental para orientar as diretrizes de cuidado, com o objetivo de promover um bem-estar físico, mental e social para essa população. No entanto, é necessário um planejamento eficaz com base em uma análise realista da situação (BRASIL, 2022; BRASIL, 2006).

Diversos instrumentos de rastreio têm sido utilizados por profissionais de saúde para identificar sintomas depressivos em pessoas idosos. Esses recursos podem auxiliar na detecção precoce, na estratificação do risco e até mesmo na orientação adequada dos cuidados de saúde mental. Os instrumentos validados podem proporcionar uma abordagem sistemática e padronizada para o monitoramento da depressão em idosos, permitindo intervenções adequadas e personalizadas para prevenir a progressão e as condições estressantes experimentadas pelos idosos, assim como propiciar a comparação de idosos de diferentes contextos culturais (MARQUES et al., 2022).

Dentre as várias escalas validadas disponíveis para avaliar a depressão em idosos, os instrumentos de triagem também proporcionam uma estrutura que auxilia os profissionais de saúde a identificar possíveis indicadores, como tristeza persistente, perda de interesse, distúrbios do sono e do apetite, baixa autoestima e pensamentos suicidas (MATIAS et al., 2016). Esses instrumentos, utilizados por profissionais de saúde que não pertencem à classe médica, embora não forneçam um diagnóstico definitivo do transtorno, permitem uma avaliação realista e quantificável da situação dos sinais e sintomas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo identificar na literatura os principais instrumentos utilizados no rastreio e avaliação de sinais e sintomas depressivos em pessoas idosas de diferentes contextos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, que analisou estudos publicados de 2018 a 2023 nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Foram pesquisados instrumentos para detectar sintomas depressivos em idosos (com 60 anos ou mais). A busca foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e na Biblioteca Nacional de Medicina (NLM®) dos EUA (PubMed) em março, abril e setembro de 2023. Utilizamos os descritores "depressão", "instrumento", "avaliação" e "idoso", combinados nos idiomas português e inglês.

A pergunta central do estudo foi: "Quais instrumentos foram usados nos últimos cinco anos para detectar sintomas depressivos em idosos?", com base na estratégia PICo (Participants = participantes, Phenomenon of Interest = fenômeno de interesse e Context = contexto) (SOUSA; WAINWRIGHT; SOARES, 2019). Analisou-se artigos científicos revisados por pares, excluindo revisões de literatura, duplicatas e estudos não relacionados à questão central ou que não tivessem como público-alvo idosos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados um total de 196 resultados, dos quais 40 foram excluídos devido à duplicação. Na fase de avaliação de títulos e resumos, foram excluídos 133 artigos que não utilizavam instrumentos de rastreamento e/ou avaliação de sintomas depressivos em sua metodologia de estudo ou que não tinham como público-alvo a população idosa.

Ao final do processo de identificação, foram selecionados 23 artigos para leitura completa, conforme ilustrado na Figura 1 a seguir.

Nota-se que a maioria das publicações ocorreu nos anos de 2021 (54,55%) e 2019 (27,27%), em periódicos da área da saúde e periódicos multidisciplinares, havendo uma diversidade em relação às regiões onde os estudos foram conduzidos, com maior predominância no Brasil (30,45%), seguido pela Itália (13,05%). Isso pode indicar a escassez de estudos com esses descritores em outros países da América Latina. Essa informação é apresentada na Tabela 1, que descreve as publicações utilizadas nesta revisão, baseada no estudo de Silva et al. (2017).

Características	Frequência	Porcentagem
País		
Brasil	7	30,45
Canadá	1	4,34
China	1	4,34
Coreia do Sul	2	8,7
EUA	2	8,7
Itália	3	13,05
Japão	1	4,34
Nova Zelândia	1	4,34
Polônia	2	8,7
Portugal	1	4,34
Taiwan	2	8,7
Instrumentos de rastreio de sintomas depressivos		
Avaliação interRAI - Home Care (Interrai – Home Care Assessment Form – Interrai-HC)	1	4,34
Escala de Depressão de Hamilton (Hamilton Depression Rating Scale - HAM-D)	2	8,7
Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos (*Center for Epidemiologic Studies – Depression* - CES-D)	3	13,05
Escala de Depressão em Geriatria (Geriatric Depression Scale — GDS	11	47,83
Escala de Solidão da UCLA versão 3 (UCLA Loneliness Scale version 3)	1	4,34
Escala EURO-D de 12 itens (The EURO-D 12-item scale)	1	4,34
Instrumento EQ-5D	2	8,7
Inventário de Depressão de Beck-II (Beck Depression Inventory II - BDI-II)	2	8,7

Tabela 1. Características das publicações utilizadas para a revisão integrativa (Elaboração própria).

Observa-se que a Escala de Depressão Geriátrica se sobressaiu em relação aos demais, sendo utilizada na maioria dos estudos. Além disso, no Quadro 1 a seguir, são apresentadas algumas das principais características e resultados obtidos com os estudos analisados.

Autores (ano) País de publicação	**Objetivos**	**Participantes e Método**
BIASUTTI, Michele; MANGIACOTTI, Anthony. (2021) Itália	Verificar a eficácia do treinamento musical no humor deprimido e função cognitiva geral em participantes idosos.	Participaram 45 residentes assistenciais com idade entre 62 e 95 anos, saudáveis e com comprometimento cognitivo. Foram utilizados os seguintes instrumentos: MEEM, GDS e entrevistas semiestruturadas de acompanhamento.
CHANG, Ting-Ya et al. (2020) Taiwan	Investigar a relação entre a depressão e a gravidade da constipação ou disosmia em pacientes com doença de Parkinson (DP).	Participaram do estudo 106 pacientes, de ambos os sexos, com história de DP há menos de 5 anos, que possuíam 60 anos ou mais. A depressão foi medida usando o BDI-II. A disfunção olfativa foi avaliada pelo UPSIT.
FELÍCIO, Diogo Carvalho et al. (2021) Brasil	Avaliar a influência da força muscular extensora de joelho e de preensão manual em idosas.	O estudo realizado com 127 idosas. Foram utilizados o dinamômetro Jamar para avaliar a preensão manual, um dinamômetro isocinético para medir o desempenho dos músculos extensores do joelho, a GDS e o teste TUG para avaliar o desempenho funcional.
FERREIRA, Fernanda Guedes et al. (2021) Brasil	Verificar a prevalência de depressão e as variáveis sociodemográficas e clínicas associadas a esse transtorno nos idosos atendidos na Atenção Primária à Saúde.	Estudo transversal. Participaram do idosos atendidos na Unidade Básica de Saúde da Granja do Torto, em Brasília, DF. Foi aplicado instrumento versando sobre variáveis sociodemográficas, comportamentais e clínicas. Para a

		avaliação dos sintomas depressivos, foi utilizada a GDS-15.
FISICARO, Francesco et al. (2021) Itália	Estimar a associação entre o consumo de café mocha e o estado cognitivo e de humor em uma população de idosos italianos.	Foram coletados dados de 300 idosos italianos não dementados com doença vascular isquêmica subcortical, utilizando os seguintes instrumentos: MEEM, Stroop T, HAM-D, AVD e AIVD.
GUIMARÃES, Lara de Andrade et al. (2019) Brasil	Verificar a prevalência e fatores associados a sintomas depressivos em idosos institucionalizados.	Participaram do estudo 42 idosos de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Foram utilizados os seguintes instrumentos para a coleta de dados: um questionário com informações sobre aspectos demográficos e socioeconômicos, a GDS-15 e o MEEM.
HA, Jiyeon; YEON-HWAN (2020) Coreia do Sul	Examinar os efeitos de um programa de intervenção de enfermagem para fragilidade centrado na pessoa (PNIF).	Os participantes do estudo foram 40 idosos comunitários classificados como pré-frágeis no índice de fragilidade do Cardiovascular Health Study (CHS). Os instrumentos de avaliação utilizados no estudo foram: Índice de Fragilidade CHS, dinamômetro manual hidráulico JAMAR, o SPPB, o K-CHAMPS, o MNA, GDSSF-K, ESSI e a GAS.
HSIEH, Sun Wung et al. (2019) Taiwan	Investigar os efeitos de múltiplas modalidades de treinamento no condicionamento físico sênior e na função neuropsiquiátrica em idosos com queixas subjetivas de memória.	O estudo foi realizado em 24 idosos com pontuação 0 no Clinical Dementia Rating. Foram utilizados os seguintes instrumentos no estudo: MEEM, Instrumento de Triagem de Avaliação Cognitiva (CASI) e a CES-D.
HUANG, Feifei et al. (2021) China	Avaliar a confiabilidade e validade da GDS-30 em idosos chineses sem problemas cognitivos e sua utilidade preliminar em idosos com comprometimento cognitivo leve.	Participaram do estudo 12.610 idosos chineses. Utilizou-se a escala GDS-30 para rastrear sintomas depressivos e a MoCA para triagem de DCL
KAJITA, Hiroyuki et al. (2022) Japão	Avaliar os efeitos de curto e longo prazo de um programa de prevenção da demência na função física e cognitiva em idosos residentes na comunidade.	A amostra do estudo é de 57 idosos. Os instrumentos utilizados foram um MEEM, cinco testes cognitivos, um instrumento de função cognitiva, um teste TUG, uma avaliação da força de preensão, a GDS-30, um EQ-5D e uma escala de atividade física.
KOZICKA, Izabela et al. (2022) Polônia	Identificar os fatores de risco mais importantes para a síndrome de fragilidade num grupo de pacientes idosos hospitalizados na Polónia.	O estudo incluiu 141 pacientes idosos da Universidade Médica de Lodz (Polônia). Avaliou-se fragilidade usando o SHARE-FI, FPM, sintomas depressivos com GDS, e capacidade funcional com o instrumento AIVD.
LEITCH, Sharon et al. (2018) Nova Zelândia	Avaliar associações entre variáveis demográficas e psicossociais e solidão, examinar quaisquer associações específicas por idade e comparar centenários (idade ≥100 anos) com idosos (65-99 anos).	Um total de 73.286 idosos neozelandeses, de ambos os sexos, participaram do estudo. O instrumento utilizado para a avaliação foi o interRAI-HC.
LEMIEUX, Cristóvão et al. (2020) Canadá	avaliar a qualidade de vida em longo prazo de pacientes idosos que sobreviveram ao transplante autólogo de células-tronco hematopoéticas (TACTH).	O estudo contou com 59 idosos sobreviventes do TACTH. Os instrumentos usados no estudo foram o EQ-5D para avaliar mobilidade, autocuidado, atividades habituais, dor/desconforto e ansiedade/depressão, e o FACT-BMT para avaliar aspectos físicos, sociais/familiares, bem-estar emocional, funcional e preocupações específicas do TMO.

LEMOS, Keilini da Paz et al. (2019) Brasil	Apontar a relação entre a presença de sintomas depressivos e o risco de quedas em idosos	Participaram do estudo 66 idosos de um município da Bahia. O instrumento de pesquisa foi constituí-do pelo GDS-15 e TUG.
MARCONCIN, Priscila et al. (2022) Portugal	Examinar a associação entre fragilidade e sintomas depressivos.	A amostra do estudo contou com 25.771 idosos. Os instrumentos utilizados no estudo foram: SHARE-Frailty Instrument, dinamômetro de preensão manual e a escala EURO-D de 12 itens.
MATA, Luciana Regina Ferreira da et al. (2021) Brasil	Avaliar a validade e a confiabilidade da Escala de Solidão da UCLA versão 3 em idosos brasileiros.	Participaram da pesquisa 136 idosos cadastrados em unidades de saúde da família de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais. Foi utilizado o instrumento Escala de Solidão da UCLA.
MUSZALIK, Marta et al. (2022) Polônia	Avaliar o grau de controle metabólico do diabetes em pacientes com síndrome de fragilidade e determinar o impacto da fragilidade no curso do diabetes por meio de uma análise retrospectiva.	O estudo contou com 103 pessoas idosas com diabetes (65 mulheres e 38 homens). O estudo utilizou os seguintes instrumentos: Questionário de histórico médico, o MEEM, a AIVD, a AVD, a GDS e a escala SHARE-FI.
NEROBKOVA, Nataliya et al. (2023) Coreia do Sul	Analisar como as mudanças na fragilidade afetam sintomas depressivos recentes em idosos coreanos que vivem na comunidade.	Foram incluídos 2.256 idosos, sendo estudados por meio do instrumento de fragilidade e CES-D. Foram empregadas as equações de estimativa geral defasadas para avaliar o efeito temporal da transição da fragilidade na obtenção de sintomas depressivos.
RICHARD-DEVANTOY, Stéphane et al. (2021) EUA	Analisar as habilidades cognitivas de idosos deprimidos em relação à presença ou ausência de ideação suicida.	A escala foi administrada a 72 pacientes com história recente de depressão tardia, 43 com ideação suicida e 29 controles não suicidas. Os instrumentos utilizados foram: MoCA, Escala de Ideação Suicida de Beck, Escala de Ansiedade de Hamilton e HAM-D.
SERRA, Marcela Araujo et al. (2019) Brasil	Comparar a prevalência dos sintomas depressivos no idoso hospitalizado.	Participaram do estudo 96 idosos, com idade igual ou superior a 60 anos, internados nas unidades clínica ou cirúrgica. Utilizou-se a GDS-15 e instrumento com lista de sintomas depressivos dos diagnósticos de enfermagem.
SHUKLA, Aishwarya et al. (2021) EUA	Investigar a associação transversal entre perda auditiva, uso de aparelho auditivo e sintomas depressivos em idosos da comunidade.	Participaram do estudo 3.188 idosos, com idade entre de 71 a 94 anos, no ARIC-NCS. A regressão logística multivariada foi utilizada para avaliar a associação do estado auditivo audiométrico e autorrelato do uso de aparelho auditivo com sintomas depressivos, utilizando o instrumento CES-D.
SOLER, Virtude Maria et al. (2020) Brasil	Identificar a prevalência dos sintomas depressivos e correlacionar ao grau de independência.	Participaram do estudo 65 idosos institucionalizados, com idade média de 70 anos. A coleta de dados foi feita por meio da aplicação dos instrumentos PHQ-9, BDI-II, um instrumento semiestruturado para identificação sociográfica, AVD e o MEEM.
TANA, Claudio et al. (2019) Itália	Examinar o impacto do estado cognitivo, físico e nutricional de idosos moradores da comunidade na dependentes de cuidador.	Um grupo de 406 idosos foram examinados nesse estudo. Os instrumentos utilizados no estudo foram o Mini Instrumento de Avaliação Nutricional-Short Form (MNA-SF), o Índice de Sobrecarga do Cuidador (CBI), o Short Physical Performance Battery, a força de preensão manual, o MEEM, a GDS, o Índice de Massa Corporal (IMC), as AVD e AIVD, e a velocidade de caminhada de 4 metros.

Quadro 1 - Descrição dos estudos analisados (Elaboração própria).

Significado das siglas presentes na tabela: Significado das siglas presentes na tabela: Geriatric Depression Scale (GDS); Hamilton Depression Rating Scale (HAM-D); Center for Epidemiologic Studies – Depression (CES-D); Beck Depression Inventory II (BDI-II); Montreal Cognitive Assessment (MoCA); Mini Exame do Estado Mental (MEEM); Stroop Color-Word Interference Test (Stroop T); Estudo Neurocognitivo de Risco de Aterosclerose em Comunidades (ARIC-NCS); Teste de Identificação de Olfato da Universidade da Pensilvânia (UPSIT); Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9); Escala de Avaliação de Atividades Básicas de Vida Diária de Katz (AVD); Teste Timed Up and Go (TUG); Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD); Pesquisa de Saúde, Envelhecimento e Aposentadoria na Europa (SHARE-FI); Força de Preensão Manual (FPM); Functional Assessment of Cancer Therapy-Bone Marrow Transplant (FACT-BMT); Short Physical Performance Battery (SPPB); Versão coreana do Community Healthy Activity Model Program for Seniors Questionnaire (K-CHAMPS); Mini Nutritional Assessment (MNA); Escala de Depressão Geriátrica Short Form-Korea Version (GDSSF-K); Instrumento de Apoio Social ENRICHD (ESSI); Escala de Alcance de Metas (GAS); Resident Assessment Instrument-Home Care (interRAI-HC).

Após a análise dos estudos, constatou-se que os instrumentos de rastreamento de sintomas depressivos desempenham um papel benéfico na distinção de outros transtornos mentais ou síndromes geriátricas que apresentam semelhanças com o transtorno depressivo.

Todas as partes envolvidas podem se beneficiar com esse tipo de avaliação, incluindo a prática clínica, a família do idoso e o próprio idoso. Além da identificação precoce, que possibilita intervenções oportunas e eficazes, a partir dos resultados das escalas ou inventários de rastreio, o profissional responsável consegue avaliar o progresso do transtorno, direcionar a família sobre quais cuidados e intervenções podem ser necessários para ajudar o idoso a lidar com a depressão, e o idoso pode participar ativamente das decisões relacionadas ao seu próprio cuidado e ser envolvido no processo terapêutico (DIAS et al., 2022; BORGES; DALMOLIN, 2012).

Embora os estudos tenham sido conduzidos em quatro países distintos, representando diferentes realidades amostrais, conforme evidenciado nos resultados desta revisão, observou-se que a maioria dos pesquisadores optou por empregar a Geriatric Depression Scale (GDS) ou GDS-15 (versão adaptada da GDS), como instrumento de triagem para sintomas depressivos em pessoas idosas. A maioria dos estudos que utilizaram essa escala deriva de pesquisas realizadas no Brasil (21,74%) (FERREIRA et al., 2021; SERRA et al., 2019; GUIMARÃES et al., 2019; LEMOS et al., 2019; FELÍCIO et al., 2021). Conforme corroborado pelos autores Almeida e Almeida (1999), responsáveis pela adaptação transcultural e validação das versões brasileiras da GDS-15 e GDS-10, afirmam que tais instrumentos fornecem medidas válidas para identificar casos de depressão em idosos.

A utilização dessas escalas pode evitar a subjetividade e os vieses na interpretação dos profissionais de saúde. Isso é especialmente importante em idosos, cujos relatos podem ser influenciados por fatores como a presença de doenças físicas, comprometimento cognitivo ou resistência em relatar sintomas emocionais (TORQUETI; SOARES, 2018). O uso de escalas validadas na avaliação da depressão em idosos permite a comparabilidade entre diferentes estudos e pesquisas, facilitando a análise dos resultados e a obtenção de conclusões mais consistentes e confiáveis.

No que diz respeito à Hamilton Depression Rating Scale (HAM-D), observou-se a presença de estudos provenientes dos Estados Unidos e da Itália, nos quais, nos Estados Unidos, os pacientes já haviam recebido o diagnóstico de depressão de início tardio, enquanto, na Itália, os pacientes não apresentavam diagnóstico de quaisquer sintomas depressivos prévios à aplicação da escala (RICHARD-DEVANTOY et al., 2021; FISICARO et al., 2021). Essa escala tem a capacidade de englobar diversos fatores, como queixas somáticas, distúrbios do sono, agitação/retardo e até mesmo melancolia, tornando-se uma escolha adequada quando o pesquisador lida com amostras altamente heterogêneas (MELO et al., 2020).

Foram encontrados trabalhos referentes ao BDI-II desenvolvidos no Brasil e em Taiwan (CHANG et al., 2020; SOLER et al., 2020). No Brasil, o inventário foi aplicado em conjunto com outros testes e escalas para avaliar os níveis de depressão dos participantes. No estudo conduzido por pesquisadores de Taiwan, o inventário foi utilizado como único teste para avaliar a depressão, tanto em idosos previamente diagnosticados com transtorno depressivo, como em participantes com transtorno depressivo não diagnosticado e sem transtornos depressivos. Verificou, portanto, que BDI-II vem sendo aplicados em idosos de diferentes contextos sociais e apresenta ser eficaz na detecção de sintomas depressivos nesse público.

Outro instrumento identificado na análise da literatura é a Escala de Solidão da UCLA, publicada no Brasil no ano de 2021 (MATA et al., 2021). A Escala de Solidão da UCLA, desenvolvida pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, tem como objetivo avaliar subjetivamente a presença

de sintomas de solidão, medindo a frequência das interações sociais e das atividades realizadas individualmente pelos participantes. O diferencial desta escala é a ausência das palavras "solidão" e "solitário" em seu questionário, o que visa facilitar a resposta do entrevistado, evitando constrangimentos relacionados ao estigma social associado a esse sentimento.

A Escala CES-D passou por processos de tradução, validação e adaptação cultural em vários países, incorporando os principais componentes dos transtornos depressivos de acordo com os critérios diagnósticos do DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al., 2014). Essa escala avalia a frequência de sintomas depressivos presentes na última semana da entrevista, abordando aspectos relacionados ao humor, sintomas somáticos, interações sociais e funcionalidade motora (BATISTONI et at., 2010). Ela demonstra índices satisfatórios de confiabilidade interna, estabilidade e reprodutibilidade para a população jovem e idosa (SHUKLA et al., 2021).

A utilização da InterRAI-HC é notável em um dos estudos revisados (LEITCH et al., 2018). Este instrumento se destaca por fornecer uma visão abrangente da saúde física e mental dos idosos em ambientes de cuidados domiciliares (FERREIRA, 2015). Embora não seja especificamente projetado para rastrear sintomas depressivos, ele pode ser valioso na detecção de depressão, pois considera uma série de fatores que podem estar associados à depressão, como a capacidade funcional, comorbidades médicas e uso de medicamentos. A combinação de avaliações específicas de depressão, como a GDS ou BDI-II, com ferramentas mais abrangentes como o InterRAI-HC, pode fornecer uma imagem mais completa da saúde mental dos idosos.

A Escala EURO-D de 12 itens é um instrumento específico para rastrear sintomas depressivos em idosos. Embora tenha sido utilizada em apenas um dos estudos elegíveis para a presente síntese integrativa, essa escala merece destaque por sua capacidade de avaliar a depressão de maneira concisa e, ao mesmo tempo, abrangente (MARCONCIN et al., 2022). A inclusão de itens específicos relacionados ao humor, sintomas somáticos e interações sociais a torna uma ferramenta valiosa na identificação da depressão em idosos. Sua validação e adaptação em diferentes contextos, como observado no estudo conduzido em Portugal, demonstram sua utilidade global.

O Instrumento EQ-5D é uma ferramenta largamente utilizada para avaliar a qualidade de vida relacionada à saúde. Mesmo que não seja um instrumento exclusivo para rastreamento de sintomas depressivos, ele inclui uma dimensão que avalia a ansiedade/depressão. Essa dimensão pode ser valiosa na detecção de sintomas depressivos em idosos, especialmente quando combinada com outras ferramentas de rastreamento de depressão. Além disso, o EQ-5D permite avaliar como a depressão afeta a qualidade de vida dos idosos, fornecendo informações importantes para o planejamento de intervenções (KAJITA et al., 2022; LEMIEUX et al., 2020).

A variedade de instrumentos de rastreamento de sintomas depressivos utilizados nos estudos revisados destaca a importância de escolher a ferramenta adequada para o contexto e os objetivos da pesquisa. Cada instrumento possui suas próprias características e vantagens, e sua escolha deve ser baseada nas necessidades específicas da pesquisa. Além disso, a combinação de instrumentos mais amplos, como o interRAI-HC e o EQ-5D, com escalas de depressão mais específicas, como a GDS, BDI-II e a Escala EURO-D de 12 itens, pode fornecer uma avaliação mais abrangente e precisa da depressão em idosos. Isso é fundamental para a detecção precoce e intervenções eficazes, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar emocional desses indivíduos.

Assim, constatou-se que os instrumentos utilizados nos estudos analisados não são estritamente limitados a um nicho específico de profissionais, desde que estes estejam devidamente capacitados para a aplicação e contem com o manual do instrumento. Contudo, as pesquisas revisadas evidenciaram que os profissionais da área da saúde foram os principais responsáveis pela aplicação dos instrumentos de rastreio de sintomas depressivos. Todavia, ressalta-se que, além dos instrumentos previamente descritos, existem outros instrumentos de avaliação psicométrica que possuem restrições quanto ao uso exclusivo por profissionais qualificados, que possuam amplo conhecimento acerca da aplicação e interpretação dos resultados.

Assim, afirma-se ainda que os profissionais de saúde desempenham um papel crucial na detecção de sinais, sintomas e diagnóstico de depressão em pessoas idosas, portanto, sugere-se que eles devem estar capacitados para avaliar a saúde mental dos idosos em suas práticas clínicas, incluindo a realização de entrevistas adequadas, questionários de triagem e avaliação. Além disso, a detecção precoce permite um tratamento oportuno, o que pode melhorar significativamente os resultados para os idosos. A depressão não tratada ou não adequadamente tratada pode levar ao agravamento dos sintomas, piora da função cognitiva, isolamento social, aumento do risco de doenças físicas e até mesmo aumento do risco de mortalidade. Ao identificar e tratar a depressão precocemente, é possível reduzir esses impactos negativos na vida dos idosos.

A aplicação clínica dos achados do presente artigo de revisão oferece aos profissionais de saúde uma visão abrangente das ferramentas disponíveis, permitindo-lhes escolher aquelas mais adequadas aos pacientes e contextos específicos. Além disso, ao destacar as melhores práticas, a revisão contribui para a melhoria da qualidade do atendimento, uma vez que o diagnóstico precoce e preciso da depressão é crucial. Isso pode levar a intervenções mais eficazes e ao bem-estar dos idosos. Além disso, a revisão pode influenciar a pesquisa futura, estimulando o desenvolvimento de instrumentos mais aprimorados. Em resumo, a aplicação clínica desses achados é fundamental para promover a saúde mental e a qualidade de vida dos idosos, além de aprimorar a prática clínica e direcionar futuras investigações na área.

Contudo, o presente artigo de revisão integrativa apresenta limitações que incluem a disponibilidade variável de fontes de dados, o viés de publicação que favorece resultados positivos, restrições de idioma que podem excluir pesquisas relevantes, viés de seleção e a heterogeneidade dos estudos incluídos. Além disso, a qualidade metodológica dos estudos, o viés de confundimento, as mudanças na prática clínica ao longo do tempo e a limitação na generalização das descobertas são fatores que podem influenciar a validade e a aplicabilidade das conclusões da revisão, reconhecer essas premissas possibilita uma avaliação crítica e contextualizada dos resultados encontrados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão da literatura identificou os instrumentos mais utilizados no rastreio de sintomas depressivos empregados na população idosa, elucidando sua relevância e utilidade no contexto clínico. Esses instrumentos revelam-se especialmente pertinentes para profissionais da saúde, embasando suas práticas diárias e contribuindo para uma abordagem mais abrangente e eficaz no cuidado com os idosos. A atenção cuidadosa aos fatores de risco e às comorbidades associadas à depressão é fundamental.

Os estudos analisados também enfatizaram a importância de capacitar os profissionais sobre a viabilidade da incorporação dessas escalas e inventários em suas práticas cotidianas, dada a sua acessibilidade econômica, facilidade e rapidez de aplicação.

O conhecimento e a utilização de escalas validadas para a avaliação da depressão em idosos são fundamentais para a detecção precoce, o diagnóstico preciso, o monitoramento do tratamento e a condução de pesquisas científicas mais robustas. Essas escalas oferecem uma abordagem padronizada e confiável na avaliação dos sintomas depressivos, contribuindo para uma compreensão e manejo aprimorados da depressão em pessoas idosas.

O rastreio e avaliação de sintomas depressivos em pessoas idosas é uma área de grande importância na saúde pública, tanto no Brasil quanto no mundo. Assim, é essencial desenvolver estratégias eficazes para melhorar o acesso aos cuidados de saúde mental, bem como investir em programas de conscientização e capacitação de profissionais de saúde voltados para a identificação e tratamento adequado da depressão em idosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Osvaldo P.; ALMEIDA, Shirley A. Confiabilidade da versão brasileira da Escala de Depressão em Geriatria (GDS) versão reduzida. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, São Paulo, v. 57, p. 421-426, mar. 1999.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Trans-tornos Mentais:** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BATISTONI, Samila Sathler Tavares; NÉRI, Anita Liberalesso; CUPERTINO, Ana Paula. Validade e confiabilidade da versão Brasileira da Center for Epidemiological Scale-Depression (CES-D) em idosos Brasileiros. **Psico-USF**, Campinas, v. 15, p. 13-22, jan./jun 2010.

BIASUTTI, Michele; MANGIACOTTI, Anthony. Music training improves depressed mood symptoms in elderly people: a randomized controlled trial. The International **Journal of Aging and Human Development**, New York, v. 92, n. 1, p. 115-133, jan. 2021.

BORGES, Daniela Teixeira; DALMOLIN, Bernadete Maria. Depressão em idosos de uma comunidade assistida pela Estratégia de Saúde da Família em Passo Fundo, RS. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Florianópolis, v. 7, n. 23, p. 75-82, jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Tentativas e suicídios na população idosa do Brasil. Brasília-DF: Ministério da Saúde. Volume 51, Nº 38, p. 1–08, set. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2020/boletim-epidemiologico-vol-51no38#:~:text=Em%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20as%20demais,2%2C6%25%20em%20adolescentes. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 out. 2006.

CHANG, Ting-Ya et al. Is there a close association of depression with either constipation or dysosmia in Parkinson's disease?. **Scientific Reports**, Londres, v. 10, n. 1, p. 15476, set. 2020.

DIAS, Casio Antônio et al. Depressão no idoso: causas, consequências e ações de enfermagem para a prevenção e acompanhamento Depression in the elderly: causes, consequences and nursing actions for prevention and follow-up. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 5, n. 3, p. 11801-11821, mar. 2022.

FELÍCIO, Diogo Carvalho et al. Knee extension strength and handgrip strength are important predictors of Timed Up and Go test performance among community-dwelling elderly women: a cross-sectional study. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 139, p. 77-80, 2021.

FERREIRA, Fernanda Pretti Chalet. **Adaptação transcultural da versão brasileira do interRAI-Home Care:** avaliação multidimensional em assistência domiciliar. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP), 2015.

FERREIRA, Fernanda Guedes et al. Prevalência de depressão e fatores associados em idosos atendidos na Atenção Primária à Saúde em região metropolitana do Distrito Federal. **Scientia Medica**, Brasília, v. 31, n. 1, p. e38237-e38237, jan./mar. 2021.

FISICARO, Francesco et al. Moderate mocha coffee consumption is associated with higher cognitive and mood status in a non-demented elderly population with subcortical ischemic vascular disease. **Nutrients**, Basel, v. 13, n. 2, p. 536, fev. 2021.

GIL, Isabel Maria de Assunção et al. Eficácia da reminisciência na cognição, sintomas depressivos e qualidade de vida em idosos: protocolo de revisão sistemática. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n. 16, p. 155-159, jun. 2018.

GREGOLETI, Viviane; SCORTEGAGNA, Silvana Alba. Perfil sociodemográfico e clínico da população de idosos com transtorno depressivo. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, abr. 2015.

GUIMARÃES, Lara de Andrade et al. Depressive symptoms and associated factors in elderly long-term care residents. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 3275-3282, out. 2019.

HA, Jiyeon; PARK, Yeon-Hwan. Effects of a person-centered nursing intervention for frailty among prefrail community-dwelling older adults. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 18, p. 6660, 2020.

HSIEH, Sun-Wung et al. Effects of multiple training modalities in the elderly with subjective memory complaints: A pilot study. **Medicine**, v. 98, n. 29, 2019.

HUANG, Feifei et al. Is geriatric depression scale a valid instrument to screen depression in Chinese community-dwelling elderly?. **BMC geriatrics**, v. 21, n. 1, p. 310, 2021.

KAJITA, Hiroyuki et al. The effect of a multimodal dementia prevention program involving community-dwelling elderly. **Psychogeriatrics**, v. 22, n. 1, p. 113-121, 2022.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

KOZICKA, Izabela et al. Factors Determining the Occurrence of Frailty Syndrome in Hospitalized Older Patients. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 19, p. 12769, 2022.

LARA, Lívia da Mara. et al. Aplicação da Avaliação Geriátrica Ampla (AGA) em pacientes cardiopatas. **Revista Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 103-103, abr./jun. 2022.

LEITCH, Sharon et al. Comparison of psychosocial variables associated with loneliness in centenarian vs elderly populations in New Zealand. **JAMA network open**, v. 1, n. 6, p. e183880-e183880, 2018.

LEMIEUX, Christopher et al. Evaluation of the impact of autologous hematopoietic stem cell transplantation on the quality of life of older patients with lymphoma. **Biology of Blood and Marrow Transplantation**, v. 26, n. 1, p. 157-161, 2020.

LEMOS, Keilini da Paz. et al. Relação entre sintomas depressivos e risco de quedas em idosos cadastrados em uma Unidade Básica de Saúde. **Fisioterapia Brasil**, Petrolina, v. 20, n. 2, jul./ago. 2019.

MARCELINO, Evanilza Maria et al. Prevalência de sintomas depressivos e condições de saúde em idosos atendidos na atenção primária à saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 36, dez. 2021.

MARCONCIN, Priscila et al. Prevalence of frailty and its association with depressive symptoms among european older adults from 17 countries: A 5-year longitudinal study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 21, p. 14055, 2022.

MARQUES, Daniela Silva et al. Uso de instrumentos assistenciais pelo enfermeiro no rastreio de sintomas depressivos em idosos. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 1, p. e13811124566-e13811124566, jan. 2022.

MATA, Luciana Regina Ferreira da et al. Validade e confiabilidade da Escala de Solidão da UCLA versão 3 entre idosos brasileiros. **Escola Anna Nery**, Rio de janeiro, v. 26, nov. 2021.

MATIAS, Amanda Gilvani Cordeiro et al. Indicadores de depressão em idosos e os diferentes métodos de rastreamento. **Einstein**, São Paulo, v. 14, p. 6-11, mar. 2016.

MELO, Breno Guedes de et al. Prevalência de sintomas depressivos em pacientes de serviços ambulatoriais de clínica médica. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 68, p. 215-220, mar. 2020.

MENDRANO, Amanda Lena et al. Associação entre declínio cognitivo, sintomas depressivos e do medo de cair com a velocidade da marcha confortável em idosos comunitários. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, jan. 2022.

MUSZALIK, Marta et al. Implications of the Metabolic Control of Diabetes in Patients with Frailty Syndrome. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 16, p. 10327, 2022.

NEROBKOVA, Nataliya et al. Frailty transition and depression among community-dwelling older adults: the Korean Longitudinal Study of Aging (2006–2020). **BMC geriatrics**, v. 23, n. 1, p. 148, 2023.

NOGUEIRA, Eduardo Lopes et al. Rastreamento de sintomas depressivos em idosos na Estratégia Saúde da Família, Porto Alegre. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 368-377, jun. 2014.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Depression**. 2021. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression. Acesso em: 05 maio 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em. Acesso em: 25 maio 2023.

RICHARD-DEVANTOY, Stéphane. et al. Low MoCA performances correlate with suicidal ideation in late-life depression. **Psychiatry Research**, Cambridge, v. 301, p. 113957, fev. 2021.

SERRA, Marcela Araújo. et al. Prevalência de sintomas depressivos no idoso hospitalizado: estudo comparativo. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 36091, abril, 2019.

SHUKLA, Aishwarya. et al. Hearing loss, hearing aid use, and depressive symptoms in older adults—findings from the atherosclerosis risk in communities neurocognitive study (ARIC-NCS). **The Journals of Gerontology: Series B**, Washington D.C., v. 76, n. 3, p. 518-523, fev. 2021.

SILVA, Jorge Luiz. et al. Revisão sistemática da literatura sobre intervenções antibullying em escolas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 2329-2340, jul. 2017.

SOLER, Virtude Maria et al. Envelhecimento-indicadores de depressão em idosos. **CuidArte, Enfermagem**, São Paulo, p. 213-218, jul./dez. 2020.

SOUSA, Maria Sharmila Alina de.; WAINWRIGHT, Megan.; SOARES, Cassia Baldini. **Sínteses de Evidências Qualitativas**: Guia introdutório. 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41629>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein,** São Paulo, v. 8, p. 102-106, mar. 2010.

TANA, Claudio et al. Impact of nutritional status on caregiver burden of elderly outpatients. A cross-sectional study. **Nutrients**, v. 11, n. 2, p. 281, 2019.

TORQUETI, Aléxia Ximenes; SOARES, Edvaldo. Declínio cognitivo, depressão e fragilidade em idosos: incidência e relações. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 21, n. 4, p. 109-128, 2018.

YESAVAGE, Jerome A. et al. Development and validation of a geriatric depression screening scale: a preliminary report. **Journal of Psychiatric Research**, Oxford, v. 17, n. 1, p. 37-49, 1982-1983.

INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

INTERSECTORALITY IN THE SCHOOL HEALTH PROGRAM: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Área temática: Educação de qualidade

BAIÃO, Lincoln Roberto Alves
Universidade de Franca
Graduando em Psicologia
lincolnalves479@gmail.com

da SILVA, Jorge Luiz
Universidade de Franca
Doutor em Enfermagem em Saúde Pública
jorge.silva@unifran.edu.br

Resumo

O objetivo deste estudo foi identificar na literatura as características da atuação intersetorial entre saúde e educação no Programa Saúde na Escola. Portanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura. A busca e seleção bibliográficas foram realizadas nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO). A estratégia PICo (P = População ou problema; I = Fenômenos de interesse; Co = Contexto) utilizou-se para a elaboração da questão norteadora da busca bibliográfica: “Quais as características da atuação intersetorial entre saúde e educação no Programa Saúde na Escola?”. Os critérios de inclusão previamente elaborados foram: somente estudos publicados no formato de artigos, publicados em inglês, português e espanhol e com foco específico nos temas investigados. Os cruzamentos de palavras-chave utilizados foram: “Programa Saúde na Escola” AND intersetorialidade; “Programa Saúde na Escola” AND intersetorial; e “Programa Saúde na Escola” AND intersetoriais. Os resultados indicaram que a atuação intersetorial no Programa Saúde na Escola ocorreu em todos os estudos, com variações no modo como era realizada. As facilidades identificadas foram: fortalecimento da relação nos setores; comunicação e diálogo; decisões tomadas compartilhadas e compartilhamento de responsabilidades. As dificuldades envolveram: conflitos de interesses entre os setores; conciliação de agendas; rotatividade de representantes; grande quantidade de membros; centralidade na tomada de decisão; decisões tomadas por gestores; e burocracia dos setores. Conclui-se que as facilidades e dificuldades identificadas podem proporcionar reflexões e elaboração de estratégias que visem a melhoria do modo com a atuação intersetorial ocorre no Programa Saúde na Escola.

Palavras-chave: Programa Saúde na Escola, intersetorialidade, saúde do escolar.

Abstract

To identify in the literature the characteristics of intersectoral collaboration between health and education in the School Health Program. Integrative literature review. The bibliographic search was conducted in the BVS and SciELO databases. The PICo stategy was used to establish the question guiding the bibliographic search: "What’s are the characteristics of intersectoral approach to health and education in the School Health Program?" Inclusion criteria were: studies published in the format of a scientific article, written in English, Portuguese, or Spanish, specifically focusing on the topics of interest. In addition, the following keywords were used: "School Health Program" AND Intersectorality; "School Health Program" AND Intersectorality; and "School Health Program" AND Intersectoral Collaborations". All studies reported inttersectoral collaboration in the School Healtth Program with variations in its implementation. Strengths included stengthened relations between sectors; communication and dialogue; shared decision-making; and shared responsibility. Weaknesses were conflicts of interest between the actors; problems reconciling calendars; representative turnover; many

members; focus on decision-making; managers' decision-making; and sectors' bureaucracy. Such strengths and weaknesses can support reflections and strategies to improve intersectoral collaboration in the School Health Program.

Keywords: School Health Program, intersectoral collaboration, student health

1 INTRODUÇÃO

O Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, foi instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, fruto do esforço do governo federal em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Nesse contexto, as políticas de Saúde e Educação voltadas às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos adultos da educação pública estão unindo-se para promover o desenvolvimento pleno deste público (BRASIL, 2015).

O PSE vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde, educação e outras redes sociais para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos estudantes de escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2015).

Quando abordamos aqui a relação de saúde e educação, trazemos as questões que agem em torno desses dois eixos, que ao longo da pesquisa será evidenciado a principal ação sendo ela a intersetorialidade. De acordo com Junqueira (2000), Inojosa (2001) e Nascimento (2010) apud Garcia et al. (2014, p. 967), a intersetorialidade envolve a articulação de “saberes e experiências de diferentes sujeitos e serviços sociais que contribuem nas decisões de processos administrativos para o enfrentamento de problemas complexos, com ações voltadas aos interesses coletivos que melhoram a eficiência da gestão política e dos serviços prestados”.

Fundamentado nos princípios da intersetorialidade e da territorialidade, o PSE deve se materializar na parceria entre escola e unidade básica de saúde como espaço de convivência social que possibilite o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde (LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018).

> É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza, homem/homem que determinam a construção social da cidade. Nessa perspectiva, é interessante ressaltar que a intersetorialidade não é um conceito que engloba apenas as dimensões das políticas sociais, mas também a sua interface com outras dimensões da cidade, como sua infraestrutura, ambiente, que também determinam a sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais (JUNQUEIRA, 2004, p. 132).

Quando pensamos na constituição do trabalho do Programa Saúde na Escola, fica levantado essa questão propriamente dita, de saber como essa relação se estabelece entre os setores, uma dinâmica prevista baseada em prevenção e promoção de saúde envolvendo a classe escolar e toda a população enquadrada nesse enfoque interventivo, que propicia um relacionamento entre equipes, e ações determinantes para lidar com problemas levantados. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar na literatura as características da atuação intersetorial entre saúde e educação no Programa Saúde na Escola.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tipo de estudo

O presente estudo constitui uma revisão integrativa da literatura, um método com confiabilidade e eficácia, que reúne e sintetiza, os “resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado” (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008, p. 759). Ela é realizada em seis etapas: 1) Definição de uma questão de pesquisa para a elaboração da revisão; 2) Delimitação de critérios de inclusão e exclusão de estudos identificados na busca bibliográfica; 3) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) Avaliação dos estudos

incluídos na revisão integrativa; 5) Interpretação dos resultados; e 6) Apresentação da síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Bases de dados e busca bibliográfica

A busca bibliográfica sobre a atuação intersetorial entre saúde e educação no Programa Saúde na Escola foi realizada em duas bases de dados, sendo elas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram realizados os cruzamentos de palavras-chave: "Programa Saúde na Escola" AND intersetorialidade; "Programa Saúde na Escola" AND intersetorial; e "Programa Saúde na Escola" AND intersetoriais. Nas duas bases de dados as buscas foram realizadas no campo título. A questão norteadora: "Quais as características da atuação intersetorial entre saúde e educação no Programa Saúde na Escola?", foi elaborada de acordo com o anagrama PICo, no qual P significa população ou problema, I se refere a fenômenos de interesse e Co corresponde a contexto (STERN; JORDAN; MCARTHUR, 2014).

Critérios de inclusão e exclusão dos artigos

O processo de inclusão foi realizado por meio de três critérios, sendo eles: a) somente artigos, visando a obter resultados mais válidos e precisos pelo rigor avaliativo que este tipo de texto passa antes de sua publicação; b) artigos publicados em português, inglês e espanhol, permitindo assim uma busca mais abrangente de conhecimentos; c) estudos com foco específico nos temas investigados, ou seja, Programa Saúde na Escola e intersetorialidade.

Procedimentos da revisão

A busca pelos artigos nas respectivas bases de dados aconteceu no mês de agosto de 2022. Dois revisores realizaram as buscas, selecionaram e estudaram os respectivos artigos selecionados. As diferenças nas duas buscas foram discutidas até a obtenção de consensos. As informações dos artigos selecionados foram organizadas por meio de uma planilha do programa Microsoft Excel, que continha os dados: título do artigo, autores, ano de publicação, nome da revista, país de realização da pesquisa, objetivo do estudo, método (tipo de estudo), método (amostra/população do estudo) e resultados. Optamos por esse modo de seleção por nos permitir uma visão mais ampla de todas as obras escolhidas.

3 RESULTADOS

Ao realizarmos a busca bibliográfica nas bases de dados, identificamos 18 resultados, mas 5 eram repetidos e foram excluídos. Assim, após a primeira exclusão, analisamos 13 artigos pelos títulos e resumos e excluímos 6 por não se enquadrarem nos critérios de inclusão elaborados para a revisão. Os 7 artigos restantes foram lidos na íntegra e mais 2 foram excluídos por se tratar de pesquisas documentais. Ao final, 5 artigos compuseram a revisão integrativa. O processo de busca e seleção está apresentado na Figura 1 e as características dos estudos selecionados na Tabela 1.

Figura 1: Fluxograma PRISMA do processo de busca e seleção dos artigos.

Tabela 1 - Características das publicações utilizadas para a revisão integrativa

Autoria (ano)	País	Amostra	Participantes	Método
FERREIRA et al. (2014)	Brasil	10	Gestores	Qualitativo
FARIAS et al. (2016)	Brasil	19	Agentes comunitários e professores	Qualitativo
SOUSA; ESPERIDIÃO; MEDINA (2017)	Brasil	23	Gestores e profissionais da educação e saúde	Qualitativo
CHIARI et al. (2018)	Brasil	41	Gestores	Qualiquantitativo
PEREIRA et al. (2021)	Brasil	91	Profissionais da saúde e da educação	Qualitativo

Como apresentado na tabela 1, o tamanho das amostras variou entre 10 e 91 participantes. Os participantes foram gestores e profissionais da educação e da saúde. O método prevalente foi qualitativo (n = 4), havendo apenas um estudo qualiquantitativo.

Os Artigos tiveram publicações em cinco revistas diferentes: *Revista Brasileira de Educação; Revista Brasileira de Educação Médica; Ciência e Saúde Coletiva; Cadernos de Saúde Pública; Physis: Revista de Saúde Coletiva.*

Tabela 2 Resumo dos estudos selecionados

	Objetivo	**Resultados**
FERREIRA et al. (2014)	Analisar a percepção de gestores locais sobre a intersetorialidade na condução do Programa Saúde na Escola (PSE) em municípios selecionados.	A maioria das respostas destacou a participação das secretarias de Saúde e Educação (municipais e estaduais) na instituição do GTI municipal. Apesar da composição intersetorial do GTI, os participaram destacaram que o setor Saúde prevalecia nas tomadas de decisão. Quanto ao meio de solução procurado para se entenderem, apareceu a comunicação e o diálogo como principais ferramentas na busca de soluções. Quando levantadas as questões de dificuldades no trabalho intersetorial, os participantes do setor Educação, elencaram a "Centralidade na tomada de decisões", a "Integração em trabalho coletivo", a "Burocracia dos setores", o "Planejamento conjunto das ações". Os participantes do setor Saúde destacaram: "Conciliar agenda com diversos atores", "Aceitação de profissionais de outras áreas", "Rotatividade de representantes". Referente às facilidades apresentadas, foram citadas as parcerias no compartilhamento de responsabilidades, a avaliação do PSE, a mobilização de recursos financeiros e humanos, a qualidade dos trabalhos e das ações.
FARIAS et al. (2016)	Conhecer e analisar o processo da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola em município de Pernambuco.	Os participantes identificavam a prática intersetorial no desenvolvimento do Programa Saúde na Escola, embora alguns destacassem a existência de conflitos de interesse entre os setores Saúde e Educação, principalmente em relação a sobrecarga de trabalho e problemas de comunicação.
SOUSA et al. (2017)	Analisar a ação intersetorial no processo de implementação do Programa Saúde na Escola em município do Nordeste Brasileiro.	O setor que se mostrou mais participativo foi o da Saúde, em termos de tomada de decisão e mobilização de recursos. O setor Educação atuou de uma maneira mais "escondida", em segundo plano. As atividades desenvolvidas eram realizadas no formato de palestras com abordagem biomédica. O programa fortaleceu as relações entre os setores. Porém, a intersetorialidade no processo político-gerencial e nas práticas demonstraram fragilidades e limitações.
CHIARI et al. (2018)	Avaliar a implementação e a execução do Programa Saúde na Escola, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.	Poucos respondentes souberam informar a composição o GTI-M e sobre a coordenação compartilhada do mesmo. O setor Educação foi o que teve maior participação nas atividades do GTI-M. A maioria dos participantes reconhece que as decisões são tomadas de forma compartilhada, embora algumas decisões são tomadas em instâncias superiores de gestão, além do GTI-M. Foi destacado que a grande quantidade de membros do GTI-M dificulta a participação de todos.
PEREIRA et al. (2021)	Compreender as ações intersetoriais entre a Saúde e a Educação e o contexto do Programa Saúde na Escola em municípios de Minas Gerais.	O estudo nos trouxe os municípios de Sete Lagoas e o de Itapecerica, o primeiro teve 100% de adesão ao PSE, porém apresentou menor proximidade com o setor Saúde, quanto ao outro município, que não tinha adesão ao PSE. Os resultados demonstraram que a intersetorialidade acontecia nos dois municípios, independendo da adesão ao programa.

4 DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo foi identificar na literatura as características da atuação intersetorial entre saúde e educação no Programa Saúde na Escola. Os resultados indicaram que a intersetorialidade esteve presente no planejamento ou na realização das atividades do Programa Saúde na Escola em todos os artigos analisados, conforme é recomendado aos gestores do programa (BRASIL, 2022).

Além disso, a intersetorialidade enquanto articulação entre diferentes setores, sujeitos, saberes e experiências, foi identificada em suas potencialidades e facilidades, proporcionando uma atuação mais complexa e integral. O fortalecimento das relações entre os setores, o diálogo interdisciplinar, o compartilhamento de responsabilidades e a tomada de decisão realizada de forma colaborativa, foram exemplos de como a atuação intersetorial contribuiu ao planejamento e qualidade das ações realizadas no âmbito do PSE nos diferentes estudos analisados (SOUSA; ESPERIDÃO; MEDINA, 2017; FERREIRA et. al., 2014; CHIARI et. al., 2018). Essas facilidades mostram que acima de tudo ainda se encontra meios e ações plausíveis de evidências que agem para o funcionamento e o estabelecimento do PSE. É importante destacar, entretanto, que as facilidades não são efeitos positivos que se estabelece uma realização de que não existe nada mais a ser feito, pelo contrário com base nelas que se permite apresentações e debates para a melhoria das mesmas e em discussão para levantamento de novas possíveis facilidades.

Mediante as dificuldades apresentadas nos estudos, ficam evidentes alguns obstáculos à efetivação da atuação intersetorial, vinculados ao funcionamento interno ou a questões externas que agem sobre o trabalho de ambos os setores. Assim, uma participação que de início era para ser considerada sólida e administrada em conjunto acaba sofrendo rupturas e uma sobreposição a mais de certo setor, onde ocorre a prevalência. Nesse sentido, observou-se nos estudos analisados a prevalência de um setor referente ao outro, maior participação do setor Saúde em relação ao setor Educação (FERREIRA et al., 2014; SOUSA; ESPERIDÃO; MEDINA, 2017) ou, o inverso, do setor Educação em relação ao setor Saúde (CHIARI et al., 2018).

As sobreposições de um setor em relação ao outro, possui diferentes causalidades. Por exemplo, os desafios para um maior envolvimento da Educação podem envolver: uma grande carga horária dos profissionais da educação (LUCENA; CAVALCANTI; LUCENA 2015); uma visão incompleta do trabalho da educação no PSE (DIAS et al. 2020); e a falta de uma qualificação para esses profissionais sobre o PSE (CAVALARI, 2019; DIAS et al., 2020).

Referente aos problemas de comunicação, que recaem em uma centralidade de tomada de decisões, fazendo com que essas decisões sejam tomadas por superiores, o que afeta negativamente o planejamento coletivo de ações (FARIAS et al., 2016; CHIARI et al., 2018; FERREIRA et al., 2014). Isso é preocupante porque a comunicação é uma ferramenta valiosa no processo do PSE, por meio dela repassa-se formas de pensamentos, debate-se dificuldades e problemas, conduz-se reuniões, entre outros. Portanto, a comunicação fomenta e é a base de início para um bom resultado do programa e para uma intersetorialidade efetiva.

A dificuldade que antecede a comunicação e que seria uma causa principal para esse desfalque na base do programa, seria a sobrecarga de trabalho, um planejamento conjunto de ações, a conciliação de agendas dos atores, algumas decisões são tomadas em instâncias superiores de gestão, a rotatividade de representantes, uma grande quantidade de membros do GTI-M que dificulta a participação de todos e burocracia dos setores (FARIAS et al., 2016; FERREIRA et al., 2014; CHIARI et al., 2018).

Ao abordarmos as dificuldades apresentadas pelo PSE, fica nítido um longo processo de discussão entre representantes e gestores para a busca de melhoras significativas neste contexto, aprimorando formas de trabalho já evidenciadas, respaldando em um olhar amplo para todo o programa, de todos os lados. Essas dificuldades existem para que através delas passem as melhorias na formatação do trabalho intersetorial entre os setores, onde resultaria em maneiras eficazes para se trabalhar em contexto de aprendizagem unindo diversos meios e pessoas para se basear em ações de promoção e prevenção de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersetorialidade esteve presente no planejamento ou na realização das atividades do Programa Saúde na Escola em todos os artigos analisados e apresentou potencialidades e facilidades no modo como ocorria nas relações entre os setores Saúde e Educação para efetivação das ações do PSE. Com base nos estudos analisados, este trabalho possibilitou compreender melhor a construção deste eixo central na saúde, refletindo que precisamos percorrer um caminho de evolução, e trabalhar principalmente em melhoras significativas para melhorar a atuação conjunta entre os setores Saúde e Educação para que o PSE seja realizado de forma integral nas escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno do Gestor do PSE**. Ministério da Educação: Brasília. 2022.

CAVALARI, N.R. As práticas intersetoriais no programa saúde na escola (PSE) de Niterói-RJ. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 1-151. 2019.

CAVALCANTI, B.P; LUCENA, F.M.C; LUCENA, C.L.P. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, vol.14, n. 2, p. 387-402. 2015.

CHIARI, G.P.A. et al. Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 5. 2018.

DIAS, D.C.B. et al. Programa Saúde na Escola (PSE): o processo de formação dos profissionais no município do Crato, Ceará, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n. 9, p. 64188-64201. 2020.

FARIAS, V.C.I. et al. Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Pernambuco, v. 40, n. 2, p. 261-267. 2016.

FERREIRA, C.R.I. et al. Percepções de gestores locais sobre a intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, p.1-18. 2014.

GARCIA, L. M. T, et.al. Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências. **Saúde em Debate**, v.38, n.103, p. 966–980. 2014.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, 2000.

LOPES, I. E., NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 118, p. 773–789. 2018.

MENDES, S.D.K; SILVEIRA, P.C.C.R.; GALVÃO, M.C. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. (4), p. 758–764. 2008.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, 2010.

PEREIRA, D.M. et al. Ações intersetoriais entre a saúde e a educação: apontamentos para o programa saúde na escola. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2., 2021.

SOUSA, M.C; ESPERIDIÃO, M.A; MEDINA, M.G. A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1781-1790. 2017.

STERN, C.; JORDAN, Z.; MCARTHUR, A. Em desenvolvimento a questão de revisão e os critérios de inclusão: Os primeiros passos realização de uma revisão sistemática. **Jornal Americano de Enfermagem**, v. 114, n. 4, pág. 53-56. 2014.

INTERVENÇÕES FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL DE ADOLESCENTES

INTERVENTIONS REGARDING SEXUAL VIOLENCE OF ADOLESCENTS

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

NUNES, Mariana Aparecida Pereira Dias
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Psicóloga; Especialista em Psicologia Clínica com Ênfase na Terapia Cognitivo Comportamental; Mestra e Doutoranda em Promoção de Saúde
mariana_pereirakz@hotmail.com

da SILVA, Jorge Luiz
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Psicólogo; Mestre em Psicologia; Doutor em Enfermagem em Saúde Pública
jorge.silva@unifran.edu.br

Resumo

A violência sexual na adolescência é um fenômeno complexo que atinge milhares de vítimas, trazendo impactos em diferentes âmbitos e aspectos, principalmente no processo do desenvolvimento. Trata-se de um fenômeno histórico e cultural que devido às suas consequências é considerada como uma das formas mais graves de violência nessa fase do desenvolvimento. Considerando a importância da realização de ações e elaboração de estratégias direcionadas ao enfrentamento da violência sexual, este estudo tem por objetivo investigar as formas de intervenção direcionadas ao enfrentamento da violência sexual contra adolescentes. Destaca-se a relevância dessas ações como forma de proteção e garantia dos direitos dos adolescentes. Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa da literatura nas bases de dados "Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)"; " Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem On-line (MEDLINE)"; e "Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (SCIELO)". Foram selecionados 13 artigos. Os resultados apontaram os meios que possibilitam a prevenção e o enfrentaento da violência sexual como: a importância de ações que visam a oferta de informações, o uso das metodologias ativas, teatros, rodas de conversa, oficinas, educação sexual e o uso das metodologias ativas. Conclui-se que essas intervenções favorecem a oferta e a troca de informações e conhecimentos, contribuindo com a proteção e o empoderamento dos adolescentes, e com a busca por ajuda frente situações de violência.

Palavras-chave: Violência sexual, adolescentes; intervenções.

Abstract

Sexual violence in adolescence is a complex phenomenon that affects thousands of victims, bringing impacts in different areas and aspects, mainly in the development process. It is a historical and cultural phenomenon that, due to its consequences, is considered one of the most serious forms of violence at this stage of development. Considering the importance of developing actions and strategies aimed at combating sexual violence, this study aims to investigate the main forms of intervention aimed at combating sexual violence against adolescents. The relevance of these actions as a way of protecting and guaranteeing the rights of adolescents is highlighted. A narrative review of the literature was carried out in the databases "Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS)"; "Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem Online (MEDLINE)"; and "Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (SCIELO). 13 articles were selected. The results highlighted the means that enable the prevention and confrontation of sexual violence, such as: the importance of actions aimed at offering information, the use of active methodologies, theaters, conversation circles, workshops, sexual education and the use of active methodologies. It is concluded that these interventions favor the provision/exchange of information and knowledge, contributing to the protection and empowerment of adolescents and the search for help in situations of violence.

Keywords: Sexual violence, teenagers; interventions.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo que atinge milhares de vítimas, desencadeando diversos impactos em diferentes aspectos, principalmente no processo do desenvolvimento (FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017). Trata-se de um fenômeno histórico e cultural, cuja ocorrência no Brasil é reforçada por ideias e crenças direcionadas à violação contra crianças, adolescentes e mulheres. Crenças que remetem a ideologias machistas, nas quais as estruturas sociais colocam o homem como centro e proprietário das famílias e da sociedade e, muitas vezes, em vez de protegerem, tornam-se agressores (PAIXÃO; NETO, 2020).

De acordo com O'Leary, Easton e Gould (2017), devido aos impactos desencadeados pela violência sexual, ela é considerada uma das formas mais graves de violência que atinge a infância e adolescência. Ela ocorre principalmente em contextos que deveriam propiciar a proteção de crianças e adolescentes (FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017). Por se tratar de um fenômeno universal, a violência sexual demanda medidas de enfrentamento e intervenções nos diversos setores e segmentos sociais, como educação, saúde, política, justiça, família e sociedade (SOMA; WILLIAMS, 2014).

Nesse sentido, o Brasil avançou em relação à garantia dos direitos infantojuvenis, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) como maior símbolo das mudanças realizadas, o qual desencadeou conquistas importantes relacionadas à gestão política, ao atendimento e à garantia dos direitos desses públicos. O ECA visa, entre outros aspectos, a garantir uma proteção integral das crianças e adolescentes, o que inclui prevenir e impedir a prática de diferentes formas de violência, dentre elas a violência sexual.

No entanto, apesar dos avanços frente à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, a violência sexual muitas vezes é invisibilizada devido ao medo de se relatar as situações de violência e realizar a denúncia, bem como em função da fragilidade dos serviços e órgãos de proteção à criança e ao adolescente em acolher e tomar as medidas cabíveis frente a tais situações. Assim, o conhecimento correto acerca da temática possibilita o fortalecimento das políticas públicas e de ações direcionadas ao enfrentamento da violência sexual (MIRANDA *et al.*, 2020).

Considerando a importância do desenvolvimento de ações e estratégias direcionadas ao enfrentamento da violência sexual, este estudo teve por objetivo investigar as formas de intervenção direcionadas ao enfrentamento da violência sexual contra adolescentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A promoção da saúde (PS) é considerada uma das estratégias mais efetivas relacionadas à saúde na sociedade atual devido à sua eficácia nas abordagens relacionadas a "doenças crônicas degenerativas, e a violências e acidentes, especialmente as situações de agravos „reemergentes e negligenciados'", conforme evidenciado no trabalho de Melo *et al.* (2018, p. 5).

A PS tem como um de seus princípios a autonomia, que se refere à condição dos indivíduos compreenderem e se comportarem criticamente, contribuindo com a transformação pessoal e social e com a cultura da paz. Referente à violência, o objetivo é evitar todas as formas de violência e contribuir com a conscientização da sociedade para a prevenção e a resolução de conflitos, visando a impedir as formas de intolerância, injustiça e opressão (BRASIL, 2012).

No que tange às estratégias da promoção da saúde, destaca-se o empoderamento, que tem por objetivo propiciar aos indivíduos experiências que possam contribuir para adquirirem controle de suas decisões e que se tornem capazes de viver as diferentes etapas da vida, lidando de forma assertiva com os desafios impostos (WHO, 2005; POLAND; GREEN; ROOTMAN, 2000). Ou seja, o empoderamento contribui para a formação de sujeitos ativos na ação de seus comportamentos (TEIXEIRA, 2006). Destaca-se a importância dos espaços como escolas, trabalho, espaços coletivos e comunitários como propícios para contribuir com empoderamento (WHO, 2005; POLAND; GREEN; ROOTMAN, 2000). Nesse sentido, as ações educativas são essenciais para que o empoderamento seja construído (TEIXEIRA, 2006).

É importante destacar também que as intervenções direcionadas ao enfrentamento da violência sexual na adolescência são resultados de ações intersetoriais (VASCONCELOS *et al.*, 2020). A intersetorialidade refere-se a um movimento político composto pela articulação de saberes, experiências e ações interligadas em rede, propiciando a articulação entre diferentes instituições e

setores para o desenvolvimento de estratégias que visam a solucionar os problemas e desigualdades sociais (MONNERAT; SOUZA, 2014). Dessa forma, a intersetoralidade atua como uma estratégia efetiva no enfrentamento da violência sexual por meio da articulação entre os diversos setores e segmentos de atendimento ao adolescente, entre eles destacam-se os setores da saúde, educação, cultura, esporte e assistência social (VASCONCELOS *et al*., 2020).

A PS também está relacionada à prevenção dos fatores de risco e agravos. A prevenção, por sua vez, está relacionada à oferta de informações de base científica e orientações normativas direcionadas a mudanças de hábitos com vistas a se evitar e enfrentar fatores de risco e acontecimentos que impactem negativamente a qualidade de vida. Ademais, estimula a autonomia das pessoas para a tomada de decisões e escolhas saudáveis (CZERESNIA, 2009).

A PS do adolescente perpassa a prevenção, estando relacionada à qualidade de vida, ao desenvolvimento e ao aprimoramento das habilidades sociais, à realização pessoal, ao acesso aos direitos e condições básicas como educação, saúde, lazer, moradia e proteção aos fatores de risco, como a violência (SENNA; DESSEN, 2015).

Todavia, apesar dos avanços relacionados à PS do adolescente e às políticas públicas, ainda existem muitas práticas fragmentadas que precisam de melhorias, pois muitas ações ainda estão pautadas no modelo biomédico, desconsiderando os aspectos biopsicossociais e as singularidades dos adolescentes (PENSO *et al*., 2013).

No que concerne às situações de violência contra adolescentes, sobretudo a violência sexual, ainda não foi possível encontrar uma solução frente ao problema nos contextos cultural, social e familiar. Assim, a prevenção tem sido uma das soluções mais afetivas; ademais, destaca-se a importância da identificação precoce e a atenção aos sinais de alerta apresentados pelas vítimas (PAIXÃO; NETO, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão narrativa, um método apropriado para a identificação e discussão do estado da arte de um determinado assunto, pois envolve uma análise ampla da literatura, sem estabelecer, no entanto, uma metodologia rigorosa e replicável (VOSGERAU; ROMANOWSK, 2014). Apesar de não possuir um passo a passo estruturado para a sua realização, a revisão narrativa é fundamental para a compilação e atualização do conhecimento sobre temáticas específicas, seja por meio da identificação de novas ideias, análise de métodos ou mapeamento de subtemas representados na literatura científica com maior ou menor ênfase (ELIAS et al., 2012).

A busca das produções bibliográficas foi realizada nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem On-line* (MEDLINE) e *Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (SCIELO)*. As palavras-chave utilizadas foram: “violência sexual”; “adolescentes”; “intervenções”. Ao final do processo de busca e seleção 13 estudos foram lidos e tiveram os seus resultados analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prevenção da violência sexual possibilita a oferta de informações e conhecimentos que podem contribuir com o desenvolvimento de habilidades das crianças e adolescentes para reconhecerem, se protegerem e buscarem ajuda diante de situações de violência (ZWI, 2007). Para que isso aconteça, deve haver o envolvimento e a responsabilidade de todos os espaços, órgãos e segmentos em que os adolescentes estão inseridos, tais como família, escola, comunidade entre outros (SOUZA *et al*., 2020).

De acordo com Hirata e Baltazar (2020), para prevenir a violência sexual, é crucial estabelecer o diálogo e fornecer orientações fundamentadas na diversidade sexual, a fim de oferecer informações sobre a constituição de sua natureza. Nesse sentido, os autores destacam a importância da família nesse processo de prevenção. Santos e Toniosso (2014) afirmam que a família é a principal responsável na condução de valores e condutas do indivíduo, que são essenciais para o processo de desenvolvimento.

No entanto, Santos e Fumagali (2021) destacam que algumas vezes situações de risco podem ser desencadeadas no seio do próprio contexto familiar. As autoras encontraram em seu estudo que na maioria das denúncias de violência sexual o agressor é membro da família.

A escola também é considerada uma instituição importante na prevenção da violência sexual por ser um espaço onde os adolescentes passam a maior parte do seu tempo, expressando suas vivências e sentimentos. Sua função vai além dos processos relacionados ao ensino e aprendizado, sendo responsável pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes (JORDÃO *et al*., 2020). Segundo o ECA (lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990), a escola, a assistência social, a família e a sociedade devem fornecer informações para as crianças e adolescentes sobre seus direitos, sobretudo o direito sexual, contribuindo com a prevenção e o enfrentamento dessa forma de violência.

Por sua vez, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) também assumem um papel importante na prevenção da violência sexual contra adolescentes. De acordo com Lopes (2018), elas realizam ações e estratégias coletivas que contribuem com a sociedade, exercendo atividades de interesse que visam ao bem-estar coletivo. Essas, por sua vez, são responsáveis pelo desenvolvimento de campanhas que objetivam enfrentamento de todas as formas de violência. Em síntese, faz-se necessário um maior envolvimento e participação da sociedade frente à temática da violência sexual, que afeta a sociedade como um todo, sendo considerada um problema social e não apenas individual (JORDÃO *et al*., 2020).

Isso posto, as metodologias ativas têm sido consideradas um elemento importante na prevenção da violência sexual, pois podem facilitar a compreensão dos temas abordados e a resolução de problemas relacionados a essa questão. Por meio delas, os adolescentes poderão ter uma participação ativa e expressar seus sentimentos, compartilhando informações, debatendo suas ideias e contribuindo com a expansão do conhecimento (OLIVEIRA; COSTA; MIRANDA, 2020).

Cordeiro et al. (2017) reforçam que essas são as metodologias mais compatíveis com as expectativas dos adolescentes e que, por meio delas, as relações dialógicas relacionadas ao conhecimento em saúde contribuem para a conscientização das questões relacionadas à violência sexual.

O estudo de Barros (2022) demonstrou que o teatro, as rodas de conversa e as oficinas contribuem com a prevenção da violência sexual. Essas atividades favorecem um diálogo eficaz entre os participantes, possibilitando a desmitificação do tema e fornecendo informações que antes eram desconhecidas, de forma a permitir que elas sejam disseminadas na sociedade. Segundo os autores, essas ações permitem a autonomia dos adolescentes na implementação de estratégias direcionadas ao enfrentamento da violência sexual.

Santos e Fumagali (2021) destaca a importância da educação sexual nos contextos em que os adolescentes estão inseridos. A educação sexual é considerada uma das formas mais efetivas para minimizar os fatores de risco que possam expor os adolescentes a situações de violência sexual (*ibid.*). Entende-se por educação sexual as ações que propiciam a oferta de informações e conhecimentos sobre as temáticas relacionadas a infecções sexualmente transmissíveis (IST), métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, prevenção e detecção das situações de abuso sexual (MIRANDA; CAMPOS; 2022).

Para trabalhar a educação sexual, devem ser consideradas as particularidades de cada grupo por meio da sua faixa etária. É imprescindível que se observem as fases do desenvolvimento, as principais demandas e os assuntos relacionados a elas para que a educação sexual possa ser trabalhada de forma efetiva. A educação sexual possibilita o conhecimento, a intimidade, o consentimento e a autodefesa frente às situações de violência sexual (SANTOS; FUMAGALI, 2021).

As ações praticadas pelos indivíduos fazem parte do conhecimento que eles possuem e, consequentemente, da forma com que se comportam, das suas tomadas de decisões e até mesmo de suas ações coletivas. Assim, a oferta de informações e conhecimentos que vão ao encontro das demandas e da realidade dos adolescentes contribuem com a adoção de comportamentos e atitudes seguras, capazes de promover seu empoderamento para que procurem uma rede de apoio para narrarem as situações de risco a que estão expostos, como a violência sexual (MORAIS *et al*., 2017).

Nesse sentido, de acordo com a Norma Técnica do Ministério da Saúde intitulada: “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes” (BRASIL, 2005, p. 33), é crucial avaliar a necessidade de intervenções que reduzam a dependência e vulnerabilidade, valorizando o apoio familiar e comunitário. Em casos de violência sexual, é importante informar sobre medidas de proteção pessoal e evitar danos adicionais. No abuso incestuoso, é necessário compreender a dinâmica familiar e avaliar o risco para a criança/adolescente, buscando apoio emocional e evitando a estigmatização por meio da colaboração com a escola.

As campanhas de prevenção e enfrentamento da violência sexual realizadas nas mídias e redes sociais devem ser baseadas em pesquisas e fontes confiáveis científicas a fim de contribuir com acolhimento e atendimento adequados das vítimas. Destaca-se a importância da criação de conteúdos que sejam realizados de forma criativa e crítica com intuito de despertar a atenção dos adolescentes bem como assegurar seus direitos (STANLEY *et al*., 2017).

As tecnologias educativas atuam como meio que possibilita a oferta de informações por meio da criação de materiais e conteúdos que visam à oferta de informações e conhecimentos, contribuindo com a comunicação e interação entre os usuários, abordando temas e assuntos relevantes relacionados a saúde (BARBOSA *et al*., 2016).

O resultado do estudo de Silva, Gonçalves e Martins (2020, p. 69) apresenta que essas tecnologias são realizadas de forma impressa ou virtual por meio de "site, website, cybertutor, bate papo, webnovela, plataformas digitais, programas de ensino, jogos, dramatizações, flipcharts, vídeos, histórias em quadrinhos, fotonovela e livro informativo" e apresentam estratégias efetivas frente à saúde dos adolescentes, sendo um material lúdico e acessível que possibilita uma aprendizagem significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados do estudo possibilitaram a identificação de intervenções direcionadas ao enfrentamento da violência sexual na adolescência. A prevenção possibilita a oferta de informações e conhecimentos, a proteção e a busca por ajuda mediante as situações de violência. Por meio do referencial teórico foi possível apontar as possibilidades que favorecem a prevenção e a proteção dos adolescentes como: oferta de informações, o uso das metodologias ativas, teatros, rodas de conversa, oficinas, educação sexual e o uso das tecnologias ativas.

É importante destacar que uma das formas de transformar a realidade da violência sexual é o desenvolvimento de espaços que possibilitam a oferta de informações, a escuta qualificada, o debate, a fala e acolhimento do adolescente. Destaca-se também a importância do desenvolvimento de ações que visam o envolvimento e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários bem como a articulação entre diversos setores e espaços que os adolescentes estão inseridos, visando sua proteção e a garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. M. G et al. Tecnologias educativas para promoção do (auto) cuidado de mulheres no pós-parto. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, p. 582-590, 2016

BARROS, A. S. O teatro como meio de prevenção do abuso sexual infantil. **Revista Práticas em Extensão**, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei federal**, v. 8, 1990.

BRASIL. **Glossário Temático**: Promoção da Saúde-Projeto de Terminologia da Saúde. p.1-70,2012.

CORDEIRO, J. K. R et al. Adolescentes escolares acerca das DST/AIDS: quando o conhecimento não acompanha as práticas seguras. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, p. 2888-2896, 2017.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

ELIAS, C. S. R.; SILVA, L. A.; MARTINS, M. T. S. L.; RAMOS, N. A. P. R.; SOUZA, M. G. G.; HIPÓLITO, R. L. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.

FONTES, L. F. C.; CONCEIÇÃO, O. C.; MACHADO, S. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2919-2928, 2017.

HIRATA, P.Q.; BALTAZAR, J. A. Os efeitos psicossociais causados em vítimas de abuso sexual. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 22, n. 43, p. 92-94, 2020.

JORDÃO, M. T et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: políticas de prevenção e enfrentamento. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 9, 2020.

LOPEZ, F. G. (Org.). **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I.C. EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE URGENTE. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022

MIRANDA, M. H. H et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, 2020.

MONNERAT, G.L. SOUZA, R.G. Intersetorialidade e políticas sociais: um diálogo coma literatura atual. In: Monnerat GL, Almeida NLT, Souza RG, editors. **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. P.41-54,2014.

MORAIS, R. S et al. Potencialidades e desafios na realização de oficinas educativas com adolescentes. **Rev. enferm. UFPI**, p. 30-36, 2017.

O'LEARY, P.; EASTON, S. D; GOULD, N. The effect of child sexual abuse on men: Toward a male sensitive measure. **Journal of interpersonal violence**, v. 32, n. 3, p. 423-445, 2017.

OLIVEIRA, M. L.; COSTA, K. M. R; MIRANDA, C.E.S. Formação continuada: estratégias de enfrentamento no ambiente escolar à violência infantojuvenil. **Revista Form@ re-Parfor/UFPI**, v. 8, n. 1, 2020.

PAIXÃO, E. S.; NETO, J. C. S. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno. **Territorium**, n. 27 (I), p. 97-111, 2020.

PENSO, M.A et al. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 542-553, 2013.

POLAND, B. D.; GREEN, L.W.; ROOTMAN, I. editors. **Settings for Health Promotion**: Linking Theory and Practice. Thousand Oaks: Sage Publications; 2000

SANTOS, C. C. A.; FUMAGALI, E. O. Abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil em tempos de covid-19: a educação como forma de prevenção. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas E Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 3, p. 171-171, 2021.

SANTOS, R. L.; TONIOSSO, J. P. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, p. 122-134, 2014.

SENNA, S.R.C.M.; DESSEN, M.A. Reflexões sobre a saúde do adolescente brasileiro. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 16, n. 2, p. 223-235, 2015.

SILVA, M. Y.; GONÇALVES, D. E.; MARTINS, A. K. L. Tecnologias educacionais como estratégia para educação em saúde de adolescentes: revisão integrativa. **Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais**, v.5, n.1, p.66-82, 2020.

SOMA, S. M. P.; WILLIAMS, L.C.A. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: Uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 353-361, 2014.

SOUZA, V. P et al. Protagonismo de adolescentes no planejamento de ações para a prevenção da violência sexual. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.

STANLEY, N et al. “What matters to someone who matters to me”: using media campaigns with young people to prevent interpersonal violence and abuse. **Health Expectations**, v. 20, n. 4, p. 648-654, 2017.

TEIXEIRA, C.F. Promoção da Saúde e SUS: Um diálogo pertinente. In: Castro A, Malo M, organizadores. **SUS: ressignificando a promoção da saúde**. São Paulo,2006.

TOLEDO JUNIOR, Antônio Carlos et al. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. In: **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica**. 2005. p. 70-70.

VASCONCELOS, M. I.O et al. Violência contra adolescentes e as estratégias de enfrentamento. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 5, 2020.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. (2014) Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Ottawa Charter for Health Promotion**. 2005.

ZWI, K et al. School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse. **Campbell Systematic Reviews**, v. 3, n. 1, p. 1-40, 2007.

Judicialização e o acesso isonômico à saúde

JUDICIALIZATION AND EQUAL ACCESS TO HEALTHCARE

Área temática 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

ACOSTA, Leonardo Machado.
Mestrando em Direito pela UNESP/Franca e Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca e membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
leonardo.acosta@unesp.br

CANAVEZ, Luciana
Doutora em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo, Mestre em Direito pela Universidade de Franca, Docente e Coordenadora do projeto "Caminhos da Justiça", ambos vinculados ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
luciana.canavez@unesp.br

MELO FILHO, Renato Luís
Doutorando, Mestre e Graduado em Direito pela UNESP/Franca, Professor Substituto de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Franca/SP e membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
r.melo@unesp.br

MAROSTICA, Paula Baraldi Artoni
Doutoranda, Mestre e Graduada em Direito pela UNESP/Franca, membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP
paula.artoni@unesp.br

MARQUES, Douglas.
Mestrando e Graduado em Direito pela UNESP/Franca, membro do projeto "Caminhos da Justiça", vinculado ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) – *campus* de Franca/SP, bolsista CAPES.
douglas.marques@unesp.br

Resumo
Por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, valendo-se da doutrina atual sobre o tema, bem como detida análise da legislação pertinente, em especial a Constituição Federal de 1988 e a Lei n. 8.080/90 (Lei do SUS) e, ainda, tomando em consideração o cenário fático brasileiro, sem a pretensão de esgotar o tema, o presente trabalho buscou analisar a relação entre a judicialização da saúde e a isonomia, em seu aspecto formal e material. A presente pesquisa objetivou analisar a correlação entre a judicialização da saúde e o princípio da isonomia, bem como compreender se tal fenômeno jurídico atua como fomentador da igualdade ou, se pelo contrário, faz com que as desigualdades no acesso à saúde sejam ainda mais agravadas. Desta forma, partiu-se de uma introdução que traça brevemente o conceito de judicialização, em especial da saúde, bem como tal fenômeno jurídico ocorre no Brasil. Seguindo, buscou-se analisar a relação entre a judicialização da saúde e o princípio constitucional da Isonomia. Por fim, adentrou-se sobre os efeitos que a judicialização da saúde gera no acesso isonômico à saúde, concluindo-se que tal fenômeno jurídico pode atuar como grande fomentador à distribuição igualitária da saúde.
Palavras-chave: Judicialização da saúde, Princípio da isonomia, Isonomia na saúde

Abstract
Through a qualitative methodological approach, drawing upon current doctrine on the subject, as well as a thorough analysis of relevant legislation, especially the Federal Constitution of 1988 and Law No. 8,080/90 (the SUS Law), and taking into consideration the Brazilian factual scenario, without the intention of exhausting the topic, this work sought to analyze the relationship between health-related judicialization and equality, both in its formal and substantive aspects. This research aimed to examine the correlation between health-related judicialization and the principle of equality, as well as to understand whether this legal phenomenon promotes equality or, on the contrary, exacerbates inequalities in access to healthcare. Thus, it began with an introduction that briefly outlines the concept of judicialization, especially in the context of healthcare, and how this legal phenomenon occurs in Brazil. Subsequently, it sought to analyze the relationship between health-related judicialization and the constitutional principle of equality. Finally, it delved into the effects that health-related judicialization has on equal access to healthcare, concluding that this legal phenomenon can act as a significant promoter of the equal distribution of healthcare.
Keywords: Judicialization of health, Principle of equality, Isonomy in health

1 INTRODUÇÃO: UM BREVE PANORAMA SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

O fenômeno jurídico da judicialização é caracterizado pela tomada de decisões por parte do Poder Judiciário que caberiam ao Poder Executivo através da administração pública ou até mesmo ao Legislativo mediante elaboração normativa. Tal fenômeno ocorre nas ocasiões em que os referidos Poderes não atuam de forma suficiente em suas funções de garantidores dos direitos fundamentais, ocasionando lacunas entre o direito previsto na Constituição e sua aplicação e execução dentro do plano material, assim, compelindo as pessoas a buscarem o judiciário para ter seus direitos constitucionais garantidos e efetivados.

Assim, vale o conceito de Luís Roberto Barroso sobre a judicialização:

> Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo– em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro (Barroso, 2016, p. 3)

A judicialização se tornou mais frequente com o advento da Constituição Federal de 1988, visto que esta, em seu texto normativo, abriu o leque dos direitos fundamentais individuais e reforçou de forma extremamente significativa a sua proteção, que por serem normas de aplicação imediata criaram para o Estado um dever de agir diretamente em diversas áreas que antes não eram muito amparadas, como explica Barroso, as normas constitucionais deixaram de ser simplesmente integrantes de um documento estritamente político, como faculdade para o poder Executivo e Legislativo agir, passando assim a desfrutar de aplicabilidade direta e imediata pelo Judiciário (Barroso, 2016, p. 3); é o que ocorre nos casos da saúde e da educação.

Neste contexto histórico, se questionava se a judicialização da saúde feria a independência entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, porém, hoje é relativamente pacífico o entendimento de que a judicialização não abala tal harmonia entre os poderes; portanto, quando o Judiciário é provocado para resolver uma demanda envolvendo a saúde e atua somente dentro do que lhe foi pedido ele está apenas cumprindo seu papel constitucional e fazendo valer o direito de ação dos indivíduos.

Muito se foi discutido, também, a questão sobre quem caberia a responsabilidade entre os entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) para o atendimento a tais decisões judiciais em efetivar os tratamentos de saúde demandados, hoje se tem noção que tal responsabilidade é solidária, não podendo se onerar de forma extremamente desproporcional somente um dos entes.

O ponto auge da discussão envolvendo o tema da judicialização do direito à saúde deu-se com a Audiência Pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal em 2009. Tal audiência teve como objetivo fixar e discutir alguns pontos controversos do tema, buscando dar certa segurança jurídica e traçar linhas a serem seguidas pela jurisprudência, o debate contou com 50 especialistas

nesta matéria como advogados, defensores públicos, promotores e procuradores de justiça, magistrados, professores, médicos, técnicos de saúde, gestores e usuários do sistema único de saúde, nos dias 27, 28 e 29 de abril, e 4, 6 e 7 de maio de 2009. Tal discussão foi de extrema importância pois assumiu o impacto que tal assunto possui e também buscou otimizar os seus efeitos, conforme explicam Felipe Rangel de Souza Machado e Sulamis Dain:

> A APS teve um significado especial para o campo da saúde, pois representou o reconhecimento da instância máxima do Poder Judiciário de que a saúde passou a ser uma questão importante no cotidiano desse Poder. Esse tipo de procedimento adotado pelo STF favorece o exercício da cidadania com vistas a uma participação efetiva da sociedade nos rumos das decisões que têm caráter político e elevada abrangência. Justamente por servir como um auxílio teórico sobre a questão da saúde e um "termômetro social" sobre as diversas concepções em disputa, esta primeira APS contém em si elementos significativos para a análise política da judicialização.[1] (Machado, Dain, 2012, p. 2016)

Ainda se luta para melhorar o acesso à saúde para toda a população, e a judicialização é um meio recorrente para se atingir tal direito. Nos últimos anos só tem se intensificado tal fenômeno jurídico; de acordo com balanço realizado pelo CNJ em 2011, tramitavam à época, no Judiciário brasileiro, 240.980 processos judiciais envolvendo o tema[2]. Esta quantidade enorme de processos judiciais proporciona um volume cada vez mais significativo de despesas para o Poder Público, estima-se que as decisões judiciais que obrigam o governo a arcar com serviços do sistema de saúde deverão aumentar em R$ 7 bilhões os gastos da área para União, Estados e municípios somente levando em consideração o ano de 2016[3]. Isto mostra como o tema ainda é recorrente nos dias atuais, e como o Direito à Saúde das pessoas vem sendo ignorado pelo Poder Público a ponto de cada vez mais indivíduos procurarem o Poder Judiciário para resolver seus problemas. Deste modo também afirmam Maria Dos Remédios Mendes Oliveira et al:

> A conquista do direito à saúde como dever do Estado, assegurado há mais de 25 anos pelo art. 196 da Constituição Federal, promulgada em 1988 (BRASIL, 2012), ainda não se constitui de fato em acesso aos bens e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, os cidadãos recorrem à prestação jurisdicional de maneira individual ou coletiva, demandando do Estado o cumprimento do preceito constitucional (Oliveira, 2017, p. 526).

Neste contexto, diante da hipótese de a administração pública ser ineficaz para a promoção de tais direitos, o Poder Judiciário torna-se legitimado a interferir nos casos em que for provocado, pois direitos fundamentais individuais, principalmente referentes ao mínimo existencial, não podem ser negligenciados por parte do Estado devido a sua imensa importância. Não se pode admitir que uma pessoa seja desamparada pelo Judiciário quando os demais poderes já se mostraram incapazes de promover o direito fundamental ora reclamado, deixando assim de ser efetivados simplesmente em razão da inércia do Poder Público.

O judiciário não pode ficar inerte quando provocado, principalmente quando se trata de direitos fundamentais individuais, deve atuar como protetor da Constituição e velar para que tais direitos não sejam desrespeitados, e isto não significa a invasão na esfera dos demais poderes, pelo contrário, somente se está fazendo cumprir a função de cada um. Barroso explica de forma nítida tal situação:

> Mas pode acontecer de a maioria política vulnerar direitos fundamentais. Quando isto ocorre, cabe ao Judiciário agir. É nesse ambiente, é nessa dualidade presente no Estado constitucional democrático que se coloca a questão essencial: podem juízes e tribunais interferir com as deliberações dos órgãos que representam as maiorias políticas – isto é, o Legislativo e o Executivo –, impondo ou invalidando ações administrativa e políticas públicas? A resposta será afirmativa sempre que o Judiciário estiver atuando, inequivocamente, para preservar um direito fundamental previsto na Constituição ou para dar cumprimento a alguma lei existente. Vale dizer: para que seja legítima, a atuação judicial não pode expressar um ato de vontade própria do órgão julgador, precisando sempre reconduzir-se a uma prévia

---

[2]<ttp://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79186-tribunal-de-justica-consegue-reduzir-numero-de-acoes-com-demandas-de-saude>. Acesso em: set. 2023.

[3]<http://istoe.com.br/judicializacao-da-saude-devera-aumentar-em-r-7-bilhoes-gastos-em-2016/>. Acesso em: set. 2023.

> deliberação majoritária, seja do constituinte, seja do legislador (Barroso, 2016, p. 11-12).

Além da judicialização da saúde, forma bastante impactante e frequente de judicialização diz respeito à política, como explicam Barboza e Kozicki, com "relação à judicialização da política pura, ou da macropolítica, pode-se entender a competência dos tribunais para decidir a respeito de questões morais ou de questões políticas críticas centrais para a sociedade." (Barboza; Kozicki, 2017, p. 61/62), assim, existindo "muitos dilemas morais e políticos acabam sendo transferidos das esferas políticas ao Judiciário" (Barboza; Kozicki, 2017, p. 62).

Tal fenômeno jurídico corre quando o Judiciário acaba por criar políticas públicas de forma oblíqua, quando profere decisões a respeito de alocação de recursos ou até mesmo forçando o Poder Público a agir em áreas não previstas inicialmente dentro do plano de governo, um caso muito comum se dá quando juízes obrigam a prefeitura a garantir vagas para crianças que necessitam de creche. A judicialização pode ainda envolver inúmeros outros direitos que vão muito além de seu aspecto jurídico e de políticas públicas, conforme analisam Miriam Ventura et al:

> No contexto democrático contemporâneo, o fenômeno da judicialização da saúde expressa reivindicações e modos de atuação legítimos de cidadãos e instituições, para a garantia e promoção dos direitos de cidadania amplamente afirmados nas leis internacionais e nacionais. O fenômeno envolve aspectos políticos, sociais, éticos e sanitários, que vão muito além de seu componente jurídico e de gestão de serviços públicos (Ventura et. al, 2017, p. 78)

A judicialização ocorre principalmente pelo motivo da administração pública não conseguir efetivar todos os direitos fundamentais previstos na Constituição, seja por motivo de má gestão, falta de recursos ou não agindo por não reconhecer o problema em questão ou reconhecendo-o de modo distinto daqueles que apresentam como uma demanda importante, gerando assim como resultado um número gigantesco de pessoas desamparadas que buscam como último recurso o Judiciário.

Tal fenômeno jurídico decorre diretamente do princípio da inafastabilidade da jurisdição, que prevê que a lei não excluirá da apreciação do poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, previsto no art. 5º, XXXV, da CF/88 e art. 3ºdo CPC/2015, como afirma Medina, "Ao referir-se tanto à lesão quanto à ameaça, deixa claro a Constituição que a jurisdição deve realizar o Direito, restaurando a ordem jurídica violada ou evitando que tal violação ocorra" (Medina, 2017, p. 117). Se um indivíduo tem seu direito assegurado por uma norma de aplicação imediata o Estado deve imediatamente fazer cumprir este direito, e caso isto não ocorra, nasce para o indivíduo o direito de ir até o Poder Judiciário e entrar com uma ação pleiteando judicialmente a efetivação de tal direito.

Por este contexto surge a Judicialização do Direito à Saúde. Como já analisado, a saúde faz parte do rol de direitos fundamentais individuais da pessoa humana, integrando também o mínimo existencial, gozando assim de toda proteção que direitos desta natureza possuem. Em razão disto, o direito a saúde se torna legítimo a ser defendido judicialmente, dando margem para que o Judiciário ordene a realização de ações por parte do Poder Público para efetivar tal direito, quando provocado.

O Brasil atual está longe de garantir e efetivar a saúde para todas as pessoas, porém a Constituição prevê que ela deve ser estendida a todos, independentemente dos obstáculos que sejam necessários ultrapassar para atingir tal objetivo. Caso uma pessoa não tenha seu Direito à Saúde respeitado, ou seja, tenha algum tratamento médico-hospitalar negado ou até mesmo viva em condições insalubres, ela poderá reclamar seu direito judicialmente. Nesta linha dissertam Maria dos Remédios Mendes Oliveira et. al.:

> A conquista do direito à saúde como dever do Estado, assegurado há mais de 25 anos pelo art. 196 da Constituição Federal, promulgada em 1988, ainda não se constitui de fato em acesso aos bens e serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, os cidadãos recorrem à prestação jurisdicional de maneira individual ou coletiva, demandando do Estado o cumprimento do preceito constitucional (Oliveira, 2015, p. 526)

Cada vez mais pessoas entram com ações no Judiciário para tentar conseguir seu acesso a saúde anteriormente negado ou não efetivado, judicializando desta forma o seu Direito à Saúde. Tal episódio gera enormes implicações para o Poder Público, principalmente com respeito a questões financeiras e de organização de políticas públicas. Uma importante questão levantada a respeito de tal fenômeno diz respeito ao princípio da isonomia, a judicialização do direito à saúde estaria o infringindo? É o que o atual trabalho se proporá a analisar.

Dentre as principais causas apontadas para a judicialização, algumas possuem maior relevância. Barroso, apresenta três causas como as principais geradoras da judicialização. A primeira citada é a "redemocratização", principalmente após a Constituição de 1988, visto que como

consequência de tal redemocratização ocorreu a recuperação de garantias da magistratura, deixando o Judiciário de ser mais um departamento "técnico-especializado" para se tornar em um poder político capaz de "fazer valer a Constituição e as leis, inclusive em confronto com os outros Poderes". Além disto, o novo ambiente democrático "reavivou a cidadania, dando maior nível de informação e de consciência de direitos a amplos segmentos da população, que passaram a buscar proteção de seus interesses perante juízes e tribunais" (Barroso, 2009, p. 3). Com as novas garantias individuais trazidas pela Constituição Federal tanto o judiciário se fortaleceu e assumiu um novo papel de efetivado de direitos fundamentais, como também as pessoas passaram a se perceber como indivíduos dotados de garantias e direitos protegidos pela Constituição.

A segunda grande causa da judicialização citada por Barroso é a "constitucionalização abrangente", que trouxe para a Constituição matérias que não eram antes abordadas, deixadas para "o processo político majoritário e para legislação ordinária". A Constituição Federal abrange um número enorme de direitos e garantias que devem ser efetivamente respeitados e que caso não o sejam é aberta margem para que o Judiciário interfira, na medida que uma questão "é disciplinada em uma norma constitucional, ela se transforma, potencialmente, em uma pretensão jurídica, que pode ser formulada sob a forma de ação judicial.

A terceira, e última das causas da judicialização elencadas por Barroso é o "sistema brasileiro de controle de constitucionalidade" que é um dos mais abrangentes do mundo. Tal sistema adotado pelo Brasil pode ser referido como "híbrido ou eclético", adotando o controle incidental e difuso, "pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode deixar de aplicar uma lei, em um caso concreto que lhe tenha sido submetido, caso a considere inconstitucional", e adotando também o controle por ação direta, "que permite que determinadas matérias sejam levada em tese e imediatamente ao Supremo Tribunal Federal", sendo possível levar ao STF qualquer questão, seja ela política ou moralmente relevante (Barroso, 2009, p. 4).

Como causa direta da judicialização da saúde pode ser citada também a ineficiência do Poder Público em criar políticas efetivas para garantir a saúde de todos os brasileiros. É nítida a diferença existente entre o que expressa a Constituição e a vida das pessoas no dia a dia, em razão disto os indivíduos tentam ter sua pretensão atendida e trazer o que vem previsto no texto constitucional para sua vida cotidiana, conforme explica Maria Dos Remédios Mendes Oliveira:

> Há uma lacuna entre o que expressa a Carta Magna e as demandas reais no cotidiano dos indivíduos, famílias e comunidades, sobretudo no tocante as necessidades de ações e serviços de saúde, levando o cidadão a procurar a via judicial para prevalecer o seu direito e obrigar o Estado a assegurá-lo. A partir da constatação dessa contradição, vários grupos sociais vêm buscando na Justiça o apoio no tocante a essas brechas entre o direito ideal e sua materialização no mundo real (Oliveira, 2013, p. 80).

Tal direito é previsto constitucionalmente, após a redemocratização foi estendido a todos de forma universal e igualitária, sendo um direito fundamental ele tem aplicabilidade imediata e seu descumprimento pelo Estado é inconstitucional. Todos estes aspectos caracterizam a judicialização do Direito à Saúde e legitimam os particulares a procurar o Poder Judiciário caso tenham seu direito negado.

Inúmeros são os questionamentos jurídicos e argumentos favoráveis ou contrários à judicialização da saúde; não tendo o presente trabalho pretensão de esgotar o tema, passar-se-á para a discussão envolvendo os efeitos da judicialização sobre o acesso isonômico à saúde.

2 JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E ISONOMIA

A isonomia deve ser observada não somente na hora de legislar, mas também quando o Estado cria políticas públicas, visto que este tem dever de tratar todas as pessoas com base na igualdade, em todos os momentos e aspectos. Nesta linha de pensamento Robert Alexy disserta mais oportunamente:

> Os conceitos de tratamento igual e tratamento desigual tem uma ambiguidade fundamental. Eles podem compreendidos tanto em relação a atos como em ralação a consequências. A compreensão relacionada atos está ligada exclusivamente às ações estatais enquanto tais. Já, para a compreensão relacionada a consequências são as consequências fáticas da ação estatal que são decisivas (Alexy, 2008, p. 416).

O governo não pode tratar as pessoas de forma desigual sem razão constitucional qualificada para tal, não se pode atuar de modo a se acentuar ainda mais a desigualdade fática relacionada à direitos individuais fundamentais; o dever é de tratar todos de forma isonômica e somente agir de forma desigual buscando atingir uma isonomia futura, como ocorre no caso das políticas afirmativas, podendo ser citado à título de exemplo as cotas raciais nas universidades públicas, que buscam igualar determinados grupos sociais que foram historicamente discriminados.

No caso do Direito à Saúde, é nítida a dificuldade que o Estado enfrenta em fornecer atendimento adequado à toda população, considerados todos os problemas que foram anteriormente elencados, como consequência disso são criadas políticas públicas que só vão atingir determinadas pessoas, e não toda a coletividade. Surge o questionamento se há razão suficiente prevista na Constituição Federal para que tanto a igualdade jurídica, que é defendida pelo art. 5°, *caput*, da CF/88 e art. 7°, inciso IV[4], da lei do SUS, quanto a igualdade fática, que no caso em questão deve ser aprimorada, visto o valor de direito fundamental individual que o Direito à Saúde possui sejam desrespeitadas por parte do Estado.

Caso não exista tal razão suficiente para o tratamento desigual por parte do Estado ele estará infringindo o princípio da isonomia, tanto o jurídico quanto fático. Não se pode privar as pessoas de ter tal direito efetivado, todos têm direito à saúde, e a todos deve ele ser cumprido, o Estado não pode criar preferidos e infringir o princípio da igualdade tendo como argumento principal a falta de recursos econômico; tal argumento somente seria pertinente como fator primordial à infração da igualdade caso fosse comprovado a impossibilidade financeira estatal, o que é difícil de ocorrer em um país como o Brasil, que é tomado por escândalos envolvendo o mal uso das verbas públicas, muitas das vezes perdidas em ineficiência, corrupção ou má gestão, enquanto o dinheiro destinado a saúde não for bem empregado não é salutar o argumento de que se falta recursos para salvar vidas.

Como nem todos são tratados igualmente pelo Estado, consequentemente nem todos possuem acesso ao Direito à Saúde. Conforme já explanado, quem tem seu acesso à saúde negado quando procura um atendimento estatal acaba por recorrer a outros meios, visto a urgência que tal necessidade possui. Quem não tem um plano de saúde privado, ou não possui condições econômicas para pagar o seu tratamento acaba em alguns casos recorrendo ao judiciário para buscar o direito a um atendimento médico hospitalar.

Neste contexto, se faz necessário a análise da relação existente entre o princípio constitucional da isonomia e a judicialização da saúde, e se nesta relação entre ambos existe uma situação de confronto ou de harmonia.

Desta forma, são diversos os pontos em que tal princípio e fenômeno jurídico se encontram. Não é possível se falar em judicialização da saúde sem abordar o ponto que tange a isonomia pregada pela Constituição Federal em seu art. 5°, "caput"[5]. Assim, judicializar um direito significa trazê-lo para dentro do judiciário através de uma pretensão que busca efetivá-lo; é o que ocorre por diversas vezes com a saúde. Quando dentro do judiciário, a discussão sobre tal direito deve respeitar todos os princípios que norteiam o Direito, incluindo o princípio da igualdade.

No âmbito da judicialização, a isonomia possui um papel ainda mais relevante, visto que a igualdade é apontada como norteadora da distribuição da saúde, além de estar também presente na lei do SUS (Lei 8.080/1990) em seu art. 7°, inciso IV[6]**.** Devido a tal importância é fundamental se analisar se o fenômeno da judicialização da saúde está respeitando tal princípio, ao possibilitar que o judiciário determine o cumprimento de medidas para o poder público relacionado a saúde ele estará fomentando a distribuição isonômica de saúde ou ao coagir o poder público a tomar atitudes não planejadas pelo governo ele estará ampliando as desigualdades já existentes em torno da saúde.

Para melhor compreender esta aparente colisão entre a judicialização da saúde e tal princípio constitucional existem alguns tópicos que merecem melhor atenção; no tocante a tal debate costuma-se levantar principalmente dois pontos: se a judicialização da saúde, ao impelir o poder público a atender as demandas judiciais estaria forçando o governo a realocar verba não planejada e consequentemente estaria prejudicando a criação de políticas públicas de saúde que atenderiam de

---

[4]IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

[5]Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,[...]

[6]Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

forma efetivamente isonômica a população do que as decisões judiciais; outra questão muito comentada diz respeito ao acesso à justiça, a judicialização da saúde só estaria por beneficiar as pessoas que buscassem seu direito no poder judiciário, excluindo deste modo a efetivação da saúde dos usuários que não procuram pleitear seu direito judicialmente; é apontado também a possibilidade das pessoas que vão até o poder judiciário terem maior poder econômico, deste modo agravando ainda mais a condição de isonomia e desigualdade social. Dentro deste contexto se fazem claros Sarlet e Figueiredo:

> De outra parte, merece destaque a dúvida, cada vez mais freqüente na doutrina, acerca da real efetividade das decisões judiciais que asseguram prestações materiais relacionadas ao direito à saúde, perquirindo-se até que ponto são estas aptas à realização da "justiça distributiva", ainda mais quando se cuida de demandas individuais. Um dos argumentos centrais da tese – não sem respaldo em dados concretos – sublinha o fato de que as decisões judiciais tutelam apenas quem tem acesso à justiça, e que esta é uma minoria da população, e uma minoria que não reflete exatamente o conceito de "necessitado". Se o direito à saúde é um direito social, e se os direitos sociais têm por objetivo a redução das desigualdades fáticas, de forma a promover a emancipação das pessoas menos favorecidas da população – e no Brasil é enorme o número de pessoas que (sobre)vivem em condições de pobreza ou até de miséria absoluta –, a prestação sanitária assegurada judicialmente, sobretudo por meio de ações individuais, nem sempre se mostra em sintonia com o princípio constitucional da igualdade substancial, nem parece atender aos objetivos fundamentais da República, elencados no artigo 3º da CF. Por outro lado, já se observou que, embora se possa apostar numa preferência pelas tutelas preventivas (*v.g.*, controle prévio do orçamento88) e ações coletivas, não se pode deixar de considerar a necessária observância da dimensão individual do direito à saúde. Impedir o acesso à justiça a quem foi excluído, pelo Estado, das prestações de saúde certamente também não é a melhor forma de realizar as exigências da igualdade substancial. Certo é que a discussão ainda permanece aberta, mas desde já chamar a atenção para o drama pessoal daqueles cujo mínimo existencial está muito longe de ser implementado, entre outros, pela absoluta insuficiência de meios de acesso à justiça, por vezes "distribuída" a verdadeiros *freeriders*. Tudo isso destaca, outrossim, a relevância da já mencionada dimensão organizatória e procedimental do direito à saúde e do próprio SUS, bem como a necessidade de repensar os mecanismos de tutela, investindo na consideração, por parte dos operadores do Direito, das conseqüências das decisões e apostando naquilo que se tem chamado de "diálogos institucionais" (Sarlet, 2008, p. 25).

Dentro destas questões se faz bem claro a possível colisão entre a judicialização e a isonomia, tais pontos serão melhor analisados a seguir com o intuito de se buscar compreender se o fenômeno judiciário em questão na prática funciona como um catalisador para a isonomia ou se somente está aprofundando as iniquidades existentes no Brasil.

É válido ressaltar ainda a importância da questão do acesso à justiça que nas palavras de Mauro Cappelletti pode ser entendido como "requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. " (Cappelletti, 2002, p. 5).

O acesso à justiça de traduz se tamanha importância pois é através dele que a população pode buscar pleitear todos os seus outros direitos fundamentais. Dentro deste contexto se vê a crucial importância em à população ter um acesso democrático à justiça para poder valer-se de seus outros tantos direitos que possam vir a ser ameaçados, o que ocorre também quando se refere ao principal assunto deste trabalho que é a judicialização da saúde.

3 CONCLUSÃO: A JUDICIALIZAÇÃO E A IGUALDADE NO ACESSO À SAÚDE

Chegando à conclusão, analisar-se-á se o fenômeno jurídico da judicialização da saúde atua de maneira a privilegiar o acesso isonômico à saúde ou se agrava ainda mais a desigualdade do cenário brasileiro.

Assim, partindo-se da premissa de que a distribuição da saúde por parte do Estado já não é isonômica, pois se assim fosse todos que necessitam da saúde teriam acesso a ela. Nivelar a distribuição da saúde por baixo, distribuindo miseravelmente o acesso a ela e não garantindo amplo acesso para todos os tratamentos que o ser humano necessite é ir contra o que a Constituição

Federal de 1988 prevê, e também ir contra os princípios do SUS. Nesse contexto, Ana Luiza Chieffi e Rita Barradas Barata explicam que:

> A eqüidade em saúde refere-se à diminuição das diferenças consideradas desnecessárias e evitáveis. Para o SUS, todo cidadão é igual perante a lei e deve ser atendido de acordo com suas necessidades. Assim, os serviços de saúde precisam conhecer as necessidades dos diferentes grupos da população e trabalhar para satisfazê-las, oferecendo mais a quem mais precisa, contribuindo para a diminuição das desigualdades existentes (Chieffi; Barata, 2009, p. 1842).

Distribuir miséria na saúde de forma equalitária não é agir de acordo com o princípio da igualdade preconizado em nossa Carta Maior, muito pelo contrário, é difundir a violação de direitos de forma isonômica. Sendo possivelmente esta falta de igualdade na distribuição da saúde já existente no Brasil uma das grandes causas da judicialização, Sonia Fleury se faz muito clara neste aspecto:

> O fato de o SUS ter sido implantado em condições financeiras adversas, até hoje não superadas, certamente impede a distribuição igualitária de serviços de qualidade, de forma que a população sinta-se segura no usufruto deste direito. Esta contradição entre o texto legal e a realidade institucional é responsável pela chamada judicialização da política. Assim, se antes a arena da política de saúde incluía apenas o Executivo e o Legislativo pelo lado do Governo, cada vez mais o Judiciário passa a ser atuante neste campo, além do papel regulador desempenhado pelas Agências do setor no controle do mercado (Fleury, 2012, p. 159).

Saúde é um direito fundamental, estritamente ligado à vida, quando se usa de forma equivocada o argumento de que o recurso utilizado para se salvar uma vida pode ser realocado para salvar outras, estará traduzindo o valor de uma vida humana não mais com base na dignidade, mas sim em valores econômicos.

O efetivo questionamento que deve ser feito nesta questão diz respeito à real efetivação das verbas públicas que deveriam ser destinadas à saúde, e não se ações individuais destinadas a fornecer saúde que o Estado se mostrou ineficaz está por deslocar o dinheiro de políticas públicas, pois se este dinheiro é mal-empregado, o Judiciário só estará dando-lhe sua verdadeira destinação. Na questão da efetivação dos recursos públicos, Maria Dos Remédios Mendes Oliveira se faz clara:

> Se é verdade que há excessos, também é verdade que incumbe ao Poder Judiciário tutelar os direitos fundamentais do cidadão. A eficiência, enquanto um dos princípios da administração pública exige que a gestão da saúde seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, consistente na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a conseqüente redução de desperdícios do dinheiro público e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum (Oliveira, 2013, p. 81).

O ser humano não pode ficar refém das políticas públicas criadas pelo Estado, quando estas não abrangem o seu direito fundamental individual cabe a cada pessoa como indivíduo o direito de pleiteá-lo judicialmente, um exemplo claro diz respeito às doenças raras, que somente em poucos casos possuem seu tratamento amparado pelas políticas governamentais, sendo muitas vezes o único meio para conseguir tais tratamentos através da judicialização. Isto não está por destruir a isonomia no acesso à saúde, pois ela já não existe da forma como é pregada pela Constituição e pela lei do SUS.

Deste modo, percebe-se que a procura do Poder Judiciário para ter o Direito à Saúde garantido não vai contra a isonomia, pois não se está necessariamente tirando de um para dar ao outro, está sim simplesmente compelindo o Estado a efetivar um direito constitucionalmente previsto. Obrigar o governo a cumprir seu papel não significa peremptoriamente que ele não terá mais condições de cumpri-lo igualmente à outras pessoas.

Ademais, no que tange ao acesso à justiça, é importante ressaltar que o Estado democrático de direito pressupõe a existência de canais sólidos de exercício do direito de ação via Poder Judiciário, caso o cidadão entenda que houve lesão ou ameaça de violação a algum direito. E, para o exercício deste direito, a concessão da gratuidade de justiça significa, por inúmeras vezes, sua própria viabilidade, especialmente diante de uma população empobrecida. Assim, a assistência jurídica gratuita oferecida pelas Defensorias Públicas dos estados constitui, tal qual o direito à saúde, um direito fundamental do cidadão e um dever do Estado previstos constitucionalmente, e representa uma das conquistas no acesso da população ao Judiciário.

Deste modo fica claro que o acesso à justiça não é privilégio de um seleto grupo superior economicamente, pois como visto o acesso ao judiciário não está vinculado à presença de

advogados particulares e que os próprios órgãos públicos atuam como importantes provedores de auxílio da população ao acesso judicial de medicamentos e tratamentos de saúde.

Sendo assim não há o que se falar em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia no que se refere ao acesso público à justiça, todos podem pleitear seus direitos judicialmente e inclusive são apontados indícios de que a judicialização está na verdade por fomentar a isonomia, visto que grande parte (se não a maioria) das pessoas que recorrem ao judiciário são de grupos sociais vulneráveis. Assim também afirmam Miriam Ventura et al.:

> Neste sentido, a alta intensidade deste tipo de demanda não permite afirmar que ela, necessariamente, viole a equidade no acesso à saúde, mas aponta que tem favorecido o acesso ao sistema público de cidadãos sem condições de arcar com os custos de seus medicamentos e da demanda judicial – conquanto esta característica majoritária da demanda judicial possa ser problematizada no estabelecimento de critérios para o alcance da equidade no acesso à saúde (Ventura, 2010, p. 91).

Seguindo, verifica-se que a judicialização quando bem empregada não vai ir contra a isonomia deslocando a verba das políticas públicas de saúde para atender demandas individuais, mas pelo contrário, irá fomentar a criação de políticas públicas e atender a pretensão da saúde individual de quem não teve acesso a tais políticas governamentais, assim fomentando a efetivação da isonomia.

Diante do exposto, vale fazer um exercício mental e imaginar um cenário em que a judicialização não existisse, neste caso hipotético todo o recurso utilizado para atender as demandas judiciais estaria “disponível” para o governo investi-lo da maneira que julgar melhor, mais eficaz ou necessário. Por outro lado, todos aqueles que se valeram da via judicial para ter seu acesso à saúde estariam possivelmente desamparados.

Neste caso o governo teria um número maior de verbas para aplicar, escolhendo as políticas públicas que irá desenvolver. Mas fica a grande dúvida: o governo iria realmente investir estas verbas em saúde? Será mesmo que as políticas públicas desenvolvidas pelo governo são eficazes o suficiente para sanar as necessidades da população? Pois bem, se fossem, com certeza fenômenos como o da judicialização da saúde não existiriam ou seriam de uma proporção consideravelmente menor.

Pode-se concluir por este ponto que a judicialização da saúde é um instrumento constitucional que a população encontrou como remédio para sanar a ineficiente provisão de saúde no Brasil, se a judicialização existe é pelo motivo das políticas serem ineficientes e não isonômicas, a prova disto é a enorme desigualdade social enfrentada pelo Brasil, a judicialização foi uma solução encontrada pelas pessoas para ter acesso à seus direitos fundamentais, inclusive seu direito fundamental individual de ser tratado igualmente.

Deste modo, conclui-se que a judicialização da saúde não está por infringir o princípio constitucional da isonomia, ela o respeita e pode até servir como sua fomentadora. O mau uso deste instrumento é que pode interferir na isonomia e trazer consequências danosas à sociedade.

A judicialização bem utilizada só irá proporcionar solução às pessoas que não conseguiram ter sua moléstia, ou seja qual for seu problema relacionado à saúde, resolvidos. A judicialização não exclui ninguém das políticas de saúde, somente amplia o rol dos que vão ter acesso à saúde, como já repetido ao longo do trabalho, a judicialização não estará criando preferidos, mas sim buscando dar a todos acesso a um direito básico, preferências ocorreriam se somente poucos tivessem acesso à saúde e esta fosse negada aos demais, que é efetivamente o oposto do que a judicialização visa buscar.

Porém, tal fenômeno não é perfeito, deve ser encontrado o parâmetro ideal para o tratamento dado a judicialização da saúde, para que esta funcione da melhor maneira possível e corrobore para combater a gigantesca desigualdade presente no Brasil, até o momento em que ela não seja mais necessária, momento este em que o Judiciário não mais precisará compelir o governo a cumprir fielmente seu papel de garantidor dos direitos fundamentais da população.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Theorie der Grundrechte. Traduzido por Virgílio Afonso da Silva da 5ª edição alemã. São Paulo: Malheiros Editora, 2008.

BARBOZA, Estefânia Maria De Queiroz; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. **Revista direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 59-86, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322012000100003>. Acesso em: set. 2023.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Revista Atualidades Jurídicas**, Brasília, n. 4, jan./fev. 2009.

_____, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial.** Jan. 2009 Disponível em: <http://bd.tjmg.jus.br/jspui/handle/tjmg/516>.Acesso em: ago. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao-/Constituicao.htm>. Acesso em: out. 2023.

_____. Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: out. 2023.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CHIEFFI, Ana Luiza; BARATA, Rita Barradas. Judicialização da política pública de assistência farmacêutica e eqüidade. **Cad. saúde pública,** Rio de janeiro, v. 25, n. 8, p. 1839-1849, ago 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2009000800020 >. Acesso em: set. 2023.

FLEURY, Sonia. Judicialização pode salvar o sus. **Saúde em debate,** Rio de janeiro, v. 36, n. 93, p. 159-164, abr./jun. 2012. Disponível em:<http://cebes.org.br/2012/10/judicializacao-pode-salvar-o-sus/ P.159>. Acesso em: ago. 2023.

MACHADO, Felipe Rangel De Souza; DAIN, Sulamis. A audiência pública da saúde: questões para a judicialização e para a gestão de saúde no Brasil . **Rev. Adm. Pública,** Rio de janeiro, v. 46, n. 4, p. 1017-1036, jul./ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122012000400006 >.Acesso em: set. 2023.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Curdo de direito processual civil moderno**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Flichtiner. Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da constituição federal de 1988. **Revista de direito do consumidor**, n. 67, p. 125-172, 2008. Disponível em:<http://judicializacaodasaude. blogspot.com.br/2016/01/ingo-wolfgang-sarlet-e-mariana.html>. Acesso em set. 2023.

OLIVEIRA, Maria Dos Remédios Mendes et al. Judicialização da saúde: para onde caminham as produções científicas? **Saúde debate,** Rio de janeiro, v. 39, n. 105, p. 525-535, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103 110420151050002019>. Acesso em: set. 2023.

_____. A judicialização da saúde no Brasil. **Tempus - actas de saúde coletiva,** v.7, n1, p.79-90, 2013. Disponível em: <http://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1276/ 1113>.Acesso em: ago. 2023.

VENTURA, Miriam et. al. Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. **Physis [online],** v. 20, n. 1, p. 77-100, 2010. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312010000100006.>. Acesso em: set. 2023.

MAPA DAS PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES PEDOLÓGICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SAPUCAÍ MIRIM/GRANDE (UGRHI 08)

MAP OF THE MAIN PEDOLOGICAL ASSOCIATIONS OF THE SAPUCAÍ MIRIM/GRANDE RIVER WATER BASIN (UGRHI 08)

Área temática: 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

BERTELLI, Célio
UNESP Franca
Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela UNESP de Rio Claro
celio.bertelli@unesp.br

UBINATI, Estevão
FAFRAM Ituverava
Doutor em Microbiologia Agropecuária pela UNESP de Jaboticabal
estevaour@hotmail.com

BARBOSA, Caroline Carvalho
UNESP Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
caroline.c.barbosa@unesp.br

OLIVEIRA, Jacqueline Izildinha
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Graduanda em Engenharia Civil (Uni-FACEF)
jacquelinee.oliveira14@gmail.com

ALMEIDA, Isadora Estevam de.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Graduada em Engenharia Agronômica (UEMG)
isadoraestevam2015@gmail.com

Resumo

Este trabalho discorre a respeito das associações pedológicas da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande (UGRHI 08). Tem como objetivo apresentar um mapeamento das principais associações pedológicas encontrados na bacia, de maneira qualitativa e quantitativa, comparando com outros fatores como a geologia para o entendimento da dinâmica da formação dos solos. A metodologia aplicada é qualitativa com referencial de outros trabalhos no território e livros sobre pedologia que auxiliarão na classificação pedológica, quantitativa na mensuração de cada associação de solo encontrada, por fim, exploratória, com a análise de perfil do solo para confirmar as classificações. A pedologia é o estudo do solo e das dinâmicas de formação que os diferencia em diversas localidades. Assim, é muito importante considerar os fatores que originaram as diferentes associações pedológicas encontradas em cada domínio. Portanto, este trabalho resultou no Mapa das principais Associações Pedológicas da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande, apresentando não apenas os diferentes tipos de solo, como também as quantificações de cada um. Esse estudo auxilia em políticas públicas voltadas ao uso e ocupação do solo, subsidia pesquisas a respeito da dinâmica da paisagem e serve como instrumento pedagógico de educação ambiental em diversos níveis de ensino.

Palavras-chave: pedologia, recursos hídricos, mapas temáticos.

Abstract

This work discusses the pedological associations of the Sapucaí Mirim/Grande Basin (UGRHI 08). It aims to present a mapping of the main pedological associations found in the basin, in a qualitative and quantitative way, comparing with other factors such as geology to understand the dynamics of soil formation. The methodology applied is qualitative with reference to other works in the territory and books on pedology that will assist in the pedological classification, quantitative in the measurement of

each soil association found, finally, exploratory, with soil profile analysis to confirm the classifications. Pedology is the study of soil and the formation dynamics that differentiate them in different locations. Therefore, it is very important to consider the factors that gave rise to the different pedological associations found in each domain. Therefore, this work resulted in the Map of the main Pedological Associations of the Sapucaí Mirim/Grande Hydrographic Basin, presenting not only the different types of soil, but also the quantifications of each one. This study assists in public policies aimed at land use and occupation, supports research into landscape dynamics and serves as a pedagogical instrument for environmental education at different levels of education.

Keywords: pedology, water resources, thematic maps.

1 INTRODUÇÃO

A Bacia dos rios Sapucaí Mirim e Grande localiza-se no nordeste do estado de São Paulo e agrega ao todo 22 municípios. Fazem parte da UGRHI 08 os seguintes municípios: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista, outros municípios como Batatais, Guaíra, Ipuã, Nuporanga, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra possuem parte de seus territórios em UGRHIs adjacentes e os municípios de Altinópolis e Orlândia possuem parte de suas áreas na UGRHI 08 ainda que pertençam a outras regiões hidrográficas (CBH-SMG, 2022). Caracteriza-se basicamente pela porção paulista da bacia hidrográfica do Rio Sapucaí e Rio Canoas, e por parte da porção paulista da bacia hidrográfica do Rio Grande que divide os Estados de Minas Gerais e São Paulo (CBH-SMG, 2022). A seguir figura com a localização da bacia (figura 1):

Figura 1. Localização da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande. **Fonte:** CBH-SMG, 2022, Bertelli, et al., 2021.

A Bacia dos Rios Sapucaí Mirim/Grande foi definida pela Lei Estadual n° 9.034 de 1994, revogada pela Lei Estadual n° 16.337 em 2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, definida como Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos 08. Está dividida em 7 sub-bacias para fins de aperfeiçoamento da gestão.

Em 1999 foi realizada confecção de um Mapa Pedológico da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande a partir do CBH-SMG, entretanto, não foi realizada uma análise quantitativa para maior aprimoramento das associações pedológicas encontradas neste território. Portanto, este trabalho tem como objetivo realizar uma caracterização das principais associações pedológicas da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande, com visitas em campo e levantamento bibliográfico, utilizando o mapa anterior da CBH-SMG (1999) como base.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Pedologia é o nome construído da junção de PEDON (lugar ou solo onde pisa) e LOGOS (discurso ou razão). Solo pode ser definido como “a massa de elementos agregados, geralmente friáveis, que encontra-se na superfície da parte emersa da crosta terrestre, resultante das ações da atmosfera e biosfera sobre a litosfera, durante um tempo determinado” (AUBERT; BOULAINE, 1967). Ou seja, a Pedologia estuda o solo, que, possuindo características próprias através de ações (naturais ou antrópicas), necessita de um estudo a respeito dessas ações, envolvendo elementos da paisagem, assim, a pesquisa dos processos e mecanismos que originaram o solo, sendo uma Pedologia dinâmica ou evolutiva. Solos e seus materiais de origem são definidos em campo, já a caracterização de suas propriedades químicas, físicas e mineralógicas são determinadas em laboratório (QUEIROZ NETO, 1984; 2001).

O autor ainda afirma que a pedologia pode ser separada entre dois tipos, um deles é a descritiva, que se refere ao estudo do solo que inicia-se no campo, pela observação das características morfológicas próprias, e então a tentativa de medição dessas características (morfometria), em laboratório de análises. Esse estudo causa a descrição da caracterização dos diversos tipos de solo que ocorrem na paisagem e sua distribuição espacial, bem como o espaço que ocupa cada característica, sendo possível um mapeamento dos solos. O outro tipo de estudo pedológico é a Pedologia dinâmica ou evolutiva, que permite a partir das características morfológicas, da morfometria do solo, juntamente da caracterização dos agentes causais, definir os processos e mecanismos responsáveis por sua formação e evolução. Chamado também de Pedogênese, essa interpretação fenomenológica adquire um caráter indutivo partindo da observação e permitindo que se estabeleçam hipóteses (QUEIROZ NETO, 1984).

Em expedições pelo seu país com sua equipe (1877-1878), Dokuchaev, naturalista russo, observou que o solo não era apenas um amontado de material geológico como era de conhecimento comum, e sim o resultado da interação de diferentes fatores, como: material de origem; relevo; clima; organismos presentes e tempo (PEREIRA, 2019). Com a escola russa de Dokuchaev, o solo começou a ser estudado do ponto de vista genético, o que permitiu o desenvolvimento do conceito de horizonte e a categorização dos solos em classes, assim como o entendimento da distribuição dos solos na paisagem e a formalização do conceito “fator de formação”, estabelecendo os fundamentos da Pedologia (PEREIRA, 2019). A seguir figura da caracterização proposta por Dokuchaev:

Figura 2. Camadas do solo de acordo com Dokuchaev. **Fonte:** NERDPROFESSOR, 2021.

Conforme a imagem apresenta, são encontradas cinco camadas no solo, O, A, B, C, e R. A camada O é a mais superficial, contendo principalmente material orgânico. A camada A é a segunda camada, sendo o primeiro horizonte mineral do solo, podendo conter mais húmus que as camadas B e C. A camada B é formada por partes degradadas da rocha-mãe, passado processo de intemperismo. A camada C corresponde a um horizonte formado por parte pouco degradadas da rocha-mãe, seus materiais ainda estão se transformando em solo, por fim, a camada R é a rocha-mãe

bruta, e quando submetida ao processo de intemperismo origina as demais camadas de solo em seu processo de degradação e decomposição.

Um estudo recente de Bertelli (et al., 2022) apresentou as características hidrogeológicas, podendo servir como base para classificar o horizonte R da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande, obteve como resultado que, do total da área de 9.166,86 km² da bacia, 169,73 Km² é composto por formação do Grupo Canastra; 11,21 Km² de Formação Aquiduana; 795,58 Km² de Formação Pirambóia; 548,14 Km² de Formação Botucatu; 5.403,16 Km² de Formação Serra Geral; 457,65 Km² de Rochas intrusivas básicas do Grupo São Bento, 1.185,60 Km² de Sedimentos de Formação Itaqueri; 405,92 Km² de Sedimentos Continentais Indiferenciados e 189,87 Km² de Sedimentos Aluvionares. A seguir mapa retirado do trabalho publicado:

Figura 3. Mapa Temático Geológico e Aquíferos da UGRHI 08. **Fonte:** Bertelli, et al., 2022.

Além disso, o solo pode ser classificado pela cor, textura, estrutura e consistência. De acordo com o Manual Técnico de Pedologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1994) as cores são obtidas por comparação com os padrões de cores constantes na *Munsell Soil Color Charts.* Sendo elas: preto; cinzento-azulado; bruno; amarelo-brunado; cinzento-azulado-escuro; bruno-escuro; cinzento-escuro; bruno-acinzentado-escuro; cinzento-esverdeado-escuro; oliva-escuro; cinzento-oliváceo-escuro; vermelho-escuro; bruno-avermelhado-escuro; cinzento-avermelhado-escuro; vermelho-escuro-acinzentado; cinzento; bruno-acinzentado; verde-acinzentado; cinzento esverdeado; cinzento-azulado-claro; bruno-claro; cinzento-brunado-claro; cinzento claro; cinzento-esverdeado-claro; bruno-oliváceo-claro; cinzento-oliváceo-claro; vermelho-claro; bruno-avermelhado-claro; bruno-amarelado-claro; oliva; bruno-oliváceo; cinzento-oliváceo; amarelo-oliváceo; bruno-claro-acinzentado; verde-claro-acinzentado; oliva-claro-acinzentado; vermelho-claro-acinzentado; amarelo-claro-acinzentado; rosado; cinzento-rosado; branco-rosado; vermelho; preto-avermelhado; bruno-avermelhado; cinzento-avermelhado; amarelo-avermelhado; bruno-forte; bruno muito escuro; cinzento muito escuro; bruno-acinzentado muito escuro; vermelho-acinzentado; branco; amarelo; bruno-amarelado; vermelho-amarelado.

De acordo com Prado (1995), a escala *Munsell* apresenta várias tabelas de cores, onde consta a matriz (ou pigmento), o valor (ou tonalidade) e o croma (ou intensidade). O valor indica a proporção da cor cinza (preto e branco) e o croma a contribuição do matiz. Ainda de acordo com o autor, os matizes variam de 5R (100% vermelho a 0% amarelo) a 5Y (0% de vermelho e 100% de amarelo). Se a anotação for, por exemplo, 7,5YR, significa uma combinação de 62,5% de amarelo (Y) e 37,5 de vermelho (R). O valor varia de zero a dez, se o valor for igual a dois, significa que a cor branca contribui com 20% e a preta, 80%. O croma indica a contribuição do matriz, varia de zero a

20, se o croma é zero, significa que a cor é neutra, portanto não há contribuição do amarelo, nem do vermelho.

Prado (1995) realizou um estudo onde classificou os solos que possuem a coloração mais avermelhada e amarelada, na camada B do horizonte. Ele os classificou de acordo com a seu matiz, valor, croma, nome da cor e classificação, organizando em tabelas apresentando essa classificação separadamente, entre avermelhados e amarelados (tabela 1 e 2).

A seguir tabela segundo Prado (1995) classificando solos avermelhados (tabela 1):

Tabela 1. Classificação de solos quanto a cor. **Fonte:** Prado (1995).

Matiz	Valor	Croma	Nome da cor	Classificação
10R	3	6	Vermelha escura	Latossolo Ferrífero
2,5YR	3	4	Bruno avermelhado-escuro	Latossolo Ferrífero
10R	3	3 ou 4	Vermelha	Latossolo roxo
2,5YR	3	3 ou 4	Vermelha escura ou bruna avermelhada-escura	Latossolo roxo
10R	3	4 ou 5	Vermelha escura ou vermelha muito escura	Latossolo vermelho escuro
2,5YR	3	4 a 6	Bruna avermelhada escura, ou vermelha escura	Latossolo vermelho escuro
10R	3	3 ou 4	Vermelha escura, ou bruna avermelhada-escura	Terra Roxa Estruturada
2,5YR	3	4 a 6	Bruna avermelhada escura ou vermelha escura	Terra Roxa Estruturada
2,5YR	3	4 a 6	Bruna avermelhada escura ou vermelha escura	Brunizém Avermelhado
10R	3	4 ou 5	Vermelha escura ou vermelha muito escura	Podzólico Vermelho Escuro
2,5YR	4 a 5	6 a 8	vermelha	Rubrozém
2,5YR	3 a 4	4 a 6	Vermelha, ou vermelha escura, ou bruna avermelhada	Bruno não cálcico
2,5YR	3 a 4	4 a 6	Idem acima	Cambissolo

A seguir tabela segundo Prado (1995) classificando solos de coloração mais amarelada (tabela 2):

Tabela 2. Classificação de solos quanto a matiz, valor, croma, cor e classificação. **Fonte:** Prado (1995).

Matiz	Valor	Croma	Nome da cor	Classificação
5YR	4 a 6	3 a 6	Bruna avermelhada ou vermelha amarelada ou bruna amarelada clara	Latossolo Vermelho-amarelo
5YR	4 a 5	6 a 8	Vermelha amarelada	Latossolo “variação una”
5YR	3 a 4	3 a 6	Bruna avermelhada ou vermelha amarelada ou bruna amarelada	Podzólico Vermelho-Amarelo
5YR	3 a 5	3 a 6	Bruna avermelhada ou vermelha amarelada ou bruna amarelada	Terra Bruna Estruturada
5YR	3 a 5	5 a 6	Bruna avermelhada escura ou bruna avermelhada ou amarelo-avermelhada	Brunizém Avermelhado
5YR	3 a 4	4 a 6	Bruna avermelhada escura ou bruna avermelhada ou vermelha amarelada	Bruno não cálcico
5YR	3 a 4	4 a 6	Bruna avermelhada escura ou bruna avermelhada ou vermelha amarelada	Cambissolo
7,5YR	3 ou 4	4 a 6	Bruna escura ou bruna forte	Latossolo Vermelho-Amarelo
7,5YR	4 ou 5	6 a 8	Bruna forte	Latossolo “variação una”

Matiz	Valor	Croma	Nome da cor	Classificação
7,5YR	5	2 a 4	Bruna	Latossolo Bruno
7,5YR	5	>4	Bruna forte	Latossolo Amarelo
7,5YR	3 ou 4	6	Bruna escura ou bruna forte	Podzólico vermelho-amarelo
7,5YR	5	2 a 4	Bruna	Terra bruna estruturada
7,5YR	3 a 4	4 a 6	Bruna escura ou bruna forte	Brunizém
7,5YR	4 ou 5	3 a 8	Bruna escura ou bruna forte	Planossolo (não hidromórfico)
7,5YR	5 a 6	6 a 8	Bruna forte ou amarelada avermelhada	Solonetz-Solodizado
7,5YR	3 a 5	4 a 6	Bruna escura ou bruna forte	Cambissolo
7,5YR	3	3 a 4	Bruna escura	Podzol
10YR	3 ou 4,6	3 a 6	Bruna amarelada escura, amarelo-brunada	Latossolo Vermelho-Amarelo
10YR	5	3	Bruna	Latossolo Bruno
10YR	5	4 a 8	Bruna amarelada	Latossolo Amarelo
10YR	3 ou 5	3 a 8	Bruna amarelada escura ou bruna amarelada	Podzólico vermelho amarelo
10YR	3 a 5	3 a 6	Bruna amarelada escura ou amarelo brunada	Terra bruna Estruturada
10YR	5	6 a 8	Bruna amarelada	Podzólico amarelo
-	-	-	Acinzentada	Planossolo
10YR	5 a 6	6 a 8	Bruna amarelada ou amarelo-brunada	Solonets-Solodizado
-	-	-	Preta ou preta ferrugem	Podzol
-	-	-	Acinzentada	Podzólico Bruno Acinzentado
-	-	-	Acinzentada	Podzólico Acinzentado

Também é necessário considerar os Solos Aluviais, Solos Litólicos e Areias Quartzosas, no caso, o Neossolo Flúvicos (RU) é um solo aluvial separado em três diferentes classificações: RU1 (Distróficos A moderado textura argilosa e média rel. de várzea); RU2 (Eutróficos A moderado + Gleissolos Háplicos Tb Eutróficos ambos textura argilosa rel. de várzea) e; Camplexo de Neossolos Flúvicos tb eutróficos A moderado, textura indiscriminada e Gleissolos indiscriminados textura argilosa e média rel. de várzea.

Quanto a textura, sua determinação é feita a partir da escala internacional de Atterberg (1912), apresentada a seguir (tabela 1):

Tabela 3. Escala de textura do solo. **Fonte:** Atterberg, 1912, modificado pelos autores.

Fração	Diâmetro
Areia grossa	2,00 mm – 0,20 mm
Areia fina	020 mm – 0,05 mm
Silte	0,05 mm – 0,002 mm
Argila	< 0,002 mm

Assim, de acordo com o conteúdo de areia, silte e argila, são caracterizadas as classes de textura: areia, silte, argila, areia franca, franco, franco argiloso-arenoso, franco argiloso, franco arenoso, argila arenosa, muito argiloso, argila siltosa, franco argilo-siltosa e franco-siltoso, conforme apresentado a seguir na figura 2 (IBGE, 1994):

Figura 4. Triângulo textural utilizado para determinação da textura do solo. **Fonte:** LEMOS; SANTOS, 1996.

De acordo com o manual do IBGE (1994) a classificação de estrutura do solo tem como fundamento as características relacionas à forma, tamanho e grau de desenvolvimento das unidades estruturais, neste caso, a forma define o tipo de estrutura, o tamanho define a classe de estrutura e o desenvolvimento, o grau de estrutura. Nesta caracterização dos tipos e classes são utilizados os seguintes conceitos (tabela 2):

Tabela 4. Caracterização dos solos a partir da estrutura. Fonte: IBGE (1994)

CLASSES	Tipos (forma e arranjo dos agregados)						
	Laminar	Prismática		Blocos			
						Arredondados	
		Sem a cabeça arredondada	Com a cabeça arredondada	Faces planas	Planas e arredondadas	Não porosas: granular	Porosas em grumas
Muito pequena	< 1mm	<10mm	< 10mm	< 5mm	< 5mm	< 1mm	< 1mm
Pequena	1 a 2mm	10 a 20mm	10 a 20mm	5 a 10mm	5 a 10mm	1 a 2mm	1 a 2mm
Média	2 a 5mm	20 a 50mm	20 a 50mm	10 a 20mm	10 a 20mm	2 a 5mm	2 a 5mm
Grande	5 a 10mm	50 a 100mm	50 a 100mm	20 a 50mm	20 a 50mm	5 a 10mm	-
Muito Grande	> 10mm	> 100mm	> 100mm	> 50mm	> 50mm	> 10mm	-

De acordo com Prado (1995) a estrutura Laminar ocorre quando as partículas do solo estão arranjadas em torno de um plano horizontal. Assim, as estruturas têm um aspecto de lâminas de espessura variável, sendo que a linha horizontal é sempre a maior. Já a Prismática a estrutura é quando as partículas do solo estão arranjadas em torno de uma linha vertical dominante. Em Blocos é aquela que as três dimensões da unidade estrutural são aproximadamente iguais e pode ser subdividida em blocos angulares e subangulares. As de blocos angulares são aquelas em que as faces são planas e a maioria dos vértices possuem ângulos vivos, as subangulares tem mistura de faces arredondadas e planas com muitos vértices arredondados. Por fim, a estrutura granular apresenta partículas arranjadas em torno de um ponto e tem a forma e o aspecto arredondados, entretanto, não apresenta faces de contatos. (PRADO, 1995).

Por fim, a consistência, de acordo com Lima (2005) entende-se por consistência a influência que as forças de coesão e de adesão exercem sobre fatores que constituem o solo, dependendo de seus variáveis estados de umidade. A força de coesão refere-se à atração de partículas sólidas por partículas sólidas. A força de adesão refere-se à atração das moléculas de água pela superfície das partículas sólidas. Pode-se separar a consistência em: solo seco (dureza); solo úmido (friabilidade; solo molhado.

A consistência quando o solo está seco (dureza) é medida a partir de sua resistência à ruptura dos torrões. A consistência do solo seco varia de solta até extremamente dura (LEMOS; SANTOS, 1996). Em um solo extremamente duro é difícil a penetração das raízes das plantas, o preparo do solo para o cultivo pelo produtor rural, ou a escavação de poços ou fundações de casas. Já o solo úmido também é determinado pelo torrão de solo, mas deve estar úmido, este estado de consistência é conhecido como friabilidade e varia de solta a extremamente firma (LEMOS; SANTOS, 1996). Enquanto a consistência do solo molhado é caracterizada pela plasticidade e pegajosidade a partir de amostras do solo molhadas. A plasticidade é observada quando o material do solo, no estado molhado, ao ser manipulado, pode ser modelado em diferentes formas. Essa plasticidade varia de não plástica a muito plástica (LEMOS; SANTOS, 1996). A pegajosidade é referente à aderência do solo a outros objetos quando está molhado. Varia de não pegajosa, ou seja, não chega a grudar nos dedos, até muito pegajosa (LEMOS; SANTOS, 1996). Um solo muito pegajoso é difícil de ser trabalho em construções ou aterros, assim como o cultivo.

A vegetação predominante na Bacia do Sapucaí Mirim/Grande é de Cerrado com algumas parcelas de Floresta Estacional Semidecidual, sabe-se que os solos encontrados no bioma Cerrado normalmente são secos e arenosos, entretanto, possui diversas fisionomias, como a Mata Ciliar, possui os solos úmidos por ficar próximo das áreas dos rios e nascentes. Originando-se de espessas camadas de sedimentos que datam do Terciário, os solos do bioma do cerrado são profundos, porosos, permeáveis, bem drenados, dessa forma, são profundamente lixiviados. Em sua textura geralmente predomina a fração areia, vindo em seguida a argila e, por último, o silte. Portanto são em sua maior parte arenosos, areno-argilosos ou, eventualmente, argilo-arenosos. O teor de matéria orgânica de tais solos é pequeno, ficando geralmente entre 3 e 5% (CAVASSAN, 2002).

De acordo com o Relatório n° 40.672 realizado pelo IPT para a Bacia do Sapucaí Mirim/Grande, os tipos de solo estão diretamente relacionados ao relevo do território e ao seu substrato rochoso, isso porque as formas de relevo interagem com a dinâmica da água. Por exemplo, em relevos de colinas e planícies, existe uma tendência a infiltração de água, onde, ao entrar em contato com o substrato favorecerá o desenvolvimento de solos profundos, como Latossolos. Já em relevos de alta declividade, existe a ação do escoamento superficial que se sobrepõe à infiltração, ocasionando na formação de solos rasos (Litólicos e Cambissolos).

Neste relatório foi observado, a partir do Mapa Pedológico (1999) que a bacia é caracterizada por três grupos de solos: Latossolos, Areias Quartzosas e Cambissolos/Litólicos. O trabalho também faz uma breve descrição de cada grupo. Sendo que Latossolo Roxo e Terra Roxa Estruturada correspondem a solos com horizonte B latossólico e coloração vermelha, o Latossolo Roxo ocorre em relevos e colinas amplas, enquanto a Terra Roxa está associada a relevos mais movimentados (serras ou colinas médias), em áreas de cabeceira ou drenagem, associados a Formação Serra Geral. O Latossolo Vermelho-Escuro textura média e Latossolo vermelho-amarelo textura média, são solos mais arenosos que os anteriores, localizam-se em áreas de relevo pouco movimentadas. Areias Quartzosas são solos arenosos pedologicamente pouco desenvolvidos, são constituídos principalmente por minerais de quartzo, muito drenados, profundos e com estruturação muito frágil, limita-se em áreas de ocorrência da Formação Botucatu e Pirambóia. Por fim, os solos Litólicos e Cambissolos, sendo que os solos Litólicos são poucos desenvolvidos e apresentam pequena espessura, normalmente com 20 a 40 cm de profundidade, já os Cambissolos são solos com horizonte B, incipiente, apresentam certo grau de evolução. Na bacia, estes solos encontram-se associados e condicionados a relevos muito movimentados, de alta declividade. São associados a relevos de escarpas e serras restritas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada neste trabalho é quantitativa, qualitativa e exploratória. Quantitativa pois será realizada uma quantificação da área ocupada por cada tipo de solo encontrado na Bacia do Sapucaí Mirim/Grande utilizando o Mapa Pedológico da Bacia publicado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande (CBH – SMG), de 1999 (1:250.000), processado na plataforma de AutoCAD. Qualitativa no levantamento de materiais bibliográfico que tratam do assunto, será realizada uma análise comparativa dos solos com o perfil geológico partindo do mapa publicado por Bertelli et al. (2022) com o perfil pedológico resultante deste trabalho. Exploratória com pesquisa em campo pois será realizada uma análise por meio de visitas em campo da caracterização do solo a partir de amostras retiradas em locais pré-determinado. A classificação será realizada de acordo com

os apontamentos de Prado (1995), citado anteriormente. A seguir mapa apontando os locais das análises de solos no território (figura 5):

Figura 5. Mapa apresentando os pontos das amostras neste trabalho. **Fonte**: Autores, 2023.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já existente, como livros e artigos científicos. O autor ainda afirma que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir que o investigador tenha cobertura de uma diversidade de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2002). No caso da leitura exploratória, Gil (2002, p.77) traz a seguinte definição: "A leitura exploratória pode ser comparada à expedição de reconhecimento que fazem os exploradores de uma região desconhecida. É feita mediante o exame da folha de rosto, dos índices da bibliografia e das notas de rodapé."

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas visitas em campo em setembro de 2023, sendo realizadas capturas fotográficas dos locais que representavam os diferentes solos apontados no mapa publicado pelo CBH – SMG, seguindo as localizações dos pontos de análise no mapa apresentado anteriormente (figura 5).

A seguir fotos resultantes das capturas fotográficas das diferentes associações pedológicas e suas respectivas classificações:

Foto 1. São José da Bela Vista, Ponto 1. Latossolo Roxo distrófico e eutrófico.

Foto 2. Guará, Ponto 2. Latossolo Roxo distrófico

Foto 3. Santo Antonio da Alegria, Ponto 3. Associação de Latossolo Roxo distrófico e eutrófico

Foto 4. Cristais Paulista, Ponto 4. Associação de Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico

Foto 5. Patrocínio Paulista, Ponto 5. Associação de Areias Quartzosas distróficas

Foto 6. Rifaina, Ponto 6. Associação de Latossolo Vermelho-Escuro distrófico

Foto 7. Estreito, Ponto 7. Associação de Cambissolo álico

Foto 8. Rifaina, Ponto 8. Associação de Litólicos álicos

Foto 9. Patrocínio Paulista, Ponto 9. Solos Aluviais, Solos Litólicos e Areias Quartzosas

Com isso, foi confeccionado mapa utilizando como mapa base o mapa do Comitê (CBH SMG, 1999) a partir da plataforma AutoCAD, com o auxílio das análises dos solos de cada classe apresentada e quantificação das áreas. A seguir legenda dos pontos de amostragem presentes no mapa (figura 6):

PONTOS DE COLETA	MUNICÍPIOS
Ponto 1: UTM 23K 0224148; 7721451	São José da Bela Vista
Ponto 2: UTM 23K 0205865; 7726325	Guará
Ponto 3: UTM 23K 0274131; 7669168	Santo Antônio da Alegria
Ponto 4 UTM 23K 0248569; 7739980	Cristais Paulista
Ponto 5: UTM 23K 0258778; 7709728	Patrocínio Paulista
Ponto 6: UTM 23K 0244779; 7776051	Rifaina
Ponto 7: UTM 23K 0264031; 7758121	Estreito
Ponto 8: UTM 23K 0254617; 7772858	Rifaina
Ponto 9: UTM 23K 0246951; 7701927	Patrocínio Paulista

Figura 6. Legenda com as coordenadas e municípios das amostragens de cada tipo de solo. **Fonte:** Autores, 2023

A seguir legenda (Figura 7) com as características das principais associações pedológicas encontradas na Bacia de acordo com Prado (1995):

	LEGENDA	Área de domínio (Km²)	%
Ponto 1	Latossolo Roxo distrófico e eutrófico, A moderado, textura muito argilosa e argilosa. Inclusões: Terra Roxa Estruturada eutrófica, A moderado, textura muito argilosa e argilosa (fase pedregosa); Cambissolos e Litólicos eutróficos, A moderado, textura argilosa (fase pedregosa).	2.948,92	32,17
Ponto 2	Latossolo Roxo distrófico, A moderado, proeminente e chernozênico, textura média/ argilosa e muito argilosa. Inclusões: Latossolo Vermelho-Escuro distrófico e eutrófico, A moderado, textura média e Terra Roxa Estruturada eutrófica, A, chernozênico, textura muito argilosa e argilosa.	3.423,09	37,34
Ponto 3	Associação de Latossolo Roxo distrófico e eutrófico, A moderado, textura argilosa e muito argilosa e Latossolo Vermelho-Escuro álico, distrófico, A moderado, textura média. Inclusões: Areias Quartzosas álicas e Terra Roxa Estruturada eutrófica, a moderado, textura muito argilosa.	46,15	0,50
	Associação de Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, A moderado e proeminente, textura média e argilosa e Latossolo Vermelho-Escuro distrófico, A moderado, textura média e argilosa. Inclusões: Latossolo Vermelho-Amarelo álico, A moderado, textura média e argilosa, Latossolo Roxo distrófico, A moderado, textura argilosa e Podzólico Vermelho-Amarelo álico, A moderado, Também textura arenosa/média.	1.676,94	18,29
Ponto 5	Associação de Areias Quartzosas distróficas, A fraco e moderado e Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, A moderado, textura média. Inclusões: Latossolo Vermelho-Escuro distrófico, A moderado textura argilosa e Podzólico Vermelho- Amarelo distrófico, A moderado, Tb textura arenosa/média.	799,23	8,72
Ponto 6	Associação de Latossolo Vermelho-Escuro distrófico, A moderado, textura argilosa e Cambissolo álico, A moderado, textura média e argilosa. Inclusões: Podzólico Vermelho-Amarelo álico, A moderado, também textura média/argilosa.	146,47	1,60
Ponto 7	Associação de Cambissolo álico, A moderado, textura média (fase pedregosa); Litólico álico, a moderado, textura média (fase pedregosa) e Latossolo Vermelho - Escuro álico, a moderado, textura argilosa.	49,23	0,54
Ponto 8	Associação de Litólicos álicos, a moderado, textura média (fase pedregosa) e Cambissolo álico, a moderado, textura média (fase pedregosa). Inclusões: Areias Quartzosas álicas, A moderado.	12,92	0,14
Ponto 9	Solos Aluviais, Solos Litólicos e Areias Quartzosas, no caso, o Neossolo Flúvicos (RU) é um solo aluvial separado em três diferentes classificações: RU1 (Distróficos A moderado textura argilosa e média rel. de várzea), RU2 (Eutróficos A moderado + Gleissolos Háplicos Tb Eutróficos ambos textura argilosa rel. de várzea) e, Complexo de Neossolos Flúvicos tb eutróficos A moderado, textura indiscriminada e Gleissolos indiscriminados textura argilosa e média rel. de várzea.	63,94	0,70
TOTAL (Km²)		9.166,69	100,00

Figura 7. Legenda com a caracterização dos tipos de solo da UGRHI 08. **Fonte:** Prado, 1995, alterado pelos autores, 2023.

A seguir mapa das principais associações pedológicas da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande (UGRHI 08) confeccionado pelos autores como resultado das análises e pesquisa realizadas neste trabalho (Figura 8):

Figura 8. Mapa das principais associações pedológicas da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande (UGRHI 08). **Fonte:** Autores, 2023.

Com isso, foi possível perceber que Latossolo Roxo distrófico a eutrófico ocupa uma área de 2.948,92 km² (32,17%); Latossolo Roxo distrófico ocupa uma área de 3.423,09 km² (37,34%); Associação de Latossolo Roxo distrófico e eutrófico 46,15 km² (0,50%); Associação de Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico ocupa uma área de 1.676,94 km² (18,29%); Associação de Areias Quartzosas distróficas ocupa uma área de 799,23 km² (8,72%); Associação de Latossolo Vermelho-Escuro distrófico ocupa uma área de 146,47 km² (1,60%); Associação de Cambissolo álico ocupa uma área de 49,23 km² (0,54%); Associação de Litólicos álicos ocupa uma área de 12,92 km² (0,14%); por fim, Solos Aluviais, Litólicos e Areias Quartzosas ocupa uma área de 63,94 km² (0,70%). Portanto, o solo predominante na bacia é o Latossolo Roxo distrófico, enquanto o solo que ocupa menor território é o de Associação de Litólicos álicos.

Considerando o Mapa Geológico, publicado em 2022 por Bertelli et al., comparando com as localizações apontadas pelo Mapa das principais associações pedológicas da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande (UGRHI 08), confeccionado neste trabalho, foi possível perceber que em locais de formação de rochas vulcânicas como o basalto e o diabásio encontram-se solos caracterizados como Latossolo Roxo distrófico a eutrófico; na Formação Itaqueri, encontram-se solos Latossolo vermelho-amarelo distrófico; no Grupo Canastra, o solo que pode ser associado a essa formação é o Latossolo Vermelho escuro distrófico e a associação cambissolo álico; quanto as formações Botucatu, Pirambóia (sedimentares) e formações de Quartzitos (metamórficas), podem ser associadas a associação de Areais Quartzosas distróficas; já Formação Aquidauana pode ser relacionada com a associação de Cambissolo Álico. Os solos aluviais são aqueles solos encontrados em planícies de inundação e lagoas marginais, como é o caso do rio Sapucaí Mirim, na região de Patrocínio Paulista – SP.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das principais associações pedológicas contribui no entendimento dos perfis da vegetação, declividade, uso e ocupação, entre outros. Se faz importante para a dinâmica da paisagem e as orientações para cultivos agrícolas, por exemplo. Estudar a pedologia do território previne erosões, assoreamento e outros diversos problemas que a desinformação pode causar ao ambiente frente a ações antrópicas ou causas naturais.

A Bacia do Sapucaí Mirim/Grande possui uma grande importância quanto a sua dinâmica regional, por isso conhecer a respeito deste território é primordial para proteger os recursos hídricos que se encontram nele e a paisagem ao todo.

O resultado deste trabalho poderá servir para estabelecimento de políticas públicas de uso e ocupação do solo, restauração, proteção e conservação dos cursos d'água, assim como fundamentos para novas pesquisas a respeito da dinâmica biótica e abiótica do território, servindo também como instrumento pedagógico de educação ambiental em diversos níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

ATTERBERG, A. ***Die Mechinische Bodenanalyse und die Klassifikation der Mineralboden Shwedens***. Inter Mitt fur Boderkinde, 2p. 312-42, 1912.

AUBERT, G., BOULAINE, J. **La Pédologie**, Paris, Presses Universitaire de France, Col."Que Sais-Je" n.352, 126 p., 1967.

BERTELLI, C., PALMA, A., OLIVEIRA, J.I. **Formações Geológicas e Aquíferos da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande**. In: V SIPPEDES - Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social: Sociedade e Democracia em tempos da pandemia de Covid-19, 2022.

CAVASSAN, Osmar. **O cerrado do Estado de São Paulo**. Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois, 2002.

CBH – SMG. Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande. **Mapa Pedológico da Bacia do Sapucaí Mirim/Grande**, 1:250.000, 1999.

CBH – SMG. Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande. **Relatório de Situação**, 2022. Disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-SMG/23497/rs2022-final.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

DE QUEIROZ NETO, José Pereira. **O estudo de formações superficiais no Brasil.** Revista do Instituto Geológico (Descontinuada), v. 22, n. 1-2, p. 65-78, 2001.

DE QUEIROZ NETO, José Pereira. **Pedologia: conceito, método e aplicações.** 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico de Pedologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos e estabelecimento de diretrizes técnicas para a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande – Relatório Final, 1999.

LEMOS, R. C., SANTOS, R. D. dos. **Manual de descrição e coleta de solo no campo. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo – Centro Nacional de Pesquisa de Solos.** 3ed., p. 83, Campinas-SP, 1996.

LIMA, M.R. de. Experimentoteca de Solos: Consistência do Solo. Departamento de Solos e Engenharia Agrícola da Universidade Federal do Paraná, 2005.

NERD PROFESSOR. **As Camadas do Solo – Horizontes**, 2021. Disponível em: < https://nerdprofessor.com.br/as-camadas-do-solo-horizontes/ > Acesso em: 19 de setembro de 2023.
PEREIRA, Marcos Gervasio et al. Formação e caracterização de solos. Tulio L, organizador. **Formação, classificação e cartografia dos solos.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, p. 1-20, 2019.
PRADO, H. do. Manual de Classificação de Solos do Brasil. 2. ed. Jaboticabal: FUNEP, 1995.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei n° 9.034 de dezembro de 1994. Revogada pela Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a ser implantado no período 1994 e 1995, em conformidade com a Lei n. 7.663, de 30/12/91, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1994/lei-9034-27.12.1994.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Plano%20Estadual,Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de%20Recursos%20H%C3%ADdricos>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei n° 16.337, de 14 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16337-14.12.2016.html >. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

MATERIAIS EDUCATIVOS COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA

EDUCATIONAL MATERIALS AS A STRATEGY FOR PROMOTING HEALTH AND ENHANCEMENT OF ELDERLY PEOPLE

Área temática: ODS – 3 e ODS - 10

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Pós-doutorando em Educação Física e Saúde. Doutor e mestre em Promoção de Saúde. Pós-graduado em Geriatria e Gerontologia, Deficiências Múltiplas, Saúde Coletiva, Cuidados Paliativos, Fisioterapia Pediátrica e Oncologia Multiprofissional. Fisioterapeuta, Profissional de Educação Física e Pedagogo. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

DA SILVA, Adriana Valadares
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Ciências e Mestra em Bioengenharia. Pós-graduada em Biomecânica. Bacharela em Fisioterapia. Docente e supervisora de estágio.
E-mail: adriana.silva@unifran.edu.br

BRITO, Bruna Marques
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia.
E-mail: brunamarques569@gmail.com

CAVALCANTE, Fabrício Vieira
Universidade de Brasília (UnB)
Doutorando e mestre em Saúde Coletiva. Graduado em Saúde Coletiva e Fisioterapia.
E-mail: fabricioocavalcante@gmail.com

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutorando e mestre em Promoção de Saúde. Profissional de educação Física.
E-mail: prof.cristianribeiro@gmail.com

DE SOUZA, Geni Emília
Universidade Cruzeiro do Sul
Mestra em História Econômica, Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e em Informática na Educação. Bacharela em Serviço Social.
E-mail: gesouza@cruzeirodosul.edu.br

OLIVEIRA, Leticia Natália
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda e mestra em Promoção de Saúde.
Pós-graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Psicomotora e MBA Gestão Estratégica de Pessoas. Bacharela em Psicologia.
E-mail: nataliaoliveiraleticia@gmail.com

BORGES, Ana Paula Oliveira
Universidade de Franca/UNIFRAN
Pós-doutoranda em Promoção de Saúde. Doutora em Ciências e Mestra em Promoção de Saúde. Especialização em Fisioterapia Neurológica modalidade residência, pós-graduada em Comunicação Alternativa e Tecnologia Assistiva, Especialista em Fisioterapia Neurofuncional - Adulto e Idoso. Bacharela em Fisioterapia. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: ana.oliveira@unifran.edu.br

Resumo

Objetivo: evidenciar como materiais educativos podem corroborar para valorização geriátrica e disseminar informações positivas sobre o envelhecimento. **Metodologia**: Trata-se de estudo desenvolvido mediante a construção de documentos diversos como cartilhas, guias e manuais educativos em prol do envelhecimento ativo e conscientização social sobre essa etapa do ciclo vital. Para construção dos materiais foi estabelecido o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atenção primária e promoção da saúde. **Resultados**: Entre os meses de fevereiro à setembro do ano de 2023, sete materiais educativos foram estruturados com a finalidade de valorizar a pessoa que envelhece, bem como disseminar informações de cunho positivo acerca do empoderamento geriátrico e gerontológicos. **Considerações finais:** Materiais educativos desempenham um papel crucial no que tange a atenção primária, pois podem auxiliar a conscientizar, educar e capacitar a população geral incluindo a pessoa idosa na tomada de decisões, autocuidado em saúde, redução do etarismo e busca constante pelo empoderamento 60+. Os materiais apresentados, desempenham um papel vital na promoção do bem-estar, autonomia, funcionalidade e proteção do idoso, visando encontrar meios para disseminar informações e habilidades que possam contribuir para um envelhecimento ativo e saudável na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação em saúde, Pessoa Idosa, Promoção da saúde.

Abstract

Objective: to highlight how educational materials can support geriatric appreciation and disseminate positive information about aging. **Methodology**: This is a study developed through the construction of various documents such as booklets, guides and educational manuals in favor of active aging and social awareness about this stage of the life cycle. To construct the materials, the Sustainable Development Goals (SDGs), primary care and health promotion were established. **Results**: Between the months of February to September 2023, seven educational materials were structured with the purpose of valuing the aging person, as well as disseminating positive information about geriatric and gerontological empowerment. **Final considerations**: Educational materials play a crucial role in primary care, as they can help raise awareness, educate and train the general population, including older people in decision-making, self-care in health, reducing ageism and the constant search for empowerment 60 +. The materials presented play a vital role in promoting the well-being, autonomy, functionality and protection of the elderly, aiming to find ways to disseminate information and skills that can contribute to active and healthy aging in contemporary times.

Keywords: Health education, Elderly, Health promotion.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano é um fenômeno mundial e se destaca por ser um processo natural, irreversível e progressivo em que se pode ocorrer alterações físicas, psíquicas e sociais, sendo vivenciadas de maneira distinta por cada indivíduo. Ademais, é considerada uma pessoa idosa aquele indivíduo cuja idade é igual ou superior a 60 anos (RIBEIRO, SCHUTZ; 2019).

O crescimento exponencial da população 60+, ocorre de maneira acelerada em todo planeta, e desse modo, surge a urgente preocupação que decorre das múltiplas demandas e necessidades advindas com o envelhecimento humano, visto que a pessoa idosa se torna mais suscetível à presença de alterações no seu estado de saúde, o que culmina negativamente para os aspectos gerais que envolvem o bem-estar, qualidade de vida, autonomia e funcionalidade geriátrico (BATISTA *et al.,* 2019).

Envelhecer é considerado então um ciclo complexo aos seres humanos, sendo um processo permeado por novos desafios e ações que priorizem a atenção multidimensional à pessoa que envelhece, assim Debert & Pulhez (2020), conceitua que essa etapa do ciclo vital tem relação proximal com as vivências individuais realizadas durante a trajetória do sujeito, e que podem causar interferência nessa etapa da vida. Essas modificações têm ocorrido de maneira acelerada, exigindo respostas adequadas em prol de subsídios, ferramentas, estratégias e políticas públicas que corroborem para o envelhecimento ativo

Nessa perspectiva, a transição demográfica se torna um desafio no campo da saúde, visto que o Brasil é um país em desenvolvimento, cujo fenômeno de envelhecer ocorre em um extenso território marcado por diferenças econômicas, educacionais, socioambientais e culturais, além disso, o modelo de atenção à saúde, ainda está estruturado em ações curativas, com predominância ao modelo biomédico, o que eleva portanto, a urgência na criação de ações e fomentos que abarquem por intermédio de programas, estratégias, políticas públicas e leis geriátricas uma visão multidimensional das especificidades que envolve a vida da pessoa idosa (BONTEMPO *et al*., 2017).

Por muitos anos na história, o modelo biomédico de saúde que em sua essência possui foco principal na etiologia, diagnóstico e tratamento de doenças e mantem o foco na conceituação mecanicista, fragmentada, hospitalocêntrica, curativista e com fortes evidências de negacionismo a saúde pública, mental e das ciências sociais, assim como não considera a promoção da saúde como estratégia positiva na vida do sujeito. Além disso, esse modelo é ainda considerado fragilizado e reducionista, onde o indivíduo tem papel passivo no que tange sua saúde, sendo descartado fatores além da questão física, tais como o ambiente físico, cultural, financeiro, social e alterações psicológicas (LOPES *et al.,* 2018).

Desse modo, a subvalorização à saúde preventiva, ao longo do percurso histórico, enfrentou uma gama de dificuldades sociais, institucionais e administrativas decorrentes do limitado desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, bem como pela expansão da assistência médica, associada à lógica mercadológica hospitalar e farmacológica. Mas, também, principalmente, pela lentificação da etapa formativa de uma consciência que pretende promover a saúde como uma estratégia viável e que possivelmente reduziria custos elevados no campo da atenção terciária (FUNASA, 2017)

Pensando nisso, surge a necessidade de disseminar práticas positivas articuladas na essência biopsicossocial e espiritual que visa atender uma demanda integral do indivíduo. Assim, com foco na atenção primária, a educação e promoção da saúde podem ser grandes auxiliadores desse processo, reforçando o significado global de saúde que é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1978, s.p).

Sendo assim, a promoção da saúde objetiva:

> “ser um conceito dado a capacitação comunitária para agir na melhora de sua qualidade de vida e saúde, abarcando uma maior participação no controle deste processo. Para se atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, as pessoas e grupos devem saber identificar, satisfazer necessidades e transformar de modo favorável o meio ambiente. A saúde deve ser vista como uma estratégia para a vida, e não como objetivo de viver. Assim, a saúde é um conceito positivo, que ressalta os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Frente essa conceituação, a promoção da saúde não é responsabilidade específica do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global” (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Apesar do crescimento da população idosa no mundo, o etarismo ainda continua negligenciado esse perfil populacional, sendo basal enfatizar a valorização de homens e mulheres idosos e a importância do pertencimento social. Ademais, pensando na atenção primária, na promoção e educação em saúde, um recurso interessante para disseminação positiva de informações são os matérias didáticos como cartilhas, guias e manuais informativos, pois são documentos que contam com a presença de ilustrações, diálogos e textos curtos que favorecem a compreensão das orientações para o leitor, podendo conter assuntos diversos relacionados à saúde. Tais estratégias se tornam viáveis por serem de fácil acesso, baixo custo e praticidade na aplicação em âmbito social, além de serem lúdicas.

Quando se fala na pessoa idosa, de acordo com Fleurí *et al.*, (2013), a prática de disseminação de informações lúdicas se destacam por ser estratégias importantes para promover a conscientização, mudança no estilo de vida, participação socioambiental e empoderamento. É relevante salientar que informações rápidas e permeadas por cartilhas educativas também estão relacionadas intimamente com a viabilidade de permitir que exista momentos de bem-estar físico, mental e de interação interpessoal, propiciando melhora significativa na qualidade de vida 60+, além do fortalecimento de vínculo, autonomia, autoestima, descontração, reflexão e melhor compreensão do tema em discussão.

No Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, no Capítulo V, lhe é assegurado o direito "[...] à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade." Dispõe o art. 21: "O poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados" (BRASIL, 2003).

Frente esse contexto, se torna necessário discutir e criar estratégias de ensino orientadoras e facilitadoras para a aprendizagem 60+ que considerem sua história de vida, linguagem, acessibilidade e alterações cognitivas, emocionais e físicas (SALES, SALES, AMARAL; 2013). Outra premissa é disseminar informações sobre a pessoa que envelhece, erradicando o preconceito e o etarismo que permeiam a vida deste grupo populacional.

Consoante ao exposto, o presente artigo visa evidenciar como materiais didáticos educativos podem corroborar para valorização geriátrica e disseminar informações positivas sobre o envelhecimento.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada é de natureza pura, e seus achados tem a intenção de promover o avanço científico e teórico acerca do combate ao etarismo e valorização significativa da pessoa idosa. Trata-se de estudo desenvolvido mediante a construção de documentos diversos como cartilhas, guias e manuais educativos em prol do envelhecimento ativo e conscientização social sobre essa etapa do ciclo vital. Para construção dos materiais foi estabelecido cinco etapas sob o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atenção primária e promotor da saúde.

Materiais educativos podem ser produzidos de diferentes modos e possuem o objetivo de favorecer o desenvolvimento de informações que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem em saúde e, consequentemente, promova saúde da população (PAIVA, VARGAS; 2015).

I. decisão em conjunto sobre temáticas pertinentes à população idosa;

II. busca de informações nas bases de dados e na literatura sobre as temáticas;

III. estruturação de *storyboard* junto à equipe de pesquisa para auxiliar na demanda de desenvolvimento dos documentos de cunho educativo;

IV. correção dos dados levantados e avaliação entre os pares.

V. diagramação e disponibilização dos materiais didáticos para sociedade geral.

A criação de materiais educativos surge como uma das possibilidades para enfatizar meios reais e objetivos para disseminar no cenário popular à educação em saúde, corroborando de maneira positiva para a comunicação e compartilhamento de conhecimentos e saberes importantes para sociedade, e se tratando da pessoa idosa, essa estratégia tem a finalidade de estabelecer a autonomia e participação significativa desses indivíduos nos pilares contemporâneos. Os materiais educativos geriátricos buscam em sua estruturação o fortalecimento de atitudes e pensamentos de reduzir e minimizar o preconceito e o etarismo.

Para presente estruturação metodológica foi utilizado a *Taxonomia de Bloom*, que possibilita em sua essência estruturar materiais educativos de modo mais enfatizado ao público-alvo, facilitando o processo de ensino-aprendizagem. Na perspectiva dessa taxonomia, a aprendizagem possui três domínios: cognitivo, psicomotor e afetivo. Ademais, para a idealização dos materiais, os textos constituíram-se à luz da literatura específica de cada campo temático e as ilustrações utilizadas nos referidos documentos foram retiradas de banco de imagens e acervo público, bem como o *layout* e *design* pensados em pares sendo utilizado para montagem recursos advindos do Programa *Canva* versão *premium*. Os materiais tiverem sua criação entre os meses de fevereiro à setembro de 2023 e foram disponibilizados de maneira virtual e por meio de *QRcode.*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensando na pluralidade dos saberes acerca da conscientização e empoderamento popular sobre a pessoa idosa, a seguir serão apresentados os documentos educativos que podem auxiliar a sociedade geral na valorização 60+. Na concepção documental, os ODS estiveram presentes em todos os exemplares como maneira de minimizar as mazelas socioambientais.

- **Material Educativo 1**

Essa cartilha possui 60 páginas e é um tributo à sabedoria acumulada ao longo dos anos, à riqueza das experiências compartilhadas pelas gerações passadas e à beleza intrínseca da jornada de envelhecimento. A gerontologia, como campo de estudo, ilumina a importância de compreender e valorizar as complexidades do envelhecimento humano, reconhecendo-o como um processo que transcende as limitações físicas e temporais. Para promover o empoderamento das pessoas com 60 anos ou mais na promoção da saúde, é importante fornecer acesso a informações de saúde de qualidade, criar ambientes de cuidado que respeitem suas escolhas e capacidades, e promover a educação em saúde ao longo da vida. Além disso, as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental na criação de oportunidades e recursos que promovam o empoderamento dos idosos em relação à sua saúde.

- **Material Educativo 2:**

Esse guia prático possui 24 páginas e reflete o pensamento frente ao rápido avanço advindo do contexto que abarca o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, surgem demandas que priorizam o atendimento e uma visão multidimensional relacionadas à pessoa que envelhece, além de subsídios para sua saúde, segurança, integração e participação social, cultura, lazer, educação, alimentação, renda justa e outros aspectos fundamentais para vida, especialmente para atender as especificidades de cada contexto e realidade deste grupo populacional. Desse modo, as políticas públicas se destacam por serem fundamentais para compreender, planejar e executar ações que visem garantir direitos e respaldos mais equitativos acerca da realidade da pessoa idosa inseridos em uma sociedade dinâmica e contemporânea, corroborando para territórios que proporcionem a este grupo populacional a manutenção da autonomia, independência e promoção do senso de justiça, no que tange o aumento dos aspectos sobre a qualidade de vida. Esse material pretende minimizar a busca constante do processo de exclusão e invalidação das pessoas idosas, conhecido como etarismo, conceito utilizado para explicar e definir o preconceito contra a idade e principalmente contra as pessoas mais velhas (OLIVEIRA, 2023).

- **Material Educativo 3**

Por meio de 45 páginas, nesta cartilha, adentra-se em um território complexo e desafiador, explorando as profundezas da doença de *Alzheimer*. Uma jornada que conduz o leitor por meio das complexidades do cérebro humano e das vidas daqueles que são afetados por essa condição implacável. A doença de *Alzheimer* transcende a mera perda de memórias. Ela toca a essência da identidade, afetando não apenas a pessoa que a vive, mas também reverberando nas vidas de seus entes queridos. Assim, as informações disponíveis, visam desvendar a multidimensionalidade que envolve tal demência. Explora-se desse modo suas origens, mergulhando nos meandros dos processos biológicos e tratamentos que a desencadeiam.

- **Material Educativo 4**

As quedas em pessoas idosas se destacam por ser um problema de saúde pública em muitos países, incluindo o Brasil. À medida que as pessoas envelhecem, tornam-se mais

vulneráveis a quedas devido a várias transformações fisiológicas, como perda de massa muscular e da densidade óssea, redução da visão, alterações vestibulares, dentre outros fatores. O ato de cair pode culminar em uma série de consequências graves para a saúde incluindo a morte. Além disso, podem desenvolver um impacto negativo a nível psicológico, levando a medo de cair novamente e limitação da mobilidade. Desse modo, é urgente e importante disseminar informações e conscientizar a população sobre tal temática, com o objetivo de auxiliar na educação e promoção da saúde geriátrica. Esse guia prático com 23 páginas aponta de maneira objetiva, lúdica e didática, auxiliar na conscientização, prevenção e combate a um problema de saúde pública que são as quedas, enfatizando a construção de múltiplos saberes para uma sociedade justa para todas as idades, incluindo a pessoa idosa que possui maior tendência no que tange o ato de cair.

- **Material Educativo 5**

As informações aqui contextualizadas em 30 páginas, tem a premissa de explorar as complexas interseções entre esses três aspectos fundamentais da vida humana. Ao longo destas páginas, você poderá compreender as experiências, desafios e triunfos de indivíduos que envelhecem, considerando suas identidades de gênero e expressões de sexualidade. À medida que a sociedade evolui, é crucial dimensionar como o envelhecimento afeta diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Queremos mostrar de forma prática os múltiplos aspectos advindos da diversidade e resiliência das pessoas idosas. Pluralidade é a palavra que define a sociedade moderna. Este Guia surge como um convite para uma jornada de aprendizado e reflexão. Esperamos que ele inspire conversas significativas, promova o respeito pelas trajetórias individuais e contribua para um mundo mais inclusivo e compassivo.

- **Material educativo 6**

Envelhecer é uma jornada singular e valiosa, repleta de histórias, conquistas e sabedoria. No entanto, o envelhecimento também traz consigo desafios inesperados, incluindo a ameaça de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) ou Infecção Sexualmente Transmissível (IST). Assim, como forma de auxiliar na conscientização, promoção da saúde e prevenção aos agravos, essa cartilha informativa com 32 páginas de conteúdo, pode corroborar de modo positivo para disseminação de informações importantes no que tange essa temática. À medida que se envelhece, aumenta-se as chances de subestimar os riscos e acreditar que a educação sexual e a prevenção de DSTs/ISTs são preocupações apenas para os mais jovens. No entanto, a realidade é que o envelhecimento não nos torna imunes a essas infecções. Desse modo, se faz urgente propagar orientações para as pessoas idosas, familiares, cuidadores e profissionais de saúde como objetivo de proteger a saúde sexual e emocional geriátrica.

- **Material Educativo 7**

Este guia rápido dotado de 28 páginas traz em sua essência informações objetivas sobre a força e à sabedoria que acompanham mulheres 60+. É um documento que se propõe a explorar temas essenciais para sua saúde física, mental e emocional, bem como sua estética, de uma forma que reconhece a singularidade dessa etapa da vida. Conforme mergulha-se neste universo de saúde, estética e bem-estar, a particularidade deve ser considerada, visto que o envelhecimento humano é um processo natural, irreversível, dinâmico, progressivo e individual, ou seja, cada um de nós envelheceremos dependendo das nossas especificidades. Ademais, é fundamental identificar a importância e contribuições dos profissionais da estética para a qualidade de vida da pessoa idosa e assim, se faz indispensável destacar o perfil do profissional da estética e suas ações que contribuirão para o bem-estar, cuidados e reflexões 60+. À medida que envelhecemos, é comum nos depararmos com uma série de mudanças em nossos corpos, mentes e estilos de vida. Mas uma coisa é certa: a beleza e a vitalidade continuam a brilhar em cada pessoa.

Os materiais supracitados visaram atingir os ODS e o desenvolvimento inclusivo para essa população idosa, além do fortalecimento de vínculos territoriais e frente esse contexto surge a necessidade de reduzir as desigualdades sociais, sendo necessário que se garanta os princípios de igualdade e oportunidades por meio de medidas que eliminem a discriminação, aumente a capacitação e promova a inclusão em diversos âmbitos: social, econômico e político, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, status econômico ou outro. Os ODS surgem nessas atividades como fomentos integrados e indivisíveis e estão pautados para a garantia dos direitos humanos, dignidade e igualdade, em um ambiente saudável, preconizado pela OMS por meio da equalização, entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para estruturação das informações disponíveis nos documentos, os seguintes ODS foram pensados como meio para se atingir as metas previamente propostas:

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU - 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por pertencerem em um grupo considerável vulnerável, ações, fomentos e estratégias educativas são importantes para a transformação em prol do envelhecimento ativo, abordagens de atenção à saúde e prevenção de agravos. A promoção da saúde na pessoa idosa é de extrema importância para garantir um envelhecimento saudável e uma melhor qualidade de vida no cenário contemporâneo. Materiais educativos desempenham um papel crucial nesse processo, pois podem auxiliar a conscientizar, educar e capacitar a população geral incluindo a pessoa idosa na tomada positiva de decisões, autocuidado em saúde, redução do etarismo e busca constante pelo empoderamento 60+. Os materiais apresentados, desempenham um papel vital na promoção do bem-estar, autonomia, funcionalidade e proteção do idoso, visando encontrar meios para disseminar informações e habilidades que possam contribuir para um envelhecimento ativo e saudável. Assim, os referidos documentos estabelecem de tal modo, a promoção de uma sociedade mais justa e pautada na diversidade, equidade e inclusão, na qual pessoas de todas as idades sejam respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, E. B. et al. Inclusão Digital como ferramenta ao envelhecimento ativo: um relato de experiência. Prisma.com, n. 38, p. 69-81, 2019.

BONTEMPO, A. P. D. S. et al. Fatores associados à síndrome da bexiga hiperativa em idosas: um estudo transversal. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 20, p. 474-483, 2017.

CARTA, DE OTTAWA. Carta de Ottawa sobre promoção de Saúde, 1986. 2016.

DEBERT, G. G; PULHEZ, M. M. (org.). Desafios do Cuidado: Gênero, Velhice e Deficiência. Textos Didáticos (66), pp. 125- 151, 2017.

FUNASA. - Cronologia Histórica da Saúde Pública - Funasa.gov.br. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica Acesso em: 05 out. 2023

FLEURÍ, A. C. P. et al. Atividades lúdicas com idosos institucionalizados. Enfermagem Revista, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 50-57, 2013. Disponível em:

http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/5288/5243 Acesso em: 06 out. 2023.

LOPES, I. E. et al., Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. Saúde em Debate, v. 42, p. 773-789, 2018.

OLIVEIRA, K. B. D. L. Etarismo contra a população idosa em situação de pobreza no capitalismo. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Brasília, 2015. Disponível em: https://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf Acesso em 15 out. de 2022

PAIVA, A. P. R. C, VARGAS, E. P. (2015). Os Materiais Educativos e seus públicos: um panorama a partir da literatura sobre o tema. In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – X ENPEC. São Paulo.

RIBEIRO, A. P; SCHUTZ, G. E. Reflexões sobre o envelhecimento e bem-estar de idosas institucionalizadas. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 10, p. 191-202, 2019.

SALES, M. B. D; SALES, A. B. D; AMARAL, M. A. Inclusão digital de idosos: abordagem ergonômica e inteligências múltiplas para elaboração de material didático. 2013.

MEMÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE RETÓRICA DE MEMES ECOLÓGICOS

MEMETICS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: RHETORICAL ANALYSIS OF ECOLOGICAL MEMES

Área temática: Vida Terrestre
BARROS, Carla Balan Rissato
Mestra em língua portuguesa e doutoranda em linguística
carlab_rissato@hotmail.com

Resumo: Este artigo se apoia nos pressupostos da retórica aristotélica e nos estudos de Ferreira (2015), Abreu (1999), Reboul (1998), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), na retórica da imagem, com os preceitos de Barthes (1990), e na psicodinâmica das cores, ancorada nas investigações de Farina (1986). A partir dessa teoria, analisamos três memes (textos sincréticos) postados no perfil denominado *Mais Ecológico*, da rede social *Instagram*, que versam sobre a preservação ambiental e sustentabilidade, de forma crítica e reflexiva. Os memes, normalmente, têm o intuito de entreter, mas os selecionados, visam, sobretudo, persuadir o auditório a mudar de atitude com relação ao meio ambiente. Observaremos, então, como os tipos de argumentos, figuras retóricas, seleção lexical, das imagens e das cores contribuem para reforçar as metas estabelecidas pelo objetivo 15 (Vida Terrestre), parte dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, com o intuito de persuadir a sociedade a proteger o meio ambiente. Dessa forma, observaremos como um discurso sincrético e digital pode instigar reflexão e persuasão. Assim, a partir deste estudo, discutimos informações sobre sustentabilidade, argumentação e conscientização com relação ao futuro da vida na terra.

Palavras-chave: retórica, ods, memes.

Abstract: This article is based on the assumptions of Aristotelian rhetoric and the studies of Ferreira (2015), Abreu (1999), Reboul (1998), Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996), on the rhetoric of image, with the precepts of Barthes (1990), and in the psychodynamics of colors, anchored in the investigations of Farina (1986). Based on this theory, we analyzed three memes (syncretic texts) posted on the profile called Mais Ecológico, on the social network Instagram, which deal with environmental preservation and sustainability, in a critical and reflective way. Memes normally aim to entertain, but those selected aim, above all, to persuade the audience to change their attitude towards the environment. We will then observe how the types of arguments, rhetorical figures, lexical selection, images and colors contribute to reinforcing the goals established by objective 15 (Life on Earth), part of the 17 sustainable development goals (SDGs), proposed by the Organization of United Nations (UN), in 2015, with the aim of persuading society to protect the environment. In this way, we will observe how a syncretic and digital discourse can instigate reflection and persuasion. Thus, from this study, we discuss information about sustainability, arguments and awareness regarding the future of life on earth.

Keywords: rhetoric, ods, memes.

Introdução

A retórica é, de acordo com Aristóteles (2011), a faculdade de observar os recursos para alcançar a persuasão em cada caso. Para o filósofo, todos fazemos uso dessa arte, uma vez que sempre sustentamos teses, defendemos ou acusamos.

Por sua vez, Reboul (1998) define a retórica como a arte que promove a persuasão através do discurso. Dessa forma, é evidente que constantemente estamos em contato com os recursos retóricos, seja em uma conversa entre amigos, no trabalho ou quando lemos ou ouvimos uma campanha publicitária.

Nesta pesquisa, a partir da reflexão sobre três memes postados na rede social *Instagram*, na página denominada *Mais Ecológico* (@maisecologico), sobre sustentabilidade e preservação ambiental, observamos como os oradores organizaram o discurso, quais tipos de argumentos e figuras foram utilizados no texto verbal e imagético, bem como a escolha das cores e o posicionamento das imagens. Verificamos, através da análise retórica, como os memes estão relacionados ao 15º objetivo do desenvolvimento sustentável, ―Vida terrestre", proposto pela ONU em 2015, e suas respectivas metas a serem cumpridas até 2030.

A página *Mais Ecológico* (@maisecologico) conta com mais de 79 mil seguidores e tem como objetivo entregar conteúdos relacionados ao meio ambiente: memes, notícias e reportagens de cunho humorístico, informativo e reflexivo. É possível constatar que as postagens visam persuadir a sociedade a repensar suas atitudes e as consequências negativas que podem provocar ao meio ambiente, ao clima e à natureza.

Nesse contexto, as informações circulam com significativa agilidade e, para isso, a tecnologia é fundamental. As redes sociais propagam, diariamente, uma quantidade astronômica de propagandas, tirinhas, charges e, também, de memes, conhecidos pelo caráter humorístico, constituído por diversas linguagens. Os memes detêm grande popularidade. Assim, o gênero pode ser utilizado como colaborador para instigar a reflexão sobre temas sociais, que demandam a mudança de julgamentos e a ação.

Ademais, através dos gêneros que circulam na esfera digital, a sociedade pode assimilar conteúdos complexos por meio de uma linguagem mais acessível. Os memes, então, podem ser aliados no que diz respeito à conscientização sobre problemas sociais, como as alterações climáticas e as ameaças à sustentabilidade.

Ferreira e Figueiredo, no livro *Retórica e multimodalidade* (2018), afirmam que, para a compreensão de um meme, é necessário repertório sociocultural, além do conhecimento acerca da realidade atual, o que é de extrema importância instigar na sociedade, especialmente no que concerne à vida sustentável e às condições climáticas.

Dessa forma, a mídia e os recursos digitais são responsáveis, também, pela maneira como agimos na realidade que nos cerca, inclusive pela relação que estabelecemos com o mundo. Um dos primeiros conceitos para o termo *meme* surgiu na área da genética, a partir de Dawkins, que o definiu como transmissor de uma unidade cultural ou uma unidade de imitação. Segundo Dawkins (2007, p. 124):

> Quando você planta um meme fértil em minha mente, você literalmente parasita meu cérebro, transformando-o num veículo para a propagação do meme, exatamente como um vírus pode parasitar o mecanismo genético de uma célula hospedeira.

Assim, os memes são amplamente compartilhados e agem como veículo de propagação de ideias, informações e humor. Desse modo, é possível utilizar memes para reflexão sobre assuntos sociais, como sustentabilidade e preservação ambiental, tão recorrentes nos veículos de comunicação atualmente.

Diante dos problemas ambientais que assolam a humanidade, foi necessário um posicionamento da ONU – Organização das Nações Unidas – que surgiu para expressar a vontade mundial de manter a paz, amenizar conflitos e inspirar justiça e diálogo entre as nações. Ela conta, de acordo com Rodrigues (2018), com 191 países, denominados estados-membros.

Em 2015, lançou os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), que reforçam as metas e compromissos já assumidos em documentos e reuniões anteriores. O intuito é assegurar a qualidade de vida e bem-estar do planeta, através do cumprimento de metas até 2030. De acordo com dados do site da ONU no Brasil, os ODS são um apelo à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, além de garantir que as pessoas tenham paz e prosperidade.

Dessa maneira, além de analisarmos retoricamente discursos digitais, refletimos sobre a importância da preservação do planeta, sustentabilidade e os ODS, temas de extrema pertinência no contexto atual.

Fundamentação teórica

Como afirma Reboul (1998), a retórica é anterior a sua história, afinal, todos utilizamos a linguagem para persuadir. Ferreira (2015) descreve que a retórica surgiu no século V a.C., na Grécia, em Siracusa, após a queda do general Trasíbulo, que ocasionou a solicitação de restituição de terras subtraídas pelo governo tirano. O primeiro tratado retórico foi escrito em 465 a.C., por Tísias e Córax, oradores, que se mobilizaram em favor às pessoas que perderam as terras.

Em seu percurso histórico, a retórica enfrentou grandes desafios: o Positivismo, que valorava apenas o pensamento científico e, também, o Romantismo, que enaltecia a sinceridade e não aceitava os recursos retóricos. Assim, nas palavras de Ferreira (2015, p. 45), em certo momento, a retórica —delirou, sim, mas não morreu".

Merece destaque na história da retórica o filósofo grego Aristóteles, precursor dos estudos na área. Nasceu em Estagira, localizada no litoral, entre Salônica e o Monte Atos, na Grécia. Não sabemos ao certo o ano de seu nascimento, mas estima-se que tenha sido por volta de 384 a.C.

De acordo com Ferraz (2015), a sua obra *Retórica* é dividida em três partes: *Livro I*, que apresenta aspectos referentes às provas retóricas, argumentos e gêneros; *Livro II*, expõe aspectos concernentes ao percurso passional e *Livro III*, que é dedicado à composição do discurso e estilo. Para o filósofo, todos buscam defender as suas teses, seja para acusar ou para defender.

Para Ferreira (2015), argumentar é levar o outro a aderir a um discurso, o que exige muita articulação discursiva, uma vez que o "correto" pode adquirir múltiplas versões, a depender de uma infinidade de fatores. Para o autor, o discurso retórico se vale da intenção de persuadir determinado auditório, por meio de recursos racionais ou afetivos, acerca de um tema polêmico.

A retórica se pauta na tríade: *ethos, logos* e *pathos.* E, para que o discurso leve à persuasão, em consonância com Ferraz (2015), é necessário o correto ajuste dessas três provas. Dessa forma, é possível persuadir pelo caráter do orador, pelo discurso propriamente e, também, pelas paixões despertadas no auditório.

O ethos é determinado pelo caráter do orador, aquele que profere o discurso. Para Aristóteles (2011), o orador deve parecer ser digno de fé para que o seu discurso seja aceito pelo auditório. Sendo assim, a posição ocupada e a autoridade atribuída a ele podem determinar a aceitação e adesão do auditório.

O *ethos* é, então, o conjunto de traços de caráter que o orador demonstra, a fim de evidenciar boa impressão e confiabilidade. Nesse sentido, pode ocorrer de ele não ser sincero, mas, desde que seja verossímil, isto é, que imprima a sensação de verdade no auditório e a persuasão aconteça, os resultados serão efetivos.

A retórica também se atenta ao *logos*, a parte lógica e racional, isto é, que corresponde aos recursos argumentativos. Para Aristóteles (2011), é o *como* a argumentação é construída e determina os raciocínios utilizados para persuadir, ou seja, são as provas lógicas.

O *logos* determina como o orador apresenta o seu discurso, embasado nos interesses de seu auditório. Para Ferreira (2015, p. 78), "O *logos*, dentre as provas, se encarrega do discurso persuasivo, pois por meio dele demonstramos o que parece ser verdade de acordo com o que se conhece sobre cada assunto".

Há, portanto, por parte do orador, o desejo de firmar um acordo com o auditório, por isso, ele traz à baila múltiplas provas, recursos e figuras retóricas para atingir o seu público e promover a identificação, aceitação e adesão ao discurso.

Por fim, a retórica também observa o *pathos*, que é constituído pelas paixões que são movidas no auditório, a fim de alcançar a persuasão. De acordo com Aristóteles (2011), elas promovem mudanças nos julgamentos. O filósofo propôs o percurso das quatorze paixões, quais sejam: cólera, calma, amor, ódio, temor, confiança, vergonha, impudência, favor, compaixão, indignação, inveja, emulação e desprezo.

Nossa pesquisa se atentará, mais especificamente, aos recursos que constituem a parte lógica: argumentos e figuras das quais o orador lançou mão a fim de persuadir. Abreu (1999) define as figuras retóricas como recursos linguísticos usados a favor da boa

argumentação. São consideradas figuras retóricas: metáfora, metonímia, prosopopeia, reticências, anáfora, assíndeto, polissíndeto, ironia, hipérbole, etc.

Para Fiorin (2021), as figuras podem ser divididas em:

1. Tropos: lexicais e gramaticais. Nos primeiros, há alteração de sentido do léxico; no segundo, há mudança no sentido gramatical.
2. Figuras não-trópicas: de aumento, de diminuição, de transposição e de troca.

Foram substanciais em nossa análise as figuras de retórica denominadas *metonímia* (tropo lexical, do tipo expansão semântica), *zeugma* (não-trópica, de diminuição), *sinestesia* (tropo lexical por concentração semântica) e *anáfora* (não-trópica, de aumento).

Para Fiorin (2021), a metonímia consiste em uma difusão semântica, ou seja, um valor semântico transfere-se a outro. Ao enunciar um efeito, também se enuncia a causa, por exemplo. Por isso ela tem valor argumentativo significativo, de acordo com o autor. São metonímias as relações de causa/efeito, instrumento/autor, lugar/objeto que o caracteriza, símbolo/o que simboliza, autor/obra, marca/produto, abstrato/concreto.

O zeugma, para Fiorin (2021), trata-se da figura em que há omissão de um elemento linguístico já expresso em outro lugar do enunciado, dessa forma, o elemento terá uma existência virtual.

A sinestesia, por sua vez, consiste em reunir termos pertencentes a planos sensoriais diversos: audição, tato, olfato e paladar. Assim, cria-se uma percepção diversa do mundo, intensificando, portanto, o sentido.

A anáfora, ainda em consonância com Fiorin (2021), é a repetição de palavras ou sintagmas no início de versos ou orações.

Para Aristóteles (2011), é mais fácil lograr êxito na persuasão quando atingimos as emoções do auditório. Nesse sentido, Abreu (1999) ressalta que, ao utilizar figuras retóricas no discurso, o sistema límbico do cérebro, que corresponde às emoções, é acionado, por isso elas são tão significativas na prática argumentativa.

Com relação aos tipos de argumentos, que também observamos em nossa análise, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) os dividem em: quase-lógicos, baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 220):

> A argumentação quase-lógica se apresentará de uma forma mais ou menos explícita. Ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente.

Isto é, os argumentos quase-lógicos se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. Para Abreu (1999), são assim denominados porque muitas incompatibilidades não dependem de aspectos formais, mas sim da natureza das coisas ou até de interpretações humanas. O autor elenca os seguintes argumentos quase-lógicos: regra de justiça, retorsão, ridículo, da probabilidade e da definição (expressivas, normativas e etimológicas).

Já os argumentos baseados na estrutura do real, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), estabelecem uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se busca promover. Podem ser denominados: pragmático, do desperdício, da direção, da superação e da autoridade. O argumento pragmático, relevante em nossa análise, fundamenta-se na ideia de dois acontecimentos sucessivos, relacionados por meio de uma causa. Consiste em transferir valor de um elemento da cadeia indo da causa ao efeito e do efeito à causa. Permite, assim, apreciar um ato ou acontecimento relacionado às suas consequências, presentes ou futuras, favoráveis ou não.

Já o da direção, também saliente em nossa pesquisa, consiste em ponderar o fim e os meios. Trata-se de um alerta contra o procedimento em etapas, por exemplo, ~~-se~~ ceder desta vez, deverá ceder nas próximas" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Por sua vez, os argumentos que fundam a estrutura do real são os argumentos que se apoiam no que é aceito para um caso particular (exemplo, ilustração e modelo), e os que procuram reestruturar alguns elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos (a analogia e a metáfora).

Foram substanciais em nossas análises os argumentos pela comparação e pelo modelo ou antimodelo. No argumento pela comparação confrontam-se diversos objetos para avaliação em relação a outros. As comparações podem ocorrer por oposição (alto e baixo), por ordenamento (o que é mais alto e mais baixo) e por ordenação quantitativa (por meio de unidades de medida). (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

O argumento pelo modelo ou antimodelo, por sua vez, destaca-se o prestígio, isto é, utiliza-se das atitudes de uma pessoa ou grupos de pessoas como meio de prova a favor de uma tese (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Como já mencionado, nossa pesquisa tem como *corpus* uma amostra de memes postados em um perfil digital da rede social *Instagram*. Como supracitado, o termo *meme* teve origem em 1976, com o biólogo Richard Dawkins, no livro *O gene egoísta*. Vale destacar que o surgimento do termo é anterior à própria internet, que é responsável por veicular tão amplamente esse gênero.

A *memética*, para Chagas (2020), estuda os memes e as conexões com os humanos, a replicação e propagação desse tipo de discurso. ~~A~~ compreensão de Dawkins (1976) sobre os memes parte de chaves analíticas que carregam emprestadas analogias com os genes." (Chagas, 2020, p. 2). É como se os memes fossem genes da cultura: ideias, bordões, vestimentas etc.

Para Chagas (2020, p. 3):

> O meme, portanto, assim como o gene, constitui-se como um replicador, uma unidade de transmissão, que carrega informações (biológicas, no caso dos genes; culturais, no caso dos memes) de um lado a outro e se espalha entre as pessoas como se as contaminasse. Esse processo, na realidade, espelha uma batalha pela sobrevivência do mais adaptado, à moda do que a seleção natural apregoa aos caracteres herdados biologicamente — os memes então são ideias ou modos de pensar e fazer que competem entre si para se afirmar no caldo cultural humano.

Assim, os memes são selecionados naturalmente, as ideias que são mais bem aceitas são mais facilmente propagadas. A ampla divulgação não está, pois, centrada na verdade que os memes carregam, mas em como se propagam. Chagas (2020) ressalta que, nessa perspectiva, nossas mentes são hospedeiras ou máquinas de memes.

A origem do termo é ligada à biologia. Contudo, a partir de 1990, tornou-se comum denominar piadas e trocadilhos como memes. Desde então, grupos de estudos e correntes de pesquisa passaram a investigar com mais afinco o termo e suas implicações na sociedade.

Os memes são atrativos aos internautas. Normalmente, mesclam texto verbal e visual, a linguagem é acessível e, através do risível, podem levar à reflexão e posterior mudança de atitudes.

De acordo com dados do portal do jornal *O Globo*, em outubro de 2022, a rede social *Instagram* contava com mais de 2 bilhões de usuários pelo mundo. Em relação ao Brasil, destaca-se que o país é o segundo maior em número de usuários nessa rede social. Logo, é considerável o número de pessoas que podem consumir os conteúdos apresentados por memes diariamente.

Davison (2020) descreve as características fundamentais dos memes na atualidade. Ressalta a presença constante dos *image macros*, que consistem conjuntos de regras estilísticas para adicionar texto verbal a imagens.

Nosso trabalho será centrado, portanto, nos recursos verbais e, também, nas imagens, isto é, no texto imagético que compõe os memes, já que os discursos que selecionamos se enquadram na terminologia *image macro*. Consideraremos, ademais, a escolha e significação das cores. Para isso, apoiaremo-nos nos pressupostos da retórica da imagem e na psicodinâmica das cores.

Com relação à retórica da imagem, Reboul (1998) ressalta que surgiu na França, com Roland Barthes, em 1964. Em sua pesquisa, Barthes analisou um cartaz divulgado às massas (número indefinido de indivíduos que recebem a mesma mensagem). Nesse sentido, Reboul

(1998) ainda destaca que o discurso é, nesses casos, complementado pelos elementos não linguísticos, no caso de vídeos, com o som e as imagens de fundo.

Para findarmos o nosso percurso teórico, é importante salientar também que, para Farina (1986), as cores são extremamente relevantes para construir a argumentação. Nas palavras do autor (1986, p. 25), ~~A~~ linguagem da imagem, usando a presença sugestiva, concreta, cômoda e persuasiva do ícone, apoia-se na ideia de que as imagens são forças psíquicas que podem ser mais fortes que as experiências reais". Sendo assim, verificamos como a seleção das cores e das imagens podem contribuir para a construção argumentativa do meme.

O nosso intuito foi, então, verificar como os oradores organizaram o discurso de modo a persuadir, de forma reflexiva, o seu auditório a mudar de atitudes em prol da preservação da vida na terra. Para isso, também nos debruçamos ao estudo do objetivo do desenvolvimento sustentável número 15, proposto pela ONU, bem como das metas que o compõe. O ODS 15 prevê algumas medidas para proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a fim de combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. De acordo com o portal das Nações Unidas do Brasil, o objetivo 15 propõe algumas metas a serem alcançadas pelos países até 2030. São elas[1]:

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.
15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.
15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.
15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.
15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

[1] Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/15. Acesso em: 24 ago. 2023.

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

Portanto, anterior à análise dos memes, foi imprescindível um estudo detalhado sobre o ODS 15, para que, assim, pudéssemos verificar se, e como, a escolha lexical, do texto imagético e a organização do discurso reforçam, mesmo que indiretamente, o que propõe o ODS e, se como consequência, contribuem para que a sociedade aja como a ONU estabelece em seu documento. Passamos, então, à análise dos memes selecionados.

Análise dos memes

Figura 1 – Meme 1

Fonte: *Instagram*

O meme 1 foi publicado na página *Mais Ecológico* no dia 6 de agosto de 2019. É um discurso multimodal, apresenta, portanto, imagem e texto verbal. Para facilitar a nossa análise, denominaremos as subdivisões do meme em: plano superior e plano inferior.

O texto imagético do plano superior, como é comum nos memes, é muito significativo e argumentativo. Trata-se de uma releitura da obra de arte realista *Des glaneuses,* de Jean-Francois Millet, de 1857, que se encontra atualmente no Museu de Orsay, em Paris. De acordo com o portal *Arte e Blog*, a obra retrata pessoas abaixadas recolhendo manualmente restos da colheita do trigo, ou seja, o artista retrata a vida no campo, em meio à natureza.

É interessante frisar que o orador explorou a intertextualidade com a obra, a fim de imprimir sensações no auditório. O caráter realista e, até mesmo, triste da pintura vem a calhar para relacionar o meme à tese defendida pelo orador.

É possível perceber, através da imagem representada no plano superior, que o solo está limpo, pouco explorado pelos humanos e que, de maneira geral, a paisagem é preservada. Ao fundo da imagem, vemos árvores e poucas construções. A vestimenta das pessoas é típica de 1800. O texto verbal do plano superior ancora essa informação, afinal,

lemos *1857*, em fonte na cor preto. A imagem simboliza, então, uma época longínqua e o trabalho de camponeses.

Por sua vez, o plano inferior do meme, cujo texto verbal apresenta o ano *2019*, também em fonte na cor preto, representa as três pessoas, também abaixadas, com as vestimentas iguais às de 1800, mas recolhendo uma infinidade de resíduos depositados no solo que, no ano referente, é tomado pelo lixo. A paisagem evidencia que, em 2019, há construções e rodovia, o que faz referência ao progresso urbanístico e à presença da ação humana no local.

Não há árvores e a vegetação está comprometida pelo lixo. No lugar em que havia árvores, no plano superior; na inferior, há prédios e construções. A escolha das imagens nos conduz, portanto, a identificar a comparação entre passado e modernidade. E a relação de lixo e poluição, através da imagem do plano inferior, constrói-se metonimicamente.

As cores também são responsáveis por construírem a argumentação do meme. A imagem do plano inferior apresenta cores mais vivas e nítidas, o que representa as imagens/fotos mais modernas. Para Farina (1986), o que é enunciado na comunicação tem estreita relação com a cor selecionada pelo orador, sobretudo quando o objetivo é causar impacto. O céu, no ano de 2019, é mais acinzentado e, aparentemente, há fumaça e poluição ao fundo para retratar os tempos atuais, em que as fábricas, veículos automotores e o avanço industrial são responsáveis pela liberação de grande quantidade de gases tóxicos à atmosfera. De acordo com os estudos do autor, a cor cinza faz referência a maquinário, aborrecimento e, até mesmo, à carência vital.

Ou seja, se considerarmos a escolha das cores, o auditório pode ser levado a refletir que o avanço tecnológico, o desenvolvimento urbanístico e a presença do homem na paisagem natural podem ser responsáveis pelo destino incorreto do lixo e, consequentemente, poluição do solo e das águas. Neste momento, é importante salientar que, para Davison (2020), um meme é um recorte de uma cultura.

Sendo assim, a mensagem transmitida pelo orador ao auditório é a de que, atualmente, o que predomina é a poluição e descaso com as questões ambientais e com a vida terrestre. Algumas pessoas não se preocupam com o destino do lixo, quiçá com as consequências de depositá-lo no solo.

O uso do texto sincrético, sobretudo a comparação entre a antiguidade e a modernidade, reforça o que Farina (1986, p. 25) propôs acerca da linguagem da imagem: ―Usando a presença sugestiva, concreta, cômoda e persuasiva do ícone, apoia-se na ideia de que as imagens são forças psíquicas que podem ser mais fortes que as experiências reais". Dessa maneira, fica evidente que os memes cujo intuito é fazer refletir e promover mudanças de atitudes, apostam em imagens consideradamente persuasivas".

Dessa forma, o auditório seguidor da página, ao se deparar com a postagem, pode se considerar responsável, também, pela poluição do solo devido ao descaso com o seu lixo e com a preservação da natureza.

O ODS 15 (Vida terrestre), especialmente nas metas 15.1 e 15.2, determina que devemos proteger os ecossistemas terrestres, combater a desertificação, deter o desmatamento, além de restaurar a terra. De modo substancial, o meme 1 almeja suscitar no auditório a reflexão acerca da preservação do solo e da vida terrestre. Ou seja, o objetivo do meme 1, supostamente, é persuadir os seguidores da página a repensarem suas atitudes com relação ao destino do lixo.

Para isso, o orador lança mão do argumento de comparação, uma vez que ilustrou, através da releitura de uma obra de arte, o cotidiano e a paisagem típica do ano 1857 e, posteriormente, traçou um paralelo ao ano de 2019, período em que as questões climáticas eram alarmantes e exigiam nova postura da sociedade. Através da comparação explorada, o orador utilizou a argumentação pelo antimodelo, sobretudo no plano inferior, afinal, há a utilização dos atos de uma pessoa ou grupos de pessoas como meio de prova a favor da sua tese.

O orador também fez uso do argumento da direção para construir o seu raciocínio, visto que há um encadeamento de situações cujo desfecho se receia. Com a crescente poluição do solo e destinação incorreta ao lixo, a natureza e, em sequência, o ser humano sofrerão as consequências.

Outrossim, orador também construiu seu raciocínio por meio do argumento pragmático, já que o auditório apreciará o meme e, a partir disso, poderá refletir sobre as consequências hipotéticas da poluição ambiental.

Ademais, é possível perceber que, através da associação entre texto verbal e imagético, ancorados ao conhecimento contextual social, cultural e ambiental, imprescindível à interpretação de um meme, o auditório poderá será persuadido a refletir sobre as consequências da poluição do solo.

Figura 2 – Meme 2

Fonte: *Instagram*

O meme 2 foi publicado no dia 26 de junho de 2021. No texto imagético, há uma gaiola branca, sem nenhum animal em seu interior, mas que apresenta sinais de uso, há dois poleiros e um recipiente para depositar comida aos possíveis pássaros que ela abrigava.

A gaiola está dependurada em uma parede de cor salmão. Ao fundo, vemos uma paisagem urbana e céu azulado. A gaiola e as grades, especialmente, representam a privação de liberdade dos pássaros, portanto, tem-se a figura de retórica metonímia. Assim, o orador, supostamente, almeja persuadir o auditório a repensar suas atitudes com relação às consequências do encarceramento de pássaros, com a privação de liberdade e distanciamento do habitat natural desses seres.

O texto verbal, grafado em cor azul, em uma folha/placa branca, decorada com flores e folhas, expõe o seguinte enunciado: *não use gaiolas cultive um jardim que eles vêm*, que faz referência à proteção animal, especialmente ao combate à caça, aprisionamento animal e, consequentemente, extinção das espécies.

Sobre o aprisionamento de pássaros em gaiolas, o portal Agência Eco Nordeste (2021), afirma que:

> A prática de criar animais silvestres como bichos de estimação é antiga na história da humanidade. E no Brasil esse costume perdura. Antes da chegada dos europeus, grupos indígenas já tinham o hábito de criar esses animais, tanto que para os falantes do tupi havia o termo *cherimbane* (‘coisa muito querida‘) para designar os animais que viviam nas aldeias na companhia dos seres humanos. Os europeus que aqui chegaram, como os portugueses, também mantinham esse hábito”, detalha Dimas Marques, assessor de planejamento e assuntos estratégicos da organização não

> governamental Instituto Profauna – Proteção à Fauna e Monitoramento Ambiental.

Sendo assim, é notório ressaltar que a prática de aprisionar animais é muito comum e enraizada nos brasileiros. Logo, a importância de conscientizar as pessoas sobre as consequências dessa prática.

Com relação às cores, é importante destacar que, de acordo com os estudos de Farina (1986), são de suma importância para construir a argumentação. Assim, para o autor, o uso da cor branco, na placa, pode representar paz, simplicidade e pureza. O azul, utilizado na fonte, pode evocar a imagem do céu ou do mar, bem como suscitar tranquilidade e meditação.

O uso do imperativo verbal na expressão *não use*, evidencia o posicionamento do orador, que orienta/pede/aconselha o auditório a não aprisionar pássaros em gaiolas. Em vez disso, sugere o cultivo de um jardim, assim, supostamente a vegetação e as flores atrairão os passarinhos, de modo natural, com respeito à liberdade necessária às espécies. Nesse sentido, o uso do pronome pessoal do caso reto *eles*, presente no texto verbal do meme, faz referência aos possíveis pássaros que visitariam o jardim sugerido pelo orador.

Vale ressaltar que *jardim* faz referência (por metonímia) à preservação da natureza e do habitat natural dos pássaros como um todo. Isto é, o orador provavelmente quer persuadir o auditório a cuidar da vida terrestre para que, assim, os pássaros vivam livres e com melhor qualidade de vida.

Nessa espreita, vale destacar que o orador fez uso do argumento pragmático, já que o auditório, ao apreciar o meme, poderá refletir sobre as consequências hipotéticas no que concerne ao aprisionamento de animais.

O ODS 15, primordialmente na meta 15.5, determina que são necessárias medidas para deter a perda da biodiversidade, proteção e combate à perda de espécies ameaçadas. Também condena a prática de caça ilegal e tráfico de espécies, além de reforçar a importância do apoio global para que essas ações sejam possíveis.

Assim, é possível constatar que o meme reforça os ideais propostos pelo ODS 15. Afinal, afirma que os animais não devem ser engaiolados e que seu habitat natural precisa ser preservado. Entendemos que o orador deseja, então, persuadir o auditório a refletir sobre as consequências de enjaular animais, como a degradação da espécie, morte prematura e, até mesmo, extinção, como reforçam os dados do portal da Câmara dos Deputados (2021):

> O Projeto de Lei 1487/19 altera a Lei de Proteção à Fauna para proibir a criação de pássaros em gaiolas ou viveiros domésticos. A proibição valerá para pássaros de quaisquer espécies, nativas ou exóticas, silvestres ou domésticas, a partir de 180 dias da promulgação da lei.
> O autor, deputado Nilto Tatto (PT-SP), afirma que ~~é~~ uma forma de violência" a criação de pássaros em cativeiro, já que há a limitação dos movimentos ainda que haja alimentação e tratamento veterinário adequados. Reforçou ainda que a manutenção de pássaros domésticos alimenta um mercado de criação e tráfico de animais silvestres.

O projeto de lei visa a proteção da fauna através da proibição de criação de pássaros em gaiolas. O meme 2 e o ODS 15 têm a mesma finalidade. Em suma, percebemos que as escolhas lexicais e de imagens são substanciais para construir a argumentação a fim de persuadir o auditório a refletir que encarcerar animais em gaiolas não é admissível.

Figura 3 – Meme 3

Fonte: *Instagram*

O meme 3 é dividido em dois planos, que denominaremos, mais uma vez, *superior* e *inferior*. Apresenta texto verbal e imagético, portanto, trata-se de texto sincrético. Foi publicado na página Mais *Ecológico* no dia 22 de junho de 2020.

O texto imagético do plano superior representa uma área urbana, aparentemente tecnológica, com muitas aeronaves sobrevoando os arranha-céus. O texto verbal do plano superior, *Como todo mundo imagina o futuro,* ancora a imagem. Segundo Barthes (1990), atribuímos significados às cores, sons e formas. Nesse sentido, a imagem possui caráter polissêmico, o texto verbal pode, então, ser considerado como uma ancoragem para a construção do sentido.

Assim, o texto verbal denota a ideia de que toda a sociedade, marcada textualmente pelo pronome *todos*, espera que o futuro seja permeado de avanços tecnológicos e novas descobertas. Uma realidade movida pela ciência, inovação e desenvolvimento.

Já o texto imagético da parte inferior, acompanhado do texto verbal *Como eu gostaria que fosse*, representa uma paisagem natural: céu típico do entardecer, árvores variadas, pedras, gramado, lago e uma casa de campo, com chaminé. O texto verbal supõe um enunciador, marcado textualmente pelo pronome pessoal do caso reto, *eu*, que, no meme, representa pessoas possivelmente preocupadas com a questão ambiental e que almejam uma vida tranquila. Para essa parcela da população, mais vale a vida simples, com respeito à natureza, do que a vida moderna, com inovações tecnológicas, mas com consequências negativas para o meio ambiente.

O orador faz uso do argumento de comparação, traça, pois, um paralelo entre as pessoas que vislumbram o avanço tecnológico, supostamente descomprometido com as questões ambientais, e as pessoas que consideram primordial, para garantir o futuro, a preservação da natureza. Dessa forma, a paisagem natural é a representação da vida sustentável, com preservação e respeito à natureza. E a imagem do plano superior, por sua vez, dos avanços tecnológicos e predomínio da urbanização, que, sobrepõe a vida natural, em meio à natureza e com preservação ambiental.

O raciocínio também é construído a partir do argumento pragmático, já que o auditório apreciará o meme e, possivelmente, refletirá sobre o estilo de vida que tem ou gostaria de ter, levando em consideração as consequências hipotéticas que elaborará.

Também é possível identificar o argumento da direção, visto que há um encadeamento de situações cujo desfecho se receia. Com a urbanização e o desenvolvimento de novas tecnologias, o meio ambiente e a sustentabilidade podem ser desvalorizados.

Ainda sobre a construção lógica da argumentação, percebemos o argumento do modelo e antimodelo. Nas imagens, há a utilização dos atos de uma pessoa ou grupos de pessoas como meio de prova a favor de uma tese. No plano superior, destaca-se os atos negativos, e no inferior, no que lhe concerne, os atos positivos e válidos para a proteção ambiental e manutenção da vida terrestre.

No texto verbal, constatamos a presença da figura retórica denominada zeugma, afinal, há a omissão do sintagma *"o futuro"*, no texto verbal do plano inferior. O sintagma já havia sido mencionado no plano superior e, assim, pode ser retomado facilmente pelo leitor, sem necessidade de reiteração. Também ocorre uma figura de repetição – anáfora, no termo *como*, presente nos textos dos dois planos do meme.

Vale ressaltar a função catafórica dos componentes verbais dos memes, que, algumas vezes, funcionam como títulos, condensando informações e/ou produzindo expectativas em relação ao conteúdo que segue (no caso, as imagens).

Também observamos a figura designada sinestesia, uma vez que o meme pode provocar no auditório sensações dos diferentes órgãos do sentido. Supostamente, ao se deparar com o meme, o auditório poderá imaginar o som do riacho, o canto dos pássaros, sentir a brisa e o frescor do ambiente arborizado, a textura das pedras e do solo etc.

As cores que predominam no plano superior são: azul, cinza e branco. No plano inferior, percebemos o uso de diversas cores, com predomínio de tons de azul, verde, vermelho e amarelo. Barthes (1990) salienta que a escolha de cores, em um discurso, tem função persuasiva. Sendo assim, o uso adequado delas pode produzir sensações e reflexos. Dessa forma, ao compararmos as cores dos dois planos, surge-nos a ideia de que a natureza preservada é permeada de cores diversas, que representam a fauna, a flora e todo o ecossistema.

O predomínio do cinza, no plano superior, em consonância com Farina (1986), pode evocar em nossa mente algo relacionado a máquinas e seriedade. Para o autor, a origem da cor simboliza a posição intermediária entre a luz e a sombra.

Por sua vez, as cores predominantes do segundo plano — azul, verde, vermelho e amarelo — representam, respectivamente:

- Tranquilidade;
- Paz/saúde/esperança;
- Magnificência,
- Alegria/riqueza/vida.

O meme 3 reforça, então, a importância da preservação ambiental, corroborando com o que propõe o ODS 15, sobretudo no que diz respeito às metas 15.4 e 15.c, que afirmam ser necessário o apoio global à busca de oportunidades de subsistência sustentável. Ademais, afirmam a importância de, até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas, incluindo a sua biodiversidade.

Conclusões

Os problemas ambientais, como o aquecimento global, perda da biodiversidade, poluição e outros, assolam a humanidade. Dessa forma, é urgente que haja conscientização e mudança de atitudes para que o planeta resista.

Nessa espreita, é importante salientar que a vida terrestre precisa de cuidados. Então, a partir do estudo do objetivo de desenvolvimento sustentável de número 15, proposto pela ONU, em 2015, que traça metas para serem alcançadas até 2030, e da análise retórica de três memes postados na rede social *Instagram*, observamos como os recursos do *logos* contribuem para alcançar a persuasão da sociedade no que diz respeito às mudanças de atitudes a fim de preservar o planeta, especialmente a vida terrestre.

Foi possível constatar que os memes reiteram substancialmente o que propõem as metas presentes no ODS 15. Assim, através de texto sincrético, com linguagem acessível e, até mesmo, atrativa, já que os memes são amplamente divulgados e aceitos pelos internautas, certamente será possível que o discurso seja considerado pelo auditório.

Nos memes, sobressaiu a argumentação através dos argumentos de comparação, de direção, pragmático e pelo modelo/antimodelo, além das figuras de retórica denominadas metonímia, sinestesia, zeugma e anáfora. Observamos que as cores utilizadas, bem como as escolhas de imagens também foram fundamentais para ancorar texto verbal e não verbal e produzir sentidos.

Ademais, foi possível observar o quanto é importante levar o conhecimento acerca dos ODS a toda a sociedade. Afinal, é um documento que prevê mudanças mundiais, a fim de determos as alterações climáticas e a devastação da vida terrestre.

Referências

ABREU, A. S. **A arte de argumentar:** gerenciando razão e emoção. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1999.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto proíbe criação de pássaros em gaiolas ou viveiros domésticos**. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/756462-projeto-proibe-criacao-de-passaros-em-gaiolas-ou-viveiros-domesticos/. Acesso em: 24 ago. 2023.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.

ARTE E BLOG. **Análise da pintura "The Gleaners", de Jean-Francois Millet.** 2017. Disponível em: https://www.arteeblog.com/2017/10/analise-da-pintura-gleaners-de-jean.html. Acesso em: 24 ago. 2023.

BARTHES, R. A retórica da imagem. *In:* **O óbvio e o obtuso.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-41.

BRASIL. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: como as nações unidas apoiam os objetivos de desenvolvimento sustentável no brasil. Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 24 jul. 2023.

CHAGAS, V. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. **Bib**, São Paulo, v. 1, n. 95, p. 1-22, mar. 2021. Disponível em: https://figshare.com/articles/journal_contribution/Da_mem_tica_aos_memes_de_internet_uma_revis_o_da_literatura/14925318. Acesso em: 24 jul. 2023.

DAVISON, P. A linguagem dos memes de internet: (dez anos depois). *In:* CHAGAS, Viktor (org.). **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: Edufba, 2020. Cap. 5. p. 139-155.

DAWKINS, R. **O gene egoísta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 1986.

FERRAZ, L. **Caminhos retóricos e sorrisos incômodos**: argumentação e humor em "a encalhada", de Ingrid Guimarães e Aloísio de Abreu. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, M. F.; FERREIRA, F. A. (org.). **Retórica e Multimodalidade**: a composição visual em foco. Franca: Unifran, 2018. 400 p.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2021.

MAIS ECOLÓGICO. **1857 2019 A versão moderna do Gleaners por Jean-François Millet.** Vitória da Conquista, 6 ago. 2019. Instagram: @maisecologico. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B00fMFJFGGq/. Acesso em 10 ago. 2023.

MAIS ECOLÓGICO. **Não use gaiolas cultive um jardim que eles vêm.** Vitória da Conquista, 26 jun. 2021. Instagram: @maisecologico. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQmVdaGsGFV/. Acesso em 10 ago. 2023.

MAIS ECOLÓGICO. **Como todo mundo imagina o futuro como eu gostaria que fosse.** Vitória da Conquista, 22 jun. 2020. Instagram: @maisecologico. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CBvt0sEJ94I/. Acesso em 10 ago. 2023.

O GLOBO. **Número de usuários do Instagram ultrapassa 2 bilhões e se aproxima do Facebook.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2022/10/numero-de-usuarios-do-instagram-ultrapassa-2-bilhoes-e-se-aproxima-do-facebook.ghtml. Acesso em: 24 ago. 2023.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a novaretórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRISCILLA, L. **Campanha #SalveOsPassarim alerta para as consequências de aprisionar aves**. 2021. Disponível em: https://agenciaeconordeste.com.br/campanha-salveospassarim-alerta-para-as-consequencias-de-aprisionar-aves/. Acesso em: 24 ago. 2023.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, L. de A. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**: produção de cartazes e retórica no ensino fundamental i. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Linguística, Universidade de Franca, Franca, 2018.

MICRODADOS DO SARESP: ANÁLISE EMPÍRICA DOS RESULTADOS PRÉ E PÓS PANDEMIA

SARESP MICRODATA: EMPIRICAL ANALYSIS OF PRE AND POST PANDEMIC RESULTS

Área temática: Educação de Qualidade

URSINI, Driely Turi
UNESP – Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
driely.ursini@unesp.br

BASSETTO, Camila Fernanda
UNESP - Araraquara
Docente lotada no Departamento de Educação, Faculdade de Ciências e Letras
camila.bassetto@unesp.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar os resultados do SARESP dos anos de 2019 e 2022 com intuito de verificar as diferenças nos percentuais de alunos classificados nos níveis de proficiência causadas devido ao tempo de educação à distância, motivado pela pandemia. Para tanto, considerar-se-á as proficiências dos alunos matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental, na disciplina de Matemática, nas escolas da cidade de Franca/SP. A escolha por tal avaliação educacional deve-se ao fato de o SARESP ser uma Política de Avaliação de Rendimento Escolar geradora de resultados que auxiliam a proposição de políticas públicas educacionais em busca de melhorias na qualidade do ensino público ofertado nas escolas do estado de São Paulo. Estabelecida em 1996, a avaliação ocorre anualmente e vem sendo atualizada de acordo com as adaptações e mudanças escolares, também fornece dados para compor o IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo. A partir da análise de dados, espera-se, além de identificar os impactos resultantes do período de educação à distância, no cenário pandêmico, que os resultados obtidos possam auxiliar a elaboração e proposição de políticas públicas voltadas à melhoria da educação básica.

Palavras-chave: SARESP, Pandemia, Matemática.

Abstract

This work aims to analyze the results of SARESP in the years of 2019 and 2022 in order to investigate the differences between the percentage of students approved in proficiency levels caused by the distance learning motivated by the pandemic. Therefore, the Mathematics proficiency of students enrolled in the 9th year of Elementary School in the city of Franca, in São Paulo state, will be investigated in this research. The choice for such an educational assessment is due to the fact that SARESP is a School Performance Assessment Policy that generates results that support educational public policies in search of improvements in the quality of public education offered in schools in the state of São Paulo. Established in 1996, students take SARESP annually and the exam has been updated according to school adaptations and changes; it also provides data to generate IDESP – Education Development Index of the State of São Paulo. Apart from identifying the impacts resulting from the period of distance learning in the pandemic scenario, it is expected that the results obtained from this research will assist in the elaboration and proposition of public policies aimed at improving basic education.

Keywords: SARESP, Pandemic, Mathematics.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2022 marcou o retorno oficial e conjunto às escolas, em totalidade do tempo, eliminando qualquer vestígio de educação à distância. Ainda em 2023, e possivelmente por alguns anos, o ambiente escolar deve continuar a estampar reflexos dos tempos pandêmicos.

Quando um indivíduo está doente não basta apenas que se tome um remédio qualquer para tratar os sintomas, para de fato curá-la se faz necessário investigar as raízes do problema. Tal qual essa situação está a educação, pois, ao deparar-se com lacunas de aprendizagem, não basta que o professor ignore e trabalhe competências e habilidades que o estudante não está preparado para receber; se faz necessário uma análise mais profunda, mapeando falhas para poder supri-las.

Com intenção de medir a qualidade da educação pública oferecida no Estado de São Paulo é realizada, desde 1996 – quando foi instituída –, a avaliação externa denominada SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo –. Essa avalição serve não unicamente para a mensuração de qualidade, mas também para diversos outros fins, dentre eles: auxiliar na tomada de decisões importantes, alicerçar projetos como, por exemplo, de recuperação intensiva, ou mesmo construção de políticas públicas, dentre outros. Atualmente ela é aplicada nos 3os, 5os, 7os e 9os anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio, procurando elaborar um diagnóstico da educação pública no Estado.

Durante este trabalho, desenvolveu-se tabulação de dados e realizou-se breve análise das notas dos 9° Anos, das escolas estaduais da cidade de Franca/SP, na disciplina de Matemática. Buscou-se analisar os dados e verificar possíveis alterações nas notas nos anos de 2019 e 2022, pré e pós pandemia.

Justifica-se a relevância de tal pesquisa pois, para descobrir possíveis problemas decorrentes da época em que os estudantes ficaram em casa, no ensino remoto, é necessário investigações de diversas formas, sendo uma delas, a análise de resultados das avaliações externas.

A metodologia de análise de dados é uma importante ferramenta aos profissionais da educação – equipe gestora, professores, comunidade escolar etc. – na busca de explicações, comprovações e, transformação de dados complexos em informações acessíveis ao público em geral, fazendo com que os resultados de avaliações sejam úteis para a sociedade de maneira geral.

Concluiu-se sobre a importância de examinar os resultados trazidos pelas avaliações externas e estudá-los a fim de conhecer os defeitos e potencialidades de cada turma e ambiente escolar, podendo assim, ser possível desenvolvê-los.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Durante este trabalho será abordado a avaliação SARESP, que mede a qualidade do ensino no estado de São Paulo. Diante disto, utilizou-se como referencial teórico o autor Cipriano Carlos Luckesi que trabalha com avaliação em educação. Para iniciar, o autor trás a definição do que é avaliar, segundo Luckesi (2022):

> Epistemologicamente, o ato de avaliar é um ato de investigar a qualidade da realidade, fato que implica conhecimento, seja ele adquirido pelos recursos do senso comum ou em decorrência do uso de procedimentos metodologicamente consistentes, encerrando-se no momento em que revela a qualidade da realidade. (p. 27)

Dessa forma, as avaliações, de forma geral, buscam entender qual é a realidade do momento. Por exemplo, dentro de uma sala de aula, o professor aplica uma avaliação para verificar se a turma está conseguindo acompanhar e desenvolver as competências e habilidades propostas, ou quais são as dificuldades, se é necessário trabalhar mais ou menos alguma questão específica. No caso das avaliações de larga escala, são elaboradas para fornecer dados que vão proporcionar conhecer a realidade, como se registrasse uma –foto” do contexto atual para mostrar e registrá-lo.

Ainda de acordo com Luckesi (2022):

> O ato de avaliar, como qualquer outra prática investigativa, tem por objetivo exclusivamente revelar algo a respeito da realidade. No caso, revela cognitivamente a sua qualidade, cabendo ao gestor da ação, com base nessa revelação, tomar decisões, que, por si, poderão — e deverão — trazer consequências positivas para os resultados desejados. As decisões sempre caberão ao gestor da ação, nunca ao avaliador. Ao avaliador cabe exclusivamente investigar e revelar a qualidade da realidade. (p. 23)

O autor traz no trecho acima uma relevante observação acerca do avaliador e do gestor da ação, para posicionar em relação as posições no SARESP, pode-se dizer que o governo desempenha o papel de avaliador e gestor da ação, pois precisa avaliar e posteriormente fazer gestão dos dados, decidindo as melhores atitudes a serem tomadas de acordo com o cenário encontrado. As escolas são as gestoras da ação, que ao receberem os dados referentes aos seus alunos, precisam interpretá-los e pensar em planos de ação para melhorias e desenvolvimentos.

2.1 SARESP

Em 29 de Março 1996, no Estado de São Paulo, através da RESOLUÇÃO SE Nº 27, foi instituída uma política de avaliação educacional denominada de SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo –. De acordo com tal decreto, esta política foi criada pois considerava-se:

> A necessidade de estabelecer uma política de avaliação de rendimento escolar em nível estadual, de forma articulada com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB/MEC; a imprescindibilidade de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado no Estado de São Paulo; a importância em subsidiar o processo de tomada de decisões que objetivem melhoria da administração do sistema educacional através de resultados avaliativos cientificamente apurados; a necessidade de informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho do sistema de ensino; a necessidade das Delegacias de Ensino e Unidades Escolares obterem resultados imediatos para tomada de decisões, em seus níveis de atuação. (RESOLUÇÃO SE nº27 DE 29/03/96)

No ano de 2020, diante do cenário vivido pela pandemia do COVID-19 e às inseguranças de reabertura de escolas antes da vacinação, a prova do SARESP deixou de ser aplicada, retornando em 2021. De acordo com o Sumário Executivo (2022) tem-se que:

> Em 2021 a aplicação do SARESP foi retomada e trouxe um retrato fidedigno dos desafios que a educação paulista tem, dada a identificação das defasagens de aprendizagem ocasionadas pelo contexto da pandemia Covid-19. [...] Tendo em vista o impacto na aprendizagem dos estudantes e considerando a adequação educacional aos novos modelos de ensino remoto e híbrido, a avaliação educacional também precisou ser reformulada para atender às novas necessidades educacionais, que implicam em um novo olhar para o estudante, mais humanizado, com a preocupação para o desenvolvimento do sujeito em sua totalidade. Além disso, surgiram novas formas de se ensinar e aprender pautadas na tecnologia como uma forte aliada ao processo de ensino e de aprendizagem para a formação desse estudante do século XXI. (SÃO PAULO, pg. 12)

É relevante que a avaliação considere o momento vivido pela educação e utilize-se de forma positiva para recalcular seus passos. O SARESP é uma avaliação que habitualmente se remodela de acordo com os cenários da sociedade, se atualizando conforme as necessidades da educação, e diante da situação de pandemia não foi diferente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho tem característica quantitativa por trabalhar principalmente com a quantidade, em porcentagem, de estudantes de cada escola classificados em cada uma das categorias do SARESP.

É possível afirmar também o uso da metodologia de análise de conteúdo, de acordo com os autores Carlomagno e Rocha (2016):

> A metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos. (pg. 175)

Os boletins do SARESP trazem os dados separados por categorias (abaixo do básico, básico, adequado e avançado), serão utilizadas estas categorias e recortados os dados dos 9° anos, na disciplina de Matemática, para maior facilidade no entendimento dos dados e na comparação entre os anos pesquisados.

Os dados foram coletados do site https://dados.educacao.sp.gov.br clicando opção "Baixar micro dados de alunos" a página oferece a escolha de download por ano. Após realizar o download no formato (*.csv), os dados foram filtrados no Excel e ajustados conforme as propostas deste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados das tabelas deste trabalho foram dispostos de acordo com os níveis de proficiência da avaliação: abaixo do básico, básico, adequado e avançado. Para que seja possível compreender o que significa cada uma dessas classificações, coloca-se o Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação e Descrição dos Níveis de Proficiência do SARESP

Classificação	Níveis de Proficiência	Descrição
Insuficiente	Abaixo do básico	Os alunos, neste nível, demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, das competências e das habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
Suficiente	Básico	Os alunos, neste nível, demonstram domínio mínimo dos conteúdos, das competências e das habilidades, mas possuem as estruturas necessárias para interagir com a proposta curricular no ano/série subsequente.
	Adequado	Os alunos, neste nível, demonstram domínio pleno dos conteúdos, das competências e das habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
Avançado	Avançado	Os alunos, neste nível, demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, das competências e das habilidades acima do requerido para o ano/série escolar em que se encontram.

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do site https://dados.educacao.sp.gov.br/story/saresp

Definidos e elucidados os níveis de proficiência, dispõe-se a Tabela 1, na qual encontram-se os dados referentes aos 9° anos do EF, na disciplina de Matemática, das escolas estaduais da cidade de Franca/SP no ano de 2019. No referido ano, nas condições colocadas, realizaram a prova 3.081 (três mil e oitenta e um) alunos. A partir da pontuação dos alunos, foram elaboradas as medidas de tendência central (média, mediana e moda), também foi calculada a amplitude do conjunto de dados e o desvio padrão.

Tabela 1 - Desempenho em Matemática - 2019

Nível	Nota Mínima	Média	Mediana	Nota Máxima	Desvio Padrão	Amplitude	Total de Alunos na Categoria	Percentual de Alunos
AB	151,4	201,32	204	224,8	16,43	73,4	531	17%
BA	225,1	265,16	266,5	299,8	20,98	74,7	1532	50%
AD	300	320,65	319,3	349,9	13,98	49,9	793	26%
AV	350,1	369,91	366,7	400,8	14,24	50,7	225	7%
Total							3081	

Fonte: Elaboração da Autora
Legenda: **AB**: Abaixo do Básico, **BA**: Básico, **AD**: Adequado, **AV**: Avançado.

A Tabela 1 mostra que a maioria dos alunos se classificou no nível de proficiência AB, sugerindo que 50% dos alunos do 9º ano do EF demonstram ter domínio mínimos dos conteúdos, habilidades e competências correspondentes à série em que se encontram. No nível AV foi observado o menor percentual de alunos, com apenas 7% do total que participaram da avaliação em 2019.

Na Tabela 2, os dados de 2022 foram elaborados tal qual os do ano de 2019, buscando-se a possibilidade de comparação deles.

Tabela 2 - Desempenho em Matemática - 2022

Nível	Nota Mínima	Média	Mediana	Nota Máxima	Desvio Padrão	Amplitude	Total de Alunos na Categoria	Percentual de Alunos
AB	136,7	198,93	202,7	224,9	18,87	88,2	745	24%
BA	225	262,26	262,4	299,8	21,6	74,8	1633	52%
AD	300	319,41	316,7	349,6	13,36	49,6	645	21%
AV	350	367,41	365,6	400,7	13,02	50,7	121	4%
Total							3144	

Fonte: Elaboração da Autora
Legenda: **AB**: Abaixo do Básico, **BA**: Básico, **AD**: Adequado, **AV**: Avançado.

Assim como observado na edição de 2019, no SARESP de 2022 o maior percentual de alunos concentrou-se no nível BA. Tal resultado mostra que mais da metade dos alunos atingiram domínio mínimo de conteúdos, habilidades e competências, mas apresentam falta de estrutura para acompanhar o próximo ano escolar, assim sendo, necessitando de intervenções pedagógicas.

Apenas 21% dos estudantes do 9º ano do EF matriculados nas escolas estaduais de Franca demonstraram ter domínio pleno dos conteúdos, habilidades e competências correspondentes à série em que se encontram, haja vista tal percentual no nível AD. Apenas 7% dos alunos classificaram-se no nível AV.

Na tabela 3 estão dispostos os anos 2019 e 2022 juntos:

Tabela 3 - Desempenho em Matemática - 2019 e 2022

	Nível	Nota Mínima	Média	Mediana	Nota Máxima	Desvio Padrão	Amplitude	Total de Alunos na Categoria	Percentual de Alunos
2019	AB	151,4	201,32	204	224,8	16,43	73,4	531	17%
2022	AB	136,7	198,93	202,7	224,9	18,87	88,2	745	24%
2019	BA	225,1	265,16	266,5	299,8	20,98	74,7	1532	50%
2022	BA	225	262,26	262,4	299,8	21,6	74,8	1633	52%
2019	AD	300	320,65	319,3	349,9	13,98	49,9	793	26%
2022	AD	300	319,41	316,7	349,6	13,36	49,6	645	21%
2019	AV	350,1	369,91	366,7	400,8	14,24	50,7	225	7%
2022	AV	350	367,41	365,6	400,7	13,02	50,7	121	4%

Fonte: Elaboração da Autora
Legenda: **AB**: Abaixo do Básico, **BA**: Básico, **AD**: Adequado, **AV**: Avançado.

Após a apresentação dos dados na Tabela 3, utilizou-se um gráfico de linhas, posto abaixo, pretendendo-se que através do mesmo, seja mais simples compreender as quantidades percentuais de aluno em cada classe.

GRÁFICO 1 - DESEMPENHO EM MATEMÁTICA EM 2019 E 2022

No comparativo anos em questão, podemos verificar:

• Aumento de 7% de estudantes na categoria AB;
• Aumento de 2% na categoria BA;
• Diminuição de 5% na classificação AD;
• Diminuição de 3% na classificação AV.

O aumento de alunos nas categorias AB e BA são indicativos ruins, pois indicam que os estudantes saíram das classificações AD e AV e migraram para as menores, por não conseguirem atingir os níveis adequados de competências e habilidades de seu ano.

Através do número trazido pelo desvio padrão calculado, é possível analisar se, dentro da amostra, as notas se mantiveram próximas a média ou se tiveram notas muito abaixo ou muito acima dela. Quanto mais próximo de zero for o desvio padrão, melhor é, pois indica que não houve discrepância nas notas daquele conjunto de dados.

Como consequência do aumento da quantidade de estudantes nos níveis AB e BA, houve diminuição de estudantes nos níveis AD e AV, ou seja, os estudantes deixaram de estar em grau adequado ou avançado (para seus anos escolares) e passaram a ocupar espaços onde estão os alunos com menos competências e habilidades do que se espera para seus anos.

Sabendo que houve um fator importante no intervalo desses anos – 2019 e 2022–: uma pandemia, é possível pressupor que os anos em que os estudantes estiveram em estudo domiciliar, afetaram de forma negativa suas vidas acadêmicas.

O desvio padrão com números mais elevados nas categorias AB e BA apontam maior disparidade de notas dentro destes conjuntos, ou seja, existem alunos que tiveram notas muito baixas e outros muito altas – dentro do aceitável para o conjunto –, mas mostrando não linearidade nas notas.

Dentro das salas de aula, esses dados se apresentam como classes demasiadamente heterogêneas, onde o docente encontra maior grau de dificuldade em seu trabalho, pois alguns alunos acompanham com facilidade o conteúdo e outros ficam para trás e não conseguem acompanhar o suficiente para avançar nos assuntos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir sobre a importância da análise de dados dispostos através das avaliações de larga escala, aqui representadas pelo SARESP. Assim como, a relevância de ferramentas como EXCEL para transformar as informações em números concisos, claros, de forma fácil e didática, acessível para todos.

A avaliação aqui estudada separa os alunos de acordo com suas notas de proficiência, porém dentro da sala de aula o professor precisa lidar com todos os tipos de diferenças pedagógicas – entre outras tantas –, e de nível de conhecimento. Sendo assim, é possível questionar neste momento,

principalmente agora, onde as diferenças ficaram mais evidentes por conta do cenário pós pandêmico, métodos que auxiliem o docente a trabalhar nesse tipo de turma, não deixando ninguém para trás.

É possível concluir sobre a importância da análise de dados dispostos através das avaliações de larga escala, aqui representadas pelo SARESP. Assim como, a relevância de ferramentas como EXCEL para transformar as informações em números concisos, claros, de forma fácil e didática, acessível para todos.

Percebe-se, através dos dados tabulados e analisados, que houve aumento de alunos nas categorias AB e BA, indicando piora no cenário educacional, pois mais estudantes estão alocados em grupos que não estão com as competências e habilidades adequadas para o seu ano assim como para progredir para os próximos anos.

Após o período de pandemia, é possível concluir que um dos impulsionadores da situação trazida acima é o fato de os estudantes terem ficado em ensino remoto.

REFERÊNCIAS

CARLOMAGNO, M.; ROCHA, L. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v.7, n.1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em: 14 de setembro de 2023

LUCKESI, C. C. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas**. (Portuguese Edition). Cortez Editora. – São Paulo: Cortez, 2022. Edição do Kindle.

SÃO PAULO. **Resolução SE Nº 27, De 29 De Março De 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. SARESP/1996.

SÃO PAULO (Estado). **Secretaria da Educação**. SARESP, 2023. Disponível em: <https://dados.educacao.sp.gov.br/story/saresp>. Acesso em: 26 set. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Sumário Executivo SARESP 2022**. Secretaria de Educação. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://saresp.fde.sp.gov.br/Arquivos/SumarioExecutivo_SARESP_2022.pdf> Acesso em: 05 set. 2022.

O AMPARO JURÍDICO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS REFUGIADAS: sob a ótica do direito internacional dos Direitos Humanos

THE LEGAL PROTECTION OF THE RIGHTS OF REFUGEE CHILDREN: from the perspective of international human rights law.

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

VENTRESQUI, Isabella Pádua
Faculdade de Direito de Franca
Graduanda
isabellaventresqui@hotmail.com

OLIVEIRA, Maia Cláudia Santana Lima de
Faculdade de Direito de Franca
Doutoranda
mclaudiasloliveira@hotmail.com

Resumo

O crescente número de crianças refugiadas globalmente tem despertado a atenção da comunidade internacional para a necessidade premente de salvaguardar os seus direitos humanos. A maioria delas enfrenta situações de violência, exploração e discriminação, comprometendo sua dignidade e desenvolvimento. Dessa forma, é fundamental analisar a proteção dos direitos dessas crianças refugiadas sob a ótica do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que estabelece normas e princípios destinados a proteger a dignidade humana e a igualdade perante a lei. Portanto, essa proteção é uma obrigação dos Estados, especialmente diante do elevado número de crianças em situação de refúgio, exigindo a adoção de medidas para garantir o pleno respeito e efetivação de seus direitos. Diante do aumento significativo dessa situação em todo o mundo, é crucial que a comunidade internacional e os Estados se concentrem na proteção de seus direitos humanos, conforme estabelecido pelo Direito Internacional, visando garantir um futuro digno e seguro para essas crianças vulneráveis. Sendo assim, como problemática de pesquisa, discute-se a possível contribuição para o debate à respeito da proteção dos direitos das crianças refugiadas, ressaltando a relevância do respeito no tratamento e também na construção de políticas públicas visando garantir, de forma integral, a sua proteção e desenvolvimento. Dessa forma, para alcançar esses entendimentos seguindo todo conhecimento acerca de metodologia, far-se-á uso do método dedutivo, sendo caracterizado pelo pensamento lógico que verifica a validade de informações através de deduções a partir de diversas teorias, partindo de um ponto geral, e utilizando-se a razão para chegar a conclusões específicas.

Palavras-chave: Crianças, Refugiados, Direito Internacional.

Abstract

The growing number of refugee children worldwide has drawn the attention of the international community to the urgent need to safeguard their human rights. Most of them face situations of violence, exploitation, and discrimination, compromising their dignity and development. Therefore, it is essential to analyze the protection of the rights of these refugee children from the perspective of International Human Rights Law, which establishes norms and principles aimed at protecting human dignity and equality before the law. For this reason, this protection is an obligation of states, especially given the high number of children in refugee situations, requiring the adoption of measures to ensure full respect and realization of their rights. In the face of the significant increase in this situation worldwide, it is crucial that the international community and states focus on protecting their human rights, as established by international law, to ensure a dignified and secure future for these vulnerable children. Thus, as a research problem, we discuss the potential contribution to the debate on the protection of the rights of refugee children, emphasizing the importance of respect in treatment and in the development of public policies to ensure their comprehensive protection and development. Therefore, to achieve these understandings following all knowledge about methodology, the deductive method will be used, characterized by logical thinking that verifies the validity of information through

deductions from various theories, starting from a general point, and using reason to reach specific conclusions.

Keywords: Children, Refugees, International Law.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a proteção dos direitos das crianças refugiadas diante da perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que envolve o estudo e análise acerca da situação de refúgio e os seus respectivos direitos já garantidos pela legislação.

Conforme dito anteriormente, a presente pesquisa deverá abordar sobre questões tais como a definição do termo 'refugiado' e bem como de 'criança refugiada', analisando as garantias estabelecidas no Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9.474, de 22 de julho 1997) e a proteção dos seus direitos, objetivando a análise das normas de proteção especificamente voltadas para as crianças. A pesquisa também abordará as políticas e práticas dos Estados aplicáveis às crianças em situação de refúgio e os desafios de enfrentamento na garantia dos direitos delas.

Dessa forma, também pode ser considerado na pesquisa as experiências das crianças que passam e passaram por esse tipo de situação em diferentes contextos, sejam eles geográficos ou políticos, analisando também as implicações da proteção dos direitos das pessoas refugiadas para o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, que nessa pesquisa será voltado exclusivamente para as crianças.

Nesse sentido, é evidente que há um número crescente de crianças refugiadas ao redor do mundo, algo que tem chamado bastante atenção da comunidade internacional acerca da necessidade de proteção dos direitos humanos. A grande maioria dessas crianças têm enfrentado situações que comprometem a sua dignidade e o seu desenvolvimento, dentre elas pode-se citar a violência, exploração e discriminação.

Sendo assim, como problemática de pesquisa, pretende-se refletir sobre a importância da proteção nos direitos das crianças refugiadas e fomentar o debate e atenção para o respeito no tratamento que deve ser aplicado às crianças em situação de refúgio. Tais reflexões são fundamentais para a construção de políticas públicas que visam garantir de forma integral o amparo, proteção e desenvolvimento das crianças refugiadas.

Nesse sentido, busca-se responder as decorrentes perguntas: quais os direitos protegidos dessas crianças e como as leis e políticas internacionais os protegem? Quais as principais barreiras enfrentadas por essas crianças no acesso à proteção internacional dos seus direitos? Como o princípio do 'interesse superior da criança' é aplicado nessas situações? Quais são as obrigações dos Estados e da comunidade internacional perante essas crianças?

Dessa forma, para alcançar esses entendimentos seguindo todo conhecimento acerca de metodologia, far-se-á uso do método dedutivo, que consiste em um pensamento lógico que permite verificar a validade de todas as informações já existentes, tendo como fundamentação diversas outras teorias, procedendo-se por meio das deduções, objetivando um pensamento reflexivo a partir de um ponto geral para que se possa alcançar um ponto específico, utilizando sempre a razão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto global contemporâneo, a proteção dos direitos das crianças refugiadas representa um desafio fundamental, permeado pela interseção complexa entre o amparo legal e as realidades humanitárias.

2.1. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Crianças Refugiadas

Alicerçando a pesquisa no arcabouço normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que é de suma importância. Diversos autores delineiam a evolução dos instrumentos legais que buscam salvaguardar os direitos fundamentais das crianças, destacando a necessidade de uma abordagem específica diante das circunstâncias desafiadoras enfrentadas por aquelas que se encontram em situação de refúgio.

2.2. Convenções e Tratados Pertinentes

Um exame mais detalhado das convenções e tratados internacionais dedicados à proteção das crianças refugiadas é essencial para compreender as responsabilidades legais dos Estados e atores humanitários. A Convenção sobre os Direitos da Criança, por exemplo, estabelece diretrizes cruciais, enquanto a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e seus protocolos adicionais oferecem instrumentos específicos para a proteção destes menores em condições adversas.

Em 1945, para substituir a Liga das Nações, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como objetivo e prioridade impedir qualquer outro tipo de conflito armado que envolvesse várias nações na sequência da 2ª Guerra Mundial. Sua primeira assembleia aconteceu em abril de 1947.

A ONU, em 10 de dezembro de 1948, durante a Assembleia Geral, promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), sendo esta um marco na proteção internacional dos direitos humanos e, importante destacar, que foi elaborada por representantes de diversas origens jurídicas e/ou culturais de todos os lugares do mundo.

Vale ressaltar que essa Declaração, em 1948, foi proclamada como uma norma comum a ser alcançada por todos, tendo sido estabelecido pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos.

Com a DUDH, os direitos humanos se consolidaram como sendo o mais importante, inerente a todos os seres humanos, independentemente da raça, cor, gênero, religião, cultura. Pode ser considerada como uma resposta à todas as atrocidades cometidas pelo nazismo, garantindo sempre que o respeito e a promoção dos direitos humanos se dê de forma universal. (Cavalcanti, 2022)

No que se tange aos refugiados, a Declaração protege e assegura que 'toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar de asilo em outros países'.

De acordo com o art. 10º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951), o referido termo 'refugiado' constitui em 'pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de proteção internacional'.

A Convenção dos Refugiados, juntamente com a Declaração de Cartagena para Refugiados e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto San José) preveem o princípio da não devolução do refugiado desde que a sua vida ou a sua liberdade estejam ameaçados. Esse princípio também denominado *non-refoulement* se aplica igualmente para com as crianças migrantes. (Cavalcanti, 2022)

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) foi adotada pela Assembleia Geral em 1989 (ONU, 1989), se tornando o principal e mais aceito instrumento de direitos humanos, ratificada por 196 países, com exceção dos EUA. Os países que legitimaram essa Convenção, reconheceram que a dignidade é inerente e os direitos são iguais e inalienáveis a todos, principalmente às crianças, que precisam de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal logo após o seu nascimento. Dessa forma, os Estados signatários assumiram o compromisso de adotar medidas adequadas para assegurar que a criança que tente obter o 'status' de refugiada receba a proteção e a assistência humanitária adequada.

Em 1990, foi assinada a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e Desenvolvimento da Criança, objetivando como prioridade o bem estar de todas as crianças, na qual os Estados signatários assumiram um compromisso de melhorar a condição de vida de milhares de crianças. (Cavalcanti, 2022)

A Convenção de Viena, promulgada em 1993 na Conferência Mundial sobre Direitos do Homem, visa que a não discriminação e o melhor interesse para a criança deverão constituir uma relação prioritária. Impõe ainda que, a cooperação e a solidariedade deverão ser promovidas pelos Estados signatários e pelas Nações Unidas priorizando sempre os direitos humanos.

Em 19 de setembro de 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas e todos os Estados signatários, promulgaram a Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes sob mandato de proteção do ACNUR (Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Essa Declaração reconhece o elevado nível de mobilidade humana, assumindo os Estados o dever de solidariedade para com as pessoas e, reafirmando suas obrigações de respeitar plenamente os direitos humanos dos refugiados e migrantes. O ACNUR é uma agência da ONU que atua para proteger e assegurar os direitos das pessoas que estão em situação de refúgio em todo o mundo, sendo fundado em 14 de dezembro de 1950.

O Pacto Mundial (ONU, 2018) foi o primeiro acordo negociado intergovernamental, elaborado com o apoio das Nações Unidas, para que fosse cumprido todas as dimensões das migrações internacionais guiadas por princípios que regem o Direito Internacional. (Cavalcanti, 2022)

2.3. A operação acolhida

A implementação efetiva do amparo jurídico a crianças refugiadas é frequentemente desafiadora. Várias obras examinam os desafios práticos e as lacunas na aplicação das normativas internacionais, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as barreiras enfrentadas na garantia plena dos direitos desses jovens vulneráveis.

A Lei nº 9.474 de 1997 criou mecanismos de implementação do Estatuto do Refugiado e criou também o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), sendo este um órgão de deliberação no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e também a primeira lei nacional a implementar um tratado de Direitos Humanos no Brasil, baseado na DUDH.

Em 2017, foi instituída a lei nº 13.445 (Lei de Migração), que versava sobre a política migratória brasileira e continha os direitos e deveres do migrante/visitante e também os princípios e diretrizes para as políticas públicas, vem como as garantias e os princípios da política migratória brasileira que assegura em seu art. 3º.

A nova Lei de Migração contempla e resguarda a dignidade da pessoa humana, em consonância com a Carta Constitucional, alçando o Brasil à posição de extremo destaque na proteção dos direitos humanos e do direito migratório.

A nossa CF/88 recepcionou a Convenção sobre os Direitos das Crianças, positivando o princípio da prioridade absoluta.

Em 1990, entrou em vigor a Lei nº 8.069, mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, em consonância com a legislação internacional, normatizou os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral, alcançando as crianças. Os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes estão previstos no art. 7º do ECA

O fluxo migratório, mais especificamente em Roraima, passou a ser notado com mais intensidade no início de 2016, sobretudo com a chegada de mulheres indígenas. (Cavalcanti, 2022)

A Fraternidade Federação Humanitária Internacional foi a primeira ONG a chegar no estado, realizando ações humanitárias em um ginásio esportivo cedido pelo governo estadual.

Com o passar dos anos, esse espaço começou a se tornar insuficiente, uma vez que dezenas de migrantes/refugiados atravessavam a fronteira diariamente. Sendo assim, a Operação Acolhida foi criada pelo governo brasileiro em 2018, através da MP nº 820/2018 e, posteriormente, convertida na Lei nº 13.684/2018.

Em 2018, a Operação Acolhida, resposta humanitária ao fluxo venezuelano coordenada pelo Governo Federal, implementou a estratégia de Interiorização para oportunizar às pessoas venezuelanas a realocação voluntária e gratuita a estados brasileiros com mais oportunidades de integração socioeconômica. (Cavalcanti, 2022)

Junto a organizações da sociedade civil e outras agências da ONU, o ACNUR garante a inclusão à interiorização das pessoas deslocadas à força, sobretudo daquelas com necessidades específicas de proteção.

A Operação Acolhida é baseada em 3 pilares: 1.Ordenamento da Fronteira; 2.Abrigamento; 3.Interiorização. (Cavalcanti, 2022)

O atendimento ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos na fronteira do Brasil com a Venezuela começa nas estruturas montadas para assegurar a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem de todos quem vêm do país vizinho. (Cavalcanti, 2022)

Em funcionamento desde junho de 2018, conta com a atuação integrada de servidores federais, militares, profissionais de organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

As seguintes estruturas da Operação Acolhida estão desdobradas em Pacaraima, onde diversos órgãos trabalham em total sinergia (Forças Armadas, Ministério da Cidadania; Polícia Federal; Receita Federal; Defensoria Pública da União (DPU); Tribunal de Justiça de Roraima; Organização Internacional para as Migrações (OIM); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Comitê Internacional da Cruz Vermelha. (Cavalcanti, 2022)

Para atender à grande quantidade de migrantes e refugiados, que aguardam a oportunidade de participar do processo de Interiorização ou absorção no mercado local, a Operação Acolhida estabeleceu, na área urbana de Boa Vista, 9 ABRIGOS para acolhimento de indígenas e não

indígenas. Nestes abrigos, são oferecidos alimentação, proteção, segurança, saúde e atividades sociais e educativas. (Cavalcanti, 2022)

Além disso, criou também, um POSTO DE RECEPÇÃO E APOIO, cuja finalidade é atender aos migrantes e refugiados desabrigados. Neste Posto, são oferecidos serviços de informações, local para banho, instalações sanitárias, guarda-volumes, local de distribuição de doações e alimentos e refeitório. (Cavalcanti, 2022)

Ainda, foi instalado um POSTO DE INTERIORIZAÇÃO E TRIAGEM, com a finalidade de atender pendências quanto à regularização migratória e, principalmente, possuir em seu interior o Centro de Coordenação de Interiorização (CCI), responsável, no nível operacional, de realizar todo o processo de Interiorização. (Cavalcanti, 2022)

A fim de mitigar o impacto no sistema de saúde local, a Operação Acolhida criou um Núcleo de Saúde que, além do atendimento médico, oferece serviços de fisioterapia, psicologia, nutrição, odontologia, psicologia e assistência social.

No posto de recepção/identificação, há a recepção e orientação, identificação e controle, imunização, regularização migratória das crianças migrantes e refugiadas e garantia dos direitos. Já nos postos de interiorização e triagem, há o cadastro e regularização migratória, emissão de CPF, atendimento social e a proteção e defesa dos direitos.

O Processo de Interiorização da Operação Acolhida é uma estratégia para diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima, provocada pelo aumento exponencial do fluxo migratório resultante da crise humanitária na Venezuela, e para promover a inclusão socioeconômica dos nossos vizinhos na sociedade brasileira. (Cavalcanti, 2022)

O grande número de crianças separadas e/ou desacompanhadas levou o Ministério Público a propor a Ação Civil Pública, requerendo a interdição das instituições de acolhimento do Estado para receber crianças de outra nacionalidade, e que, crianças desacompanhadas deveriam ser conduzidas para um dos abrigos da Operação Acolhida. (Cavalcanti, 2022)

As políticas públicas necessárias são de interesse para convivência ordenada e pacífica e que, no contexto das crianças desacompanhadas, deve ser respeitada a maturidade, faixa etária, anseios e necessidades, visando sempre à qualificação profissional com a inserção no mundo educacional e na sociedade brasileira, promovendo também a participação social.

A Operação Acolhida, em parceria com a ONU, tem que esforçado para implementar políticas públicas de acolhimentos/inserção na sociedade brasileira, mas para isso se faz necessário o apoio e a efetiva participação para a formação de uma rede de proteção.

Ao percorrer este referencial teórico, busca-se não apenas compreender as bases legais que regem a proteção das crianças refugiadas, mas também identificar oportunidades para fortalecer a implementação efetiva desses direitos em um contexto global dinâmico e desafiador.

2.4. Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC)

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC) é um marco fundamental no estabelecimento dos direitos das crianças a nível internacional. Adotada em 1989, a CRC define princípios essenciais que reconhecem a criança como sujeito de direitos e garantem sua proteção contra qualquer forma de discriminação.

Em relação às crianças refugiadas, os artigos 20 e 22 ressaltam a importância da atenção específica às necessidades destas crianças, assegurando seus direitos à identidade e proteção.

2.5. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951) e Protocolo de 1967

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967 delineiam os direitos e responsabilidades dos Estados em relação aos refugiados.

No contexto das crianças refugiadas, esses instrumentos legais estabelecem direitos fundamentais, como o direito à educação (artigo 22) e à assistência humanitária (artigo 23). Contudo, a implementação efetiva desses direitos para crianças refugiadas requer uma abordagem específica em consonância com os princípios da CRC.

2.7. Relatórios de Organizações Internacionais

Relatórios do UNICEF, ACNUR e OIM fornecem uma visão detalhada da situação das crianças refugiadas em diferentes regiões do mundo. Esses relatórios destacam os desafios

enfrentados por essas crianças, incluindo o acesso limitado à educação, a exposição a traumas e a exploração. Essas fontes são cruciais para uma compreensão aprofundada dos problemas enfrentados pelas crianças refugiadas e para orientar intervenções eficazes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE ACERCA DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA

A problemática se remete à garantia dos direitos humanos das crianças refugiadas, que enfrentam situações de vulnerabilidade e violação de seus direitos em razão de sua condição de refugiados. A questão fundamental que se coloca é como o direito internacional dos direitos humanos pode contribuir para a proteção dos direitos das crianças refugiadas e para a efetivação de políticas públicas que garantam a sua proteção integral.

Entre os principais desafios que se apresentam para a proteção dos direitos das crianças refugiadas destacam-se a falta de reconhecimento jurídico de sua condição de refugiados em alguns países, a discriminação e a exclusão social a que são submetidas, a exploração e o abuso sexual, a separação das suas famílias e a ausência de acesso a serviços básicos de saúde e educação.

Dessa forma, a problemática a ser abordada nesta pesquisa é como o direito internacional dos direitos humanos pode ser aplicado de forma efetiva para garantir a proteção dos direitos das crianças refugiadas em diferentes contextos, tendo em vista os desafios enfrentados na implementação desses direitos. A pesquisa visa contribuir para a identificação de soluções e estratégias eficazes para a proteção dos direitos das crianças refugiadas, de forma a garantir a sua dignidade e desenvolvimento integral como seres humanos.

A presente pesquisa se revela multidisciplinar, tendo em vista que engloba estudos de vários ramos, tais como: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Desse modo, para alcançar esses entendimentos seguindo todo conhecimento acerca de metodologia, far-se-á uso do método dedutivo, que consiste em um pensamento lógico que permite verificar a validade de todas as informações já existentes, tendo como fundamentação diversas outras teorias, procedendo-se por meio das deduções, objetivando um pensamento reflexivo a partir de um ponto geral para que se possa alcançar um ponto específico, utilizando sempre a razão.

Por fim, será realizada uma pesquisa bibliográfica, consultando obras de diversos autores em sites na internet. Também será realizada uma pesquisa constitucional. Ambas são necessárias para que possamos ter um entendimento um pouco maior acerca dos princípios previstos na Constituição Federal e seus reflexos nas áreas focadas durante o presente trabalho.

Esse projeto visa, de acordo com as disposições legais, analisar e tentar compreender o que é disposto no Estatuto dos Refugiados e abordar acerca da proteção dos direitos dessas crianças, levando em consideração o disposto no Direito Internacional dos Direitos Humanos, analisando também o que é estabelecido no Estatuto dos Refugiados e qual a proteção dos seus direitos, além de mencionar acerca das normas de proteção especificamente voltadas para as crianças. A pesquisa também abordará as políticas e práticas dos Estados quando encontram nessa situação as crianças em situação de refúgio e quais seriam os desafios de enfrentamento na garantia dos direitos delas.

Dessa maneira, a presente pesquisa possui uma relevância fundamental na esfera jurídica, posto que é necessário cada vez mais proteger os direitos já previstos na legislação àquelas pessoas em situação de refúgio, em especial as crianças.

Possui também relevância na esfera social, tendo em vista que o conhecimento dessas situações pode ser de extrema importância para a melhoria na aplicação das normas e princípios para as crianças que chegam ao Estado desejando asilo, quase sempre desacompanhadas ou separadas, se tornando assim um ganho para a sociedade a aplicação de políticas públicas para que sejam capazes de diminuir as situações que comprometem a dignidade e desenvolvimento dessas crianças e acolher todas elas, a fim de aumentar a proteção dos direitos à elas garantidos por lei.

Já na esfera acadêmica e pessoal, essa presente pesquisa tem primordial importância para o aprofundamento do estudo do Direito Internacional, bem como dos princípios constitucionais e internacionais. Existe também a relevância teórica por abordar questões e princípios básicos às pessoas em geral relacionado aos seus respectivos direitos e garantias fundamentais.

O presente trabalho tem como linha de pesquisa a Efetividade do Direito e Políticas Públicas, focando exclusivamente na concretização dos direitos fundamentais consolidados na ideia do Estado Social Democrático de Direito. Levando sempre em consideração os graves problemas no âmbito social e a dificuldade existente em concretizar esses direitos sociais básicos para a promoção da

dignidade da pessoa humana. A pesquisa buscará realizar a identificação de quais são as condições e obstáculos para a concretização dos direitos e ao acesso à justiça para a reinvindicação desses direitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, destaca-se que o presente estudo possui apenas resultados parciais, tendo em vista que ainda está em curso em programa de iniciação científica da Faculdade de Direito de Franca. Portanto, a pesquisa continuará e pretende-se aprofundar os conhecimentos neste tema.

Todavia, até aqui, entendeu-se que é necessário compreender e analisar as normas internacionais de proteção aos direitos das crianças refugiadas, como por exemplo a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção sobre o Estatuto do Refugiado, bem como investigar a violação mais comuns aos direitos dessas crianças, podendo citar a falta de acesso à educação, saúde, abrigo e segurança.

Além de identificar as instituições e organizações internacionais envolvidas na proteção dos direitos das crianças refugiadas, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), é necessário propor medidas para a promoção e proteção dos direitos das crianças refugiadas, como a implementação de políticas públicas específicas, a criação de programas de assistência social, a capacitação de todos os profissionais envolvidos com a proteção das crianças refugiadas, entre outras.

Essa pesquisa, no geral, tem como objetivo garantir e promover o pleno exercício dos direitos humanos dessas crianças que se encontram em situação de refúgio, assegurando a sua proteção contra todos os tipos de violência, exploração, negligência e abuso. Incluindo assim, garantia ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência, bem como promover a integração social e cultural dessas crianças em suas novas comunidades, visando a garantia que as crianças refugiadas sejam tratadas com dignidade e respeito, tendo os seus direitos respeitados e protegidos em todas as etapas dessa situação como refugiados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, dedicada ao estudo do amparo jurídico aos direitos das crianças refugiadas no contexto do direito internacional dos Direitos Humanos, proporcionou uma visão abrangente e crítica acerca de um tema de extrema relevância humanitária e legal. À luz das análises realizadas, algumas conclusões fundamentais emergem, como por exemplo, o reconhecimento da vulnerabilidade infantil, sendo de suma importância reconhecer a vulnerabilidade dessas crianças e garantir uma adequada proteção. Muitas vezes, a condição de refúgio enfatiza a necessidade de abordagens mais sólidas e orientadas para os direitos. Apesar dos avanços normativos no direito internacional dos Direitos Humanos, a pesquisa revelou desafios significativos na aplicação prática das garantias legais às crianças refugiadas, já que a complexidade dos contextos políticos, sociais e econômicos em que essas crianças se encontram frequentemente dificulta a implementação efetiva das normativas existentes.

A conclusão inequívoca é de que a proteção integral dos direitos dessas crianças refugiadas requer uma cooperação internacional. Essa colaboração entre os Estados, ONG's e agências humanitárias é essencial para vencer os desafios e garantir que os direitos fundamentais dessas crianças sejam protegidos e respeitados.

Não obstante, essa pesquisa é um apelo à uma ação contínua, portanto, espera-se que esse trabalho não ofereça apenas *insights* para os operadores do direito, mas que além disso, contribuía para a conscientização e incentive ações concretas em prol desse amparo jurídico integral às crianças, de modo que fortaleça o compromisso global com os princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Estatuto do ACNUR; Resolução 428 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 03 de Dezembro de 1949.** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatu

to_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR. Acesso em: 02 out. 2023

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. São Paulo. Editora Saraiva, 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Institui a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm#:~:text=Fica%20criado%2C%20no%20%C3%A2mbito%20do,envolvam%20OGM%20e%20seus%20derivados. Acesso em: 02 out. 2023

CAVALCANTI, Denise Abreu. **Operação Acolhida: a singular resposta brasileira ao fluxo migratório de crianças desacompanhadas.** São Paulo. Editora Dialética, 2022.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos; uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org. Acesso em: 02 out. 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo. Editora Saraiva, 2023.

Refugee Children: Guidelines on Protection and Care. United Nations High Commissioner for Refugees. Geneva, 1994. Disponível em: https://www.refworld.org/docid/3ae6b3470.html. Acesso em: 02 out. 2023

THOMÉ, Roberta Gomes. **Crianças e Adolescentes Refugiadas e Solicitantes de Refúgio: desafios e perspectivas para a proteção social**. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46348/46348.PDF. Acesso em: 02 out. 2023

O CONTROLE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

THE SOCIAL CONTROL IN PUBLIC EDUCATION POLICIES FOR SOCIAL DEVELOPMENT

Área temática: Educação de Qualidade

THOMAZINI, Taysa Mara
Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA
Especialista em Direito Constitucional
Especialista em Direito Administrativo
Mestranda em Desenvolvimento Regional
cmf.taysa@gmail.com

CARDOSO, Diego Alvim
Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA
Especialista em Direito Penal
Especialista em Processo Penal
Especializando em Direito Tributário
diegoalvimcardoso@gmail.com

FILHO, Hélio Braga
Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA
Doutor em Serviço Social pela Unesp
Docente do PPGDR – Uni-FACEF
hgp@com4.com.br

Resumo

A educação é o elo entre o cidadão e o desenvolvimento. As políticas públicas na área da educação se efetivam por meio de investimentos resultantes das receitas da tributação. A fiscalização desses investimentos faz-se necessária, para a correta gestão dos valores e sua eficaz aplicação. A sociedade é a principal interessada, pois é quem contribui para a arrecadação dos valores, através do pagamento de tributos; ao mesmo tempo, é quem usufrui dos serviços públicos educacionais. Sendo assim, a sociedade deveria ser o principal fiscal da gestão pública, através do controle social. A participação popular ativa nas políticas públicas fortalece a cidadania, a democracia e o desenvolvimento social. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a importância do controle social nas políticas públicas educacionais para o desenvolvimento social. Como metodologia foi realizada uma pesquisa qualitativa e exclusivamente baseada em dados secundários extraídos de livros, matérias jornalísticas, artigos científicos e pesquisas em sites de estatísticas e censos governamentais. Verificou-se, de modo geral, que o controle social é uma das principais formas de melhorar a gestão dos serviços públicos com a efetivação de políticas públicas educacionais. Entretanto, esse controle social mostra-se ainda tímido por dois motivos principais: a falta de conscientização da população e a falta de disponibilização de informações governamentais. Espera-se que as ideias transmitidas por meio desse estudo possam contribuir para enriquecer as discussões existentes sobre o tema em questão, e que possa conscientizar os cidadãos do seu papel para o fortalecimento da gestão democrática e para o desenvolvimento social.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento. Controle Social. Tributação. Educação.

Abstract

Education is the link between citizens and development. Public policies in the area of education are implemented through investments resulting from tax revenues. Inspection of these investments is necessary for the correct management of values and their effective application. Society is the main interested party, as it is the one who contributes to the collection of amounts, through the

payment of taxes; at the same time, it is those who benefit from public educational services. Therefore, society should be the main inspector of public management, through social control. Active popular participation in public policies strengthens citizenship, democracy and social development. Thus, the objective of this work is to analyze the importance of social control in public educational policies for social development. As a methodology, qualitative research was carried out exclusively based on secondary data extracted from books, journalistic articles, scientific articles and research on government statistics and census websites. In general, it was found that social control is one of the main ways to improve the management of public services with the implementation of public educational policies. However, this social control is still timid for two main reasons: the lack of awareness among the population and the lack of availability of government information. It is hoped that the ideas transmitted through this study can contribute to enriching existing discussions on the topic in question, and that it can make citizens aware of their role in strengthening democratic management and social development.

Keywords: Public policies. Development. Social Control. Taxation. Education.

1 INTRODUÇÃO

No direito brasileiro existem vários estudos com enfoque sobre os direitos fundamentais e políticas públicas, algumas criadas, outras aprimoradas pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), incluindo os programas sociais de educação.

O termo „política pública" empregado neste trabalho relaciona-se com *policy* (*public policy)* - orientações para o processo, decisões e ações políticas.

As políticas públicas na área da educação se efetivam por meio de investimentos resultantes das receitas da tributação. A fiscalização desses investimentos faz-se necessária, para a correta gestão dos valores e sua eficaz aplicação.

A sociedade é a principal interessada, pois é quem contribui para a arrecadação dos valores, através do pagamento de tributos; ao mesmo tempo, é quem usufrui dos serviços públicos educacionais. Sendo assim, a sociedade deveria ser o principal fiscal da gestão pública, através do controle social.

Entretanto, esse controle social mostra-se ainda tímido por dois motivos principais: a falta de conscientização da população e a falta de disponibilização de informações governamentais.

O estudo justifica-se na relevância de se demonstrar a importância do controle social nas políticas públicas educacionais para o desenvolvimento social e adentrar nos motivos que inibem a sua perfeita atuação.

O assunto está ligado com a linha de pesquisa de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, pois a educação é o elo entre o cidadão e o desenvolvimento.

Enquanto procedimentos metodológicos para a elaboração do artigo foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada exclusivamente em dados secundários extraídos de livros, matérias jornalísticas, artigos científicos e pesquisas em sites de estatísticas e censos governamentais.

O artigo encontra-se dividido por esta introdução, um referencial teórico que aborda temas inerentes ao custeio das políticas públicas para a educação, a participação popular para o controle e o desenvolvimento social, os procedimentos metodológicos, a discussão, a conclusão e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TRIBUTAÇÃO E O INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO

A tributação tem a finalidade de custear o Estado no oferecimento de serviços públicos (REZENDE, H.; RIBEIRO, M. DE F., 2021).

No site do Ministério da Economia, pode-se encontrar conceito de receitas públicas como sendo os recursos financeiros (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) auferidos pelo órgão ou entidade, que servem para custear as despesas e os investimentos. O órgão deve

divulgar (a) previsão atualizada; (b) receita atualizada; (c) receita lançada (d) categoria da receita; (e) origem da receita. (BRASIL. Ministério da Economia, 2023).

A relação entre a tributação e a prestação de serviços pode ser visualizada pelo esquema de fluxo circular da renda, conforme o modelo da figura 1:

Figura 1: Esquema de Fluxo Circular da Renda

Fonte: Google Images.

A CF/88 prevê que os municípios apliquem ao menos 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da Educação. O mesmo índice vale para os Estados e o Distrito Federal. No caso da União o percentual mínimo era de 18% até 2017. Com a Emenda Constitucional 95, conhecida como lei do teto, estipulou-se que a partir de 2018 a União investirá o mesmo valor de 2017 mais o acréscimo da inflação do ano anterior medida pelo IPCA.

Os sites do Governo Federal – Portal da Transparência, Ministério da Educação, Inep/MEC, Portal Todos Pela Educação, dentre outros, disponibilizam os investimentos com educação no Brasil.

No Portal da Transparência, pode-se verificar que neste ano de 2023, o orçamento atualizado das Receitas está previsto em R$ 5,20 trilhões. Destes, até o final do mês de julho, o valor arrecadado da Receita estava em R$ 2,58 trilhões. Do valor da Receita arrecadada, 82% são destinados ao Ministério da Fazenda, e 18% ao restante dos outros Ministérios, entre os quais está o Ministério da Educação, que recebe 5% desses 18%, representando, até o final de julho de 2023, R$ 21.007.768.360,58. (BRASIL. Portal da Transparência, 2023).

De acordo com informações do Ministério da Educação, em parceria com o Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o investimento público total em educação compreende os valores despendidos nas seguintes naturezas de despesas: Pessoal ativo e seus encargos sociais, ajuda financeira aos estudantes (bolsa de estudos e financiamento estudantil), despesas com pesquisas e desenvolvimento, transferências ao setor privado, outras despesas correntes e de capital, e a estimativa para o complemento da aposentadoria futura do pessoal que está na ativa (essa estimativa foi calculada em 20% dos gastos com o pessoal ativo) (BRASIL. Inep, 2021)

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO

A política pública é uma diretriz desenvolvida para enfrentar um problema público. De acordo com Secchi (2022), entende-se "problema" como uma situação inadequada e "público" relevante para a coletividade (SECCHI, COELHO, PIRES, 2022).

Para Souza, as Políticas Públicas concentram-se no „processo" e em responder questões como "porque" e "como"; enquanto que as Políticas Sociais focam nas „consequências" da política, ou seja, o que a política faz ou fez (SOUZA, 2006).

Alguns autores consideram as políticas públicas como monopólio de atores estatais - abordagem estatista ou estadocêntrica, enquanto outros estudiosos defendem a abordagem pluralista, multicêntrica ou policêntrica, segundo a qual, o importante é a origem do problema a ser enfrentado, e não quem a formula, que pode ser qualquer um. Desta forma, uma política é chamada de "pública" se o problema que tenta enfrentar é público. (SECCHI, COELHO, PIRES, 2022).

Não se pode deixar apenas a cargo do Estado resolver as injustiças. É necessária a participação conjunta da sociedade, seja por meio de organizações sociais, bases comunitárias, instituições não governamentais, meios de comunicação e instituições que garantam o funcionamento do mercado e das relações contratuais (SEN, 2010).

A participação popular fortalece a democracia. Para Sen "a democracia tem de ser julgada [...] por diferentes vozes, de diversas partes da população, na medida em que de fato possam ser ouvidas" (SEN, 2011).

A participação ativa é ingrediente fundamental da cidadania, princípio crucial da política em sociedades democráticas. Na clássica definição de Hannah Arendt, trata-se do direito a ter direitos. (PRIOLI, 2021).

Entre 1992 e 2017, foram acrescentados 79,4% novos dispositivos de políticas públicas (*policy)* e 20,6% de normas de caráter efetivamente constitucional (*polity)* à CF/88, invertendo e mais do que dobrando a taxa de constitucionalização de políticas públicas do texto original (ARANTES, 2021).

Quanto mais uma Constituição verse sobre políticas públicas, maior será o desafio a ser enfrentado quando do planejamento e efetivação dessas políticas públicas (ANDRADE, 2019).

Analisando-se o contexto geral de dispositivos constitucionais veiculadores de políticas públicas educacionais, pode-se dizer que existem políticas públicas para a educação no Brasil, em que pese haver fatores que prejudicam o desenvolvimento desta área.

Entre os vários exemplos, pode-se citar a Lei Federal nº. 13.005/2014, que criou o Plano Nacional da Educação (PNE), com vigência por dez (10) anos, a contar da data da publicação da Lei. As diretrizes do PNE envolvem: a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica cultural e tecnológica do país; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto; valorização dos profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental. (BRASIL. Planalto, 2023)

A legislação cria prazo estimativo para o desenvolvimento do PNE, bem como estabelece vinte (20) metas com a avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). O Senado Federal disponibiliza as informações *on-line* para acompanhamento dessas metas e como se encontram a sua execução, que deveriam ser alcançadas até o ano de 2024. Todavia, ainda há muito a se desenvolver, e a efetivação das metas não cumprirão tal prazo (Agência Senado).

Logo, constata-se que há um avanço nas políticas públicas relacionadas à educação, porém, elas precisam ser mais eficientes no seu acompanhamento e fiscalização, especialmente pelos usuários do sistema, ou seja, a sociedade.

2.3 O CONTROLE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO

A CF/88, ao prever dispositivos veiculares de políticas públicas educacionais, estabeleceu diretrizes para a efetivação dessas políticas públicas, destacando-se o controle social por intermédio de instrumentos normativos e da criação de espaços institucionais que garantem a participação da sociedade civil no papel de fiscalização direta.

O artigo 206, por exemplo, ao dispor sobre a gestão democrática da educação, nos três níveis de governo, legitima a participação popular através de Conselhos, que expressam ditames da cidadania e da democracia.

A sociedade, através desses Conselhos, deve fazer o controle social da eficiência da gestão dos investimentos financeiros.

Na matéria jornalística *"Com milhões passando fome, verba de merenda fica parada em prefeituras"*, realizada pelo UOL, em 29/07/2022, foram apontados que além dos recursos insuficientes, a má gestão do dinheiro público e a falta de conhecimento técnico são fatores desencadeantes de uma educação de má qualidade no Brasil. Na oportunidade, a matéria apontou o valor de R$ 1.809.359.463,36 parados em contas de governos Estaduais e Municipais, não utilizado dos repasses do Pnae (Programa Nacional da Alimentação Escolar):

> Dados do fundo, analisados pelo UOL, mostram um valor de R$ 1,8 bilhão parado na conta de cidades e estados brasileiros em dezembro de 2021. Em abril deste ano, os cofres acumulavam R$ 1,7 bilhão. A verba deveria ser usada para alimentação escolar. (BIMBATI, TURTELLI, UOL, 22/07/2022)

O controle social está previsto na CF/88 como forma da população participar, acompanhar, controlar e fiscalizar a efetivação o uso dos recursos públicos na efetivação de políticas públicas educacionais, evitando-se, ou, inibindo a ocorrência de casos como o divulgado na matéria jornalística citada.

O controle social está diretamente ligado à eficiência das políticas públicas:

> "Dessa forma, no que tange à eficiência das políticas públicas, podemos identificar dois objetivos principais dos conselhos gestores de políticas públicas: a identificação, captação e ponderação constante das preferências da sociedade, com vistas à formulação de políticas públicas e o controle social sobre estas, incluindo a responsividade às demandas da sociedade e a responsabilização dos governantes. O primeiro objetivo, viabilizar a manifestação, a identificação e a captação de preferências da sociedade, considerando seus aspectos de intensidade variada e de variabilidade no tempo, permitindo a formulação de políticas públicas compatíveis, constitui, fundamentalmente, uma questão pertinente à necessidade de maior eficiência econômica e social na alocação dos recursos públicos. Ou seja, em um contexto de boa governança, a abertura de um espaço de manifestação constante da sociedade permitiria ao Estado identificar as necessidades prioritárias e, ainda, receber aporte de conhecimento quanto à melhor forma de abordá-las. Esse objetivo, que não recebe neste estudo uma atenção específica, refere-se fundamentalmente às questões relativas à representatividade dos conselheiros ou das preferências captadas e também à eficiência do processo deliberativo envolvido na formulação das políticas e no processo de tomada de decisão, assuntos já mencionados."(GOMES, 2015, p. 904)

A sociedade é a principal interessada e beneficiada com o controle social das políticas públicas educacionais, pois é quem contribui para a arrecadação dos valores (através do pagamento de tributos) que são investidos, e, ao mesmo tempo, é quem usufrui dos serviços públicos educacionais. Sendo assim, a sociedade deveria ser o principal fiscal da gestão pública, através do controle social. Com o controle social, poder-se-ia certificar se o orçamento atualizado das Receitas previsto em R$ 5,20 trilhões, para o ano de 2023 está sendo consolidado. Destes, qual o valor foi

repassado ao Ministério da Educação até o momento. Quanto foi efetivamente destinado ao estados e municípios, e quais as ações foram executadas mediante a cobertura destes orçamentos.

Saber-se-ia ainda, se há verba de merenda *"parada em prefeituras"*, por má gestão do dinheiro público, como foi apontado pela matéria jornalística realizada pelo UOL, em 29/07/2022, entre outras tantas informações de interesse público, fundamentais para o exercício da verdadeira cidadania.

Entretanto, apesar da sua importância, o controle social mostra-se ainda tímido por dois motivos principais: a falta de conscientização da população e a falta de disponibilização de informações governamentais.

A segunda dificuldade, no tocante a falta de disponibilização eficaz de dados governamentais, é fato que as transformações experimentadas pela sociedade por meio da tecnologia são sentidas e vivenciadas por todos. É inegável que a partir da invenção da rede mundial de computadores, a Internet, houve um marco histórico e um divisor de águas na transparência e disponibilização do acesso de informações públicas governamentais.

Mas, ainda há muito a melhorar. Impõe-se o desafio de implantar ações no setor público que acelerem e consolidem práticas e rotinas digitais no uso da tecnologia, como forma mais racional e segura para se manter a interação com a sociedade, por meio da informação ativa, atual e verossímil, para a eficaz transparência pública, acesso à informação e abertura das bases de dados governamentais (TAVARES, BITENCOURT, CRISTÓVAM, 2021).

> "Essas novas formas de informar, comunicar e inovar têm somente um propósito: cumprir com os preceitos democráticos do Estado Brasileiro, a partir do fortalecimento da sua cidadania, consubstanciada na participação popular e no controle social. No que tange especificamente ao controle social, impõe-se também o desafio de repensar os mecanismos e os recursos destinados ao seu exercício, abandonando-se uma visão meramente coadjuvante e passiva, para uma conduta efetivamente fiscalizadora e participativa." (TAVARES, BITENCOURT, CRISTÓVAM, 2021, P. 811)

No que se refere à primeira dificuldade, consiste no desafio de despertar na população o olhar crítico e participativo inerente ao espírito de cidadania, por meio da educação e da informação, com a finalidade de desenvolvimento humano e social.

O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais da participação de pessoas como cidadãos ativos (DOWBOR, 2006).

Ao se tratar do tema desenvolvimento social e humano na contemporaneidade, sob um prisma interdisciplinar, é necessário inicialmente situá-lo no contexto das instituições internacionais que têm como objetivo intervir na política social global com vistas à redução das desigualdades e promoção da justiça social em escala global. Grande parte destas instituições pertence ao complexo institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras agências e programas como o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 1990 foi redigido o primeiro relatório de Desenvolvimento Humano pelo PNUD, partindo da premissa de que "People are the real wealth of a nation", ou a tradução livre: As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Assim, afirmava-se que o desenvolvimento como sinônimo de industrialização e crescimento econômico não poderia produzir por si só o aprimoramento necessário das condições sociais." (RIBEIRO, 2011).

Desde os anos 1950, Celso Furtado já colocava em destaque as insuficiências da teoria econômica para o tratamento dos problemas do desenvolvimento das economias periféricas, ao apreender o desenvolvimento como um processo de transformações sociais. Para o autor a possibilidade de mudança é dada pela existência de recursos que ultrapassam o estritamente necessário à sobrevivência de uma comunidade, abrindo-se a possibilidade de realizar efetivas opções sobre o futuro (BIANCONI, COUTINHO, 2019).

De acordo com Sen (2011), somente há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Para o autor, existem quatro capacidades humanas consideradas elementares: ter uma vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e; ser capaz de participar da vida em comunidade. Na ausência

dessas quatro capacidades, todas as outras estão indisponíveis, tornando inacessíveis muitas oportunidades na vida das pessoas. Tais capacidades podem também ser ampliadas pelas políticas públicas, ao mesmo tempo em que as políticas públicas podem ser influenciadas pela capacidade de participação do povo.

Quando se fala em desenvolvimento social de uma região, há de se pensar em novas formas democráticas de convívio e sociabilidade. Sobre a questão, aponta RIBEIRO:

> "Na perspectiva proposta, os cidadãos seriam convidados a passarem de simples objetos de estudo a investigadores de sua própria realidade, uma vez que as questões sociais e humanas afligem uma determinada população que só podem ser apreendidas pelos próprios atores sociais que as vivenciam no cotidiano" (RIBEIRO, 2011, P. 14).

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deve ser concebido como um processo de transformação social, onde o papel de „agentes" dos indivíduos, assim compreendidos a participação popular ativa e o controle social, são condições essenciais para o fortalecimento da cidadania, da democracia e da efetivação das políticas públicas que fomentam o desenvolvimento de uma região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração do artigo foi realizada uma pesquisa qualitativa e exclusivamente baseada em dados secundários extraídos de livros, da legislação, de matérias jornalísticas, artigos científicos e pesquisas em sites de estatísticas e censos governamentais.

Foi realizada uma revisão de literatura sistemática sobre os temas "Políticas Públicas e sociedade civil", "sociedade civil e cidadania", "Democracia e Políticas Públicas", "Educação e o sistema tributário brasileiro", "custeio das políticas públicas", "Orçamento público para educação", "tributação e desenvolvimento social", "Desenvolvimento e educação".

A busca dos artigos científicos foi realizada no Google Acadêmico e na plataforma Scielo Brasil, utilizando os termos: "Políticas Públicas e sociedade civil", "sociedade civil e cidadania", "Democracia e Políticas Públicas", "Educação e o sistema tributário brasileiro", "custeio das políticas públicas", "Orçamento público para educação", "tributação e desenvolvimento social", "Desenvolvimento e educação".

No início da pesquisa, foram encontrados 1807 referências com esses temas, que foram filtrados, previamente, pelo critério cronológico, selecionando-se publicações a partir de 2006. Após, utilizou-se o filtro da pertinência temática dos títulos, selecionando-se apenas aqueles conexos com o objeto deste estudo. Assim, num segundo momento, selecionou-se 12 (doze) referências que alicerçaram esta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da pesquisa realizada verificou-se que mais de 30% (trinta por cento) do texto constitucional se refere a dispositivos veiculadores de políticas públicas, que, para se efetivarem, é primordial que haja o acompanhamento e controle social.

Há instrumentos que legitimam o controle social na legislação brasileira. O cidadão pode e deve se valer dos institutos previstos na CF/88 para acompanhar, controlar e fiscalizar a efetivação dos direitos sociais vinculados por intermédio de políticas públicas. Dentre esses institutos estão, por exemplo, os conselhos de políticas públicas, o mandado de segurança, a ação popular, o mandado de injunção, a denúncia direta aos tribunais de contas dos Estados e da União de irregularidades, a ação de inconstitucionalidade, dentre outros.

A sociedade é a principal interessada e beneficiada com o controle social das políticas públicas educacionais, pois é quem contribui para a arrecadação dos valores (através do pagamento de tributos) que são investidos, e, ao mesmo tempo, é quem usufrui dos serviços públicos educacionais.

Entretanto, apesar da sua importância, o controle social mostra-se ainda tímido por dois

motivos principais: a falta de conscientização da população e a falta de disponibilização eficaz de informações governamentais.

Impõe-se o desafio de implantar ações no setor público que acelerem e consolidem práticas e rotinas digitais no uso da tecnologia, que assegure a disponibilização do acesso à população da informação ativa, para a eficaz transparência pública, primordial à fiscalização e ao controle social.

Além disso, são necessárias ações para despertar na população o olhar crítico e participativo inerente ao espírito de cidadania, por meio da educação e da informação, com a finalidade de desenvolvimento humano e social.

O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais da participação de pessoas como cidadãos ativos (DOWBOR, 2006).

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deve ser concebido como um processo de transformação social, onde o papel de „agentes" dos indivíduos, assim compreendido a participação popular ativa e o controle social, são condições essenciais para o fortalecimento da cidadania, da democracia e da efetivação das políticas públicas que fomentam o desenvolvimento de uma região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se na pesquisa que o desenvolvimento social, para a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, depende da participação de pessoas informadas e interessadas em contribuir na solução dos problemas públicos diagnosticados, ou seja, depende de uma educação de qualidade.

A tributação tem a finalidade de custear o Estado no oferecimento de serviços públicos. As políticas públicas na área da educação se efetivam por meio de investimentos resultantes das receitas da tributação. A fiscalização desses investimentos faz-se necessária, para a correta gestão dos valores e sua eficaz aplicação.

A fiscalização da sociedade através do controle social é fundamental. Apesar da sua importância, o controle social mostra-se ainda tímido por dois motivos principais: a falta de conscientização da população e a falta de disponibilização eficaz de informações governamentais.

Pessoas desinformadas e desinteressadas não participam e não fiscalizam a gestão dos recursos públicos. Sem a participação e o controle social não há desenvolvimento.

Assim, pode-se concluir que a educação é o elo entre o cidadão e o desenvolvimento social. Por sua vez, essa relação é diretamente impactada pela participação popular nas agendas políticas e no controle social, considerando que o melhor fiscal dos investimentos públicos resultantes da tributação são os próprios cidadãos que pagam os tributos para usufruírem de eficientes serviços públicos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Rogério Bastos. **STF e Constituição policy-oriented**. Suprema: revista de estudos constitucionais, Brasília, v. 1, n. 1, p. 299-342, jan./jun. 2021.

BIANCONI, Renata. COUTINHO, Maurício C.
cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. Scielo Brasil, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5340.

BIMBATI, Ana Paula. TURTELLI, Camila. Com Milhões Passando Fome verba de merenda fica parada em prefeituras. **UOL**, Brasília e São Paulo**.** 29.jul.2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/29/com-milhoes-passando-fome-verba-de-merenda-fica-parada-em-prefeituras.htm. Acesso em 31.jul.2023.

BRASIL. **Indicadores financeiros educacionais.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-

informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Planejamento desenvolvimento e gestão. **Ministério da Economia**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas/planejamento-desenvolvimento-e-gestao>. Acesso em: 18 jul.2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 set.2023.

BRASIL. Receitas. **Portal da Transparência**. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/receitas. Acesso em: 31 jul.2023.

BRASIL. As 20 metas do PNE e avaliação do INEP. **Senado Federal**. Brasília. 17fev.2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/17/as-20-metas-do-pne-e-a-avaliacao-do-inep#:~:text=Meta%2020%20%E2%80%94%20Ampliar%20o%20investimento,final%20do%20dec%C3%AAnio%20(2024)>. Acesso em 18 Jul. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local. La Piragua** – Revista Latino Americana de Educación y Política, 2006. Disponível em: ///D:/HP%20v165w/P%C3%B3s/LA-PIRAGUA 24.pdf_Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20desenvolvimento.pdf. Acesso em 18 Jul. 2023.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente.** Scielo Brasil. Rio de Janeiro. 2015. Acesso em: 18/09/2023.

PRIOLI, Gabriela. **Política é para todos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REZENDE, H; RIBEIRO, M. de F.. **O custo dos direitos fundamentais e a fonte de custeio para a implementação de políticas públicas no Brasil**. Direito E Desenvolvimento, *12*(1),202-217. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v12i1.1393. . Acesso: 07 agos.2023.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Desenvolvimento Social e Humano**. Perspectivas Contemporâneas. 3º Seminário de Pesquisa. 2011.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: **Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. São Paulo: Cengage Learning, 2022.

_____. **Análise de Políticas Públicas** – Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Tradução: Nuno Castello-Branco Bastos. Coimbra: Almedina, 2010.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n. 16, p. 20–45, Porto Alegre. jul. 2006. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul.2023.

TAVARES, André Afonso. BITENCOURT, Caroline Muller. CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **A Lei do Governo Digital no Brasil. Análise das Contribuições à Transparência Pública e à concretização do exercício do controle social.** Novos Estudos Jurídicos online – ISSN 2175-0491. Ed.: v. 26 n. 3. 2021.

O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: O NOVOTEC E A FORMAÇÃO DE TÉCNICO EM MARKETING COMO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO

THE INTEGRATED HIGH SCHOOL CURRICULUM: NOVOTEC AND THE TRAINING OF MARKETING TECHNICIAN AS A POSSIBILITY OF EMANCIPATION

Área temática: 04 – Educação de qualidade

BACHUR, Maria Fernanda Merlino Domenes
Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca
mariafernandabachur@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta
Professora Doutora do Mestrado Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
sheilafacef@gmail.com

Resumo

A Agenda 2030 estabelece a busca pela *educação de qualidade* e reitera a necessidade de um currículo que entenda o estudante em sua integralidade. No estado de São Paulo, o Novotec, curso de ensino técnico integrado ao médio do Centro Paula Souza, abarca, na matriz curricular, elementos para a construção cidadã, e para a formação técnica e profissional, no ensino médio. Assim, constrói-se problema de pesquisa: quais as competências e as habilidades exigidas na formação do estudante do Novotec para lhe garantir formação integral, prevista nas legislações educacionais nacional e estadual, tendo em vista o currículo que lhe é oferecido? Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a matriz curricular do Novotec com habilitação profissional Técnico em Marketing, na perspectiva teórica de currículo escolar, a fim de observar a formação estudantil postulada na legislação educacional do estado de São Paulo. Para tanto, utiliza-se como metodologia o levantamento bibliográfico a respeito de currículo e a pesquisa documental acerca das legislações federal e estadual sobre educação, bem como da BNCC, e análise de córpus, composto pela matriz curricular e competências inseridas no plano de curso do 3º ano do ensino médio. Como referencial teórico são utilizados os preceitos de Santomé (1998, 2013), Arroyo (2013), dentre outros. Os resultados mostram que a matriz curricular do Novotec está em consonância com as concepções de currículo escolar contemporâneo e com os princípios da BNCC, mas é necessária ação dos docentes para que esses ideais sejam cumpridos para além da formação técnica.

Palavras-chave: Currículo, Novotec, BNCC

Abstract

The 2030 Agenda establishes the search for quality education and reiterates the need for a curriculum that understands the student in its entirety. In the state of São Paulo, Novotec, a technical education course integrated to the high school of the Centro Paulo Souza, includes, in the curricular matrix, elements for citizen construction, and for technical and professional training, in high school. Thus, a research problem is constructed: what are the competencies and skills required in the training of Novotec students to guarantee them integral education, provided for in national and state educational legislation, in view of the curriculum that is offered to them? In this context, the present article has as general objective to analyze the curricular matrix of Novotec with professional qualification Technical in Marketing, in the theoretical perspective of school curriculum, in order to observe the student formation postulated in the educational legislation of the state of São Paulo. To this end, the methodology uses the bibliographic survey about the curriculum and the documentary research about the federal and state legislation on education, as well as the BNCC, and corpus analysis, composed of the curricular matrix and competencies inserted in the course plan of the 3rd year of high school. As a theoretical framework, the precepts of Santomé (1998, 2013), Arroyo (2013),

among others, are used. The results show that the curricular matrix of Novotec is in line with the conceptions of contemporary school curriculum and with the principles of BNCC, but it is necessary action of teachers so that these ideals are fulfilled beyond technical training.
Keywords: 3 palavras-chave, separadas por vírgula.

1 INTRODUÇÃO

A mudança contemporânea é rápida devido à enorme expansão do conhecimento, trazida pelo avanço tecnológico. Diante de tantas informações, é necessária competência crítica, para saber filtrar esses dados que chegam a cada segundo para também saber agir no mundo, solucionando os problemas da nossa sociedade. Para tanto, é preciso entender o conhecimento como um processo e não um produto acabado, estanque. Sabe-se que visão Positivista da produção do conhecimento, centrada apenas no objeto não mais se sustenta, e atualmente, o sujeito e a interação com ele também fazem parte da equação produtora de saber. Ademais, é necessário a ruptura com a visão de currículo entendido apenas como um conjunto de saberes que devem ser reproduzidos aos estudantes, no qual as relações humanas são desconsideradas. A ideia de um saber que se aplica a qualquer contexto deve ser combatida, pois o ensino acontece nas interações entre as pessoas de um determinado tempo e espaço e a produção de saber deve considerar as múltiplas vivências, contextos sociais e culturais em que estão inseridos os estudantes (ARROYO, 2013).

Diante dos desafios impostos pela Agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável em elevar a qualidade da educação, urge uma mudança no ensino e sua relação com o currículo, que deve ser repensado, revisitado, reconstruído, de maneira coletiva e contínua para que o processo de construção de conhecimento seja constantemente reflexivo e participativo. Dessa forma, constroem-se cidadãos que tenham, por meio da aquisição de competências, consciência do seu papel social e que fazem uso das suas responsabilidades e solidariedade para a consolidação da democracia (SANTOMÉ, 1998). A fim de criar uma educação libertadora, por meio da cidadania, a educação precisa ser entendida como um processo educativo e não mero academicismo, no qual a teoria se distancia da realidade do estudante, o currículo é, pois, uma construção social (SACRISTÁN, 2017).

Nesse sentido, constitui-se o seguinte problema de pesquisa: quais as competências e as habilidades exigidas na formação do estudante do Novotec, para lhe garantir a participação no mercado de trabalho e de forma cidadã, prevista nas legislações educacionais nacional e estadual, tendo em vista o currículo que lhe é oferecido? Para responder ao problema, tem-se como objetivo geral analisar a matriz curricular do Novotec, com habilitação profissional Técnico em Marketing, na perspectiva teórica de currículo escolar, a fim de observar a formação estudantil postulada na legislação educacional do estado de São Paulo.

Os objetivos específicos, para cumprir a proposta geral, são: a) discutir, em perspectiva teórico-acadêmica, as concepções de currículos escolares contemporâneos e apresentar a perspectiva aqui adotada; b) analisar a legislação, em vigor, que trata da formação profissional, em âmbitos nacional e estadual – São Paulo; c) apresentar o Novotec Integrado, sua constituição nas competências estabelecidas no plano de curso e uma matriz curricular oferecida pelo Centro Paulo Souza em uma unidade escolar do interior de São Paulo, na habilitação Técnico em Marketing; d) estabelecer um resumo da proposta de formação estudantil na modalidade ensino médio integrado e discutir as tendências de políticas educacionais o Estado.

Assim, quanto aos procedimentos metodológicos, inicialmente, é feito um levantamento bibliográfico, para discutir em abordagem teórico-acadêmico, as concepções de currículos escolares contemporâneos na perspectiva de Santomé (1998; 2013), Sacristán (2017), Coll (2007) e Arroyo (2013). Além disso, é feita uma análise documental das legislações nacional e estadual, bem como da Bae Nacional Comum Curricular, a fim de entender como as competências e as habilidades são apresentadas, pelo viés legal, para a construção de um trabalhador-cidadão. Por fim, é analisado o

plano de curso do curso de ensino técnico integrado ao médio – Técnico em Marketing, do Novotec, para verificar se as competências propostas para o 3º ano desse curso vão ao encontro do que é exigido na legislação e atendem às demandas do indivíduo e do cidadão.

2 CURRÍCULO: tessituras humanas e sociais no entorno da formação estudantil

A ênfase conteudista na memorização e reprodução de conteúdo dá lugar à urgência da construção do pensamento crítico, ao uso da inteligência e criatividade, à análise e à investigação dos saberes que dialogam entre si, que levam em conta a realidade do aluno e seus saberes anteriores. Para tanto, é imperioso que o currículo escolar abarque as experiências humanas e sua diversidade de sujeitos, a fim de avançar no entendimento de que o ambiente escolar compõe também as dinâmicas sociais. Segundo Arroyo (2013, p. 76):

> Uma constatação é que os currículos e os livros didáticos são pensados como espaços de saberes, de conhecimentos e de concepções, deslocado de vivências da concretude social e política. Sobretudo, deslocados dos sujeitos humanos produtores dessas vivências sociais e dos conhecimentos [...]. Consequentemente as didáticas de seu ensino-aprendizagem são abstratas, válidas para todo conhecimento e para todo aluno ou coletivo. Válidas para toda vivência, todo contexto social e cultural.

Também as novas tecnologias e o uso delas pela sociedade mudaram a forma como lidamos com a informação, bem como mudou a forma de nos relacionarmos e de entender o processo ensino-aprendizagem. É a mudança de olhar na educação e no próprio fazer docente que se encontra a chave para a transformação social, pois há o respeito ao indivíduo participativo, no processo de construção do conhecimento, há espaços para múltiplas didáticas que consideram contextos, histórias de vida, diversidades, conhecimento prévio, olhares diferentes na busca e construção de conhecimento, há espaço para o novo, para as tecnologias da informação que transformaram as relações, o modo de pensar. O saber disciplinar advindo do século XIX não mais se sustenta num mundo de pluralidades, em que as conexões se encontram cada vez mais emaranhadas e complexas. Portanto, o entendimento de currículo como um conjunto de conteúdos e disciplinas que compõem a educação formal de um estudante é ultrapassada e corrobora com a fragmentação e a especialização do saber, pois o conhecimento é transmitido em aulas separadas que não dialogam entre si. Na atualidade, o conhecimento e a pesquisa encontram lugar para além dos limites das disciplinas, elas se sustentam no diálogo, na troca e complementação dos saberes:

> Uma “olhada” em qualquer meio de difusão de pesquisa científica mostra-nos que atualmente a pesquisa mais importante é realizada por grupos de especialistas de diferentes disciplinas que se comunicam e trocam de forma crítica e criativa dados, conceitos, problemas, métodos, etc. O ensino de uma ciência integrada serve para que alunos e alunas analisem os problemas, não só da perspectiva de uma única e concreta disciplina, mas também do ponto de vista de outras áreas do conhecimento diferentes (SANTOMÉ, 1998, p. 113).

Dessa forma, a visão fragmentária vai na contramão da perspectiva interdisciplinar que compreende o saber como uma construção coletiva e constante, em ruptura contínua com as fronteiras disciplinares e em busca da emancipação do sujeito e da sua preparação como cidadão participativo. Ao encontro do ideal de uma educação de qualidade como uma política pública que visa à formação integral do aluno, é imprescindível pensar na organização curricular o qual rompe com o modelo fragmentado da produção de conhecimento. Nasce, portanto, a necessidade de um enfoque mais centrado nos processos educativos que no alargamento dos conteúdos, visto que aqueles englobam as peculiaridades, as necessidades dos estudantes e as atividades elaboradas com

finalidades pedagógicas atendem às experiências e à realidade do discente. Assim, essa perspectiva experimental de currículo, baseada em Sacristán (2017), compreende a escola como uma agência socializadora em que os objetivos sobejam o conhecimento meramente acadêmico, para pensar um plano integral de educação:

> As necessidades do aluno, tanto do ponto de vista de seu desenvolvimento como de sua relação com a sociedade, passam a ser pontos de referência na configuração dos projetos educativos. A atenção aos processos educativos e não apenas aos conteúdos é o novo princípio que apoia a concepção do currículo como a experiência do aluno nas instituições escolares (SACRISTÁN, 2017, p. 42).

Ainda, segundo o estudioso, é necessária a ponte entre teoria e ação, por meio de práticas pedagógicas que encontrem lugar na realidade. Essa visão atual decorre do declínio do pensamento positivista e do seu foco exclusivo no objeto de pesquisa e também em razão do crescente entendimento de que a educação deva ser emancipadora e, portanto, crítica e reflexiva. Assim, o currículo serve como ordenador dos procedimentos pedagógicos, à medida em que as atividades práticas que têm lugar em torno dele contemplam um processo de reflexão durante toda sua execução, o qual se sobrepõe ao mero cumprimento da ação. Dessa forma, garante-se o contínuo refletir sobre o processo como um todo. Ademais, inserido em um mundo em que as interações sociais se constituem como ato social, o currículo não pode estar isolado desse universo no qual ele está implantado e dialoga, ou seja, o currículo é uma construção social:

> À medida que o currículo é um lugar privilegiado para analisar a comunicação entre as ideias e os valores, por um lado, e a prática, por outro, supõe uma oportunidade para realizar uma integração importante na teoria curricular. Valorizando adequadamente os conteúdos, os vê como linha conexão da cultural escolar com a cultura social. Mas a concretização de tal valor só pode ser vista em relação com o contexto prático em que se realiza, o que, por sua vez, está multicondicionado por fatores de diversos tipos, que se convertem em agentes ativos do diálogo entre o projeto e a realidade. Sendo expressão da relação teoria-prática em nível social e cultural, o currículo molda a própria relação na prática educativa concreta e é, por sua vez, afetado por ela (SACRISTÁN, 2017, p. 53).

Coll (2006) defende a ideia de currículo como um projeto com finalidade e funções específicas e as atividades educativas escolares devem ser planejadas almejando o alcance desses objetivos em sua execução. Para isso, o estudioso afirma que o currículo deve trazer informações sobre *que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.* Contudo, entendendo a educação como um processo contínuo de análise, defende a ideia de que o currículo precisa estar aberto a novos olhares e perspectivas, além da necessidade de ser sempre revisitado, modificado, corrigido à medida que as experiências, exitosas ou não, acontecem. Ou seja, o currículo compõe um processo que deve ser constantemente analisado a fim de que seus objetivos sejam cumpridos:

> Um projeto curricular não surge do nada – e muito menos no caso do ensino obrigatório –, mas parte de uma prática pedagógica que aspira a transformar e melhorar. Para isso, oferece novos pontos de vista e alternativas, mas também integra as experiências bem sucedidas. Por outro lado, como projeto educativo que é, o projeto curricular contrasta com a prática pedagógica e tem de estar permanentemente aberto às modificações e correções derivadas desse contraste (COLL, 2007, p. 48).

Ainda, para o autor, um currículo deve considerar alguns princípios quando da sua elaboração, estruturação e desenvolvimento. O primeiro deles é levar em consideração o conhecimento prévio do estudante, uma vez que ele parte de seu conhecimento de mundo, para

construir novos conhecimentos. Dessa maneira, é necessário que o currículo abarque conteúdos significativos e que tenham funcionalidade na vida prática do estudante, para que dessa forma, ele consiga estabelecer cada vez mais relações de aprendizagem, e, portanto, aberto ao *aprender a aprender* (COLL, 2007).

Diante da urgência em se cumprir as metas para o desenvolvimento sustentável do documento *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, organizado pela ONU, urge pensar na educação de qualidade como sustentação desses objetivos, uma vez que ela é ponto de partida para a concretização das demais metas:

> [...] os esforços para se alcançar as metas dos ODS devem partir de todas as pessoas, individual ou coletivamente, seja dentro de empresas, instituições, organizações políticas ou de escolas. Nessa perspectiva, a educação de qualidade, como base desses esforços, passa a ser, ao mesmo tempo, um objetivo e um meio para se alcançar os demais ODS, sendo o único tema com essa propriedade. Todos os temas relacionados acima devem ser trabalhados na escola, em todos os níveis e modalidades, incluindo a formação continuada dos docentes (PEREIRA, 2022, p. 8).

Dessa forma, abre-se espaço para a construção de um currículo escolar que não mais ignora as diversidades, rompe com a fragmentação dos saberes e permite ao estudante sua plena liberdade a partir do seu desenvolvimento (SEN, 2010). Para tanto, um projeto curricular emancipador implica diálogo e participação do estudante em sua comunidade, buscando a sua autonomia e a construção do ser cidadão e solidário. De acordo com Santomé (1998, p. 129):

> Uma das finalidades fundamentais que toda intervenção curricular pretende desenvolver e fomentar é a de preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos de e para uma sociedade similar. Uma meta desse alcance requer, consequentemente, que recursos e experiências de ensino e aprendizagem que dia-a-dia caracterizam a vida nas salas de aula, formas de avaliação e modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, normas, etc., necessários para ser um bom cidadão e cidadã.

Ainda, segundo o estudioso, o ensino tradicional sujeitou-nos a compreender e analisar o mundo de maneira segmentada, fechada em blocos disciplinares que pouco ou nada tinham conexão com a realidade. Esse pensamento engessado repercute na maneira do sujeito lidar com e no mundo, trazendo dificuldades de entendimento e de questionamento do próprio funcionamento social. Esse movimento social, cada vez mais complexo e mais conectado, reverbera para além da visão positivista de ciência ao olhar a construção dos saberes de modo interligado. Essa revolução científica habilita as ações interdisciplinares e mobiliza a escola a aderir a esse novo movimento que é mais dinâmico, volúvel e, portanto, exigente nas ações reflexivas. A atual produção de conhecimento interdisciplinar que a ciência tem construído requer do sistema escolar ações que mobilizem os estudantes a movimentarem-se além das balizas disciplinares para emergirem num universo de maior complexidade. O conhecimento e as tecnologias que daí derivam, demandam também ensinar aos estudantes o lidar com o incerto, o mutável, a colaboração coletiva.

> As revoluções científicas em curso exigem ensinar os alunos a assumir riscos, tomar decisões, implementar iniciativas, aceitar o acaso, responder ao inesperado e ao imprevisto. Além disso, são necessários modelos de ensino e aprendizagem que ajudem as crianças a serem mais reflexivas, a saberem julgar e avaliar as tarefas e estratégias que estão envolvidas; uma educação que promova a cooperação e o trabalho em equipe, que faça com que se torne rotina pensar nos demais e em como ajudá-los, etc.,

> dimensões que a educação mais tradicional tem descuidado (SANTOMÉ, 2013, p. 51).

Nessa medida, o currículo integrado se mostra uma alternativa a esse novo olhar sobre a construção de conhecimento, pois surge como uma possibilidade de resposta às visões de currículo que ora tratam o conteúdo do ensino básico como prioridade e de modo segmentado e disciplinar, esquecendo-se das questões humanas e sociais que envolvem sua produção, ora privilegiam o conhecimento puramente técnico, o qual condena o sujeito à mão-de-obra engendrada pelas relações de poder. Além disso, as visões engessadas de currículo privilegiam a hegemonia de pensamento e desconsideram as diversidades que decorrem do coletivo e das diferentes formas de interagir com o mundo e os saberes:

> Essa visão do conhecimento, do núcleo comum tende a ignorar a diversidade de vivências, contextos, sujeitos que produzem conhecimentos colados a essas vivencias e contextos. Tende a ignorar e a secundarizar a pluralidade e diversidades de formas de ler, pensar o real concreto e impor uma única leitura e forma de pensar de um único coletivo humano, social, racial, de gênero ou espaço, como o conhecimento comum, único. Esses critérios de definição do conhecimento legítimo, único, comum ou esse padrão de conhecimento se enreda com o padrão de poder, de dominação-subordinação nas sociedades. A sociedade crítica dos currículos avançou explicitando as relações políticas entre currículo-conhecimento-poder. Não apenas de apropriação-negação do saber, mas da legitimação de um saber e deslegitimação, negação de outros saberes nos currículos. (ARROYO, 2013, p. 78).

Portanto, não há educação que seja desvinculada dos fatos sociais e humanos, os quais, por sua vez, denotam múltiplos sentidos e questionamentos que a própria educação formal e sistematizada não deve preterir. O currículo deve, dessa maneira, abarcar conhecimento e experiências dos sujeitos a fim de sua formação integral em um mundo que é coletivo e plural.

Assim, ao que parece, um currículo de ensino médio integrado ao técnico voltado somente para a empregabilidade é incompleto, pois aparta essas relações sociais e experiências inerentes aos homens e à sociedade, que o ajudam a entender seu espaço no mundo, questionando sua realidade na busca por conquistas de novos lugares sociais. Da mesma forma, se esse currículo privilegia apenas os conteúdos disciplinares, o conhecimento passa a ser entendido como algo estanque, pronto, acabado e não como um processo de construção contínuo, coletivo, social. Ignora-se que os estudantes participam e transformam a sociedade, ao mesmo tempo em que se amplia a ideia de que a produção de conhecimento não passa pelo sujeito, visão que reforça os campos disciplinares como entidades isoladas. O currículo integrado trata da formação completa do estudante, no qual educação básica e educação profissional contribuem, de maneira interligada, para o desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos na sociedade:

> Ao refletir sobre a formação integrada, Ciavatta (2005) conclui que esta implica em tratar a educação como uma totalidade social, ou seja, a educação geral deve se tornar parte inseparável da educação profissional, existindo a necessidade de enfocar o trabalho como princípio educativo, de forma a superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, objetivando a formação de trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. Um projeto de ensino médio integrado ao ensino técnico, que possui como eixos a ciência, a cultura e o trabalho, deve superar o conflito histórico “existente em torno do papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para as ciências e tecnologia (NUNES, et al., 2017, p. 519).

O currículo integrado torna o aprendizado mais significativo para o estudante, pois é possível diálogos com o mundo real, a partir das experiências e conhecimento prévio dos estudantes, que munidos de novas informações são capazes de construir e reconstruir saberes, adquirem novas habilidades, desenvolvem o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas, aptidões fundamentais no mundo contemporâneo. Dessa forma, ao conectar o aprendizado à vida cotidiana, os estudantes são motivados a desempenhar seu conhecimento em diferentes contextos, com abordagens múltiplas, refletindo a esfera conectada da sociedade. Esse repertório de conhecimento e habilidades promove o preparo dos alunos na busca de soluções para os problemas do mundo real, do qual ele faz parte e que não está reduzido em uma única disciplina. No currículo, a adoção da "interdisciplinaridade não dilui e nem elimina as disciplinas, e sim mantém sua individualidade, integrando-as apara a construção de novos conhecimentos e favorecendo o uso de novas formas de aproximação com a realidade social e laboral" (NUNES, et al., 2017, p. 523). Portanto, por meio de uma compreensão mais profunda e permanente do conhecimento, o currículo integrado promove o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas, rota imprescindível para uma visão mais ampla de mundo.

3 LEGISLAÇÃO: trilhas legais no encaminhamento do Novotec

O objetivo do presente item é discutir a legislação em vigor que rege o ensino médio e a relação dela com a BNCC.

3.1 Legislações e a BNCC

O novo ensino médio se deu em decorrência de uma reforma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que propôs na lei 13.415/2017 uma nova organização escolar dividida entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos. Referência comum obrigatória dos currículos das escolas das redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil e de característica regulamentária, a BNCC estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que os estudantes devem expandir ao longo de seu percurso educativo.

> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, BNCC, 2017, p. 7).

De acordo com a nova Lei, no decorrer dos três anos do Ensino médio, é necessário o cumprimento de 3000h, sendo 1800h dedicadas à BNCC, ou seja, à parte comum da formação. A carga horária restante é destinada aos itinerários formativos, escolhidos pelos estudantes. Os itinerários formativos são desenvolvidos em projetos em que os conteúdos da área escolha pelo estudante são aprofundados. De acordo com o MEC:

> Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e **da formação técnica e profissional** (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para

> definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar (BRASIL, MEC, 2023, online, grifos nossos).

Também a Deliberação CEE/SP 186/2020, a qual estabelece normas relativas ao Currículo Paulista, dispõe, no Artigo 10, do documento sobre o papel do itinerário V – formação técnica e profissional – como uma possibilidade de elaboração de programas educacionais que estimulem o aprimoramento das habilidades profissionais e da qualidade de vida dos estudantes, visando sua adaptação contínua às novas demandas do ambiente de trabalho contemporâneo, em constante mudança:

> Art. 10. Na organização dos itinerários formativos devem ser observadas, entre outras, as possibilidades definidas na Resolução CNE/CEB Nº 3, de 21/11/2018:
> V - formação técnica e profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (SÃO PAULO, DELIBERAÇÃO 186/2020, 2020 p. 5).

Assim, o Novotec surge como uma possibilidade de itinerário para os alunos do Novo Ensino Médio. De acordo com o Decreto 65.176/2020, o Novotec tem dois objetivos: implementar o itinerário formativo de formação técnica e profissional e ampliar a oferta de ensino técnico e profissional no Estado de São Paulo, expandindo o acesso do jovem ao mundo do trabalho, ajustado às demandas de cada região do estado e de acordo com as exigências contemporâneas da sociedade.

3.2 O ensino técnico NOVOTEC

Instituído pelo Decreto Estadual 65.176/2020, o Novotec é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Sua implantação se deu como uma alternativa aos itinerários do Novo Ensino Médio, recente formato da última etapa do ensino básico estabelecido pela lei 13.415/2017, e recebeu o nome de itinerário formativo de formação técnica e profissional.

Autarquia do Governo do Estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) está vinculada à Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovação. A instituição também é reconhecida como Instituto de Ciência e Tecnologia pela resolução SDE nº 60, de 30 de dezembro de 2021. Além dos cursos de graduação, ela oferece cursos de ensino médio, técnicos, pós-graduação, atualização tecnológica e extensão. A instituição tem como missão "promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo" (SÃO PAULO, 2023, online). São 228 escolas técnicas (Etecs) e 77 faculdades de tecnologia (Fatecs). As Etecs oferecem 216 cursos voltados para os setores produtivos públicos e privados, nas modalidades presencial, semipresencial e on-line. Criadas pelo Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, as Etecs possuem um regimento comum, aprovado pela deliberação CEETEPS Nº 87, de 28 de dezembro de 2022 – cujo objetivo é nortear normas e regras de todas as Etecs. O Artigo 4º desse documento normaliza:

> As Unidades ETEC terão por finalidades: I- capacitar o educando para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para sua inserção e progressão no trabalho e em estudos posteriores; II- desenvolver no educando aptidões

> para a vida produtiva e social; III- constituir-se em instituição de produção, difusão cultural, científica, tecnológica e desportiva para a comunidade local ou regional (SÃO PAULO, 2022, p. 2).

Há, portanto, em sua proposta pedagógica, um compromisso com a formação integral do aluno, na medida que as ações educacionais das Etecs devem estar comprometidas não apenas para a inserção do estudante no mercado de trabalho, mas também para sua formação cidadã e transformação de sua realidade e entorno.

O presente estudo analisa a matriz curricular de um curso de uma escola pertencente ao Centro Paulo Souza, localizada no interior do Estado de São Paulo. Essa instituição possui cursos técnicos modulares e ensino técnico integrado ao Médio. Dentro dos cursos de Ensino Médio oferecidos pela Etec, tem-se a modalidade denominada Novotec. São ofertadas quatro modalidades de Novotec na rede Estadual Paulista. O quadro, a seguir, explica quais os modelos de Novotec oferecidos pelo Centro Paula Souza e suas principais propriedades:

Quadro 1 – Tipos de modalidades Novotec

TIPO DE NOVOTEC	CARACTERÍSTICAS
NOVOTEC Expresso	Realizado em um semestre dentro do ensino médio, o Novotec Expresso é um curso de qualificação profissional com certificação.
NOVOTEC Móvel	Nessa modalidade de Novotec, são oferecidos cursos por meio de uma unidade móvel. O curso é realizado com parte virtual e parte semipresencial de 80 horas e são oferecidos em um período de dois a três meses. Tem por público-alvo jovens de 14 a 24 anos e prioriza estudantes de ensino médio da rede pública do estado de São Paulo
NOVOTEC Virtual	Trata-se de cursos online realizados em módulos de até 100h.
NOVOTEC Integrado	Nessa modalidade, o estudante realiza o curso técnico integrado ao ensino médio no mesmo período em que já estuda, com uma única matrícula. Ao final, o estudante alcança a certificação de qualificação técnica, ao mesmo tempo em que conclui o ensino médio.

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir de São Paulo, Novotec, 2023.

Os cursos disponibilizados na categoria de ensino técnico integrado ao médio são Novotec Marketing, Novotec Contabilidade, Novotec Eletrônica, Novotec Mecatrônica, todos presenciais. O ingresso do aluno no 1º ano do Ensino Médio nas Etecs é feita por meio de uma prova de conhecimento denominada *Vestibulinho* e somente alunos de 9º ano podem se inscrever, para admissão no ano subsequente ao término do ciclo do fundamental. Para as discussões do presente estudo, foi selecionado o Novotec Integrado.

4 Novotec e a formação estudantil

A modalidade Novotec Integrado existente na Etec estudada oferece cursos de habilitação técnica em um único turno de seis aulas e matriz curricular única com a formação geral básica, englobando os componentes técnicos aos do Currículo Paulista do Ensino Médio. Esse cumprimento de currículo, tanto nos componentes curriculares da base comum, quanto na da área técnica profissional visa certificar a conclusão do estudante no Ensino Médio e na habilitação técnica. Elaborada em conjunto pela Secretaria da Educação, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Sousa (CEETEPS), a matriz curricular entrou em vigor a partir do ano letivo de 2021, por meio do Decreto 65.176/2020. Nessa modalidade Novotec, os componentes técnicos têm início na 1ª série do ensino médio e vão gradativamente aumentando até a 3º série. As disciplinas da base comum são ministradas pelos professores licenciados em suas

respectivas áreas do currículo básico e as disciplinas da área técnica são conduzidas pelos professores das áreas técnicas dos cursos modulares oferecidos pela instituição.

4.1 Matriz curricular

Como córpus de análise para o presente estudo, selecionou-se a matriz curricular da Habilitação Profissional – Técnico em Marketing, especialmente no que tange à formação técnica e profissional, por ser a mais demandada no Centro Paula Souza de Franca, segundo dados do Vestibulinho 2022.

Figura 1 – Matriz Curricular – Técnico em Marketing (Novotec)

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Eixo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Habilitação Profissional	TÉCNICO EM MARKETING (Diurno – Manhã/Tarde)	Plano de Curso	368

Lei Federal 9394, de 20-12-1996; Lei 13415, de 16-2-2017; Resolução CNE/CEB 2, de 15-12-2020; Resolução CNE/CP 1, de 5-1-2021; Resolução CNE/CEB 3, de 21-11-2018; Resolução SE 78, de 7-11-2008; Decreto Federal 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto 8.268, de 18-6-2014; Parecer CNE/CEB 11, de 12-6-2008; Deliberação CEE 207/2022 e Indicação CEE 215/2022. Plano de Curso aprovado pela Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico – 2450, de 4-10-2022, publicada no Diário Oficial de 5-10-2022 – Poder Executivo – Seção I – página 43.

	Área de Conhecimento	Componentes Curriculares		Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas
				1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total	
Base Nacional Comum Curricular	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa		120	120	160	400	333
		Língua Inglesa		80	80	80	240	200
		Arte		80	-	-	80	67
		Educação Física		80	80	-	160	133
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática		120	120	160	400	333
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física		80	80	-	160	133
		Química		80	80	-	160	133
		Biologia		80	80	-	160	133
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História		80	80	-	160	133
		Geografia		80	80	-	160	133
		Filosofia		-	40	-	40	33
		Sociologia		-	-	40	40	33
	Total da Base Nacional Comum Curricular			880	840	440	2160	1800
Formação Técnica e Profissional	Aplicativos Informatizados		Prática	80	-	-	80	67
	Introdução ao Marketing e Comunicação Integrada		Teoria	80	-	-	80	67
	Pesquisa de Mercado e Comportamento do Consumidor		Teoria	80	-	-	80	67
	Projeto Integrador I e II		Prática	80	80	-	160	133
	Estratégias de Marketing e Modelos de Negócios		Teoria	-	80	-	80	67
	Ética e Cidadania Organizacional		Teoria	-	40	-	40	33
	Informática Aplicada ao Marketing		Prática	-	80	-	80	67
	Promoção de Vendas e Merchandising		Teoria	-	80	-	80	67
	Administração Financeira Aplicada ao Marketing		Teoria	-	-	80	80	67
	Canais de Distribuição		Teoria	-	-	80	80	67
	Legislação de Mercado		Teoria	-	-	80	80	67
	Marketing de Relacionamento		Teoria	-	-	80	80	67
	Marketing Digital e E-Commerce		Prática	-	-	120	120	100
	Marketing Institucional		Teoria	-	-	80	80	67
	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Marketing		Prática	-	-	120	120	100
	Plano de Marketing		Prática	-	-	120	120	100
	Total da Formação Técnica e Profissional			320	360	760	1440	1200
	TOTAL GERAL DO CURSO			1200	1200	1200	3600	3000
	Aulas semanais			30	30	30	-	-

Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR DE MARKETING
	1ª + 2ª Séries	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE DE MARKETING
	1ª + 2ª + 3ª Séries	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM MARKETING
Observações	1. Todos os componentes curriculares preveem prática, expressa nas habilidades relacionadas às competências. Neste documento, para fins de organização da unidade escolar, os componentes curriculares com a carga horária descrita como "Prática", são aqueles a serem desenvolvidos em laboratórios (com previsão de divisão de classes em turmas). 2. Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas. 3. Horas-aula de 50 minutos (a carga horária não contempla o intervalo).	

Fonte: Centro Paula Souza – plano de curso Novotec Marketing, 2022.

De acordo com a matriz curricular, o ensino médio Novotec com habilitação profissional de Técnico em Marketing é formado por três séries anuais com currículo misto, dividido entre as horas obrigatórias da BNCC – 1800h – e as disciplinas do itinerário formativo de formação técnica e

profissional – 1200h, totalizando as 3000h, distribuídas em 200 dias letivos, conforme legislação vigente. Cada hora-aula possui 50 minutos. Organizadas em torno de cinco núcleos definidos pela BNCC, as disciplinas da base comum estão divididas nas seguintes áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e aplicadas. Além disso, à medida que os estudantes avançam nas séries, a carga horária dos componentes curriculares da base comum diminui e as horas destinadas à área de atuação profissional aumentam. Os únicos componentes curriculares em comum nos três anos são Língua Portuguesa, Língua inglesa e Matemática com duas aulas semanais de inglês durante os três anos de ensino médio e com três aulas semanais para os componentes curriculares de língua portuguesa e matemática nos dois primeiros anos e quatro aulas semanais no último.

Ademais, ao final de cada série, o estudante adquire um título de qualificação profissional, o qual culmina, no último ciclo, como técnico em Marketing. De acordo com a matriz curricular do Novotec com habilitação profissional de Técnico em Marketing:

> O aluno que cursar a 1ª série concluirá a qualificação profissional técnica de nível médio de auxiliar de marketing. O aluno que cursar a 2ª série concluirá a qualificação profissional técnica de nível médio de assistente de marketing. Ao completar as três séries, com aproveitamento em todos os componentes curriculares, o aluno receberá o diploma de ensino médio com habilitação profissional de técnico em marketing que lhe dará o direito de exercer a profissão de técnico (habilitação profissional) e o prosseguimento de estudos (ensino médio) em nível de educação superior (SÃO PAULO, NOVOTEC, PLANO DE CURSO, 2022, p. 31).

Os componentes curriculares da parte técnica são divididos em teóricas e práticas. Compõe os componentes curriculares práticos: Aplicativos Informatizados, Projeto Integrador I e II, Informática Aplicada ao Marketing, Marketing Digital e e-commerce, Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Marketing, Plano de Marketing. Os componentes curriculares considerados teóricos são Introdução ao Marketing e Comunicação Integrada, Pesquisa de Mercado e Comportamento do Consumidor, Estratégias de Marketing e Modelos de Negócios, Ética e Cidadania Organizacional, Promoção de Vendas e Merchandising, Administração Financeira Aplicada ao Marketing, Canais de Distribuição, Legislação de Mercado, Marketing de Relacionamento e Marketing Institucional. As teóricas são ministradas pelo professor em salas de aula com os 40 estudantes que compõem cada turma. Já os componentes curriculares especificados como práticos têm a turma dividida em grupos de 20 estudantes e a aula é conduzida em sala de laboratórios-informática, por professores diferentes.

4.2 Competências e habilidades

Como forma de criar estratégias educacionais que visem mitigar os problemas sociais e com o objetivo de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual (NUNES, 2017) a BNCC propõe um conjunto de aprendizagem comum a todos os estudantes que deve garantir a eles o desenvolvimento de competências:

> Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também

> alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2017, p. 8).

Portanto, para atingir tal meta, a BNCC estipulou como base dez competências:

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas; 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo; 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade; 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta; 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas; 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Este parágrafo é cópia literal? Se for, tem que aparecer como citação longa (BRASIL, BNCC, 2017, p.9).

Essas competências devem ser trabalhadas e desenvolvidas ao longo de todo ensino básico, pois, ao final, o estudante, tendo domínio desses conhecimentos, de acordo com a proposta, estará apto para enfrentar o mundo na medida em que se reconhece parte integrante dele e busca sanar as mazelas encontradas na sociedade.

4.3 Análise da formação estudantil

As competências e as habilidades definidas pela BNCC para a educação básica visam ao desenvolvimento integral dos estudantes para a formação de indivíduos autônomos, além de estar em consonância com o ODS 4, Educação de Qualidade. Diante dos desafios impostos pelas mudanças constantes do século XIX e da quantidade de informação produzida, é necessário o progresso não apenas do conhecimento, mas também de habilidades socioemocionais e éticas para que o estudante possa participar consciente e ativamente na resolução e melhoria da sociedade.

Assim, no capítulo do documento sobre organização e estrutura curricular do regimento comum das Etecs, o parágrafo primeiro, do Artigo 43, afirma que: "Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada, o curso será desenvolvido de modo a assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas na BNCC e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas, observada a legislação vigente" (SÃO PAULO, REGIMENTO COMUM ETECS, 2022, p.16). Dessa forma, observa-se que há, nas normas da Etec, um contrato com a formação integral do estudante na medida que se mostra uma preocupação com o individuo como um todo, pois é necessário assegurar, por meio do cumprimento do currículo, tanto a formação da BNCC quanto da parte técnica, o que dá ao estudante liberdade de escolha, autonomia de pensamento, pois sua formação supera a separação mão-de-obra x trabalho intelectual.

Portanto, preparar o estudante significa superar essa dualidade que ora o coloca como agente passivo que recebe um saber produzido por outrem, ora o reduz a mão-de-obra pouco qualificada sem consciência do seu papel de agente transformador da sociedade. Dessa forma, ao analisar o Plano de Curso do Novotec Marketing, tem-se as seguintes competências pessoais socioemocionais a serem desenvolvidas: demonstrar habilidade na resolução de conflitos; comprometer-se com projetos e metas atribuídos; contribuir para o alcance de objetivos organizacionais; demonstrar capacidade de análise e tomada de decisão; desenvolver relações interpessoais no ambiente de trabalho; estar atento às novas tendências sociais, mercadológicas e tecnológicas; demonstrar capacidade de propor soluções aos problemas existentes no âmbito organizacional. Ao concluir a 3ª série do ensino médio Novotec Marketing, o estudante também deverá ter construído as seguintes competências:

> Interpretar estudos, relatórios e pesquisas econômicas; Analisar conceitos e decisões de marketing na distribuição; Elaborar plano de lealdade e relacionamento com o cliente; Implantar ações definidas no plano estratégico de marketing; Distinguir direitos e deveres das pessoas naturais e jurídicas; Analisar o posicionamento da imagem da marca no mercado; Analisar o processo de vendas em mercados eletrônicos e digitais; Produzir campanhas digitais para os diversos tipos de público alvo; Distinguir a comunicação institucional e a comunicação publicitária; Analisar o processo de pós-venda em relação à lealdade ao cliente; Aplicar estratégia de gestão de marketing nos canais de distribuição; Analisar resultados das ações estratégicas de marketing implantadas; Diagnosticar as ações e estratégias de gestão da imagem corporativa; Contextualizar fatos históricos e factuais sobre atividades econômicas; Distinguir as mídias digitais e suas aplicações na estratégia de comunicação; Analisar o impacto das finanças para o custeio das estratégias de marketing; Identificar a configuração e o sistema de distribuição dos canais de marketing; Identificar normas e legislações que regulamentam as atividades de marketing; Estruturar base de dados para gerenciamento do relacionamento com o cliente; Identificar ações de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social; Relacionar os sistemas de distribuição de mercadorias e os canais de marketing; Desenvolver ações de marketing de acordo com as metas estratégicas da

> organização; Identificar variáveis mercadológicas e financeiras que interferem na formação de preços; Analisar ferramentas de planejamento e controle financeiro voltadas para a área de marketing; Correlacionar os pontos essenciais de uma política econômica e sua aplicação no planejamento ; Analisar os direitos e obrigações de fornecedores e consumidores conforme disposições da Lei; Interpretar o negócio jurídico e analisar os tipos de obrigações e contratos, compreendendo suas características; Propor soluções parametrizadas por viabilidade técnica e econômica aos problemas identificados no âmbito da área profissional; Analisar as diretrizes do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) para a criação de campanhas e ações de marketing. É (SÃO PAULO, PLANO DE CURSO, 2022, p.24)

Nota-se também, na matriz curricular, que há componentes curriculares teóricos e práticos e que são por meio delas que tais competências devem ser alcançadas. Portanto, o trabalho do professor é fundamental para que esses objetivos sejam cumpridos, pois é o preparo do docente em sala de aula e seus conhecimentos alinhados aos do plano de curso, matriz curricular e BNCC que garantiram ao estudante plena formação, ou seja, a formação na sua integralidade, rompendo com visões de mundo e de saberes estanques e disciplinares, bem como fugindo da estreita visão da escola apenas como uma oportunidade de formação de mão de obra, quando na verdade, seu compromisso é com a formação completa do estudante.

Ainda, as competências abarcadas na 3º série do ensino médio extrapolam a visão de que a escola é lugar de transmissão de saberes disciplinares e distantes da vida do estudante, pois ele é convidado, por meio de prática e teoria, a se aproximar da vida que os circundam em diversas instâncias, seja para mediar conflitos, seja para dominar as novas tecnologias, seja para desenvolver responsabilidades sociais e propostas de solução no âmbito da área profissional ou além dela.

> Não apenas os docentes, mas também os educandos estão inseridos em uma diversidade de situações de trabalho. Podem ser organizados estudos sobre que saberes são produzidos nessas vivências do trabalho que têm desde crianças. Essa direção nos distancia da ênfase em apenas preparar para o emprego e nos leva ao trabalho como experiência de produção-aprendizado de saberes. [...]. Destacar que há uma produção de saberes do próprio trabalho nos obriga a auscultar e captar esses saberes e inclui-los nos currículos. Preparar os docentes e educandos para fazer esse exercício de entender e enriquecer com os saberes das situações de trabalho que vivem e viverão. Um papel que cabe aos cursos de formação e educadores e docentes (ARROYO, 2013, p. 110).

A BNCC reitera a necessidade de formação dos docentes para que os objetivos propostos no documento sejam efetivamente alcançados:

> A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC (BRASIL, 2017, p. 23).

Além disso, projetos e vistas técnicas guiadas pelos professores, por meio de seus componentes curriculares, práticos ou teóricos, colocam os estudantes em contato direto com essa realidade que ora se assemelha a dele, ora o tira da zona de conforto, convidando-o ao amadurecimento, por meio do diálogo para mediar conflitos, da aprendizagem do ouvir, da aceitação

do acaso, da tomada de decisões, do trabalho em grupo, das competências emocionais para enfrentar o novo, o inesperado, e por vezes, o desconfortável, atitudes essenciais na contemporaneidade, para a vida em sociedade e para a busca de soluções dos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU.

5 Considerações finais

Retomando o objetivo geral do presente estudo que é analisar a matriz curricular do Novotec com habilitação profissional Técnico em Marketing, na perspectiva teórica de currículo escolar, a fim de observar a formação estudantil postulada na legislação educacional do estado de São Paulo, pode-se afirmar o que segue.

Como forma de romper com o ensino tradicional, o currículo integrado, perspectiva teórica adotada no presente estudo, traz uma proposta em que os conhecimentos de diferentes áreas do saber estão interligados e a produção desse saber é aproximada da realidade do estudante, o qual passa a fazer parte do processo contínuo que é a construção de conhecimento. Dessa forma, o currículo integrado visa tornar a aprendizagem mais significativa, relevante e interdisciplinar.

Assim, ao propor o desenvolvimento de competências, esse currículo traz maior engajamento dos alunos, pois entende que é necessário prepará-lo para além dos conhecimentos cognitivos, ou seja, é preciso prepará-lo para o mundo, cada vez mais complexo e interconectado. Com o avanço das tecnologias e com um mercado de trabalho cada vez mais exigente, são necessárias ferramentas para que os estudantes saiam conscientes do seu papel social e com responsabilidade para agir no mundo de modo a melhorar sua comunidade e, por consequência, sua vida. Nesse sentido, o ensino técnico integrado ao médio Novotec torna-se uma proposta relevante de ensino, pois sua matriz curricular abarca para além dos conhecimentos disciplinares ao propor a formação de competências, alinhadas às da BNCC, que colocam o estudante à frente, pois a sua formação integral para o mundo do trabalho traz o desenvolvimento de saberes essenciais para o mundo moderno, como o trabalho em grupo, o domínio de tecnologias, tomada de decisões.

Contudo, para tal formação integral ser bem-sucedida, é necessária a participação do professor como agente motivador das competências, a fim de que aquilo que está na legislação seja efetivamente alcançado na prática, no dia a dia da sala de aula. Há de se entender que a sistematicidade trazida na proposta da formação técnica e profissional, enquanto itinerários formativos, têm uma coerência e uma lógica que, se bem aplicadas, podem apresentar resultados significativos de formação. Dessa forma, o ODS *Educação de qualidade* poderá ter espaço garantido e poderá formar cidadãos capazes de buscar as soluções para os demais objetivos propostos pela Agenda 2030.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5 ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**: Dúvidas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores. Acesso em: 7 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br, 2017.

COLL, César. **Psicologia e currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. 5 ed. São Paulo: editora Ática, 2007.

NOVOTEC SP. Disponível em: https://www.novotec.sp.gov.br/. Acesso em: 8 set. 2023.

NUNES, Célia Maria Fernandes; SANTOS, Fernanda Pereira; VIANA Marger da Conceição Ventura. A busca de um currículo interdisciplinar e contextualizado para ensino técnico integrado ao médio. **Revista Bolema**, v. 31, n. 57, p. 517-523, abril, 2017.

PEREIRA, Máriam Trierveiler. Sistentabilidade como práxis pedagógica para a transdisciplinaridade na educação profissional e tecnológica (EPT). **Educação em Revista**, v.38, e. 35849, 2022.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Tróia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÃO PAULO, **Centro Paulo Souza**. Disponível em: https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/. Acesso em: 8 de setembro de 2023.

SÃO PAULO**, Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo I, São Paulo, 132 (258) – 56, quarta-feira, 28 de dezembro de 2022.

SÃO PAULO, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE 186/2020**. Dispõe sobre o Currículo Paulista do Ensino Médio. São Paulo, 2020.

SÃO PAULO, **Plano de curso novotec Marketing**. Número do plano 368. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, atualizado em 17 de dezembro 2022.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO EM QUESTÃO: MUDANÇAS RECENTES E RETROCESSO.

IN QUESTION THE BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT: RECENT CHANGES AND RETROCESS.

Área temática: Trabalho decente e crescimento econômico

BRAGA FILHO, Hélio
UNI-FACEF
Doutor em Serviço Social – Unesp
hgp@com4.com.br

POUSA, Jonatan
FAMEF
Mestre em Desenvolvimento Regional – Uni-Facef
pousa.jonatan@gmail.com

LEAL, Murilo Cordero
UNI-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional – Uni-Facef
mucordero@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do artigo foi examinar certos efeitos deletérios que podem ter provocado estagnação ou o retrocesso do desenvolvimento econômico brasileiro. Ocorre que, a partir da década de 1990, a abertura comercial combinada com a estabilização da economia através do Plano Real, deram impulso a um intenso processo de reestruturação produtiva no país, o qual, entre outros motivos acabou provocando uma sucessão de efeitos deletérios na economia e, por conseguinte, prejudicando o seu próprio desenvolvimento econômico. A pesquisa que sedimentou o artigo, apoiou-se na consulta bibliográfica e na pesquisa quantitativa, elaborada através do emprego de dados estatísticos disponibilizados em sítios oficiais nacionais e estrangeiros, que dedicam-se a produzir/divulgar estatísticas econômicas e sociais. De acordo com os indicadores econômicos selecionados e examinados, admitimos que a indústria de transformação brasileira e, por conseguinte, o seu desenvolvimento econômico, tenham a partir de 1990 em diante, experimentado algum retrocesso.

Palavras-chaves: indústria, economia brasileira, desenvolvimento econômico.

Abstract

The objective of the article was to examine certain deleterious effects that may have caused the stagnation or setback of Brazilian economic development. It so happens that, from the 1990s onwards, trade opening combined with the stabilization of the economy through the Real Plan, gave impetus to an intense process of productive maintenance in the country, which, among other reasons, ended up causing a succession of deleterious effects on the economy and, therefore, harming its own economic development. The research that sedimented the article was supported by bibliographic consultation and quantitative research, elaborated through the use of statistical data made available on national and foreign official websites, which are dedicated to producing/disseminating ecological and social statistics. According to the selected and examined medical indicators, we admit that the Brazilian manufacturing industry and, consequently, its economic development, has experienced some setback from 1990 onwards.

Keywords: industry, Brazilian economy, economic development.

1 INTRODUÇÃO

Do início do século XV, até as primeiras décadas do século XX, mais precisamente, por volta de 1930, o desenvolvimento econômico do Brasil teve como centro dinâmico o setor agro-exportador.

Com o crash da Bolsa de Valores de New York (1930) nos EUA, a fragilidade da economia brasileira, como também, a sua situação de dependência, mostraram ao governo do país, quão necessário seria romper com aquele até então vigente modelo de dependência e iniciar uma nova era para o desenvolvimento nacional promovendo a modernização da economia.

Assim, a economia brasileira inaugurou uma nova etapa do seu desenvolvimento econômico sob o comando da indústria. Até o final da década de 1980, a industrialização substitutiva de importações (ISI) promoveu várias e importantes mudanças: na estrutura econômica, na divisão do trabalho, na estrutura de classes, na composição das exportações, na composição da demanda agregada, na estrutura do consumo, na própria estrutura da indústria etc.

Entretanto, na década de 1990, a abertura comercial e a estabilização da economia através do Plano Real, deram impulso a um intenso processo de reestruturação produtiva, o qual, ente outros motivos, acabou provocando uma sucessão de efeitos deletérios na economia e, por conseguinte no próprio desenvolvimento econômico do país. Assim, o objetivo do artigo, foi examinar alguns destes efeitos e, se os mesmos provocaram estagnação ou o retrocesso do desenvolvimento econômico brasileiro. A pesquisa, além daquela de natureza bibliográfica, contou também com o emprego de selecionados indicadores econômicos disponíveis em sítios eletrônicos oficiais nacionais e estrangeiros de estatísticas. A estrutura do trabalho ficou alicerçada em cinco seções, quais sejam: introdução, argumentação teórica, procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos dados e, finalmente as considerações finais.

2. Argumentações Teóricas

No terreno fértil das Ciências, diferentes áreas adotam o conceito de desenvolvimento como a Biologia, a Psicologia, a Pedagogia, entre outras.

A Teoria Econômica do Desenvolvimento, apoiou-se na Biologia para explicar o fenômeno social do desenvolvimento segundo o conceito de transformação. Assim, para a Biologia, transformação de um organismo vivo significa passar de um estágio inicial e provisório, para um estágio superior e definitivo, conquanto na Teoria do Desenvolvimento Econômico, o conceito de desenvolvimento econômico significa “transformação”, isto é, a mudança decorrente de uma economia arcaica para uma economia moderna.

Entende-se também esta mudança como resultante de uma economia predominantemente agrícola, para uma economia moderna, ou seja, industrializada. Assim, o desenvolvimento econômico seria um processo capaz de transformar uma economia de base primária, para uma economia comandada pelo setor secundário, ou seja, pela indústria. Comparando a distribuição do Produto Nacional entre três setores, em treze países em diferentes períodos compreendidos entre os anos de 1770 até 1962, Kuznets (1983) concluirá que:

> Embora a tendência declinante na participação do setor agrícola e a tendência ascendente do setor industrial sejam proeminentes e afetem todos os países salvo a Austrália, os movimentos na participação do setor serviços não são nem pronunciados nem coerentes, entre países ou entre longos subperíodos. [...]. Pode-se consequentemente concluir que, de maneira geral, a tendência declinante na participação do setor agrícola foi contrabalançada pela tendência ascendente na participação do setor industrial – não deixando nenhuma tendência pronunciada na participação do restante do setor serviços no produto total (KUZNETS, 1983, p.67).

Assim, considerando o fato de que o crescimento econômico moderno, por conseguinte, o desenvolvimento econômico, estaria sob o comando do seu centro dinâmico, a indústria, transitar do subdesenvolvimento (economia arcaica), para o desenvolvimento (economia moderna) significava promover/estimular a industrialização.

Aliás, tanto para a América Latina como também para o Brasil, romper com o seu atraso secular e o seu subdesenvolvimento, significava modernizar a economia, isto é, industrializar-se.

Entretanto, no caso brasileiro, a estratégia de promover a industrialização do país, produziu vários efeitos positivos como por exemplo, alterou substancialmente a divisão social do trabalho, engendrou mudanças na estrutura social com o surgimento de novas categorias profissionais, promoveu mudança na composição setorial do produto total da economia, reduziu a dependência das importações e, gradativamente promoveu alterações na estrutura industrial. Entretanto, simultaneamente, provocou outra ordem de problemas, tal como a evasão da área rural e um acelerado processo de urbanização.

> Os últimos dados censitários estão revelando que continua de forma intensa, a migração rural-urbana em quase todos os países da América Latina. As grandes tensões sociais, que se supunha existirem no campo, estão sendo aparentemente levadas pelos migrantes às cidades. A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc. – se multiplicam (SINGER, 1999, p.63)

Aliás, a industrialização provocou também, entre outros efeitos, a concentração da população na área urbana, principalmente nas áreas metropolitanas e a produção industrial ficou concentrada nas regiões Sudeste-Sul, especialmente no eixo Rio-São Paulo.

> A indústria de transformação é a atividade urbana por excelência, A técnica industrial moderna requer o uso de equipamentos muito grandes, cuja movimentação exige enorme quantidade de braços. Para produzir barato é preciso produzir em massa. Isso faz com que não apenas as fabricas sejam de amplas dimensões, mas também que muitas delas – que exercem atividades complementares – se agrupem na mesma área [...]. Estas tendências à aglomeração industrial, que acarretam o surgimento e a expansão de núcleos urbanos, se explicam basicamente pela necessidade de economizar custos de transporte (SINGER, 1999, p.139 – 140).

De acordo com as estatísticas populacionais do IBGE – Resultados Preliminares do Recenseamento Geral de 1960 - , de um total de 13.236.642 habitantes residentes nos municípios das capitais, 3.825.351 residiam em São Paulo (28,9%), 3.307.163 (24,9%) no Rio de Janeiro, enquanto em Recife, Salvador e Belo Horizonte, somavam juntos (16,2%) isto é, em apenas cinco municípios das capitais estava concentrada o equivalente a 70% da população residente naquelas áreas.

Por sua vez, a produção industrial – medida pelo Valor da Transformação Industrial (VTI) – também estava fortemente concentrada, tendo em vista que apenas seis estados da federação; a saber: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, respondiam juntos por 91,1% do total do VTI, somente Rio de Janeiro e Guanabara (17,18%) e o estado de São Paulo (58,09%), detinham o equivalente a 75,27% do VTI nacional no ano de 19661.

> A industrialização brasileira teve suas raízes no processo de acumulação do complexo cafeeiro capitalista do oeste paulista nas décadas de 1870 a 1920. Com o crash de 1929, houve uma ruptura no modelo primário-exportador, e a mudança do centro dinâmico para o mercado interno, que puxado pela manufatura, teve forte concentração industrial em São Paulo. Com a aceleração do ritmo da industrialização, por meio do Plano de Metas [...], os desequilíbrios regionais tenderam à acentuação, ao mesmo tempo em que se observava a integração do mercado nacional com hegemonia paulista (SAMPAIO, 2017, p.369).

Naquele mesmo ano, outros estados do Norte-Nordeste – com maior destaque – respondiam por apenas 5,37% do VTI corroborando assim quão concentrada era a produção industrial no pais1.

---

[1] Entre os estados do Norte-Nordeste deste podemos destacar Acre, Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia.

Entretanto, a partir de 1970 em diante, iniciou-se um processo de descontração regional da produção industrial, fomentado inclusive pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que, entre outros objetivos, enfatizara também a atenuação das disparidades regionais.

> [...], no decorrer do século XX, quando a base industrial do país melhorou, houve uma mudança na concentração industrial, período no qual as ilhas começaram a se articular entre si. Especificadamente, dos anos 1920 a 1970 a literatura indica uma grande concentração industrial, sobretudo no estado de São Paulo. A partir daí descreve-se o início de uma desconcentração. [...], se observa um aumento significativo no número de empregados quando considerado 1985 para 2011 em quase todos os estados (SCOLIMOSKI, RAIHER, 2014, p.145).

Houve de fato maior espraiamento da produção industrial, tanto que os estados que mais perderam participação no VTI, foram o Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente a sua área metropolitana.

Tabela 1: Grandes regiões, participação no VTI (em%) – anos diversos

Região	1949	1959	1970	1980	1985	1996	2000
Norte	0,7	0,9	0,8	2,4	2,5	4,2	4,2
Nordeste	9,1	6,9	5,7	8,1	8,6	7,3	8,5
Sudeste	76,5	79,3	80,7	72,6	70,8	68,5	65,6
São Paulo	48,9	55,6	58,2	53,4	51,9	50,9	47,2
Sul	13,2	12,3	12	15,8	16,7	17,8	19,4
Centro-Oeste	0,5	0,6	0,8	1,1	1,4	2,2	2,2
Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Norte	5,2	5,6	5,5	5,3	5,2	4,9	4,7
Nordeste	8,9	9,8	9,5	9,6	9,4	9,5	9,6
Sudeste	62,8	62,1	61,7	61,2	59,8	60,1	59,5
São Paulo	43,6	42,8	42,5	41,4	41,6	40,8	40,8
Sul	19,3	19,1	19,9	20,1	20,9	20,7	21,4
Centro-Oeste	3,9	3,5	3,5	3,8	4,7	4,8	4,9

Fonte: Scolimoski e Raiher (2014)

Concomitante à desconcentração da produção industrial, ocorreu também maior dispersão dos empregos na indústria entre os estados.

> [...] no decorrer desses vinte e cinco anos as demais regiões brasileiras apresentaram um crescimento expressivo quanto à geração de emprego na indústria, elevando a sua participação, acenando para uma desconcentração industrial ao longo país (SCOLIMOSKI, RAILHER, 2014, p.145)

Mesmo assim, convém assinalar que:

> A concentração da atividade produtiva na região Sudeste não se restringe à produção industrial, uma que ela entende aos demais setores. As bases de sustentação das desigualdades regionais se apoiam nas disparidades de infraestrutura básica, infraestrutura logística e infraestrutura do sistema educacional. Mesmo na década de 1970, quando teve início um lento processo de desconcentração industrial, ele ocorreu seletivamente, posto que os setores mais dinâmicos e de maior conteúdo tecnológico permaneceram concentrados no centro dinâmico da economia nacional (...), influenciado o PIB e a renda per capita, assim como a participação dos entes federativos na arrecadação tributária. (POCHMANN, CAETANO da SILVA, 2020, p.4).

Por estes motivos, entre outros também importantes, admite-se que o PIB, o PIB per capita, as exportações e a distribuição regional da arrecadação tributária, continuam configurando recorrente desigualdade regional.

Acrescenta-se ainda em relação ao crescimento econômico moderno, que outras mudanças devem ocorrer, tais como: na estrutura econômica; na estrutura industrial; na composição na

demanda agregada; na distribuição dos gastos de consumo e no comercio exterior (KUZNETS, 1983)2

No que diz respeito ao comercio exterior, cabe-nos assinalar que, com a industrialização, a composição das exportações brasileiras sofrera substancial mudança em virtude do declínio dos produtos básicos e da ascensão dos produtos semi e manufaturados. Contudo, a partir do início do novo século o setor externo da economia brasileira sofreria inflexão.

> O Brasil foi um dos países que mais se beneficiou do boom de preço das commidities observado nos anos 2000. Os setores primários aumentaram gradativamente sua participação na cesta de exportações brasileira e, por isso, a indústria não relacionada aos produtos primários tem encontrado dificuldade de manter sua participação no total das exportações. [...], em que se observa que os setores de baixa, média e alta tecnologia regrediram ou estagnaram desde as últimas décadas (ALENCAR; FREITAS (et al), 2018, p.259).

Os supracitados autores enfatizam a necessidade dos países promoverem mudanças na sua estrutura produtiva, de modo que sejam capazes de produzir bens mais sofisticados de maior valor agregado o que contribuiria decisivamente para que estes países alcançassem o seu próprio desenvolvimento, pois:

> [...], uma economia é desenvolvida quando possui um grande número de capacidades produtivas, que por sua vez permitem que essa economia produza um grande número de bens de elevada complexidade (ALENCAR; FREITAS [et.al], 2018, p.248).

Estes autores, elaboraram sob o título de "Complexidade Econômica e Desenvolvimento" estudo em quatro países da América Latina, quais sejam: Argentina, Brasil, Chile e México, concluindo que:

> [...] apesar dos importantes ganhos de diversificação [...], sobretudo no caso do Brasil, os países não foram capazes de superar o subdesenvolvimento econômico. Mais do que isso, nota-se que em todos os países reduziu-se o ritmo de mudança estrutural a partir da década de 1990. Tais constatações [...] indicam que a mudança estrutural das econômicas estudadas estagnou ou retrocedeu a partir dos anos 2000, em grande medida em função do boom das commodities (ALENCAR, FREITAS [et.al], 2018, p.270).

Não resta dúvida que o movimento de expansão da demanda e dos preços internacionais das commodities (agrícolas e minerais), tenha contribuído decisivamente para a reversão que ocorreu na composição das exportações brasileiras em virtude do aumento da participação dos produtos básicos e, da consequente redução da participação dos produtos manufaturados.

Apesar da pouca predisposição do empresário industrial brasileiro a realizar investimento em inovação – o que acaba reduzindo e comprometendo a competitividade da indústria e das exportações de produtos industrializados do país -, outros fatores, tal como as variações da renda, também podem ter contribuído para alterar a elasticidade-renda da demanda por produtos industriais, mesmo porque

> [...] na formulação pioneira de Clark (1957), países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primário no PIB, mas, à medida que alcançam níveis médios de renda per capita, essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda per capita, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços. (NASSIF, 2006, p.9)

No caso do Brasil, a redução da participação da indústria de transformação no PIB colide com o aumento da participação dos serviços, fenômeno nominado de terciarização da economia,

[2] Para uma análise mais detalhada ver "Estrutura Econômica e Social dos Países Subdesenvolvidos (KUZNETS, 1983, Cap.8).

porém, a aparente desindustrialização, além da influência do tripé câmbio-juros-tributos, entre outros motivos, teria ocorrido antes do país alcançar o nível de renda de US$ 12.000, conforme estipulado pela literatura econômica.

3. Procedimentos Metodológicos

O artigo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica baseado em livros e artigos acadêmicos, como também, recorreu-se ao emprego de um conjunto seleto de indicadores econômicos obtidos em sítios oficiais nacionais e internacionais.

Para compor a argumentação teórica contamos com a contribuição de vários autores. Para explicar as tendências do crescimento econômico moderno apoiamo-nos nas contribuições de Kuznets (1983).

O fenômeno da urbanização decorrente do processo de industrialização e o surgimento das aglomerações industriais nas cidades, foi analisado segundo a contribuição de Singer (1999).

A questão relacionada a acentuada concentração industrial e a manifestação dos desequilíbrios regionais, baseou-se na argumentação de Sampaio (2017). Na sequência, argumentou-se a respeito da desconcentração industrial segundo a contribuição de Scolimoski e Raiher (2014).

Além disto, pela sua natureza entendemos que o presente artigo caracteriza-se como sendo uma pesquisa quantitativa.

> A pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar um conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis. [...]. As fontes secundárias de pesquisas são as mais utilizadas nas pesquisas quantitativas. De uma forma geral, podem-se considerar como fontes secundárias registros estatísticos, fontes documentais pessoais e documentos de comunicação em massa [...]. (LIMA, 2016, p.16-17)

Assim, as evidencias empíricas foram baseadas em fontes secundárias oficiais nacionais e estrangeiras que produzem dados estatísticos relacionados à caracterização do território, sobressaindo os dados demográficos, como também aqueles especificamente de caráter econômico.

Cabe-nos salientar, que tais evidencias não receberam nenhum tratamento estatístico, isto é, limitamo-nos a apenas examinar e interpretar os dados brutos.

O fenômeno do desenvolvimento foi analisado de acordo com uma visão especifica do arcabouço teórico da Ciência Econômica.

Em respeito ao problema da concentração da atividade produtiva e das desigualdades regionais, recorremos também à Pochmann e Caetano da Silva (2020)

A composição das exportações brasileiras e, a influência do boom de preço das commodities, além da importância da produção de bens de maior complexidade para o desenvolvimento econômico contou com a contribuição de Alencar, Freitas [et al, 2018]. Os mesmos autores, ainda deram importante contribuição ao constatarem em quatro países latino-americanos (inclusive o Brasil) sintomas de estagnação ou de retrocesso no ritmo das mudanças estruturais. Para explicar o problema da redução da participação da indústria de transformação no PIB no Brasil, segunda as variações da renda e, por conseguinte a demanda, baseamo-nos nas explicações elaboradas por Nassif (2006).

Por sua vez, além da pesquisa bibliográfica admitimos que, quanto ao nível da pesquisa, esta se enquadra no tipo descritiva.

> As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis [...]. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 1995, P.39).

Além disso, pela sua natureza, entendemos que o presente artigo caracteriza-se como sendo uma pesquisa quantitativa.

> A pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar um conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis. [...]. As fontes secundárias de pesquisa são as mais utilizadas nas pesquisas quantitativas. De uma forma geral, podem-se considerar como fontes secundarias registros estatísticos, fontes documentais pessoais e documentos de comunicação em massa [...] (LIMA, 2016, p. 16-17).

Assim, as evidencias empíricas foram baseadas em fontes secundarias oficiais nacionais e estrangeiras que produzem dados estatísticos relacionados à caracterização do território, sobressaindo os dados demográficos, como também aqueles especificamente de caráter econômico.

Cabe-nos salientar, que tais evidencias não receberam nenhum tratamento estatístico, isto é, limitamo-nos a apenas examinar e interpretar os dados brutos.

O fenômeno do desenvolvimento foi analisado de acordo com uma visão especifica do arcabouço teórico da Ciência Econômica.

4. Apresentação e análise dos dados

Um dos traços mais marcantes do desenvolvimento econômico brasileiro, está relacionado aos desequilíbrios regionais, notadamente quando examinamos determinados aspectos da atividade industrial entre as grandes regiões da federação brasileira.

Tabela 1: Brasil e Grande Região, indústria segundo número de unidades locais, pessoal ocupado e VTI – 2007 e 2020

BRASIL E GRANDE REGIÃO	Ano x Variável					
	2007			2020		
	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em31/12 (Pessoas)	Valor da transformação industrial (Mil Reais)	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	Valor da transformação industrial (Mil Reais)
BRASIL	172.680	6.981.574	594.411.410	181.689	7.196.133	1.513.776.484
NORTE	5.132	250.537	35.562.324	4.562	255.082	141.534.606
NORDESTE	18.624	886.073	56.918.926	22.697	919.108	143.068.844
SUDESTE	91.603	3.745.793	371.529.697	87.580	3.599.941	851.552.884
SUL	47.403	1.767.118	109.610.634	54.570	1.967.416	282.848.766
CENTRO-OESTE	9.919	332.054	20.789.830	12.280	454.586	94.771.384

FONTE: IBGE- Pesquisa Industrial Anual – Empresa, Elaboração dos autores

Apesar da desconcentração industrial iniciada nos anos 1970, do intenso processo de reestruturação produtiva colocado em curso na segunda metade da década de 1990 e, da guerra fiscal travada em os estados da federação brasileira, ainda assim, constata-se significativo desequilíbrio entre as grandes regiões do país. Basta verificar que somente as regiões Sudeste-Sul respondiam respectivamente em 2007 e 2020 por: a) 80,4% e 78,2% do número de unidades locais; b) 78,9% e 77,4% do total do pessoal ocupado; c) 80,9% e 74,9% do Valor da Transformação Industrial (VTI). Somente a região Sudeste – em respeito aquelas mesmas três variáveis – detinha participação relativa entre 48% e 56%.

É oportuno informar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ainda que, com percentuais menores, aumentaram suas respectivas participações no total de unidades locais de 19,5% para 21,8%, no total de pessoal ocupado de 21,0% para 22,6% e, em maior porcentagem no VTI, passando de 19,7% (2007), para 25,1% (2020).

Ainda assim, constata-se que a atividade industrial, principalmente no que diz respeito à indústria de transformação, continua geograficamente concentrada no eixo Sudeste-Sul.

Outro aspecto do desenvolvimento brasileiro que também reforça o seu caráter concentrador, está relacionado à distribuição geográfica da população, tendo em vista que sob a ação de diversos fatores, tais como: os ciclos econômicos, fluxos migratórios e imigratórios, êxodo rural,

urbanização desordenada provocada pelo processo de industrialização etc, a ocupação do território brasileiro foi também marcada pela descontinuidade e pela desigualdade.

Além disso, a industrialização do país concentrou-se no eixo Rio-São Paulo, nas áreas metropolitanas e nas cidades de médio porte, contribuindo sobremaneira para a ocorrência de desequilíbrios regionais e da difusão – nas capitais e cidades de médio porte mais dinâmicas – de vários problemas urbanos e sociais. Entre alguns destes, podemos citar: desemprego, favelização, drogadização, violência (criminalidade), alcoolismo, trafico de armas e de drogas, marginalização da população, sobretudo de baixa renda, poluição ambiental e sonora, incluindo também diversos problemas de saúde como doenças respiratórias, cardiovasculares, além de sintomas graves provenientes do ritmo agitado da vida nos grandes centros urbanos, stress, angustia, solidão, medo etc, os quais, prejudicam seriamente a qualidade de vida e, consequentemente o próprio desenvolvimento, principalmente, nas suas dimensões social, urbana e ambiental, contribuindo também para a deterioração das condições de vida.

Estes problemas já se manifestavam na década de 1970, principalmente na área metropolitana de São Paulo (RATTNER, 1979).

Tabela 2 – Número de municípios e população nos censos demográficos por tamanho da população

Classes de tamanho da população - total				
	Variação x Ano			
	Número de municípios Unidades)		População nos municípios (Pessoas)	
BRASIL E GRANDE REGIÃO	1950	2010	1950	2010
BRASIL	1.889	5.565	51.784.325	190.755.799
NORTE	113	449	2.048.696	15.864.454
NORDESTE	609	1.794	17.973.413	53.081.950
SUDESTE	845	1.668	22.388.422	80.364.410
SUL	224	1.188	7.840.870	27.386.891
CENTRO-OESTE	98	466	1.532.924	14.058.094

FONTE: IBGE – Censo Demográfico, Elaboração dos autores

Quase que 70% da população residente nos municípios brasileiros estaria concentrada nas regiões Nordeste – Sudeste, as quais, em conjunto, respondiam por mais de 60% do total de municípios. Por sua vez, as regiões Sudeste-Sul participavam em 2010 com 51,3% do total de municípios em com 56% da população residente nos municípios. Embora os números não estejam atualizados, segundo o Instituto do Trabalho e Sociedade (IETS), 2014, existiam no Brasil mais de 27 milhões de pessoas em situação de pobreza, das quais, 11,6 milhões, isto é, 43% aproximadamente residiam na região Nordeste e, 9,5 milhões, ou seja, 35% residiam na região mais rica do país, no Sudeste. Enfim, as regiões Nordeste e Sudeste, juntas, respondiam por 62,2% do total de municípios existentes no país (2010), por 69,9% da população total residente nos municípios e, ainda detinham no ano de 2014 o equivalente a 78,5% do total de pessoas em situação de pobreza no país.

Por sua vez, não bastasse o aumento imoderado do número de municípios existentes no país, mais de 70% do total é constituído por localidades entre 2.000 pessoas até de 10.001 a 20.000 pessoas, isto é, municípios de pequeno porte. Na sua maioria, estes mesmos municípios, dependem para sua própria sobrevivência, em significativa porcentagem das retransferências de recursos financeiros da União e dos governos estaduais.

Além disso, convém (re)lembrar que a Constituição de 1998 atribuiu maiores responsabilidades aos governos estaduais e municípios, contudo, o maior volume de recursos financeiros ficou concentrado no governo geral.

Grafico1: Evolução da receita por esfera de governo (em % do PIB): 2010 – 2021

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional (STN): Estatísticas Fiscais do Governo Geral – 2. Trim. De 2022 (17/10/2022)

Com base no ano de 2021, verifica-se que o governo geral e o governo central apropriavam-se de 70,3% dos recursos financeiros, os governos estaduais detinham somente 13,4% do total da receita e, os governos municipais recebiam tão somente parcos 9,9%. Além disto, ao longo dos últimos doze anos (2010-2021) a receita dos governos estaduais e municipais praticamente não se alterou.

> A desconcentração de recursos em direção à municipalidade nas duas últimas décadas foi tímida e não acompanhou as responsabilidades crescentes que as prefeituras assumiram – nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança e transporte – e que avançaram, forçosamente em campos atribuídos a outros níveis de governos. [..]. Na assistência social, amplia-se a atuação desses entes subnacionais, uma vez que, desde a crise econômica iniciada em 2015, o desemprego tem se mantido em níveis elevados, resultando em graves questões sociais, principalmente no que se refere à população em situação de rua e pessoas sem habitação ou com moradias precárias e vivenciando a violência doméstica (Aeguus Consultoria, 2021, p.10).

Diante disto, admite-se que – salvo casos excepcionais – deva existir um descompasso entre as demandas sociais e a capacidade de ofertar serviços públicos essenciais das administrações municipais, além do que, a promoção do desenvolvimento local passou a ser incluída na agenda dos governos locais, ou seja, a Constituição de 1998 apenas delegou maiores responsabilidades aos governos estaduais e municipais.

É importante acrescentar que com o advento da globalização e da Terceira Revolução Industrial, significativas mudanças de caráter macro e microeconômicas acabaram exercendo algum impacto nas diferentes escalas territoriais.

O novo padrão de acumulação, a globalização, associado à Terceira Revolução Industrial e, apoiado pela corrente neoliberal, engendrou diversas mudanças nas economias nacionais, sobretudo nos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, a inflação crônica da década de 1980 foi erradicada e substituída pela estabilidade monetária, a margem de manobra das três esferas de poder fora limitada e monitorada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, a excessiva proteção concedida à indústria nacional na década de 1980 fora removida e, em seu lugar, o governo federal adotou medidas suscetíveis de promover a modernização da estrutura produtiva, principalmente da indústria nacional.

Entre outras medidas destacamos a redução das alíquotas de importação e a política de valorização cambial, as quais, em conjunto, acabaram expondo a indústria nacional a uma

concorrência mais acirrada com outros países – sobretudo com aqueles tecnologicamente mais avançados – além do que, a forte apreciação cambial (R$|US$) encareceu as exportações e barateou as importações. Assim, entre os anos de 1995 – 2000 a balança comercial brasileira acumulou sucessivos déficits, enquanto a indústria de transformação caminhava progressivamente para a sua redução de participação no PIB nacional.

Tabela 3: Distribuição do Valor Adicionado por Atividade Econômica (%) em países selecionados: 1995 e 2020.

País/Atividades	Brasil		China		República Coréia	
	1995	2020	1995	2020	1995	020
Agricultura	5,5	6,5	19,8	8,0	27,6	2,4
Industria	26,0	20,8	46,9	38,0	42,0	3,8
Serviços	68,5	72,7	33,3	54,0	30,3	3,8

FONTE: United Nations Statistical Division (UNSD), Elaboração dos autores

No Brasil, a partir da década de 1990 em diante, constata-se uma significativa inflexão na estrutura de oferta, tendo em vista que, enquanto a indústria reduzia sua participação na estrutura do valor adicionado, em sentido oposto, o setor de serviços aumentava. A indústria manufatureira teve sua participação no VA ainda mais reduzida, pois passou a responder por apenas 11,5% em 2020. Ademais, comparativamente à China e a República Popular Democrática da Coréia, a participação reduzida da indústria de transformação no total do VA brasileiro, estaria sinalizando a ocorrência de um provável processo de desindustrialização precoce.

Esta mudança que ocorrera na estrutura produtiva do país pode ser explicada através da confluência de vários fatores, destacando entre estes, as variações da renda e sua respectiva influencia na estrutura de consumo.

Fazendo menção ao economista norte-americano H. B. Chenery em seu artigo publicado pela American Economic Review (1960) intitula “Patterrns if Industrial Growth” Furtado (2000), explicava como Chenery relacionara o crescimento da renda per capita com o crescimento da manufatura, ou, o que fora nominado como coeficiente de elasticidade – renda do crescimento do setor de manufatura (Furtado, 2000). Esta mesma relação ou, coeficiente de elasticidade-renda seria obtida através:

Y/V, $\Delta V/\Delta Y$ em que:

ΔV: Variação do Valor Adicionado e ΔY: Variação do PIB per capita

Assim, calculamos a mesma relação para outras atividades econômicas entre os anos de 2000 e 2020

Tabela 4: Valor Adicionado Bruto segundo atividades econômicas selecionadas e PIB per capita: 2000 e 2020.

Atividades	Valor Adicionado Bruto1		Variação (%)
	2000	2020	2020/2000
Agropecuária	56.962	434.621	7,63
Ind.Extrativas	14.227	193.615	13,61
Ind.Transform.	157.497	813.689	5,17
Comércio	83.631	825.346	9,87
Serviços	614.862	3.850.633	6,26
PIB per Capita2	6.901	35.936	5,21

FONTE: IBGE – Sistema de Contas Nacionais (SCN), Elaboração dos autores
1.VAB (preços corrente (1.000.000 R$)
2. Valores Correntes (em R$)

Os coeficientes de elasticidade-renda obtidos foram:

Agropecuária	1,46
Ind. Extrativas	2,61
Ind. Transformação	0,99
Comércio	1,89
Serviços	1,19

Em resumo, Chenery, segundo artigo anteriormente mencionado observara que:

> An increase in per capita income in a country in normaly accompanied by a rise in the share of industrial ouput. The accepted explanation for this relationship is the change in the composition of demand, of which the decline in the share of food (Engel's Law) is the most no table feature. However, this over-all relation ship does not necessarily apply to every individual country (CHENERY,1960).3

A agropecuária e as indústrias extrativas computavam valores acima da IT e dos serviços, indicando provavelmente, que tal ocorrência deva em boa medida ter sido decorrente do aumento da demanda e dos preços internacionais das comodities agrícolas e minerais. Já nos casos do baixo coeficiente da IT e do elevado coeficiente do comercio, admitimos como fator importante, porém, não determinante, as variações da renda.

Entre outros motivos, tais como o emprego das novas ferramentas de gestão, novas formas de organização do trabalho, tecnologias mais avançadas, mudanças na composição do consumo devido variações da renda per capita, produtividade, etc, de alguma forma contribuíram para que ocorresse mudança na estrutura das atividades econômicas e, por consequência nas ocupações formais.

Tabela 5: Brasil, distribuição das ocupações segundo grupos de atividades (em 5): 2000 e 2020

Atividades Econômica	Ocupações (em %)	
	2000	2020
Agropecuária	21,24	12,65
Ind.Extrativas	0,24	0,21
Ind.Transform.	10,52	10,64
Construção	7,08	7,10
Comércio	17,37	17,74
Serviços	42,86	50,89
PIB per Capita	99,31*	99,23*

FONTE: IBGE (Sistema de Contas Nacionais), Elaboração dos autores.

*A diferença para 100% refere-se a outras atividades econômicas.

Outro importante indicador econômico capaz de retratar o desempenho do setor externo da economia de um país, está diretamente relacionado com a composição das suas exportações por fator agregado.

Tabela 6: Exportações Brasileiras por Fator Agregado (em %): 1940 – 2020

Anos	Básicos	Semimanufat.	Manufaturados
1940	83,4	14,0	2,6
1950	91,1	7,7	1,2
1960	85,8	11,6	2,6
1970	74,8	9,1	15,2
1980	42,2	11,7	44,8
1990	27,8	16,3	54,2
2000	22,8	15,4	59,0
2010	46,0	14,0	40,0
2020	57,0	14,0	29,0

FONTE: MDIC/BACEN, Elaboração dos autores

Um aumento na renda per capita em um país é normalmente acompanhado por um aumento na participação da produção industrial. A explicação aceita para essa relação e a mudança na composição da demanda, da qual o declínio na parcela de alimentos (Lei de Engel) é a característica mais notável. No entanto, esta relação global não se aplica necessariamente a todos os países individualmente.

Entre os anos de 1940 a 1970, as exportações brasileiras, basicamente constituíam-se de alguns poucos produtos básicos sobressaindo o café. Um dos graves problemas da economia do pais no citado período – que já se estendia por mais de quatro séculos – era sua fragilidade externa, pois além das suas exportações estarem concentradas em alguns poucos produtos básicos, cujos preços no mercado oscilavam mais que os dos produtos manufaturados, a economia do país era comandada de fora para dentro, razão pela qual, para romper com esta situação o governo brasileiro adotou como estratégia para promover o seu desenvolvimento a Industrialização Substitutiva de Importações (ISI).4

Com sua industrialização, a pauta de produtos exportados passou a ser liderada – entre os anos de 1970 até antes de 2020 – pelos produtos manufaturados, contudo, a partir da segunda metade de 2000 em diante, impulsionados pela demanda externa e pela elevação de preços, os produtos básicos voltaram a ampliar a sua participação no total das exportações do país.

Importante frisar, porém, que apesar de diferenças entre os governos na tentativa de promover a indústria nacional e um novo modelo de desenvolvimento, o país não conseguiu de maneira efetiva transformar sua pauta exportadora. A isenção do país ainda se dá por meio, principalmente, da exportação de produtos primários ou commodities, o que coloca o país em relevante dependência dos preços externos e oscilações do mercado internacional, sem prejuízo ainda da extensa dominância do investimento estrangeiro no mercado financeiro, ao invés do investimento produtivo (MACHADO, MOREIRA Jr, 2016, p.155).

Aliás, em seu “Estudo económico de América Latina”, Prebish (1949), alertara para o fato de que um dos motivos que explicavam a situação de atraso e subdesenvolvimento da “América Latina” residia na tendência por ele constatada de que as relações comerciais do continente com outros países configuravam certa deterioração dos termos de troca. Por sua vez, além das exportações brasileiras estarem concentradas em commodities, a composição da pauta exportadora de produtos industrializados por intensidade tecnológica é dominada por tens de baixa e média-baixa tecnologia. A situação é ainda mais agravante, quando se examina a distribuição das exportações por intensidade tecnológica entre as grandes regiões da federação brasileira.

A distribuição relativa dessas exportações (...) é bastante desigual, com poucos espaços sendo responsáveis por boa parte da inserção internacional do país. Um exemplo é São Paulo, que sozinho detinha em 2009-2012 a maior fatia dessa inserção: 76% das exportações da alta tecnologia; 51% da media alta; 9% da média baixa e 33% da baixa tecnologia (AHUAJI FILHO; RAIHER, 2018, p.161).

Tabela 7 – Participação Relativa das Exportações por Intensidade Tecnológica (%)

	Alta		Média		Média Baixa		Baixa		Prod. Não Ind.	
Região	a)	b)	a)	b)	a)	b)	a)	b)	a)	b)
NORTE	0,93	3,05	0,91	4,99	11,64	14,57	3,82	2,24	4,84	4,83
NORDESTE	1,96	0,96	6,89	7,66	10,32	6,27	10,26	2,60	6,32	5,98
SUDESTE	5,72	12,04	13,19	23,10	5,20	4,62	43,73	9,09	3,27	2,12
SUL	91,37	83,86	78,99	63,90	72,01	72,77	39,70	3,84	6,30	9,50
CENTRO-OESTE	0,01	0,1	0	0,32	0,83	1,77	2,49	2,22	9,28	7,57

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério do desenvolvimento, indústria e comercio exterior (Brasil 2014)

[4] Para uma visão mais aprofundada relacionada aos problemas de subdesenvolvimento da América Latina consultar: Estudo de América Latina (1949) publicado em “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL” ver em referências.

Nota: (a) Período de 1989 a 1992 em valores médios (US$ FOB); (b) Período de 2009 a 2012 em valores médios (US$ FOB)

Mesmo porque, constatou-se a desigual participação das exportações brasileiras por intensidade tecnológica entre as grandes regiões da federação, tendo em vista a acentuada concentração nas regiões Sul-Sudeste dos produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica, revelando assim, mais uma face da desigualdade e da concentração do desenvolvimento econômico do país.

5 Considerações Finais

Considerando o fato de que o desenvolvimento econômico é também compreendido como um processo capaz de promover a homogeneização do espaço econômico, entendemos, que diante da existência de significativos desequilíbrios regionais e setoriais, entre outros, muito ainda há por se fazer, para ao menos tornar o espaço econômico menos desigual no país.

Sendo assim, sob a ação do mercado muito dificilmente tais desequilíbrios tenderiam a se reduzir, razão rela qual, admite-se que somente o Estado, através de uma efetiva Politica Pública de Desenvolvimento Regional seria capaz de mitiga-los.

Além do mais, deve-se salientar que o desenvolvimento é um fenômeno abrangente e complexo, requerendo para compreende-lo uma abordagem também mais ampla e complexo, tal como a interdisciplinar, a multidisciplinar / transdisciplinar.

Cientes desta afirmação, devemos, no entanto, assinalar, que neste artigo optamos por abordar determinados aspectos do desenvolvimento brasileiro, tão somente na perspectiva da economia.

Diante disto, pudemos verificar que tanto aspectos setoriais como regionais, corroboram a existência de desequilíbrios que ainda persistem e caracterizam o desenvolvimento econômico brasileiro.

Apesar de termos selecionados para analisar alguns poucos aspectos do desenvolvimento econômico do país, mesmo assim, os mesmos revelaram tanto a existência de acentuados desequilíbrios, como também o seu caráter concentrador.

Cabe-nos assinalar que tais aspectos do nosso desenvolvimento econômico poderiam ser explicados não tão somente por problemas relacionados à Teoria do Desenvolvimento Econômico, pois, fatores diversos tais como formação histórica – organização econômica, social e política – influência dos ciclos econômicos, localização dos recursos naturais, dimensão geográfica, divisão política-administrativa; fluxos populacionais; política e planos de governos, entre outros, também exerceram influência.

Além do mais, não podemos concluir o fato, de que o desenvolvimento econômico do país, na perspectiva da sua modernização, isto é, da sua industrialização, ainda não completou um século, embora outros países alcançaram resultados bem diferentes.

Admitimos também que o desenvolvimento econômico do país tenha se submetido a um processo de construção (1930 – 1990) e a um outro processo de reestruturação (1990 em diante). No primeiro caso, a industrialização do país contara com maior e mais efetiva presença do Estado com proteção industrial, conquanto, no segundo momento, a reestruturação, baseou-se na abertura comercial e no receituário neoliberal.

Diante disto, a partir de então, o baixo crescimento econômico do país, fora entre outros motivos, decorrente da carga tributária elevada – cuja maior incidência se dá através dos impostos indiretos -, juros altos, câmbio apreciado, pouca predisposição do empresariado industrial à inovação, qualificação dos recursos humanos, baixo nível de investimento (FBCF), logística de transporte, etc.

Enfim, admitimos que, apesar de todo esforço dos governos e dos empresários industriais para modernizar a economia do país, tanto a indústria como o desenvolvimento econômico sofreram algum retrocesso.

Referências bibliográficas

KUZNETS, Simon Smith. Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão. Tradução de Benedicto de Carvalho – São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os economistas).

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. – 14. ed. rev. – São Paulo: Contexto, 1999.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Desindustrialização e Desenvolvimento Regional no Brasil (1985-2015). In: Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Aristides Monteiro Neto, Cesar N. de Castro, Carlos A. Brandão (orgs). – Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SCOLIMOSKI, Patrícia; RAIHER, A. Pelinski. Descentralização e Desenvolvimento da Indústria Brasileira nos anos de 1985 e 2011. – Salvador, BA: RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XVI, n. 30, Dezembro de 2014.

POCHMANN, Márcio; CAETANO da Silva, Luciana. Concentração Espacial da Produção e Desigualdades Sociais. – Rio de Janeiro: Revista Brasileira dos Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) – UFRJ, V.22,E202004,2020.
https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbur.202004

ALENCAR, Júlia F.L, FREITAS, Elton, ROMERO, João P; BRITTO, Gustavo. Complexidade Econômica e Desenvolvimento – São Paulo: Novos Estudos: CEBRAP, V.37, n02, MAI.-AGO.2018.
http://dx.doi.org/10.25091/50101330020180002005

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? – Rio de Janeiro: BNDES, Texto para Discussão n. 108, Julho – 2006
https://web.bndes,gov.br/bib/jspuilhandle/1408/13735

GIL, Antonio Carlos. Técnicas de Pesquisa em Economia. – 2.ed.- São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Márcia. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. – São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.
https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php id = 2649781

IBGE – Instituto Brasileira de Geografia e Estatísticas: Censo Demográfico.

Evolução da Receita por esfera de governo: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Estatísticas Fiscais do Governo Geral.
cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internas/apex/produção/sistemas/thot/arquivos/publi..

Anuário Multicidades – Finanças dos Municípios do Brasil / Publicação da Frente Nacional de Prefeitos – Vitória, ES: Aeguus Consultoria, V.16, 2021
Aeguus.com.br/anuários/multicidades_2021.pdf

UNSD – United Nations Statistical Divison
https://unstats.un.org/unsd/snaama/basic

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Sistema de Contas Nacionais (SCN).

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHENERY, Hellis B. “Patterns of Industrial Growth”. The American Economic Review, vol. 50, n.4. 1960.
https://www.jstor.org/stable/1812463 Acessed 23 Dec. 2022.

MDIC/BACEN: Ministério do Desenvolvimento da Industria e do Comercio Exterior e Banco Central do Brasil.

MACHADO, Caio Cézar Pedrollo; MOREIRA Jr, Hermes. Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo: Política Industrial e Inserção Internacional nos Governos FHC e LULA. In: Temas de desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul. Lisanda Pereira Lamoso(org.) – Curitiba: Ithala, 2016.

AHUAJI FILHO, Marco A. Sigismondi; RAIHER A. Pelinski. Exportações por Intensidade Tecnológica dos Estados Brasileiros e sua Importância no Crescimento Econômico. – Porto Alegre: Análise Econômica, V.36, n.69, mar.2018.
https://seer.ufras.br/index.php/AnaliseEconomica/artiche/view/58978

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Socidade

O FENÔMENO DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E SEUS EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM ESTUDO ACERCA DA GUARDA DO ANIMAL DOMÉSTICO

THE PHENOMENON OF THE MULTIESPECIES FAMILY AND ITS EFFECTS ON THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM: A STUDY ON DOMESTIC ANIMAL GUARDING

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

CANELA, Kelly Cristina
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca (FCHS/Unesp)
Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestra em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da FCHS/Unesp – Campus de Franca
kellyccanela@gmail.com

OLIVEIRA, Natália Mota
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca (FCHS/Unesp)
Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp com bolsa CAPES/DS. Graduada em Direito pela Universidade de Franca. Advogada.
natalia.mota@unesp.br

LENTE, Tainá Fagundes
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca (FCHS/Unesp)
Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp com bolsa CAPES/DS. Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Frutal. Advogada.
taina.lente.fagundes@gmail.com

Resumo

As relações e núcleos familiares foram, por muito tempo, reconhecidos pelo casamento e consanguinidade. Ocorre, porém, que o Direito de Família Contemporâneo tem se fundamentado principalmente na afetividade, no sentimento de afeto que vincula as pessoas, desencadeando o surgimento e reconhecimento de diversas formas de família, como é o caso da família monoparental, multiparental, homoafetiva e, mais recentemente, aquela denominada multiespécie. O presente trabalho terá como objeto de estudo a família multiespécie, formada pelos tutores e animais de estimação, e os efeitos que esta nova entidade familiar tem repercutido no ordenamento jurídico, interna e nacionalmente. Enquanto Portugal e Espanha já possuem legislação especial sobre o tema, o Brasil ainda está em processo de transformação normativa envolvendo o debate acerca da natureza jurídica dos animais domésticos, o impasse entre considerá-los meros objetos e, portanto, sujeitos às regras patrimoniais, ou seres sencientes, detentores de direitos, em conformidade à Declaração Universal dos Direitos dos Animais. A necessidade social emergente ocasionou a criação de projetos de lei visando não apenas o reconhecimento do núcleo família multiespécie, mas também a possibilidade de aplicação do instituto da guarda aos animais domésticos quando finda a relação conjugal de seus tutores, posicionamento que já vem sendo adotado por doutrinadores e pelo Poder Judiciário, analisando cada caso concreto. A pesquisa será desenvolvida pelo método dedutivo-bibliográfico.

Palavras-chave: família, animal doméstico, guarda.

Abstract

Family relationships and nuclei were, for a long time, recognized by marriage and consanguinity. It turns out, however, that Contemporary Family Law has been based mainly on affectivity, on the feeling of affection that binds people, triggering the emergence and recognition of

different forms of family, such as the single-parent, multi-parent, same-sex family and, more recently, the so-called multispecies. The present work will have as its object of study the multispecies family, formed by guardians and pets, and the effects that this new family entity has had on the legal system, internally and nationally. While Portugal and Spain already have special legislation on the subject, Brazil is still in the process of normative transformation involving the debate about the legal nature of domestic animals, the impasse between considering them mere objects and, therefore, subject to patrimonial rules, or sentient beings, holders of rights, in accordance with the Universal Declaration of Animal Rights. The emerging social need led to the creation of bills aiming not only at the recognition of the multispecies family nucleus, but also at the possibility of applying the guardianship institute to domestic animals when the marital relationship of their guardians ends, a position that has already been adopted by indoctrinators and the Judiciary, analyzing each specific case. The research will be developed using the deductive-bibliographic method.

Keywords: family, domestic animal, guard

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 226 que a família é a base da sociedade, entendendo-se como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, prevendo, inclusive, que o planejamento familiar é livre decisão do casal, fundamentado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável (BRASIL, 1988). Retira-se, dessa forma, que cabe somente ao casal determinar as bases do planejamento da entidade familiar da qual fazem parte, o que ensejou, de certo modo, o surgimento de diversas formas de família, baseadas não apenas na consanguinidade, como também nos laços afetivos existentes.

O desejo de fazer parte de um grupo familiar, amar e sentir-se amado resultou em diversas transformações sociais e doutrinárias baseadas na afetividade e desencadearam decisões inéditas do Poder Judiciário, como o reconhecimento da união estável, do casamento homoafetivo, da monoparentalidade, da multiparentalidade e, mais recentemente, o debate acerca da existência e reconhecimento da família multiespécie, núcleo formado por tutor e animal doméstico. A entidade familiar multiespécie, espécie de família eudemonista, é o objeto de estudo do presente artigo, no qual pretende-se, não apenas demonstrar a evolução e expansão do conceito de família, mas analisar como o instituto da guarda seria aplicado a esse respectivo núcleo familiar, baseando-se principalmente nas concepções acerca da natureza jurídica dos animais domésticos.

A pesquisa fundamenta-se no estudo dedutivo-bibliográfico e analisará a temática da seguinte forma: o primeiro capítulo do artigo abordará o conceito de família e como tem se expandido contemporaneamente até se transformar no que Calderón (2017, p. 139) denominou de vasto mosaico, no qual a família multiespécie está inclusa. O segundo capítulo será responsável por abordar a natureza jurídica dos animais domésticos, mormente no âmbito familiar, abordando o tratamento empregado pelos Código Civis de 1916 e 2002, bem como aquele trazido pela Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Por fim, o terceiro capítulo tratará do instituto da guarda e a possibilidade de aplicá-lo à família multiespécie quando ocorrer a dissolução da união dos tutores do animal doméstico.

1 FAMÍLIA: A EXPANSÃO DE SEU CONCEITO

A doutrina brasileira vem ampliando cada vez mais o conceito de família, abrangendo grupos familiares diversos, balizados pela afetividade. A evolução do direito de família e o englobar de diversas espécies de núcleos familiares se deve principalmente à aplicação do princípio da afetividade, seu grande balizador. Nas palavras de Calderón (2017, p.139). “um vasto mosaico de entidades familiares foi reconhecido, uniões livres (homo e heteroafetivas) e parentescos vincados apenas por laços afetivos passaram a ser vistos com maior dignidade’.

Atualmente, portanto, defende-se o posicionamento de que a família contemporânea não decorre apenas do casamento, sendo cada vez mais possível e admissível proceder e reconhecer uniões sem formalidades legais, baseadas na afetividade (Santos, 2018, p. 36. Apud. Rodrigues, 2018, p.113). Com base neste fundamento, tem-se o surgimento do núcleo familiar multiespécie, formado pelo vínculo afetivo entre seres humanos e não-humanos. O reconhecimento da família multiespécie, contudo, tem base doutrinária recente e nenhuma legislação especial apta a determinar suas características, efeitos e garantias.

Segundo leciona Carvalho (2017, p.35-36. Apud. Rodrigues, 2018, p. 23), o direito de família tem passado por grandes modificações na tentativa de acompanhar a evolução social.

Contudo, infelizmente, a legislação raramente consegue acompanhar as transformações da sociedade, especialmente na seara familista, marcada pelas raízes patriarcais do século passado. Desse modo, o ordenamento jurídico brasileiro permanece composto por lacunas legais que dependem do Poder Judiciário para serem solucionadas. A lacuna legal, entretanto, não significa que os conflitos envolvendo a matéria não eclodam na sociedade, implicando em certa incongruência entre as dinâmicas sociais e a legislação positivada. Tais conflitos normalmente tem o Poder Judiciário, a quem incumbe o poder-dever de aplicar o direito e solucionar os conflitos de interesses.

Nesse diapasão, vigorando o princípio da inafastabilidade da jurisidição e da vedação ao *non liquet,* por força dos artigos 140, do Código de Processo Civil, 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 e art. 4º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o magistrado, diante da lacuna, deve proceder à sua integração e preenchimento, no escopo de dar à lide uma solução jurisdicional.

> Art. 140, CPC: O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico;
> Art. 5º, XXXV, CF/88: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
> Art. 4º, LINDB: Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Ao fazê-lo, inequivocamente gera decisões judiciais inovadoras no âmbito do direito de família. Sob essa perspectiva, o Recurso Especial 1.713.167/SP, de 2018, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça trouxe importante contribuição para reflexão jurídica acerca do conceito de família multiespécie. Em seu voto, o relator externou que os animais domésticos são seres que possuem natureza jurídica especial e que, portanto, devem ter seus interesses e bem-estar levados em consideração e garantidos. Afirmou, ainda, que na dissolução da entidade familiar em que haja conflito sobre a destinação do *pet*, a resolução deve atender aos fins sociais, atentando-se à evolução da sociedade conjugal e objetivando a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o mascote.

2 A NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Indubitavelmente a relação humano-animal possui precedentes desde a antiguidade, fosse como matéria-prima ou força de trabalho, surgindo a ideia de domesticação a partir da segunda metade do século XX, principalmente devido às alterações sociais e econômicas iniciadas pelo surgimento dos grandes centros urbanos, nos quais a função de animal de guarda e caçador perdeu espaço para a função de companhia, especialmente nas classe médias e altas da sociedade (Rodrigues, 2018, p. 14). A mudança de posição dos animais nas famílias tem sido matéria de grande relevância jurídica e social em diferentes países, e embora o foco do trabalho não seja abordar cada uma das legislações internacionais sobre o tema, indiscutível que é relevante mencionar algumas das mais recentes.

Em Portugal entrou em vigor, em 2017, o Estatuto dos Animais Domésticos (Lei 8/2017) dispondo em seu artigo 201-B que os animais são objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza senciente. Ainda, a legislação portuguesa prevê que as regras relacionadas aos objetos somente poderão ser aplicadas aos animais de forma subsidiária e desde que não sejam contrárias à sua natureza jurídica:

> Artigo 201.º-B – Animais: Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.
> Artigo 201.º-C - Proteção jurídica dos animais: A proteção jurídica dos animais opera por via das disposições do presente código e de legislação especial.
> Artigo 201.º-D - Regime subsidiário: Na ausência de lei especial, são aplicáveis subsidiariamente aos animais as disposições relativas às coisas, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza. (Portugal, 2017).

Ainda, o referido Estatuto alterou o Código Civil de Portugal, incluindo o art. 1.793-A, na

Subsecção IV, do Capítulo XII, que dispõe acerca do divórcio e separação judicial de pessoas e bens:

> Os animais de companhia são confiados a um ou a ambos os côjuges, considerando, nomeadamente, os interesses de cada um dos cônjuges e dos filhos do casal e também o bem-estar do animal (Portugal, 1966).

Na Espanha, em 2022, foi sancionada alteração no Código Civil Espanhol (Real Decreto de 24 de julio de 1889) que passou a tratar os animais domésticos como membros da família. A nova norma espanhola defende que os animais são dotados de capacidade de sentir e ter sentimentos:

> Artículo 333 bis.[1]
> 1. Los animales son seres vivos dotados de sensibilidad. Solo les será aplicable el régimen jurídico de los bienes y de las cosas en la medida en que sea compatible con su naturaleza o con las disposiciones destinadas a su protección.
> 2. El propietario, poseedor o titular de cualquier otro derecho sobre un animal debe ejercer sus derechos sobre él y sus deberes de cuidado respetando su cualidad de ser sintiente, asegurando su bienestar conforme a las características de cada especie y respetando las limitaciones establecidas en ésta y las demás normas vigentes. (Espanha, 1889).

Sucede, porém, que apesar de alguns países se posicionarem e iniciarem a modificação e regulamentação do tratamento jurídico adequado aos animais domésticos fundamentadas na senciência e afetividade, mormente em lides relacionadas à família, ao seu bem-estar e direitos fundamentais, o Brasil ainda não possui legislação acerca do tema, permanecendo o conflito jurídico entre considerá-los como objetos ou reconhecê-los como um terceiro gênero, sencientes. O Código Civil de 2002, assim como seu antecessor, não atribui aos animais as qualidades da personalidade, uma vez que considera-os coisas. Não obstante, estão inseridos no Livro II, do referido código, setor responsável por tratar da matéria de bens. O artigo 82, inclusive, é muito claro ao prever que os bens suscetíveis de movimento próprio são considerados bens móveis e, portanto, propriedade daquele que o possui.

Todavia, a previsão contida no art. 82, do Código Civil de 2002 não está exatamente coerente com a previsão da Declaração Universal dos Direitos dos Animais , proclamada pela UNESCO em 1978, da qual é signatário, que e estabelece que os animais possuem direito à vida, liberdade e dignidade (Vedana, 2018, p. 15-16). Ora, se possuem direito à vida, conceituá-los como objetos seria, no mínimo, ilógico, uma vez que objetos não possuem vida, tampouco direitos que dela surgem como a liberdade, o bem-estar, saúde e dignidade (Vieira, 2014, p.99, Apud Rodrigues, 2018, p.109). Partindo desse pressuposto, surgiram alguns projetos de lei.

O Projeto de Lei 351/2015, que pretende alterar o Código Civil de 2002 incluindo parágrafo único ao art.82, e inciso IV ao art. 83, para determinar que os animais em regra não serão considerados coisas, reconhecendo seu status jurídico dos animais domésticos:

> Art. 1º. Os arts. 82 e 83 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 –

---

1 Artigo 333. 1. Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade. O estatuto jurídico dos bens e coisas somente será aplicado na medida em que seja compatível com a sua natureza ou com as disposições para sua proteção. 2. O proprietário, titular ou titular de qualquer outro direito sobre o animal deve exercer seus direitos sobre ele e seus deveres de cuidado respeitando sua qualidade de ser senciente, garantindo seu bem-estar de acordo com as características de cada espécie e respeitando as limitações estabelecidas nesta e nas demais regulamentações em vigor. (tradução nossa)

> Código Civil, passam a vigorar com as seguintes redações:
>
> Art. 82 (…) Parágrafo único. Os animais não serão considerados coisas.
> Art. 83. (…) IV – Os animais, salvo o disposto em lei especial.

Seguindo o mesmo raciocínio, o Projeto de Lei 631/2015 possui o objetivo de criar Estatuto dos Animais, dispondo sobre seus direitos, interesses, dignidade e dos deveres em relação à sua guarda:

> Art. 1º O objetivo da presente Lei é assegurar e proteger a vida e o bem-estar dos animais em todo o território nacional.
> (...)
> Art. 4º, § 2º. Aos animais deve ser dispensada a dignidade de tratamento reservada aos seres sencientes;
> (…)
> Art. 5º. º Toda pessoa física ou jurídica que mantenha animal sob sua guarda ou seus cuidados deverá: I – fornecer alimentação e abrigo adequados à espécie, à raça ou à idade do indivíduo; II – garantir espaço adequado e apropriado para a manifestação do comportamento natural, individual ou coletivo, da espécie; III – assegurar a inexistência de circunstâncias capazes de causar ansiedade, medo, estresse e angústia; IV – empreender todos os esforços para o animal conviver ou ser alojado com outros da mesma espécie, dependendo das circunstâncias específicas e do comportamento da espécie; V – prover cuidados e medicamentos sempre que for necessário e quando constatada dor ou doença.

Ainda,o Projeto de Lei 1058/2011 prevê a possibilidade de determinação de guarda do animal doméstico de forma unilateral, com direito de visita à outra parte, devendo o juiz utilizar como requisito a afetividade do animal com cada um dos tutores.

> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências.
> (…)
> Art. 6º Na audiência de conciliação, o juiz informará às partes a importância, a similitude de direitos, deveres e obrigações à estes atribuídos, bem como as sanções nos casos de descumprimento de cláusulas, as quais serão firmadas em documento próprio juntado aos autos.
> § 1º Para estabelecer as atribuições das partes e os períodos de convivência com o animal sob a guarda compartilhada, o juiz poderá basear-se em orientação técnico-profissional para aplicação ao caso concreto;
> § 2º Na guarda unilateral, a parte a que não esteja o animal de estimação poderá visitá-lo e tê-lo em sua companhia, podendo, ainda, fiscalizar o exercício da posse da outra parte, em atenção às necessidades específicas do animal, e comunicar ao juízo no caso de seu descumprimento;
> § 3º A alteração não autorizada ou o descumprimento imotivado das cláusulas da guarda, unilateral ou compartilhada, poderá implicar a redução de prerrogativas atribuídas ao seu detentor, bem como a perda da guarda em favor da outra parte;
> § 4º Se o juiz verificar que o animal de estimação não deverá permanecer sob a guarda de nenhum de seus detentores, deferi-la-á pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, consideradas as relações de afinidade e afetividade dos familiares, bem

como o local destinado para manutenção de sua sobrevivência.

3 O INSTITUTO DA GUARDA E SUA APLICABILIDADE NA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: O DESTINO DO ANIMAL DOMÉSTICO APÓS A DISSOLUÇÃO OU DIVÓRCIO DOS TUTORES

Como demonstrado até o presente momento, o conceito de família se encontra expandido para além da previsão trazida pelo ordenamento jurídico brasileiro. Essa evolução conceitual ocorre principalmente pelas transformações sociais e culturais da sociedade, sendo objeto de estudo do presente trabalho aquela oriunda da crescente presença dos animais domésticos nos lares e famílias brasileiras, e nos laços afetivos que decorre dessa a aproximação. Nas palavras de Soares (2009, s.p. Apud. Vedana, 2018, p.19) os animais de estimação não possuem mais seus papéis tradicionais, mas passaram a ocupar o lugar de integrantes da família.

A família multiespécie, porém, conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, não possui regulamentação normativa, de modo que seus integrantes humanos ou não se encontram a merce do posicionamento do Poder Judiciário para preenchimento das lacunas legais e solução das lides envolvendo-os. E, partindo deste ponto, tem-se a questão da guarda do animal doméstico quando da dissolução ou divórcio de seus tutores. Seria possível aplicar o instituto da guarda? Como ficaria o destino do *pet*? Seu bem-estar e laço afetivo deve ser levado em consideração ou apenas sua importância patrimonial para aquele que o adquiriu? É o que pretende-se analisar.

Inicialmente, importa recordar que o instituto da guarda é regulamentado pelo Código Civil de 2002 em seu artigo 1.583, podendo ser unilateral ou compartilhada. A primeira refere-se àquela que é concedida a um dos genitores levando em consideração as melhores condições econômicas para sustento e criação dos filhos, em regra. A segunda é aquela praticada conjuntamente por ambos os cônjuges, sendo considerada a regra no ordenamento jurídico brasileiro (Peixoto, 2019, p. 1017-1018). Ocorre que o Código Civil, assim como as outras normas de direito de família, limitam-se a prever a guarda e outros institutos apenas para as crianças e adolescentes, considerados absoluta e relativamente incapazes respectivamente. Nota-se que, como mencionado por Carvalho (2017, p.35-36. Apud. Rodrigues, 2018, p. 23), a legislação não tem conseguido acompanhar a evolução social e cultural. Cabe, portanto, ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e aos juristas se aprofundarem quanto aos debates acerca do tema e apresentarem novas soluções jurídicas.

A questão da aplicação ou não da guarda aos animais de companhia, integrantes de núcleos familiares, está intimamente vinculada ao debate acerca da sua natureza jurídica. Portanto, caso sejam considerados meros objetos, conforme previsto no art. 82, CC/2002, estariam sujeitos às regras aplicáveis à propriedade e poderiam vir a ser tratados sob o aspecto de partilha de bens, e não discussão acerca de guarda e visitas, no qual o enfoque recai sobre o vínculo e necessidades afetivas, como esclarece Sales (2017) que:

> […] Não havendo acordo entre o casal sobre quem ficará com o animal, este será atribuído **a quem demonstrar sua propriedade, ou seja, quem efetivamente pagou por ele**, o que adotou [quando for o caso]. Os juízes chegam a levar em consideração até mesmo o fato de saber quem é o responsável pelo animal perante uma clínica veterinária (Sales, 2017, p. 149. Apud. Rodrigues, 2018, p.135). (grifo nosso)

Doutro lado, Chaves (2016, s.p. Apud. Rodrigues, 2018, p.127) se posiciona no sentido de levar em consideração a senciência e afetividade do animal de estimação, de modo que, ao contrário dos filhos, crianças ou adolescentes, o *pet* jamais alcançará autonomia, sendo totalmente dependente de seus tutores, com quem conviveu em uma relação de afeto. Dessa forma, entende que o tutor seria responsável pelo seu dever de cuidado. Destarte, o Projeto de Lei 1058/2011 pretende a determinação da guarda unilateral para o animal de estimação, levando em consideração o laço afetivo. (Brasil, 2011). Não obstante, o Projeto de Lei 62/2019, se aprovado, regulamentará a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, trazendo as seguintes previsões:

> Art. 4º A guarda dos animais de estimação classifica-se em:
> I – unilateral: quando concedida a uma só das partes; ou
> II – compartilhada, quando o exercício da posse responsável for concedido a ambas as partes.

> Art. 5º Para o deferimento da guarda do animal de estimação, o juiz observará as seguintes condições, incumbindo à parte oferecer:
> I - ambiente adequado para a morada do animal;
> II - disponibilidade de tempo, condições de trato, de zelo e de sustento;
> III - o grau de afinidade e afetividade entre o animal e a parte;
> IV - demais condições que o juiz considerar imprescindíveis para a manutenção da sobrevivência do animal, de acordo com suas características.

Importa ainda mencionar que em decorrência da falta de norma específica e com o objetivo de facilitar a solução da guarda do animal doméstico em caso de eventual divórcio ou dissolução, alguns casais têm elaborado acordo pré-nupcial incluindo a guarda, direito de visita e outros interesses acerca do destino, cuidados e bem-estar do *pet*. A exemplo, a 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu que tendo sido realizado acordo extrajudicial entre o casal sobre a guarda do animal doméstico, ficando este para um, o outro deveria arcar com a ajuda de custo mensal no importe de R$ 500,00 (Anda, 2013, p. 01. Apud, Ramos, 2018, p. 155-156).

O Superior Tribunal de Justiça também possui precedente na matéria, quando não há acordo pré-nupcial e surge o conflito de interesses sobre a guarda do *pet*. Em julgamento do Resp nº 1.713.167/2018 restou reconhecido que apesar de o Código Civil de 2002 considerar os animais domésticos como bens móveis, é cabível a estipulação e regulamentação de visitas a partir da dissolução conjugal, quando demonstrado no caso concreto o laço afetivo (Ramos, 2018, p.159). Segue ementa:

> **RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. AQUISIÇÃO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO. INTENSO AFETO DOS COMPANHEIROS PELO ANIMAL. DIREITO DE VISITAS. POSSIBILIDADE, A DEPENDER DO CASO CONCRETO.** 1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e **envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal,** como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1, inciso VII - "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade"). 2. **O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade,** não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica. 3. **No entanto, os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets,** visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. 4. Por sua vez, a guarda propriamente dita - inerente ao poder familiar - instituto, por essência, de direito de família, não pode ser simples e fielmente subvertida para definir o direito dos consortes, por meio do enquadramento de seus animais de estimação, notadamente porque é um munus exercido no interesse tanto dos pais quanto do filho. Não se trata de uma faculdade, e sim de um direito, em que se impõe aos pais a observância dos deveres inerentes ao poder familiar. 5. **A ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o**

> **relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais.** Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal. Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. 6. **Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado.** 7. Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a **resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal.** 8. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu que a cadela fora adquirida na constância da união estável e que estaria demonstrada a relação de afeto entre o recorrente e o animal de estimação, reconhecendo o seu direito de visitas ao animal, o que deve ser mantido.9. Recurso especial não provido. (Superior Tribunal de Justiça. **RESP1.713.167**. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma. Julgado em: 19/06/2018, DJe: 09/10/2018.) (grifos nossos)

Observa-se, por conseguinte, que o Superior Tribunal de Justiça reconhece a importância e imprescindibilidade de analisar a família multiespécie e a relação humano-animal doméstico sob uma perspectiva contemporânea, para além dos institutos patrimoniais destacando, inclusive, que o bem-estar do *pet* deve ser levado em consideração no momento de decidir sobre a guarda e demais consequências advindas da família da qual é membro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar, ainda que brevemente, que a natureza jurídica dos animais domésticos passa por grande transformação jurídica, conforme se constata nos debates doutrinários e jurídicos, nacionais e internacionais, como as recentes legislações sancionadas em Portugal e na Espanha, e os projetos de lei que tramitam no Brasil. Assim, embora ainda vigore o artigo 82, CC/2002 e ante as lacunas legais no ordenamento jurídico brasileiro em relação aos direitos e efeitos oriundos da família multiespécie, o Poder Judiciário tem sopesado os laços afetivos existentes entre tutores e animais domésticos, bem como o bem-estar destes reconhecendo a senciência animal, aplicando de forma analógica as disposições acerca da guarda da criança e do adolescente, quando findo o *affectio societatis. O* objetivo é garantir seu respeito, vida e bem-estar, em conformidade à Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da qual o Brasil é signatário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.058, de 2011**. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Disponível em: ttps://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498437.Acesso em: 06 de setembro de 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.365, de 2015**. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=122877 9. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 542, de 2018**. Dispõe sobre a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de dissolução do casamento ou da união estável. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/- /materia/135006. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 62, de 2019.** Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=219049 5. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RESP1.713.167**. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma. Julgado em: 19/06/2018, DJe: 09/10/2018. Disponível em: https://revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6 22 adc60000017b545ddd34bf948dc8&docguid=Ib1b573b077bb11ea906ce13f3616084d &hitguid=Ib1b573b077bb11ea906ce13f3616084d&spos=3&epos=3&td=4&context=6 1&crumbaction=append&crumblabel=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1 &endChunk=1 #. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.** Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acessado em: 17 de set. de 2023.

CALDERÓN, Ricardo. **O Princípio da Afetividade no Direito de Família.** Rio de Janeiro: Forense. 2017.

ESPANHA. **Real Decreto de 24 de julio de 1889.** Disponívelem: https://www.boe.es/buscar/pdf/1889/BOE-A-1889-4763-consolidado.pdf. Acessado em: 17 de set. de 2023.

GORDILHO, Horón José de Santana; COUTINHO, Amanda Malta. **Direito Animal e o fim da sociedade conjulgal.** Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/16412. Acesso em: 8 set. 2023.

LIMA, Jhéssica Luara Alves de. **Proteção jurídica aos animais domésticos** — Iguatu, CE: Quipá Editora, 2022. 48 p.

PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira. **Família, Sucessões, Inventário e Partilha, Alimentos, Adoção, Divórcio, Guarda Compartilhada, Investigação de Paternidade, União Estável, Concubinato e União Homoafetiva,** 4ª Edição. Leme: Editora Cronus, 2019, 1360p. - 23cm.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões: ilustrado** – 2. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PORTUGAL. **DECRETO-LEI N 47344**. Aprova o **Código Civil** e regula a sua aplicação - Revoga, a partir da data da entrada em vigor do novo Código Civil, toda a legislação civil relativa às matérias que o mesmo abrange. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075. Acessado em: 17 de set. de 2023.

PORTUGAL. **LEI Nº 8/2017**, de 3 de março de 2017. Estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro de 1982. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/8-2017-106549655. Acessado em: 17 de set. de 2023.

RAMOS, Andréia de Oliveira Bonifácio**. Desafios e Perspectivas dos direitos dos animais na família contemporânea brasileira: uma abordagem da legislação no mundo em transformação.**

2018. 188 f., 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6356449. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

RODRIGUES, Ana Maria Alves. **Família multiespécie e a guarda de animais domésticos: uma análise de seu reconhecimento no direito brasileiro.** 2018, 167 f. Dissertação (Mestre em Direito) – Pós-graduação em Direito, Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6308648. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

VEDANA, Bruna Bassi. **Quem fica com o *pet*? Uma análise acerca do reconhecimento da família multiespécie no Brasil.** In: COPATTI, Lívia Copelli (org.). Direito das Famílias: reflexões acadêmicas. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

ONLINE DISPUTE RESOLUTION E O ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA: NOVAS ALTERNATIVAS PARA O DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL

ONLINE DISPUTE RESOLUTION AND ACCESS TO THE JUSTICE SYSTEM: NEW ALTERNATIVES FOR CONSUMER RIGHTS IN BRAZIL

Área temática: 16 - Paz, justiça e instituições eficazes

CANAVEZ, Luciana Lopes.
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutora em Direito. Docente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, Campus de Franca/SP.
luciana.canavez@unesp.br

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Advogada e professora universitária. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Franca (2021). Mestre em Direito pela UNESP (2019). Pós-graduada em Direito Digital. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – FDF (2014)
isadora.magalhaes@unesp.br

MENDES, Daniella Salvador Trigueiro Mendes
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Mestre em Direito pela UNESP (2023). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – FDF (2016)
daniella.mendes@unesp.br

URBAN, Renan Lucas Dutra.
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Mestre e Bacharel em Direito pela UNESP.
renanurban@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa almeja esclarecer o conceito de *Online Dispute Resolution (*ODR) e sua participação nas resoluções de conflitos no Brasil, principalmente nas relações consumeristas. O objetivo consiste em reunir elementos conceituais e normativos, juntamente com a prática jurídica brasileira e as TIC´s, tecnologias da informação e comunicação, a fim de observar se a aplicação da ODR como forma de resolução de conflitos de matéria consumerista é efetiva no país, se promove o acesso ao sistema de justiça, que é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e, também, se pode ser ampliada para outras demandas. Pretende-se, portanto, investigar tais questionamentos através do método de abordagem dedutivo e pesquisa bibliográfica, com a análise de diferentes plataformas de ODR que já estão sendo utilizadas tanto pelo setor privado como pelo público e verificar sua aplicação nas relações de consumo. Deste modo, busca-se apresentar o desenvolvimento da ODR no Brasil, analisando questões favoráveis e identificando alguns desafios para o futuro.

Palavras-chave: online dispute resolution, sistema de justiça, direito do consumidor.

Abstract

This research aims to clarify the concept of Online Dispute Resolution (ODR) and its participation in conflict resolution in Brazil, mainly in consumer relations. The objective is to bring together conceptual and normative elements, together with Brazilian legal practice and ICTs, information and communication technologies, in order to observe whether the application of ODR as a way of resolving consumer disputes is effective in the country. , if it promotes access to the justice

system, which is one of the UN's sustainable development objectives, and also if it can be expanded to other demands. It is therefore intended to investigate such questions through a deductive approach and bibliographical research, with the analysis of different ODR platforms that are already being used by both the private and public sectors and verify their application in consumer relations. In this way, we seek to present the development of ODR in Brazil, analyzing favorable issues and identifying some challenges for the future.
Keywords: online dispute resolution, justice system, consumer law.

INTRODUÇÃO

A Política Judiciária Nacional semeou o incentivo ao emprego dos Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASCs) por meio da resolução 125/2010 do CNJ. A partir de então, novas legislações inauguraram esse processo de mudança fomentando a implementação desta política, como o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a Lei de Mediação (lei 13.140/2015).

Essa recente valorização de soluções consensuais de conflitos tem como escopo tirar o foco da modalidade clássica de heterocomposição voltada ao Poder Judiciário e seu órgão julgador para focar na cultura da pacificação com o fomento da autocomposição. No entanto, o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que estão cada vez mais em voga no cotidiano, pressionam a forma que o Sistema de Justiça opera e propõem adaptações e novas alternativas de resolução de conflitos no ciberespaço.

Dentro de um contexto social, gerado pelas inovações tecnológicas e pela necessidade de comunicação em tempo real à distância, evidenciado pela pandemia do Covid-19, houve um destaque para essa temática, que se tornou ainda mais relevante no judiciário brasileiro, a questão de reavaliação das formas atuais de solução de conflitos e sua adequação à necessidade e à realidade contemporânea.

A praticidade e popularidade da comunicação instantânea em rede pelo uso de aplicativos móveis e a maior acessibilidade a esses meios, também repercutiram em como as pessoas fazem negócio, conversam, convivem e resolvem seus problemas. A difusão dessas novas formas de comunicação foi um dos motivos para o surgimento dos modelos de *Online Dispute Resolution* (ODR), que também podem ser denominados de Métodos de Solução de Conflitos em Rede e são muitas vezes definidos como procedimentos pelos quais se concretizam os Meios Adequados de Resolução de Conflitos (MASCs) em conjunto com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A *Online Dispute Resolution* (ODR), ou solução de conflito on-line, pode ser definida de forma ampla como o uso de qualquer tecnologia no âmbito de resolução de litígios, sejam judiciais ou extrajudiciais, com o escopo de dirimir os conflitos com o auxílio da tecnologia. Entretanto, as ODRs também possuem uma interpretação restrita, em que não se limitam à uma mera substituição de canais de comunicação tradicionais para resolução dessas contendas por novas versões digitais, seu destaque é justamente oferecer novos procedimentos tecnológicos além dos habituais para a resolução das controvérsias.

Nesse sentido, uma característica importante da ODR em relação ao seu conceito restrito, que é o mais aceito pela doutrina, é a denominada quarta parte, que pode ser considerada a própria plataforma ou aplicativo que visa aprimorar e trazer um novo modelo de design na resolução de conflitos. A novidade que também abarca a temática é o fato do processualista poder atuar como um engenheiro ao ter a possibilidade de construir fases do processo dentro da ODR, moldadas e adaptadas para melhor atender e resolver o assunto da disputa em questão.

Portanto, a *Online Dispute Resolution* deve ser vista, na linha do sistema multiportas, como uma porta a mais, um novo meio de resolução de conflitos de forma on-line e não apenas os meios tradicionais auxiliados pelas facilidades tecnológicas como e-mail, vídeo-chamada etc. A ODR deve ser entendida como uma porta diferente, um caminho alternativo para se chegar à resolução de um conflito, dando mais opções para o funcionamento desse sistema.

No Brasil, temos algumas plataformas que utilizam sistema de ODR próprios, a mais conhecida é o Mercado Livre, porém, o mercado de *Lawtechs* no setor privado vem crescendo no país e promete ser promissor em inovações na seara jurídica, o que futuramente provocará diversas indagações, reflexões e quem sabe necessárias regulamentações. Por enquanto, pelo fato de não haver nenhuma normatização estrita sobre a temática, deixa o canal aberto para esse desenvolvimento.

Em relação ao Direito do Consumidor, temos no país uma plataforma pública em formato de ODR que vem crescendo e despontando em números em relação a efetividade e acesso, que é a plataforma consumidor.gov.br, que viu sua popularidade majorada devido à pandemia de Covid-19, pelo crescimento das compras on-line, o que provou também uma expansão na resolução de problemas devido a essa maior taxa de consumo em rede.

Nesse sentido, a discussão sobre a temática de modelos de *Online Dispute Resolution* nacionais é extremamente necessária e exploratória, pois possui um potencial muito grande de auxiliar com o desafogamento de algumas demandas no Poder Judiciário, principalmente as consumeristas, oportunizando assim, maior efetividade ao Acesso à Justiça, um dos 17 objetivos sustentáveis da ONU.

Como obstáculos à essa efetivação das ODRs no Brasil, podemos listar a falta de educação digital e também a falta de acesso às tecnologias por grande parte da população, o possível enviesamento cognitivo pelo formato do novo design que pode sugerir formas de resolução que não seja equilibrada para uma das partes, e ainda, temos uma preocupação com a ampla defesa, no sentido de não haver representação por parte de advogado.

Diante do contexto acima, o presente artigo visa abordar sobre a incidência dos modelos de *Online Dispute Resolution* na efetividade ao preceito Constitucional de Acesso à Justiça, corroborando como uma porta a mais para o Sistema de Justiça e verificando a sua aplicação mais desenvolvida na seara do Direito do Consumidor no país.

Todas essas pontuações serão melhor tratadas no corpo do artigo. Em um primeiro momento, abordaremos sobre o Acesso ao Sistema de Justiça e o papel dos modelos de *Online Dispute Resolution* na sua efetivação, e após a apresentação do conceito e surgimento das ODRs no Brasil e no mundo, iremos analisar sua aplicação em matéria consumerista no país, suas possibilidades e seus desafios, por meio de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, e método de abordagem dedutivo.

ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

O Direito Processual, há muito tempo busca compreender o Acesso à Justiça, seu conceito e mais especificamente, uma forma concreta de efetivação. Por meio de autores como Mauro Cappelletti e Bryant Garth com as denominadas ondas renovatórias, começaram a emergir possíveis soluções práticas na doutrina para esses problemas. Ainda que seja um tema bastante difundido, é importante salientar sobre o projeto Florença e sobre o Acesso à Justiça, vez que, Capelletti e Garth (1988) trabalharam profundamente o tema, reconhecendo também a dificuldade de sua definição precisa.

Com a assistência judiciária para pessoas hipossuficientes como primeira onda, representação dos interesses difusos especialmente em áreas como Direito do Consumidor e proteção ambiental como segunda onda, surge uma concepção ampla de Acesso à Justiça para a busca de alternativas nos métodos de solução dos litígios como um novo enfoque, inclusive nos mecanismos privados ou informais (Cappelletti; Garth, 1988, p. 12-13).

Em uma tentativa de incluir as duas proposições da primeira e segunda ondas renovatórias na terceira, busca-se o rompimento das barreiras do Acesso à Justiça explorando em seu bojo uma ampla proposta de reformas na solução de litígios. Deste modo, a terceira onda procurou a expansão da concepção clássica de resolução judicial de conflitos, ampliando o conceito de justiça de forma a abordar que os tribunais fazem parte de um conjunto de meios de resolução de conflitos, que se acordou denominar de ADR, resolução alternativa de litígios (Santos, 2007, p. 31).

Na linha das propostas de Garth e Cappelpetti (1988, p. 13) dentro da terceira onda, há ainda a apresentação de várias sugestões de reformas como a criação de tribunais especializados para determinadas demandas como as consumeristas. Destacam-se ainda novos métodos de serviços jurídicos visando principalmente, a simplificação do direito.

O significado de Acesso à Justiça, portanto, se desenvolveu por meio da história. Nos denominados Estados Liberais entre os séculos XVIII e XIX havia um sentido clássico de que era um Direito Natural, antecedente ao surgimento do Estado e, portanto, não necessitava de ações estatais positivas para sua proteção, somente exigia que o Estado o preservasse, gerando uma atitude passiva deste (Cappelletti; Garth, 1988, p. 12).

Dentro de um Estado Democrático de Direito, podemos classificar o direito ao Acesso à Justiça como um direito fundamental, que necessita de uma prestação positiva do Estado para ser efetivado, mas também necessita de uma abstenção do poder estatal no sentido de liberdade para

que os tribunais não possam ser o único caminho para a solução dos conflitos, fomentando a utilização dos meios alternativos, que geram impactos positivos e benefícios sociais.

De acordo com os autores Cappelletti e Garth (1988, p. 12) "o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir e não apenas proclamar os direitos de todos".

Boaventura de Souza Santos (2007, p. 24) reforça dizendo que na busca pela democratização da justiça, o sistema judicial sozinho não é capaz de solucionar as injustiças sociais, o que não significa que que não tenha que assumir a sua responsabilidade na procura por saídas.

Nesse ínterim, o Sistema de Justiça em sua acepção ampla, abrange além dos órgãos do Poder Judiciário, órgãos públicos e privados que se dedicam à solução adequadas dos conflitos de interesse. De acordo com Maria Tereza Aina Sadek (2010, p. 9-10) o Sistema de Justiça é muito maior do que somente o Poder Judiciário, ele envolve o advogado, seja dativo ou pago, o promotor, o juiz, o delegado, o defensor público, funcionários do cartório, etc. Contudo, esse sistema, o seu funcionamento, as funções dos agentes e também outros meios alternativos de resolução de conflitos não são conhecidos pela população, e quando conhecidos, esses são menosprezados pelo fato da cultura da sentença ser tradicionalmente visada como mais efetiva.

O conhecimento processual é técnico, a maioria dos cidadãos, ainda que com grau universitário, não conhecem seu funcionamento, ignorando também a função dos agentes da justiça. Pode-se dizer, portanto, que o sistema judicial é bastante desconhecido pela população, o que dificulta o Acesso à Justiça.

Os meios alternativos de solução de conflitos dão um grande destaque ao acesso ao Sistema de Justiça, vez que, de acordo com Kazuo Watanabe (1998, p. 128), essa problemática não pode ser somente abordada dentro dos órgãos judiciais já existentes. O Acesso à Justiça, portanto, não se trata de um acesso somente ao órgão estatal, mas sim à uma ordem jurídica justa, que pode ser alcançada também por meios extrajudiciais.

Por conseguinte, há um conceito atualizado que recai ao Acesso à Justiça de que todo jurisdicionado deve ter o direito de ser atendido pelo Sistema de Justiça que contém órgãos públicos e privados, com acesso não somente à resolução do conflito, mas também de informações e orientações que propiciem o pleno exercício da cidadania. Nessa toada, o conceito de Acesso à Justiça moderno é um acesso à uma ordem jurídica justa, ampla e que não depende somente do Poder Judiciário, mas que também não o exime de sua obrigação, segundo artigo 5º, XXXV da Constituição Federal. Essa concepção mais abrangente de Acesso à Justiça está em perfeita sintonia com os direitos fundamentais individuais e coletivos assegurados pela nossa Carta Política, cujo fundamento maior é a dignidade humana, com plena possibilidade de exercício da cidadania de acordo com artigo 1º, incisos II e III.

Buscando a efetividade desse conceito moderno de Acesso ao Sistema de Justiça, a reforma do Poder Judiciário em 2004, por meio da Emenda Constitucional nº 45, criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para melhoria na transparência administrativa dos atos do Judiciário visando aprimoramento da prestação jurisdicional. Como função, o CNJ deve fazer o planejamento de políticas públicas para o Sistema de Justiça por meio de diagnósticos e análises de resultados estatísticos. O incentivo aos métodos adequados de solução de conflitos, MASCs, como mediação, conciliação e arbitragem, bem como a virtualização do Poder Judiciário, são algumas das implementações deste órgão.

Essas iniciativas inovadoras possuem um grande potencial transformador nas práticas tradicionais de Acesso à Justiça, uma delas é a capacitação do cidadão, vez que, apesar de estar a serviço da população, o Direito é extremamente tecnicista, manejado por profissões jurídicas que possuem um controle de linguagem inacessível para maioria da população (Santos, 2007, p. 46).

Deste modo, a partir do empoderamento das pessoas, se tratando de conhecimento de direitos e de como efetivá-los, há uma maior efetividade dos métodos adequados de solução de conflitos, no passo de que o cidadão possa entender melhor certas demandas e com a ajuda necessária possa simplificar e acelerar a solução de seus conflitos.

O Sistema Multiportas, que fomenta a utilização de métodos alternativos para solução de conflitos na busca de um alívio no volume de demandas do judiciário, tem como base o fortalecimento das técnicas de autocomposição, e recentemente tem se valido de ferramentas tecnológicas para servir de apoio ao judiciário. A resolução nº 382 de 02 de dezembro de 2020 do CNJ traz a regulamentação sobre a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder

Judiciário por meio da conciliação e mediação, também como um passo à efetivação do Acesso à Justiça.

Referida resolução, portanto, pretende incentivar o uso dos meios alternativos de solução de conflitos por meio das TICs, na mesma toada da resolução 152/2010 do CNJ que dispõe sobre o tratamento adequado de resolução dos conflitos de interesses, na esteira dos artigos 165 a 175 do CPC e, também, da substituição dos autos físicos para autos em meio eletrônico, admitindo todas as vantagens dos instrumentos tecnológicos para maior efetividade da resolução de conflitos.

De maneira mais recente temos ainda a resolução do CNJ nº 335 de 2020 que institui a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro tendo como principal objetivo a modernização e unificação do trâmite processual no Brasil, para incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais e oferecer um sistema de multisserviço conforme a necessidade e as demandas.

A busca pela Ordem Jurídica Justa, portanto, revelou um Sistema de Justiça que vai muito além do Poder Judiciário e que com a ajuda da tecnologia tem um poder de crescimento ainda maior. É nessa toada que iniciamos a construção do pensamento sobre as promessas de maior efetivação do Direito Fundamental ao Acesso à Justiça, por meio dos modelos de *Online Dispute Resolution*, como uma porta a mais dentro do famigerado Sistema Multiportas que é tão citado e promovido dentro do Judiciário brasileiro e que anuncia melhorias na diminuição dos números de demandas que chegam ao Poder Judiciário.

ONLINE DISPUTE RESOLUTION

O desenvolvimento da internet, bem como a popularização do uso da tecnologia são os principais responsáveis pela ampliação dos métodos adequados de solução de conflitos para o mundo virtual, principalmente para o nascimento dos modelos de Online Dispute Resolution, que acompanharam a abertura da internet e suas primeiras movimentações comerciais com destaque para o eBay, uma das primeiras plataformas de atuação na intermediação de compra e venda entre particulares e que precisou desenvolver uma resolução de disputa em meados de 2004, no mesmo meio em que negociava seus produtos, na rede (Marques, 2019, p.11).

As inovações nas formas de interação em rede causaram novos conflitos entre os usuários dentro do ciberespaço o que impossibilitou processos com soluções denominadas *face to face* (F2F), sem contar com a possibilidade de transações internacionais. Por esses motivos, se tornou quase que uma obrigação a resolução de conflito no mesmo espaço das novas interações.

O ciberespaço, também denominado como rede, é conceituado por Pierre Levy (1999, p. 92) como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias de computadores”, especifica ser, segundo o autor, “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo[...]” (Levy, 1999, p. 29).

Foi por volta de 1945 que surgiram os primeiros computadores na Inglaterra e nos Estados Unidos (Levy, 1999, p. 43), no entanto, foi somente em meados dos anos 1969 que a internet pôde ser encontrada na Arpanet, uma rede de computadores montada em setembro de 1969 por uma empresa denominada *Advanced research projects Agency* (ARPA) iniciada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com o objetivo de estimular a pesquisa em computação. A partir de 1990 a internet foi liberada de seu ambiente militar e acadêmico, por meio da comercialização da tecnologia, crescendo então como uma rede global de computadores (Castells, 2003, p. 12-13).

Não é possível, portanto, falar de formas de solução de conflitos on-line antes de 1990, pois, apesar da invenção da internet datar em meados de 1969, foi somente com a abertura de uma rede global de computadores que surgiram uma série de novos modelos de interações, e consequentemente novos conflitos entre os usuários que foram gerados. Nesse sentido, o ciberespaço que já foi explorado como meio de comunicação que facilita a interação entre as pessoas, passa também a ser compreendido como um ambiente que pode facilitar o gerenciamento dos conflitos.

O modelo de *Online Dispute Resolution* (ODR) começou a se destacar no Brasil, a partir do ano de 2016 como uma forma de junção entre os Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASCs) e ações de virtualização do Poder Judiciário, logo após a promulgação do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a Lei de Mediação (lei 13.140/2015).

É fato que a ODR possui um conceito dinâmico, em geral, ela pode ser definida como o uso da tecnologia no processo de resolução de conflitos, em sua totalidade ou somente em alguma parte,

e nesse sentido seria alocada como uma espécie de gênero de ADR, *alternative dispute resolution*, ou em português, Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos, MASCs (Arbix, 2015, p. 71).

Há autores que dividem a ODR em duas, entre *dispute avoidance*, que seria uma ODR com foco em prevenir os conflitos, e em *dispute resolution*, que são métodos de solução de conflitos baseados na autocomposição ou heterocomposição. No entanto, na prática é muito difícil diferenciar ambas, pois métodos de ODR em momento preliminar também podem ser considerados como preventivos de uma possível ação judicial, por exemplo (Marques, 2019, p.10).

O sentido amplo de ODR traz como forma de solução de conflitos métodos tradicionais como arbitragem, mediação, conciliação ou negociação de forma automatizadas, ou seja, trazendo a tecnologia para métodos de resolução de conflitos já utilizados. No entanto, o conceito mais restrito, atualizado e mais aceito pela doutrina até admite que os modelos de ODR podem ter se iniciado como métodos de ADR, no entanto, a tecnologia forneceu maiores poderes ao possibilitar a criação de novos ambientes on-line (Marques, 2019, p. 03).

Portanto, só podemos dizer que é ODR, de acordo com seu sentido estrito, se a tecnologia cria um procedimento novo, que ainda não existe. Audiências on-line, as citações via Whatsapp, bem como o trabalho remoto pelo judiciário foram grandes avanços evidenciados e muito requisitados durante a pandemia de covid-19, no entanto, não se pode caracterizar essas facilitações permeadas pela tecnologia com significado de *Online Dispute Resolution*, pois há uma maior complexidade para esse tipo de resolução de conflito.

De acordo com Daniel Arbix (2015, p. 50), a definição de ODR enfoca nos impactos das tecnologias e dos seus ambientes e procedimentos que envolvam, pelo menos duas partes, de forma que sua dinâmica seja alterada sendo na autocomposição ou na heterocomposição. No mesmo sentido o autor define:

> Assim, a ODR em sentido estrito é a resolução de controvérsias em que as tecnologias de informação e comunicação não se limitam a substituir canais de comunicação tradicionais, mas agem como vetores para oferecer às partes ambientes e procedimentos ausentes em mecanismos convencionais (Arbix, 2015, p. 50).

A Online Dispute Resolution deve criar uma nova modalidade de resolução de conflito com o uso dos meios digitais, e nesse sentido, ela cria uma quarta parte, inspirada na terceira parte empregada nas resoluções extrajudiciais, contudo, a quarta parte é preenchida pela própria plataforma.

Como figura de intervenção de um terceiro imparcial presente nos MASCs, como no caso da arbitragem, conciliação e mediação, alguns modelos de ODR podem ou não oferecer essa parte com maior ou menor controle e poder de decisão, no entanto, não é isso que a diferencia das demais soluções de conflitos em rede. A ODR confere maior autonomia entre os disputantes, permitindo um modo muito direto de construção da solução aos envolvidos (Marques, 2019, p. 04).

A lei 13.140/2015 descreve o conceito de mediação como uma técnica de negociação exercida por um terceiro imparcial sem poder decisório, que pode ser escolhido ou aceito pelas partes e auxilia no desenvolvimento de soluções consensuais para a controvérsia. De acordo com o Código de Processo Civil, o mediador atua quando as partes da ação possuem vínculo, já o conciliador atua, preferencialmente, nas ações que não houver vínculo entre as partes.

De modo diverso, a quarta parte além de contar com as inovações tecnológicas proporcionada pela técnica moderna para guiar os disputantes a uma solução consensual, o faz por meios que podem aumentar as chances de composição, utilizando-se muitas vezes dos dados e elementos sobre as partes a partir de algoritmos, sugerindo para cada demanda uma criação de um ambiente on-line mais adequado para o tipo de controvérsia.

A quarta parte, portanto, pode interagir com os disputantes, pode receber informações, pode propor soluções baseadas em aporte de dados sobre conflitos análogos, pode realizar cálculos complexos com propriedade, pode avaliar propostas de maneira confidencial, modular a linguagem das partes, e, principalmente, pode influenciar nas interações entre os disputantes em conflito, levando em consideração de que a quarta parte tem uma imunidade dinâmica emocional dos conflitos, por não ser uma pessoa, podendo oferecer sugestões que se feita por um humano poderia acarretar na perda se sua confiança depositada pelas partes (Arbix, 2015, p. 55).

No Brasil, a empresa Mercado Livre foi uma das precursoras em utilização de métodos de ODR que oferecem soluções semelhantes a métodos de diagnóstico, mediação, negociação e arbitragem on-line, oferecendo ainda, na linha do *dispute avoidance*, sistema de compra garantida,

que é um modelo de reputação do fornecedor que facilita muito na prevenção de conflitos (Freitas, 2019).

O modelo de ODR desta empresa também permite incentivos aos vendedores que resolvem reclamações de forma rápida e efetiva e procuram oferecer informações claras sobre o funcionamento do seu *Marketplace* de forma acessível, com o objetivo de diminuir a assimetria de informação entre compradores e vendedores, bem como a diminuição de vieses cognitivos, que permitem o fomento às soluções lógicas e racionais, evitando que emoções distorçam o julgamento das partes (Freitas, 2019).

A lógica para o funcionamento das ODRs privadas nas relações de consumo, é simplesmente o interesse de vender, e também a necessidade de se mostrar segura, com boa autoimagem e boa política de compra e venda, para que o comprador se sinta mais seguro ao investir e auferir produtos dessa plataforma, sabendo previamente que se algo der errado poderá contar com o próprio ambiente que fez a compra para resolução do problema, de maneira prática e descomplicada.

Não há ainda um consenso no país sobre quais as demandas podem ser passíveis de *Online Dispute Resolution*, mesmo que amplamente difundida no ambiente consumerista, seja em plataformas públicas ou privadas, revela que há necessidade de cautela na sua empregabilidade. Há um receio coletivo de que a abertura indiscriminada de ODRs possa criar uma mercantilização do Direito e até um aumento na judicialização de demandas, na busca por corrigir acordos extrajudiciais que por algum motivo, aumentaram a simetria de poder das partes e prejudicaram um lado.

Como pontos negativos, ainda podemos suscitar sobre uma possibilidade de diminuição de serviços para os advogados, já que os modelos de *Online Dispute Resolution* prometem diminuir a assimetria de poder e os vieses cognitivos, tendo uma proposta de paridade entre as partes, utilizando-se de uma quarta parte tecnológica para tanto. Prega-se consequentemente, uma não necessidade de possuir um procurador nessas demandas. Entretanto, a cultura do litígio muito arraigada no país, e o receio de se privatizar a justiça com uma alta procura pelos Métodos de ODR também são dúvidas de possíveis efeitos indesejados.

Ambientes de *Online Dispute Resolution* podem ser ainda persuasivos, pois são gerenciados por tecnologias de informação e comunicação, que são programadas por uma pessoa humana, o que não as isenta de indução a certas escolhas, omissão de dados ou direcionamento forçado à uma solução mais benéfica a uma das partes, ou seja, não há certeza de que os vieses cognitivos serão dirimidos, e muito menos que as assimetrias de poder serão completamente igualadas. E por esse motivo, acreditamos na necessidade de intervenção por meio de regulamentações destinadas a corrigir essas possíveis desigualdades, para restrição das partes privadas, com a prevalência de valores públicos.

Ocorre que, o Poder Judiciário também pode optar por esse meio alternativo de resolução de conflito, inclusive como maneira pré-processual na própria plataforma do tribunal, para maior acessibilidade. O fato é que as ODRs prometem diminuir o excesso de demandas judiciais, diminuir os custos para as empresas, promover maior exercício da autonomia da vontade com uma participação mais ativa dos disputantes nas suas próprias controvérsias, podem gerar soluções mais criativas por permitir a criação de desenhos diferentes em cada ODR, passíveis de maior similaridade para cada demanda específica e com maior aproveitamento (Marques, 2019, p. 05).

Nesse sentido destaca-se que, se tratando de processos de baixa complexidade, de direitos comuns e, principalmente de ações massificadas, as ODRs prometem grandes melhorias ao acesso do Sistema de Justiça brasileiro.

No Brasil, a empresa Modria, que promete chegar ao país por meio da CAMES, Câmera de Mediação e Arbitragem Especializada, tem o intuito de resolver diversos tipos de conflito com maior celeridade, em demandas consumeristas e de pequenas causas, entre locador e locatário, Direito de família, cobrança de débitos etc. A proposta consiste em “liberar o tempo de juízes e oficiais de justiça, que podem concentrar seu precioso tempo e atenção nos casos mais complexos e de valor mais alto” (Modria, 2019, p. 05).

Ambiciosa proposta ainda não foi iniciada, porém, já se vislumbram os embates que se possa ter sobre certas demandas serem levadas às plataformas de ODRs privadas, ainda que com tantas vantagens, se tratando de alguns determinados direitos, é preciso ter cautela, pois a efetivação do Acesso à Justiça só pode ser válida, se segura, lícita e imparcial.

Muito embora algumas demandas sejam impensáveis e causem certo temor de serem resolvidas por métodos privados de ODR, outras parecem mais aceitas, como o gerenciamento de conflitos sobre a proteção de dados pessoais referente a Lei Geral de Proteção de Dados pessoais, Lei 13.709/2018.

A utilização de métodos de ODR pode ser um meio alternativo para evitar um excesso de judicialização dessas novas demandas sobre dados pessoais protegidas por essa recente legislação, vez que, a utilização dos meios alternativos de resolução de disputas on-line permitem a facilitação da busca do Direito do usuário em que os dados foram tratados, de forma fácil e eficiente, principalmente se houver demandas em massa, semelhante ao Direito do Consumidor podendo abrir mais uma porta adequada para o Acesso ao Sistema de Justiça.

De modo geral, uma das grandes vantagens das ODRs são os mapeamentos das causas de conflitos, principalmente de conflitos em massa como acontece no Direito do Consumidor, isso permite que os disputantes saibam qual a porcentagem de chances de fazer acordo em demandas similares, o que chamou muito a atenção de grandes plataformas privadas, que possuem seus próprios modelos de ODRs.

No Brasil, se tratando da temática *Online Dispute Resolution*, não há como não mencionar o Direito do Consumidor, que é a área mais desenvolvida no país em relação a esses métodos de resolução de conflitos online e que já está sendo colocada em prática por uma plataforma pública on-line de ODR.

ONLINE DISPUTE RESOLUTION E DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL

O Código de Defesa do Consumidor, lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, que entrou em vigor pouco tempo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e foi idealizado para uma melhora no bem-estar do consumidor. Atualmente, dentro dos desafios contemporâneos para o cumprimento dessa legislação, de maneira evidenciada, está o constante desrespeito pelos direitos dos consumidores e a consequente judicializaçao de demandas que poderiam ser resolvidas extrajudicialmente e também de maneira remota, com celeridade e amplo acesso à grande maioria das pessoas.

O Direito do Consumidor tem como princípios basilares, de acordo com seu artigo 4º, I, o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, III, a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico para a harmonização dos interesses dos participantes nas relações de consumo e a efetiva proteção do consumidor, IV educação e informação de fornecedores e consumidores quanto aos direitos e deveres em relação à melhoria do mercado de consumo, e ainda em seu inciso V o incentivo à criação de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.

Em seu artigo 6º, o Código consumerista traz ainda, o direito à informação, o direito à efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, direito de proteção jurídica, administrativa e técnica e direito à facilitação da defesa de seus direitos.

Nesse sentido, fica evidente de que toda parte principiológica do CDC corrobora para aplicação dos métodos alternativos de resolução de conflitos e desenvolvimento tecnológico o que combina perfeitamente com a aplicação dos modelos de *Online Dispute Resolution.*

De acordo com o Relatório de Justiça em Números (ano base 2019), o Direito do Consumidor, mais precisamente o assunto sobre a Responsabilidade do Fornecedor/Indenização por Dano Moral foi uma das demandas mais recorrentes do Poder Judiciário, na esfera estadual (CNJ, 2020, p. 238). Nos Juizados Especiais, também são os conflitos que mais movimentam suas estruturas, correspondendo a 14,19% do total de ações ajuizadas (CNJ, 2020, p. 241).

No Brasil, a cultura do litígio traz consequências que comprometem a qualidade e a eficiência do Poder Judiciário, resultando em processos morosos e onerosos. Com intuito de amenizar as consequências dessa procura precipitada do judiciário, em muitas ocasiões, os métodos alternativos de resolução de conflitos passaram a ser difundidos e fomentados como uma proposta de transposição ao excesso de litigância judicial e com o objetivo de trazer maneiras mais eficientes também paras as partes na resolução de conflitos.

A competência para a fiscalização e pela solução dos problemas de relação de consumo, em regra, fica a cargo dos órgãos de defesa do consumidor estaduais e municipais, os Procons, que são de extrema importância para a fiscalização e também punição de fornecedores que não coadunam com a legislação consumerista e ajudam muitas pessoas que não possuem conhecimentos sobre esses direitos. Sem contar que ainda possuem locais físicos que atendem principalmente pessoas que não tem acesso aos meios digitais.

Ocorre que, com o livre acesso a rede e a grande popularização da conexão móvel, houve um vertiginoso aumento de pessoas conectadas, o que fez surgir um novo perfil de consumidor que já

estava em ascensão e que cresceu exponencialmente durante o período de isolamento social provocado pela Pandemia de Covid-19.

Podemos apontar que os altos índices de judicialização nos conflitos de consumo decorrem de uma série de fatores, um deles é a facilidade e, por muitos momentos, a necessidade da compra on-line. O novo perfil do consumidor tende a querer a mesma facilidade da compra na resolução de possíveis problemas com o fornecedor, em regra remotamente e por meio de plataformas digitais, de forma assíncrona.

Como acima mencionado, a grande vantagem das ODRs é a facilidade de resolução de conflito, assim como a de compras, vez que, o usuário que tem predileção por aquisições pela internet, também prefere a resolução de algum problema por esse meio, e não ter que se deslocar para isso, garantindo um cumprimento mais acessível, mais barato, mais célere em relação ao Direito do Consumidor.

Surge, então, a importância de mecanismos digitais que fomentem a desjudicialização, no intuito de amenizar o abarrotamento do judiciário, vez que, a insustentabilidade do modelo vigente de resolução de conflitos pelo meio judicial perpassa por problemas maiores que somente a demanda consumerista.

Nesse sentido, como política pública destina a aprimorar o acesso à justiça no Brasil, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do SENACON (Secretaria Nacional do Consumidor), que é responsável pelo desenho das políticas públicas nacionais em matéria consumerista, lançou o modelo de ODR denominado de consumidor.gov.br em 2014, mas que só recentemente vem se popularizando. Por meio do Decreto 10.197, de 2 de janeiro de 2020 o consumidor.gov.br foi confirmado como plataforma digital oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo.

O Consumidor.gov.br é uma plataforma de ODR pública que abre caminho para uma interlocução direta entre empresas e consumidores para que possam resolver possíveis conflitos em rede. Frisa-se que ele não substitui o SAC, serviço de atendimento ao consumidor, nem o importante serviço dos Procons ou pelos demais órgãos de Defesa do Consumidor, mas é uma nova porta, uma nova alternativa que tem se demonstrado acessível e efetiva principalmente para resolução dos litígios em matérias consumeristas (Gajardoni, 2020, p. 107).

A principal característica do consumidor.gov.br é que para a interlocução entre empresa e consumidor, a empresa deve estar cadastrada no seu sistema, caso contrário a solução do litígio por meio dessa porta fica prejudicada. Deste modo, a nova Portaria nº 12 de 5 de abril de 2021 pretende, em decorrência da pandemia do Covid-19, um maior foco na prevenção do agravamento dos conflitos de consumo em razão da necessidade do isolamento social, e convoca algumas empresas a se cadastrarem no consumidor.gov.br, com foco em grandes empresas.

Nesse sentido, pensou em estratégias para estimular o consumidor a procurar outras alternativas a não ser o Judiciário, fomentando a gratuidade da plataforma consumidor.gov.br, com maior facilidade e acessibilidade por ser online e ainda pela pequena espera na resposta da empresa, que são grandes atrativos.

Além disso, alguns juízes têm decidido por suspender os processos até que o consumidor submeta a reclamação na plataforma consumidor.gov.br, ou que entre em contato de alguma outra forma extrajudicial com o fornecedor como primeiro contato fora do judiciário, sob pena de falta de interesse de agir, já que os meios adequados de solução de litígios estão amparados pela legislação (Gajardoni, 2020, p. 105).

Por outro lado, a plataforma ainda busca um meio termo, pois o consumidor.gov.br não oportuniza a assistência por um advogado, o que pode evidenciar uma assimetria de poder, vez que, não há uma paridade de armas, porque há muitos consumidores que são analfabetos digitais, hipervulneráveis e que mesmo com uma plataforma governamental como intermediadora, pode fechar algum acordo que não coaduna com a sua totalidade de direitos.

Outro ponto de melhoria em relação à plataforma pública é a necessidade de uma ampliação na sua base de fornecedores, que mesmo com a atual Portaria nº 12 de 2021, tem maior foco para as empresas de grande porte, e falta em seus cadastros pequenas empresas para dar maior acessibilidade na plataforma governamental.

Resta claro, portanto, que a utilização dos modelos de ODRs pode ser interessante pelo empoderamento dos consumidores em resolver suas próprias demandas, desde que sejam informados pelos seus direitos, prazos, e principalmente de como solucionar controvérsias de forma rápida e com baixo ou nenhum custo. Entretanto, um dos maiores desafios no país, ainda consiste na

cultura do litígio, em buscar primeiramente o judiciário para a resolução de qualquer problema de qualquer intensidade.

A sociedade, no entanto, não deve depender somente da tutela jurisdicional, ainda mais no contexto brasileiro com o aumento da quantidade de conflitos submetidos ao poder judiciário e da sua cultura da sentença. Por esse motivo, as ODRs são uma excelente alternativa para a ampliação do acesso à justiça que também corrobora para o seu equilíbrio, mesmo que para resolver conflitos de transações feitas presencialmente, desde que facilite e seja uma porta a mais para esse objetivo de solução de controvérsias de maneira mais efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As soluções de conflitos on-line foram embrionariamente iniciadas com a abertura da internet a partir de 1990. Com o desenvolvimento das primeiras movimentações comerciais em rede surgiu a necessidade de deliberar os conflitos no mesmo lugar das transações, ou seja, no ciberespaço. A origem dos modelos *de Online Dispute Resolution* foi orgânica, e teve início nas plataformas privadas que almejavam dar mais segurança nas compras de seus usuários. Por esse motivo, desenvolveram novas formas de solução de conflitos on-line.

A *Online Dispute Resolution* pode ser conceituada de maneira abstrata como o uso de qualquer tecnologia para o emprego dos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos, e de maneira restrita, como uma forma inovadora de resolução de conflitos on-line, que traz a possibilidade da construção de um novo desenho de procedimentos, o qual é denominado como "quarta parte", traçado especificamente para atender determinado tipo de resolução de controvérsia.

No Brasil, os modelos de ODRs começaram a se destacar por volta de 2016, após o fomento das legislações processuais e também de ações do CNJ para a virtualização do Poder Judiciário. Atualmente, as demandas que mais utilizam modelos de ODR no país são as consumeristas, por possuírem ações em massa, de baixa complexidade, e também por muitos usuários utilizarem a própria rede para a compra, e por esse motivo, possuírem uma predileção do mesmo meio para a resolução de possíveis conflitos.

Nesse sentido, ressalta-se que há no Brasil, modelos de ODRs que auxiliam nas demandas consumeristas que são privados como o Mercado Livre, ou públicos como o consumidor.gov.br, plataforma que teve um grande crescimento nos últimos anos e com uma proposta muito importante para a diminuição dos números de ações sobre Direito do Consumidor no judiciário.

O consumidor.gov.br tem se esforçado para maior ampliação de sua base fornecedores, no entanto, ainda faltam muitas empresas de grande e pequeno porte que não aderiram à plataforma. Como ponto negativo desse modelo de ODR, muitos apontam a falta da possibilidade de ser assistido por um advogado, causando um temor em relação ao princípio da ampla defesa. De forma prática, ainda faltam medidas para que se possa resolver conflitos em massa como macroproblemas, o consumidor.gov.br por enquanto, só resolve demandas individuais.

Conclui-se, portanto, que a aplicação do modelo de ODR em matéria consumerista tem se mostrado efetiva, tanto na esfera pública como na esfera privada, com captação de bons resultados de aprovação por parte dos usuários.

Deste modo, é importante ressaltar que a *Online Dispute Resolution* é uma excelente alternativa para a resolução de conflitos no Brasil, principalmente nas disputas com grande volume de usuários, pois amplia o acesso ao sistema de justiça, fomenta a desjudicialização e consequentemente é uma medida promissora para o auxílio do desafogamento do judiciário, podendo ser aberta a outras demandas além do Direito do Consumidor, como em demandas relativas aos tratamentos de dados pessoais com base LGPD, por exemplo. Frisa-se ainda que a utilização das ODRs amplia o Acesso à Justiça que está dentro do 16º objetivo sustentável da ONU.

Em relação aos modelos de ODRs privadas que abarcam diversos tipos de demandas, muito além do Direito do Consumidor, como Direito do Trabalho, Direito de Família, demandas de locação, etc. Há ainda um receio coletivo de que a abertura indiscriminada desse tipo de plataformas possa mercantilizar o Direito. No entanto, acreditamos que muitas das críticas mesmo tendo fundamentos, ainda são precipitadas, vez que, há uma necessidade de regulamentação e de discussão acerca da possiblidade e viabilidade de criação das ODRs privadas que tratem de direitos mais sensíveis.

Ressalta-se, portanto, que apesar da ausência de regime jurídico que regulamente modelos de *Online Dispute Resolution*, isso não impede o seu desenvolvimento no país, contudo, mesmo com vários desafios a serem ultrapassados, a ODR é uma alternativa promissora que deve ser explorada e incentivada, ainda que com possíveis regulamentações futuras.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fernando Sérgio Tenório de. A resolução online de litígios (odr) de baixa intensidade: perspectivas para a ordem jurídica brasileira. **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**, Fortaleza, v. 22, n. 2, p. 514-539, maio/ago. 2017. Disponível em https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/5397/pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

ARBIX, Daniel do Amaral. **Resolução online de controvérsia**. 1.ed. São Paulo: Intelecto Editora, 2017.

ARBIX, Daniel do Amaral. **Resoluções online de controvérsias**: tecnologias e jurisdições. 2015. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: doi:10.11606/T.2.2016.tde-01092016-154830. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.Acesso em: 21 de jun. de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 2 de jul. de 2021.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à justiça** (Tradução Ellen Gracie Northfleet). Porto Alegre: Fabris, 1988.

CNJ, **Justiça em Números 2020**: ano-base 2019. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf. Acesso em: 23 de jul. 2021.

DINAMARCO, Candido Rangel. **A instrumentalidade do processo** 11 ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

FIGUEIREDO, Bianca Fernandes. Consumidor.gov.br: a exigência de utilização da plataforma digital de solução adequada de conflitos antes do ajuizamento de ação de consumo como fator de eficiência do Poder Judiciário, à luz da análise econômica do direito. **Revista Eletrônica do CNJ**, Brasília, v. 4 n. 1, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/article/view/98. Acesso em 20 abr. 2021.

FREITAS, Tainá. Como o Mercado Livre atingiu 98,9% de „desjudicialização" na resolução de conflitos. **Startse**, 24 de maio de 2019. Disponível em: https://www.startse.com/noticia/nova-economia/mercado-livre-odr-resolucao-conflito. Acesso em: 13 abr. 2021.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Levando o dever de estimular a autocomposição a sério: uma proposta de releitura do princípio do acesso à justiça à luz do CPC/15. **Revista Eletrônica de Direito Processual** - REDP. Rio de Janeiro. Ano 14. Volume 21. Número 2. pp. 99-114. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/50802. Acesso em: 3 de jul. de 2021.

KATSH, Ethan; RABINOVICH-EINY, Orna. **Digital Justice: technology and the internet of disputes**. Oxford University Pres: Nova York, 2017.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: 34, 1999.

MAIA, Andrea; FERRARI, Isabela. **Sistema de resolução de conflitos on-line** – mais uma porta de acesso à justiça. Justiça e Cidadania, 20 fev. 2018.

MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012.

MARQUES, Ricardo Dalmaso. A resolução de disputas online (ODR): Do comércio eletrônico ao seu efeito transformador sobre o conceito e a prática do acesso à justiça, in **Revista de Direito e as Novas Tecnologias**, 2019. Disponível em: https://url.gratis/JqHTU. Acesso em: 29 abr. 2021.

MODRIA, **Resolução de conflitos online**: Possibilitando que cidadãos e empresas solucionem conflitos via internet a qualquer hora e qualquer lugar. 2019. Acesso em: https://www.camesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Portuguese-Brochure-Modria-.pdf . Acesso em: 13 de jun. 2020.

NAVARRO, Erick; BECKER, Daniel. **Entre gritos e sussurros**: a solução automatizada de conflitos, o TJRJ e a 4ª onda de acesso à justiça. Jota, 28 mar. 2018.
PELLEGRINI, Ada Grinover. **Ensaio sobre a processualidade**; Fundamentos para uma nova teoria geral do processo. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

RULE, Colin. **Online Dispute Resolution for Business:** B2B, E-commerce, Consumer, Employment, Insurance, and Other Commercial Conflicts. São Francisco: Jossey-Bass, 2002.

SADEK, Maria Tereza Aina, org. **O sistema de justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. *E-book*. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/59fv5/pdf/sadek-9788579820397.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à Justiça: um direito e seus obstáculos. Revista USP nº 101. Março/Abril/Maio 2014. pp. 55-66.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma revolução democrática da Justiça**, 2007. Disponível em: https://docs.google.com/a/fcarp.edu.br/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZmNhcnAuZWR1LmJyfG51cGVkaXxneDoyZmZjZmM5OTVhOTJjYmIy. Acesso em: 10 jun. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. rev. e atual., Porto Alegre.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR. **Consumidor em números 2020**. Brasília: SENACOM, 2021. Disponível em: https://www.defesadoconsumidor.gov.br/portal/biblioteca/100-boletins. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, José Afonso da. Acesso à Justiça e cidadania. In: Poder constituinte e poder popular: estudos sobre a Constituição. São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 150- 165.

SUSSKIND, Richard. **Tomorrow's Lawyers: an introduction to your future**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **The Future of the Professions**. Oxford: Oxford University Press: 2015.

TOMÉ, Bruna Borghi. **A ODR como protagonista da resolução de conflitos na sociedade 5.0**. 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coords.). **Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 128-135.

WATANABE, Kazuo. Cultura da sentença e cultura da pacificação. In: **Acesso à ordem jurídica justa**: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos. Belo Horizonte: Del Rey, p. 65-73, 2019.

WOLKART, Erick Navarro. **Análise econômica do processo civil**: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

OS GÊNEROS DO DISCURSO NA BNCC: UMA ANÁLISE CRÍTICO-REFLEXIVA

SPEECH GENRES AT BNCC: A CRITICAL-REFLECTIVE ANALYSIS

Área temática: Educação de Qualidade

MORAES, Gabriela Sampar Rocha
Universidade de Franca
Doutoranda em Linguística
gabisamparr@hotmail.com
LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo
Universidade de Franca
Doutora em Linguística
camila.ludovice@unifran.edu.br

Resumo
A Língua Portuguesa chegou ao Brasil em 1500, passando a fazer parte do currículo oficial do ensino secundário apenas com a independência do país. Contudo, até a metade do século XX, não havia um consenso sobre o que ensinar. Muitas foram as leis e documentos criados com o objetivo de dar um norte à educação, até chegar na elaboração da BNCC, que traz uma referência aos currículos das instituições de ensino brasileiras, regulamentando as aprendizagens essenciais para todos os estudantes do país. O presente trabalho tem como objetivo analisar o componente de Língua Portuguesa da BNCC, mostrando seus pontos positivos e negativos. A pesquisa justifica-se pela necessidade de se ter um olhar crítico em relação à Base, para que os professores possam seguir os conteúdos de forma reflexiva e consciente. Para tanto, pautamo-nos nos estudos de Bakhtin (2016) relacionados aos gêneros do discurso.

Palavras-chave: BNCC, Componente de Língua Portuguesa, Gêneros do discurso.

Abstract
The Portuguese language arrived in Brasil in 1500, becoming part of the oficial curriculum of secundary education only with the country's Independence. However, until the middle of twentieth century, there was no consensus about what to teach. There were many laws and documents created with the aim to shed some light on education until arriving the BNCC's elaboration, which brings a reference to the curricula of Brazilian educational institutions, regulating the essential learning for all the students in the country. The present study has the aim to analyze the Portuguese Language component of the BNCC, showing its positive and negative points. The reserch is justified by the need to have a critical view in relation to the Base, so that teachers can follow the contents in a reflexive and conscious way. For that, we are guided by Bakhtin's studies (2016) related to speech genres.

Keywords: BNCC. Portuguese Language Component. Speech genres.

INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa chegou ao Brasil em 1500, passando a conviver com idiomas indígenas; contudo, de acordo com Lima e Salomão (2013), o português foi se sobrepondo a eles. Segundo as autoras, em 1532, nosso idioma já havia se diversificado, misturando-se, também, com as línguas dos africanos que aqui chegaram na condição de escravos. Naquele tempo, só sabia ler e escrever quem pertencia a classes sociais privilegiadas. Dois séculos depois, em 1759, com a reforma de Marquês de Pombal, o ensino da LP tornou-se obrigatório em Portugal e também em nosso país. Passados quase cem anos, com a independência do Brasil, a LP começou a fazer parte do currículo oficial do ensino secundário.

Entretanto, até a metade do século XX, não havia um consenso sobre o que ensinar. Apenas em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi publicada, trazendo um norte para a educação brasileira. Em 1996 este documento foi atualizado com o objetivo realizar uma intensa reforma no ensino, alterando pontos em relação à formação docente e à educação infantil. Ainda nessa época, o país não tinha uma proposta curricular nacional, como previa a Constituição Federal de 1988. Então, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esses parâmetros, de forma geral, dividiram opiniões de especialistas, sendo bastante controversos.

Passados algumas décadas, em 25 de julho de 2014, foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE), que estabeleceu vinte metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica, no período de 2014 a 2024. Dentre elas, estipulou-se a criação de uma base curricular nacional.

Assim, a formulação da BNCC partiu do que se previa na Constituição de 1988, na LDB/96 e também no PNE. Para sua elaboração, foram realizadas conferências, seminários e consultas públicas com a participação de vários especialistas. A versão final do documento para o Ensino Infantil e para o Ensino Fundamental foi entregue em 2017, já para o Ensino Médio em 2018.

A Base referencia os currículos das instituições de ensino brasileiras, regulamentando as aprendizagens essenciais para todos os estudantes do país; assim, por meio de conteúdos mínimos, a BNCC tem a intenção de assegurar uma formação básica comum. Sua proposta pedagógica geral está pautada no conceito de competências, visando ao desenvolvimento global dos estudantes, por meio de uma educação integral que abarque várias dimensões, como física, emocional, intelectual, cultural e social, com o objetivo de construir uma sociedade justa, democrática, ética, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Segundo o documento, isso é possível pois o estudante, por meio do desenvolvimento integral, estará preparado para a vida, o trabalho e o pleno exercício da cidadania.

Em relação ao componente de Língua Portuguesa, mais especificamente, a BNCC afirma dialogar com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, contudo, a Base está mais atualizada em relação às tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). De acordo com o documento, o objetivo do ensino de língua portuguesa não é simplesmente estudar regras e normas, e sim ampliar a capacidade do estudante de usar a língua nas mais diferentes situações cotidianas. Considerando esses pressupostos, a BNCC propõe quatro eixos para o estudo do português, que se articulam dialogicamente. São eles: eixo da leitura, eixo da produção de textos, eixo da oralidade e eixo da análise linguística/semiótica.

Esses eixos associam-se com as práticas de linguagem, por isso outra categoria organizadora do currículo são os campos de atuação em que essas práticas se realizam. Nos anos finais, os campos de atuação são: artístico-literário, das práticas de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. A escolha desses campos se deu por contemplarem dimensões formativas importantes de uso da linguagem, tanto na escola, como fora dela.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o componente de Língua Portuguesa da BNCC, mostrando seus pontos positivos e negativos, a partir dos estudos de Bakhtin sobre os gêneros do discurso. Para tanto, apresentaremos primeiro alguns pontos importantes da obra bakhtiniana, para então fazer nossas considerações sobre a Base.

BAKHTIN: gêneros do discurso

Bakhtin foi um filósofo russo que dedicou a vida à análise da linguagem com base em discursos cotidianos, artísticos, filosóficos, científicos e institucionais. Ele acreditava que a língua é um fato social, que só existe devido à necessidade de comunicação e ia contra a ideia dela ser

apenas um sistema de regras. Bakhtin voltou-se para fala, para o discurso vivo, falado na interação social, observando sempre a linguagem em seu aspecto histórico e ideológico.

É necessário salientar que Bakhtin não reprova o estudo da língua, considerando importante compreender suas unidades, mas afirma que a morfologia, a fonologia e a sintaxe não demonstram o funcionamento real da linguagem. Assim, sugere a concepção da translinguística, com o objetivo de estudar os enunciados, bem como as relações dialógicas entre eles, ultrapassando a visão de língua como sistema. O estudioso russo acreditava que estudar apenas as palavras não era suficiente, era preciso investigá-las a partir de sua relação com o mundo exterior.

Dessa maneira, a ideia principal dos estudos bakhtinianos é que a língua tem a propriedade de ser dialógica. É importante entender que o dialogismo não é apenas a incorporação pelo enunciador de vozes de outros no seu enunciado, para Bakhtin o dialogismo engloba mais do que a linguagem, refere-se à existência humana, estando diretamente relacionado com as relações interpessoais, já que o ser humano não é capaz de perceber sua imagem externa sem a ajuda do outro.

Um aspecto importante do dialogismo é o fato de as interações verbais entre sujeitos acontecerem em diferentes esferas discursivas, como, por exemplo: familiar, acadêmica, tecnológica, publicitária, literária, cotidiana, escolar, religiosa, entre outras, que estão sempre relacionadas às manifestações culturais humanas.

A esfera determina em qual situação o discurso será feito, em que tempo e lugar, quais são os participantes, os conteúdos temáticos e as relações sociais possíveis dentro desse contexto, em outras palavras, a esfera indica a maneira como se deve dizer algo. A partir disso, entramos em um importante conceito de Bakhtin estritamente ligado ao dialogismo: os gêneros do discurso.

Os gêneros discursivos estão presentes em nossas vidas desde muito cedo, "[...] quase da mesma forma com que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática" (BAKHTIN, 2016, p. 38), ligando a linguagem com a vida social. Eles vinculam-se às atividades humanas, constroem-se nessas atividades e refletem suas finalidades. Surgem a partir de diferentes situações sociais e vão sofrendo modificações de acordo com o momento histórico nos quais estão inseridos, unindo, dessa forma, estabilidade e instabilidade, permanência e mudança. Quando aprendemos novos gêneros, compreendemos e interagimos melhor com a realidade que nos cerca, ampliando nossa capacidade de participação nos vários aspectos da vida social.

> A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. (BAKHTIN, 2016, p. 12)

Bakhtin nos explica, ainda, que os gêneros podem ser divididos em primários e secundários. Os primários se referem a situações comunicativas cotidianas, informais, que sugerem uma comunicação imediata. Os secundários fazem referência a situações comunicativas mais elaboradas. Para poder classificar um gênero, é preciso levar em consideração alguns aspectos definidos por Bakhtin. O primeiro deles é o conteúdo temático, que não deve ser confundido com o assunto de um texto, pois vincula-se ao contexto de produção do gênero, trata-se da situação sócio-histórica em que se produz a enunciação, dos aspectos da realidade com os quais o gênero se relaciona.

O segundo denomina-se plano composicional – trata-se do domínio relacionado à estruturação do texto, à maneira pela qual ele está organizado, uma forma padrão relativamente estável de organização. Contudo, essa estrutura pode modificar-se de acordo os projetos enunciativos e com as relações dialógicas. Por fim, temos o estilo, que se refere às escolhas relacionadas ao âmbito linguístico, como as seleções lexicais, fraseológicas ou gramaticais, usadas de acordo com a função comunicativa. O estilo também está intrinsicamente vinculado ao contexto, pois é ele que determina os recursos apropriados para retratar a realidade. Além disso, ele reflete a individualidade do falante na produção do enunciado, sendo que alguns gêneros dão mais liberdade para que essa individualidade aconteça, como os relacionados à literatura; e outros menos, como os documentos oficiais.

Percebe-se, assim, que o conteúdo temático, o plano composicional e o estilo estão relacionados entre si e sempre são definidos de acordo com as necessidades comunicacionais.

Comunicamo-nos, portanto, por meio dos gêneros do discurso. Nossos diálogos, nossa forma de pensar e de se expressar se dão através da interação com o outro, da interação com o mundo. Falamos de diferentes maneiras, com diferentes intencionalidades e em diferentes contextos, usando, assim, o tempo inteiro, diferentes gêneros discursivos. Por isso, o ensino de Língua Portuguesa precisa pautar-se, necessariamente, nos gêneros do discurso, de modo que o aluno reflita sobre o idioma em sua prática cotidiana.

OS GÊNEROS DO DISCURSO NA BNCC: uma análise crítico-reflexiva

A BNCC, como destacado na introdução do artigo, é um documento que deve ser seguido pelos currículos de todas as redes públicas e particulares brasileiras. A Base determina os conhecimentos e habilidades essenciais que os alunos têm direito de aprender, o que, pelo menos na teoria, significa que independente de raça, região ou classe socioeconômica, todos os estudantes devem aprender os mesmos conteúdos.

O documento é organizado em competências e habilidades que têm como objetivos principais fazer com que os alunos consigam exercer plenamente a cidadania e apliquem seus conhecimentos no mundo do trabalho. Em relação ao componente de LP, a BNCC coloca o texto como elemento central na metodologia de ensino, tratando a concepção de linguagem enquanto interação social, o que dialoga com os pressupostos dos PCNs. A Base, contudo, traz um diferencial: a necessidade de trabalhar não só com textos tradicionais, como os impressos, mas também com os digitais, gêneros discursivos cada vez mais utilizados na nossa sociedade, visto que as formas de interação entre os homens estão sempre em constante mudança.

Em uma reflexão inicial, vale destacar que muitas são as críticas de importantes estudiosos em relação ao documento. Esta pesquisa, que parte do ponto de vista de uma professora de escola pública, conhecedora da realidade da educação no município de Orlândia, poderia fazer algumas considerações de antemão, talvez quase todas negativas, já que páginas e páginas muito bem escritas nada representam a realidade da sala de aula. Mas optamos por olhar a BNCC como uma possiblidade de melhoria na educação, estando, contudo, longe de ser uma solução perfeita. Assim, apresentamos primeiro os aspectos que consideramos positivos e que podem, de alguma forma, contribuir para que seja repensado como ensinar a LP. Depois, trazemos os pontos negativos do documento, que são, obviamente, inevitáveis.

BNCC e a Língua Portuguesa: aspectos positivos

O desenvolvimento tecnológico trouxe para sociedade recursos que facilitaram bastante a vida cotidiana. Viver nos dias de hoje implica não ter apenas condições de subsistência, mas também ter acesso ao que a tecnologia pode nos fornecer. Atualmente, as TDICs estão presentes nos mais diversos aspectos do nosso dia a dia: no modo como temos acesso ao conhecimento, na comunicação com outras pessoas, nos sistemas de saúde, transporte, produção de bens e serviços, entre tantos outros. Por que, então, não as inserir na escola?

> Há algum tempo, o sistema educacional no país demonstra “cansaço”, atrelado a metodologias e recursos já ultrapassados. Dessa forma, para o jovem, o contexto de ensino constitui-se como desestimulante. Claro que atrelar tecnologia e aprendizagem no ambiente escolar não é fácil, tendo em vista os problemas, tanto de ordem burocrática ou no que tange à infraestrutura de nossas instituições de ensino. Contudo, giz, lousa e livro didático ainda ocupam, enquanto instrumentos didático pedagógicos, o protagonismo do processo ensino-aprendizagem, como se a escola ocupasse uma realidade a parte daquela que realmente vivenciamos em nosso dia a dia. Surge, desse modo, a inquietação: como, no atual contexto tecnológico, aceitar que as ferramentas mais utilizadas pelos estudantes estejam fora do panorama educacional? (FILHO; MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 176)

Quando pensamos na necessidade de inserir as TDICs na sala de aula, pode-se, em um primeiro momento, constatar que os recursos tecnológicos aproximam a aprendizagem com a vida real do aluno, partindo de situações concretas e que, até em uma simples aula expositiva, despertam

a atenção dos alunos, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa. Mas a verdade é que a necessidade de introduzir a tecnologia na educação não se reduz a esses aspectos.

De acordo com Xavier (2023), o crescente aumento na utilização das novas ferramentas tecnológicas tem exigido dos cidadãos a aprendizagem de comportamentos e raciocínios específicos, assim surge uma nova modalidade de letramento: o digital. Dessa forma, tornou-se necessário dominar um conjunto de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas urgentemente nas escolas, para que os alunos se tornem capazes de viver e atuar como verdadeiros cidadãos neste nosso mundo cercado por máquinas eletrônicas e digitais.

> O letramento digital implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital. (XAVIER, 2023, p. 2)

Assim, é possível afirmar que ser letrado digitalmente é ter a capacidade de ler, compreender e produzir textos digitais, além de conseguir inserir o conhecimento adquirido em outros contextos socioculturais. É importante entender que a cultura digital modifica nossas ações, relações e modos de pensar, pois a comunicação acontece em tempo real e a aprendizagem em qualquer espaço e momento.

Bakhtin, no século passado, escreveu sobre os gêneros do discurso, afirmando que eles ligam a linguagem com a vida social, vinculando-se às atividades humanas, construindo-se nessas atividades e refletindo suas finalidades, por isso surgem a partir de diferentes situações sociais, sofrendo modificações de acordo com o momento histórico nos quais estão inseridos. Naquele tempo, o filósofo ainda não previa a existência da tecnologia, mas já sabia que novos gêneros discursivos iriam surgir. Assim, hoje, com todas as mudanças tecnológicas, podemos observar o surgimento dos gêneros discursivos multissemióticos e multimidiáticos, todos veiculados a diferentes esferas das atividades humanas.

De acordo com Marques (2023), os gêneros multissemióticos são aqueles compostos por várias linguagens, como a verbal (oral e escrita), visual, sonora, corporal e digital. Já os gêneros multimidiáticos são os que trabalham com diversas mídias, como a TV, o rádio e a internet.

Assim, consideramos muito positivo a BNCC trabalhar em suas competências a cultura digital e, especificamente, na área de Linguagens e de Língua Portuguesa, os gêneros discursivos que dela advém. Ao observarmos as competências gerais e as específicas de Linguagem e Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, encontramos vários conteúdos que dialogam com a cultura digital e que precisam urgentemente serem trabalhados em sala de aula. Vejamos: criar soluções tecnológicas; utilizar a linguagem digital; utilizar as TDICs de forma crítica, significativa e ética nas diversas práticas sociais; utilizar diferentes linguagens, incluindo a digital com vários objetivos; ler, escutar e produzir textos multissemióticos; mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais.

É importante destacar que a Base não deixa de trabalhar com textos tradicionais, como reportagem, entrevista, artigo de opinião, textos literários, mas enxerga a necessidade de se estudar os gêneros que vêm surgindo por meio da tecnologia, como memes, gifts, vlogs, podcasts. Por meio desses textos, é possível trabalhar um novo conceito de autoria, já que eles são criados em conjunto e constantemente mudados por diversos usuários. A interação é direta, instantânea.

Vale ponderar, obviamente, que a tecnologia não resolverá a maioria dos problemas das escolas e que todas as atividades não podem e nem devem ser relacionadas ao mundo digital. As TDICs são aliadas que possibilitam criar metodologias inovadoras no ensino, podendo despertar o interesse do jovem com atividades que dialogam com sua vida. É claro que a presença do professor, a interação olho no olho e o diálogo face a face fazem toda a diferença, pois a tecnologia não substitui as relações humanas, fato que pôde ser comprovado durante a pandemia da COVID-19, nos anos 2020 e 2021, com o ensino remoto.

Em continuação ao estudo de LP na Base, é possível perceber que o documento tem a preocupação de dividir em campos de atuação os conteúdos que consideram ser de maior importância no âmbito escolar. Assim, assuntos como a vida em sociedade e o papel ativo de cada cidadão mostram-se muito presentes por toda a extensão da Base. Se considerarmos os estudos

bakhtinianos acerca dos gêneros discursivos, essa organização em campos de atuação se justifica, pois para Bakhtin toda enunciação está situada no meio social que o indivíduo pertence.

> Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas. (BRASIL, 2018, p. 67)

Ademais, a presença no documento de inúmeros gêneros discursivos é algo extremamente positivo, já que são eles que constituem as práticas de linguagem; assim enxergamos uma possibilidade de estudar a LP com uma visão social e cultural da mesma, possibilitando desenvolver nos alunos a consciência de que a linguagem é uma atividade interativa, dialógica, em que nós nos constituímos como sujeitos sociais. Assim, o trabalho com os gêneros do discurso permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de serem locutores e interlocutores, dominando os diferentes usos da língua, de acordo com as exigências de cada situação comunicativa.

Acreditamos, também, que ter um documento que norteia os conteúdos que os alunos devem aprender é algo bom. Temos um país de dimensões continentais, com realidades extremamente diferentes, sabemos que mesmo com a BNCC é impossível manter o mesmo nível de aprendizagem por inúmeros fatores, como condição física e econômica da escola, além de outros motivos relacionados aos alunos, como aspectos afetivos, emocionais, psicológicos e familiares. Mas se não houver um norte mínimo para ser seguido, as discrepâncias serão ainda maiores. Contudo, apesar dos pontos analisados até aqui serem positivos, a Base possui também suas fragilidades, as quais discutiremos a seguir.

BNCC e a Língua Portuguesa: aspectos negativos

Como já discutimos, um dos aspectos que consideramos positivos na BNCC é que ela trabalha em suas competências a cultura digital, tão importante e necessária na sociedade atual. Contudo, ter um documento normativo postulando a introdução de tecnologias digitais no ensino não faz com que este melhore automaticamente. A pergunta que a Base não responde é a seguinte: como se apropriar das tecnologias digitais e sob quais concepções para se desenvolver práticas de ensino e aprendizagem? Percebemos que falta na BNCC exemplos práticos, direcionamentos mais específicos de como as TDICs poderiam ser trabalhadas nas escolas, não como uma proposta obrigatória, mas sim para ilustrar como elas podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que a BNCC é um documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais e não um livro de metodologias para aplicar em sala de aula, mas a falta de propostas de atividades dificultam o dia a dia do professor. Poderia pensar-se em um manual completar à Base, que desse um norte ao trabalho docente.

A verdade é que a presença das tecnologias digitais, se não bem trabalhadas, apenas continuarão perpetuando as práticas tradicionais tão criticadas. Um blog escolar pode ser uma oportunidade para que os alunos reflitam sobre a língua, enxergando que o discurso é uma forma coletiva de agir em um determinado lugar e em um tempo histórico. Contudo, pode ser também um mero repositório de regras gramaticais. Tudo depende de como essa atividade será desenvolvida.

O que acontece é que os materiais didáticos e os sistemas apostilados seguem a Base, trabalhando os conteúdos da maneira que consideram apropriado, já que a BNCC não traz exemplos ilustrativos e os professores, na maioria das vezes, seguem os livros ou apostilas. Assim, se o material não trouxer atividades bem elaboradas relacionadas às TDICs, dificilmente elas serão realizadas na escola. Além disso, muitos docentes ficam impossibilitados de desenvolverem qualquer coisa relacionada à tecnologia, pois suas escolas não contam com estrutura física para isso.

Vale destacar, ainda, que a falta de direcionamentos específicos não se relaciona apenas ao uso das tecnologias. Outro ponto negativo da Base é que ela não explica conceitos que no documento parecem ser dominados pelos professores, mas muitas vezes não são. A palavra multiletramento é um exemplo que podemos usar para ilustrar que a Base não traz nenhuma explicação de conceitos importantes, pois embora este vocábulo apareça inúmeras vezes no

documento, não há nenhum tipo de esclarecimento quanto à compreensão que está sendo adotada. Talvez, no meio do texto, não seria adequado trazer definições extensas, para evitar uma redação excessivamente acadêmica, mas isso não justifica a ausência de um tratamento teórico consistente. Uma alternativa poderia ser a criação de um glossário, ao final do documento, que permitisse consulta e aprofundamento de conceitos relevantes.

Como já ressaltado, o documento prioriza o ensino de teorias do gênero, do texto e do discurso, o que é muito importante, o problema é que a Base dá uma importância menor para os conhecimentos linguísticos, o que pode fazer com que os livros didáticos e os sistemas apostilados continuem com o tradicional ensino da gramática normativa-prescritiva. Sem compreender o tratamento que deve ser dado ao texto como objeto para reflexões sobre a língua, ele acaba se tornando um pretexto, sendo usado apenas como base para questões que se pautam na gramática tradicional.

O contrário também pode ocorrer: sem uma orientação correta para uma prática de análise linguística, muitos professores estão se afastando desses conteúdos, pois o ensino da gramática tem sido associado ao tradicionalismo. Mais uma vez percebemos que faltam na BNCC exemplos práticos, o que dificulta o trabalho docente.

Por fim, vimos que a BNCC trabalha com inúmeros gêneros discursivos, muitos dos quais se aproximam da realidade dos alunos. O problema, entretanto, é que eles servem apenas como ponto de partida para verificação de conhecimentos prévios para então chegar aos gêneros orientados pela variante formal. Se pensarmos na teoria de Bakhtin, os gêneros não são enunciados organizados por grau de complexidade, pois na verdade dialogam entre si. Achamos necessário o estudo de textos que seguem a norma culta, bem como literários complexos e até distantes temporalmente do aluno, eles só não podem ser entendidos como mais importantes que aqueles presentes no dia a dia do estudante, pois em situações concretas da vida cotidiana os textos não se articulam dessa forma.

Assim, embora a Base apresente pontos negativos, os profissionais da Educação Básica não terão como opção não segui-la, já que é obrigatória em todo território nacional. É preciso, então, olhar para os aspectos positivos e tentar utilizá-los para melhorar a qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a língua portuguesa chegou ao Brasil junto com os colonizadores, convivendo com o idioma dos nativos e, anos depois, também com o dos africanos. Contudo, o português foi se sobrepondo, por isso podemos afirmar que nossa colonização também foi linguística. Desse modo, a LP transformou-se no nosso idioma oficial e hoje é uma importante disciplina na educação básica.

Neste artigo, fizemos reflexões sobre o componente de LP na BNCC, com base nos ensinamentos de Bakhtin sobre os gêneros do discurso. Percebemos ser positivo o fato de a Base trabalhar em suas competências a cultura digital e, especificamente, na área de Linguagens e de Língua Portuguesa, os gêneros discursivos que dela advém. Achamos adequado, também, o fato de a BNCC dividir em campos de atuação os conteúdos. Ademais, a presença no documento de inúmeros gêneros discursivos é algo extremamente positivo, já que são eles que constituem as práticas de linguagem.

Em relação aos pontos negativos, temos o fato de a Base não explicar como se apropriar das tecnologias digitais para desenvolver práticas de ensino e aprendizagem. Percebemos que falta na BNCC exemplos práticos, direcionamentos mais específicos de como as TDICs poderiam ser trabalhadas nas escolas. Observamos, também, que o documento acaba dando pouca importância para os conhecimentos linguísticos. Por fim, vimos que a BNCC trabalha com inúmeros gêneros discursivos, muitos dos quais se aproximam da realidade dos alunos, o problema, entretanto, é que eles servem apenas como ponto de partida para verificação de conhecimentos prévios para então chegar aos gêneros orientados pela variante formal.

Sabemos que a educação pede mudanças e que obrigatoriamente os professores têm que seguir os componentes estabelecidos pela Base. Assim, acreditamos que a melhor opção é orientar-se pelos seus pontos positivos e refletir sobre os negativos, encontrando diferentes possibilidades de como trabalhar os conteúdos em sala de aula. É fato que para ensinar, é preciso conhecer a experiência do estudante, levando em conta seus conhecimentos prévios, suas vivências. Quando pensamos em ensino de Língua Portuguesa, especificamente, refletir sobre o nosso idioma a partir dos gêneros do discurso é uma possibilidade de aproximar o conteúdo da sala de aula com a

realidade do aluno, já que, como explica Bakhtin, comunicamo-nos por meio dos gêneros textuais. Assim, o ensino da língua não se torna enfadonho, destinando-se exclusivamente para medir o domínio de suas normas-padrão.

Acreditamos que muitas discussões ainda precisam ser feitas e que não existe um único caminho certo para seguir, já que as realidades das escolas brasileiras são muito distintas. Contudo, esperamos, por meio dos estudos bakhtinianos dos gêneros do discurso e das considerações feitas sobre os pontos positivos e negativos do componente de Língua Portuguesa da BNCC, proporcionar reflexões que contribuam para uma melhoria do ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 31, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

FILHO, P. A; MONTEIRO, S. A. S; RIBEIRO, P. R. M. Por uma prática dialógica contemporânea: Bakhtin e as TDICs na produção escrita. In: **Temas em Educação e Saúde**. Araraquara, v. 16, n. 1, jan./jun., p. 173-186, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a3ad/e725e99817ef7c06bf591a88af04d85b1b90.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

LIMA, A. L. A; SALOMÃO, J. M. **Do português europeu ao português brasileiro: origens e formação histórica da Língua Portuguesa.** Revista Pandora Brasil, nº52, p. 102-112, março de 2013.

MARQUES, T. M. **Diferenças e aplicações entre multissemiótico e multimidiático.** Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/formacao/pergunte-a-olimpia/178/diferencas-e-aplicacoes-entre-multissemiotico-e-multimidiatico>. Acesso em: 01 jul. 2023.

XAVIER, A. C. S. **Letramento digital e ensino.** Disponível em: <https://escolafutura.files.wordpress.com/2013/11/letramento-digital-e-ensino.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

O trajeto histórico dos Programas de Transferência de Renda nacionais do Brasil: alívio da pobreza ou redução da desigualdade?

The historical path of Brazil's national Income Transfer Programs: alleviating poverty or reducing inequality?

Área temática: Erradicação da pobreza

Freitas, Lucas Morais de Freitas
Assistente Social, mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
lucas-mfreitas@hotmail.com

Guerra, José Alfredo de Pádua
Economista, Doutor em Serviço Social, discente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

Na década de 1990 do século XX ocorrem na América Latina a difusão dos programas de transferência condicionados de renda. Sob influência do neoliberalismo, estes programas visam combater de forma imediata a pobreza e a extrema pobreza. O objetivo deste artigo é analisar o trajeto histórico dos programas de transferência de renda nacionais do Brasil, com o intuito de verificar se este tipo de política social visa amenizar a pobreza, situando-se como programas compensatórios ou conseguem afetar a estrutura da desigualdade social brasileira. Para sua realização efetuamos uma revisão bibliográfica em livros, artigos, sites da internet e legislação acerca do tema de modo a possibilitar melhor entendimento da discussão realizada até o momento à luz do materialismo histórico dialético. Os resultados apontam que os programas de transferência condicionada de renda tem caráter compensatório visando aliviar os impactos da pobreza e extrema pobreza de forma imediata. Percebe-se que estes programas se conectam aos discursos neoliberais, sociais-liberais e ultraliberais de forma a possibilitar o alívio da pobreza, mas não atacando diretamente a estrutura da desigualdade social brasileira. Há necessidade de se pensar em uma Política Nacional de Transferência de Renda, bem como articular as políticas sociais a uma política econômica que vise a redistribuição de renda no país.

Palavras -chave: programas de transferência de renda - política social - assistência social

Abstract

In the 1990s of the 20th century, conditional income transfer programs spread in Latin America. Under the influence of neoliberalism, these programs aim to immediately combat poverty and extreme poverty. The objective of this article is to analyze the historical trajectory of national income transfer programs in Brazil, with the aim of verifying whether this type of social policy aims to alleviate poverty, standing as compensatory programs or can affect the structure of Brazilian social inequality. . To carry it out, we carried out a bibliographical review of books, articles, websites and legislation on the subject in order to enable a better understanding of the discussion held so far in the light of dialectical historical materialism. The results indicate that conditional income transfer programs have a compensatory nature, aiming to alleviate the impacts of poverty and extreme poverty immediately. It is clear that these programs connect to neoliberal, social-liberal and ultraliberal discourses in order to enable poverty alleviation, but without directly attacking the structure of Brazilian social inequality. There is a need to think about a National Income Transfer Policy, as well as linking social policies to an economic policy that aims to redistribute income in the country.

Keywords: income transfer programs - social policy - social assistance

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990 do século XX, sob os auspícios do neoliberalismo e recomendações de diferentes Organismos Internacionais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) houve a implementação de diversos Programas de Transferência de Renda na América Latina.

No Brasil, o debate sobre Programas de Transferência de Renda inicia-se em 1991 com a proposta do então senador Eduardo Suplicy de um Programa de Renda Mínima nacional na forma de um imposto negativo.

No decorrer da década de 1990, num contexto neoliberal de descentralização de responsabilidades da União para outros níveis de governo, as primeiras experiências de Programas de Transferência Condicionada de Renda foram realizadas pelos municípios. Somente na segunda metade da década de 1990, o governo brasileiro inicia a implementação de programas de transferência de renda de âmbito nacional.

Desde então, este tipo de programa vendo sendo o carro – chefe da política social do país no combate à pobreza. Os governos que se seguiram no século XXI até os dias atuais permaneceram com esta agenda de política pública para enfrentamento da pobreza.

Percebe-se que os programas de transferência de renda no Brasil permanecem compensatórios e focalizados para alívio da pobreza. Apesar do impacto na redução da pobreza e da fome nos primeiros anos do século XXI, estes programas até o momento não conseguiram alterar a profunda estrutura da desigualdade social brasileira.

É perceptível a influência neoliberal nos programas de transferência condicionada de renda brasileiros, recomendados desde a década de 1990 por organismos internacionais no intuito de redução da fome, porém, também com o foco na manutenção da reprodução da força de trabalho e por consequência da administração da pobreza.

Diante do cenário pandêmico por COVID – 19 que afetou o mundo principalmente nos anos de 2020 e 2021 e por consequência houve o aumento da pobreza e desigualdade social no país, é extremamente necessário o avanço para uma Política Nacional de Transferência de Renda, associada às políticas de seguridade social, com objetivo de maior proteção social aos cidadãos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão de introdução de programas de transferência de renda no Brasil tem-se início em 1991 do século XX com a proposta do então senador Eduardo Suplicy para instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima a nível nacional. A proposta, através do Projeto de Lei n. 80/1991, foi aprovada pelo Senado Federal, no entanto, teve obstáculos para sua aprovação pelo Parlamento, não havendo também apoio pelo Governo Federal na época.

> O PGRM proposto visava beneficiar, sob a forma do imposto de renda negativo, todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos, com rendimentos brutos mensais inferiores a Cr$ 45.000,00 (ou cerca de R$ 600,00 corrigidos para maio de 2010 pelo INPC/IBGE). Os valores seriam corrigidos nominalmente duas vezes por ano pela inflação acumulada e teriam um acréscimo real anual igual ao crescimento real do PIB *per capita* do ano anterior. Segundo o referido Projeto de Lei, a complementação dos rendimentos far-se-ia na fonte ou por meio dos procedimentos de devolução do imposto de renda, em valor equivalente a 30% - 50% da diferença entre estes rendimentos e o limite de renda estabelecido. Além disso, o PGRM seria implantado gradualmente, alcançando, em 1995, as pessoas maiores de 60 anos; em 1996, os maiores de 55 anos, e assim por diante, até cobrir os maiores de 25 anos em 2002. (Cobo, 2012, p. 151)

Apesar de ter sido apresentado no início da década de 1990 do século XX, o mesmo só foi aprovado em 2003, já na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com diversas modificações pelo Parlamento e vinculado à disponibilidade orçamentária.

Isso se deve a conjuntura que este projeto encontrou na década de 1990 do século XX, que é lembrada pela ampliação do neoliberalismo[1] nas economias do mundo. A crise dos Estados de Bem-estar Social nos países avançados deu força para a implementação de políticas neoliberais, com a recomendação de organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial para que os países retomassem o crescimento econômico.

O Brasil estava saindo de aproximadamente vinte anos de Regime Militar e após diversas movimentações da sociedade civil conseguiu aprovar uma nova Constituição promulgada em 1988, esta por sua vez, com alguns elementos sociais - democratas garantindo direitos jamais vistos anteriormente no país.

No entanto, apesar das conquistas de 1988, vê-se a partir da década de 1990 a introdução do receituário neoliberal, com esforços do governo para a abertura da economia, na tentativa de inserir o país nos parâmetros da globalização, seguindo o Consenso de Washington[2].

> No Brasil, do ponto de vista da reforma democrática anunciada na Constituição de 1988, em alguns aspectos embebida estratégia social- democrata e do espírito welferiano – em especial no capítulo da ordem social -, pode-se falar de uma contra-reforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de reformas mais profundas no país, que muito possivelmente poderiam ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando tarefas democrático-burguesas inacabadas em combinação com outras de natureza socialista. (Boschetti, Behring, p. 150)

As autoras afirmam que ocorre uma contrarreforma, ou seja, apesar de haver uma reforma democrática com a promulgação da Constituição de 1988, instituindo alguns direitos na direção social – democrata, na década posterior com a adesão do país ao receituário neoliberal há uma contrarreforma, na tentativa de atacar ou não implementar as conquistas de 1988.

Assim, a grande prioridade era a estabilização da economia, o controle da inflação e o retorno do crescimento econômico

> Enfocava-se a preocupação com o crescimento econômico e com uma política de exportação, não havendo espaço para a implantação de qualquer política de enfrentamento à pobreza e de redistribuição de renda, até porque a superação da pobreza era percebida como mera decorrência da estabilidade da moeda e do crescimento da economia. (Silva, Yazbek, Giovanni, 2014, p. 101)

---

[1] O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (Anderson, 1995, p. 9)

[2] Reunião de economistas, órgãos financeiros internacionais e governos que propuseram ações para alavancar as economias. O Consenso de Washington sugeriu um receituário neoliberal de políticas econômicas sendo: disciplina fiscal; racionalização de gastos públicos; reforma tributária; taxa de juros de mercado; câmbio competitivo; maior abertura nas relações comerciais; abertura ao investimento direto estrangeiro; privatização de estatais ineficientes; desregulação econômica e trabalhista e, finalmente, direitos de propriedade.

Diante deste cenário, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, implanta o Programa Comunidade Solidária (substituindo a Legião Brasileira de Assistência – LBA) com o objetivo de estimular programas de diversas áreas, como educação, assistência social, saúde, geração de renda e o propósito de atuar nas regiões mais pobres do país, incluindo também a fomentação das organizações não - governamentais para execução dos programas e projetos.

Nesta década, num contexto neoliberal de transferência de responsabilidades da União para outros níveis de governo, bem como para organizações da sociedade civil, as primeiras experiências de Programas de Transferência Condicionada de Renda iniciam-se através dos municípios. Em 1995, são implantados programas denominados de Renda Mínima ou Bolsa Escola nos municípios paulistas de Santos, Campinas e Ribeirão Preto, bem como em Brasília no Distrito Federal.

> Destes, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima – PGRM de Campinas e o Programa Bolsa Escola de Brasília transformaram-se nos modelos inspiradores e orientadores das experiências subsequentes: o Modelo Garantia de Renda Mínima Familiar e o Modelo Bolsa Escola, incorporaram os dois elementos apontados na crítica que Camargo (1991; 1993) fez ao PGRM do senador Suplicy: tomaram a família enquanto unidade beneficiária e articularam a transferência monetária à política de educação, embora em graus diferenciados. (Silva, Yazbek, Giovanni, 2014, p. 57)

Percebe-se que além das primeiras iniciativas serem realizadas no âmbito municipal, ocorre que o Governo Federal não vinha instituindo a assistência social como prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, preferindo promover subvenção de programas e projetos pulverizados e fragmentados.

É importante ressaltar que o Governo Federal não buscou a regulamentação da assistência social conforme previsto na Constituição e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Um exemplo é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que somente em 1996 foi implantado efetivamente. O BPC é um benefício assistencial de transferência de renda direta no valor de um salário-mínimo aos indivíduos idosos acima de 65 anos de idade e pessoas deficientes, estas últimas havendo de comprovar a incapacidade para o trabalho e a vida independente. Ainda, o indivíduo necessita pertencer a famílias com renda *per capita* de até ¼ do salário –mínimo nacional. Desde sua implantação, este benefício é gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Sob inspiração nas iniciativas municipais de programas de transferência condicionada de renda, no modelo “Bolsa - Escola” o Governo Federal cria o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM “para toda criança na escola”, criado em 1997, com regulamentação em 1998 e executado a partir de 1999.

> O PGRM era um Programa orientado para apoio a iniciativas dos municípios que apresentassem renda tributária e familiar per capita inferiores às respectivas médias estaduais. Eram considerados beneficiários potenciais desse Programa famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que tivessem filhos ou dependentes de 0 a 14 anos. A contrapartida era a manutenção em escolas das crianças e adolescentes com idade de 07 a 14 anos. O PGRM era financiado 50% pelo Governo Federal e 50% pelo município, também autor da proposta. O benefício correspondia a uma transferência monetária nunca inferior a R$ 15,00 mensais por filho, além do desenvolvimento de ações socioeducativas direcionadas a estes. (Silva, Yazbek, Giovani, 2014, p. 121)

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Comunidade Solidária passou a chamar-se Comunidade Ativa no intuito de juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) impulsionar projetos de desenvolvimento nos municípios mais pobres.

Em 2000, deu-se início ao Projeto Alvorada (Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano) com o objetivo de implantar programas e projetos do Governo Federal de diversas áreas em municípios de menor indicadores de Desenvolvimento Humano – IDH. Nos anos finais do Governo FCH, ocorreu a transformação do Projeto Alvorada em uma nova ação chamada de Rede de Proteção Social.

No âmbito da área de assistência social, diante de diversas situações apresentadas no país de trabalho infantil penoso e degradante, no ano de 1996, através da Portaria nº 458 do então Ministério da Previdência e Assistência Social foi instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI com o objetivo de combater o trabalho de crianças e adolescentes em todo território nacional. O programa previa o repasse financeiro diretamente à família, bem como havia exigência de frequência escolar e em atividades socioeducativas complementares.

Em 1999, houve a criação do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano que buscava através de repasse financeiro diretamente ao adolescente de 15 a 17 anos pertencentes à famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e em situação de risco social. Era necessário que o adolescente estivesse na escola e com frequência mínima de 75%, além de participar de atividades comunitárias.

Em 2001, através do Ministério da Saúde houve a implantação do Programa Bolsa Alimentação que visava à promoção da saúde de gestantes e nutrizes, bem como de crianças menores de sete anos através de repasse financeiro direto à família. Em 2002, foi lançado o Programa Auxílio Gás que propunha subsidiar o preço do gás às famílias de baixa renda também através de repasse de valor financeiro direto às famílias.

Ainda em 2001, diante do fracasso do Programa de 1997, pois a maioria dos municípios brasileiros não tinha condições de arcar financeiramente com sua parte do Programa, o Governo Federal remodela o PGRM em Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”

> [...] compreendia o pagamento, diretamente à família beneficiária, do valor mensal de R$ 15,00 (quinze reais) por criança, até o limite de três crianças por família. Organizado e gerido no âmbito do Ministério da Educação, os programas municipais passíveis de serem apoiados deveriam preencher cumulativamente os seguintes requisitos (art. 2º):
>
> a) Ser instituído por lei municipal;
> b) Ter como beneficiárias as famílias residentes no Município, com RFPC inferior a ½ salário- mínimo *per capita* e com crianças com idade entre 6 e 15 anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a 85%;
> c) Desenvolver inciativas que, diretamente ou em parceria com instituições da comunidade, incentivassem e viabilizassem a permanecia das crianças beneficiárias na rede escolar, por meio de ações socioeducativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas;
> d) Submeter-se ao acompanhamento de um conselho de controle social, designado ou constituído para tal finalidade, composto por representantes do poder público e da sociedade civil. (Cobo, 2012, p. 163 -164)

Observa-se que o Programa Bolsa Escola foi o primeiro programa nacional de maior robustez implantado até então. Foi inspirado nas experiências municipais, exigindo contrapartidas das famílias no intuito de rompimento do ciclo geracional da pobreza. Ao contrário do programa de renda mínima anterior, também vinculado à educação, foi divulgado como um programa universal, disponível a todos os municípios brasileiros e financiado integralmente pelo Governo Federal.

A questão de inserção de contrapartidas, em especial a frequência escolar, bem como a unidade familiar ao invés do indivíduo como beneficiário era uma discussão desde a época do Projeto de Lei do Senador Suplicy: a inserção de um componente estrutural de rompimento da pobreza, no caso a educação e a introdução da unidade familiar, considerando que a família seria a primeira esfera de proteção social.

Em 2001 é criado um importante instrumento de identificação de vulnerabilidades e riscos sociais da população, o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Cad – Único). Este instrumento é até os dias de hoje o meio de identificar as famílias para a inserção em programas sociais do Governo Federal. Ao longo do tempo foi aperfeiçoando-se, possibilitando inclusive o cruzamento de dados outros bancos de dados do governo.

Verifica-se no Governo de Fernando Henrique Cardoso a implantação de programas de transferência de renda pulverizados em diversos ministérios, entre eles a saúde e educação, em detrimento da implantação da política de assistência social.

Em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República, aprofunda-se no Brasil o chamado neodesenvolvimentismo o que o autor Castelo (2012) chama de social-liberalismo

> Diante da crise conjuntural, que ameaçava parcialmente a hegemonia neoliberal em regiões do planeta, ideólogos de diversas instituições ligados às classes dominantes iniciaram um processo de revisão dos principais pontos do projeto neoliberal, sintetizados no Congresso de Washington. Surgiu com esta revisão ideológica do neoliberalismo o que pode ser chamado de social- liberalismo, uma tentativa político-ideológica das classes dominantes de dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da “questão social” e da luta política da classe trabalhadora. (Castelo, 2012, p. 47)

O neodesenvolvimentismo/ social- liberalismo no Brasil tem como grande expoente o economista Bresser Pereira, que foi Ministro da Reforma do Estado no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

> À primeira vista, o social-liberalismo pareceu uma súbita tomada de consciência social das classes dominantes frente à degradação do mundo do trabalho e do meio ambiente. As suas principais medidas direcionavam-se a uma tentativa de acoplar uma agenda social ao projeto neoliberal, promovendo um sincretismo de medidas de estímulo a intervenções pontuais do Estado e do chamado Terceiro Setor nas expressões mais explosivas da “questão social” e reconhecendo as falhas de mercado, sem, no entanto, tocar nos fundamentos da vida mercantil generalizada no capitalismo. O mercado, de acordo com os intelectuais do social-liberalismo, ainda seria a melhor forma de organização das relações sociais de produção e reprodução inventada pelo ser humano, mas deveria sofrer ações tópicas nas suas principais falhas, como a má distribuição de renda e a distribuição ambiental. (Castelo, 2012, p. 47-48)

Percebe-se, portanto, com a eleição de Lula ao Palácio do Planalto, o aprofundamento do neodesenvolvimentismo/ social-liberalismo no país com a regulamentação e instituição de diversas políticas sociais conduzidas pelo Estado, mas executadas nem sempre por ele.

Neste governo, é instituído como estratégia de combate à fome o Programa Fome Zero e criado um ministério específico para este fim, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA. Junto ao Ministério, é criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. Em 2004, o então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) foi unificado ao Ministério de Assistência Social, originando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Este programa PNAA, na prática conhecido como Cartão Alimentação, integrado ao Programa Fome Zero, era uma transferência de renda às famílias com renda per capita de até meio salário- mínimo como objetivo de contribuir para superação da fome no país. O benefício poderia ser na forma monetária ou alimentos em espécie.

Na transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o Governo Lula a equipe responsável por este evento verificou diversos problemas na execução dos programas de transferência de renda no Brasil, como: sobreposição de programas para o mesmo fim e executados por órgãos diferentes (Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Assistência Social); ausência de coordenação geral; fragmentação dos programas; orçamento insuficiente, entre outros.

Assim, o novo governo decide implantar um novo programa chamado Bolsa Família de forma a unificar os programas já existentes, buscando ampliar o número as pessoas que necessitam deste tipo de programa, além de aumentar o orçamento, bem como sua eficácia e eficiência.

Segundo Silva, Yazbek, Giovanni, 2014, p. 147-148:

> O Programa Bolsa Família resultou na proposta do Governo Federal, lançada no dia 20 de outubro de 2003, para unificação dos Programas de Transferência de Renda, inicialmente restrita à unificação de quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale- Gás e Cartão- Alimentação. Foi instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada em Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Constitui-se no principal Programa de enfrentamento à pobreza no Brasil no âmbito da Estratégia Fome Zero, tendo como objetivos:
>
> a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
> b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (Brasil/ MDS, 2006).

O Programa Bolsa Família foi estruturado evidenciando o núcleo familiar como objeto de intervenção, focando em famílias em situação pobreza e extrema pobreza a partir de cortes de renda *per capita* para recebimento dos benefícios. Observa-se que o Bolsa Família atribuiu critérios de renda *per capita* para acesso ao programa desvinculados do salário-mínimo, um corte menor, uma novidade até então no âmbito dos programas de transferência condicionada de renda da União, com o objetivo de uma maior focalização das famílias.

Ao longo dos anos de sua execução, os critérios *per capita* para acesso ao Programa foram alterados por atos normativos do Governo Federal. Além disso, se houvessem crianças ou

adolescentes, gestantes e nutrizes, as famílias poderiam receber um benefício adicional. Era previsto condicionalidades para participação no Programa, como a exigência frequência escolar para crianças e adolescentes, bem como acompanhamento vacinal de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, permanecendo o modelo "Bolsa- escola".

No governo da presidente Dilma Rousseff o Bolsa Família foi teve grande relevância no Plano Brasil Sem Miséria que era [...] baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. (Brasil, 2022)[3].

Em 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assume o governo, não havendo muitas alterações no que tange aos programas de transferência condicionados de renda, com a manutenção do Programa Bolsa Família. No entanto, nota-se que a partir do Governo de Michel ocorre uma reorientação para o ultraneoliberalismo da política econômica, realizando diversas reformas de cunho liberalizante e provocando impactos nas políticas sociais.

> Dentre as medidas mais expressivas e aviltantes do Governo Temer, e que se desdobra em muitas outras, evidenciando a barbárie ultraneoliberal, tem-se a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 15 de dezembro de 2016. Conhecida como a PEC 55 ou mais popularmente como a PEC do "fim do mundo", que instituiu um "Novo Regime Fiscal", restringindo o gasto público primário, destinado a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social pelos próximos 20 anos (Brasil, 2020).
>
> A EC 95 estabelece um teto de gastos para as despesas primárias. Dessa forma, o gasto público primário só poderá ser ampliado para cobrir a inflação do ano anterior. Isto é, não haverá aumento dos recursos financeiros, o que se tornará cada vez mais incompatível com as demandas pelos serviços sociais públicos, já que desconsidera o crescimento demográfico e a taxa de longevidade brasileiro.
>
> Além da chamada PEC da morte, o governo Temer sancionou a PEC 31/2016, que prorrogou até 2023 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), cujo objetivo é a permissão para que a União utilize livremente 30% dos recursos da seguridade social. Esse mecanismo, de acordo com Behring e Boschetti (2011), tem sido responsável por retirar orçamento significativo das políticas sociais, transferindo-o para o mercado financeiro, por meio do pagamento da dívida pública. Sendo um dos mais importantes mecanismos para gerar o superávit primário. (Cortes, Freire, 2020, p. 40-41)

[3] Acesso em 29/11/2022. Disponível em: https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria

Em 2019, é eleito o presidente Jair Messias Bolsonaro, sendo que nos primeiros três anos de mandato manteve a execução do Programa Bolsa Família. Nota-se que este governo permanece a estratégia econômica do governo anterior, mantendo sua direção ultraneoliberal. Com as medidas tomadas ainda no Governo de Michel Temer, observa-se um grande impacto no orçamento das políticas sociais, afetando diretamente as políticas de assistência social, saúde, educação, entre outras.

No ano de 2020 estoura a pandemia por COVID-19. O governo Bolsonaro, pressionado por diversos setores da sociedade com o objetivo de atenuar as questões econômicas e sociais decorrentes da pandemia cria o Auxílio Emergencial, com critérios diferenciados do Programa Bolsa Família.

Para recebimento do Auxílio Emergencial era necessário pertencer à família cuja renda mensal per capita que não ultrapassasse meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos; o indivíduo não poderia estar recebendo benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou outro programa de transferência de renda federal, a não ser o Bolsa Família; não poderia ter recebido em 2018 rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos). Existia também a possibilidade de indivíduos desempregados ou exercendo atividade de microempreendedores individuais (MEI); ou contribuindo ao INSS como Contribuinte Individual ou o trabalhador informal, de qualquer natureza, mesmo o intermitente inativo de receber o Auxílio. Os valores dos benefícios, no intervalo de abril a agosto de 2020 eram de R$ 600,00 para até duas pessoas da mesma família, de forma que famílias chefiadas por mulheres o valor era de R$ 1.200,00. No período de setembro a dezembro de 2020, o benefício foi reduzido para R$ 300,00, permanecendo o critério de famílias chefiadas por mulheres recebendo o dobro.

Em abril de 2021 o Programa retorna devido a grandes pressões realizadas pela sociedade organizada, com vigência de abril à novembro de 2021. Houve redução dos valores dos benefícios em que o [...] valor mensal do benefício foi reduzido pela metade, de modo que para mulheres provedoras de família monoparental, o valor mensal do benefício ficou em R$ 375,00; o valor médio foi limitado a R$ 250,00 e o valor para família unipessoal foi de R$ 150,00. (Silva, 2022, p. 61)

O Auxílio Emergencial, diferente de programas de transferência de renda nacionais até então implantados no país e devido ao seu caráter emergencial diante de uma pandemia sanitária, não colocou condicionalidades para recebimento do benefício, sendo uma inovação no cenário brasileiro.

Em 2021 é aprovado um novo programa de transferência de renda nacional chamado Auxílio Brasil que permanece com o foco em famílias em extrema pobreza e pobreza, bem como um programa que atribui condicionalidades às famílias. São consideradas famílias em extrema pobreza aquelas que possuem renda per capita de até R$ 105,00 e as em situação de pobreza com renda familiar mensal per capita entre R$ 105,01 e R$ 210,00. Os benefícios são:

- Benefício Primeira Infância (BPI): pago por criança, no valor de R$ 130,00, para famílias que possuam em sua composição crianças com idade entre 0 (zero) e 36 (trinta e seis) meses incompletos.
- Benefício Composição Familiar (BCF): pago por pessoa, no valor de R$ 65,00, para famílias que possuam em sua composição gestantes e/ou pessoas com idade entre de 3 (três) e 21 (vinte e um) anos incompletos.
- Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP): o valor do benefício é calculado caso a caso. Sua família recebe o valor necessário para superar o valor da linha de extrema pobreza, fixada em R$ 105,00 mensais por pessoa.
- Benefício Compensatório de Transição (BComp): valor calculado do considerando o valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família recebidos pela família no mês anterior

> a extinção do Programa. O valor será o suficiente para que não haja prejuízo financeiro para a família. (Brasil, 2022)[4]

Em maio de 2022, o Governo Federal sanciona o aumento do Auxílio Brasil para o valor de R$ 400,00 e em agosto do mesmo ano, visando às eleições de presidenciais, aumenta para R$ 600,00.

Além destes benefícios, o Auxílio Brasil institui outros benefícios como Bolsa de Iniciação Científica Júnior viabilizado a estudantes pertencentes a famílias beneficiários do Auxílio Brasil que tenham se destacado em competições acadêmicas e científicas nacionais. O valor do benefício é: 12 parcelas de R$ 100,00 para o estudante e uma parcela única de R$ 1.000,00 por família; Auxílio Esporte Escolar, com o objetivo de atender estudantes de 12 a 17 anos incompletos, pertencentes a famílias beneficiarias do Auxílio Brasil que se destaquem nos Jogos Escolares Brasileiros. O valor do benefício é: 12 parcelas de R$ 100,00 para o estudante e parcela única de R$ 1.000,00 por família; Auxílio Inclusão Produtiva Rural que transfere R$ 200,00 a famílias atendidas no Auxílio Brasil que tenham em sua composição agricultores familiares, não sendo permitido o pagamento de mais de um auxílio por pessoa e por família; o Auxílio Inclusão Produtiva Urbano que paga R$ 200,00 aos beneficiários que apresentam vínculo empregatício com carteira assinada, sendo limitado a um auxílio por família ou pessoa e por fim o Benefício Compensatório de Transição que complementa a parcela mensal do Auxílio Brasil, pago no limite de um benefício por família para famílias que tiveram perdas financeiras na transição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil

As condicionalidades do Auxílio Brasil permanecem praticamente muito parecidas com o Bolsa Família exigindo a realização de pré-natal; o cumprimento do calendário vacinal; acompanhamento nutricional e frequência escolar mínima.

A respeito do Auxílio Brasil, Silva, 2022, p. 67 diz

> Ao que se assiste é o avanço do uso da focalização conservadora e controladora no campo das políticas sociais, distanciando o debate e a realidade dos programas de transferência monetária do que vem ocorrendo no resto do mundo, que busca a garantia de renda para todos com a implantação de programas de Renda Básica Universal, mesmo que esses programas venham ocorrendo por uma transição da focalização, sem condicionalidades para a universalidade. A motivação principal foi tirar do imaginário popular a designação Bolsa Família, como mais uma forma de tentar anular a presença do Partido dos Trabalhadores (PT) na sociedade.

Além do mais, o que se assiste no Governo de Jair Bolsonaro é a tendência de uma moralização da pobreza, ocorrendo num contexto de polarização política e diante de um discurso ultraneoliberal predispõe a uma linguagem de meritocracia e esforço individual para sair da situação de pobreza.

Diante disso, observa-se o aprofundamento das contrarreformas, num contexto ultraneoliberal em que há uma hegemonia do capital financeiro havendo uma valorização e preponderância dos Programas de Transferência Condicionados de Renda como carro- chefe da política social para enfrentamento da pobreza no país.

---

[4] Acesso em 29/11/2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas_frequentes

3 MÉTODO

Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica em livros, artigos, sites da internet e legislação acerca do tema de modo a possibilitar melhor entendimento da discussão realizada até o momento à luz do materialismo histórico-dialético.

4 ANÁLISES E/OU DISCUSSÕES

Os programas de transferência de renda no Brasil foram implantados num contexto da emergência do neoliberalismo na década de 1990 do século XX. Diante da enorme desigualdade social brasileira, bem como orientações de diversos organismos interacionais que atuam nos países latino-americanos em diversos setores, nos últimos tempos ocorre a ampliação dos programas para alívio da pobreza no país.

Em um contexto neoliberal na década de 1990 do século XX, o governo brasileiro, que seguia a cartilha do Consenso de Washington, não dava prioridade para as políticas sociais, havendo foco na estabilização e abertura da economia do país ao mercado internacional com a ideia de que com o desenvolvimento econômico haveria a redução das desigualdades sociais.

> Sob o enfoque dessa abordagem, as políticas assistenciais tradicionais na América Latina, já limitadas e com poucos recursos, foram ainda mais penalizadas e passaram a se restringir à implementação de uma rede mínima de proteção social cujo objetivo não é vencer a pobreza, mas assegurar um patamar mínimo de reprodução social que atenue os efeitos devastadores das políticas de ajuste. (Mesa – Lago, 2000, p. 8) Neste contexto, ganham força intervenções do tipo compensatórias, focalizadas e de caráter temporário, cujos benefícios são, em geral, condicionados à comprovação de insuficiência de renda e que, segundo seus defensores, concatenam-se com a ideia de minimização dos gastos do Estado. (Cobo, 2012, p. 145)

A assistência social e as políticas de transferência condicionadas de renda foram executadas com mais vigor somente no Governo Lula a partir de 2003, com viés neodesenvolvimentista/socialiberal. Observa-se que o Programa Bolsa Família, é um programa de transferência de renda focalizado, compensatório, com condicionalidades, diferentemente de um programa de Renda Básica Universal.

O Programa Auxílio Brasil permanece na mesma linha, sendo um Programa Focalizado de Transferência de Renda com Condicionalidades. A experiência que o país teve como programa nacional focalizado de transferência de renda, mas sem condicionalidades foi o Auxílio Emergencial.

Concordamos com Silva, Yazbek, Giovanni, 2014, p. 46 que

> No Brasil, a inspiração de muitos programas, sobretudo os de iniciativa de municípios, iniciados em 1995, se originaram de propostas de políticos do Partido dos Trabalhadores, procurando orientar-se por uma perspectiva rumo à redistribuição de riqueza socialmente produzida. Todavia, a ampliação dessas propostas e a formulação dos programas nacionais de grande abrangência, com aparente consenso entre políticos de diferentes orientações ideológicas, parecem vir direcionando as experiências para uma perspectiva orientada por pressupostos liberais/ neoliberais. Assim, os resultados alcançados não parecem ser capazes de

> ultrapassar a manutenção das grandes desigualdades sociais e parecem direcionar-se para a criação de um estrato de pobres situados num patamar de indigência ou de mera sobrevivência, com impactos insuficientes sobre a interrupção do ciclo vicioso de reprodução da pobreza.

Evidentemente, os programas de transferência de renda tiveram impacto na redução da fome e da miséria, no entanto, devido a focalização extrema e os valores pequenos dos benefícios não conseguiram atingir amplamente a desigualdade social no Brasil, atenuando somente a miséria e a pobreza. É interessante salientar que os discursos neoliberais, neodesenvolvimentistas/ sociais-liberais e ultra-liberais alegam que para amenização da pobreza a longo prazo é relevante o estabelecimento de escolarização, bem como acesso à saúde para a população mais pobre. De fato, para um país se desenvolver é claramente recomendável o desenvolvimento das políticas de educação e saúde. Porém, sabemos que simplesmente a garantia de matrículas não é uma garantia de aprendizagem. Ocorre aí o debate sobre a qualidade da educação ofertada à população. Além disso, a redução das desigualdades vai além das oportunidades, mas principalmente na redistribuição de renda no país.

Além disso, principalmente a partir de 2002, são diversos os fatores que contribuíram para a redução da pobreza e desigualdade social no Brasil, indo além dos programas de transferência condicionados de renda:

> [...] estabilização da moeda; o reajuste do salário mínimo em patamares superiores aos índices de inflação; à elevação do número de postos de trabalho com carteira assinada; a elevação da renda do trabalho e, particularmente, aos Programas de Transferência de Renda, com destaque ao Bolsa Família, ao Seguro Social Rural e aos Benefício de Prestação Continuada, pelo elevado quantitativo do público atendido por estes e outros Programas de Transferência de Renda e pela capacidade de focalização nas famílias pobres (BIRD, Ascensão e Queda da Desigualdade Brasileira, 2006, IPEA, Radar Social, 2005; IBGE, Miséria em Queda, 2005 e IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004, 2005 e 2006, 2007, 2008 e 2009, Soares et al. 2007; IPEA, 2008,2009 e 2010, Censo 2010 e Soares, 2011). (Silva, Yazbek, Giovanni, 2014, p. 46)

É importante ressaltar que após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, houve um reordenamento político e econômico conduzindo o país para o ultraneoliberalismo., há o reforço da contrarreforma iniciada nos anos 1990 do século XX, havendo maiores dificuldades para ampliação da seguridade social brasileira. Medidas como o teto de gastos do Governo Federal, a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016 e da PEC 31/2016; a reforma trabalhista e da previdência social são exemplos deste direcionamento.

Com a introdução do ultraneoliberalismo vemos as desigualdades sociais brasileiras se acentuarem rapidamente. Para avanço da discussão dos programas de transferência condicionados de renda no país, é necessário analisar que para redução das desigualdades sociais brasileiras é necessário pensar para além destes programas compensatórios que aliviam a pobreza, sendo importante a articulação com outras políticas públicas e sociais, o fortalecimento da seguridade social brasileira, bem como outras estratégias como reforma tributária progressiva e uma política econômica que priorize a redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais.

5 CONCLUSÕES

Na década de 1980 do século XX, após uma forte crise econômica, ocorria nos países de industrialização avançada a expansão do neoliberalismo. O Brasil, recentemente saído de uma ditadura de aproximadamente 20 anos, através de diversas lutas do povo, aprova em 1988 uma nova Carta Magna com elementos sociais-democratas.

No entanto, com o alvorecer da década de 1990 do século XX, a influência neoliberal recai fortemente sobre os países latino-americanos. Ocorrem recomendações para aplicação da receita neoliberal através de diversos organismos multilaterais e o Brasil começa a aplicar este receituário com a abertura econômica, controle fiscal, privatizações de empresas estatais, redução do tamanho do estado, entre outros pontos.

Nisso, observa-se a realização no Brasil de uma contrarreforma da Constituição de 1988. As políticas de transferência condicionada de renda encontram-se relacionadas a este contexto. A recomendação deste tipo de política social pelos organismos internacionais para combate à pobreza é disseminada pela América Latina.

Nota-se a criação de programas de transferência condicionados de renda sendo implantados com maior vigor no Brasil entre a segunda metade da década de 1990 e início do século XXI. Com a da eleição do presidente Luís Inacio Lula da Silva, com um governo de caráter neodesenvolvimentista/ social-liberal, ocorre a ampliação e unificação desses programas, constituindo o Programa Bolsa Família. Este programa tem uma maior envergadura em relação aos anteriores, ampliando a quantidade de beneficiários, sendo o carro-chefe da política social brasileira.

As políticas sociais de viés neodesenvolvimentista/ social-liberal permanecem até o *impeachment* da presidente Dilma Roulsseff. Com a subida ao poder do vice-presidente Michel Temer, ocorre uma guinada nas políticas econômicas e sociais do país. Acontecem alterações nas legislações brasileiras de caráter liberalizante que afetam diretamente o financiamento das políticas sociais e inicia-se a tendência ultraneoliberal no país. Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, mantém-se as políticas de caráter ultraneoliberal. Observa-se os rebatimentos das medidas adotadas desde 2016 e o aprofundamento ultraneoliberal, com grandes impactos nas políticas sociais. Ainda, nota-se a tendência das políticas sociais sendo afetadas por um viés meritocrático e moralista.

Portanto, diante do contexto apresentado, percebe-se que os programas de transferência condicionada de renda adotados no país até os dias hoje não foram capazes de atingir a estrutura da desigualdade social histórica no Brasil. Vê-se que estes programas têm caráter compensatório de forma a atenuar a pobreza de forma imediata, porém, não atingem o cerne da questão. Numa conjuntura de um país com uma desigualdade social extrema e quantidade enorme de pessoas vivendo na pobreza e extrema pobreza, é evidente que estes programas são importantes. Porém, do que adianta políticas sociais que aliviam a pobreza, sem mudança na política econômica que busque de fato a redução das desigualdades sociais. É importante a conexão da política econômica com a política social.

A elaboração uma Política Nacional de Transferência de Renda pode significar um avanço neste tipo de política social. Além do mais, há necessidade de articulação destes programas com a as políticas de seguridade social no propósito de estabelecer maior proteção social aos brasileiros. Assim, medidas como o reordenamento macroeconômico que busque a redução da desigualdade social, como a reforma tributária e fiscal de caráter progressivo, a articulação dos programas de transferência condicionada de renda com a as políticas de seguridade social, podem auxiliar no caminho para uma redução da desigualdade social histórica no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social na pandemia da covid-19 : proteção para quem?.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan/abr. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)

BRASIL. Secretaria de Governo. **Brasil Sem Miséria.** Disponível em : https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria. Acesso em: 29/11/2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perguntas frequentes: Auxílio Brasil.** Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas_frequentes. Acesso em : 29/11/2022.

BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas Sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

COBO, Bárbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios.** São Paulo : Cortez, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. - São Paulo: Hucitec, 2008.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

ROCHA, Sônia. **Transferência de renda: o fim da pobreza.** Rio de Janeiro:Elsevier, 2013.

SADER. Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós – neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 7. Ed. São Paulo : Cortez, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza?.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 145, p. 53-71, set/dez. 2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS GERIÁTRICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: REVISÃO DE LITERATURA SOB A LUZ DA PROMOÇÃO DA SAÚDE

GERIATRIC PUBLIC POLICIES IN THE STATE OF SÃO PAULO AND RISK OF FALLS IN ELDERLY PEOPLE: LITERATURE REVIEW IN THE LIGHT OF HEALTH PROMOTION

Área temática: Saúde e Bem-estar (ODS 3)

GIROLDO, Julio Cesar
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharel
Pós Graduado em Educação Especial e Docência do Ensino Superior
Graduando em Fisioterapia
juliogiroldo1@gmail.com

MARCELINO, Daniela
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda em promoção de saúde Unifran
Mestra em promoção de saúde / Unifran
Bacharel em Fisioterapia / Claretiano
danielamarcelino_fisio@hotmail.com

CAVALCANTE, Fabricio Vieira
Centro Universitário do Distrito Federal – UDF
Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (Universidade de Brasília)
Bacharel em Saúde Coletiva (Universidade de Brasília) e Fisioterapia (Centro Universitário Planalto do Distrito Federal),
fabricio.cavalcante@udf.edu.br

RAIZ, Luciana Moreira Motta
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Promoção de Saúde (UNIFRAN) e Mestra em Ciências da Motricidade Humana (UNESP)
Bacharel em Educação Física (UNESP) e Fisioterapia (UNIFRAN)
luciana.raiz@unifran.edu.br

Resumo

Diversas formas são utilizadas para descrever o processo de envelhecimento humano, como saudável e ativo. O envelhecimento saudável parte do pressuposto de manutenção da capacidade funcional, ou seja, à relação entre a capacidade interna do indivíduo, o ambiente, a interação entre o sujeito e o ambiente, e não à ausência de doença. O objetivo deste estudo é investigar através de levantamento bibliográfico ações de políticas públicas geriátricas no Estado de São Paulo, além de promover ações educativas sob a luz da promoção da saúde a favor da pessoa que envelhece. Por se tratar de revisão de literatura, disponíveis abertamente em base de dados na internet e sem o envolvimento de seres humanos, o estudo dispensou apreciação de comitê de ética, regulado pela Resolução 466/12. Serão analisados documentos (Leis, Decretos e Portarias Ministeriais) e artigos científicos dos últimos 5 anos sobre as ações estaduais realizadas para o acolhimento multidimensional do idoso, além das quedas da pessoa idosa nas bases de acesso público como Medline, Lilacs, Bireme, Scielo, entre outros, através do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O presente estudo conclui através das evidencias científicas abordadas que o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, que integra o ciclo da vida de todos os seres vivos. Este estudo nos mostra que com a empregabilidade de ações em políticas públicas e promoção da saúde os idosos seriam mais ativos e participativos na sociedade.

Palavras-chave: Políticas públicas de saúde, Envelhecimento saudável, Idosos.

Abstract

Several ways are used to describe the human aging process, as healthy and active. Healthy aging is based on the assumption of maintaining functional capacity, that is, the relationship between the individual's internal capacity, the environment, the interaction between the subject and the environment, and not the absence of disease. The objective of this study is to investigate, through a bibliographic survey, geriatric public policy actions in the State of São Paulo, in addition to promoting educational actions in the light of health promotion in favor of the aging person. As it is a literature review, openly available in an internet database and without the involvement of human beings, the study did not require review by an ethics committee, regulated by Resolution 466/12. Documents (Laws, Decrees and Ministerial Ordinances) and scientific articles from the last 5 years will be analyzed on state actions carried out for the multidimensional care of the elderly, in addition to the falls of elderly people in public access databases such as Medline, Lilacs, Bireme, Scielo, among others, through the Virtual Health Library (VHL) portal. The present study concludes, through the scientific evidence discussed, that population aging is a global phenomenon, which is part of the life cycle of all living beings. This study shows us that with the use of actions in public policies, health promotion, the elderly would be more active and participative in the society.

Keywords: Public health policies, Healthy aging, elderly.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população mundial é uma realidade. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que o número de idosos duplique até 2050 e triplique até 2100, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100. Até 2050, o número de pessoas com 65 anos ou mais será aproximadamente igual ao número de crianças menores de 12 anos em todo o mundo, enquanto na América Latina e no Caribe a proporção de pessoas com 65 anos ou mais aumentará em 9% em 2022 para 19% em 2050. Neste sentido, a Comissão Económica para a América Latina e as Caribe (CEPAL) prevê que por volta de 2040 haverá mais idosos do que crianças na região. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas designaram o período 2021-2030 como a Década do Envelhecimento Saudável, com o objetivo de trabalhar em conjunto para melhorar a vida das pessoas idosas, das suas famílias e comunidades. A Década estabelece quatro áreas principais de ação fundamental, incluindo os direitos e a proteção das pessoas idosas. Além disso, ao mesmo tempo a declaração da "Década do Envelhecimento Saudável", o mundo se deparava com a pandemia do novo COVID-19, que teve um impacto desproporcional nos idosos e destacou a gravidade das disparidades políticas, sistemas e serviços para grupos vulneráveis, especialmente idosos com deficiência, povos indígenas, pessoas de ascendência africana e populações LGBTI (OPAS, 2023).

As recomendações para a adoção de medidas específicas centram nas pessoas idosas e no seu desenvolvimento, na promoção da saúde e do bem-estar na velhice e na criação de um ambiente propício e favorável para as pessoas idosas, que vão de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, em específico o ODS 3 – Saúde e Bem-estar que em sua meta 3.8 visa alcançar a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção contra riscos econômicos, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso para todos a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de alta qualidade e acessíveis (OPAS, 2023; ONU, 2023).

Neste sentido, a Década do Envelhecimento Saudável está ligada aos direitos dos idosos, como o Plano de Madrid, a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Global e o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento e Saúde 2016-2020 da Organização Mundial de Saúde (OMS). Dada esta dispersão normativa na região das Américas, há necessidade de instrumentos juridicamente vinculativos para proteger os direitos humanos das pessoas idosas (OPAS, 2023).

Diversas formas são utilizadas para descrever o processo de envelhecimento humano, como saudável e ativo. O envelhecimento saudável parte do pressuposto de manutenção da capacidade funcional, ou seja, à relação entre a capacidade interna do indivíduo, o ambiente, a interação entre o sujeito e o ambiente, e não à ausência de doença (CABERLON et al., 2021).

Nos dias atuais a mudança de percepção desse processo e a forte crença de uma mudança desta realidade podendo ser evitada ou pelo menos adiada, torna-se um processo lento e dinâmico

que envolve uma série de alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas que determinam a perda gradual da capacidade de adaptação às situações sociais no idoso, o que representa um processo dinâmico, contínuo e inevitável (MELO et al., 2020; BOUFLEUER, HACK, FELIPI, 2022).

Os paradigmas do envelhecimento mudam no tempo e no espaço conforme a predominância cultural e a valorização da sabedoria dos idosos. Diante deste fato, algumas culturas modernas valorizam pessoas produtivas e ativas em função da sua modernidade, o que faz com que os idosos degradem ou anulem a sociedade em que vivem. Mesmo que o inconsciente não envelheça, ocorre decadência física no corpo, demonstrando desamparo e dependência de outros, luto pela perda, alterações físicas, perda de função, aposentadoria, status social, morte de amigos e familiares (BOUFLEUER, HACK, FELIPI, 2022).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA IDOSA

Conforme a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos humanos dos idosos, promovida em Washington, em 2023, traz em suas definições o conceito de envelhecimento ativo e saudável, no qual foi incorporado pela Organização Mundial da Saúda (OMS) no final dos anos 90, visando a conscientização de uma nova abordagem sobre a velhice. Essa abordagem é definida como um processo pelo qual as oportunidades de bem-estar físico, mental e social são otimizadas. Participar de atividades sociais, econômicas, culturais, espirituais e cívicas, proteger, assegurar e prolongar a esperança de vida saudável e a qualidade de vida de todas as pessoas na velhice, permitindo-lhes assim continuar a contribuir positivamente para as suas famílias, amigos, comunidades e nações (OPAS, 2023).

O envelhecimento populacional tem sua observação pelos países em desenvolvimento, assim como a América Latina. As mudanças epidemiológicas que começaram na década de 1970, que ocorreram na maioria dos países latino-americanos são caracterizadas pelo declínio das taxas de natalidade e pelo aumento contínuo da esperança de vida, tendo a necessidade de repensar questões sociais que afetam essa população (PINHEIRO e AREOSA, 2018; TRINTINAGLIA, BONAMIGO, AZAMBUJA, 2021).

Pesquisas populacionais realizadas mostram um aumento na proporção de idosos. O aumento da incidência de doenças e agravos não transmissíveis se deve ao aumento da expectativa de vida, que tem impactado significativamente o Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, o sistema deve estar pronto para responder a todas as exigências públicas, e responder a isto é um grande desafio (CÔRTE et al., 2017; PEDRAZA et al., 2018 citado por TORRES et al., 2020).

Várias estratégias têm sido desenvolvidas para compreender este desenvolvimento político, o que significa que a capacidade de garantir a integridade dos cuidados, atender a todas as exigências do sistema, acolher e dar uma resposta adequada e decisiva. No Brasil, os idosos trabalham para complementar a renda familiar. Isso ocorre porque os benefícios de pensão são muitas vezes a única fonte de renda para a família e não são valiosos o suficiente para sustentá-los. Alguns continuam a trabalhar devido ao propósito ou a importância do trabalho (SATO e LANCMAN, 2020).

Assim, compreender que a política pública relacionada à população nos tempos modernos significa considerar as dimensões sociais da realidade brasileira, garantir o direito de todos ao desenvolvimento desta política, proteger a dignidade humana e desenvolver a política pública do país. Portanto, política pública é uma política que visa resolver problemas públicos, ou seja, é a orientação de um indivíduo para sua atividade ou passividade. É uma resposta aos tempos públicos e aos problemas públicos, no qual é a razão para estabelecer políticas públicas é abordar ou resolver problemas considerados de interesse comum (SECCHI, 2012, p. 2 citado por PINHEIRO E AREOSA, 2018).

As políticas e programas bem sucedidos para o envelhecimento ativo devem ter em conta os seus determinantes, as condições do mundo real, os aspectos económicos, sociais, ambientais, pessoais, comportamentais, sociais e dos serviços de saúde. Esses fatores incluem fatores transversais, gênero e cultura. Relacionado com sistemas de saúde e serviços sociais, promoção da saúde e prevenção de doenças, serviços de tratamento, cuidados de longa duração e serviços de saúde mental. Fatores comportamentais, atividade física, alimentação saudável, cessação do tabagismo e do álcool, saúde bucal, uso de medicamentos e acesso adequado. Aqueles relacionados a aspectos pessoais, biologia e genética, e fatores psicológicos (incluindo inteligência e habilidades cognitivas). Aqueles relacionados com o ambiente físico, habitação segura, água potável, ar puro e

alimentação segura e adequada. Aqueles relacionados com o ambiente social, apoio social, violência e abuso, educação e alfabetização. Fatores económicos, trabalho, rendimento, proteção social (CABERLON et al., 2021).

As garantias do nível de vida só podem ser avaliadas com base no princípio da proporcionalidade. Em outras palavras, é dever do poder legislativo e do judiciário garantir o mínimo existencial de uma vida digna, embora a extensão dos direitos sociais, da educação, da nutrição, etc. Desta forma, sem uma vida digna não há cidadania (HEES e HEES, 2022).

No Brasil, as políticas públicas avançam cada vez mais enfatizando a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994); o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003); A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006), acrescentado aos direitos conquistados através da Constituição Federal em 1988 (BRASIL, 1988). Respondendo a problemática social do envelhecimento, destaca-se as reformas das políticas de segurança social que mantêm o país no âmbito da proteção social e alteram significativamente o foco, o âmbito, o nível e a qualidade dos serviços prestados. Essas alterações incluem a regulamentação de determinadas áreas políticas e outros instrumentos jurídicos, bem como diversas ações da sociedade civil no domínio da proteção social dos idosos, independentemente de serem financiadas pelo Estado ou não (TEIXEIRA, 2008, p. 199 citado por PINHEIRO E AREOSA, 2018).

Definida pela política nacional, a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (BRASIL, 1994) institui o Conselho Nacional do Idoso, que objetiva garantir os direitos sociais dessa população dando oportunidade de desenvolvimento continuando a participar ativamente nas atividades da sociedade a que pertencem, visando a garantia dos direitos básicos ao público idoso (PINHEIRO E AREOSA, 2018)

Portanto, a Política Nacional do Idoso é uma iniciativa governamental para criar um ambiente onde os idosos possam ser independentes e interagir com a sociedade, sobretudo a definição do limite de idade dos idosos para 60 anos. Desta forma, diversas medidas foram previstas na política que destinam a desenvolver medidas auxiliares e de incentivo ao tratamento e ao quadro de referência sócio-político para o envelhecimento da população (BRASIL, 1994 citado por PINHEIRO E AREOSA, 2018; TORRES et al., 2020).

Conforme o Estatuto do Idoso, em sua Lei nº 10.741/2003, objetiva reforçar a proteção dos direitos sociais, que baseados nesta lei, o Ministério Público atua através de medidas imediatas para fazer cumprir e valer os direitos dos idosos, prevendo penalidades aplicáveis para a prática de assedio contra idosos, sob qualquer forma, por meio de negligencia preconceito, violência, coerção ou outras circunstâncias definidas como abuso, ampliando as respostas do Estado e da sociedade às necessidades dos idosos (BRASIL, 2003 citado por PINHEIRO E AREOSA, 2018; BRASIL, 2006a citado por TORRES et al., 2020).

A Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), aprovada conforme Decreto nº 2.528 de 2006, promove e incentiva a autonomia e a capacidade dos idosos para criar e discutir medidas de saúde coletiva garantindo a adesão ao SUS (Sistema Único de Saúde) beneficiando os idosos através dos serviços e produtos médicos de qualidade, baseando-se no princípio constitucional de que a família, a sociedade e o Estado são obrigados a garantir, por meio de suas políticas públicas e sociais, todos os direitos civis, assegurando sua participação na vida social e protegendo a dignidade humana, seu bem-estar e o direito à vida (BRASIL, 2006 citado por PINHEIRO E AREOSA, 2018; Brasil, 2006a citado por TORRES et al., 2020).

À medida que avançava o processo de descentralização e municipalização das funções e serviços do SUS, o Ministério da Saúde (MS), a Secretaria Nacional de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conasems) foram divididos em três órgãos administrativos respectivos, sobre Responsabilidade Interpartidária, que publicado em 2006, propõe a implementação de acordos entre os governos municipais, estaduais e federal para reformar as considerações institucionais existentes para promover a inovação nos processos e ferramentas de gestão do SUS. A implementação do Pacto da Saúde em suas três dimensões – o Pacto Espiritual, o Pacto do Cuidado e o Pacto pela Defesa do SUS, garantindo maior eficiência e qualidade do funcionamento do sistema de saúde (BRASIL, 1997; TORRES et al., 2020).

O Pacto pela Saúde priorizou a atenção à saúde do idoso e a implementação da Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSPI) regulamentada pela Portaria MS/GM nº. 2 528/2006. Essas diretrizes de uma nova política visa como objetivo principal o atendimento integral ao idoso. Para implementar as diretrizes da PNSPI, o SUS conta com equipe de saúde da família, grandes hospitais e centros de apoio à saúde do idoso. Em sua forma atual, o principal objetivo da PNSPI é restaurar, preservar e promover a independência e a autonomia dos idosos, orientando as condutas de saúde

coletiva e individual de acordo com os princípios e diretrizes do SUS. Conforme as diretrizes da PNSPI, no qual consistem e determinam seus princípios de atenção integral a saúde do idoso, (1) promovendo o envelhecimento ativo e saudável; (2) a atenção integral à saúde do idoso; (3) o incentivo para ações Inter setoriais, alcançando cobertura abrangente; (4) fornecendo recursos que possam garantir a qualidade da assistência médica ao idoso; (5) promovendo a participação e fortalecimento do controle social; (6) a educação e a capacitação de médicos do SUS na área da saúde do idoso; (7) a divulgação e informações sobre a PNSPI para médicos, administradores e usuários do SUS; (8) promovendo a cooperação de experiências nacionais e estrangeiras em cuidados geriátricos; (9) apoiando a pesquisa e o desenvolvimento da pesquisa (BRASIL, 2002; BRASIL 2006a citado por TORRES et al., 2020).

Portanto, é evidente que o desenvolvimento de marcos legais relacionados à saúde dos idosos evoluiu de forma complementar ao longo dos anos, porém foram implementadas de forma isolada e não permitiram garantir uma qualidade de vida digna devido ao envelhecimento, à dificuldade de implementação de políticas relacionadas à saúde dos idosos. A identificação de fatos futuros é extremamente importante, pois o Brasil ocupa a 56ª posição no índice Global AgeWatch Index (SOUZA, 2021; HEES e HEES, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referido estudo se trata de uma revisão de literatura em que foram selecionados artigos sobre os temas acima publicados nos últimos cinco anos por meio do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) das bases de dados Medline, Lilacs, Bireme e Scielo. Os critérios de inclusão utilizados para a criação do referencial teórico foram trabalhos publicados em português e inglês sobre temas contendo palavras-chave como política pública de saúde, envelhecimento saudável, e idoso. Imediatamente após a busca, o material foi examinado e apresentado de forma sistemática com o objetivo de apresentar o avanço das medidas implementadas nos últimos anos para prestar assistência médica integral aos idosos no estado de São Paulo e ampliar a perspectiva dos aspectos relacionais dos idosos, permitindo satisfazer as necessidades geradas na região, tanto nos aspectos sanitários, econômicos, políticos, culturais, ambientais, de proteção e assistência social. Por se tratar de revisão de literatura, o estudo dispensou apreciação de comitê de ética, regulado pela Resolução 466/12.

Utilizando os critérios de inclusão na busca de artigos nas bases de dados citadas, foram identificados 87 artigos, que após a leitura dos títulos e aplicação de critérios de exclusão, foram obtidos pela leitura 66 artigos em sua integra. Após a leitura sistemática de todos os títulos, obtivemos 21 artigos selecionados, que destes 10 artigos serviram de base para compor o referido estudo. Dessa forma, o fluxograma descreve cada passo realizado na exploração do conteúdo da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) disponível.

Figura 1. Fluxograma esquemático do detalhamento do processo de triagem e seleção dos artigos.

Fonte: autoria própria (2023)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro I. Resultados da pesquisa sobre políticas públicas (autores/ano de publicação; título, objetivo e principais resultados)

Autores/ano	Título	Objetivos	Resultados
BOUFLEUER, HACK, FELIPI, 2022	Dependência *versus* autonomia no envelhecimento: sob a luz da Psicanálise.	Compreender o envelhecimento humano no que se refere aos processos de dependência progressiva *versus* luta pela autonomia, explicitando contribuições da clínica psicanalítica com adultos maduros.	Percebem-se gradativas mudanças nas concepções sobre o envelhecimento e, para além de limitações e patologias, vê-se os idosos com direitos e potencialidades.
CABERLON et al., 2021	Importância do envelhecimento saudável como política pública no pós-pandemia da COVID-19	Refletir sobre a importância do envelhecimento saudável como política pública de cuidado à população no pós-pandemia da COVID-19, indicando desafios e	No sentido de organizar os resultados oriundos desta reflexão, apresentam-se os temas envelhecimento ativo, saudável e políticas públicas relacionadas,

		legados.	seguidos de desafios e legados no pós- pandemia na perspectiva do envelhecimento ativo.
HEES e HEES, 2022	A dignidade da vida humana: o envelhecimento e as políticas públicas dos países com iniciativas bem-sucedidas.	Analisar as políticas públicas e a legislação específica para idosos dos países com iniciativas bem-sucedidas apontadas pelos levantamentos do Índice *Global AgeWatch.* Identificar elementos que possam garantir o bem-estar social do idoso, favorecendo os direitos humanos na velhice.	A mudança de conceitos e visões sobre o processo de envelhecimento influencia no desenvolvimento de propostas que atendam às necessidades desta população, sendo importante que as políticas públicas estejam abertas ao diálogo com as necessidades locais.
MELO et al., 2020	Concepções de Idosos sobre as Políticas (Inter)Nacionais do Envelhecimento Humano	Analisar as percepções de idosos sobre o envelhecimento humano à luz dos contornos políticos (inter)nacionais.	Os discursos reiteraram os pilares (participação, saúde e segurança) e os determinantes de saúde (serviço social e de saúde, comportamentais, pessoais, ambiente físico, sociais e econômicos). Emergiram três categorias: 1) Engajamento, socialização e convivência Inter geracional; 2) Saúde, bem-estar e redes de apoio e 3) Seguridade social, adaptação e qualidade de vida. Evidenciou-se o conhecimento reificado, mesmo que de forma implícita, nos discursos dos participantes referente a todos os pilares, determinantes, dimensões e eixos políticos (inter) nacionais.
OPAS, 2023	A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável	Promover, proteger e assegurar o reconhecimento e o pleno gozo e exercício, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais do idoso, a fim de contribuir para sua plena inclusão, integração e participação na sociedade	A Década do Envelhecimento Saudável oferece uma oportunidade para fortalecer o trabalho que está sendo feito para reunir líderes, organizações e diferentes atores para que trabalhem juntos rumo à consecução do objetivo principal da década: melhorar a vida das pessoas idosas, de suas famílias e de suas comunidades. Devemos assegurar o reconhecimento, a proteção e o pleno gozo e exercício dos direitos das pessoas e, tal como preveem a convenção e a década, se for fomentada uma atitude positiva em relação à velhice, as pessoas idosas continuarão a contribuir para a construção de sociedades inclusivas, justas e diversas na Região das Américas.
PINHEIRO e AREOSA, 2018	A importância de políticas públicas para idosos	Tem o objetivo de pensar os idosos na contemporaneidade. A elevação do número de idosos no Brasil é notável, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam tendência de aumento da proporção	Compreende-se o quão importante é considerar políticas públicas para esta população, a fim de garantir os seus direitos na sociedade. Dessa forma, é possível atender necessidades e demandas garantindo o

		de idosos na população, ressaltando a relevância do tema.	cumprimento dos direitos fundamentais.
SATO e LANCMAN, 2020	Políticas públicas e a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho no Brasil	Refletir como as políticas públicas brasileiras direcionadas às pessoas idosas abordam o direito das pessoas idosas a um trabalho decente e a promoção da inserção e manutenção delas no trabalho.	Ao longo do tempo, as políticas públicas brasileiras direcionadas aos idosos melhoraram a sua abordagem ao trabalho digno e promoveram a participação e a retenção dos idosos neste trabalho. No entanto, ainda faltam melhorias e esclarecimentos relativamente às orientações e recomendações relacionadas com o trabalho das pessoas idosas e com o ambiente de trabalho, tendo em conta as condições e organizações que influenciam a possibilidade de integração e sustentação dos efeitos das pessoas idosas.
SOUZA, 2021	Políticas Públicas para a Saúde do Idoso: Revisão Integrativa	Analisar a partir das publicações contidas nas principais bases de dados no período de 2010 a 2020, a configuração que as políticas públicas de saúde têm implementado ações e programas dirigidos à população idosa no Brasil.	A crescente população idosa no Brasil exige a implementação de políticas públicas para manter sua qualidade de vida garantindo seus direitos. Além disso, há uma clara necessidade de desenvolver estratégias e iniciativas para contribuir e promover a aplicação da lei pelos profissionais de saúde.
TORRES et al., 2020	Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde	Apresenta uma reflexão acerca da trajetória do desenvolvimento da política pública de saúde voltada para o idoso, desde a implantação do SUS até os dias atuais, cotejada com a evolução dos indicadores da saúde do idoso propostos no Pacto pela Saúde e no Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde. O Brasil conta tanto com políticas gerais como específicas para a saúde do idoso, nas quais são firmados compromissos sociais e definidas diretrizes, indicadores e metas.	Métricas específicas para acompanhamento dessa população indicarão a importância que precisa ser dada ao cuidado dos idosos. Sem ação intersetorial, incluindo serviços de diferentes densidades tecnológicas e integração total em redes de apoio social formais e informais, não podemos enfrentar os desafios das mudanças demográficas ou visar diferentes setores. É importante sublinhar que é impossível implementar políticas públicas para esta população.
TRINTINAGLIA, BONAMIGO, AZAMBUJA, 2021	Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa	Contextualizar as políticas públicas para o envelhecimento saudável na América Latina, a partir da análise da produção científica no tema.	A análise dos resultados da pesquisa apresentada nesta revisão fornece informações sobre políticas públicas para idosos em geral, políticas específicas para o envelhecimento saudável e intervenções voltadas às doenças do envelhecimento na América Latina. Podemos fazer algumas observações sobre o cenário do envelhecimento populacional. Saúde do idoso, saúde da mulher e pôr fim a saúde do idoso na

			prática dos profissionais médicos. Estas categorias indicam preocupações sobre a necessidade de apoio futuro aos idosos à medida que as mudanças demográficas se aceleram. No entanto, os esforços existentes não são suficientes para satisfazer as necessidades, pelo que vale a pena considerar o desenvolvimento e a elegibilidade de políticas públicas de forma mais abrangente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas descobertas científicas discutidas, este estudo conclui que o envelhecimento populacional é um fenômeno global que faz parte do ciclo de vida de todos os seres vivos. As mudanças demográficas estão a ocorrer rapidamente, com declínios nas taxas de natalidade e um aumento no número de pessoas com 65 anos ou mais. As políticas públicas abordam e regulam os direitos dos idosos através de processos específicos, como alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas e as condições vulneráveis em que os idosos se encontram. A Portaria do Idoso, a Política Nacional de Saúde do Idoso e a Política Nacional do Idoso fortalecem esses direitos na sociedade, incluindo o direito à vida e à saúde, e promovem a autonomia, a integração e a participação no meio social. Diversas políticas públicas implementadas em benefício dos idosos no estado de São Paulo incluem o fornecimento de refeições saudáveis para idosos necessitados, apoio financeiro a famílias vulneráveis e farmácias populares, medicamentos gratuitos para idosos, transporte público gratuito e muito mais. Instalações de alojamento para idosos em situação de risco. Além disso, o país está a sensibilizar e a implementar medidas para combater o abuso e a violência contra os idosos, promovendo campanhas de prevenção e prestando serviços de cuidados e aconselhamento.

Contudo, a eficácia destas medidas varia e é influenciada por vários fatores, incluindo financiamento adequado, capacidade de supervisão e disponibilidade de pessoal qualificado. Além disso, como ferramenta educativa, é importante garantir que estas políticas sejam amplamente divulgadas para que os idosos conheçam os seus direitos e tenham acesso aos serviços disponíveis. Recomendamos, portanto, que consulte o seu médico ou profissional de saúde para obter aconselhamento personalizado, adaptado às suas circunstâncias individuais. Contudo, a literatura explica que embora estes direitos estejam claramente definidos, nem todos os idosos podem acessar os benefícios previstos nestes instrumentos. Este cenário promove e cria políticas públicas favoráveis aos idosos, faz cumprir de forma eficaz e eficiente os seus direitos e divulga medidas de saúde que garantam maior independência e saúde. Promover uma boa saúde é extremamente importante, além de uma cultura participativa desta população que tenha em conta as autoridades públicas em geral, permitindo-lhes compreender a relevância das políticas e medidas públicas na promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

BOUFLEUER, R.T; HACK, K.P.M.S; FELIPI, E. **Dependência *versus* autonomia no envelhecimento: sob a luz da** Psicanálise. FisiSenectus. 2022; 10(1)

BRASIL. Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6179.htm. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1. Anexo. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Estatuto do idoso. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003.** Diário Oficial da União, 03 out. 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741compilado.htm >. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. **Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 05 jan. 1994. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/cciVil_03/Leis/L8842.htm >. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Portaria n. 2.528 de 19 de outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.** Diário Oficial da União. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/ prt2528_19_10_2006.html >. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **2018 é o Ano de valorização e defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa**. Brasília: Senado Notícias, 2018b. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/10/2018-e-o-ano-de-valorizacao-edefesa-dos-direitos-humanos-da-pessoa-idosa. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria* nº *399/GM*, de 22 de fevereiro de 2006a. Divulga o Pacto pela Saúde 2006. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_51/articulacao_federativa_de_servicos_sociais_no_brasil.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Redes Estaduais de Atenção à Saúde do Idoso*: guia operacional e Portarias relacionadas. Brasília, DF: Editora MS, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Anvisa/Fiocruz. Anexo 01: **Protocolo prevenção de quedas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CABERLON, C.I; LANA, D.L; SILVA, S.C.M; PASKULIN, G.M.L; ROSA, F.G.L; AIRES, M. Importancia do envelhecimento saudável como política pública no pós-pandemia da COVID-19. Brasilia, DF: Editora ABEn; 2021. (Serie Enfermagem e Pandemias, 5).

CÔRTE, B. et al. **Determinantes da atenção aos idosos pela rede pública de saúde, hoje e em 2030: o caso da Região Metropolitana de São Paulo.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 690-701, set. 2017.

HEES, A.C; HEES, B.W.L. **A dignidade da vida humana: o envelhecimento e as políticas públicas dos países com iniciativas bem-sucedidas.** Conjecturas, ISSN: 1657-5830, Vol. 22, Nº 2, 2022

MELO, D.L; ARREGUY-SENA, C; PINTO, F.P, GOMES, T.M.A; SANTOS, C.J; BRANDÃO, G.A.M. **Concepções de Idosos sobre as Políticas (Inter) Nacionais do Envelhecimento Humano.** Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, vol. 8, núm. 4, 2020

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, ODS 3.** https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde. **A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável.** Washington, DC: OPAS; 2023. Disponível em: https://doi.org/ 10.37774/9789275726945.

PEDRAZA, D. F. et al. **Acessibilidade às Unidades Básicas de Saúde da Família na perspectiva de idosos.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 923-933, mar. 2018.

PINHEIRO, S.D.O; AREOSA, C.V.S. **A importância de políticas públicas para idosos.** Baru, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 183-193, jul./dez. 2018

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learnig, 2012.

SATO, T.A; LANCMAN, S. **Políticas públicas e a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho no Brasil.** Rev. Bras. Geriatr. Gerontol. 2020;23(6):e200170

SOUZA, F.M.V. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DO IDOSO:** Revisão Integrativa. Trabalho de Conclusão de Curso, Univer. Fed. Fluminense, 2021.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, O.B.R.K; CAMPOS, R.M; LUIZA, L.V; CALDAS, P.C. **Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(1), e300113, 2020

TRINTINAGLIA, V; BONAMIGO, W.A; AZAMBUJA, S.M. **Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa.** Rev Bras Promoç Saúde. 2021;34:11762

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INCLUSAO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO MERCADO DE TRABALHO À LUZ DA AGENDA GLOBAL 2030: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

PUBLIC POLICIES RELATED TO THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE LABOR MARKET IN LIGHT OF THE GLOBAL AGENDA 2030: A THEORETICAL DISCUSSION

Área temática: 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico

FREITAS, Sadao Ogava Ribeiro de Freitas
Uni-FACEF
sadaofreitas@gmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini
Uni-FACEF
melissa@facef.br

Resumo
A presente pesquisa aborda a temática acerca da inserção das Pessoas Com Deficiência (PCD) ao mercado de trabalho e contribuição para a efetiva redução de práticas discriminatórias. Neste sentido, as políticas públicas surgem como mecanismos de combate, ou tentativa de resolução do cenário atual, em consonância com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda Global 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas). Neste contexto, é objetivo geral deste artigo apresentar uma discussão em torno das políticas públicas que abordam a inclusão das PCD ao mercado de trabalho, à luz da Agenda Global 2030, ODS 8. Para tanto, como procedimentos metodológicos para a realização deste artigo foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa baseada essencialmente de dados secundários. Verificou-se que, mesmo diante das regras internacionais, bem como da evolução desse direito no Brasil, em especial as Lei 8.213/91 – Lei de Cotas, e Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, há efetiva e urgente necessidade de revisão, ou atualização, das políticas públicas em relação ao segundo setor, observando-se a valorização e inclusão das PCD, conforme previsto no ODS 8 da Agenda Global.

Palavras-chave: Pessoas Com Deficiência (PCD), Políticas Públicas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This research addresses the issue of inserting People with Disabilities (PWD) into the job market and contributing to the effective reduction of discriminatory practices. In this sense, public policies emerge as combat mechanisms, or attempts to resolve the current scenario, in line with the SDGs (Sustainable Development Goals) of the UN Global Agenda 2030 (United Nations). In this context, the general objective of this article is to present a discussion around public policies that address the inclusion of PWD in the labor market, in light of the Global Agenda 2030, SDG 8. To this end, as methodological procedures for carrying out this article, a qualitative exploratory research based essentially on secondary data. It was found that, even in view of international rules, as well as the evolution of this right in Brazil, especially Law 8,213/91 – Quota Law, and Law 13,146/2015 – Statute of Persons with Disabilities, there is an effective and urgent need to review, or update, of public policies in relation to the second sector, observing the appreciation and inclusion of PWD, as provided for in SDG 8 of the Global Agenda.

Keywords: People with Disabilities (PWD), Public Policies, Sustainable Development Goals.

1 INTRODUÇÃO

Viver em sociedade sempre foi uma necessidade de todos os seres humanos, porque ninguém consegue viver sozinho, haja vista as necessidades básicas de alimentação e abrigo. Imprescindíveis, ainda, além das necessidades materiais, as necessidades espirituais e psicológicas, como afeto, carinho, amor, fé e esperança (DALLARI, 2014). No entanto, historicamente, vislumbram-se várias formas de sobrevivência: da marginalização à socialização. Assim, este continua sendo o grande desafio de algumas pessoas, ou grupos populacionais, atualmente denominadas pessoas com deficiência (PCD) conforme a Lei 13.146/2015, colocadas à margem pela sociedade desde os tempos antigos (SCHNEIDER, 2021, p. 30).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que no mundo existam 610 milhões de PCD, por volta de 80% dos deficientes vivem em países em desenvolvimento, e, por viverem em países subdesenvolvidos, há uma maior barreira de inserir esses profissionais no mercado de trabalho. Estima-se que 10% da população de qualquer país em tempo de paz são pessoas com algum tipo de deficiência; dessas, 5% são pessoas com deficiência mental e 2% são de pessoas com deficiência física, o restante de outras deficiências. Com base nesse percentual, estima-se que no Brasil há 16 milhões de PCD (AMARAL, 2021).

Por outro lado, de acordo com "dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo menos 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, cerca de 24% da população do país." (IBGE, 2021).

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão elencados no artigo 3º da Constituição Federal. Objetivo significa aquilo que se pretende alcançar quando se realiza uma ação; propósito. Em especial, o inciso III do referido diploma constitucional, parte final, dispõe que um dos objetivos fundamentais é o de "reduzir as desigualdades sociais e regionais". (BRASIL, 1988).

Segundo Weber, o trabalho dignifica o homem e, portanto, o ser humano, independentemente de suas limitações, almeja ser inserido ao mercado de trabalho, porquanto um "caminho viável para a inclusão social dessa representativa camada da sociedade, permitindo a evolução e o acesso a elementos fundamentais ao bem-estar e ao convívio social, tais como plano de saúde, plano odontológico, remuneração e uma perspectiva colaborativa, trazendo suas potencialidades a serviço de um projeto coletivo, abandonando um ambiente de exclusão e solidão enfrentado muitas vezes em seus lares" (SCHNEIDER, 2021, p. 13) corroborando, dessa maneira, para a redução das desigualdades sociais e regionais - preceitos constitucionais.

Para tanto, políticas públicas são imprescindíveis para a reflexão e a conscientização de uma igualdade material, pois a "igualdade permite que se trate desigualmente o desigual, na proporção da diferença" (FONSECA, 2006).

No entanto, muitas vezes referidas políticas públicas são elaboradas de forma improvisada, pautadas no "achismo", ou em interesses particulares ou corporativistas, razão pela qual, este artigo abordará um tópico específico acerca da relevância de um trabalho profissional efetuado por um analista de política pública.

Nessa ideia, "dois conceitos são fundamentais para entender o campo da política pública: o problema público e a política pública. O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção". (SECCHI, 2022, p. 5). O autor, ainda, compara o problema público a uma doença que poderá ser enfrentada, justamente, pelas políticas públicas.

Além disso, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a qual dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, conhecida como Lei de Cotas, "surge como uma ação afirmativa para a inserção de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, havendo um percentual de vagas a serem preenchidas por essas pessoas em empresas do setor privado e também em setores públicos". (GUEDES, D.M; BARBOSA, D.A.L, 2020).

Importante salientar que "seguindo o movimento mundial, o Brasil, a partir da implementação de uma política de inclusão para pessoas com deficiência no trabalho, tem obtido consideráveis resultados, não no que diz respeito ao número de pessoas empregadas no trabalho formal, mas em relação ao debate sobre o direito ao trabalho dessa população. Ainda que se tenha avançado nos recursos legislativos que resguardam e promovem a empregabilidade das pessoas com deficiência, a quantidade de pessoas com deficiência contratadas ainda é muito baixa. Ademais, é insuficiente oferecer a vaga de emprego sem disponibilizar de condições de acessibilidade e adaptação, de forma a romper com o preconceito, discriminação e com as barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais que são entraves à inclusão" (RODRIGUES; PEREIRA, 2021).

Depreende-se, pois, a importância do estudo do referido tema à nossa sociedade, porquanto o ser humano não fora criado para viver só, mas em comunidade, entretanto, numa sociedade consciente, responsável e sustentável. Faz-se necessário, assim, a uma reflexão acerca da implementação de políticas públicas voltadas à inserção das PCD ao mercado de trabalho, observando-se os preceitos jurídicos fundamentais, bem como as diretrizes traçadas pelos ODS.

Desse modo, questiona-se: as ações políticas tomadas atendem efetivamente aos anseios sociais no sentido de inclusão das PCD ao mercado de trabalho, à luz da Agenda Global 2030?

Nesse sentido, é objetivo geral deste artigo apresentar uma discussão em torno das políticas públicas que abordam a inclusão das PCD ao mercado de trabalho, à luz da Agenda Global 2030, ODS 8. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa baseada essencialmente de dados secundários.

Assim, o presente artigo encontra-se dividido por esta introdução; na sequência, um referencial teórico que apresentará o cenário histórico das PCD, apresentará os ODS, contextualizando o assunto no ODS 8 e, após, trará o contexto de análise de políticas públicas. Em seguida, serão apresentados os aspectos metodológicos, na sequência a discussão e finaliza-se com as considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico para fins desse artigo aborda o cenário histórico das PCD, após será abordado o ODS 8 da Agenda 2030 da ONU e também a análise das políticas públicas.

2.1 O Cenário Histórico Das Pessoas Com Deficiência (PCD)

A história revelou, em muitas situações, perseguições diretas, ou indiretas, que culminaram com a morte precoce de milhares de PCD. No início da Segunda Guerra Mundial, indivíduos que tinham algum tipo de deficiência física, retardamento ou doença mental, simplesmente eram executados pelo programa que os nazistas chamavam de “T-4” ou “Eutanásia”. Logo, os deficientes físicos e mentais eram considerados inservíveis, portanto, inúteis à sociedade, considerados uma ameaça à pureza genética ariana. Estima-se que cerca de 200.000 deficientes foram assassinados pelos nazistas entre 1940 e 1945. Destarte, “bebês deficientes e crianças pequenas também eram assassinados com injeções de doses letais de drogas, ou por abandonamento, quando morriam de fome ou por falta de cuidados. Os corpos das vítimas eram queimados em grandes fornos chamados de *crematórios*.” (ENCYCLOPEDIA, 2023).

Na era primitiva, “a ausência de uma capacidade motora, auditiva, visual ou mental prejudicava a exploração do ambiente natural por alimento, levando-o a sucumbir diante da natureza” (SCHNEIDER, 2021, p. 30). Na era antiga, os deficientes eram simplesmente assassinados por sua aparência. “Caso, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada” (SCHNEIDER, 2021, p. 31).

Segundo o Schineider (2021), na Idade Média, a religião contribuiu para “a marginalização ou até para a morte da pessoa deficiente”, tendo em vista que a igreja “não os considerava dignos de participar da ordem natural”, haja vista que a deficiência era encarada como um castigo de Deus. “Não sendo „parecidos com Deus‟ as pessoas com deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana”.

Da Idade Média para a Modernidade, “algumas famílias esconderam os filhos deficientes da sociedade”, pois se revoltavam quando “percebiam que um filho(a) ou irmão possuía alguma deficiência”. Do mesmo modo, “algumas instituições de apoio e atenção aos deficientes também adotaram esse comportamento, escondendo seus „alunos‟ e se tornando um depósito de gente sem futuro e sem razão de viver” (SCHNEIDER, 2021, p. 32).

Schneider (2021) ensina que, desse modo, seja nos tempos antigos; seja na idade contemporânea, a verdade é que se espera algum tipo de limitação do ser humano, conquanto haja esforços no sentido contrário. Nesse sentido é o entendimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), porquanto “o simples fato de estar vivo prediz que, em algum momento, alguma condição, externa ou interna, reduzirá a capacidade física ou intelectual, de modo transitório ou permanente de todos os indivíduos”. Limitação advinda de um fatídico acidente, uma doença, ou simplesmente de um inevitável envelhecimento, que comprometerá a funcionalidade do corpo.

Por falar em funcionalidade do corpo, enquanto exercida, todo ser humano reúne habilidades e capacidades incomensuráveis. Dito isto, nota-se que não há paradigmas ou condições no tocante à

cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, notadamente PCD, para o cumprimento, ou o exercício, de um trabalho.

Em 1921, um cidadão perdeu o movimento das pernas e, depois disso, foi eleito governador de Nova York e presidente dos Estados Unidos, reeleito presidente outras três vezes - Franklin D. Roosevelt (TODA MATÉRIA, 2023). Ou Stephen Hawking (ORTO PONTO, 2023), reconhecido internacionalmente por sua contribuição à ciência, vítima de uma doença degenerativa. Ainda, Beethoven (CARNEIRO, 2023), gênio musical, que sofreu problemas de audição, entre tantas outras personalidades.

Elas não são inferiores, ou menos capazes intelectualmente, evidentemente. Superaram barreiras visíveis e invisíveis, preconceitos, discriminação e adversidades. Assim sendo, "falar de diversidade é transitar pelo eixo da empatia e do preconceito", enquanto que a inclusão social não pode ser encarada como um mero favor, ou até mesmo uma forma de compensação. Trata-se de "uma questão de justiça – literalmente – é algo que traz ganhos reais para todos, governos, sociedade e para empresas em que ela for a regra, não a exceção" (SCHNEIDER, 2021, p. 9-11).

Nesse sentido, é necessário entender que as PCD podem executar atividades sociais desde que o ambiente ao redor seja, evidentemente, adaptado à sua limitação. Desse modo, as potencialidades da PCD devem ser efetivamente executadas em um ambiente compatível com a sua atividade e limitação.

Após o breve contexto histórico das PCD, na sequência, serão abordadas algumas considerações relevantes acerca do ODS 8 da Agenda 2030 da ONU.

2.2 O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 08 da Agenda 2030 da ONU

Globalmente, o efetivo impacto do homem ao meio ambiente tornou-se o centro da ação do desenvolvimento sustentável (SCHNEIDER, 2021, p. 113). Pensar na limitação e escassez dos recursos naturais, bem como nas futuras gerações é o novo desafio, além de ser uma necessidade imperiosa.

Buscar justiça social, sem olvidar das garantias e condições mínimas de vida ao trabalhador, bem como a manutenção da dignidade da pessoa humana, não se confundindo desenvolvimento e crescimento econômico a qualquer custo, a ponto de explorar o trabalhador, moldam o chamado "trabalho decente".

A ONU vislumbra o trabalho decente e o crescimento econômico como uma dimensão fundamental ao desenvolvimento sustentável de todos. De acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 08 da ONU, o objetivo é o de "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos". Até o ano de 2030, pretende-se "alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor" (ONU, 2015).

Para Schneider (2021), "Este princípio busca propiciar a cada ser humano em idade ativa para exercer a função laboral, independentemente do gênero ou da condição econômica, ou ainda, de ser possuidor de alguma deficiência, recursos para que tenha uma jornada compatível e equilibrada com a sua condição individual."

Desse modo, o intuito da ONU é combater a pobreza por meio do trabalho decente e do desenvolvimento sustentável, pois "a valorização da dignidade do trabalhador não se trata de ajudar as pessoas a sobreviverem, tampouco uma tentativa de remediar uma condição de necessidade humana, como a segurança, por exemplo. Ao garantir um trabalho decente, como algo que protege a dignidade do indivíduo ao oferecer uma posição convenientemente remunerada, em condições de salubridade também aceitáveis, abre-se a possibilidade de se progredir em um foro de máximas virtudes das relações humanas" (SCHNEIDER, 2021, p. 116).

Sobre relações humanas, "trabalho digno ou também chamado de trabalho decente, implica a circunstância em que todas as pessoas tenham oportunidade de realizar uma atividade produtiva e que tenham uma renda justa, segurança no ambiente de trabalho, proteção social para as famílias, perspectivas de desenvolvimento pessoal e que favoreça a sociabilidade. O documento também enfatiza a relevância de todos os homens e mulheres terem as mesmas oportunidades no local de trabalho. Sugere, aos governos, trabalharem para construir economias centradas nas pessoas, com economias inovadoras e sustentáveis, promovendo em particular emprego para os jovens e empoderamento profissional e econômico das mulheres." (VIANNA, C.V; OLIVEIRA; S.F.P., 2022).

Enfim, buscar alternativas para que as PCD possam desempenhar as suas tarefas, em ambientes adaptados, se for o caso, fomentando as empresas vislumbrarem os benefícios da inclusão dessa mão de obra em seu quadro de empregados, na maioria das vezes ignorada, é contribuir para a efetividade do trabalho decente, fortalecer o desenvolvimento social e econômico, bem como reduzir as práticas discriminatórias.

Vistos o contexto histórico das PCD, bem como as peculiaridades do ODS 8 da Agenda Global 2030, na sequência, será abordada a análise de políticas públicas.

2.3 A Análise de Políticas Públicas

A atividade desempenhada pelo analista de políticas públicas vem ganhando destaque e relevância, a ponto de várias organizações, públicas e privadas, criarem cargos e carreiras com tal nomenclatura. Seu papel é praticamente imprescindível na tomada de uma boa decisão pública, considerando que "uma boa decisão pública é aquela embasada em informações e análises confiáveis, pautada em princípios e valores socialmente aceitos e que traz os efeitos desejados para a melhoria do bem-estar coletivo" (SECCHI, 2022, p. 1). Logo, percebe-se a complexidade de uma tomada de decisão e da importância do papel desse profissional.

Basicamente, o analista de política pública desempenha dois papeis: educador e consultor. Como educador, ele busca transmitir ao destinatário a realidade de forma mais técnica, precisa e detalhada, de modo a transmitir valores éticos para a política, como por exemplo, democracia, igualdade, sustentabilidade etc. Como consultor, ele busca adequar suas análises às necessidades daquele que encomendou os seus serviços, ou seja, o "cliente", conforme os seus valores (SECCHI, 2022, p. 18).

No caso das políticas públicas relacionadas à inclusão das PCD ao mercado de trabalho, considerando-se as diretrizes traçadas pela Agenda 2030 da ONU, bem como as legislações vigentes, o papel desempenhado pelo analista de política pública, ante a complexidade e tamanha importância dessas políticas públicas no cenário social, econômico e cultural, faz-se necessário, pois vislumbra-se um trabalho dotado de técnicas e metodologias peculiares.

O trabalho de análise de política pública corresponderá às fases iniciais do ciclo de política pública (conforme Figura 1), formulando alternativas de políticas públicas para o enfrentamento do problema público.

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas

Fonte: Secchi, 2022.

Verifica-se que Secchi (2022) estabelece 7 etapas no ciclo das Políticas Públicas, na medida em que referido ciclo corresponde à análise da política pública.

As etapas são: a) identificação do problema – problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível, ou seja, um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública; b) formação da agenda – a agenda é o conjunto de

problemas ou temas relevantes que a comunidade política poderá intervir ou enfrentar; c) formação de alternativas – é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos ; d) tomada de decisão – representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de enfrentamento de um problema público são explicitadas; e) implementação – nessa etapa, as regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações; f) avaliação – é o momento chave para a produção de *feedback* sobre as fases antecedentes; g) extinção – metaforicamente ao ciclo de vida dos organismos, o ciclo de política pública também tem um fim (SECCHI, 2013).

Por sua vez, o trabalho de análise da política pública corresponderá às fases iniciais do ciclo de política pública. No entanto, para fins do presente estudo, será abordada apenas a primeira etapa do ciclo: identificação do problema.

De acordo com Secchi (2013), o processo de elaboração de políticas públicas "também é conhecido como ciclo de políticas públicas". Trata-se de "um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes."

Além disso, o referido "ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos" (SECCHI, 2013).

Para Secchi (2022), dentre as etapas do processo de análise de política pública está a análise do problema (identificação do problema), dividida em: 1) diagnóstico do problema; 2) definição do problema; 3) definição do objetivo. Por sua vez, o diagnóstico do problema contém quatro passos:

Primeiro passo, diagnóstico do contexto: origem do problema e histórico, análise política, econômica, sociocultural e jurídico-legal.

A análise política descreve os atores envolvidos com o problema público, suas relações com os problemas, perspectivas, interesses e senso de urgência, como os políticos, burocratas, juízes, bem como órgãos públicos, partidos políticos, empresas, sindicatos etc. A análise econômica do problema está ligada aos custos diretos e indiretos possivelmente assumidos pelo governo ou, até mesmo, distribuídos pela sociedade ou grupos. A análise jurídico-legal refere-se às leis ou interpretações judiciais que envolvem o problema público. Por fim, a análise sociocultural tratará da verificação das instituições informais, isto é, uma análise voltada para os hábitos, costumes, estilos e barreiras culturais que fazem que o problema se acentue (SECCHI, 2022, p. 41-44).

Segundo passo, diagnóstico da amplitude: um problema deixa de ser privado e passa a ser público quando efetivamente afeta uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Terceiro passo, diagnóstico da intensidade: refere-se à gravidade do problema. Desse modo, "problemas públicos são considerados mais graves quando, se nada for feito, vidas humanas podem ser perdidas, ameaçam o rompimento do tecido social, eliminam a possibilidade de emancipação individual ou prejudicam a sustentabilidade econômica, ambiental, política, social". Quarto passo, diagnóstico da tendência: "é importante para projetar quanto o problema se intensificará, com consequências importantes sobre as opções de método de análise e das próprias alternativas de solução ao problema". (SECHHI, 2022).

Após diagnosticar o problema, o próximo passo é o de definir o problema. Um problema público, normalmente, está ligado a "um excesso, uma escassez ou um risco" (SECCHI, 2022, p. 50). Por exemplo, a inserção das PCD ao mercado de trabalho está ligada ao elemento escassez.

Nesse diapasão, o trabalho de análise de política pública buscará apontar alternativas de solução ao problema – por exemplo, políticas públicas voltadas para a inserção das PCD ao mercado de trabalho, seja por meio de leis, campanhas afirmativas, conscientização da sociedade empresária, bem como fiscalização com a estrutura governamental.

Após definido o problema, "a última etapa é definir o objetivo que se quer alcançar com a política, o programa, o projeto ou a ação pública." Ainda, "o objetivo da política pública é intimamente ligado ao problema público que foi definido. Os desafios da definição dos objetivos são estabelecer o grau de resolução que se deseja alcançar e se as ações da política pública deverão ser focadas nas causas do problema, no problema em si ou nas suas consequências" (SECCHI, 2022, p. 52-53).

As etapas são importantes ferramentas a serem seguidas, portanto, recomendadas, não traduzindo, contudo, na certeza dos resultados almejados, pois, muitas vezes, em problemas complexos, que a extinção integral se mostra inviável, o mais recomendável seria mitigar ou diminuir o problema em questão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos para a realização deste artigo foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa baseada essencialmente de dados secundários.

Segundo Gil (2022), a presente pesquisa é classificada como exploratória, uma vez que tem "como propósito proporcionar com maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. A coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve: 1) levantamento bibliográfico; 2) entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; e 3) análise de exemplos que estimulem a compreensão."

A abordagem da pesquisa é de caráter qualitativo, "preocupando-se com aspectos com aspectos da realidade que não podem ser quantificados", além de "tratar de questões subjetivas, que a pesquisa é qualitativa" (FERRAREZI et al., 2022).

Assim, os dados secundários do presente estudo vieram de livros, artigos científicos e legislação.

4 DISCUSSÃO

Optou-se por materializar a discussão proposta neste artigo usando a figura 2 como referência e os conceitos de Análise de Políticas Públicas aplicados à temática da inserção das pessoas com deficiência (PCD) ao mercado de trabalho.

Fonte: Fiocruz campus virtual (2023)

A linha do tempo, representada na figura 2, acerca dos direitos das PCD no Brasil demonstra um efetivo esforço por parte do legislativo, na busca da inclusão social e, também, da inclusão ao mercado de trabalho desse grupo, historicamente, vulnerável e discriminado pela sociedade em geral.

Em 8 de novembro de 2000, com o advento da Lei 10.048, dá-se prioridade de atendimento às PCD com mobilidade reduzida.

Em 24 de abril de 2002, a Lei 10.436 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Em 2 de dezembro de 2004, o Decreto Federal 5296, conhecido como Lei da Acessibilidade, regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000.

Em 19 de dezembro de 2000, a Lei 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PCD ou mobilidade reduzida.

Em 22 de dezembro de 2005, o Decreto 5.626 regulamenta a Lei 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o artigo 18 da Lei 10.098/2000.

Em 30 de março de 2007, a Convenção sobre os Direitos das PCD da ONU e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as PCD e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Em 9 de julho de 2008, o Decreto Legislativo 186 aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das PCD e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Em 6 de julho de 2015, com o advento da Lei 13.146, institui-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por PCD, visando a sua inclusão e cidadania.

No entanto, mesmo diante da evolução dos direitos das PCD, que trouxe significativas melhorias nos aspectos socioeconômicos, antigos problemas persistem, tais como preconceitos e discriminação; além disso, barreiras à inclusão das PCD ao mercado de trabalho revelam ser um problema público a ser enfrentado, devendo ser extintos, ou mitigados.

Nesse contexto, no referencial teórico, evidenciou-se que uma política pública, elaborada por um Analista de Política Pública, dotada de técnicas e métodos próprios, para o enfrentamento de um problema público, contém mais probabilidades de resolução do problema, ou diminuição, ao invés de uma política pública implementada no “achismo” e imediatismo.

Então, quando um profissional, ao diagnosticar o problema público, basear-se sem as técnicas e metodologias recomendadas, “pode acabar perdendo seu tempo e esforço tentando consertar os problemas errados, ou ainda, falsos problemas”. (SECCHI, 2022).

Para Secchi (2022), a área de análise de políticas públicas é conhecida como a ciência que fala a verdade ao poder. Logo, políticas públicas de inserção das PCD ao mercado de trabalho realizadas por profissionais competentes são imprescindíveis ao enfrentamento de barreiras, não apenas visíveis, mas principalmente invisíveis, dotadas de preconceitos e discriminações.

Nesse sentido, a participação do segundo setor – empresas privadas, é essencial para que a PCD desempregada seja inserida ao mercado de trabalho. Um trabalho digno e decente, conforme preceitua o ODS 8, de modo a proporcionar ao obreiro uma vida também digna, fortalecendo, dessa maneira, o desenvolvimento social e econômico, bem como reduzindo as práticas discriminatórias. Portanto, sob o enfoque da PCD, a equidade e a função social do trabalho tornam-se ingredientes essenciais para o pleno desenvolvimento humano, trabalhados por meio de efetivas políticas públicas, observando-se as recomendações da Agenda Global e seus ODS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo histórico, percebeu-se que as PCD detêm, assim como qualquer outro ser humano, habilidades e capacidades incomensuráveis, bem como direitos e obrigações, podendo interagir, namorar, constituir famílias e trabalhar. Há políticas públicas nesse sentido, como por exemplo, legislações que fomentam a promover a inclusão de PCD e contribuir para que elas tenham seus direitos básicos garantidos. No entanto, percebeu-se, outrossim, que serviços básicos como o acesso à saúde, trabalho e, até mesmo, moradia, estão longe de serem efetivamente solucionados.

Na sequência da pesquisa, vislumbra-se a importância dos objetivos de desenvolvimento sustentável trazidos pela Agenda 2030 da ONU, pois pensar nas futuras gerações é medida que se impõe, além do fato de que, inevitavelmente, todas as pessoas, algum dia, terão algumas limitações,

seja pelo envelhecimento natural, que comprometerá a funcionalidade do corpo, seja por uma doença, ou até mesmo por um fatídico acidente.

Por fim, o estudo da análise de políticas públicas demostra o seu relevante papel na busca em trazer informações para o processo de tomada de decisão das políticas públicas, de maneira mais apta a resolver, ou pelo menos mitigar o problema público, não se valendo de "achismos", ou condutas pontuais.

Espera-se, portanto, que o desenvolvimento da pesquisa possa contribuir de alguma forma para a discussão e debate no ambiente acadêmico, bem como na conscientização dos atores sociais envolvidos, pois se trata de um assunto que envolve a dignidade da pessoa humana, diversidade e inclusão social de pessoas que, durante séculos, forma expostas e colocadas à margem da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Elaine Gomes do. **Atuação dos trabalhadores com deficiência nos hospitais universitários de Uberlândia-MG e a relação das suas limitações com os riscos ocupacionais -** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiente e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso: 12 jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213, promulgada em 24 de julho de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em 12 jun 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 12 jun. 2023.

CARNEIRO, Rosana. **Onze incríveis personalidades com deficiência; Veja quem são elas!** Disponível em: https://www.deficienteciente.com.br/10-incriveis-pessoas-com-deficiencia.html. Acesso: 12 jun 2023.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Viver em sociedade** – Frutal: Prospectiva, 2014.
Dicionário online de português. Disponível em: https://www.dicio.com.br/objetivo/. Acesso: 12 jun 2023.

DICIO. **Dicionário online de português.** Disponível em: https://www.dicio.com.br/ Acesso: 15 jun 2023.

ENCYCLOPÉDIA. **O Extermínio dos deficientes**. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-murder-of-people-with-disabilities. Acesso: 01 jun 2023.

FERRAREZI, Maria Amélia D. Oliveira; CAMPANHOL, Edna Maria; SMITH, Marinês Santana Justo. **O eSOCIAL e ESG – Environment, social and corporate governance: o enlace das informações empresariais e as responsabilidades éticas no ambiente das pequenas empresas.** XXVIII Encontro de Pesquisadores. Disponível em: http://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2022/files/2022_ANAIS_XXIII_Enc_Pesq.pdf. Acesso em 04 out 2023.

FONSECA, R. T. M. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos: o direito do trabalho, uma ação afirmativa**. São Paulo: Ltr, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Barueri: Atlas, 2022.

GOV.BR - Serviços e informações do Brasil. **Políticas Públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência.** Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia. Acesso em 13 jun 2023.

GUEDES, D.M; BARBOSA, D.A.L. **Políticas Públicas no Brasil para as pessoas com deficiência: trajetória, possibilidade e inclusão social**. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522120151.pdf. Acesso: 12 jun 2023.

IMPARCIAL. **O trabalho dignifica o homem**. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/o-trabalho-dignifica-o-homem,50114. Acesso: 12 jun 2023.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo, 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso: 12 jun 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8. Acesso em 12 jun 2023.

ORTO PONTO. **4 personalidades com deficiência que fizeram a diferença!** Disponível em: https://www.ortoponto.com.br/m/blog/5ffcbd199a09456d9833ec6c/4-personalidades-com-deficiencia-que-fizeram-a-diferenca. acesso: 12 jun 2023

RODRIGUES, Pollyana Salles; PEREIRA, Éverton Luís. **A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/CtnGmHHjf9Z5zpCpqdWJVky/?format=pdf. Acesso: 29 set 2023

SCHNEIDER, Patrick. **Futuro do trabalho da pessoa com deficiência**: da lei de cotas à agenda 2030. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage, 2013.

_____ **Análise de políticas públicas**: **diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2022.

TODA MATÉRIA. **Franklin Roosevelt.** Disponível em: https://www.todamateria.com.br/franklin-roosevelt/. Acesso: 12 jun 2023.

VIANNA, Camila Viegas; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. **A gastronomia e o objetivo de desenvolvimento sustentável 8: profissionalização através da educação não informal**. XXVIII Encontro de Pesquisadores. Disponível em: http://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2022/files/2022_ANAIS_XXIII_Enc_Pesq.pdf. Acesso em 04 out 2023.

PRÁTICA DO JUDÔ COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR: Uma revisão de literatura

PRACTICE OF JUDO AS A STRATEGY FOR HEALTH PROMOTION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: A literature review

Área temática: Saúde e Bem-estar (ODS 3)

GIROLDO, Julio Cesar
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharel
Pós Graduado em Educação Especial e Docência do Ensino Superior
Graduando em Fisioterapia
juliogiroldo1@gmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca/UNIFRAN
Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde, Mestre em Educação Física
Bacharel em Fisioterapia
lilian.nascimento@unifran.edu.br

MARCELINO, Daniela
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda em promoção de saúde Unifran
Mestra em promoção de saúde / Unifran
Bacharel em Fisioterapia / Claretiano
danielamarcelino_fisio@hotmail.com

Resumo

O judô, enquanto prática física rica em ações atléticas e elementos educativos, se propõe a desempenhar um papel fundamental no contexto escolar. O objetivo principal reside em explorar a vivência do aluno, abrangendo todas as dimensões de seu desenvolvimento cognitivo, emocional e espiritual, promovendo não apenas o desenvolvimento psicomotor, mas também esclarecendo equívocos relacionados às artes marciais, destacando-as como uma prática esportiva intrinsecamente saudável e segura para o crescimento pessoal. Nesta pesquisa, foram adotados métodos criteriosos. Utilizou-se uma revisão da literatura baseada em artigos científicos disponíveis nas bases de dados Medline, Lilacs, Bireme, Scielo, entre outros, através do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), compreendendo o período de 2017 a 2022. Após uma análise minuciosa, foram selecionados 10 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade, sendo excluídas revisões literárias, resumos científicos, artigos pagos, teses e dissertações. Os resultados destacaram a riqueza de evidências e benefícios associados ao judô, abrangendo seus aspectos históricos, prática, dimensões culturais e disciplinares. Entretanto, observou-se uma carência na literatura existente no que diz respeito ao suporte eficaz para a formação de professores que desejam incorporar o judô como conteúdo em suas aulas. A falta de um material de apoio adequado dificulta a prática efetiva desse esporte no contexto escolar. Diante disso, é imperativo que novas abordagens pedagógicas sejam desenvolvidas e enfatizadas, alicerçando o ensino do judô na escola com propostas que sejam eficientes e alinhadas ao ambiente educacional. A educação pedagógica é fundamental para capacitar os professores a transmitirem de forma eficaz os benefícios do judô aos alunos, promovendo assim o desenvolvimento integral desses indivíduos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Judô. Promoção da Saúde. Ambiente Escolar.

Abstract
Judo, as a physical practice rich in athletic actions and educational elements, aims to play a fundamental role in the school context. The main objective lies in exploring the student's experience, covering all dimensions of their cognitive, emotional and spiritual development, promoting not only psychomotor development, but also clarifying misconceptions related to martial arts, highlighting them as an intrinsically healthy and safe for personal growth. In this research, careful methods were adopted. A literature review was used based on scientific articles available in the databases Medline, Lilacs, Bireme, Scielo, among others, through the Virtual Health Library (VHL) portal, covering the period from 2017 to 2022. After an analysis in detail, 10 articles were selected that met the eligibility criteria, excluding literary reviews, scientific summaries, paid articles, theses and dissertations. The results highlighted the wealth of evidence and benefits associated with judo, covering its historical aspects, practice, cultural and disciplinary dimensions. However, there was a lack of existing literature regarding effective support for the training of teachers who wish to incorporate judo as content in their classes. The lack of adequate support material makes it difficult to practice this sport effectively in the school context. Given this, it is imperative that new pedagogical approaches are developed and emphasized, supporting the teaching of judo at school with proposals that are efficient and aligned with the educational environment. Pedagogical education is essential to enable teachers to effectively transmit the benefits of judo to students, thus promoting the integral development of these individuals in the school environment.

Keywords: Judo. Health promotion. School environment.

1 INTRODUÇÃO

O judô surge como uma prática física enriquecida por ações atléticas e substanciais com abordagens pedagógicas. Nessa perspectiva, busca-se integrar essa arte marcial de forma eminente no contexto educacional, explorando plenamente a experiência do aluno em todas as dimensões de seu desenvolvimento cognitivo, emocional e espiritual. A moldagem cuidadosa dessa integração não visa apenas ao desenvolvimento psicomotor, mas também à correção de equívocos frequentemente associados às artes marciais, promovendo-a como uma prática esportiva intrinsecamente saudável e segura para o aprimoramento pessoal (ARAUJO, NETO, 2017).

Historicamente, o judô conquistou um status formativo que o inseriu predominantemente nos currículos acadêmicos de educação física até a década de 1990. No entanto, no final dessa década e início dos anos 2000, as oportunidades para o ensino de artes marciais na educação física se ampliaram consideravelmente, tornando-se um componente integral nos programas de graduação no Brasil (ALVES JUNIOR, 2001).

Nessa perspectiva, as artes marciais, incluindo o judô, demonstram sua relevância como parte integrante do currículo escolar de educação física, destinadas a envolver os alunos de forma a contribuir abrangentemente em todos os aspectos de seu desenvolvimento. Elas incorporam um elemento educacional e disciplinar substancial, moldando cidadãos capazes de expressar-se e questionar a violência, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade, adotando uma postura reflexiva. Surpreendentemente, os professores de educação física tendem a negligenciar o estudo das artes marciais, em particular do judô, mesmo quando reconhecem seus benefícios tanto no aspecto atlético quanto moral. Em muitos casos, esses profissionais carecem de experiência na prática do esporte ou não veem a pertinência de incorporar esse conteúdo em suas aulas.

Através da prática do judô, as crianças adquirem a capacidade de identificar suas próprias limitações e habilidades, aprendendo a ser disciplinadas e a valorizar seus colegas. Mais crucial ainda, elas desenvolvem estratégias construtivas para lidar com conflitos e agressões, ao mesmo tempo em que aprimoram seu condicionamento físico e saúde (ARAUJO, NETO, 2017). Apesar da presença relativamente limitada do judô no contexto escolar, é inegável sua importância como disciplina nas aulas de educação física, dadas suas relevâncias filosóficas e atléticas. Nesse sentido, exploraremos sua história e seu impacto na construção do desempenho atlético.

Dessa forma, o judô se configura como uma ferramenta que contribui substancialmente para o empoderamento, o bem-estar e a inclusão social, abrangendo diversas áreas essenciais como saúde, educação e seu papel na formação de praticantes e não praticantes do judô. O esporte é

percebido como uma forma de socializar e transmitir valores, enquanto o seu exercício desenvolve capacidades físicas e sociais, valores, conhecimentos, atitudes e normas (GIROLDO et al., 2020).

A emergência do judô ocorreu na segunda metade do século XIX, em um Japão profundamente transformado pela influência de um modelo ocidental de civilização, conhecido como a Era Meiji (1867 – 1911). A modernização do país levou ao abandono de algumas tradições, incluindo as artes marciais. Durante o período do Japão Feudal, também denominado Era Edo, os guerreiros praticavam o Jujutsu, representado pelos caracteres "Ju" (suavidade) e "Jutsu" (arte/prática). (Kano, 1994, citado por CIRINO e PEREIRA, 2021).

O Jujutsu, derivado de várias técnicas de luta que incluíam combate corpo a corpo, uso de mãos, pés e armas, foi concebido com um objetivo maior por Jigoro Kano: desenvolver disciplina, moral e autocontrole. Desta forma surge o Judô, no qual Kano abandona as práticas do Jujutsu em busca do "DÔ" (caminho, princípio), destacando um de seus pilares fundamentais, o "Seiryoku – Zenyo" (Máxima eficiência com o mínimo de esforço), focando no aprimoramento técnico da luta, não no combate em si. Isso levou ao surgimento do Judô Kodokan, cujo nome significa "O Caminho da Suavidade" ou "Caminho Suave" (CALLEJA, 1982; CARR, 1993; VIRGILIO, 1994; KANO, 1994; MESQUITA, 2014, citados por CIRINO e PEREIRA, 2021).

O propósito do Judô, concebido por Jigoro Kano, visa um novo estilo de luta que contribui para a formação educacional e integral do ser humano. Ele se baseia no princípio filosófico do "Jita Kyoei" (Prosperidade e benefício mútuo), inspirado pelos valores do Confucionismo, como benevolência, respeito e beneficência ao próximo. Isso reflete a noção de contribuir para o bem do próximo, alinhando-se com o cerne desse princípio filosófico (SANTOS, 2014, citado por CIRINO e PEREIRA, 2021).

Jigoro Kano, compreendendo a eficácia das técnicas de combate, classificou as bases do judô em categorias essenciais: quedas (Ukemi), posturas (Shisei), deslocamentos (Shintai), pegadas (Kumikatas), desequilíbrio (Kuzushi), preparação da técnica (Tsukuri) e projeção (Kake) (KANO, 1994; MESQUITA, 2014, citados por CIRINO e PEREIRA, 2021).

Esses elementos fundamentais do judô, classificados por Jigoro Kano, são essenciais para compreender a profundidade dessa prática e sua contribuição para o desenvolvimento humano. No contexto atual, o judô continua a desempenhar um papel significativo na formação das pessoas, independentemente de serem praticantes ou não. Sua influência se estende para além das paredes do tatame, alcançando a vida cotidiana e social. É uma ferramenta que promove não apenas habilidades físicas, mas também virtudes morais, valores éticos e um profundo respeito pelo próximo. Como resultado, o judô se revela como uma prática que transcende o aspecto esportivo e se torna uma filosofia de vida. Os princípios que fundamentam o judô, como o respeito, a disciplina, a humildade e a empatia, são valores que podem ser aplicados em diversos contextos, desde a escola até o ambiente de trabalho.

Em síntese, o judô não é apenas uma atividade física, mas uma filosofia que busca promover o desenvolvimento integral do ser humano. Seus princípios e técnicas não apenas contribuem para a formação de atletas, mas também para a formação de cidadãos conscientes, éticos e compassivos. Portanto, o judô continua a ser uma prática relevante e valiosa em nossa sociedade contemporânea, enriquecendo a vida daqueles que o praticam e influenciando positivamente aqueles que estão ao seu redor.

Assim o objetivo do estudo é verificar a utilização da arte marcial como conteúdo a ser abordado no contexto escolar, explorando a experiência do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento cognitivo, emocional e espiritual, sendo moldado de uma forma que contribua para o psicomotor, promovendo e esclarecendo equívocos sobre as artes marciais como uma prática esportiva saudável e segura para o crescimento pessoal.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo, foi empregado o método de revisão de literatura, adotado como uma abordagem sistemática e executável, que possibilita a identificação e avaliação das pesquisas conduzidas por pesquisadores, acadêmicos e profissionais nas bases de dados científicas (SOUSA, 2018). Este estudo se fundamenta na análise de artigos científicos disponíveis nas bases de dados Medline, Lilacs, Bireme, Scielo, entre outros, através do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), conduzido nos meses de março e abril de 2023.

A pesquisa abrangeu estudos publicados em um período de seis anos, compreendendo o intervalo entre 2017 e 2022. A busca foi conduzida mediante o uso de descritores em língua portuguesa, a saber: "Prática do Judô", "Judô no ambiente escolar" e "Contexto escolar".

Inicialmente, obedecendo os critérios de elegibilidade, foram identificados 7.960 artigos relevantes. No entanto, seguindo os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados apenas aqueles estudos disponíveis integralmente e de forma gratuita, escritos em língua portuguesa, alinhados com o escopo da pesquisa e de domínio dos autores.

Após o emprego dos critérios de inclusão e exclusão, tal procedimento resultou em 10 artigos considerados aptos, dos quais 5 foram escolhidos para leitura completa. Cumpre ressaltar que foram excluídos os estudos que não guardavam relação com a temática proposta, bem como revisões literárias, resumos científicos, artigos submetidos a pagamento para acesso integral, teses e dissertações.

O fluxograma apresentado na Figura 1 elucida a estratégia metodológica descrita, conforme suas características e identificação dos critérios de elegibilidade, conforme a seleção dos artigos envolvidos.

Figura 1. Fluxograma esquemático e detalhado do processo de seleção dos artigos.

Fonte: elaborado pelos autores

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esclarecer as evidências abordadas nesta pesquisa, a tabela a seguir apresenta os artigos que contribuem para a fundamentação desta revisão bibliográfica.

O Quadro 1 está organizado de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, apresentando os trabalhos em ordem alfabética por autor e ano de publicação, bem como seus objetivos e conclusões.

Quadro 1. Análise qualitativa dos artigos selecionados.

AUTOR / ANO	OBJETIVO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
ARAUJO, NETO, 2017	A partir dessa observação, buscamos apontar as relações existentes entre a Educação Física e o Judô e o impacto sobre os profissionais envolvidos na modalidade.	O judô é de grande importância no aspecto motor e social no conteúdo das lutas, e principalmente para os alunos, desta forma vemos que, a maioria destes profissionais precisa buscar um entendimento maior sobre o judô, devido à grande incidência de dúvida no momento de ensino do conteúdo, entretanto não se pode valer dessa problemática para não incluir o tema no conteúdo a ser ministrado em sala de aula.
CIRINO e PEREIRA, 2021	Apresentar novas abordagens pedagógicas para o ensino do judô a partir da contextualização da modalidade sob os aspectos históricos, filosóficos, educacionais, esportivos e técnicos.	Promove uma reflexão acerca da sistematização do judô, reunindo os conteúdos de aprendizagem como os aspectos históricos e filosóficos, a etiqueta do judô, as regras, os fundamentos técnicos, o vocabulário e os métodos de instrução. Além disso, destaca a problemática do ensino tradicional e aponta novas abordagens pedagógicas, sugerindo elementos norteadores que resgatem o significado da idealização do judô.
GIROLDO et al., 2020	Identificar na literatura a relevância da prática esportiva inclusiva por meio da prática de judô, como forma de promoção da saúde de pessoas com Síndrome de *Down*.	A literatura aponta boa relação entre o judô e a promoção da saúde dos indivíduos com SD, porém, ainda é escassa as informações de caráter científico sobre a temática, o que demanda a necessidade de mais estudos que abordem o tema.
VIOLIN et al, 2019	Analisar a aplicação do conteúdo judô por professores de escolas públicas estaduais de Maringá, Paraná.	Verificou-se grande oferta do judô como conteúdo dos cursos de licenciatura e, em contraponto, pouca ou nenhuma oferta na Educação Física escolar. Tais resultados indicam necessidade de maior convergência entre o Ensino Superior e a realidade escolar e de formação continuada aos professores da rede pública, para a efetiva oferta do conteúdo.
ROCHA et al., 2021	A descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.	Em virtude das respostas dos professores entrevistados, sendo 100% deles, o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, afetivo e motor nas aulas é de extrema necessidade e fundamental importância para o desenvolvimento dos alunos nessa faixa etária, em virtude do esporte (judô) ser considerado um estilo de vida é notório a inserção da criança ao esporte.

Fonte: dados da pesquisa.

A análise desses trabalhos revela uma consistência nas conclusões, ressaltando a relevância do Judô como uma ferramenta educacional eficaz no contexto escolar. Os estudos convergem para a ideia de que o Judô não apenas contribui para o desenvolvimento físico dos alunos, mas também

promove valores éticos e habilidades cognitivas importantes. Essas descobertas reforçam a importância de considerar o Judô como parte integrante da metodologia educacional, desde que seja devidamente orientado por abordagens pedagógicas apropriadas.

Frequentemente, relegamos ao esquecimento que as artes marciais não se limitam apenas a aspectos técnicos; elas encarnam a disciplina como uma prática fundamental, enraizando valores como o respeito, a cidadania e, acima de tudo, o autocontrole sobre as emoções. No entanto, é crucial contextualizar essa abordagem dentro da história da humanidade, sua filosofia subjacente e sua manifestação prática, especialmente no que tange ao respeito pelo próximo (JÚNIOR E SANTOS, 2014, conforme citado por ROCHA et al., 2021). Nesse sentido, é essencial reconhecer a necessidade premente de preparar os professores para enfrentar os desafios que o ensino do Judô na escola impõe. É preciso dotá-los de ferramentas pedagógicas atualizadas e estratégias inovadoras que promovam o engajamento dos alunos e a compreensão profunda dos valores e benefícios inerentes ao Judô como uma disciplina educacional valiosa.

Nesse contexto, os benefícios advindos da prática do Judô são vastos e podem ser adaptados tanto à idade quanto às necessidades individuais do aluno. Mesmo quando a fisiologia do aluno ainda não está completamente desenvolvida, o Judô, quando abordado de maneira adequada, pode proporcionar uma série de vantagens, como melhorias na saúde e no desenvolvimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) enfatizam que a construção do gesto nas artes marciais pode envolver situações que demandam percepção e desenvolvimento tanto físico quanto em habilidades motoras, características intrínsecas às artes marciais, incluindo o judô (BRASIL, 1998; p. 97, conforme citado por ROCHA et al., 2021).

A integração do Judô no currículo escolar pode servir como um catalisador para a promoção da educação integral dos alunos, abarcando não apenas o desenvolvimento físico, mas também o cognitivo, social e emocional. Ao fomentar valores como respeito, disciplina e autocontrole, o Judô contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e éticos, que são capazes de aplicar esses princípios não apenas no ambiente escolar, mas também em suas vidas cotidianas. Portanto, é crucial que os sistemas educacionais reconheçam o Judô como uma disciplina que vai além das técnicas de combate, integrando-se harmoniosamente aos objetivos educacionais mais amplos. A formação adequada de professores e a criação de materiais pedagógicos relevantes são passos fundamentais para assegurar que o Judô desempenhe seu papel efetivo na educação escolar, promovendo valores, habilidades e conhecimentos que contribuam para a formação integral dos alunos.

Assim sendo, o Judô desempenha um papel crucial no desenvolvimento da parte cognitiva das crianças, ao mesmo tempo em que inculca o respeito através de sua disciplina, um aspecto essencial no contexto esportivo. Isso proporciona uma conexão entre a história do judô e a teoria, enriquecendo a experiência da criança na prática, particularmente entre os 6 e 10 anos, uma fase marcada por mudanças significativas decorrentes da incorporação de fundamentos teóricos e práticos (SALLES, 2010, p.1, conforme citado por ROCHA et al., 2021).

Portanto, a presença do Judô no ambiente escolar assume uma importância substancial e desempenha um papel significativo na educação e formação dos alunos. Eles têm a oportunidade de vivenciar algo além do comum, principalmente devido à incorporação de padrões e códigos culturais japoneses que o Judô apresenta. Esse intercâmbio cultural, quando associado ao ambiente escolar, incita uma mudança de comportamento nos alunos, tanto na escola quanto em casa. A arte marcial praticada serve como um exemplo único para a sociedade em que vivem, influenciada pelo código de conduta dos samurais (Bushido) (NAKAMURA, 2013, conforme citado por ROCHA et al., 2021).

São inúmeras as evidências e benefícios que o Judô proporciona, abrangendo desde seus aspectos históricos até seus elementos de aprendizado, prática, aspectos culturais e disciplinares. Isso nos conduz a uma compreensão mais profunda dessa modalidade, levando-nos a refletir sobre os desafios do ensino escolar, com ênfase nos resultados obtidos e, muitas vezes, negligenciando o próprio ato de aprender. Com base nos achados dos estudos analisados, referimos que a falta de formação adequada conduz os professores a um desconforto ao lecionar Judô, pois subestimam seu ensino devido à complexidade inerente ao esporte e à sua posição como matéria alternativa, apesar do reconhecimento de sua importância no meio acadêmico, dada a riqueza de seus valores educacionais.

Em última análise, o Judô representa uma oportunidade valiosa para aprimorar a educação física e moral nas escolas, oferecendo aos alunos uma experiência enriquecedora que vai além das habilidades atléticas e se estende à construção de uma base sólida para a cidadania e o desenvolvimento humano. Portanto, é imperativo que a comunidade educacional reconheça e abrace

plenamente essa modalidade como um recurso pedagógico valioso e integrado ao currículo escolar, de modo a colher os inúmeros benefícios que o Judô pode proporcionar a educadores e alunos.

Relevância prática do estudo

A aplicabilidade clínica das descobertas e reflexões apresentadas neste trabalho em relação à inclusão do Judô na educação escolar é de suma importância, pois oferece diretrizes valiosas para educadores, profissionais da área de educação física, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas. As conclusões deste estudo têm o potencial de impactar positivamente o ambiente escolar e, por extensão, a formação integral dos alunos.

Primeiramente, os resultados destacam a relevância do Judô como uma ferramenta pedagógica poderosa para o desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas e emocionais nas crianças e adolescentes. A ênfase na disciplina, respeito, autocontrole e valores éticos que o Judô promove é de fundamental importância no contexto educacional, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

A partir dessa perspectiva, os educadores podem considerar a inclusão do Judô no currículo escolar como uma oportunidade para enriquecer o ambiente de aprendizagem. Isso implica na necessidade de formação adequada dos professores de Educação Física, capacitando-os para lecionar o Judô de forma eficaz, alinhada com os princípios filosóficos e educacionais da modalidade. Programas de capacitação contínua e materiais pedagógicos específicos podem ser desenvolvidos para apoiar os educadores nessa jornada.

Além disso, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas podem considerar a inclusão do Judô no planejamento curricular, reconhecendo-o como uma disciplina que vai além do esporte e das técnicas de combate. A integração do Judô no ambiente escolar pode ser uma estratégia valiosa para promover valores como respeito, disciplina e cidadania, contribuindo para a criação de um ambiente educacional mais enriquecedor e alinhado com as demandas da sociedade.

Em última análise, a aplicabilidade clínica das conclusões deste estudo reside na capacidade de transformar o ambiente escolar em um espaço de formação integral, onde o Judô desempenha um papel significativo na construção de cidadãos éticos e conscientes. Ao reconhecer e abraçar o potencial educacional do Judô, podemos aspirar a uma educação escolar mais enriquecedora e impactante, que vai além dos aspectos acadêmicos e promove o desenvolvimento holístico dos alunos. Essa abordagem pode resultar em benefícios duradouros para a sociedade, à medida que forma gerações futuras mais preparadas para enfrentar os desafios do mundo com respeito, autocontrole e responsabilidade.

Limitação do estudo

As limitações do presente trabalho decorrem de algumas considerações importantes que merecem ser mencionadas. Primeiramente, vale ressaltar que este estudo se baseou principalmente em uma revisão integrativa da literatura, o que implica em sua dependência da disponibilidade e qualidade dos estudos selecionados. Portanto, as conclusões aqui apresentadas estão intrinsecamente ligadas à qualidade e abrangência dos artigos científicos encontrados nas bases de dados consultadas.

Outra limitação a ser considerada é a restrição ao idioma português na busca pelos artigos. Embora tenha sido uma escolha necessária para garantir a compreensão e análise adequadas dos estudos selecionados, reconhecemos que essa abordagem limitou nossa capacidade de acesso a pesquisas internacionais relevantes sobre o tema do Judô na educação escolar. Além disso, as dinâmicas e tendências no campo da educação física e do Judô podem evoluir rapidamente, o que sugere a necessidade de atualizações regulares e acompanhamento contínuo da literatura científica.

Ademais, a ausência de um aprofundamento específico em abordagens pedagógicas e metodologias de ensino do Judô na escola é outra limitação identificada. O presente trabalho focou-se principalmente nos benefícios e valores associados à inclusão do Judô no currículo escolar, deixando espaço para futuras pesquisas que explorem as estratégias pedagógicas mais eficazes para sua implementação. Por fim, é importante destacar que o contexto escolar pode variar significativamente de uma região para outra, bem como as políticas educacionais e as realidades socioculturais. Isso pode afetar a generalização dos resultados encontrados neste estudo para diferentes contextos educacionais.

Assim, embora este trabalho tenha contribuído para uma compreensão mais ampla dos benefícios do Judô na educação escolar, essas limitações ressaltam a necessidade de pesquisas futuras que abordem essas questões de maneira mais abrangente e aprofundada, considerando diversas perspectivas e contextos educacionais.

Sugestões futuras

É necessário que novas abordagens sejam preparadas e evidenciadas, fundamentando o ensino do judô na escola, corroborando com propostas pedagógicas eficientes e inerentes ao ambiente escolar, sem fugir dos elementos norteadores no ambiente escolar, porém idealizando o judô e sua prática como parte estrutural a metodologia educacional.

Sugere-se ainda investigar e comparar a eficácia de diferentes abordagens pedagógicas para o ensino do judô nas escolas, bem como explorar como o judô pode ser adaptado e incluído no currículo escolar para estudantes com necessidades especiais. Além disso, é importante analisar as necessidades de formação dos professores que desejam incorporar o judô em suas aulas e desenvolver programas de formação específicos. Estudos de acompanhamento de longo prazo podem avaliar o impacto a longo prazo do ensino do judô no desenvolvimento pessoal dos alunos. A comparação entre diferentes países que incorporam o judô no currículo escolar pode fornecer insights sobre melhores práticas globais e diferenças culturais na implementação do judô na educação. Além disso, a integração de tecnologia e a investigação do impacto social e comunitário do judô são áreas de pesquisa promissoras que podem contribuir para um entendimento mais abrangente do papel do judô na educação escolar e em nossa sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo sublinham uma lacuna significativa na literatura existente no que diz respeito à formação de professores para a integração do Judô no contexto escolar, desde seus aspectos históricos, seus tópicos de aprendizagem, sua prática de forma integral, seu aspecto cultural e disciplinar, no qual nos remete a compreensão da modalidade, objetivando e refletindo sobre a problemática do ensino escolar. A falta de um suporte eficaz, na forma de materiais de apoio coesos e práticos, representa um desafio substancial para os educadores que buscam implementar o Judô como parte integrante de suas práticas pedagógicas. Esta deficiência na literatura evidencia a necessidade urgente de desenvolver recursos pedagógicos mais abrangentes e abalizados para orientar os professores em sua abordagem ao ensino do Judô na escola.

Dentro deste panorama, a pedagogia emerge como uma ferramenta essencial para preencher essa lacuna. Através de uma abordagem pedagógica bem fundamentada, é possível criar estratégias de ensino que estejam em sintonia com os princípios do Judô, ao mesmo tempo em que se adaptam ao ambiente escolar. Essas estratégias pedagógicas eficazes podem servir como um elo crítico entre a teoria e a prática, capacitando os professores a traduzir os valores e benefícios do Judô de forma tangível em suas salas de aula.

A integração bem-sucedida do Judô no currículo escolar exige não apenas um entendimento profundo dos aspectos técnicos da modalidade, mas também uma compreensão sólida dos princípios filosóficos e éticos que a norteiam. Portanto, é crucial que as abordagens pedagógicas desenvolvidas considerem tanto os aspectos físicos quanto os valores morais que o Judô busca promover. Esse equilíbrio delicado é fundamental para garantir que o Judô seja ensinado de forma eficaz e que seus benefícios sejam integralmente incorporados ao processo educacional.

Em síntese, as considerações finais deste estudo ressaltam a importância de abordagens pedagógicas inovadoras e bem fundamentadas para capacitar os professores a integrar o Judô de maneira eficaz no contexto escolar. A literatura atual não oferece um guia completo e, portanto, é essencial que se desenvolvam recursos pedagógicos que preencham essa lacuna e proporcionem um suporte robusto para os educadores. Somente através desse esforço conjunto será possível explorar todo o potencial do Judô como uma ferramenta valiosa para a formação integral dos alunos, contribuindo não apenas para o desenvolvimento físico, mas também para a construção de cidadãos éticos e conscientes.

5 REFERÊNCIAS

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **O judô na universidade: discutindo questões de gênero e idade.** In: GUEDES, Onacir Carneiro. **Judô: evolução técnica e competição.** João Pessoa, PB: Idéia, 2001.

ARAUJO, M.R.P; NETO, M.J. **BENEFÍCIOS DO JUDÔ NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA REGULAMENTAÇÃO.** Revista UNI-RN, Natal, v.16 v.17, suplemento, p. 43-69, jan./dez. 2017

BRASIL, **Ministério de Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1998.

CALLEJA, C. (1982). ***Caderno técnico-didático: Judô.*** MEC.

CARR, K. (1993). Making way: **War, philosophy, and sport in Japanese judo.** *Journal of Sport History*, *20*(2), 167-188.

CIRINO, C; PEREIRA, C.V.P.M. **Conteúdos de aprendizagem do judô: da prática tradicional às novas abordagens pedagógicas.** Journal of Sport Pedagogy and Research 7**(4) - (2021) 4-13**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ. **História do judô**. Disponível em:
E SUA REGULAMENTAÇÃO. Revista UNI-RN, Natal, v.16 v.17, suplemento, p. 43-69, jan./dez. 2017

GIROLDO, C.J et al. **Prática do judô como estratégia para promoção da saúde e inclusão de pessoas com síndrome de down: revisão de literatura.** XXI Encontro de Pesquisadores: Desafios em Desenvolvimento Regional. Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca. Franca-SP, 05 e 06 de novembro de 2020.

GOMES, Nathalia Chaves e colaboradores. **O conteúdo das lutas nas séries iniciais do ensino fundamental: possibilidades para a prática pedagógica da Educação Física escolar.** Motrivivência, ano XXV, n. 41, p. 305-320, 2013.

JUNIOR, T. P. S; SANTOS, S. L. C. **Jogos de oposição: nova metodologia de ensino dos esportes de combate**. Revista Digital http://www.efdeportes.com – Buenos Aires – Nº 141 – Acesso em 04 ago 2014.

KANO, J. (1994). ***Kodokan Judô.*** Japão: Kodansha International.

MESQUITA C. (2014). **Judô...da reflexão à competição: O caminho suave.** Galenus.

NAKAMURA, Anderson. 2013. **O desenvolvimento infantil através do Judô.** Disponível em: https://caminhodasuavidade.wordpress.com/2013/06/04/o-desenvolvimento-infantil-atraves-do-judo/**.** Data da consulta (25/10/2017)

OIMATSU S. (1984). **The way of seiryoku zenyo - jita kyoei and its instructions.** The Bulletin for the Scientific Study of Kodokan Judo, 6(1), 3-8.

ROCHA, G.G; FEITOSA, C.L; EVANGELISTA JUNIOR, N; PINTO, M.A.M; VITURINO, S.L. **Análise pedagógica das vantagens da prática judoista na escola para crianças do primeiro ao quinto ano.** Educação Física e Ciências do Esporte: Uma Abordagem Interdisciplinar - Volume 1, 2021

SALLES, Kleber. **Judô no Desenvolvimento Cognitivo.** Disponível em: http://cev.org.br/comunidade/judo/debate/judo-desenvolvimento-cognitivo/ [data da consulta: 26/10/2018]

SANTOS S. (2014). **Orientações filosófico-educativas do Judô Kodokan na perspectiva da integração Oriente-Ocidente.** Cadernos de educação, 13(26), 159-180.

SOUSA, L. M. M. et al. **Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem.** Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação, v. 1, n. 1, p. 45-54, 2018.

SOUZA G., Cardias F., & Franchini E. (2007). **Contribuições do Judô à educação olímpica e responsabilidade social.** In: K. Rubio (Ed.). Educação olímpica e responsabilidade social (pp. 171-189). Casa do Psicólogo.

VIOLIN, T.Y.D; KRAVCHYCHYN, C; SOUZA, M.F.V; BARBOSA-RINALDI, P.I; OLIVEIRA, B.A.A. **JUDÔ NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: REALIDADE E POSSIBILIDADES.** Corpoconsciência, Cuiabá-MT, vol. 23, n. 03 p. 1-14, set./dez., 2019

PROCESSO AVALIATIVO EM METODOLOGIAS ATIVAS: revisão bibliográfica

EVALUATION PROCESS IN ACTIVE METHODOLOGIES: literature review

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de Qualidade.

MÉRCURI, Márcia Roberta
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
marciarobertamercuri@outlook.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
sheilafacef@gmail.com

Resumo

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), de 2014, dispõem sobre o uso de metodologias ativas nos cursos de Medicina. Decorridos quase 10 anos de sua implantação, ainda surgem polêmicas em relação ao processo de avaliação. Apesar dos estudos que enfatizam os benefícios dessa metodologia, enfocando o aprimoramento de competências essenciais para formação profissional, ainda existem desafios a serem enfrentados no âmbito das avaliações nesse contexto. Com isso, o objetivo geral deste estudo é apresentar, em forma de revisão bibliográfica, uma proposta de estudo e discussões acadêmicas iniciais sobre o processo de avaliação de tutorias no curso de Medicina. Para atingir este objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: apresentar a problematização, o problema e as hipóteses, assim como o objetivo geral e os procedimentos metodológicos e, ainda, relacionar artigos científicos obtidos por meio de descritores, com as palavras-chave "metodologias ativas" e "avaliação em metodologias ativas". Como procedimento metodológico é realizado levantamento e revisão bibliográfica, em que são empregadas obras de Freire (1987) que abordam o início do pensamento sobre as metodologias ativas de ensino, também Berbel (1998) empregada para introduzir o conceito de *Problem Based Learning* (PBL) no Brasil e Bordenave (1989) com seu conceito do Arco de Maguerez, que serviu como base para o desenvolvimento do PBL. Após, as discussões, é apresentado o resultado da busca de descritores nas bases de dados Scielo e Web of Science. Da busca, resultaram oito publicações entre 2020 a 2023, de âmbitos nacional e internacional, o que permite contemplar o tratamento da temática contemporaneamente.

Palavras-chave: Pesquisa, aprendizagem, graduação.

Abstract

The 2014 National Curricular Guidelines (NCGs) provide for the use of active methodologies in Medicine courses. Almost 10 years after its implementation, controversies still arise regarding the evaluation process. Despite studies that emphasize the benefits of this methodology, focusing on improving essential skills for professional training, there are still challenges to be faced within the scope of assessments in this context. Therefore, the general objective of this study is to present, in the form of a bibliographical review, a study proposal and initial academic discussions on the process of evaluating tutoring in the Medicine course. To achieve this objective, the following specific objectives were outlined: presenting the problematization, the problem and the hypotheses, as well as the general objective and methodological procedures, and also relating scientific articles obtained through descriptors, with the keywords " active methodologies" and "assessment in active methodologies". As a methodological procedure, a bibliographical survey and review is carried out, using works by Freire (1987) that address the beginning of thinking about active teaching methodologies, also Berbel (1998) used to introduce the concept of Problem Based Learning (PBL) in Brazil and Bordenave (1989) with his concept of the Maguerez Arc, which served as the basis for the development of PBL. After the

discussions, the results of the search for descriptors in the Scielo and Web of Science databases are presented. The search resulted in eight publications between 2020 and 2023, nationally and internationally, which allows us to contemplate the treatment of the topic contemporaneously.

Keywords: Research, learning, graduation.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação, como órgão responsável por regular o panorama educacional do país, desempenha um papel fundamental na definição das políticas e diretrizes educacionais que orientam as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas. Essas diretrizes são abrangentes e se aplicam a todos os níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior.

Em 2014, foi promulgada a versão mais recente das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Medicina. Essas diretrizes norteiam a formação de profissionais médicos no país e permanecem em vigor até o momento, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES nº 3, datada de 20 de junho de 2014. As Diretrizes aspiram a excelência na formação médica e visam garantir que os futuros médicos estejam adequadamente preparados para os desafios da prática médica atual.

Uma característica exigida nas Diretrizes é a adoção de metodologias ativas no ensino de Medicina. O Artigo 32 define claramente que o Curso de Graduação em Medicina deve incorporar metodologias ativas e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, bem como do próprio curso. Essas abordagens pedagógicas qualificadas como dinâmicas devem estar em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com a estrutura curricular flexível estabelecida pela instituição de ensino na qual o curso é implantado e desenvolvido.

As metodologias ativas são uma resposta ao modelo tradicional de ensino centrado no professor, buscando envolver ativamente os alunos em seu processo de aprendizagem. As abordagens têm como objetivo incentivar os estudantes a serem os protagonistas de seu próprio desenvolvimento e desempenho educacional, o que pode ser alcançado, por meio da resolução de problemas, do trabalho em equipe, da aprendizagem baseada em projetos e de outras atividades que estimulam a reflexão crítica, a tomada de decisões informadas e a criatividade no contexto da prática médica (MARQUES et al., 2021).

As Diretrizes representam um passo significativo em direção a uma educação médica mais centrada no aluno, adaptada às necessidades do sistema de saúde contemporâneo, de forma a preparar os futuros médicos para enfrentar os desafios complexos da profissão médica no século XXI. Elas têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade da formação médica no Brasil, contribuindo para profissionais de saúde mais bem preparados e competentes para atender às demandas da sociedade.

Freire (1987) já abordou esse tipo de ensino no qual o professor não é mais visto como o único detentor do conhecimento, ao dizer que o educador não é mais apenas aquele que ensina, mas sim aquele que, enquanto ensina, também aprende, por meio de um diálogo com o educando que, ao ser instruído, também desempenha um papel educativo. Nesse processo, ambos se tornam sujeitos que crescem juntos, em que os conceitos tradicionais de "argumentos de autoridade" já não têm o mesmo peso.

Freire (1996) também afirma que o ensino não é simplesmente transferir conhecimento, mas criar condições, para que os alunos construam seu próprio conhecimento. Um professor deve estar aberto a perguntas, curiosidade e inibições dos alunos, sendo crítico, inquieto e inquiridor. Ensinar é uma tarefa que envolve desafiar o status e não apenas transmitir informações. É relevante que tanto os educadores quanto os educandos compreendam e vivenciem essa abordagem pedagógica constantemente, na perspectiva do estudioso.

As metodologias ativas de ensino alinham-se aos preceitos de Freire (1987), e representam uma mudança fundamental na concepção de educação. O professor não é mais visto como o único possuidor do conhecimento, mas como um facilitador e parceiro na jornada de aprendizado dos alunos. Nesse contexto, o diálogo entre educador e educando se torna uma ferramenta essencial para a construção do conhecimento. A abordagem promove uma relação mais horizontal entre educador e educandos, em contraste com os modelos tradicionais baseados em autoridade e

hierarquia. O poder do conhecimento é compartilhado e democratizado, permitindo que todos os envolvidos cresçam e se desenvolvam juntos.

A ênfase na criação de condições para que os alunos construam seu próprio conhecimento ressalta a necessidade do desempenho da autonomia e da capacidade crítica dos estudantes, um conceito que ganhou destaque com o surgimento do Arco de Maguerez na década de 70 do século XX. Essa abordagem, que serviu como fundamento para o *Problem Based Learning* (PBL) conhecidamente em português como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), foi apresentada ao público por Bordenave e Pereira, em 1989, embora tenha sido pouco utilizada naquela época. O livro de Bordenave e Pereira era a única fonte disponível nos meios acadêmicos que detalhava o Arco de Maguerez como uma estratégia de Educação Problematizadora, inspirada nas ideias de Paulo Freire (COLOMBO; BERBEL, 2007). A Metodologia da Problematização, utilizando o Arco de Maguerez, inicia seu processo com uma análise da realidade sob diferentes perspectivas, capacitando o estudante ou pesquisador a identificar e extrair os problemas presentes nessa realidade (BORDENAVE; PEREIRA, 1991).

Somente, nas últimas décadas do século XX, que essa metodologia começou a ser considerada, de acordo com Berbel (1995). Algumas instituições voltadas para a formação de profissionais da área da saúde têm demonstrado uma abordagem inovadora na concepção, organização e desenvolvimento de seus programas educacionais. Inspiradas em experiências com mais trinta anos de sucesso, especialmente na Universidade de MacMaster, no Canadá, e na Universidade de Maastricht, na Holanda, e também influenciadas pelas recomendações das Sociedades das Escolas Médicas para países da África, Ásia e América Latina, várias escolas de Medicina no Brasil estão ativamente buscando a implementação do PBL em seus currículos.

Apesar do crescente reconhecimento dos benefícios das metodologias ativas no ensino superior, persistem desafios consideráveis no que diz respeito às avaliações nesse contexto. Estes obstáculos envolvem a necessidade de implementar avaliações que estejam alinhadas, de maneira precisa com os objetivos de aprendizado estabelecidos. Além disso, é crucial desenvolver métodos de avaliação que sejam capazes de capturar efetivamente a aplicação prática das competências adquiridas pelos alunos, em contraposição ao uso exclusivo de abordagens tradicionais baseadas em testes padronizados.

Berbel (1995) menciona que são diversas as maneiras de avaliar os alunos em um currículo que adota a PBL. Isso inclui a realização de avaliações por módulos, a medição contínua do progresso do conhecimento dos alunos, a avaliação das habilidades esperadas para cada fase do ensino e a observação de atitudes dos alunos por meio de avaliações informais.

Face à problematização apresentada, o objetivo geral deste estudo é apresentar, em forma de revisão bibliográfica, um projeto de pesquisa e discussões acadêmicas iniciais sobre o processo avaliativo de tutorias em curso de Medicina.

Para atingir este objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: apresentar a problematização, o problema e as hipóteses do projeto, assim como os objetivos e os procedimentos metodológicos e, ainda, relacionar artigos científicos, obtidos por meio de descritores, com as palavras-chave “metodologias ativas” e “avaliação em metodologias ativas”.

A revisão bibliográfica foi conduzida, por meio da identificação e análise crítica de fontes relevantes. Diversos trabalhos acadêmicos, incluindo livros e artigos científicos, foram consultados para compreender as bases teóricas e práticas do processo avaliativo no PBL. A busca aconteceu, por meio de descritores nas bases de dados *Scielo* e *Web of Science,* com as palavras-chave “metodologias ativas” e “avaliação em metodologias ativas”. Foram colocados filtros para apresentação de estudos dos últimos cinco anos sobre o assunto, resultando assim em dez publicações do período de 2020 a 2023, de âmbitos nacional e internacional. Posteriormente foi consultado o *Qualis* das revistas em que foram publicados, para melhor confiabilidade das informações.

2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS – DCN – CURSO DE MEDICINA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Medicina representam um marco fundamental na formação de profissionais de saúde em solo brasileiro. Estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), traçam o caminho para a transformação e o aprimoramento da educação médica no país.

Em 2001, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina, por meio da Resolução CNE/CES nº 4. O Artigo 13, parágrafo 2º, dessa

resolução orienta sobre a metodologia a ser utilizada no processo de ensino-aprendizagem do curso. "O Curso de Graduação em Medicina deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular, definidos pela IES à qual pertence" (BRASIL, 2001, p. 5).

À medida que o campo da educação médica continuou a evoluir e se adaptar às crescentes demandas da sociedade e aos avanços na prática médica, o Ministério da Educação (MEC) promoveu atualizações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina. O marco inicial em 2001, com a Resolução CNE/CES nº 4, trouxe diretrizes que estabeleceram os alicerces para a formação de médicos no Brasil. No entanto, em 2014, uma nova resolução trouxe modificações principalmente no âmbito da metodologia do curso.

A Resolução CNE/CES nº 3, de 2014, contempla no Artigo 32 a nova orientação em relação à metodologia a ser utilizada:

> O Curso de Graduação em Medicina **deverá utilizar metodologias ativas e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso**, bem como desenvolver instrumentos que verifiquem a estrutura, os processos e os resultados, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com a dinâmica curricular, definidos pela IES em que for implantado e desenvolvido (BRASIL, 2014, p. 13 – grifos nossos).

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Medicina têm estabelecido políticas e diretrizes para a formação de profissionais de saúde no Brasil. Ao longo dos anos, essas diretrizes passaram por mudanças para se adaptarem às evoluções na educação médica e às demandas da sociedade.

A Resolução CNE/CES nº 4 de 2001 estabeleceu as bases iniciais, definindo a necessidade de metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, proporcionando um referencial importante para a educação médica. No entanto, foi em 2014, com a Resolução CNE/CES nº 3, que se viu uma mudança substancial na abordagem metodológica.

A introdução das metodologias ativas, preconizadas pelo Artigo 32 da Resolução, representou na forma como os futuros médicos são formados. Essas metodologias enfatizam a participação ativa dos estudantes, promovendo um aprendizado mais prático, crítico e interdisciplinar.

3 METODOLOGIAS ATIVAS

O ensino superior tem um papel fundamental no desenvolvimento social, pois é responsável por formar profissionais capazes de contribuir para o crescimento econômico e social das regiões onde estão inseridos. No entanto, o processo de formação de profissionais tem sido desafiador.

As metodologias ativas de ensino têm sido apontadas como uma alternativa promissora para a formação de profissionais. Elas são caracterizadas pela participação ativa do aluno no processo de aprendizagem, em contraposição ao modelo tradicional de ensino centrado no professor. Essas metodologias têm como objetivo incentivar o aluno a ser o protagonista do seu próprio processo de aprendizagem, por meio da resolução de problemas, do trabalho em equipe, da aprendizagem baseada em projetos e de outras atividades que estimulam a reflexão e a criatividade.

Para um professor adotar uma nova metodologia de ensino, é fundamental, primeiramente, compreender suas características por meio da experiência prática. Isso permite refletir sobre a utilidade, a relação entre teoria e prática e às próprias razões para escolher usá-la ou não com os alunos. A transição para uma abordagem de ensino diferente requer esforço adicional, especialmente se o professor está acostumado com métodos tradicionais. Isso exige uma ampliação da compreensão dos fundamentos teóricos e metodológicos do ensino, incluindo aspectos filosóficos, políticos, psicológicos e históricos (BERBEL, 1995).

Assim, é fundamental que o professor esteja preparado para a mudança, pois a maneira de aprendizagem também está em constante mudança.

> Em um mundo de mudanças rápidas, o importante não são os conhecimentos ou ideias nem os comportamentos corretos e fáceis que se espera, mas sim o aumento da capacidade do aluno-participante e agente da transformação social para detectar os problemas reais e buscar para

> eles soluções originais e criativas. Por essa razão, a capacidade que se deseja desenvolver é a de fazer perguntas relevantes em qualquer situação para entendê-los e se; capaz de resolvê-los adequadamente (BERBEL apud BORDENAVE, 1989, p. 24).

Diante do exposto, constatamos que a educação está em frequente evolução, e os professores desempenham um papel fundamental na preparação dos alunos para um mundo em constante mudança. Portanto, estar disposto a compreender, experimentar e adotar novas metodologias de ensino é essencial, para garantir que os educadores e educandos estejam preparados para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

No presente estudo, é escolhida uma metodologia ativa para ser detalhada – *Problem Based Learning* (PBL) e dela discussões sobre avaliação de desempenho.

3.1 *Problem Based Learning* - PBL

A metodologia ativa de ensino conhecida como PBL ou ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas), fundamentada no Arco de Maguerez, desenvolvido por Bordenave e Pereira, em 1989, proporciona uma abordagem que visa analisar a realidade, a partir de diversas perspectivas ou prismas. Dessa forma, os estudantes e os pesquisadores são capacitados a desenvolver a habilidade de identificar os desafios e problemas que permeiam essa realidade. Isso implica examinar a situação, a partir de diferentes ângulos, o que, por sua vez, melhora a compreensão global e a habilidade de resolver questões de forma mais eficaz.

Nesse contexto, foram desenvolvidos estratégias e métodos de ensino-aprendizagem, como as sessões de tutoria, que desempenham um papel fundamental na orientação dos estudantes e pesquisadores nesse processo e será a analisada neste estudo.

Cliquet e Rodrigues (2016), em um estudo realizado no curso de Medicina da FCMS (Faculdade de Ciências Médicas de Santos) da PUC-SP expôs que a tutoria é uma estratégia de ensino em que os estudantes se reúnem semanalmente, para abordar um problema real, cujos objetivos de aprendizado não são previamente revelados e devem ser identificados por eles durante a sessão. Os estudantes são divididos em subgrupos de seis a dez pessoas e orientados por tutores, seguindo um ciclo de atividades denominado "passos do PBL". Durante esse processo, os estudantes planejam e executam estratégias para buscar conhecimento.

A avaliação desempenha um papel crucial no processo de ensino-aprendizagem, sendo fundamental para uma compreensão precisa e abrangente do desempenho dos estudantes. Para alcançar essa precisão e completude, é essencial que as informações sejam obtidas, por uma variedade de situações e fontes distintas (DEPRESBITERIS, 2001).

Nas sessões de tutoriais, são aplicados dois tipos de avaliação, a formativa e somativa, concebidas, de acordo com Pinto e Troncon (2014, p. 315):

> A avaliação somativa [...] é informativa em sua função, e as informações que ela fornece sobre a classificação do estudante, feita por meio de conceitos ou notas, subsidiam a tomada de decisão sobre a progressão do estudante, em termos de aprovação ou reprovação, a partir do produto de conhecimentos, habilidades e atitudes, apresentado em situações planejadas. Em geral a avaliação somativa envolve testes formais (provas de múltipla escolha, dissertativas, orais), mas sua função informativa também pode ser obtida progressivamente, através de outras estratégias (trabalhos, seminários, exercícios).
> A avaliação formativa ou “avaliação para aprendizagem”, como também é referida na literatura, tem função diagnóstica. Ela é planejada, mas pode ser proposta sempre que necessário. O foco é a aprendizagem do estudante, e esta função só pode ser atingida se o estudante for informado sobre seus objetivos e critérios. A avaliação diagnóstica permite reconhecer a aprendizagem adquirida e não só contribui para desenvolver no estudante a capacidade de autoavaliação, como também promove motivação.

Em resumo, as estratégias de tutoria, no contexto do PBL, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades dos estudantes para analisar desafios e problemas

de diferentes perspectivas. Através da avaliação, seja formativa ou somativa, é possível acompanhar o progresso dos estudantes e fornecer *feedback* valioso para sua aprendizagem. A avaliação formativa se concentra na melhoria contínua do aprendizado, enquanto a avaliação somativa informa as decisões de progressão acadêmica. Ambas são essenciais para o sucesso do processo educacional, capacitando os estudantes a se tornarem aprendizes autônomos e motivados.

No entanto, destaca-se que o processo de avaliação ainda requer aprimoramentos contínuos para garantir sua eficácia. Pinto e Troncon (2014) destacam que, no cenário da formação de profissionais da saúde no Brasil, a avaliação ainda reflete um modelo educacional tradicional, baseado na estrutura curricular disciplinar que divide o conhecimento em áreas específicas. Esse formato prioriza a avaliação de conhecimentos (conceitos), em vez de focar na avaliação que promove o aprendizado (formativa). Isso resulta em avaliações centradas em disciplinas individuais, negligenciando a formação holística dos estudantes, incluindo seus aspectos emocionais e habilidades práticas, que são cruciais na formação de profissionais de saúde.

Com isso, a busca por métodos de avaliação mais precisos e justos, bem como a adaptação das estratégias às necessidades individuais dos estudantes, são desafios que precisam ser enfrentados no campo educacional. A constante reflexão e aperfeiçoamento das práticas de avaliação são essenciais para proporcionar uma educação de qualidade e promover o crescimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

Dessa forma, verifica-se que o processo avaliativo decorrente de uma metodologia ativa também continua polêmico, assim como em abordagem tradicional, necessitando, para tanto, receber olhares investigativos sistemáticos.

4 LEVANTAMENTOS ACADÊMICOS

A partir da problematização apresentada, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados *Scielo* e *Web of Science,* utilizando as palavras-chave “metodologias ativas” e “avaliação em metodologias ativas”. Como resultado da busca, foram obtidas publicações abrangendo o período de 2020 a 2023, tanto nacionais quanto internacionais.

A seguir, apresenta-se um quadro que compila os dados dessa pesquisa. Que permitirá aprofundar nossa compreensão sobre os estudos e pesquisas que estão sendo realizadas atualmente, fornecendo uma visão mais abrangente da situação atual neste campo.

Quadro 1 – Objeto de estudo pesquisado em bases de dados

Nº	Título	Autor e ano	Instituição	Resumo
1	Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem	MARQUES; Humberto Rodrigues et al, 2021	Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 26, n. 3	O aprendizado ativo constitui como um novo paradigma na educação de qualidade, colaborativa, envolvente e motivadora, corroborando no ensino-aprendizagem, dado que a educação não pode mais ser considerada uma prática simples. Diante dessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo identificar como as metodologias ativas estão sendo aplicadas nas instituições de ensino atuais. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura sobre o conceito de métodos de ensino ativo nos últimos 10 anos. As descobertas oferecem recomendações teóricas, dado que proporciona um panorama acerca do tema, e práticas, uma vez que apresenta um primeiro caminho para os profissionais utilizarem esses métodos, como características, metodologias ativas existentes, disciplinas aplicáveis, entre outros.
2	Avaliação na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Reflexões acerca do processo	CARDOSO; Fabrício Luz et al, 2021	New Trends in Qualitative Research, Oliveira de Azeméis, Portugal, v. 8,	A Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) ou Problem Based Learning (PBL) é um método ativo, entre outros, utilizado por instituições de ensino superior e a avaliação é um aspecto fundamental do processo de ensino-aprendizagem. Considerando o tempo de desenvolvimento de métodos ativos, identificou-se a necessidade de realizar uma investigação em uma faculdade do interior paulista/Brasil, com o objetivo de analisar como está sendo desenvolvido o processo de avaliação, no cenário de tutorial dessa instituição.

				Método: fundamentou-se de acordo com a metodologia de pesquisa qualitativa em saúde com a realização de entrevistas com trinta estudantes da 1° a 4° série de medicina e 1° e 2° séries de enfermagem da referida instituição, no ano de 2018e com dezoito tutores com no mínimo dois anos de experiência. Utilizou-se um instrumento com uma parte de identificação e outra com questões norteadoras. A análise dos dados foi facilitada pelo uso do software de análise qualitativa webQDA® e orientada pela análise de conteúdo temática. Resultados: Após o processamento da análise, identificou-se alguns temas, cujos aspectos referentes a Avaliação será explorado neste artigo: compreensões acerca das avaliações durante o processo tutorial; critérios de avaliação e dificuldade em avaliar o desempenho de estudantes e professores. Conclusão: A abordagem qualitativa possibilitou analisar o que estudantes e docentes da instituição pesquisada pensam a respeito da estrutura da avaliação no PBL e permitiu a observação das experiências de outras instituições de ensino superior ao redor do mundo.
3	Validação de instrumento de avaliação da metodologia ativa de sala de aula invertida	GUARDA, Dionara et al, 2023	Educação e Pesquisa, [S. l.], v. 49, n. contínuo.	Entende-se metodologias ativas como formas de desenvolver o processo de aprender e construir uma formação crítica junto aos futuros profissionais nas mais diversas áreas, favorecendo a autonomia do educando no seu aprendizado, estimulando tomadas de decisões individuais e coletivas. O objetivo desse estudo, bem como seu percurso metodológico, procuram validar o instrumento de avaliação utilizado na Metodologia Ativa de Sala de Aula Invertida. Desenvolvido por professores do curso de enfermagem e baseado na taxonomia de Bloom do Domínio Cognitivo, o instrumento contém vinte itens a serem avaliados. Para a validação utilizou-se as propriedades psicométricas validade e confiabilidade referentes à psicometria de Pasquali. Verificada através do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), mensura a proporção de avaliadores que estão em concordância com os itens do instrumento, utilizando como critério de decisão sobre a pertinência e aceitação do item uma concordância de pelo menos 80% entre os avaliadores. O instrumento foi avaliado por 8 participantes considerados experientes na área, através da escala Likert de 4 pontos. O critério confiabilidade, analisado através do software IBM SPSS®, apresentou valor para alfa de Cronbach de 0,94 e o critério validade alcançou concordância de 70% entre os avaliadores. Conclui-se que o instrumento é confiável, porém, quanto ao critério validade, o mesmo necessita ajustes para representar o que pretende.
4	Avaliação Acadêmica Multidimensional com o uso do “U-Multirank”	PRADO; Antonio Fernando Bertachini de Almeida, 2022	Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 1	A avaliação de instituições Acadêmicas é um tópico de grande interesse no mundo e sempre trouxe muitas polêmicas. Esse assunto é atual no Brasil, pois a CAPES estuda novas formas de avaliação para a Pós-Graduação brasileira. A ideia principal é usar um modelo multidimensional, de forma a valorizar aspectos que são importantes para instituições Acadêmicas e para as comunidades onde estão inseridas, mas que não são captados pela avaliação atual, bastante focada em resultados gerados por pesquisas de ponta. Na ausência de uso de métodos multidimensionais de avaliação acadêmica no Brasil, é interessante analisar experiências internacionais nessa área para aprimorar o entendimento de como eles funcionam. Nesse cenário destaca-se o ranking

				acadêmico internacional "U-Multirank", criado na Europa e que tem resultados desde 2014. O presente estudo analisará as Dimensões e Indicadores desse ranking e mostrará as correlações existentes entre Dimensões e Indicadores nas instituições de Ensino Espanholas.
5	Avaliação institucional: o modelo brasileiro e seu potencial de mensuração das metodologias ativas	COSTA NETO; Arlindo Menezes da et al, 2020	REVISTA ENIAC PESQUISA, [S. l.], v. 9, n. 1	O presente trabalho se propôs a elaborar uma revisão bibliográfica sobre como o modelo brasileiro de avaliação institucional consegue lidar com as metodologias ativas, para tal, foi comparado aos modelos norte-americano e europeu de avaliação institucional, expondo os pontos similares entre eles e suas divergências. Partindo da formação, também foi observado como se dá a avaliação do profissional contábil, através das certificações que permitem o exercício da profissão do contador(a), buscando em tal observação reconhecer se as metodologias ativas poderiam refletir habilidades desejadas pelos participantes do mercado, podendo, portanto, servir como um indicador positivo para seu uso, enquanto que ao se observar como se dá o credenciamento também nos tornamos capazes de observar se os métodos avaliativos conseguem servir como indicadores das habilidades e competências resultantes das ações e métodos empregados pelas IES. Quanto à avaliação institucional, observa-se que o modelo brasileiro acaba por compartilhar similaridades com o modelo europeu e norte-americano. Já quanto ao credenciamento do profissional contábil, o modelo brasileiro, quando comparado ao norte-americano apresenta uma menor aderência às avaliações das habilidades desenvolvidas através do uso de metodologias ativas, o que acaba por gerar questões sobre as expectativas do mercado sobre o profissional contábil.
6	Evaluación formativa: retroalimentación, estrategias e instrumentos	VALDEZ; Lorena Silvana Valdez, USCAMAYTA; Jesús Oswaldo Sánchez e LOPEZ; Galia Susana Lescano, 2023	Revista Educación, [S. l.], v. 47, n. 2	O objetivo deste artigo de revisão é descrever o processo de avaliação formativa a partir do feedback, a utilização de estratégias metodológicas e instrumentos utilizados para esse fim, o que permite explicar quais são as conquistas e sua relevância no ensino. O método utilizado foi a revisão sistemática de artigos científicos com a metodologia PRISMA, considerando as bases de dados Scopus, Dialnet e SciELO dos anos de 2017 a 2021. Com a aplicação da avaliação formativa, consegue-se nos alunos: motivação, autoavaliação, pensar de forma crítica e de melhoria pessoal, avançando na concretização da sua aprendizagem, e respondendo à abordagem construtivista, sendo ativo e construtor da mesma. Concluiu-se que o feedback é uma componente essencial da avaliação formativa e que é necessária a utilização de estratégias e instrumentos adequados aos objetivos definidos numa abordagem pedagógica baseada em competências; bem como obter feedback reflexivo dos próprios alunos. Recomenda-se a realização de programas de feedback inovadores de acordo com as características e necessidades dos alunos nos seus diferentes níveis de ensino, e a partilha dos resultados que se refletem na melhoria da aprendizagem.
7	Evaluation of Problem-Based Learning implementation in a College of Medicine, Kingdom of Saudi Arabia: a cross sectional comparative study	ALMULHE; Manahel A. e ALMULHE; Jwaher A, 2022	BMC Med Educ 22 , 311	Fundo: A Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) é um método inovador de aprendizagem centrado no aluno que foi implementado em inúmeras faculdades de medicina em todo o mundo. No entanto, os institutos PBL recentemente adoptados podem enfrentar desafios durante a sua implementação. Este estudo tem como objetivo avaliar a implementação do PBL na

				faculdade de medicina da Universidade Imam Abdulrahman bin Faisal (IAU) a partir da perspectiva dos facilitadores e dos alunos. Métodos: Este é um estudo transversal que utiliza um questionário quantitativo on-line autoaplicável. O questionário avaliou a implementação do PBL usando três escalas: aprendizagem em pequenos grupos, cenário de caso problemático e papel de facilitador. Um total de 52 facilitadores e 1.289 alunos (do segundo ao sexto anos) foram convidados a participar do estudo no final do ano letivo de 2019–2020. Resultados: Quarenta e seis facilitadores (88,46%) e 324 alunos (25,13%) responderam ao questionário. Houve uma avaliação global positiva da implementação do PBL. No entanto, a classificação dos facilitadores foi significativamente superior à classificação dos alunos nas três escalas. Em relação à aprendizagem em pequenos grupos, foi encontrada diferença significativa entre os tipos de status de facilitação (p = 0,017) e entre facilitadores treinados e não treinados (p = 0,029). Em relação ao cenário de caso-problema, houve diferença significativa com base nos tipos de status de facilitação (p = 0,017) e tutoriais de facilitação relacionados à especialidade do facilitador (p = 0,004). Relativamente ao papel de facilitador, foi encontrada uma diferença significativa entre o ano letivo que facilitaram (p = 0,032). As estudantes do sexo feminino avaliaram as três escalas significativamente mais altas do que os estudantes do sexo masculino (p < 0,001). Os alunos com idade entre 24 e 25 anos e os alunos do sexto ano também avaliaram as três escalas significativamente mais altas do que os demais alunos (P < 0,05). Conclusões: Os participantes avaliaram positivamente a implementação do PBL, conforme medido pela classificação das três escalas. No entanto, foram destacadas preocupações específicas relacionadas com a dinâmica de grupo, a formação antes de iniciar o PBL, a relevância dos cenários de caso e o papel do facilitador na nomeação dos membros do grupo e no fornecimento de feedback."
8	Avaliação global do ensino médico brasileiro: interesses dos atores envolvidos	BICA; Rafael Barbosa da Silva e KORNIS; George Edward Machado, 2021	Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 32	O artigo estuda os interesses da corporação médica, da comunidade acadêmica e dos representantes do poder Executivo na estrutura da avaliação sistêmica do ensino médico brasileiro. Mostra-se que a corporação médica tende a apoiar avaliações de viés mais regulatório, contrapondo-se aos interesses da comunidade acadêmica. Argumenta-se que os representantes do poder Executivo sofrem demandas mutuamente antagônicas e que tensionam suas políticas: expandir a rede de ensino médico e regular sua qualidade. Conclui-se que a configuração assumida pelos sistemas de avaliação do ensino médico depende da articulação política dos atores envolvidos, da força das demandas sociais sobre o tema e do equilíbrio entre as prioridades governamentais de expansão do ensino médico e regulação de sua qualidade.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Diante do exposto, houve a curiosidade para realizar uma pesquisa devido à experiência de trabalho de uma das pesquisadoras, na Secretaria do curso de Medicina, de uma instituição municipal de ensino superior no interior de São Paulo, onde teve a oportunidade de conhecer uma metodologia de ensino empregada, o PBL. No entanto, surgiu a necessidade de saber como as avaliações são realizadas nas sessões tutoriais que constituem essa metodologia e são motivo de polêmica e

ansiedade entre os estudantes. Com o desejo de aprofundar-se ainda mais nesse campo, seu objetivo é não apenas adquirir conhecimentos, mas também contribuir com ideias que possam aprimorar o desempenho dos estudantes e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a seguir, é apresentado o projeto de pesquisa de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Diante desse contexto, o projeto tem o intuito de responder ao seguinte problema de pesquisa: como são os processos avaliativos de sessões tutoriais que empregam o PBL nos cursos de Medicina e como podem ser potencializados para garantir o desempenho estudantil?

As hipóteses são: as avaliações são constituídas de duas etapas, formativa e somativa, sendo que esta última assemelha-se a provas tradicionais e a formativa envolve questões como comportamento e sociemocionais e a instituição se empenha para realizar capacitações aos docentes, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Para responder à questão, o objetivo geral é analisar os procedimentos de avaliação de sessões tutoriais do curso de Medicina, a fim de verificar possibilidades de fomentar o desempenho do estudante e sua formação, de forma a cumprir as DCNs dos cursos de Medicina.

A metodologia será analisar os processos avaliativos em sessões de tutoria com base na pesquisa de campo a ser realizada, procedimento que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

A fundamentação teórica terá como base pesquisas bibliográfica e histórica, com fundamento em Freire (1987) e Bordenave (1989), dentre outros, para a compreensão das metodologias ativas. Para implementação e desenvolvimento do PBL, nas instituições de ensino brasileiras, serão estudados Berbel (1998) e Pinto e Troncon (2014). Também será realizada uma pesquisa de campo em colaboração com professores e alunos do 1º ao 4º ano do curso de Medicina de uma Instituição de ensino do interior de São Paulo.

A pesquisa ajudará a compreender como são realizados os processos avaliativos nas sessões de tutorias do curso de Medicina e como podem ser melhorados, de modo que, a partir disso, o estudo possa contribuir para o aprimoramento do ensino médico e o modo como às avaliações são realizadas atualmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, realizado por meio de revisão bibliográfica e análise de publicações recentes, abordou a temática do processo avaliativo de tutorias no contexto das metodologias ativas no curso de Medicina. Para isso, foram analisadas obras de Freire (1987), Berbel (1995) e Bordenave (1991) o que proporcionou subsídios para a compreensão das origens e fundamentos das metodologias ativas de ensino, incluindo o PBL. Esses conceitos são cruciais para o entendimento das práticas pedagógicas utilizadas nos cursos de Medicina, em que a participação ativa dos estudantes é incentivada, e a avaliação se torna um elemento-chave para o desenvolvimento das competências profissionais.

A busca por artigos científicos nas bases de dados *Scielo* e *Web of Science* revelou a existência de uma produção acadêmica sobre o tema nos últimos 5 (cinco) anos. No entanto, apesar dos avanços e da crescente produção acadêmica, ainda há lacunas a serem preenchidas e questões a serem exploradas. A avaliação em metodologias ativas exige uma abordagem cuidadosa e reflexiva, alinhada com os objetivos educacionais. O processo avaliativo requer uma atenção contínua por parte dos educadores, visando aprimorar a qualidade da formação médica e a preparação dos futuros profissionais de saúde.

Desta forma, será desenvolvida, pelas pesquisadoras, uma investigação sobre a temática, a fim de contribuir para aprimoramento do desempenho dos estudantes e do processo de ensino-aprendizagem formados, a partir de metodologias ativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. *História*. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em 13 set. 2023.

_____. Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. Brasília, DF: Ministério da educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em 13 set. 2023.

_____. Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. Brasília, DF: Ministério da educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em 13 set. 2023

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. Disponível em: <https://www.uc.pt/fmuc/gabineteeducacaomedica/recursoseducare/livro17>. Acesso em: 16 set. 2023.

BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização**: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. Semina: Ciências Sociais e Humanas, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 09–19, 1995. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9458>. Acesso em: 17 set. 2023.

_____. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas**: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, p. 139–154, fev. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32831998000100008>. Acesso em: 17 set. 2023.

CLIQUET, M. B.; RODRIGUES, C. I. S.. **Grupo Tutorial e a Saúde Mental no Ensino Médico**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 40, n. 4, p. 591–601, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n4e00292015>. Acesso em 21 set. 2023.

COLOMBO, Andréa Aparecida; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores**. Semina: Ciências Sociais e Humanas. 28. 121, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276230874_A_Metodologia_da_Problematizacao_com_o_Arco_de_Maguerez_e_sua_relacao_com_os_saberes_de_professores>. Acesso em: 17 set. 2023.

DEPRESBITERIS, L. **Certificação de competências: a necessidade de avançar numa perspectiva formativa**. Formação, 2, 27-38, 2001. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/eps-1413>. Acesso em: 21 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-doOprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 16 mai. 2023.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 16 mai. 2023.

MARQUES, H. R. et al.. **Inovação no ensino**: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 26, n. 3, p. 718–741, set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/C9khps4n4BnGj6ZWkZvBk9z/?lang=pt>. Acesso em 16 mai. 2023.

PANÚNCIO-PINTO, M. P.; TRONCON, L. E. de A. **Avaliação do estudante** – aspectos gerais. Medicina (Ribeirão Preto), [S. l.], v. 47, n. 3, p. 314-323, 2014. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.v47i3p314-323. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/86684>. Acesso em: 22 set. 2023.

QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA INSTITUCIONALIZADA: uma revisão integrativa da literatura

QUALITY OF LIFE OF INSTITUTIONALIZED ELDERLY PERSONS: an integrative literature review

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar.

LEITE, Carolina Beatriz Honorato
Universidade de Franca
Mestranda em Promoção de Saúde, Bacharel em Fisioterapia - Bolsista CAPES
carolinabhonorato@gmail.com

OLIVEIRA, Letícia Natália
Universidade de Franca
Doutoranda e Mestre em Promoção de Saúde, Bacharel em Psicologia
nataliaoliveiraleticia@gmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes
Universidade de Franca
Docente na Universidade de Franca, Pós-doutora e Doutora em Promoção de Saúde,
Mestre em Educação Física e Bacharel em Fisioterapia
lilian.nascimento@unifran.edu.br

Resumo
O processo de envelhecimento da população é um fenômeno global de alcance abrangente, o qual acarreta uma série de implicações de natureza social, econômica e de saúde. Assim, o objetivo desse trabalho é averiguar o tratamento relatado pela literatura à qualidade de vida (QV) das pessoas idosas institucionalizadas por meio Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Foram selecionados 14 artigos que destacaram a importância de promover saúde e QV nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), priorizando a autonomia e atendendo às necessidades dos residentes. Notou-se também que os domínios de autonomia e meio ambiente foram apontados como insatisfatórios. Além disso, o contato e visitas de familiares desempenham um papel fundamental em fortalecer os sentimentos de pertencimento, amor e felicidade desses vínculos frequentemente fragilizados. A revisão sugere a necessidade de mais pesquisas sobre os fatores que influenciam a QV dos idosos institucionalizados, com estudos longitudinais e intervenções direcionadas para aprimorar os cuidados.
Palavras-chave: Qualidade de vida, saúde do idoso institucionalizado.

Abstract
The process of population aging is a global phenomenon of far-reaching scope, which entails a series of social, economic and health implications. Thus, the objective of this work is to investigate the treatment reported in the literature regarding the quality of life (QOL) of institutionalized elderly people through the Virtual Health Library (VHL). 14 articles were selected that highlighted the importance of promoting health and QOL in Long-Term Institutions for the Elderly (LTCFs), prioritizing autonomy and meeting the needs of residents. It was also noted that the domains of autonomy and environment were highlighted as unsatisfactory. Furthermore, contact and visits from family members play a fundamental role in strengthening feelings of belonging, love and happiness in these often weakened bonds. The review suggests the need for more research on the factors that influence the QoL of institutionalized elderly people, with longitudinal studies and targeted interventions to improve care.
Keywords: Quality of life, health of institutionalized elderly people.

1 INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento da população é um fenômeno global de alcance abrangente, o qual acarreta uma série de implicações de natureza social, econômica e de saúde. À medida que a expectativa de vida cresce, o contingente de indivíduos idosos demandando cuidados especiais aumenta substancialmente, frequentemente culminando na necessidade de institucionalização. Neste contexto, emerge a temática da qualidade de vida (QV) entre os idosos institucionalizados como um tema de relevância incontestável para pesquisas e intervenções, dada a complexidade e os desafios inerentes ao exponencial crescimento dessa demografia (RATUCHNEI et al., 2021).

O conceito de QV é intrinsecamente multidimensional, abarcando dimensões de ordem física, psicológica, social e ambiental. Portanto, a sua avaliação e compreensão se tornam imperativas a fim de assegurar uma assistência coerente e personalizada aos idosos, objetivando fomentar o seu bem-estar, dignidade e contentamento com a vida, mesmo em contextos institucionalizados (MOREIRA et al., 2016).

No campo da gerontologia, a QV está associada à experiência do idoso no processo de envelhecimento e à sua vivência na terceira idade, derivada da interseção entre a preservação da capacidade funcional e cognitiva e um suporte social adequado. Sob essa perspectiva, o ambiente físico, as relações interpessoais e o contexto sociocultural desempenham um papel de influência substancial na QV do indivíduo idoso (LAWTON, 1991).

Numerosos estudos têm se voltado para a avaliação da QV dos idosos nas instituições de longa permanência (ILPI), valendo-se de diversos instrumentos e abordagens metodológicas. O presente artigo se propõe a efetuar uma revisão abrangente e integradora das atuais fontes de conhecimento sobre a QV dos idosos institucionalizados, explorando o seu tratamento específico no âmbito das ILPI. Nesse sentido, almeja-se estabelecer uma base sólida para investigações e intervenções futuras de cunho prático, voltadas para a promoção de uma vida mais ativa e digna para os idosos que residem nessas instituições.

Dessa forma, em consonância com o exposto, o escopo deste estudo reside na averiguação do tratamento relatado pela literatura à QV das pessoas idosas institucionalizadas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão é uma revisão integrativa da literatura. Seu processo foi dividido em seis fases consecutivas: começando pela formulação de uma questão guia para a pesquisa bibliográfica; estabelecimento dos critérios para selecionar ou descartar estudos encontrados; recolhimento de informações dos estudos selecionados; avaliação detalhada destes estudos; debate sobre os achados e, finalmente, a apresentação da revisão completa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A busca bibliográfica foi realizada no mês de agosto de 2023 na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A seleção dos artigos foi realizada através do cruzamento utilizando os descritores em Ciências da Saúde (DECs) “qualidade de vida” e “saúde do idoso institucionalizado”, conectados por meio do operador booleano AND.

Para a construção da pergunta norteadora, a mesma foi elaborada utilizando-se da estratégia PICO (*Patient or Problem, Intervention, Control or Comparasion, Outcomes*) (SANTOS; PIMENTA; NOBRE, 2007), sendo elaborada a seguinte pergunta: “Como está descrita na literatura a QV de pessoas idosas institucionalizadas?”.

Os critérios de inclusão determinaram que os artigos deveriam ter sido publicados entre 2018 e 2023, servindo como fontes primárias para incentivar temas recentes relacionados ao contexto especificado. Optou-se por artigos científicos que tiveram maior concordância na avaliação entre pares. Além disso, apenas os artigos diretamente relacionados à pergunta de pesquisa e escritos em português, espanhol e inglês foram considerados, como foco trabalhos que avaliaram a QV de idosos institucionalizados. Os artigos que não contemplavam o objeto de estudo proposto foram excluídos, por não serem direcionados a idosos institucionalizados ou que não apresentassem dados de QV.

Os títulos e resumos dos artigos encontrados na pesquisa foram revisados para eliminar possíveis duplicatas. Em seguida, excluíram-se os estudos que não estavam alinhados com o objetivo proposto. Os artigos originais foram então lidos em sua totalidade para análise. Depois dessa avaliação, identificaram-se os tópicos de estudo, os programas executados e os resultados apresentados. Por meio do cruzamento de dados na BVS, encontrou-se 141 artigos, destes 42 foram publicados nos últimos cinco anos (2018 a 2023), os quais foram selecionados para leitura do título e

resumo. Na sequência excluíram-se oito artigos por não responderem à pergunta norteadora do estudo, ficando 14 para leitura completa do trabalho. Após essa análise criteriosa qualitativa dos artigos selecionados, foram elegíveis para compor o presente estudo de revisão 14 trabalhos. conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1: Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos.

Fonte: autoria própria (2023)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os indicadores bibliométricos (autoria, ano e local de publicação) de cada um dos artigos elegíveis que compõem a presente revisão estão apresentados no Quadro 1. Ao analisar os 14 artigos, verificou-se que o Brasil apresenta a maior quantidade de estudos sobre a temática de interesse (13), sendo que um destes trabalhos foi realizado uma comparação entre participantes do Brasil e Portugal, e o outro artigo é originário do Chile, em relação ao tamanho da amostra o número de participantes variou de 20 a 99 idosos.

Quadro 1 - Caracterização dos indicadores bibliométricos dos estudos selecionados para a revisão integrativa, segundo estudo, artigo, país e metodologia, Brasil, 2018-2023.

Autoria (ano)	País	Amostra	Idade dos participantes
Cisternas et al. (2020)	Chile	28 idosos institucionalizados	Idade média 75,5 ± 5 anos
Ferreira et al. (2019)	Brasil	33 idosas institucionalizadas	Idade média 80 ± 6,27 anos
Freitas et al. (2020)	Brasil	10 idosas institucionalizadas 10 idosas não institucionalizadas	Idade média 74,2±6,37 (G1) / 68,3±6,09 (G2)
Haddad e Calamita (2020)	Brasil	35 idosos institucionalizados	Idade média de 76,4 anos
Scherrer Júnior (2018)	Brasil	101 idosos institucionalizados	Idade média de 85,49 anos, de 63 a 108 anos
Scherrer Júnior et al. (2022)	Brasil	99 idosos institucionalizados	Idade média 73,5 anos
Melo et al. (2018)	Brasil	42 idosos institucionalizados	Idade média de 77,4 ± 9,8 anos
Pereira e Soares (2019)	Brasil e Portugal	30 idosos institucionalizados, dos quais 15 brasileiros e 15 portugueses	Idade média de 81,77 ± 8,41 anos
Ratuchnei et al. (2021)	Brasil	50 idosos institucionalizados	Idade média de 70,75 ± 0,71 anos
Ribeiro et al. (2021)	Brasil	13 idosos institucionalizados	Faixa etária 60 e 69 anos
Schlemmer et al. (2018)	Brasil	52 idosos institucionalizados	Idade média de 70,68 ± 9,30 anos
Silva et al. (2019)	Brasil	15 idosos institucionalizados	Idade média de 73,6 anos
Simeão et al. (2018)	Brasil	48 sujeitos, sendo 21 homens (5 do Centro Dia e 16 institucionalizados, e 27 mulheres (16 do Centro Dia e 11 institucionalizadas	Idade média dos homens foi de 75,4 ± 8,7 anos e das mulheres 79,4 ± 9,6 anos
Vilaça et al. (2019)	Brasil	30 idosos institucionalizados	Faixa etária acima de 65 anos

Fonte: autoria própria

No quadro 2 está apresentado uma síntese qualitativa dos estudos elegíveis, os quais investigaram a QV de idosos institucionalizados, bem como outros fatores relacionados a esse aspecto, como treinamento físico, incontinência urinária, sintomas depressivos e independência funcional. Cada estudo apresenta informações sobre sua autoria, ano de publicação, objetivo, população de estudo, amostra, método de pesquisa, instrumentos utilizados e principais resultados.

Quadro 2. A transcrição da análise qualitativa dos objetivos e principais resultados dos trabalhos elegíveis para a presente revisão.

Autoria (ano)	Objetivo	Método	Principais resultados (frente a QV)
Cisternas et al. (2020)	Avaliar efeitos de treinamento físico em idosos institucionalizados	Estudo pré-experimental, longitudinal. Programa de treinamento multicomponente (resistência aeróbica, força muscular, equilíbrio e flexibilidade)	Melhoria na QV global e nas dimensões de Atividades Passadas, Presentes e Futuras, Participação Social e Intimidade após o programa de treinamento multicomponente.

		durante 6 semanas. Avaliação da fragilidade com base na Escala de Fenótipo de Fried e QV com Whoqol-OLD.	
Ferreira et al. (2019)	Identificar prevalência de incontinência urinária e impacto na QV	Observacional transversal descritivo. Questionário com informações pessoais, sociodemográficas e condição urinária, seguido do King's Health Questionnaire para avaliação da QV.	Incontinência urinária afeta significativamente a QV das idosas institucionalizadas, especialmente no domínio de percepção geral e escala de sintomas.
Freitas et al. (2020)	Avaliar equilíbrio de idosas institucionalizadas e relação com QV.	Analítico observacional e transversal. Utilização da Escala Motora para Terceira Idade para verificar o nível de equilíbrio e o questionário SF-12 para avaliar a QV.	Não há diferença significativa no equilíbrio e QV entre idosas institucionalizadas e não institucionalizadas. Amostra pequena e de uma única região do país.
Haddad e Calamita (2020)	Analisar características do idoso institucionalizado e correlações	Analítico, tipo exploratório. Utilização de questionários sociodemográficos, Mini Mental, índice de Barthel, avaliação autorreferida de fragilidade em idosos, Family Apgar e Perfil de Saúde de Nottingham.	Satisfação com a instituição, mas disfunção familiar e percepção de perda de QV, evidenciada pela média de pontuação Nottingham.
Melo et al. (2018)	Analisar relação entre fragilidade, depressão e QV	Descritiva, correlacional, de corte transversal. Quality of Life Scales for Nursing Home Residents (QoL-NHR), Escala de Depressão Geriátrica (GDS-15) e Indicador de Fragilidade de Tilburg (TFI) para avaliar fragilidade e depressão.	Fragilidade e sintomas depressivos correlacionaram-se com QV nos domínios de Dignidade, Autonomia, Segurança e Individualidade.
Pereira e Soares (2019)	Identificar QV e desempenho em tarefas psicomotoras	Analítico observacional e transversal. Whoqol-Bref para avaliação da QV e Questionário Tarefas Psicomotoras em Idosos para avaliação das funções psicomotoras.	Boa QV, com destaque para o domínio 'Relações Sociais', mas menor pontuação no domínio 'Psicológico' relacionado à imagem corporal e sentimentos.
Ratuchnei et al. (2021)	Verificar prevalência de sintomas depressivos e associação com QV	Estudo descritivo, transversal. Questionário sociodemográfico, Whoqol-Bref, e Escala de Depressão Geriátrica (GDS).	Sintomas depressivos correlacionaram-se com QV, sendo a dor uma queixa frequente entre idosos. Boa rede de apoio influenciou positivamente a QV.
Ribeiro et al. (2021)	Avaliar QV de idosos institucionalizados e atividades	Estudo exploratório. Questionário de caracterização sociodemográfica e de atividades, Whoqol-Bref e Whoqol-OLD para avaliação da QV.	Boas médias de QV, especialmente no domínio 'Social'. Atividades executadas na instituição influenciaram positivamente a QV.

Scherrer Júnior et al. (2018)	Avaliar QV em instituições de alto padrão econômico	Transversal. Entrevistas com informações sociais, culturais, econômicas e de QV, usando Whoqol-OLD.	Satisfação com QV, especialmente no domínio 'Intimidade'. Padrão econômico e nível cultural influenciam a QV.
Scherrer Júnior et al. (2022)	Correlacionar sintomas depressivos com capacidade funcional e QV	Estudo Transversal. Entrevistas dirigidas e questionários Sociodemográfico, Índice de Katz, Inventário de Depressão de Beck, Whoqol-OLD e Whoqol-Bref.	Sintomas depressivos correlacionaram-se negativamente com todos os domínios da QV, com ênfase em Funcionamento Sensorial e Meio Ambiente.
Schlemmer et al. (2018)	Investigar relação entre QV e independência funcional	Observacional de corte transversal. Avaliação da QV com Whoqol-Bref e capacidade funcional com Índice de Katz.	Satisfação com saúde correlacionou-se negativamente com independência funcional.
Silva et al. (2019)	Avaliar QV de idosos com sinais de demência	Transversal, de caráter descritivo. Triagem com Miniexame do Estado Mental (MEEM) e Escala QV na Doença de Alzheimer (QdV-DA).	Diferença significativa na percepção da QV no domínio 'Amigos', com idosos mais satisfeitos do que seus cuidadores percebiam.
Simeão et al. (2018)	Comparar QV de idosos asilados e frequentadores do Centro Dia	Transversal. Instrumentos de coleta de dados sociodemográficos e questionários Whoqol-Bref e Whoqol-OLD.	Diferenças de QV entre gêneros em institucionalizados e frequentadores do Centro Dia.
Vilaça et al. (2019)	Avaliar impacto do treinamento muscular inspiratório em QV	Ensaio clínico randomizado. Avaliação da força muscular inspiratória, força de membros inferiores e QV com SF-36.	O treinamento muscular inspiratório (TMI) teve um impacto positivo na QV, especificamente nos domínios de capacidade funcional e limitações por aspectos físicos do questionário SF-36. Após seis semanas de TMI, observou-se uma melhora na força muscular inspiratória e na musculatura dos membros inferiores, indicando benefícios significativos para a capacidade funcional e redução de limitações físicas dos participantes.

Sigla QV: qualidade de vida; Whoqol-OLD: World Health Organization Quality of Life-idoso; Whoqol-Bref: World Health Organization Quality of Life-abreviado; QoL-NHR: Quality of Life Scales for Nursing Home Residents; GDS: Escala de Depressão Geriátrica; TFI: Indicador de Fragilidade de Tilburg.

Os resultados desta pesquisa descrevem pormenorizadamente a QV dos indivíduos idosos que se encontram institucionalizados. Portanto, esta revisão integrativa deu ensejo à coleta de dados em contextos de três nações que abordaram a mencionada temática. É crucial, em primeiro plano, salientar que se observou uma constância na aplicação de avaliações da QV, uma vez que todos os artigos selecionados utilizaram questionários quantitativos validados. No que se refere ao tipo de pesquisa, predomina a abordagem observacional, havendo apenas dois artigos que realizaram alguma forma de intervenção.

Entre os diversos questionários quantitativos empregados para mensurar a QV dos participantes, merecem destaque os seguintes instrumentos: o SF-36 (VILAÇA et al., 2019), e sua versão abreviada o SF-12 (FREITAS et al., 2020); o King's Health Questionnaire (KHQ) (FERREIRA et al., 2019); a Escala QV na Doença de Alzheimer (QdV-DA) (SILVA et al., 2019); o Quality of Life

Scales for Nursing Home Residents (QoL-NHR) (MELO et al., 2018) e o Perfil de Saúde de Nothingham (HADDAD; CALAMITA, 2020).

Durante a revisão dos estudos, verificou-se a aplicação do questionário Whoqol-Bref, complementado pelo seu uso na população idosa através do Whoqol-OLD (SCHERRER JÚNIOR et al., 2022; RIBEIRO et al., 2021; SIMEÃO et al., 2018). Entretanto, constatou-se que nem todos os estudos utilizaram ambos os questionários simultaneamente. Conforme indicado por Fleck, Chachamovich e Trentini (2006), no manual de aplicação do Whoqol-OLD, o qual foi concebido considerando as especificidades inerentes ao envelhecimento, o uso independente deste questionário não é recomendado, sendo preconizada a sua aplicação conjunta com o Whoqol-Bref. Observa-se, portanto, a publicação de cinco estudos nos quais apenas um dos questionários foi aplicado, sem justificativas claras na metodologia dos estudos para essa escolha, em desacordo com as diretrizes recomendadas.

No que concerne ao Whoqol-Bref, ele consiste em 26 perguntas e pode ser aplicado na população adulta. Este questionário avalia quatro domínios distintos, com duas questões abordando aspectos gerais da QV e as restantes 24 correspondendo a cada uma das 24 facetas presentes no instrumento original. Os quatro domínios avaliados no questionário são: Domínio Físico, Domínio Psicológico, Domínio de Relações Sociais e Domínio do Meio Ambiente (FLECK et al., 2000).

Por sua vez, o Whoqol-OLD é uma extensão do Whoqol-Bref e é aplicado de forma complementar a este, destinado especificamente à população idosa para avaliar a QV em relação às particularidades que o envelhecimento impõe. Sua aplicação envolve uma escala Likert de até cinco pontos, onde pontuações mais elevadas indicam uma melhor QV. O questionário compreende seis facetas: Habilidades Sensoriais, Autonomia, Atividades Passadas, Presentes e Futuras, Participação Social, Morte e Morrer e Intimidade (FLECK; CHACHAMOVICH; TRENTINI, 2006).

Ao examinar os estudos que empregaram o questionário Whoqol-OLD (SCHERRER JÚNIOR et al., 2022; RIBEIRO et al., 2021; SCHERRER JÚNIOR et al., 2018), observa-se uma discrepância notável nos resultados, especialmente ao analisar o domínio com a pontuação mais baixa em cada um deles. Essa divergência destaca a complexidade na interpretação dos dados e sugere que múltiplos fatores podem influenciar na avaliação da QV nessa população específica. Diferenças culturais, variações nas características das amostras e possíveis limitações metodológicas são algumas das razões que podem explicar essa variação.

Assim sendo, essa constatação não apenas enfatiza a necessidade de uma interpretação criteriosa dos resultados em estudos envolvendo idosos institucionalizados, mas também abre espaço para futuras investigações que busquem compreender as razões subjacentes a essas discrepâncias. Entre os fatores a serem considerados, podem incluir-se a depressão (SOUZA et al., 2019), o nível de independência dos participantes e outras descobertas relevantes, contribuindo, assim, para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento de intervenções direcionadas à promoção da QV dessa população.

No entanto, ao analisar as facetas com as pontuações mais elevadas, nos cinco estudos que empregaram o questionário Whoqol-OLD (SCHERRER JÚNIOR et al., 2022; RIBEIRO et al., 2021; SIMEÃO et al., 2018; SCHERRER JÚNIOR et al., 2018), nota-se que o domínio "Morte e Morrer" obteve a maior média de pontuação entre os domínios analisados pelo questionário. Esse domínio diz respeito a preocupações, inquietações e temores relacionados à morte (FLECK; CHACHAMOVICH; TRENTINI, 2006). Tal achado pode ser interpretado de diversas maneiras. Em primeiro lugar, sugere que os idosos institucionalizados podem estar mais conscientes de reflexões e pensamentos sobre a finitude da vida. A condição de viver em um ambiente institucional pode acentuar essas reflexões, uma vez que muitos residentes enfrentam problemas de saúde e condições crônicas que os confrontam com a realidade da mortalidade.

De acordo com Ribeiro et al. (2021), esse domínio pode refletir a forma como os participantes encaram a morte, podendo ser um sinal de que a morte é enfrentada de maneira descomplicada e natural, indicando uma maior aceitação desse aspecto da existência. A literatura também sugere que o aumento nas pontuações desse domínio e a naturalização da morte podem estar relacionados a questões religiosas, sociais e culturais que surgem no processo de envelhecimento ou até mesmo devido a vínculos familiares enfraquecidos (NOGUEIRA et al., 2016).

Em relação aos questionários utilizados nos estudos selecionados, é importante destacar também o Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey (SF-36), que fornece informações sobre oito áreas da saúde, abrangendo funcionalidade, características físicas, dor, percepção geral de saúde, vitalidade, fatores sociais e emocionais e bem-estar mental (CICONELLI et al., 1999). Posteriormente, o mesmo grupo que desenvolveu o SF-36 elaborou e validou o 12-Item

Short Form Health Survey (SF-12), que é uma versão mais concisa para uma aplicação mais rápida em participantes. Este instrumento apresenta vantagens significativas em comparação com outros questionários validados que medem a mesma variável. O SF-12 permite uma coleta de dados mais ágil e menos onerosa para o respondente, tornando-se uma opção atraente para estudos que buscam eficiência sem sacrificar a precisão. Além disso, derivado do SF-36, mantém uma robustez metodológica, enquanto sua brevidade facilita a adesão e minimiza a fadiga do entrevistado.

O SF-12 consiste em 12 questões que analisam diferentes aspectos que afetam a QV, considerando a percepção do indivíduo sobre sua saúde nas últimas quatro semanas. Cada questão possui um conjunto de respostas em uma escala tipo Likert, e os resultados são divididos em dois domínios principais: o componente físico (Physical Component Summary - PCS), que inclui funcionalidade, função física, dor corporal e saúde geral; e o componente mental (Mental Component Summary - MCS), que abrange vitalidade, funcionamento social, papel emocional e saúde mental.

Ao considerar a aplicação de questionários que avaliam a QV da população idosa, o SF-12, com sua abordagem mais concisa, é menos exaustivo e pode ser mais adequado para essa faixa etária, evitando a fadiga ou desistência durante a aplicação, especialmente em idosos em ambientes clínicos ou geriátricos, onde os momentos de coleta de dados precisam ser otimizados devido à rotina de cuidados e tratamentos. Além disso, o envelhecimento muitas vezes vem acompanhado de problemas de memória, e um questionário mais curto, como o SF-12, pode facilitar respostas mais precisas, ao solicitar que os idosos reflitam sobre um período mais recente. Além disso, autores destacam que a aplicação de questionários extensos em idosos pode diminuir a adesão ao estudo, pois pode restringir o entendimento sobre certos assuntos ou não ser relevante ou claro para os idosos (LIMA; VILELLA; BITTAR, 2016).

Quando se trata da análise geral dos artigos selecionados sobre a QV dos idosos institucionalizados, fica evidente a necessidade de ações voltadas para a promoção da saúde e QV nas ILPIs, com foco na melhoria da autonomia e independência dos residentes, atendendo às suas necessidades. É notável que os domínios de autonomia e meio ambiente foram apontados como insatisfatórios. Além disso, o contato e visitas de familiares desempenham um papel fundamental em fortalecer os sentimentos de pertencimento, amor e felicidade desses vínculos frequentemente fragilizados.

Problemas como incontinência urinária e declínio cognitivo mostram-se relevantes e impactam significativamente na QV. Assim, a prática de exercícios físicos pode melhorar indicadores de fragilidade e QV em geral. Entre os estudos revisados, uma intervenção proposta para melhorar o bem-estar dos idosos institucionalizados envolveu a implementação de um programa de exercícios físicos supervisionados com duração de seis semanas (CISTERNAS et al., 2020). Esse programa resultou em melhorias significativas na QV geral dos idosos em instituições, bem como em avanços nos domínios de Atividades Passadas, Presentes e Futuras, Participação Social e Intimidade. Logo, os autores destacaram que a amostra era limitada e provinha de apenas uma região do país, ressaltando também o pequeno número de participantes na amostra, questões que devem ser interpretadas com cautela.

Portanto, diante do exposto, destaca-se a necessidade de novos estudos sobre os domínios e a QV das pessoas idosas institucionalizadas para identificar quais fatores presentes nas ILPIs, como estudos longitudinais, podem estar associados ao aumento ou diminuição do escore desses domínios. Essas pesquisas contribuirão para a criação de estratégias que promovam a QV dos idosos institucionalizados.

A vasta gama de pesquisas e seus respectivos resultados enfatiza a complexidade da QV entre os idosos institucionalizados. Estudos como o de Cisternas et al. (2020) realçam a influência de programas de treinamento físico na melhoria da QV, destacando a importância de estratégias que promovam a atividade física na terceira idade. Além disso, pesquisas como a de Ferreira et al. (2019) apontam questões de saúde específicas, como a incontinência urinária, como fatores que podem afetar negativamente a QV, sugerindo a necessidade de atenção médica especializada e intervenções direcionadas.

Por outro lado, as descobertas de Freitas et al. (2020) indicam que a situação de estar institucionalizado em si pode não ser o único determinante da QV, visto que não foram observadas diferenças significativas em comparação com idosas não institucionalizadas em certos aspectos. Essa perspectiva é complementada pelo trabalho de Pereira e Soares (2019), que trouxeram uma dimensão intercultural ao examinar as diferenças e semelhanças entre idosos brasileiros e portugueses. Aspectos emocionais e socioeconômicos também surgem como determinantes cruciais da QV. Estudos como o de Scherrer Júnior et al. (2018) e (2022) demonstram que fatores como

status econômico, condições culturais e sintomas depressivos podem ter impactos significativos, enfatizando a importância de uma abordagem holística ao cuidar de idosos institucionalizados.

Vários fatores podem influenciar a QV e bem-estar das pessoas idosas, tanto positiva quanto negativamente. Um estudo realizado por Vilaça et al. (2019) avaliou o impacto do Treinamento Muscular Inspiratório (TMI) na QV, resposta imune, força muscular inspiratória e dos membros inferiores de idosos institucionalizados. Este estudo envolveu 30 idosos (15 no grupo de intervenção e 15 no grupo de controle). Os resultados revelaram que após seis semanas de treinamento muscular associado ao treino inspiratório, houve melhorias na força inspiratória e no desempenho dos músculos dos membros inferiores, conforme observado no teste de Sentar e Levantar. Embora não tenha havido uma melhoria significativa na pontuação total da QV dos participantes, o programa promoveu uma melhoria no domínio físico, avaliado por meio do questionário SF-36.

Portanto, para uma compreensão verdadeiramente abrangente da QV nessa população, é essencial considerar uma miríade de fatores, variando de questões de saúde física a nuances psicossociais. Cada estudo oferece uma perspectiva valiosa, iluminando diferentes aspectos do cenário e enriquecendo nossa compreensão, orientando abordagens mais informadas e adaptadas às necessidades dessa demografia diversa.

Nesse contexto, é importante ressaltar que há mais de uma década se enfatiza a necessidade de gestores e equipes técnicas das ILPIs realizarem uma avaliação abrangente dos idosos (BRASIL, 2006) para identificar aspectos de saúde e propor ações que promovam a QV em diferentes contextos. Há uma associação positiva entre o tempo de acolhimento e a fragilidade da pessoa idosa, assim, futuros estudos podem investigar a influência do tempo de acolhimento em relação aos aspectos da QV.

Em síntese, a ampla variedade de pesquisas e seus resultados ressaltam a complexidade da QV entre os idosos institucionalizados. Cada estudo contribui com informações valiosas, destacando a importância de uma abordagem holística e personalizada para atender às necessidades dessa população diversa. Portanto, para promover a QV dos idosos institucionalizados, é crucial considerar não apenas fatores médicos e físicos, mas também aspectos psicossociais, culturais e socioeconômicos. Essa abordagem multidimensional ajudará a informar estratégias mais eficazes de cuidado e promoção da QV para os idosos em ILPIs.

Limitação do Estudo

As limitações deste estudo de revisão integrativa da literatura são fundamentais para uma análise completa e crítica de suas descobertas e contribuições. É importante reconhecer que, apesar dos esforços para fornecer uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema da QV em idosos institucionalizados, este estudo não está isento de algumas limitações intrínsecas.

Em primeiro lugar, deve-se considerar a possibilidade de viés de seleção na escolha dos artigos incluídos nesta revisão. A seleção de estudos publicados em idioma português e inglês pode ter excluído pesquisas relevantes publicadas em outros idiomas, o que poderia potencialmente introduzir uma limitação linguística à análise.

Outra limitação importante a ser considerada é a heterogeneidade dos estudos incluídos em termos de métodos, instrumentos de avaliação da QV, e até mesmo das populações de idosos institucionalizados abordadas. Essa heterogeneidade pode dificultar a comparação direta dos resultados e a generalização das conclusões. Além disso, alguns estudos podem ter tido amostras pequenas ou limitações metodológicas que podem afetar a validade dos resultados.

Adicionalmente, embora tenhamos destacado algumas tendências e achados relevantes na discussão, é importante reconhecer que a maioria dos estudos revisados foi observacional, o que impede a inferência de causalidade. Portanto, as relações entre os fatores discutidos, como a prática de exercícios físicos e a QV, podem não ser definitivamente estabelecidas com base nas evidências disponíveis.

Assim, faz-se necessário enfatizar que esta revisão não incluiu uma análise crítica detalhada da qualidade metodológica dos estudos individuais. Ainda que tenhamos feito esforços para selecionar estudos relevantes e de boa qualidade, a inclusão de estudos com diferentes desenhos e abordagens metodológicas pode introduzir variações na qualidade das evidências apresentadas.

Embora esta revisão integrativa da literatura tenha buscado abordar amplamente o tema da QV em idosos institucionalizados, é essencial reconhecer essas limitações para interpretar suas conclusões de maneira apropriada. Futuras pesquisas podem se beneficiar de abordagens metodológicas mais uniformes, amostras maiores e a inclusão de estudos de intervenção para

melhorar nossa compreensão das complexas interações entre os diversos fatores que afetam a QV dessa população.

Aplicabilidade clínica

Reconhecer e validar as questões de maiores preocupações das pessoas idosas institucionalizadas pode fomentar aos profissionais de saúde e cuidadores, informações para criar intervenções e estratégias para oferecer suporte emocional, facilitar conversas significativas sobre os temas e proporcionar um espaço seguro para que os idosos expressem seus sentimentos e preocupações relacionados a QV.

Primeiramente, a constatação de que QV em idosos institucionalizados é um fenômeno multifacetado e complexo destaca a necessidade de uma abordagem holística na assistência a esses indivíduos. Os resultados revelam que fatores médicos, psicológicos, sociais e culturais desempenham papéis significativos na QV dessa população. Portanto, os profissionais de saúde que atendem idosos em ILPIs devem considerar essa variedade de influências ao desenvolver estratégias de cuidado individualizadas.

Uma das implicações práticas diretas desses resultados é a importância de avaliar regularmente a QV dos idosos institucionalizados por meio de instrumentos validados, como o SF-12 e o Whoqol-OLD, que se mostraram eficazes na identificação de áreas específicas de preocupação relacionadas à QV. Essas avaliações podem ser incorporadas à rotina de cuidados e servir como ferramentas de monitoramento para identificar mudanças na QV ao longo do tempo.

A complexidade da relação entre a institucionalização e a QV também requer atenção. Os resultados sugerem que a simples condição de estar institucionalizado não é o único determinante da QV. Portanto, é importante que as equipes de cuidados considerem fatores adicionais, como aspectos emocionais, socioeconômicos e culturais, ao desenvolver planos de cuidado personalizados. A investigação sobre a relação entre o tempo de acolhimento e a fragilidade dos idosos institucionalizados também abre caminho para intervenções e estratégias de cuidado específicas. Compreender como o tempo de permanência pode afetar a QV pode ajudar na identificação de áreas de atenção especial e na implementação de medidas preventivas.

Os dados analisados nessa revisão integrativa da literatura têm implicações práticas significativas para a assistência à saúde de idosos institucionalizados. Eles destacam a necessidade de uma abordagem holística na avaliação e no cuidado, enfatizando a importância de considerar fatores médicos, psicológicos, sociais e culturais. Além disso, sugerem a implementação de programas de exercícios físicos supervisionados como uma estratégia para melhorar a QV e destacam a complexidade da relação entre a institucionalização e a QV. Portanto, podem informar e orientar as práticas clínicas e os protocolos de cuidado voltados para essa população vulnerável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o presente trabalho apresenta um panorama acerca de investigações sobre a QV de idosos institucionalizados, onde os diversos estudos apresentam resultados que abordam distintas facetas da QV nesta população, os achados foram verificados por meio de uma diversidade de resultados de estudos que evidenciaram a complexidade de se avaliar e promover a QV em idosos institucionalizados.

Cada estudo analisado apresenta um insight valioso, iluminando diferentes aspectos do cenário, ajudando inclusive a direcionar intervenções mais eficazes e personalizadas para essa população e, assim, enriquecendo a perspectiva e orientando abordagens mais informadas e adaptadas às necessidades dessa demografia. As descobertas revelam aspectos relevantes que para uma compreensão abrangente desse quesito na população estudada se faz necessário requer a consideração de múltiplos fatores, desde condições físicas até aspectos psicossociais. Sendo necessário destacar diversas reflexões e diretrizes importantes que emergem a partir das análises e discussões apresentadas anteriormente. Ao reunir uma gama de estudos que investigam a QV em idosos institucionalizados, este trabalho busca fornecer insights valiosos para orientar a prática clínica e futuras pesquisas nessa área crítica da saúde geriátrica.

Reconhecer que o envelhecimento da população e o crescente número de idosos institucionalizados representam desafios complexos para a sociedade contemporânea é crucial para compreensão das necessidades, demandas e fatores que afetam a QV desses indivíduos. Os estudos revisados enfatizam que a QV não pode ser reduzida a um único aspecto, mas sim abrange

uma ampla gama de dimensões, incluindo aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais. Portanto, é imperativo que os profissionais de saúde adotem uma abordagem holística ao avaliar e cuidar dessa população, considerando todas essas facetas em sua prática.

Outro ponto relevante diz respeito à importância da avaliação sistemática da QV por meio de instrumentos validados. O uso de questionários validados pode auxiliar na identificação de áreas específicas de preocupação relacionadas à QV, permitindo intervenções direcionadas e o monitoramento ao longo do tempo. Essas ferramentas podem ser incorporadas às rotinas de cuidado em ILPIs, contribuindo para a melhoria da assistência.

Além disso, a prática de exercícios físicos, conforme indicado em alguns estudos revisados, demonstrou ter um impacto positivo na QV dos idosos institucionalizados. A implementação de programas de treinamento muscular inspiratório e outras intervenções físicas supervisionadas pode ser considerada como uma estratégia eficaz para promover o bem-estar físico e a saúde dessa população.

No entanto, é crucial reconhecer que a institucionalização em si não é o único fator determinante da QV. Aspectos emocionais, socioeconômicos e culturais desempenham papéis significativos na experiência do idoso em um ambiente institucional. Portanto, é essencial que os profissionais de saúde estejam atentos a essas variáveis ao fornecer cuidados individualizados.

Por fim, esta revisão destaca a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem nossa compreensão das complexas interações entre os fatores que afetam a QV dos idosos institucionalizados. Estudos longitudinais e intervenções direcionadas podem fornecer insights adicionais e orientar estratégias de cuidado mais eficazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

CICONELLI, Rozana Mesquita et al. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Rev bras reumatol**, v. 39, n. 3, p. 143-50, 1999.

CONCHA-CISTERNAS, Yeny et al. Efectos de un programa multicomponente sobre la fragilidad y calidad de vida de adultos mayores institucionalizados. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 49, n. 4, 2020.

FERREIRA, Celly; TAMY KAWASARA, Karina; ANDRADE BATISTA, Patrícia. Prevalência de incontinência urinária em idosas de instituição de longa permanência. **Fisioterapia Brasil**, v. 20, n. 6, 2019.

FLECK, Marcelo et al. Application of the Portuguese version of the abbreviated instrument of quality life WHOQOL-bref. **Revista de saude publica**, v. 34, p. 178-183, 2000.

FLECK, Marcelo P.; CHACHAMOVICH, Eduardo; TRENTINI, Clarissa. Development and validation of the Portuguese version of the WHOQOL-OLD module. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 785-791, 2006.

FREITAS, Hugo Hudá et al. Equilíbrio em idosos institucionalizados e não institucionalizados e sua relação com a qualidade de vida. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 19, n. 2, p. 331-334, 2020.

HADDAD, Patricia Coelho Mendes de Britto; CALAMITA, Zamir. Aspectos sociodemograficos, qualidade de vida e saúde do idoso institucionalizado. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-11], 2020.

LAWTON, M. Powell. Uma visão multidimensional da qualidade de vida em idosos frágeis. In: **O conceito e medição da qualidade de vida em idosos frágeis.** Imprensa Acadêmica, 1991. p. 3-27.

LIMA, Lara; VILELLA, Wilza; BITTAR, Cléria. Entrevista com Idosos: percepções de qualidade de vida na velhice. **CIAIQ2016**, v. 2, 2016.

MELO, Letícia Alves et al. Fragilidade, sintomas depressivos e qualidade de vida: um estudo com idosos institucionalizados. **Revista ai ana de nfermagem**, v. 32, 2018.

MOREIRA, Pricilla de Almeida et al. Quality of life of institutionalized elderly in Brazil. **Social Indicators Research**, v. 126, p. 187-197, 2016.

NOGUEIRA, Matheus Figueiredo et al. Comparando a qualidade de vida de idosos institucionalizados e não institucionalizados [Comparing the quality of life of institutionalized and non-institutionalized older adults]. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 24, n. 5, p. 28185, 2016.

PEREIRA, Natália Moya Rodrigues; SOARES, Edvaldo. Percepção da Qualidade de vida e psicomotricidade de idosos institucionalizados em diferentes contextos. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 22, n. 1, p. 307-328, 2019.

RATUCHNEI, Erika dos Santos et al. Qualidade de vida e risco de depressão em idosos institucionalizados. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 982-988, 2021.

RIBEIRO, Ana Flávia Marques et al. Influência das atividades de lazer na qualidade de vida de idosos institucionalizados. **CuidArte, Enferm**, p. 82-89, 2021.

SCHERRER JÚNIOR, Gerson et al. Atividades de vida diária, sintomas depressivos e qualidade de vida de idosos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE0237345, 2022.

SCHERRER JÚNIOR, Gerson et al. Qualidade de vida de idosos residentes em instituições privadas. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 2113-2119, 2018.

SCHLEMMER, Gessica Bordin Viera et al. Correlação entre qualidade de vida e independência funcional de idosos institucionalizados. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 21, n. 1, p. 411-426, 2018.

SILVA, Emília Isabel et al. Avaliação da qualidade de vida do idosos institucionalizado com sinais de demência. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 24, n. 2, 2019.

SIMEÃO, Sandra Fiorelli de Almeida Penteado et al. Estudo comparativo da qualidade de vida de idosos asilados e frequentadores do centro dia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3923-3934, 2018.

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro et al. Association between depression and quality of life among Brazilian older adults in long-term care facilities. Revista Kairós-Gerontologia, v. 22, n. 4, p. 265-283, 2019.

VILAÇA, Adriano Florencio et al. O efeito do treinamento muscular inspiratório em idosos sobre a qualidade de vida, resposta imune, força muscular inspiratória e de membros inferiores: um ensaio clínico randomizado. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 22, 2019.

QUALIDADE DE VIDA DE UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

QUALITY OF LIFE OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE FIELD OF EDUCATION: A NECESSARY REFLECTION

Área temática: Saúde e bem-estar

BARCELLOS, Carolina Milhim
Universidade de Franca

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do
Universidade de Franca

Resumo

Os universitários apresentam diversas mudanças em sua qualidade de vida, devido a pressão em seus rendimentos acadêmicos e novas responsabilidades adquiridas. Além disso, sentem-se inseguros com o futuro profissional, o que pode refletir em diversos aspectos inerentes a sua vida. O objetivo do estudo é avaliar a qualidade de vida de universitários da área da educação de uma universidade. Foram convidados a participar da presente pesquisa, todos os universitários regularmente matriculados, nos cursos de graduação da modalidade presencial: licenciatura em educação física, artes visuais, história, pedagogia e ciências biológicas. Para obtenção dos dados foi aplicado um questionário sociodemográfico e um instrumento validado para avaliar a qualidade de vida (WHOQOL-BREF). Compuseram a amostra 193 participantes, 72,53% são do sexo feminino e com uma média etária de 24,17 ± 6,82 anos. Em relação a autoavaliação da qualidade de vida apresentaram uma média de 15,16 ± 2,76, os domínios do WHOQOL-bref referentes à percepção da QV com escores maiores foram o domínio das relações sociais (15,03 ±3,15) e físico (14,64 ±2,36), enquanto que os domínios com menores escores foram o domínio meio ambiente (13,43 ±2,11) e psicológico (14,32 ±2,45). Os resultados da análise indicam a necessidade de atenção e melhoria, principalmente no que diz respeito aos aspectos inerentes aos domínios meio ambiente e psicológico que foram os que apresentaram piores resultados

Palavras-chave: educação; estudantes; promoção da saúde.

Abstract

University students have several changes in their quality of life, due to the pressure on their academic performance and new responsibilities, in addition to feeling unprepared and insecure about their professional future, becoming stressful and interfering in their quality of life. The aim of the study is to assess the quality of life of university students in the field of education of a university. All university students regularly enrolled in undergraduate physical education courses, visual arts, history, pedagogy and biological sciences, in person, from the participating institution were invited to participate in this research. To obtain the data, a sociodemographic questionnaire and a validated instrument were used to assess their quality of life (WHOQOL-BREF). The sample comprises 193 participants, 72.53% are female and with an average age of 24.17 ± 6.82 years. Regarding the self-assessment of quality of life, they presented an average of 15.16 ± 2.76, the WHOQOL-bref domains regarding the perception of QOL with higher scores were the domain of social relations (15.03 ± 3.15) and physical (14.64 ± 2.36), while the domains with the lowest scores were the environment (13.43 ± 2.11) and psychological (14.32 ± 2.45) domains. The results of the analysis indicate the need for attention and improvement, especially with regard to aspects inherent to the environmental and psychological domains.

Keywords: education; students; health promotion; university.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os preceitos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida assume uma dimensão abrangente e multifatorial, abarcando o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além dos aspectos relacionados aos vínculos sociais, saúde, educação, habitação e saneamento básico (WHOQOL GROUP et al., 1998). Tradicionalmente, a avaliação da qualidade de vida tem sido realizada a partir da mensuração de seus domínios físicos, psicológicos, sociais e ambientais. No entanto, assim como a sua definição, essa análise requer uma abordagem ampla e consideração dos diversos fatores que atuam sobre cada indivíduo (FAYERS; MACHIN, 2000).

Para efetuar essa mensuração, um leque de questionários e instrumentos psicométricos é disponibilizado. Entre essas ferramentas, destaca-se o WHOQOL-100, desenvolvido pela OMS. Entretanto, devido à sua extensão, surgiu a necessidade de criar instrumentos mais concisos e de rápida aplicação. Assim, foi criado o WHOQOL-BREF, uma versão abreviada do questionário original, mantendo suas capacidades psicométricas intactas (WHOGOL GROUP et al., 1998). No ano de 2000, esse questionário foi validado para a língua portuguesa (Fleck et al., 2000). Outro instrumento relevante na avaliação da qualidade de vida é o Medical Outcomes Study 36-Item Short-form Health Survey (SF-36), que divide a qualidade de vida em oito componentes e compreende 36 questões, sendo acompanhado por um manual explicativo claro e prático (WARE; JOHN, 2000). Este questionário foi desenvolvido por Ware e Sheerbourne em 1992 e validado para a versão em português por Ciconelli et al. (1999).

A qualidade de vida é uma questão complexa e multifatorial, sendo imperativo ressaltar que a responsabilidade pela promoção da saúde não recai apenas sobre os profissionais da área, mas sim sobre toda a sociedade (NUNES, 2020). No contexto dos estudantes de ensino superior, merece destaque o impacto que essa fase da vida representa. Os universitários frequentemente se deparam com inúmeras mudanças em suas rotinas, como a aquisição de responsabilidades e autonomia, a distância de familiares, demandas acadêmicas desafiadoras e avaliações estressantes. Em um estudo mencionado, 59,6% dos participantes relataram ter usado substâncias psicoativas em algum momento da vida, e muitos recorrem ao consumo de bebidas alcoólicas como forma de lidar com o estresse (ARSANDAUX et al., 2019).

Essas descobertas sublinham a complexidade da experiência universitária e as pressões que os estudantes enfrentam, o que pode influenciar significativamente sua qualidade de vida. Além disso, as estratégias de enfrentamento, como o consumo de substâncias psicoativas, podem ter implicações diretas na saúde mental e no bem-estar geral dos estudantes. Portanto, compreender os desafios específicos que os universitários enfrentam é fundamental para desenvolver intervenções adequadas que promovam sua qualidade de vida e saúde. Novas pesquisas nessa área são necessárias para aprofundar nossa compreensão dessas questões e informar a criação de políticas e programas de suporte aos estudantes de ensino superior.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de otimizar a qualidade de vida desses estudantes, é fundamental que o ambiente acadêmico seja agradável e propício ao equilíbrio físico e emocional, visto que esse equilíbrio desempenha um papel essencial na promoção do bem-estar (CHOW; et al, 2018). No entanto, a qualidade de vida dessa população pode ser prejudicada pelas pressões e cobranças inerentes à vida acadêmica (GRANER, 2019).

Diversos fatores estão intrinsecamente interligados à qualidade de vida, e um deles é o sono. A insuficiência de sono pode ter impactos negativos na qualidade de vida e no desempenho acadêmico dos universitários (SUARDIAZ-MURO et al., 2020). Além disso, no caso específico dos universitários da área da educação, é essencial considerar que, ao ingressarem na vida profissional, enfrentarão níveis elevados de estresse (NUNES, 2020). Surpreendentemente, existem poucos estudos que abordam a prática de orientação profissional durante o período de graduação, apesar da necessidade de programas e cursos de capacitação para auxiliar os universitários na transição da vida acadêmica para a profissional (BARDAGI; BOFF, 2010).

Outro aspecto relevante a considerar é o estresse relacionado à entrada no mercado de trabalho, uma etapa desafiadora que envolve pressões por parte da família e a busca por oportunidades profissionais (LÚCIO et al., 2019). A inserção no mercado de trabalho pode ser particularmente estressante para esses estudantes, dado que ainda existe uma escassez de

oportunidades, como evidenciado por um estudo com estudantes de medicina, onde 68,5% dos participantes expressaram insatisfação e insegurança em relação à sua inserção profissional (COSTA et al., 2020).

Nesse contexto, torna-se evidente que a busca por uma melhoria efetiva na qualidade de vida desses universitários deve abranger o equilíbrio de sua saúde, já que conflitos familiares, como demonstrado por Chow et al. (2018) em seu estudo com estudantes de enfermagem, podem contribuir para uma redução na percepção da qualidade de vida. Além disso, as demandas e pressões relacionadas ao desempenho acadêmico também exercem um papel significativo na qualidade de vida desses estudantes (GRANER, 2019).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar a qualidade de vida de estudantes universitários na área da educação, especificamente em uma universidade privada localizada no interior de São Paulo, com o intuito de identificar o domínio mais afetado em sua qualidade de vida. Essa pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam a qualidade de vida dessa população, visando, assim, promover estratégias e intervenções que possam melhorar seu bem-estar geral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se configura como um estudo transversal de natureza quantitativa, destinado à avaliação da qualidade de vida dos universitários da área educacional matriculados em uma instituição de ensino superior privada situada no interior do estado de São Paulo. O protocolo de pesquisa recebeu a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, sob o parecer 3.062.099, e a coleta de dados teve início somente após a obtenção da assinatura dos participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a obtenção dos dados necessários, foram aplicados dois instrumentos: um questionário sociodemográfico, utilizado para caracterização da amostra, e um instrumento validado, o Whoqol-bref, empregado para avaliar a qualidade de vida dos participantes. O questionário sociodemográfico incluiu questões relacionadas ao sexo, idade e curso cursado na área da educação (artes visuais, ciências biológicas, licenciatura em educação física, pedagogia, história).

Em relação ao questionário Whoqol-bref, por sua vez, é composto por 24 perguntas de múltipla escolha. Duas delas se referem à autoavaliação da qualidade de vida, enquanto as demais são subdivididas em quatro domínios: físico, psicológico, social e ambiental. Cada domínio é representado por facetas, sendo que cada faceta consiste em uma pergunta (CHACHAMOVICH; FLECK, 2008). Todas as questões deste questionário foram formuladas de acordo com o formato Likert, com escalas de intensidade (nada/extremamente), capacidade (nada/completamente), frequência (nunca/sempre) e avaliação (muito insatisfeito/muito satisfeito; muito ruim/muito bom) (KLUTHCOVSKY; KLUTHCOVSKY, 2009).

Os domínios abordados no questionário WHOQOL-BREF abrangem aspectos físicos, incluindo dor e desconforto, energia e fadiga, sono e repouso, mobilidade, atividades da vida diária, dependência de medicamentos ou tratamentos, e capacidade de trabalho. No domínio psicológico, são avaliados sentimentos positivos, pensamento, aprendizado, memória e concentração, autoestima, imagem corporal/aparência, sentimentos negativos, espiritualidade, religião e crenças pessoais (Fleck et al., 2000). O domínio social engloba a análise das relações pessoais, suporte social e atividade sexual. Por fim, o domínio ambiental contempla aspectos como segurança física e proteção, ambiente doméstico, recursos financeiros, cuidados relacionados à saúde e ao bem-estar social, oportunidades de aquisição de novos conhecimentos e habilidades, oportunidades de lazer e recreação, além do ambiente físico (poluição, ruído, trânsito, clima e transporte) (CHACHAMOVICH; FLECK, 2008).

Para estabelecer critérios de inclusão na pesquisa, os participantes deveriam cumprir os seguintes requisitos: 1. Idade entre 18 e 59 anos; 2. Matrícula em cursos da área educacional (artes visuais, ciências biológicas, licenciatura em educação física, pedagogia, história); 3. Matrícula regular no primeiro ou último ano do curso; 4. Não estar matriculado simultaneamente em outros cursos de ensino superior. Foram excluídos da pesquisa os participantes que não responderam pelo menos 90% das perguntas e aqueles que se recusaram a assinar o TCLE.

A fim de garantir a minimização de interferências no desempenho acadêmico dos participantes, a coordenação, pesquisadores e um docente do curso concordaram em agendar um horário conveniente para a abordagem dos alunos durante o período letivo. Os convites para

participação no estudo foram realizados de forma presencial e verbal durante as aulas, com o intuito de não afetar a performance acadêmica dos envolvidos. Durante essa abordagem, os objetivos do estudo foram explicados, assim como as etapas necessárias para a aplicação dos questionários, e o TCLE foi fornecido aos participantes que consentiram em participar da pesquisa.

Antes da coleta principal, foi conduzido um estudo piloto para sanar eventuais dúvidas que pudessem surgir durante o preenchimento dos questionários. Quaisquer incertezas identificadas foram discutidas em reuniões posteriores, visando garantir o controle adequado dos dados coletados.

Após a conclusão de todas as coletas, os dados foram tabulados utilizando a plataforma Google Drive. A pesquisadora responsável desenvolveu um questionário no Google Forms, e as médias dos escores dos domínios do WHOQOL-BREF foram calculadas. Esse cálculo foi realizado após a exportação dos dados do questionário para uma planilha no Excel, com a média sendo obtida através da soma dos escores médios das "n" questões que compõem cada domínio. Os resultados foram representados em uma escala de 4 a 20 (PEDROSO et al., 2010).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra deste estudo foi composta por um total de 193 participantes, com idades variando entre 19 e 39 anos, apresentando uma média etária de 24,17 ± 6,82 anos. Dentre os participantes, 72,53% eram do sexo feminino. Quanto aos cursos em que estavam matriculados, 14 participantes cursavam artes visuais, 12 estavam matriculados em ciências biológicas, 37 na licenciatura em educação física, 117 na pedagogia e 13 na licenciatura em história.

No contexto deste estudo, é notável a predominância de participantes do sexo feminino. Este achado é congruente com os resultados de uma pesquisa nacional conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de 2000 a 2010. Tal pesquisa constatou uma maior representatividade do sexo feminino no ensino superior em comparação com o sexo masculino.

Os resultados referentes aos domínios avaliados da qualidade de vida dos participantes estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Análise dos domínios do WHOQOL-BREF de universitários do Curso de educação física em licenciatura, artes visuais, história, ciências biológicas e pedagogia.

Domínio	Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação	Valor mínimo	Valor máximo	Amplitude
Físico	14,64	2,36	16,13	6,86	20	13,14
Psicológico	14,32	2,45	17,12	6,67	19,33	12,67
Relações Sociais	15,03	3,15	20,99	4	20	16
Meio Ambiente	13,43	2,11	15,69	7,5	18,5	11
Auto-avaliação da QV	15,16	2,76	18,19	8	20	12
TOTAL	14,28	1,87	13,08	8,92	19,08	10,15

Fonte: dados da pesquisa.

No decorrer deste estudo, observou-se que os participantes manifestaram uma autoavaliação de sua própria Qualidade de Vida (QV) com uma média de 15,16 ± 2,76, o que supera o valor médio total obtido pela avaliação do instrumento (14,28 ± 1,87). Isso sugere que os participantes possam conceber ter uma QV superior àquela que efetivamente experimentam. Uma análise detalhada dos domínios revelou uma percepção positiva entre os participantes, com uma pontuação acima de 60% (12 pontos), indicando que eles desfrutam de boas condições nos domínios de relações sociais, psicológico, físico e ambiente (NUNES, 2020).

Além disso, é importante salientar que o domínio ambiente, composto por questões relacionadas à segurança, proteção, recursos financeiros, cuidados de saúde, oportunidades de lazer, recreação, transporte e moradia, obteve a menor pontuação, enquanto o domínio social, que engloba variáveis relativas às interações sociais e suporte social de amigos e/ou familiares, apresentou a maior pontuação. Esses resultados encontram respaldo em pesquisas anteriores, como

a de Achangwa et al. (2022), que avaliaram a QV de 261 estudantes internacionais e constataram que o domínio social obteve a maior pontuação (56,88 ± 19,55), com confiabilidade de Cronbach Alpha de 0,89, enquanto o domínio ambiente registrou a pontuação mais baixa (43,67 ± 15,47), com Cronbach Alpha de 0,88. Essa disparidade também foi observada no estudo de Vargas et al. (2020), que analisou acadêmicos ingressantes e concluintes em diferentes cursos.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (2011) destaca que o domínio ambiente aborda aspectos relacionados à segurança pública, transportes, acesso à saúde e a necessidade de implementação de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa desse ambiente. Em relação às pontuações mais baixas na QV, essas podem estar relacionadas às adaptações e desafios que os estudantes enfrentam durante sua jornada acadêmica, como a distância de familiares, mudanças na moradia e maior autonomia na gestão dos recursos financeiros.

No âmbito do domínio físico, conforme definido por Fleck et al. (2000), engloba questões relacionadas à dor, desconforto, sono, mobilidade e atividades cotidianas, bem como a dependência de medicação. O aumento da QV nesse domínio pode estar associado à juventude dos universitários e à aparente boa saúde, que lhes permite realizar suas atividades diárias com facilidade.

É relevante observar que os domínios físico e psicológico, conforme apontado por Aziz et al. (2020), estão intrinsecamente relacionados à QV, uma vez que a atividade física desempenha um papel crucial no controle da depressão, no aumento do humor e na gestão do estresse. Portanto, os resultados obtidos indicam uma conexão direta entre esses domínios e a QV.

Nossos achados corroboram a necessidade de atenção especial ao domínio ambiente. As instituições de ensino superior, como responsáveis pela formação de futuros profissionais, devem compreender as necessidades desses estudantes e implementar ações e estratégias para melhorar sua saúde. É fundamental transformar o ambiente acadêmico em um local saudável e acolhedor, onde os universitários se sintam seguros e tenham a oportunidade de dialogar com profissionais empáticos que busquem compreendê-los. Além disso, é importante que as ações de Promoção da Saúde (PS) destinadas aos universitários transcendam os limites da academia e alcancem suas famílias, fornecendo apoio familiar adequado.

Nesse contexto, a faculdade pode desempenhar um papel crucial ao criar espaços que permitam a participação ativa dos familiares na vida acadêmica e recebam o suporte necessário. Essas ações são fundamentais para promover a QV e o bem-estar dessa população (BARCELLOS et al., 2020).

Em relação ao segundo domínio mais afetado neste estudo, o domínio psicológico, vários fatores podem influenciar na menor QV nesse aspecto. O estresse, decorrente do elevado nível de pressão acadêmica associado à inatividade física, ao consumo de substâncias químicas e à má qualidade do sono, são fatores de estilo de vida intimamente relacionados à QV e ao risco de sintomas depressivos (SEO et al., 2018; XU et al., 2016).

A indecisão em relação à escolha de carreira pode ser outro fator que contribui para a menor QV no domínio psicológico, tanto entre os ingressantes quanto entre os concluintes. Conforme apontado por Vargas et al. (2020), os estudantes podem sentir uma pressão para entrar imediatamente no mercado de trabalho após a graduação. De acordo com Bardagi e Boff (2010), o desenvolvimento profissional e vocacional é crucial para o planejamento de carreira dos universitários e pode influenciar significativamente o sucesso profissional.

A qualificação profissional e a saúde psicológica, incluindo a satisfação no trabalho e com o próprio eu, estão intrinsecamente ligadas, pois contribuem para a inserção ou permanência no mercado de trabalho. Nesse sentido, Oliveira, Santos e Dias (2016) enfatizam a necessidade de ações direcionadas aos universitários que estão concluindo sua graduação, de modo a refletirem sobre suas experiências e transformá-las em habilidades para o mercado de trabalho. Além disso, é fundamental promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais entre os universitários, capacitando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da vida acadêmica. A promoção da saúde mental e física deve ser uma prioridade nas instituições de ensino superior, visando o bem-estar geral dessa população.

No que se refere ao domínio de relações sociais, este pode ser influenciado positivamente pela participação dos estudantes em atividades extracurriculares, como estágios e projetos de pesquisa. Essas atividades podem proporcionar um enriquecimento do currículo e ampliação das relações interpessoais (CLARK et al., 2015; THIRY, LAURSEN; HUNTER, 2011). A participação em atividades extracurriculares também pode favorecer o desenvolvimento de habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e habilidades de pesquisa, como a participação em projetos e apresentações de trabalhos (THIRY; LAURSEN; HUNTER, 2011). No entanto, é importante ressaltar que nem todas as atividades extracurriculares contribuem igualmente para o desenvolvimento de habilidades e empregabilidade (LAU et al., 2014). Algumas delas, no entanto, podem melhorar a comunicação, o relacionamento interpessoal e a escrita acadêmica.

O desenvolvimento de habilidades sociais desempenha um papel crucial na preparação para o mercado de trabalho. De acordo com Pereira, Dutra-Thomé e Koller (2016), as habilidades sociais são comportamentos utilizados nas interações interpessoais e são fundamentais para o ingresso no mercado de trabalho, oferecendo maiores oportunidades de desenvolvimento. Del Prette e Del Prette (2017) destacam que essas habilidades podem facilitar a aprendizagem contínua e contribuir para a competência social.

No entanto, é importante notar que os universitários enfrentam diversas mudanças e desafios em suas vidas durante o ensino superior, incluindo o aumento de responsabilidades, autonomia e a alta demanda acadêmica. Portanto, é essencial que eles mantenham um equilíbrio entre o bem-estar físico e emocional, pois isso é fundamental para a sua qualidade de vida.

Em resumo, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de atenção especial ao domínio ambiente na promoção da qualidade de vida dos universitários. As instituições de ensino superior devem compreender as demandas desses estudantes e implementar estratégias que melhorem sua saúde e bem-estar. Isso inclui a criação de ambientes acadêmicos saudáveis e acolhedores, que proporcionem o apoio necessário tanto aos estudantes quanto às suas famílias.

Sugestões para estudos futuros

No contexto da pesquisa sobre a qualidade de vida dos estudantes universitários, uma série de áreas emerge como candidatas promissoras para investigações futuras e estudos mais aprofundados. A complexidade dessa questão, que envolve uma série de fatores interconectados, nos desafia a buscar uma compreensão mais completa e, consequentemente, a desenvolver intervenções mais eficazes para promover o bem-estar desses jovens durante sua trajetória acadêmica. Uma das sugestões primordiais para pesquisas futuras é a realização de estudos longitudinais. Acompanhar a qualidade de vida dos estudantes ao longo de sua jornada universitária oferece a oportunidade de identificar mudanças e tendências ao longo do tempo. Isso nos permitiria entender melhor como fatores como o ambiente acadêmico, as relações sociais e os desafios psicológicos evoluem à medida que os estudantes avançam em seus cursos.

Sendo ainda é essencial uma análise aprofundada de diferentes fatores que estariam correlacionados aos escores de cada domínio da qualidade de vida. Investigar quais fatores estão associados os domínios, como o ambiente, social, físico e psicológico, ajudaria a identificar os fatores específicos que mais impactam a qualidade de vida dos estudantes em cada uma dessas áreas. Compreender essas nuances é fundamental para o desenvolvimento de intervenções mais direcionadas.

Outra área de interesse é o impacto das intervenções específicas na qualidade de vida dos estudantes. A avaliação rigorosa de programas e estratégias de promoção de saúde mental e bem-estar, por exemplo, pode fornecer informações valiosas sobre quais abordagens são mais eficazes e como podem ser implementadas de maneira mais ampla. O estudo do estresse e das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos estudantes também é uma área de grande relevância. Compreender como o estresse afeta a qualidade de vida e quais estratégias de enfrentamento são mais eficazes pode levar a intervenções mais direcionadas e eficazes.

Além disso, o uso de substâncias psicoativas entre estudantes universitários é uma questão que merece atenção. A investigação mais aprofundada desse tópico, incluindo motivações e impactos

na qualidade de vida e saúde mental, é fundamental para o desenvolvimento de políticas e programas de prevenção. Assim, como avaliar a eficácia das políticas e programas de saúde mental oferecidos pelas instituições de ensino superior. A pesquisa pode fornecer insights sobre quais abordagens são mais eficazes na promoção da saúde mental dos estudantes.

Ademais, questões relacionadas à inclusão e diversidade, como raça, gênero e orientação sexual, merecem investigações mais detalhadas. Como esses fatores afetam a qualidade de vida dos estudantes e como podem ser abordados de maneira eficaz são questões que requerem atenção.

Em adição, com o crescimento da educação à distância também exige estudos comparativos entre esse formato de ensino e o ensino presencial, em termos de qualidade de vida dos estudantes. Como essas modalidades impactam o bem-estar dos estudantes merece uma análise mais aprofundada. Em suma, o campo da pesquisa sobre qualidade de vida dos estudantes universitários é vasto e multifacetado, oferecendo diversas oportunidades para estudos futuros. Abordagens multidisciplinares e investigações cuidadosas são essenciais para compreendermos plenamente esse complexo cenário e desenvolvermos estratégias eficazes para melhorar o bem-estar e a saúde mental dos estudantes durante essa fase crucial de suas vidas.

Limitações do estudo

Apesar de trazer contribuições significativas para a compreensão da qualidade de vida dos universitários da área da educação em uma universidade privada no interior de São Paulo, é importante destacar algumas limitações que devem ser levadas em consideração ao interpretar e aplicar os resultados deste estudo. Em primeiro lugar, a amostra utilizada neste estudo foi limitada à população de estudantes de uma única instituição de ensino superior, situada em uma região específica do interior de São Paulo. Isso implica que os resultados obtidos podem não ser facilmente extrapolados para outras universidades, especialmente aquelas localizadas em diferentes regiões geográficas. Portanto, a generalização dos resultados deve ser feita com cautela, levando em consideração as particularidades de cada contexto acadêmico.

Além disso, é relevante notar que o estudo concentrou-se exclusivamente em universitários da área da educação, incluindo cursos como artes visuais, ciências biológicas, licenciatura em educação física, pedagogia e história. Embora tenha proporcionado insights valiosos sobre essa população específica, os resultados podem não ser diretamente aplicáveis a estudantes de outras disciplinas ou áreas de estudo, que podem enfrentar desafios e experiências diferentes em sua vida acadêmica.

Outra limitação diz respeito à abordagem metodológica adotada. O estudo utilizou principalmente métodos quantitativos, com a coleta de dados realizada por meio de questionários padronizados. Embora essa abordagem tenha fornecido informações importantes sobre a percepção dos participantes em relação à qualidade de vida, ela pode não ter capturado completamente as nuances e experiências individuais dos universitários. A incorporação de métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade, poderia ter enriquecido ainda mais a compreensão das complexidades envolvidas.

Outro ponto a ser considerado é que os resultados deste estudo foram baseados na autoavaliação dos participantes em relação à qualidade de vida. Esse método pode estar sujeito a viés de autoimagem, com os participantes possivelmente tendendo a apresentar uma visão mais positiva de sua própria qualidade de vida. Portanto, é importante interpretar os resultados com essa consideração em mente. Além disso, o estudo não abordou outros fatores que podem influenciar a qualidade de vida dos universitários, como eventos de vida significativos, histórico de saúde mental, acesso a recursos específicos da instituição ou apoio social mais detalhado. Esses fatores podem desempenhar um papel importante na experiência dos estudantes e poderiam ter sido explorados mais profundamente.

Por fim, é fundamental destacar que este estudo forneceu uma visão instantânea da qualidade de vida dos universitários, sem uma análise longitudinal ao longo de seus anos de graduação. Uma investigação que acompanhe os participantes ao longo do tempo poderia oferecer insights adicionais sobre como a qualidade de vida pode variar durante a jornada acadêmica.

Essas limitações não diminuem a relevância do estudo, mas enfatizam a necessidade de abordagens mais abrangentes e diversificadas em pesquisas futuras sobre qualidade de vida entre

universitários, bem como a importância de considerar as particularidades de cada contexto acadêmico ao aplicar os resultados deste estudo em outras situações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada da qualidade de vida dos universitários, destacando áreas de atenção e áreas que podem ser fortalecidas. A melhoria da qualidade de vida desses estudantes não apenas impacta positivamente suas vidas individuais, mas também contribui para o desenvolvimento de profissionais mais saudáveis e resilientes, que estarão preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir para a sociedade de maneira significativa. Portanto, é crucial continuar investigando e desenvolvendo estratégias eficazes para promover a qualidade de vida dos universitários.

De acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000), a qualidade de vida emerge como um construto multifatorial que engloba uma variedade de dimensões, tanto no contexto individual quanto no coletivo. Quando relacionada à Promoção da Saúde (PS), essa abordagem visa promover o bem-estar abrangendo aspectos sociais, mentais e espirituais do indivíduo, indo além da mera ausência de patologias. Isso demanda uma equipe multidisciplinar que possa aprimorar a qualidade de vida considerando múltiplos contextos.

Analisando a qualidade de vida dos universitários da área da educação, observou-se uma diminuição significativa no domínio denominado "ambiente". Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade premente de desenvolver estratégias que propiciem um ambiente acadêmico saudável, com vistas a aprimorar a qualidade de vida desses estudantes.

A implementação de tais estratégias se faz imprescindível para melhorar a Promoção da Saúde (PS) dos universitários, visando aperfeiçoar seu bem-estar geral e condições de vida. Isso é crucial tanto para lidar com as desafiantes situações que enfrentam durante sua trajetória acadêmica quanto para prepará-los adequadamente para uma futura vida profissional que promova a qualidade de vida. Portanto, enfatiza-se a importância de conduzir novos estudos relacionados à qualidade de vida dos universitários, não apenas na área da educação, mas também em outras disciplinas. Estudos de metodologia longitudinal que acompanhem a evolução da qualidade de vida dos participantes ao longo de sua jornada acadêmica são particularmente necessários para uma compreensão mais completa e aprofundada dessas questões.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ACHANGWA, Chiara et al. Quality of Life and Associated Factors of International Students in South Korea: A Cross-Sectional Study Using the WHOQOL-BREF Instrument. In: Healthcare. **MDPI,** 2022. p. 1262.

ARSANDAUX, Julie et al. Is self-esteem associated with self-rated health among French college students? A longitudinal epidemiological study: the i-Share cohort. **BMJ open**, v. 9, n. 6, p. e024500, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Brasília, DF: **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2011.**

AZIZ, Yasir et al. Quality of life of students of a private medical college. **Pakistan Journal of Medical Sciences**, v. 36, n. 2, p. 255, 2020.

BARCELLOS, Carolina Milhim et al. Saúde mental e qualidade de vida de universitários. In: Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão. (Org.). Interfaces da saúde mental: parâmetros e desafios. 1ed.Campo Grande: **Atena**, 2020, v. 1, p. 135-144.

BARDAGI, Marucia Patta; BOFF, Raquel de Melo. Autoconceito, auto-eficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 1, p. 41-56, 2010.

COSTA, Deyvison Soares da et al. Symptoms of depression, anxiety and stress in medical students and institutional coping strategies. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 1, 2020.

CHACHAMOVICH, Eduardo; FLECK, Marcelo Pio. Desenvolvimento do WHOQOL- BREF. In: Fleck MP. A avaliação de qualidade de vida. Guia para profissionais de saúde. **Porto Alegre: Artmed**; 2008. p.74-82.

CHOW, Susan Ka Yee et al. Do demographic factors and a health-promoting lifestyle influence the self-rated health of college nursing students?. **BMC nursing**, v. 17, n.1, p. 50, 2018.

CICONELLI, Rozana Mesquita et al. Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF-36 (Brasil SF-36). **Rev bras reumatol**, v. 39, n. 3, p. 143-50, 1999

CLARK, Gordon et al. 'It's everything else you do…': Alumni views on extracurricular activities and employability. **Active Learning in Higher Education**, v. 16, n. 2, p.133-147, 2015.

DEL PRETTE, Zilda AP; DEL PRETTE, Almir. Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático. **Editora Vozes Limitada**, 2018.

FAYERS, P. M.; MACHIN, D. Principles of measurement scales. **Fayers PM, Machin D. Quality of life: assessment, analysis and interpretation. New York: John Wiley**, p. 28-42, 2000.

FLECK, Marcelo et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida" WHOQOL-bref". **Revista de saúde pública**, v. 34, p. 178-183, 2000.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Integrative review: psychological distress among university students and correlated factors. **Ciencia & saude coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1327-1346, 2019.

KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia Garabeli Cavalli; KLUTHCOVSKY, Fábio Aragão. O WHOQOL-bref, um instrumento para avaliar qualidade de vida: uma revisão sistemática. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 31, n. 3, p. 0-0, 2009.

LAU, Hsien-Hsien et al. Impact of participation in extra-curricular activities during college on graduate employability: an empirical study of graduates of Taiwanese business schools. **Educational Studies**, v. 40, n. 1, p. 26-47, 2014.

LÚCIO, Saislany Sheury Rafael et al. Níveis de ansiedade e estresse em estudantes universitários. **Revista Temas em Saúde**, v. 19, p. 260-274, 2019.

NUNES, Mariana Aparecida Pereira Dias. Associação entre qualidade e estilo de vida de discentes da área da saúde em uma universidade promotora da saúde. 2020. 104 p. (**Dissertação Mestrado em Promoção de Saúde**) - Universidade de Franca, Franca, 2020.

OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; SANTOS, Anelise Schaurich dos; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de estudantes universitários sobre a realização de atividades extracurriculares na graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 864-876, 2016.

PEDROSO, Bruno et al. Calculation of scores and descriptive statistics for WHOQOL instruments using Microsoft Excel. **Actividad Física y Ciencias**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2010.

PEREIRA, Anderson Siqueira; DUTRA-THOMÉ, Luciana; KOLLER, Silvia Helena. Habilidades sociales y factores de riesgo y de protección en la adultez emergente. **Psico**, v. 47, n. 4, p. 268-278, 2016.

POWER, Mick et al. Development of the WHOQOL-old module. **Quality of life research**, v. 14, p. 2197-2214, 2005.

SEO, Eun Ji et al. The association between perceived stress and quality of life in university students: the parallel mediating role of depressive symptoms and health- promoting behaviors. **Asian nursing research**, v. 12, n. 3, p. 190-196, 2018.

SUARDIAZ-MURO, María et al. Sueño y rendimiento académico en estudiantes universitarios: revisión sistemática. **Revista de neurologia**, v. 43, n. 53, p. 2-22, 2020.

THIRY, Heather; LAURSEN, Sandra L.; HUNTER, Anne-Barrie. What experiences help students become scientists? A comparative study of research and other sources of personal and professional gains for STEM undergraduates. **The Journal of Higher Education**, v. 82, n. 4, p. 357-388, 2011.

VARGAS, Thaiane Moleta et al. Qualidade de vida em ingressantes e concluintes de diferentes cursos universitários. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, v. 9, n. 1, p. 39-48, 2020.

WARE JR, John E. SF-36 health survey update. Spine, v. 25, n. 24, p. 3130-3139, 2000.

WARE JR, John E.; SHERBOURNE, Cathy Donald. The MOS 36-item short-form health survey (SF-36): I. Conceptual framework and item selection. **Medical care**, p. 473-483, 1992.

WHOQOL GROUP et al. Development of the World Health Organization WHOQOL- BREF quality of life assessment. **Psychological medicine**, v. 28, n. 3, p. 551-558, 1998.

XU, Ying et al. The contribution of lifestyle factors to depressive symptoms: A crosssectional study in Chinese college students. **Psychiatry research**, v. 245, p. 243- 249, 2016.

RACIONALIZAÇÃO DO DIREITO, INSTITUIÇÕES E JUSTIÇA: A FUNÇÃO DOS ESPECIALISTAS NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO JURÍDICO

RATIONALIZATION OF LAW, INSTITUTIONS AND JUSTICE: THE ROLE OF EXPERTS IN THE CONSTRUCTION OF THE LEGAL WORLD

Indicação da área temática: ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

André Luiz Pereira Spinieli
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutorando em Direito
andre.spinieli@unesp.br

Ana Paula Rodrigues Nalin
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Direito
ap.nalin@unesp.br

Resumo

Firmadas na burocracia weberiana, as práticas institucionais desenvolvidas no âmbito jurídico encontram correspondência em um modelo de poder legítimo, associado à dominação legal. Enquanto instrumento voltado à tentativa de organizar o poder e aperfeiçoar a precisão técnica dos especialistas, a racionalização do saber profissional no direito foi responsável pela construção de uma crise no sistema de justiça – que leva em consideração as possibilidades do direito influenciar a política, assumir uma identidade profissional adequada e responder satisfatoriamente às demandas sociais. Objetivamos analisar os processos de racionalização das instituições jurídicas e de seus profissionais, a fim de identificar a existência de uma crise no sistema de justiça e localizar alternativas à sua superação. Metodologicamente, recorremos à abordagem bibliográfica, com suporte teórico nas contribuições da sociologia jurídica weberiana e das críticas apresentadas por Maria da Glória Bonelli e José Eduardo Faria sobre a ideologia profissional dos juristas brasileiros. O fenômeno da racionalização, ao mesmo tempo em que fundamenta as profissões jurídicas, também vulnera as instituições a ponto de ser preciso reformular suas identidades profissionais.

Palavras-chave: Racionalização, Profissionalismo, Poder Judiciário.

Abstract

Established in Weberian bureaucracy, institutional practices developed in the legal sphere find their correspondence in a model of legitimate power, associated with legal domination. As an instrument aimed at trying to organize power and improve the technical precision of specialists, the rationalization of professional knowledge in law was responsible for the construction of a crisis in the justice system – which takes into account the possibilities of law influencing politics, assuming a adequate professional identity and respond satisfactorily to social demands. We aim to analyze the rationalization processes of legal institutions and their professionals, in order to identify the existence of a crisis in the justice system and locate alternatives to overcome it. Methodologically, we resorted to a bibliographical approach, with theoretical support in the contributions of Weberian legal sociology and the criticisms presented by Maria da Glória Bonelli and José Eduardo Faria on the professional ideology of Brazilian jurists. The phenomenon of rationalization, at the same time as it underpins the legal professions, also violates institutions to the point where it is necessary to reformulate their professional identities.

Keywords: Rationalization, Professionalism, Judiciary.

1 INTRODUÇÃO

As investigações contemporâneas em Ciências Sociais têm demonstrado o funcionamento das instituições e os perfis dos profissionais da área jurídica no Brasil, indicando como interagem com o profissionalismo, o livre-mercado e a burocracia weberiana, aproximando-se ou distanciando-se de uma "ideologia profissional" (BONELLI, 2002, p. 82-93). Historicamente, a formação de bacharéis juristas no Brasil representou uma estratégia de legitimação das elites políticas, não havendo dissociação entre carreiras jurídicas e atividade política. No "mundo do direito", a ideologia profissional é uma forma de influenciar a política sem fazer contendores (BONELLI, 2002, p. 93). As prerrogativas funcionais reconhecidas pela Constituição Federal de 1988 permitiram que juízes e promotores alcançassem evidência, fazendo com que Judiciário e MP estejam presentes na vida econômica e possam influenciar a política (FARIA, 2004, p. 103-125). A crise do sistema de justiça se traduz na ineficiência com que as funções são exercidas – seja na resolução de conflitos, no exercício do controle social ou na expansão das expectativas sociais no direito.

A racionalização das instituições jurídicas produziu a despersonalização das relações sociais, o refinamento das técnicas de cálculo, o conhecimento especializado e o controle racional de processos naturais e sociais (KRONMAN, 2009, p. 25-27). O direito é um "tipo ideal". As práticas institucionais revelam que o agir humano encontra base no poder legítimo, firmado na dominação legal. O saber profissional no direito representa o caráter racional da burocracia, indispensável à dominação. A racionalização do direito fomenta o capitalismo. Seus agentes são atores racionais que objetivam maximizar recursos escassos, neutralizar riscos e obedecer à dinâmica do mercado. As instituições jurídicas foram afetadas: são estruturas que atuam dentro de limites precisos, sob leis incompatíveis com a multiplicidade de horizontes decisórios, sem reciclar o conhecimento dos membros e concebidas para aplicar o direito positivo. O monopólio do sistema de justiça é desafiado pela expansão das ordens normativas e práticas jurídicas que modificaram a "jurisdição", impondo a redefinição de seus espaços de atuação e identidades profissionais adequadas à realidade brasileira.

A partir desse ponto de vista, a proposta deste ensaio é analisar os processos de racionalização das instituições jurídicas e de seus profissionais, tendo como pressuposto central as contribuições e críticas apresentadas pela sociologia weberiana a respeito do direito. Além disso, buscamos avançar sobre as alternativas de reformulação do papel dos atores pertencentes ao "sistema de justiça", a fim de estruturar um novo modelo brasileiro de jurisdição. Em termos metodológicos, empregamos a abordagem bibliográfica, de modo que recorremos fundamentalmente à sociologia jurídica weberiana, consubstanciada neste trabalho a partir das reflexões de Anthony Kronman (2009) sobre o pensamento sociológico de Max Weber. Ainda, utilizamos as contribuições de José Eduardo Faria (2004) como base para a análise crítica das instituições jurídicas nacionais e, principalmente, de seus especialistas, buscando uma nova metodologia para (re) construir o Poder Judiciário no país. No primeiro tópico, discutimos os sentidos do profissionalismo e das carreiras jurídicas, tendo como fundamento a leitura das Ciências Sociais sobre o tema. No segundo, abordamos as bases da sociologia jurídica weberiana, assim como os princípios e efeitos da racionalização do direito. No terceiro, apresentamos a crítica de José Eduardo Faria, a fim de identificar alternativas à situação contemporânea do "sistema de justiça" brasileiro.

2 PROFISSIONALISMO E CARREIRAS JURÍDICAS: ATORES, SISTEMA DE JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES

Pesquisas recentes na área de Ciências Sociais têm buscado demonstrar o funcionamento das instituições e os perfis dos profissionais da área jurídica no Brasil. A proposta central dessas investigações é indicar com as carreiras de advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia interagem com os modelos do profissionalismo, do livre-mercado e da burocracia weberiana, aproximando-se ou distanciando-se de uma "ideologia profissional". Ao contrário dos modelos de livre-mercado, firmado nas relações entre classes, e da burocracia, baseado na hierarquia e obediência, a ética profissional acentuou o compromisso do jurista com a exclusividade no exercício de determinada atividade e a condição de autonomia para exercê-la (BONELLI, 2002, p. 82-84). Historicamente, a formação de bacharéis na área jurídica representava uma estratégia para a legitimação das elites políticas, não havendo dissociação entre as carreiras jurídicas e a atividade política. Os graus de vulnerabilidade das instituições às pressões políticas são

suficientes para formatar o nível de profissionalismo, que funciona como uma defesa às ameaças provenientes das incertezas do mercado e das vicissitudes políticas (BONELLI, 2002, p. 85-89).

Nesse sentido, as reflexões apresentadas pela autora se concentram na dinâmica institucional brasileira, tendo como enfoque as carreiras e profissionais que atuam diretamente na formatação do "sistema de justiça". Na "advocacia", a ideologia profissional foi importante para enfrentar a lógica de mercado e a polícia convencional. Enquanto o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) foi uma associação formada por uma elite portadora da excelência profissional, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) assumiu a reunião de uma grande massa de profissionais, mantendo-se como instrumento para a opinião pública durante o processo brasileiro de redemocratização. Na "magistratura", o profissionalismo suplantou a burocracia e desenvolveu um modelo de profissional que privilegia o conhecimento técnico e o domínio da jurisprudência sem abrir mão da influência à política (BONELLI, 2002, p. 92-93). A habilidade profissional da magistratura foi distinguir-se dos interesses particulares que caracterizavam a política cotidiana, construindo um ideário voltado ao conhecimento especializado e aos valores reconhecidos como universais no "mundo do direito" (BONELLI, 2002, p. 93).

No "Ministério Público", houve instantes de transformações na composição social e no ideário dos membros da instituição em relação à conquista de valores profissionais aproximados dos magistrados – com o predomínio de uma ideologia profissional que se distancia da política e questiona a imagem da profissão como antipolítica. Hoje, a instituição valoriza os efeitos políticos de suas funções e, em razão disso, apresenta seus membros como "agentes intocáveis" no combate à corrupção e na defesa dos interesses das minorias sociais (BONELLI, 2002, p. 94-96). Quanto aos "delegados de polícia", houve um processo de deslegitimação frente às demais carreiras jurídicas. Além disso, a própria população associou a imagem do profissional à corrupção e incompetência policial. Diferente de outras carreiras jurídicas, os membros da Polícia Civil procuraram se resguardar dos efeitos nocivos da ideologia profissional por meio da construção de uma política própria, de modo que a perda de prestígio social, a politização do cargo, o controle governamental sobre a instituição e a baixa identificação com o conhecimento atuaram como impedimentos à profissionalização e favoreceram a política convencional – por ser uma carreira de menor *status* social e com menor poder aquisitivo.

3 RACIONALIZAÇÃO JURÍDICA E CAPITALISMO: A SOCIOLOGIA DO DIREITO EM MAX WEBER

A sociologia weberiana tem como ponto de partida a análise sobre os modelos de racionalidade e os processos de racionalização na esfera da vida econômica, jurídica, administrativa e ético-religiosa. A racionalização crescente não representou o progresso do bem-estar da humanidade, mas, ao contrário, produziu a despersonalização das relações sociais, o refinamento das técnicas de cálculo, o aumento da importância social do conhecimento especializado e a extensão do controle tecnicamente racional de processos naturais e sociais. A crítica weberiana rompe com a promessa otimista do humanismo, afirmando que a racionalização obstaculiza os homens à condução de uma existência autônoma e dotada de significado. A teoria política weberiana está diretamente relacionada à sua concepção de direito, embora sua sociologia tenha sido classificada como "positivista", por afirmar a impossibilidade de estabelecer objetivamente quais são os valores últimos escolhidos pelos indivíduos (KRONMAN, 2009, p. 25).

O crescimento da burocracia ameaça a liberdade individual, embora a racionalização também propicie um conhecimento científico sobre o homem na mesma medida que a natureza permite a emergência de uma nova estrutura de consciência, distinta da religiosa. Em um mundo órfão de categorias absolutas, a ética da responsabilidade e o direito se tornam os únicos modelos, nos âmbitos moral e jurídico, com condições de fornecer ao homem modelos de comportamento adequados às condições impostas pela realidade. A abordagem jurídica weberiana se inicia pela obra "Economia e Sociedade", na qual busca elaborar uma organização dos fenômenos jurídicos à luz da sociologia (KRONMAN, 2009, p. 25-27). Na sociologia jurídica, Weber contrasta o estudo do direito sob o ponto de vista sociológico com dois outros modos de refletir sobre as regras: o moralista (avalia a qualidade moral das normas jurídicas) e o dogmático (utiliza normas como parâmetro de avaliação de determinada conduta).

Os estudos weberianos sobre as instituições jurídicas buscavam identificar características peculiares aos sistemas jurídicos ocidentais que favoreceram o avanço do capitalismo. A

racionalização do direito e da administração burocrática são condições para o desenvolvimento do capitalismo. O sociólogo se interessa pela maneira como os integrantes de uma sociedade enxergam as normas jurídicas e moldam suas condutas de acordo com elas – produzindo uma ciência empírica preocupada com fatos, e não valores. Para Weber, a obediência a alguém decorre não de direito próprio, mas de uma regra estabelecida, que institui simultaneamente a quem e em que medida se deve obedecer. Ao emitir uma ordem, quem ordena também obedece à regra, uma norma formalmente abstrata. A sociologia de Weber concebe o direito como "tipo ideal", de modo que as finalidades centrais de sua abordagem são desvendar os diferentes elementos que compõem as práticas institucionais e indicar que o agir humano encontra correspondência no tipo de poder legítimo firmado na dominação legal, em razão de um estatuto – distinto, portanto, dos tipos de poder tradicional ou carismático (Kronman, 2009, p. 27-28).

A administração burocrática exercida por meio do direito é o modo mais puro de dominação legal. O objetivo central da burocracia é a gestão do poder, que pode ser mais racional quando mediada por um tipo de administração burocrática pura, que ressalta os aspectos da precisão, da disciplina, da continuidade, da calculabilidade, do aperfeiçoamento técnico e da eficácia. Para Weber, a instrumentalidade do agir racional diz respeito à função da força política do Estado moderno desenvolvido no Ocidente. Enquanto produto histórico do desenvolvimento da racionalidade estatal, a burocracia é inevitável. A indispensabilidade da administração burocrática na modernidade se funda em sua racionalidade, cuja eficiência quase mecânica permite um alto grau de previsibilidade. O "saber profissional especializado" representa o caráter racional da burocracia, indispensável para o exercício da dominação. As sociedades modernas dependem dos mesmos resultados técnicos que apenas a organização burocrática pode proporcionar com eficiência (KRONMAN, 2009, p. 62).

Assim, a sociologia jurídica weberiana formula uma questão fundamental para a compreensão das interlocuções entre burocracia e racionalização: quem domina o aparato burocrático existente? Enquanto instrumento técnico eficaz, a burocracia tende a manter suas características determinantes mesmo após revoluções. Embora o aparato administrativo-burocrático decorra da calculabilidade, da eficiência, da previsibilidade, da objetividade e da desumanidade, esse tipo de organização é a que melhor satisfaz as exigências do capitalismo moderno. Ele permite maior previsibilidade e igualdade formal diante das normas abstratas de direito. Para Weber, burocracia e racionalidade-formal coincidem na esfera política, de modo que a organização burocrática é útil à conservação estatal do monopólio da força legítima e sua tentativa de eliminar qualquer poder autônomo em relação a ele. Nesse sentido, o Estado, fundado no direito racional e na burocracia profissional, permite que o capitalismo moderno se desenvolva plenamente.

4 DIREITO, RACIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALISMO: NOTAS PARA UMA CRÍTICA À CRISE DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

A história contemporânea do Brasil demonstra que juízes e promotores alcançaram enorme evidência em razão das prerrogativas concedidas pela Constituição Federal de 1988, fazendo com que ambas as instituições se façam presente na vida econômica e influenciem as agendas políticas domésticas (FARIA, 2004, p. 103-125). No entanto, é válido questionar se a independência funcional conquistada pelo Ministério Público pertence à instituição ou a cada membro separadamente. No mesmo sentido, deve-se perguntar como o Poder Judiciário é capaz de tutelar o direito à última palavra sendo uma instituição que controla, quase totalmente, o acesso dos integrantes aos seus quadros. Realizar essas inquirições representaria perguntar acerca da legitimidade de ambas as instituições sobre o exercício da eficiência administrativa, da transparência decisória e do equilíbrio das finanças públicas (FARIA, 2004, p. 103-125). Essas questões ganharam relevância na medida em que o Ministério Público deram início a atividades ilegais com o objetivo de formular denúncias criminais contra sujeitos do alto escalão da política e o Poder Judiciário se opôs às reformas estruturais – especialmente a previdenciária e a revogação dos direitos advindos do funcionalismo público.

Frente à opinião pública, a imagem de ambas as instituições é vista com receio. Enquanto o Poder Judiciário é classificado como moroso e inepto prestador de serviços públicos, o Executivo encara o orçamento geral como um aparato insensível ao equilíbrio das finanças públicas e suas crescentes despesas de custeio que comprometeram as políticas de ajuste fiscal. Por outro lado, a opinião pública considera o Ministério Público e o Poder Judiciário como instâncias acusadas de exorbitar em suas prerrogativas e interferir, até mesmo, no processo legislativo – denotando um

sentido de judicialização da vida administrativa e econômica (FARIA, 2004, p. 103-125). Assim, a crise do sistema de justiça brasileiro é traduzida pela ineficiência com que os poderes desempenham suas funções básicas, que são estruturadas em três vertentes: a instrumental, pela qual o Ministério Público e o Poder Judiciário são enxergados como *locus* para a resolução de conflitos; a política, uma vez que ambas as instituições exercem um papel decisivo como mecanismos de controle social, fazendo cumprir direitos e obrigações, além de reforçar as estruturas vigentes de poder e a integração da sociedade; e a simbólica, que decorre da disseminação da equidade e justiça na vida social, socializando as expectativas dos atores individuais e coletivos na interpretação do direito e na conquista da legitimidade na vida política (FARIA, 2004, p. 103-125).

A ineficiência material do sistema de justiça em relação às suas funções é advinda também da incompatibilidade estrutural entre a arquitetura do Ministério Público e do Poder Judiciário e a realidade socioeconômica sobre a qual têm que atuar. Sob o viés "histórico", a instituição judiciária foi organizada como um sistema burocrático de procedimentos escritos e cuja intervenção dependia da violação de um direito substantivo (FARIA, 2004, p. 103-125). Por outro lado, a partir do olhar "funcional", o Poder Judiciário foi concebido para exercer as funções instrumentais, políticas e simbólicas em uma sociedade concebida como estável e marcada por níveis equitativos de distribuição de renda. O modelo ideal de sistema de justiça é incompatível com a realidade brasileira, pois nega a existência de situações de miserabilidade que rejeitam a igualdade formal, além de impedir o acesso de parcelas significativas da população à justiça e comprometer a efetividade dos direitos fundamentais – visível por meio do aumento do desemprego, da violência, da criminalidade urbana e dos desafios à democracia.

Os movimentos sociais que emergiram nas últimas décadas tiveram como propósito ampliar o acesso dos segmentos marginalizados da população às instâncias do Ministério Público e do Poder Judiciário, graças ao reconhecimento constitucional de novos direitos, como a moradia. Como resultados, há tanto a transformação do sistema de justiça em uma empresa marcada pela necessidade de resultados cada vez mais bem calculados e eficientes quanto à impossibilidade de conduzir processos a uma solução definitiva e coerente em relação a outras ações idênticas, em prazos razoáveis, sem que isso signifique a transformação dos atores do sistema de justiça em "Sísifos", cujo trabalho é inútil, interminável e repetitivo (FARIA, 2004, p. 103-125). Esse cenário contribui para que o Ministério Público e o Poder Judiciário sejam indigentes na produção de respostas aos problemas apresentados à população, tornando-se instituições inócuas e fragilizadas.

A crise do sistema de justiça é evidenciada pela crescente dificuldade para expedir sentenças coerentes, previsíveis e oportunas, assegurando obediência às leis e dando aos atores sociais o ambiente, as condições e os estímulos exatos para a tomada de decisões racionais. O Poder Judiciário não pode deixar sem resposta os casos que lhe são submetidos, independente de sua complexidade técnica e de suas implicações econômicas, políticas e sociais. Com isso, parcela da corporação judicial passou a pressionar os diferentes setores da Administração Pública com o objetivo de criar condições necessárias para a implementação de direitos socioeconômicos previstos na Constituição Federal de 1988. O resultado foi que, diante da desídia de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em face das consequências macroeconômicas de suas decisões e do desconhecimento legal dos economistas, passaram a ganhar espaço as propostas de criação do controle externo sobre o Poder Judiciário e a ampliação do número de instrumentos processuais para a proteção antecipada do Executivo contra ações que o cidadão possam ajuizar contra suas decisões.

A dificuldade de distinção entre os sistemas político, econômico e judicial fundamenta uma questão fundamental no conflito de interesses entre o Executivo, o Legislativo e o sistema de justiça brasileiro. A expansão da esfera de atuação dos tribunais, a ponto de levá-los a assumir funções políticas, bloqueando iniciativas do Executivo ou contrapondo-se ao Legislativo, apenas foi possível em razão da consagração de um extenso elenco de direitos e garantias para o Poder Judiciário e o Ministério Público. O problema é que essa dinâmica pode contribuir para uma superposição das esferas e lógicas decisórias, além da erosão dos valores inerentes a cada poder estatal e da sobrecarga no "policy-making" do país (FARIA, 2004, p. 103-125). Na medida em que não há diferenciação entre os sistemas judicial, administrativo, político e econômico, seus efeitos podem atingir a vitalidade do regime democrático e o próprio desenvolvimento econômico brasileiro. São dois motivos: em primeiro, ser um dos papéis da democracia a manutenção das possibilidades de escolha e alternativas de decisão; em segundo, ordens jurídicas imprecisas e contraditórias geram custos adicionais transferidos por meio das taxas de risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio objetivou investigar os processos de racionalização das instituições jurídicas e de seus profissionais, observando como a sociologia weberiana, ao desenvolver os conceitos de "burocracia" e "dominação" nas Ciências Sociais, introduz o mundo jurídico no núcleo de uma crítica que leva em consideração a existência de uma crise do sistema de justiça e dos sentidos da jurisdição nacional. Identificamos que, assim como em outras profissões, os especialistas do direito se orientam de acordo com uma ideologia profissional, que se afirmou como um instrumento capaz de influenciar os caminhos da política nacional sem que os membros das carreiras jurídicas estivessem efetivamente integrados nesse sistema (BONELLI, 2002, p. 93). Se, por um lado, a racionalização do direito provocou o redimensionamento das instâncias judiciais para assumir uma postura burocrática e firmada na intromissão indireta na política, por outro, esse fenômeno indicou a necessidade de uma crise do sistema de justiça, que não mais consegue responder satisfatoriamente às demandas individuais e coletivas decorrentes da sociedade civil (FARIA, 2004, p. 103-125).

No regime capitalista, os agentes econômicos e políticos são atores racionais, cujo objetivo é maximizar recursos escassos, neutralizar riscos e minimizar gastos com informações, negações e execuções de contatos, de modo que a dinâmica do mercado exige decisões objetivas. O Poder Judiciário e o Ministério Público, por exemplo, foram afetados pelas lógicas da racionalização e da burocracia: são estruturas organizadas para atuar dentro de limites territoriais precisos, sob leis processuais com prazos incompatíveis com a multiplicidade de valores e horizontes decisórios exigidos, sem possibilidade de reciclar o conhecimento de seus integrantes e concebidos com a prerrogativa exclusiva de aplicar o direito positivo, livre de antinomias ou lacunas. Com isso, o monopólio do sistema de justiça é constante mente desafiado pela expansão das ordens normativas e práticas jurídicas que modificaram severamente o conceito de jurisdição, além de negar a intervenção e burocracia estatal (FARIA, 2004, p. 103-125). Essa dimensão impõe que o sistema de justiça redefina seus espaços de atuação e forje uma identidade profissional mais precisa.

REFERÊNCIAS

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e política no mundo do direito**. São Carlos: Editora Universitária UFSCar, 2002.

FARIA, José Eduardo. O sistema brasileiro de justiça: experiência recente e futuros desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 103-125, 2004.

KRONMAN, Anthony. **Max Weber**. São Paulo: Elsevier, 2009.

REPENSAR O CONSTITUCIONALISMO, NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: BASES DO COSMOPOLITISMO INSURGENTE E DO PLURALISMO ABRANGENTE

RETHINKING CONSTITUTIONALISM IN THE ERA OF GLOBALIZATION: BASIS OF INSURGENT COSMOPOLITISM AND COMPREHENSIVE PLURALISM

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

SANTOS, Rafael Araujo
mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Ciências humanas e Sociais – UNESP/Franca
E-mail: rafael-araujo.santos@unesp.br

BRITO, Emanuele Seicenti
Pós-doutoranda. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
E-mail: emanuele600@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem com desiderato repensar brevemente as influências econômicas e jurídicas que vetorizaram a hegemonia ideológica do contratualismo existente na formação histórica da institucionalidade dos Estados-Nação. Essa perquirição se realiza por uma retomada teórica da soberania do estado, seu espraiamento econômico e a relação centro-periférica que se formatou. Neste condão, buscar-se-á entrelaçar essas perspectivas, realizando uma sucinta incursão na Teoria do Estado hegemônica e suas funções de governo, contrastando o papel discursivo, material e histórico que lhes é atribuído no cerne da teoria critica; entregando, sem a pretensão de exaurir o tema, uma visão panorâmica das correlações perceptíveis relativas a democracias locais e suas políticas de Estado através do cosmopolitismo insurgente, da cooriginariedade habermasiana e dos padrões de reconhecimento democrático e plural do constitucionalismo global.

Palavras-chave: Constitucionalismo, globalização, democracia.

Abstract

The purpose of this article is to briefly rethink the economic and legal influences that vectorized the ideological hegemony of existing contractualism in the historical formation of the institutionality of nation-states. This inquiry is carried out by a theoretical resumption of state sovereignty, its economic spread and the center-periphery relationship that was formatted. In this regard, we will seek to intertwine these perspectives, carrying out a brief incursion into the hegemonic State Theory and its functions of government, contrasting the discursive, material and historical role attributed to them at the core of critical theory; delivering, without intending to exhaust the theme, a panoramic view of the perceptible correlations related to local democracies and their State policies through insurgent cosmopolitanism, Habermasian co-originarity and the patterns of democratic and plural recognition of global constitutionalism..

Keywords: Constitutionalism, globalization, democracy.

1 INTRODUÇÃO

Enquanto o fundamento do Estado-Nação se desestabiliza no percurso do processo de globalização, relegando aos atores jurídico-institucionais uma pluralidade de regimes (ROSENFELD, 2018 p. 1174), vislumbramos, simultaneamente, o esvaziamento da democracia e do constitucionalismo ante os sintomas oriundos desse próprio desenvolvimento capitalista da sociedade; o quadro sintomático norteia um desordenado crescimento da desigualdade de renda e

riqueza, o florescimento de movimentos identitários e o enfraquecimento das categorias de legitimação tradicionais (GASPARDO, 2021, p. 58).

Os ordenamentos jurídicos nacionais são, portanto, subjugados por dois caminhos oriundos da globalização, "a) disfuncionalidade de ordenamentos normativos internos solapados por outros sistemas jurídicos; e paralelamente b) a regulamentação jurídica sujeita às regras da lex marcatoria não fulcrada em um Estado1" (ROSENFELD, 2018, p. 1.174).

Neste contexto, o sistema constitucional moderno, sem qualquer anteparo teórico que possibilite um futuro previsível, já não parece instrumento adequado à consecução administrativa de problemas "sem passaporte" (CONTIPELLI, 2018, p. 282); tendo em vista que, tal modelo de gestão da sociabilidade, requer a solução simultânea de problemas internos de distribuição, participação e reconhecimento democrático, bem como, problemas de escala global, como as mudanças climáticas, os movimentos migratórios e a revolução informacional tecnológica (GASPARDO, 2021).

Defronte a todo o contexto, portanto, a hipótese desse artigo exsurge do exercício de investigação dos tipos de articulação entre convergência e divergência constitucional, para alicerçar o Estado de direito em face de ordenamentos jurídicos cosmopolitas, sem, ao mesmo tempo, abalar a unidade jurídica operante dos entes nacionais.

Para tanto, este breve artigo além de apresentar a crise do contratualismo contemporâneo (SANTOS, 1998) acossado pela globalização hegemônica, visa também observar a hipótese do cosmopolitismo pelo viés democrático enquanto passarela contrafactual para o constitucionalismo global na era do pluralismo jurídico e ideológico (ROSENFELD, 2018).

Nada obstante, o método de análise das questões acima expostas, roga uma Teoria do Estado que no exercício de compreensão do seu objeto "tem como exigência a busca da produção de um conhecimento realista sobre o Estado, não baseado em categorias idealizadas, e que considere as especificidades histórico-políticas" (GASPARDO, 2021, p. 940); critério norteador que impõe a visualização das coisas como estão e como poderiam (ou deveriam) ser, escapando de uma ação cega e esvaziada; entendendo o mundo a partir do que ele traz potencialmente, mas que, por sua estrutura, não se realiza na prática.

Ou seja, assume-se aqui a perspectiva da teoria crítica que, em linhas gerais, pressupõe o descabimento de qualquer "teoria se limitar a dizer como as coisas funcionam, mas sim analisar o funcionamento concreto das coisas à luz de uma emancipação ao mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas relações sociais vigentes" (NOBRE, 2018, p. 15).

2 REFERENCIAL TEÓRICO: O contratualismo e suas reminiscências ideológicas nos padrões de sociabilidade: sociedade racionalizada, imperialismo e globalização.

A primazia do direito, caracterizado por sua técnica hegemônica na conformação do modo de sociabilidade, é observável em reminiscências sociais, políticas e econômicas oriundas do paradigma teórico do contratualismo.

Historicamente, observando a evolução dos pactos constitucionais e o desenvolvimento das teorias políticas modernas sob o fundamento do iluminismo burguês (KOSELLECK, 1999), sabe-se que "o Estado liberal assumiu o monopólio da criação e da adjudicação do direito" (SANTOS, 2003, p. 4), no entanto, o ponto nevrálgico da tensão entre "mundo mítico" e "mundo racional" é muito bem sintetizado por Koselleck (1999, p. 19) que afirma:

> O Estado moderno estabeleceu-se em duas fases distintas e em virtude de soluções espacialmente distintas para as lutas religiosas. Sua política foi o tema do século XVII, e seus caminhos traçam a história do Absolutismo. O período seguinte, embora se caracterize pelo mesmo poder estatal, recebeu outro nome: Iluminismo. O movimento iluminista desenvolveu-se a partir do Absolutismo, no início como sua consequência interna, em seguida como sua contraparte dialética e como o inimigo que preparou sua decadência.

Pela marcha do pensamento político-filosófico, assim como afirma Habermas (2001, p. 77-78), "a concepção de uma sociedade, que atua sobre si mesma com a vontade e a consciência dos seus cidadãos reunidos democraticamente", consolidou-se por meio do "teor contrafactual da autonomia republicana conceituada por Kant e Rousseau" que em seu transcurso "[...] encontrou o seu "assento" nas sociedades constituídas com base no Estado Nacional".

No cerne dessa implicação de polos está a construção do contrato social, que, em linhas gerais, para Boaventura de Souza Santos (1998, p. 2) "é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental".

A urgência dessa racionalidade justificava-se pela derrocada da sociedade tradicional que, por sua vez, permanecia presa as justificações metafisicas e estáticas, conspicuamente autocentradas no imutável poder absolutista e seu fundamento de poder da "destinação dívida" (MASCARO, 2012).

Fato é que, as sociedades arcaicas ou tradicionais impediam - desta maneira - o "desacoplamento categorial entre natureza e cultura"; apanágio requerido pelos auspícios da economia capitalista rudimentar, onde, sabe-se que, com o alvorecer da revolução industrial, a ascensão da burguesia e à bancarrota da nobreza, requereu-se a execução de um fundamento de legitimação que não o da tradição sagrada e incontestável, mas sim o espraiamento de um zênite de sociabilidade calcado no "pacto social" (NOBRE, 2008, p. 17), em verdade um acordo entre proprietários por um entrelaçamento de justificações, que nas Palavras de Rainer Forst (2019, p. 134) subverteu a ordem:

> [...] quando os *levellers*, na época da guerra civil inglesa, exigiram um direito inato à liberdade religiosa e política, pensavam em seus direitos como cidadãos ingleses livres e em seus direitos "naturais"; quando, além disso, reinterpretaram em termos civis o contrato social de dominação como um contrato de trabalho revogável, quando reivindicaram a propriedade de si mesmos como vontade divina, eles combinaram argumentos tradicionais, revolucionários, religiosos e do direito racional, e formaram uma nova narrativa a partir do entrelaçamento das justificações existentes, que foi considerada suficientemente poderosa para legitimar a subversão de uma ordem de dominação.

A partir de então, os pactos sociais positivados adquiriram a natureza de certidão de nascimento dos Estados-Nação, fundamentando-se nas seguintes razões: a) consagração da base territorial como condição de existência do Estado e a divisão da Europa em Estados independentes; e, não menos importante, a b) regra da territorialidade do Direito, que resultou no reconhecimento da soberania do poder político secular em âmbito nacional com seus atributos de inalienabilidade e incondicionalidade (DALLARI, 2012, p. 92).

Portanto, grosso modo, defronte a "Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica, [...] o Renascimento, nos seus tempos iniciais, o Absolutismo, que se forma a partir do século XVI, e o iluminismo, que tem seu início no século XVII e seu esplendor no século XVIII" (MASCARO, 2012, p. 126-127), podemos perceber, pelo amplo panorama da evolução da teoria contratualista, bem como, pela Teoria do Estado, a formação da institucionalidade racional e seus predicados, pois:

> "[…] No início da tradição moderna, temos Hobbes tratando da estrutura da soberania e o desafio absolutista ao *„rule of law'*. Há John Locke com sua paradoxal combinação entre supremacia legislativa e limitação legislativa e suas perspectivas de separação de poderes. Nós temos Rousseau com as diferenças entre a produção democrática do direito e o governo democrático, e seu repúdio à representação, pelo menos quando considera a primeira dessas funções. E, em oposição a Rousseau, temos Madison, claro, sobre as maneiras pelas quais uma república popular pode se estabelecer em um país de grande extensão sem ficar preso nas armadilhas da democracia direta" (WALDRON, 2013, p. 21-22)

Dentro deste panorama, cabe sublinhar que o Estado pressionado pela necessidade de crescimento econômico e, simultaneamente, confrontado com as demandas culturais e populares presentes nos territórios, exigiu da técnica jurídica liberal o caminho contrário de sua gênese, isto é, o campo epistêmico do direito deveria perder sua justificação "entrelaçada", manipulando o "campo paradigmático" tradicional do ideal contratualista, ao adotar um método de pensamento com forte tendencia à uma homogeneização (GASPARDO, 2015). O influente postulado - preponderante no ocidente - de autonomização da razão, encampado por juristas (MASCARO, 2012, p. 339): viabilizou a "distinção entre o fenômeno jurídico e a ciência do direito"; concebendo aos desígnios capitalistas,

paulatinamente, a substituição da tensão oriunda "do problema da legitimidade e o da finalidade do direito" para a tecitura dos interesses mercadológicos como padrão de justiça universal e abstrato (MACHADO, 2003).

O contratualismo hegemônico se solidificou assim pelo vetor da institucionalidade; doravante, edificando-se por um aspecto técnico das funções jurídicas do Estado Moderno em atividades específicas, coordenadas e teleológicas (SERRANO, BONFIM, S. SERRANO, 2020), norteadas pelo sonho liberal de uma "ordem global de fluxo e acumulação de capital livres", através de "nações organizadas pela moralidade tradicional e pelo mercado e de Estados orientados quase exclusivamente para esse projeto" (BROWN, 2019, p. 100).

O direito ínsito ao contratualismo, por esse viés, abalizou-se por sua peculiaridade estruturante, no qual: "a igualdade (perante a lei) e a universalidade das formas jurídicas, arrematadas na sujeição de todos ao domínio da lei (legalidade)" exprimia a arquitetura geral - ainda hoje vigente - das relações do modo de produção capitalista (GRAU, 2007, p. 117); tratando a igualdade entre os homens como mero instrumento de conservação das classes sociais e "acesso dos trabalhadores ao fundo social de bens produzidos "livremente", em "condições de igualdade", intercambiando e refletindo na força de trabalho a, perfunctória, "universalidade da troca mercantil" ao garantir a manutenção das relações de produção pela legalidade instrumentada, em prol da "defesa de cada indivíduo titular de propriedade contra a ação dos não proprietários" (GRAU, 2007, p. 117)

Notadamente, a partir de tal imposição pública e subjetiva dos critérios jurídicos hegemônicos do modelo capitalista, os Estados do norte global assumiram "o compromisso consagrado constitucionalmente a uma economia de mercado" vinculando "os atores estatais de forma consistente e ao longo do tempo" (BROWN, 2019, p. 96); situação que, por consequência contrafactual à própria utopia liberal, destinou sob a formação de qualquer Estado "atado às exigências de mercados" à divorciar-se initerruptamente da democracia e "[..] da soberania popular" (BROWN, 2019, p. 100), encabrestando a emancipação do cidadão pela ideologia capitalista defronte a redução da teoria jurídica ao mero formalismo, que, ao seu passo, conforma o método tradicional de interpretação e aplicação do direito como um "campo paradigmático que aprisiona o pensamento [...] e estabelece limites para seu avanço" (MACHADO, 2003, p. 15).

Isto posto, sobre a técnica normativa e institucional, a economia monetizada mercantil - reciclada pelo Estado burguês – deu, de certa forma, continuidade deletéria ao "espírito da cruzada" (RUBIO, 2008) presente nas sociedades tradicionais, contudo fulcrada não mais no ideal de expansão do absolutismo cristão, mas sim em uma ética vetorizada para a expansão do paradigma da acumulação de riquezas, derivada da política unilateral do contratualismo iluminista, no qual "levanta-se uma cruzada contra o inimigo da ordem, da harmonia e do progresso burguês", propagando que "os que não se submetem à lei do mercado geram o caos e desordem, indo contra a natureza" (RUBIO, 2008, p. 3); ou seja, cuidou-se de uma ética vinculada ao imperialismo que implementava, justamente por domínio e imposição entre economias de trocas mercadológicas, estados condenados ao julgo da "dependência permanente" (FERNANDEZ, 2019, p. 82).

Consolidou-se, dessarte, "a estrutura totalizadora de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos deveriam se ajustar e assim provar sua "viabilidade produtiva" (MESZAROS, 2011, p. 96), pois, no exercício do poder de gestão do modo social de trabalho exsurge a "racionalidade de redução de toda a realidade ao mercado" (RUBIO, 2008, p. 5).

Entrementes, o direito moderno - discorre Habermas - ajudou não só na estruturação e perpetuação dessa racionalidade instrumental, mas favoreceu, igualmente, o amortecimento de contradições desse modelo civilizatório transnacional, porque em seu movimento contraditório neutralizou "os potenciais de conflito e de dissenso sob a forma de uma ação orientada para o êxito" (NOBRE, 2008, p. 20). Em suma, o contrato social, como qualquer outra pactuação moral e deontológica, ao se subsumir na órbita da técnica jurídica, funcionou como instrumento de subjugação das relações sociais por sua arquitetura de convencionalidade, legalismo, formalismo e generalidade (HABERMAS, 1997) ; protegendo, geralmente, prerrogativas individuais que, em uma analítica formal - orientada única e exclusivamente por um agir finalístico de produção e reprodução do modo de sociabilidade hegemônico do contrato social -, assentou-se em "critérios de inclusão que, portanto, são também critérios de exclusão" (SANTOS, 1998, p. 2).

Ocorre que, o contínuo enfraquecimento das prerrogativas cidadãs e a obliteração da contestação democrática em detrimento do modo de agir teleológico da racionalidade econômica, pavimentou - pelo horizonte histórico do século XX - o alvorecer de ideologias e Estados autoritários (HABERMAS, 2001, p. 108) reativos a qualquer tentativa de quebra do modelo de livre-comércio.

No desenrolar deste século, portanto, com a "crise do financiamento público" e a superação da teoria econômica keynesiana - mentora intelectual do sistema Bretton-Woods, modelo econômico internacional "que assegurou a estabilidade cambial" e o "equilíbrio entre políticas econômicas nacionais e regras do comércio mundial liberalizado" através de instituições como o FMI e o Banco Mundial – exsurge no início dos anos 1970 como contraofensiva ao modelo da democracia social e revolucionária "um liberalismo transnacional" ainda mais voraz (HABERMAS, 2001, p. 99); o assim chamado neoliberalismo, pelo qual:

> [...] a liberalização do mercado mundial progrediu ainda mais, a mobilidade do capital se acelerou e o sistema industrial foi modificado, saindo da produção de massa e passando a se adequar às necessidades da "flexibilidade pós-fordista. [...] o dinheiro substitui o poder. O poder de regulação das decisões que conectam o coletivo opera segundo uma outra lógica, diferente do mecanismo de regulamentação do mercado.

A "defesa da "esfera pessoal protegida" (o individualismo), vai se empedernindo em liame pelo qual a tradição e a liberdade repeliriam seus inimigos – o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista. (BROWN, 2019). Na esteira de tal projeto, por efeito subjacente a desregulamentação e aceleração do fluxo econômico global (HABERMAS, 1999), retirou-se continuamente do cidadão a sua capacidade de emancipação social (VAN DEN BRINK, 2019), subjugando-o por meio de uma irracionalidade gestada - curiosamente e contraditoriamente - sobre a defesa dos valores da razão hegemônica do contratualismo de estado do século XIX.

Nas palavras da cientista política Wendy Brown (BROWN, 2019, p. 10)

> Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais).

Por tal liame, de acordo com a análise de Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 1998, p. 2), sob o prisma político, social e histórico contemporâneo do contratualismo enquanto normatividade consuetudinária, é ululante ver que os critérios de inclusão/exclusão do Estado moderno foram lapidados por três direcionamentos normativos necessários para a preservação do modo de produção capitalista e seu acesso, que envolve "a priori": a) inclusão apenas de indivíduos e suas associações, excluindo-se a natureza e/ou qualquer manifestação apartada da racionalidade imperante do Estado; b) aquiescência como pertencente ao contrato social outorgada unicamente aos cidadãos do território adstrito no Estado-Nação, excluindo-se todos os demais, sejam eles mulheres, negros, estrangeiros imigrantes e minorias étnicas; e, por fim, c) proteção apenas aos interesses exprimíveis na esfera do comercio público, permanecendo fora de sua regulamentação a vida privada ou quaisquer outras demandas.

Dito isto, admitindo a complexidade do mundo globalizado e a evolução contraditória do contratualismo sob os auspícios da religião enquanto ética, da política econômica liberal enquanto ordem e do direito positivista enquanto ofendículo dos proprietários, é apodítico a constatação de que a cisão efetuada pelo capitalismo moderno (ao colocar em lados opostos os direitos sociais e o seu acesso individual sob a condição material da posse privada) obteve sucesso na formação do bloco histórico dominante, pois, conforme aduz David Harvey (2016, p. 50), "o poder centralizado do Estado é usado para proteger um sistema de propriedade privada descentralizado".

Tal sucesso é uma vitória de Pirro para a humanidade, pois, "dentro de cada país se reproduziu o sistema internacional de domínio que cada país padece" (GALEANO, 2020, p. 350). Conforme vislumbramos alhures, o Estado moderno ampliou-se por um modo de sociabilidade já em decadência desde o início do século XX; modelo que acidulou a globalização capitalista e, consequentemente, fomentou assim o crescimento de populações pauperizadas sem qualquer prerrogativa redistributiva, desconfigurando as pactuações democráticas e seus mitos fundadores. Nas palavras de Thomas Piketty (2014, p. 50) a realidade mesquinha dos nossos tempos, se equivale ao que antecedeu à Revolução Francesa, expondo que:

> não existem países ricos sem países pobres: todos os enriquecimentos da história são o resultado de um sistema de divisão internacional do trabalho e de uso e por vezes exploração dos recursos naturais e humanos do planeta, como a industrialização durante o colonialismo e a escravidão. [...] Estamos numa situação não muito diferente daquela que levou à Revolução Francesa [...] Se se cria um sistema no qual você pode enriquecer usando a infraestrutura pública de um país, seu sistema educacional, seu sistema de saúde, e então, com o simples aperto de um botão, você pode transferir seus ativos para outra jurisdição sem que haja nada previsto para controlar isso, e depois você simplesmente pode deixar a conta para as classes média e popular que estão inertes e não podem sair do país [...] É um sistema insustentável.

Eis o contexto que situa o contratualismo e sua influência epistemológica na conformação do seu objeto, a saber: o Estado Territorial, a consciência nacional e o modelo hegemônico sociabilidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O cosmopolitismo insurgente, a cooriginariedade democrática e o Estado experimental

Na guisa desta breve radiografia histórica, a teoria do Estado e o pensamento jurídico - muito embora, fendidos da análise de seus celeumas e efeitos socioeconômicos por vários anteparos ideológicos -, conseguiram perceber que o fenômeno da normatividade pode ser um dos meios integrativos e reguladores da sociedade - além da esfera cultural, estética e religiosa (DINIZ, 2011) -, característica que, entretanto, pede uma imaginação conduzida pelo aguilhão da rebelião e expansão das prerrogativas, sem decair nas malhas deletérias de dominação da racionalidade econômica parasitária e acumuladora.

Todavia, é bem sabido que os Estados, mesmo com a delimitação formal de seus valores - sofrendo com a intensificação do processo de globalização em regiões de capitalismo dependente (MARINI, 1992) e arrimados na lógica centro/periferia (BERCOVICCI, 2004) – submeteram exaustivamente seus regimes de direito “às regras de uma lex mercadoria não apoiada em um Estado” (ROSENFELD, 2011, p. 1.174); e assim o movimento disparatado da globalização imperialista apenas integrou o mundo “em suas respectivas servidões.” (GALEANO, 2020, p. 354).

Neste ponto é que reside o paradoxo problema, visto que, a contemporaneidade acossada pelo enfraquecimento da teoria constitucional e de sua teleologia social ante a globalização, engendrou - como resultado de suas heranças históricas - uma indeterminação política sobre a concepção da soberania popular dos Estados (ROSENFELD, 2011), fragilizando-os politicamente e induzindo-os à abandonar, sem pestanejar, seus critérios de convivência provenientes da própria escola do contrato social e o cosmopolitismo, capitulando como meta de desenvolvimento os interesses de corporações transnacionais, sem qualquer escrúpulo, em uma tendência de homogeneização do direito e policentrismo do poder decisório (GASPARDO, 2015, p. 107).

Para Axel Honneth (2016, e-book s/n):

> O direito [...] socialmente concedido à liberdade individual reduz-se a uma determinada esfera de perseguição irrestrita dos próprios objetivos, que eventualmente são também arbitrários e idiossincráticos; tal direito não se estende nem à cooperação para a regulamentação estatal, nem a qualquer interação com os demais cidadãos, seus pares no direito. Portanto, da determinação meramente negativa da liberdade tem-se, de certo modo, uma transição contínua para o negativismo da concepção de justiça que dela resulta: aquilo a que normativamente se visa é uma restrição, por uma política de segurança, daquela liberdade negativa cuja manutenção é seu eixo gravitacional e ponto cardeal.

No espectro dessa disfunção moderna, o direito do modo de produção capitalista necessita ser superado enquanto anteparo restritivo ao consenso e, por bem, o caminho do entrelaçamento entre valores e prática democrática será mais aprofundado aqui, pois, entende-se que tal postura

ética e dialógica é o que pode propiciar horizontes mais verossímeis para o desenlace de nossas reminiscências de dominação estruturantes.

Isto dito, no seio da fundamentação político-filosófica, a retomada do ideal cosmopolita pode ser um lenitivo eficaz ao deslinde das controvérsias gestadas pelo Estado globalizado e o direito, mas não só: segundo os escritos de David Held e Pietro Maffetone (2017) em seu artigo "Moral Cosmopolitanism and Democratic Values" quando combinados o cosmopolitismo moral e os valores democráticos, é possível se desvelar no horizonte da sociedade, a capacidade de geração de uma força centrífuga que se predispõe para o pluralismo e a experimentação, em formas institucionais centrípetas mas abertas para a adoção de diferentes tipos de soluções políticas. Os estudiosos pressupõem o cosmopolitismo como requisito moral da democracia moderna (2017, p. 54) ao aduzirem que:

> A just international order, broadly defined, is one in which right and justice prevail over political power and economic interests as the main criteria for evaluating the conduct of states, individuals, and other types of agents. Put differently, a just international order gives priority to normative evaluations of global political life – it is a moral order.

Para este escopo, contudo, compreende-se que o cosmopolitismo deve exorcizar-se de sua ideologia dominante muito proveniente do iluminismo burguês, pois:

> Ao longo da sua história, a palavra já significou universalismo, tolerância, patriotismo, o estatuto de cidadão do mundo, comunidade dos seres humanos à escala mundial, cultura global etc. As mais das vezes, sempre que o conceito foi utilizado – quer como ferramenta científica para descrever a realidade, quer como instrumento dos combates políticos -, o incondicional caráter inclusivo da sua formulação abstrata foi usado para defender os interesses exclusivistas de um qualquer grupo específico. Em certo sentido, o cosmopolitismo foi sempre um privilégio apenas ao alcance de alguns. (SANTOS, 2016, p. 52)

O compromisso contra hegemônico do cosmopolitismo no espectro jurídico emancipador, a partir de tal constatação precisa, desta maneira, assumir como pedra angular de orientação metodológica uma diretriz transformadora do modo de sociabilidade imperialista, superando sua sobredeterminação econômica. Neste jaez, é realista a formulação da teoria habermasiana, ao tratar o direito como instância de articulação "entre o mundo da vida e o sistema". (NOBRE, 2008, p. 26), norteando-se pelo prisma crítico na mirada das formulações anacrônicas do Estado-Nação, propondo - de forma ambivalente – a crítica e a possibilidade de superação dessas vicissitudes, tendo em vista a conjunção entre teoria política e teoria do direito.

Nas palavras de Marcos Nobre (2008, p. 27):

> O papel de transformador atribuído por Habermas ao direito está em que este tem dupla face, tem pés fincados tanto no mundo da vida como no sistema, serve tanto ao poder comunicativo como ao poder administrativo. De um lado, ele é a voz da administração e do sistema, em que norma e sanção são inseparáveis uma da outra, ou seja, em que o direito aparece como coerção, ainda que coerção legítima. De outro lado, o direito é expressão, simultaneamente, de um processo de formação coletiva da opinião e da vontade, sem o qual seria apenas um estabilizador de expectativas de comportamento e não a expressão da autocompreensão e da autodeterminação de uma comunidade de pessoas de direito que ele também é. Nesse sentido, o direito pode tanto ser tomado de maneira unilateral e distorcida para servir unicamente de instrumento de colonização do mundo da vida pelo sistema como, ao contrário, o direito pode ser portador de impulsos de reação à colonização e mesmo de movimentos ofensivos para orientar processos sistêmicos em um sentido determinado.

No entanto, é imperioso vaticinar que, não se deseja exaurir a construção do ideal cosmopolita e suas epistemologias fundantes, haja vista sua proficuidade de formulações ; ocorre que, de acordo com o que foi dito anteriormente, ao vislumbramos a necessidade de incentivo do movimento metodológico de cooriginariedade do direito ou "novo entrelaçamento" , entende-se importante não tomar partido à respeito da discordância sobre a arquitetura das instituições cosmopolitas , considerando tão somente que o que se alvitra neste breve texto é na realidade mapear a amalgama das perspectivas, assim como o faz Boaventura de Souza Santos (2016, p. 146), ao propugnar que, qualquer visão cosmopolita compromissada com a emancipação, deve firmar como princípio - ao se elucubrar as instituições de governo - a multiculturalidade, o reconhecimento, o diálogo, a plurinacionalidade e a interculturalidade, ao passo que por tal penetração possam executar severa critica a decomposição autoritária do contrato social (2016), justamente, opondo-se à globalização hegemônica, através do ideal do cosmopolitismo subalterno e insurgente como "uma variedade opositiva" (2016, p. 29), em que:

> O cosmopolitismo subalterno de oposição é a forma político-cultural de globalização contra-hegemônica. É, numa palavra, o nome dos projetos emancipatórios cujas reinvindicações e critérios de inclusão social de projetam para além dos horizontes do capitalismo global. (2016, p. 29)

Destaca-se assim que, tanto para Habermas (1998, p. 92) quanto para Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 8), embora atravessemos uma época na qual as estratégias atuais de transformação social (revolução e reformismo jurídico) se encontrem em crise, do mesmo modo em que o direito operacionaliza e legitima a autoridade dos interesses e grupos prevalentes do capitalismo; ele (o direito dinâmico) pode cumprir um possível papel emancipatório, desde que seja repensado de maneira a apropriar-se das reinvindicações normativas das camadas sociais subalternizadas e de seus movimentos de reconhecimento, especialmente daqueles princípios que compõem o plexo das demandas globais marginalizadas, atuando por alternativas ao sistema neoliberal.

Para tanto, Boaventura de Sousa Santos (2010) preconiza como abordagem metodológica a nominada "sociologia das emergências", onde realça-se a concepção "expansiva" das interpretações e ideias provenientes de movimentos de resistência ao neoliberalismo. Enfatizando tal característica, Murilo Gaspardo (2011, p. 947-948) sintetiza os pilares centrais do caminho metodológico propugnado por Boaventura, ao sublinhar a incorporação das demandas marginais por parte de uma teoria do estado e do direito que se auto requeira inclusivo e radicalmente democrático:

> Essa proposta de Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 16-17, 21-22) enquadra-se em seu projeto de "epistemologias do sul" (diversidade de conhecimentos produzidos no âmbito do "Sul geopolítico global"), o qual se apoia em três premissas fundamentais: (1) "a compreensão do mundo é muito mais ampla do que a compreensão ocidental do mundo"; (2) "a diversidade do mundo é infinita", mas é "desperdiçada porque, devido ao pensamento hegemônico que temos, permanece invisível", de maneira que precisamos não só de alternativas, mas de "um pensamento alternativo de alternativas"; (3) "esta grande diversidade do mundo pode e deve ser ativada, assim como transformada teoricamente e praticamente de muitas maneiras plurais, não pode ser monopolizada por uma teoria geral". Além disso, é necessária uma maior abertura para o diálogo entre teoria e prática, inclusive com a adoção de uma postura de acordo com a qual a teoria "aprende com a prática", com as lutas sociais, e seu papel fundamental consiste em buscar "aprofundar alguns elementos da prática", sobretudo no sentido de trazer "elementos de comparação com outras experiências de emancipação" (SANTOS, 2011, p. 16-17, 21-22, apud GASPARDO, 2021, p. 947-948)

Por seu turno, Habermas (1998, p. 139) observa "como se pode pensar em uma legitimação democrática de decisões para além do esquema da organização estatal? E sob quais condições pode-se modificar a autocompreensão dos atores capazes de negociações globais". Seu foco está na formulação de uma governança pública experimental com maior participação democrática em sua

gestão ou legislação internacional, institucionalizando caminhos e ritos de passagem do "mundo da vida" para sistemas vertidos para a emancipação da sociedade.

Ante o exposto, é fundamental pontuar que o regime democrático cosmopolita pode sob a visão da "sociologia das emergências" e da cooriginariedade jurídica, não só, conter normas compartilhadas, mas um "método que incremente a efetividade do desenvolvimento de relações institucionais em direção a uma convergente promoção de bens públicos coletivos" (CONTIPELLI, 2018, p. 284). Os princípios cosmopolitas necessitam assumir para tal horizonte a capacidade de se interligar a constelação do Estado:

> Na nova constelação política, o Estado é um parente político parcelar e fragmentário, aberto à concorrência por parte de agentes da subcontratação e do sufrágio políticos, portadores de concepções alternativas dos bens públicos em oferta (SANTOS, 2016, p. 101-102)

É no âmago do Estado Democrático de Direito, que novas práticas que favoreçam transformações sociais e globais, certamente, surgirão; ou seja, o Estado não deve ser um monumento estático, sem vida ou execrável, mas ao contrário, ele deve(ria) ser um "cuidadoso ourives", capaz de perceber as menores filigranas da sociedade, dando-lhe forma e contorno, eliminado qualquer imperfeição e brutalidade endógena ou exógena. No diapasão dessa metáfora, o que se espera é a criação de "um outro cenário no qual as diferentes "antecipações" se apoiem e se estimulem reciprocamente em um processo circular" pois como indica Habermas (2001, p. 130) [...] uma Constituição [...] só poderá funcionar se de fato se der o processo democrático aberto por ela mesma"; isto é, o Estado, mais do que um conjunto estático e homogêneo de arranjos-jurídicos institucionais, precisa ser um hospedeiro de alternativas insurgentes, pelo qual:

> [...] as forças cosmopolitas têm de se concentrar em modelos de democracia de alta intensidade que abarquem simultaneamente ações estatais e não estatais, fazendo assim do Estado uma componente de todo um conjunto de esferas públicas não estatais. É a esta transformação do Estado que eu chamo o Estado como novíssimo movimento social. (SANTOS, 2016, p. 102)

Neste diapasão, entende-se que a metodologia de reconhecimento das demandas políticas insurgentes, articuladas nesta plêiade cosmopolita de epistemologias estruturantes, deve amalgamar os postulados do constitucionalismo e seu vasto esquema de valores fundamentais, refletindo "a concepção substantiva de Constituição e suas correspondentes conquistas históricas, tais como a separação de poderes, os direitos humanos, a democracia e, atualmente, os temas sociais" (CONTIPELLI, 2018, p. 284), reunindo as visões principiológicas nas estruturas de ênfase redistributiva e experimental, "assentando-se em uma formação democrática da vontade" (HABERMAS, 1998, p. 126), metamorfoseando-se em um Estado experimental ou de "transição", que basicamente abrange uma arena de:

> [...] experimentação institucional em que seja possível a coexistência de diferentes soluções institucionais concorrentes entre si, funcionando como experiências-piloto sujeitas à perscrutação permanente por parte de coletivos de cidadãos encarregados da avaliação comparativa dos desempenhos.

Sendo valioso vislumbrar que o possível rompimento das contradições citadas, requer das Constituições e Tratados uma hermenêutica abrangente, retomando convergências formais e materiais deixadas no caminho da "crise democrática", redesenhando a governança do Estado por meio de dois valores dialéticos, que são: a) a incorporação otimista e racional de um Constitucionalismo global que em sua interpretação aplique e pense um direito apartado dos interesses do mercado, mas vinculado ao social, sempre em prol de demandas de reconhecimento, e b) da percepção plena - pessimista por vezes - de que é necessário criticar os modelos democráticos liberais e sua crença na racionalidade iluminista, precavendo-nos contra a ilusão de que a democracia é um modelo perfeito e acabado, forçando a sociedade a "manter viva a contestação democrática" (MOUFFE, 2005, p. 22).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O Constitucionalismo Global: teoria do reconhecimento e pluralismo abrangente

Conquanto, seguindo a linha argumentativa, tem-se presente que o Constitucionalismo pode ser um indutor do cosmopolitismo insurgente e este próprio cosmopolitismo pode hackear o constitucionalismo global, formando quase que uma implicação de polos dialética, desde que este seja manejado pelo direito alternativo e democrático. Por seu prisma, o constitucionalismo é o próprio direito dinâmico, pois traz uma possível resposta para a crise do paradigma legal ao instrumentalizar a cooriginariedade do direito e as epistemologias emergentes. O Constitucionalismo Global é definido como:

> [...] um conjunto de valores, princípios e regras previstos pelo sistema de direito internacional, que tem como finalidade estabelecer marcos jurídicos fragmentados, relacionados com a normatização de temas específicos, respeitando os fatores substantivos da herança constitucional dentro de um processo legitimo de reconhecimento e aceitação. Sua tarefa principal consiste na construção de sistemas micro-constitucionalizados, que identifiquem os pontos de intersecção jurisdicional entre diferentes níveis de governança e de atores como forma de organizar um específico regime jurídico e ajusta-lo às demandas publicas coletivas do mundo globalizado (CONTIPELLI, 2018, p. 286)

O desiderato emancipatório da normatividade em tempos de transformação, roga desta maneira, maior liberdade e reconhecimento para as expressões culturais, sem descarrilhar de um modo sociopatológico para os caminhos da alienação democrática e suas anomalias produzidas pela descentralização do poder político que advoga em prol da centralização do poder econômico. Alcançar esse equilíbrio, pleiteia para Habermas (1998, p. 106) que a "reorganização do mundo da vida" se realize "nas dimensões da autoconsciência, da autodeterminação e da autorrealização que marcaram a autocompreensão normativa da Modernidade".

Não por acaso, considerando a crucialidade do reconhecimento e da autorrealização para a legitimidade da democracia constitucional, faz-se relevante observar as relações individuais complexas e prevalentes no "universo pós-westfaliano" (ROSENFELD, 2018, p. 1187) "é essencial que o pluralismo de fato seja encarado, frontalmente, de um ponto de vista normativo". Esta versão do pluralismo normativo, deve ser chamado de "Pluralismo Abrangente", pois em síntese para Michel Rosenfeld (2018, p. 1188):

> O objetivo principal do pluralismo abrangente é de promover – tão amplamente quanto possível – a conciliação entre o eu e o outro ou, mais precisamente, entre a multiplicidade do eu e de outros interagindo dentro da comunidade política em questão.

Desta maneira, os operadores jurídicos comprometidos com o projeto de negação do bloco histórico dominante e com a visão de uma alternativa democrática cosmopolita, enquadram-se, na luta pela conceitualização do constitucionalismo global, pois empreendem uma luta por superação do domínio das armas sistêmicas hegemônicas, visando assim, instrumentar uma inclusão dos sujeitos marginalizados integrados pelo respeito a legitimidade das práticas sociais insurgentes e plurais. Sua orientação também se equivale ao vetor da teoria crítica, porque assume uma deontologia construída pela perspectiva dos concernidos, e assim é "[...] simultaneamente teórico-explicativo e crítico-normativo", haja vista que nas palavras de Honneth (2003 apud, MELO, 2014, p. 21):

> O proposito explicativo básico é o de dar conta da "gramática" dos conflitos e da "lógica" das mudanças sociais, tendo em vista o objetivo mais amplo de "explicar a evolução moral da sociedade" (Honneth, 2003, p. 125). O lado crítico normativo consiste em fornecer um padrão para identificar patologias sociais e avaliar os movimentos sociais (seu caráter emancipatório ou reacionário) a fim de distinguir "a função que desempenham para o estabelecimento de um progresso moral da dimensão do reconhecimento"

Enfim, a atenção a esses elementos característicos aventa a hipótese que tem por escopo resgatar a importância das cartas políticas para sua missão integrativa e democrática no cerne dos Estados-Nação, bem como, em suas relações transnacionais e micro-regionais (CONTIPELLI, 2018); descerrando alguns obstáculos que turvam o sentido integrador das Constituições e Tratados, para (re)inseri-los no debate global sobre as próprias condições que possuem de potencialmente efetivar o exercício das prerrogativas humanas para além dos limites territoriais. É imperioso, portanto, descrever alternativas contra hegemônicas ao modelo global de formação e aplicação do direito, abandonando uma visão abstrata e se perguntando sempre: quem é que precisa e quem deve participar do constitucionalismo contra hegemônico? "A obrigação política que há de unir toda essa diversidade há de ser uma obrigação política horizontal com suporte na substituição das relações de poder por relações de autoridade partilhada (SANTOS, 2013. p. 31).

Nestes termos, é imperioso definir o campo teórico-explicativo do constitucionalismo global, escorando-o axiologicamente no pluralismo abrangente, partindo da constatação de que "em todos os âmbitos de interação humana que são de fato plurais, as relações intersubjetivas podem ser declinadas em conjuntos de relações entre o eu e outro" (ROSENFELD, 2018, p. 1186), tais relações, entretanto, não devem ser tomadas pelo direito de maneira dogmática e essencialista, mas, relacional, demandando sempre do interprete (ou aplicador), adaptar normativamente as identidades e individualidades de forma mútua sem a exigência de sacrifícios excessivos. "Percebida dessa forma dinâmica, a relação entre o eu e o outro cria relações complexas, entrelaçadas, mutantes e por vezes concorrentes em identidade e alteridade" (ROSEFELD, 2018, p. 1186).

Essas identidades necessariamente se entrelaçam ao ideal cosmopolita insurgente, o Pluralismo jurídico abrangente, para Michel Rosenfeld (2018, p. 1189), ao conciliar as multiplicidades do "eu" e do "outro" sagazmente manipula a força metabólica da racionalidade do direito constitucional e, assim, ocupa simbioticamente "outras concepções do bem". Sua tática, notadamente, se debruça em pluralidades existentes expressas na sintaxe "das concepções de bem", incorporando o mapeamento desses valores estéticos e morais aos brocardos jurídicos como "nomas de primeira ordem". Para Rosenfeld (2018, p. 1189): "[...] normas de primeira ordem são as concepções do bem (exceto a sua própria) que o pluralismo abrangente procura acomodar".

Frisa-se que a definição desses conceitos do "bem" compartilhados de maneira igualitária e não contaminados por um contrato social excludente, procedem-se através de um tempo lógico negativo que - de forma dupla e simultânea – realiza crítica às instituições postas e privilegia o ethos pluralista (ROSENFELD, 2018, p. 1190). Tanto a legitimidade da crítica empreendida, quanto a efetividade do pluralismo, necessitam estar fulcradas na "práxis da vida social" pois, nas palavras de Axel Honneth (2003, p. 156): é pela oitiva das "lutas moralmente motivadas de grupos sociais", ou por "sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco", que "vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades".

Esse momento roga como pano de fundo, a percepção intersubjetiva de que o "individuo só pode ter uma "autorrelação prática positiva" consigo mesmo se for reconhecido pelos demais membros da comunidade" (MELO, 2018, p. 22), o que significa imprimir sob o pluralismo abrangente "a ideia básica" de que "sentimentos morais, quando articulados numa linguagem comum, podem motivar as lutas sociais" (MELO, 2018, p.24). Ressaltando, portanto, a salutar tautologia implicativa do "princípio da alteridade" e da didática aos instrumentos metodológicos da sociologia das emergências e da cooriginariedade democrática na consecução de um direito emancipador.

Todavia, o pluralismo Abrangente para além de seu critério teórico-explicativo de introjeção moral das demandas sociais no corpo do constitucionalismo global, deve igualmente pensar a normatividade-crítica de sua ação, iniciado sua prática por um "tempo lógico positivo que incorpora "normas de primeira ordem" inicialmente incompatíveis, ao elaborar regras de adequação, aqui denominadas de "nomas de segunda ordem" (ROSENFELD, 2018, p. 1189). As normas de segunda ordem:

> Ao complementar o tempo negativo do pluralismo abrangente com um tempo positivo, os riscos de autodestruição são minimizados. Em seu tempo positivo, o pluralismo abrangente condiciona o reconhecimento e a proteção, dentro da comunidade política, a todas as normas de primeira de ordem (que anteriormente, no momento negativo, foram colocadas em pé de igualdade) pela exigência de que devem ser compatíveis com as suas próprias normas de segunda ordem. Nesse sentido, uma religião

> estritamente violenta seria simplesmente banida da comunidade política, enquanto outras religiões e ideologias seriam admitidas, não necessariamente nas suas próprias condições que assegurariam a sua compatibilidade com as normas de segunda ordem do pluralismo abrangente. (ROSENFELD, 2018, p. 1191)

Na prática, o movimento do Constitucionalismo global necessita atuar a partir de duas estratégias primordiais de internalização do pluralismo. Por proêmio, consubstanciando a chamada "positividade de combate"; que é exatamente a luta, dentro do aparato oficial do estado (juízos, tribunais, repartições administrativas etc.) pela efetivação das normas que proferem ou não, teoricamente, - de modo autêntico - os interesses populares. Isto é, após o exercício inicial de introjeção das demandas de reconhecimento, buscar-se-á através da referida "positividade" normativa travar uma práxis de luta pelo cumprimento das leis de interesse das classes subalternizadas, sobretudo, daquelas leis que permanecem apenas no plano retórico do ordenamento jurídico, as chamadas leis que "não pegam" - esvaziadas pela racionalidade da lógica kelseniana de eficácia meramente formal das prerrogativas.

Antônio Alberto Machado (2017, p. 148) informa que "o desafio das concepções de justiça estaria(m) em superar a ideia positivista de simples igualdade formal", "rompendo com ideia de que o direito se traduz inteiramente na lei". Direitos sociais, econômicos e culturais, os assim chamados "direitos de segunda geração" estão no cerne dessa problemática, justamente porque requerem "uma atuação positiva do Estado com custos elevados, tanto do ponto de vista econômico e financeiro quanto do ponto de vista político" (MACHADO, 2017, p. 150)

Em segundo lugar, pensando no Direito constitucional global, propõe-se a adoção de um processo hermenêutico em que a interpretação, para além da mera aplicação de leis e normas benéficas, deve efetuar-se sempre no sentido da realização da justiça social global, privilegiando os direitos e interesses das classes excluídas do processo jurídico de fruição dos direitos básicos de cidadania, quebrando o bloco histórico em uma "guerra de posição" veemente.

É exatamente sob esse aspecto que Boaventura de Souza Santos fala, sugestivamente, em um "uso não burguês do direito burguês" (SANTOS, 2013, p. 10).

Para os comprometidos com o cosmopolitismo insurgente, portanto, essa perspectiva deve ser observada em longo prazo, tomando como paradigma crucial a direção de uma "rebelião" permanente (SANTOS, 2016, p. 57). Antônio Alberto Machado (2009, p. 443) também comenta essa prática ao vaticinar que:

> Vale dizer, trata-se de uma hermenêutica comprometida com a inclusão social, em que o intérprete/aplicador, diante da vagueza, ambiguidade e contradições do sistema jurídico (as chamadas "brechas" da lei) opta sempre pelo sentido da lei que mais atende aos fins sociais, ao bem comum (art. 5° da Lei de Introdução ao Código Civil) e aos legítimos interesses da maioria. Trata-se, na verdade, de explorar o caráter polissêmico dos vocábulos que compõem o texto legal com a finalidade de se obter a decisão mais adequada a uma aplicação democrática do direito.

Concluindo-se que, perante a complexidade das sociedades globais, imobilizadas e vilipendiadas de sua soberania popular por contradições estruturantes do imperialismo hegemônico, urge que o direito aperfeiçoe o contrato social alojando-o nas margens da ordem vigente, reconhecendo movimentos gestados em luta permanente e prolongada, bem como, reunindo, em um ciclo epistemológico, a filosofia cosmopolita insurgente e a normatividade constitucionalista global, para que, ambas fermentadas de emancipação e pluralismo, superem as travas internas e externas do cânone liberal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ideológica e política dos sistemas de mediação, que se interpõem entre as lutas das classes subalternas e o processo político, é o escopo problemático deste artigo. Como dito inicialmente a crise de legitimidade agravou-se nos últimos tempos e, faz-se necessário, discutirmos

novos meios de justiça hodiernamente. “Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento provoca é uma civilização decadente” (AIMÉ, 2020, p. 9-10).

O grande capital se mostra incapaz de apontar saídas para a crise da democracia. Acentua-se assim, que será uma crise profunda, prolongada, que exigirá reformas estruturais. Suas consequências sociais são imprevisíveis. Portanto, romper essa lógica é fundamental. O direito constitucional deve buscar novas teorias e fundamentações que auxiliem na transformação social. E, por certo, foi o que se empreendeu aqui.

As teorias do cosmopolitismo insurgente de Boaventura, da cooriginariedade do direito em Habermas, do pluralismo abrangente e do constitucionalismo global, mesmo que em construção, podem ser uma saída possível, defronte as encruzilhadas da modernidade. A criação de liames de rearranjo dos Estados nacionais na contemporaneidade urdida neste texto, tem como razão última responder à questão posta que é: “[...] saber se uma formação democrática de opinião e vontade realmente poderá alcançar a força vinculativa necessária, mais além da fase de integração ligada ao Estado nacional. (HABERMAS, 2002, p. 145).

Nesse quadrante, ante o contexto global de crise, que se expressa pela crescente desigualdade e o déficit democrático, articulam-se reflexões como a de Thomas Pogge (2022, p. 36), que sustenta, dentre outras coisas, que:

> muitos dos vastos déficits de direitos humanos que persistem no mundo de hoje podem ser reconduzidos a fatores institucionais, a acordos institucionais nacionais em muitos dos chamados países em desenvolvimento, nos quais as elites políticas e econômicas tem responsabilidades fundamentais, tanto quanto a acordos institucionais globais da atualidade, pelos quais os governos e cidadãos dos países ricos têm a principal responsabilidade.

Pela reflexão deste artigo, podemos ver, como imperativo categórico, a assertiva de que é de responsabilidade dos Estados a inversão dialética impositiva do fundamento moral deôntico do Direito como mero “dever”, pois, nas palavras de Thomas Pogge (2006, p. 54): “Os direitos humanos impõem sobre nós um dever negativo de não contribuir para a imposição de uma ordem institucional que, previsivelmente, dá origem a um déficit de direitos humanos”

O ponto conclusivo, indica assim que, defronte a crise de paradigmas do Estado-Nação, urge a necessária observação de processos sociais mais profundos, que a partir das formas concretas adotadas pelas diferentes fases do processo de desenvolvimento das democracias globais, torna possível definir um vetor diretivo de renovação, que, por sua vez, requer, transformar as relações enraizadas na vida social, nas instituições políticas formais, na economia e no cotidiano; estabelecendo “os custos de oportunidade” no que tange a responsabilidade dos Estados desenvolvidos, balizando as normas e/ou instituições mais justas para o comercio internacional e fundamentando o princípio moral de dever de reparação histórica dos danos causados (POGGE, 2022).

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, G. O Estado Desenvolvimentista e Seus Impasses: Uma Análise do Caso Brasileiro. Boletim de Ciências Económicas, Coimbra, v. XLVII, p. 149-180, 2004.

BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo, editora filosófica Politeia, 2019

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. Trad. Claudio Willer, São Paulo, editora veneta, 2020.

CROSSMAN, R.H.S. Biografia do Estado Moderno. Trad. Evaldo Amaro Vieira, São Paulo, editora ciências humanas, 1980

CONTIPELLI, E. Constitucionalismo climático global. Justiça do direito. v. 32, n. 2, p. 278-300, 2018.

DALLARI, D. A. Elementos de Teoria Geral do Estado. 31. ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

DINIZ, M. H. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 22. ed. São Paulo, Saraiva, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo [recurso eletrônico]: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução: Mariana Echalar. 1ª. ed. São Paulo, Boitempo, 2016

FERNANDES, F. Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo". 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, ed. L&PM, 2020.

GASPARDO, M. Globalização e o déficit democrático das instituições representativas brasileiras. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, v. 60, n. 1, 2015, p. 85-115.

GASPARDO, M. Democracia e governança financeira global. Alameda, São Paulo, 1ª Ed., 2021.

GASPARDO, M. Teoria do estado: uma proposta de abordagem no contexto de globalização financeira, crises e reformas institucionais. Revista Estudos institucionais, v. 7, n. 3, p. 934-953, set./dez. 2021

GRAMSCI, A. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935/Carlos Nelson Coutinho, organizador. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAU. E. R. O direito posto e o direito pressuposto. 8ª ed. São Paulo, Malheiros, 2007.

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HABERMAS, J. A Constelação Pós-Nacional. São Paulo: Littera Mundi, 2001

HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social; tradução: Paulo Astor Soethe, São Paulo, editora Martins Fontes, 2012

HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. Trad. Rogério Bettoni. 1ª Edição, São Paulo, Boitempo, 2016

HELD, D., MAFFETTONE, P. Moral Cosmopolitanism and Democratic Values, Global Policy Journal, v. 8, s. 6, p. 54 - 64, 2017

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa, Editora 34, São Paulo, 2003

HONNETH, A. O direito da Liberdade [livro eletrônico]. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2016

JESUS, D. S. V. O baile do monstro: O mito da Paz de Vestfália na história das relações internacionais modernas. Scielo disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/WDXTr3jpbCMBqLVj3WQYJxG/?format=pdf&lang=pt> publicado em e recebido em 2010, fls. 221-232

KELSEN, H. Teoria Geral do Direito e do Estado. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOSELLECK, R. Critica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luiciana Villas-Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ: Contraponto, 1999.

MARINI, R. M. Desenvolvimento e Dependência. Fuente: Archivo de Ruy Mauro Marini con la anotación "Artigo publicado no Correio Braziliense, (1992)

MACHADO, A. A. Direito Alternativo (org.). Novos Direitos. 1ª Ed. Ribeirão Preto: Faculdades COC, 2003.

MACHADO, A. A. Elementos de Teoria dos direitos Fundamentais. 1ª Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.

MASCARO, A. L. Filosofia do Direito. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELO, R. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 15, p. 17-36, 2014.

MÉSZÁROS, I. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição; tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª ed. revista, São Paulo, Boitempo, 2011

MOUFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. Publicado em inglês como capítulo do livro The Democratic Paradox (MOUFFE, 2000a). Tradução e resumo de Pablo Sanges Ghetti; revisão da tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda. Revista de Sociologia e Política, n. 25, p. 11-23, 2005.

NOBRE, M. (org). Direito e democracia: um guia de leitura de Habermas. Malheiros, São Paulo, 2008

NOBRE, M. (org). Curso livre de Teoria Crítica [livro eletrônico]. Campinas/SP: Papirus, 2018

O"DONNELL, G. Delegative democracy, Kellogg Institute – Working Paper 172, March 1992

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Tradução de Minica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

PISTOR, K. The Code of Capital: How the Law Creates Wealth and Inequality. New York: Princeton University, 2019

POGGE, T. Reconhecidos e violados pela lei internacional: os direitos humanos dos pobres no mundo. ética: Revista internacional de Filosofia da Moral, Publicado: publicado em 2006, link: https://doi.org/10.5007/%25x, acesso em 14 de novembro de 2022

ROSENFELD, M. Repensar o ordenamento constitucional na era do pluralismo jurídico e do pluralismo ideológico. Revista Direito GV. v. 12, n. 3, p. 1173-1220, 2018.

RUBIO, D. S. Sobre a racionalidade econômica e eficiente e sacrificial, a barbárie mercantil e a exclusão dos seres humanos concretos e a natureza. II Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo, UFRP. Recife, 2008

SANTOS, B. S. Poderá o direito ser emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 65, Maio 2003, p. 3-76.

SANTOS, B. S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e pós-contratualismo. Oficina do CES: Centro de Estudos Sociais, n.º 107, abril de 1998

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. In SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2010, p. 23 – 71.

SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, B. de S. As bifurcações da ordem: revolução, cidade, campo e indignação. Cortez, São Paulo, 2016

SERRANO, P. E. A. P.; BONFIM, A. M.; SERRADO, J. S. Legalidade extraordinária e constituição. In: WARDE, W.; VALIN, R. As consequências da COVID-19 no Direito brasileiro. São Paulo: Contracorrente, 2020. p. 157-192.

STRECK, L. L. Dicionário de Hermenêutica: 50 verbetes fundamentais da Teoria do Direito à luz da Crítica Hermenêutica do Direito. 2. Ed. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020

WALDRON, J. Political Political Theory: An Inaugural Lecture. The journal of political philosophy, v. 21, n. 1, p. 1-23, 2013

VAN DEN BRINK, M. EU citizenship and (fundamental) rights: Empirical, normative, and conceptual problems. European Law Journal, v.25, n.1, 2019, pp.21–36

SAEB E PANDEMIA: MEIOS DE AVALIAÇÃO ANTES E PÓS-PANDEMIA

SAEB AND PANDEMIC: MEANS OF ASSESSMENT BEFORE AND POST-PANDEMIC

Área temática: Educação de Qualidade.

URSINI, Driely Turi
UNESP – Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
driely.ursini@unesp.br

ALVES, Stephanie Cristine
UNESP – Franca
Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
stephanie.alves@unesp.br

HILÁRIO, Marcela Coppola Chrispiniano
UNESP – Franca
Licenciada em Letras pelo Centro Municipal Universitário de Franca Uni-FACEF
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
marcela.coppola@unesp.br

OLIVEIRA, Adriana Rafacho da Cunha;
UNESP – Franca
Licenciada em Letras e Pedagogia pela Universidade de Franca
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas
adriana.rafacho@unesp.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar se, após o retorno ao ensino presencial, foram utilizados os mesmos meios e aspectos avaliativos dos alunos pós-pandemia. Como objetivos específicos, pretende-se pesquisar se foram realizadas adaptações na prova do Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica-, devido ao tempo de ensino remoto. É relevante o estudo da elaboração de políticas públicas de educação para conseguir fazer melhor e mais eficaz interpretação de seus dados. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica. Concluiu-se a ausência de ajustes, que tenham sido oficialmente comunicados, com argumentos de terem sido realizados pelo motivo do ensino remoto, durante o período de pandemia.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Avaliação externa; Saeb.

Abstract

The objective of this work is to analyze whether, after returning to face-to-face teaching, the same means and evaluative aspects of post-pandemic students were used. As specific objectives, it is intended to investigate whether adaptations were made to the Saeb test - Basic Education Assessment System-, due to the time of remote teaching. It is relevant to study the elaboration of public education policies in order to achieve a better and more effective interpretation of their data. The methodology used was the bibliographic review. The absence of adjustments, which have been officially communicated, was concluded, with arguments that they were made due to remote teaching, during the pandemic period.

Keywords: Educational policies, External evaluation; Saeb.

1 INTRODUÇÃO

Pensando em como as avaliações externas e de larga escala foram desenvolvidas no momento pós pandêmico, este trabalho foi desenvolvido. Buscando entender se houve alterações nas questões da prova, transcorreu-se este texto.

Inicialmente foi caracterizado o que são as políticas públicas, políticas públicas educacionais, e políticas públicas de avaliação: o agrupamento de planos, convicções e processos para qualificar a eficácia de programas e atos em diversas áreas, não apenas na educação.

Em seguida, foi representado o Saeb, sua criação, contexto, breve histórico, público-alvo, entre outras observações importantes. Escolheu-se o Saeb pois esta avaliação é de nível nacional e através dos seus dados, constrói índices muito importantes para o sistema educacional brasileiro.

Concluiu-se, através da pesquisa realizada, que não houve alterações na avaliação do Saeb no período pós pandêmico. A justificativa é de que, em caso de modificações, não seria possível mensurar com fidedignidade o impacto da pandemia na educação.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Para Thomas (2001) a caracterização de políticas públicas é compreendida como uma ação para reconhecer as dificuldades do setor público e o que é pertinente e necessário realizar diante desta averiguação. Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. O Estado é a figura central no planejamento das Políticas Públicas, pois controla grande quantidade de recursos.

Política Pública Educacional são as ações ou programas estruturados em âmbito governativo com o objetivo de colocar em prática ações que garantam o Direito à Educação, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Schneider (2014) essencialmente no âmbito da educação, compreende que as políticas educacionais são vistas como um espaço no campo de políticas públicas, introduzida no desígnio das políticas sociais.

No Brasil, de acordo com Saviani, o primeiro documento de política educacional que vigorou no Brasil foram os “Regimentos” de D. João III, editados em dezembro de 1548, para orientar as ações do primeiro governador geral do Brasil. A partir de então, o país passa por diversas mudanças, sendo possível constatar a descontinuidade das políticas. Saviani nomeia essas reformas como movimento de ziguezague e movimento de pêndulo.

> A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vai-e-vem de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional (Saviani, 2008, p. 9).

Desde a Constituição Federal de 1988 até os anos 2000, a trajetória da política brasileira de educação tem passado por um profundo processo para a construção de um sistema que fosse capaz de reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras. Esse conjunto de ações representou a efetivação do papel da União e, principalmente, do governo federal como coordenador da política.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÕES

A política pública de avaliação compreende um conjunto de elementos, estratégias, princípios e procedimentos adotados por entidades governamentais ou públicas para avaliar a efetividade, eficiência, impacto e qualidade de programas, projetos e ações executados em várias áreas, como: educação, saúde, meio ambiente, segurança pública, desenvolvimento econômico e social, entre outras. Essa abordagem busca obter dados e informações objetivas que embasam decisões, promovam melhorias e otimizem o uso dos recursos públicos disponíveis.

Faria e Filgueiras (2007) destacam que a implementação adequada de políticas públicas de avaliação demanda um engajamento constante das autoridades competentes, uma alocação de recursos adequada e a colaboração de diversos atores envolvidos, de modo a assegurar uma análise objetiva e abrangente dos programas e ações implantados.

De acordo com Coelho (2008), as avaliações educacionais surgem na discussão política brasileira no ano de 1980, movida pelo decurso de redemocratização do país e influências internacionais. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o terceiro capítulo explicita ações no campo educacional e proclama princípios de igualdade de acesso e permanência na escola, gratuidade, liberdade, garantia de padrão de qualidade e gestão democrática (Brasil, 1988).

Com isso, o Brasil passa a realizar avaliações para aferir a qualidade da Educação Básica oferecida nas instituições escolares, públicas e/ou privadas. Neste contexto, em 1990, houve a efetivação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para que fosse um indicador educacional, sistema de gestão escolar, com o intuito principal de analisar os dados para custear políticas públicas.

Na Lei nº. 9.394 é reafirmado e enfatizado o tema da qualidade. A ampliação da obrigatoriedade tem implicações no padrão mínimo de qualidade, o qual é especificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), artigo 4º, inciso IX, quando refere o dever do Estado em garantir "padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem" (Brasil, 1996).

Aspectos centrais da ação governamental nas questões da Educação Brasileira: gestão democrática, obrigatoriedade e qualidade do ensino são reafirmados no artigo 8º da LDBEN (Brasil, 1996). Dentre suas incumbências está a de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino, bem como assegurar processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, a avaliação de cursos das IES, para o que deverá ter acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais (Brasil, 1996, artigo 9º, incisos VI, VIII, § 2º). Portanto, no que se refere à avaliação a União tem um papel determinante no contexto da organização federativa nacional.

Em síntese, as políticas públicas de avaliação são fundamentais para aprimorar a eficácia, a transparência e a qualidade das ações governamentais, possibilitando que decisões sejam embasadas em informações confiáveis e promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos públicos.

2.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – O SAEB

No final da década de oitenta, a União, pelo órgão do MEC, iniciou a avaliação em larga escala, um plano piloto, a priori, em dois Estados Brasileiros: Paraná e Rio Grande do Norte. Esta primeira iniciativa foi chamada de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (Saep) de 1º grau.

Tal sistema de avaliação surgiu em 1988 a partir da redemocratização do país e em conjuntura de reformas políticas, sociais e econômicas, de reajuste do pacto federativo e da inclusão de novos atores e de novas necessidades sociais. A esfera educacional se deparava, primordialmente, com duas problemáticas: a) entender a incumbência da educação e da instituição de ensino em um mundo em transição frequente, na qual a produtividade e a utilidade da informação e do conhecimento são primordiais na prosperidade socioeconômica e cultural e; b) tornar políticas públicas educacionais no plano principal, a fim de desenvolver econômica e socialmente e também na promoção da cidadania, através de propositurias concretas (Pestana, 2016).

A aplicação piloto do Saep aconteceu em 1990 tendo como público-alvo as 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental, avaliando língua portuguesa, matemática, ciências naturais e redação (Inep, 2022). A metodologia e os instrumentos de testes cognitivo advieram dos programas Monhangara[1] e Edurural[2] que foram projetos relevantes para promover as ações de avaliação

[1] Projeto educacional desenvolvido pelo Governo Federal com o apoio financeiro do Banco Mundial. Diferiu-se dos outros projetos por enfatizar novos meios de gestão da escola pública por meio de planejamento educacional. Desenvolveu-se nas regiões Norte e Centro-Oeste entre 1984 a 1992, elaborado a partir de problemáticas encontradas e publicadas em memorando subsetorial de 1983 (Scaff, 2013)

educacional no país. O Saep, que teve duração até o ano de 1993, teve a colaboração dos professores e técnicos das Secretarias de Educação, de forma descentralizada. A avaliação de larga escala passa a ser de responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC a partir de 1992. Concomitante a este fato, iniciam-se também as avaliações em nível estadual. O 2º ciclo Saep é realizado em 1993, assim como foi o primeiro. O Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), como conhecemos hoje, foi introduzido a partir de 1995, com o apoio financeiro do Banco Mundial.

O Saeb é uma ferramenta fundamental para a avaliação da qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras. Por meio dele, é possível obter dados e indicadores que permitem analisar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento, como matemática, língua portuguesa e ciências. Essas informações são essenciais para o planejamento e implementação de políticas públicas que visam a melhoria da educação no país (Inep, 2021).

A avaliação é realizada de dois em dois anos e no início avalia os conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa. Em 1999 foram incluídos os componentes curriculares de História e Geografia, mas não foi uma ação com continuidade.

Em 2001, o Saeb passou por mudanças que são apresentadas a partir da publicação do documento Saeb 2001 – Novas Perspectivas que pretendia estimular o diálogo e a reflexão sobre a lógica subjacente a esse processo. Foram reorganizadas as Matrizes de Referência do Saeb, revistas por especialistas nas áreas de Currículo, Psicologia do Conhecimento, Língua Portuguesa e Matemática. Estas foram subordinadas à validação por especialistas das diferentes secretarias de educação de todos os estados brasileiros e por amostra representativa de professores regentes de turmas de Língua Portuguesa e Matemática (Inep, 2001).

A partir da publicação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em 2019, o Saeb passa por uma nova edição que é o alinhamento das Matrizes de acordo com a BNCC. No mesmo ano inicia-se estudo-piloto para a avaliação da educação infantil; testes de língua portuguesa e de matemática para o 2º ano do ensino fundamental já alinhados à BNCC; testes de ciências humanas e de ciências da natureza para o 9º ano do ensino fundamental já alinhados à BNCC.

Em 2021, houve a implementação da avaliação da educação infantil, realizada por meio da aplicação de questionários eletrônicos para professores e diretores de creches e pré-escolas, bem como gestores das redes.

2 SAEB NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA

2.1 RECONHECIMENTO DO PROBLEMA

De acordo com Secchi (2016, p. 27), existem três situações em que um problema público pode surgir, entre elas, o problema abordado neste artigo encontra-se na seguinte:"Deterioração do status quo: quando o ambiente público sofre algum depauperamento ou trauma real, como a estagnação econômica nacional, a sonegação de tributos estaduais ou uma catástrofe natural".

O problema apontado neste artigo, refere-se a um trauma causado por catástrofe natural: uma pandemia. Esse baque afetou diversos setores da nossa sociedade, o principal e diretamente afetado foi a área da saúde, porém a educação também foi altamente afetada.

As políticas públicas de avaliação da educação acontecem há algumas décadas, o Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica – vêm sendo utilizado desde 1990; mas, desde que começaram a ser aplicadas, não precisaram lidar com mudanças tão drásticas quanto as causadas pela pandemia do COVID-19.

2.2 A PANDEMIA E O SAEB

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a pandemia têm se tornado temas de grande relevância no campo das políticas educacionais. A interação entre esses dois elementos tem gerado discussões e reflexões sobre os impactos da crise sanitária na qualidade da educação básica.

---

[2] Projeto educacional financiado pelo Banco Internacional de Reconstruído e Desenvolvimento pensado para as instituições educacionais rurais do nordeste do Brasil da década de 1980 (Sousa; Pontes Júnior; Leite, 2021).

O Saeb é uma avaliação aplicada de 2 em 2 anos e, sofre alterações significativas de acordo com as necessidades ou planos de educação que entram em vigência, por exemplo o novo ensino médio.

No que se refere a edição deste ano de 2023, Krause e Salas (2023) apontam:

> A edição deste ano do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) fecha um ciclo que tem o objetivo de verificar como está a aprendizagem dos estudantes brasileiros no período pós-pandemia. Para possibilitar a comparação com as edições anteriores, de 2019 e 2021, algumas matrizes das avaliações não mudaram em 2023 [online].

Os autores fazem uma colocação importante sobre a avaliação pós pandemia, que é a não alteração de matrizes para que haja possibilidade de comparação. Tem-se então uma dualidade na questão da prova: aplicar uma prova "mais fácil", adaptada a realidade pós pandêmica, ou utilizar as mesmas matrizes de referência para cada área do conhecimento, como feito anteriormente.

Desde 2019 o Saeb vem sofrendo transformações para adequar-se a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Na Portaria Nº 10, de 8 de janeiro de 2021, o governo anunciou a seguinte alteração em seu Art. 5º:

> O Saeb passará por ajustes técnico-pedagógicos com vistas a implementar os avanços da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o novo Ensino Médio. (Brasil, 2021)

Assim como diz o comunicado, as adaptações realizadas na prova vêm sendo feitas de acordo com outras políticas da área de educação, por exemplo, BNCC. Nas portarias também existem registros da ampliação da abrangência da prova e maior frequência de sua realização, buscando-se uma avaliação ainda mais completa no que diz respeito ao monitoramento de resultados.

Nas demais Portarias, dos anos de 2022 e 2023, não são feitas referências a alterações da prova. Sendo assim, não há comunicados oficiais que tratem sobre ajustes na avaliação, motivados pelo tempo em que os estudantes permaneceram em ensino remoto, devido a pandemia do COVID-19.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho, abordou-se o tema de políticas públicas educacionais e posteriormente o Saeb. Uma política pública busca solucionar um problema comum dentro da sociedade. Sendo assim, as políticas públicas educacionais procuram investigar quais são os problemas em comum dentro da área da educação, empenhando-se na investigação de soluções eficazes para resolvê-los.

O Saeb, por sua vez, é uma política pública de avaliação escolar, em específico da Educação Básica, e teve seu ponto de partida a questão da qualidade do nosso sistema público de educação. Essa avaliação – Saeb – procura possíveis falhas, ou até pontos fortes, ambos da educação básica, para construir possíveis projetos de recuperação e/ou aprofundamento para os estudantes.

A questão levantada durante este trabalho foi referente a esta avaliação no período pós pandêmico. Entendeu-se, através das pesquisas realizadas, que não houve alterações na prova devido a pandemia, as mudanças foram apenas para adaptar-se a BNCC, por exemplo. A justificativa para que não tenha havido tais mudanças seria de que, para poder mensurar os impactos gerados pela pandemia, não podia existir mudanças nas provas.

Sendo assim, conclui-se que, após a o período de pandemia – que ocasionou a educação a distância e/ou semipresencial – os estudantes estão sendo avaliados da mesma forma como eram avaliados no período pré-pandêmico, alegando-se a necessidade de medir os efeitos alcançados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1916**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1916. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria INEP n. 10, de 8 de janeiro de 2021.** Estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, no âmbito da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Inep-010-2021- 01-08.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000200005» https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000200005>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FARIA, C. A. P.; FILGUEIRAS, C. A. C. As políticas dos sistemas de avaliação da educação básica do Chile e do Brasil. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p. 327-368, 2007.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS). **Saeb 2001**: Novas Perspectivas. Brasília: O Instituto, 2001. Disponível em <https://download.inep.gov.br/down load/saeb/2001/Miolo_Novas_Perspectivas2001.pdf.> Acesso em 11 de agosto de 2023.

INEP. **Cartilha Saeb 2021**. 2021. Disponível em: < https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais- de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educ acao-basica/cartilha-saeb-2021>. Acesso em: 12 ago. 2023.

INEP. Histórico Saeb. **Ministério da Educação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/ historico>. Acesso em: 12 ago. 2023.

KRAUSER, Maggi; SALAS, Paula. 10 perguntas e respostas sobre o Saeb 2023. **Nova Escola**. Publicado em: 14 jul. 2023. Disponível em: < https://novaescola.org.br/conteudo/19181/10- perguntas-e-respostas-sobre-o-saeb-2023>. Acesso em: 11 ago. 2023.

PESTANA, Maria Inês. Trajetória Saeb: amadurecimento e desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 71-84, 2016. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto /article/view/3152/2887>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SAVIANI, Demerval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas,** Campinas, n. 24, p. 7-16, 2008. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/4961268/mod_resource/content/1/Saviani%2C%20Dermeval%2 0%5B20 08%5D%20-%20Pol%C3%ADtica%20educacional%20brasileira.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2023.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: PARO, Vitor Henrique (Org.). **A teoria da evolução em Marx e a educação**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SCHNEIDER, M. P. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Revista de Educação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-13, 2014. Disponível em: <https://doi.org/1 0.24220/2318-0870v19n1a2610.>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções – São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOUSA, Leandro Araújo de; PONTES JÚNIOR, José Airton de Freitas; LEITE, Raimundo Hélio. Edurural: uma experiência pioneira em avaliação em larga escala no Brasil (1980-1987). **Anuario de História de la Educación**, v. 22, n. 1, p. 99-114.

THOMAS, H. G. Towards a new higher education law in Lithuania: reflections on the process of policy formulation. **Higher Education Policy**, Paris, v. 14, n. 3, p. 213-223, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/S0952-8733(01)00015-0>. Acesso em> 11 ago. 2023.

SMART CITIES E ODS 11: análise das cidades líderes do ranking Connected Smart Cities no eixo mobilidade em 2023

SMART CITIES AND SDG 11: analysis of the leading cities in the Connected Smart Cities ranking in the mobility axis in 2023

Área temática: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

MEIRA, Leonardo Carloni Rodrigues
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
leonardo_carloni@hotmail.com

PIRES, Daniel Facciolo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em Física Aplicada à Medicina e Biologia
dfpires@gmail.com

Resumo

Com o cenário atual de crescimento populacional acelerado nas cidades e da necessidade de novas abordagens para o planejamento urbano, as *Smart Cities*, ou cidades inteligentes, surgem como uma solução estratégica para enfrentar os desafios urbanos e possibilita ainda, alinhar-se aos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O objetivo do estudo é realizar uma análise teórica explorando de forma crítica o desempenho e abordagem de cidades líderes no ranking *Connected Smart Cities* 2023 no eixo mobilidade, em concordância com o ODS 11. A metodologia utilizada consiste em um levantamento teórico, examinando os dados disponíveis e analisando as estratégias implementadas pelas cidades líderes no eixo de mobilidade do ranking. Os resultados apresentam uma análise dos procedimentos e abordagens das cidades brasileiras que lideram o eixo mobilidade no Ranking *Connected Smart Cities* 2023: São Paulo (SP), Florianópolis (SC) e Santana do Parnaíba (SP). São analisados os indicadores do eixo em cada cidade e como são as principais políticas públicas adotadas para promover a mobilidade urbana de modo a contribuir para alcançar o ODS 11 da ONU. Conclui-se que as *Smart Cities* são essenciais para uma gestão eficiente e para alcançar as metas globais dos ODS da ONU, necessitando de inovação contínua e investimentos estratégicos. A análise das cidades líderes em mobilidade permitiu compreender melhor como o ranking *Connected Smart Cities* é estruturado e como as cidades conseguem pontuar em cada indicador.

Palavras-chave: Smart City, Smart Mobility, Ranking Connected Smart Cities.

Abstract

With the current scenario of accelerated population growth in cities and the need for new approaches to urban planning, such as Smart Cities, or intelligent cities, they emerge as a strategic solution to face urban challenges and also make it possible to align with the Development Objective Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN. The objective of the study is to carry out a theoretical analysis, critically exploring the performance and approach of leading cities in the Connected Smart Cities 2023 ranking in the mobility axis, in accordance with SDG 11. The methodology used consists of a theoretical survey, examining the available data and analyzing innovative strategies by leading cities in the mobility axis of the ranking. The results present an analysis of the procedures and approaches of the Brazilian cities that led the mobility axis in the Connected Smart Cities 2023 Ranking: São Paulo (SP), Florianópolis (SC) and Santana do Parnaíba (SP). The axis indicators in each city are analyzed and the main public policies adopted to promote urban mobility are analyzed in order to contribute to achieving UN SDG 11. It is concluded that Smart Cities are essential for efficient management and for achieving the global goals of the UN SDGs, requiring continuous innovation and strategic investments. The analysis of leading cities in mobility allowed us to better understand how the Connected Smart Cities ranking is structured and how cities can score in each indicator.

Keywords: Smart City, Smart Mobility, Ranking Connected Smart Cities.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI é marcado pelo fenômeno de urbanização acelerada de escala global. O número de pessoas migrando para os centros urbanos aumenta significativamente a cada dia, levando ao rápido crescimento populacional nas cidades. Com isso, ocorre uma crescente demanda relacionada à infraestrutura, serviços públicos, habitação e mobilidade. Pinheiro *et al*. (2023) identifica que para enfrentar essa complexa dinâmica urbana e garantir a qualidade de vida dos habitantes, são necessárias ações públicas voltadas ao planejamento urbano, tornando as cidades mais eficientes, sustentáveis e inclusivas.

Nesse contexto, as *Smart Cities*, ou cidades inteligentes, emergem como uma abordagem inovadora e estratégica para enfrentar os desafios urbanos. As *smart cities* procuram integrar tecnologia, análise de dados e participação cidadã para a melhoria das atividades urbanas. Essa transformação inteligente consegue atender não apenas às demandas de uma população crescente, mas também promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a eficiência econômica, quando a tecnologia avançada é combinada com planejamento de sustentabilidade e planejamento urbano (Santos *et al*, 2022).

Uma ferramenta para avaliar o progresso das cidades na jornada rumo à inteligência urbana é o ranking *Connected Smart Cities*, desenvolvido pela *Urban Systems* (2023) que analisa diversas dimensões das cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes. Dentre as dimensões do ranking, a mobilidade que se mostra uma das esferas críticas para o desenvolvimento urbano sustentável está inclusa. A mobilidade inteligente, ou *Smart Mobility*, está ligada diretamente às metas que as cidades devem alcançar para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 11, que, conforme descrito pelo IPEA (2019), busca tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030.

Com esse cenário, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento teórico explorando de forma crítica o desempenho e abordagem de cidades líderes no ranking *Connected Smart Cities 2023* no eixo mobilidade, em concordância com o ODS 11 da ONU. De forma a responder quais estratégias e inovações são adotadas pelas cidades líderes de um eixo em um ranking de *smart city*?

Por meio da análise metodológica teórico documental, busca-se compreender como as abordagens das cidades líderes de um eixo analisado por um ranking de *Smart Cities* podem ser aliadas para o planejamento urbano e a implementação de políticas eficazes mitigando os problemas relacionados ao crescimento demográfico urbano, de modo a atender as demandas sociais alinhadas aos princípios do ODS 11.

Em termos de estrutura, o artigo desmembrou-se na primeira seção de introdução, enquanto a segunda é responsável por contextualizar o conceito de *smart city*, principalmente na visão do ranking que será analisado. A terceira seção explica o ranking *Connected Smart Cities* e seu eixo mobilidade. A quarta seção é responsável pelo levantamento teórico sobre as ODS. Na quinta seção, o procedimento metodológico da pesquisa é apresentado, seguindo para os resultados e discussões na sexta seção. Por fim, são realizadas as considerações finais e apresentadas as referências.

2 SMART CITY

O êxodo rural é um fenômeno que tem impacto significativo nas sociedades contemporâneas e é objeto de inúmeros estudos sobre o tema, as pessoas procuram migrar para os centros urbanos buscando por melhores oportunidades econômicas e de vida através do acesso aos serviços básicos.

Conforme explicado por Lima (2020), muitas vezes, os municípios não conseguem comportar a expansão e concentração da população, desenvolvendo perdas e problemas nas funcionalidades básicas da cidade, como na infraestrutura, nos serviços públicos, na mobilidade e até mesmo no meio ambiente, sendo necessárias políticas e estratégias de gestão que promovam a resiliência dos municípios, pois o cenário futuro da humanidade é inegavelmente urbano segundo o relatório de Saraiva (2022) publicado no site da ONU, abreviação para Organização das Nações Unidas. Em 2021, mais de 55% da população se encontrava em áreas urbanas e até 2050 esse número deve crescer para 68%. Por ser um problema global, para amenizar e resolver os novos desafios, todos os governos devem basear-se em uma mesma estratégia e, nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram elaborados pela ONU como uma estratégia abrangente para orientar os esforços globais, objetivos que serão discutidos futuramente na pesquisa.

Como abordado por Maldonado *et al*. (2016), acredita-se que a evolução das cidades para *Smart Cities,* ou cidades inteligentes*,* é uma alternativa para enfrentar esses desafios, de modo a otimizar recursos e infraestruturas, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos moradores.

O conceito "*Smart City*" se tornou abrangente hoje em dia e muito se discute sobre "o que é uma cidade inteligente?" e, para alguns pesquisadores, como Santos *et al*. (2022), as *smart cities* estão popularmente associadas à inovação, criatividade e, principalmente, à tecnologia, de modo que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), assumem um papel importante no gerenciamento de recursos e serviços, auxiliando nas tomadas de decisões e possibilitando a criação de inovações que visam a melhoria da cidade.

O estudo "*Connected Smart Cities* 2023", que é a base para a escolha das cidades nesta pesquisa, define *Smart City* como:

> "Por haver diversos conceitos de Cidades Inteligentes, desde os que estão mais apoiados em tecnologia, até aqueles que estão mais relacionados ao meio ambiente e a sustentabilidade, elaboramos um ranking nomeado *Connected Smart Cities*. O estudo considera o "Conceito de Conectividade" sendo a relação existente entre os diversos setores analisados. O conceito de *smart cities* considerado entende que o desenvolvimento só é atingido quando os agentes de desenvolvimento da cidade compreendem o poder de conectividade entre todos os setores. [...] Vale ressaltar que os exemplos de conexões dos setores são numerosos e essa visão, que apoia a escolha dos indicadores e eixos desenvolvidos, não busca substituir outras visões existentes de cidades inteligentes, porém entendendo o distanciamento das cidades brasileiras em relação às cidades inteligentes internacionais (*smart*), temos como objetivo apontar eixos de melhora e municípios de inspiração para as cidades analisadas." (NECTA, 2023, p.09)

Dessa forma, a compreensão de *Smart City* abordada pelo ranking não está focada apenas na tecnologia, mas também, na conexão entre os diversos setores e indicadores que o estudo considera durante sua análise. Além disso, o ranking realiza uma análise focada em cidades brasileiras, já considerando a diferença entre o desenvolvimento do país com o desenvolvimento internacional.

3 RANKING *CONNECTED SMART CITIES*

O ranking *Connected Smart Cities* é um estudo desenvolvido pela *Urban Systems* em parceria com a Necta que organiza o estudo, já possui nove edições, sendo realizado desde 2015. Como explicado no site da empresa *Urban Systems* (2023), para elaboração do ranking é considerado o estágio de desenvolvimento econômico e urbano dos municípios brasileiros, com adaptações dos eixos e indicadores, apresentando configurações reais das cidades e auxiliando na compreensão dos níveis de desenvolvimento do município.

No ano de 2023, o ranking contou com 74 indicadores dentro dos seus 11 eixos de pesquisa, que são: Mobilidade, Urbanismo, Meio Ambiente, Energia, Tecnologia e Inovação, Economia, Educação, Saúde, Segurança, Empreendedorismo, Governança. O presente estudo focará no eixo Mobilidade e os indicadores que o compõem estão indicados na tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores do eixo Mobilidade do ranking *Connected Smart Cities*

Eixo	Indicadores	Pontuação
Mobilidade	Automóveis / habitantes	0,5
	Idade média da frota de veículos	0,5
	Ônibus / automóveis	0,5
	Outros modais de transporte (massa)	0,5
	Ciclovias	1
	Conexões rodoviárias entre estados	1
	Acesso a aeroporto	1
	% de veículos de baixa emissão	1
	Bilhete eletrônico transporte público	0,75
	Semáforos inteligentes	0,75
	Mortes no trânsito	1

Fonte: Adaptado de NECTA, 2023, p. 30.

Para o desenvolvimento do ranking *Connected Smart Cities*, Necta (2023) atribui peso de 0.5 para indicadores dicotômicos (sim ou não), 0,8 para indicadores em escala de nota ou avaliação, e 1,0 para indicadores numéricos, em escala ou percentual. Em 2023, o número máximo de pontos que uma cidade consegue atingir é 69,0 pontos. No eixo mobilidade, a nota máxima do recorte é de 8,50 pontos, número resultante da somatória dos pontos conforme a coluna “pontuação” da tabela 1. É importante observar que o indicador “mortes no trânsito” faz parte do eixo segurança, mas é considerado também para a pontuação de mobilidade.

Assim, a metodologia adotada, os indicadores avaliados e a classificação resultante oferecem uma visão abrangente das práticas urbanas inovadoras adotadas por várias localidades. Além disso, o ranking *Connected Smart Cities* incentiva e auxilia a construção de cidades mais sustentáveis, eficientes e inclusivas no cenário brasileiro. Considerando o dinamismo constante da evolução urbana e tecnológica, o aprimoramento contínuo do estudo garante que suas avaliações permaneçam relevantes ao longo dos anos. Na próxima seção, falaremos especificamente no eixo 'mobilidade', que servirá de base para escolha das cidades escopo deste trabalho.

3.1 Eixo Mobilidade

Como recorte para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o eixo mobilidade do ranking *Connected Smart Cities*. A mobilidade urbana conforme a Lei nº 12.587/2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, refere-se “à condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano”. A lei, de acordo com o explicado por Galindo e Lima Neto (2019, p. 8), visa “melhorar a mobilidade nos municípios”, que segundo indicaram os autores ao contextualizarem a mobilidade urbana no território brasileiro, é afetada por fenômenos demográficos, como o crescimento populacional e é ainda combinado com o crescente número de veículos.

Pinheiro *et al*. (2023), apontam que para a literatura as cidades inteligentes, através da tecnologia e da análise de dados, buscam mitigar os impactos negativos ocasionados pela crescente mobilidade urbana. Para Ferreira *et al*. (2023, p. 8), “a mobilidade é um dos fatores que integram as cidades inteligentes, pois permite diminuir [...] congestionamentos de tráfego urbano”, possibilitando o deslocamento seguro e veloz de cargas e pessoas. Os autores complementam ainda que quando a mobilidade se torna eficaz e acessível com excelência, ocorre um aumento na qualidade de vida dos cidadãos. A pesquisa da Confederação Nacional da Indústria - CNI (2023) corrobora com essa afirmação, visto que 55% dos entrevistados têm a qualidade de vida afetada devido ao tempo gasto no transporte.

Buscando compreender essa importante vertente das cidades e como a tecnologia e a conexão entre eixos auxiliam no desenvolvimento da mobilidade, o estudo *Connected Smart Cities* apresenta os critérios descritos no quadro 1 para cada indicador do eixo "Mobilidade".

Quadro 1 – Descrição dos indicadores do eixo Mobilidade

Indicador	Descrição
Automóveis / habitantes	Dado que pondera a proporção de veículos do tipo automóvel em relação a quantidade de habitantes na cidade
Idade média da frota de veículos	Dado que pondera a idade média da frota disponível (emplacada) nos municípios. Está atrelado a qualidade e velocidade da mobilidade e a questão de saúde, uma vez que veículos mais antigos tendem a impactar mais sobre a qualidade do ar segundo estudos.
Ônibus / automóveis	Dado que pondera a proporção de veículos do tipo ônibus e micro-ônibus em relação a quantidade de veículos do tipo automóvel. Entendimento da proporção de transporte de massa pela quantidade de transporte individual.
Outros modais de transporte (massa)	Levantamento individual das cidades que possuem algum modelo a mais, além do simples transporte de passageiros por sistema de transporte público tradicional (ônibus). Quilômetros desse modal por cem mil habitantes, considerando: metrô, trem e VLT
Ciclovias	Informação de quilômetros de ciclovias implantadas por cem mil habitantes. Dado municipal mais recente disponível na data de corte.
Conexões rodoviárias entre estados	Dados referentes à prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob regime de autorização.
Acesso a aeroporto	Quantidade de aeroportos em um raio de 100 km da cidade
% de veículos de baixa emissão	Indicador baseado na ISO 37122. O indicador é composto pelo total de veículos de baixa emissão matriculados no município pelo total de veículos matriculados no município. Foram considerados veículos de baixa emissão os veículos com os seguintes tipos de combustível: elétrico (fonte externa), elétrico (fonte interna) e gasolina / elétrico.
Bilhete eletrônico transporte público	Levantamento quanto a existência de bilhete ou cartão eletrônico aos cidadãos para uso de transporte público no município.
Semáforos inteligentes	Levantamento quanto a existência de semáforos inteligentes controlados a distância para ações como priorizar o transporte público ou a circulação em rotas expressas no município.
Mortes no trânsito	Taxa municipal de homicídios por cem mil habitantes. Causa - CIDBR-10 (Grandes grupos): V01-V99 Acidentes de transporte por local de ocorrência

Fonte: Adaptado de NECTA, 2023, p. 104,105 e 109.

Dentre os indicadores que compõem o eixo de mobilidade, o indicador "Semáforos inteligentes" e o indicador "Bilhete eletrônico transporte público" são exemplos de análises realizadas pelo implemento direto da tecnologia na gestão dos serviços públicos relacionados à mobilidade urbana. Enquanto outros indicadores estão vinculados também a uma análise mais complexa sobre como a tecnologia impacta a mobilidade e consequentemente outros eixos, que é o caso do indicador

"Idade média da frota de veículos", em que veículos mais novos e com uma tecnologia menos poluente têm impacto também no indicador de Meio Ambiente. Rezende (2022, p. 366) avalia que em uma cidade com baixa nota no indicador "% de veículos de baixa emissão" e a ausência de semáforos inteligentes liga um alerta para novas políticas públicas sobre a tecnologia e o meio ambiente, pois indica que "o município carece de dispositivos tecnológicos e ações a fim de incentivar a mobilidade inteligente e sustentável".

No Brasil, enfrentar o congestionamento, garantir a acessibilidade e promover o transporte sustentável demanda uma abordagem abrangente que integre tecnologia e políticas públicas eficazes. Nesse contexto, o ranking *Connected Smart Cities*, ao mensurar o estado atual da mobilidade urbana e buscar inovações por meio da tecnologia, revela-se uma ferramenta valiosa. A mobilidade urbana é uma espinha dorsal para o funcionamento eficiente das cidades, estando internamente ligada ao desenvolvimento urbano, à sustentabilidade ambiental e à qualidade de vida dos cidadãos. Essa importância é reconhecida inclusive pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU em 2015, em que a mobilidade urbana é citada.

4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Conforme explicado por Miranda *et al*. (2023) a Agenda 2030, adotada em setembro de 2015 pelos 193 Estados-membros da ONU, é um ambicioso plano global para erradicar a pobreza e promover uma vida digna para todos. Composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, orienta ações individuais, estatais e institucionais para um futuro sustentável.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão listados na figura 1 a seguir.

Figura 1 – Objetivos de desenvolvimento sustentável

Fonte: NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2023, *online*

Miranda *et al*. (2023) complementam ainda que cada meta possui seus indicadores, e através deles, é possível realizar o monitoramento do progresso que está ocorrendo em cada meta de maneira padronizada internacionalmente.

Assim como o ranking *Connected Smart Cities* visa analisar a conexão entre diversos eixos, os objetivos de desenvolvimento sustentáveis são interconectados, e visam abordar desafios globais e criar impacto positivo tanto em nível local como em nível global. Dentre eles, o ODS 11 foca no desenvolvimento das cidades, de forma a moldar um ambiente urbano mais seguro, resiliente e equitativo.

4.1 ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

O IPEA (2019) descreve o propósito do ODS 11, conhecido como "Cidades e Comunidades Sustentáveis", que é fundamentado em promover a inclusão, segurança e sustentabilidade nas áreas urbanas. A meta contempla objetivos relacionados ao acesso Universal à Habitação Adequada e Segura; Mobilidade Urbana Sustentável; Planejamento e Gestão Sustentável do Espaço Urbano;

Participação e Inclusão Social; Resiliência a Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas; Patrimônio Cultural e Natural; Cooperação e Parcerias para Cidades Sustentáveis. Sena *et al*. (2016, p. 679) identifica que "assegurar que até 2030 as metas deste objetivo sejam alcançadas requer um grande esforço coordenado dos governos em todos seus níveis".

Diante dessa meta e complexidade, as *smart cities* se destacam como uma abordagem estratégica para atingir tais objetivos, oferecendo soluções para desafios decorrentes do crescimento demográfico, especialmente em um cenário de urbanização crescente, conforme abordado por Germano e Medeiros.

> "As cidades inteligentes sustentáveis, inclusive, foram levadas em consideração pela ONU, em 2015, no acordo celebrado por 193 países, em que houve a aprovação do documento "Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Consoante o documento confeccionado, foram estruturados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando-se, dentre as metas, o ODS nº 11, cujo teor pauta-se no ideal de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Pode-se afirmar, nesse norte, que as *smart cities* foram implicitamente consideradas no documento, na medida em que as pretensões reportadas no ODS nº 11 estão intimamente relacionadas às cidades inteligentes." (GERMANO e MEDEIROS, 2021, p. 1963)

O Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11.2, é especificamente centrado na mobilidade, e visa proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e economicamente viável para todos, ao mesmo tempo, procura aprimorar a segurança nas estradas e a expansão do transporte público. Isso inclui uma atenção especial às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos (IPEA, 2019). Este enfoque destaca a importância de melhorar a mobilidade urbana, adotando tecnologias inovadoras para otimizar a gestão do tráfego e reduzir a poluição. Hiroki (2021) apresenta o conceito *Smart Mobility*, ou mobilidade inteligente, em que através da informação dos dados de incidentes e acidentes reportados em um aplicativo de celular, é possível identificar e otimizar a gestão do trânsito em pontos com engarrafamentos e congestionamentos, tornando mais fluida a mobilidade na cidade.

Ao priorizar a mobilidade sustentável aliada a ferramentas tecnológicas, o ODS 11.2 contribui para cidades mais habitáveis, mitigando os desafios relacionados à expansão urbana e fomentando a qualidade de vida dos habitantes.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem descritiva, realizando um levantamento teórico e documental. A metodologia de pesquisa é exploratória, visando obter uma compreensão aprofundada sobre o tema através da análise de literatura científica, como livros, artigos científicos e teses, além de dados de fontes secundárias, como o ranking *Connected Smart Cities*. Estas fontes fornecem informações pertinentes e atualizadas sobre o tema em análise, e no caso do ranking, é utilizado de base para a definição da escolha das cidades estudadas.

Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica não se resume à mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado tema. Por meio desse tipo de pesquisa, é possível uma análise renovada, oferecendo novas perspectivas e novas conclusões ao examinar o tema de uma forma original. Essa abordagem permite que o pesquisador se aprofunde nos estudos relacionados ao tema, contribuindo para alcançar novos resultados.

Ao adotar essa abordagem, torna-se viável investigar conceitos, ideias e teorias já estabelecidas sobre o tema, dispensando a coleta direta de dados de campo ou a execução de experimentos. Através da análise realizada por essa abordagem, é possível identificar as tecnologias utilizadas nas cidades líderes do eixo de mobilidade das *smart cities*, conforme avaliado no ranking *Connected Smart Cities*, e sua relevância na busca por cidades mais sustentáveis, alinhadas ao ODS 11 da ONU.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O propósito desta seção é fornecer um levantamento teórico e uma análise crítica do desempenho e das estratégias adotadas por cidades líderes no ranking *Connected Smart Cities* 2023 no eixo de mobilidade. Com base nisso, as cidades escolhidas para análise são: São Paulo (SP), Florianópolis (SC) e Santana do Parnaíba (SP).

O objetivo é centrado em analisar como as cidades respondem aos desafios da mobilidade urbana segundo os indicadores do ranking e as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 e em compreender quais estratégias e inovações são implementadas por essas cidades, considerando sua posição destacada em um ranking que avalia a inteligência urbana e a mobilidade em um cenário de cidades inteligentes.

6.1 São Paulo (SP)

No eixo de mobilidade do ranking de 2023, a cidade de São Paulo obteve a nota 4,890 de um total de 8,500. Por conta de sua nota, a cidade ficou em primeiro do ranking no eixo mobilidade. Seu recorte por tamanho populacional é de “mais de 500 mil habitantes” e por regiões geográficas é a região Sudeste. Apesar do primeiro lugar, a cidade perdeu pontos em relação ao ranking de 2022, quando também ficou em primeiro lugar no eixo.

Através da tabela 2, são apresentadas as notas da cidade de São Paulo no eixo mobilidade.

Tabela 2 - Indicadores relativo ao eixo Mobilidade da cidade de São Paulo (SP)

Indicadores	Dado	Unidade
Bilhete eletrônico transporte público	Sim	Sim ou não
Ciclovias	5,95	KMS / 100 mil habitantes
Idade média da frota de veículos	17,59	Anos
Nº de aeroportos com voos regulares em raio de 100 KM	3	Aeroportos
Ônibus / automóveis	0,01	Ônibus / automóvel
Outros modais de transporte coletivo (kms)	0,02	KMS / 100 mil habitantes
Percentagem de veículos matriculados na cidade que são veículos de baixa emissão	0,33%	% do total
Proporção de automóveis / habitantes	0,54	Automóvel / habitantes
Semáforos inteligentes	Sim	Sim ou não
Transporte Rodoviário - Conexões Interestaduais	267	Seções interestaduais
Mortes em acidente de trânsito / 100 mil habitantes	6	Óbito / 100 mil habitantes

Fonte: Adaptado de CONNECTED SMART CITIES, 2023, *online*.

Conforme a análise dos dados, a cidade de São Paulo não obteve nota zero em nenhum indicador, o que influenciou para sua colocação no ranking desse eixo.

Por ser uma grande metrópole, a cidade obtém vantagem no indicador relacionado aos aeroportos, visto que a capital do estado de São Paulo possui 3 deles em sua região. Assim como as conexões interestaduais, a cidade possui um vasto número de prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual.

Em relação à sustentabilidade, a idade média da frota dos veículos da cidade está elevada e, por conta disso, apresenta um baixo número na porcentagem de veículos de baixa emissão de dióxido de carbono (CO_2).

Ademais, a cidade apresenta o uso da tecnologia em seus semáforos e no bilhete eletrônico de transporte público. Bazzan (2021), em sua pesquisa sobre o uso de semáforos inteligentes, explica o funcionamento dessa tecnologia, em que o desempenho de cada um está associado aos padrões que ocorrem nos cruzamentos adjacentes, ou seja, os semáforos inteligentes são alimentados com informações sobre o estado da rede de tráfego, incluindo os semáforos vizinhos, eventos imprevistos e outros dados relevantes, de forma a liberar um sentido da via de forma mais rápida conforme um congestionamento que está travando o movimento mais à frente.

Segundo análise de Sotto *et al*. (2019, p. 68), o Plano Diretor da cidade de São Paulo prevê uma estratégia em conformidade as metas da ODS 11 da ONU quando planeja o "adensamento populacional articulado aos eixos de transportes públicos", de modo a concentrar uma maior densidade de pessoas em áreas urbanas que estão próximas ou ao longo das principais vias de transporte público, essa estratégia visa otimizar o uso desses meios de transporte coletivos. Isso reduz deslocamentos longos e congestionados, fomenta o uso do transporte público e mitiga o tráfego individual e as emissões de carbono, sendo capaz de promover uma cidade mais dinâmica e sustentável. Contudo, requer um planejamento cuidadoso para evitar sobrecarga nos sistemas de transporte e garantir uma boa qualidade de vida aos habitantes nessas regiões.

Um dos motivos de a cidade de São Paulo ocupar a primeira posição do ranking, é o alto investimento que possui por ser uma megametrópole. Segundo Necta (2023, p.34), a prefeitura de São Paulo em 2023 "anunciou e está executando um investimento em urbanismo e mobilidade, com valores previstos de R$2,6 bilhões. [...] Já para transporte serão investidos R$1,93 bilhão". Por mais que a capital possua os seus problemas de locomoção, por ser uma grande metrópole, ocorre um maior investimento nos indicadores que o ranking pondera para a classificação.

6.2 Florianópolis (SC)

A capital de Santa Catarina ocupa a segunda posição no ranking *Connected Smart Cities* no eixo mobilidade e é a líder do ranking geral no ano de 2023. A cidade recebeu nota 36,762 na somatória de todos os eixos e 4,656 no eixo mobilidade. Apesar de perder pontos no eixo quando comparado ao ranking do ano anterior, a cidade subiu duas posições no eixo, tornando-se a primeira da região sul em mobilidade.

Na tabela 3 são apresentadas as notas da cidade de Florianópolis.

Tabela 3 - Indicadores relativo ao eixo Mobilidade da cidade de Florianópolis (SC)

Indicadores	**Dado**	**Unidade**
Bilhete eletrônico transporte público	Sim	Sim ou não
Ciclovias	41,9	KMS / 100 mil habitantes
Idade média da frota de veículos	13,7	Anos
Nº de aeroportos com voos regulares em raio de 100 KM	2	Aeroportos
Ônibus / automóveis	0,01	Onibus / automóvel
Outros modais de transporte coletivo (kms)	0,01	KMS / 100 mil habitantes
Percentagem de veículos matriculados na cidade que são veículos de baixa emissão	0,49%	% do total
Proporção de automóveis / habitantes	0,44	Automóvel / habitantes
Semáforos inteligentes	Sim	Sim ou não
Transporte Rodoviário - Conexões Interestaduais	69	Seções interestaduais
Mortes em acidente de trânsito / 100 mil habitantes	8	Óbito / 100 mil habitantes

Fonte: Adaptado de CONNECTED SMART CITIES, 2023, *online*.

A média de idade de sua frota é menor que São Paulo e apresenta uma maior porcentagem de veículos de baixa emissão de CO2. Alguns indicadores que penalizam a cidade em relação a líder do eixo, é a quantidade de aeroportos em seu entorno e suas conexões interestaduais, com um número bem abaixo da capital paulista.

A cidade conta com a tecnologia para os índices de semáforos e bilhetes de transporte público. Um ponto favorável para Florianópolis é sua extensão de ciclovias, com quase 42 KMs para cada 100 mil habitantes. Raquel (2012, p. 146) descreve em sua pesquisa todo o processo para a transformação da infraestrutura da cidade de Florianópolis, buscando acolher as bicicletas como "um elemento partícipe do processo de transformação social e espacial da cidade", compreendendo que o processo de planejamento urbano é o meio mais eficaz para integrá-la nas políticas públicas voltadas à mobilidade. Considerando que o planejamento urbano é em grande parte definido como a elaboração de planos e organização do espaço, foi possível rever a concepção das bicicletas na cidade através de seu plano diretor.

Dentre as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 da ONU, é levantada a inclusão das necessidades de pessoas com mobilidade reduzida, Alperstedt Neto *et al*. (2018) identificou na cidade de Florianópolis obstáculos para que essa meta fosse alcançada, mas os autores apresentaram uma solução que utiliza a tecnologia de *crowdsensing* para localizar, avaliar e acessar locais com ou sem acessibilidade, de forma a auxiliar a minimização do problema da falta de acessibilidade e que podem ser implementados pelas prefeituras.

A capital catarinense possui outras tecnologias implementadas para auxiliar a mobilidade que não são consideradas para a classificação do ranking, como por exemplo o aplicativo "Mobilidade Floripa", que permite conectar os usuários a mapas interativos da cidade e outros recursos utilizando o GPS do aparelho, caso tecnologias assim fossem consideradas, a classificação da cidade no eixo poderia ser ainda melhor.

6.3 Santana do Parnaíba (SP)

A cidade de Santana do Parnaíba, no estado de São Paulo, lidera o eixo de mobilidade considerando as cidades com 100 a 500 mil habitantes e está em segundo da região Sudeste, em relação ao eixo mobilidade, a cidade ocupa o terceiro lugar e melhorou sua posição no eixo em relação ao ranking do ano passado subindo três posições.

Na tabela 4 são apresentadas as notas obtidas pela cidade de Santana do Parnaíba no eixo mobilidade.

Tabela 4 - Indicadores relativo ao eixo Mobilidade da cidade de Santana do Parnaíba (SP)

Indicadores	**Dado**	**Unidade**
Bilhete eletrônico transporte público	Sim	Sim ou não
Ciclovias	19,5	KMS / 100 mil habitantes
Idade média da frota de veículos	14,9	Anos
Nº de aeroportos com voos regulares em raio de 100 KM	3	Aeroportos
Ônibus / automóveis	0,01	Onibus / automóvel
Outros modais de transporte coletivo (kms)	0,01	KMS / 100 mil habitantes
Percentagem de veículos matriculados na cidade que são veículos de baixa emissão	0,81%	% do total
Proporção de automóveis / habitantes	0,36	Automóvel / habitantes
Semáforos inteligentes	Sim	Sim ou não
Transporte Rodoviário - Conexões Interestaduais	0	Seções interestaduais
Mortes em acidente de trânsito / 100 mil habitantes	7,3	Óbito / 100 mil habitantes

Fonte: Adaptado de CONNECTED SMART CITIES, 2023, *online*.

A cidade é destaque em sua frota de veículos de baixa emissão de dióxido de carbono, com 0,81% da sua frota de veículos matriculados, apesar da idade média dos veículos se encontrar acima de Florianópolis.

Por sua localização, a cidade conseguiu pontuar o mesmo tanto que a capital paulista no indicador de números de aeroportos, porém, não conseguiu pontuar nas conexões interestaduais.

Weiss, Guimaraes e Aguiar (2019) já identificavam a cinco anos atrás o potencial da cidade de Santana de Parnaíba em se desenvolver como uma cidade inteligente e sustentável, em que sua pesquisa constatou que a cidade já estava caminhando para outros níveis no uso das tecnologias da informação e da comunicação. Segundo análise do ranking, a cidade possui semáforos inteligentes e já conta com bilhete eletrônico para o transporte público, de modo que a aplicação de tecnologias para esse indicador, conforme Nassar e Vieira (2017), possibilita compartilhar informações sobre o transporte urbano na cidade, sendo capaz de auxiliar nas dificuldades relacionadas a informação disponibilizada aos usuários dos coletivos, como as linhas de ônibus, os horários e trajetos.

Quando analisamos o transporte público pela ótica da ODS 11.2 da ONU, que diz que o transporte público deve ser acessível e de qualidade, a pesquisa de Oliveira (2021) demonstra em seus resultados que não é o que ocorre segundo a população dos conjuntos habitacionais da cidade, pois 46,7% dos moradores consideram o serviço regular, ruim ou péssimo. Porém a opinião diverge

dos funcionários públicos que citam avanços relacionados à mobilidade na região, principalmente a acessibilidade do transporte público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que o fenômeno global da urbanização e o crescimento populacional impõem desafios à gestão urbana. As cidades estão enfrentando necessidades de mudanças em relação à sustentabilidade, tecnologia e inclusão, visando atender as demandas da população urbana que está em expansão.

Nesse cenário, o conceito "*Smart City"* se mostrou como uma resposta inovadora a essas necessidades. O ranking *Connected Smart Cities* demonstrou ser uma ferramenta completa e versátil para análise das estratégias propostas pelas cidades para melhorar a qualidade de vida da população e permite ainda a avaliação dos indicadores de relevantes eixos, como o de mobilidade. Importante observar que o ranking considera não apenas a tecnologia para sua definição de "*Smart City*", mas sim, a conexão entre diversos indicadores que conseguem deixar a análise mais completa e fidedigna. O estudo realizado pela *Urban Systems* já considera o nível de desenvolvimento brasileiro, realizando uma adequação dos indicadores internacionais.

Através da análise das cidades líderes do eixo mobilidade do ranking de 2023, São Paulo, Florianópolis e Santana do Parnaíba, foi possível compreender a pontuação das cidades, as características positivas e os desafios enfrentados por cada uma. São Paulo, enfrenta a complexidade da mobilidade em larga escala, demandando um planejamento urbano integrado, porém possui investimentos significativos. Florianópolis, por sua vez, apresenta oportunidades para integrar efetivamente a bicicleta em seu planejamento urbano, promovendo uma mobilidade mais sustentável. Foi possível analisar a crescente que Santana do Parnaíba está no âmbito de cidades inteligentes.

A ausência de alguns indicadores para classificar as cidades no ranking, como por exemplo apenas dois indicadores diretamente ligados à tecnologia, tem impacto significativo sobre a pontuação das cidades que lideram o eixo. Assim como a distância considerada da cidade aos aeroportos para pontuar.

Durante o estudo, a importância da integração das metas dos ODS no planejamento e desenvolvimento urbano se mostrou essencial para criar cidades que atendam não apenas às necessidades presentes, mas também as futuras, garantindo um crescimento sustentável e focando os esforços globais em uma direção única, pois é um desafio coletivo que requer ações coordenadas globalmente e não apenas em nível local.

A busca por cidades inteligentes e sustentáveis se mostra uma jornada contínua que exige colaboração entre governos, setor privado e comunidades. A análise das cidades líderes do eixo mobilidade no ranking *Connected Smart Cities*, demonstra a necessidade constante de inovação e investimentos estratégicos, a integração de tecnologias no transporte proporcionam soluções eficientes para os desafios encontrados, tornando as *smart cities* um caminho para otimizar a gestão pública e assim alcançar as metas do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A discussão dos resultados demonstra a possibilidade de futuras pesquisas analisarem os demais eixos do ranking, o recorte por região, o recorte por população ou ainda uma análise das cidades líderes do ranking geral.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT NETO, C. A.; ROLT, C. R.; ALPERSTEDT, G. D. Acessibilidade e Tecnologia na Construção da Cidade Inteligente. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 291-310, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170295. Acesso em: 20 set. 2023.

ALVES, M. A.; DIAS, R. C.; SEIXAS; P. C. Smart Cities no Brasil e em Portugal: o estado da arte. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 11, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175- 3369.011.e20190061. Acesso em: 18 set. 2023.

BAZZAN, A. L. C. Contribuições de aprendizado por reforço em escolha de rota e controle semafórico. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 35, n. 101, p. 95-110, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185038. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 4 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm Acesso em: 18 set. 2023.

CONNECTED Smart Cities. Ranking Connected Smart Cities em Power BI. *Urban Systems*, 2023. Disponível em: https://bit.ly/plataformarcsc23. Acesso em: 16 set. 2023

CONFEDERAÇÃO Nacional da Industria - CNI. Pesquisa Mobilidade Urbana & Trabalho: Pesquisa de Opinião Pública. *IPRI - Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem*, 2023. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/91/c6/91c6a394-ee8b-4772-8f19-27fa401a295e/pesquisa_cni_mobilidade_urbana_populacao_-_fase_2.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

FERREIRA, A. S.; BERNARTT, M. de L.; CAMPOS, J. R. da R.; GODOY, C. M. T.; SANTOS, G. D. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EM CIDADES: uma análise comparativa. *Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional*, Ijuí, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22856. Acesso em: 18 set. 2023.

GALINDO, E. P.; LIMA NETO, V. C.. A MOBILIDADE URBANA NO BRASIL: percepções de sua população. *Texto para Discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Rio de Janeiro, v. 2468, p. 1-54, 2019. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2468.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

GERMANO, F; MEDEIROS, B. A. de. Cidadania e desenvolvimento urbano sustentável sob a perspectiva do direito à locomoção nas cidades brasileiras. *Revista De Direito Da Cidade*, [s. l.], v. 13, n. 4, 2021, p. 1957–1979. Disponível em: https://doi.org/10.12957/rdc.2021.49997. Acesso em: 18 set. 2023.

HIROKI, S. M. Y.. Mobilidade, participação e dados: o caso da aplicação do Waze for Cities Data na cidade de Joinville (SC). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s. l.], v. 13, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200030. Acesso em: 19 set. 2023.

IPEA. ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis. *IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html. Acesso em: 19 set. 2023.

LIMA, Mariana Ribeiro dos Santos. *O contexto das Cidades Inteligentes e o Mapeamento Colaborativo como iniciativas preditivas ao gerenciamento de riscos na cidade de Belo Horizonte*. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MALDONADO, J. C. et al. *Jornada de Atualização em Informática 2016*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2016. p. 268. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/livros/index.php/sbc/catalog/book/6. Acesso em: 17 set. 2023.

MIRANDA, W. D. de; SILVA, G. D. M. da; FERNANDES, L. da M. M.; SILVEIRA, F.; SOUSA, R. P. de. Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável. *Cadernos de Saúde Pública*, [s. l.], v. 39, n. 4, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT119022. Acesso em: 19 set. 2023.

NAÇÕES Unidas Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. *Nações Unidas Brasil*, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 19 set. 2023.

NASSAR, V.; VIEIRA, M. L. H.. O compartilhamento de informações no transporte público com as tecnologias RFID e NFC: uma proposta de aplicação. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. 2017, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 327-340. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.AO12. Acesso em: 20 set. 2023.

NECTA (org). *Relatório do ranking Connected Smart Cities*: Edição 2023. São Paulo: Urban Systems 2023. Disponível em: https://ranking.connectedsmartcities.com.br/. Acesso em: 16 set. 2023.

OLIVEIRA, Murillo Calixto Navarro. *Intervenções urbanas compensatórias do Vila Parque e a sustentabilidade dos territórios periféricos de Santana de Parnaíba-SP/Brasil*. 2021. 181 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

PINHEIRO, L. K. S.; BOTTON, G. Z.; VASCONCELOS, A. M. de; LOPES, J. C. de J. As ferramentas tecnológicas voltadas para o bem-estar coletivo num ambiente urbano inteligente: um ensaio teórico sobre Campo Grande, MS. *Interações (Campo Grande)*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 193–210, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.20435/inter.v24i1.3648. Acesso em: 18 set. 2023.

RAQUEL, Roberta. *Espaço em transição: a mobilidade ciclística e os planos diretores de Florianópolis*. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2010.

REZENDE, D. S. ANÁLISE DOS INDICADORES DO RANKING CONNECTED SMART CITIES APRESENTADOS PELO URBAN SYSTEMS: estudo do município de Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil. *Revista Panorâmica online*, [s. l.], v. 35, 2022. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1496. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, É; FRANZ, N. M.; SIMÃO, A.; TERNOSKI, S.; DA SILVA, C. L; SANTOS, G. D.. Cidades inteligentes e sustentáveis: percepções sobre a cidade de Curitiba/PR a partir dos planos plurianuais de 2014 a 2021, *urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana*, [s. l.], v. 14. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210299. Acesso em: 17 set. 2023.

SARAIVA, A. ONU-Habitat: população mundial será 68% urbana até 2050. *Nações Unidas Brasil*. jul./2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-população-mundial-será-68-urbana-até-2050. Acesso em: 3 ago. 2023.

SENA, A.; FREITAS, C. M. de; BARCELLOS, C.; RAMALHO, W.; CORVALAN, C. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 671–683, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.21642015. Acesso em: 19 set. 2023.

URBAN Systems. Ranking Connected Smart Cities. *Urban Systems*, 2023. Disponível em: https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities. Acesso em: 16 set. 2023.

WEISS, M. C.; GUIMARÃES, J. G. de A.; AGUIAR, H. de S.. CIDADES INTELIGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma avaliação do uso de TIC em cidades paulistas. *Revista Científica e-Locução*, [s. l.], v. 1, n. 16, p. 87-110, 2020. Disponível em: https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucao/article/view/216. Acesso em: 20 set. 2023.

TECNOLOGIA E DIREITO DE FAMÍLIA: APONTAMENTOS SOBRE A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DIGITAL

TECHNOLOGY AND FAMILY LAW: NOTES ON THE INTEGRAL PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE DIGITAL ENVIRONMENT

Área temática: 10 – Redução das Desigualdades.

CANELA, Kelly Cristina
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca (FCHS/Unesp)
Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestra em Direito pela *Università degli Studi di Roma Tor Vergata*. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da FCHS/Unesp – Campus de Franca
kellyccanela@gmail.com

LENTE, Tainá Fagundes
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca (FCHS/Unesp)
Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp com bolsa CAPES/DS. Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Frutal. Advogada.
taina.lente.fagundes@gmail.com

OLIVEIRA, Natália Mota de
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca (FCHS/Unesp)
Mestranda em Direito pela FCHS/Unesp com bolsa CAPES/DS. Graduada em Direito pela Universidade de Franca. Advogada.
natalia.mota@unesp.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência que a tecnologia exerce na efetivação da doutrina da proteção integral das crianças e dos adolescentes, ora garantindo a aplicação desse princípio, ora podendo gerar hipóteses de vulnerabilidade. Nesse ínterim, serão analisados os institutos da convivência familiar virtual, do abandono digital e da superexposição de crianças e de adolescentes na internet. Para tanto, fez-se o uso do método de pesquisa hipotético-dedutivo, com apoio na pesquisa bibliográfica nas obras dos autores elencados nas referências. Além disso, foi feito o estudo das disposições legislativas importantes para o tema presentes em documentos como o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como resultado, foi notado que a tecnologia pode viabilizar o exercício da proteção integral, tendo como exemplo a possibilidade de manutenção de vínculos entre pais e filhos que estejam distantes, por meio da convivência familiar virtual; e também tem a capacidade de expor as crianças e os adolescentes a situações de vulnerabilidade, como ocorre nos casos do abandono digital e da superexposição no ambiente digital. Esses últimos atingem direitos fundamentais dos infantes, como a segurança, a privacidade e os direitos da personalidade (a exemplo do direito à imagem), de modo que alguns autores consideram os danos advindos dessas situações dignos de reparação. Assim, evidencia-se a fundamentabilidade de manutenção de um diálogo amplo entre o Direito de Família e a tecnologia, considerando a necessidade da ordem jurídica em acompanhar os impactos que a internet traz nas relações sociais.

Palavras-chave: proteção integral de crianças e adolescentes, direito de família, ambiente digital.

Abstract

The present paper aims to analyze the influence that technology exerts on the implementation of the doctrine of full protection of children and adolescents, sometimes guaranteeing the application of this principle, sometimes generating hypotheses of vulnerability. In the meantime, the institutes of virtual family life, digital abandonment and overexposure of children and adolescents on the internet will be analyzed. To this end, the hypothetical-deductive research method was used, supported by bibliographic research in the works of the authors listed in the references. In addition, a study was made of the important legislative provisions for the topic present in documents such as the Civil Code and the Statute of Children and Adolescents. As a result, it was noted that technology can enable the exercise of full protection, taking as an example the possibility of maintaining bonds between parents and children who are distant, through virtual family coexistence; and it also has the capacity to expose children and adolescents to vulnerable situations, as occurs in cases of digital abandonment and overexposure in the digital environment. The latter affect children's fundamental rights, such as security, privacy and personality rights (such as the right to image), so that some authors consider the damage resulting from these situations worthy of repair. Thus, the justification for maintaining a broad dialogue between Family Law and technology is evident, considering the need for the legal system to monitor the impacts that the internet brings to social relations.

Keywords: full protection of children and adolescents, family law, digital space.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI é uma época permeada pelo acesso facilitado à tecnologia. Apesar da disseminação do uso da internet, principalmente através dos *smartphones*, ser uma característica dos últimos anos, as pessoas não conseguem mais se desvincularem do acesso aos seus dispositivos, tendo dificuldades para se imaginarem em um mundo desconectado.

É evidente que o avanço tecnológico traz uma gama enorme de benefícios, tendo encurtado distâncias, modernizado as transações bancárias, disseminado a cultura e a informação como nunca antes se viu.

Quando se pensa a respeito da pandemia do novo coronavírus, por exemplo, percebe-se como a internet teve papel central, viabilizando relações que antes não seriam possibilitadas se não em um ambiente presencial. Foi assim com a adoção do *home office*, da telemedicina e do ensino à distância.

Contudo, é ilusório pensar que a tecnologia só traz benefícios. O ambiente virtual também pode oferecer riscos às pessoas, como a desinformação, a violência, os perigos da excessiva exposição, além do vício no uso de redes sociais, dentre outros aspectos.

Apesar disso, fato é certo que bem ou mal, a tecnologia é uma realidade que se impõe na vida das pessoas, que já não conseguem viver sem ela.

Nesse contexto, por óbvio, a internet também trouxe impactos no meio jurídico, que necessita se adaptar para atender as demandas dos indivíduos que se consubstanciam nesta área. Foi e é assim com a adoção do processo eletrônico, com a edição de leis focadas no digital, como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados. Porém, essas disposições não são suficientes para tratar dos novos temas que têm surgido no Direito envolvendo a tecnologia.

Quando se fala do Direito de Família, por exemplo, uma gama de novos temas envolvendo tecnologia vêm se apresentando, principalmente quando se trata de um grupo de pessoas com alto grau de vulnerabilidade: o grupo das crianças e dos adolescentes. Nesse aspecto, a (falta de) proteção das crianças e dos adolescentes na internet é assunto recorrente e de destaque, necessitando que sejam empreendidos estudos a fim de buscar a concretização dos direitos dos infantes também nas relações virtuais.

Dessa forma, o enfoque deste trabalho se dará a partir do estudo de três temas que intersectam o Direito de Família e a tecnologia e se consubstanciam na proteção de crianças e adolescentes no seio da família e no meio digital, quais sejam: o exercício da convivência familiar por meio de recursos digitais; o abandono digital de crianças e de adolescentes; e a superexposição de crianças e de adolescentes na internet.

Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido a partir do método hipotético-dedutivo, de forma que se parte da análise do princípio da proteção integral das crianças e dos adolescentes (visto que ele é o ponto inicial de consideração do grupo como sujeito de direitos) para, enfim, discutir os

três objetos que foram elencados acima. Para tanto, houve apoio na pesquisa bibliográfica, por meio das obras dos autores relacionados ao final, além de um estudo legislativo e jurisprudencial, buscando analisar dispositivos legais atinentes ao tema (a exemplo da Constituição da República Federativa do Brasil, do Código Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros), bem como relacionar decisões recentes dos tribunais (como a Apelação Cível nº 1016255-91.2014.8.26.0562).

2 A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES[1]

A atribuição de direitos às crianças e aos adolescentes é relativamente recente tanto em plano internacional, como no Brasil. Internamente, o grupo só foi considerado destinatário de direitos fundamentais de forma efetiva com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) no ano de 1988, ou seja, há pouco mais de trinta anos.

Para entender a demora na adoção da doutrina que considera as crianças e os adolescentes dignos de proteção, é preciso, segundo Zapater (2023, p. 11, *on-line*), entender as mudanças pelas quais os próprios direitos humanos passaram.

A autora explica que os direitos humanos foram chancelados na Modernidade (século XVIII), todavia, apesar de pretenderem à universalidade, esse reconhecimento era condicionado a um determinado grupo social, constituído por aqueles que protagonizaram as revoluções liberais nas quais essa classe de direitos foi reconhecida. Assim, os direitos humanos não eram reconhecidos a outros grupos, a exemplo das mulheres, das crianças e dos adolescentes (Zapater, 2023, p. 11-12, *on-line*). Como bem pontua "[...] aqueles que detiveram o lugar de falar sobre si (e, portanto, a hegemonia) nos processos históricos das Revoluções Liberais e Científica é que nomearam quais seriam as desigualdades a se eliminar por meio da lei, e quais se manteriam pelo discurso da Ciência." (Zapater, 2023, p. 13, *on-line*).

Mesmo distante da atribuição dos direitos humanos ao grupo estudado, Zapater (2023, p. 13, *on-line*), com apoio nos estudos de Badinter, explica que as revoluções liberais tiveram um papel importante para a valorização da família como instituição da vida privada do homem burguês e, mais que isso, para estabelecer a criança como uma figura importante como futura força de trabalho. Dessa forma, a criação e o cuidado passariam a acontecer no seio da família, atribuindo esse dever à mulher: "[...] [há] a valorização do amor romântico concomitante à atribuição dos cuidados com a vida doméstica às mulheres – o que incluirá o cuidado com as crianças, acarretando a construção de uma nova noção de maternidade e de deveres da família para com seus filhos" (Zapater, 2023, p. 13, *on-line*).

Entretanto, o reconhecimento de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos e destinatários dos direitos humanos aconteceria apenas no final do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, preocupações atinentes ao grupo começaram a surgir. Enquanto os países vencedores da guerra prosperaram economicamente a ponto de realizar a abertura de um mercado de consumo voltado para o púbico infanto-juvenil, outras regiões do globo, como a África e a Ásia (através do processo de descolonização), padeciam com a pobreza e com as altas taxas de natalidade, de modo que a infância/juventude desses países era marcada pela miséria e a fome (Zapater, 2023, p. 13-14, *on-line*).

Tendo em vista o contexto do pós-guerra quanto às crianças e aos adolescentes é feita a Declaração Universal dos Direitos da Criança das Nações Unidas (ONU) em 1959, documento que foi um marco no direito internacional e visa assegurar os direitos básicos ao grupo destacado (Zapater, 2023, p. 14, *on-line*).

A legislação brasileira sobre crianças e adolescentes, por sua vez, também se transformou com o decorrer do tempo. Para entender a mudança de paradigma no tratamento jurídico dispensado ao grupo pode-se pontuar, segundo Costa (2000, n. p.), três fases distintas que correspondem à doutrina do direito penal do menor, à doutrina da situação irregular e à doutrina da proteção integral.

A doutrina do direito penal do menor tratava crianças e adolescentes pelo aspecto da delinquência, disciplinando as sanções a serem aplicadas aos menores infratores. Esse modelo

[1] O termo *menor* é utilizado na parte do texto que menciona a doutrina do direito penal do menor e a doutrina da situação irregular, visto que este era o termo utilizado por esses instrumentos. Todavia, é preciso fazer a ressalva de que o termo caiu em desuso com o advento da doutrina da proteção integral, justamente porque demarcava a criança e o adolescente como objetos de tutela e não sujeitos de direito (visão que é adotada pela doutrina em vigência).

vigorava desde o Brasil Império e influenciou, além do próprio Código Criminal do Império, o Código Penal de 1890 e o primeiro Código de Menores de 1927 (Código Mello Mattos) (Costa, 2000, n. p.).

Posteriormente, Costa (2000, n. p.) explica, foi adotada a doutrina da situação irregular no Código de Menores de 1979. A doutrina da situação irregular consistiu no tratamento jurídico das crianças e dos adolescentes que não tinham uma inserção social considerada "normal", ou seja, dedicava-se, para além dos jovens infratores, às crianças mais pobres e também às abandonadas. Essa legislação, apesar de representar um avanço com relação à anterior, considerava o menor objeto de tutela do Estado, separando os menores em classes sociais, visto que os filhos de famílias abastadas não correspondiam ao perfil imposto pela lei (Leite, 2006, p. 97).

Finalmente, tem-se a doutrina da proteção integral que vige atualmente e passou a ser adotada a partir da Constituição de 1988. Com ela, as crianças e os adolescentes passaram a serem considerados sujeitos de direito, ou seja, destinatários de proteção jurídica e titulares de todos os direitos fundamentais (Zapater, 2023, p. 22, *on-line*).

A doutrina da proteção integral, visando a formação sadia das crianças e dos adolescentes, seres em desenvolvimento, estabeleceu também uma divisão de responsabilidade quanto à proteção do grupo, dessa forma, o art. 227 da CRFB disciplina a família, a sociedade e o Estado como encarregados (Costa, 2000, n. p.).

E em compatibilidade com o novo sistema constitucional da proteção integral foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, Lei nº 8.069/1990. Esse regramento reforça os direitos fundamentais do grupo, dispõe sobre o direito de convivência familiar e comunitária dos infantes, disciplina questões relativas à filiação (como o exercício do poder familiar e o procedimento de adoção), além de outras providências. A criação do ECA representou um marco importante e refletiu em outras legislações, a exemplo do Código Civil de 2002.

3 O DIREITO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR VIRTUAL

O direito de convivência familiar é um dos direitos mínimos garantidos às crianças e aos adolescentes para um desenvolvimento saudável e pleno. Ele vem previsto simultaneamente no *caput* do art. 227 da CRFB e no *caput* dos arts. 4º e 19 do ECA.

Segundo Gagliano e Pamplona Filho (2019, p. 124, *on-line*), a convivência familiar é entendida como um dos princípios que regem o Direito de Família e propugna que pais e filhos, bem como outros familiares, têm o direito de permanecerem juntos, manterem relações, de forma que o afastamento entre eles é de caráter excepcional. É considerada tão importante que rege o instituto da adoção e a possibilidade de inserção da criança/adolescente em família substituta.

É nesse sentido, por exemplo, que se apresenta um estudo sobre a importância dos vínculos familiares na primeira infância feito pelo Núcleo Ciência pela Infância (2016, p. 6-7). Nele, pode-se perceber que a vinculação com a família, mormente os pais, é responsável por estabelecer um ambiente seguro para o desenvolvimento psicológico da criança, de modo que ela aprenda a lidar com sentimentos negativos, como a dor e a frustração. O estudo demonstra que a criação de vínculos precários pode fazer com que problemas emocionais se desenvolvam posteriormente e prejudiquem o comportamento e a vida escolar do indivíduo, por exemplo.

Também é preciso dizer que o direito de convivência não deve se estender somente aos pais, congregando outros familiares, a exemplo dos avós, dos irmãos, dos tios, dentre outros. Nesse ínterim, existe inclusive decisão recente (2023) que concedeu o direito de convivência entre avó e neta. No caso em questão, o juiz deferiu regime de visitação da neta à avó, considerando que a expansão do vínculo afetivo com a família extensa é benéfica ao desenvolvimento da criança (Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, 2023a).

Em outra linha, é preciso estabelecer as relações entre o direito de convivência e o exercício da guarda e da visitação. Primeiramente, todos estes institutos se consubstanciam no exercício do poder familiar dos pais com relação aos filhos, entendendo-se este como mais amplo, sendo o agrupamento dos direitos e deveres que os pais têm quanto aos filhos e a sua criação (Gagliano; Pamplona Filho, 2019, p. 636, *on-line*).

Nesse meio, a guarda diz respeito ao encargo de quem o filho permanecerá. Em caso de pais que mantenham um relacionamento entre si, geralmente, a guarda é exercida por ambos. Todavia, no caso de estarem separados/divorciados, pode ser que a guarda se mantenha com apenas um deles, com a fixação de residência da criança/adolescente em seu lar (guarda unilateral); ou, que a guarda seja compartilhada entre ambos, de modo que o filho permanecerá sob os cuidados de todos os seus genitores mesmo em face de uma separação (Lôbo, 2009, p. 24).

A guarda compartilhada é o modelo mais recomendado atualmente diante do princípio do melhor interesse da criança e da falta de consenso entre os pais para definição da guarda (art. 1584, §2º, Código Civil - CC).

Quanto à visitação, relaciona-se ao exercício da convivência familiar daquele genitor que não esteja com a guarda do filho. Atualmente, critica-se o termo visitação, visto que ele parece marcar uma esporadicidade quando a convivência entre pais e filhos deveria ser contínua. Detalha Lôbo:

> Por isso, é mais correto dizer direito à convivência, ou à companhia, ou ao contato (permanente), do que direito de visita (episódica). O direito de visita não se restringe a visitar o filho na residência do guardião ou no local que este designe. Abrange o de ter o filho "em sua companhia" e o de fiscalizar sua manutenção e educação, como prevê o art. 1.589 do Código Civil. O direito de ter o filho em sua companhia é expressão do direito à convivência familiar, que não pode ser restringido em regulamentação de visita. Uma coisa é a visita, outra a companhia ou convivência (Lôbo, 2009, p. 29).

É nesse contexto que o Direito de Família se deparou com um problema no período da pandemia do coronavírus. Como manter a convivência familiar entre pais e filhos que não residam na mesma casa, considerando-se os riscos da pandemia e a impossibilidade do trânsito de pessoas?

Respondendo a essa pergunta, o IBDFAM formulou o enunciado nº 41, visando a manutenção dos regimes fixados judicialmente, salvo a exceção de um dos núcleos familiares estar isolado por conta do vírus:

> Enunciado 41 - Em tempos de pandemia, o regime de convivência que já tenha sido fixado em decisão judicial ou acordo deve ser mantido, salvo se, comprovadamente, qualquer dos pais for submetido a isolamento ou houver situação excepcional que não atenda ao melhor interesse da criança ou adolescente (IBDFAM, 2023b).

Apesar disso, para preservar a saúde e a segurança da criança/adolescente, bem como de seus pais, houve casos em que foi necessário o afastamento físico entre os indivíduos. Como alternativa, alguns juízes determinaram que as visitas fossem realizadas de maneira virtual enquanto durasse a situação autorizadora, a exemplo do Agravo de Instrumento nº 2197094-24.2020.8.26.0000 e do Agravo de Instrumento nº 2163383-28.2020.8.26.0000, ambos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em outra mão, a tecnologia também vem exercendo um papel importante na manutenção da convivência familiar em contextos em que os pais residam em lugares (cidades, estados e até mesmo países) distantes dos filhos. É nesse sentido, inclusive, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu ao afirmar que a distância física dos genitores dos filhos não inviabiliza o exercício da guarda compartilhada (STJ, 2021).

Em suma, no contexto mencionado, enxerga-se a tecnologia como uma forma de auxiliar o exercício da convivência entre pais e filhos. E não só isso, ao concretizar o alcance desse direito pelas crianças e pelos adolescentes, auxilia também na satisfação dos deveres impostos pelo próprio princípio da proteção integral, visto que proporciona a higidez mental necessária para o desenvolvimento saudável do grupo enquanto indivíduos.

4 O ABANDONO DIGITAL DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS PAIS

Em outro aspecto o Direito de Família e a tecnologia também se entrecruzam. Com o desenvolvimento da internet e o acesso facilitado, as crianças e os adolescentes têm um contato precoce com a tecnologia, relação que demanda atenção por parte dos genitores.

É nesse sentido que se insere a temática do abandono digital de crianças e adolescentes e a possibilidade de responsabilização dos pais.

O ordenamento jurídico brasileiro é permeado pelo princípio da proteção integral quanto às crianças e aos adolescentes. Ele estabelece que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir um desenvolvimento saudável desses indivíduos com o acesso a todos os direitos fundamentais inerentes aos seres humanos (Dias, 2021, p. 81, *on-line*). Essa doutrina vem prescrita, mais uma vez, no *caput* do art. 227 da Constituição Federal e no art. 1º do ECA.

Um exemplo de cumprimento da orientação da proteção integral é quando se efetiva a segurança das pessoas em questão, o que se observa quando o dispositivo constitucional menciona

que as crianças e adolescentes devem estar "[...] a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Brasil, 1988).

Nesse viés, existem também o dever de cuidado e de vigilância dos pais, alocados dentro do exercício do poder familiar. Teixeira (2016, p. 24) assevera que o primeiro tem relação com o princípio da paternidade responsável e preceitua que os pais têm o dever de orientar seus filhos e prestarem assistência material e moral.

Quanto ao dever de vigilância, como relata Maruco e Rampazzo (2020, p. 36), "é o resultado de supervisionar e assumir os resultados das condutas dos filhos". Isso não é sinônimo de exercer autoritarismo no exercício do poder familiar, mas é forma de preservar a segurança dos filhos: "Os pais são os principais influenciadores das ações das crianças e dos adolescentes, e a eles incumbe o dever de participar e monitorar os filhos para seu crescimento normal, hígido e digno" (Maruco; Rampazzo, 2020, p. 36).

Ademais, é preciso lembrar que os pais, além de serem responsáveis pela segurança de seus filhos, também podem ser responsabilizados civilmente em caso de danos provocados por seus filhos menores, enquanto estes estiverem sob sua autoridade/companhia, segundo a inteligência do art. 932, inciso I, do Código Civil.

Apresentadas estas considerações, cabe ainda dizer que esses deveres dos genitores se expandem para a relação de seus filhos com a internet, enquanto vigorar a sua menoridade. Com o acesso facilitado, as crianças e os adolescentes podem ser colocados em risco de inúmeras maneiras, são frequentes os relatos de exposição à pedofilia, à pornografia, à violência, a incitação ao suicídio, dentre outras. Para além disso, os infantes também podem propagar a violência, com o relato mais frequente se consubstanciando na prática do *cyberbullying*.

Essa falta de zelo tem sido chamada pela doutrina de abandono digital. Maruco e Rampazzo (2020, p. 44-45) chamam a atenção de que o abandono não se estabelece apenas na falta do dever de vigilância dos pais para com os filhos, mas também no uso constante e contínuo da internet pelos genitores (principalmente através dos celulares) e afastamento dos vínculos afetivos na relação paterno-filial, em virtude de uma falta de atenção quanto à criança. Segundo os autores, além de cuidar do tempo conectados dos filhos, os pais devem se atentar para o seu próprio tempo de uso dos aparelhos celulares.

Nessa linha, grande dúvida paira acerca de se os pais podem ser responsabilizados pelo abandono digital de seus filhos.

Rodrigues e Santana (2022, p. 17-19) afirmam que essa possibilidade estaria amparada nas esferas civil e administrativa. Na esfera civil incidiria a hipótese de perda do poder familiar pelo abandono dos filhos, prevista no art. 1638, inciso II, do Código Civil e no art. 24 do ECA. E na seara administrativa estaria prevista pelo art. 249 do ECA com a aplicação de multa aos pais que descumprirem deveres decorrentes do poder familiar.

Na prática, é difícil encontrar decisões que mencionem especificamente o termo "abandono digital", no entanto, é possível averiguar casos em que os pais foram responsabilizados por danos ocasionados por seus filhos na internet (Apelação Cível nº 1016255-91.2014.8.26.0562)[2] e por abandono afetivo (que pode se manifestar também pelo enfraquecimento dos vínculos afetivos estremecidos pelo uso indiscriminado da internet).

Dessa forma, a utilização da internet pelas crianças (e também pelos seus pais) deve ser pensado de maneira cautelosa, visto que situações de risco podem surgir através de um acesso não monitorado e que a segurança das crianças e dos adolescentes nesse meio é também um dever dos pais que decorre do princípio da proteção integral e do exercício poder familiar.

5 A SUPEREXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES NA INTERNET

Atrelado ao tema anterior, outro assunto que chama a atenção do Direito de Família é a crescente superexposição das crianças/adolescentes na internet pelos seus próprios pais.

Como já dito, é crescente o uso da internet e das mídias sociais por parte das pessoas, algo que se tornou comum nos últimos anos. Esse uso também atinge as crianças e os adolescentes, pois eles também estão presentes nestas plataformas, o que pode expô-los aos riscos já mencionados (como violência, pedofilia, *cyberbullying*, dentre outros). Além disso, também se observa o uso permanente destas plataformas pelos próprios pais.

[2] No caso em questão, julgado em 2022, os pais foram condenados em decorrência de *cyberbullying* praticado por seus filhos contra outra criança.

Ainda, como também já mencionado, há o dever de cuidado e vigilância dos pais para com seus filhos, derivados do exercício do poder familiar, isso visando protegê-los e mantê-los em segurança, o que também se efetiva através da doutrina da proteção integral. Esses deveres também devem se estender quanto ao uso da internet pelas crianças.

Nesse contexto, algo que vem crescendo é a superexposição das crianças na internet por seus próprios pais, prática que é chamada de *"sharenting"*. A exposição excessiva tem se pautado no compartilhamento das fotos dos filhos, localização, endereço da escola, dentre outros dados pessoais e sensíveis. São entendidos como dados pessoais e dados sensíveis:

> Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:
> I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
> II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (Brasil, 2018).

À primeira vista a prática do compartilhamento pode ser enxergada como inocente e como um direito dos pais (de liberdade de expressão), no entanto, Ferreira (2020, p. 166-167) alerta sobre a coleta dos dados das crianças e os impactos que isso pode ter sobre suas vidas. A autora discorre sobre a incidência do mercado da atenção e do capitalismo da vigilância. O mercado da atenção consistiria na utilização de meios para atrair os usuários da internet a se manterem conectados constantemente. Enquanto o capitalismo da vigilância seria a coleta dessas informações e posterior comercialização.

A autora explica que o excessivo compartilhamento compromete o direito à privacidade de que as crianças gozam (art. 5º, X, CRFB) e, por estarem sob a tutela de seus pais, não possuem o poder de consentirem com a exposição. Além disso, com a aprovação da Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, é crescente um movimento de reconhecimento da importância desses dados sensíveis na internet, levando ao seu titular o poder de controlá-los (Ferreira, 2020, p. 177). Afirma:

> A LGPD e a GDPR assentam-se na autodeterminação informacional ou informativa, que visa a conceder aos titulares dos dados pessoais um real poder sobre as suas próprias informações e um efetivo controle sobre os seus dados. A autodeterminação informativa, ao lado do respeito à privacidade e de outros paradigmas normativos, está prevista como um dos fundamentos da LGPD, no inciso II do seu art. 2º. (Ferreira, 2020, p. 177).

A norma reserva exclusivamente a Seção III para dispor acerca do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. Os dispositivos não são muito esclarecedores, mas apontam como diretrizes básicas que o tratamento de dados dos infantes deve observar o princípio do melhor interesse (art. 14, *caput*) e que deve haver consentimento de pelo menos um dos genitores (art. 14, §1º) (Brasil, 2018).

Assim, em se tratando do *sharenting*, a lei pouco ensina, já que haveria um conflito entre o consentimento dos pais em compartilharem dados de seus filhos e o melhor interesse da criança. É nesse sentido que Santos e Edler (2022, p. 859-860) ressaltam a importância de se observar, além da questão da privacidade, o próprio direito à imagem das crianças, também trazido pelo art. 17 do ECA.

Os autores entendem, inclusive, que haveria a possibilidade de responsabilização dos pais em caso de danos provocados a partir do *sharenting*, por meio do abuso do direito praticado pelos genitores:

> É possível visualizar os pressupostos supracitados, tendo em vista que, os pais ao expor excessivamente em ato contínuo conteúdos inerentes aos filhos, ação formada está no abuso de direito na livre disposição da imagem, da vida privada e da intimidade das crianças e adolescentes, acarretando o dano moral correspondente da ofensa aos direitos personalíssimos de outrem, e o nexo causal entre a conduta e o dano. É válido salientar que o direito-dever da responsabilidade parental pode ser considerado abuso de direito, considerando que os titulares excedem os limites socialmente atribuídos (Santos; Edler, 2022, p. 863).

Internacionalmente, o *sharenting* vem sendo motivo de preocupação para países como a França, em que, segundo notícia do IBDFAM (2023c, n. p.), houve a proposição de um projeto de lei

visando proibir que os pais compartilhem fotos dos filhos na internet sem a sua permissão. Além disso, o projeto também busca responsabilizar pais influenciadores que percebam renda com a exposição dos filhos e se pauta na utilização da teoria do direito ao esquecimento.

Ainda na mesma temática, outra prática que tem por base a excessiva exposição dos filhos na internet se traduz na alienação parental através dos meios digitais. De maneira geral, a alienação parental consiste no uso de artifícios que façam o filho repudiar um dos genitores, dificultando a manutenção ou o estabelecimento de vínculo entre eles, conceito que vem delineado no art. 2º da Lei nº 12.318/2010.

Nesse sentido, alguns pais se utilizam das redes sociais e do alcance ilimitado que elas possuem para tentarem desabonar o outro genitor através desses meios. Abreu e Duque (2021, p. 35) estabelecem como exemplos, além das postagens em redes sociais, mensagens enviadas por aplicativos e fotos compartilhadas quanto à figura de algum dos genitores.

Segundo eles, essa prática também acarretaria em uma hipótese de responsabilização civil, o que já pode acontecer na forma clássica de alienação parental. Mas que seria subdividida na reparação de dois danos diferentes, um deles provocado dentro da relação familiar (entre o filho e o genitor) e o outro por meio da exposição diante de terceiras pessoas, devido ao alcance das mídias sociais (Abreu; Duque, 2021, p. 34).

Em suma, é preciso ter atenção quanto à superexposição dos infantes na internet, de forma que se evite colocá-los em situações de vulnerabilidade. A superexposição, como visto, tem o potencial de afetar o direito à privacidade e os direitos da personalidade (como o direito à imagem) dos filhos; já a alienação parental tem o potencial de minar o direito à convivência familiar. A falta de concretude dos direitos do grupo mencionado prejudica o desenvolvimento sadio e a realização do princípio da proteção integral, que deve alcançar todos os ambientes em que crianças e adolescentes estejam, mesmo digitalmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ficou evidente que a tecnologia, sobretudo o uso da internet, tem impactado de maneira direta o Direito de Família, principalmente nas questões envolvendo a proteção integral de crianças e de adolescentes e a maneira de exercício do poder familiar de seus pais no meio digital. A internet ajuda a concretizar a doutrina da proteção integral quando facilita o exercício de algum instituto, a exemplo do direito à convivência familiar, mas também dificulta a efetivação desse princípio quando expõe as crianças e os adolescentes aos riscos, que, além de ofenderem seus direitos fundamentais, impossibilitam que se desenvolvam plenamente; esse é o caso do abandono digital e da superexposição.

Assim, a tecnologia é importante, por exemplo, na manutenção da convivência entre a família de forma virtual, principalmente entre pais e filhos, diante da pandemia e também da falta de possibilidade de manterem-se relações presenciais por outros motivos, como habitarem lugares distantes (a exemplo de países distintos).

De outro lado, foi visto que o uso excessivo da internet pode trazer malefícios às relações familiares quando os pais não observam seus deveres e incorrem em um abandono digital que pode expor seus filhos ao risco. Isso também acontece quando apelam para a superexposição de sua própria prole, o que pode resultar em algum tipo de dano. Ou ainda, quando se utilizam da internet como meio de propagar a alienação parental e manchar a reputação do outro genitor.

Nesses últimos casos, discute-se a possibilidade de responsabilização dos pais no caso de danos provocados aos seus filhos. No caso do abandono digital, parte da doutrina entende a possibilidade de reparação, entretanto, não são encontradas decisões judiciais específicas nesse sentido. Quanto à prática do *sharenting,* parte da doutrina também discute ser possível a existência de responsabilização dos pais por abuso de direito no exercício do poder familiar e países como a França estão discutindo projetos de lei nesse sentido; jurisprudencialmente, no Brasil, é algo que ainda é de difícil observação. Finalmente, quanto à alienação parental através da internet, subsistem as disposições referentes à própria Lei de Alienação Parental.

Dessa maneira, foi explicitado como é importante a manutenção de um diálogo cada vez mais presente entre o Direito e a tecnologia, visto que as duas áreas estão cada vez mais interdisciplinares e se observam os impactos da internet nas relações sociais que trazem repercussões jurídicas relevantes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Arthur Emanuel Leal; DUQUE, Bruna Lyra. Alienação parental digital na era da pós-verdade. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 9, n. 2, p. 29-41, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/download/79039919/pdf.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 maio 2023.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, Daniel Carnio. Estatuto da Criança e do Adolescente – teoria da situação irregular e teoria da proteção integral: avanços e realidade social. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, ano II, n° 8, 2000. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDC_08_53.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

FERREIRA, Lucia Maria Teixeira. A superexposição dos dados e da imagem de crianças e adolescentes na Internet e a prática de *Sharenting*: reflexões iniciais. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 78, p. 165-183, 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2026467/Lucia_Maria_Teixeira_Ferreira.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume 6**: direito de família. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

IBDFAM. **Avó materna consegue na Justiça de Manaus direito à convivência familiar com a neta**. 2023a. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/10709/Av%C3%B3+materna+consegue+na+Justi%C3%A7a+de+Manaus+direito+%C3%A0+conviv%C3%AAncia+familiar+com+a+neta#:~:text=Em%20decis%C3%A3o%20recente%2C%20a%206%C2%AA,de%20seus%20familiares%20mais%20pr%C3%B3ximos. Acesso em: 07 maio 2023.

IBDFAM. **Enunciados do IBDFAM**. 2023b. Disponível em: https://ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam. Acesso em: 08 maio 2023.

IBDFAM. **França quer proibir pais de compartilharem fotos dos filhos nas redes sociais sem permissão**. 2023c. Disponível em: https://ibdfam.org.br/noticias/10898/Fran%C3%A7a+quer+proibir+pais+de+compartilharem+fotos+dos+filhos+nas+redes+sociais+sem+permiss%C3%A3o. Acesso em: 29 ago. 2023.

LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Revista Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93-107, 2006. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

LÔBO, Paulo. Guarda e convivência dos filhos após a Lei nº 11.698/2008. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, p. 23-35, 2009. Disponível em: https://www.saiddias.com.br/imagens/artigos/15.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

MARUCO, Fábia de Oliveira; RAMPAZZO, Lino. O abandono digital de incapaz e os impactos nocivos pela falta do dever de vigilância parental. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 35-54, 2020. Disponível em:

https://pdfs.semanticscholar.org/243c/b3e39341777c299a5c74272018036d48ad6a.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

NÚCLEO PELA INFÂNCIA. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância**: estudo II. São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2016. Disponível em: https://ncpi.org.br/publicacoes/importancias-vinculos-familiares/. Acesso em: 07 maio 2023.

RODRIGUES, Cristiane Terezinha; SANTANA, Viviane Candeia Paz de. Abandono digital de crianças e adolescentes e a responsabilidade parental. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 1-26, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8741496. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, Grazielle Bomfim; EDLER, Gabriel Octacilio Bohn. *Oversharenting*: a superexposição da imagem das crianças e adolescentes nas redes sociais e a responsabilidade civil dos pais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 6, p. 852-869, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5973/2294. Acesso em: 11 maio 2023.

STJ. **Guarda compartilhada é possível mesmo que pais morem em cidades diferentes**. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/23062021-Guarda-compartilhada-e-possivel-mesmo-que-pais-morem-em-cidades-diferentes.aspx#:~:text=%22N%C3%A3o%20existe%20qualquer%20%C3%B3bice%20%C3%A0,responsabilidade%20sobre%20a%20prole%2C%20participando. Acesso em: 08 set. 2023.

TEIXEIRA, Gabriela Cruz Amato. A responsabilidade civil pelo descumprimento do dever de cuidado parental: uma análise a partir das perspectivas do abandono afetivo e da alienação parental. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto**, Porto, v. 8, n. 8, p. 16-57, 2016. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/7725. Acesso em: 09 maio 2023.

ZAPATER, Maíra Cardoso. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

TERAPIA DO RISO E ARTETERAPIA COMO ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DE IDOSOS ATENDIDOS EM UM CENTRO-DIA

LAUGHTER THERAPY, ART THERAPY AS STRATEGIES FOR PROMOTING THE HEALTH OF ELDERLY PEOPLE IN A DAY CENTER

Área temática: Saúde e Bem-estar (ODS 3)

BRITO, Bruna Marques
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia.
E-mail: brunamarques569@gmail.com

NASCIMENTO, Ana Carolina de Castro Silva
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia.
E-mail: carolcastroprata@hotmail.com

FERNANDES, Taisa Maria
Bacharel e licenciada em Educação Física, Pedagoga e Graduanda em Fisioterapia.
Universidade de Franca/UNIFRAN
E-mail: taisafernandes5@hotmail.com

CAVALCANTE, Fabrício Vieira
Universidade de Brasília (UnB)
Doutorando e mestre em Saúde Coletiva
Graduado em Saúde Coletiva e Fisioterapia.
Coordenador do curso de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Grupo Cruzeiro do Sul
E-mail: fabricioocavalcante@gmail.com

DE SOUZA, Geni Emília
Universidade Cidade de São Paulo/UNICID
Mestra em História Econômica, Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e em Informática na Educação. Bacharel em Serviço Social. Atua como coordenadora de curso e docente no ensino superior.
E-mail: gesouza@cruzeirodosul.edu.br

MARINHEIRO, Tábata de Paula Facioli
Doutora e Mestra em Ciências (USP).
Fisioterapeuta e docente na Universidade de Franca/UNIFRAN.
E-mail: tabata.facioli@unifran.edu.br

BORGES, Ana Paula Oliveira
Universidade de Franca/UNIFRAN
Pós-doutoranda em Promoção de Saúde. Doutora em Ciências e Mestra em Promoção de Saúde. Especialização em Fisioterapia Neurológica modalidade residência, pós-graduada em Comunicação Alternativa e Tecnologia Assistiva, Especialista em Fisioterapia Neurofuncional - Adulto e Idoso. Bacharela em Fisioterapia. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: ana.oliveira@unifran.edu.br

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Pós-doutorando em Educação Física e Saúde. Doutor e mestre em Promoção de Saúde. Pós-graduado em Geriatria e Gerontologia, Deficiências Múltiplas, Saúde Coletiva, Cuidados Paliativos, Fisioterapia Pediátrica e Oncologia Multiprofissional. Fisioterapeuta, Profissional de Educação Física e Pedagogo. Docente no ensino superior: graduação e pós-graduação.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

Resumo

Objetivo: relatar a experiência vivenciada em ações promotoras da saúde sob a ótica da arteterapia e terapia do riso em um Centro-Dia geriátrico localizado no interior paulista. **Metodologia**: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com estratégias de saúde desenvolvidas por meio de teatro, dança, oficinas, rodas de conversas e atividades de caráter lúdico-pedagógico em prol de um ambiente reflexivo, construtivo e compartilhado em cinco encontros, com a participação de trinta idosos, de ambos os sexos (17 mulheres e 13 homens), com idades entre 60 e 91 anos frequentadores do referido espaço geriátrico. **Resultados**: as atividades propostas envolveram momentos de diversão, melhora do humor, interação social e compreensão acerca do autocuidado sobre quedas e importância da atividade física na rotina diária. Os idosos se mostraram aderentes as ações, tendo como predominância o público feminino. Ademais, os resultados corroboram de maneira positiva na busca do envelhecimento ativo **Conclusão**: todas estratégias foram planejadas e direcionadas as especificidades apresentadas advindas da demanda territorial das pessoas 60+ frequentadoras desse espaço de cuidado. A partir das experiências vivenciadas, percebeu-se aumento da socialização entre os pares e criação de laços importantes para a rotina de permanência na referida instituição, proporcionando fomentos estruturados na visão biopsicossocial e humanizada à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promoção da saúde.

Palavras-chave: Arteterapia, Envelhecimento Humano, Terapia do riso.

Abstract

Objective: to report the experience of health-promoting actions from the perspective of art therapy and laughter therapy in a geriatric Day Center located in the interior of São Paulo. **Methodology**: This is a descriptive study, of an experience report type, with health strategies developed through theater, dance, workshops, conversation circles and activities of a playful-pedagogical nature in favor of a reflective, constructive and shared environment in five meetings, with the participation of thirty elderly people, of both sexes (17 women and 13 men), aged between 60 and 91 years old, frequenting the aforementioned geriatric space. **Results**: the proposed activities involve moments of fun, improved mood, social interaction and understanding about self-care regarding falls and the importance of physical activity in the daily routine. The elderly showed adherence to the actions, with a predominance of female audiences. Furthermore, the results positively corroborate the search for active aging. **Conclusion**: all strategies were planned and targeted at the specificities arising from the territorial demand of people 60+ who frequent this care space. From the experiences lived, we see an increase in socialization between peers and the creation of important bonds for the routine of staying in that institution, comfort, structured promotions from a biopsychosocial and humanized vision in light of the Sustainable Development Goals and health promotion.

Keywords: Art therapy, Human Aging, Laughter therapy.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano se caracteriza como sendo um processo natural, progressivo e irreversível, envolvendo possíveis transformações físicas, psicológicas e sociais, sendo influenciado por uma combinação de fatores genéticos e ambientais, culminando em uma redução gradual e progressiva da capacidade funcional e cognitiva podendo ter relação patológica ou não, devendo considerar o estilo de vida, aspectos genéticos, acesso à serviços de saúde, meios educacionais, segurança, dentre outras vivências ocorridas durante sua trajetória (RIBEIRO *et al*., 2019).

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que todo indivíduo com 60 anos ou mais é considerado uma pessoa idosa, visto que a classificação é a mesma advinda dos pilares do Estatuto do Idoso (MACHADO, 2019). Pensando nessa contextualização, esse documento visa assegurar os direitos, proteger, promover a dignidade e os direitos dos idosos, prevenindo situações de negligência, discriminação, abuso e violência contra eles. Ele abrange diversas áreas da

vida da pessoa idosa, como saúde, assistência global, transporte, cultura, lazer, esportes, habitação, entre outras.

Assim, envelhecer requer políticas públicas específicas com a finalidade de atuar em prol da promoção do envelhecimento ativo, prevenção aos agravos, atenção integral e meios que corroborem para uma melhor qualidade de vida (QV) (MALTA, 2016).

Frente este contexto, a fim de atender a população que envelhece e disseminar as políticas públicas geriátricas na territorialidade, surge o Centro-dia para a pessoa idosa, que se destaca por ser uma instituição de curta permanência, de caráter público, que possui em sua essência o acolhimento de indivíduos com 60+ com dependência de cuidado e/ou para desempenho das atividades básicas de vida diária, higiene, alimentação e mobilidade. Durante a estadia matutina e vespertina, os frequentadores recebem cuidados diversos por meio de uma equipe multiprofissional, com a finalidade de reduzir situações de vulnerabilidade social e abandono (BRASIL, 2019).

Tais estratégias priorizam o conceito de envelhecimento ativo, definido pela OMS (2015, s.p) como sendo "o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas". Nesse aspecto, ações promotoras em saúde podem auxiliar na estimulação cognitiva para manutenção dos aspectos mentais prevenindo o declínio funcional, bem como elevando a saúde física e a participação social.

É importante destacar que quando se trata de indivíduos 60+, se faz necessário atuar na abordagem humanizada e centrada na pessoa baseada subsidiando trocas de afetividade e relações onde humanizar refere-se à cumplicidade, universalidade e solidariedade que o ser humano possui com os que o envolvem, sendo de tal modo, a humanização na saúde um elo importante ao profissional, aos pacientes, a sociedade, aos familiares e à cooperação na busca pela dignidade humana (SILVA *et al.,* 2021).

Portanto, ferramentas não farmacológicas variadas podem culminar em benefícios positivos para a saúde biopsicossocial da pessoa idosa e pensando nessa pluralidade de ações que subsidiam o envelhecimento próspero, a arteterapia se destaca como uma ferramenta lúdica que pode aprimorar e melhorar as relações sociais, expressão artística/cultural, autoconhecimento (GARCIA *et al.,* 2020).

Ademais, é importante pensar na arteterapia como um processo terapêutico que absorve saberes das mais diversas áreas do conhecimento, estabelecendo-se como uma prática transdisciplinar que dispõe o resgate da pessoa em sua totalidade por meio do autoconhecimento e transformação utilizando pinturas, palhaçoterapia, artes cênicas, música, dança, desenhos, texturas, possibilitando percepções sensoriais, cognitivas e motoras durante a atividade (TAVARES; PRESTES, 2018).

Desse modo, a fim de unir o cuidado afetuoso/humanizado, surge a terapia do riso, cuja as expressões artísticas em prol da alegria se tornam aliados nas intervenções geriátricas e nesse aspecto, é importante realizar um resgate do surgimento desse projeto que surgiu em meados do ano de 1986, onde Michael Christensen, um palhaço americano deu início ao treinamento de um grupo de artistas, que dariam início as visitas de crianças hospitalizadas. Assim, agindo de forma alegre, improvisada e despretensiosa, surge o grupo denominado *Clown Care Unit*. Já em 1988, Wellington Nogueira, brasileiro, fundador e diretor artístico dos "Doutores da Alegria", inicia a integrar-se ao grupo americano. Anos mais tarde em setembro de 1991, iniciou-se a implementação de um projeto similar no cenário nacional (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

A inserção de recursos lúdicos nesses espaços voltados para o cuidado da pessoa 60+, se transforma em um potencializador no processo oriundo das possíveis modificações que ocorrerão ao longo do envelhecimento humano, sendo importante inserir práticas baseadas na alegria, no brincar, na humanização e em estratégias pensadas na ciência da arteterapia, amenizando possíveis sintomatologias geriátricas.

Um território amigo das pessoas idosas é um espaço que articula as mais variadas vivências e que adapta seus serviços e estruturas físicas para ser um espaço com maior senso inclusivo e receptivo às necessidades deste grupo populacional, com o objetivo de auxiliar significativamente para a QV à medida que se envelhece (OPAS, 2019).

Visando atingir a equidade nos mais variados cenários sociais e com as ações territoriais, em consonância com os princípios da promoção da saúde, a Organização das Nações Unidas em 2015, lançou o documento denominado de "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", composto por 17 Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) e 169 metas que que compõe a Agenda Universal, visando a estimulação de ações para os próximos quinze anos em áreas de grande relevância para a humanidade e para o planeta. Nesta agenda

estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros (ONU, 2015).

Consoante ao exposto, o objetivo desse trabalho é elucidar como estratégias promotoras da saúde advindas da arteterapia e terapia do riso corroboram para o envelhecimento ativo de indivíduos atendidos em um centro-dia do interior paulista.

DESENVOLVIMENTO E PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado a luz de ações educativas e promotoras da saúde desenvolvidas com um grupo de pessoas 60+ atendidas em um Centro-Dia de caráter público localizado em um município de médio porte do interior paulista. As atividades foram desenvolvidas no mês de agosto e setembro de 2023 seguindo as demandas institucionais e com o amparo para busca de meios em prol do envelhecimento ativo.

O envelhecimento humano pode trazer alterações que impactam negativamente a saúde como: diminuição dos reflexos de proteção responsáveis pelo equilíbrio e controle motor, alteração motora, cognitiva, visual, sensorial, perceptual e vestibular (PIMENTEL *et al.,* 2015). Nessa perspectiva, a essência da promoção e educação em saúde, as oficinas, rodas de conversas e atividades de caráter arteterapêuticas, foram de grande valia para o estabelecimento de um ambiente reflexivo, construtivo e compartilhado, edificando uma gama de experiências, a fim de possibilitar a aprendizagem dos idosos participantes (CARNEIRO *et al*., 2015).

Para iniciar as ações propostas, seguiu-se as seguintes etapas:

I) reconhecimento do território e perfil sociodemográfico do público-alvo;

II) reunião com a equipe gestora e multiprofissional local;

III) fortalecimento de vínculo e por fim;

IV) buscas por bases teóricas e possíveis estratégias geriátricas baseadas em evidência científica que poderiam ser utilizadas com os referidos participantes, sendo adotadas: conceituação multidimensional sobre a arteterapia e a terapia do riso/palhaçoterapia.

Posteriormente, foram estruturadas e descritas as atividades em um plano operacional, sendo realizadas de modo semanal (terças-feiras), no período matutino, onde foram realizados cinco encontros com a participação de trinta idosos, de ambos os sexos (17 mulheres e 13 homens), com idades entre 60 e 91 anos e cada atividade teve duração média de uma hora. Foram pensadas ações de cunho lúdico-pedagógico pautadas no dinamismo, na participação e troca de experiências intergeracionais, abrangendo não somente o estímulo aos aspectos físicos, mas também cognitivos, sensoriais, sociais e psicológicos, onde visou-se proporcionar novos modelos de educação em saúde e práticas em prol do envelhecimento saudável e ativo, priorizando a atenção primária, ademais, foram tomados todos os cuidados frente à inserção das atividades.

. As experiências vivenciadas no Centro-Dia, utilizaram metodologias ativas para que de maneira espontânea os idosos pudessem ser protagonistas das referidas atividades, sendo estruturadas sob o olhar dos ODS. Pensando nos aspectos éticos, por se tratar de um relato de experiência, o estudo dispensou apreciação de comitê de ética, regulado pela Resolução 466/12, e frente ao rigor ético dos dados levantados, serão preservadas identificação pessoal da população envolvida (BRASIL, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se pensar no envelhecimento humano, é urgente e necessário inserir estratégias e fomentos que torne essa etapa da vida o mais dinâmica, autônoma e permeada pelos múltiplos saberes que tangem a QV, assim, atividades e recursos lúdicos, recreacionais e em grupos tornam as terapêuticas mais incentivadoras e auxiliam no empoderamento ativo do saber, onde se propiciam momentos de bem-estar físico, mental, social e estimula o processo criativo, o que corrobora para os estímulos de uma gama de habilidades: memória, criatividade, estratégias motoras, trabalho em equipe, socialização, fortalecimento da autonomia, dentre outras (SILVA *et al.,* 2020).

Tais estratégias, vão de encontro com as metas propostas ODS, visto que vivenciar o contato com a arte, atividade física, dança, teatro, jogos e brincadeiras, faz com que sejam disseminadas práticas positivas para promover a saúde, a fim de favorecer a promoção do senso de justiça social e minimização dos efeitos de iniquidades e as exclusões sociais sofridas pela pessoa idosa frente, bem como, evidenciar como essas ações lúdico-pedagógicas podem elevar as vivências que envolvem a QV no processo do envelhecimento contemporâneo, no qual se visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas de qualquer idade, garantindo assim o desenvolvimento sustentável.

A seguir, será elucidado o plano operacional das cinco ações promotoras da saúde e educativas realizadas no Centro-Dia:

- Encontro I: Ginástica terapêutica e atividade física

- **Objetivo**: realizar atividades corporais priorizando a mobilização geriátrica e conscientização sobre a importância do autocuidado em saúde.

- **Metodologia**: A atividade física regular é fundamental para a saúde e o envelhecer bem-sucedido e associado a ginástica terapêutica se tornam uma maneira para tratar ou prevenir problemas de saúde, melhorar da função física e alívio de sintomas oriundos de doenças crônicas. Foram realizados exercícios corporais, alongamento e fortalecimento muscular. Além disso, atividades em grupos enfatizando a promoção do envelhecimento ativo e socialização entre os pares como meio para reduzir o sedentarismo, além de auxiliar na manutenção da independência e melhora da QV à medida que se envelhece.

Fonte: Autoria Própria (2023)

- Encontro II: Dançaterapia e roda circular

- **Objetivo:** estimular a manutenção do equilíbrio, flexibilidade e movimentos corporais totais em prol da multidimensional corporal por meio da dança e roda circular.

- **Metodologia:** de maneira individual e coletiva, os idosos deveriam pensar na dançaterapia e as rodas circulares como práticas personalizáveis e para atender às próprias necessidades e interesses específicos do grupo, a parte central da atividade se destaca onde os participantes se envolvem na inclusão de movimentos corporais diversos, coreografias e improvisação. Foram selecionadas uma variedade de estilos musicais para agradar a diferentes gostos, incentivo a expressão pessoal e a liberação de emoções durante a dança. Os movimentos foram adaptados às habilidades individuais dos participantes, considerando qualquer limitação física, com a finalidade de estimular a partilha de experiências, sentimentos, pensamentos e promoção da comunicação e a conexão emocional entre os pares.

Fonte: Autoria Própria (2023)

- Encontro III: Oficina de arteterapia

- **Objetivo:** utilizar diversas expressões artísticas, como pintura, música e colagem para incentivar o pensamento crítico, envolvimento socioambiental, descoberta de sensações, aprimoramento cognitivo e busca pela liberdade poética imaginária.

- **Metodologia:** A atividade foi pensada no trabalho em grupo e nas especificidades criativas por meio da externalização de forma lúdica as emoções diversas que envolvem a vida humana. Além disso, este tipo de terapia visa a redução de sintomas angustiantes, sinais de estresse e ansiedade; além de estimular a criatividade e o desenvolvimento das atividades cognitivas. O empoderamento geriátrico surge por meio da construção dos saberes e fazem com que se os participantes se sintam orgulhosos de suas criações artísticas. A arte pode ser uma ferramenta para a autodescoberta e reflexão, contribuindo para a busca de suas identidades, valores e anseio. O manuseio aprimora a coordenação motora fina, habilidades manuais, promoção do bem-estar, serve como uma fonte de alegria e satisfação, estímulo a criatividade constante. Este processo terapêutico pode auxiliar na busca por novos horizontes enfatizando que por meio da arteterapia, traz a compreensão que não existe preocupação com a estética, mas sim com a expressão simbólica, de forma espontânea do que a arteterapia pode proporcionar.

Fonte: Autoria Própria (2023)

- Encontro IV: Campanhas de conscientização sobre quedas e envelhecimento

Objetivo: mostrar de maneira lúdica meios para evitar quedas em ambientes domésticos e ambientais utilizando palestra e roda de conversa.

Metodologia: As quedas se destacam por ser um problema de saúde pública e que cresce de maneira exponencial, sendo considerada como a principal causa externa de morbidade e mortalidade entre o grupo populacional idoso. Além disso, pode acarretar alterações que culminam com a redução da qualidade de vida, aumento da dependência funcional e até acarretar no óbito (ROSADO, 2021). Foram realizadas ações utilizando recursos visuais com fotos e teatro para explicar a relevância de maneira objetiva sobre o cuidado do risco de quedas nos ambientes que permeiam a vida da pessoa idosa e elementos facilitadores que podem aumentar o risco de cair. Durante a ação, os participantes puderem relatar suas experiências, prevalência desse fenômeno na sua rotina, medos, além de trocarem em grupo informações relevantes.

Fonte: Autoria Própria (2023)

- Encontro V: Terapia do riso/Palhaçoterapia e teatro

- **Objetivo:** inserir práticas baseadas no teatro e na terapia do riso como ferramenta para prevenção aos agravos, promoção da saúde e do bom humor como estratégia para aumentar o bem-estar emocional e físico dos idosos.

- **Metodologia:** Foi realizada uma roda de convivência onde todos os idosos assistiram uma peça de teatro improvisado acerca da conscientização dos benefícios da atividade física na busca do envelhecimento ativo. A equipe de cuidados se caracterizou com vestimentas e maquiagem temática da abordagem circense. Foram disseminadas informações de cunho científico, porém utilizando a comunicação livre, alegre e baseada no humor. Utilizar a palhaçoterapia pôde induzir o riso genuíno e espontâneo de maneira empática e sensível, permeando o reconhecimento das emoções e tornando o ambiente seguro e acolhedor, minimizando sinais de solidão e isolamento social. Durante as falas teatrais, mostrou-se como a atividade física pode proporcionar bem-estar físico e mental, aumento da autoestima e da autoconfiança, sensação de maior vitalidade e disposição para enfrentar o dia a dia, além da redução do risco crônicas não transmissíveis, dos sintomas de depressão e ansiedade. Os idosos puderam extravasar sorrisos, trocas de experiências com seus pares e vivenciar como o teatro e o bom humor podem ser meios para atingir melhores aspectos sobre QV.

Fonte: Autoria Própria (2023)

Em um primeiro momento, houve participação gradativa das demonstrações espontâneas de atividades sociais, físicas e cognitivas que desenvolviam demostrando a vitalidade presente no grupo de idosos. No que se refere ao gênero, as mulheres por sua vez, apresentaram maior aderência as atividades, principalmente no que concerne o autocuidado, sendo mais questionadoras em relação as indagações em relação à saúde e percepção de doenças, o autocuidado não é uma ação culturalmente comum entre a população masculina, portanto, desenvolver estratégias para estimular os cuidados de saúde da população masculina ainda é visto como um grande desafio (LEMOS *et al.,* 2017).

No que tange a atividade de promoção do autocuidado frente as quedas, a OMS, destaca que esse evento definido como um acontecimento involuntário que ocasiona o corpo ao chão ou sobre outra superfície. Dados mostram que o ato de cair nessa etapa da vida é um fator de grande relevância social para a saúde pública, pois constitui uma das principais causas de lesões, traumas, hospitalizações e óbito nessa faixa etária. Além disso, esses eventos contribuem para o declínio funcional e diminuem a autonomia, com reflexos diretos na qualidade de vida do idoso (MORAES *et al.,* 2017).

As ações de conscientização para atenção contra quedas foram realizadas utilizando encenação teatral com o objetivo de ser mais lúdico e com um linguajar acessível. Assim, o desenvolvimento de intervenções educativas auxilia na promoção de hábitos saudáveis e tornam-se, estratégias na qual a pessoa idosa é agente construtivo da sua própria saúde, autonomia e independência. Nessa contextualização, às ações realizadas, possuem subsídios na atenção primária à saúde e essa práxis educativa, auxilia de modo positivo a interação social, aderência a participação nas atividades propostas, reconhecimento de necessidades pessoais, aumento da autonomia, independência, capacidades funcionais e bem-estar durante essa etapa da vida (COCHAR-SOARES; DELINOCENTE; DATI, 2021).

Ainda nesse escopo, as ações visaram atingir os ODS e o desenvolvimento inclusivo para essa população 60+ e frente essa demanda e necessidades urgentes de reduzir as desigualdades sociais, é necessário que se garanta os princípios de igualdade e oportunidades por meio de medidas que eliminem a discriminação, aumente a capacitação e promova a inclusão em diversos âmbitos: social, econômico e político, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, status econômico ou outro. Os ODS surgem nessas atividades como fomentos integrados e indivisíveis e estão pautados para a garantia dos direitos humanos, dignidade e igualdade, em um ambiente saudável, preconizado pela OMS por meio da equalização, entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para tais atividades, os seguintes ODS foram pensados como meio para se atingir as metas previamente propostas:

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU - 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao avanço acelerado advindo do contexto que abrange o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, surgem demandas que priorizam o atendimento e uma visão multidimensional relacionadas à pessoa que envelhece, bem como subsídios para sua saúde, segurança, integração e participação social, cultura, lazer, educação, alimentação, renda justa e outros aspectos fundamentais para vida, especialmente para atender as especificidades de cada contexto e realidade deste grupo populacional. Na busca pelo envelhecimento ativo, preconiza-se estratégias intersetoriais diversas voltadas à proteção, educação continuada, saúde e participação social, sendo uma importante contribuição em direção a uma sociedade mais justa para quem envelhece, com a finalidade de valorizar a pessoa idosa, pautando à garantia e à defesa dos seus direitos e acesso a práticas humanizadas e estruturadas na promoção da saúde.

Assim, pôde-se perceber que por meio da arteterapia, palestras de conscientização e a terapia do riso surge a crescente necessidade de buscar estratégias e políticas inclusivas que vão de encontro à aspectos que favoreçam o envelhecimento positivo em consonância com as metas advindas dos ODS buscando elencar a construção de um espaço local, mais autêntico e solidário, onde os direitos humanos e sociais sejam garantidos principalmente para aqueles que em determinados momentos da vida tornam-se mais frágeis e vulneráveis, assegurando-lhes a possibilidade de acesso e oportunidades a uma melhor QV, cidade com mais oportunidades e a busca para reduzir as inequidades sucedidas dessa etapa da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html Acesso em: 13 set. 2023

BRASIL. Programa São Paulo Amigo do Idoso. Prefeitura do Estado de São Paulo, 22 de jan. de 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/idosos/programas_e_projetos/index.php?p=270237 Acesso em: 03 set. 2023.

CARNEIRO, J. A. et al. Fragilidade em idosos: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, p. 747-752, 2017.

COCHAR-SOARES, N; DELINOCENTE, M. L. B; DATI, L. M. M. Fisiologia do envelhecimento: da plasticidade às consequências cognitivas. **Revista Neurociências**, v. 29, 2021.

GARCIA-PARDO, R. S et al. Expresiones artísticas y creatividad en personas de la tercera edad. **Linguagens nas artes**, v. 1, n. 1, p. 80-92, 2020.

LEMOS, A. P. et al. MEN'S HEALTH: THE REASONS FOR MEN TO REACH OUT TO HEALTH SERVICES. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE, v. 11, 2017

MACHADO, K. Quem é a pessoa idosa? EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 19 de set. de 2019. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/quem-e-apessoa%20tem%2060%20ou,lei%2010.741)%2C%20de%202003 Acesso em: 16 ago. 2023

MALTA, D. C. et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, p. 1683- 1694, 2016.

MORAES, A. S, et al. Características das quedas em idosos que vivem na comunidade: estudo de base populacional. Rev Bras Geriatr Gerontol (Rio de Janeiro). 2017;20(5):693–704.

OLIVEIRA, R. R. D; OLIVEIRA, I. C. D. S. Os doutores da alegria na unidade de internação pediátrica: experiências da equipe de enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 12, p. 230-236, 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Cidades e Comunidades amigas das pessoas idosas http://Paho.org (2019) Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/cidades-e-comunidades-amigas-das-pessoas-idosas Acesso em: 09 set. 2023

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Brasília, 2015. Disponível em: https://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf Acesso em 15 set. de 2023

PIMENTEL, T. T. O aprendizado independe da idade. In: Congresso de extensão universitária da UNESP. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2015. p. 1-4.

RIBEIRO, A. P; SCHUTZ, G. E. Reflexões sobre o envelhecimento e bem-estar de idosas institucionalizadas. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 10, p. 191-202, 2019.

SILVA, A. M. B et al. aplicabilidade da humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde.** Vol. 13 2021.

TAVARES, J. R; PRESTES, V. R. Arteterapia como estratégia psicológica para a saúde mental. **Revista da Iniciação científica**, v. 3, n. 1, 2018.

TOPOFILIA: UM RESGATE DAS MEMÓRIAS E ELO AFETIVO DOS MORADORES DA ANTIGA RUBINÉIA - SP

TOPOPHILIA: A RESCUE OF THE MEMORIES AND AFFECTIVE BOND OF THE RESIDENTS OF ANCIENT RUBINÉIA – SP

Área temática**: Vida Terrestre**

PEREIRA, Erica Fernanda Andrade
Universidade de Araraquara - UNIARA
Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
ericaferanda.edu@hotmail.com

GALLO, Zildo
Universidade de Araraquara
Orientador. Docente da Uniara

CINTRÃO, Janaina Florinda Ferri Cintrão
Universidade de Araraquara
Docente da Uniara

Resumo

Indiscutivelmente, o ser humano cria vínculo com o lugar em que habita, construindo conexões emocionais desde lembranças da infância, escolas frequentadas, passeios nas praças, árvores que viram crescer, casas da época e até mesmo com os locais onde repousam seus entes queridos. Tais vínculos são denominados topofílicos. O objetivo principal desta pesquisa é estudar as características e os relacionamentos topofílicos dos moradores que habitavam a antiga cidade de Rubineia- SP, a qual foi submersa devido ao alagamento causado pela Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, proporcionando um contexto único para investigar como esses laços com o local se manifestam. O estudo também visa reconstruir eventos históricos e analisar as mudanças paisagísticas pós-evento. Este estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica e documental e posteriormente um estudo de caso caracterizado como exploratório e descritivo. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação sistemática através de visitas e revisão histórica dos fatos. A recuperação da história de vida dos moradores destacou a profunda ligação entre as pessoas e o local onde viveram, evidenciada pelas lembranças em fotos, documentos e memórias. Isso retrata o vínculo emocional com o lugar, sobrevivendo apenas na memória e nas histórias transmitidas às gerações futuras. Conclui-se que esses laços perduram no imaginário ao longo de uma vida. Cada ser humano constrói sua história com base em afinidades com lugares, ambientes e relações. Portanto, os moradores da nova Rubineia demonstram fortes 'laços topofílicos' com a antiga cidade, agora submersa, destacando a importância dessas conexões persistentes no tempo.

Palavras-chave: Alagamento, Topofilia, Cidades Submersas.

Abstract

Undoubtedly, human beings create bonds with the places they live, forming emotional connections from childhood memories, the schools they attended, the strolls in the town squares, the trees they watched grow, the houses of that time and even the places where their loved ones rest. These connections are termed topophilic. The primary objective of this research is to study the characteristics and topophilic relationships of the residents who inhabited the former city of Rubineia-SP, which was submerged due to flooding caused by the Ilha Solteira Hydroelectric Plant, providing a unique context to investigate how these ties with the location manifest. The study also aims to

reconstruct historical events and analyze post-event landscape changes. This research involved bibliographical and documentary research, followed by an exploratory and descriptive case study. Data collection instruments included systematic observation through site visits and a historical review of the facts. The recovery of residents' life stories highlighted the deep connection between people and the place they lived, evidenced by memories in photos, documents, and narratives. It can reflect the emotional bond with the place, surviving only in memory and in the stories passed down to future generations. It can be concluded that these bonds endure in the imagination throughout a lifetime. Each individual constructs their story based on affinities with places, environments, and relationships. Therefore, the residents of the new Rubineia demonstrate strong 'topophilic bonds' with the old city, now submerged, underscoring the significance of these enduring connections through time.

Keywords: Flooding, Topophilia, Submerged Cities.

1 INTRODUÇÃO

Após a revolução industrial, a intensificação da tecnologia, globalização e ampliação do comércio passaram a contribuir fortemente para uma relação de risco entre o homem e a natureza. Essa relação do homem com o meio ambiente causa alterações significativas, afinal a exploração dos recursos naturais é intensa e segue beneficiando as pessoas em nível de diversificação de produtos e as empresas em termos de aumento de rentabilidade. Para o desenvolvimento desse processo a chegada da energia elétrica foi um marco e se tornou vital para manutenção da relação de exploração homem e seu meio. A geração atual é ao mesmo tempo, herdeira e reprodutora de um modelo insustentável de desenvolvimento, e isso inclui as atividades para manutenção das indústrias e do consumo.

Isso é reproduzido de forma sucinta em citação de Bauman (2001):

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividade humanas, de outro (Bauman, 2001, p. 12).

As relações individuais do homem com o meio passam a ser banidas pela ideia de sustentação da coletividade.

Souza (2017) reforça que um grave impacto ocasionado pelas atividades industriais diz respeito a modificação de valores, hábitos e costumes nas comunidades receptoras de grandes empreendimentos, já que são elementos formadores de sua identidade. É quase impossível levar em consideração que num relacionamento entre uma nova indústria e a residente haverá trocas constantes, mudanças comportamentais de todos os lados, entretanto o que é relevante é o grau em que isso ocorre ocasionando que tal comunidade perca sua identidade.

É inegável os benefícios advindos da chegada da energia elétrica para melhoria da qualidade de vida, bem como a geração de emprego, renda, desenvolvimento local e regional. Entretanto é necessário considerar que também provoca efeitos diversos que afetam significativamente a economia, o ambiente e o social, principalmente nos processos de construção das hidrelétricas.

Para que um determinado local de interesse possa desenvolver-se, este fica refém das estratégias e ações que serão adotadas e às características de cada local. É sabido que cada região seja em uma esfera macro ou micro, cada país, cidade, vilarejo ou comunidade é detentor de suas próprias características no aspecto do planejamento, é uma ousadia fazer a afirmação de que usinas hidrelétricas apenas provocam o desenvolvimento e oferece benefícios ao meio ambiente.

Nesse contexto, os atores locais, ou seja, a população de uma cidade, quando passam por esse processo são afetados direta ou indiretamente em seu cotidiano, independentemente de suas percepções serem positivas ou negativas com relação a expansão ou estacionamento das atividades econômicas.

A análise econômica tenta proceder a uma análise unilateral com ressalvas para o lado positivo do impacto econômico do setor, mesmo tendo a informação que existem variados impactos econômicos negativos, dentre os quais destaca-se os impactos ambientais, sociais e culturais.

Para manutenção e instalação de Usinas Hidrelétricas muitos são os relatos de pessoas que perderam suas terras, deixaram suas casas e desconstruíram o vínculo topofílico. Nessa pesquisa vamos falar especialmente de uma pequena cidade do interior do estado de São Paulo chamada Rubineia que foi totalmente submersa na construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira – SP, a pretensão é com essa pesquisa é estudar as relações topofílicas através da memória dos moradores que habitavam a antiga cidade de Rubinéia-SP após alagamento causado pela implantação da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira – SP, ato que a tornou submersa. Isso será realizado através da reconstituição histórica dos fatos, da mudança de paisagem da região e dos relatos de alguns atores locais envolvidos na época.

Rubinéia é uma cidade localizada no extremo noroeste do Estado de São Paulo, que estabeleceu fortes conexões com o Rio Paraná desde sua formação. Rubinéia fica localizada às margens do Rio Paraná e faz fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul. Devido a sua localização a cidade é conectada aos dois estados através da Ponte Rodoferroviária. O Rio Paraná se origina nas fronteiras dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais cujo princípio é a confluência do Rio Grande e Paranaíba, com aproximadamente 3.965 km de extensão e com cerca de 3km de largura na região de Rubinéia.

A antiga Rubinéia fazia uso do rio principalmente para a pesca, agricultura de subsistência e transporte e depois da formação do lago da hidrelétrica de Ilha Solteira a nova cidade de Rubinéia passou a empregar o rio como fonte de renda e para atrair o turismo para a região.

A antiga Rubinéia foi inundada em 1973, quando a companhia energética de São Paulo (CESP) construiu a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Com o represamento das águas do rio Paraná aproximadamente ⅓ do território dos munícipios de Rubinéia, e parte dos territórios de Santa Fé do Sul, Três Fronteiras, Santa Rita D'Oeste e Santana da Ponte Pensa foram alagados. Para que o represamento pudesse ser feito a cidade antiga de Rubinéia foi completamente inundada e os moradores receberam indenização pela perda de suas propriedades e bens. Uma nova Rubineia foi criada a 1,5 km de distância da antiga por interesse dos líderes políticos. A história de Rubinéia pode ser dividida em duas fases: velha Rubinéia (1950-1973) e nova Rubinéia (1972-atual).

De antemão, entende-se, que situações como a ocorrida em Rubineia - SP não levam em consideração de forma prioritária as características de cada localidade, como o contexto econômico-sócio-ambiental, a capacidade de carga e o sonho coletivo da população. São os habitantes locais de certo lugar, os únicos seres com capacidade para constatar se o alagamento melhorou ou não a qualidade de vida e bem-estar social.

O objetivo principal desta pesquisa é estudar as características e os relacionamentos topofílicos dos moradores que habitavam a antiga cidade de Rubineia- SP, a qual foi submersa devido ao alagamento causado pela Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, proporcionando um contexto único para investigar como esses laços com o local se manifestam.

Ainda tem como objetivos específicos:

- ✓ Identificar através de fotos e registros pertencentes aos antigos moradores, aspectos da mudança de paisagem local;
- ✓ Buscar as consequências do alagamento e as alterações no modo de viver na área urbana e rural;
- ✓ Apresentar através dos guardados (fotos, documentos) os aspectos emocionais das histórias de vida, e os indícios topofílicos nelas revelados;

O universo deste estudo é o Município de Rubinéia - SP. Essa escolha deu-se pelo importante desdobramento no âmbito emocional/social, ambiental e econômico na vida dos munícipes da antiga Rubinéia – SP para construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira – SP.

Perante a circunstância da implantação de usinas hidrelétricas, milhares de famílias perdem suas terras e residências, sendo diversas dessas não reassentadas, as que conseguiram receber alguma indenização em sua grande maioria não conseguiram comprar novas terras, em virtude de o valor ser irrisório. Mas existe algo muito mais profundo que tudo isso, as pessoas têm uma relação especial com seu espaço, laços topofílicos e diante de situações como essa acabam por ficarem perdidas. Mães e filhos não têm mais os túmulos dos seus entes queridos para chorar, a escola que se formou, as árvores que plantou. As memorias ficam apenas nas lembranças, quer sejam boas ou ruins. O recomeçar não é simples, afeta o coração, o bolso, as memórias e a alma.

Mais de meio século se passou, mas ainda são poucas as obras publicadas, tendo destaque uma delas do ano de 2017 o documentário "O Profeta das Águas" (2017) narrando a história de Aparecido Galdino, que lutou contra a inundação da cidade.

Por fim, a justificativa da pesquisa é baseada na notoriedade desta história que foi acompanhada por inúmeros veículos de imprensa tais como Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e principalmente o jornal O Estado de S. Paulo, que realizou ampla cobertura sobre o caso de Rubinéia na época, além do poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu carta e poema sobre a inundação e da novela "Fogo sobre Terra" (1974-5), cuja transmissão foi feita pela Rede Globo e a inspiração foi a história de Rubinéia. Fato é que a principal justificativa deste estudo é garantir que a memória de um povo não seja perdida como suas casas e propriedades que se encontram embaixo das águas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TOPOFILIA E RELAÇÃO COM A PAISAGEM

A geografia humanista é uma corrente da esfera geográfica, cujo foco se volta aos comportamentos e relações entre o humano e o lugar habitado. Conforme um dos estudiosos a quem é atribuído a origem do termo, Yi-Fu Tuan (1982, p. 143), a geografia humanista "procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar [...]".

Quando se utiliza o conceito de lugar, na maioria das vezes, se remete à Geografia Humanística, ou seja, associa-se o lugar apenas ao espaço vivido. Mas essa correlação não é por acaso, pois essa corrente encontrou no lugar a possibilidade de explicar a construção do mundo, já que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção.

São os sentimentos, portanto, voltados ao meio, que definem a existência de dois termos pertencentes ao campo da geografia humanista, ambos levantados por Yi-Fu Tuan: topofilia, que diz respeito à familiaridade, apego ao lugar - já que topo denota lugar e filia concerne à filiação -, e topofobia, que representa o inverso, tendo em vista que o radical fobia remete à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância. A familiaridade, nesse sentido, "engendra afeição ou desprezo", como pontua Tuan (1980, p. 114).

A identidade do lugar tem relação com o espírito deste, cujo enraizamento e o sentimento de familiaridade dependem das qualidades físicas e das mudanças que as gerações humanas lhe atribuem (HOLZER, 1997). Relph menciona que a relação entre o indivíduo e a comunidade com o seu lugar permite e reforça a identidade destes, mesmo com as modificações introduzidas.

Para Buttimer (1982), a identidade cultural está intrinsecamente relacionada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interações baseadas no lugar. Mesmo diante das transformações no lugar, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem, reforçam a identidade com o lugar. A identidade de um lugar depende tanto das experiências intersubjetivas como das aparências.

Ferreira (2002), com base nas fundamentações de Relph, pontua que a identidade deveria ser considerada a partir de quatro pontos:

1. Seus componentes constituintes;
2. Suas formas e níveis de externidade (outsideness) e internidade (insideness) da identidade com o lugar;
3. Das ligações das imagens de lugares com sua identidade;
4. Dos modos pelos quais as identidades se desenvolvem, são mantidas e se modificam. A localização física estática, as atividades, os significados e o espírito do lugar compõem a sua identidade. "Quanto mais profundamente se está dentro de um lugar mais forte a identidade com ele" (Ferreira, 2002, p. 48).

Um exemplo ilustrativo refere-se aos bairros rurais, pois, mesmo diante das mudanças sociais, econômicas e espaciais, os indivíduos guardam na memória o passado e incorporam o sentimento de pertencimento ao lugar. O lugar seria o centro de valores indispensáveis para a nossa identidade. O lar, por exemplo, expressa a relação do indivíduo com seu lugar. Todavia, o lar é mais amplo que o objeto - casa. Essa relação entre a percepção de lar, o objeto casa e como a casa aparece em nossa consciência (valores, bem-estar, significados) é o que se chama de princípio de intencionalidade ou a intencionalidade da consciência.

O indivíduo pode residir numa casa por longo período, mas não criar vínculos com o lugar. O mesmo ocorre com aqueles indivíduos que mudam para outra cidade, mas guardam o sentimento de pertencimento com a anterior. A experiência necessita de tempo, mas ele não é o único elemento. A estabilidade, concebida como uma pausa no movimento, possibilita a convivência por um determinado tempo com o lugar. A identidade e a estabilidade seriam as características centrais dos lugares (Holzer, 1997).

Diante dessa conjuntura, a topofilia, é um neologismo definido por Tuan como "todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material" (Tuan, 1980, p. 107). A topofilia pode assumir assim muitas formas, variando em amplitude emocional e intensidade. Podem ser considerados exemplos topofílicos distintos a apreciação estética do meio através do turismo, o contato físico com o meio ambiente do pequeno agricultor, o patriotismo e a relação emocional da pessoa com seu lar e seus pertences. Nota-se então, que o termo topofilia associa sentimentos com meio ambiente e, ao fazer isso, promove a ideia de lugar. Contudo, "o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais" (Tuan, 1980, p. 129).

A partir da geografia humanista, é possível olhar para a relação ser humano - espaço/natureza com outra perspectiva: a do elo afetivo, que tanto pode existir numa vertente de familiaridade, ou topofilia.

A expressão topofilia deriva da abordagem fenomenológica e da corrente humanista, expõe o geógrafo chinês Tuan (1980) com base nos estudos de Bachelard (1974). São dois importantes nomes que discutem a topofilia, e reflete em uma forma sucinta de 40 definir o sentimento de pertencimento dos sujeitos no que diz ao lugar vivido. O primeiro estudioso do assunto, em sua obra: A poética do espaço.

Bachelard (1974) diz que a topofilia "[...] define-se por imagens de espaço feliz [...] que determinam os valores do humano nos espaços de posse, dos espaços defendidos contra as forças adversas". Posterior a isso, Tuan (1980) em sua obra - Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente – esses dois estudos - Bachalard (1974) e Tuan (1980) - constituem-se basicamente a direção da pesquisa em alusão a topofilia. De acordo com Bachelard (1974) a topofilia é o estudo dos sentimentos e dos valores que envolvem os aspectos da cultura do ser humano.

Tuan (1980) define esse termo como "[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico, sob o ponto de vista das percepções, das atitudes e dos valores".

Para tanto, a topofilia pode ser definida em sentido amplo, inclusive, nas relações que envolvem os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente vivido, os quais podem diferenciar entre os sujeitos de acordo com a intensidade e expressividade. Tuan (1980) corrobora e diz que, [...] a topofilia varia em amplitude emocional e em intensidade, estando relacionada, entre outros, aos prazeres visuais efêmeros, ao deleite sensual do contato físico ou, simplesmente, ao apego pelo lugar, seja por sua familiaridade, por seu passado representativo ou por evocar algum tipo de orgulho de posse. (Tuan, 1980, p. 286).

Essas relações envolvem o sentimento de apego pelo lugar vivido, sendo que esses valores concebem as lembranças do passado e constitui-se como orgulho dos indivíduos. Esta relação vem reforçar os sentimentos topofílicos através das experiências vividas. Bachelard (1974) diz que desde a antiguidade grega as questões referentes à imagem, imaginário e razão estão colocadas como essência de busca da verdade e do conhecimento, mesmo que às vezes podem entrar em conflito. Para Sócrates, Platão e Aristóteles, a verdade só seria possível através da experiência dos fatos, e o pensamento platônico via no mito um caminho para as verdades não demonstráveis, graças a sua imagem simbólica. Tuan (1980) fala que assim, como alguns sujeitos são relutantes em abandonar um velho casaco por um novo, outros, especialmente, com maior experiência de vida, relutam em abandonar seu velho bairro por outro com casas novas. O fato é que as visões de mundo estão representadas no simbolismo e nas variantes das experiências pessoais.

Pode-se dizer que a topofilia está presente nas relações cotidianas dos moradores com o lugar e no (re) conhecimento das atribuições no que diz à percepção da paisagem. Os sentimentos que se tem pelo lugar, ora determinados com o transcorrer do tempo pode gera sensações de acolhimento. Nesse sentido, a pesquisa busca entender a relação dos indivíduos no que diz as paisagens, os sentimentos de afeto para com os lugares. Esses vínculos ocorrem de modo abstrato, e pode despertar sentimentos diversos, visto que os sujeitos evocam a alma dos lugares, apreende e delineia suas condutas no sentimento adquirido pelos lugares do cotidiano, da nostalgia e das possibilidades em manifestar essas emoções.

Para Claval (2001) o espaço acolhe as características de determinado tempo, assimilando-as e transformando-as sem cessar. Cada rua, cada bairro e cidade trazem a marca de milhões de histórias que compuseram a realidade de seus habitantes, independente da época em que viveram. Segundo Bachelard (1974) a primeira casa que o indivíduo habita constitui a concha protetora e criadora de imagens que permanecem guardadas nas profundezas da alma ao longo de toda da sua existência, podem ser positivas ou negativas. Desse modo, o valor simbólico do lugar vivido fundamenta-se na topofilia para determinar o apego do lugar, enquanto experiência de vida expressas nas paisagens. Por sua vez, a memória alimenta-se de uma espécie de compilação de imagens presentes na lembrança, reconstituindo as relações do lugar, provocando uma série de sentimentos.

Os elementos que compõem a natureza como os rios, as montanhas, os campos, as florestas e as construções humanas transformam-se em imagens, caminhos e representações na vida no dia a dia. Nota-se claramente que, quando os sujeitos falam de sua Terra natal, trazem-se as imagens de desvelo e fragmentos de lembrança que tem sentido único na compreensão dos lugares.

Assim, a percepção, os valores contidos nessa relação mantêm intactas as visões distintas de mundo. Entretanto, são nesses pressupostos que a pesquisa emprega a topofilia para procurar evidenciar os símbolos, os valores que auxiliem na compreensão das representações humanas sobre a paisagem e o lugar vivido. Concomitante a isso, a superfície terrestre não é sustentáculo somente como elementos que subsidiam as fontes de sobrevivências práticas e pré-estabelecidas nas relações do ser humano com a natureza.

Em consonância com este raciocínio a paisagem é detentora de variadas faces e funcionalidades misturada com a vida, o desejo, os sonhos da cultura do grupo ou do indivíduo em uma determinada sociedade. A percepção humana, sendo as atitudes, os modos de agir, os símbolos, os sentimentos são impregnados por paradoxos e identidades fragmentadas. A paisagem portanto sugestiona diversas probabilidades para sua percepção, o que é variável conforme a capacidade individual de cada indivíduo em sua percepção, inclusive, considera-se a experiência de vida. Com isso, são abrangentes aspectos objetivos e subjetivos de mundo vivido que tem uma tendência de cristalização de imagens e estruturas das dimensões espaço temporais, visto que a realidade é constituída pelo concreto e ilusório, e isso determina características próprias entre a racionalidade e vice-versa (Lima, 2014). Haja vista que esses subsídios podem adquirem uma existência intelectual e configuram-se nas relações culturais, na memória, nas vivências e impregnam-se de significações e valores a atitude de viver dos sujeitos. Logo, a Ciência Geográfica possibilita apreender, por meio de estudos embasados na topofilia, aspectos estes que podem resgatar o passado, a história de si próprio, concedendo-lhes valiosas significações para as questões culturais da vida em sociedade.

2.2 Breve histórico de Rubinéia antiga

O município de Rubinéia/SP está localizado no oeste do estado de São Paulo, às margens do Rio Paraná. O distrito de Rubinéia foi criado em 1.953, pela lei Quinquenal desse mesmo ano, tendo como município Santa Fé do Sul/SP. Sua emancipação política deu-se em 20 de Março de 1965 (Calazans, 1995). Em 1.973, com a inundação ocasionada pelo represamento do Rio Paraná, para a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, nasce um grande lago artificial e, com ele, o fim da cidade de Rubinéia/SP.

Figura 1 - Rubinéia antiga, antes de ser inundada pela represa da usina hidrelétrica de Ilha Solteira

Fonte: TV Tem, 2018

A população local foi deslocada para uma nova área e uma nova cidade foi construída, em nome do progresso regional do Estado e, consequentemente, da nação. Essa foi a idéia transmitida e difundida pelos veículos de comunicações e pela propaganda do governo da época. O deslocamento de população e a desapropriação dos seus bens, provocados pela formação do lago artificial, não têm sido fato isolado, ocorrido somente no Brasil. Em outras regiões, como na África e na China, o mesmo drama tem ocorrido. Segundo Rebouças (1997), o mesmo ocorreu com a Usina de Sobradinho, a de Itaparica, a de Itaipu e a de Tucuruí.

Na época da inundação, havia um contingente de pessoas vivendo no campo, cultivando as suas terras e gerando riquezas, sem se preocupar com os impactos que estas ações poderiam ocasionar. Deve-se, também, entender que, para os padrões da época, os impactos ocasionados pela ação do homem eram considerados como aceitáveis e não eram negativos (Assis, 2005).

Tudo começou em 1967, com a notícia de que a região de Rubinéia, localizada no interior do estado de São Paulo seria inundada pelas águas do Lago Artificial da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, construída pela Companhia Energética de São Paulo S/A, o que resultaria na inundação de um terço do território de Rubinéia, além da submersão do seu sítio urbano e áreas de terras agrárias cultiváveis (Prefeitura de Rubinéia, 2021).

O decreto para fins de desapropriação das áreas destinadas à implantação da nova cidade de Rubinéia foi transcrito abaixo na íntegra:

DECRETO Nº 31/70

Rubens Messaros, Prefeito Municipal de Rubinéia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc.

DECRETA

Artigo 1º) Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial as áreas de terras abaixo, destinadas à implantação da cidade de Rubinéia.

GLEBA 1 – "Inicia-se em um marco de madeira cravado na linha de divisa com as terras de propriedade do Sr. Marinho Ferreira de Paula, de onde segue uma linha de divisa com terras do Sr. Lídio Bená, com o rumo de 45º 06' N. W., numa distância de 293,51 metros, até outro marco cravado na linha da divisa com terras de propriedade de dona Sebastiana Tavares da Rocha, com o rumo de 45º 15' N. E., numa distância de 435,50 metros até outro marco cravado na linha de divisa das terras do Sr. João de Oliveira Lopes, com um rumo de 41º 35' 30" S.E., numa distância de 232,10 metros, até outro marco cravado na linha de divisa com as terras do Sr. José Gonçalves. Finalmente, deste ponto segue numa linha de divisa confrontando com as terras dos Srs. José Gonçalves e Marinho Ferreira de Paula com o rumo de 36º 58' S.W. uma distância de 432,25 metros, passando sobre um lago e atingindo o marco onde teve início este levantamento". Gleba essa que consta pertencer a Sra. Amélia Rodrigues da Silva.

GLEBA 2 – "Inicia-se em um marco de madeira cravado na linha de divisa com terras de propriedade do Sr. Lídio Bená, de onde segue uma linha de divisa confrontando com o remanescente das terras de Sra. Sebastiana Tavares da Rocha, com o rumo de 45º 06' N.W., numa distância de 310,84 metros até outro marco cravado na linha de divisa com as terras do Sr. Abrão Romão da Rocha; deste ponto segue confrontando com as terras dos Srs. Abrão Romão da Rocha e Vicente Assunção, com rumo 55º 25' N. E., numa distância de 451,35 metros até outro marco cravado na linha de divisa com terras de propriedade do Sr. Manoel Xavier da Cruz; deste ponto segue confrontando com terras do Sr. João de Oliveira Lopes com rumo 41º 35' S.E., numa distância de 233, 90 metros, até outro marco cravado na linha 54 de divisa com terras de propriedade de dona Amélia Rodrigues da Silva. Finalmente, segue por esta divisória com o rumo de 45º 15' S.W., numa distância de 435,50 metros, até o marco onde teve início o presente levantamento. Gleba essa que consta pertencer a Sebastiana Tavares da Rocha".

Artigo 2º) Fica declarada de natureza urgente a presente desapropriação, para os efeitos do artigo 15 do decreto – Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1.941.

Artigo 3º) As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto, correrão por conta das verbas propícias do orçamento vigente.

Artigo 4º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rubinéia, 12 de Agosto de 1.970. Rubens Messaros – Prefeito Municipal - Publicado e registrado no livro próprio na data supra. Osmar Antonio Novaes – Secretário (Takiuchi, 2010, p. 53-54)

A inundação de Rubinéia ocorreu de forma planejada e em razão da construção da Usina Hidrelétrica(UHE) de Ilha Solteira pela CESP, uma vez que o estado de São Paulo necessitava expandir a produção de energia elétrica. Rubinéia, que acabava de se tornar município em 1965, já era desapropriada em 1967 e a demolição da área construída iniciou em 1969. É inusitado veracidade se tornar município e dois anos depois ser decretada como zona de desapropriação para ser construída a represa para o funcionamento da UHE de Ilha Solteira, contudo, Calazans afirma que Rubinéia teve vários entraves que tentaram barrar seu crescimento e até mesmo sua existência. Num primeiro momento, a emancipação do Distrito de Rubinéia foi dificultada exatamente pelo fato de que grande parte do território estaria incluído na zona inundada pela represa da UHE.

Então, a CESP, em 1969, deu início à desapropriação e demolição de casas, bares, hotéis, cinema e casas comerciais e, em eis no que dá ser nome de rua: Sofrem-se os maiores vexames, está o homem tranquilo em sua condição de placa de esquina, servindo à orientação de pedestres e motorizados, e começam a surgir em torno dele estranhas questões ligadas ao desenvolvimento nacional, à propriedade privada e à política em termos paroquiais. Chega o momento em que até a provação do sequestro lhe é infligida. Pensam que fica nisto? Seus aborrecimentos terminam – estou falando sério – em morte por afogamento (Prefeitura de Rubinéia, 2021).

Em 1973, as águas do Rio Paraná começaram a subir, encobrindo casas, destroços, sonhos, vidas de cidadãos de Rubinéia. Através de um empréstimo junto ao Banco Bandeirantes, em que um era avalista do outro, para que fosse feita a desapropriação de 24,2 hectares de terras para reconstruir a cidade e, em 1972, surge à primeira casa comercial, e Rubinéia firma-se como cidade, graças à teimosia de Alcides Silva e empenho de Rubens Messaro e Osmar Novaes. Em 1968, no mandato de prefeito, quando ainda se cogitava a hipótese da inundação, Novaes construiu prédios públicos como o Cemitério e o Matadouro Municipal, longe do alcance das águas, que ele imaginava que não iria alcançar estes locais, já que a inundação ocorrera em 1973, mas, diante do perigo eminente, decidiu garantir a integridade dos prédios e quem visita Rubinéia logo percebe que estes lugares estão próximos da cidade, o que muitos, em 1968, disseram ser “loucura”, hoje se tornou astúcia. Pouco tempo depois, a cidade de Rubinéia já se urbanizava, contava com açougues, empórios, Centro de Saúde, Biblioteca Municipal, Grupo Escolar, Centro Comunitário. Outro fator interessante da pequena cidade era de que, na hora de batizar suas ruas, a cidade dá exemplo de cultura e respeito, nomeando-as com nomes de poetas e escritores famosos, como Olavo Bilac, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, que, em 1971, noticiou os acontecimentos na cidade em sua coluna no Jornal do Brasil do Rio de Janeiro intitulado “Aconteceu em Rubinéia”, e ainda em 1973 escreveu um poema “Os Submersos”, dando destaque à atitude dos Rubineienses em batizar suas ruas com nome de poetas e escritores, lamentando que suas placas e logradouros estivessem debaixo d’água (Prefeitura de Rubinéia, 2021).

Tudo isso está acontecendo em Rubinéia com poetas como Vinicius de Moraes e o supra assinado, a quem Rubinéia, com discrição encantadora, pois nada nos comunicou, gentilmente, homenageara promovendo-nos a logradouros públicos. Ao saber agora da distinção, era caso de soltarmos nossos foguetes e brandirmos nossas copas de uísque. Mas, tristeza das homenagens, o que nos compete é carpir. Pois acabamos de ser vítimas de sequestro e, pior, dentro em breve, soverteremos nas águas. Pois Rubinéia vai desaparecer da face da terra e, com ela, seremos submergidos (Prefeitura de Rubinéia, 2021).

É relevante citar que dentro desse período, com a chegada da energia elétrica, os danos sociais e ambientais ganharam potência devido a instalação das barragens. Se por um lado o progresso chegava em forma de luz e novas oportunidades econômicas, por outro, pessoas e áreas inteiras foram devastadas. Áreas pelas percas e mudanças ambientais, pessoas pelos corações partidos em ver seus bens e memórias ficarem embaixo da água.

3 RUBINÉIA ATUAL

Rubineia é um município brasileiro do estado de São Paulo. A cidade tem uma população de 3.833 habitantes (IBGE/2022) e área de 242,877 km². O município é formado pela sede e pelo distrito de Esmeralda. Está localizada a uma latitude 20º10'46" sul e a uma longitude 51º00'08" oeste, estando a uma altitude de 317 metros.

Em 1973 Rubineia desapareceu sob as águas que formam o grande lago do Rio Paraná que abastece a Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira Renascendo depois, uma cidade nova e bela que encanta a todos que a visitam, tanto pelos seus atrativos como pela cultura e história. A cidade possui

os mais variados e belos atrativos, juntando-se as maravilhas do Rio Paraná, com grande diversidade da fauna e flora, praias artificiais de água doce e cristalina, passeios de barco, ilhas de incomparável beleza natural, além da combinação perfeita de tranquilidade e bem estar que só as cidades do interior possuem. E tudo isso acompanhado de muito sol e calor quase durante todo o ano, o que propicia a prática de esportes náuticos e da pesca esportiva amplamente praticada pelos amantes da modalidade que contam com os guias e pilotei-os mais experientes da região (Turismo Rubineia, 2022). A análise urbana da nova Rubinéia teve como finalidade o entendimento e a busca de novos fatores que são resultantes de tendências e eventos do passado. A análise urbana foi ilustrada em forma de mapas, explorando os seguintes temas: I) uso e ocupação do solo, II) evolução da malha urbana e III) a densamento construtivo (Stafusa; Constantino; Ghirardello, 2020).

A figura 7 traz explicitamente que a área residencial tem uma maior amplitude sendo mais relevante que setores comerciais, de prestação de serviços que tem como fim somente o atendimento que a própria cidade demanda e compatíveis com a escala do município. Por ser uma cidade turística e com grande quantidade de casas de veraneio, situação apontada no estudo de Calazans (1995), esperava-se que houvesse predominância do setor residencial.

Figura 7- Mapa de uso e ocupação do solo na nova cidade de Rubinéia

Fonte: STAFUSA; CONSTANTINO; GHIRARDELLO, 2020

O mapa demonstrado na figura 7 mostra o movimento das praias iniciado nos anos 2000, sendo que a malha urbana é completamente descentralizada de novos loteamentos que foram implantados em proximidade com a margem do rio, conectando-se as malhas que já existiam posteriormente.

O que se viu é a busca da nova Rubinéia avançando para as margens do rio, sendo que para isso faz uso do elemento valorizados de novos loteamentos.

O município de Rubinéia é turístico e possui diversas atrações tais como o rio Paraná, Ilha das Garças, Praia do Sol, Ipanema (Navega São Paulo), Antigo Porto Taboado, Lagoa da Garça, Ilha do Pedregulho Cor de Rosa e Lagoa do Sol.

Os atrativos culturais e históricos são extremamente relevantes já que a história de Rubinéia é extremamente relevante com a população participando na criação da nova Rubinéia que surgiu após a antiga ser completamente inundada pela construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

A ponte Rodoferroviária é um monumento com excelente aproveitamento turístico, por apresentar uma arquitetura bem planejada e por estar localizada numa área privilegiada geograficamente, situa-se distante 2Km da jusante de confluência do Rio Paraná e Rio Grande, no início do Rio Paraná, divisa dos Estados de Mato Grosso e São Paulo, ligando os municípios de Aparecida do Taboado (MS) e Rubinéia (SP).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi exploratória, o método escolhido foi um estudo de caso sobre a implantação de uma usina hidrelétrica na cidade de Ilha Solteira - SP que promoveu alagamento do município de Rubinéia - SP deixando a cidade totalmente submersa.

A pesquisa exploratória trata-se de um tipo de observação para a familiarização do pesquisador com a temática a ser estudada durante a investigação (Gerhardt; Silveira, 2009).

Para coleta das informações sobre o tema foi realizada uma pesquisa bibliográfica em acervos científicos incluindo artigos e periódicos. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento

de referências teóricas já realizadas sobre a temática e publicadas em artigos científicos, livros e outros meios de divulgação de conteúdo acadêmico (Fonseca, 2002).

Ainda com relação aos procedimentos, realizou-se uma pesquisa documental com Inventário de fontes como cartórios, igrejas, análise dos relatórios, documentos históricos do município através de visitas in loco. A metodologia de procedimento histórico que segundo Lakatos e Marconi (2003), possibilita a análise de eventos e processos do passado para o entendimento do contexto atual do objeto de estudo, e ainda, quais foram as consequências decorrentes desses processos históricos.

Grande parte da pesquisa foi subsidiada por materiais e dados históricos coletados em arquivos públicos (Museu Histórico e Cultural de Rubinéia e Prefeitura Municipal de Rubinéia) e particulares (Moradores, Cartório de Notas de Rubinéia e Cartório de Notas de Santa Fé do Sul), mídia jornalística (acervo de jornais e da TV Tem), publicações em meio digital e na bibliografia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Rubinéia a presença da topofilia é inegável, mas o que é "topofilia", é "o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico" (Tuan, 1980, p.5) isso indica que existe ligação entre o ser humano e como ele estabelece uma união com seu meio. De maneira simples e aberta, segundo Tuan (1980) a concepção da topofilia se estrutura:

1. Apreciação estética, contato corporal e visual da natureza real ou transformada;
2. Relações de sobrevivência de seres humanos e familiares com o local;
3. A urbanização com valorização natureza intocada e do campo. Isso desperta um sentimento topofílico: o compartilhar da terra com pessoas amadas onde o lugar representa mais que local físico e traz a tona valores, crendices, hábitos e significados.

Tuan (1983) afirma ainda de maneira poética: na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares perdem seu significado. Com essa visão as relações topofílicas representam o alicerce usado para construir uma nova cidade fundamentada pelo amor do homem ao local onde habita, o que não falta no objeto de estudo.

O estudo e a recuperação da história de vida dos moradores evidenciaram a ligação entre as pessoas e o local onde viveram. Isso se manifesta nas lembranças que retratam o vínculo emocional que as pessoas desenvolveram com o lugar, um vínculo que sobrevive apenas na memória e nas histórias transmitidas para as gerações seguintes, como filhos e netos. É difícil para muitos imaginar como essa percepção afetou aqueles que experimentaram a perda da conexão entre os seres humanos e a natureza em prol do desenvolvimento econômico, e que hoje não conseguem mais visualizar seu passado, sua antiga casa ou a paisagem que foi submersa. Esse sentimento de saudade revelado está profundamente enraizado no apego das pessoas ao seu espaço e lugar histórico, que moldaram e ajudaram a construir ao longo do tempo. Esse fenômeno é o que define a topofilia e a perda de pontos de referência onde a história de uma comunidade foi forjada. A esperança e a saudade, todos esses sentimentos, refletem o forte laço emocional entre as pessoas e o lugar onde viveram. No entanto, existe também uma tristeza intrínseca em não poder alterar o passado (De Jesus Nones *et al*., 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais desafios e objetivos desta pesquisa era reconstituir a antiga Rubinéia - sua história, paisagem, território, estilo de vida, e cada aspecto da cidade, de maneira semelhante ao que Drummond fez com suas palavras em sua carta aberta à cidade. Reconhece-se que a tarefa de criar um cenário tridimensional tão rico por meio das palavras é árdua e complexa, como demonstrado pela habilidade de Drummond em seu texto. Portanto, a pesquisa utilizou não apenas palavras, mas também imagens, gráficos, observação sistemática e revisão histórica dos fatos e qualquer fonte que pudesse contribuir para reconstruir a história, visando a busca do conhecimento sobre um complexo universo de significados socioculturais, não se limitando a um mapeamento físico simples. Isso permitiu aos leitores reviver a memória e participar novamente da história.

De maneira geral, a relação entre a cidade e o rio em Rubinéia é notável e irônica. O rio inicialmente sustentou a cidade, permitindo a agricultura e a pesca, mas eventualmente a inundou devido a decisões humanas. A inundação não foi um evento natural, mas sim resultado do progresso e desenvolvimento desenfreado, liderado por autoridades políticas e empresas. No entanto, o mesmo rio que causou a inundação agora contribui para o aspecto turístico da cidade. Ao analisar o passado com uma perspectiva atual, fica evidente que o rio sempre teve um papel significativo no

desenvolvimento da cidade, e a inundação foi uma consequência não relacionada à natureza, mas sim às ações humanas. Aqueles afetados pela inundação estão cientes da verdadeira causa desse desastre.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para a geração de energia elétrica**. Brasília, 2005. (Cadernos temáticos
ASSIS, W. F. T. **Representações da natureza e desfiguração dos conflitos socioambientais:** a publicidade dos setores elétrico, químico, e petroquímico entre 1982 e 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Wendell-Fisher-Representa%C3%A7%C3%B5es-da-Natureza-e-Des-frigura%C3%A7%C3%A3o-dos-Conflitos-Socioambientais.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

BACHELARD, G. (tradução: Antônio de Pádua Danesi). **A poética do espaço**. São Paulo. Martins Fontes, 1974. 242 p.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETI, A. **Perspectiva da geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

CALAZANS, N. C. A. **A dinâmica sócio espacial na orla do rio Paraná e o ordenamento do território pelo Turismo**: a estância turística de Santa Fé do Sul/SP. 2008. 143. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Aquidana, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1058/1/Nelsi%20Coelho%20Ara%c3%bajo%20Calazans.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

CALAZANS, N. C. A. **Das águas ao renascimento de uma cidade**: Rubinéia. Jales: Grafisa, 1995.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações de cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 59-98. 128 (Série Geografia Cultural).

DE JESUS NONES, R. *et al.* Reconstituição histórica da alteração de paisagem na orla dos municípios de Rubinéia, Santa Fé do Sul e região. **Unifunec Científica Multidisciplinar**, Santa Fé do Sul, São Paulo, v. 7, n. 9, 2018. DOI: 10.24980/rfcm.v7i9.3355. Disponível em: https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfc/article/view/3355. Acesso em: 26 set. 2023.

FERREIRA, L.F. **Iluminando o lugar**: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

G1. **Moradores de cidade inundada há 45 anos após construção de usina se reencontram**: 'Infância submersa'. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/11/13/moradores-de-cidade-inundada-ha-45-anos-apos-construcao-de-usina-se-reencontram. Acesso em: 03 nov. 2022.

GERHARDT. T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território.** Rio de Janeiro: Garamond – LAGET/UFRJ, 1997, n. 03, p. 77-85.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, O.Z.R. **Percepção de paisagens**: a topofilia e o olhar dos moradores na cidade de Catalão (GO). 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10401/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ozanir%20Reinaldo%20de%20Lima%20-%202014.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

O ESTADO DE S. PAULO. Atrás das comportas, a revolta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 abr. 1973. p. 41.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBINÉIA. **História do município**. 2021. Disponível em: https://rubineia.sp.gov.br/historia-do-municipio/. Acesso em: 13 out. 2021.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido**: os projetos de reassentamento da Cesp pontal de Paranapanema. 1997. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SOUZA, R.F.O. **Análise dos impactos ambientais ocasionados por usinas hidrelétricas no Brasil.** 2017. 35f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Gestão ambiental) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios, 2017. Disponível em: https://itr.ufrrj.br/portal/analise-dos-impactos-ambientais-ocasionados-por-usinas-hidreletricas-no-brasil/#:~:text=AN%C3%81LISE%20DOS%20IMPACTOS%20AMBIENTAIS%20OCASIONADOS%20POR%20USINAS%20HIDREL%C3%89TRICAS%20NO%20BRASIL,-Postado%20em%2022&text=Do%20total%20de%20impactos%20contabilizados,natureza%20tanto%20positiva%20quanto%20negativa. Acesso em: 30 abr. 2021.

STAFUSA,V.M.; CONSTANTINO, N.R.T.; GHIRARDELLO, N. Rubinéia (SP) e rio Paraná: uma perspectiva histórica sobre a relação entre cidades e rios. **IV ENANPARO – Encontro da associação nacional de pesquisa e pós graduação em arquitetura e urbanismo**, 2020. Disponível em: https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21960.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

STAFUSA, V.M. **Por trás das comportas**: formação, inundação e emersão de Rubinéia (SP). 2022. 180f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/236787/stafusa_vm_me_bauru.par.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 07 nov. 2022.

TAKIUCHI, M. **Rubinéia**: a cidade que o lago engoliu. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade de Araraquara, Araraquara, 2010. Disponível em: https://www.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2010/mitsuru-takiuchi.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanista. In: CRISTOFOLETI, A. (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

URBANISMO TÁTICO E INOVAÇÃO SOCIAL: Tecendo paralelos por meio de iniciativas urbanas transformadoras

TACTICAL URBANISM AND SOCIAL INNOVATION: Weaving parallels through transformative urban initiatives.

Área temática: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

DAVID, Daniele Caroline
Universidade de Franca - UNIFRAN
Doutoranda em Linguística mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFU com área de atuação em estudo da cidade e do urbansimo.
E-mail
(danielecdavid@gmail.com)
Apoio: CAPES – Processo: 88887.673610/2022-00

Resumo

A interdisciplinaridade entre as grandes áreas do conhecimento contribui para que as pesquisas sejam mais diversificadas e amplas. Encontrar pontos de convergência entre elas é relevante pela perspectiva da construção do saber. Neste sentido ao mesclar conceitos do design estratégico e da arquitetura e urbanismo, bem como suas afinidades e relações que podem ser constituídas favorece a concepção de novos pontos de vista e contribui para o avanço da ciência. Posto isto, o artigo aborda as temáticas do urbanismo tático e da inovação social, sendo relacionados ainda com os objetivos do desenvolvimento sustentável, abordando conceitos da área da Arquitetura, Urbanismo, Design e Sustentabilidade. O principal objetivo é verificar por meio dos critérios estabelecidos se os objetos de estudo de caso analisados, intervenções urbanas temporárias, se caracterizam como produto de inovação social. A pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória que por meio de estudo de caso e levantamento bibliográfico, visa corresponder aos objetivos propostos Os resultados obtidos se estruturaram a partir de uma análise dos quadros comparativos entre os objetos analisados, explorando as suas principais características, impactos e como se relacionam com os ODS"s, que se revelam como iniciativas de inovação social A principal contribuição deste trabalho é angariar argumentos e acarretar futuras discussões relativas a esta temática.

Palavras-chave: Intervenções urbanas temporárias, Sustentabilidade, Inovação social.

Abstract

The interdisciplinarity between the great areas of knowledge contributes for the research to be more diversified and broader. Finding points of convergence between them is relevant from the perspective of the construction of knowledge. In this sense, by merging concepts of strategic design and architecture and urbanism, as well as their affinities and relationships that can be formed, it favors the conception of new points of view and contributes to the advancement of science. That said, the article addresses the themes of tactical urbanism and social innovation, being also related to the objectives of sustainable development, addressing concepts in the area of Architecture, Urbanism, Design and Sustainability. The main objective is to verify through the established criteria if the analyzed case study objects, temporary urban interventions, are characterized as a product of social innovation. The research has a qualitative and exploratory approach that, through a case study and bibliographic survey, aims to correspond to the proposed objectives. The results obtained were structured from an analysis of the comparative tables between the analyzed objects, exploring their main characteristics, impacts and how they relate to the SDGs, which reveal themselves as social innovation initiatives The main contribution of this work is to gather arguments and lead to future discussions related to this theme.

Keywords: Temporary urban interventions, Sustainability, Social innovation

1 INTRODUÇÃO

O tema que este trabalho aborda são as relações que podem ser estabelecidas entre os conceitos de inovação social e urbanismo tático, relacionando-os com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030, a fim de compreender como intervenções urbanas podem contribuir para o cenário de inovação e sustentabilidade.

A problemática envolta deste tema caracteriza-se pela indagação se intervenções urbanas temporárias podem ser consideradas produtos de Inovação Social, pois são resultados de uma mobilização comunitária que tem como objetivo constituir bem-estar coletivo, a partir disto orientou-se a construção da pesquisa, cujo o principal objetivo é comprovar por meio dos procedimentos metodológicos adotados e critérios estabelecidos, se as intervenções urbanas temporárias escolhidas como objetos de estudo de caso são caracterizadas como Inovação Social, e os objetivos secundários são constituir relações sobre os conceitos abordados apontando seus pontos de convergência.

O artigo apresenta uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório cujos principais procedimentos metodológicos foram revisão de literatura, documental e estudos de caso. O ponto inicial foi a pesquisa teórica sobre os conceitos de urbanismo tático, inovação social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Na sequência foi construído um paralelo entre os conceitos para identificar quais características do urbanismo tático e seu processo atende, ou não às características de um processo de inovação social e se atende alguma meta dos ODS.

A etapa seguinte consiste na seleção de dois estudos de caso de urbanismo tático para análise por meio da aplicação do Modelo de análise das dimensões econômica, social e ambiental em casos de Inovação Social (IS) de acordo com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU – MANIS, [1] que por meio de seus itens, foi possível estabelecer relações entre os dois estudos de caso e sua caracterização como Inovação Social, abordando suas principais características, impactos e como elas dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de atender aos objetivos propostos e tecer conjecturas acerca deste tema e indicações para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. URBANISMO TÁTICO

Para a discussão da relação entre urbanismo tático, inovação social e sustentabilidade, nessa seção será apresentado as principais características do urbanismo tático e como pode ou não, ser uma iniciativa que gera mudança, transformação no lugar onde as ações são executadas e que podem ser replicadas, com adaptações, em outros lugares.

Para Lyndon et al. (2012, p.1) urbanismo tático é uma ação para melhorar as condições de habitabilidade das cidades, dos bairros, por meio de intervenções de pequena escala, de curto prazo e baixo investimento, envolvendo diversos atores locais, testando novos conceitos antes de investir em mudanças com compromissos políticos ou financeiros substanciais. As principais características do urbanismo tático são:

a) Abordagem voluntária e gradual, orientada para a mudança de uma realidade;
b) Processo de criação de ideias em escala local para solucionar desafios do planejamento;
c) Compromisso de curto prazo e expectativas realistas;
d) Ações de baixo risco, mas com possibilidades de altas recompensas
e) Desenvolvimento de capital social e de capacidade institucional entre cidadãos, organizações públicas e privadas.

Seja pela ausência de espaços públicos projetados ou pelo olhar para os locais que “sobraram entre loteamentos”, para os espaços que “incomodam” o olhar no dia a dia, que geram inseguranças, para esses locais são adotados novos olhares e como podem ser apropriados pela comunidade e proporcionar novas relações sociais e outra dinâmica no lugar (BALEM, 2017, p. 4). O

[1] Documento didático de apoio a pesquisadores, estudantes e professores da área, o protocolo MANIS tem como objetivo identificar e analisar casos de Inovação Social, entendendo o impacto gerado pela iniciativa e sua relação com a Sustentabilidade e com a Agenda 2030.

urbanismo tático é uma forma dos cidadãos ocuparem a cidade, com usos, formas e desenhos que tornem o espaço urbano amigável às pessoas, adaptando-os à escala delas (GOMES, MENDES, MELLO, 2019).

Brenner (2016) escreve sobre a exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, que aconteceu entre 22/11/2014 e 25/05/2015, no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), seus processos, projetos e discussões sobre o urbanismo tático.

Na exposição no MoMA o conceito de urbanismo tático é apresentado sobre a interpretação de várias experiências de projetos urbanos em megacidades, com crescimento desigual: cidades de Nova York, Hong Kong, Istambul, Lagos, Mumbai e Rio de Janeiro. Entre os curadores de cada projeto e o curador da exposição, Pedro Gadanho, os pontos de convergência sobre os elementos do urbanismo tático são os seguintes:

a) Surge no contexto de crise de governança das cidades em oferecer bens públicos básicos (habitação, transporte e espaço público);
b) Abarca diversos tipos de projetos urbanos, que podem ser provisórios, experimentais e *ad hoc*;
c) Mobilização "de baixo para cima" propostas por atores diversos, fora do controle de especialistas ou grupos específicos;
d) Trabalha com intervenções imediatas, vistas como questões urbanas urgentes, configurando numa intervenção rápida, de curto prazo e na escala espacial do local, como parque, rua e bairro;
e) Possui qualidades de maleabilidade que permite executar projetos que se adequem as condições políticas-econômicas, aos processos participativos e aos diversos atores;
f) Com características de processos participativos, de intervenção prática e de "faça você mesmo", mobilizadas por grupos diretamente afetados, promovem uma reestruturação urbana. Pode ser uma atuação pontual ou um processo contínuo, com evolução dos métodos, configurando em um modelo de ação de "fonte aberta" (BRENNER, 2016, p. 09);

A maioria dos projetos apresentados na exposição são de urbanismo tático como alternativa ao modelo de urbanismo "modernista-estatista e neoliberal", contrapondo principalmente ao modelo de planejamento formal pré-programado, abrangente ou imposto "de cima para baixo", burocráticos e ineficientes.

O urbanismo tático é assim apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e os procedimentos formais de planejamento urbano, em particular, não conseguiram discutir adequadamente até agora (BRENNER, 2016).

Brenner (2016, p.10) elenca cinco tipos de relações entre o urbanismo tático e o neoliberal, sendo que dos cinco, três terão impactos insignificantes em questionar as bases do urbanismo dominante, podendo até gerar benefícios para o mesmo. Os outros dois podem gerar algum tipo de questionamento e estabelecer um desafio à política do urbanismo neoliberal. São eles:

a) **Cenário 1** - **reforço**: o urbanismo tático alivia algumas das falhas de governança e consequências socioespaciais do urbanismo neoliberal, mas sem ameaçar seu controle sobre o marco regulatório do desenvolvimento urbano;
b) **Cenário 2** – **entrincheiramento**: o urbanismo tático internaliza uma agenda neoliberal (por exemplo, relacionada a diminuição do papel das instituições públicas e/ou extensão das forças de mercado) e assim, contribui para o enraizamento, consolidação e extensão do urbanismo neoliberal;
c) **Cenário 3 – neutralidade**: o urbanismo tático surge em espaços intersticiais que não são nem funcionais, nem perturbadores ao projeto neoliberal
d) **Cenário 4 – contingência:** o urbanismo tático abre um espaço de experimentação regulatória que, sob certas condições contribui para a subversão dos projetos neoliberais. Mas em outro contexto, com as mesmas condições, não ocorre nenhuma ruptura. Assim os impactos do urbanismo tático dependem de fatores extrínsecos a ele;
e) **Cenário 5 – subversão**: o urbanismo tático interrompe as bases de uma governança urbana orientada para o crescimento e se volta para futuros urbanos alternativos baseados em formas mais profundas de inclusão, equidade social, democracia e justiça espacial.

Ted Cruz, no catálogo da exposição, elabora os principais desafios associados às intervenções urbanas: 1) fazer perguntas críticas da realidade urbana das cidades contemporâneas,

2) promover experiências coletivas compartilhadas na coprodução da cidade e 3) a proposição de novos modelos de convivência e coexistência visando a inclusão socioeconômica (BRENNER, 2016, p. 12).

2.1. CONSTRUINDO RELAÇÕES ENTRE URBANISMO TÁTICO E INOVAÇÃO SOCIAL

Ainda não há um consenso sobre a definição de Inovação social. Apesar disto é possível encontrar pontos de intersecção nas definições existentes. As IS, sempre estiveram associadas às mudanças sociais e sempre estiveram apegadas à melhoria da qualidade de vida (AGOSTINE, 2017)

Para tentar definir melhor o que é uma inovação social, um dos caminhos é definir primeiro o conceito de inovação. De acordo com o manual de Oslo, 1997, conforme citado por Agostini, 2017, uma inovação refere-se à implementação de um produto, serviço, processo, método ou organização novos ou significativamente melhorados. Ou seja, quando se fala em inovação, pressupõe-se a existência de uma novidade.

Além disso, para definir a IS, é necessário diferenciar a IS da inovação tecnológica. A inovação tecnológica está relacionada à interesses econômicos e sua intenção é aumentar a vantagem de uma empresa sobre as outras. Já a inovação social, busca resolver problemas sociais sem o viés econômico

A primeira tentativa de definir inovação social foi feita por Taylor em 1970. De acordo com Taylor a IS trata-se da “busca de respostas às necessidades sociais por meio da introdução de uma invenção social.... uma nova organização social”. A partir daí, ao passar dos anos surgem inúmeras outras definições de IS. Apresenta-se a seguir a definição dada pela Centre de Recherche Sur Les Inovations Sociales (CRISES), 2014, a inovação social é um processo iniciado pelos atores sociais para responder a um desejo, uma necessidade, para encontrar uma solução ou para aproveitar uma oportunidade de ação para mudar as relações sociais, para transformar um quadro ou propor novas orientações culturais para melhorar a qualidade e as condições de vida da comunidade (AGOSTINE, 2017)

Neste artigo, a inovação social será entendida como um processo de mudança nas relações sociais, com participação de vários atores visando solucionar um anseio ou necessidade e assim melhorar a qualidade de vida de uma população.

Com a proliferação de iniciativas do tipo, tornou-se necessário, para fins de análise e compreensão, definir os aspectos que caracterizam uma inovação social, são eles:

a) **Transformação**; esta dimensão corresponde ao contexto de crise que motiva o surgimento da inovação social;
b) **Caráter inovador;** esta dimensão corresponde a proposta inovadora para solucionar a crise;
c) **Inovação**; esta dimensão corresponde à definição do tipo de inovação social;
d) **Atores**: esta dimensão corresponde à definição dos atores envolvidos na inovação e a relação entre eles;
e) **Processo:** nesta dimensão verificam-se os modos de coordenação; os meios (relações estabelecidas entre as partes envolvidas), que corroboram com a ideia de que o processo de inovação se consolida a partir da colaboração entre os atores; e as restrições do processo de implementação da inovação social, que podem afetar e reduzir o potencial de inovação de um projeto.

A definição de tais dimensões do tipo é importante, pois possibilita compreender as características da inovação social e analisar os casos já implantados. Isso é fundamental para embasar futuros processos com maior possibilidade de sucesso.

Neste artigo, os casos de inovação social serão comparados por meio do protocolo MANIS, um documento didático de apoio a pesquisadores, estudantes e professores da área, o protocolo com o objetivo identificar e analisar casos de Inovação Social, entendendo o impacto gerado pela iniciativa e sua relação com a Sustentabilidade e com a Agenda 2030.

A seguir apresenta-se uma tabela que busca sintetizar as semelhanças entre a inovação social e o urbanismo tático

Quadro 1. Quadro comparativo entre os conceitos de Inovação Social e Urbanismo Tático

	INOVAÇÃO SOCIAL	***URBANISMO TÁTICO***
LOCAL DE AÇÃO	Principalmente os locais onde o poder público falha em assegurar direitos básicos;	Principalmente os locais onde o poder público falha em assegurar direitos básicos;
OBJETIVOS	Visa melhorar a qualidade de vida de uma população; Visa solucionar um problema ou necessidade;	Visa Melhorar as condições de habitabilidade da cidade; Visa solucionar um problema ou necessidade urbano;
PARTICIPANTES	Participam neste processo diversos atores sociais;	Participam neste processo diversos atores sociais;
CONSEQUÊNCIAS	Gera mudança nas relações sociais;	Gera mudanças nas relações da sociedade com a cidade;

Fonte: Próprio Autor, 2023

O urbanismo tático, considerando sua definição e limitações de âmbito, é capaz de gerar mudanças nas relações entre a população e cidade. O processo participativo contribui para o empoderamento de populações marginalizadas cujos direitos à cidade não são assegurados. O Urbanismo tático parece caminhar paralelamente à inovação social, mas sempre focado na solução de questões relacionadas à

2.1. CONSTRUINDO RELAÇÕES ENTRE URBANISMO TÁTICO E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

> A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (AGENDA 2030.ORG, 2020).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou ODS, são um conjunto de metas a serem estabelecidas por todos os 193 países e a sociedade civil global, são ao todo 17 metas globais que deverão ser cumpridas até o ano de 2030, foram organizados a partir da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas: Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, OU Agenda 2030. O Intuito de criar as ODS partiu da perspectiva de um possível trabalho em conjunto dos países-membros da ONU para estabelecimento de uma Agenda Mundial de Desenvolvimento Sustentável.

Além de um documento a ser seguido, a agenda 2030 propõe mais do que a implementação das 17 ODS as 169 metas estabelecidas, mas trata-se também dos meios de implementação e das parcerias globais a serem criadas, além de estabelecer um roteiro e revisão delas ao decorrer de suas aplicações.

Para mais que pontos que reivindicam um modelo de vida melhor à população mundial, os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2020).

Considerados como integrados e indivisíveis, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável almejam captar de forma igualitária a questão social, ambiental e econômica que são determinadas como base para o desenvolvimento sustentável entendendo que só será possível chegar a um desenvolvimento sustentável real se todos os objetivos forem cumpridos integralmente. Logo, os 17 ODS se caracterizam por:

a) ODS 01 - Erradicação da pobreza;
b) ODS 02 – Fome Zero e agricultura sustentável;
c) ODS 03 – Saúde e Bem-estar;
d) ODS 04 – Educação de qualidade;
e) ODS 05 – Igualdade de gênero;
f) ODS 06 – Água potável e Saneamento;
g) OBS 07 – Energia Acessível e Limpa;
h) ODS 08 – Trabalho decente e Crescimento econômico;
i) ODS 09 – Industria, Inovação e Infraestrutura;
j) ODS 10 – Redução das desigualdades;
k) 0DS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis;
l) ODS 12 – Consumo e produção responsáveis;
m) ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima;
n) ODS 14 – Vida na água;
o) 0DS 15 – Vida terrestre;
p) ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes;
q) ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

Partindo da premissa de que que há a possibilidade de se desenvolver todas as ODS por meio Urbanismo, considera-se que como um dos objetos deste artigo, o Urbanismo Tático, tal se propõe por meio de sua caracterização ferramenta de trazer pontos que favoreçam a possibilidade de melhoria em todos os quesitos estabelecidos pelas metas de desenvolvimento ou até mesmo erradicar os problemas que elas buscam sanar.

Tendo seus termos baseados em justiça social, o Urbanismo Tático surgiu como uma forma de promover a retomada do espaço urbano pela população. Considerando a crise gerada pela decadência da governança quanto ao cuidado com as populações menos favorecidas de equipamentos básicos, o Urbanismo Tático nasce com o propósito de transformar por meio de pequenos diálogos e intervenções os espaços não qualificados com a ajuda total e direta da população.

Segundo HOU (2010), o Urbanismo Tático ou Urbanismo de Guerrilha como também é chamado não necessita de grandes investimentos e nem infraestrutura para sua concepção, tal conjuntura faz com que suas ações sejam capazes de articular agentes locais para que haja uma maior relação interpessoal que seja capaz de entender as possibilidades de uso e interações que podem vir a ser estabelecidas por meio de outras perspectivas embasadas na crítica e na orientação estratégica.

Ao considerar os aspectos citados e esclarecidos sobre Urbanismo Tático pode-se estabelecer uma relação direta com a agenda 2030 quanto as metas propostas, salvo que para o Urbanismo Tático a tomada de decisões por meio do auto escalão governamental e privado promoveu a crise atual a qual ele surge para buscar diminuir, e para a Agenda 2030 as prioridades de cada país são colocadas em primeiro lugar, e sabe-se com a história que as prioridades de um país nem sempre tratam diretamente da melhoria de vida de seu povo.

Ademais, partindo de um aspecto contrário à produção da cidade por meio de ferramentas neoliberais que foi responsável pela atual conformação da cidade, desigual socialmente e espacialmente, as pequenas ações promovidas pelo urbanismo tático são capazes de penetrar por todas as 17 ODS, e pode ser inserido considerando todas as especificidades locais e com baixo custo, utilizando-se da própria comunidade para a constituição das melhorias necessárias.

Portanto, ao considerarmos as ações de urbanismo tático pode-se tecer relações com os 17 objetivos propostos pela agenda, direta, como no item 11 e indiretamente nos demais, sendo uma ferramenta efetiva de transformação social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. ESTUDO DE CASO E ANÁLISES: PAULISTA ABERTA E ZONAS 30 BAIRRO CACHOEIRINHA.

As iniciativas de urbanismo tático selecionadas para análise são a Paulista Aberta, na cidade de São Paulo, e Zonas 30, na cidade de Belo Horizonte.

As ruas abertas são intervenções cuja principal característica é a mudança do uso do espaço urbano da rua, para lazer, por um tempo determinado. O objetivo das ruas abertas é oferecer espaço

para a prática de atividade física, no entorno das moradias, promovendo a saúde das pessoas, suprir a ausência de espaços públicos para esse fim, consequentemente reduzir os deslocamentos e promover a mobilidade ativa.

O Centro de Pesquisa e Formação do Sesc em parceria com a entidade da sociedade civil SampaPé! (2020) levanta os critérios de escolha das ruas para executar a iniciativa de Ruas Abertas: ruas locais; ruas que não sejam itinerários do transporte público e locais distantes de parques e praças urbanizadas. Durante a ação a rua terá acesso permitido para os moradores e para serviços públicos e de emergência, ficando fechada para o trânsito de passagem. De forma geral, para a execução demanda o envolvimento dos moradores da rua e região, o bloqueio com cavaletes e cones usados pelas Secretarias de Trânsito, no início e fim do trecho da rua aberta às pessoas e disponibilizar um número da prefeitura ou secretaria para denúncias. Durante a pandemia causada pelo SARS-CoV-2, as intervenções de ruas abertas foram e estão sendo muito utilizadas como medida para reduzir as aglomerações e o risco de contágio pelo vírus, no mundo todo (CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESQUISA, 2020).

Intervenções temporárias que unem cultura e lazer, ocupando o espaço com a multiplicidade de usos, traz benefícios para a sociabilidade, atraindo pessoas e na interação entre elas, e para o comércio local, dando maior visibilidade para eles. Essas iniciativas têm potencial para acontecerem de forma periódica, semanal ou mensal, reinserindo o lugar na dinâmica da cidade e chamando a atenção para se consolidar como uma política permanente, institucionalizada pelo poder público (VIEIRA, BAVARESCO, DAIPRAI, 2019, p. 10).

Áreas de Acalmamento de Tráfego, comumente chamadas de Áreas Calmas ou Zona 30, caracteriza-se por uma região, um conjunto de ruas em que a velocidade máxima dos veículos é reduzida (30km/h ou 40km/h), com o objetivo de melhorar a segurança dos usuários mais vulneráveis, priorizar o pedestre, consequentemente reduzir o número de acidentes graves e fatais. A implantação das áreas calmas é o primeiro passo para oferecer segurança às pessoas. O passo seguinte é o redesenho da rua, com o objetivo de reduzir induzir os motoristas a reduzirem a velocidade dos veículos, além de criar espaços de convivência e lazer. (CIDADE DE SÃO PAULO, 2019).

Para a implantação das zonas de redução da velocidade - Zona 30, o critério de escolha das ruas deve considerar características de grande eixo de circulação, com alto fluxo de pessoas, e em centros de bairros com acesso a comércio e serviços. A execução demanda de norma regulamentar para estabelecer a velocidade, de sinalização horizontal e vertical para informar a nova velocidade máxima. Algumas cidades associam a zona de redução de velocidade a conversão dos semáforos para amarelo, piscando, para reforçar a atenção dos motoristas (CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESQUISA, 2020).

Sendo assim, foram escolhidos dois estudos de caso que visassem agregar os conceitos de urbanismo tático e inovação social, a metodologia utilizada para comparação e análise dos casos foi o protocolo MANIS (Modelo de análise das dimensões econômica, social e ambiental em casos de Inovação Social (IS) de acordo com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU).

Os estudos de caso caracterizam-se como intervenções urbanas locais, a Paulista Aberta realizada na cidade de São Paulo teve início em 2014 e tornou-se uma iniciativa permanente enquanto a implantação das Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha, aconteceu na cidade de Belo Horizonte em 2019, como um projeto piloto que posteriormente se estendeu para mais dois bairros da cidade.

Para elucidar os pontos analisados dos dois casos foi elaborado quadros comparativos em que são abordadas as características das iniciativas, impactos e como elas dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quadro 2. Quadro comparativo sobre as informações gerais das Iniciativas de Inovação Social estudada.

Iniciativa de Inovação Social (I.S.)	***Paulista Aberta***	***Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha.***
Cidade/Estado/País:	São Paulo, São Paulo, Brasil	Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Responsável(eis)	SampaPé! e Minha Sampa! Organizações Não Governamentais	ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento) e BHTRANS (Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte)
Histórico da I.S.	2014 – Atualmente.	26 a 29 de Abril de 2019
Público-alvo da I.S.	Habitantes da cidade de São Paulo	Moradores e transeuntes do Bairro

		Cachoeirinha em Belo Horizonte
Descrição da I.S.	A iniciativa visava conscientizar a população sobre a apropriação do espaço público e despertar a noção de coletividade além de chamar atenção para causa da mobilidade ativa (caminhada e bicicleta) por meio da restrição de circulação de veículos abrindo para circulação de pessoas.	Foi uma intervenção temporária que visava reduzir a velocidade do tráfego e favorecer a mobilidade ativa e apropriação do espaço público.
Qual é o problema social, econômico e/ou ambiental que indicou o surgimento da I.S.?	Priorização dos veículos motorizados em detrimento do fluxo e permanência de pessoas.	Alta velocidade dos automóveis que passavam pelo bairro e a priorização deste modal.
Como foi planejada e organizada a I.S.? E como se dá a sua gestão ?	A criação de um novo espaço de lazer e convivência, no coração da cidade de São Paulo, começou em agosto de 2014, quando o movimento SampaPé! criou uma campanha na plataforma Panela de Pressão, da Rede Minha Sampa, que possibilitou a todos aqueles que também eram a favor da abertura da Paulista para as pessoas mostrarem para as autoridades seu posicionamento. Junto à campanha online, passou-se também a ocupar em alguns domingos uma calçada da Avenida Paulista com atividades lúdicas que promoviam a causa. Acompanhados de inúmeros movimentos como Bike Anjo, Cidade Ativa, Mobilize, Virada Sustentável, Banco com Encosto, Acupuntura Urbana, Conexão Cultural, Bike Café, Ping Point, entre outros, aumentou ainda mais a pressão, chamou a atenção da mídia e conseguiu-se agendar reuniões com o governo municipal para que a organização fosse ouvida. O prefeito Haddad, que, a princípio, se mostrou reticente em relação à proposta, com o tempo, foi convencido pela pressão popular e decidiu promover eventos testes. No domingo, 28 de agosto de 2015, quase um ano após o início da campanha, durante a inauguração da ciclofaixa da Paulista - outra grande conquista de São Paulo - a Avenida Paulista foi aberta pela primeira vez exclusivamente para as pessoas, quando o secretário municipal de Transportes pôde realizar os últimos estudos sobre o impacto e a as alternativas para o trânsito na região. Resultado: o convencimento definitivo por parte da prefeitura de que essa política pública deveria	As discussões sobre a criação e implementação de Zonas 30 em Belo Horizonte tiveram início em 2014, mas só foram retomadas em 2018, quando a cidade recebeu o workshop internacional "Connective Cities: discutindo as Zonas 30 e uma cidade viável para todos" realizada por meio de parcerias entre os setores público e privado. Em oficina com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, foram estabelecidos potencialidade e desafios para a implementação de zonas 30 na área hospitalar, na região Centro-Sul e no Bairro Cachoeirinha, na região Nordeste. O bairro do Cachoerinha foi então selecionado pela Prefeitura como área piloto para implantação de uma ação temporária. No perímetro escolhido localizam-se três escolas, uma igreja e um lar de acolhimento de idosos. A rua Simão Tamm, eixo principal da intervenção, é comumente utilizada por veículos que cruzam o bairro em direção a outros destinos, muitas vezes em velocidade incompatível com a circulação de crianças, adolescentes e idosos. Segundo dados levantados pelo ITDP Brasil, passam pela esquina das ruas Simão Tamm e Nossa Senhora da Paz aproximadamente 164 pedestres e 698 automóveis por hora nos períodos de maior movimento (próximo ao meio dia e no final da tarde). As ações que resultaram na intervenção urbana de quatro dias tiveram início em fevereiro de 2019, com a realização de uma oficina para coleta de ideias com 90 alunos do ensino médio da Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima. Durante a atividade, os jovens aprenderam sobre segurança viária, desenho urbano e mobilidade sustentável, identificaram prioridades e propuseram soluções para a área. Os alunos receberam uma planta da área da intervenção e fizeram contribuições ao desenho original proposto, agregando as experiências de quem transita diariamente pelas ruas do bairro. No mês de março, a

	ser perpetuada e ampliada, através da criação do programa Ruas Abertas.	proposta foi também apresentada para a associação de moradores do bairro e na reunião da Comissão Regional de Transporte e Trânsito da Regional Nordeste (CRTT Nordeste), com o objetivo de conscientizar a população e identificar prioridades e demandas dos residentes e frequentadores do bairro. Já em abril, conversas foram realizadas com alunos do ensino fundamental da Escola Estadual Mariano de Abreu e com comerciantes e prestadores de serviço da rua Simão Tamm. Durante os dias da ação, técnicos e voluntários se mobilizaram para desenhar nas ruas uma nova geometria que reduzisse a velocidade dos veículos motorizados e desestimulasse o tráfego de passagem na região. A área recebeu mobiliário urbano temporário, elementos de paisagismo e sinalização removível.
Quais foram as estratégias/ferramentas utilizadas para a criação da I.S.	**Táticas:** apresentar alternativas; capacitar para revolucionar; coletar e disponibilizar evidências; definir diretrizes de comunicação; mapear atores; ocupar as instâncias e processos públicos de participação; ocupar as mídias; ocupar e transformar os espaços da cidade; pressionar responsáveis e tomadores de decisão; unir esforços. **Ferramentas:** bases de dados e referências; coleta, registro e análise de informações; comunicação e disseminação; espaços para engajamento; interação com o poder público; intervenção no espaço físico; mobilização social; visualização e disponibilização de informações	Utilização de intervenções temporárias por meio da mudança do desenho da rua. - Implantação de Chicana (um trajeto sinuoso para circulação dos veículos foi criado, obrigando os condutores a reduzirem a velocidade de circulação. - Alargamento de calçada (A calçada mais larga combinada com a criação da chicana, proporcionou maior segurança e conforto para os pedestres e priorizou seus deslocamentos, ampliação da área destinada aos pedestres permitiu também a criação de um espaço de convivência. - Redução do Raio de Curvatura nos Cruzamentos (A mudança no raio das esquinas induziu a redução da velocidade de conversão dos veículos e aumentou a intervisibilidade entre pedestres e condutores, além disso, o novo desenho diminuiu a distância de travessia dos pedestres. Quando menor a distância de travessia que o pedestre precisa percorrer, menor é a exposição ao risco de atropelamento. - Utilização de mobiliário temporário – proporcionou apropriação da rua como espaço de lazer e convivência

Fonte: Próprio Autor, 2023.

Quadro 3. Quadro comparativo sobre as características das Iniciativas de Inovação Social estudadas.

Iniciativa de Inovação Social (I.S.)	***Paulista Aberta***	***Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha.***
	Inovação Aberta	Inovação Aberta
	Entre pares (peer-to-peer)	Entre pares (peer-to-peer)
	De baixo para cima (bottom-up)	De cima pra baixo (top-down)
	É um processo organizacional	É um processo organizacional e um Serviço

Fonte: Próprio Autor, 2023

Quadro 4. Quadro comparativo sobre a fase atual das Iniciativas de Inovação Social estudadas.

Iniciativa de Inovação Social (I.S.)	***Paulista Aberta***	***Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha.***
	Implementação em um determinado contexto	Prototipagem, experimentação, realização de experiência „piloto"
	Mudança Sistêmica	Implementação em um determinado contexto
	Transformação	Impacto
	Impacto	

Fonte: Próprio Autor, 2023

Quadro 5. Quadro comparativo sobre a área de intervenção das Iniciativas de Inovação Social estudadas.

Iniciativa de Inovação Social (I.S.)	***Paulista Aberta***	***Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha.***
SOCIAL	Integração social e inclusão social, Serviços de interesse público.	Segurança, Integração social e inclusão social, Serviços de Interesse Público.
ECONÔMICA	Fortalecimento do comércio local	----------
AMBIENTAL	Regeneração Urbana e Impacto Ambiental	Regeneração Urbana

Fonte: Próprio Autor, 2023

Quadro 6. Quadro comparativo sobre a área de intervenção das Iniciativas de Inovação Social estudadas em relação aos ODS *(Objetivos* do Desenvolvimento Sustentável).

Iniciativa de Inovação Social (I.S.)	***Paulista Aberta***	***Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha.***
ODS	3 Saúde e Bem-estar	3 – Saúde e Bem-estar
	11 – Cidades e comunidades sustentáveis	11 – Cidades e comunidades sustentáveis
	13 – Ação contra a mudança global do clima.	

. **Fonte:** Próprio Autor, 2023

Quadro 7. Quadro comparativo sobre o impacto das Iniciativas de Inovação Social estudadas

Iniciativa de Inovação Social (I.S.)	***Paulista Aberta***	***Zonas 30 – Bairro Cachoeirinha.***
Quais foram os benefícios da Proposta da I.S.?	Apropriação do espaço público, favorecimento da mobilidade ativa, promoção de saúde e bem-estar por meio da caminhada.	O principal benefício da Iniciativa foi redução de velocidade de 31% (38km/h para 29km/h) o que refletiu no aumento da sensação de segurança de quem circula pela área
Qual é a relevância da I.S. ?	A relevância da IS foi chamar atenção para causa da mobilidade ativa, priorizando o andar a pé e por meio da Paulista aberta foi feito a cartilha "Sentindo a minha cidade nos pés" para maior engajamento acerca desta causa.	Esta iniciativa é relevante porque proporcionou segurança viária aos transeuntes e ainda favoreceu o deslocamento a pé e a apropriação do espaço público, além de contribuir para que fossem feitas outras iniciativas como esta em mais dois bairros da cidade.

Em média, qual o número de pessoas que foram beneficiadas com a I.S.?	As contagens realizadas registraram uma média de 950 pessoas e de 70 ciclistas passando em um intervalo de cinco minutos em quatro cruzamentos selecionados para observação. Também foram contabilizadas em uma tarde 43 atividades culturais ocorrendo no espaço público da via, reunindo aproximadamente 2.380 espectadores	100 a 200 pedestres por período.
Qual a área de abrangência/atuação da IS (local, regional ou global)? Houve expansão por meios digitais?	Local, munícipio de São Paulo.	Local, bairro Cachoeirinha.

Fonte: Próprio Autor, 2023

Para melhor compreensão das iniciativas e como foram realizadas foram anexadas algumas figuras, a figura 1 apresenta a Intervenção Paulista Aberta, em que há a utilização de mobiliários móveis para fechamento da rua para o fluxo dos automóveis favorecendo a mobilidade ativa, caminhada e ciclismo. Na figura 2, reforça a utilização de transportes não motorizados na Avenida Paulista durante a Intervenção Paulista Aberta.

***Figura 1**. Intervenção Paulista Aberta*
***Fonte:** ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL COMO ANDA, 2020*

Figura 2. Intervenção Paulista Aberta
Fonte: ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL COMO ANDA, 2020

As figuras 3, 4, 5 e 6 apresentam como foi a implantação da segunda iniciativa analisa, a implantação das Zonas 30 no bairro Cachoeirinha, na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Na figura 1 é mostrado como eram as ruas antes proposta, ressalta a dificuldade dos pedestres de atravessarem as ruas, consistindo em uma das principais justificadas para a intervenção.

Figura 3. Ruas do Bairro Cachoeirinha antes da Intervenção
Fonte: ITDP, BRASIL, 2019. Edição próprio autor, 2020.

Na figura 4 é apresentado como foi feita a intervenção para garantir maior segurança viária para os pedestres com a utilização de mobiliários móveis.

Figura 4. Vista geral da intervenção temporária na rua Simão Tamm.
Fonte: ITDP, BRASIL, 2019.

Na figura 5 é ilustrado o antes e o depois das áreas que foram modificadas pela iniciativa, nota-se que há uma mudança significada no que se refere a apropriação do espaço público, por meio do redesenho da rua e da utilização de alguns mobiliários de aviso reduziu a área do automóvel particular e consequentemente aumentou a área destinadas as pessoas, assim como é mostrado na figura 6, em que parte do leito carroçável foi transformado em zonas de convívio social e de lazer.

Figura 5. Vista geral das Intervenções Temporárias no Bairro Cachoeirinha, MG.
Fonte: ITDP, BRASIL, 2019. Edição próprio autor, 2020.

***Figura 6**. Áreas de convivência durante as Intervenções Temporárias no Bairro Cachoeirinha, MG.*
***Fonte:** ITDP, BRASIL, 2019. Edição próprio autor, 2020*

Portanto ao analisar os quadros comparativos e as figuras constata-se que os objetos de Estudo de Caso, causaram de fato impactos positivos no local onde estão inseridos conseguidos por meio de situações inovadoras que visaram além de tudo o bem-estar coletivo, o que de acordo com as definições de inovação social abordadas anteriormente neste trabalho, os objetos em questão configuram-se como iniciativas de Inovação Social de cunho social e ambiental, que estão alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado que esta pesquisa visou alcançar foi comprovar por meio das análises e critérios estabelecidos se os objetivos de estudo de caso definidos são, de fato, considerados como iniciativas de inovação social. Ao considerar Inovação Social como um processo entre atores sociais para responder um anseio ou uma necessidade, cujo objetivo é encontrar uma solução que favoreça mudanças nas relações socias, cujo principal objetivo é a transformação sistêmica que vise a

qualidade e as condições de vida da comunidade. Pode-se então afirmar que as ações de Urbanismo Tático analisadas, podem ser consideradas produtos de Inovação Social.

Por meio das análises dos quadros comparativos e pela revisão bibliográficas, observa-se que tanto a iniciativa Paulista Aberta e quanto a Zonas 30 no bairro Cachoeirinha, abordam aspectos sociais e ambientais, e a primeira, além destes contém também aspectos econômicos, o que reafirma suas condições enquanto Inovação Social. A importância destas duas intervenções se deve também devido a consonância com as metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável relacionadas ao objetivo 3 (Saúde e Bem-estar, 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e o 13 (Ação contra a mudança global do clima), contribuindo para um cenário urbano sustentável, em todas as suas esferas.

As intervenções urbanas realizadas através do urbanismo tático, abrindo a rua para as pessoas e pelo desenho urbano que alterou o fluxo dos veículos e criou novo espaços para as pessoas, atuam no Cenário 5 proposto por Brenner - o urbanismo tático interrompe as bases de uma governança urbana orientada para o crescimento e se volta para futuros urbanos alternativos baseados em formas mais profundas de inclusão, equidade social, democracia e justiça espacial – estabelecendo uma relação de subversão com o urbanismo neoliberal, promovendo a redistribuição do espaço da rua, antes exclusivo para o uso do veículo, promove-se a inclusão oferecendo espaços de lazer próximos ao lugar das moradias e a justiça espacial apropriando de espaços dos veículos para as pessoas.

Portanto, ao analisar a concepção de urbanismo tático isoladamente, poderia concluir que se configura em situações pontuais de intervenções urbanas de pequena escala a fim de melhorar as condições de habitualidade das cidades e dos bairros, no entanto, ao agregar os conceitos de inovação social, constata-se que a transformação causada por essas intervenções alcançam dimensões que vão além da física, como social e ambiental, ou seja, provoca uma mudança sistêmica cujo os principais objetivos são promover interação entre os atores e maximizar a qualidade de vida da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central do trabalho permeia entre os conceitos de urbanismo tático e inovação social apontando pontos de congruência entre eles utilizando a revisão de literatura como procedimento metodológico, a partir disto, foi possível contextualizar e analisar os objetos de estudo de caso propostos, a fim de defini-los como iniciativas de inovação social, e assim foi feito, a partir da conceituação adotada foi possível alcançar o objetivo proposto.

No entanto, um estudo a longo prazo, já com as iniciativas consolidadas, poderia compreender o impacto holístico das intervenções, se elas de fato contribuíram em uma mudança sistemática e cultural da comunidade em que ela está inserida, portanto, as principais contribuições deste estudo, é proporcionar o debate acerca dos questionamentos levantados e principalmente fomentar novas pesquisas com esta temática deveras relevante para o cenário urbano e social da atualidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. 2018. Disponível em < http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>. Acesso em: 10 ago. 2023

AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L. M.; TONDOLO, R. da R. P.; TONDOLO, V. A. G. **Uma Visão Geral Sobre a Pesquisa em Inovação Social: Guia Para Estudos Futuros.** *BBR, Braz. Bus. Rev.* [online]. 2017, vol.14, n.4, pp.385-402. ISSN 1808-2386.

ANDRÉ, I.; ABREU, A. **As dimensões da inovação social**. Revista. Finisterra, XLI, 81, 2006, pp. 121-141

BALEM, Tiago. Microurbanismo Efêmero: entre táticas de construir e revelar a cidade. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., 2017, São Paulo. **ANAIS ENANPUR.** São Paulo: Enanpur,

2019. p. 1-15. Disponível em: http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1808. Acesso em: 26 fev. 2020.

BARATA, Aline. FONTES, Adriana. (2016). **Urbanismo Tático: experiências temporárias na ativação urbana.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331716142_Urbanismo_Tatico_experiencias_temporarias_na_ativacao_urbana>. Acesso em: 10 ago 2023

BRENNER, Neil. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **E-Metropolis**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 6-18, dez. 2016. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/027/original/emetropolis27.pdf?1. Acesso em: 10 ago.2023

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO. Políticas públicas de abertura de ruas durante a pandemia COVID19. São Paulo, 26 maio 2020. Facebook: @cpfsesc. Disponível em: https://www.facebook.com/cpfsesc/. Acesso em 29 ago 2023.

CIDADE DE SÃO PAULO. Plano de Segurança Viária do Município de São Paulo. Cidade de São Paulo, SP, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/plano_de_segurana_viaria_pmsp_2019_web_1558984227.pdf. Acesso em: 02 ago 2023

GOMES, Julia Dias; GOMES, Leticia Dias; MENDES, Thiago Borges; MELLO, Marcia Maria Couto. Urbanismo tático em discussão para o desenvolvimento urbano. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 51922047-51922047, 1 jan. 2020. Research, Society and Development. http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2047. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2047. Acesso em: 24 ago 2023.

HOU, Jeffrey. (ed.) **Insurgent Public Space. Guerrilla Urbanism and the remaking of the contemporary city**. Nova York: Routledge, 2010.

ITDP, Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. **Impulsionando a Implementação de Zonas 30 em Belo Horizonte,** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.1-13, 2019. Disponível em: https://itdpbrasil.org/.Acesso em: 10 ago 2023

LYNDON, Mike, BARTMAN, Dan, GARCIA, Tony, PRESTON, Russ, WOUDSTRA, Ronald. **Urbanismo Tático 2: Ação a curto-prazo – Mudança a longo-prazo**. Miami, New York, Street Plans, 2012. Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese. Acesso em: 28 ago.2023

NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli; PORTINARI, Denise Berruezo. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design Rio de Janeiro**, V. 9 N. 2, Dezembro 2016, pp. 177-188, ISSN: 1984-5596. Disponível em: <https://www.e_publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign/article/view/29397/20789>. Acesso em: 01 ago,2023

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL COMO ANDA. **Paulista Aberta e Ruas Abertas**. **Andar A Pé Eu Vou**: Caminhos para a defesa da causa no Brasil, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 77-103, 30 jul. 2020. Disponível em: http://comoanda.org.br/. Acesso em: 10 ago. 2023

PÓS GRADUAÇÃO
Uni-FACEF

ISBN: 978-65-88771-58-7
CBL
9 786588 771587

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca